



X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais

*Sociedades Desiguais e Paradigmas em
Confronto*

Universidade do Minho

Braga – 4 a 7 de Fevereiro de 2009

LIVRO DE RESUMOS

Índice

| | |
|--|------------|
| Apresentação..... | 3 |
| Agradecimentos | 4 |
| Panorama Geral dos Trabalhos | 5 |
| Calendarização das Áreas Temáticas | 18 |
| Arte, Culturas e Literaturas na Lusofonia | 18 |
| Campos, Cidades e Planeamento | 37 |
| Ciência, Tecnologia e Comunicação | 55 |
| Ciências Sociais, Teorias e Metodologias | 65 |
| Colonialismo, Neocolonialismo e Estudos Pós-Coloniais | 74 |
| Crime, Dependência e Direito | 87 |
| Desenvolvimento, Políticas Públicas e Terceiro Sector | 103 |
| Educação, Formação e Aprendizagens | 133 |
| Estratificação, Classes e Desigualdades Sociais | 198 |
| Família, Género e Intimidades | 209 |
| Globalização e Alteroglobalização | 228 |
| Identidades Linguísticas e Políticas de Língua | 238 |
| Identidade, Etnicidade e Racismo | 242 |
| Migrações, Exílios e Diásporas | 274 |
| Modos de Vida, Corpo e Sexualidades | 293 |
| Nação, Estado e Sistemas Políticos | 304 |
| Política, Relações Internacionais e Segurança | 310 |
| População, Gerações e Ciclos de Vida | 318 |
| Riscos, Ambiente e Saúde | 330 |
| Sindicalismo, Movimentos Sociais e Cidadania | 350 |
| Trabalho, Profissões e Organizações | 363 |
| Turismo, Desporto e Lazer | 391 |
| Valores, Crenças e Religiosidade | 403 |
| Grupos de Trabalho | 418 |
| A (In)visibilidade do público: espaços públicos e demandas colectivas numa perspectiva comparada | 418 |
| A Contemporaneidade e os Novos Tempos Sociais | 426 |
| As Reformas na Saúde Mental: as Experiências Portuguesa e Brasileira | 428 |
| Civilização: entre dois mundos | 430 |
| Diferença, Justiça e Direitos Humanos | 431 |
| Gestão social e avaliação no espaço público não estatal: reprodução de valores e verificação de resultados | 435 |
| Guerra e Paz: Violências, Memórias e Identidades Colectivas | 438 |
| História(s) Lusófona(s): Velhos Temas, Novas Perspectivas Historiográficas | 440 |
| Justiça e Cidadania | 443 |
| Linchamentos no Brasil e na África | 444 |
| Mediação e dinâmicas locais: abordagens para novas configurações sociais | 445 |
| Mobilidade, Territórios e Necessidades Sociais | 447 |
| Patrimónios, Museus, Memória e Cidadania | 450 |
| Comissão Organizadora | 452 |
| Comissão Científica | 452 |
| Comissão Permanente | 452 |

Apresentação

A Comissão Organizadora do X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais vem, antes de mais, saudar todos os congressistas pelo interesse, pela participação e pelo entusiasmo que têm manifestado, contribuindo, dessa forma, para que o Congresso seja um momento alto das relações científicas, académicas e culturais a nível institucional, mas também expressão de afinidades electivas e laços afectivos entre os participantes, congregados em torno duma problemática de grande relevo: as desigualdades sociais no mundo contemporâneo e, em particular, no espaço lusófono.

O tema geral do X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais intitulado *Sociedades Desiguais e Paradigmas em Confronto* está, ontem como hoje, na agenda científica e política. Velhos e novos temas em torno das diversas formas de desigualdade e exclusão social, bem como os seus contrapontos de justiça, igualdade e solidariedade sociais têm constituído amiúde expressões ora de justificação ora de contestação de determinada ordem social. Eles foram, ao longo da história, objecto, primeiro, da reflexão teológica e filosófica e, em particular, da filosofia social e, seguidamente, dos fundadores/correntes das várias ciências sociais. Cada tradição e/ou escola de pensamento tem apresentado na época contemporânea a sua perspectiva sobre as desigualdades, o seu olhar prospectivo e, eventualmente, as suas propostas de mudança e 'soluções' a curto e médio-longo prazo, interpelando o papel do Estado e respectivas políticas públicas nacionais, o dos diversos agentes políticos e religiosos, sindicatos e outros movimentos sociais, o das comunidades locais e regionais e o das entidades supraestatais.

Tendo como pano de fundo a diversidade e a complexidade de realidades sociais em sociedades geográfica, histórica e sociologicamente diferenciadas como as lusófonas – e desiguais entre si e no seu próprio seio a nível territorial, económico, político e cultural –, o desafio que se coloca aos participantes neste X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais será o de, com base em resultados de estudos empíricos e reflexões teóricas, nos mais diversos espaços e modalidades, contribuir para problematizar, analisar e aprofundar o conhecimento dessas realidades na actual época de globalização, confrontando as diversas mundivisões e paradigmas teóricos em presença. Mais, nesta óptica, os participantes poderão, numa base pluridisciplinar, contribuir com diagnósticos e propostas no sentido de diminuir o fosso no desenvolvimento desigual, minorar os problemas da pobreza no mundo, de forma a que classes e categorias sociais mais desprovidas possam aceder a recursos básicos (vg. alimentação, habitação, emprego, saúde, segurança social, escolaridade), realizar os direitos de cidadania e incrementar o 'desenvolvimento como liberdade', como empoderamento individual e colectivo, designadamente nos espaços lusófonos. Os enfoques sobre as diversas formas de desigualdade e exclusão social, nomeadamente territoriais, de classe, de género, geracionais, étnicas, linguísticas, educacionais, culturais e outras, são cruciais e relevantes, não só pelos problemas teóricos que levantam, mas sobretudo pelas implicações socio-políticas e pelas repercussões práticas na vida quotidiana dos cidadãos.

Este X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, procurando ser mais um magno evento no espaço lusófono, visa prosseguir os trilhos abertos e desenvolvidos nas sucessivas edições anteriores, as quais se têm revelado como momentos marcantes do ponto de vista científico, político e cultural (www.xconglab.ics.uminho.pt em Apresentação/ História). O modelo de organização acolhe diversas modalidades de participação desde os oradores convidados em sessões (semi)plenárias, painéis temáticos e na abertura de sessões temáticas, findas as quais um ou mais comentadores farão breve balanço das comunicações autopropostas e *posters* avaliados por coordenadores e pela Comissão Organizadora.



Manuel Carlos Silva

Coordenador da Comissão Organizadora

Agradecimentos

A Comissão Organizadora deseja expressar o seu agradecimento a todos e a todas as congressistas pelo interesse manifestado em dignificar e apoiar o X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais.

Em primeiro lugar, cabe-nos agradecer a Sua Excelência o Presidente da República o Alto-Patrocínio com que nos honrou. Cabe, em segundo lugar, um especial agradecimento à Fundação para a Ciência e Tecnologia, sob a tutela do Senhor Ministro para a Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - cuja presença esperada honrará o Congresso –, e ao Comité Gestor do Programa de Cooperação em Ciências Sociais, coordenado pelo Prof. Renato Lessa, à Senhora. Ministra da Cultura do Governo Angolano, ao Senhor Ministro da Cultura de Cabo Verde e aos Senhores Embaixadores dos CPLP e outras entidades públicas, designadamente académicas e de investigação, de todos os países do espaço lusófono pelo apoio na deslocação e estada de Congressistas. Devemos ainda um agradecimento pelos apoios financeiros e logísticos de outras entidades públicas e privadas, designadamente a Fundação Calouste Gulbenkian, a Fundação Portugal-África, a União dos Sindicatos de Braga, a Câmara Municipal de Braga e a Câmara Municipal de Ponte da Barca, o Museu D. Diogo de Sousa, o Instituto Português de Juventude, editoras e algumas pequenas e médias empresas (elencadas nos apoios no site do Congresso www.xconglab.ics.uminho.pt).

Em termos organizativos, esta Comissão Organizadora pôde contar com contribuições e apoios vários: primeiro, da Universidade do Minho e, em particular, do Instituto de Ciências Sociais (ICS) e do Centro de Investigação em Ciências Sociais como principais entidades envolvidas na organização, bem como com o apoio de outros institutos e escolas (o Instituto de Educação e Psicologia, o Instituto de Estudos da Criança, o Instituto de Letras e Ciências Humanas, o Departamento Autónomo de Direito, a Secção de Ciência Política e Relações Internacionais, a Escola Superior de Enfermagem). São devidos ainda agradecimentos aos Centros de Investigação Nónio e Centro de Estudos Comunicação e Sociedade, aos Departamentos de Sociologia, História, Geografia e Ciências da Comunicação, ao Museu D. Diogo de Sousa. Todas estas entidades, através de seus responsáveis e representantes na Comissão Científica, na Comissão Organizadora e no Secretariado deram o seu melhor para o sucesso do Congresso.

A todas as entidades, públicas e privadas, que apoiaram ou apoiarão o Congresso, queremos prestar os nossos sinceros agradecimentos, tendo bem presente quão importantes são todos os apoios para a realização deste magno evento na Universidade do Minho.

Por último, mas não menos importante, uma palavra de apreço ao Coordenador e demais membros da Comissão Científica pelas sugestões dadas, aos coordenadores e revisores dos resumos, aos oradores convidados, aos membros da Comissão Organizadora e, em especial, aos colegas e técnicos/as de Informática, aos/às jovens do Secretariado e alunos/as dos Cursos de Ciências Sociais que, numa base voluntária, manifestaram o seu sentido de responsabilidade no desempenho das mais diversas tarefas.

A todos e todas o nosso Muito Obrigado.

A Comissão Organizadora

Braga, 4 de Fevereiro de 2009

| | | |
|--------|---|-------------------------------|
| 8h00m | Credenciação | |
| 9h30m | Reitor da Universidade do Minho Presidente da Câmara de Braga Governador Civil do Distrito de Braga Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior Ministro dos Negócios Estrangeiros* Presidente do Instituto de Ciências Sociais Coordenador da Comissão Organizadora Presidente do Comité Gestor do Programa de Cooperação em Ciências Sociais Coordenador do IX Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais | Sessão Inaugural - A1 |
| 10h30m | Conferência de Abertura – Desigualdades sociais: um exercício de mapeamento proteórico - A1 | |
| | Veit Bader | |
| 11h30m | Intervalo | |
| 11h45m | | Sessões Semi-Plenárias |
| | I – Sociedade, Classes e Movimentos Sociais - A1 | |
| | Carlos Cardoso (CODESRIA) - João Ferreira de Almeida (ISCTE) - Otavio Velho (SBPC) Comentadora: Maria Alice Rezende de Carvalho (PUC) - Moderadora: Fátima Ferreira (UM) | |
| | II – Política, Conflitos e Violência - A4 | |
| | Carlos Serra (UEM) - Manuel Villaverde Cabral (UL) - Roberto Kant de Lima (UFF) Comentadora: Adriana Martins (UCP) – Moderadora: Anabela Carvalho (UM) | |
| 13h30m | Pausa para Almoço | |
| 14h30m | | Sessões Semi-Plenárias |
| | III – Sociedade, Democracia e Justiça - A1 | |
| | Boaventura de Sousa Santos (UC) - Carlos Lopes (ONU) - Renato Lessa (IUPERJ) Comentadora: Helena Machado (UM) – Moderadora: Ana Gabriela Macedo (UM) | |
| | IV – Espaço, Tempo e Sociedade - A4 | |
| | Hermínio Martins (Oxford College/ UL) - Paula Meneses (CES/ UEM) - Sérgio Miceli (USP) Comentadora: Maria Augusta Lima Cruz (UM) – Moderador: Miguel Bandeira (UM) | |
| 16h30m | Intervalo | |
| 16h45m | | Sessões Semi-Plenárias |
| | V – Sistema-Mundo e sociedades lusófonas: Lugares e Percepções - A1 | |
| | Luíza Cortesão (UP) – Sebastião Cruz (UNICamp) – Victor Kajibanga (UAN) Comentador: Manuel Carlos Silva (UM) – Moderadora: Felisbela Lopes (UM) | |
| | VI – Sociedade, Poder Político e Media - A4 | |
| | J. Bragança de Miranda (UNL) - Juremir Machado da Silva (PUC – RGS) - Moisés Martins (UM) Comentadora: Maria Manuela Baptista (UA) – Moderadora: Helena Sousa (UM) | |
| 18h45m | Pausa para café | |
| 19h00m | <u>Sessões de Áreas Temáticas</u> | |
| | O Universo de Oswald de Andrade (T1) | 101 |
| | Os museus, e a intervenção no espaço urbano (T1) | 317 |
| | Dinâmica da ocupação territorial e relações sociais em áreas rurais (T2) | 318 |
| | Educação, trabalho e exclusão (T2) | 215 |
| | Ciência e saúde (T3) | 216 |
| | Teoria Sociológica, Política, Comunicação (T4) | 217 |
| | Teoria, método sociológico em património cultural e culturas emergentes (T4) | 311 |
| | Teorias Sociológicas, análise de revistas, internet e youtube (T4) | 310 |
| | Ciências sociais, teorias e o colonialismo (T5) | 218 |
| | Percepções da segurança e discursos do medo (T6) | 220 |
| | Prisões, poder e direito (T6) | 314 |
| | Políticas públicas, movimentos sociais e redistribuição (T7) | 201 |
| | Educação, conhecimento, concepções e práticas (T8) | 313 |
| | Ensino superior, universidades e formação (T8) | 315 |
| | Ensino superior, universidades e formação (T8) | 316 |
| | Classes e divisão do espaço (T9) | 305 |

| | |
|--|-----|
| Família, género e escola (T10) | 304 |
| Família, trabalho e género: que (re)conciliação? (T10) | 319 |
| Violência de género contra a mulher: expressões contemporâneas, particularidades nacionais e formas de enfrentamento (T10) | 307 |
| Construções identitárias em contextos educativos (T13) | 312 |
| Identities racizadas e processos de etnicização (T13) | 309 |
| Racismo, etnicidade, política e Estado-Nação (T13) | 308 |
| Formas e contextos de integração (T14) | 303 |
| Género, representações sociais e oportunidades de vida (T14) | 302 |
| Uso e papel dos meios de comunicação social na integração dos imigrantes (T14) | 206 |
| Nação e Identidades (T16) | 301 |
| Relações Internacionais: Perspectivas Conceptuais e Empíricas (T17) | 208 |
| UE Actor Global? Práticas e Desafios Teóricos (T17) | 103 |
| Água: usos sociais e governação (T19) | 104 |
| Gestão de recursos hídricos e saúde (T19) | 209 |
| Movimentos sociais e cidadania (T20) | 210 |
| Saberes, competências e identidades na educação formal e não formal de grupos profissionais (T21) | 211 |
| Trabalho e Empreendedorismo: diferentes visões (T21) | 212 |
| Impactes sociais e económicos do turismo (T22) | 213 |
| A Umbanda e o Candomblé: práticas culturais e construção das identidades (T23) | 214 |
| <u>Grupos de Trabalho</u> | |
| As Reformas na Saúde Mental: as Experiências Portuguesa e Brasileira | A5 |
| Patrimónios, Museus, Memória e Cidadania | A3 |
| Mediação e dinâmicas locais: abordagens para novas configurações sociais | A4 |

CPLP e Educação/ Ciência - A2

Ana Nunes de Almeida (ICS - UL)
A. Andrade Ramos (Embaixador de Cabo Verde)
Assunção Afonso Sousa dos Anjos* (Embaixador de Angola)
Constantino Lopes da Costa* (Embaixador Guiné)
Lauro Barbosa da Silva Moreira* (Embaixador Brasil)
Miguel Caíma (Embaixador de Moçambique)
Manuel Soares Abrantes* (Embaixador Timor-Leste)
Comentador: Aníbal Alves (UM)
Moderador: António Sousa Fernandes (UM)

5 de Fevereiro (5ª feira)

9.00m

Painéis Temáticos

1 – O Rural-Urbano: Velhos e Novos Actores Sociais - A2

Cláudio Furtado (U. Cabo Verde) - Fernando Oliveira Baptista (UTL) – José de Souza Martins (USP)
Comentador: Carminda Cavaco (UL) – Moderadora: Alice Matos (UM)

2 – Trabalho, Organizações e Movimentos Socio-Culturais - A3

Helena Santos (UP/ Angola) - Manuel Silva e Costa (UM) – Ricardo Antunes (UNicamp)
Comentador: José Maria Carvalho Ferreira (UTL) – Moderadora: Ana Paula Marques (UM)

3 – Sociedade, Segurança e Riscos - A5

Luís Moita (Vice reitor da UAL) - Luísa Lima (CIS - ISCTE) - Luiz Eduardo Soares (U Cândido Mendes)
Comentadora: Paulo Nossa (UM) – Moderador: Felismina Mendes (ESEE)

11h00m

Intervalo

11h15m

Sessões de Áreas Temáticas

| | |
|--|-----|
| A herança joanina e o destino do império colonial: formas e sentidos nas literaturas de língua portuguesa (T1) | 319 |
| Identidade e alteridade na arte (T1) | 101 |
| Campo, subúrbio, cidade: cotidiano e transformações em espaços "periféricos" (T2) | 318 |
| Património, cultura e turismo (T2) | 305 |
| Artefacto Técnicos, Acção e Sociedade (T3) | 307 |
| Tensões e narrativas culturais: globalização, particularidades e cruzamentos (T5) | 311 |
| Tráficos, corrupção e crime organizado (T6) | 310 |
| Políticas de saúde (T7) | 315 |
| Políticas públicas para a comunicação e a cultura (T7) | 317 |
| Educação, diversidades e multiculturalismo (T8) | 302 |
| Educação, formação e aprendizagens (T8) | 314 |

| | |
|---|-----|
| Educação, socialização e infâncias (T8) | 316 |
| Ensino superior, universidades e formação (T8) | 313 |
| Ensino superior, universidades e formação (T8) | 312 |
| Ensino superior, universidades e formação (T8) | 304 |
| Sobre a formação de classes (T9) | 309 |
| Família, políticas públicas e redes sociais (T10) | 301 |
| Caminhos da Alterglobalização (T11) | 308 |
| Materialidades e consumos (T11) | 214 |
| A integração dos Afro-descendentes no Brasil (T13) | 208 |
| Política das línguas e educação escolar (T12) | 206 |
| Educação: entre a diversidade e a desigualdade (T13) | 303 |
| Exílio em contexto de transformações políticas e refugiados de guerra (T14) | 209 |
| Uso do espaço e territorialidade (T14) | 210 |
| Corpo, identidade e dissidência sexual (T15) | 211 |
| Nação, Estado e Sistemas Políticos (T16) | 213 |
| África: Dinâmicas de Conflito, Novos actores e Desafios (T17) | 103 |
| Segurança, Cooperação e Conflito (T17) | 104 |
| A política pública e os direitos da infância e da juventude: a tensão entre o processo de exclusão e inclusão (T18) | 215 |
| Organização e gestão clínica e social na saúde (T19) | 201 |
| Estratégias associativas e movimentos sociais no campo (T20) | 216 |
| Organização e "novas" formas de poder (T21) | 217 |
| Desporto, identidade e papéis sociais (T22) | 218 |
| Protagonistas e representações sociais do turismo (T22) | 212 |
| História e Formação do Campo Religioso no Brasil (T23) | 220 |

Grupos de Trabalho

| | |
|--|----|
| As Reformas na Saúde Mental: as Experiências Portuguesa e Brasileira | A5 |
| Justiça e Cidadania | A2 |
| Mediação e dinâmicas locais: abordagens para novas configurações sociais | A4 |
| Patrimónios, Museus, Memória e Cidadania | A3 |

13h00m Pausa para almoço

14h30m Sessões de Áreas Temáticas

| | |
|---|-----|
| Formação de identidades, expressão de alteridades (T1) | 214 |
| Reconstituição identitária na literatura contemporânea: confronto, indecisão e violência (T1) | 216 |
| Espaço, cultura e política nas práticas e representações das cidades (T2) | 308 |
| O espaço como signo e factor de inclusão ou exclusão (T2) | 217 |
| Ciência, Política e Políticas (T3) | 307 |
| Comunicação e género (T3) | 304 |
| Mobilidade dos cientistas e usos das TIC (T3) | 218 |
| Teorias sociológicas e ensino (T4) | 220 |
| História e cultura da África e Afro-Brasileira e a contribuição das populações de matrizes africanas no Brasil (T5) | 104 |
| Identidades linguísticas coloniais e políticas de língua (T5) | 319 |
| Retórica colonial, escritas pós-coloniais (T5) | 101 |
| Trânsitos coloniais e contemporâneos: efeitos da integração cultural (T5) | 201 |
| Práticas e políticas de ressocialização (T6) | 309 |
| Violência interpessoal e doméstica (T6) | 303 |
| Desenvolvimento, desigualdades regionais e participação (T7) | 310 |
| Educação, diversidades e multiculturalismo (T8) | 313 |
| Novos Modos de Regulação das Políticas Educativas (T8) | 318 |
| Políticas educativas, sistemas educativos e gestão escolar (T8) | 316 |
| Políticas Públicas Educativas: Dilemas e Paradoxos (T8) | A3 |
| Profissão docente, profissionalidade e identidades (T8) | 314 |
| Representações sobre a desigualdade nas sociedades contemporâneas: análises sobre violência, qualidade da educação e políticas de inserção (T9) | 311 |

| | |
|---|-----|
| Identidades de género: da masculinidade à transexualidade (T10) | 312 |
| Os sentidos do território: linguagens (T11) | 315 |
| Reflexões teóricas sobre os conceitos de raça, racismo, multiculturalismo (T13) | 301 |
| Construções de identidades em contextos educativos (T14) | 317 |
| Integração e reinvenção de práticas culturais (T14) | 302 |
| Outras narrativas do corpo (T15) | 305 |
| Infância, sociedade e cultura (T18) | 103 |
| Ambiente e saúde (T19) | 208 |
| Sindicalismo, globalização e transformações socio-laborais (T20) | 209 |
| Políticas de gestão de recursos humanos (T21) | 206 |
| Reestruturação, Desemprego e Novas Competências (T21) | A2 |
| Trabalho e fronteiras de (i)legalidade (T21) | 210 |
| Desporto, políticas públicas e condição social (T22) | 211 |
| Turismo, património e tradição (T22) | 212 |
| Crença, cultura de grupo e valores (T23) | 213 |
| Mundo rural, mundo urbano e sincretismo (T23) | 215 |
| <u>Grupos de Trabalho</u> | |
| Justiça e Cidadania | A4 |
| Patrimónios, Museus, Memória e Cidadania | A5 |

16h00m Intervalo

16h15m Sessões de Áreas Temáticas

| | |
|---|-----|
| Identidades e ideologia no cinema e na dança (T1) | 101 |
| Literatura, identidade e novos contextos sociais (T1) | 313 |
| Política e governança em áreas urbanas e metropolitanas (T2) | 201 |
| Usos (controversos) das TIC (T3) | 309 |
| Teorias Sociológicas e Economia Política (T4) | 312 |
| África: construção do conhecimento e das identidades plurais - o olhar antropológico (T5) | 104 |
| Relações interculturais e colonialismo (T5) | 103 |
| Drogas e dependências (T6) | 314 |
| Historiografia do crime e violência doméstica (T6) | 315 |
| Desenvolvimento sustentável, comunidades locais, ambiente e recursos naturais (T7) | 316 |
| Estado-Providência, desigualdades e pobreza (T7) | 317 |
| Políticas de acção social, família, juventude e infância (T7) | 301 |
| Terceiro sector e governação das políticas sociais (T7) | 318 |
| Educação de adultos (T8) | 302 |
| Educação, cidadania, justiça e direitos humanos (T8) | 307 |
| Educação, cidadania, justiça e direitos humanos (T8) | 305 |
| Educação, formação e aprendizagens (T8) | 308 |
| Formação de professores e educadores (T8) | 310 |
| Formação de professores e educadores (T8) | 311 |
| Classes e simbolização (T9) | 304 |
| Classes, desenvolvimento e políticas públicas (T9) | 319 |
| Família, conjugalidade e práticas parentais (T10) | 303 |
| Juventude, género, sociabilidades e práticas parentais (T10) | 214 |
| Tensões e narrativas culturais: globalização, particularidades, cruzamentos (T11) | 212 |
| Imigração, media e expressões culturais (T13) | 206 |
| Reconfigurações identitárias, aculturação (T13) | 208 |
| Migrações qualificadas no espaço luso-afro-brasileiro (T14) | 210 |
| Políticas e modelações do corpo (T15) | 211 |
| Nação, Estado e Sistemas Políticos (T16) | 213 |
| Idosos, sociedade e cultura (T18) | 216 |
| Juventude, sociedade e cultura (T18) | 217 |
| Riscos, vulnerabilidades e cultura (T19) | 220 |
| Saúde e inclusão social (T19) | 218 |
| Recursos Humanos, Trabalho e Emprego (T21) | 209 |
| Saberes e dinâmicas profissionais em serviços públicos locais (T21) | A2 |

| | | |
|--------|---|-----|
| | Organizações, Trabalho e sociabilidade no contexto da mundialização: precarização, redes e a emancipação dos produtores (T21) | A4 |
| | Memória, Religiosidade e Identidades (T23) | 215 |
| | <u>Grupos de Trabalho</u> | |
| | A Contemporaneidade e os Novos Tempos Sociais | A3 |
| | História(s) Lusófona(s): Velhos Temas, Novas Perspectivas Historiográficas | A5 |
| 18h15m | Pausa para café | |
| 18h30m | <u>Sessões de Áreas Temáticas</u> | |
| | Cidade e Planeamento Urbano (T2) | 303 |
| | Teorias sociológicas e ensino (T4) | 301 |
| | Território, Identidade e deslocamentos naturais: Brasil, África e Europa (T5) | 104 |
| | Prisões, poder e direito (T6) | 103 |
| | Desenvolvimento sustentável, comunidades locais, ambiente e recursos naturais (T7) | 206 |
| | Estado-Providência, desigualdades e pobreza (T7) | 201 |
| | Questionar o associativismo voluntário: a organização e representação dos interesses comuns à formação de capital social (T7) | 220 |
| | Educação, diversidades e multiculturalismo (T8) | 309 |
| | Educação, diversidades e multiculturalismo (T8) | 312 |
| | Políticas educativas, sistemas educativos e gestão escolar (T8) | 307 |
| | Políticas Públicas Educativas: Dilemas e Paradoxos (T8) | 308 |
| | Profissão docente, profissionalidade e identidades (T8) | 305 |
| | Classes e divisão do espaço (T9) | 217 |
| | Classes, desenvolvimento e políticas públicas (T9) | 218 |
| | (Des)igualdades de género e poder político (T10) | 216 |
| | Historiografia (T10) | 215 |
| | Violência de género (T10) | 213 |
| | Cidadania e integração política dos imigrantes (T13) | 212 |
| | Espaços, territorialidades e redifinições identitárias (T13) | 214 |
| | Expressões culturais e religiosas de identidade (T13) | 211 |
| | Identidades, memória colectiva e hibridismos (T13) | 210 |
| | Identidade e línguas em Timor-Leste (T13) | 319 |
| | Emigração, expectativas e integração (T14) | 208 |
| | Mobilidades e hierarquias sociais (T14) | 209 |
| | Brasil, Portugal e Forças Armadas em Perspectiva Comparada (T17) | 316 |
| | Portugal e Dinâmicas do Espaço Lusófono (T17) | 318 |
| | Relações intergeracionais (T18) | 313 |
| | Transformações das estruturas sociodemográficas da população (T18) | 314 |
| | Desigualdades territoriais e sociais em saúde (T19) | 310 |
| | Riscos, organizações e Vulnerabilidades (T19) | 311 |
| | Trabalho: reconfiguração, identidades e precariedade (T21) | 317 |
| | Estilos de Vida e Lazer (T22) | 101 |
| | Impactes sociais e económicos do turismo (T22) | 315 |
| | Pentecostalismo no Brasil e no Mundo (T23) | 304 |
| | Pessoa, relações sociais e ethos religioso (T23) | 302 |
| | <u>Grupos de Trabalho</u> | |
| | Diferença, Justiça e Direitos Humanos (Resumo 2) | A2 |
| | Guerra e Paz: Violências, Memórias e Identidades Colectivas (resumo 1) | A4 |
| | História(s) Lusófona(s): Velhos Temas, Novas Perspectivas Historiográficas | A5 |

9.00m

6 de Fevereiro (6ª feira)

Painéis Temáticos

4 – Sociedade, Urbanismo e Políticas Culturais - A2

Irllys Barreira (UFC) – José Machado Pais (UL) – Manuel Veiga (Ministro da Cultura em Cabo Verde)
Comentador: Carlos Fortuna (UC) – Moderadora: Teresa Mora (UM)

5 – Migrações, Etnicidades e Discriminações Étnicas - A3

Engrácia Leandro (UM) – Jorge Vala (UL) – Tchernó Djaló (ULusófona) – Zeila de Martini (USP)
Comentador/a: Maria Ioannis Baganha (UC) – Moderador: Pedro Bacelar Vasconcelos (UM)

6 – Sociedade, Estado e Políticas Públicas - A5

11h00m

Intervalo

11h15m

Sessões de Áreas Temáticas

| | |
|---|-----|
| Literatura de mulheres e artes tradicionais (T1) | 208 |
| Sociabilidade, processos de criação e legitimação na música e no teatro (T1) | 307 |
| Espaço, Património e Turismo (T2) | 315 |
| Policiações, cidade, crime. Abordagens dos mundos luso-afro-brasileiros contemporâneos (T6) | 302 |
| Práticas e políticas de segurança (T6) | 316 |
| Desenvolvimento, projectos e actores sociais (T7) | 317 |
| Políticas de acção social, família, juventude e infância (T7) | 318 |
| Políticas de educação, formação e emprego (T7) | 319 |
| Terceiro sector, intervenção socio-comunitária e reconhecimento (T7) | 308 |
| (Des)igualdades escolares em educação e nas escolas (T8) | 310 |
| Educação, cooperação e desenvolvimento: experiências, questões e perspectivas (T8) | 311 |
| Educação, inclusão e exclusões (T8) | 309 |
| Educação, socialização e infâncias (T8) | 313 |
| Educação, socialização e infâncias (T8) | 312 |
| Educação, socialização e juventudes (T8) | 314 |
| Classes e simbolização (T9) | 101 |
| Família, saúde, corpo e sexualidade (T10) | 209 |
| Género, direito de família e religião (T10) | 210 |
| Mulheres e violência domésticas (T10) | 211 |
| Modos de consumo: perspectivas e discursos (T11) | 212 |
| As mutações identitárias das comunidades quilombolas (T13) | 304 |
| Diversidade e racismo: mitos, teorias, realidades (T13) | 301 |
| Identidade e alteridade; percepções e representações (T13) | 213 |
| Migrações, língua, literatura e cinema (T14) | 214 |
| Migrações, retorno e expectativas de vida (T14) | 215 |
| Políticas e modelações do corpo (T15) | 216 |
| Semi-Presidencialismo em Países de Língua Portuguesa (T16) | 305 |
| Idosos, sociedade e cultura (T18) | 217 |
| Juventude, Cultura e Diversidades (T18) | 201 |
| Discursos sobre ambiente e saúde (T19) | 218 |
| Media, Saúde e Ambiente (T19) | 220 |
| Movimentos de cidadania no feminino (T20) | 206 |
| Reconhecimento e não reconhecimento: construção de fronteiras de inclusão e exclusão (T20) | 104 |
| Competências, Identidades de Grupos Profissionais e Discriminação Social (T21) | 103 |
| Trabalho e Categorias Geracionais (T21) | 303 |

Grupos de Trabalho

| | |
|--|----|
| A (In)visibilidade do público: espaços públicos e demandas colectivas numa perspectiva comparada | A4 |
| Civilização: entre dois mundos (Resumo1) | A3 |
| Diferença, Justiça e Direitos Humanos | A2 |
| Guerra e Paz: Violências, Memórias e Identidades Colectivas (Resumo2) | A5 |

13h00m

Pausa para almoço

14h30m

Sessões de Áreas Temáticas

| | |
|--|-----|
| Agentes e práticas sociais na cultura e na política (T1) | 215 |
| Folclore, a imprensa e a literatura de viagens (T1) | 214 |
| Sociabilidade, processos de criação e legitimação na música e no teatro (T1) | 216 |
| O espaço como signo e factor de inclusão ou exclusão (T2) | 217 |
| Políticas e práticas judiciais (T6) | 304 |
| Desenvolvimento: reflexões teóricas e metodológicas (T7) | 220 |
| Economia solidária e responsabilidade social (T7) | 218 |
| Terceiro sector e governação das políticas sociais (T7) | 201 |
| Educação, conhecimento, concepções e práticas (T8) | 309 |
| Educação, conhecimento, concepções e práticas (T8) | 312 |
| Educação, formação e aprendizagens (T8) | 103 |

| | |
|--|-----|
| Educação, inclusão e exclusões (T8) | 308 |
| Educação, inclusão e exclusões (T8) | 307 |
| Formação de professores e educadores (T8) | 311 |
| Formação de professores e educadores (T8) | 310 |
| Mulheres: histórias, discursos e blogs (T10) | 213 |
| Movimentos sociais e intervenção sócio-política (T11) | 212 |
| Teorias e perspectivas críticas sobre a globalização (T11) | 211 |
| Identidade e alteridade; percepções e representações (T13) | 206 |
| Identidades racizadas e processos de etnicização (T13) | 210 |
| Formas e contextos de integração (T14) | 319 |
| Políticas de integração e participação local (T14) | 209 |
| Corpo, doença e risco: representações e projectos de intervenção (T15) | 208 |
| Nação e Políticas Públicas (T16) | 101 |
| Nação, Estado e Sistemas Políticos (T16) | 104 |
| Infância, sociedade e cultura (T18) | 301 |
| Saúde e inclusão social (T19) | 303 |
| Saúde, ética e inclusão social (T19) | 318 |
| Movimentos sociais de género, classe e raça (T20) | 317 |
| Selectividade, exclusão e sofrimento no trabalho (T21) | 305 |
| Trabalho e Empreendedorismo: diferentes visões (T21) | 316 |
| Trabalho e Precarização (T21) | 315 |
| Turismo, lazer e desigualdades sociais (T22) | 314 |
| Religião, política e poder (T23) | 313 |
| Sincretismo, Etnia e Género na Umbanda e no Candomblé (T23) | 302 |

Grupos de Trabalho

| | |
|--|----|
| A (In)visibilidade do público: espaços públicos e demandas colectivas numa perspectiva comparada | A2 |
| Civilização: entre dois mundos | A3 |
| Gestão social e avaliação no espaço público não estatal: reprodução de valores e verificação de resultados | A4 |
| História(s) Lusófona(s): Velhos Temas, Novas Perspectivas Historiográficas | A5 |

16h00m

Intervalo

16h15m

Sessões de Áreas Temáticas

| | |
|--|-----|
| Mediação de Identidades: entre Margens e Fronteiras (T1) | 216 |
| Música, narrativas e cultura (T1) | 104 |
| Teorias, cinema e literatura: imagens, visões, acessos à vida social (T1) | 217 |
| Planeamento, expansão urbana e rural: aspectos políticos (T2) | 218 |
| Processos de expansão urbana, políticas habitacionais e direito à habitação (T2) | 302 |
| Teoria, Metodologias e Ciências Sociais (T4) | 311 |
| Terceiro sector e governação das políticas sociais (T7) | 103 |
| Terceiro sector: desafios, dinâmicas e protagonismos (T7) | 313 |
| Educação à distância, e-learning e TIC's (T8) | 301 |
| Educação, conhecimento, concepções e práticas (T8) | 308 |
| Educação, formação e aprendizagens (T8) | 303 |
| Formação de professores e educadores (T8) | 309 |
| Políticas Públicas Educativas: Dilemas e Paradoxos (T8) | 310 |
| Representação Política de Género e Leituras Feministas (T10) | 307 |
| As desigualdades étnicas e movimentos pelos direitos de cidadania (T13) | 312 |
| As identidades retratadas pela imprensa (T13) | 215 |
| Debates em torno da Acção Afirmativa (T13) | 314 |
| Educação: entre a diversidade e a desigualdade (T13) | 220 |
| Etnicidade, cidadania e educação (T13) | 317 |
| Construção de identidades e processos linguísticos (T12) | 209 |
| Identidades étnicas e políticas públicas (T13) | 316 |
| Diásporas, Narrativas e Preservação Cultural (T14) | 318 |
| Representações e apropriações do feminino (T15) | 304 |
| Sexualidade, media e juventude (T15) | 315 |
| Política Externa Brasileira: Estratégias e Tendências (T17) | 101 |

| | | |
|---------------|--|-----|
| | Riscos, vulnerabilidades e cultura (T19) | 319 |
| | Estratégias associativas e movimentos sociais no campo (T20) | 201 |
| | Cultura profissional e profissionalização: novos desafios e protagonistas (T21) | 206 |
| | Políticas de gestão de recursos humanos (T21) | 208 |
| | Trabalho, Saúde e Desprotecção Social (T21) | 211 |
| | Trabalho: reconfiguração, identidades e precariedade (T21) | 210 |
| | Turismo, lazer e ideais sociais (T22) | 212 |
| | Religião e etnicidade: uma visão comparativa (T23) | 213 |
| | Religião, simbolismo e perspectivas etnográficas (T23) | 214 |
| | Religiões, Cultos Afro-Brasileiros e Transnacionalização (T23) | 305 |
| | <u>Grupos de Trabalho</u> | |
| | Gestão social e avaliação no espaço público não estatal: reprodução de valores e verificação de resultados | A3 |
| | Linchamentos no Brasil e na África | A2 |
| | Mobilidade, Territórios e Necessidades Sociais | A5 |
| 18h15m | Pausa para café | |
| 18h30m | <u>Sessões de Áreas Temáticas</u> | |
| | Riscos e conflitos ambientais (T2) | 319 |
| | Teorizando o espaço: campo e cidade como construções intelectuais (T2) | 301 |
| | Imagens audio-visuais e leituras sociais (T3) | 211 |
| | Políticas e Inclusão digital (T3) | 215 |
| | Teoria e Relações Intergrupais (T4) | 104 |
| | Teoria, Metodologias e Ciências Sociais (T4) | 216 |
| | Construção do conhecimento e das identidades plurais - o olhar antropológico (T5) | 312 |
| | Desenvolvimento, sociedade civil e democracia (T5) | 217 |
| | Vivências da colonização e Neocolonialismo no mundo rural (T5) | 213 |
| | Adolescência, lei e crime (T6) | 212 |
| | Políticas e práticas judiciais (T6) | 218 |
| | Democracia, participação social e associativismo (T7) | 214 |
| | Hospitalidade, solidariedade e reconhecimento (T7) | 303 |
| | Educação, conhecimento, concepções e práticas (T8) | 309 |
| | Educação, diversidades e multiculturalismo (T8) | 310 |
| | Educação, inclusão e exclusões (T8) | 307 |
| | Educação, socialização e infâncias (T8) | 308 |
| | Ensino superior, universidades e formação (T8) | 103 |
| | Metamorfoses das desigualdades de género (T9) | 201 |
| | Mulheres e crianças em contextos de ruralidade e de protecção ambiental (T10) | 210 |
| | Violência familiar contra mulheres e crianças (T10) | 209 |
| | Brasil, África e Europa: Território e Transformações Globais (T11) | 101 |
| | (Etni)cidades e urbanidades (T13) | 208 |
| | Identidade, memória, história (T13) | 304 |
| | Identidades racizadas e problemáticas de género (T13) | 311 |
| | O movimento negro no Brasil na luta pela igualdade (T13) | 318 |
| | Semi-Presidencialismo em Países de Língua Portuguesa (T16) | 302 |
| | Riscos, vulnerabilidades e cultura (T19) | 305 |
| | Movimentos sociais e cidadania (T20) | 206 |
| | Movimentos sociais e cidadania (T20) | 220 |
| | Políticas públicas e cidadania (T20) | 313 |
| | Sindicalismo, globalização e transformações socio-laborais (T20) | 314 |
| | Trabalho, Informalidade e Economia Solidária (T21) | 315 |
| | Religião e existência: crenças e experiências (T23) | 316 |
| | Religião e reconfiguração das identidades: conceitos e categorias (T23) | 317 |
| | <u>Grupos de Trabalho</u> | |
| | Mobilidade, Territórios e Necessidades Sociais | A5 |

9.00m

Painéis Temáticos

7 – CPLP e Educação/ Ciência - A2

Abel Macedo (CPLP - SE) – Artemisa Monteiro (UFB) – David Justino (UNL)
Comentador: Paulo Sucena (FENPROF) – Moderadora: Ana Romão (Acad Militar)

8 – Sociedade e Desigualdades de Género - A3

Conceição Nogueira (UM) – Miriam Grossi (UFSC) – Rosa Melo (IICT/ UAN)
Comentador: Miguel Vale de Almeida (ISCTE) – Moderador: Luís Cunha (UM)

9 – Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - A5

Aspásia Camargo (UFRJ) – Brígida Rocha Brito (CEA/ ISCTE) – Nelson Lourenço (UNL/ Atlântica)
Comentador: Joaquim Gil Nave (ISCTE) – Moderador: José Octávio Van Dunem (UAN)

11h00m

Intervalo

11h15m

Sessões Semi-Plenárias

VII – Sociedade, Ciência e Ensino Superior - A1

José Madureira Pinto (UP) – Michael Lowy (CNRS) – Teresa Cruz e Silva (UEM)
Comentadora: Lígia Amâncio (ISCTE) – Moderador: Almerindo Afonso (UM)

VIII – Saberes, Literaturas e Linguagens - A4

Fátima Mendonça (UEM) - José Carlos Venâncio (UBI) – Neusa Maria Bastos (PUC)
Comentador: José Manuel Mendes (UM) – Moderador: Alfredo Cardoso (CMB)

12h45m

Pausa para almoço

14h00m

Sessão Plenária As ciências sociais no espaço lusófono: que futuro? - A1

António Costa Pinto (ACP)
Isabel Sá (AH)
Luís Baptista (APS)
Luís Manuel Fernandes (FINEP)
Margarida Pereira (APG)
Maria Luís Pinto (APD)
Susana Viegas (APA)
Moderador: Renato Lessa (Comité Gest Coop)

16h00m

Sessão de Encerramento - A1

Ramon Maiz (U Santiago Compostela)
Michel Wieviorka (Presidente ISA)

Engrácia Leandro (UM)
Luís Baptista (APS)
João Sentieiro* (Presidente FCT)
Manuel Mota (Vice-Reitor da UM)
Ministro da Cultura*

17h15m

Pausa para café

17h30m

Assembleia-geral do Congresso - A1

| Áreas Temáticas | Coordenadores | Oradores de Síntese |
|---|---|--|
| Arte, Cultura e Literaturas na Lusofonia (T1) | Rosa Sil Monteiro (UM) Lígia Dabul (UFF) José Pires Laranjeira (UC) Ana Mafalda Leite (UL) | Elias Feijó (U Santiago Compostela) (OS) Inocência Mata (UL, S. Tomé e Príncipe) (OS) João Teixeira Lopes (UP) (C) |
| Campos, Cidades e Planeamento (T2) | Linda Gondin (UFC) Sawn Parkhurst (U Louisville) | Carlos Ferreira Couto (CEAUP-FLUP) (OS) Luís Baptista (UNL) (OS) Miguel Bandeira (UM) (C) Renato Carmo (UL) (C) |
| Ciência, Tecnologia e Comunicação (T3) | Luísa Oliveira (ISCTE) Manuel Pinto (UM) | João Arriscado Nunes (UC) (OS) Tom Dwyer (UNCampinas) (OS) Helena Jerónimo (ISEG) (C) |
| Ciências Sociais, Teorias e Metodologia (T4) | Heloísa Martins (USP) Jean Martin Rabot (UM) | José Luís Garcia (UL) (OS) Irllys Barreira (UFC) (OS) Manuel Lisboa (UNL) (C) |

| | | |
|--|---|--|
| Colonialismo, Neocolonialismo e Estudos Pós-Coloniais (T5) | Sheila Khan (U Manchester) Sabrina Medeiros (UFRJ) | Margarida Calafate Ribeiro (CES) (OS) Valdemir Zamparoni (UFBahia) (OS) Eduardo Costa Dias (ISCTE) (C) |
| Crime, Dependência e Direito (T6) | Manuela Ivone Cunha (UM) Edmilson Lopes Júnior (UFRGN) | António Manuel Hespanha (UL) (OS) Paulo de Carvalho (FLCS-Luanda) (OS) César Barreira (UFC) (C) Vera Duarte (U Cat) (C) |
| Desenvolvimento, Políticas Públicas e Terceiro Sector (T7) | Alcides Monteiro (UBI) Eloísa Helena S. Cabral (FAAP) Sílvia Ferreira (UC) Elsa Pegado (ISCTE) | João Milando (UCAN) (OS) José Portela (UTAD) (OS) Roque Amaro (ISCTE) (C) Fernanda Rodrigues (UCat) (C) |
| Educação, Formação e Aprendizagens (T8) | Eugenio Silva (UM) Ivonaldo Leite (UERGN) Felipe Zaú (UAN) José Resende (UNL) | Afrânio Mendes Catani (USP) (OS) Licínio Lima (UM) (OS) José Alberto Correia (UP) (C) José Resende (UNL) (C) |
| Estratificação, Classes e Desigualdades Sociais (T9) | Virgílio Borges Pereira (UP) Fernando Diogo (UAç) | Elísio Estanque (UC) (OS) Sérgio Adorno* (USP) (OS) José Manuel Mendes (UC) (C) |
| Família, Género e Intimidades (T10) | Cristina Lobo (ISCTE) Eurídice Furtado Monteiro (CES - Cabo Verde) | Anália Torres (ISCTE) (OS) Maria Tavares (UManchester) (OS) Fausto Amaro (UTL) (C) Joanna Schouten (UBI) (C) |
| Globalização e Alterglobalização (T11) | Fernando Bessa Ribeiro (UTAD) Edna Maria de Castro (UFP) | Carlos Pimenta (UP) (OS) Ronaldo Fonseca (CMB) (OS) José Manuel Pureza (UC) (C) |
| Identidades Linguísticas e Políticas de Língua (T12) | Isabelle Braz (UFC) Rui Ramos (UM) | Amélia Mingas (UAN) (OS) Maria Helena Mira Mateus* (UL) (OS) Francisco Soares (UE) (C) |
| Identidades, Etnicidade e Racismo (T13) | Elisabeth Coelho (UNM) João Felipe Marques (UAlg) Rosa Cabecinhas (UM) Olga Magano (UAb) | Clemens Zobel (CES) (OS) Peter Fry (IUPERJ) (OS) Filipe Zaú (Minist Educ Angola) (C) |
| Migrações, Exílio e Diásporas (T14) | Jorge Macaista Malheiros (UL) Maria José Casa-Nova (UM) | Joelma Almeida (Moçambique) (OS) M. Beatriz Rocha-Trindade (UAberta) (OS) Beatriz Heredia (UFRJ) (C) |
| Modos de Vida, Corpo e Sexualidades (T15) | Francesca Rayner (UM) Ana Brandão (UM) | Duarte Vilar (ULusiada) (OS) Luiz Dias Duarte (UFRJ) (OS) Alípio Sousa Filho (UFRN) (C) |
| Nação, Estado e Sistemas Políticos (T16) | Marilde Loiola Menezes (UFB) Isabel Estrada (UM) | José Manuel Sobral (UL) (OS) Moacir Palmeira (UFRJ) (OS) José Capela (UM) (C) Luís Dominguez (UVigo) (C) |
| Política, Relações Internacionais e Segurança (T17) | Laura Pereira-Ferreira (UM) Wilson Barp (UFP) | Cristina Buarque de Holanda (UFF/ IUPERJ) (OS) Luís Lobo Fernandes (UM) (OS) Cristina Rodrigues* (CEA-ISCTE) (C) |
| População, Gerações e Ciclos de Vida (T18) | Eloísa Candal Rocha (UFSC) Alice Matos (UM) | Gilberta Rocha (UAç) (OS) Manuel Sarmento (UM) (OS) Ana Alexandre Fernandes (UNL) (C) Catarina Tomás (UBI) (C) |

| | | |
|--|---|---|
| Riscos, Ambiente e Saúde (19) | Anabela Carvalho (UM) Paula Remoaldo (UM) Carlos Alberto Silva (UE) | Aida Valadas Lima (ISCTE/UL) (OS) Nair Teles (UEM) (OS) Beatriz Araújo (UM) (C) Edna Castro (UFP) (C) |
| Sindicalismo, Movimentos Sociais e Cidadania (T20) | Maria da Conceição Cerdeira (UTL) Hermes Costa (UC) | Manuel Carvalho da Silva (CGTP) (OS) Carlos Faria (ULusófona) (OS) Alan Stoleroff (ISCTE) (C) |
| Trabalho, Profissões e Organizações (T21) | Elida Liedke (UFRS) Ana Paula Marques (UM) Cristina Rocha (UP) Rui Santiago (UA) | Ilona Kovacs (UTL) (OS) Alba Zaluar (UERJ) (OS) Carlos Gonçalves (UP) (C) João Bilhim (UTL) (C) |
| Turismo, Desporto e Lazer (T22) | Paulo Peixoto (CES) João Sedas Nunes (UNL) | Albertino Gonçalves (UM) (OS) Claudino Ferreira (UC) (OS) João Sarmento (UM) (C) |
| Valores, Crenças e Religiosidade (T23) | Joaquim Costa (UM) Teresa Líbano Monteiro (UCat) | António Flávio Pierucci (USP) (OS) Helena Vilaça (UP) (OS) Fátima Republicana Viegas* (Angola) (C) José Feliciano* (ISCTE) (C) |

PROGRAMA CULTURAL

4 de Fevereiro (4ª feira)

| | | |
|---------------------|--|--|
| 14h35m | Artista: Rosa Vaz Local: Átrio dos Auditórios (CP2) | Inauguração da Exposição de Pintura |
| | Local: B1 (CP2) | Lançamento de livros |
| 16h45m às 17h15m | Mídia e Educação Sandra Pereira Tosta, José Marques de Melo Editora Autêntica, Minas Gerais | |
| 17h15m às 17h45m | A Síndrome do medo contemporâneo e a violência na escola Sandra Pereira Tosta, Luiz Alberto de Oliveira Gonçalves (orgs.) Editora Autêntica, Minas Gerais | |
| 17h45m às 18h15m | Óscar Ribas. A Memória com a Escrita Gabriel Baguet Jr. Edição de Autor, Coimbra, 2008 <u>Comentador:</u> José Carlos Venâncio | |
| 18h15m às 18h45m | Pesquisas Qualitativas nas Ciências Sociais e na Educação. Propostas de Análise do Discurso Maria da Salete Barboza de Farias e Silke Weber (orgs.). Editora Universitária UFPB, João Pessoa, 2008 <u>Comentador:</u> Luciana Rosa Marques | |
| 19h15m às 20h00m | Revista Travessias 6/7 Elísio Estanque <u>Comentador:</u> Isabel Estrada Revista Travessias 8/9 | |

Renato Lessa

Comentador: Manuel Villaverde Cabral, Peter Fry, Teresa Cruz e Silva

Documentário "Migrantes"

21h30m Local: Museu Arqueológico D. Diogo de Sousa
Rua dos Bombeiros Voluntários

Documentário "Educando contra o Racismo"

Local: Auditório do Edifício dos Congregados da Universidade do Minho
Avenida Central

5 de Fevereiro (5ª feira)

Lançamento de livros

Local: B1 (CP2)

- 15h30m às 16h00m **"Sociedades contemporâneas: Reflexividade e Acção"**
Anália Torres e Luís Baptista
Afrontamento e Associação Portuguesa de Sociologia, Porto, 2008
Comentador: António Teixeira Fernandes
- 16h15m às 16h45m **"As Cidades na Cidade: Movimentos sociais urbanos em Setúbal (1966-1995)"**
Carlos Vieira de Faria
Esfera do caos, 2009
Comentador: Mário Moutinho
- 16h45m às 17h15m **"Dicionário Internacional da Outra Economia"**
Pedro Hespanha
Almedina, Coimbra, 2009
- 17h15m às 17h45m **"Estudos da Infância: Educação e Práticas Sociais"**,
Manuel Sarmiento e Mª Cristina Gouvea
Editora Vozes
Comentador: Ordália Almeida
- 17h45m às 18h15m **"Até você já não és nada...!"**,
Paulo de Carvalho
Kilimbelombe, Luanda
Comentador: Francisco Soares
- 18h45m às 19h15m **Nº 1 e 2 da "Revista Angolana de Sociologia"**
Victor Kajibanga
Edições Pedagogo
Comentador: Paulo Carvalho
- 19h15m às 20h00m **"A Universidade no Século XXI: para uma universidade nova"**
Boaventura Sousa Santos e Naomar de Almeida Filho
Edições Almedina, Coimbra, 2008
Comentador: Carlos Lopes
- "Epistemologias do Sul"**
Boaventura Sousa Santos e Maria Paula Meneses (orgs.)
Edições Almedina, Coimbra, 2009
- "As vozes do trabalho nas multinacionais. O impacto dos Conselhos de Empresa Europeus em Portugal"**
Hermes Augusto Costa e Pedro Araújo
Edições Almedina, Coimbra, 2009
- As vozes do mundo**
Boaventura Sousa Santos (org.)
Edições Afrontamento, Porto, 2008

21h30m

Local: Museu Arqueológico D. Diogo de Sousa
Rua dos Bombeiros Voluntários

Documentário "Nu Bai - O Rap Negro de Lisboa"

Tin.Bra - Grupo de Teatro Infantil de Braga
Local: IPJ - Rua de Santa Margarida

Peça de Teatro "Os Outros"

6 de Fevereiro (6ª feira)

Lançamento de livros

Local: B1 (CP2)

16h15m às

"África e suas Diásporas: olhares interdisciplinares"

16h45m

Muleka Mwewa (org.), Elena Colonna, Patrícia Ferraz de Matos, Sandrina Berhault Moreira, Alexandre Fernandez Vaz e Patrícia Gomes

Nova Harmonia, São Leopoldo, 2008

Comentador: Gerhard Seibert

16h45m às

"Marcas que demarcam: Tatuagem, Body Piercing e Culturas Juvenis"

17h15m

Vítor Sérgio Ferreira

Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2008

Comentador: João Miguel Teixeira Lopes

17h15m às

"Cultura e Arquitetura: a casa rural do imigrante italiano no Espírito Santo"

17h45m

Maria Izabel Perini Muniz

Flor & Cultura, Vitória

Comentador: Aurélia Castiglioni

17h45m às

"Vidas na Raia: Prostituição Feminina em regiões de fronteira"

18h15m

Manuela Ribeiro, Manuel Carlos Silva, Octávio Sacramento, Johana Schouten e Fernando Bessa Ribeiro Edições Afrontamento, Porto, 2008

Comentador: Conceição Nogueira

18h45m às

"Imigrantes Africanos Moçambicanos"

19h15m

Sheila Khan

Edições Colibri, Lisboa

Comentador: Manuel Carlos Silva, Maria Tavares, Fernando Mao-de-Ferro

19h15m às

"Comunicação Intercultural: Perspectivas, Dilemas e Desafios"

20h00m

Rosa Cabecinhas e Luís Cunha

Campo de Letras

Comentador: Carlos Serra

21h00m

Jantar do Congresso

Local: Cantina da Universidade do Minho

Campus de Gualtar

7 de Fevereiro (sábado)

Encerramento da exposição de pintura

16h00m

Espectáculo "Alice", pelo Grupo Arte Total

18h00m

Artista: Rosa Vaz

Local: Átrio dos Auditórios (CP2)

Calendarização das Áreas Temáticas

Arte, Culturas e Literaturas na Lusofonia

Mesa: O Universo de Oswald de Andrade - 4 de Fevereiro - 19 horas - 101

Moderador: Maria Zilda da Cunha

Título Dante Milano e o imaginário do mal no modernismo brasileiro

ID 969

Autores Alexandre Fernandes Corrêa

Resumo: Este artigo analisa aspectos históricos e biográficos vinculados ao tombamento da Coleção Museu de Magia Negra do Museu da Polícia Civil do Rio de Janeiro em 1938, destacando especialmente a obra do poeta modernista Dante Milano. Trata-se de uma reflexão sobre o estatuto museológico da magia, bruxaria e feitiçaria no pensamento social brasileiro do início do século XX.

Título Culturas em confronto: a superação da desigualdade pela antropofagia

ID 1051

Autores Teresa Maria Grubisich

Resumo: A insatisfação com o sistema dominante, nas esferas social, econômica, política e, sobretudo, estética marca toda a produção intelectual e artística de Oswald de Andrade. A sua obra e os seus projetos são fundados pela alteridade. O diálogo tenso e radical, por exemplo, entre o erudito e o popular, entre o europeu e o brasileiro e entre o índio, o negro e o branco, é a base para a crítica do modelo patriarcal de sociedade ancorado na propriedade privada e na exploração do trabalho humano, em particular o manual. Esta crítica não pretendia suprimir a cultura erudita em favor da popular ou o europeu em favor do brasileiro ou ainda o branco em favor do índio e do negro. Para superar essas desigualdades, Oswald propunha a antropofagia - tupy or not tupy: that is the question! Ela consiste na deglutição do erudito, do europeu e do branco para incorporar as suas qualidades, tal como pensavam os índios canibais que habitaram o Brasil. Pelo processo antropofágico erudito e popular, europeu e brasileiro, índio, negro e branco transformam-se em outra coisa, superando-se mutuamente, sem, contudo, perder a sua marca singular: é a unidade na diversidade. O resgate da obra de Oswald de Andrade permite pensar as desigualdades entre as sociedades, bem como aquelas que lhes são internas a partir da arte, propondo a superação das relações de dominação pela antropofagia

Título O contra-discurso histórico em Oswald de Andrade

ID 1512

Autores André Peralta Grillo

Resumo: O trabalho analisa a revolucionária poética “Pau-Brasil”, de Oswald de Andrade, sob o prisma da defesa de métodos alternativos de reconstrução histórica, de forma a ir além da história oficial, a “história dos vencedores”. Para tanto, parte-se de Walter Benjamin, com sua tese de que, para escapar à história dos vencedores, é necessário captar e fixar as reminiscências que surgem em lampejos em meio às memórias condicionadas pela história linear oficial, construindo assim um contra discurso formado de fragmentos que nos levam a mergulhar na experiência recalcada da violência do desenvolvimento histórico. Essa concepção é articulada com a defesa de Michel Foucault também de um contra discurso, que ressalta a importância da micro-história, dos “saberes sujeitados”, locais, dos registros banais do cotidiano, desvalorizados ante a pompa e glória das narrativas oficiais que legitimam o poder estabelecido. Ambos os autores demonstram como o discurso oficial legitima a hegemonia vigente ao obscurecer a violência e arbitrariedade que está em sua origem. São esses dois elementos principais, escrita por fragmentos e recurso às “banalidades” cotidianas, que marcam a poética Pau-Brasil de Oswald de Andrade, que antecipa assim, profeticamente, as tentativas posteriores de formulação de um contra-discurso histórico.

Mesa: Os museus, e a intervenção no espaço urbano - 4 de Fevereiro - 19 horas - 317

Moderador: Márcia Gobbi

Título Arte pública: novas leituras da cidade

ID 1480

Autores Pedro Andrade

Resumo: A arte pública entende-se enquanto género de arte intimamente articulado à cidadania, i.e, associado às práticas e opiniões de um povo, população, comunidade ou grupo social, em relação com o espaço público urbano da polis.

No entanto, os estudos sobre a arte pública mostram-se relativamente recentes. Em particular, este fenómeno não tem sido suficientemente problematizado em Portugal. A fim de contribuir para a superação de tais lacunas, esta comunicação procura alertar para a oportunidade dos seguintes pontos de debate:

- A definição de políticas culturais sobre a arte pública.
- A inserção das obras e intervenções de arte pública no seio do planeamento urbano e cultural e no quadro da qualificação cultural das zonas urbanas.

- A consciência, a opinião, a controvérsia e o debate, por cidadãos interventores e críticos, em relação à relevância da arte pública na nossa vida diária urbana. Assim sendo, a arte pública poderá desvelar-se como um poderoso pretexto para o exercício da cidadania cultural, em articulação íntima com a cidadania política.

Em suma, para além do património cultural que promove monumentos e outros testemunhos de legitimação do passado por parte da modernidade, mais atenção deveria ser dada, por parte das instituições públicas, mas também pelas organizações privadas, associações e movimentos de cidadãos, às obras de arte pública, em especial aquelas propostas

por artistas de vanguarda. Trata-se de uma espécie de inédita concepção da herança cultural, que edifica, por exemplo, museus de arte contemporâneos inseridos no próprio espaço urbano público que subjaz à vida quotidiana dos cidadãos.

Título Políticas culturais e estatísticas em Portugal: o caso dos museus

ID 1477

Autores José Soares Neves, Jorge Alves dos Santos

Resumo: Em 1999, por iniciativa do Instituto Português de Museus (IPM), o Observatório das Actividades Culturais (OAC) realizou o Inquérito aos Museus em Portugal, primeiro recenseamento realizado no país a este sector. No mesmo ano em que os seus resultados foram conhecidos, 2000, foi criada a Rede Portuguesa de Museus, então uma estrutura de projecto vocacionada para a qualificação do tecido museológico nacional. Nesse mesmo ano, IPM, OAC e Instituto Nacional de Estatística (INE) assinaram um protocolo que visava actualizar o projecto do INE para o sector e dar continuidade ao recenseamento realizado e, desse modo, dotar o país e a tutela pública do sector de dados estatísticos capazes de acompanhar as dinâmicas do sector. Na presente comunicação retomam-se as principais fases do processo, discute-se o modelo de produção de informação adoptado e enunciam-se os principais produtos e resultados dele emanados.

Título "Por favor tocar a campainha para ver a exposição"

ID 1558

Autores Ana Francisca de Azevedo, Flávio Nunes

Resumo: Desde há décadas que a Geografia Cultural se debruça sobre o estudo das representações do espaço pela arte. Com a presente comunicação aquilo que pretendemos mostrar é que este tipo de estudo se encontra, na actualidade, ligado aos movimentos de participação pública orientados para políticas de negociação da paisagem e do lugar por diferentes grupos e subgrupos sócio-culturais. Tendo por base a interpretação iconológica e a semiótica da imagem, discutiremos o papel da arte pública, no que respeita à contestação de espaços de alteridade nas sociedades urbanas contemporâneas.

Mesa: A herança joanina e o destino do império colonial: formas e sentidos nas literaturas de língua portuguesa - 5 de Fevereiro - 11h15 - 319

Moderador: Ana Margarida Fonseca

Título Negociando identidades: portugueses, brasileiros e outros emigrados no romance oitocentista

ID 1181

Autores Paulo Oliveira

Resumo: É um elemento recorrente, na literatura oitocentista de língua portuguesa, a presença de personagens que, nascidos em Portugal ou no Brasil, se deslocam de sua nação buscando encontrar, do outro lado do Atlântico, um destino melhor. Às vezes retornando, outras permanecendo para o espaço que se deslocaram, ou ainda transformando a sua vida em um constante ir-e-vir, estes personagens permitem que vejamos várias facetas de um diálogo em construção. Partindo de dois textos já do século XX, que marcam quase o final deste período em que o Brasil é o destino principal dos portugueses em busca de melhor vida, Emigrantes e Terra Fria, ambos de Ferreira de Castro, pretendemos, voltando para trás, refletir sobre um século de deslocamentos, em que vamos trabalhar tanto com obras de escritores considerados canônicos - Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós, Manuel António de Almeida e Aluísio de Azevedo - como com outros hoje quase esquecidos, como Eduardo Tavares e Alfredo Hogan.

Título De navegações e batalhas: Manoel de Oliveira e o império colonial português

ID1191

Autores Aparecida de Fátima Bueno

Resumo: Na vasta produção de Manoel de Oliveira, dois filmes são bastante propícios para pensarmos sobre o império português e seus desdobramentos e fraturas. De um lado em "Non, ou a vã glória de mandar" o cineasta faz um interessante paralelo entre duas derrocadas imperiais: aquela que fez naufragar os sonhos do rei menino, e a que, quase quatro séculos depois, marcou de forma indelével toda uma geração de portugueses que foram obrigados a lutar pela manutenção de um anacrônico império. Por outro lado, em "Filme falado", a trajetória da expansão portuguesa é revisitada e articulada com uma história mais ampla e mais complexa, a da longa expansão e domínio do Ocidente que, aberta pelos navegantes portugueses, foi depois suplementada pela trajetória de várias outras nações europeias. Pretendemos, refletindo sobre esta dupla visada, tecer algumas considerações sobre o papel do que um dia foi o império português possui em parte da produção de Oliveira, e sobre a forma como este cineasta reflete sobre o passado imperial e sua presença, mesmo que latente, no tempo atual.

Título Diálogo de culturas e ressonâncias estéticas em memórias da infância e aprendizagens com o chão

ID1505

Autores Maria Zilda da Cunha

Resumo: Sabemos que a literatura assume contornos singulares nas franjas dos núcleos hegemônicos. Brasil e África são territórios marcados por uma profunda e complexa tensão entre elementos genuínos e elementos impostos pela colonização. Irmanar essas experiências fronteiriças é nossa tentativa neste tempo de mundialização. Esta comunicação busca analisar, comparativamente, os projetos estéticos de Manoel de Barros e Ondjaki, apresentando alguns elementos importantes tanto para afirmar a identidade das duas culturas quanto para projetar um novo homem e uma nova forma de conhecimento para o século XXI. Por meio das duas obras: A terceira Infância, de Manoel de Barros, e Há prendizagens com o chão, mostra-se possível evidenciar raízes similares e marcas identitárias das duas culturas e das duas literaturas que compõem um macrossistema, no interior do qual nenhuma das literaturas afirma-se como paradigmática. A língua portuguesa é o instrumento com o qual Brasil e Luanda fortalecem e irmanam suas experiências. Importa-nos, dentro do

pensamento crítico, nas novas perspectivas de perceber o mundo como uma realidade de fronteiras múltiplas, buscar enlaçamentos nas sendas do comunitarismo cultural. Nosso desejo é criar laços de solidariedade passíveis de extrapolarem as fronteiras nacionais e atingirem o transnacional. Acreditamos ser a literatura terreno fértil da cultura, chão de criar e de projetar o homem, instrumento catalisador de conscientização e de transformação humana.

Título Exclusão e inclusão da periferia no(s) Império(s)

ID 1642

Autores Mário Lugarinho

Resumo: Desde a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, o mapa social e cultural urbano foi redesenhado inúmeras vezes, constituindo e reconstituindo os conceitos de centro e periferia. Nosso objetivo visa a apontar, a partir de algumas narrativas brasileiras do século XIX e XX, como este mapa imaginário constituiu várias cidades diferenciadas e que, hoje, se encontram sobrepostas naquele espaço urbano, assinalando uma narrativa metonímica da formação do Estado e do Império, segundo Negri e Hardt.

Mesa: Identidade e alteridade na arte - 5 de Fevereiro - 11h15 - 101

Moderador: Carla Antunes

Título Arte e Cultura na lusofonia- artes plásticas na ilha de Santa Catarina- Brasil

ID 234

Autores Sandra Makowiecky

Resumo: No Brasil, na ilha de Santa Catarina – Florianópolis há uma palpável influência açoriana, tanto nas tradições folclóricas, arquitetônicas, como no espírito de sua população. A tradição cultural legada pelos açorianos é permeada por dois fatores determinantes: a relação com o mar, pela pesca, como instrumento de vida e morte e a religiosidade profunda, um cristianismo fundamentalista católico, algo próximo das crenças medievais, dando vida a uns mundos fantásticos, povoados de santos e demônios, onde a magia e bruxaria são realidades palpáveis e interferem no cotidiano de cada um, especialmente nas localidades afastadas do centro da cidade, as antigas freguesias. As tradições fantásticas, transmitidas oralmente, têm influenciado os habitantes da ilha onde a influência do fantástico tem sido presente nas artes plásticas catarinenses, com resultados qualitativamente variáveis. Através dos costumes trazidos pelos imigrantes açorianos que se instalaram em Desterro, formou-se na ilha uma cultura popular com forte colorido local. A cultura popular ainda tem importância na modernidade, daí a pertinência de sua preservação, pois são componentes da própria realidade social. Cultivar as tradições é uma estratégia de luta contra a massificação e a conseqüente homogeneização da sociedade. Na preservação das diferenças, a alteridade se revela e a história não só reconhece como deixa manifestar as suas múltiplas vozes. A cultura, resultado das práticas e representações simbólicas construídas por determinada coletividade humana, é permanentemente reelaborada, ocorrendo a combinação da permanência de certas tradições com a inovação das novas influências, o que lhe confere caráter dinâmico no contexto da arte e cultura na lusofonia.

Título Representações Populares na Pintura Modernista Brasileira

ID 1314

Autores Rogério Medeiros

Resumo: Esta pesquisa tem como principal objeto descrever e analisar a pintura modernista brasileira dos anos 1920-30 que teve por temática a diversidade das representações culturais populares. Trata-se de um dos aspectos mais significativos da produção das artes visuais no século XX no país, pois expressa com clareza as tentativas conflituosas e contraditórias efetuadas por setores intelectuais para criar uma arte que fosse a expressão da nacionalidade. Nossos procedimentos metodológicos de observação fundamentam-se nos processos da semiologia da imagem francesa. O modernismo brasileiro é um movimento de amplo espectro cultural desencadeado nos anos 1920 - nele convergindo elementos das vanguardas que surgiram na Europa antes da Primeira Guerra Mundial - e assimilado em fragmentos justapostos e misturados. Este estudo se desenvolve a partir de quatro módulos temáticos, que servem de suporte para a classificação e análise das obras: 1- cerimônias e festas; 2- atividades cotidianas; 3- práticas religiosas; 4- costumes culturais. Essa classificação é parcialmente inspirada no modelo de etnografia descritiva de Marcel Mauss, visto que nosso campo de pesquisa limita-se à uma metodologia de observação singular abrangendo morfologias sociais, organizações sociais e domésticas, cerimônias, fenômenos religiosos, festas, mitos e lendas, vestuários, espaços de convivência e outros fatos sociais reproduzidos ou sugeridos em determinadas obras pictóricas. Para a análise desses módulos teremos como base a descrição semiótica das obras através de determinados códigos dominantes: pictórico (compreendendo os princípios da composição e os elementos fundamentais de percepção e comunicação visual), espacial, cromático, gestual e cenográfico. Privilegiamos os pintores modernistas que apresentam temáticas populares, com suas evocações narrativas da vida prosaica e cotidiana, urbana ou rural, de um imaginário visual brasileiro. Trata-se de um cenário que surge inicialmente nas construções pictóricas de Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Di Cavalcanti, Lasar Segall, Vicente do Rego Monteiro e Ismael Nery, e prosseguem posteriormente com Cícero Dias, Portinari e Volpi

Título Uma reflexão estética, a partir de N'Dalatando

ID 1415

Autores Dília Fraguito Samarth

Resumo: O presente artigo discute a relação entre políticas de comunicação, democracia e espaço público na Amazônia, a partir do estudo de caso do "convênio" entre uma grande empresa de telecomunicações do Estado do Pará, na Amazônia brasileira, e a TV Liberal, retransmissora da maior rede de telecomunicações no Brasil (Rede Globo de Televisão) e a Fundação de Telecomunicações do Pará, FUNTELPA, pertencente ao governo do Estado do Pará. Ao analisar este caso, colocam-se sob nossos olhos as relações de poder que permeiam a comunicação e a cultura, assim como os desafios para a construção da democracia na Amazônia contemporânea.

Nossa hipótese consiste em pensar que o Governo do Estado do Pará não apenas inverte a lógica da integração, mas reconfigura o processo de colonialismo interno no estado. Faz isso partindo de uma lógica neoliberal, portanto diferente dos desenvolvimentistas e militares, permitindo que o protagonista que dinamiza essa nova integração, nos âmbitos da cultura e da comunicação, seja uma empresa privada, ou seja, delegando ao mercado esta função, e, no entanto, mantendo uma relação de tutela e clientelismo com a empresa. Com isso queremos inferir que sempre existe uma relação outra, para além da simples gestão administrativa que o termo "política de comunicação" implica. Queremos por em relevância a política, num sentido distinto: o de relações de poder inerentes e imbricadas às políticas governamentais.

Título Balangandã e bolsa de mandinga: artesanaria, representação simbólica e lusofonia no espaço dos museus
ID 1428

Autores Maria Sylvania Porto Alegre

Resumo: Discussão da presença de elementos simbólicos de origem lusófona contidos em coleções de museus de arte e etnografia, a partir do estudo de amuletos. Dentre a multiplicidade desse tipo de peças, escolhi a penca de balangandãs e as chamadas bolsas de mandingas. Tais objetos são encontrados em coleções de museus de Portugal, Brasil e África e representam um ponto de partida para o entendimento de nossas matrizes artísticas e culturais, tanto no passado como no presente.

Título A fotografia como forma de expressão do olhar infantil
ID 1087

Autores Patrícia Oliveira de Freitas, Maria Isabel Candeias

Resumo: Apresentamos parte de um trabalho, sustentado num quadro teórico proposto por SONTAG (2004), FLUSSER (2002) e BARTHES (1989) e que teve como universo de investigação um grupo de estudantes de uma escola pública de Braga, integrados numa turma do 5.º ano de escolaridade. A proposta que foi apresentada a cada criança foi que fizesse cinco fotografias que servissem para mostrar a sua escola. Como se tratava de um grupo de crianças a quem foi diagnosticado dificuldades de aprendizagem e de integração escolar considerou-se importante investigar e compreender os seus modos de ver a escola, a partir do uso da câmara fotográfica como estratégia de guardar e apresentar as suas escolhas pessoais. No total, elas produziram sessenta e cinco fotografias. Em quarenta e cinco registraram apenas os espaços da escola e em vinte decidiram incluir pessoas. Nas caminhadas feitas para o registo das imagens, tornaram-se visíveis as diferentes formas de ocupação específica dos espaços pelas crianças e pelos adultos da escola, apontando por vezes para o rompimento dos limites do predeterminado e favorecendo a criação. No momento em que os alunos actuaram como "fotógrafos", eles valeram-se da astúcia e assumiram, mesmo que momentaneamente, o lugar de actores com liberdade para a gestão desses espaços. A sua maneira cada aluno apresentou uma forma própria de ver, sentir e viver a escola. A fotografia aqui foi assumida como método e também como forma de expressão das diversas leituras e dos muitos olhares possíveis sobre o cotidiano da escola: os alunos sentiram como a sua opinião tinha sentido e os professores compreenderam as relutâncias e os afectos que cada uma das crianças tinha sobre os espaços escolares podendo melhor gerir as opções curriculares.

Mesa: Formação de identidades, expressão de alteridades - 5 de Fevereiro - 14h30 - 214
Moderador: Pedro Andrade

Título Criar identidade galega sem fabrico próprio: A exportação de literatura infanto-juvenil no relacionamento intersistémico galego-hispano-catalán (1979-1982)

ID 637

Autores Carlos Figueiras

Resumo: Esta comunicação aproxima-se das actividades exportação de produtos do mercado editorial para sistemas literários em emergência, que apresentam deficits projectivos na sua produção, empreendidas por indústrias culturais de sistemas consolidados à margem das estruturas actantes de maneira estável no sistema receptor.

Para o tratamento do assunto em questom procederemos à análise deste tipo de exportações que desde empresas editoriais dos sistemas espanhol e catalán, e no âmbito do infanto-juvenil, se produz para o mercado editorial galego entre 1979 e 1982, período da primeira autonomia política da Galiza. Partindo de conceitos como tradição, produção e importação, desenvolvidos por José Lambert para o estudo das relações internacionais, analisaremos esse fenómeno que chamamos de "exportação" e as suas possíveis repercussões nos sistemas receptores, como podem ser as inovações repertoriais, a proliferação de novas tipologias de produtos e géneros ou a aparição de novos agentes e grupos actantes em sistemas em emergência, que pola internacionalização do âmbito de trabalho das indústrias culturais, começam a ver ocupados determinados nichos de mercado sem a mediação dos seus próprios agentes, grupos ou instituições. Este trabalho pretende ajudar também para a reconstrução das relações de força e da hierarquia de interesses que existem na fabricação ou remodelação da identidade galega num período determinante para a sua conformação actual. Esta comunicação está enquadrada no projecto "Portugal e o mundo lusófono na Literatura Galega das últimas décadas (1968-2000)" desenvolvido por parte do grupo Galabra da USC e parcialmente subsidiado pela Junta da Galiza (PGIDT01PXI20414PR).

Título As artes de Mário de Andrade: o poeta modernista e colecionador de desenhos infantis
ID 515

Autores Marcia Gobbi

Resumo: No Brasil, educação e socialização das crianças pequenas era tarefa da família, exceto para as crianças cujas mães trabalhavam, que iam para as creches. Mudanças nos hábitos e valores das famílias, em centros urbanos, assim como alterações nas relações sociais acabaram determinando uma redefinição das fronteiras entre o público e o privado, incrementando a demanda pela educação infantil.

A concepção de infância foi sendo modificada, influenciada pela pesquisa realizada em campos como a história ou a sociologia da infância. Pesquisas, desde a década de 90, indicam que a criança pequena deve ser compreendida como protagonista de sua vida e que as instituições de educação infantil constituem um espaço privilegiado para o desenvolvimento das múltiplas linguagens e das relações sócio-educativas. O reconhecimento da educação infantil, constituída por creches e pré-escolas, como direito à educação desde o nascimento e sua regulamentação no sistema educacional, por meio da Constituição de 1998 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, legitimou a idéia de compartilhamento de responsabilidade entre família e estado. Entretanto, traduzir os princípios legais em realidade representa um desafio. Em relação ao acesso, a creche atende cerca de 15% da população de 0 a 3 anos de idade, e a pré-escola que cerca de 72% das crianças entre 4 e 5 anos. Em relação à qualidade do atendimento, a distância entre o que a lei prescreve e as demandas sociais, de um lado, e a realidade das instituições de educação infantil, de outro, ainda é grande, principalmente para creche.

Título Diversidade cultural e tecnologia da informação: práticas cotidianas e construção de identidade em ambientes comunitários

ID 676

Autores Maria de Fatima Hanaque campos, Ana Maria Ferreira Menezes

Resumo: Novas abordagens teóricas voltam-se para o estudo da cultura onde as análises possuem como premissa o entendimento da construção do cotidiano social em busca das especificidades regionais. Uma das questões que se apresenta atualmente é analisar o contexto da globalização e a utilização das tecnologias da informação restrita a determinados grupos sociais visando melhorar a qualidade de vida e trabalho e daqueles que estão privados do seu acesso. A inclusão digital não pode ser apartada da inclusão autônoma dos grupos sociais pauperizados, ou seja, da defesa de processos que assegurem a construção de suas identidades no ciberespaço, da ampliação do multiculturalismo e da diversidade a partir da criação de conteúdos próprios na Internet, e, pelo ato de cada vez mais assumir as novas tecnologias da informação e comunicação para ampliar sua cidadania. O objetivo é analisar o uso das tecnologias de informação em espaços de expressão de diversidade cultural interagindo em práticas cotidianas e construção de identidade. A partir de grupos previamente selecionados estão sendo realizadas oficinas de aprendizagem utilizando as tecnologias da informação, promovendo discussão e reflexão sobre conceitos como tradição, bens culturais, identidade individual e coletiva, cidadania. O foco da inclusão digital tem seu epicentro na autoformação e no fomento de uma inteligência coletiva capaz de assegurar a inserção autônoma na sociedade informacional. O estudo sobre diversidade cultural contribui, decisivamente, para a superação dos preconceitos e conhecimento da formação social da Bahia, compreendendo melhor a nossa própria diversidade cultural.

Título O imaginário das pessoas idosas (re)construindo fatos históricos e sociais

ID 880

Autores Francisco de Assis Santos Azevedo, Eduardo Gomes Onofre

Resumo: O presente trabalho teve como objetivo central discutir o imaginário das pessoas idosas em relação a fatos históricos pertencentes à cidade de Joao Pessoa, Estado da Paraíba. A metodologia foi de natureza qualitativa, baseando-se na teoria de G. Durand e Michel Maffesoli. Participaram da pesquisa 16 idosos que freqüentam o Centro de Produção Artístico-Cultural da Pessoa Idosa. As imagens e os discursos analisados foram filmados para uma melhor compreensão dos fatos. A pesquisa foi realizada em maio de 2008. Percebemos que a pessoa idosa é uma importante fonte para (re)escrever fatos históricos, bem como, as mudanças ocorridas pelos atores sociais ao longo do tempo. Analisar o cotidiano das pessoas idosas é resgatar fatos histórico-culturais fundamentais para a sociedade poder registrar a sua história. Concluímos que as pessoas idosas são protagonistas da história coletiva e que através dos grupos de convivência podemos dar uma maior valorização social a esses atores sociais.

Título Projectos de expressão dramática

ID 1033

Autores Carla Antunes

Resumo: O âmbito da nossa reflexão prende-se com a versatilidade da Expressão Dramática /Teatro na formação de Professores do 1º ciclo do Ensino Básico e Educadores de Infância e a diversidade étnico – cultural das escolas portuguesas. As práticas artísticas são um espaço de construção de conhecimento e mais uma forma, entre muitas outras, de aprendizagem sobre os modos como relacionar e inter-agir com o meio físico e sócio-cultural. O professor/educador é um agente participante e decisivo no desenvolvimento curricular, tomando decisões sobre o que é ensinado e como é ensinado, tendo alguma margem de liberdade de acção que não deve descurar. No momento da criação artística, enquanto proponente de actividades, projectos... é autónomo, devendo, por essa razão, ter a capacidade de apelar, também ele, à autonomia dos alunos, estimulando e apoiando as suas propostas, de modo a que desenvolvam capacidades como a criatividade, inovação, iniciativa, planificação, armas fundamentais para uma prática pedagógica reflexiva. Importa, por isso, considerar a cultura do meio envolvente, a cultura inerente ao grupo, a história individual de cada um, de modo a superar bloqueios individuais e desconstruir preconceitos sociais. Nesse sentido, os projectos artísticos de Expressão Dramática propiciam de forma única a convocação de experiências de vida dos intervenientes, valorizando-as de tal modo, que muitas vezes a própria diversidade etno - cultural se transforma em indutora de criação de argumentos. Apresentaremos percursos delineados e percorridos em equipa, os quais permitiram espaço para partilha, discussões e trocas de ideias, o que contribuiu para o enriquecimento dos intervenientes e para a pertinência desta área de saber.

Mesa: Reconstituição identitária na literatura contemporânea: confronto, indecisão e violência - 5 de Fevereiro - 14h30 - 216

Moderador: Vima Lia Martin

Título Subversão do trágico nos romances policiais de Pepetela

ID 1200

Autores Fabrice Schurmans

Resumo: Desde os anos 90, o romance policial globalizou-se e as novas investigações levam o leitor contemporâneo de Durban a Jerusalém com escalas em Luanda, Kinshasa ou Bamako. Deste novo corpus, pretendo destacar a produção policial do escritor angolano Pepetela (os dois romances da série Jaime Bunda) por questionar a vários níveis o próprio género, as suas características, os seus limites, sem contudo deixar de pertencer à literatura policial. Dedicarei, todavia, maior atenção ao sentido particular do trágico que estas duas narrativas evidenciam. Se muitos autores ocidentais incorporaram e continuam a incorporar esta categoria estruturante da nossa presença no mundo nas suas narrativas policiais, Pepetela, assim como outros romancistas africanos, fazem-no de um modo particular, revelando nas suas práticas literárias um trágico intimamente ligado às suas experiências do real, ou seja, um trágico ligado às condições sociais da poscolónia. O arbitrário do Estado, a violência e a pobreza desempenham um papel semelhante ao do fatum clássico: a personagem encontra-se dominada por forças que não consegue controlar e que a levam a tomar as decisões erradas. Todavia, se o trágico poscolonial, à semelhança do trágico moderno ocidental, encena personagens “sem qualidades”, experimentando no seu quotidiano o sofrimento de viver, seria certamente erróneo atribuí-lo principalmente a uma razão ontológica (a angústia de viver, por exemplo). Certas personagens não sofrem por causa do seu estatuto de ser-para-a-morte, mas antes devido às condições trágicas da vida na poscolónia.

Título Infância em tempos de guerra

ID 1493

Autores Ana Maria Ribeiro

Resumo: Publicado no corrente ano, AvóDezanove e o segredo do soviético é o romance mais recente de Ondjaki. Nesta obra, o autor, tal como em Bom dia camaradas (2003), com o registo humorístico que lhe é próprio, apresenta-nos uma história onde as crianças detêm um papel de relevo. Elas movimentam-se num cenário condicionado pela situação de Angola, com particular destaque para a presença estrangeira, tendo a guerra como pano de fundo. Através deste trabalho pretende-se dar conta da representação da infância subjacente à última publicação do autor, sem deixar de a relacionar com a imagem da infância veiculada por outras obras deste jovem escritor e de outros romancistas.

Título “Violência é ele ficar assustado porque a gente é negro”

ID 1533

Autores Margarida Paredes

Resumo: Este poster irá reflectir sobre a VIOLÊNCIA, a partir do conto, CANTO III, ESQUECE do livro CONTOS NEGREIROS, do escritor Marcelino Freire, prémio JABUTI 2006. Na perspectiva definida pelo antropólogo brasileiro Rifiotis “A violência nas suas múltiplas formas, é representada como um domínio da experiência social que permeia as brechas da crise da modernidade e busca alternativas interpretativas para a sociedade contemporânea”. No entanto o discurso contemporâneo sobre a violência parece estar amarrado ao lugar da vítima e engendra um automatismo moral pela negatividade que oblitera também o discurso da própria violência, ou seja, sua qualidade como forma expressiva. A literatura não é obrigada a limitar o olhar que produz sobre o homem e pode utilizar múltiplos discursos para pensar o tempo presente. Vamos utilizar este olhar de viés da literatura para problematizar a violência. Num trabalho banhado pela oralidade, Marcelino Freire dá voz a um colectivo – a gente - que expressa o ponto de vista de quem está envolvido e produz a violência, utilizando a linguagem para expressar o discurso da própria violência. Neste conto, a violência, como forma expressiva, fala do universo particular do sujeito a partir do lugar onde ele experimenta o mundo, o interpreta e se fundamenta. O objectivo desta pesquisa será identificar como o olhar que o autor derrama sobre este fragmento social, pode contribuir para renovar o olhar que temos sobre a violência.

Título A África de António Lobo Antunes

ID 1609

Autores Sérgio Sousa, Emília Pereira

Resumo: A obra de Lobo Antunes perspectiva a realidade africana em termos ambivalentes. Por um lado, África representa as memórias disfóricas e traumáticas da guerra. Trata-se, por isso, de um espaço que persegue cruelmente o narrador ou certas personagens. No entanto, por outro lado, África, qual éden, é também um espaço deslumbrante, que cativa tanto pelas suas gentes como pelas suas magníficas paisagens. A esta ambivalência acrescenta-se outra e que tem a ver com o retorno de África: um regresso problemático, na justa medida em que quem volta não encontra o país que deixou, descobrindo, afinal, algo de novo que soa a estranho, e deixa em África todo um conjunto de imagens fortes. Há assim um entre-dois que significa um processo, ao fim e ao resto, de desterritorialização. Daí uma crise de identidade que se reflecte numa deriva existencial que é, antes de tudo, uma deriva espacial.

Título Alternativas à produção: tradição e importação no Campo Cultural Galeguista em 1972

ID 463

Autores Vítor Diaz

Resumo: Esta comunicação tem como objectivo estudar qual é a função da tradição e da importação em 1972 no Campo Cultural Galeguista. Neste trabalho entenderemos por tradição os autores galegos mortos e por importação os autores não galegos, quer vivos quer mortos. No que respeita aos autores estrangeiros, prestaremos especial atenção ao papel jogado por Portugal e pelo sistema cultural português como referente de reintegração referente que é facilmente verificável nas estratégias culturais de certos sectores na história do galeguismo. Neste sentido, e tendo em foco sempre o processo de definição e construção do sistema cultural galego, a nossa investigação prestará atenção à posição que este ocupe no intersistema cultural luso-afro-brasileiro e, mais em concreto, atenderá as transferências produzidas entre o sistema-meta português e o sistema-origem galego em função das lacunas que se pretendem preencher no sistema-origem galego ou dos repertórios que neste se querem modificar. Por outro lado, daremos conta dos relacionamentos e das transferências verificados com outros sistemas, em particular com aqueles que funcionem como referentes de analogia, é

dizer, aqueles com os que se tenham ou constituem elementos comuns ou que som considerados análogos por estarem em similares circunstâncias sócio-políticas. Aliás, também repararemos nas transferências com outros sistemas que saiam da perspectiva-quadro sinalada. Em definitivo, teremos como alvo no nosso estudo os fins (o 'para que') do uso da tradição e da importação dos diferentes grupos que actuam no campo cultural galeguista na altura em função dos seus interesses e das suas possibilidades.

Mesa: Identidades e ideologia no cinema e na dança - 5 de Fevereiro - 16h15 - 101
Moderador: Ricardo Costa de Oliveira

Título A década de ouro do cinema português: a inculcação do sistema ideológico de valores do Estado Novo
ID 1443

Autores Vânia Simões

Resumo: A socialização, eterna na vida do indivíduo, é fruto de diversos agentes que para ela contribuem criando a ordem e o controlo social de forma invisível nas dinâmicas populacionais. O cinema, como meio de massas e para as massas assume-se como um indiscutível agente socializador na criação do imaginário colectivo e na integração e construção da realidade do indivíduo. O período de ditadura que acompanhou Portugal por quase 50 anos deixou um legado social que se estende por gerações até à realidade actual. A inculcação de valores imposta pelo regime estendeu-se a diversos domínios da vida social, encontrando-se presente de forma latente ou expressa nas demais esferas. O Estado Novo, detentor de um sistema ideológico bem organizado, procurou reproduzi-lo no imaginário social através das mais diversas estratégias. O cinema assumiu-se assim como um agente de inculcação do sistema de representações ideológicas do regime do Estado Novo. O trabalho presente tem como objectivo analisar a realidade da inculcação desses valores através do cinema, centrando-se em duas populações: População de Lisboa com mais de 65 anos, ou seja a população que viveu o regime; e os jovens do ensino superior público de Lisboa, com o objectivo de análise da extensão dos efeitos da socialização do regime nas camadas mais jovens. Ao nível metodológico procedeu-se à realização de 1000 questionários, tendo sido também realizado a análise de conteúdo aos seguintes filmes: "Pátio das Cantigas"; "Canção de Lisboa"; "Pai Tirano" e "Costa do Castelo", com o fim de desconstruir os valores ideológicos salazaristas presentes nas películas referidas.

Título Aspectos Rituais da Criação em Cinema

ID 987

Autores Lígia Dabul, Bianca Pires

Resumo: Nesta comunicação apresentaremos alguns resultados de pesquisa sobre a criação artística como processo social, enfocando o cinema e, particularmente, a prática de cineastas na confecção de seus filmes. Levantaremos algumas possibilidades de análise do processo criativo no cinema, utilizando registros autobiográficos e desenvolvendo hipóteses sobre a recorrência de alguns procedimentos ritualizados como deflagradores e constitutivos da criação artística. Para tanto, enfocaremos o set de filmagens e a ação, situações sociais experimentadas como excepcionais por atores sociais envolvidos, e conformada por um conjunto considerável e intensificado de interações entre os diferentes profissionais voltados para gravações de cena. Por meio dos dados e conclusões às quais chegamos, poderemos dialogar com proposições sociológicas acerca da criação artística, chamando a atenção especialmente para a ausência de trabalhos que consideram a experiência criativa como passível de análise sociológica. Ainda, pretendemos acenar com a possibilidade de estender algumas constatações às quais chegamos na pesquisa para outras modalidades criativas que incluem situações sociais nas quais artistas reconhecem participarem da criação de suas obras.

Título O Fogo Transatlântico do Encontro de Xangô com a Dança do Bugarabu

ID 1066

Autores Sandra Trindade Mascarenhas

Resumo: Título da pesquisa de mestrado concluída em 2007 pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da UFBA, Salvador - Bahia, Brasil, que apresento como proposta para as Sessões Temáticas deste Congresso. O objeto de estudo emergiu da experiência vivida com as danças africanas, durante os oito anos que vivi na Holanda, e denunciou em sua singularidade, uma complexidade, característica recorrente do pensamento atual acerca das identificações mutáveis. Diante do extenso universo que compõe as danças africanas, fui o elemento catalisador das evidências deste conhecimento empírico e do recorte identificado pela dança de Xangô, o rei do fogo, um dos orixás do Candomblé da Bahia, em diálogo com o Bugarabu, nome do instrumento e da dança que compõem o ritual da colheita de arroz da região de Casamance, em Senegâmbia. O fogo da performance foi a metáfora fundamental da hipótese do caráter transcultural dessas danças no processo e composição do trabalho (memória, etnografia e performance), observado, percebido e vivenciado pelo meu corpo, no Brasil, na Holanda e em Gâmbia. O trabalho de campo foi realizado no terreiro do Ilê Axé Opô Afonjá, da Ialorixá, Mãe Stella de Oxossi. As reflexões críticas desta abordagem transcultural instigaram discussões temáticas do momento contemporâneo das danças e asseguraram diálogos entre – teoria/prática, conhecimento científico/tradição (oral). Dentre outros nomes destaco: Estudos da Performance (Richard Schechner), Estudos Culturais (Paul Gilroy e Stuart Hall), Antropologia Teatral (Eugênio Barba), Etnografia (James Clifford), Filosofia (Merleau-Ponty), Tradição Oral (Fayee Dionna).

Título Capoeira, cinema novo e corpo

ID 1091

Autores Luís Vitor Castro Júnior

Resumo: O movimento cinema novo surge da disposição dos novos cineastas brasileiros de encontrar uma fisionomia nacional e socialmente engajada. Procuravam romper aquele universo limitado e cômico das chanchadas e dos filmes de cangaço que predominavam na época e que, muitas vezes, eram considerados como uma diversão medíocre e provinciana ainda que bastante popular. Se as marcas das narrativas cinematográficas do cinema novo pautavam-se na visão da

cultura popular como sinônimo da alienação e do atraso, por outro lado, esses filmes deixaram belos registros estéticos da cultura popular e de como o povo lida com sua arte de saber fazer em condições adversas. Sendo assim, o foco da pesquisa procurou compreender as várias representações simbólicas da capoeira presentes nos filmes Barravento de Glauber Rocha e o Pagador de Promessa de Anselmo Duarte. Buscou-se também perceber as narrativas corporais que os atores-capoeiras ao participarem dos filmes colocaram na imagem movimento suas tramas e seus saberes. A presença da capoeira é marcada pelas experiências do Mestre Canjiquinha com seus capoeiristas. Singularidades foram as potências encontradas nas imagens dos filmes sobre o jogo-dança-luta, com seus corpos expressando o desejo, independentemente daquilo que os símbolos representam. O desejo ignora as fronteiras entre as formas de fazer a roda-ritual calcada na reivindicação da tradição e a roda-encenação, no evento da modernidade. Canjiquinha possui um alto poder de traçar complexas linhas culturais. Através do cinema ele escreve sua história, enveredando por outro caminho com um discurso bem diferente daquele enunciado pelos Mestres Bimba e Pastinha.

Mesa: Literatura, identidade e novos contextos sociais - 5 de Fevereiro - 16h15 - 313
Moderador: Ana Maria Ribeiro

Título Métodos e ferramentas para o estudo dum sistema cultural emergente em tempos de mudança política: o caso Galego (1968-1982)

ID 299

Autores Roberto Samartim

Resumo: Partindo do entendimento da literatura como fabricadora de ideias, de maneiras de ver e agir no mundo, de bens e ferramentas culturais, a presente comunicação pretende chegar as principais conclusões quanto aos procedimentos acompanhados e os instrumentos utilizados pelo Grupo Galabra da USC para investigar os processos de emergência de sistemas culturais no ocidente da Europa em períodos de forte mudança política. No nosso estudo do caso galego entre o fim da ditadura franquista e a transição ao regime autonómico (anos 1968-1982) detectamos tanto uma recolha e uma análise deficiente dos dados, como a produção dum tipo de trabalhos gerados desde uma focagem parcelar (metodológica ou, mesmo, ideologicamente) que impedem o conhecimento apurado do Sistema Cultural Galego desta altura. Da nossa parte, os resultados de trabalhos assentes em bases teórico-metodológicas de natureza sociológica e sistémica permitem uma abordagem relacional e determinam a nossa transição dos estudos literários aos estudos da cultura. Apresentamos aqui sumariamente a metodologia, as técnicas e as ferramentas utilizadas para a recolha e para a análise dos materiais que constituem o corpus principal dos nossos trabalhos sobre o Sistema Cultural Galego entre 1968 e 1982 (livros, revistas, imprensa e entrevistas). Com isto pretendemos contribuir para o estabelecimento dum instrumental capaz de dar conta do mapa das relações, das estratégias dos grupos, agentes e instituições deste sistema emergente, assim como da análise dos repertórios presentes e das ideias fabricadas e socializadas durante um período determinante para a configuração posterior da sociedade galega.

Título A componente política e civilizacional no livro “EVA” de Germano Almeida

ID 800

Autores Iolanda Vasile

Resumo: Duma maneira muito condensada, parcimoniosa e subtil o advogado Germano Almeida fala através do escritor que nos apresenta a história dum triângulo amoroso situado em Lisboa dos anos '60, que logo após a independência do arquipélago é transferido em Cabo Verde. Tendo como ponto de partida esta perspectiva, o trabalho pretende analisar a componente política e civilizacional do livro. Buscaremos avaliar a reflexão acerca de 25 de Abril, a crítica perante todas as formas de autoridade, de racismo, do comportamento dos cabo-verdianos e do monopólio da informação, também tentaremos salientar e analisar os fragmentos que falam sobre o acesso aos bens culturais, sobre a política e economia do Cabo Verde no período antes e pós-colonial.

Título (Re)Imaginar a nação – representações identitárias na ficção pós-colonial de língua portuguesa

ID 921

Autores Ana Margarida Fonseca

Resumo: Ligação da literatura a um sentido nacional tem sofrido nos últimos anos um impulso renovado em virtude do grande desenvolvimento dos estudos pós-coloniais, especialmente atentos à importância da “nação enquanto narração” (Bhabha). Considera-se, assim, que o discurso literário constitui um meio privilegiado para a representação de imagens de identidade colectiva, ainda que nem sempre a entidade nacional se constitua em referente explícito, abrangendo sobretudo aspectos simbólicos e metafóricos onde o colectivo se dá a ler através do que é específico e individual. É com este pano de fundo que nos propomos reflectir, de forma necessariamente sucinta, sobre a construção das identidades nacionais e culturais em quatro narrativas: O Esplendor de Portugal de António Lobo Antunes e Pedro e Paula de Helder Macedo, ambos portugueses; Terra Sonâmbula do escritor moçambicano Mia Couto e A Geração da Utopia, do angolano Pepetela. Tendo em vista a imprescindibilidade de uma visão de síntese, faremos um trajecto pontuado por cinco palavras-chave – memória, alteridade, fronteira, mestiçagem, utopia. Entendendo a nação como um construto variável, historicamente determinado e em permanente redefinição, o contexto pós-colonial em que nos inserimos implica a urgência de re-historicizar e re-localizar o olhar crítico, que se pretende que seja, também ele, situado sobre a fértil ambivalência das fronteiras. A (re)configuração identitária não pode, na verdade, ignorar a importância da experiência histórica do colonialismo, as tensões e as virtualidades que lhe estão subjacentes e o modo como umas e outras são assumidas em termos de memória colectiva.

Título O livro e a leitura nas políticas culturais em Portugal: contextos, orientações e instrumentos

ID 1478

Autores José Soares Neves, Maria João Lima

Resumo: Nas sociedades do conhecimento os níveis de leitura de uma dada população são um dos mais importantes indicadores de caracterização. Por sua vez, a quantidade e diversidade da oferta de títulos de livros é uma das condições de desenvolvimento das práticas de leitura. Se as políticas educativas são decisivas para a formação de competências de leitura, as políticas culturais desempenham um importante papel no desenvolvimento das culturas de leitura, preocupação que é outra das características das sociedades ocidentais contemporâneas. Ao longo dos dois últimos anos decorreram no Observatório das Actividades Culturais várias pesquisas extensivas tendo por objectos o sector do livro (Inquérito ao Sector do Livro), as práticas de leitura da população (A Leitura em Portugal) e a promoção da leitura (Práticas de Promoção da Leitura nos Países da OCDE e Projectos de Promoção da Leitura nas Bibliotecas Públicas). Nesta comunicação retomam-se os principais indicadores socioeconómicos de caracterização da evolução do sector do livro como indústria cultural e das práticas de leitura e enfatiza-se a dimensão das políticas culturais postas em prática no actual contexto passando em revista as orientações programáticas e os instrumentos criados para a sua concretização. Tem-se em vista traçar o contributo das referidas políticas para o desenvolvimento da cultura de leitura em Portugal.

Título Duas Visões de uma Crise Social: Literatura Regionalista e Literatura Negra no Brasil (1930-1960)

ID 424

Autores Mariana Miggiolaro Chaguri, Mário Augusto Medeiros da Silva

Resumo: Pretendemos explorar as relações entre a literatura brasileira e a sociedade nacional, partindo da premissa de que momentos de crise social são formalizados esteticamente de modos originais. Serão recuperados dois momentos históricos que possuem como impasse central a integração de diferentes setores na sociedade brasileira: a Literatura Negra que, em São Paulo, surge, no bojo de uma crise social, trazendo uma estética particular que expressa a visão de mundo de uma fração do grupo negro, letrada e se politizando. A literatura seria uma via de expressão de um projeto em construção, para disputar poder e reconhecimento social, a partir da emancipação social como cidadãos. Simultaneamente, nos anos 1930 o Regionalismo nordestino ganha uma formulação nova no país, autores, em geral, ligados às oligarquias regionais, empreendem um esforço de, por meio da literatura, tornar inteligível a decadência da região, apontando, em vários momentos, soluções diversas para a crise. Se a adversidade existe, ela é transformada numa síntese de contrários, isto é, passado e presente passam a existir como elementos de transformação. Temos visões de mundo de grupos sociais distintos operando por meio da memória coletiva a discussão de suas crises sociais. Baseados nas formulações de Lucien Goldmann, propomos investigar as visões de mundo dos autores diretamente relacionados a esses processos, avaliando as inter-relações entre a dinâmica estética e os processos sociais em tela. Compararemos os escritores José Lins do Rego (Menino de Engenho, 1932; Doidinho, 1933) e Carolina Maria de Jesus (Quarto de Despejo, 1960; Casa de Alvenaria, 1961).

Mesa: Literatura de mulheres e artes tradicionais - 6 de Fevereiro - 11h15 - 208

Moderador: Paulo Oliveira

Título A censura no Estado Novo à escrita feminina, à maneira de ilustração: Judith Teixeira, Natália Correia e Maria Teresa Horta

ID 552

Autores Mônica Aparecida Heloane Carvalho de Sant' Anna

Resumo: Uma abordagem sobre os mecanismos da censura durante o Estado Novo em relação à produção literária de cariz feminino, mais especificamente os casos de Judith Teixeira, Natália Correia e Maria Teresa Horta - como foram censuradas, punidas, agredidas e marginalizadas por terem a "ousadia" de expressarem-se, via poesia, sobre erotismo, desejo, sexualidade e o corpo feminino.

Título A situação da mulher moçambicana na vida social, económica e cultural através dos romances de Paulina Chiziane

ID 553

Autores Renata Szmidt

Resumo: Paulina Chiziane (n.1955) é a primeira mulher em Moçambique a publicar romances. É autora de cinco livros: A Balada de Amor ao Vento (1990), Ventos do Apocalipse (1993), O Sétimo Juramento (2000), Niketche, uma história de poligamia (2002) e O Canto Alegre da Perdiz (2008). A sua escrita trata da mulher numa sociedade polígama na qual as mulheres são discriminadas por serem mulheres. Em todos os seus romances, Paulina Chiziane retrata o Moçambique actual, dividido entre a tradição e a vida moderna, as culturas ancestrais e autóctones e outras que vieram posteriormente, por influência do Islão, da China, da Índia e, sobretudo, do Cristianismo e da Europa. Deste modo, os romances de Chiziane apresentam-nos situações fascinantes de transculturação, geradores de fusões e penetrações entre a cultura do colonizador e a cultura do colonizado, que formaram a actual situação pós-colonial do país. Por isso, seguindo os passos das protagonistas de Paulina adquirimos, por um lado, o conhecimento da tradição religiosa e cultural, práticas de magia, feitiçaria, rituais de morte e viuvez, rituais de iniciação sexual, séculos de costumes específicos, as diferenças abissais entre o Norte e o Sul, as normas e tabús existentes nas relações familiares e entre homem e mulher em Moçambique. Por outro lado, os romances de Paulina nunca se limitam à uma simples descrição da realidade. Antes pelo contrário, têm uma função social importante a cumprir, já que são histórias pedagógicas e moralizantes. O que observamos nas páginas destes quatro livros é o questionamento às convenções sociais e ao papel da mulher no contexto familiar moçambicano poligâmico e monogâmico. Os trechos narrados, geralmente em primeira pessoa, revelam, portanto, os sentimentos de protagonistas frente aos costumes e tradições e, sobretudo, frente ao papel social da mulher, colocado-a em conflito com os seus desejos, necessidades e ambições. A autora tenta despertar em moçambicanas a vontade de negarem a ordem estabelecida na sociedade e a vontade, até então reprimida, de mudarem o estado das coisas. Nesta comunicação acreditando nas teses de Goldmann, Escarpit e de Mukarovsky sobre o poder sociológico e transformador da literatura, procuraremos analisar as estratégias usadas por Chiziane e pelas narradoras dos seus romances para compreender a

realidade actual vivida pela mulher moçambicana, a necessidade de a transformar e de encontrar, por parte das moçambicanas, o seu próprio espaço identitário.

Título Histórias de escritas e leituras femininas na Bahia do século XIX

ID 614

Autores Márcia Maria da Silva Barreiros Leite

Resumo: Este estudo analisa as experiências de escrita e leitura femininas na Bahia no século XIX. A partir do estudo de fontes documentais inéditas, cartas, memórias, romances e poesias, buscamos investigar a importância da produção literária feminina de baianas pertencentes aos setores abastados da sociedade oitocentista. Num contexto de muitas restrições ao trabalho intelectual do chamado “sexo frágil”, os escritos de algumas mulheres ganharam visibilidade numa cultura de traços misóginos e senhoriais.

Título O Tecido Encantado: o quotidiano, o trabalho e a materialidade no bordado

ID 747

Autores Karine Queiroz

Resumo: Pretendo estudar como o artesanato da Renda, especialmente aquele conhecida por Labirinto ou Crivo, pode ser uma forma de mostrar a cultura material como espaço de reintegração da subjetividade, do quotidiano na produção da história, de forma a fazer com que nos objetos tenham um adensamento de narrativas fundadas em práticas sociais e políticas que permitem a cooperação e a criatividade como forma de emancipação social

Título Timor Leste e sua Cultura

ID 970

Autores Fernanda de Fátima Sarmento Ximenes

Resumo: Tais é um pano grosseiro típico timorense da confecção caseira, utilizado em todas as regiões do país não só como peça de vestuário mas também como expressão cultural do seu povo e da sua gente; mesmo assim, muitos desconhecem ainda a sua confecção, o seu valor cultural e a sua utilização em transmitir mensagens. O principal objectivo deste estudo é analisar o aspecto cultural do tais e o valor que ele representa em cada uma das cerimónias tradicionais, sejam elas religiosas ou culturais para que, possuindo um conhecimento mais vasto deste género cultural timorense, o “TAIS” possa ocupar o lugar que merece na sociedade contemporânea. A confecção deste objecto cultural também constitui uma das abordagens tratadas neste estudo para estabelecer diferença entre a tradicional e a contemporânea na intenção de conservar a primeira e elevar o nível da outra. A metodologia adoptada para realizar esta pesquisa foi: pesquisa bibliográfica nas diferentes bibliotecas de Díli, entrevista feita aos confeccionantes, mestres da palavra e às organizações apoiantes e, não menos importante, a própria experiência da autora na confecção, quando criança, e na utilização do tais até à actualidade. O resultado da pesquisa mostra a importância que o tais representa na vida social, cultural, económica e política do povo timorense e o interesse de muitas ONG em promover a sua tecelagem. O tais constitui o elemento mais representativo que Timor Leste possui para marcar a sua presença histórica tanto dentro como fora do país.

Título A situação da mulher moçambicana na vida social, económica e cultural através dos romances de Paulina Chiziane

ID 1662

Autores Renata Szmidt

Resumo: Paulina Chiziane (n.1955) é a primeira mulher em Moçambique a publicar romances. É autora de quatro livros: A Balada de Amor ao Vento (1990), Ventos do Apocalipse (1993), O Sétimo Juramento (2000), Niketche, uma história de poligamia (2002) e O Alegre Canto da Perdiz (2008). A sua escrita trata da mulher numa sociedade polígama na qual as mulheres são discriminadas por serem mulheres. Em todos os seus romances, Paulina Chiziane retrata o Moçambique actual, dividido entre a tradição e a vida moderna, as culturas ancestrais e autóctones e outras que vieram posteriormente, por influência do Islão, da China, da Índia e, sobretudo, do Cristianismo e da Europa. Deste modo os romances de Chiziane apresentam-nos situações fascinantes de transculturação, geradores de fusões e penetrações entre a cultura do colonizador e a cultura do colonizado que formaram a actual situação pós-colonial do país. Por isso, seguindo os passos das protagonistas de Paulina adquirimos, por um lado, o conhecimento da tradição religiosa e cultural, práticas de magia, feitiçaria, rituais de morte e viuvez, rituais de iniciação sexual, séculos de costumes específicos, as diferenças abissais entre o Norte e o Sul, as normas e tabús existentes nas relações familiares e entre homem e mulher em Moçambique. Por outro lado, os romances de Paulina nunca se limitam à uma simples descrição da realidade. Antes pelo contrário, têm uma função social importante a cumprir, já que são histórias pedagógicas e moralizantes. O que observamos nas páginas destes quatro livros é o questionamento às convenções sociais e ao papel da mulher no contexto familiar moçambicano poligâmico e monogâmico. Os trechos narrados, geralmente em primeira pessoa, revelam, portanto, os sentimentos de protagonistas frente aos costumes e tradições e, sobretudo, frente ao papel social da mulher, colocando-a em conflito com os seus desejos, necessidades e ambições. A autora tenta despertar em moçambicanas a vontade de negarem a ordem estabelecida na sociedade e a vontade, até então reprimida, de mudarem o estado das coisas. Nesta comunicação acreditando nas teses de Goldmann, Escarpit e de Mukarovsky sobre o poder sociologicamente transformador da literatura, procuraremos analisar as estratégias usadas por Chiziane e pelas narradoras dos seus romances para compreender a realidade actual vivida pela mulher moçambicana, a necessidade de a transformar e de encontrar, por parte das moçambicanas, o seu próprio espaço identitário.

Mesa: Sociabilidade, processos de criação e legitimação na música e no teatro - 6 de Fevereiro - 11h15 - 307

Moderador: Helena Maria da Silva Santana

Título A constituição da Música Popular Urbana Brasileira e os seus sentidos sociológicos.

ID 181

Autores Dmitri Cerboncini-Fernandes

Resumo: Se hoje podemos dizer que o samba e o choro são dois ritmos musicais detentores de uma história, de uma delimitação formal e de um panteão próprio, tal feito muito se deve ao trabalho efetuado por alguns personagens que, a despeito de suas importâncias reais para a construção histórica da música popular brasileira, permanecem inusitadamente em uma posição de pouco destaque tanto nos estudos acadêmicos quanto no conhecimento geral do grande público. Legítimas ou ilegítimas, nacionais ou regionais, boas ou más, feias ou belas; essas classificações qualitativas a respeito da música brasileira foram estabelecidas sobretudo por meio das mãos de tais personagens. Classificações que, sem embargo e sem alarde, ditariam o rumo da produção musical popular no século XX. Esses produtores de taxonomia se especializaram em exprimir por meio de suas valorizações estéticas as tensões que rodeavam o universo da música popular em contextos distintos. Procuo assim analisar nesta comunicação a ação de alguns desses quase-desconhecidos intelectuais focalizando sobretudo os trabalhos levados a cabo por eles durante as décadas de 1930-60, período de máxima importância para a imposição de uma estética nacional-popular nas artes brasileiras.

Título O campo da música popular brasileira (MPB) como “braço artístico” da modernização conservadora brasileira – ou alguns porquês da “contradição sem conflitos de João Gilberto” e seus pares

ID 342

Autores Daniela Ribas Ghezzi

Resumo: Este artigo relaciona a música popular urbana brasileira a um processo amplo de modernização dessa sociedade. A transformação da música popular a partir de 1958 (e o desenvolvimento daquilo que ficou conhecido como MPB) teria ocorrido através de mudanças moleculares e de processos de transformação-conservação, que guardariam semelhanças com a modernização conservadora brasileira. Tanto na MPB como nos processos sócio-políticos existiria uma estratégia em que a mudança não exclui a tradição. Desenvolverei a questão de como a Bossa Nova, ao transformar a música popular, teria veladamente reiterado a tradição, ainda que de forma inovadora e moderna. Em dez anos (correspondentes a um “ciclo de institucionalização”), tal desenvolvimento teria autonomizado um campo de produção simbólica, cuja noção de legitimidade se articularia à estrutura de sentimento do período. Através de uma “mediação criativa” das estruturas sociais, as mudanças moleculares do campo da MPB teriam problematizado as questões da identidade cultural, da modernização da tradição, da renovação da expressão musical, e do engajamento nas manifestações artísticas (presentes nessa estrutura de sentimentos), produzindo assim novos significados às transformações sociais em curso naquele momento no Brasil – perspectiva recuperada do materialismo cultural. Pela centralidade que ocupa na formação cultural brasileira, acredito que o campo da MPB, através da busca de autonomia artística e de legitimidade de seus agentes (responsáveis pela criatividade da mediação entre cultura e sociedade), tenha colocado em prática sua capacidade de articular as questões pertinentes à modernização da sociedade à sua própria modernização, pois estas questões eram candentes também para seu próprio desenvolvimento.

Título Apontamentos acerca da visibilidade dos lugares teatrais na cidade de São Paulo

ID 536

Autores José Simões Almeida Jr.

Resumo: O “lugar teatral” e a sua distribuição na cidade de São Paulo, no final dos anos 90, início do século XXI, revelaram um denso tecido cultural. Neste contexto, propõe-se discutir as relações, entre o lugar teatral e os processos de espacialização, envolvendo as questões da visibilidade desses locais na paisagem cultural da cidade de São Paulo, no período de 1999 a 2004. Sendo o “lugar teatral” compreendido nesta reflexão como uma unidade cultural, artística e social (meme) organizada num dado contexto urbano, pela prática, isto é, pelo uso que os artistas e o público fazem dela (território vivido). Na cidade de São Paulo, no período de 1999 a 2004, foi percebido o crescimento de salas de teatro - pequenas e adaptadas em edifícios distintos à atividade teatral – espaços esses não tão visíveis à paisagem urbana da cidade. Nesse contexto, foi possível investigar algumas das estratégias dos grupos e/ou companhias de Teatro na busca da visibilidade de seus espaços no panorama cultural da cidade. Dentre elas destaca-se a tendência das salas de espetáculos agruparem-se em determinadas regiões da cidade, resultando na criação de territórios específicos, por exemplo, a Praça Roosevelt (São Paulo), que tornou-se sinônimo da vanguarda do Teatro Contemporâneo Paulista, entre outros agenciamentos sociais. Ao final, trata-se de discutir as estratégias de visibilidade e interação social deste modelo de “lugar teatral” (salas pequenas, adaptadas em prédios distintos à função teatral), compreendido como unidade de cultura (meme), sua reprodução/multiplicação e inserção no panorama cultural da cidade de São Paulo.

Título Uma estética, muitas culturas: a percepção multicultural do Teatro do Oprimido a serviço da fruição artística e da ampliação dos direitos sociais em Moçambique

ID 576

Autores Elizabete Sanches Rocha

Resumo: A Estética do Teatro do Oprimido, criada por Augusto Boal, aponta para as possibilidades de se atuar socialmente pela arte, permitindo a fruição estética e o alcance de objetivos pacificadores em sociedades em conflito ou sob variadas formas de opressão. Para tanto, esta estética aposta na arte como um espelho das relações humanas. Pelo Teatro Fórum, uma das técnicas usadas pelo TO, o opressor pode se colocar no lugar do oprimido e se enxergar como agressor, e oprimidos, por sua vez, podem compreender suas capacidades de libertação e de superação. Pelo Teatro Legislativo, outra técnica aplicada pelo TO, leis são sugeridas pela participação popular, através do teatro. O multiculturalismo, muitas vezes pouco compreendido tanto por setores progressistas quanto conservadores, constitui uma matriz desta estética. O TO parte do princípio de que todas as sociedades são complexas e algumas pessoas são incapazes de perceber as sutilezas existentes em outras culturas, pois só conseguem enxergar a sua própria. Este pensamento vai ao encontro da reflexão de Boaventura de Sousa Santos, ao alertar para a limitação de uma visão cultural egocêntrica, uma vez que todas as culturas são incompletas. Santos, ao propor a “hermenêutica diatópica”, esclarece que o objetivo não deve ser atingir a completude, mas alargar o nosso conhecimento sobre as incompletudes de cada cultura, e

isso só é possível pelo reconhecimento mútuo e pelo diálogo. Pretende-se demonstrar, pelos resultados de nossa atual pesquisa de pós-doutorado, a relevância desta percepção multicultural na estética do TO em sua bem-sucedida atuação em Moçambique.

Título Teatro Experimental do Negro: Estratégia e Ação

ID 741

Autores Daniela Roberta Rosa

Resumo: Em outubro de 1944 no Rio de Janeiro um grupo de homens e mulheres negras, tendo como líder Abdias do Nascimento, formou o Teatro Experimental do Negro. O objetivo era dar ao ator negro condições de levar aos palcos personagens livres dos estereótipos que foram sendo absorvidos e reproduzidos pelo teatro brasileiro especialmente a partir do século XIX. O negro representado de maneira quase bestial seria ignorado para dar lugar a um negro humanizado com seus dramas e questionamentos. A iniciativa do TEN implicou na recusa de um lugar pré-determinado para o negro no palco e na sociedade brasileira, e o questionamento desta determinação que o teatro mostrava como reflexo de toda sociedade. Assim, ao ser pensado como sujeito do próprio destino o negro a que o TEN queria atingir deveria assumir boa parte da responsabilidade para integrar-se, sem perder de vista a luta por condições efetivas para isso. A investigação da trajetória do grupo e sua estratégia de ação mostram a maneira como esta iniciativa tão importante do movimento negro brasileiro relacionou-se com seu contexto na busca de seus objetivos.

Mesa: Agentes e práticas sociais na cultura e na política - 6 de Fevereiro - 14h30 - 215

Moderador: Elias J. Torres Feijó

Título Brasil séculos XVII e XVIII - Colônia Portuguesa: reflexos da estrutura de poder na arquitetura e no espaço das vilas e cidades.

ID 307

Autores Maria Izabel Perini Muniz

Resumo: A tradição colonial portuguesa deixou fortes marcas na sociedade brasileira atual. A reflexão e o debate sobre o legado do passado constituem etapas na procura de maior consciência da nossa realidade cultural para melhor construção do futuro. O trabalho efetua leituras da arquitetura e dos espaços urbanos a partir da ótica social e da estrutura de poder, no período colonial do Brasil. As bases de poder colonial: Militar, Religiosa e Civil estão presentes na arquitetura dos fortes, igrejas e engenhos - mostram com clareza as iniciativas de centralização no domínio do território e no controle da sociedade. A arquitetura Barroca, fruto da Contra Reforma, reflete as relações sociais do sagrado e do profano e os valores culturais da época. A arquitetura dos engenhos e das casas urbanas compõe a estrutura de poder da economia colonial e a arquitetura civil oficial e militar tem sua importância na gestão e controle do território e da sociedade. Como consequência da riqueza e do desenvolvimento do comércio na região das minas a arquitetura do ouro se firma como indutora do processo de criação vilas e cidades e proporciona os primeiros movimentos de luta pela liberdade do Brasil mostrando os conflitos do sistema colonial. Os métodos de leitura da arquitetura e dos espaços urbanos, sob a ótica de poder político e social de uma época, têm como objetivos agregar novos procedimentos e ampliar o campo de documentos para o estudo da história, enriquecendo o repertório de pesquisa sobre o assunto.

Título O estudo de sistemas culturais emergentes através da imprensa periódica. O caso do jornal galego "Faro de Vigo" em 1970

ID 344

Autores Cristina Tejero

Resumo: Partindo de pressupostos metodológicos de natureza sistémica e sociológica, segundo os quais a imprensa periódica é umha instituição que fornece dados úteis para o conhecimento do funcionamento dos sistemas culturais e das suas relações internas e externas, esta comunicação pretende apresentar os procedimentos acompanhados, as ferramentas utilizadas e as principais conclusões tiradas pelo Grupo Galabra da USC da abordagem através da imprensa dum Sistema Cultural emergente em tempo de ditadura. Em concreto, estudamos o caso do jornal Faro de Vigo no ano 1970 começando por avaliar a natureza e a utilidade para os nossos objectivos dos conteúdos deste periódico galego, identificando e caracterizando a partir dele os grupos e agentes actantes no sistema cultural galego da altura, as instituições às que estes se vinculam e as ideias que promovem sobre a língua e cultura galega. Com este trabalho pretendemos contribuir tanto para o estabelecimento de métodos e instrumentos apropriados para o estudo do campo da comunicação social quando caracterizado pela forte heteronomia a respeito do campo político, como para o melhor conhecimento do funcionamento do Sistema Cultural Galego durante a ditadura franquista.

Título Os mandarins do Brasil: bacharelismo e anti-bacharelismo na cultura brasileira (1870-1930)

ID 607

Autores Wilton Silva

Resumo: O bacharelismo, fenômeno político e literário que se manifesta como o monopólio político e cultural exercido por agentes do Direito, tem sido estudado por historiadores, sociólogos e juristas (Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire, Maria Isaura de Queiroz, Raimundo Faoro, Fernando Uricoechea, José Murilo de Carvalho, entre outros) de diferentes orientações teórico-metodológicas. A maioria dos analistas localiza o apogeu de tal monopólio no Segundo Reinado, sendo que alguns apontam a sua continuidade na República Velha, quando novas elites se articulam e ocupam o espaço do bacharel. Pretendemos apontar contribuições e estabelecer questionamentos a partir das orientações de alguns dos teóricos citados, através de uma análise multidimensional do bacharelismo e dos bacharéis como grupo político-cultural no período 1870-1930.

Título Novos modelos e novas funções para a Universidade. Relações com a cidade e os seus espaços de sociabilidade na passagem do séc. XVIII para o XIX na Galiza

ID 633

Autores Paula Seoane

Resumo: Esta comunicação insere-se num projecto de investigação mais amplo que, numha das suas linhas específicas, estuda a Universidade de Santiago como espaço de circulação de repertórios, com o objectivo de descrever as funções assumidas pela instituição na fabricação e/ ou promoção de ideias durante a segunda metade do séc. XVIII na Galiza. Em estádios preliminares da investigação pudemos constatar a existência de múltiplas relações entre umha série de espaços, diversos na sua definição e natureza, e a Universidade. A instituição universitária interactua com o próprio espaço da cidade; com certos espaços institucionais de carácter oficial ou religioso, que têm um poder reitor mais ou menos acusado sobre ela (Consejo Real, Cabido, Arcebispado...); com espaços de sociabilidade em que participam agentes universitários (tertúlias, espaços de leitura, Real Sociedad Económica de Amigos del País...), etc. Este trabalho descreve a rede de interacções espaciais em que participa a Universidade e que a situam no quadro de espaços públicos da altura. O objectivo, em último termo, é (1) estabelecer que agentes e grupos, e desde que posições, participam do espaço universitário colocando e promovendo através dele os seus repertórios; e (2) estudar as redes desenhadas e as estratégias empregadas por esses grupos e, eventualmente, os espaços alternativos a que acodem para intervir sobre a Universidade. A análise proposta conduz ademais ao estabelecimento do paradigma de Universidade em vigor, o que significa conhecer tanto a posição desta instituição nos campos político e cultural da época, como a cota específica de funções que assume no quadro de espaços públicos em que está inserida.

Título Projectar (umh)a memória, seleccionar (umh)a história. Espaços de produção do saber sobre a Ilustração na Galiza e a sua vinculação com os espaços de formulação da identidade

ID 672

Autores Laura Blanco

Resumo: Através da elaboração, na primeira fase dum projecto de investigação sobre a Ilustração na Galiza, dum corpus bibliográfico que contém documentação do século XVIII e sobre o século XVIII gerada nos séculos XIX, XX e XXI e, avaliado quantitativa e qualitativamente o seu conjunto catalográfico, algumas das conclusões inferidas da análise dos âmbitos de produção do saber sobre este período reveláram -e permitirom estabelecer numha segunda fase da nossa investigação- duas categorias espaciais de fabricação e divulgação do conhecimento. Mediante um percurso diacrónico estudámos os processos de construção de ideias sobre o século XVIII tanto no âmbito da historiografia literária galega como no âmbito da historiografia da Galiza, e umha das inferências elementares é a de estes dous âmbitos conformarem um discurso que funciona como elemento chave da elaboração da identidade nacional galega e da fabricação e promoção de ideias identitárias. Como dedução colateral, estes dous âmbitos discursivos configuram umha categoria espacial de divulgação do conhecimento, fabricada com um fim divulgativo que funciona como espaço de projecção da memória nacional para a cidadania. Esta análise serviu para verificar como através do tempo algumas das ideias projectadas sobre o período em causa cimentarom um fluxo de elementos simbólicos de formulação da identidade a partir dos promotores galeguistas do século XIX, e que na segunda metade do século XX se reformulariam, consolidando-se com grande sucesso a partir da década de 80, devido sobretudo à introdução do galego no ensino (1982), e até hoje. Estas correntes de ideias triunfarom sobre outras e constituem umha visom parcial do século XVIII como consequência dos critérios ideológicos polos que, na historiografia literária, é circunscrito entre os "séculos obscuros" da memória nacional galega e ao que, na historiografia da Galiza, som imputadas as causas do atraso económico do país, como ideia bem-sucedida. Nesta seguinte fase do projecto, o nosso alvo de estudo som os processos de construção de ideias nas áreas de produção científica e/ou divulgativa que conformam os estudos de carácter parcelar e monográfico que, nos últimos anos do século XX e nos já decorridos do século XXI, tenhem profusamente aumentado, e como estas ideias se relacionam e vinculam com os demais espaços de elaboração do conhecimento, e como afectam (ou nom) na formulação da identidade.

Mesa: Folclore, a imprensa e a literatura de viagens - 6 de Fevereiro - 14h30 - 214

Moderador: Emília Pereira

Título Um olhar português pela Europa: Ramalho Ortigão em viagem

ID 651

Autores Vanda Rosa

Resumo: Um dos momentos mais profícuos das relações luso-brasileiras ocorreu nos finais do século XIX, tendo para tal contribuído bastante a Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro. Este periódico, que permitiu o acesso da população à literatura e à arte, contou com a colaboração de autores portugueses de renome, como Eça de Queirós, Jaime Batalha Reis, Oliveira Martins ou Mariano Pina. A presença de Ramalho Ortigão foi mais constante, pois livros como Notas de Viagem ou A Holanda foram textos inicialmente publicados neste jornal brasileiro. Contribuiu também para a publicação das crónicas intituladas "Cartas Portuguesas" e como correspondente em Portugal assinou mais de 500 artigos entre 1879 e 1915. Este contacto com a comunidade brasileira acentuou-se com a visita a S. Paulo, a convite de Ferreira Araújo, director do referido periódico, e com a participação na inauguração do Gabinete Português de Leitura em 3 de Outubro de 1887. Os livros supra-mencionados são dois exemplos de obras dedicadas às diferentes viagens encetadas por Ramalho, como a Espanha, à Alemanha, à Itália ou a Inglaterra. Também em John Bull ou em Pela Terra Alheia encontramos uma descrição de locais, pessoas, hábitos, nunca deixando de fazer comparações com a cultura portuguesa, e até mesmo com a inglesa. São viagens que se revestem de desilusões às vezes, e de regozijo com o que de mais positivo o Outro tem.

Título Cultura Popular e Folclore em Mário de Andrade

ID 1254

Autores Guilherme Martins

Resumo: A cultura popular brasileira ocupou um lugar de destaque na obra de Mário de Andrade. Danças dramáticas, rituais e festas regionais, cantos tradicionais e demais expressões do folclore brasileiro, foram pesquisados e documentados por Mário de Andrade. Através de pesquisas etnográficas e viagens a diversas regiões do interior do Brasil, Mário de Andrade revelou a diversidade das manifestações da cultura popular. Festejos como os Reisados, os Pastoris, a Marujada, a Chegança e o Bumba-meu-boi, além de ritmos, danças e rituais como o catimbó, o maracatu, a pajelança e a macumba, são manifestações folclóricas regionais que compõem a cultura popular brasileira. No folclore brasileiro, Mário de Andrade destaca a associação de valores culturais indígenas, africanos e lusitanos, mostrando que a diversidade caracteriza a cultura popular no Brasil. Este aspecto pode ser observado tanto nos resultados de pesquisas documentais, apresentados em livros como Turista aprendiz, Pequena história da música e Música de feitiçaria no Brasil, quanto em obras literárias como é o caso de Macunaíma. Em Mário de Andrade, a identidade cultural brasileira é evidenciada sob o enfoque da cultura popular, a qual se manifesta nos cânticos, músicas, ritmos, danças e cerimônias religiosas do interior do país e nas metrópoles brasileiras do início do século XX. A presente comunicação trata da noção de cultura popular em Mário de Andrade a partir dos livros em que o autor faz referências às manifestações, ritmos e cerimônias características do folclore brasileiro, bem como da obra literária Macunaíma.

Título Diálogos sobre a Loucura entre Lima Barreto e Michel Foucault

ID 1272

Autores Marcela Amaral, Guilherme Martins

Resumo: Afonso Henrique de Lima Barreto (1881-1922) pode ser considerado um dos principais romancistas brasileiros. Ademais, como cronista apresenta importantes contribuições para o conhecimento dos costumes e da realidade política e social brasileira da Primeira República. Sendo os seus escritos uma referência no âmbito da ficção urbana no Brasil, nestes o autor explicita com firmeza o seu posicionamento crítico acerca do regime republicano e aos modismos que se difundiram neste período. O traço autobiográfico é uma de suas marcas e muitos dos personagens que integram o corpo de sua obra revelam suas próprias vivências como mulato, mestiço e objeto de várias internações psiquiátricas. Partindo de suas experiências em instituições psiquiátricas e de suas posições sobre a medicina alienista e positivista de então, Lima Barreto desenvolve uma importante crítica à ciência da época que impunha certezas no tratamento e diagnóstico das alienações mentais. Em Foucault, a questão da loucura é evidenciada na obra História da Loucura. Foucault retoma a experiência trágica da loucura a partir da análise de discursos e práticas sociais. Entre os discursos analisados merecem destaque obras artísticas e literárias. Autores como Antonin Artaud, Sade, Nietzsche e Höderlin caracterizariam a experiência trágica da loucura na modernidade. No tocante às práticas sociais, Foucault se refere ao internamento e criação de hospitais psiquiátricos no Ocidente revelando fenômenos recorrentes na institucionalização da loucura no Brasil. Na presente comunicação pretende-se refletir sobre a temática da loucura em Lima Barreto e Michel Foucault ressaltando o diálogo entre ambos a partir da literatura.

Título Subversão do código e do trágico nos romances policiais de Pepetela

ID 1672

Autores Fabrice Schurmans

Resumo: Desde os anos 90, o romance policial globalizou-se e as novas investigações levam o leitor contemporâneo de Durban a Jerusalém com escalas em Luanda, Kinshasa ou Bamako. Deste novo corpus, pretendo destacar a produção policial do escritor angolano Pepetela (os dois romances da série Jaime Bunda) por questionar a vários níveis o próprio género, as suas características, os seus limites, sem contudo deixar de pertencer à literatura policial. Dedicarei, todavia, maior atenção ao sentido particular do trágico que estas duas narrativas evidenciam. Se muitos autores ocidentais incorporaram e continuam a incorporar esta categoria estruturante da nossa presença no mundo nas suas narrativas policiais, Pepetela, assim como outros romancistas africanos, fazem-no de um modo particular, revelando nas suas práticas literárias um trágico intimamente ligado às suas experiências do real, ou seja, um trágico ligado às condições sociais da poscolónia. O arbitrário do Estado, a violência e a pobreza desempenham um papel semelhante ao do fatum clássico: a personagem encontra-se dominada por forças que não consegue controlar e que a levam a tomar as decisões erradas. Todavia, se o trágico poscolonial, à semelhança do trágico moderno ocidental, encena personagens “sem qualidades”, experimentando no seu quotidiano o sofrimento de viver, seria certamente erróneo atribuí-lo principalmente a uma razão ontológica (a angústia de viver, por exemplo). Certas personagens não sofrem por causa do seu estatuto de ser-para-a-morte, mas antes devido às condições trágicas da vida na poscolónia.

Título Narração Oral: Tradição, Modernidade e Construção da Identidade do Novo Narrador Oral Urbano

ID 1685

Autores Cláudia Beatriz Fonseca

Resumo: O objectivo central deste estudo é desenvolver uma reflexão aprofundada sobre um fenómeno recente, que é o surgimento da nova narração e do novo narrador oral urbano em Portugal e Espanha. Este fenómeno tem vindo a ter expressão significativa a partir da década de 80 do século XX, crescendo em dimensão e importância nesta primeira década do século XXI. Para isso, vamos procurar descrever e comparar a figura do narrador tradicional e a do novo narrador urbano, tentando compreender de que maneira o narrador oral e o seu papel social são entendidos e reconhecidos pelo próprio e pela comunidade. Propomos ainda pensar o novo narrador enquanto uma das faces visíveis da interculturalidade: aquele que permanece “ele próprio” ao mesmo tempo que apreende e transmite heranças culturais muito diversas. Podemos pensar, assim, a narração oral como forma de estar na própria vida (habitar o seu tempo, o seu espaço e a sua história), no mundo (habitar outros tempos, outros espaços e outras histórias) e nas relações (recolher, escolher, assimilar e transmitir histórias). Com isso, esperamos também contribuir para a compreensão do que actualmente chamamos a nova narração oral nos meios urbanos. Tendo em conta esta linha de investigação, chegamos ao objectivo principal deste trabalho, que é contribuir para a compreensão dos processos culturais, sociais e individuais/internos que interagem na construção da identidade do novo narrador oral: a sua história de vida, a sua identidade, as suas identificações, a sua inserção na comunidade, o seu percurso na narração.

Título No contra-canto das representações culturais: O alegre canto da perdiz, de Paulina Chiziane

Autores Jorge Valentim

Resumo: A presente comunicação propõe uma leitura do último romance da escritora moçambicana Paulina Chiziane, O alegre canto da perdiz (2008), a partir do exercício da escrita literária como fenômeno especular da escrita do corpo e da nação, inserido na criação de uma paisagem mítica milenar. Partindo, portanto, da metáfora espacial e da ação criadora do canto, procuraremos pontuar o romance de Paulina Chiziane, dentro de sua trajetória ficcional, como tentativa e busca de uma compreensão do outro e de si próprio, no processo de composição de uma partitura/corpo/nação, pelas mãos autorais de um sujeito feminino.

Mesa: Sociabilidade, processos de criação e legitimação na música e no teatro - 6 de Fevereiro - 14h30 - 216

Moderador: Daniela Ribas Ghezzi

Título Encontros Não Tão Imediatos do Terceiro Grau: a constituição do evento teatral em contexto urbano

ID 756

Autores André de Brito Correia

Resumo: A partir de uma pesquisa de terreno realizada nas cidades de São Paulo (Brasil) e do Porto (Portugal) e tendo em conta diversos espectáculos teatrais observados, será discutida uma abordagem sociológica da constituição do encontro entre público e actores. Analisar-se-á a natureza do evento teatral como jogo de papéis, formas de atenção e área finita de significado enquadrado por elementos que antecedem e preparam a apresentação das criações artísticas. Tal significa problematizar o modo como o contexto local, a espacialidade urbana e os próprios edifícios ou espaços teatrais mais em particular influenciam e condicionam o desenrolar do acontecimento em que se constitui a performance artística.

Título A questão da introdução do Tchiloli em São Tomé

ID 1007

Autores Gerhard Seibert

Resumo: O tema da peça teatral "A Tragédia do Marquês de Mântua e do Imperador Carloto Magno", conhecida por Tchiloli em São Tomé, é proveniente do ciclo de Carlos Magno do século XI e constitui um exemplo emblemático da criouliização cultural e do teatro sincrético. É geralmente aceite por muitos autores que o Tchiloli foi introduzido em São Tomé no século XVI por mestres de engenhos de açúcar da Madeira. Esta ideia baseia-se no facto que o autor do texto original desta peça é o cego dramaturgo madeirense Baltasar Dias do século XVI (escola vicentina) e que a cultura de açúcar foi introduzida da Madeira em São Tomé, na mesma altura, durante o início da colonização da ilha. De facto, esta teoria não tem base documental, visto que o Tchiloli não é mencionado em antigos documentos desta época sobre São Tomé. Também os primeiros livros sobre São Tomé, publicados no século XIX não contêm referências sobre este teatro local. Por outro lado, já em 1985 António Ambrósio, padre e historiador amador de São Tomé, defendeu num artigo publicado na revista 'História' a teoria que o Tchiloli foi introduzido na ilha apenas por volta de 1880. Contudo, muitos autores posteriores ignoraram o texto de Ambrósio. Esta comunicação visa analisar a literatura existente sobre o assunto chegando a uma conclusão sobre a verdadeira data da introdução do Tchiloli em São Tomé.

Título Tocadores de pífaro e caixa em Minas Gerais: permanências e transformações no contexto das festas de Reinado.

ID 1337

Autores Daniel Magalhães

Resumo: No Brasil, se processaram muitas amálgamas culturais que geraram manifestações artísticas inéditas. Entretanto, certos traços de cultura, que remontam aos primeiros anos de presença portuguesa na América, cruzaram os cinco séculos que nos separam daqueles tempos. No Estado brasileiro de Minas Gerais - já desde o século XVIII - estes traços foram assimilados pela população afro-descendente que os perpetuou até os dias de hoje. Estamos falando dos tocadores de pífano e caixa, que foram (e continuam sendo) a banda de música para muitíssimas das comunidades interioranas do Brasil. Em Minas Gerais, zona fortemente militarizada para impedir o extravio de ouro e outros minerais, estes tocadores de pífano, músicos pertencentes às milícias portuguesas, foram, em muitos locais, contratados para servir com seus toques nas festas em louvor a Nossa Senhora do Rosário, também conhecidas como festas de Reinado. Nosso estudo procura estabelecer um diálogo histórico-etnomusicológico, no qual, as práticas musicais dos tocadores atuais, em três cidades que mantêm acesas estas tradições, são confrontadas e enriquecidas com registros históricos que abrangem desde os séculos XVIII e XIX até as décadas mais recentes, nos permitindo estabelecer um interessante quadro de permanências e transformações. Está em foco no nosso trabalho uma análise da transformação simbólica sofrida e produzida por estes grupos musicais, no contexto das festas de Nossa Senhora do Rosário, em Minas Gerais.

Título A invenção do Brasil urbano segundo a ótica das músicas de boiadeiro da dupla Tião Carreiro e Pardinho

ID 1386

Autores Jean Carlo Faustino

Resumo: Esta apresentação corresponde ao segundo momento de análise de um trabalho que foi apresentado pela primeira vez no "IV Simpósio Nacional de História Cultural" (<http://www.historiacultural2008.ucg.br>), realizado na cidade de Goiânia/GO (Brasil). O objetivo deste trabalho é compreender o processo de transformação social promovido pelo êxodo rural brasileiro, cujo resultado foi transformar o Brasil num país predominantemente urbano em meados do século XX, a partir das canções de uma das duplas de música sertaneja mais famosa e representativa do período: Tião Carreiro e Pardinho. Este objetivo geral de pesquisa que vem sendo realizado há mais de dois anos e que teve seus resultados parciais apresentados em diferentes congressos nacionais entre 2006 e 2008, agora será tratado segundo o recorte das músicas que tratam especificamente da profissão de boiadeiro que com o advento da "modernidade" teve sua atuação

quase extinta devido ao advento do transporte de boiada realizado por caminhões. Mais do que o crepúsculo de uma profissão, o presente trabalho tem como objetivo compreender o processo de transformação e adequação à nova ordem social através da análise dos dilemas registrados por um tipo de música que, no contexto de uma população iletrada, representa a sua literatura.

Título Produção teatral, teatros e sociabilidade na Galiza na viragem do séc. XVIII para o XIX.

ID 446

Autores Lucia Montenegro Pico

Resumo: Dentro dum projecto mais abrangente a respeito do século XVIII na Galiza em que o nosso grupo de investigação se inclui, detectamos umha carência de trabalhos de análise daqueles aspectos que se relacionam mais directamente com a sociabilidade entre os grupos e, por extensom, com o funcionamento do próprio campo cultural. O estudo do teatro deste período, que é um domínio que mereceu a atenção de muitos trabalhos tanto da historiografia portuguesa como da espanhola, nom foi estudado com exaustividade para o caso galego, tanto por causa da escasseza de registos documentais, como polo seu difícil encaixe numha historiografia da literatura e, portanto da cultura, que foi focada fundamentalmente para a construçom de umha identidade nacional. No entanto, precisamente pola sua natureza eminentemente social, o estudo do campo teatral revelou-se como especialmente rendível para conhecermos o cenário das relações sociais entre os distintos grupos de poder e as suas diferentes estratégias de imposiçom de repertórios. Neste sentido, temos verificado a existência dumha actividade teatral ligada aos teatros portáveis, em muitos casos, administrados por companhias estrangeiras, previamente à consolidaçom de teatros estáveis, vinculados directamente a núcleos urbanos como o das cidades do Ferrol e da Corunha. À luz destes dados, o objectivo da comunicaçom é identificar aqueles espaços teatrais que conformavam esta rede espectacular, assi como a natureza dos públicos assistentes e do tipo de repertórios encenados.

Mesa: Mediação de Identidades: entre Margens e Fronteiras - 6 de Fevereiro - 16h15 - 216

Moderador: Gerhard Seibert

Título A Imagem e os seus Duplos. Pintura Angolana vs Pintura Portuguesa na segunda metade do século XX.

ID 674

Autores Teresa Pereira

Resumo: A criação de um conceito generalista de «arte africana», minado por estereótipos, a sua manipulação pelos poderes coloniais e/ou a importância que esta assumiu na revisão da arte europeia proposta pelos movimentos artísticos da vanguarda do início do século XX, tem sido alvo de diversos estudos e polémicas que, longe de um final definitivo, tem envolvido antropólogos, historiadores, etnógrafos, críticos de arte ou sociólogos. Contudo, a investigação de uma modernidade artística em África não tem conhecido o idêntico empenho da parte dos mesmos historiadores e críticos de arte, estando ensombrada pelos espectros da «genuidade», «autenticidade», do «exotismo» da «tradição». Partindo assim, de uma visão essencialista da arte e dos artistas africanos, o discurso construído à sua volta, tem ignorado o facto de que o território da arte não se constitui como um mundo isolado mas um espaço de comunicação e de negociação constantes entre o património artístico herdado, o contacto com realidades múltiplas de exploração/reflexão artística de onde emergem discursos plásticos plurais que denunciam a fluidez e diversidade destas trocas. Este processo complexifica-se ainda mais de termos em atenção que modalidades de pensamento que informaram a presença colonial, não se dissolvem na atmosfera da descolonização, mas contaminam, desde o início, a construção de identidades/subjectividades que emergem após o desmantelamento político dos impérios coloniais, não só nos países africanos que conquistam a sua independência, mas igualmente nas antigas metrópoles. Estas, formadas por estratos culturais de natureza e origem diversa, constituem-se como espaços diaspóricos onde artistas, portadores de saberes e experiências particulares (decorrentes dos contactos quer com as culturas africanas quer com as culturas europeias) desenvolvem a sua actividade, concorrendo para a construção de «pluralidades» no interior do campo das artes plásticas.

Título Mediaçom cultural como (des-/i-)legitimaçom do Outro: Galiza e a lusofonia

ID 785

Autores Elias J. Torres Feijó

Resumo: Em praticamente todos os âmbitos da relação que as galegas e os galegos mantêm com pessoas procedentes doutras comunidades lusófonas e vice-versa os modos de ela processar-se assentam em esquematismos que perturbam os objectivos que em cada caso se perseguem. Além dos diferentes factores que influem nos modos de as pessoas e os colectivos se relacionarem, o caso presente coloca problemas que se estribam na extraordinária complexidade que a identidade galega oferece aos seus utentes e aos seus interlocutores em que várias eventuais lealdades e as suas combinações podem estar presentes: espanhola, galega e elas ainda bifurcadas nos modos de olhar, e sentir-se em, a Lusofonia desses utentes. A comunidade galega e os seus integrantes, particularmente nas suas elites culturais e políticas, estão num processo de definição dos modos relacionais que afecta directamente à definição da própria identidade e, consequentemente, ao modo de relacionamento. As várias vias possíveis abrem diferentes fórmulas que podem fomentar legitimações, ilegitimações e deslegitimações ad intra, na Galiza, e ad extra, desde a Galiza às outras comunidades

Título O artesanato do Paracuri: da desvalorização a resistência.

ID 1136

Autores Petrônio Lauro Teixeira Potiguar Júnior, Adriane Bentes, Alexandre Augusto, Heloíse Lima, Yarlen Cácia

Resumo: O presente texto busca apresentar o resultado da pesquisa introdutória coletada no bairro do Paracuri, Icoaraci, Belém, Pará, Brasil realizado com alunos de história da Universidade Vale do Acaraú na intenção de compreender como a identidade, através da produção do artesanato no local, é encarado por esses atores sociais no que se refere a valorização

ou não desse produto cultural paraense. O objetivo aqui pretendido foi obter material concreto para o estudo da manifestação cultural paraense considerado que o Paracurí é um dos principais pólos culturais da região onde o artesanato é sua base de produção e venda, assim como sua importância para a compreensão da formação das sociedades paraenses através do olhar desses produtores de uma das manifestações da cultura paraense. A metodologia utilizada foi a pesquisa “in locu”, através de um diálogo direto e aplicação de um roteiro de entrevista. A observação direta e a antropologia visual foram complementos fundamentais nesse processo. Como um dos resultados os artesões do Paracuri, se ressentem da não valorização do artesanato no local, mas nem por isso desistem de sua divulgação que vai de sua venda ao público externo ao ensinamento dessa arte aos filhos e netos.

Título Lima Barreto e Cruz e Sousa: pele negra, mas qual subjetividade?

ID 1284

Autores Fátima Maria de Oliveira

Resumo: A proposta desta pesquisa é refletir sobre aspectos relativos à experiência de ser negro e autor de literatura na sociedade brasileira da segunda metade do século XIX. O Brasil foi considerado, no século XIX, um laboratório para cientistas do mundo inteiro que se preocupavam com a temática racial. Vivenciava-se um contexto em que a ciência estava voltada para a perspectiva darwinista, evolucionista e poligenista. A ciência justificou e norteou o comportamento racista, difundindo idéias como a necessidade de proteção contra o contágio das raças consideradas inferiores. O foco do estudo concentra-se na obra de dois escritores: Lima Barreto e Cruz e Sousa. Procura-se verificar os modos pelos quais ambos imprimem em seus textos literários, jornalísticos e autobiográficos e na convivência com o meio literário e cultural da época a visibilidade político-intelectual do negro, rejeitado pelas instâncias do poder e adotado como objeto privilegiado das pesquisas científicas, em especial como tema da higiene pública e da medicina legal e psiquiátrica.

Título A presença moura em trânsito no imaginário lusófono

ID 1369

Autores Carla Alves

Resumo: A presença do mouro faz-se tão incisiva no imaginário lusófono, como alteridade religiosa e cultural, que, mesmo uma obra canônica, de cunho nacionalista, que elege apenas os elementos indígena e branco, como fundadores da nacionalidade brasileira, utiliza-se do mouro como metáfora para retratar o índio. Referimo-nos ao romance de José de Alencar, O Guarani. A inserção de uma cantiga referente à relação afetiva entre uma cristã e um mouro, representativo do personagem Peri, que não se submeteu ao cristianismo, parece-nos, de fato, bastante significativa para se pensar a inusitada afinidade encontrada entre o componente indígena e o mourisco. Buscaremos, nesse trabalho, propor algumas reflexões acerca da dimensão lendária ocupada pelos mouros no contexto cultural português, cujo extenso alcance viabilizou aquela analogia simbólica com o índio brasileiro, apreendida do texto de José de Alencar.

Mesa: Música, narrativas e cultura - 6 de Fevereiro - 16h15 - 104

Moderador M. Helena Vieira

Título O samba como discurso e prática de resistência cultural no Brasil

ID 1564

Autores Alessandro Dozena

Resumo: O samba atua como um sinalizador cultural, uma “senha de identidade” produtora de ambiências particularizadas, com forças para atenuar a vulnerabilidade social sobretudo da população afro-brasileira. Tal situação fica bastante evidenciada quando um participante do “mundo do samba”, nas festas carnavalescas, transforma-se em rei ou rainha, diretor de ala, mestre-salas, porta-bandeira, passista, baiana etc, embora nem sempre disponha de uma posição social bem avaliada. Nestas ocasiões, cria-se outra lógica subvertedora, impõe-se o tempo das festas e o samba passa a fazer parte da experiência cotidiana de muitos, produzindo mecanismos de integração social a partir de redes de relações primárias e associativas, onde o indivíduo é reconhecido como um personagem que se afirma como membro de uma comunidade específica. Vale, antes de tudo, observar que em muitos posicionamentos assumidos a respeito das manifestações culturais brasileiras, emerge a proposição da resistência cultural. Nesta comunicação, buscar-se-á analisar em qual plano se coloca esta resistência propiciada atualmente pelo samba, enquanto discurso presente nas letras de músicas e na prática social dos sambistas. Dentro dessa visão, o samba constitui um dado empírico do processo histórico, que pode ser reconhecido num comportamento cultural particular. Ainda que esta manifestação cultural esteja sendo constantemente criada e recriada (a exemplo da apropriação feita pelas festas carnavalescas), mantém-se “viva” e atuante na consciência de determinados agrupamentos sociais.

Título Êêêêêêêê...Boi!!!! - Uma análise da canção como elemento narrativo na dramaturgia popular

ID 124

Autores Érica Giesbrecht, Heloísa Toledo

Resumo: Bastante influenciado pelas Tourinhas, Touradas Fingidas, Boi de Canastra e pela popularidade da figura do boi em diversas procissões católicas da Península Ibérica, um folguedo popular é registrado em meados do século XIX no Norte e no Nordeste do Brasil – O Boi Bumbá. Dentro de algumas décadas, o brinquedo assumiria formas variadas Brasil a fora, contudo, sem perder o eixo narrativo central que o caracteriza: a busca dos personagens Mateus e Bastião, seu companheiro, pela carne do Boi pertencente ao Fazendeiro, para satisfazer os desejos de gravidez de Catarina, mulher de Mateus. Este Boi é morto e ressuscita, deixando brechas para uma narrativa cíclica que é rememorada periodicamente em muitas regiões do Brasil. A plasticidade do festejo, aspecto que melhor o caracteriza como espetáculo popular, tece ainda hoje uma teia de significações revelada nos gestos, na linguagem, no pensamento, nos padrões artísticos e em sua dramaticidade. Tomando como elemento narrativo as canções que compõem este espetáculo, este artigo tenciona mostrar em que medidas o Boi Bumbá surge como elemento unificador no Brasil e, ao mesmo tempo, mítico, revelando

desigualdades, anseios e conflitos sociais metaforizados. As canções, para os fins desta análise, desempenham papel central: é através da música entoada pelo coro, ou por personagens solistas, que a trama é contada, desde apresentação dos personagens, até suas características, interações e conflitos, constituindo assim o principal recurso narrativo. Os atores se apresentam ao público e se despedem com música; choram a morte e comemoram a ressurreição do Boi por meio das canções.

Título Música Rap: Narrativa de Vida dos Jovens da Periferia de Teresina-PI

ID 140

Autores Antonio Leandro da Silva

Resumo: A presente comunicação tem como objetivo apresentar os resultados da minha Dissertação de Mestrado, tendo como foco a análise da Música Rap entendida como narrativa dos jovens da periferia de Teresina-PI. A opção por este tema está diretamente vinculada às minhas experiências, como religioso franciscano, vividas na periferia desta cidade, onde conheci o Movimento Hip Hop. Durante seis anos, eu pude ver e sentir as realidades cotidianas vividas por estes sujeitos, e perceber como o Rap – além de ser um dos elementos de maior poder e valorização dentro do movimento - recuperava a palavra através das narrativas dos rappers. A pesquisa, baseada em relevantes aportes teóricos sobre "memória" e "narrativa", sobretudo na teoria benjaminiana, mostra que o Rap é uma "nova forma de narrativa" contemporânea. Isto por duas razões: primeiro, porque sendo uma música de matriz africana, o Rap resgata a "rememoração", "salvando" a palavra, isto é, as formas de contar as histórias vivenciadas coletivamente; segundo, ele traz de volta a "Redenção" da palavra, porque resgata aquilo que nos havia sido negado: a fala. Nisto se concretiza a "experiência autêntica" (Erfahrung), pois, rompendo-se o "fluxo contínuo do tempo", do "continuum da história" - quando falamos da história dos opressores - os oprimidos ganham voz e constroem uma nova história. Por isso optei pela história oral de vida como técnica qualitativa para, através da visão dos sujeitos envolvidos, identificar os espaços de sociabilidade juvenil, a consolidação do movimento Hip Hop e as suas implicações na construção das identidades étnicas desses jovens.

Título Uma Lança em África - um esteio musical de textos e contextos multiculturais

ID 319

Autores Helena Maria da Silva Santana, Maria do Rosário da Silva Santana

Resumo: Nesta comunicação pretendemos mostrar de que forma as realidades históricas, sociais, étnicas e artísticas dos universos português (minhoto) e africano (guiniense), concorrem para a realização de um universo imagético-sonoro e de objectos sonoros e artísticos únicos na obra musical do compositor português Cândido Lima. Tendo vivido a realidade única da Guerra Colonial, e a forma como o povo guiniense desenvolve a sua arte de viver e constrói os seus objectos artísticos, pretendemos mostrar de que forma algumas das obras do compositor, através dos seus conteúdos estético imagísticos, reflectem a influência destas suas vivências na construção de um discurso reflexo de algumas das características do universo sonoro afro-guiniense. A forma como desenvolve algumas das suas estruturas a nível rítmico e temporal, a forma como elabora e estratifica os seus conteúdos linguísticos e imagísticos, a forma como concebe, transforma e diversifica os seus coloridos sonoros e a violência de alguns dos gestos musicais e de alguma da gestualidade interpretativa que necessita para realizar os seus intentos, ou seja, o sucesso na veiculação das realidades que constrói e leva a perceber pelo público, revelam um ser único. Paralelamente, os títulos que adianta, revelam um universo diverso embebido de conteúdos imagísticos reveladores de muitas das estruturas e técnicas que desenvolve ao longo do seu discurso musical, reflexos de África e da realidade em que se insere.

Título Canto da cidade: protagonismos urbanos nas Grandes Marchas de Lisboa (1935-2008)

ID 643

Autores Ana Gonçalves

Resumo: As canções sobre cidades, sendo marginais na globalidade das canções, desempenham um papel interessante no entendimento da vivência urbana: através delas ganham contorno e robustez as estruturas mais imateriais e intangíveis dos espaços citadinos (socorremo-nos aqui da expressão que alude ao imaginário, às identidades culturais, às memórias colectivas e à experiência quotidiana como componentes da soft city por oposição à materialidade e à fisicalidade da cidade edificada e infraestruturada através das políticas, do planeamento e das intervenções públicas e privadas em chão urbano). Assim, se entendidas enquanto expressão performativa — sonora e literária — que evoca e organiza discursos e imagens sobre a cidade, as Grandes Marchas de Lisboa adquirem um renovado interesse. Porque peças musicais integrantes do espectáculo urbano das Marchas Populares de Lisboa, um dos eventos culturais axiais dos festejos municipais de Junho, iniciado no decorrer do século XX, cujo mote é a cidade e suas tradições, o espólio das quarenta canções possibilita uma óptica transversal e diacrónica sobre as representações simbólicas de Lisboa ao longo das últimas sete décadas. A partir dos resultados da análise de conteúdo das letras pretende-se avaliar o vínculo entre espaço concreto e espaço imaginado, detectar persistências e mudanças no poliédrico conjunto de elementos associados nesta canção popular à cidade de Lisboa e assinalar os principais arquétipos urbanos tematizados (e.g., centro da metrópole colonial, capital do país, cidade de bairros).

Título Descendentes de Imigrantes Lusófonos: contributos para a emergência de uma nova economia simbólica

ID 710

Autores Nuno Domingues

Resumo: As transfigurações das rotas dos fluxos migratórios contribuíram para que a sociedade portuguesa se transformasse também numa sociedade de imigração sedentarizada, particularmente, através dos fluxos com origem nos PALOP. A objectivação desta sedentarização manifesta-se, nomeadamente, na visibilidade pública que os descendentes desses imigrantes adquiriram nos últimos anos. Habitualmente, os debates em torno das chamadas segundas gerações salientam essencialmente os problemas de integração destes jovens. Esses problemas traduzem as insuficiências das políticas de integração pensadas a partir de uma concepção clássica do conceito de Estado e de Nação – supostamente uniforme e homogénea. Não obstante, a visibilidade dos descendentes de imigrantes não significa exclusivamente questões problemáticas, paradoxalmente, a presença desses jovens também significa contribuições para uma nova

“economia simbólica” e para a transformação das sociabilidades juvenis nos centros urbanos. A economia urbana alimenta-se de uma rápida renovação simbólica e favorece, por essa via, a produção de identificações particulares que contrariam a lógica de integração do Estado-nação. Neste sentido, a comunicação que propomos tem como objectivo central abordar as contribuições dos descendentes de imigrantes originários da África lusófona para a economia simbólica da sociedade portuguesa. Observando o caso específico dos jovens que produzem música rap, pretendemos reflectir sobre: as causas e os modos como as identidades étnicas e raciais são mobilizadas para realizações culturais; a formação de uma cultura de resistência; e a apropriação simbólica de determinados contextos espaciais (a rua; bairro; e cidade).

Título A linguagem fotográfica publicitária sobre moda e a produção de subjetividades por adolescentes
ID 885

Autores Luiz Carlos Pinheiro Ferreira

Resumo: A pesquisa reflete sobre a Educação no contexto das imagens fotográficas publicitárias. Nesta perspectiva, o objeto de pesquisa trata da produção de subjetividades mediada pela linguagem fotográfica utilizada na mídia impressa publicitária sobre moda. A Escola torna-se lócus privilegiado de sentidos e representações, permite diálogos incorporados aos gostos e atitudes presentes no contexto das práticas escolares dos adolescentes. Na construção possível de formas de resignificação do uniforme escolar e do “vir a ser”. Na busca por uma identidade, ou quem sabe, por uma “tribo descolada”. Assim, torna-se relevante o estudo, que busca contribuir para uma melhor compreensão da escola de ensino fundamental e, conseqüentemente, de transformações sociais, culturais e ideológicas. Tomando como base a linguagem da publicidade, em que a fotografia ocupa um papel significativo como meio de operacionalizar a investigação. Buscou-se observar a relação entre o discurso oral e escrito dos adolescentes, e também suas produções plásticas, realizadas a partir da leitura das peças publicitárias presentes nas revistas: Atrevida, Capricho e Todateen, e as inovações e resignificações que apresentam em seus modos de usar os uniformes escolares. A possibilidade metodológica contou com registros fotográficos durante a pesquisa de campo, que considerou a investigação participante com os adolescentes, voltados para a ação e a prática do olhar, através do ato fotográfico. Base teórica respaldada nos conceitos de subjetividade, dialogia, alteridade e práticas escolares que valorizam a “educação do olhar”, assim como os conceitos da linguagem fotográfica. Os principais autores que subsidiam a pesquisa são: Mikhail Bakhtin e Arlindo Machado.

Mesa: Teorias, cinema e literatura: imagens, visões, acessos à vida social - 6 de Fevereiro - 16h15 - 217
Moderador: Jose Simões Almeida Jr.

Título O conceito de casa senhorial brasileira nas obras de Machado de Assis e de Gilberto Freyre, comparando “casa velha” com “casa grande e senzala”.

ID 352

Autores Ricardo Costa de Oliveira

Resumo: Um dos fundamentos da sociabilidade brasileira é a centralidade do constructo conceitual da Casa Senhorial Brasileira presente nas obras de Machado de Assis, “Casa Velha” e “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, que oferecem interessante perspectiva comparativa com a obra de Gilberto Freyre, “Casa Grande e Senzala”. O tema central dos autores é a formação senhorial brasileira e as relações sociais definidas com os conjuntos de dependentes, agregados e escravos. Tanto a Quinta do Livramento, de Machado de Assis, adjacente ao porto e centro urbano do Rio de Janeiro, bem como os modelos senhoriais dos engenhos açucareiros nordestinos, de Gilberto Freyre, oferecem a teorização do surgimento dos padrões sociais e políticos da formação brasileira em seus marcos históricos. O paralelo temático entre a literatura de Machado de Assis, escrita na segunda metade do século XIX, com a sociologia de Gilberto Freyre, escrita na primeira metade do século XX, contribuem para o profundo conhecimento da ordem social brasileira em alguns dos seus principais elementos e relações sociais. Na comparação das obras dos dois autores seminais para a cultura brasileira, os diferentes poderes e estratégias sociais, o patriarcalismo, a escravidão, a mestiçagem, a plasticidade, as assimetrias e desigualdades são analisadas e sintetizadas. Investigamos a estrutura social e política da Quinta do Livramento como a própria “sociologia da biografia” de Machado de Assis.

Título O cinema africano: cultura e identidade

ID 526

Autores Maria Salete Kern Machado

Resumo: A complexidade do espaço urbano tem sido objeto de estudo de diversas áreas de conhecimento, oportunizando a identificação de novas relações sociais por meio de diferentes ângulos, olhares e representações. Neste trabalho privilegia-se o olhar do cineasta sobre a cidade, analisando como o cinema africano incorpora as transformações culturais da atualidade e, ao mesmo tempo, traduz a forte herança de costumes, valores e identidades locais.

Título A imagem na realidade cultural do pós-modernismo

ID 547

Autores João Valente Aguiar

Resumo: Neste ensaio tem-se como objectivo primordial fornecer pistas acerca da inserção da imagem na configuração cultural do pós-modernismo. Ao mesmo tempo, dá-se espaço a uma breve digressão em torno da relação entre pós-modernismo e acumulação flexível, substrato matricial de onde emana o objecto de estudo em questão. O fetichismo da mercadoria – tendência intrínseca ao modo de produção capitalista – surge, paralelamente, como um outro vector essencial a partir do qual se conceptualizam as teses desenvolvidas acerca da transmutação imagética, do primado da imagem e do efeito de desmaterialização instilado por aquela na percepção das relações sociais. Constitui-se, assim, uma cadeia conceptual com o propósito de interligar fenómenos e processos sociais apenas aparentemente dispersos entre si, como a organização da base produtiva do capitalismo, a realidade cultural deste último e o posicionamento da imagem dentro de todo esse enquadramento mais vasto.

Título A visão dos poetas sobre Brasília

ID 583

Autores Gina Meleiro

Resumo: O presente trabalho tem por base um corpus de 52 poemas referentes a Brasília, cidade que quisemos conhecer ou entender melhor através dos modos como a viram vários poetas de diversas idades e origens, mas entre os quais se contam alguns que lá nasceram ou viveram ou por lá passaram, simplesmente. Os poemas têm desigual valor estético ou expressivo, mas são suficientes para nos proporcionarem uma imagem polifacetada, sugestiva e complexa de uma cidade emblemática, não só por ser a capital oficial do Brasil, mas por ser uma espécie de paradigma da cidade moderna. Inaugurada em 1960, inspirou textos de várias espécies, e não só de natureza poética. Uns e outros contribuíram para nos permitir a visão de uma Brasília que por vezes nos aparece una e única e outras vezes se multiplica em facetas distintas, senão mesmo opostas. Apenas nos interessará averiguar os modos como esses poemas mostram, apresentam ou representam a realidade que se chama Brasília. Os poemas de que nos servimos foram publicados entre 1960 e 1998: “A Literatura de Brasília” (s/d) de Almeida Fischer, “Antologia dos Poetas de Brasília” (1971) e “Poesia de Brasília” (1988) de Joanyr de Oliveira. Tomamos em consideração poemas que figuram em “Marca Registrada” (1963) de Armando Freitas Filho, “A Educação Pela Pedra” (1967) de João Cabral de Melo Neto, “Distraídos Venceremos” (1987) de Paulo Leminski, assim como dois poemas dos portugueses Sophia Andresen e Arnaldo Saraiva, publicados respectivamente em “Geografia” e “æ” de 1967.

Título Entre a utopia diluída e a utopia superada: uma leitura de contos de Caio Fernando Abreu

ID 714

Autores Elisabete Borges Agra

Resumo: Este trabalho investiga de que maneira algumas narrativas de Caio Fernando Abreu marcadas pelo diálogo com o momento histórico no qual se inscrevem, elaboram uma simbologia social efetivando-se como metáfora do horror cristalizado nas relações intersubjetivas e entre indivíduo e as instituições sociais. Para proporcionar o percurso feito, priorizaram-se os seguintes elementos: sujeito, identidade, utopia, resistência e desencanto, categorias que parecem pontuar a contística desse autor. Fez-se necessária a busca de interseção entre a teoria literária e outras áreas epistemológicas. A problemática da utopia enquanto postura atrelada à condição do sujeito na contemporaneidade se faz perpassada, inescapavelmente, pela tendência ambivalente de comportamentos tecidos entre o desencanto e a transgressão. Anfibologia comportamental estreitamente relacionada à constituição de sujeitos fraturados, portadores de identidades múltiplas e cambiantes. Nessas discussões, a questão concernente às formas como o indivíduo apreende e reage diante da diluição e urgência dos projetos utópicos configura-se como o problema central das especulações éticas e políticas mais freqüentes nos três últimos quartéis do século passado. Os teóricos como Stuart Hall e Frederic Jameson, entre outros, serviram como eixo teórico, pois, entendem que os mecanismos de poder são abordados através dos agenciadores que suplantam o conceito tradicional de sujeito singular e individual.

Título Narrativas Literárias Brasileiras: Grafias das Socialidades Contemporâneas

ID 255

Autores Cristina Maria Da Silva

Resumo: Este trabalho busca compreender os traços da socialidade contemporânea através da ficção literária brasileira atual. O narrador contemporâneo não contém em si uma experiência, antes apresenta embates, através dos conflitos que seus personagens trazem em si diante dos dilemas que enfrentam. Lemos seus nomadismos e impasses através das narrativas de João Gilberto Noll (Porto Alegre-RS) e Luiz Ruffato (Cataguazes-MG), que se inscrevem nas manifestações do imaginário e no jogo de imagens que configuram as formas agregativas na vida social. As imagens que se tecem nessas narrativas têm seu lócus nos rastros dos fundamentos históricos, sociais e geográficos que nelas se entrelaçam. Esses textos literários trazem os embates da experiência social, neles as muitas vozes de alteridades em contraponto se tornam presentes em algumas “formas sociais”: na provisoriedade, nos nomadismos, no entrecruzamento de temporalidades, nas marcas de uma “geografia rarefeita das cidades”, numa fúria do corpo, nos esquecimentos da memória social e nas “dinâmicas da violência” nas arenas de alteridades da sociedade atual. Noll traz a tensão de uma escrita pautada na solidão do indivíduo, no desamparo que o habita; Ruffato parte de uma dimensão mais coletiva, parecendo buscar na história, o fio da meada pelo qual nos constituímos como somos. Nessas escrituras, se encontram olhares migrantes, deslocados, “desestabilizadores da forma e do olhar”, escritas que acompanham os rastros da vida social, na medida em apontam os limites e desafios em recorrer a outras vozes e linguagens na busca por compreender a época que vivemos.

Campos, Cidades e Planejamento

Mesa: Educação, trabalho e exclusão - 4 de Fevereiro - 19 horas - 215

Moderador: Ignez Silveira

Título Meninos em Situação de Rua, a Cidade e a Escola

ID 34

Autores Maria Alice Rezende Gonçalves

Resumo: Trata-se de uma etnografia sobre o cotidiano dos meninos em situação de rua da cidade do Rio de Janeiro. Esta pesquisa teve como objetivo investigar o perfil dessa população bem como destacar o lugar da escola nas vidas desses meninos que, em sua maioria, são negros, pobres, com baixa escolarização e unidos pela situação de rua. Os dados foram obtidos por meio da utilização de técnicas qualitativas: observação participante e análise de matérias jornalísticas e documentais e entrevistas abertas realizadas com meninos atendidos por uma organização não-governamental, com moradores da cidade, educadores sociais e demais envolvidos no mundo da rua. Consideramos três momentos do

processo: a entrada, a permanência e a saída das ruas. Em geral a ida para as ruas é atribuída a conflitos familiares. Durante a permanência nas ruas, esta é concebida prioritariamente como o lugar da liberdade. E, a saída das ruas só é pensada a partir de determinadas precondições: a aquisição de um emprego, a constituição de uma família e finalmente o retorno à escola. Nesta hierarquia, o investimento na escolarização e sempre postergado.

Título Redes Sociais e entreaajuda: uma análise sobre a economia informal luandense

ID 802

Autores Florival Raimundo Sousa

Resumo: Nos países da África a Sul do Sahara as actividades informais adquiriram um carácter estrutural e totalizante, constituindo, sem dúvida, um tema de inegável interesse sociológico. Em Luanda, principalmente desde a década de 90, tem se verificado um crescimento acelerado da economia informal que abrange um extenso e diversificado leque de actividades. O crescimento acelerado da população da capital, devido ao longo conflito armado que assolou o país, tornou a actividade informal uma das principais fontes de rendimento dos agentes e suas famílias e mais ainda, criou condições propícias ao ressurgimento/fortalecimento dos laços de solidariedade tradicionais num espaço citadino, onde predominam a competição e as lógicas de sobrevivência individuais. As diferentes abordagens acerca da construção das redes de solidariedade no contexto africano, têm sustentado que estas se baseiam no privilégio dos laços de proximidade e de confiança num sentido mais alargado. É neste âmbito que o presente trabalho analisa a recriação das redes de solidariedade social e entreaajuda que emanam no quotidiano da economia informal de Luanda, bem como a influência e estratégias dos grupos primários na sustentação de uma das principais estratégias de sobrevivência e de luta contra a pobreza na sociedade luandense: as actividades informais.

Título Expectativas de futuro de jovens assentados

ID 1071

Autores Arlete Salcides, Eloy Alves Filho

Resumo: No contexto de reconhecida escassez de políticas públicas que contribuam à permanência do jovem nas áreas rurais do Brasil, realizamos uma pesquisa que objetivou identificar o nível de escolaridade de jovens; estabelecer uma possível relação desse com suas expectativas de futuro e verificar a existência de infra-estrutura física de áreas de lazer e de espaços para a realização de atividades esportivas, recreativas, culturais e artísticas nos limites dos assentamentos da reforma agrária em que residem. O estudo envolveu a participação de cinquenta jovens residentes em sete Projetos de Assentamentos do estado de Minas Gerais, Brasil que se dispuseram a responder a um questionário. A análise possibilitou verificar que o nível de escolaridade dos jovens que residem nos projetos de assentamentos é significativamente inferior a média nacional. Os dados revelaram que a precariedade das escolas dos territórios rurais e a falta de conexão entre a vida vivida no campo e os conteúdos dos currículos escolares, sem dúvidas, contribuem para que a maioria dos jovens perceba a experiência escolar como influenciadora para que ambicionem deixar o campo e irem para as cidades em busca de uma vida com mais oportunidade e menos sofrimento. A maioria dos jovens apontou que a falta de atividades e de espaços de lazer nos limites das áreas dos Projetos de Assentamentos. Sobre suas expectativas de futuro, ressalta-se que a maioria dos jovens entrevistados afirmou sua baixa expectativa na construção de uma vida diferente da de seus pais, pautada por privações de diferentes dimensões.

Título Desigualdades sociais e raciais produzidas na relação entre cidade-escola-currículo: questões metodológicas

ID 1281

Autores Valéria Milena Röhrich Ferreira

Resumo: Em pesquisa de doutorado analisou-se a relação entre cidade- escola- currículo. Entre 1993-2004 Curitiba (Brasil) apresentava um projeto explícito de cidade que acionava para seu fortalecimento diversos grupos advindos de diferentes campos, inclusive, do educacional. Este artigo demonstra como se procedeu do ponto de vista metodológico para caracterizar tal projeto, uma vez que os dados coletados, advindos de diferentes campos (Urbanismo, Arquitetura, Meio Ambiente, Literatura, Política, Educação, História, Geografia) demonstraram que havia vozes que reforçavam o projeto e vozes que o criticavam, a que, posteriormente, se denominou vozes “estabelecidas” e “outsiders” segundo distinção feita por Norbert Elias. Assim, percebeu-se que as vozes “oficiais” criavam entre si uma “rede de interdependência” (Elias) que produzia e divulgava o referido projeto, criando coesão e assegurando o seu êxito por meio do desenvolvimento de discursos performativos de grande apelo simbólico (Bourdieu), ao passo que os grupos outsiders, pelo modo e tipo de crítica que veiculavam, não conseguiam se posicionar melhor na cena curitibana para alterá-lo. Sobre a educação escolar, privilegiou-se analisar as ações da Secretaria Municipal de Educação no que disse respeito à proposta curricular oficial e a materiais produzidos, sendo que, de modo geral, tais materiais ofereceram à escola uma análise conservadora da cidade, atuando no sentido de reforçar e incentivar o apolitismo do cidadão e procurando conformá-lo à imagem de uma cidade modelar – “correta”, “ecológica”, de “união das etnias”, de “planejamento exemplar” – em que as desigualdades sociais e raciais ficaram relegadas a um segundo plano ou à invisibilidade.

Mesa: Dinâmica da ocupação territorial e relações sociais em áreas rurais - 4 de Fevereiro - 19 horas - 318

Moderador: William Héctor Gómez Soto

Título Ocupação do solo e ordenamento do território agrário no Norte de Portugal

ID 89

Autores Hernâni Veloso Neto

Resumo: A presente comunicação decorre da análise e reflexão que se tem vindo a realizar sobre a problemática da ocupação do solo e ordenamento do território. Esse exercício iniciou-se com a participação no projecto de investigação “A Região Norte de Portugal: Dinâmicas de Mudança Social e Recentes Processos de Desenvolvimento”, desenvolvido por

investigadores do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, e tem se prolongado com o trabalho de recolha, tratamento e análise de dados estatísticos e bibliográficos que se realizou a posteriori. Desse misto de experiências, surge, então, a pretensão de partilhar e discutir no X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais algumas das tendências e singularidades dos resultados alcançados. A comunicação incidirá particularmente sobre as dinâmicas de ocupação, especialização e ordenamento do território agrário nas últimas duas décadas do Norte de Portugal. A redução do peso socioeconómico do sector primário não se tem ficado a dever unicamente à redução da mão-de-obra disponível para trabalhar a terra, uma vez que a pressão urbanística e a polarização populacional em torno dos centros de urbanidade se tem agudizado de tal forma que já não se pode descurar a sua “contribuição” para a diminuição das áreas afectas a fins agrícolas. Mesmo assim, será importante não negligenciar que mais de 50% do território nacional ainda se encontra classificado como superfície agrícola, um pouco menos de 50% ao nível da Região Norte.

Título Uma experiência amazônica: organização da produção agrícola familiar no Paraná do Curari – Careiro da Várzea – Amazonas

ID 780

Autores Jubrael Silva

Resumo: O caboclo-ribeirinho da Amazônia brasileira, que habita a várzea do Careiro, possui formas de organização social e econômica peculiares, os quais constitui um objeto de estudo de relevante interesse. Assim, ele apresenta características organizacionais próprias do campesinato, sendo que a sua produção agrícola está inteiramente relacionada aos fatores naturais desse ecossistema. A área de investigação, o Paraná do Curari, é administrada pelo município do Careiro da Várzea, localizando-se ao sudoeste deste. Esse paraná é ocupado desde a sua boca de montante até a boca de jusante pelas famílias ribeirinhas, que estão distribuídas em quatro importantes comunidades. Os caboclos-ribeirinhos convivem numa terra que em parte do ano é tomado pelas águas, alterando não somente a paisagem, mas também o seu modo de vida. A pesquisa tem como objetivo analisar as relações sociais rurais existentes no campo, na qual deve ser ressaltada a importância da família e do seu trabalho, elementos indispensáveis nesse tipo de organização, caracterizando as diferentes modalidades de ocupação do solo, verificando como ele é partilhado para fins agrícolas e relacionando-os com as condições naturais do ambiente de várzea, dentre os quais o processo de enchente/vazante e erosão/deposição. Ao término, verificou-se que as atividades agrícolas realizadas pelos caboclos-ribeirinhos referidos, diferenciam-se de outros campesinatos, pois nesta forma de campesinato a reprodução está ligada a um outro instrumento além da terra – a água. Essa, representada pela figura do rio, que tanto serve como meio de locomoção, como também principal fonte de alimentação e renda, principalmente no período de altas águas.

Título Ribeirinhos amazônidas e a inserção da educação para sustentabilidade no cotidiano de suas práticas culturais

ID 899

Autores Maria das Graças da Silva

Resumo: É perceptível um movimento de mudança que tem se delineado nas formas de apropriação e uso dos recursos territorializados, por parte de grupos ribeirinhos, quer no sentido de uma maior organização de processos coletivos, quer no sentido de uma maior intensificação na atuação das organizações locais, dinamizando uma articulação sistemática dos seus processos de mobilização política com diversas entidades de atuação local ou regional, incluindo o debate ambiental em suas estratégias de luta. Há uma busca dessas organizações no sentido de promoverem uma educação não só para a cidadania, mas também que dê conta de uma formação voltada para a sustentabilidade de suas práticas culturais, na relação direta que estabelecem com o rio e com a floresta. Este artigo analisa a configuração de processos educativos que discutem e mobilizam formas alternativas de valorização de práticas voltadas para garantir a sustentabilidade no campo ambiental. A análise tem por base pesquisas realizadas na região do Baixo Tocantins, área de abrangência da Hidrelétrica Tucuruí, estado do Pará, na Amazônia brasileira, nas quais foram estudadas iniciativas e/ou projetos educativos englobáveis no campo ambiental, tendo como referência uma noção alargada de educação ambiental, ou seja, uma educação voltada para sustentabilidades das práticas culturais de apropriação e uso dos recursos naturais. Faz-se uma caracterização analítica do contributo desses processos educativos para uma formação no campo ambiental e para a (re)significação de práticas culturais locais de apropriação e uso dos recursos territorializados, dando especial atenção para as formas de dinamização desses processos e sua contribuição para um movimento de mudança local, lançando um olhar sobre as dificuldades e estratégias de afirmação utilizadas para sua dinamização. A problematização da educação no campo ambiental assume, assim, uma posição central para a análise da tematização das práticas educativas e formativas desenvolvidas por grupos locais, indagando até que ponto a educação ambiental por eles processada se aproxima ou se distancia de uma concepção mais centrada na idéia de sustentabilidade e de cidadania.

Título Instituições e mudanças na agricultura familiar: à procura de um objeto de pesquisa

ID 1059

Autores Fernando Bastos

Resumo: Malgrado as discordâncias entre institucionalistas, “novos ou velhos”, vinculados a diversos ramos da ciência social existe um consenso: as instituições contam na vida das pessoas e são responsáveis pelas escolhas e comportamentos que se efetivam no cotidiano. Define-se instituições como estruturas de regulação, construídas e aceitas socialmente, que influem nos comportamentos e escolhas individuais e coletivas, influenciando as relações de poder/obediência e nos limites de inserção e diferenciação entre os grupos nas mudanças sociais. Desafios de ordem teórico-metodológica subsistem para o aprofundamento desses estudos e mais precisamente quando o objeto está no meio rural. É imprescindível centrar esforços para compreender essas estruturas de compartilhamento das relações no rural, das práticas organizativas, da consolidação dos interesses hegemônicos, da estratégia de sobrevivência das famílias, da conformação fundiária e de outros aspectos relevantes na vida rural. Esta pesquisa tem seu foco centralizado na identificação das tensões e conflitos, nas relações de trabalho dentro e fora das famílias, nas formas de cooperação, na percepção das famílias quanto às políticas de intervenção e nos mecanismos de produção e renda. Este estudo vem sendo aprofundado na região do Seridó Potiguar do estado norte-riograndense do Brasil, com o objetivo central de compreender

as especificidades desse espaço que o posicionam com índice de desenvolvimento humano superior aos de outras regiões do Nordeste brasileiro, apesar da precariedade de seus recursos naturais e de investimentos produtivos. A hipótese desse estudo é que a região Seridó possui instituições cuja eficiência apóia decisões criativas e adequadas à solução dos seus problemas.

Mesa: Património, cultura e turismo - 5 de Fevereiro - 11h15 - 305

Moderador: Paulo Peixoto

Título Das vivências urbanas, da memória, do imaginário - centro histórico de Vila do Conde

ID 303

Autores António Miguel Lopes de Sousa

Resumo: A proposta da pesquisa é proceder a uma leitura de vivências urbanas e sua expressão no quotidiano e na construção das representações simbólicas dos habitantes e das suas práticas sociais, de uma cidade em requalificação. Nem todos se apropriam do espaço do mesmo modo. Essa apropriação oscila entre a permanência de vivências e usos anteriormente assimilados e as vivências reconfiguradas pelas transformações urbanas ou pela transferência de vivências de outros lugares. Mas também por outras memórias ela contém, um passado que alimenta narrativas e imaginários que a tornaram apelativa. Importa conhecer as articulações entre actores e sistemas - entre os utentes da cidade e os agentes institucionais do planeamento e da gestão urbana -, e descodificar algumas dos paradoxos e dicotomias.

Título O lugar da cultura e a cultura do lugar: possibilidades para espaços públicos e privados – Juiz de Fora e Paraisópolis, Brasil

ID 1183

Autores Antonio Colchete Filho, Bianca Couto, Laura Almeida

Resumo: Com o reconhecimento de que a cidade é o cenário majoritário para o desenvolvimento da vida humana, as muitas e variadas formas urbanas existentes são o lugar para se viver a cultura cotidianamente. O objetivo desse artigo é apresentar então questões relativas às estratégias para a cultura em duas cidades do estado brasileiro de Minas Gerais, uma de médio e outra de pequeno porte, Juiz de Fora e Paraisópolis, respectivamente. Com características físico-espaciais e história urbana distintas, procuramos destacar como é pensada a cultura, no sentido das manifestações culturais, para cada uma dessas cidades, tanto para espaços institucionalizados, como teatros, mas também para eventos realizados nos espaços públicos. Através de pesquisa sobre a história dos lugares, de entrevistas realizadas com promotores culturais e o acompanhamento das atividades culturais oferecidas nos últimos anos, verificamos que existe uma demanda por eventos que se encontra reprimida em virtude de serem poucos e bastante disputados os espaços adequados para uso cultural, além de muitas ofertas de produções não se encaixarem nos padrões requeridos pelos estabelecimentos existentes. Desta forma, os espaços públicos se tornam uma alternativa para muitas produções e também para atividades que são organizadas por grupos diversos que obtêm a autorização do poder local. Concluímos que nessa delicada tentativa de equilíbrio entre oferta e demanda para espaços públicos e privados há a possibilidade de ganho para a população, que vê alargada suas alternativas de lazer cultural mesmo que a um custo material e simbólico relativamente altos para quem produz os eventos.

Mesa: Campo, subúrbio, cidade: cotidiano e transformações em espaços "periféricos" - 5 de Fevereiro - 11h15 - 318

Moderador: Hernâni Veloso Neto

Título A cidade e sua periferia: relações de troca entre um bairro de São Paulo e a região do ABC

ID 351

Autores Márcia Gallo

Resumo: Este trabalho baseia-se em resultados da pesquisa bibliográfica, realizada entre 2002 e 2004, para subsidiar a dissertação de Mestrado da autora, sobre a Região Metropolitana de São Paulo, com destaque para a periferia da cidade de São Paulo na qual se insere a área da Favela de Heliópolis. Esta área constitui um bairro que se estende, numa de suas bordas, até os limites do município de São Caetano do Sul, na região chamada de Grande ABC. As duas áreas são delimitadas por um rio cujas pontes desempenham função muito importante para a população. Trata-se de realidades opostas do ponto de vista da organização do espaço e das condições socioeconômicas. O interesse pelos traços dessa periferia continuou após o término da pesquisa, envolvendo a participação da autora em projetos educacionais numa escola da região. Como parte da Região Metropolitana de São Paulo, esta área apresenta características específicas e merecedoras de estudos. Tomando por base conceitos de GIOVANNETTI e LACERDA, de SANTOS e de SPOSATI, a observação da movimentação de pessoas, bem como da paisagem geográfica nos limites dos municípios citados, pretende-se descrever este movimento, notando a ocorrência do processo de conurbação e as relações de troca entre as populações. Esta relação também será analisada sob a ótica de LE GOFF, quando compara as cidades da Idade Média com as cidades do século XX.

Título Transformações sociais no campo brasileiro: o caso da pluriatividade em assentamentos rurais

ID 479

Autores Sabrina França, Aldenôr Gomes da Silva

Resumo: Este trabalho tem por objetivo estudar o fenômeno da pluriatividade num projeto de assentamento resultante da Reforma Agrária. As hipóteses centrais são que, os rendimentos das atividades agrícolas têm sido reduzidos, não dando condições das famílias assentadas sobreviverem apenas da renda agrícola, além disso, a infra-estrutura social e produtiva do entorno do assentamento favorece a pluriatividade. Os pressupostos de estudo são que os recursos às atividades não-

agrícolas sempre estiveram presentes na forma de produzir do camponês, sendo que o advento da modernização potencializou ainda mais a diversificação das ocupações e das fontes de acesso à renda. Os conceitos de ruralidade, agricultura familiar e pluriatividade utilizados neste trabalho foram resgatados dos estudos da sociologia rural, da década de 90 até os dias atuais. A parte empírica constou de uma pesquisa em que foram aplicados questionários com 14 famílias do assentamento Brinco de Ouro, no município de João Câmara no estado do Rio Grande do Norte. Em Brinco de Ouro, também foram realizadas entrevistas com as lideranças do projeto de assentamento, bem como, com a assistência técnica e social do mesmo. Os resultados da pesquisa ratificaram a hipótese de que a pluriatividade no assentamento Brinco de Ouro advém das limitações das famílias assentadas de sobreviverem apenas da renda agrícola, assim como de alternativas e potencialidades apresentadas no território em que se encontra o assentamento.

Título Subúrbio, periferia e vida cotidiana: um novo olhar sobre as contradições no espaço social

ID 960

Autores William Héctor Gómez Soto

Resumo: O trabalho proposto pretende discutir o papel metodológico que cumprem os conceitos de subúrbio e periferia na perspectiva teórica de José de Souza Martins, um dos mais importantes sociólogos brasileiros. A análise desses dois conceitos permite construir um novo olhar da espacialidade e, sobretudo, um novo modo de pensar a cidade. Influenciado por Henri Lefebvre, um dos mais destacados sociólogos urbanos, Martins parte do que está na margem, do que aparece despercebido, oculto: é o caso do subúrbio, esquecido e substituído pela noção de periferia. A noção de subúrbio contém uma nova concepção de espaço, uma nova sociabilidade, onde ocorre a ruptura e a transição para a modernidade da cidade. O subúrbio representa o ser dividido entre o urbano e o propriamente rural. Um conceito que não teve até hoje relevância no mundo acadêmico e foi substituído pela noção de periferia que é seu contrário. Na periferia se concretiza a subordinação da cidade e da urbanização à renda da terra. Como disse Martins “a periferia é a negação das promessas transformadoras, emancipadoras, civilizadoras e até revolucionárias do urbano, do modo de vida urbano e da urbanização”.

Título Dos subúrbios citadinos aos subúrbios metropolitanos. Recomposição social e diferenciação socio-espacial na metrópole de Lisboa (1960-2001)

ID 1227

Autores João Pedro Nunes

Resumo: Nos últimos cinquenta anos, o território dos arredores da cidade de Lisboa foi radicalmente alterado por uma intensa actividade de construção – de edificado residencial, diferenciado e diferenciador, mas igualmente, de espaços dedicados à produção, à distribuição e ao consumo – e pela instalação de consideráveis contingentes populacionais. Nos anos '60, nos momentos de intensificação do processo de suburbanização de Lisboa, a leitura das diferenciações espaciais e sociais em curso nesse território era realizada através da distinção centro-periferia, seguindo a estrutura rádio-concêntrica da cidade e a constituição dos seus principais corredores de expansão suburbana. Hoje, volvido meio século, Lisboa e os seus arredores apresentam uma pluralidade territorial típica das metrópoles à qual estão associados novos territórios produtivos e novos padrões de concentração de actividades e populações. Nesta comunicação dar-se-á conta das principais mudanças ocorridas nas últimas décadas na divisão social do espaço metropolitano de Lisboa, sobretudo, a partir de medidas de concentração e dispersão de populações, baseadas em classificações socio-ocupacionais. Pretende-se assim contribuir para um aprofundamento do conhecimento do caso de Lisboa e para a possibilidade de futuras comparações internacionais, sobretudo no quadro do problema da segregação social e urbana. No final, equacionar-se-ão questões relativas às escalas territoriais de observação enquanto condição de interpretação das diferenciações socio-espaciais e dos seus efeitos na inscrição no solo de desigualdades sociais.

Título Subúrbio(s): entre a produção e a apropriação

ID 1371

Autores Leda Barbio

Resumo: Neste poster iremos tratar uma questão cada vez mais presente na realidade nacional, mas também internacional, que é a dos “subúrbios problemáticos”. Para esse efeito teremos como unidade de análise um bairro social da Área Metropolitana de Lisboa que é, com efeito, representado socialmente como um subúrbio sensível, sendo, institucionalmente, definido como alvo prioritário de políticas públicas. O objectivo do nosso questionamento será o de distinguir os níveis e os sentidos sociais em torno dos quais se cristalizam as convergências e as divergências significativas entre esta produção e os modos de apropriação do bairro pelos habitantes. Procuramos esclarecer, assim, por um lado, como e em que medida os modos de posicionamento e as relações sociais analisados permitem distinguir modos de vida próprios dos subúrbios e como, por outro, configuram uma identidade colectiva espacialmente definida, uma “comunidade de experiência”, uma “comunidade simbólica”. De forma a iniciarmos, então, a problematização destas questões, iremos centrar-nos nas abordagens teóricas que nos últimos anos mais têm contribuído, nas ciências sociais, para pensar este fenómeno social. Apresentaremos as linhas de teorização dos “espaços problemáticos” mais hegemónicas contemporaneamente nas ciências sociais, particularmente na sociologia, procurando, no entanto, fazer uma derivação para linhas alternativas de explicação desse espaço do social que, pensamos, melhor irão enquadrar o projecto que pretendemos desenvolver.

Título Rurbanização, um conceito de emancipação local? A construção de identidades híbridas numa freguesia da Beira

ID 1541

Autores Renata Freitas, Domingos Vaz

Resumo: O trabalho em causa estuda os efeitos que um maior contacto entre dois mundos tidos como distintos, o mundo “rural” e o mundo “urbano”, podem acarretar sobre a noção da ruralidade e sobre as formas identitárias construídas pelos agricultores. A área estudada corresponde à freguesia de Pêraboia pertencente ao concelho da Covilhã. O fenómeno da urbanização, ou seja, a expansão física e demográfica da cidade da Covilhã trouxe uma série de mudanças nas características morfológicas e sociais desta freguesia. A imigração de famílias de outros locais e a gradual ocupação por moradores não-agricultores, assim como, o crescente despovoamento e conseqüente declínio do sector primário,

ocasionaram o fim da preponderância das propriedades agrícolas no território local. O realce feito pelos agricultores, ora em características identitárias “urbanas”, ora em “rurais”, ora em “locais”, conduziu à construção de uma identidade notadamente híbrida. O estudo apresenta de forma inovadora como o “mundo rural” e o “mundo urbano” se interrelacionam nos dias de hoje pois são fruto de disputas identitárias correlacionando-se com processos de construção de identidades híbridas.

Mesa: O espaço como signo e factor de inclusão ou exclusão - 5 de Fevereiro - 14h30 - 217
Moderador: Paulo Nossa

Título Gentrificação em Mossoró/RN? Utopia ou realidade

ID 16

Autores Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira, Françoise Dominique Valery

Resumo: O crescimento urbano tem ao longo dos anos aumentado, e frente a este leque de transformações os investimentos têm acontecido em diferentes escalas ou setores, isto é, tanto por particulares, como pelos investidores do ramo imobiliário, assim como, por parte do Estado. Atenta a questão, o trabalho propõe-se a investigar este cenário de crescimento no município de Mossoró-RN, principalmente em suas áreas centrais. Daí a importância de se avaliar a aplicação teórica do conceito de gentrificação nos processos de urbanização, averiguando sua aplicabilidade enquanto: requalificação, enobrecimento ou revitalização dos espaços, à luz de uma pesquisa bibliográfica de cunho epistemológico, acompanhada de uma pesquisa de campo. Assim, uma reflexão panorâmica nesta cidade, mostra que o seu crescimento urbano está em vias de acontecimento e observa-se diferentes segmentos e atores sociais investindo e ampliando os espaços sócio-econômicos para atender as novas especificidades que permeiam a cidade na atualidade. Portanto, as idéias que motivaram esta pesquisa pretendem contribuir com a ciência para consolidar essa nova abordagem teórica dos problemas que afetam as áreas centrais das cidades contemporâneas, a qual, está delineando os discursos das transformações urbanas. O aporte teórico da gentrificação evidencia tais processos, proporcionando um olhar afinado diante das novas tendências de crescimento urbano, capazes de promover o avanço econômico, além de apresentar os horizontes da cidade pautados na perspectiva sustentável de crescer, priorizando a revitalização e sobretudo enobrecendo locais, sem perder o compromisso com a qualidade de vida local.

Título Segurança ou distinção? Procurando entender o recente processo de expansão de condomínios residenciais horizontais no cenário urbano brasileiro.

ID 795

Autores Ana Mércia Roberts

Resumo: A proliferação de condomínios residenciais horizontais voltados a público de alto poder aquisitivo – chamados, por diversos planejadores urbanos, de “bolhas” - é uma característica do cenário urbano brasileiro, principalmente a partir dos anos 90. A principal razão dada para essa proliferação é a questão de segurança entendida, hoje no Brasil, como justificativa suficiente para a tomada de diversas medidas “anti-público” no planejamento das cidades. O presente trabalho, baseando-se em pesquisa empírica realizada em condomínios horizontais numa cidade média do estado de São Paulo e investigação a partir de notícias e anúncios imobiliários em jornais de circulação nacional, relativiza a questão segurança e analisa o processo de produção e reprodução de espaços habitacionais segregados e suas conseqüências no desenho urbano e no aprendizado de comportamentos favoráveis ao processo de negociação e relação com o “outro” / o “diferente”. O referencial teórico principal utilizado foram as análises de Pierre Bourdieu sobre marcas de distinção, mais especificamente suas noções de habitus, campo, escolha, representações, consumo conspicuo e consumo de bens culturais e simbólicos.

Título Novas linguagens das cidades: usos e representações em espaços urbanos “requalificados”

ID 1030

Autores Roselane Bezerra

Resumo: Estando a cidade de Almada, Portugal, inserida em diferentes projectos de “requalificação”, com o propósito de criar novos espaços e centralidades urbanas, o objectivo desta comunicação consiste em perceber como é que os “discursos autorizados” influenciam as representações “nativas”, bem como os usos e as apropriações espaciais, nas áreas inseridas em projectos de “requalificação”. Para compreender esta relação entre representações e usos, no espaço urbano, apresentar-se-á uma análise de imprensa e dos discursos de alguns actores envolvidos nos projectos de intervenção nesta cidade. A identificação de categorias analíticas desenvolvidas por diferentes agentes destes processos de intervenções tem o intuito de contribuir para um alargamento dos pontos de vista sobre as transformações das cidades. Neste sentido, a incorporação dos discursos dos “praticantes”, apreendidos por meio do método etnográfico, introduz outros pontos de vista sobre os processos de intervenção urbana e da própria dinâmica da cidade.

Título A “favela dos ricos” - processos de urbanização de encosta numa cidade de média dimensão no Noroeste de Portugal

ID 1417

Autores Miguel Bandeira, Carlos Veiga, Patrícia Veiga

Resumo: O intenso processo de crescimento urbano vivido nas três últimas décadas de democratização do País, em particular da afirmação da autonomia do poder local, associado ao padrão difuso de povoamento do Noroeste português, tem promovido a expressão de alguns particularismos territoriais, dos quais, a expansão das cidades pelas encostas das suaves vertentes montanhosas do Minho é uma prática generalizada. A cidade de Braga, a seguir ao Porto, a maior da região, tem assistido a uma curiosa proliferação de novas habitações predominantemente do tipo moradia, que têm vindo a ocupar muitas das antigas quintas rurais das vertentes montanhosas dos arredores daquilo que interpretamos por cidade canónica. Aí, curiosamente, mais do que o mimetismo de uma vista sobre a cidade como que a evocar a cosmopolita Los

Angeles - EUA, oferecem-se todos os motivos para abordarmos os processos formais e expedidos no domínio do urbanismo de contacto entre a urbe e o extinto mundo rural, o investimento privado em arquitectura, a oportunidade para indagarmos os critérios estéticos, os padrões de conforto, de qualidade de vida, os estilos de vida e os recursos dos estratos mais privilegiados da sociedade bracarense no dealbar do século XXI. Por outro lado, merecem também a nossa atenção os crescentes valores de concentração/densificação de construções, a ausência de produção de espaço público e a desinserção dos novos habitantes na vida quotidiana dos autóctones. Com o presente estudo pretendemos divulgar os aspectos arquitectónicos e urbanísticos na sua relação estreita com os condicionalismos ambientais da área onde se inserem, o enquadramento energético que exibem e a sustentabilidade que auferem no âmbito do planeamento e ordenamento do território.

Mesa: Espaço, cultura e política nas práticas e representações das cidades - 5 de Fevereiro - 14h30 - 308

Moderador: Francisca Azevedo

Título A cidade como acto político: o caso de Brasília

ID 505

Autores Christiane Machado Coêlho

Resumo: O binómio política e arquitectura é presente no caso de Brasília. A construção da nova capital brasileira absorveu as ideias de desenvolvimento, urbanização, progresso e modernidade vigentes no Brasil na época. A presidência de Juscelino Kubitschek (1956-1961) inseriu a construção de Brasília no âmbito de um projecto de desenvolvimento nacional cujo slogan era: cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo, o famoso slogan "50 anos em 5". O objectivo de construção da cidade era de "liquidar o passado e realizar a igualdade prometida pelo Estado" (Oliveira: 2002). No entanto, Brasília recebeu qualificativos críticos como "cidade sem pessoas", "cidade sem esquinas", "cidade de burocratas", "ilha da fantasia". Apesar das críticas inerentes ao projecto de construção de Brasília e do advento da ditadura militar (1964-1985) logo após a inauguração da cidade, a nova capital conseguiu-se consolidar. Brasília é hoje a quarta cidade brasileira. Foi o primeiro núcleo urbano construído no século XX considerado histórica e culturalmente património da Humanidade pela UNESCO (1987). No caso de Brasília, vemos como a construção de uma cidade pôde ser o representante político de um projecto de sociedade. No entanto, a ordenação do território coloca em xeque os limites e as potencialidades da arquitectura e constitui um desafio importante no debate actual sobre projectos urbanos e integração social.

Título Espaços públicos urbanos do Porto e Coimbra: uma "cartografia" sonora

ID 682

Autores Paula Casaleiro, Pedro Quintela

Resumo: Pretende-se apresentar algumas reflexões sobre os espaços públicos de Porto e Coimbra, a partir das suas sonoridades, salientando as potencialidades heurísticas desta perspectiva sociológica sobre a cidade e os seus múltiplos espaços e tempos. Retomamos alguns dos contributos teóricos avançados por Henri Lefebvre, através da sua proposta da "ritmanálise", e por Murray Shafer, com a noção de "paisagem sonora". O espaço público urbano é constantemente apropriado por diferentes grupos de pessoas e é palco de múltiplas intervenções e eventos. Assim, por um lado, no espaço público urbano de cada uma destas cidades portuguesas vão sendo traçados contextos espaço-temporais flexíveis e efémeros e fronteiras simbólicas, perceptíveis nas suas paisagens sonoras. Por outro lado, à medida que os espaços públicos urbanos sofrem intervenções, configuram-se como espaços heterogéneos e híbridos e as suas paisagens sonoras transformam-se, conjugando sons modernos com sons tradicionais ou revanchistas. O espaço físico e o tempo onde um som ocorre e onde é ouvido são parte integral do som e da experiência do espaço público urbano. Daí que o estímulo sensorial auditivo possa servir de ponto de partida para decifração dos comportamentos e dos ambientes sociais e para a identificação/diferenciação dos diferentes contextos espaço-temporais e fronteiras presentes nas duas cidades. Em suma, o estímulo sensorial auditivo permite-nos identificar e diferenciar alguns dos espaços urbanos, podendo a análise das paisagens sonoras contribuir para um enriquecimento da leitura das transformações da cidade, mas também dos limites e fronteiras presentes nas cartografias, nem sempre explícitas e mais ou menos efémeras, das cidades.

Título Processos insurgentes de cidadania: as múltiplas interpretações da relação entre materialidade dos espaços públicos e as práticas sociais

ID 1003

Autores Catarine Reginensi, Marlucci Menezes

Resumo: Propõe-se discutir sobre algumas dinâmicas socioculturais de uso, apropriação e representação do espaço público que permitem considerar esse espaço como contexto insurgente de cidadania. Visa-se relativizar a relação entre espaço, sociedade e tempo como forma de enfatizar a ideia de que os espaços públicos urbanos podem ser contextos de cidadania insurgente. Pretende-se evocar a importância de abordar os espaços públicos a partir da ideia de multidimensionalidade e de dinamicidade. Deste modo, a partir da relação entre práticas sociais e a materialidade do espaço, interessa considerar o espaço público urbano: 1) como cenário da vida urbana, espaço de troca e de conflito, onde diferentes práticas e representações podem coexistir - de forma conflituosa ou não; 2) como contexto dinâmico, que se transforma ao mesmo tempo que determinados aspectos continuam ou podem continuar; e como contexto integrador de novas e diferentes práticas, ao mesmo tempo que umas deixam de se manifestar e outras continuam e/ou se adequam a conjuntura socio-espacial e política; 3) como contexto que acentua o carácter visível dos sujeitos e práticas envolvidas ou, ao contrário, como contexto que incentiva uma certa invisibilidade dos sujeitos, como forma de acentuar o sentido de inconveniência de certas práticas/actores; 4) como cenário que pode ter diferentes e múltiplas leituras.

Título Comunidade e cidade: redes sociais, habitação e território no bairro de Alvalade

ID 1075

Autores Romana Xerez

Resumo: A vida nas cidades impede as redes sociais de vizinhança e a existência de comunidade? A investigação tem revelado a perda do sentimento de comunidade através da diminuição das relações sociais de vizinhança. A emergência da “questão de comunidade” introduziu na análise sociológica uma nova abordagem sobre a vida nas cidades. A Internet permitiu uma nova perspectiva sobre os recursos sociais. A dimensão online transforma e enriquece a análise sobre a questão de comunidade. O artigo apresenta um estudo empírico sobre o papel das redes sociais na manutenção, desenvolvimento e transformação de comunidade numa freguesia de Lisboa: Alvalade. Os resultados da investigação são analisados através de metodologias qualitativas: observação etnográfica, entrevistas em profundidade e grupos focalizados. O estudo integra ainda metodologias quantitativas na compreensão e análise da rede social de vizinhança em Alvalade. Os resultados da investigação apresentam os tipos de redes sociais, a participação cívica em organizações e actividades do bairro, o apoio social e percepção do bairro. Os resultados encontrados confirmam a importância das redes sociais e capital social da comunidade nas políticas de habitação e na coesão social do território.

Mesa: Política e governança em áreas urbanas e metropolitanas - 5 de Fevereiro - 16h15 - 201

Moderador: Joel Felizes

Título Aspectos institucionais do planeamento e da gestão das águas: o caso do lago Guaíba, RS, Brasil

ID 733

Autores Percy Soares Neto

Resumo: O artigo discute a construção do espaço dos comitês de bacia hidrográfica, instituídos no Brasil desde 1990. A referência conceitual para analisar o planeamento e a implementação da gestão integrada e sustentável das águas é a abordagem institucionalista. Na Política de Água brasileira os comitês são espaços políticos de mediação de interesses em torno da água com poder formal constituído. Seus membros são representantes eleitos pelos segmentos organizados da sociedade. O carácter inovador da política associado à baixa confiança entre os envolvidos e à baixa disposição do Estado em partilhar poder causa um défice na sua implementação. O artigo toma como ponto de partida a dissertação de mestrado, defendida pelo autor, que analisa o processo de gestão na Bacia do Lago Guaíba, no sul do Brasil, por meio da atuação da Empresa Aracruz Celulose. A pesquisa baseou-se em análises documentais, entrevistas com os membros do Comitê Lago Guaíba, técnicos do Governo e da empresa. Os resultados foram comparados com os encaminhamentos da primeira etapa do planeamento de bacia, finalizada em 2005. Verificou-se que o planeamento ocupa papel privilegiado em fazer dialogar a vontade coletiva, por meio da clarificação dos objetivos dos envolvidos. Mesmo sem a fase conclusiva e definitiva, o processo desencadeado permite perceber o potencial do planeamento para superar desconfianças mútuas e criar sinergias. Os desafios consistem em identificar como reduzir a desigualdade entre recursos técnicos, políticos e económicos dos atores envolvidos. Evidencia-se também uma demanda por um Estado cada vez mais mediador voltado a reduzir as assimetrias verificadas.

Título Análise dos impactos do uso de novas tecnologias na gestão de recursos hídricos no Estado do Ceará - Brasil

ID 794

Autores Suely Salgueiro Chacon

Resumo: O objetivo principal deste trabalho é avaliar o impacto da adoção de novas tecnologias na gestão de recursos hídricos para o processo de desenvolvimento sustentável do estado do Ceará, situado no Nordeste do Brasil. O trabalho analisou os indicadores de desenvolvimento sustentável entre os anos de 1997 e 2007, contrapondo os resultados históricos ao processo de implantação das novas tecnologias de gestão de água no estado. Foram analisadas as principais características económicas, sociais e ambientais e institucionais do estado do Ceará, e a trajetória das ações implantadas para se definir a sua atual política de gestão de Recursos Hídricos, com ênfase para os resultados produzidos a partir do uso de novas tecnologias na gestão e monitoramento dos recursos hídricos no estado. Além da pesquisa de dados secundários, foram realizadas entrevistas com técnicos, políticos e usuários do sistema. As variáveis analisadas demonstram comportamento positivo. Os investimentos que foram atraídos pelo estado atestam a segurança do planeamento em longo prazo no sentido da garantia de água. O desafio do sistema de gestão de recursos hídricos, assim como das políticas públicas em geral no estado é promover a descentralização dos benefícios e dos investimentos, de modo que os resultados do crescimento económico experimentado pelo Ceará possam ser sentidos por toda população, especialmente no interior do estado. Dessa maneira teríamos a garantia de que o desenvolvimento sustentável de fato acontecerá.

Título Interdependência e autonomia nas relações entre Municípios e Freguesias: quais os espaços para o Orçamento Participativo?

ID 811

Autores Juliana Torquato Luiz

Resumo: As relações entre Municípios e Freguesias, em alguns países da Europa, tornam-se determinantes para a sobrevivência e continuidade dos processos de orçamento participativo que vêm sendo desenvolvidos. São relações frágeis, as quais na sua grande maioria os Municípios exercem um papel coercitivo perante as freguesias que historicamente, no caso de Portugal por exemplo, foram requerendo negociações com partidos de oposição, alianças, criação de protocolos, entre outros mecanismos legais e acordos que possibilitassem um mínimo de mobilidade política e económica das freguesias junto às comunidades que atuam. Nesse contexto, algumas experiências de orçamentos participativos surgiram na Europa, majoritariamente após os anos 2000, tendo em grande parte uma origem top down e preponderância nas discussões a partir de uma dimensão financeira e orçamental. Ao mesmo tempo o tema da participação acompanhada pelos OP's, foi ocupando espaços no debate social e político assim como na dinâmica pública local de algumas cidades, significando promessa de modernização política administrativa nos seus diferentes âmbitos. Neste breve panorama, em quais espaços o Orçamento Participativo pode obter alguma independência? Quais variáveis se

recriam nesses processos, considerando os constrangimentos e desconexões políticas econômicas vinculadas nas administrações locais? Para sinalizar algumas respostas a tais questões, recorreremos às experiências de orçamentos participativos em Portugal, investigando através da literatura existente e o mapeamento de alguns estudos de caso em quais estruturas o OP se adapta com algum nível de independência, tornando-se um espaço mais alargado de cidadania. Como se define conceptualmente o Orçamento Participativo a partir dos contextos os quais são desenvolvidos? O arcabouço legal também é considerado aqui um importante ator social na determinação das interdependências ou autonomias desses espaços.

Título Desafios da governança na região metropolitana de Natal

ID 982

Autores Terezinha Albuquerque

Resumo: O grande arranjo federativo implantado com a constituição de 88, teve por conseqüência a descentralização das ações governamentais para os municípios, canalizando assim um problema de difícil solução para os governos das chamadas cidades metropolitanas no Brasil. No novo desenho institucional após a ditadura militar, a responsabilidade das áreas metropolitanas foi transferida para os governos estaduais que, por sua vez, viram o seu poder de controle reduzido a partir do novo pacto federativo estabelecido no contexto da municipalização. Desse modo o objetivo do trabalho é investigar essa realidade no contexto da nova região metropolitana de Natal, tentando analisar os elementos que dificultam a sua governança. A análise vai desde os problemas relativos à forma de constituição dessa região metropolitana, até as dificuldades de se estabelecer, na região, relações inter-governamentais que sirvam de sustentação a realização de um bom governo. Os resultados alcançados demonstram a fragilidade institucional da Região metropolitana, a falta de reconhecimento e de legitimidade do Conselho assim como a grande interferência de interesses políticos alheios à questão, na configuração da região.

Título Gestão e ordenamento do território e do urbanismo em Angola: elementos para uma reflexão sociológica

ID 1085

Autores Pedro de Castro Gouveia Maria

Resumo: Este texto é uma tentativa de abordagem do problema da gestão e ordenamento do território e do urbanismo em Angola, como uma das preocupações mais candentes do imaginário e da realidade do cidadão, sobretudo o do meio urbano. Há um olhar sobre o novo contexto social, nas vertentes cultural, política e económica, cujo cenário emerge do fim do conflito armado, a 4 de Abril de 2002. O país enfrenta sérios problemas de estruturação das cidades, de equilíbrio demográfico, mormente na relação campo - cidade, de saneamento básico, de infra-estruturas e equipamentos necessários a uma melhoria da qualidade de vida, dentre outros. Consideramos ainda importante dar relevância ao quadro jurídico-legal e as políticas públicas existentes, como premissas básicas que conformam uma leitura mais inclusiva.

Título A coexistência de vários instrumentos de planeamento estratégico num território: oportunidades e constrangimentos

ID 1264

Autores Maria da Saudade R. Colaço Baltazar

Marcos Olímpio Gomes Santos

Resumo: A aplicação da abordagem estratégica ao planeamento dos territórios traduz nos anos 80, a importação que vinha sendo atribuída aos processos e métodos de gestão e planeamento aplicados às empresas. Ultrapassada uma primeira fase em que esta transferência de metodologia ocorreu de uma forma demasiado apressada, confrontamo-nos hoje com uma proliferação de planos, cuja área de intervenção corresponde ao mesmo território. Tendo por base os princípios da abordagem estratégica, o processo de planeamento territorial é considerado como um conjunto de ações sequenciais, que vão desde a implementação de uma estrutura organizativa para o plano até ao desenvolvimento de ações que envolvam a obtenção de consensos, ou seja todo um processo negocial entre os diversos actores e agentes do território, públicos e privados. Pressupostos cuja aplicabilidade implicam necessariamente múltiplos desafios! Quais são esses instrumentos? Quais as vantagens e inconvenientes de coexistirem num mesmo território esses vários instrumentos? Como se pode se pode potenciar a sua articulação? Em suma que oportunidades e constrangimentos em termos de intervenção podem ser identificados em territórios onde coexistem vários planos elaborados de acordo com a metodologia do planeamento estratégico? Como podem ser potenciados os efeitos positivos e minimizados os efeitos negativos decorrentes dessa situação? O objectivo desta comunicação é apresentar algumas pistas para reflexão visando responder a estas questões, tendo por base a experiência de acompanhamento de diversos planos estratégicos, com particular incidência no Alentejo.

Título O problema da governança das áreas metropolitanas do Brasil

ID 1288

Autores Ilza Andrade

Resumo: A descentralização das ações governamentais, ocorrida a partir da constituição de 1988, trouxe um problema de difícil solução para os governos das chamadas cidades metropolitanas, no Brasil. Foi desmontado o arcabouço institucional até então em vigor, responsável pela definição de políticas públicas para essas áreas e, todas as ações governamentais, passaram a ter como foco o município, gerando um vazio decisório para o enfrentamento dos problemas urbanos dos espaços plurimunicipais. Além disso, a nova Constituição transfere para os estados a função de criação de novas regiões metropolitanas, retirando, do poder central, a definição desse tipo de arranjo necessário à montagem de uma política urbana de base nacional. A constituição de regiões metropolitanas passa a ser encarada como uma solução para determinados problemas urbanos e o processo de sua criação começa a se dar num contexto cravado de interesses políticos. O objetivo desse estudo é investigar essa realidade no contexto da nova região metropolitana de Natal analisando os elementos que dificultam a sua governança, dando especial atenção: ao papel dos governos estaduais no encaminhamento dos problemas metropolitanos; aos espaços de articulação para encaminhamento dos problemas plurimunicipais; aos problemas de ação coletiva existentes nos espaços de deliberação coletiva.

A presente pesquisa se insere no conjunto de estudos ora em andamento, no Observatório das Metrópoles, projeto integrado de alcance nacional desenvolvido por diversas instituições de pesquisa do Brasil.

Mesa: Cidade e Planejamento Urbano - 5 de Fevereiro - 18h30 - 303
Moderador: Maria José Boavida

Título A importância do planejamento para a gestão ambiental urbana: um estudo à luz do direito ambiental brasileiro
ID 17

Autores Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira, Françoise Dominique Valery

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo a contextualização do planejamento e da gestão ambiental sob os condicionantes que guiam o direito ambiental brasileiro frente as transformações urbanas. Assim, o mesmo edificou-se sob os seguintes aspectos: no primeiro momento abordou-se o planejamento e a legislação ambiental tendo como foco as idéias de alguns estudiosos e no segundo momento fez-se uma análise aplicada aos aspectos da gestão e do planejamento. Os resultados apontam que o objetivo do planejamento ambiental é estabelecer normas para territórios complexos e, para tanto, ele precisa estar suficientemente ligado à realidade em seus múltiplos aspectos. Por essa razão, seu diagnóstico procura compreender o meio de forma global, por intermédio do levantamento de dados ligados a diversas disciplinas. Contudo, as imperfeições dos planejamentos são respostas a um complexo quadro de acontecimentos históricos e da situação político-social-econômico-ambiental-cultural peculiar a cada país ou região. Assim, o planejamento implica decidir sobre ações, previsões e estimativas de cenários futuros. No planejamento, deve-se trabalhar o tempo, o espaço e os objetivos a serem atingidos na implantação das ações ou projetos. Nessa perspectiva, constitui um dos desafios apresentados pelas condições jurídico- institucionais prevalentes, a grande dispersão de responsabilidades das entidades nacionais e locais. Desse modo, são fatores que influem na efetividade da questão ambiental: o grau de compromisso do governo com os problemas ambientais e a capacidade de identificar objetivos ambientais factíveis, por meio de mecanismos apropriados para estabelecer prioridades frente as intervenções necessárias para o crescimento das cidades.

Título Para uma microsociologia da sociabilidade no trânsito
ID 499

Autores José Odval Alcântara Júnior

Resumo: A presente comunicação apresentará uma análise, a partir de um recorte de um relatório de pesquisa, sobre alguns aspectos da sociabilidade existente entre os condutores de automóveis e pedestres. O período selecionado foi o de 1995 a 2000, na cidade de São Luís, Maranhão-Brasil. Tal período se constituiu em um momento peculiar ao cobrir a fase anterior e posterior, a vigência do novo Código de Trânsito Brasileiro. Objetivo contribuir para o entendimento de aspectos envolvendo a mobilidade urbana no Brasil. Para tanto, coletei e localizei as informações junto às instituições de trânsito e transportes do Estado do Maranhão. Ao elencar e destacar alguns elementos oriundos e derivados das ações e momentos das sociabilidades vividas entre estes dois atores na mobilidade urbana. Tais inferências visam recompor traços substanciais, para um quadro sociológico: a caracterização da sociabilidade existente entre os condutores e os pedestres, ao considerar as regularidades circunspectas aos acidentes e incidentes no trânsito. E, aqui, definidos como um momento microsociológico. Uma reconfiguração complementada e destacada com informações - extraídas de uma coleção de clippings -, da mesma cidade e do mesmo período. Ensaia-se uma reconstituição sobre algumas das principais regularidades encontradas neste quadro social da mobilidade urbana. Na perspectiva de Georg Simmel, encontro embasamento para apresentar um pressuposto: a sociabilidade conflituosa é um dos seus principais traços formatadores desta mesma forma de sociação. A presente análise, também, ampara-se em teóricos tais como Alex Honneth, Emilia Araújo, Eduardo A. Vasconcellos, Guillermo Giucci entre outros.

Título Rua Chile: caminhos de sociabilidades.
ID 586

Autores Neivalda Freitas Oliveira

Resumo: O logradouro lateral ao Palácio dos Governadores passou a chamar-se Rua Chile no dia 18 de julho de 1902. A partir daquele momento, ele não adquire outro nome ou um perfil mais importante. Traçada na planta trazida de Portugal por Luiz Dias, em 1549, esse logradouro sempre abrigou imóveis residenciais e comerciais, além de ser estratégico no trânsito de pessoas e mercadorias. Uma Rua como outras em Salvador de 1900 a 1940, mas que ostentava importância na interpretação da sociabilidade dos soteropolitanos. A pretensão deste trabalho é apreender a formação sócio-espacial, os sentidos de lugar, os significados, os aspectos visíveis e as representações do espaço, através da vida comezinha de homens e mulheres, residentes ou visitantes da cidade de Salvador na primeira metade do século XX. O enfoque é a Rua Chile, mas a busca está na modernização da face urbana da capital, nas características, nas condições, nas práticas e nos conflitos dos soteropolitanos.

Título Mobilidade e acessibilidade como instrumentos de conservação do patrimônio cultural de sítios históricos: o caso de São João del-Rei
ID 1158

Autores Ignez Silveira

Resumo: Com o processo de urbanização, principalmente depois da revolução industrial, as cidades sofreram grandes reconfigurações no seu espaço urbano, o que acarretou diversos problemas, já que a maioria delas cresceu de forma desordenada e sem planejamento. Um desses problemas é a questão do sistema de transportes e trânsito que vem acarretando queda da mobilidade e acessibilidade, degradação do meio ambiente, congestionamentos e acidentes. Essa questão se torna ainda mais complicada e delicada nos sítios urbanos históricos que ainda se encontram sob o suporte de vila colonial, com características peculiares como ruas estreitas e pontes centenárias. Portanto, como forma de preservar

os sítios históricos, é necessário e importante a elaboração de estudos sobre os impactos que o sistema de transportes e trânsito vem causando sobre as estruturas urbanas antigas. Com isso, a cidade de São João del-Rei foi escolhida como objeto de análise deste estudo, já que ela apresenta essa problemática e esse impasse entre modernidade e passado, ou seja, transportes e trânsito e patrimônio cultural. O trabalho então faz um diagnóstico da atual situação da cidade, analisando os diversos aspectos relacionados ao sistema de transportes e trânsito no contexto do seu rico patrimônio cultural. Além deste diagnóstico, buscou-se também analisar outras duas cidades, Ouro Preto e Quito, Patrimônios da Humanidade, que apresentam soluções interessantes para a questão da mobilidade e acessibilidade e que podem servir como parâmetros para outras cidades com características semelhantes, assim como para São João del-Rei.

Título Os impactos sociais da exploração de petróleo e gás no espaço urbano: um olhar para a cidade de Coari, no Amazonas/Brasil

ID 1590

Autores Iraíldes Torres, Josiene Monteiro Souza

Resumo: O espaço urbano se efetiva e caracteriza-se pela sua heterogeneidade, turbulência e fragmentariedade. Trata-se de uma construção coletiva onde os sujeitos produzem seus meios de existência, suas representações materiais e imateriais, tecendo as relações sociais em meio aos antagonismos de interesses divergentes. Os processos intensos de exploração da Amazônia desde a conquista até os dias atuais, interferiram significativamente no equilíbrio da região e na tessitura do espaço urbano. A cidade de Coari, incrustada no coração da Amazônia, é exemplo cabal de cidade fortemente impactada pelas ações do capital, presente na política de extração de petróleo e gás pela Petrobras. Localizado no Estado do Amazonas, na Bacia do Solimões, este empreendimento tem causado forte desequilíbrio ambiental e social, atingindo a vida das populações tradicionais do interior da Amazônia. Este estudo se ocupa do exame destas questões, buscando mostrar as ambigüidades e os paradoxos de um modelo que promove, ao mesmo tempo, o crescimento da economia e o aprofundamento da problemática social e ambiental. O trabalho de campo foi realizado sob a técnica de entrevista do tipo semi-estruturado, junto a uma amostra de 08 atores sociais incluindo representantes da sociedade civil e representantes da Petrobras e do poder público local. Ouvimos, também, 60 moradores da cidade de Coari através de formulários contendo perguntas abertas e fechadas. Dentre os múltiplos aspectos revelados constatou-se que o gasoduto Uruçu/Coari secou três igarapés que forneciam peixe e água às populações locais, derrubou árvores na abertura de estrada para passar os dutos, intensificou a exploração sexual e agravou a problemática habitacional na cidade. Conclui-se, portanto, que o desenvolvimento regional que deveria ter como base indutora a potencialidade humana, dando contorno às desigualdades, acaba alargando os desníveis sociais.

Mesa: Espaço, Patrimônio e Turismo - 6 de Fevereiro - 11h15 - 315

Moderador: João Sarmento

Título Turismo, cultura e desigualdade social em Guaramiranga, Ceará-Brasil

ID 373

Autores Vilma Terezinha Araújo Lima, Bernardete Castro

Resumo: O município de Guaramiranga revela-se como um dos principais roteiros turísticos no Estado do Ceará. A exuberância de seus recursos naturais às atrações culturais (festival de jazz e blues, de gastronomia, de flores, de teatro e de vinho) e o fato de localizar-se a menos de cem quilômetros da capital do estado, Fortaleza, são fatores que contribuem para a procura do lugar como área de lazer. Também se vê manifestações de festas e danças populares através da revitalização de antigos grupos de cultura popular que contribuem para promover o desenvolvimento turístico acarretando a transformação no modo de vida e da cultura local, gerando grande desigualdade social. Existem nítidos contrastes entre aquilo que as pessoas vivenciam rotineiramente e aquilo que é admirável para os turistas. A especulação imobiliária é bem visível, com a grande procura de terrenos por aqueles que se encantam com o lugar; muitos moradores vendem sua única moradia, pois são convencidos que estão fazendo bom negócio – com isso são expulsos da terra que ocupavam. A região tem tradição agrícola, no entanto, quase toda a área do município faz parte da Área de Proteção Ambiental de Baturité, o que restringe e dificulta a prática da agricultura. Esse campesinato tradicional atualmente se desloca para áreas distantes para produzir a subsistência de seus familiares criando a trajetória serra-sertão.

Título Práticas populares de consumo: acessos e bloqueios à cidade e a seus espaços

ID 991

Autores Claudia Sciré

Resumo: Esta comunicação é fruto de uma pesquisa de mestrado sobre as práticas de consumo dos moradores de uma região periférica na cidade de São Paulo (Brasil) e propõe averiguar de que forma o acesso ao consumo e a seus espaços ocorre, dentro de um contexto permanente de escassez de recursos e de proliferação de múltiplas oportunidades de aquisição de bens e de acesso a espaços de consumo. Visando discutir algumas questões sobre urbano e o acesso aos espaços da cidade, parte-se de um contexto específico que se insere nas transformações urbanas surgidas na metrópole paulistana nos últimos anos, como o espraiamento dos equipamentos de consumo (shopping centers e hipermercados) pelas periferias da cidade. Frutos das alterações na lógica das localizações na metrópole, tais equipamentos aparecem como versão espacializada de fluxos de capital e relacionam-se diretamente com o surgimento de uma nova dinâmica na produção dos espaços urbanos. Pretende-se detalhar melhor este processo, analisando como ele altera o desenho da cidade e, principalmente, da periferia para poder discutir os novos tipos de mobilidade cotidiana que se redesenham a partir do momento em que a frequência aos espaços de consumo ganha importância crescente. Procurar-se-á ainda discutir o padrão de urbanização que vem sendo reproduzido a partir desta nova lógica. Até que ponto esta nova localização dos sistemas de consumo não acaba propagando processos de privatização de espaços e quais as conseqüências sociais para os moradores das periferias na qualidade de seu acesso à cidade são questões a serem abordadas.

Título Dinâmicas sócio-económicas, turismo e desenvolvimento em Moçambique: o caso da indústria turística na cidade da Beira

ID 1097

Autores Ana Maria Guina

Resumo: Este projecto de doutoramento pretende identificar e compreender as relações complexas entre a indústria turística, como sector de actividade económica, e o desenvolvimento perspectivado como um processo de mudança com implicações sociais e económicas. Entre outros aspectos, procurar-se-á verificar em que medida o desenvolvimento assente no turismo pode contribuir para a melhoria das condições de vida da população na Beira e a redução do número de cidadãos em situação de pobreza absoluta. Deste modo, a indústria turística não só será entendida como necessária pela sua histórica associação com o desenvolvimento. Mas, também como consequência imediata para a criação e potencialização do desenvolvimento sustentável da comunidade envolvente, seleccionando as melhores opções de desenvolvimento e adoptando políticas estratégicas claras, realistas e participativas, susceptíveis de se materializar e de contribuir para um rápido crescimento, desempenhando um papel essencial no processo de desenvolvimento da Beira. O turismo é uma das indústrias mais importantes dos dias de hoje em todo o mundo e que países desenvolvidos como a Suíça, o Reino Unido, a Itália, a França, a Espanha e Portugal, citando apenas alguns exemplos, devem muito do seu desenvolvimento recente ao peso crescente que o turismo atingiu nestes países em que o número de visitantes anualmente tem excedido o número total de habitantes, indicador que traduz bem e de forma simples a importância económica, cultural e social do turismo, para além de ser, o mais importante elemento de aproximação e contacto de povos e culturas.

Título Prostituição masculina e turismo em Fortaleza

ID 1198

Autores Maria Lourdes dos Santos, Linda Maria de Pontes Gondim

Resumo: Por meio da pesquisa estão sendo investigados os roteiros de homossexuais masculinos que se prostituem com turistas, a partir de locais que concentram equipamentos de lazer e turismo na cidade de Fortaleza. Para tanto, vem sendo realizado trabalho de campo na Praia de Iracema, que se destaca como local preferido para encontros amorosos. Por meio de observação e entrevistas abertas com “michês”, estão sendo identificadas suas formas de sociabilidades e particular atenção tem sido dada à relação dos sujeitos com o território, no que se refere ao uso e à apropriação de locais turísticos para práticas supostamente transgressoras. O acesso aos sujeitos vem sendo facilitado pelos contatos anteriores da pesquisadora com a Organização Não-Governamental (ONG) Grupo de Resistência Asa Branca – GRAB, em função de seu trabalho previo como profissional de saúde, em hospital de referência para o tratamento de AIDS, e sua colaboração em campanhas de DST/AIDS.

Título Cidade, memória e património

ID 1395

Autores Irlys Alencar Firmo

Resumo: Proponho expor uma reflexão sobre a cidade com enfoque na elaboração de narrativas, tendo como princípio de investigação a apresentação do espaço urbano feita por profissionais e guias turísticos impressos. Tomo como referência as cidades de Lisboa e Fortaleza para verificar a instituição contemporânea de imagens e sua relação com o consumo de bens culturais. As interfaces entre a memória oficial e a disputa simbólica entre imagens da cidade constituem o fio condutor das idéias do texto. Reflexões sobre o centro das cidades, sobre as tradições como parte da instituição de zonas urbanas e a busca de singularidade servem de referência à análise. A presença de uma estrutura descritiva, expressiva de valores e sensibilidades emergentes de diferentes momentos históricos, serve de balizamento ao que pode ser designado por “narrativas da cidade”. Suponho, portanto, que a apresentação da cidade contém uma lógica narrativa, tendo em vista um sentido de unidade espacial e temporal. As divisões entre o campo e a cidade, a morfologia de bairros e a idéia de centro e irradiação constituem modos de apresentar o que, do ponto de vista do narrador, tem um sentido orgânico. Os bairros de Alfama (Lisboa) e Praia de Iracema (Fortaleza) ilustrarão algumas das hipóteses analisadas na pesquisa. Em síntese, o texto reflete sobre as novas e antigas formas de apresentação da cidade, tendo em vista as políticas culturais de incentivo ao património. Analisa o papel dos mediadores culturais e a função que ocupam na difusão da imagem da cidade e recriação de lugares de consumo para moradores e visitantes.

Mesa: O espaço como signo e factor de inclusão ou exclusão - 6 de Fevereiro - 14h30 - 217

Moderador: Paulo Nossa

Título Coleta seletiva - a visão em uma comunidade carente em Fortaleza/CE - Brasil

ID 1212

Autores Tereza Glaucia Matos, Jairo Ferreira

Resumo: Uma conduta sustentável caracteriza-se por uma preocupação em garantir às gerações futuras, condições satisfatórias de vida em termos econômicos, políticos, sociais e principalmente ambientais. Nessa perspectiva, é fundamental pensar a importância que o lixo assume na realidade urbana. O aproveitamento do lixo nos grandes centros urbanos, através de reciclagem, tem sido uma das respostas ao problema decorrente da quantidade de dejetos produzidos pelo aumento das populações e de seu consumo. Esse estudo teve como objetivo conhecer o comportamento dos moradores de uma comunidade economicamente e socialmente desfavorecida em relação à prática de coleta seletiva e conseqüentemente uma visão sustentável. Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa e a coleta de dados foi realizada através da aplicação de entrevista semi-estruturada com moradores de uma rua dessa comunidade. Foram entrevistadas cerca de 40 pessoas. Os resultados mostram que a composição do lixo das residências é de sobras de comida, lixo proveniente do banheiro, plásticos e vidros. Das casas visitadas 25% de seus moradores praticam de alguma forma a coleta seletiva, seja para doação aos catadores ou venda de parte dos mesmos. Entre os que não fazem coleta (75%) os

motivos alegados são de que não o fazem por dar muito trabalho e não ter tempo. De forma pouco estruturada e reflexiva há reaproveitamento de parte do material plástico para uso doméstico. Percebe-se que não há uma preocupação em reaproveitar o lixo reduzindo o seu volume e que a coleta seletiva em geral é feita pelo retorno econômico, e não por uma conduta sustentável.

Título Rua Chile: caminho de sociabilidade, lugar de desejos, expressão de conflitos.

ID 1525

Autores Neivalda Freitas de Oliveira

Resumo: O logradouro lateral ao Palácio dos Governadores passou a chamar-se Rua Chile no dia 18 de julho de 1902. A partir daquele momento, ele não adquire outro nome ou um perfil mais importante. Traçada na planta trazida de Portugal por Luiz Dias, em 1549, esse logradouro sempre abrigou imóveis residenciais e comerciais, além de ser estratégico no trânsito de pessoas e mercadorias. Uma Rua como outras em Salvador de 1900 a 1940, mas que ostentava importância na interpretação da sociabilidade dos soteropolitanos. A pretensão deste trabalho é apreender a formação sócio-espacial, os sentidos de lugar, os significados, os aspectos visíveis e as representações do espaço, através da vida comezinha de homens e mulheres, residentes ou visitantes da cidade de Salvador na primeira década do século XX. O enfoque é a Rua Chile, mas a busca está na modernização da face urbana da capital, nas características, nas condições, nas práticas e nos conflitos dos soteropolitanos.

Título Entre o dinamismo econômico e as relações precárias de trabalho: o caso dos trabalhadores rurais do baixo Acú/RN

ID 1527

Autores Sabrina França, Aldenor Gomes da Silva

Resumo: Este trabalho tem por objetivo estudar a lógica de reprodução de formas de assalariamento “espúrias” e precárias de trabalhadores rurais em áreas tecnologicamente avançadas de produção capitalista. A hipótese central é que a relação entre modernização e precarização não pode ser explicada apenas pela dinâmica da globalização acelerada, tendo que se considerar as condições da dinâmica social, suas expressões jurídico-institucionais e as relações que se estabelecem e se renovam continuamente entre o Estado, as empresas e a sociedade civil. Metodologicamente destacam-se: Pesquisa bibliográfica circunscrita dentro do tema de estudo da sociologia rural e da sociologia do trabalho e, pesquisa de campo no Pólo de fruticultura irrigado do Vale do Açu, na região Baixo-Açu, utilizando-se de entrevistas semi-estruturada e da aplicação de questionários a mediadores locais, empresários, líderes sindicais, instituições e, aos trabalhadores rurais das empresas agrícolas que estão envolvidos com o plantio e com a colheita das frutas irrigadas. Os resultados obtidos ratificaram a hipótese do trabalho nos seguintes aspectos: 1) O trabalho agrícola no Baixo-Açu revela uma flexibilização laboral com modalidades combinadas de assalariados “puros”, trabalho temporário e contratos informais. 2) As mudanças contemporâneas de expansão e acumulação nas cadeias agroalimentares e suas relações com os sistemas agrícolas nacionais/regionais têm se moldado, através de forças diversas e contraditórias no âmbito local. 3) A organização do processo produtivo desenvolvido em alguns setores da produção de frutas combina formas diversas de métodos fordistas e tayloristas, assim como sistemas paternalistas de controle da força de trabalho.

Título Independência de mobilidade na infância e oportunidades de jogo ao ar livre na cidade.

ID 1604

Autores Duarte Moreno, Carlos Neto

Resumo: O contacto directo com o envolvimento é muito importante para o desenvolvimento integral, saudável e harmonioso do indivíduo. A capacidade de autonomia de mobilidade face ao envolvimento físico, permitirá, o desenvolvimento das representações cognitivas do espaço, a descoberta das relações com o mundo adulto, o desenvolvimento de hábitos saudáveis na vida activa e a prática do jogo e actividade física, essenciais para o equilíbrio emocional e psicológico (Neto, 2001; 2006). Mas, para a criança adquirir independência de mobilidade/autonomia, precisa de ver e viver a cidade, precisa de habitar os espaços públicos com segurança e autonomia, precisa de participar na vida da cidade (Bjorklid & Nordstrom, 2004). Os espaços fora de casa, tal como quintais, jardins, espaços verdes e parques, tornam-se os lugares centrais de exploração e são importantes lugares para adquirir confiança nos espaços públicos (Christensen & O'Brien, 2003). A cidade deve ser repensada como espaço público, onde as ruas e as praças possam ser usadas como canais de comunicação e troca, entre crianças e adultos que têm uma necessidade colectiva de bem-estar (Tonucci & Rissotto, 1998; Christensen & O'Brien, 2003). Neste sentido, pode dizer-se que a criança é um indicador sensível do ambiente e quando a criança está bem, significa que a cidade encontrou a sua função natural, como lugar de partilha, cooperação e solidariedade; esta é a forma correcta de desenvolvimento sustentável (Tonucci & Rissotto, 1999). Este estudo pretende (1) Identificar os lugares preferidos das crianças na cidade; (2) Verificar o nível de independência de mobilidade das crianças, pelo tipo de acompanhamento e modo de deslocamento, nos trajectos de ida e volta à escola, ida e volta a lugares de brincadeira próximos da habitação (rua, praças, parques, jardins, etc.), andar de bicicleta, skate ou patins fora dos limites da residência entre as variáveis idade, sexo e estatuto socioeconómico; (3) Verificar se as crianças brincam na rua. A amostra é constituída por 163 sujeitos de ambos os sexos, residentes no centro da cidade de Matosinhos; o grupo etário dos 8/9 anos constitui-se de 82 sujeitos e o grupo de 11/12 anos inclui 81 sujeitos. Foram definidos dois grupos socioeconómicos distintos (elevado e baixo). Utilizaram-se dois instrumentos para recolha dos dados neste estudo: uma entrevista semi-estruturada realizada às crianças e a aplicação de diários de actividades; foram usados programas estatísticos – SPSS, versão 13.0 para Windows e Excel no tratamento dos itens da entrevista; o método de análise de conteúdo utilizou-se em questões abertas, nas entrevistas e nos diários de actividades. Os resultados indicam que a casa é o lugar preferido da maioria das crianças (69%); depois são os parques/jardins (10%) e a escola (7%); mais de metade das crianças do nosso estudo afirmam deslocar-se habitualmente para a escola de automóvel (57%); cerca de 35% fazem-no a pé e 6% em transporte público. A grande maioria das crianças (62%) realiza o trajecto entre casa e a escola acompanhada pelos pais; cerca de 12% das crianças afirmam que vão sozinhas para a escola e o mesmo número (12%) partilha o trajecto com amigos; 11% é acompanhada pelos avós e 4% realiza o trajecto com os irmãos. A maior parte das crianças da nossa amostra (67%) não andam sozinhas nas ruas do bairro onde residem; apenas um terço (33%) das crianças afirma movimentar-se autonomamente pelas ruas do local onde vive. Menos de metade das crianças (44%) diz

andar de bicicleta, patins ou skate sozinhas, nas ruas do bairro. A maioria das crianças não brinca na rua onde mora (70%); apenas 30% das crianças refere brincar na rua.

Título Identidade e meio ambiente no entorno do Parque Nacional da Serra de Itabaiana/SE. Brasil.

ID 1616

Autores Marcelo Ennes

Resumo: O Parque Nacional de Itabaiana foi criado por meio de decreto Presidencial em 15 de junho de 2005 e está localizado aproximadamente a 40 quilômetros da cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe. Como parte da delimitação dessa pesquisa, optou-se por estudar os povoados de Bom Jardim e de Mundes localizados no entorno da Serra de Itabaiana, no município de Itabaiana. Os objetivos do projeto era discutir o processo de (des/re)construção de identidade dos moradores dos povoados identificar as formas de representação da Serra como resultado das relações entre moradores e agentes do Estado no contexto da implementação do Parque Nacional da Serra de Itabaiana. O aporte teórico/metodológico do presente projeto fundamenta-se nas contribuições de Pierre Bourdieu e a coleta de dados primários foi realizada por meio de entrevista com responsáveis por domicílios por meio de questionário estruturado e com respostas pré-definidas. A implantação do Parque Nacional precisa ser compreendida como elemento constituidor do campo sócio-ambiental, materializado nas tensões entre moradores e agentes do Estado. É no interior desse campo que se desenvolve o processo de (des/re) construção de identidades. Assim, os moradores apropriam-se de um discurso “ecologicamente” correto como estratégia de capitalização social. Essa apropriação, no entanto, parece estar numa relação de tensão com as práticas observadas nos povoados como indicam a situação de degradação ambiental. A pesquisa demonstra que esse descompasso, entre o discurso e a prática, decorre do fato dos moradores entenderem que as ações “sustentáveis” do Estado representam ameaças à sua sobrevivência física e simbólica.

Mesa: Planeamento, expansão urbana e rural: aspectos políticos - 6 de Fevereiro - 16h15 - 218

Moderador: Francisco Costa

Título A Construção do Sistema de Desenvolvimento Urbano no Brasil – um diagnóstico da participação popular 20 anos após a promulgação da Constituição Federal

ID 284

Autores Celene Tonella

Resumo: Ao final da década de 1980, a questão urbana ganhou a cena política. Movimentos populares e entidades debruçadas na causa da habitação se articularam em nível nacional e o processo culminou na elaboração de uma proposta para a Assembléia Nacional Constituinte. Nesse contexto, situavam-se: movimentos populares de creches, mutuários do Banco Nacional de Habitação, inquilinos, loteamentos clandestinos e irregulares, moradores de cortiços, favelados, mutirantes etc. A Constituição foi promulgada em 1988 com um capítulo dedicado à questão urbana e com mecanismos que garantiram a possibilidade da participação ampliada da sociedade nos processos e que se mostraram fundamentais para o desenho atual da democracia no Brasil. Além disso, foi criado em 2003 o Ministério das Cidades, o que pela primeira vez garante o tratamento das políticas urbanas de forma integradas. Em complemento, o Conselho das Cidades surgiu como resultante de mobilizações ocorridas no país todo e que culminou com as Conferências das Cidades nos três níveis administrativos – municipal, estadual e federal. O Conselho pressupõe, segundo a sua composição, a possibilidade de diálogo entre as esferas de poder com a sociedade organizada. O trabalho está dividido em três partes: 1) a questão teórica referente à participação popular e à democracia participativa (Souza Santos, Mouffe, Avritzer), 2) a contribuição da mobilização popular para a estruturação do Sistema de Desenvolvimento Urbano no Brasil, 3) os limites existentes para a implementação das propostas elaboradas pelas entidades ligadas ao setor

Título A crença no planejamento e a descrença na cidade como práxis: os limites da política urbana no Brasil

ID 296

Autores Luciana Lago

Resumo: No Brasil, o campo de reflexão sobre o planejamento das cidades tem exposto, nos primeiros anos do novo milênio, um paradoxo. De um lado, a criação de um ministério para cuidar das cidades e colocar na cena política local e nacional a urgência em se pensar e controlar coletivamente o futuro desses espaços na direção da justiça social. De outro, a visão de uma crise urbana marcada pela crescente ilegalidade das práticas sociais e pela denominada fragmentação sócio-territorial, simultaneamente aos avanços dos instrumentos legais re-distributivos e democráticos. O presente texto busca examinar os limites da política urbana em curso no país, no sentido da superação do referido paradoxo e das profundas desigualdades nas condições de bem estar social. Para tanto, duas questões serão desenvolvidas. A primeira refere-se ao próprio campo analítico da política urbana e do planejamento, restrito aos mecanismos (i) de acesso ao consumo de bens e serviços urbanos e (ii) de re-distribuição dos recursos públicos. Discutiremos as limitações dessa agenda ao não incorporar a diversidade de recursos monetários e não monetários produzidos pelos indivíduos através do seu trabalho na cidade e as potencialidades de um planejamento urbano que unifique o mundo do trabalho e o mundo da reprodução social. A segunda questão diz respeito à supremacia da escala local/municipal no campo da política urbana, desde a Constituição de 1988. A experiência cotidiana para grande parte da população urbana brasileira é metropolitana, ou seja, atravessa municípios. Analisaremos as implicações dessa crença no planejamento municipal democrático.

Título Agricultores a Tempo Parcial (ATP) en periferias urbanas en expansión: o caso do barrio de Conxo (Santiago de Compostela)

ID 104

Autores Daniel Táboas

Resumo: En este texto pretendo levar a cabo unha análise sobre unha forma específica de actividade agraria, a Agricultura a Tempo Parcial (ATP) no barrio de Conxo, pertencente á cidade de Santiago de Compostela (Galiza – España). Dende

unha perspectiva analítica micro, estudíaranse pormenorizadamente as características de catro explotacións agrarias do barrio, así como ós titulares das explotacións e ás respectivas unidades domésticas. O obxectivo é acadar unha imaxe o máis definida posible da ATP e da súa evolución no tempo neste barrio. Nesta mesma liña, penso que tería moito interese abordar, sempre que fose posible, unha comparación entre a práctica da ATP nun barrio compostelano e algunhas das moi numerosas explotacións ATP da periferia de Lisboa. O anterior plantexamento enlaza directamente co valor analítico que pode ofrecer o estudo da ATP para entender os procesos históricos xerais da evolución da agricultura e do campesiñado nos países industrializados. Por outra parte, non deixa de chamar a atención, a capacidade de adaptación e de supervivencia en condicións económicas e sociais adversas para esta actividade - como as dos países industrializados - da agricultura e dos agricultores. Este fenómeno, así como a pervivencia de manifestacións evidentes dunha "identidade campesiña" en contextos "non rurais", ten sido unha constante histórica que penso reclama a atención de historiadores, científicos sociais, xestores e planificadores de espazos urbáns, políticos, sociedade civil... Asemade, desexo discutir as posibilidades de futuro destes espazos agrarios intermedios, mixtos, de difícil caracterización como plenamente urbáns ou rurais. Semella que calquera posible conservación no futuro vai depender da participación en ela das políticas e das entidades públicas (en especial dos concellos). Algúns espazos nos que se practica a ATP son en si mesmos "paisaxes agrarias singulares", o que podería xustificar a súa protección dende un punto de vista patrimonial e medioambiental. A conservación de explotacións de ATP nos barrios periurbanos, nas que se manteñen algúns procedementos característicos da agricultura orgánica, podería adquirir un valor pedagóxico, divulgando nas proximidades das cidades prácticas de cultivo máis acordes coas actuais preocupacións medioambientais. Simultaneamente, e como xa acontece en algúns casos, o cultivo comunitario de "hortas sociais" por parte de persoas de idade (xubilados) quizais revirta positivamente sobre a calidade de vida destas persoas en ámbitos como a ocupación do tempo libre ou a sociabilidade. Por último, o mantemento das explotacións agrarias periurbanas pode verse favorecido pola revalorización (por razóns ecolóxicas e culturais) dos cultivos locais fronte á actual estandarización da cadea alimentaria.

Título Redes de Mobilizações no Brasil Urbano Contemporâneo

ID 262

Autores Maria da Glória Gohn

Resumo: O traballo aborda o tema das redes sociais e temáticas que articulan procesos de mobilización da sociedade civil, atuando entre si e com a sociedade política - esta última entendida como o estado, seus aparelhos e as políticas sociais públicas. Objetiva-se mapear as redes existentes e comprender sua natureza, no Brasil, na atualidade. O traballo fornece-nos elementos para entender o cenário de mobilizações e o caráter do novo associativismo que tem sido construído no Brasil neste novo século, que inclui movimentos sociais, ONGs-Organizações Não-Governamentais, associações e fundações empresariais do Terceiro Setor, associações comunitárias e cooperativas de produtores independentes- articulados pela economia solidária, fóruns, conselhos e colegiados de participação, redes locais, nacionais e globais de ativismo sócio-político etc. As categorias - rede e mobilização - serão inicialmente analisadas do ponto de vista de sua concepção teórica porque elas são chaves para o entendimento deste novo associativismo. Novos movimentos sociais também são analisados, tanto em suas práticas históricas como no campo da produção teórica a seu respeito. O entendimento do novo associativismo é ponto de partida para a leitura e análise das cidades brasileiras na atualidade-tanto as metrópoles como as médias e pequenas cidades. O traballo é parte de pesquisa apoiada pelo CNPq e utiliza como estratégia metodológica a coleta de dados junto as entidades selecionadas (via o material publicado, relatórios, entrevistas e dados estatísticos).

Título Identidades e meio ambiente: Parque Nacional da Serra de Itabaiana, Sergipe, Brasil.

ID 626

Autores Marcelo Ennes

Resumo: O Parque Nacional de Itabaiana foi criado por meio de decreto Presidencial em 15 de junho de 2005 e está localizado aproximadamente a 40 quilômetros da cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe. Como parte da delimitação dessa pesquisa, optou-se por estudar os povoados de Bom Jardim e de Mundes localizados no entorno da Serra de Itabaiana, no município de Itabaiana. Os objetivos do projeto era discutir o processo de (des/re)construção de identidade dos moradores dos povoados identificar as formas de representação da Serra como resultado das relações entre moradores e agentes do Estado no contexto da implementação do Parque Nacional da Serra de Itabaiana. O aporte teórico/metodológico do presente projeto fundamenta-se nas contribuições de Pierre Bourdieu e a coleta de dados primários foi realizada por meio de entrevista com responsáveis por domicílios por meio de questionário estruturado e com respostas pré-definidas. A implantação do Parque Nacional precisa ser compreendida como elemento constituidor do campo sócio-ambiental, materializado nas tensões entre moradores e agentes do Estado. É no interior desse campo que se desenvolve o processo de (des/re) construção de identidades. Assim, os moradores apropriam-se de um discurso "ecologicamente" correto como estratégia de capitalização social. Essa apropriação, no entanto, parece estar numa relação de tensão com as práticas observadas nos povoados como indicam a situação de degradação ambiental. A pesquisa demonstra que esse descompasso, entre o discurso e a prática, decorre do fato dos moradores entenderem que as ações "sustentáveis" do Estado representam ameaças à sua sobrevivência física e simbólica.

Título Desenvolvimento local e construção de políticas públicas

ID 1483

Autores Josiani Julião Aves Oliveira, Elizabeth Regina Negri Barbosa

Resumo: O objetivo da pesquisa foi realizar o diagnóstico social do município de Iturama/MG compreendendo as condições sócio-econômicas e culturais dos moradores, visando à melhoria na qualidade de vida da população através de um processo participativo e integrativo, com vistas a buscar alternativas sócio-econômicas locais e regionais. A proposta foi construir métodos e experimentar uma nova forma de organizar comunidades e construir cidadania, tendo como base estrutural à participação na elaboração de instrumentos de desenvolvimento comunitário e construção de políticas públicas. Em uma época em que o fluxo de informações é intenso e polarizado, tornou-se fundamental metodizar e organizar as mais importantes a fim de otimizar e direcionar os recursos públicos. O governo local, mais do que um agente realizador do

desenvolvimento, deve funcionar como articulador e facilitador das ações de desenvolvimento social. Estas ações não podem ocorrer como monopólio do poder público. Pelo contrário, sua eficácia será maior justamente quando o poder público for apenas um dos múltiplos agentes envolvidos no projeto de desenvolvimento local incorporado pela sociedade. As possibilidades de atuação de cada governo são condicionadas pela estrutura social e pela organização econômica local, existindo uma diferenciação muito grande de cidade para cidade, em função do porte e da complexidade das relações sociais, não só no sentido econômico, mas de representação, participação e decisão. Produzir socialmente um diagnóstico da pobreza e da exclusão social já é uma ação da comunidade para superar as limitações ao seu desenvolvimento.

Título Estabelecidos e outsiders às avessas: a relação entre os moradores da cidade de Natal/RN e os estrangeiros
ID 716

Autores Thereza Cristina Bertazzo Silveira Viana

Resumo: Nos últimos anos, diversas transformações vêm acontecendo nas concepções de gestão urbana das cidades, promovendo uma mudança do modelo do planejamento urbano moderno para um modelo de planejamento estratégico, que utiliza os mesmos conceitos e técnicas da gestão empresarial, aplicados ao setor público. Este novo modelo vem acarretando mudanças tanto nas estruturas físicas das cidades, como no cotidiano de sua população. Embora na cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte/Brasil, a importação desse modelo não esteja explicitamente formalizada em contratos entre o governo local e os consultores do planejamento estratégico urbano, o modelo aparece implicitamente em investimentos, marketing da cidade, programas de construções de hotéis, promoções turísticas e construção de monumentos que enfatizam a necessidade de vender a cidade para um público solvável. Nas últimas décadas, grandes transformações vêm acontecendo na configuração espacial, no mercado imobiliário e na vida dos moradores desta cidade. Isso se deve a um crescente número de apartamentos, flats ou apart-hotéis adquiridos por estrangeiros (predominantemente europeus), com o objetivo de investirem no mercado imobiliário, de usufruírem de uma fonte de renda alternativa por meio do aluguel desses imóveis ou até mesmo de fixarem residência permanente ou sazonal (segunda residência utilizada em determinadas épocas do ano). O presente trabalho busca analisar como os moradores locais percebem as transformações ocorridas na dinâmica da vida social e que novas relações de sociabilidade vêm sendo construídas a partir desta convivência entre a população local e os estrangeiros. Partindo do estudo desenvolvido por Norbert Elias sobre a relação entre estabelecidos e outsiders, o presente artigo pretende discutir essa relação no campo de análise proposto, partindo do pressuposto que ela acontece às avessas, ou seja, os estabelecidos são os estrangeiros, enquanto a população local vem se tornando outsider em sua própria terra.

Mesa: Processos de expansão urbana, políticas habitacionais e direito à habitação - 6 de Fevereiro - 16h15 - 302

Moderador: Manuela Laranjeiro

Título A habitação popular no Brasil como acesso e garantia do direito à moradia
ID 720

Autores Celeste Aparecida Barbosa

Resumo: A presente comunicação tem como propósito apresentar o relato da experiência profissional como assistente social no campo do trabalho social em comunidades formadas por conjuntos habitacionais no município de Franca, estado de São Paulo, nesta perspectiva trata-se de estabelecer as vinculações teórico-práticas observadas a partir da vivência cotidiana neste espaço. A obtenção das informações necessárias para compor o estudo propiciou a aproximação dos sujeitos de forma a compreender a “emergência” de uma das expressões da questão social: a habitação. Os desdobramentos da política de habitação e os programas de habitação popular como acesso e garantia do direito à moradia as pessoas de baixa renda salarial, é nossa preocupação constante, face às mudanças postas pela globalização e os desafios e dificuldades para a concretude dos direitos humanos. O déficit habitacional em decorrência do rápido crescimento urbano nos grandes centros e nas cidades de médio porte, como a cidade de Franca (SP), compõe a descrição do cenário deste trabalho.

Título Gestão urbana e iniciativas de habitação popular em municípios brasileiros: analisando o caso de uma capital nordestina
ID 1123

ID 1123

Autores Antônia Jesuíta de Lima

Resumo: A gestão urbana e a atuação dos governos locais num contexto de redefinição político-institucional e de descentralização das políticas públicas no Brasil são o recorte deste trabalho. Busca-se expor reflexões produzidas a partir de uma pesquisa sobre iniciativas locais de políticas urbanas, focalizando os impasses gerados e as dificuldades de se implementar políticas locais de longo alcance social num quadro de aprofundamento dos problemas urbanos e de concreteness do pacto federativo, desenhado na Carta Constitucional de 1988. Toma-se, assim, como referência o contexto de redefinição político-institucional nas relações entre os diferentes níveis de governos e de transferência de competências às unidades subnacionais. Como referência empírica, nos valem de uma experiência de urbanização de favelas implementada a partir da década de 1990, em um capital da região nordeste do país – Teresina, Piauí. Os resultados da pesquisa apontaram para impasses gerados na área das políticas urbanas, em decorrência da indefinição de competências das esferas responsáveis em âmbito constitucional, comprometendo o desempenho das cidades e a capacidade dos governos municipais de enfrentar problemas estruturais, como a segregação socioespacial.

Título O “direito de laje”. Conflitos e Mediação na Favela de Rio das Pedras/RJ.

ID 1487

Autores Cláudia Corrêa

Resumo: A pesquisa estuda o “direito de laje” na Favela de Rio das Pedras, no Rio de Janeiro e como é efetuado a administração dos conflitos derivados deste modo de viver. Tal “direito” é aceito na comunidade, e se atualiza quando um morador primitivo vende à outra pessoa o “direito” de construir moradia sobre a laje de sua casa. Esse “direito” é admitido entre as partes, mesmo quando o “contrato” ocorre em situações especiais, como a do futuro morador primitivo do terreno de superfície, vender sua “laje”, sem ter construído sua casa ou sequer sem a “laje” estar pronta. Nesses casos, o vendedor usa o valor da venda de sua “laje”, para construir sua casa. Por sua vez, o morador de uma “laje”, pode vender a que fica na cobertura de sua moradia. Em Rio das Pedras, existem prédios de até 10 andares, com 20 unidades de diferentes donos. A ausência de reconhecimento jurídico-estatal dessa forma de ocupação domiciliar e de políticas públicas destinadas à aquisição de casa própria pelas camadas pobres, oferece motivação para a demanda por moradia, nem sempre sem envolver conflitos. Essa circunstância abre espaço para formas particulares de administração desses conflitos na própria comunidade, através da mediação na Associação de Moradores. Realizo pesquisa de campo perquirindo a prática da mediação nos conflitos que envolvam o “direito de laje”. A comunidade investigada conta com cerca de 25.000 residências, a maior parte delas sobre “lajes”.

Título Os bairros problemáticos nas cidades portuguesas: uma análise crítica às políticas urbanas de habitação social e de realojamento

ID 1538

Autores Flávio Nunes

Resumo: O direito de residência num bairro social é quase sempre entendido como um privilégio concedido aos agregados familiares seleccionados, que o poder político considera ‘premiar’ com uma hipótese para reverter trajetórias de pobreza e de exclusão social. Mas consistirá a habitação social nas cidades portuguesas uma política urbana de integração ou, pelo contrário, um factor propulsor de dinâmicas de exclusão e de segregação sócio-espacial? Esta é a questão que dá o mote a esta comunicação, com a qual se pretende avaliar alguns dos efeitos perversos da excessiva concentração de famílias realojadas, para quem a habitação social não constituiu um motor de inserção e um mecanismo integrador mas, pelo contrário, um factor de exclusão da comunidade em que se inserem. É certo que o fundamento das políticas de habitação social se prende com a necessidade da eliminação de habitação precária e com a melhoria das condições de vida das populações mais desfavorecidas, contudo muitas das características destes bairros (como, por exemplo, localização urbana periférica; dimensão exagerada em número de fogos; homogeneização social; inserção urbanística segregacionista; debilidade na qualidade construtiva e na manutenção dos edifícios habitacionais, espaços públicos e equipamentos; imagem depreciativa pela comunidade envolvente) fazem deles verdadeiras ‘armadilhas’ de uma vivência urbana de exclusão. Deste modo, e na prática, a colocação de famílias nestes bairros pode assumir-se como uma decisão que a prazo se revela prejudicial para esses cidadãos e seus descendentes, devendo-se por isso debater medidas complementares de acção política que têm vindo a ser testadas em projectos-piloto muito diversos.

Título Exclusão social e processo de urbanização em Mossoró-RN/Brasil: uma reflexão necessária

ID 708

Autores Carla Yara Soares de Figueirêdo Castro, Rita de Cássia Conceição Gomes

Resumo: Na sociedade contemporânea a exclusão social é um tema atual e pertinente. Essa expressão tem sua origem na França e se expandiu pela Europa e Américas. De acordo com Nascimento (1994) o termo diz respeito ao ato de colocar à margem um determinado grupo social, dessa forma, defende que a exclusão social é um fenômeno de múltiplas dimensões demandando uma compreensão mais ampla e genérica, portanto, precisa ser analisada a partir de uma perspectiva histórica, relacionando-o com a economia, a política, a cultura, a desigualdade, a pobreza. Nesta perspectiva, o trabalho aqui apresentado visa desenvolver reflexões iniciais, suscitadas no doutoramento em Ciências Sociais, acerca da exclusão social na cidade de Mossoró-RN/Brasil, relacionada ao acelerado processo de urbanização verificado nas últimas décadas, particularmente a partir dos anos de 1980, com a instalação da empresa Petrobras neste espaço citadino, buscando conhecer a dinâmica da produção do espaço urbano, analisar a relação entre a exclusão social e o processo de urbanização, bem como identificar como se manifesta a exclusão social. Assim sendo, fundamentamo-nos na concepção de que a explosão urbana está associada ao fenômeno da exclusão social, da pobreza, do aprofundamento das desigualdades e da segregação sócioespacial, questões estas agravadas pela ineficiência das políticas públicas, bem como de planejamento urbano e rural que atenda às necessidades sociais, econômicas, ambientais e culturais dos indivíduos, ou seja, da efetivação da cidadania, apresentando dessa forma significativos desafios ao desenvolvimento sustentável.

Mesa: Teorizando o espaço: campo e cidade como construções intelectuais - 6 de Fevereiro - 18h30 - 301

Moderador: Miguel Bandeira

Título O Ideal Rural. A matéria-prima da reiventação urbana da ruralidade.

ID 84

Autores Ana Fernandes

Resumo: Vem sendo comum na actualidade o reforço de um discurso de revalorização da ruralidade. A construção de imagens renovadas e de novas oportunidades para os territórios rurais, tem tido como matéria-prima o chamado Ideal Rural, cujo aproveitamento intenso é bastante claro, no quadro das políticas e estratégias de desenvolvimento rural baseadas em valores ecológicos e patrimonialistas. O Ideal Rural ganha poder e capacidade de influência nas práticas turísticas e de consumo, por constituir uma bateria de representações e narrativas secularmente presente nas culturas ocidentais e por, no quadro da Globalização, servir de contraponto axiológico a muitas das inquietações associadas à instabilidade urbana. Sendo alimentado na cidade, fazendo sentido no seio das necessidades contemporâneas de segurança ontológica, ancoragem originária, de sustentabilidade e qualidade de vida e, concretizando todo um conjunto de

novas possibilidades de negócio e consumo, destinadas aos mercados urbanos, não podemos deixar de pensar o Ideal Rural como um fenómeno eminentemente urbano (em mais uma prova da promiscuidade estrutural entre estas categorias territoriais e suas relações).

Título O estado do campo: o debate teórico sobre o rural no Brasil

ID 421

Autores João Freire Rodrigues

Resumo: Nesta comunicação se procura sintetizar o debate teórico actual no campo dos estudos rurais no Brasil. Procura-se ainda compreender as transformações em curso nos espaços rurais brasileiros, pensadas sobretudo a partir das suas relações com o urbano. À partida, identificamos três problemáticas que consideramos centrais no actual estado do campo dos estudos rurais no Brasil: a primeira que se preocupa em delimitar o tamanho do rural a partir da crítica aos critérios oficiais (ou da ausência destes), representada pelos trabalhos de José Eli da Veiga (2002). Embora a crítica às definições oficiais estejam no centro da sua análise, esta proposta sugere uma nova agenda de pesquisa sobre a relação rural urbano centrada na perspectiva do território. A segunda pode ser identificada como uma preocupação teórica em compreender a natureza do rural e a sua permanência no Brasil moderno, como espaço singular e actor colectivo, ao mesmo tempo que parece rejeitar à ideia bastante arraigada na sociedade brasileira, da ruralidade como uma etapa do desenvolvimento económico e social a ser superada pelo processo de urbanização dos campos. Entre os principais autores que se afinam com esta hipótese podemos citar Wanderley (2002, 2004) e Abramovay (2004). A terceira forma de perceber o rural brasileiro, é formatada por uma interpretação de uma mudança na função económica baseada na primazia das actividades não-agrícolas que faz surgir o “novo rural brasileiro”.

Título Raízes do Brasil: Mundialização e Urbanidade

ID 478

Autores Alba Regina Neves Ramos

Resumo: O objetivo é a retomada de Raízes do Brasil, obra de Sérgio Buarque de Holanda, em diálogo com outros autores focalizando as questões do mundo rural, de uma urbanidade em crise e uma busca de fortalecimento da vida pública e dos espaços de solidariedade. A retomada dos autores que voltaram o seu olhar arguto para os problemas do século XX tem a finalidade de mostrar as dificuldades de separação entre o público e o privado, problemas e entraves para o desenvolvimento, que têm expressão significativa no que Sérgio Buarque de Holanda coloca em Raízes do Brasil, escrito em 1936. Como pode ser observado em todo o livro, mas com destaque no capítulo “Homem Cordial”, estão imbricados os fios de uma sociedade em formação com grande dificuldade de desatar os nós que dificultam o fortalecimento do Estado e da Sociedade. E a partir desse fio condutor que ali se focaliza os aspectos da vida cotidiana. A partir de pares, ou de uma tipologia inspirada em Max Weber: rural/urbano; trabalho/aventura; litoral/interior; público/privado; amizade/inimizade; para mostrar o processo de formação da sociedade brasileira, os seus traços constitutivos, e os indícios do desvirtuamento das coisas públicas, da corrupção, da falta de delicadeza.

Título Sociologia do debate sobre o urbano no Brasil: estudo da revista Espaço & Debates

ID 941

Autores Pedro Novais, Carolina Luísa Fonseca Ribeiro, Bárbara Lopes Barbosa, Camila Righi

Resumo: O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa sobre os primeiros 15 anos de existência da revista Espaço & Debates, um dos principais periódicos brasileiros sobre o planejamento urbano e regional. O estudo, exploratório, busca identificar os atores responsáveis por seu lançamento e manutenção, bem como os rumos tomados pelo debate, e foi concebido como estratégia para construir uma perspectiva do campo intelectual que tem o planejamento territorial como objeto de atenção. Ao dar visibilidade a um grupo que pensa o mundo social por meio de categorias analíticas próprias, procura-se conhecer os princípios e condicionantes da produção teórica e circulação de idéias sobre o tema no Brasil e a contribuição da revista e dos atores com ela identificados para a estrutura do campo e suas reestruturações ao longo do tempo. O estudo permitiu relacionar inflexões nos editoriais e temas tratados na revista às mudanças no cenário político e econômico brasileiro. Também pode constatar o processo de expansão geográfica do núcleo acadêmico ao qual o periódico estava vinculado, graças à articulação com colaboradores de outros estados. Referenciais teóricos foram reconhecidos e serviram para identificar relações disciplinares ou institucionais que permitem explicar as opções temáticas e teórico-metodológicas dos diferentes atores e do espaço de relações com os quais se continua a discutir a prática de planejamento territorial no país.

Título O espaço acadêmico e a renovação do urbanismo no Brasil: análise dos fundamentos sociais na elaboração teórica

ID 942

Autores Pedro Novais, Nathália Fayer, Natalia Emmanuelle Faria, Elson Fabiano Alves

Resumo: O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa sobre atuação de acadêmicos do urbanismo no Brasil, envolvidos com a afirmação dos Projetos Urbanos. Trata-se de prática de intervenção sobre o território que têm recebido ampla aceitação entre arquitetos de diferentes países. A análise deteve-se sobre a produção bibliográfica, da qual foram recuperadas indicações sobre filiações intelectuais e principais referências. Também foram coletados dados sobre a formação e carreiras individuais, bem como sobre as instituições de vinculação, entre outros elementos objetivos a configurar o campo da produção teórica. As informações foram cruzadas para gerar mapas de relações entre autores. Da análise empreendida pode-se elaborar um primeiro esboço do quadro de intelectuais que tem contribuído para dar legitimidade e sustentação teórica ao urbanismo contemporâneo no país. Verificou-se que as articulações entre esses intelectuais são ainda incipientes: são poucas as atividades conjuntas e as referências teóricas comuns. Verificou-se, também, uma conformação segmentada do espaço de debates: os autores se organizam em “regiões” do pensamento urbanístico (forma urbana, paisagismo, políticas públicas, entre outros), em alguns casos, tenuemente relacionadas, em outros, isoladas das demais, o que dificulta a pretensão de construir uma visão abrangente da disciplina. A análise indica que, embora dirigidos para a formação de um corpo teórico comum, os esforços acadêmicos dependem da superação das

perspectivas individuais e da adoção de referências compartilhadas, o que evidencia uma frágil configuração do espaço de debates.

Mesa: Riscos e conflitos ambientais - 6 de Fevereiro - 18h30 - 319
Moderador: Luísa Lima

Título Processos de formação em áreas de conflitos sócio-territoriais: experiências de uma comunidade nativa na Amazônia Oriental

ID 835

Autores Eunapio Dutra do Carmo

Resumo: Os processos de transformação sócio-econômicos e ambientais na Amazônia afetam diretamente os diferentes grupos sociais presentes na região, renovando as demandas de investigação no debate sobre os impactos desses processos. É sob a regência deste cenário histórico, com forte apelo no simbólico, que este trabalho se inscreve. Trata-se de um estudo investigativo que tem por objetivo analisar os processos de formação inerentes à reestruturação capitalista e desestruturação sócio-espacial vivenciadas por uma comunidade de pequenos agricultores e pescadores – Nova Vida, localizada em Barcarena (Amazônia Oriental), Belém, Pará, Brasil – em contato e interação com a empresa de capital transnacional Pará Pigmentos S/A. A questão básica que rege a investigação é: que processos de formação foram sendo produzidos nas relações entre a comunidade Nova Vida e a Pará Pigmentos S/A? Os resultados indicam que os grupos sociais que constituem a comunidade Nova Vida têm conseguido sobreviver por sua forma própria de organização social e por ter como eixo de reivindicação o reconhecimento de sua identidade enquanto grupo ligado aos povos da floresta, com demandas históricas singulares sobre a questão da terra, o respeito à sua diversidade cultural e a preservação da floresta. Mas tudo isto não acontece sem conflito e “espaços” de negociação em que Nova Vida acaba por re-constituir incansavelmente formas estratégicas de luta, resistência e enfrentamento.

Título Populações periféricas e de risco na cidade de João Pessoa – PB, Brasil: o caso do Porto do Capim

ID 973

Autores Maria Soares Lourdes

Resumo: O trabalho trata do desenvolvimento sustentável da Comunidade Porto do Capim, que faz parte das ações do Programa de Preservação do Patrimônio Cultural de Ibero - América, mantido pela agência espanhola de Cooperação Internacional que inclui a revitalização da área tradicional da cidade de João Pessoa, com a reconstrução do harmonioso conjunto arquitetônico e paisagístico com reaproveitamento de espaços de incomparável beleza para torná-lo de utilidade para moradores e trabalhadores deste privilegiado espaço, além dos turistas. O Projeto tenta privilegiar antigos moradores para melhorar sua condição de moradia, relocando as famílias das margens do rio para local mais adequado, envolvendo ações que irão proporcionar a restauração dos prédios semi-destruídos através da Oficina Escola, com geração de emprego e profissionalização, incluindo a promoção de cursos de eletricitistas, bombeiros, pintores, jardineiros para jovens e adultos. O objetivo deste trabalho é conhecer a comunidade e sua população nos seus aspectos físicos e sócio-econômicos para, assim possibilitar o desenvolvimento integral e sustentável destas comunidades, considerando os progressos científicos, tecnológicos e o potencial da própria comunidade.

Título Populações periféricas e de risco na cidade de João Pessoa – PB, Brasil: Comunidade DO “S”

ID 974

Autores Maria Soares Lourdes, Alessandra Pereira da Silva, Flávio Nery da Nóbrega Júnior, Andrade Calado Karine, Regina Suellen Fagundes de Oliveira

Resumo: O trabalho busca conhecer a realidade de comunidades em situação de vulnerabilidade e risco social e ambiental, neste caso a Comunidade do “S”, situada numa área de mangue, clandestina, no baixo Roger, na cidade de João Pessoa, constituída de 377 famílias, em sua maioria constituída de pessoas pobres que vivem basicamente do convívio e do trabalho com lixo, pois moram numa área que foi o antigo lixão e hoje é uma usina de reciclagem de lixo. Vivem basicamente da “cata” do lixo e hoje são os “desempregados” ou subempregados do lixo, em situação de precariedade e exclusão social, expressas nas péssimas condições de vida, no tocante a alimentação, moradia, saúde, educação, higiene e saneamento básico. Nosso objetivo é conhecer mais profundamente a realidade sócio-econômica e ambiental dessa população, assim como seu potencial para, dessa forma, propor um projeto de desenvolvimento social e sustentável que dinamize as potencialidades dos moradores de forma a introduzir ações positivas e propositivas, que possibilitem a melhoria da qualidade de vida dessas famílias. Pois o que vem se observando é que as ações, por parte do poder público, não tiveram repercussões positivas nessa comunidade uma vez que não resultaram em mudanças positivas em termos ambientais e sócio-econômicos e a cada dia a situação vem se agravando, pois as famílias vão aumentando e a precariedade também.

Ciência, Tecnologia e Comunicação

Mesa: Ciência e saúde - 4 de Fevereiro - 19 horas - 216

Moderador: Felisbela Lopes

Título Bilhete de Identidade Certificado: O caso das Averiguações Oficiosas de Paternidade

ID 555

Autores Susana Costa

Resumo: As realidades sociais são marcadas pela diversidade e pela complexidade. Em sociedades diferentes podemos encontrar formas diversas de fazer e produzir conhecimento porém, dentro da mesma sociedade, a diversidade na forma de produzir conhecimento público acerca da Averiguação Oficiosa de Paternidade (AOP) é diferente em função dos actores sociais que a representam e a analisam. Para uns, o biologismo prepondera, para outros a componente social tem primazia. Em Portugal, embora o biologismo seja determinante nos processos de AOP a forma como diferentes entidades e diferentes actores analisam os dados sobre a mesma realidade é diferente, como diferentes são as conclusões e os números a que cada uma delas chega. O facto de cada entidade abordar e analisar esses mesmos dados em função dos seus objectivos específicos coloca alguns entraves ao conhecimento real e concreto da realidade das averiguações oficiosas de paternidade em Portugal. A própria forma de construção dos dados torna o próprio sistema difícil de quantificar. Sendo o objectivo último da AOP precisamente, a identificação biológica do pai e o preenchimento total da certidão de nascimento, e tendo em conta os problemas de accountability detectados neste caso em particular, importa perceber se a averiguação oficiosa de paternidade, não se tratará mais de uma espécie de certificação de origem do Bilhete de Identidade do que a defesa do supremo interesse da criança.

Título Substâncias, conceitos e lições de medicina: a circulação de conhecimentos clínicos nos espaços de língua portuguesa no século XIX.

ID 649

Autores Cristiana Bastos

Resumo: Dedicando-se às problemáticas da produção e uso do conhecimento, relações de poder, biopolítica, estratégias de cura, vigilância sanitária, relações de desigualdade nas situações coloniais, a literatura sobre medicina e império (cujo interface com os estudos de ciência e sociedade nos interessa aqui realçar) dedicou-se quase exclusivamente aos espaços de colonização britânica. Dada a invisibilidade das situações relativas ao colonialismo português neste corpo de literatura predominantemente anglófono, desenvolvemos dois projectos de investigação dedicados ao levantamento e análise da documentação médico-colonial portuguesa, que abordámos em confronto com as discussões contemporâneas na literatura internacional. Passado um primeiro momento de discussão comparativa sobre o campo sanitário, a política colonial e o ensino da medicina em Goa e na Índia britânica, tornou-se progressivamente evidente que o quadro de colonialismo dependente, subalterno, frouxo e incompleto traçado para a colonização portuguesa pela literatura anglófona terá de dar lugar a uma análise mais complexa. Essa análise passa necessariamente pelo estudo detalhado dos efeitos e gestão política da circulação de especialistas, substâncias, ideias clínicas, e modelos de ensino entre vários contextos geopolíticos, incluindo os trânsitos entre enclaves coloniais e sociedades indígenas, as colónias e as metrópoles, as diferentes colónias, os espaços lusófonos (incluindo o Brasil), entre estes e os centros de investigação e ensino anglófonos e francófonos, e ainda os espaços de complexas relações coloniais como a presidência de Bombaim no século XIX. Nesta comunicação desenharemos esta matriz de análise e trataremos alguns casos específicos de circulação de médicos, substâncias, manuais e modelos de ensino.

Título Entre “medicamento natural” e objecto científico: o conhecimento das águas minerais em Portugal e Brasil (séc. XIX)

ID 766

Autores Maria Manuel Quintela

Resumo: Pretende-se nesta comunicação apresentar, através de um estudo comparativo entre Portugal e Brasil, o processo de transformação das “águas” de medicamento “natural” em objecto de estudo científico e da constituição de uma disciplina – a hidrologia médica – discutindo noções de “natureza” e “ciência”. São aqui tomadas como fontes de análise dois periódicos médicos: o da Academia Real de Medicina do Rio de Janeiro e o da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa (século XIX). É ainda realçado o papel desempenhado por estes periódicos na divulgação e troca de saberes com outros centros produção de conhecimento (destacando o exemplo francês) e a importância que tiveram no processo socio-histórico de formação dos lugares onde aqueles “medicamentos” são produzidos e consumidos – as estâncias termais.

Título Malária, raça e imunidade – a ciência médica marcando diferenças

ID 908

Autores Mónica Saavedra

Resumo: Proponho-me reflectir sobre os efeitos das concepções médicas em torno da relação entre raça e malária no contexto colonial português, durante a primeira metade do século XX, procurando perceber em que medida essa ligação implica exclusões ou distinções nas medidas preventivas adoptadas. Na viragem do século XIX para o século XX, a relação entre raça e malária não se resumia à diferença na resistência de “brancos” e “negros” àquela doença, noção havia muito incorporada nas representações europeias sobre a malária e, por sua vez, relacionada com a noção da especificidade das febres em África e da sua nocividade para os colonizadores. A partir do início do século XX, o adensar das concepções sobre a relação entre os elementos do ciclo da malária – parasita, mosquito e homem – aplicados ao contexto climático, ambiental e social das colónias europeias em África, produz novos dados respeitantes ao papel dos “negros” nesse ciclo complexo, legitimando representações e discursos sobre características físicas e culturais dos “negros”, e fundamentando a segregação como processo profilático. Se a segregação não vinga, do ponto de vista da prevenção da malária, persiste a noção de que as populações africanas são o “depósito” do parasita da doença, adensando os debates sobre imunidade e resistência/adaptação, bem como sobre as boas estratégias para a prevenção da malária.

Mesa: Artefacto Técnicos, Acção e Sociedade - 5 de Fevereiro - 11h15 - 307

Moderador: Albertino Gonçalves

Título Um pouco mais atrás. Leituras essencialistas e críticas para um outro conhecimento social das máquinas e tecnologias.

ID 330

Autores Susana Nascimento

Resumo: Encontramo-nos em mundos tecnológicos de máquinas e tecnologias 'automáticas', 'inteligentes', ou até 'vivas', em interconexões permanentes e globais, desempenhando as mais diversas tarefas. O pensamento social corrente sobre estas máquinas e tecnologias tende a caracterizá-las segundo noções já tão conhecidas como as de 'organização', 'redes', 'fluxos', 'conhecimento', 'informação' ou 'comunicação', nas formulações de Bell, Castells, Breton, Sfez, Webster, Mattelart, Poster ou Borgmann. Esta comunicação procura debater a necessidade de colocar tais máquinas e tecnologias face a outras leituras, sobre os seus pressupostos, condições, ou efeitos. Trata-se sobretudo de recuperar linhas essencialistas e críticas sobre as sociedades industriais e tecnológicas, como as de Giedion, Mumford, Marcuse, Ellul, Illich, Arendt, Galbraith ou Friedmann, e mais recentemente Habermas, Winner, Kellner, Mitcham, Gras e Feenberg. O nosso pensamento social pode ir um pouco mais atrás e interrogar os requisitos de eficiência e condicionamento das escolhas sociais, relativas às máquinas e às tecnologias a construir, raramente colocadas à discussão. Este pensamento deve questionar as lógicas dos sistemas técnicos actuais, os seus princípios de racionalização e desenvolvimento, e as suas consequências para a organização social, participação democrática, modelos económicos, e formas de poder. É necessário contribuir para uma clarificação da relação moderna das sociedades com as suas máquinas, sob um paradoxo crucial: as sociedades procuram e devem exercer maior controlo sobre as tecnologias, mas simultaneamente constroem máquinas e sistemas autónomos relativamente à intervenção humana. O pensamento social pode e deve criar propostas de reflexão sobre estas agendas e as suas noções de 'controlo' e 'decisão'.

Título Contra esquecimentos do que nos rodeia. Fenomenologias do mais ordinário para quebrar sonambulismos tecnológicos.

ID 332

Autores Alexandre Pólvora

Resumo: Habitamos cada vez mais ambientes modernizados que se preenchem por cada vez mais objectos de tipo técnico. Objectos cada vez mais complexificados entre composições e funções das suas estruturas internas, e suas ligações às mais diversas estruturas externas. Objectos nunca destituídos de valores e políticas. Objectos nunca isentos ou neutralizados. Mas raras vezes observamos e interagimos com estes objectos tendo presente semelhante entendimento dos mesmos. As nossas vidas de todos os dias parecem não guardar lugar para tais contemplações nas suas espacialidades e temporalidades. E as maiores formas de conhecimento social sobre as coisas tecnológicas permanecem ainda demasiado presas ao que é visivelmente grande, enquanto teimam em ignorar as grandezas comportadas nestas nossas coisas materiais quotidianas. Assim surgem esquecimentos do que nos rodeia. Esta comunicação aponta para a construção de entendimentos fenomenológicos, nestes ambientes compostos pelo que é materialmente mais ordinário, como possibilidade de quebrar alguns dos sonambulismos tecnológicos inerentes ao esquecimento em causa. Neste caminho é necessário recenter partes do conhecimento social no objecto técnico em si mesmo. Mas é igualmente necessário renegar os relativismos tecnológicos que minam os esforços presentes neste mesmo domínio crítico. Há consequências demasiado nefastas em permitir a presença deste esquecer sonâmbulo na apreensão dos nossos mundos comuns. E essas consequências são ainda maiores se autorizamos agendas de conhecimento incapazes de criar análises entre os essencialismos e externalismos do passado. As fenomenologias propostas surgem neste sentido. As suas radicações devem muito a Merleau-Ponty, Ihde, Lefebvre, Certeau, Maffesoli, Illich, Marcuse, Ellul Winner, Feenberg e Simondon.

Título As tecnologias emergentes na fronteira entre a realidade e a ficção: o caso das nanotecnologias

ID 768

Autores João Arriscado Nunes, António Paiva de Carvalho, Ângela Marques Filipe, Marisa Matias

Resumo: O projecto europeu DEEPEN tem como objectivo a promoção do envolvimento e participação de cidadãos no debate sobre as implicações éticas levantadas pelas nanotecnologias. A contribuição da equipa portuguesa centrou-se na organização de grupos de discussão e de um evento deliberativo que surtiu recomendações para os decisores políticos europeus. As grandes dificuldades da organização de exercícios de tipo participativo em tecnologias emergentes reportam-se ao facto de lidarmos com representações exploratórias, dado que os processos de desenvolvimento e investigação estão ainda em curso, promovendo interessantes mesclas entre o real e o ficcional. Esta aparente dificuldade pode, no entanto, transformar-se na possibilidade de os exercícios terem um carácter vinculativo e material, influenciando esses mesmos processos de I&D em Ciência e Tecnologia. Uma segunda fragilidade, comum à maior parte dos exercícios designados como tecnologias participativas, e que foram amplamente realizados no âmbito por exemplo de aplicações em biotecnologia, prende-se com uma definição relativamente "fechada" do que pode contar como deliberação e argumentação racional, enclausurando a capacidade de participação dos cidadãos. Através do recurso a algumas inovações, inspiradas em visões emancipatórias do teatro e da performance, procurou-se quebrar esta tendência hegemónica, o que surtiu efeitos promissores ao nível dos objectos que foram sendo construídos pelos participantes. Através da presente comunicação, reflectiremos acerca de como são recrutadas narrativas e imaginários para encenar a distinção entre humanos, artefactos e natureza e de que forma é que uma abordagem performativa repete ou ultrapassa as diferenças entre as aptidões dos participantes para a deliberação.

Título A Nanotecnologia na representação do futuro

ID 1134

Autores Rui Cruz

Resumo: O desenvolvimento tecnológico e científico é considerado o principal eixo de transformação e mudança social, nomeadamente no que respeita ao surgimento de novas formas de governação que ultrapassam o sistema tradicional, baseado nos Estados-Nação. Embora aparentemente o sejam, não é claro que os actores "políticos", isto é, com poder de controlo e direcção, nos diversos Estados, dominem o alcance temporal dos efeitos sócio-económicos e éticos do desenvolvimento tecnológico ou o tipo de ligações e redes que se definem na sua concretização. A nanotecnologia constitui uma área em expansão à qual se ligam várias projecções sobre a construção de uma "nova" sociedade, pois os seus desenvolvimentos manifestam-se em diversas áreas da acção humana e social. Esta comunicação tem em conta algumas

das principais conclusões acerca do desenvolvimento da nanotecnologia no contexto Europeu, assim como o lugar de Portugal nas redes de desenvolvimento e investigação relacionadas com os avanços nesta área. Incorpora igualmente, os conceitos de globalização, dependência e representação do futuro. A nível empírico versa sobre as primeiras conclusões sobre três dimensões de análise: a) processos de legitimação da nanotecnologia como fonte e desenvolvimento sócio-económico em Portugal e b) representação do futuro da pesquisa e desenvolvimento da nanotecnologia em Portugal e sua posição relativa, no contexto europeu e c) alcance do conceito "nova sociedade", tendo em consideração o leque de aplicações da nanotecnologia, muito particularmente no campo energético. Para a exposição, usam-se dados provenientes da pesquisa bibliográfica sobre o tema, assim como da análise de informações oficiais e outras constantes nos media acerca da nanotecnologia em Portugal. Inclui-se, ainda, uma análise dos resultados obtidos através da técnica Delphi.

Título O mistério do micro-ondas: a tecnificação da cozinha doméstica

ID 1612

Autores José Pinheiro Neves, Paula Mascarenhas

Resumo: Os processos sociais da alimentação sofreram uma transformação importante com a cada vez maior tecnificação da cozinha doméstica. A comunicação irá incidir fundamentalmente na emergência do micro-ondas como paradigmático deste processo. Pretende-se, a partir da literatura sobre o tema e de alguns dados empíricos, demonstrar que a tecnificação, principalmente no que diz respeito ao tratamento dos alimentos, implicou mudanças nos processos sócio-técnicos. Finalmente, iremos analisar um conjunto de exemplos de transformações técnicas na cozinha doméstica na região de Lisboa baseados em entrevistas e na observação de grupos domésticos.

Mesa: Ciência, Política e Políticas - 5 de Fevereiro - 14h30 - 307

Moderador: José Avezedo

Título Ciência e tecnologia e inovação – uma análise da política de financiamento da pesquisa no Brasil

ID 476

Autores Vera Lúcia Jacob Chaves

Resumo: Esta comunicação tem como objetivo central apresentar os resultados da pesquisa realizada com a finalidade de analisar os efeitos da política de financiamento da pesquisa adotada no Brasil sobre a produção do conhecimento científico, no período de 2000 a 2006. Compreendendo que tal análise precisa situar-se no âmbito global das políticas públicas adotadas no país, é feita a relação entre a reforma do Estado brasileiro e a política de Ciência, Tecnologia e Inovação implementada. Utilizamos como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica e documental, trabalhando com o máximo possível de informações disponíveis, tanto de natureza quantitativa como qualitativa. Nos resultados desse estudo são apresentados dados acerca do financiamento da pesquisa no Brasil e sua relação com o Produto Interno Bruto (PIB) do país e são tecidas algumas considerações que indicam o rumo que a adoção da política de "ajuste fiscal" empreendida pelo governo federal, poderá assumir, cujas consequências imediatas têm se manifestado na adoção de uma política nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação que tem contribuído para a manutenção do país numa situação de dependência económica externa, inserindo-se na economia capitalista mundial na condição de consumidor de tecnologia, acentuando a exclusão social da maioria da população brasileira.

Título Ciência, Tecnologia e Risco no Parlamento Português

ID 599

Autores Tiago Santos Pereira, António Paiva de Carvalho, António Farinhas Rodrigues, João Arriscado Nunes

Resumo: A questão do risco tem emergido como um tema pertinente nas sociedades contemporâneas e na literatura sociológica actual (e.g. Beck, 1986). A emergência de novos riscos, como catástrofes ambientais, crises de saúde pública e acidentes industriais, tem vindo a suscitar o envolvimento dos cidadãos nos processos de decisão em torno destes casos e a consequentes mudanças institucionais. Tais exercícios colectivos devem ter a capacidade de transformar os cidadãos de simples "leigos", face a questões de forte pendor técnico, em actores e participantes nos processos de decisão em matérias de C&T, como parte de um processo também apelidado de 'modernização reflexiva'. Os parlamentos nacionais, enquanto órgãos representativos e legislativos por excelência, mas também de debate público, contribuem para a construção das intrincadas teias entre ciência, tecnologia e sociedade, e do modo como estes novos riscos são enquadrados e definidos. A complexidade destes temas, e das dimensões sociais, políticas e técnicas que os permeiam, levou alguns parlamentos nacionais a criar órgãos de apoio à análise destes temas, os quais incluem por vezes metodologias com vista à participação de públicos alargados no debate. Não é, no entanto, este o caso do Parlamento português, assumindo assim os actores políticos importância central no debate. Neste sentido, o objectivo desta comunicação é o de analisar o modo como a questão do risco, nas suas diferentes dimensões, mas em particular na sua relação com a dimensão científica e tecnológica, é enquadrada, apresentada e debatida no Parlamento português, nos debates em plenário entre os seus deputados. A comunicação resulta de investigação desenvolvida no âmbito do projecto "A Ciência no Parlamento: Um estudo sobre a fronteira entre ciência e política", no qual a análise de debates parlamentares em torno de matérias de controvérsia social, política e técnica foi aprofundada, reflectindo o modo como não só as diferentes dimensões destes processos estão fortemente intrincadas, como também a 'identidade' dos actores as confunde.

Título Economia, ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento: caminhos e desafios

ID 1124

Autores Mário José Filho, Hélio Braga Filho, Nanci Soares, Sira Napoletano, Leonildo Aparecido Reis Machado

Resumo: Em 2004, um grupo de docentes e discentes de Pós-Graduação do Serviço Social da Unesp, campus de Franca, que lidam com prática de pesquisa, sentiram a necessidade de aprofundar estudos sobre a referida temática, criam O Grupo de Pesquisa: Prática de Pesquisa – PRAPES. O Grupo está vinculado academicamente ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp (campus de Franca), ao Curso de Serviço Social. Atualmente o PRAPES se

constitui, de professores doutores, pesquisadores de várias áreas profissionais, tais como: assistentes sociais, psicólogos; economista, filósofo e alunos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social em nível de doutorado. Este texto apresenta um ensaio teórico sobre as reflexões do referido grupo. A expansão populacional do mundo revela a grandeza dos problemas a serem enfrentados pela humanidade e seus governos. O Brasil, em especial, quase quadruplicou sua população entre 1940 a 1990. Os desequilíbrios regionais refletem a concentração de renda e de riqueza, concomitantemente ao atraso científico e tecnológico do país. Investimentos em C&T (Ciência e Tecnologia) e em P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) são essenciais para minimizar as seqüelas de uma sociedade desigual. A Ciência e seu processo de apropriação teórica da natureza (produção do conhecimento) e a Tecnologia e seu processo de apropriação material da natureza (aplicação do Conhecimento) podem proporcionar o desenvolvimento sócio-econômico do país. Porém, o processo científico e tecnológico são passíveis das decisões humanas. As decisões acerca da adoção desta ou daquela tecnologia e seus investimentos são determinadas pelo sujeito que vivifica o objeto e não o seu contrário.

Título Empreendedorismo científico – Paradigmas e realidades

ID 1127

Autores Rita Correia

Resumo: Os governos têm vindo a demonstrar uma orientação favorável à transferência, para a indústria, de conhecimento científico e tecnológico gerado por entidades de investigação e universidades públicas. Esta orientação tem sido também adoptada por parte de vários sectores das áreas académicas, dando lugar à realidade da “universidade empreendedora” como uma nova missão do ensino superior. O modelo da tripla hélice, de Henry Etzkowitz, representa uma plataforma de criação de novas formas organizacionais de promoção da inovação. Este modelo assenta na interacção entre três eixos (governo, indústria e universidade), contudo, a força motriz que cada um deles desempenha no processo de inovação apresenta-se de forma desigual. Por outro lado, apesar de cada um dos três eixos continuar a desempenhar as suas missões tradicionais, neste novo contexto de interacção as instituições sofrem profundas transformações internas que as conduzem, em determinadas situações, a “desempenhar o papel do outro”. Assim, as universidades passaram a acumular com as suas funções outras preocupações de ordem económica e política; a indústria passou a fazer também investigação; e o governo passou a fornecer incentivos para a criação de empresas. Todas estas mudanças configuram uma nova realidade institucional e social que urge analisar.

Mesa: Comunicação e género - 5 de Fevereiro - 14h30 - 304

Moderador: Isabel Ferin Cunha

Título A presença feminina na imprensa regional

ID 226

Autores Carla Cerqueira, Luísa Ribeiro, Rosa Cabecinhas

Resumo: A imprensa regional e local, tal como refere Aníbal Alves (1990: 236), participa “no trabalho de definição das concepções, das normas e dos valores, bem como no da formulação e legitimação dos objectivos e das políticas sociais”. A relevância destas publicações foi reconhecida com a aprovação, em 1988, do Estatuto da Imprensa Regional. Os sucessivos estudos de audiência realizados pela Marktest a este sector mostram que metade da população costuma ler ou folhear jornais regionais. O erário público tem investido nesta área, através de apoios directos e indirectos. A cobertura noticiosa regional, à semelhança do que se verifica nos restantes meios de comunicação social, não reproduz a realidade em todas as suas manifestações. Vários estudos a nível nacional e internacional indicam que os media dão menos espaço às vozes femininas do que às masculinas. Para além disso, quando as mulheres aparecem, são representadas de forma estereotipada e pouco representativa dos papéis que desempenham na sociedade. Tendo em conta a relevância social e científica desta problemática, pretendemos estudar a presença feminina em dois diários regionais com sede em Braga: Correio do Minho e Diário do Minho. Propomo-nos igualmente analisar quem são os produtores da informação e o público-alvo destes jornais, que têm percursos e identidades diferentes. O estudo será efectuado através da análise de conteúdo das primeiras páginas destas publicações, durante um mês, das fichas técnicas e dos dados relativos ao público. A hipótese que colocamos é que as mulheres estão pouco presentes nas notícias da primeira página, que são consideradas as mais importantes.

Título Género e tecnologias da informação e comunicação - o estado da arte na União Europeia e em Portugal

ID 420

Autores Custódia Rocha

Resumo: Pese embora a existência de inúmeras recomendações comunitárias, existem muitas evidências empíricas que demonstram a escassa participação das mulheres no âmbito das Tecnologias da Informação e Comunicação. Também são poucos os projectos de investigação que abordam a situação das mulheres neste mesmo domínio. Neste texto, propomo-nos fazer uma análise crítica sobre algumas das omissões e contradições políticas que em nada contribuem para a diluição do fosso existente entre homens e mulheres no âmbito das TIC, tanto em contextos de educação/formação como em contextos de trabalho. Para a efectivação desta análise, teremos em conta documentos de índole legislativa, e outros, assim como faremos alusão aos grupos de trabalho e aos projectos (não)existentes que trabalham o problema Género/TIC, na União Europeia e em Portugal. Ver-se-á aqui como a falta de acesso às novas tecnologias e a iliteracia digital por parte de grande número de mulheres estão a criar cada vez mais novas formas de diferenciação hierárquica entre homens e mulheres e, conseqüentemente, a reafirmar novas formas de desigualdade e de exclusão social.

Título As representações sociais de género nas notícias televisivas.

ID 680

Autores Paula Lobo, Rosa Cabecinhas

Resumo: O trabalho de investigação que actualmente desenvolvemos pretende analisar as representações sociais de género nas notícias televisivas. Assumindo que os telejornais são uma fonte fundamental de informação, através da qual os telespectadores, situados em contextos sociais concretos, vão interiorizando papéis e estereótipos sociais, consideramos pertinente a representação equilibrada de mulheres e homens nas notícias enquanto critério a considerar quando procuramos produzir jornalismo de qualidade. Um estudo do Media Watch de 2005 concluiu que, em Portugal, a mulher é o foco da notícia em apenas 20% dos temas, sendo que se encontra mais representada nas denominadas soft news. Neste contexto, propomo-nos a apresentar uma metodologia de investigação com base numa grelha de categorias de análise que tem como objectivo observar diferentes dimensões de género e identificar eventuais enviesamentos no material noticioso difundido pelos telejornais. Os dados a apresentar resultarão da aplicação desta grelha a uma amostra de gravações de uma semana de telejornais nacionais das 20h00 difundidos, pelos três canais generalistas, durante o ano de 2008. A informação recolhida será estruturada de forma a identificar representações sociais associadas às mulheres, aos temas a se encontram associadas e à forma como são caracterizadas no que respeita aos seus papéis na sociedade e às suas relações com o poder. Pretende-se com esta metodologia fazer uma avaliação crítica das representações sociais de género transmitidas nos conteúdos noticiosos e compreender a forma como as práticas, rotinas e opções jornalísticas se relacionam com padrões específicos que possam reflectir assimetrias de género.

Mesa: Mobilidade dos cientistas e usos das TIC - 5 de Fevereiro - 14h30 - 218
Moderador Madalena Oliveira

Título O doutoramento. Trajectória profissional dos doutorados.

ID 641

Autores Carla Quintas, Emília Araújo

Resumo: Na dinâmica do mercado global e considerando o lugar ainda periférico (geográfica e economicamente) que Portugal ocupa na Europa Ocidental, o desenvolvimento científico e tecnológico do País é um factor prioritário. Actualmente, as grandes opções da política de investimento público português mantêm o foco principal no conhecimento e na qualificação dos recursos humanos. Uma das vias para ultrapassar o retardamento científico e tecnológico é através da qualificação dos recursos humanos, favorecendo a frequência da formação pós-graduada, nomeadamente ao nível do grau de doutoramento. Do ponto de vista estrutural a formação pós-graduada constitui um foco de desenvolvimento futuro das sociedades ao mesmo tempo que sinaliza, do ponto de vista mais individual, o incremento das competências individuais. A análise da evolução do número de doutorados pelas universidades portuguesas, considerando a área científica e o sexo dos estudantes dá conta de várias fragilidades no alcance daqueles objectivos, dado que ao nível das representações e das práticas dos indivíduos se verificam contradições várias, quer sobre o valor do doutoramento enquanto grau de doutoramento, quer sobre o seu grau de utilização na prática profissional. Com o propósito de problematizar a oferta e a procura do grau de doutoramento, tendo em conta a análise das políticas científicas, assim como as representações acerca do doutoramento, esta comunicação incide sobre as trajectórias dos doutorados de universidades portuguesas. Nela, apresentam-se dados de uma pesquisa realizada com base na técnica de entrevista biográfica e análise de bases de dados oficiais. Partindo da problemática inicial, pretende-se problematizar as motivações, as expectativas e as representações dos indivíduos doutorados acerca do doutoramento (nível individual), de modo a perceber até que ponto se ajustam às práticas institucionais (nível institucional), quer em relação à promoção da formação pós-graduada, quer em relação à inserção no mercado de trabalho. [A comunicação decorre da pesquisa de mestrado inserta no projecto de investigação MOBISCIENCE, coordenado pelo CICS – Universidade do Minho. (www.mobiscienceportugal.com)]

Título Políticas de ensino superior e novas estratégias de mediação profissional. O papel do Laboratório MelIntegra

ID1468

Autores Helena Rita Moreira, Ana Paula Marques

Resumo: No âmbito do spin-off Laboratório MelIntegra - Mercados e Estratégias de Inserção de Jovens Licenciados” – a presente comunicação irá centrar-se sobre problemática da (re)inserção laboral dos Licenciados/ qualificados de nível V e VII no quadro da globalização das políticas de ensino superior. Hoje a questão da empregabilidade coloca importantes desafios às universidades e à sua relação com o meio empresarial e social. As práticas instaladas e ‘tradicionais’ de organismos específicos e vocacionados para esta temática parecem não estar a ser capazes de encontrar respostas adequadas para facilitar a (re)inserção no mercado de trabalho do segmento populacional com qualificações de nível V e VII. Contudo, cada vez, exige-se mais que as Universidades tenham capacidade de criação de novos instrumentos de apoio à transição para a vida activa, destinados ao apoio directo e à mediação/ facilitação de inserção profissional dos licenciados, contribuindo para o reforço da qualidade do emprego e a inovação empresarial. Neste contexto, o Laboratório MelIntegra, alargando o seu âmbito de actuação para toda a região Norte, assume-se como dispositivo de mediação entre as Universidades, os centros de transferência de tecnologia e conhecimento, interfaces e os agentes económicos (eg. instituições/ organismos públicos centrais e locais, entidades ligadas ao emprego e à formação, empresas, Câmaras Municipais, Associações de desenvolvimento local, Associações sem fins lucrativos [3º sector]), entre outros). Enquanto estrutura de intermediação disponibiliza uma série serviços que, de uma forma geral, facilitam o conhecimento e a compreensão das trajectórias profissionais dos qualificados das diversas áreas científicas, bem como permite produzir conhecimento e elaborar suportes de mediação para a (re)inserção profissional de qualificados, potenciado uma maior articulação entre o actores/ agentes económicos e os qualificados através de serviços que articulem uma maior eficiência das relações entre as instituições e capazes de tecer novas ligações entre empresas e qualificados. Mais do que centrar-se no processo de (re)inserção profissional em si mesmo, procura conhecer, compreender, estimular e apoiar o trabalho de mediação através das mais diversas estruturas, traduzindo tanto do ponto de vista metodológico como operacional, os objectivos estratégicos em práticas de análise e intervenção. Com efeito, enquanto problema social com manifestações várias, os contextos e as modalidades de inserção profissional convocam vários factores co-explicativos ao nível das mudanças no sistema de formação e de produção, com repercussões ao nível do mercado de trabalho. Como a transição

da universidade para o mercado de trabalho apresenta trajectórias de inserção profissional complexas e distantes de uma representação linear, pretende-se, nesta comunicação, apresentar e devolver os principais resultados das actividades desenvolvidas no quadro do Laboratório MeIntegra, salientando o impacto destas iniciativas no apoio à transição para a vida activa.

Título Afinidades e diferenças: a comunicação e a convivência com as desiguais

ID 409

Autores Luiz Carlos lasbeck

Resumo: Comunicação é um processo inerente aos seres vivos. Entretanto, uma série de dificuldades, problemas e obstáculos impedem que esse processo realize seu objetivo primordial, o de tornar comum o incomum, de proporcionar o compartilhamento e a convivência entre os seres vivos, desiguais por natureza. Isso, porque, independentemente dos altares que erguemos para mediar nossas relações, a comunicação é estabelecida a partir de uma predisposição interna para acordos e, paradoxalmente, de uma incompetência para conviver com diferenças. O desenvolvimento de sofisticadas tecnologias de comunicação não tem garantido a qualidade do processo, tampouco o adensamento das afinidades que geram vínculos. O que nos põe em rede não é senão os vínculos que conseguimos estreitar entre corpos e mentes que se mediam tecnologicamente. Esses vínculos insistem em se manter precários e cada vez mais tênues na mesma medida em que se tornam mais sofisticadas e exuberantes as tecnologias mediadoras, as mídias.

Título Quando as teclas falam, as palavras calam...

ID 490

Autores Teresa Sofia Castro

Resumo: É verdade que desde os primórdios da humanidade estamos dependentes das tecnologias, mas hoje mais do que nunca isso se verifica. São exemplo disso, o telemóvel e o Messenger. Estas duas recentes e populares tecnologias de informação e comunicação da sociedade contemporânea cativaram as crianças não sendo, por isso, de estranhar o modo apaixonado como utilizam e manipulam no quotidiano estas tecnologias que privilegiam a escrita. Enquanto actores sociais, as crianças assumem um papel pioneiro no que diz respeito às tendências tecnológicas em voga na sociedade de consumo globalizada. Contudo, a forma como as crianças usam estas tecnologias na gestão do dia-a-dia comunicacional e relacional é, ainda, pouco documentada cientificamente. Há uma nova geração, com características de mobilidade e interactividade próprias, cujo quotidiano, subordinado às novas tecnologias, assenta numa forma de comunicar, relacionar e viver ainda desconhecido para nós. Este estudo quantitativo visa estudar como crianças do 5º e 6º ano de duas escolas do distrito de Braga utilizam o telemóvel e o Messenger; aferir se são dependentes destes meios de comunicação; e verificar se as características sócio-demográficas têm alguma influência na utilização destas tecnologias.

Título Género e Tecnologias da informação e comunicação - O estado da arte política na união europeia em Portugal

ID 1667

Autores Maria Custódia Rocha

Resumo: Pese embora a existência de muitas orientações políticas comunitárias para o âmbito da igualdade de género em TIC, existem muitas evidências empíricas que demonstram a escassa participação das mulheres no âmbito das Tecnologias da Informação e Comunicação. Também são poucos os projectos de investigação que abordam a situação das mulheres neste mesmo domínio. Neste texto, propomo-nos fazer uma análise crítica sobre algumas das omissões e contradições políticas que em nada contribuem para a diluição do fosso existente entre homens e mulheres no âmbito das TIC, tanto em contextos de educação/formação como em contextos de trabalho. Para a efectivação desta análise, teremos em conta documentos de índole legislativa, e outros, assim como faremos alusão aos grupos de trabalho e aos projectos (não)existentes que trabalham o problema Género/TIC, na União Europeia e em Portugal. Ver-se-á aqui como a falta de acesso às novas tecnologias por parte de grande número de mulheres estão a criar cada vez mais novas formas de diferenciação hierárquica entre homens e mulheres e, conseqüentemente, a reafirmar novas formas de desigualdade através da exclusão digital.

Mesa: Usos (controversos) das TIC - 5 de Fevereiro - 16h15 - 309

Moderador Luís Santos

Título Utilização das TICs pelas pessoas idosas: Um estudo na cidade de Lisboa

ID 681

Autores Fausto Amaro, Bárbara Neves

Resumo: Esta comunicação aborda o tema da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) pela população mais idosa dos centros urbanos, através de um estudo empírico realizado na cidade de Lisboa. O estudo baseia-se numa amostra de 500 residentes na cidade de Lisboa com mais de 65 anos, os quais foram entrevistados com base num questionário, durante os meses de Maio e Junho de 2008. A comunicação apresenta dados relativamente ao uso de telemóveis, computadores e Internet, analisando as principais motivações e barreiras à utilização das TICs.

Título Ambientes sociais em rede

ID 765

Autores Inês Amaral

Resumo: Assumindo a mudança de paradigma social e comunicacional imposta pela web como o contexto teórico, o artigo que propomos tem como objectivo principal aferir se com as redes sociais na Web emergem novas formas de sociabilidade, que geram novas relações e práticas sociais e são capazes de influenciar o mundo offline. A primeira fase do desenvolvimento desta proposta de trabalho consiste numa análise conceptual do tema das redes sociais, mapeando conceitos como paradigmas comunicativos, contexto dos social media, reinvenção do conceito de comunidade e noção de rede social na Internet. Num segundo momento apresentamos um trabalho empírico de caracterização da sociabilidade de

comunidades em sites de social networking, que tem como objecto a dimensão social de duas micro-redes (redes temáticas que fazem parte de uma escala macro – conceito que definimos com base na plataforma tecnológica). O objectivo é aferir se nestes espaços se constrói uma realidade social própria e se as práticas desenvolvidas pelos actores no contexto da rede são acções sociais ou individuais. As micro-redes em análise são um grupo (e respectivos utilizadores) do Flickr subordinado à temática dos crafts e o fórum português do Bookcrossing (e respectivos utilizadores). Trata-se de um estudo exploratório que visa contribuir para o debate das redes sociais em ambientes online e que se enquadra no contexto de um projecto de doutoramento em curso.

Título Comunicação insubmissa e redes populares de conhecimento

ID 867

Autores Nilton José dos Reis Rocha

Resumo: Esta reflexão se esforça em apresentar a trajetória dos movimentos sociais populares, no Brasil e na América Latina, para construir suas redes de conhecimento e, numa lógica de rebeldias permanentes, estabelecer a comunicação como um campo de ação política. Ou seja, abandonam-se, aqui, as posições defensivas de se solicitar espaços ou pedir permissão para ocupar as ondas eletromagnéticas e se atira a arrancar do capital e das elites o monopólio de circulação no que se chama hoje ciberespaço. As redes de comunicação, articuladas em dimensão mundial graças 'a web, abrem um campo oportuno para os embates simbólicos numa esfera, até agora, reservada aos meios de comunicação convencionais como ponta de lança dos interesses neoliberais. Aqui num novo campo para os velhos embates entre pensamento único e insubmissão.

Título Crianças e internet: resultados de um inquérito

ID 925

Autores Ana Nunes de Almeida, Ana Delicado, Nuno de Almeida Alves

Resumo: Tomando como unidade de análise as crianças, dando-lhes voz, o objectivo genérico do projecto que enquadra esta comunicação é conhecer os usos que fazem e as representações que constroem sobre a internet, em dois cenários pelos quais circulam – a família e a escola – e onde emergem lógicas e relações educativas nem sempre coincidentes entre si. Mais especificamente, são objectivos do projecto: captar os modos de transmissão de saberes que as crianças detêm sobre a internet; descrever os contextos do quotidiano em que ocorre o seu uso; compreender os objectivos da sua utilização; reconstituir o universo das representações infantis sobre a internet; perceber e explicar como usos e representações variam, nas crianças, consoante a idade, género, origem socio-familiar ou regional. Esta comunicação apresenta e discute os resultados da aplicação de um inquérito por questionário, entre Maio e Junho 2008, a 3049 crianças do 4º, 6º e 9º anos de escolaridade, alunos de 54 agrupamentos de escolas públicas e 16 colégios privados do Continente. A amostra de escolas foi estratificada por região e, dentro dela, por áreas geográficas de características sócio-demográficas distintas. O guião do inquérito incidiu sobre a frequência, as práticas e as rotinas de uso da internet em casa, na escola ou outros locais; o tipo de sites visitados e actividades desenvolvidas; os contactos e as redes que as crianças constroem através da internet; as representações e valores a ela associados.

Título Um olhar para Aveiro a partir da mídia digital

ID 1009

Autores Ricardo Furtado Rodrigues

Resumo: Atualmente o processo de comunicação na sociedade vem passando por várias transformações influenciadas pelo avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), e uma delas é forma como os produtos são apresentados pela mídia digital nas Redes de Alcance Mundial (Web). O uso dessas mídias digitais como a imagem fotográfica e produção de vídeos tem provocado mudanças na prática de divulgação do turismo em várias regiões. Além do mais, verifica-se que a própria mídia é interessada em divulgar os atrativos da região, e o uso das imagens e vídeos tem um carácter essencial em apresentar informações provocando diferentes emoções no público em geral e despertar o interesse em conhecer a região. Nesse contexto, o trabalho teve como objetivo compreender de que forma a mídia digital através de imagens e vídeos está sendo usada como ferramenta de comunicação e divulgação de produtos turísticos na web, no sentido de potencializar e divulgar o turismo local. Para o estudo de caso foi escolhido o site da Câmara Municipal de Aveiro, considerado o principal site de informações da cidade. A idéia de fazer um trabalho empírico ilustrado com um estudo de caso foi justamente oferecer fundamentação e maior credibilidade as argumentações apresentadas com a revisão bibliográfica.

Mesa: Imagens audio-visuais e leituras sociais - 6 de Fevereiro - 18h30 - 211

Moderador: José Pinheiro Neves

Título Janelas Videográficas - as imagens e as megametrópoles contemporâneas

ID 592

Autores Sylvia Beatriz Bezerra Furtado

Resumo: Diversos pensadores indicam a crise da esfera pública que teria como consequência a expansão do privado como principal característica das transformações ocorridas nas sociedades contemporâneas, identificadas aqui, principalmente, por seu carácter tecnológico. Tomamos a sociedade contemporânea a partir das transformações que se dão com a disseminação das novas tecnologias eletrônicas que fazem parte do cotidiano das megametrópoles contemporâneas, tendo como objeto de investigação as telas eletrônicas (televisões, monitores de vídeo e de computadores, centrais de controle eletrônico, etc.).

Título Conflitos de significação e alternativas de comunicação: notas sobre a experiência da radiofonia comunitária no Brasil

ID 786

Autores Teresa Cristina Matos

Resumo: A regulamentação da radiodifusão comunitária no Brasil data de pouco mais de dez anos. Não é seu aparecimento que institui as primeiras experiências de comunicação comunitária, mas sua criação significa um novo momento da radiodifusão no país, na medida em que nela insere um novo sujeito, a “comunidade”, e lhe reconhece o acesso a um canal de comunicação. O processo, entretanto, não desenvolveu seu curso de modo tranqüilo, antes em meio a uma turbulenta redefinição de posições e poderes. Afinal, quem é a comunidade? A própria questão do reconhecimento do direito e a definição de quais grupos devem ou não ter acesso a este veículo de comunicação, e ainda, que perfil deve ter uma emissora comunitária, passam a compor a pauta dos debates desde então. Este trabalho discute as disputas em torno da significação das práticas e imagens que buscam definir o campo da radiofonia comunitária no país. A partir da noção de auto-imagem, entendida como uma construção relacional se discute a formulação da imagem dessas emissoras, considerando sua relação com diversos segmentos e interesses sociais. Centrada principalmente no universo de emissoras comunitárias da cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará, busca compreender o ambiente de disputas aproximando-o da trajetória de desenvolvimento dos meios de comunicação no Brasil, tendo como fio condutor os processos de disputa entre rádios, imprensa e Estado.

Título TV Educativa e regulação: peculiaridades das emissoras catarinenses

ID 1154

Autores Ivonete Lopes

Resumo: Neste artigo vamos apresentar como foram distribuídas as concessões das emissoras de televisão educativas em Santa Catarina (SC) depois da mudança ocorrida, na década de 1990, na legislação que regula a radiodifusão brasileira. Essa mudança ampliou as funções dessas estações, que de retransmissoras de programação foram autorizadas a operar com totalidade de programação local, aumentando o interesse de políticos, empresários e religiosos pelas concessões. O Estado catarinense possuía apenas uma televisão educativa, mas depois das alterações o número aumentou para nove.

Título Outras infâncias: retratos de crianças do mundo na imprensa portuguesa

ID 1190

Autores Madalena Oliveira, Sara Pereira, Paula Cristina Martins, Rui Ramos

Resumo: Mais vocacionados para os temas de ordem social do que o terão sido noutros tempos, os jornais conferem hoje um lugar de destaque aos temas relacionados com a infância. Na verdade, tendo em conta que a imprensa é, em certo sentido, um reflexo das transformações em curso nas sociedades, não será de estranhar que assim aconteça. Pelo menos desde a Convenção sobre os Direitos da Criança, vários âmbitos da vida social, como o da saúde, da educação e da justiça, reclamam reiteradas atenções sobre o desenvolvimento da pessoa nos primeiros anos de vida. Mais sensibilizados, portanto, para as temáticas relacionadas com a criança, também os jornalistas contribuem para que a infância seja matéria de interesse público. A este facto acresce a visibilidade concedida a casos judiciais francamente mediatizados que fazem dos maus-tratos infantis um dos temas mais frequentes das notícias sobre as crianças portuguesas. Tendo em conta a proximidade afectiva e histórica de Portugal ao Brasil e aos países africanos de língua portuguesa, procuramos, para esta comunicação, preparar um estudo comparativo das representações das crianças dos países de expressão portuguesa nos media nacionais. Quando são as crianças destas culturas notícia na imprensa portuguesa? Mais genericamente, que motivos ou que temas transformam a infância em potencial informativo em termos internacionais? Estas são as principais questões que organizam a nossa proposta cujo propósito é confrontar paradigmas de representação da infância, no quadro do projecto “Imagens da infância – discursos mediáticos sobre crianças em risco”.

Título O Papel da Comunicação Social Escrita na Mediação de Conflitos em Moçambique

ID 1457

Autores Simeao Nhabinde

Resumo: Tal como em todas as sociedades, Moçambique é um país repleto de conflitos socioeconómicos envolvendo vários agentes. A resolução desses conflitos envolve também vários agentes económicos e sociais com o uso de vários instrumentos de diálogo. A comunicação social, considerado como quinto é um dos instrumentos mais importantes desse processo de resolução de conflitos. O presente trabalho aborda fundamentalmente como é que a comunicação social escrita em Moçambique teria contribuído para resolução ou não de conflitos em Moçambique no período entre 1987 e 2001 em três áreas socioeconómicas da conjuntura moçambicana, nomeadamente: A política de privatização e desregulamentação do sector do caju e seus efeitos sobre os trabalhadores que normalmente vão ao desemprego, concertação social e política salarial, conflitos de terra e acesso a terra na óptica do género. O estudo cuja metodologia de investigação baseou-se em entrevistas e consulta de vários jornais publicados no país conclui que apesar das dificuldades enfrentadas do ponto de vista de intervenção directa e acompanhamento dos casos conflituosos nestas quatro áreas é que em Moçambique a comunicação social tem estado a contribuir para a resolução de conflitos socioeconómicos através dos mecanismos de prevenção e contenção já que só pelo facto de publicarem os acontecimentos em torno de questões conflituosas estes passam a ser do domínio público que à priori começa a interessar-se pela sua resolução.

Mesa: Políticas e Inclusão digital - 6 de Fevereiro - 18h30 - 215

Moderador: Sara Pereira

Título Dilemas e impasses da inclusão digital

ID 506

Autores João Batista Bittencourt

Resumo: O presente artigo versa sobre a temática da Inclusão Digital enquanto estratégia política que visa a diminuição da fronteira entre pobres e ricos, mediante a difusão da internet nas regiões periféricas do mundo todo. A proposta é fazer com que os indivíduos das camadas mais pauperizadas da população tenham acesso a essa ferramenta comunicacional, que ainda é percebida como privilégio de poucos. Nossa reflexão tem como objetivo tentar desconstruir uma noção mitificada de “inclusão”, mostrando que o discurso que é saudado por alguns setores da sociedade civil, pode também se configurar como estratégia de dominação mercadológica, uma vez que os indivíduos estejam apenas sendo adestrados para operar softwares privados. Dessa forma, entendemos que só é possível falar de “inclusão digital”, caso seja estimulada a produção e a utilização do software livre.

Título Os recursos audiovisuais no método Paulo Freire: o computador como ferramenta cognitiva para alfabetizar
ID 857

Autores Patricia Gallo

Resumo: Alguns métodos de alfabetização utilizam recursos audiovisuais com o propósito de agilizar o processo de aquisição da leitura e escrita quanto ao tempo do aprendizado, bem como proporcionar, através de som e imagem estática ou em movimento, a representação de situações ou sentenças cotidianas, através de vídeoaulas (TV e vídeo-cassete) e slides (projetores). O método Paulo Freire de alfabetização de adultos, aplicado na experiência de Angicos, no Rio Grande do Norte, em 1963, utilizou-se de alguns desses recursos. O presente artigo, baseando-se na metodologia de alfabetização de adultos, criada por Paulo Freire, experiência esta que ficou conhecida como “as 40 horas de Angicos”, sugere a utilização do computador como recurso multi e hipermédia no processo de alfabetização de alunos do ensino fundamental, matriculados em séries avançadas. O propósito com a utilização do computador é o de gerar estímulo e proporcionar a interação do aluno com os materiais audiovisuais, visando a otimização de tempo e eficácia do aprendizado. O aluno deixa de ser apenas um espectador dos recursos, tornando-se um indivíduo ativo no processo.

Título TV digital e educação: promovendo uma aprendizagem alfabetizadora, o caso TV mímica.
ID 927

Autores Aquiles Burlamaqui, Akynara Silva, Igor Rosberg, Diogo Bezerra

Resumo: TV Digital abre novas perspectivas para o ensino no Brasil. A possibilidade de interação imediata com o conteúdo pode tornar a TV digital uma ferramenta pedagógica capaz de auxiliar no processo de ensino aprendizagem. Procurando explorar o potencial que a TV Digital nos oferece, desenvolvemos a TV Mímica, um programa televisivo de caráter educativo, baseado em aprendizagem t-learning (Educação através da TV). Seu ambiente nos remete uma atmosfera lúdica, desta forma, o telespectador-aprendiz poderá aprender o conteúdo sugerido de forma descontraída. Trata-se de uma aplicação para TV Digital a priori desenvolvida em duas versões, a TV-Mímica NCLUA e a TV-Mímica JAVA, explorando o que há de melhor em cada abordagem. O projeto TV Mímica objetiva a criação de um ambiente de aprendizagem voltado para auxiliar docentes no processo de alfabetização de seus alunos. As atividades propostas são desenvolvidas em etapas, as quais evoluem em nível de complexidade mediante o sucesso do telespectador-aprendiz na resolução dos problemas sugeridos. Por meio do jogo educativo, os alunos terão a possibilidade de reforçar conhecimentos gramaticais e de leitura, associando a mímica realizada por um artista, às imagens, palavras e frases, além de trabalhar o raciocínio lógico e poder imagético. Desta maneira, lançam-se as primeiras bases para experiências educacionais envolvendo a TV Digital como recurso didático tecnológico, os resultados advindos desta experiência mostram avanços significativos para uma aprendizagem alfabetizadora e nos sugerem novas idéias para reelaboração do projeto.

Título Saber interativo: uma experiência inovadora na Escola Municipal de Pium
ID 1013

Autores Patricia Gallo

Resumo: A escola é um dos espaços privilegiados de elaboração de projetos de conhecimento, de intervenção social e de vida. A tecnologia traz benefícios para a aprendizagem que devem ser levados em conta. O computador é uma ferramenta cognitiva multimídia e interativa, integrando texto, som, elementos gráficos, animação, vídeo, imagens, modelação espacial e colaboração. Ele facilita operações de pensamento, ajudando o aluno a aprender e tomar decisões mais rapidamente. Este artigo apresenta o projeto piloto de inclusão digital “Saber Interativo: Tecnologia construindo o conhecimento”, que posicionou a tecnologia como parceira no processo educativo, inaugurando o laboratório de informática e estimulando práticas pedagógicas na escola municipal Raimunda Maria da Conceição, em Pium, Parnamirim, Rio Grande do Norte, Brasil. O projeto incentivou a apropriação tecnológica, reforçou a aprendizagem de português e matemática, despertou o interesse dos alunos sobre o meio ambiente e a higiene pessoal, estimulou a disciplina e aumentou a frequência nas aulas por parte dos alunos.

Título Brasil: inclusão digital em um país de excluídos
ID 1122

Autores Daniel Mallmann Vallerius, Fernando Dreissig de Moraes, Dante Augusto Couto Barone

Resumo: A Internet é um fenômeno resultante da evolução de tecnologia empregada às telecomunicações. Observa-se essa rede representa a possibilidade de um maior contato entre diferentes sociedades, culturas e territórios. Entretanto, nota-se que o acesso às plataformas de conexão à Internet ainda é bastante limitado, visto que uma parcela significativa da população não tem insumos financeiros para adquirir os equipamentos necessários para esse uso. No Brasil, apesar de haver um aumento relativo no número de usuários nos últimos anos, o acesso, de modo geral, ainda é bastante limitado. Algumas políticas são fomentadas por iniciativa do Estado, além de organizações civis e empresariais, com o objetivo de reduzir essa inacessibilidade, provocando uma redinamização contínua dos fenômenos relativos ao ciberespaço no país. Dentre estas, merecem destaques a implantação dos telecentros, locais que permitem o acesso à Internet de forma gratuita, além de atividades que visam a integração da comunidade na chamada “Sociedade da Informação”. Algumas outras políticas em vários âmbitos – implantação de rede wireless por prefeituras, redimensionamento da carga tributária sobre computadores e periféricos, desenvolvimento de softwares livres, programas de acessibilidade para portadores de necessidades especiais, além de eminente implantação do programa internacional One Laptop Per Child - também

configuram-se em objeto deste estudo. Com a difusão de tais iniciativas, torna-se imperativa a busca por analisar o quadro atual da Internet no Brasil sob a óptica tanto das Ciências Sociais quanto das Ciências da Computação, bem como, mensurar o impacto causado pelas supracitadas políticas nas escalas locais, regionais e nacionais.

Ciências Sociais, Teorias e Metodologias

Mesa: Teoria Sociológica, Política, Comunicação - 4 de Fevereiro - 19 horas - 217

Moderador: Natália Fernandes

Título Discursos da sustentabilidade. O conceito de sustentabilidade na teoria social latino-americana: uma análise preliminar

ID 372

Autores João Luiz Hoeffel, Jussara Christina Reis

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar a noção de sustentabilidade na teoria social latino-americana, tendo como referência o banco de dados especialmente organizado para o Projeto Temático FAPESP (processo n. 05/52317-1): A Questão Ambiental, Interdisciplinaridade, Teoria Social e Produção Intelectual na América Latina. O conceito de sustentabilidade vem sendo amplamente utilizado dentro de abordagens teóricas e disciplinares diferentes, e muitas vezes contraditórias. Neste trabalho será realizada uma análise preliminar no referido banco de dados com enfoque quantitativo, no sentido de caracterizar a presença do conceito de sustentabilidade na teoria social latino-americana. Para esse artigo, foi priorizada a consulta ao Banco de dados até 15 de fevereiro de 2008. Essa análise precede outro momento, onde o interesse será averiguar, a partir do material sistematizado, como a temática tem se apresentado na teoria social latino-americana, a partir dos Centros de Pesquisas que estão sendo priorizados pelo projeto, e os vínculos teóricos e tradições aos quais estão vinculados. Este texto procura também sistematizar algumas abordagens encontradas para sustentabilidade sem, entretanto, esgotar todos os seus desdobramentos e possibilidades, uma vez que esta é uma discussão em construção.

Título O percurso da temática qualidade de vida e risco na teoria social latino-americana: algumas considerações sobre o caso brasileiro

ID 376

Autores Sônia Regina a Cal Seixas Barbosa, Sílvia Beltrane Cintra

Resumo: Neste artigo propõe-se analisar a noção da temática qualidade de vida e risco na teoria social latino-americana, tendo como referência o banco de dados especialmente organizado para o Projeto Temático FAPESP (processo n. 05/52317-1): A Questão Ambiental, Interdisciplinaridade, Teoria Social e Produção Intelectual na América Latina (FERREIRA, 2005). Tanto o conceito de qualidade de vida quanto o de risco tem trajetórias específicas, e abordagens múltiplas na teoria social e ambiental. Em trabalho anteriormente realizado (BARBOSA E CINTRA, 2008) apresentou-se uma análise preliminar quantitativa a partir do referido banco de dados, no sentido de caracterizar a presença da temática qualidade de vida e risco na teoria social latino-americana. Neste artigo o interesse será realizar uma análise qualitativa do material inserido no banco sobre o tema, priorizando neste momento a produção brasileira. Para a análise do caso brasileiro tomar-se-á como uma das referências possíveis, à proposta teórico-metodológica de Barbosa (1996 e 1998), que enfoca o entendimento do conceito de qualidade de vida a partir de três eixos principais de análise, que são: satisfação e o acesso a bens básicos; acesso aos bens fundamentais para complementação da vida dos indivíduos e, acesso a bens ético-políticos. Embora se deva destacar que tanto o conceito de qualidade de vida quanto o de risco tem trajetórias específicas, e abordagens múltiplas na teoria social e ambiental, procurar-se-á neste artigo refletir, a partir destes três eixos temáticos sobre a relação de qualidade de vida e risco na teoria social brasileira, considerando suas implicações, tradições, trajetórias e abordagens.

Título A pesquisa participativa enquanto método de estudo e intervenção não-invasiva na agricultura familiar

ID 431

Autores Julio Roberto Costa, Fabio Zamberlan, Elizabeth Santos, José Ronaldo Macedo

Resumo: Em um estudo envolvendo comunidades rurais de agricultura familiar no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, denominado Gestão Participativa da Microbacia do Rio São Domingos (GEPAR – MBH), realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, utilizou-se a metodologia de Pesquisa Participativa no trabalho com cinco vilas do Município de São José de Ubá. Almejava-se o desenvolvimento social e ambiental de forma não-invasiva, respeitando-se as tradições locais. Os bons resultados comprovaram a eficácia da metodologia, e o contato entre os pesquisadores e agricultores possibilitou um aprofundamento teórico-metodológico respaldado por intenso trabalho de campo. Nesse processo, observou-se a pertinência da sociologia compreensiva de Max Weber, da sociologia do conhecimento de Peter Berger e Thomas Luckmann, dos conceitos de comunidade e sociedade de Ferdinand Tönnies, além de outros autores da sociologia. Somaram-se a esses fundamentos as idéias do educador brasileiro Paulo Freire, principalmente seu conceito de “ser mais”, que sumariza a busca do sujeito por uma melhor inserção social e qualidade de vida de forma conjunta com a busca de justiça social pela comunidade. No decorrer do trabalho nas vilas, buscou-se reforçar a sociabilidade cooperativa entre os diversos atores, criando-se estruturas organizacionais que propiciassem o associativismo e o empoderamento das comunidades, como o “Grupo Gestor”, formado por agricultores. Sem negar os conflitos existentes em quaisquer grupos sociais, a pesquisa participativa demonstrou ser uma ferramenta de gestão das divergências em prol da busca do bem comum e do desenvolvimento comunitário.

Título Comunicação e cooperação lusófonas: um caso.

ID 1583

Autores Aníbal Alves

Resumo: Esta comunicação pretende realçar a relevância e função da comunicação entre as associações científicas dos povos luso-afro-brasileiros, particularmente, no campo específico das associações de ciências da comunicação. Para tanto, procede-se à evocação e análise de algumas fases históricas reveladoras de cooperação positiva e de bloqueamento, ao longo do período da década que ora se completa, da criação, desenvolvimento e actualidade da LUSOCOM, federação das Associações de Ciências da Comunicação dos Países Lusófonos.

Mesa: Teoria, método sociológico em património cultural e culturas emergentes - 4 de Fevereiro - 19 horas - 311

Moderador: Sílvia Regina Ferraz Petersen

Título Metodologias emancipatórias e empoderamento: a experiência do Projeto Quilombolas de Minas Gerais - Brasil
ID 470

Autores Anderson Xavier de Souza, Carlos Roberto Horta, Alexandre Duarte

Resumo: Partindo dos princípios teóricos e epistemológicos da pesquisa-ação, mais especificamente na formulação de HERNANDEZ (2005), busca-se discutir diferentes experiências de implementação de metodologias emancipatórias focadas no empoderamento e na participação ativa dos sujeitos no processo. A materialização desses postulados é visível no projeto Quilombolas de Minas Gerais - Resgatando Raízes, colocado em prática nos anos de 2007 e 2008, que consiste na elaboração e implementação de metodologia para análise socioeconômica e cultural de comunidades remanescentes de quilombos em Minas Gerais (Brasil), bem como a aplicação da tecnologia social produzida na orientação de políticas públicas específicas para estes grupos. Objetiva-se, também, a construção compartilhada de conhecimento na identificação de demandas e potencialidades e, ainda, através da formação de intelectuais orgânicos, no sentido gramsciano do termo, a efetivação de ações amplificadoras das vozes dos quilombolas enquanto sujeitos políticos coletivos na reivindicação de direitos e promoção da cidadania. Nesse processo, participam diversos atores políticos - poder público, sociedade civil e comunidade - visando a horizontalização das relações de poder e a desconstrução de hegemonias, a validação das informações produzidas, a produção de enunciados coletivos e o estabelecimento de compromissos entre as partes envolvidas. Para alcançar os resultados esperados, foram desenvolvidos cinco passos metodológicos que conjugam elementos da pesquisa quantitativa e qualitativa (observação de campo, realização de entrevistas, aplicação de questionários), e culminam na realização da "micro arena participativa", na qual são envolvidos diferentes esferas do poder público, local e nacional, comunidade e universidade na busca de soluções para as necessidades apontadas pela pesquisa.

Título Patrimônio Cultural da Saúde no Rio de Janeiro: questões e problematização

ID 504

Autores Gisele Sanglard, Renato Costa

Resumo: Este trabalho pretende refletir sobre a constituição de um novo campo de análise: o Patrimônio Cultural da Saúde. Partindo das relações entre história, memória e patrimônio, estaremos trabalhando com um conceito abrangente, que permite acompanhar as transformações pelas quais passou a saúde ao longo do tempo. Acreditamos que a "Saúde" não é um dado, mas uma construção histórico-social cujas definições, significados culturais e arranjos políticos são variáveis no tempo. Essa diversidade é o que pretendemos discutir neste trabalho, onde é imprescindível promover os meios para a expressão cultural, o registro, a preservação, a difusão e atualização permanente dessa experiência histórica comum. Ela deve ser valorizada como componente fundamental nos processos de formação dos trabalhadores da saúde, da humanização dos serviços, de gestão coletiva e de controle social. Nosso objetivo, enfim é discutir, de forma interdisciplinar, a importância do patrimônio cultural da saúde para a história da saúde e das ciências biomédicas no Rio de Janeiro, que agrega à identificação e análise de seus acervos arquivísticos, bibliográficos, museológicos, iconográfico, sonoro e o patrimônio arquitetônico, ao tempo em que abre novas possibilidades de investigação e de geração de conhecimento.

Título Memória e história: o patrimônio cultural da saúde na Bahia (1808-1958)

ID 1027

Autores Christiane Maria Cruz de Souza, Maria Renilda Nery Barreto

Resumo: O trabalho que apresentaremos faz parte da pesquisa desenvolvida pela FIOCRUZ, em parceria com o CEFET-BA, em 2007 – Rede Brasil: Inventário Nacional do Patrimônio Cultural da Saúde –, com o objetivo analisar o acervo arquitetônico, histórico e iconográfico das instituições de saúde sediadas em Salvador, Bahia, edificadas entre 1808 e 1958. Através dessa comunicação, pretendemos discutir a metodologia adotada para coletar informações em arquivos públicos, privados e institucionais; bem como em centros de memória e bibliotecas; no intuito de analisar exemplares do patrimônio arquitetônico da saúde na Bahia como espaços historicamente construídos, portanto, reveladores das especificidades históricas, políticas, econômicas, sociais e culturais da sociedade baiana.

Mesa: Teorias Sociológicas, análise de revistas, internet e youtube - 4 de Fevereiro - 19 horas - 310

Moderador: Adérito Manuel

Título Música à vontade: o You tube, o desejo e a experiência social na escuta on line

ID 216

Autores Rodrigo Rodrigues

Resumo: Este artigo trata de abordar problemas da escuta contemporânea, da imagem do desejo e de forças coletivas imbricadas aos fluxos enunciativos e de simulação que permeiam os hábitos de frequência à internet. A nossa

especulação se propõe a problematizar as intersecções entre sociabilidade, cultura musical e uma vontade imanente que se implicariam na escuta online. Trata-se, portanto, de saber como a experiência paradoxal da escuta – simultaneamente como realidade de sensações e de práticas culturais - pode ser afetada ou se diferenciar a partir de recursos de busca e de performances audiovisuais do site You Tube. Supondo que haja uma multiplicidade de ritmos desejantes que nos compõem e dos quais somos co-participantes, acreditamos que as conexões entre a escuta e a internet podem promover modalidades de resistência criativa face aos cadenciamentos, seja pela comunicação midiática, seja pela lógica da simulação algorítmica, da dinâmica do desejo. A escuta musical poderia, neste contato com arquiteturas informáticas, ser impulsionada a uma gama de experimentações e a se singularizar, exercitando-se como uma nova e contagiante atividade de socialização da música.

Título O realismo crítico como auto-ajuda e como ferramenta filosófica-metodológica

ID 350

Autores Aline Coutinho

Resumo: A literatura de auto-ajuda é um fenômeno cada vez mais marcante nas sociedades ocidentais, despertando curiosidade crescente por parte da comunidade acadêmica interessada no entendimento tanto de sua origem e das decorrências simbólicas e sociais de seu consumo quanto de seu aspecto representativo das práticas e concepções de mundo vigentes à época em que se contextualiza. No presente trabalho demonstrarei e discutirei alguns pressupostos categóricos-filosóficos que fundamentam as análises sociológicas do fenômeno em pauta. Conceitos utilizados por essa “sociologia da auto-ajuda”, que não são debatidos nem questionados, permeiam e orientam análises do fenômeno. É certo que o próprio conceito de “sociologia da auto-ajuda” não é consensual uma vez que abarca diversas linhas interpretativas e abordagens teóricas. Porém, há uma espécie de mainstream teórico e de cientistas sociais que partilham de pressupostos e pontos de partida dogmáticos que não são postos em evidência, mas que orienta de antemão a pesquisa e que mesmo antes de iniciá-la já condiciona seus resultados. Lançando mão do Realismo Crítico, uma alternativa filosófica-metodológica para a compreensão de fenômenos sociais às explicações de caráter funcionalista e empiricista (desde meados dos anos setenta do século passado), o objeto de estudo deste paper, pode ser melhor compreendido sob a luz deste aparato teórico que, por sua vez, também pode ser utilizado como orientador instrumental-reflexivo de condutas pessoais para a auto-realização e conhecimento próprio. Complementa-se, assim, a generalizada explicação do fenômeno sob a ótica da modernidade apresentando uma forte ontologia social baseada nos trabalhos de Roy Bhaskar e Margareth Archer.

Título O velho no novo: os novos instrumentos tecnológicos e a violência simbólica entre estabelecidos e outsiders

ID 1270

Autores Marco Antônio de Oliveira Tessarotto, Teresa Queiroz

Resumo: O presente paper pretende verificar como as novas ferramentas tecnológicas, a exemplo do programa Youtube.com – Broadcast Yourself da Rede Mundial de Computadores, são utilizadas para reproduzir formas tradicionais de violência simbólica mediante as quais a sub-cidadania referida à sociedade brasileira é realimentada, extrapolando o espaço doméstico onde é gestada, para o ciberespaço globalizado. Observou-se em alguns vídeos divulgados a reprodução do estigma secularmente associado à condição do trabalhador doméstico com pouca escolaridade e atualmente, com pouca familiaridade com o universo da informática. Os recursos utilizados são a exposição ao ridículo e a construção de uma imagem da subalternidade

Mesa: Teorias Sociológicas e Economia Política - 5 de Fevereiro - 16h15 - 312

Moderador: Aníbal Alves

Título A epistemologia feminista nas ciências econômicas: limites e possibilidades

ID 61

Autores Brena Paula Magno Fernandez

Resumo: A Economia Feminista é um dos mais recentes programas de pesquisa em ciência econômica. Desde a publicação de *Beyond Economic Man*, organizado por Ferber e Nelson (1993), ele vem se desenvolvendo com crescente força, sobretudo nos Estados Unidos. Entretanto, a pesquisa feminista, em geral, e a economia feminista, em particular, são frequentemente consideradas como menos objetivas do que as pesquisas tradicionais, e isto porque estas últimas seriam livres de valores, enquanto que as primeiras não. Na primeira parte do trabalho, traçamos algumas definições centrais da Economia Feminista. A partir daí, nosso intuito será explicitar que as características dominantes herdadas da ciência moderna positivista – racionalidade, objetividade, abstração, análise quantitativa e neutralidade axiológica – têm sido culturalmente associadas ao rigor e à masculinidade. Enquanto isso, outras formas ou abordagens do conhecimento, que têm sido sistematicamente alijadas da instância oficialmente considerada como ‘científica’, carregam um viés para a cooperação, as análises qualitativas e verbais, a concretude e o comprometimento explícito com valores. Estas propostas têm sido associadas à vagueza, à imprecisão teórica e à feminilidade. A crítica feminista à Economia que discutiremos nesse trabalho pretende reconceitualizar determinadas categorias com as quais se define, se mede e se estuda o fenômeno econômico na teoria padrão, colocando em questão a suposta objetividade que o modelo tradicional reclama possuir. Além disso, ela também se propõe a desenvolver novas perspectivas e novas formas de ver o mundo social e econômico que permitam tornar visível o que tradicionalmente a disciplina mantém como oculto.

Título Métodos informacionais: modelo de decisório cognitivo na pesquisa qualitativa

ID 509

Autores Wilson Barp, Ana Barp

Resumo: Propõe-se discutir o método informacional de apoio a decisão baseada na teoria do conhecimento como ferramenta estrutural e de organização de um sistema de informações e suas relações entre elementos de natureza objetiva e subjetiva no objeto investigado. O método consiste na elaboração do desenho de análise como ponto inicial, a

partir de então, a pesquisa passa ser dinamizada com a aplicação dos fundamentos da construção de mapa cognitivo vinculado ao cronograma físico-financeiro. Como resultado viabiliza-se o planejamento e controle das investigações, utilizando conceitos de grafos. Os pesquisadores que usam tal metodologia passam a ter maior controle sobre o planejamento, e por sua vez, melhor gerenciamento da pesquisa no âmbito do cronograma elaborado, mesmo ampliando a densidade das informações inter-relacionadas, otimizando tempo e recursos financeiros.

Título O homem econômico vai ao fórum: as consequências políticas da "teoria econômica" da democracia

ID 631

Autores Paulo Peres

Resumo: Diante da prateleira do mercado, o indivíduo avalia dois produtos similares, levando em consideração, de uma parte, a eficiência de cada um em relação aos seus preços e, de outra parte, a quantidade de dinheiro de que dispõe. Quando esse mesmo indivíduo sai de lá com seu pacote de compras, decide aproveitar o tempo livre para ir à cabine de votação e realizar seu dever cívico de eleitor, pois, tratar-se-ia de dia de eleições. Já à urna, tem diante de si uma lista de candidatos, cada qual com determinado discurso e certo programa de governo. Será que sua decisão, neste caso, seguiria a mesma lógica daquela que ele tomou diante das gôndolas do mercado? Para os economistas sim, e para vários cientistas políticos, também. Mas, o que aconteceria se, de fato, o "Homem Político" se comportasse tal qual o "Homem Econômico", tanto em termos teóricos quanto em termos empíricos? Ou seja, quais as consequências para a democracia se, ao invés do "Homem Político", o "Homem Econômico" fosse ao fórum? Meu objetivo na apresentação é argumentar que a transposição da teoria econômica ao campo da teoria política contém alguns problemas conceituais e metodológicos importantes, redundando em determinados "paradoxos democráticos" com consequências normativas.

Título Uma Introdução ao pensamento comunitário contemporâneo

ID 660

Autores Ernani Santos Schmidt Schmidt

Resumo: O trabalho compõe uma introdução ao pensamento comunitário originado na filosofia política em um debate que resgata a centralidade da categoria do Direito em uma perspectiva emancipatória. Expõe compreensão acerca das bases deste pensamento em seu aspecto de reação crítica às formulações efetuadas por pensadores liberais, mediante uma abordagem de sua referência teórica moderna (Hegel) e uma incursão na obra de seus protagonistas contemporâneos. Discute as características gerais de uma teoria da relação indivíduo/sociedade, a qual reclama a superação do individualismo metodológico (Taylor); uma apologia da igualdade e da diferença efetuada em uma teoria pluralista da justiça e em uma concepção política da tolerância (Walzer); e uma teoria constitucional que observa o cenário atual do constitucionalismo mundial e propõe uma concepção dualista da democracia e da constituição (Ackerman). Após, reflete sobre a fecundidade das proposições frente a temas da vida jurídica no Brasil, sob o filtro crítico da tese comunitária do constitucionalismo brasileiro (Cittadino) e da tese pluralista da cultura jurídica dos movimentos sociais (Wolkmer). Conclui pela validade de um relativismo valioso apto metodologicamente frente aos dogmas do subjetivismo liberal. Ao analisar concepções de justiça como igualdade, de liberdade como participação e de constituição como projeto para um destino compartilhado, o trabalho destaca posturas críticas à imparcialidade por não impedir a dominação em mundos de desiguais, à representação política em cujos marcos restritos não existe sociedade livre, e à Constituição-garantia, incapaz para a dinâmica da elevação das formas de sociabilidade.

Título Focus group as a qualitative research technique to in-depth analysis of politics and community

ID 1404

Autores Paula Espírito Santo

Resumo: This contribution aims to analyze and to enhance the importance of the focus group technique, as an important qualitative approach to be applied to the political science field research, as well as to the political marketing area. Although its initial developments have had visibility, in sociology, with Merton's article, published on the thirties of the XXth century, focus group technique have several both scientific and non-scientific appliance possibilities in social sciences, which highly contributes to its methodological richness. Within the qualitative methods, focus groups proved already to have important advantages, combining, on one way, the deepness of classical scientific techniques, such as the interview, and, on another, the extensiveness of quantitative data, by the possibility of working with different relevant target groups so as to have in-group homogeneity but also heterogeneity and redundancy when considering the final data achieved.

Título Os percalços para a consecução de uma teoria social do meio ambiente

ID 995

Autores João Vicente Lima

Resumo: O presente papper pretende problematizar como as teorias sociológicas informativas de processos de racionalização, motivação e simbolização, desenvolvidas por Anthony Giddens (Estruturação), Jon Elster (Escolha Racional), Mangabeira Unger (Construtiva) e José Maurício Domingues (Subjetividade Coletiva), problematizam aspectos pertinentes à consecução de uma teoria social do meio ambiente. O início da teorização sociológica ambiental nos anos de 1970 apostava em uma perspectiva mais holística que conceituava os processos sociais dentro do contexto da biosfera (Dunlap). Nos anos de 1980, nos EUA floresceu a teoria construtivista que propunha "que o meio ambiente (e nossas relações com ele) é uma construção puramente social" no sentido de que "é simplesmente um produto da linguagem, do discurso e dos jogos de poder", minimizando a importância da natureza como um objeto externo à experiência humana. O presente estudo supõe que a cena ambiental localiza-se em uma sociedade política, articulada em cursos de ação segundo sistemas simbólicos de referência. Os autores escolhidos nesse estudo buscam novas aderências teóricas relativamente à conexão entre as ações individuais instrumentais e normativas, as estruturas e processos que formam nos indivíduos disposições para agir nos níveis institucionais mais complexos. Há inovações na forma como cada um visualiza a abrangência da ação e de suas dinâmicas frente às estruturas, vista também como uma categoria com ricas nuances. Estas teorias serão testadas quanto à capacidade analítica para compreender as interações entre o meio ambiente e a sociedade, em meio às consequências construtivistas e/ou holísticas a balizar essa reflexão.

Título O uso (e abuso) de conceitos das ciências naturais pelas ciências sociais.

ID 1221

Autores Claudia Lucia B. Soares

Resumo: A realização desse ensaio tem como objetivo abordar as conseqüências do uso excessivo da transposição de conceitos das ciências naturais para as ciências sociais (e vice-versa), partindo-se da noção de que só a diferença de escala temporal em que esses dois escopos teóricos trabalham já justifica a escolha do tema. O que se pretende ressaltar aqui é que o tempo cosmológico e o da sociedade humana operam em grandezas muito distintas, do mesmo modo que os espaços associados a ambos os eventos também o fazem. Trabalhando com extremos, por exemplo, na perspectiva cosmológica (das ciências naturais), o tempo e o espaço chegam a compor uma mesma dimensão, enquanto que para a escala social (ciências sociais) tal situação não se coloca. Após uma abordagem geral sobre o problema, optou-se por concentrar a atenção sobre um estudo de caso: a apropriação dos princípios da termodinâmica pela ciência econômica. A conclusão foi no sentido de que a crítica fundamental talvez nem seja sobre a forma equivocada como essa transferência se dá (necessariamente, na maioria dos casos), mas pelo fato dela ser completamente desnecessária e acabar resultando num desserviço para o avanço das ciências sociais sobre pernas próprias.

Mesa: Teorias sociológicas e ensino - 5 de Fevereiro - 14h30 - 220

Moderador: Sônia Regina da Cal Seixas Barbosa

Título O problema do saber metodológico no ensino da pesquisa em Comunicação Social

ID 194

Autores Pedro Russi-Duarte

Resumo: O texto é produzido a partir da pesquisa em desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade de Brasília (UnB) com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A pesquisa investiga qual o saber metodológico efetivamente mobilizado no ensino de metodologia da pesquisa em Comunicação nos cursos de graduação em comunicação social no Brasil. Parto da análise dos programas de disciplinas comumente nomeadas como “metodologia”, “métodos-técnicas de pesquisa”, e das obras da bibliografia específica. Portanto, neste artigo, venho discutir-refletir sobre o capital metodológico que atua como pano de fundo, e que vem sendo mobilizado nos cursos de graduação para pesquisar os fenômenos da comunicação social. Como docente dessa disciplina na Graduação e Pós-graduação, aproveito esta instância para discutir sobre aquilo que é pretendido e entendido como “métodos ou metodologias da pesquisa”, determinando de certa forma o campo da Comunicação como Ciência Social. Desse modo, venho problematizar para nos questionar, como interessados nessa área, sobre os saberes propostos como metodologia de pesquisa, diretamente ligados ao “como fazer” ou à prática de pesquisa, daí que nosso objeto situa-se num plano epistemológico para inscrevê-lo na pauta e retomá-lo como um dos processos essenciais na construção do campo através da pesquisa científica; i.e., articular, ao problema básico que vem sendo discutido por pesquisadores da área, o problema do objeto de estudo da comunicação social – configuração do campo-ciência. Objetiva-se discutir o metodológico como saber, assim ampliar a instância epistêmica aprofundando no tipo de conhecimento desenvolvido nesta área.

Título Etnografia: a educação do olhar e seus usos na pesquisa educacional

ID 910

Autores Sandra Tosta

Resumo: O artigo trata de resultados de pesquisa realizada entre os anos de 2006 e 2007 na qual se analisou em três programas de pós-graduação em Educação no país, UFMG, UFRJ e USP, entre os anos de 1990 e 2005 um conjunto de dissertações e teses. Nestas investigações procurou-se compreender se existe e como ocorre a articulação teórica entre Educação e Antropologia na pesquisa de problemas educacionais, tendo como referenciais a etnografia clássica em Malinowski e a etnografia contemporânea em Geertz. Como nestes e outros autores, a Etnografia foi entendida como uma dimensão constituinte da ciência antropológica, e não como um conjunto de técnicas qualitativas na aproximação e investigação de problemas sociais. A metodologia usada foi a pesquisa bibliográfica de natureza exploratória, tendo como fonte de coleta de dados o portal da CAPES. Foram analisados os resumos de 59 dissertações e 26 teses, que declararam ter feito “pesquisa etnográfica”. E analisadas, na íntegra, 06 dissertações e 02 teses da UFMG, 01 tese e 01 dissertação da UFRJ e 06 dissertações e 02 teses da USP, selecionadas por intervalos de cinco e três anos, respectivamente, as quais conseguimos acessar. Os resultados da pesquisa mostraram uma larga receptividade de referenciais da antropologia pela pesquisa em educação, como também evidenciou a realização de investigações que: não mostram claramente como essa transposição foi feita, ausência de base teórica e duvidosa apropriação metodológica.

Título Universidade, Pesquisa e Racionalidades das Ciências Sociais: Elementos para uma Reflexão Sociológica do Caso Angolano

ID 957

Autores Adérito Manuel

Resumo: Este texto é uma reflexão sobre a relação que se pode estabelecer entre a universidade, a pesquisa e as racionalidades das ciências sociais no contexto angolano. Fazemos uma abordagem sobre as condições institucionais que favorecem a investigação. Tentamos, concomitantemente, percorrer sobre a prática científica olhando também nas ações dos próprios cientistas sociais. Assim, consideramos até que ponto a pouca produção científica está relacionada com a dominação das racionalidades moderna-ocidental a nível das ciências sociais.

Mesa: Teorias sociológicas e ensino - 5 de Fevereiro - 18h30 - 301

Moderador: Paula Espírito Santo

Título Sociologia da Infância e outras infâncias: pesquisas com crianças com deficiência

ID 1090

Autores Maria Inês Gomes da Silva

Resumo: A história da deficiência é uma história de exclusão, discriminação e estigmatização. Frequentemente separadas da sociedade, as pessoas com deficiências e, em particular, as crianças com deficiências, foram considerados, ao longo da história mundial, como objetos de caridade e receptoras passivas de bem-estar e de programas de intervenção. A investigação acadêmica atual tem se preocupado em diferenciar as crianças, de acordo com as suas deficiências, a partir da medição dos corpos e das mentes seguindo as normas físicas e cognitivas estabelecidas pela sociedade. Têm se preocupado em dar conselhos, de acordo com as perspectivas médicas, para o desenvolvimento de trabalhos com crianças com deficiência. Assim, traça-se uma noção de “crianças deficientes” como um grupo homogêneo, passível de ser generalizado. Porém, defendemos a heterogeneidade social da população com deficiência, considerando que as diferenças de origem e de posições sociais destas pessoas determinam distintos graus e tipos de discriminação. As pesquisas em ciências sociais sobre a infância tem marginalizado as experiências das crianças com deficiências e as pesquisas sobre o modelo social e a deficiência tem marginalizado a infância. Existem semelhanças na recente evolução nos estudos da Sociologia da Infância e dos Disability Studies, pois ambos estão procurando gerar construções teóricas sobre a exclusão e a desigualdade, ambos tem realizado uma nova discussão sobre os direitos individuais e coletivos e têm dado importância a métodos de pesquisa participativos. São estas as semelhanças apresentadas neste trabalho.

Título Pesquisa, colaboração e docência online: uma tessitura por meios pedagógicos/ comunicacionais

ID 1156

Autores Maria da Conceição Alvez Ferreira, Maria das Dores de Oliveira Esteves, Flaviana Paula de Medeiros e Oliveira, Natália Portela Pereira, Roseneide Pereira Mubarak Garcia

Resumo: O trabalho apresenta estudo sobre as possibilidades de pesquisa em colaboração por meios interativos digitais. Apresenta o processo de formação identitária dos professores por meio de princípios pedagógicos/comunicacionais a partir da docência online. Enfoca a docência e como ela pode contribuir/modificar outras formas de docência. Analisa, também, o blog como interface pedagógica/comunicacional importante para a pesquisa em colaboração. Os referenciais teóricos dialogam com aparatos conceituais que tematizam a educação online, interatividade, docência, identidade, etnopesquisa-formação e princípios da pesquisa colaborativa. Conclui-se que a docência online, além de ser um conjunto de ações de ensino/aprendizagem realizadas pelos envolvidos na prática educativa, é uma pedagogia fundamentada em princípios educacionais diferenciados que abrigam um conjunto de ações ensino-aprendizagens por meios telemáticos, o que permite a participação-intervenção, a bidirecionalidade-hibridação e a permutabilidade, sendo esses pressupostos da pedagogia comunicacional-interativa, sobre os quais enfocamos a nossa base teórico-conceitual.

Título Abordagens teóricas e metodológicas no estudo da infância em Portugal

ID 1385

Autores Natalia Fernandes

Resumo: O estudo da infância foi nas últimas duas décadas substancialmente enriquecido com o contributo de algumas correntes teóricas que vieram modificar substancialmente o enfoque, quer teórico, quer metodológico a partir dos quais as vidas das crianças foram sendo analisadas. A sociologia da infância foi, sem dúvida, no contexto português, uma área científica que teve uma contribuição significativa neste propósito de propor enfoques renovados no estudo da infância e apresentar perspectivas metodológicas, também elas, heterogêneas, relativamente aos enfoques clássicos que predominaram durante o século XX. Esta comunicação pretende reflectir acerca de algumas faces que estes contributos foram assumindo, quer em termos teóricos, quer em termos metodológicos. Numa análise mais detalhada discutiremos a questão da participação das crianças, os seus pressupostos teóricos e metodológicos, a partir dos contributos dados pela investigação participativa, para a construção de conhecimento social relevante acerca da infância.

Título Memórias de Infância e Violência Escolar. Estudo Biográfico em Contexto Prisional

ID 1601

Autores Ana Beatriz Saraiva, Judite Maria Zamith-Cruz, Beatriz Oliveira Pereira

Resumo: A investigação incide em relatos autobiográficos de comportamentos de agressividade, violência e vitimação em meio escolar de um universo de reclusos, relacionando fenómenos de bullying durante o percurso desenvolvimental e a passagem à delinquência adulta. Através de uma abordagem autobiográfica e de auto-relato, a metodologia qualitativa e interpretativa envolve 15 indivíduos entre os 19 e os 35 anos. A técnica de recolha de dados centra-se numa entrevista semi-directiva onde se destacam experiências subjectivas, significados, processos de bullying e a caracterização dos percursos escolares e criminais. A transcrição das entrevistas e a análise de conteúdo constituem a metodologia de tratamento e de análise de dados. Pretende-se obter, numa perspectiva desenvolvimental, um modelo compreensivo da configuração das relações entre fenómenos de agressão, violência e vitimação entre pares na escola e o desenvolvimento de um quadro comportamental desviante.

Mesa: Teoria, Metodologias e Ciências Sociais - 6 de Fevereiro - 16h15 - 311

Moderador: Sónia Ferreira

Título A imagem fotográfica e as Ciências Sociais: possibilidades e limitações

ID 912

Autores Severino Cabral Filho

Resumo: O nosso objetivo com a presente comunicação é refletir sobre o lugar que a imagem fotográfica vem ocupando no discurso das chamadas Ciências Sociais. Avaliamos algumas possibilidades e limitações do uso da fotografia para a pesquisa social, reconhecendo, desde logo, que não se pode pensar a fotografia como a reprodução fiel da realidade. Ela é produto de um determinado meio social cuja compreensão passa pelo conhecimento da visão de mundo compartilhada pela sociedade que se pretende estudar. Assim, em pesquisas desta natureza, deve-se estar atento aos indícios que compõem as imagens, uma vez que estes tendem a iluminar um sem número de experiências históricas no mundo contemporâneo.

Título Sobre a sociogênese da sociedade e do indivíduo como questões: Um ensaio sobre a crítica à dicotomia sociedade/indivíduo

ID 1535

Autores Mariana Côrtes

Resumo: Discute-se hoje a obsolescência do conceito de sociedade, ora defendendo-se argumentos para sua manutenção, ora para sua supressão. O que nos sugere este debate? De um lado, ele indica, como propõe Strathern, que o conceito de sociedade está em vias de exaustão e que não é mais capaz de organizar o mundo. De outro, pode sugerir que o potencial heurístico do conceito continua vivo e o esforço em provar sua pertinência ou inoperância atesta que a questão que ele implica se mantém atual. Sem tomar partido, propõe-se analisar o próprio debate, retomando o contexto histórico em que o sentido sociológico do conceito de sociedade é forjado, e empreender uma tentativa de construção da gênese social da sociedade como questão, isto é, da sociedade como um problema a ser investigado. Feito isso, pretende-se indagar se as perguntas que foram levantadas naquele momento foram respondidas ou nos encontramos apanhados pelos mesmos dilemas, ainda prementes de soluções. Inspirando nas análises de Elias sobre a sociogênese dos conceitos, pretende-se também, considerando os deslocamentos de sentido que o conceito de sociedade sofre ao longo da sua consolidação, impactado pelas mudanças das figurações sociais que ele descreve, fazer um esforço de contextualizar o debate sobre sua obsolescência na configuração contemporânea. Por último, indaga-se como a problematização do conceito de sociedade sugere uma problematização do conceito de indivíduo, mostrando que seu surgimento está ligado ao nascimento da episteme moderna e sua divisão sujeito/objeto. Nesse tópico, discute-se as críticas a esse modelo epistemológico feitas por Castro e Latour.

Título A Escola de Francforte: teoria crítica social

ID 1575

Autores Júlia Tomás

Resumo: Discute-se hoje a obsolescência do conceito de sociedade, ora defendendo-se argumentos para sua manutenção, ora para sua supressão. O que nos sugere este debate? De um lado, ele indica, como propõe Strathern, que o conceito de sociedade está em vias de exaustão e que não é mais capaz de organizar o mundo. De outro, pode sugerir que o potencial heurístico do conceito continua vivo e o esforço em provar sua pertinência ou inoperância atesta que a questão que ele implica se mantém atual. Sem tomar partido, propõe-se analisar o próprio debate, retomando o contexto histórico em que o sentido sociológico do conceito de sociedade é forjado, e empreender uma tentativa de construção da gênese social da sociedade como questão, isto é, da sociedade como um problema a ser investigado. Feito isso, pretende-se indagar se as perguntas que foram levantadas naquele momento foram respondidas ou nos encontramos apanhados pelos mesmos dilemas, ainda prementes de soluções. Inspirando nas análises de Elias sobre a sociogênese dos conceitos, pretende-se também, considerando os deslocamentos de sentido que o conceito de sociedade sofre ao longo da sua consolidação, impactado pelas mudanças das figurações sociais que ele descreve, fazer um esforço de contextualizar o debate sobre sua obsolescência na configuração contemporânea. Por último, indaga-se como a problematização do conceito de sociedade sugere uma problematização do conceito de indivíduo, mostrando que seu surgimento está ligado ao nascimento da episteme moderna e sua divisão sujeito/objeto. Nesse tópico, discute-se as críticas a esse modelo epistemológico feitas por Castro e Latour.

Título «Ciência e politeísmo dos valores em Max Weber»

ID 1605

Autores Jean-Martin Rabot

Resumo: Nesta comunicação, mostraremos que Weber não concebeu nunca a ciência, como um substituto escatológico servindo para reencantar o mundo e restituir-lhe um sentido. Por conseguinte, a vocação da ciência não é de ser normativa. Não é um modelo para a acção. Ninguém pode afirmar cientificamente que os índios que viviam à volta do Lago Salgado eram menos felizes do que os Mórmones que os expulsaram de lá. Ninguém pode contradizer cientificamente o filósofo francês Pascal quando este dizia que as questões relativas à salvação da alma eram de interesse maior do que os conhecimentos adquiridos pelas ciências exactas, ou quando David Hume quando este afirmava que a destruição do mundo era preferível a uma arranhadela num dedo seu. Cada um é livre de ter preferência pela verdade controlada ou pela verdade revelada, pela racionalidade ou pela irracionalidade. Mostraremos que Weber pôs em questão o valor da ciência, mesmo num mundo altamente racionalizado. Deste ponto de vista é a própria ciência que é relativizada e que integra a guerra dos deuses. Assim, o politeísmo dos valores é inultrapassável. É ao destino e às relações de força que compete governar este politeísmo, não à ciência. É por esse motivo que Weber se opôs a todos os sistemas unitários que, conscientemente ou inconscientemente, não fazem mais do que ocultar os antagonismos: a teodiceia cristã e sobretudo o racionalismo filosófico.

Título Experiência estética como experiência formadora

ID 823

Autores Rita Márcia Magalhães Furtado

Resumo: Este trabalho, enquanto pesquisa teórica, busca uma aproximação da estética fenomenológica com a educação. O texto pauta-se no seguinte problema: É possível pensarmos a inter-relação da educação com a estética mediadas pela filosofia, especificamente em sua vertente fenomenológica? Pensamos que a fenomenologia, associando-se diretamente

ao processo educativo, é bastante pertinente enquanto método que propõe uma descrição da essência, sua compreensão enquanto tal e sua interpretação pelo viés da existência. Abrir-se para o mundo, para as experiências novas, é um ato engendrado na dinâmica estesiológica e ontológica, revigorada na experiência especificamente estética. O comprometimento com o mundo, a abertura a uma participação mais efetiva, que não recusa o novo é um ato fundamental para o sujeito, assumindo em sua humanidade as composições do mundo, fazendo dessa abertura uma irrupção de percursos nômades. Então, para que ocorra a experiência estética, mundo e sujeito não se polarizam, mas se invertem, se interagem e se complementam. Essa experiência, síntese do entrecruzamento da reflexão com o sentimento é para a experiência educativa uma nova mediação. Há na capacidade de apreensão do sensível a possibilidade de enriquecimento da prática pedagógica, fertilizando a discussão que ultrapassa a arte e perpassa por todas as possibilidades de conhecimento. Então, a educação em seu encontro com a estética e na reciprocidade entre a experiência e a consciência assume, na perspectiva fenomenológica, uma importância vital para o acontecimento da atitude estética diante do mundo e das coisas do mundo.

Título A cultura das disciplinas: a organização do conhecimento nas universidades brasileiras

ID 1242

Autores Glícia Gripp

Resumo: A questão da estrutura acadêmica da organização do conhecimento é criticamente importante tanto para o estudo do conhecimento que é produzido nas universidades, quanto para o estudo do ensino que nelas é ministrado. O mundo acadêmico contemporâneo não é um corpo unitário, mas sim um conjunto inter-relacionado de diferentes disciplinas que têm suas especificidades. As disciplinas compreendem um corpo de idéias e um corpo de pessoas dedicadas ou ao avanço do conhecimento e/ou à divulgação do conhecimento existente. A relação entre fatores cognitivos e fatores sociais e organizacionais dá origem a uma rica variedade de características. Trabalhos anteriores tendem a indicar que as disciplinas intelectuais não diferem apenas por seus domínios de conhecimento, mas também pelas regras e meios de aquisição do conhecimento, pela legitimação deste, pela sua divulgação para as novas gerações, no estabelecimento de normas da carreira acadêmica, como também por questões práticas, e também por comportamento eleitoral, por crenças diversas e crenças religiosas, por hábitos acadêmicos e sociais. A natureza e a extensão dessas diferenças nos levam a considerar as várias disciplinas acadêmicas como culturas distintas. Esta comunicação tem por objetivo a discussão de dados qualitativos preliminares de uma pesquisa em curso sobre duas disciplinas ou “tribos acadêmicas” – a filosofia e a história –, juntamente com a discussão do material bibliográfico disponível da área (bastante restrito no Brasil), que sugerem que as características principais de uma cultura disciplinar podem ser consideradas como uma ordem moral que define crenças básicas, valores e normas.

Título Repensar o tema da barbarie a partir da pessoa e do diálogo

ID 1603

Autores Katia Mendonça

Resumo: O objetivo é discutir as perspectivas do conceito de barbárie em especial no século XX e mostrar os limites que o conceito tem em autores como Theodor Adorno, Max Horkheimer e George Steiner. Importa destacar que o conceito adquire uma conotação ética, ao invés de étnica, em particular a partir da experiência de Auschwitz, mas ainda preso aos limites da razão instrumental nos autores acima citados. A partir disso, apontar como podemos construir novas perspectivas teóricas a partir de um diálogo com Paul Ricoeur, Martin Buber e Emmanuel Mounier. Em que medida os olhares a partir dessas filosofias podem contribuir para uma discussão no campo das ciências sociais, em especial no da sociologia ética como desenvolvido por Paul Ladrière, para mudanças na abordagem sociológica de outros temas como a violência e a educação. Como repensá-lo a partir de uma perspectiva dialógica é a nossa proposta.

Mesa: Teoria e Relações Intergrupais - 6 de Fevereiro - 18h30 - 104

Moderador: Glícia Gripp

Título Pobreza e a preservação dos direitos da juventude brasileira: aparatos legais e sócio-políticos

ID 1042

Autores Neide Aparecida de Souza Lehfeld, Mirella Brito, Lucas de Souza Lehfeld

Resumo: Estudar o fenômeno da pobreza no País e no mundo não é tarefa simples, várias abordagens já foram feitas a essa temática, seja em nível quantitativo, empírico, em que se procuram traçar linhas de pobreza e de indigência, principalmente nos estudos realizados pelo Banco Mundial, ou seja, ao tratamento da pobreza como raiz da questão social. Longas análises já foram travadas em torno do atendimento desse pobre que não consegue acesso a serviços sociais em geral. Enfocamos a pobreza situada na contradição capital/trabalho, produzida pelo sistema capitalista que se torna uma questão social plantada no coração da sociedade. Assim, são justificáveis os vários esforços e compromissos políticos em torno do atendimento dos direitos humanos e sociais por meio da garantia de um sistema de proteção social. Isto nos remete à formação do Estado Social pós-revolução industrial ou o compromisso, em pleno século XX em torno do estado de bem-estar. Em termos de recursos, POCHMANN (2002) afirma que apesar do Brasil possuir uma carga tributária muito alta, próxima de 600 bilhões de reais (36% do PIB), não existem condições suficientes para a ampliação da inclusão social. Há no Brasil uma geografia da pobreza, podendo-se determinar indicadores sociais e uma comparação social e política das desigualdades regionais. Essa realidade condiciona as famílias em situação de vulnerabilidade social a colocar seus filhos como trabalhadores informais retirando-os da escola. Constata-se a premência de implantação de políticas e programas sociais pautados na busca dos direitos e cidadania.

Título Modelo Integrativo de Explicação do Sentimento de Insegurança

ID 1048

Autores Miguel Valério

Resumo: Embora a literatura nos apresente diversos estudos sobre o sentimento de insegurança, os mesmos apenas começaram a evidenciar alguma preocupação com o suporte teórico recentemente, visto que “muitos dos estudos sobre o medo do crime [sentimento de insegurança] foram realizados sem qualquer expectativas teóricas” (Beek, 2004, pp. 2-3), visto que usavam dados secundários de inquéritos nacionais, reanalizando-os. Numa análise que realizamos recentemente (Valério, 2007), verificamos que os artigos que abordam directamente diferentes modelos teóricos sobre o sentimento de insegurança apresentam dezassete nomenclaturas diferentes para os referidos modelos, embora se constate que em alguns casos, a única alteração é a da nomenclatura do modelo teórico e que, em outros, o que se verifica é a agregação ou desagregação de modelos abordados por outros autores. Nesta sequência, o trabalho que aqui apresentamos propõe um “novo” modelo, que designamos por global, visto termos verificado que embora todos os modelos analisados apresentem aspectos diferentes do sentimento de insegurança, abordam ao mesmo tempo aspectos comuns, sendo possível de encontrar uma relação entre todos esses modelos, sugerindo assim que estas diferentes perspectivas fazem parte de um modelo geral e global de explicação do sentimento de insegurança.

Título Memória e Esquecimento: histórias de um Brasil Profundo

ID 1234

Autores Elis Cristina Fiamengue, Dulce Consuelo Andreatta Whitaker

Resumo: Esta comunicação pretende discutir as relações entre memória e esquecimento no contexto do que estamos chamando de Brasil Profundo (expressão utilizada por D’Incao, 2000) e sobre o qual pouco conhecemos. O historiador Luiz Felipe de Alencastro, já no início dos anos 90 apontava para esta lacuna das Ciências Humanas. No entanto, este Brasil está vagarosamente vindo à tona, em parte graças à revivescência da História Oral. A História Oficial, em seu apego aos grandes acontecimentos e aos personagens da classe dominante, passava, freqüentemente, ao largo desse Brasil. O materialismo dialético, apesar das suas elegantes linhas que desvelam o sentido da totalidade histórica, despreocupou-se do sujeito e de suas memórias, os verdadeiros “arquivos” que nos dão notícias desse Brasil. E, no entanto, esses sujeitos teimaram sempre em se manifestar através de cabanagens, balaiadas, quilombos, etc.. Em meados do século XX os grandes intérpretes do Brasil costumavam excluir tais manifestações como pré-políticas ou apolíticas, incidentais, etc. O ressurgimento da História Oral se apresenta hoje como oportuno ao resgate desse Brasil. Podemos hoje captar as “Vozes do Passado” e re-construir através da narrativa de descendentes e continuadores, a força telúrica que sustenta esses excluídos, especialmente na zona rural. A idéia dessa comunicação é justamente fazer um balanço dos trabalhos que já penetraram esse Brasil dos excluídos e discutir temas relativos a esse Brasil que ainda aguardam pesquisadores.

Título Consumo popular, fluxos globais: práticas, articulações e artefatos na interface entre a riqueza e a pobreza

ID 989

Autores Claudia Sciré

Resumo: Esta comunicação tem a intenção de demonstrar o exercício de uma prática de pesquisa etnográfica que articula questões globais, como os fluxos de capital globalizado, com as formas cotidianas de viração e gestão de recursos no interior do orçamento doméstico. Parte-se de uma pesquisa de mestrado que busca compreender as alterações nas práticas de consumo entre populações mais pauperizadas, residentes de uma região periférica da cidade de São Paulo, Brasil. Será demonstrado como no estudo das práticas de consumo torna-se praticamente impossível empreender uma análise que conceba a periferia como local isolado da riqueza. Ao contrário, faz-se frutífero realizar uma etnografia que considere as mediações e conexões presentes nestas conjunções entre os fluxos da riqueza globalizada no espaço e nas práticas de aquisição de bens dos moradores da periferia. Apela-se, portanto, para um modelo de etnografia multi-situada (Marcus, 1998) – uma etnografia de múltiplas perspectivas que leve em consideração as características do sistema mundial com o qual o campo de observação dialoga, além de realizar um trabalho de campo que considere pessoas e símbolos ultrapassando lugares e fronteiras e estabelecendo conexões ao longo de várias escalas. Ao trabalhar com esta justaposição de fenômenos tidos como separados – como o consumo da pobreza e os fluxos globais do capital – extingue-se dicotomias que serviam para separar o campo empírico da situação na qual está imerso, como exclusão e inclusão social, local e global, pobreza e riqueza. Assim, a análise aqui apresentada pretende contribuir com novas questões sociológicas que cruzam as fronteiras do campo etnográfico tradicional.

Mesa: Teoria, Metodologias e Ciências Sociais - 6 de Fevereiro - 18h30 - 216

Moderador: Jean-Martin Rabot

Título Repensar o tema Barbárie a partir da perspectiva da pessoa e do diálogo.

ID 32

Autores Katia Mendonça

Resumo: O objetivo é discutir as perspectivas do conceito de barbárie em especial no século XX e mostrar os limites que o conceito tem em autores como Theodor Adorno, Max Horkheimer e George Steiner. Importa destacar que o conceito adquire uma conotação ética, ao invés de étnica, em particular a partir da experiência de Auschwitz, mas ainda preso aos limites da razão instrumental nos autores acima citados. A partir disso, apontar como podemos construir novas perspectivas teóricas a partir de um diálogo com Paul Ricoeur, Martin Buber e Emmanuel Mounier. Em que medida os olhares a partir dessas filosofias podem contribuir para uma discussão no campo das ciências sociais, em especial no da sociologia ética como desenvolvido por Paul Ladrière, para mudanças na abordagem sociológica de outros temas como a violência e a educação. Como repensá-lo a partir de uma perspectiva dialógica é a nossa proposta.

Título Antropologia e História: modos de relação

ID 176

Autores Sônia Ferreira, Sônia Ameida, Tiago Silva

Resumo: Na actualidade a Antropologia confronta-se com a proliferação de novos tópicos etnográficos, anexa campos de investigação empírica diversificados (Descola, 2005:65) e reposiciona-se metodologicamente. A Antropologia incorpora a necessidade de diálogo com outras disciplinas, nomeadamente com a História, trânsito disciplinar que tem vindo a ser protagonizado por diferentes gerações de antropólogos, ao qual Yelvington (2002:243) atribui a designação de "historical turn". A partir de três investigações de doutoramento em Antropologia - a resistência operária feminina, em Almada no período do Estado Novo, as Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975) e o corpo autónomo dos Comandos na Guerra Colonial portuguesa - procurar-se-á confrontar práticas etnográficas que se deparam com a dificuldade de adaptação metodológica a uma ciência ainda tendencialmente presentista.

Título Presença da Teoria Crítica nas Ciências Sociais Brasileiras

ID 251

Autores Céli Regina Pinto

Resumo: A comunicação tem como objetivo discutir a presença da Teoria Crítica na produção das Ciências Sociais brasileiras, mormente a Ciência Política e Sociologia da atualidade. Tem como hipótese que a Teoria Crítica ocupa um espaço relevante desde o processo de redemocratização no Brasil e atua como uma teoria de caráter analítico profundo e de teor normativo, fundamentalmente discutindo temas de participação política, direitos, distribuição e reconhecimento.

Título As Regras do Método Sociológico: A Contribuição Crucial de Durkheim Para a Fundação de uma "Ciência da Moral".

ID 606

Autores Raquel Weiss

Resumo: Uma das principais contribuições da obra de Émile Durkheim consiste em sua proposta de fundar uma "ciência da moral", leia-se, de uma "sociologia da moral", o que significou uma forma de abordar as questões morais diversa daquela que tinha lugar na filosofia. Para tanto, o autor teve que elaborar uma nova "teoria moral", de tal modo que a moral pudesse ser definida e compreendida de acordo com as premissas gerais de sua teoria sociológica. No entanto, se esta era uma etapa necessária, não era uma etapa suficiente. Era preciso que fosse estabelecido um método, um conjunto de procedimentos que tornassem possível esse conhecimento "científico" da moral pretendido pelo autor. Diante dessas considerações, nesta apresentação proponho discutir de que maneira o envolvimento de Durkheim com o processo de criação da Ciência da Moral o levou a um debate propriamente metodológico, cujo resultado foi a proposição desse conjunto de procedimentos a serem seguidos no processo de investigação da moral. Quanto a isso, serão defendidos dois argumentos principais. O primeiro refere-se à tese de que essa teria sido a contribuição peculiar a esse empreendimento, de fundar uma Ciência da Moral, que vinha sendo perseguido há pelo menos um século pelos precursores da Sociologia. O segundo argumento a ser desenvolvido concerne à tese de que os principais textos durkheimianos sobre a moral, inclusive sua própria definição desse conceito, devem ser entendidos como o resultado de seu esforço em aplicar rigorosamente suas regras metodológicas ao terreno da realidade moral.

Título Grounded Theory: Uma avaliação com base em estudos em língua portuguesa

ID 730

Autores Fausto Amaro

Resumo: Desde a publicação da obra clássica de Glaser e Strauss em 1967 têm sido realizados, em todo o mundo, muitos trabalhos baseados no conceito da grounded theory. Esta comunicação procura avaliar o impacto desta metodologia na pesquisa sociológica dos países de língua portuguesa, analisando as dificuldades na pesquisa de campo e os resultados teóricos alcançados. A comunicação baseia-se na análise dos trabalhos publicados que seguiram este modelo de investigação e no tratamento dado à grounded theory em obras de carácter metodológico publicadas em língua portuguesa.

Colonialismo, Neocolonialismo e Estudos Pós-Coloniais

Mesa: Ciências sociais, teorias e o colonialismo - 4 de Fevereiro - 19 horas - 218

Moderador: Denise Dias Barros

Título Los cambios en la representación de la idea de tiempo a partir del concepto de "long moyen age"

ID 168

Autores Israel Sanmartín

Resumo: Tomaré el concepto de "Long Moyen Age" desarrollado por Jacques Le Goff y por Jérôme Baschet para contraponerlo al concepto de "renacimiento" desarrollado por Walter Mignolo en su libro "The Idea of Latin America". El fin del trabajo será contraponer, analizar y desarrollar un estudio comparativo para resituar el tiempo y las cronologías en los estudios sobre la idea de América Latina y su representación, con el objetivo de plantear una crítica a los estudios de Walter Mignolo y de desarrollar la idea de una "long moyen Age" asociada a los estudios postcoloniales

Título A Sociologia e a circulação das idéias: o desenvolvimento

ID 726

Autores Elide Rugai Bastos

Resumo: A partir do exame da revista América Latina publicada pelo Centro Latino Americano de Pesquisas Sociais, localizado no Rio de Janeiro, o projeto pretende discutir o papel assumido pela Sociologia nos anos 1960 nos países latino-americanos, associada ao debate sobre o desenvolvimento. Fazendo diagnósticos que definem os problemas característicos dessas sociedades ou apontando propostas de superação dos obstáculos inerentes a essa situação, há uma notável circulação das idéias que opera na direção da sistematização da Sociologia no continente. Trata-se de uma segunda etapa dessa sistematização que fora iniciada nos anos 30, agora com característica de: tratar-se de uma

sociologia crítica. A pesquisa, além do exame dos artigos publicados por esse periódico, como segundo passo da investigação, procurando estabelecer um quadro de referência, buscará proceder à reconstituição da temática abordada por livros e revistas de diferentes países produzidos por escritores que assumem importância nesse debate. Um dos pontos importantes desse exame é a comparação do diagnóstico das diferentes regiões latino-americanas efetuado por seus intelectuais. Autores como Gino Germani, Fernando Henrique Cardoso, Pablo Gonzáles Casanova, colaboradores da revista, mais tarde ocuparam em seus países – Argentina, Brasil e México – tornaram-se importantes protagonistas políticos no continente.

Além disso, vários dos golpes militares que fundaram ditaduras na América Latina encontram previsões claras em inúmeros trabalhos desse periódico.

Título Etnografia em questão. Reflexões sobre as interações e demandas que se organizam a margem do fazer científico
ID 1210

Autores Denise Dias Barros, Marina Berthet, Knut Graw

Resumo: Dois objetivos entrelaçam-se na apresentação desta comunicação. De um lado, uma preocupação de natureza epistemológica e ética que busca uma abordagem reflexiva do trabalho de campo de longa duração. De outro, um questionamento das relações de poder e de gênero que se impõe no fazer antropológico e suas implicações no campo dos estudos pós-coloniais. Pretendemos discutir como se estabelece o contrato e as negociações de interesses - nem sempre convergentes - entre pesquisadores e colaboradores. Nos perguntamos como os colaboradores locais interrogam, modificam e acrescentam dimensões outras à atividade de pesquisa do antropólogo em campo. Quais tipos de solicitações emergem por parte destes colaboradores e de que forma suas perspectivas e seus projetos deslocam os pesquisadores? Estas perguntas se impuseram durante o trabalho de campo, mas não houve, por parte dos pesquisadores, a intenção de procurar, naquele momento, respostas sistematizadas a estas perguntas. O período que sucedeu o trabalho de campo propiciou uma reflexão sobre o fazer científico. Constatamos a existência de formas de interação semelhantes, mas elaboradas em contextos diferentes e fruto das experiências de cada um dos três pesquisadores separadamente: Senegal, Gâmbia, a região Dogon da República do Mali e as ilhas de São Tomé e Príncipe. Tornou-se evidente que os atores no campo interagem e impõem modalidades de registro de dados, de relações e dinâmicas, modificam a qualidade das informações obtidas, definem a sua compreensão da problemática estudada e propõem uma visão pessoal de alguns períodos históricos vividos (tais como colonialismo e neocolonialismo).

Título História é cultura: colonialismo e decolonialidade de saberes históricos

ID 1433

Autores Maria Antonieta Antonacci

Resumo: A partir de investigações em circuitos de culturas orais entre Brasil/África/Portugal trabalhamos com cosmogonias de ancestrais matrizes orais em injunções letra/voz/imagem, surpreendendo viveres, falares, costumes, valores, tradições orais africanas e afro-descendentes que permitem reflexões historiográficas na contra mão de conceitos e noções dominantes. Com sustentação em argumentações de Walter Benjamin, de lideranças do movimento da negritude como Frantz Fanon e Aime Césaire e de estudiosos contemporâneos propomos perspectivas de abordagens de História da África e da Afro-Diáspora enfrentando colonialidades de saberes históricos.

Mesa: Tensões e narrativas culturais: globalização, particularidades e cruzamentos - 5 de Fevereiro - 11h15 - 311

Moderador: Cristiana Bastos

Título A medicalização da oclusão e o testemunho do exílio: a lepra no dédalo da memória e do esquecimento

ID 250

Autores Alice Cruz

Resumo: Na esteira da medicalização da lepra, escorada em finais do século XIX, a leprosaria como estratégia profiláctica reergueu-se entre as sociedades centrais. O advento da terapêutica sulfônica, em meados do século XX, derribou a segregação disciplinar e a lepra metamorfoseou-se em Doença de Hansen. A história da leprosaria moderna e das pessoas nela internadas compulsivamente vem sendo expelida para as malhas do esquecimento público. Partindo de uma investigação etnográfica e documental conduzida na última leprosaria portuguesa, o Hospital-Colônia Rovisco Pais, apelar-se-á a uma hermenêutica pós-colonial que inquiras as razões dessa rasura. Em vista à indagação crítica do referido processo epistémico e político de ocultação disciplinar e histórica, examinar-se-á o discurso oficial das entidades médicas e políticas, em articulação com o resgate da memória experiencial do exílio sanitário, através do testemunho das pessoas que padeceram desta enfermidade e das respostas sociais de exclusão que lhe são contíguas. O escopo da análise visa o desenlace analítico do paradoxo que sutura a visibilização de uma nosologia biomédica com a invisibilização dos sujeitos enfermos, a destrinça dos mecanismos que sustentam a persistência da inscrição pública do estigma como ontologia dos doentes de lepra e o desvelar da intencionalidade e da experiência dos últimos. Esta reflexão acarreta, por um lado, uma ponderação acerca da fecundação mútua entre as categorias biomédicas e a naturalização da ordem social e, por outro, uma consideração da reflexividade e das práticas de sujeitos subalternos fora de molduras interpretativas que encerram a agência na antinomia entre poder e resistência.

Título Liberalismo e Religião na Província de Minas Gerais (Brasil) no século XIX através da Imprensa.

ID 668

Autores Heiberle Hirsberg Horácio

Resumo: Nossa pesquisa objetivou a compreensão da construção da sociedade civil e do espaço público brasileiro no início de sua formação, no processo da Independência brasileira e no Primeiro Reinado. Esta construção pode ser verificada como resultante de opções e esforços de grupos sociais e de suas elites políticas, eventualmente a elite política

mineira, sendo aqui analisados no sentido proposto por Antônio Gramsci em busca do “consenso” ou para Pierre Bourdieu, uma “luta simbólica pela produção do senso comum”. Norteados teórico-metodologicamente pelos novos estudos de História Política, (que privilegiam a compreensão do político em relação com outros agentes sociais, na construção do Estado), que buscamos o entendimento da implementação das idéias liberais em Minas, através da imprensa. Nessa “Nova História”, podemos também, encontrar algumas inovações que podem nos permitir pensar outras possibilidades relacionais entre história e religião, além das institucionais de Estado e Igreja. Buscamos então analisar esse movimento político arrolando a Igreja como elemento essencial: devido à proeminência desta na gestão sócio-cultural da província, reveladora do ethos de uma população mineira pós-barroca assaz religiosa, do papel de incubadora desse processo político e pela atuação de destaques dos padres em meio às elites brasileiras. Utilizamos como fonte os periódicos desse período: da capital Ouro Preto e da cidade episcopal de Mariana, pois os consideramos um dos principais depositários da memória política desse momento, nesse contexto um mecanismo eficaz para construção dos conceitos que orientaram esse processo supracitado e um instrumento para se captar a cultura política dessa sociedade e suas representações.

Título Práticas e saberes criados por assentados da reforma agrária em Minas Gerais

ID 1070

Autores Eloy Alves Filho, Arlete Salcides

Resumo: No contexto em que se destacam as lutas de diferentes grupos organizados em favor da ampliação de autonomia e de participação de trabalhadores rurais na superação de dificuldades que afetam o cotidiano de suas vidas, realizamos um estudo que objetivou analisar práticas e saberes criados por assentados da reforma agrária residentes em 07 (sete) Projetos de Assentamentos localizados em quatro diferentes regiões do estado de Minas Gerais, no Brasil. Abordou-se, de maneira especial, o grau de satisfação dos assentados com a reforma agrária. Os dados revelaram que os saberes tradicionais ainda são utilizados no processo produtivo e nas atividades cotidianas. Estes saberes, uso de técnicas conservacionistas de produção e de medição ou de ferramentas improvisadas, revelaram-se altamente viáveis, de baixo custo e criativas. As técnicas produtivas transmitidas pela assistência técnica são, em sua maioria, tradicionais. A assistência técnica pública, disponibilizada aos assentados foi considerada por eles insuficiente e insatisfatória. Os assentados manifestaram satisfação com a Reforma Agrária quanto ao acesso à terra, à habitação e à educação. A análise possibilita afirmar, com base nos depoimentos dos participantes, que a reforma agrária em Minas Gerais ainda precisa avançar em termos de atender as reais necessidades e interesses da população do campo. Quanto à satisfação dos jovens com a reforma agrária e a vida no campo, encontrou-se uma carência enorme de alternativas de trabalho, educação, cultura e lazer, que viessem atender às demandas da sociedade moderna que se encontram apenas no meio urbano.

Título Limites e fronteiras: velhas e novas histórias em território amazônico

ID 1105

Autores Célia Regina Pereira de Toledo Lucena

Resumo: Sob a perspectiva da história cultural foi possível formular novos olhares sobre velhas e novas histórias na Amazônia Sul Ocidental. O espaço sofre demarcações e ocupações desde o século XVI até os dias atuais. O território fronteiriço (Brasil, Peru e Bolívia) que foi espaço demarcado por meio de tratados entre Portugal e Espanha, na segunda metade do século XIX se transforma em eldorado, após a exploração da borracha, a resina até então desconhecida na Europa. Nos dias atuais os discursos baseados em desenvolvimento sustentável e na integração provocam no contexto das populações fronteiriças mudanças que transcendem os âmbitos locais, que corresponde a interesses de determinados de grupos econômicos e interesses estratégicos de comunicação fazendo parte da política tri-nacional. O processo de colonização na região foi sempre marcado com conflitos, a princípio entre Portugal e Espanha, posteriormente entre diversos países sul-americanos. Assim sucedeu a ocupação do Estado do Acre, que acabou passando da Bolívia ao Brasil. Da mesma forma seringueiros afungentaram indígenas, a agropecuária afastou seringueiros e nos dias atuais os cultivos vinculados ao biocombustível afastam a exploração da pecuária. A fronteira em questão é hoje uma região dinâmica e pode ser entendida sob as perspectivas das novas linguagens da nova história cultural.

Mesa: Retórica colonial, escritas pós-coloniais - 5 de Fevereiro - 14h30 - 101

Moderador: Carlos Subuhana

Título Fundamentos do Movimento Pan-africano: Referências a Cabo Verde

ID 945

Autores João Octávio da Rocha Nascimento

Resumo: O século XIX foi denso quanto a arbitrariedades cometidas e ao exercício de violência responsável por horrores. Além dessas arbitrariedades, é necessário ter em conta as crueldades advenientes da violência institucional e simbólica, no caso das relacionadas com as questões raciais dos negros, considerados na sua grande maioria apenas indivíduos, por vezes cidadãos, mas sempre de segunda. Essa situação, a partir da modernidade, tem raízes históricas - estruturais no tráfico de escravos, elemento fundamental do sistema colonial do século XVI, e foi reforçada pelo imperialismo nos finais do século XIX em África. De acordo com uma nova consciência planetária, apenas os ocidentais podiam conceber e apresentar ideias sobre os povos coloniais, pois nada era mais natural do que a submissão das raças asiáticas e africanas, reduzidas a subprodutos. A situação de precariedade e de humilhação sofrida pelos negros ajudavam a architectar um conjunto de manifestações diversificadas que incluíam escritos de intelectuais negros, promoção de conferências e congressos, ao lado da fundação de associações de diferentes âmbitos de actuação, configurando o movimento pan-africano. XXXXX Na sua génese, o movimento pan-africano esteve voltado para a reabilitação do ser negro a partir da segunda metade do século XIX, na diáspora, fazendo parte dele, negros da África ocidental e oriental inglesa, ocidental e equatorial francesa e das colónias da África portuguesa, não obstante a maior dinâmica revelada pela África ocidental de colonização britânica, decorrente da especificidade histórico-cultural dessa região, onde o processo de escolaridade era antigo.

Título Consciência nacional angolana na obra teatral de Pepetela

ID 1095

Autores Malgorzata Czart

Resumo: Nos países pós-coloniais, como Angola, a literatura é um elemento importante para a construção de uma identidade nacional. Um dos escritores angolanos plenamente dedicados à questão da “angolanidade” é Pepetela, pseudónimo literário de Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos. Embora este autor seja mundialmente reconhecido como romancista, entre as suas obras encontram-se também duas peças de teatro: “A Corda” (1976) e “A Revolta da Casa dos Ídolos” (1979). Em ambos os textos Pepetela toca em problemas essenciais para o desenvolvimento da unidade nacional angolana, tais como: tribalismo, racismo, oportunismo ou influências indesejáveis das potências internacionais.

“A Corda” é uma curta peça política, dirigida à criação duma consciência nacional. O seu motivo central é um jogo alegórico de puxar a corda, em que o prêmio final é o direito de governar Angola. Por um lado, há o povo angolano, representado por cinco combatentes anónimos, enquanto por outro lado há uma equipa imperialista. A dimensão simbólica da peça é adicionalmente acentuada pela figura do árbitro, o bailarino tradicional Likishi, que aponta para o significado das crenças tradicionais em Angola. “A Revolta na Casa dos Ídolos” é uma peça histórica em que os eventos históricos dos tempos da colonização servem como a metáfora do presente. A peça retrata um levantamento popular contra os padres portugueses e contra os chefes angolanos aliados aos portugueses, em resposta à proibição do culto dos fetiches tradicionais. No entanto, o texto pode ser lido como uma parábola sobre a tentativa de golpe do estado de Nito Alves.

Título Do local ao global: o “mundo português” da exposição de 1940 em postais ilustrados

ID 1429

Autores Moisés Martins, Madalena Oliveira, Miguel Bandeira

Resumo: Da História à Antropologia e da Sociologia à Semiótica, desde sempre as Ciências Sociais acentuaram a estreita relação da imagem com a memória. Convocando sobretudo a sócio-anthropologia de tradição francesa, que estabelece a ligação das imagens com a formulação de imaginários sociais, propomo-nos regressar à Exposição do Mundo Português, realizada em Lisboa, em 1940. Exponente apoteótico dos valores marcantes do Estado Novo, a Exposição do Mundo Português coroou a empresa dos centenários da Fundação e da Restauração da nacionalidade, comemorando oito séculos de independência do país (1140) e três da independência reconquistada (1640), com referências também ao quarto centenário, que representava «o fastígio do Império», fixado em 1540. Centrando-se no tempo histórico, mas igualmente no «actual espaço imperial», percorrendo as épocas medieval, imperial e brigantina, a Exposição foi uma majestosa realização da «política do espírito», apregoada desde 1932, e exaltou o «mundo português» como um oásis de paz, que Saint-Exupéry descreveu todavia como uma «espécie de paraíso claro e triste». A Exposição está documentada em postais ilustrados que fixaram uma imagem das várias identidades locais, do Minho a Timor, passando pela América, África e Ásia, definindo o global português da primeira metade do século XX. Do traço das casas às tonalidades da pele e à toponímica das ruas, praças e pavilhões, todas as variações culturais da grande aldeia colonial do mundo português estão registados na escala de cinzentos com que se ilustrava o verso dos bilhetes postais, na idade de ouro deste meio de comunicação. A partir de uma amostra da colecção editada por ocasião da Exposição, vamos examinar, com um olhar sócio-anropológico, estes registos historiográficos, arquitectónicos, geográficos e etnográficos.

Título “O herói Serpa Pinto”: apontamentos sobre a instrumentalização ideológica de um explorador africanista.

ID 1499

Autores Nuno Resende

Resumo: Com este trabalho pretendemos analisar o tratamento ideológico da figura do explorador, diplomata e militar Alexandre Alberto da Rocha de Serpa Pinto (1846-1900) no contexto social, político e diplomático do Estado Novo, focalizando o período entre a Primeira e Segunda Guerras Mundiais (1914-1945). De notar que esta época é particularmente importante na compreensão do gizar de novas políticas no contexto de administração territorial em África, motivadas pelas delimitações e acertos decorrentes do tratado de Paz de 28 de Junho de 1918. Através da leitura de obras literárias e históricas (de carácter apologético) e fontes iconográficas queremos compreender as preocupações do regime emergente no controlo propagandístico da figura do explorador que se destacou na política externa de Portugal nos finais do século XIX.

Título “‘Kalashnikovs, not Coca-Cola, bring self-determination to Angola’: As duas Alemanhas, a ‘África Portuguesa’ e a retórica do excepcionalismo colonial”

ID 1519

Autores Luís Madureira

Resumo: Esta comunicação pretende colocar em questão a conhecida retórica do excepcionalismo colonial. Como o título — um slogan do antigo NVA (Nationale Volksarmee, ou, o Exército Nacional Popular da ex-República Democrática Alemã) — o sugere, o nosso propósito é de investigar as relações diplomáticas e comerciais que elaboraram as duas repúblicas alemãs na África lusófona durante a guerra fria. Procuramos demonstrar que estas relações evidenciam continuidades inequívocas e significativas com regimes de poder colonial, ou aspectos concretos daquilo que Aníbal Quijano denomina “a colonialidade do poder.” Consideramos que a existência de tais continuidades nos permitem alcançar um conhecimento tanto mais profundo quanto complexo do colonialismo em geral. Por outro lado, visamos criticar, duma perspectiva comparatista, a retórica do excepcionalismo colonial, já, que a Alemanha, tal como Portugal, é também uma das potências coloniais que defende, através da chamada Sonderweg, a tese da “diferença colonial.”

Título O colonialismo e a produção do mito da “especificidade” caboverdiana

ID 300

Autores Víctor Baptista Varela de Barros

Resumo: O colonialismo se afirma como um sistema e uma modalidade de produção e reprodução das relações de poder em contexto de dominação. Ao mesmo tempo que, no decurso da história, o colonialismo também se revela

(inesperadamente) como um sistema de produção diferenciada de identidades e de reprodução de identidades diferenciadas. É neste sequência que podemos formular a ideia fundamental sobre a forma como o colonialismo tenta formatar o mundo colonial, apresentando-o como uma totalidade homogênea: estamos assim perante a [re]produção das figuras de alteridade que o sistema imprime no mundo colonial. É na produção das suas figuras de alteridade que o discurso colonial funda a ideia e o mito da especificidade caboverdiana no contexto da colonização portuguesa. Não podemos descurar que a ideia da especificidade caboverdiana assenta sobre o discurso da mestiçagem; por outro lado, é sobre esta mesma ideia que a representação da mestiçagem formatou o discurso da diferenciação do “caso” caboverdiano no contexto colonial português. Assim, a ideia de especificidade é uma construção profundamente tributária das representações postas em destaque pela propaganda colonial do Estado Novo, tanto através da representação de Cabo Verde como uma região de Portugal (atlântica e insular), como também através da sua representação como um pequeno Brasil. Não menos verdade é também o facto de essa ideia de especificidade ter sido internamente apropriada pelo discurso caboverdiano e constantemente reproduzida como factor de um aparente distanciamento de Cabo Verde numa falsa teleologia de uma história colonial que, por vezes, se pretende linear, unidireccional e “homogeneizante”. Entretanto, esquecemos que todos os contextos coloniais produzem as suas próprias especificidades e, ainda no contexto pós-colonial, continuamos (inconscientemente) presos na miopia da reprodução das reminiscências e das representações herdadas do próprio colonialismo. Dois factos atestam esta perspectiva: primeiro, a forma como em Cabo Verde se deu, a apropriação das influências do lusotropicalismo na formatação da representação mestiça da sociedade caboverdiana como um caso regional do mundo português e numa tentativa de aproximação cultural do arquipélago à metrópole; segundo, a forma como ainda hoje vários discursos tentam situar Cabo Verde como “caso à parte” estilizado na encruzilhada cultural da África e da Europa.

Mesa: História e cultura da África e Afro-Brasileira e a contribuição das populações de matrizes africanas no Brasil - 5 de Fevereiro - 14h30 - 104

Moderador: Patrícia Ferraz de Matos

Título Ecos da Balaiada em Caxias - Estado do Maranhão - Brasil: memória e tradições orais de idosos/as como patrimônio imaterial da cidade

ID 856

Autores Maria Bertolina Costa, Maria Dione Carvalho de Moraes

Resumo: Caxias, cidade localizada a 360 km da capital do Estado do Maranhão, no Brasil, antiga vila no sertão do gado, no século XIX foi palco das lutas de resistência à independência do Brasil, de Portugal. No rastro dessa luta, emerge a Balaiada, movimento social popular do sertão e de sertanejos/as, ocorrido entre 1838 a 1841, nos atuais Estados do Maranhão, Piauí e Ceará. O movimento radicalizou-se em 1839 com a ocupação de Caxias pelos denominados “Balaios”. Ali, as diversas forças dos “Balaios” se reuniram havendo uma coesão entre as lideranças. Estudar a Balaiada, na perspectiva da memória e tradição orais, exigiu um estudo mais apurado da historiografia e das fontes orais. Nesse sentido, ao lançarmos um novo olhar sobre a historiografia, percebemos que foi construída, praticamente, com base em fontes escritas. Assim, o uso das fontes orais ainda é uma lacuna no espaço investigativo sobre o movimento em Caxias. Nessa direção, através da tradição oral, trabalha-se a memória social da Balaiada, objetivando apreender conteúdos simbólicos, sentidos e significados sobre esse movimento, tendo como interlocutores idosos/as da cidade os/as quais, através de suas lembranças – trabalhadas, no ato da pesquisa, através de entrevistas-narrativas – no conjunto de atos individuais e coletivos, dão materialidade e espessura política ao amplo espectro dessa abordagem, inclusive, no sentido de pensar tais narrativas, como patrimônio imaterial da cidade, possível de inclusão em políticas públicas voltadas para esse fim.

Título Os Manifestos, o debate público e a proposta de cotas para negros nas universidades públicas no Brasil

ID 1268

Autores Alexandre Nascimento

Resumo: O trabalho analisa o debate a partir dos Manifestos contrários e favoráveis às cotas para negros nas universidades, que em 2006 e 2008 ampliaram o debate público sobre as políticas de cotas para negros no Brasil.

Mesa: Trânsitos coloniais e contemporâneos: efeitos da integração cultural 5 de Fevereiro 14h30 201

Moderador: Alice Cruz

Título Relatos orais: Diferentes olhares sobre a problemática colonial

ID 343

Autores Zeila de Brito Fabri Demartini, Daniel de Oliveira Cunha

Resumo: Este paper discute a importância da utilização de relatos orais de pessoas de origens sociais diversas para a compreensão da complexa problemática colonial, abordando narrativas dos que saíram e dos que ficaram na África. O fluxo de portugueses e luso-africanos para São Paulo na década de 1970 está associado a momentos agudos de crise vivenciados pelos mesmos na situação colonial. Entrevistamos imigrantes que vieram de Angola fugindo das difíceis situações pré e pós-independência, procurando compreender a complexa situação que envolveu a imigração desses chamados “colonos brancos” durante esse período, quem eram, suas representações sobre suas vivências na sociedade angolana e sobre a nação colonizadora. Entrevistamos também pessoas pertencentes às denominadas “populações autóctones”, verificando suas representações sobre aquele período e sociedade, na qual nasceram e permanecem. Utilizamos as histórias de vida resumidas na perspectiva da História Oral. Os imigrantes entrevistados falam da situação colonial não estando mais lá; suas representações são formuladas de forma mais distanciada e, ao mesmo tempo, muito crítica; as memórias revelam os pertencimentos a vários grupos, as alianças com as “minorias” dominantes e com os dominados, agora sob um “olhar” de quem já está em outro contexto. Os entrevistados que ficaram, negros ou mestiços,

permitem visualizar outras dimensões, acentuando a dominação a que estavam submetidos, a discriminação no atendimento as suas necessidades e nas relações sociais; um “olhar” de quem ficou e tenta “reconstruir” a nação. A utilização e a comparação dos relatos desses diferentes sujeitos evidenciam a complexidade das relações vivenciadas na situação colonial.

Título Imigrantes portugueses, mediações e tensões pós-coloniais

ID 751

Autores Douglas Silva

Resumo: A presente comunicação irá abordar as tensões pós-coloniais entre lideranças de associações de imigrantes portugueses no Brasil, com ênfase em São Paulo, no tocante às mediações entre tais lideranças junto aos Estados-nações português e brasileiro e os imigrantes, bem como a busca de legitimidade como intermediários culturais no âmbito de uma figuração de redes sociais específica.

Título A construção de um arquétipo grego apropriada a partir de uma vivência ancestral-espiritual africana

ID 887

Autores Katiúscia Ribeiro

Resumo: O objetivo deste trabalho é estabelecer um paralelo analítico entre o panteão dos deuses africanos do candomblé brasileiro e os seus correspondentes gregos, com o intuito de apontar possíveis similaridades e/ou apropriações. O mundo dos orisás revitaliza a existência humana individual e coletiva, na qual a presença dos orisás femininos e masculinos se complementam. Cada orisá representa um elemento da natureza e interfere nas relações sociais cotidianas, promovendo sociabilidade, transformação e projetando sempre uma nova visão de mundo. Na cultura grega o mesmo se verifica, ou seja, existe uma identificação entre as divindades e os elementos da natureza em consonância com os humanos. No entanto, uma das questões que diferencia deuses africanos e gregos é que entre os primeiros, a relação de cumplicidade e protagonismo que as deusas tem em relação aos deuses nem sempre é verificado entre as divindades gregas. No panteão africano, as orisás mulheres assumem um papel de cumplicidade nas relações sacro sociais. Identificar as possíveis similaridades entre os mitos africanos e gregos, através da comparação das divindades femininas gregas e africanas é o propósito desta investigação.

Título Os caminhos narrativos que nos levaram à Meca: da peregrinação individual à construção de uma história partilhada. O Islã em Songho (República do Mali)

ID 1041

Autores Mustafa Abdalla, Denise Dias Barros

Resumo: Nosso objetivo central é discutir a formação de identidades coletivas a partir de reflexão sobre adesão coletiva ao Islã e sobre o lugar da peregrinação à Meca narrada por homens e mulheres das primeiras gerações mulçumanas de uma localidade Dogon (Mali). Songho é vilarejo de cerca 2 mil habitantes que realizou uma adoção coletiva e exclusiva do Islã na década de 1930. Esta adesão, associada ao papel fundamental dos grupos de idade, define os contornos do exercício de distribuição de poder. Trata-se de estudo etnográfico, focando neste momento a história oral de vida, cujo trabalho de campo específico foi realizado em 2007. Interrogamo-nos sobre a importância da peregrinação para a arquitetura da religiosidade atual; sobre os itinerários desses deslocamentos além de refletimos sobre os sentidos presentes nos relatos e na memória dos peregrinos. É possível que do ponto de vista coletivo, essas transformações tenham respondido a questões de consolidação de redes sociais diante da pressão exercida pelos Fula em meados do século XIX e, posteriormente, pelos Tuculor. Tal pressão, renovada pelo colonialismo e pelo Estado do Mali após 1960, constituiu fator de mudança e influenciou as formas dos deslocamentos durante o século XX. Atualmente, as viagens e a migração sazonal para a capital, revigoram as trocas sociais mediadas pela linguagem religiosa. Os esforços pessoais e os sentidos dados pela memória às narrativas de vida evidenciam o fato de que a peregrinação continua a fornecer legitimação, prestígio e revitalização da experiência religiosa de homens e mulheres em Songho.

Mesa: Identidades linguísticas coloniais e políticas de língua - 5 de Fevereiro - 14h30 - 319

Moderador: Maria Benedita Basto

Título Literatura política e análise ideológica do colonialismo português, 1969-1975

ID 727

Autores Zeila de Brito Fabri Demartini, Daniel de Oliveira Cunha

Resumo: Os escritos pautados em circunstâncias políticas, denominados pelo conceito geral de literatura política, são um registro material de fundamental importância para o estudo das linhas de pensamento político em um determinado contexto histórico, geográfico e social. No caso do estudo sobre o moderno colonialismo português na África Austral, o levantamento e mapeamento de um vasto número de panfletos, tratados, manifestos e ensaios memorialísticos ou de testemunho, seguido pela sua análise e cruzamento de conteúdos, reflete em certa medida as clivagens havidas entre colonizadores e colonizados, entre classes sociais e profissionais e entre grupos organizados de pressão política e de interesses econômicos, servindo de contraponto e complemento aos relatos orais dos participantes da situação colonial, obtidos em pesquisa em andamento sobre migrações e colonialismo. Neste trabalho, primeiramente apresentamos um mapeamento mínimo das principais obras e autores da literatura política portuguesa e angolana, escritos durante a guerra de independência de Angola, num momento em que a luta pela legitimação de cada grupo esbarrava na censura mas transcendia as fronteiras do império, com a busca de apoio político no plano internacional. Em seguida, abordamos o conteúdo de alguns textos que surgiram após a ascensão do chamado “marcellismo”, em 1969. Neles, são criticados aspectos pontuais da política salazarista, sem porém haver a adesão explícita à causa dos movimentos de libertação. Em termos teóricos, discutimos se e como os seus apontamentos, muitas vezes incluídos em trabalhos técnicos, podem ser englobados no nosso conceito de literatura política.

Título Novos "Rajs", Velhas Rotas: Angola e a imagem do "Novo Brasil" no discurso colonial português do século XX
ID 813

Autores Diego Ferreira Marques

Resumo: Partindo de uma sobreposição de discursos e narrativas – envolvendo a chamada literatura colonial, relatórios administrativos, epistolografia e ensaísmo político – o presente trabalho discorrerá sobre a emergência e a cristalização da imagem projetada, na prática e na ideologia colonial portuguesa do século XX, da antiga colônia de Angola enquanto um possível “Novo Brasil”. Enfatizando a documentação produzida por agentes direta ou indiretamente implicados no processo colonizatório, entre as décadas de 1920 e 1940, procurar-se-á discutir as reconfigurações de uma mitografia histórica relativa à presença portuguesa na América, tendo em vista estratégias de irradiação, justificação e legitimação interna e externa da presença colonialista portuguesa em África. Ao enfatizar as consequências desse debate para a construção de uma idéia de urbe colonial, bem como sua inscrição no quadro mais geral das ações propagandísticas da “política do espírito” propugnada pelo Estado Novo, estarão em causa, ainda, questões mais específicas, tais como a centralidade temática do “Império” na vida pública portuguesa do período, a institucionalidade e as tentativas de institucionalização do fazer literário no âmbito do regime e as clivagens e nuances pretensamente estabelecidas no quadro das disputas inter-imperialistas travadas àquela altura. Espera-se, portanto, construir alguns diálogos com a historiografia consolidada sobre o tema, buscando reposicionar dados problemas e oferecer, por fim, sugestões teórico-metodológicas para o tratamento das fontes documentais elencadas.

Título Escritas em tempo de guerra: produção simbólica e desidentificações em Moçambique, 1964-1974

ID 846

Autores Maria Benedita Basto

Resumo: Quer do lado português quer do lado moçambicano, a guerra colonial e de libertação que se desenrolou entre 1964 e 1974 deu lugar a uma produção e circulação importante de escritas, poéticas ou não, centradas sobre a experiência da guerra e publicadas em jornais ou outros documentos, por vezes clandestinos. Ainda pouco ou nada estudadas, estas escritas oferecem não apenas uma entrada privilegiada para o conhecimento dos aparelhos de propaganda mas também para compreender as resistências e desvios que se produzem em relação às ideologias coloniais, anti-coloniais e pós-coloniais. Esta comunicação propõe uma análise centrada ao mesmo tempo sobre uma tipologia das publicações e sobre o tipo de escritas que aí se produzem. Trata-se de comparar publicações dos dois lados segundo os espaços em que circulam e os públicos que visam. Interessa depois examinar em que medida estes diferentes níveis de circulação correspondem a diferenças em termos de reprodução e subversão dos modelos promulgados pelos aparelhos centrais e que tipo de formulações identitárias se constroem e desconstroem, assim como analisar a criação de elementos simbólicos (o canto épico, a madrinha de guerra, etc) e as suas apropriações e/ou negociações pelas experiências vividas.

Título Colonialismo, Eurocentrismo e Imperialismo no Livro Didático: o caso do Continente Africano.

ID 1625

Autores Rosemberg Ferracinni

Resumo: O presente artigo apresentará uma primeira e sucinta análise a respeito do ensino de geografia do continente africano presente nos livros didáticos adotados no ensino público brasileiro. O recorte temporal compreende a discussão de África nos livros didáticos de Geografia posterior as propostas publicada pela LDB 9.394/96 passando pelo PCN (1998) do eixo Temático “O mundo em transformação: as questões econômicas e os problemas geopolíticos”, até o ano de 2003, quando o governo federal, sanciona a lei tornando obrigatório o ensino da História dos afro-brasileiros e da África em escolas do ensino fundamental e médio no currículo básico. Nesse conjunto serão consideradas as escolas teórico-metodológicas, da geografia, a geografia crítica e a humanística. A hipótese é que mesmo com a mudança teórico-metodológica na Geografia, a reforma na educação brasileira e a transformação da Geografia internacional o conteúdo sobre o continente africano manteve-se com uma carga de dominação territorial de caráter imperialista. O estudo dessas questões pode vir a contribuir para melhor problematização do ensino de geografia africana no Brasil.

Mesa: Relações interculturais e colonialismo - 5 de Fevereiro - 16h15 - 103

Moderador: Zeila de Brito Fabri Demartini

Título Entre Portugal e Brasil: Joaquim da Rocha Mazarém e a ciência do parto no século XIX

ID 494

Autores Maria Renilda Barreto

Resumo: Este estudo trata da história da parturição, em Portugal, nas primeiras décadas do século XIX, demonstrando como a “arte de partejar” tornou-se a “ciência do parto”. Na história da parturição, o parto era um evento social, e cabiam as parteiras a responsabilidade por ele; quando esse se converteu em evento fisiopatológico, o saber-fazer migrou para as mãos do cirurgião-parteiro, deixando de ser “arte” para se tornar “ciência”. Na composição desse trabalho foram investigados os manuais de obstetrícia portugueses elaborados no final do século XVIII e início do século XIX, mas daremos ênfase as obras de Joaquim da Rocha Mazarém. Esse cirurgião – membro da corte e da academia - acompanhou a Família Real quando essa partiu para o Brasil e foi professor do nascente ensino médico no Rio de Janeiro, onde lecionou Anatomia, Medicina Operatória, Arte Obstetrícia e Fisiologia. A originalidade desse estudo reside em apresentar as ferramentas intelectuais da medicina acadêmica portuguesa para tratar do parto e das doenças intercorrentes desse; bem como da circulação desses saberes entre Portugal e Brasil nas primeiras décadas do século XIX. A versão corrente na historiografia é de que a medicina portuguesa - e, por extensão, aquela que se desenvolveu no Brasil - esteve marcada pelo obscurantismo em relação às demais nações europeias. Após a investigação concluiu-se que a medicina acadêmica lusitana esteve sintonizada com outros centros europeus, a exemplo da Alemanha, da Inglaterra e da França.

Título Colonial, pós-colonial e vice-versa: como os mesmos instrumentos que forjam o império podem ser o pilar e mito de referência da construção da nação.

ID 664

Autores Cristiana Bastos

Resumo: Partimos de uma comparação Brasil-Índia, mas não se trata da análise dos contemporâneos gigantes emergentes, nem dos que ontem eram elenco do mundo em desenvolvimento. Trata-se de uma análise provocadora que traz a uma grelha comum duas situações habitualmente tratadas em campos distintos -- por um lado a Índia de colonização britânica no apogeu do império e por outro o Brasil-nação ao tempo da república -- aqui unidos pela cronologia da viragem do século XIX-XX e pelo uso distinto de um instrumental cognitivo-prático comum: a medicina tropical, a bacteriologia e o sanitário. Se a literatura e iconografia da construção da nação brasileira muito devem aos sanitários, cientistas e políticos que se propuseram a transformar os pântanos, pardieiros e outros lugares de pestilência em lugares de civilização através de medidas sanitárias, mesmo que autoritárias, os mesmos exactos instrumentos cognitivos, pragmáticos e políticos são na Índia associados à implementação do império britânico. Perguntamos assim em que medida é que este tipo de análise cruzada sobre construção de império e de nação nos elucida sobre as relações entre o cognitivo e o político num plano estrutural mais profundo que o mero registo histórico dos respectivos regimes.

Título África 30 anos depois: simbolização da violência em ex-combatentes da guerra colonial portuguesa

ID 396

Autores Sandra Sendas, Angela Maia, Eugénia Fernandes

Resumo: Entre 1961 e 1974 Portugal manteve uma guerra em Angola, Moçambique e Guiné, que procurava manter um império colonial e se transformou num pesadelo para quase todos os envolvidos. A exposição à violência (como vítima e perpetrador) podem originar grave perturbação psicológica (por exemplo Perturbação de Stress Pós-Traumático), manifestando-se numa percepção pessoal/social de descontinuidade da autobiografia. Nestes sujeitos diluem-se as fronteiras entre o passado e o presente através da revivência angustiada do primeiro e do evitamento da transformação do segundo num projecto de futuro enraizado na recriação desse passado. Todavia, alguns sujeitos, através do confronto com a violência redescrevem o passado, reconstróem o "eu" e recuperam a pertença/integração no grupo. Estudámos a simbolização da violência pelos ex-combatentes num espaço dialógico entre o "eu" e a pertença ao grupo social. Entrevistámos 37 veteranos (média idade =58,35; desvio padrão =4,7). As entrevistas foram transcritas e analisadas através da Grounded Theory (Glaser & Strauss, 1967). Percebemos que a tradução linguística do horror manifestou-se tanto em sereno esquecimento, para aqueles que encontraram no sentimento do dever cumprido a inteligibilidade do horror vivido, como em segredos patológicos feitos de histórias de silêncio e de exclusão social e em tatuagens de guerra expostas ao próprio e ao grupo como marca da inevitabilidade e cronicidade da responsabilidade pessoal, não obstante a indelibilidade do sofrimento, da reactualização do significado do horror de modo a garantir a continuidade e enraizamento da narrativa pessoal no "dialecto" do grupo de pertença e, em última instância, a sobrevivência e/ou desenvolvimento do "eu".

Título Segurança, Cultura, População: Inteligência Etnográfica e Tecnologias Pós-Coloniais na Guerra ao Terror

ID 493

Autores Daniel Pineu, Vítor Barros

Resumo: Recentemente, o uso de equipas de cientistas sociais integrados nos destacamentos militares americanos, em sítios como o Iraque e o Afeganistão, voltaram a pôr na mesa questões importantes acerca da relação entre o conhecimento cultural das populações que são objecto de intervenções militares e os instrumentos governamentais e de segurança. Não é, pois, de estranhar que a atenção mediática e subsequente crítica a estas novas iniciativas tenha retomado antigos debates éticos sobre a apropriação do conhecimento socio-antropológico na prosecução dos objectivos militares de projectos mais ou menos 'imperiais'. Este renovado interesse tem de ser integrado nos antecedentes históricos destas práticas, mas devemos igualmente analisá-lo nas suas lentas e subtis reconfigurações paradigmáticas que, nomeadamente, passou a tomar a população como centro de preocupação e intervenção em cenários de conflito. Este paper tem como objectivo analisar os programas, instituições e iniciativas recentes que demonstram o interesse do governo americano, e do Pentágono em particular, pelo conhecimento cultural local e os seus usos em cenários de contra-insurgência. Estes incluem o Sistema do Terreno Humano - incluindo as Equipes de Terreno Humano (HTT) no Iraque e no Afeganistão, um programa de cultura e Segurança Nacional na Escola Superior Naval em Monterey, e a produção de um novo manual do Exército para doutrina de contra-insurgência, em colaboração com vários cientistas sociais. Iremos portanto analisar esta relação tensa e complexa entre a produção e uso de conhecimentos socio-antropológicos e o poder militar Americano em cenários pós-intervenção em quatro dimensões interrelacionadas: (i) os parâmetros através dos quais o Pentágono tem apropriado o conhecimento antropológico em tais cenários, concebendo um dado campo etnográfico como objecto de "militarização" e "securitização"; (ii) de que forma este processo complexo se correlaciona com mecanismos de reificação cultural e de (re)invenção da tradição; (iii) dada a concentração inicial quase exclusiva destas técnicas no Médio Oriente e Ásia do Sul, uma análise dos processos de definição mais ou menos orientalista da "mente árabe" como móbil e factor legitimador de uma série de técnicas securitárias a posteriori; e finalmente (iv) uma reflexão crítica sobre as implicações do debate deontológico e ético que estes processos implicam.

Título IV Esquadra e AFRICOM: Estaria sendo reeditado um novo colonialismo no Atlântico Sul?

ID 924

Autores Luiz Carlos de Carvalho Roth

Resumo: Em 6 de fevereiro de 2007, o Presidente George W. Bush e o Secretário de Defesa Robert Gates anunciaram a criação do seu mais novo Comando Combatente Unificado, o "United States Africa Command", mais conhecido por sua sigla AFRICOM. Propugnando que diferentemente dos demais Comandos Unificados, o Comando África visa mais a prevenção das guerras do que combater guerras. Seu propósito é trabalhar com as nações e organizações africanas na construção da segurança regional e na capacidade em responder crises em apoio aos esforços do governo norte-

americano para com a África. Mas seriam essas apenas as suas intenções? Em 24 de abril de 2008 foi anunciada pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América (EUA) a recriação da IV Esquadra da Marinha norte-americana. A IV Frota, como vem sendo chamada pela imprensa, poderá ter sob seu controle navios, submarinos e aviões da força naval dos EUA, destacados para atividades nas Américas do Sul e Central e Caribe. A presença de um porta-aviões neste grupo não é desprezada. Subordinada ao Comando Sul dos EUA, visa prover ao citado Comando Unificado dos meios navais necessários para o apoio a missões de paz, assistência humanitária, resposta a desastres, operações anti-drogas, além dos tradicionais exercícios com as marinhas da região. Mas também seriam essas suas únicas intenções? Como esses dois eventos de caráter militar podem afetar os países limítrofes que comungam em conjunto o Atlântico Sul? Estaria sendo reeditado a “Diplomacia das Canhoneiras”?

Mesa: África: construção do conhecimento e das identidades plurais - o olhar antropológico - 5 de Fevereiro - 16h15 - 104
Moderador: Sara Araújo

Título De onde parte o nosso olhar interpretativo e conceitual? Das duas margens meridionais do Atlântico
ID 559

Autores Dagoberto José Fonseca

Resumo: Esse estudo visa constituir um campo teórico-metodológico de abordagem acerca das perspectivas que constituem os universos culturais a partir do olhar africano e afro-brasileiro, de modo a dialogar com as nossas relações sócio-étnico-linguísticas tendo em vista os conceitos que embasam teorias e metodologias das Ciências Humanas e o senso comum. Os conceitos e os significados são balizados pela cultura e língua hegemônicas. O inglês, o francês, o espanhol, o italiano e o português são os idiomas que são emprestados a todas as Ciências, inclusive as Humanas. O português em Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e no Brasil é uma língua de mercado, de prestígio, de reconhecimento social e de expressão científica que difunde valores, concepções e ideologias. Essa língua foi usada nas realidades urbanas no momento pós-independência, atingindo todo o território, influenciando as diversas línguas nacionais e regionais das diferentes etnias, sendo instruída nas escolas, difundida nas rádios e na televisão, sendo o idioma do intelectual, do universitário, do executivo, do jornalista, do militar e do governante. Nos países africanos a língua portuguesa tornou-se a dos revolucionários independentistas, dos militares e das novas gerações que guardam a soberania dos novos Estados. A partir do português, por exemplo, se constrói um mundo, se elabora interpretações e representações sociais do africano, do afro-brasileiro, do luso-afro concebido ora como colonizado, escravo, escravizado, cidadão, imigrante, refugiado, deslocado.

Título Nação, diversidade e identidade: os estudos afro-brasileiros e as possibilidades de uma produção teórica e metodológica pautada no reconhecimento da alteridade

ID 736

Autores Sérgio Luiz de Souza

Resumo: No Brasil, desde o século XIX, os grupos hegemônicos procuraram estabelecer um projeto nacional orientado pela perspectiva de homogeneizar as diferenças étnico-raciais existentes no país. Intentou-se a criação de uma nação culturalmente eurocentrada e politicamente dominada pelos grupos mais claros da população. Compuseram este processo por um lado, ações políticas por parte do Estado de perseguição e repressão às populações de origem africana. Por outro lado, a produção acadêmica nacional desenvolveu-se a partir de referenciais que reafirmaram a estigmatização dos afro-descendentes. Ao longo do século XX, diferentes setores acadêmicos, em busca de entender o mosaico social brasileiro, orientaram-se por reflexões que dificultaram olhares capazes de desconstruir o status de inferioridade atribuído aos mais diferentes grupos e, particularmente às populações negras, com suas identidades estigmatizadas e suas memórias ofuscadas ao longo do processo sociohistórico. Nos últimos dez anos, diferentes fatores como as lutas sociais, uma produção teórica para além dos anteriores conceitos dicotômicos e o acesso a obras pensadas a partir da superação dos valores eurocentrados, colocaram em evidência a importância da história e da cultura dos povos africanos e de seus descendentes na compreensão da realidade sociocultural brasileira. Neste sentido, autores como Muniz Sodré e Kabenguelê Munanga, apontam o acesso e o estudo de obras como “O Menino Fula” de Amadou Hampatê-Ba enquanto possibilidades de reconhecer a relevância do patrimônio africano em nossa cultura e superarmos concepções preconceituosas a respeito dos afro-brasileiros e africanos que permeiam o imaginário social no país.

Título Identidade racial em processos de interação

ID 758

Autores Maria Aparecida Bento

Resumo: Identidade racial pode ser entendida como “um sentimento de identidade coletiva ou grupal baseado sobre uma percepção de estar compartilhando uma herança racial comum com um grupo racial particular... é um sistema de crenças que se desenvolve em reação a diferenciais percebidos no pertencimento a grupos raciais”. Em sociedades como a nossa, onde o pertencimento a um grupo racial é enfatizado, o desenvolvimento da identidade racial ocorrerá de alguma forma com qualquer pessoa. Dada a situação desigual entre os brancos e negros nesta sociedade, todavia, não é surpresa que este processo de desenvolvimento se desdobre de diferentes maneiras.

Título A Circuncisão (jando): aprendendo um pouco sobre os aspectos sociais e culturais dos Yao, em Moçambique

ID 778

Autores Carlos Subuhana

Resumo: Na presente sessão temática nos propomos apresentar os resultados de uma pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Partindo da análise de duas etnografias sobre ritos de passagem (os rituais de circuncisão), realizadas na província do

Niassa, procuramos sustentar que não seria desprezando ou mesmo abandonando as práticas e conseqüentemente os valores das tradições culturais locais, que Moçambique como Estado-nação conseguiria alcançar o tão almejado progresso. Os resultados da análise dos dados nos revelam que o encontro das tradições culturais moçambicanas com as tradições culturais ocidentais (européias) é benéfico, contrariando assim certas teses. Entre os yao por exemplo percebemos que nos rituais de circuncisão, elementos da cultura ocidental foram incorporados, não significando por isso a deslegitimação da cultura local. Ao incluir em nossa dissertação de mestrado um capítulo sobre a iniciação tradicional evangelizada (inculturação), nosso desejo foi mostrar que a cultura ocidental, também pode conviver em harmonia com as culturas moçambicanas, discordando dos que defendiam que “o culto aos antepassados” não levava o país ao desenvolvimento e ao progresso, mas sim ao obscurantismo. Finalmente, procuramos contrapor o ensino oficial, ministrado através das escolas, dos ensinamentos recebidos na ndagala argumentando que, na verdade, entre eles haveria uma certa semelhança no modo de transmitir seus conhecimentos. Tanto na escola (alunos), quanto na ndagala (wadi) reinam a cultura do silêncio e a disciplina autoritária na formação do “homem novo”.

Título Société Civile et Action Politique en Côte D'Ivoire

ID 914

Autores Aghi Bahi, Acácio Santos

Resumo: Depuis le retour au multipartisme, la société civile ivoirienne est plus vivace et plus active qu'au cours des précédentes décennies. Loin des polémiques sur la définition de la société civile, sa « neutralité » gage de bonne gouvernance politique, cet article examine les rapports entre la société civile et l'action politique en Côte d'Ivoire et montre que la société civile (en Côte d'Ivoire) est un lieu de socialisation politique, de sélection de personnels politique et de mobilisation de l'opinion publique. Dès lors émerge l'hypothèse de l'interpénétration de la « société civile » et de la « société politique ».

Título O candomblé entre a invenção e a tradição

ID 1046

Autores Claude Lépine

Resumo: O presente texto tem por objetivo abordar a discussão do conceito de tradição aplicado ao mundo dos terreiros de candomblé brasileiros atuais. A revalorização da herança africana no Brasil se expressa no campo religioso dos cultos afro-brasileiros pela tendência à “reafricanização” ou “africanização”, principalmente nos terreiros da nação conhecida como kétu. Trata-se de eliminar traços sincréticos geralmente de origem católica e recuperar cerimônias, músicas, crenças trazidas pelos ancestrais africanos, ou seja trata-se de reconstruir tradições ancestrais. Porém os adeptos dessas religiões não se entendem sobre o que seja “tradição” e opõem-se uns aos outros em função das interpretações que dão a esse conceito. Do lado da academia, os estudiosos das religiões afro-brasileiras também debatem interpretações opostas, alguns defendendo a idéia que os antigos terreiros do Nordeste conservam fielmente tradições africanas; outros argumentando que na nova terra brasileira, rituais, mitos assumiram outros significados, o candomblé sendo “invenção” brasileira e não “tradição africana”. Esta discussão parece-nos viciada pelo fato de não se admitir que tradição não é incompatível com mudança, e por não se respeitar as diferenças entre terreiros heterogêneos, com histórias distintas e distintas concepções de “tradição”.

Título A imigração colonial portuguesa a Angola: um processo de construção de um projeto nacional para o porvir

ID 1544

Autores António Inácio Rocha Santana

Resumo: Este trabalho visa oferecer alguns elementos informativos sobre a política de povoamento levada a cabo pelo governo colonialista português em Angola desde meados do Século XIX até a data da independência. A colonização de Angola é marcada por três fatos importantes: a independência do Brasil, a Conferência de Berlim, e a eclosão da guerra de libertação nacional. A obrigatoriedade da ocupação efectiva dos territórios emanada da Conferência de Berlim provocou uma mudança radical na estratégia colonialista. Portugal intensificou e centralizou os seus interesses nos territórios sob seu domínio em África, em particular Angola. Portugal começou a considerar Angola como uma colónia de povoamento, e fê-lo patrocinando a emigração de cidadãos portugueses para o povoamento e colonização do território, criando para o efeito no princípio da década dos anos 60 uma infra-estrutura específica para acomodar a população imigrante, a Junta Provincial de Povoamento de Angola.

Mesa: Território, Identidade e deslocamentos naturais: Brasil, África e Europa - 5 de Fevereiro - 18h30 - 104

Moderador: Nuno Resende

Título Conflitos de uma missão: as relações dos primeiros jesuítas com a sociedade colonial na América Portuguesa do Século XVI

ID 189

Autores Marcos Roberto de Faria

Resumo: O trabalho trata das relações conflituosas entre os primeiros jesuítas e a sociedade colonial na América Portuguesa do século XVI. Para tanto, recorre-se a algumas cartas de Nóbrega e Anchieta que se referem a essa questão. A pesquisa também faz uso de textos que discutem a legislação indígena do período, a reação que estas leis provocam nos colonos e as estratégias adotadas, pelos padres da Companhia de Jesus, no interior dos conflitos que se desencadeiam nessa direção, dando destaque à estratégia jesuítica de aldeamento dos indígenas. O objetivo da pesquisa é, portanto, apontar algumas considerações para se pensar a atuação dos primeiros jesuítas na América Portuguesa como mediadores de conflitos e porta-vozes da “civilização” católica no mundo colonial e as conseqüências dessa atuação do

missionário para a organização social e econômica dos nativos. O trabalho faz parte de minha pesquisa de mestrado já concluída.

Título "Estar aqui é como estar lá: A construção do imaginário imperial português"

ID 892

Autores Patrícia Ferraz de Matos

Resumo: A partir de um estudo acerca do modo como decorreu a colonização portuguesa e de uma desconstrução e análise de várias ideias associadas a esse processo, considerado por muitos como original, inovador e humanista, pretendo abordar, por um lado, o enaltecimento das capacidades adaptativas dos portugueses a distantes lugares e seus habitantes por parte de alguns autores e, por outro, algumas ideias feitas, como a de que a colonização portuguesa foi diferente e boa para aqueles que estiveram sob a tutela da sua administração, para depois argumentar que afinal algumas dessas ideias são essencialmente preconcebidas e foram muitas vezes transmitidas, sobretudo a partir dos finais do século XIX, e veiculadas sob várias estratégias, em iniciativas de propaganda e divulgação de conhecimentos, que significavam poder, no sentido de reforçar a presença de Portugal nesses territórios. A transmissão dessas ideias contribuiu para a construção de um imaginário imperial que, por vezes, ainda hoje emerge e subsiste em vários contextos – territoriais, políticos, sociais e económicos – sobretudo ao nível popular, conduzindo à renovação e manutenção de construções ideológicas e para a aceitação, muitas vezes acrítica, de certas qualidades e princípios que caracterizam os portugueses e a sua forma de estar no mundo. No final pretendo concluir sobre o modo como essa cultura imperial contribuiu também para a maneira de encarar o presente, de encontrar explicações para o lugar de Portugal no mundo, e de como certos preconceitos, apesar das mudanças sociais e políticas, passam de umas gerações para as outras adaptando-se, reajustando-se e reinventando-se.

Título Mário de Andrade, Macunaíma e as crianças pós-colonialistas

ID 902

Autores Ana Lúcia Goulart de Faria

Resumo: Mario de Andrade em 1936 criou os parques infantis (PI) para as crianças das famílias operárias da cidade São Paulo. A proposta de educação pela arte, pelo brincar e pela cultura popular brasileira das crianças de 3 a 12 anos nos PI em bairros operários corresponde às ideias progressista da época, de um grupo de artistas que sonhou com a criação de um Ministério de Cultura e criou o Departamento de Cultura na prefeitura paulistana onde, dentre outros programas para a classe operária estavam os parques infantil para seus filhos e filhas. Neste trabalho faço uma reflexão sobre o caráter pós-colonialista da natureza da educação oferecida nos Pis., à moda macunaímica. Colocarei ao lado do movimento antropofágico de Oswald de Andrade, uma das primeiras manifestações do pensamento pós-colonialista no Brasil. Agrego também a pioneira pesquisa de Florestan Fernandes em 1946 que constrói o conceito de 'cultura infantil' e 'grupos infantis' na sua pesquisa no bairro judeu também operário "As trocinhas do bom retiro" dando protagonismo à infância brincante, ator social. Assim, aproprio-me das ideias de Fulvia Rosemberg que já em 1976 discutiu o adultocentrismo como forma de colonização e vou além com as ideias de Mario de Andrade entre elas, as que criticam o conceito de exótico do folclore.

Título Kalashnikovs not Coca-Cola Bring Self-Determination to Angola

ID 1655

Autores Luis Madureira

Resumo: Esta comunicação pretende colocar em questão a conhecida retórica do excepcionalismo colonial. Como o título—um slogan do antigo NVA (Nationale Volksarmee, ou, o Exército Nacional Popular da ex-República Democrática Alemã)—o sugere, o nosso propósito é de investigar as relações diplomáticas e comerciais que elaboraram as duas repúblicas alemãs na África lusófona durante a guerra fria. Procuramos demonstrar que estas relações evidenciam continuidades inequívocas e significativas com regimes de poder colonial, ou aspectos concretos daquilo que Aníbal Quijano denomina "a colonialidade do poder." Consideramos que a existência de tais continuidades nos permitem alcançar um conhecimento tanto mais profundo quanto complexo do colonialismo em geral. Por outro lado, visamos criticar, duma perspectiva comparatista, a retórica do excepcionalismo colonial, já, que a Alemanha, tal como Portugal, é também uma das ex-potências coloniais que defende, através da chamada Sonderweg, a tese da "diferença colonial."

Mesa: Vivências da colonização e Neocolonialismo no mundo rural - 6 de Fevereiro - 18h30 - 213

Moderador: Moisés Martins

Título Trabalho e participação nas decisões de mulheres assentadas rurais da região noroeste de São Paulo, Brasil

ID 365

Autores Antonio Lázaro Sant'Ana, Juliana Moreno Trigo

Resumo: Os estudos sobre os assentamentos rurais no Brasil mostram que a maioria das famílias considera que sua vida melhorou, não só em termos econômicos, como pela conquista da liberdade, mas é necessário analisar também se ocorreram mudanças nas relações de gênero tipicamente patriarcais. Este artigo baseou-se em pesquisas realizadas no noroeste do Estado de São Paulo, uma delas sobre as estratégias de produção e comercialização das famílias assentadas e outra que tratou especificamente da participação das mulheres na produção e nas relações familiares em assentamentos rurais. Na pesquisa mais ampla foi aplicado um questionário a 169 famílias de oito assentamentos; e na pesquisa específica aplicou-se um questionário a 28 mulheres de dois destes assentamentos e em seguida realizou-se 18 entrevistas gravadas, visando captar aspectos qualitativos da vida e do trabalho das mulheres. A análise dos dados dos oito assentamentos permitiu levantar o perfil das mulheres assentadas: 66% possuem entre 40-60 anos, 37,4% estudaram mais de quatro anos (homens apenas 27,5%), mas o percentual de analfabetas é ligeiramente superior ao dos homens (10,2% e 8,1%, respectivamente). A investigação específica constatou que a maioria das mulheres acumula as funções de trabalho doméstico e o trabalho na esfera produtiva, e algumas ainda desenvolvem outras atividades agrícolas e não-

agrícolas. A mulher, no entanto, continua sofrendo discriminações de gênero, pois sua participação relevante no trabalho e na renda, não é acompanhada de participação, na mesma proporção, nas decisões, especialmente aquelas referentes à comercialização e as que demandam contato direto com técnicos, comerciantes e outros atores.

Título A expropriação de terras e as concessões de terreno ao norte do rio Zaire

ID 689

Autores Ana Flávia Cicchelli Pires

Resumo: O rio zaire e os territórios vizinhos passaram a despertar particular interesse dos países europeus no final do século XIX, embora sejam conhecidos os laços que os uniram durante o período do comércio atlântico de escravos. Considerada uma importante via de comunicação, penetração e escoamento de mercadorias provenientes do interior, diversos países europeus para lá voltaram suas atenções. Se até então o domínio colonial se fazia sentir em poucos pontos da costa, como é o caso dos portugueses em Luanda, logo este quadro será revertido. A ocupação dos territórios visando sua exploração implicava em introduzir modificações no modo de vida das sociedades africanas, condição necessária para que as atividades econômicas e os investimentos se tornassem viáveis. Como a agricultura dependia da propriedade da terra, esta foi retirada dos africanos e transferida para os colonos e para as empresas que passaram a atuar no território. Sendo assim, o trabalho que ora se apresenta tem por objetivo analisar o processo de expropriação de terra e concessões de terreno na região ao norte do Rio Zaire.

Título Na contramão de uma fome anunciada: comunicação e soberania alimentar no Brasil

ID 1373

Autores Luciane Lucas Santos

Resumo: A fome tem raízes históricas, embora muitas análises insistam em circunscrever o problema à quantidade disponível de alimentos. Por trás deste argumento, esconde-se, muitas vezes, o apetite de um mercado que aprendeu a transformar comida em ativo financeiro. Mas se a financeirização das estruturas produtivas – paralela à submissão dos alimentos à lógica especulativa do capital –, é um fenômeno tipicamente contemporâneo, o mesmo não se pode dizer da influência de uma economia de mercado na fome, fenômeno bem antigo. Indo nas origens históricas do capitalismo no Brasil e do mercado colonial que o antecedeu, fica claro que o modelo de colonização e a proliferação do latifúndio estão na origem do problema da fome nos países da América Latina. Procuraremos mostrar que a fome no Brasil está relacionada ao modelo de produção e consumo adotados desde sua colonização – com particular atenção para o modelo latifundiário. Procuramos mostrar também como a mídia contribuiu e continua a contribuir para suavizar esta correlação, atrelando o agronegócio exportador ao crescimento econômico e deixando longe dos olhos da Opinião Pública as consequências da opção econômica feita do ponto de vista da soberania alimentar. Em virtude disto, discutimos a necessidade de uma aposta em formatos não-capitalistas de consumo de alimentos, a partir do investimento no modelo solidário das cooperativas de consumo no Brasil. Analisando algumas destas cooperativas, buscamos avaliar em que medida elas podem ser úteis para a questão da soberania alimentar e que tipo de comunicação contra-hegemônica pode surgir daí.

Mesa: Desenvolvimento, sociedade civil e democracia - 6 de Fevereiro - 18h30 - 217

Moderador: Sérgio Luiz de Souza

Título Cidadania, Media e Espaço Público Oposicionista: A Produção do Outro e a Singularidade das Experiências

ID 978

Autores José Manuel Oliveira Mendes

Resumo: Nesta comunicação procuro problematizar a relação entre meios de comunicação social e os processos de produção de cidadania. Esta relação, complexa e marcada por dinâmicas de poder, permite definir espaços e processos de cidadania, de visibilidade e de invisibilidade de causas e projectos. Em alternativa à noção de esfera pública proponho a de públicos, mediáticos e políticos, que permite restituir a teia densa de factores que condicionam a recepção dos conteúdos mediáticos. Por outro lado, especial atenção é dada à função ideológica dos meios de comunicação social. Como primeira constatação, podemos verificar que não existe um vocabulário cívico consistente e sustentado que possa ser utilizado como recurso discursivo para contrapor à hegemonia actual da linguagem mercantil. Sem esse vocabulário não podemos pensar formas alternativas de acção e de intervenção cívicas. Após uma primeira parte onde procedo a uma apresentação das teorias convencionais sobre a questão dos media e do espaço público, proponho como visão alternativa a teorização de Oskar Negt em torno do conceito de espaço público oposicionista. Numa segunda parte, tomo como ilustração da complexidade difractiva das produções mediáticas e da persistência dos discursos de colonialidade, a cobertura mediática e os impactos sociopolíticos do tsunami no Índico em 2004 e do furacão Katrina nos Estados Unidos em Agosto de 2005. Estes dois acontecimentos tiveram consequências directas nas opiniões públicas ocidentais e explicitaram os critérios diferenciadores e excludentes de uma biopolítica das populações assente no racismo, nas diferenças de classe e em discursos produtores de medo e de alteridades perigosas.

Título Legados da Colonização: Educação e Cidadania Desigual nos Países Lusófonos do Sul Global

ID 1022

Autores Ranilce Guimaraes-Iosif

Resumo: Este artigo discute o legado da colonização nos países lusófonos do Sul Global e suas implicações no desenvolvimento de um tipo de educação e cidadania desigual nessas sociedades. Baseando-se na concepção crítica do processo de colonização e globalização, questiona a posição social desses países em tempos de neoliberalismo e até que ponto o modelo de educação adotado contribui para a construção de uma cidadania excludente, onde a grande maioria da população vive à margem de seus direitos. Argumenta que a atual situação educacional dos países lusófonos do Sul Global carrega marcas profundas da colonização e mantém relações estreitas com o modo exclusivo como a política educacional

e a cidadania se desenvolveram nessas sociedades. Analisa os documentos norteadores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e indaga até que ponto as medidas educacionais adotadas são emancipatórias ou ainda mantém a relação de exploração e submissão dos tempos de colonização. Aponta que a experiência de opressão e subjugação dos países colonizados interfere diretamente em suas relações internacionais contemporâneas. Discute ainda o desempenho dos países lusófonos diante do alcance das Metas do Milênio e de Educação Para Todos (EPT) até o ano de 2015. Conclui que os países lusófonos do Sul se encontram em uma situação de dependência, seja do país colonizador ou de outros países do Norte Global, que ditam o modelo de educação e o tipo de cidadania e democracia que essas nações devem adotar. Esta situação agrava a pobreza e a desigualdade e impossibilita a justiça social nessas sociedades.

Mesa: Construção do conhecimento e das identidades plurais - o olhar antropológico - 6 de Fevereiro - 18h30 - 312

Moderador: João Octávio da Rocha Nascimento

Título O samba e as áfricas na voz de Geraldo Filme

ID 256

Autores Amailton Magno Azevedo

Resumo: Esse texto pretendeu reconstruir a memória musical do sambista Geraldo Filme e suas relações com os grupos negros na cidade de São Paulo. Ao analisar e refletir sobre essa memória conclui que Geraldo Filme e os grupos negros elaboraram aquilo que denominei de áfricas como expressões culturais de resistência para, imprimir suas marcas, projetos, fazeres e saberes em espaços específicos da cidade. Diante de uma cidade impregnada pela urbanização, metropolização e verticalização que fora transformado em projeto hegemônico das elites paulistas, as áfricas se configuraram como um contraponto dissonante às formas culturais dominantes para operar outras cidades e outras vivências. Tendo como fio condutor a análise da memória de Geraldo fui identificando as áfricas nas suas vivências familiares, comunitárias, nas formas de religiosidades, nas escolas e nas rodas de samba, nas letras de música, nas produções artesanais de instrumentos, nos salões de dança, no teatro, shows, nos carnavais e nos ciclos rítmicos das musicalidades. Se assim o foi, essas vivências definiram e delimitaram as áfricas como expressões culturais tanto nos espaços públicos como privados. Ao analisar cada uma delas nas suas particularidades e em relação entre si nos territórios, fui reconstruindo a memória de Geraldo Filme na relação com as áfricas projetando-as numa temporalidade posta no futuro como uma perspectiva possível a ser vivida, pois podem e devem ser acessadas constantemente no presente, para que possam ser preservadas e resignificadas.

Título Cultura Material e resistência escrava na Bahia: A Comarca de Nazaré das Farinhas entre os anos 1820-1850.

ID 578

Autores Wellington Castellucci Junior

Resumo: Na Primeira metade do século XIX, a Comarca de Nazaré das Farinhas, uma parte do Recôncavo Baiano produtora de gêneros de primeira necessidade, vivenciou uma série de movimentos de resistência escrava, incluindo aí assassinatos de senhores, fugas e rebeliões coletivas. Ao lado das constantes formas de negação ao trabalho compulsório, cativos e libertos forjaram diferentes maneiras de sociabilidades e reinventaram aspectos do mundo africano no Novo Mundo. Essas reinvenções foram matizadas nas formas de moradias, construídas em seus ranchos; na alimentação; nas formas de cultuar deuses e praticar rituais de curas com base na manipulação de ervas e rezas. Baseado em documentação inédita, contida nos Arquivos Públicos dos Municípios e do Estado da Bahia, esse estudo analisa essas dimensões da vida material e imaterial de escravos e Libertos que viveram na Comarca de Nazaré das Farinhas.

Título O lugar da Arqueologia nas Missões Científicas ultramarinas portuguesas

ID 996

Autores Ana Cristina Martins

Resumo: Especialidade de expressiva expansão europeia e norte-americana durante as últimas duas décadas, a História da Arqueologia impõe-se gradualmente no meio acadêmico português. Reconhece-se, assim, a Arqueologia enquanto parte integrante do processo histórico, à semelhança de outras actividades científicas e tecnológicas. Uma das correntes historiográficas mais recentes neste contexto refere-se ao estudo da Arqueologia conduzida por potências coloniais europeias em territórios que dominavam além-mar. Uma abordagem que tem revelado resultados assaz interessantes, nomeadamente quando nos oferece uma perspectiva dupla, mas ao mesmo tempo complementar, derivada de dois olhares – europeu e autóctone – lançados sobre uma mesma realidade. Perante a novidade que esta área ainda colhe junto de arqueólogos, por razões de ordem diversa, compreende-se que não tenha despertado ainda entre nós o empenho devido a um assunto da maior importância para o entendimento da utilização da Ciência e da Tecnologia por parte de agendas políticas muito concretas, neste caso colonialista. É neste âmbito que faremos uma primeira análise ao tema, a partir da leitura de bibliografia produzida no decorrer das pesquisas arqueológicas efectuadas nas campanhas de Missões Antropológicas organizadas pela 'Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais', posteriormente 'Junta de Investigações Coloniais (do Ultramar)'. Pretende-se, de igual modo, compreender o papel da Arqueologia no quadro genérico da Ciência no ultramar custeada pelo Estado Novo, comparando-o a exemplos coevos e ponderando as suas consequências para o desenvolvimento da própria actividade arqueológica no Portugal continental.

Título Família, Comunidade e Corporativismo: tradição luso-brasileira no marco da Representação Complexa

ID 1360

Autores Gisele Silva Araújo

Resumo: A presente comunicação tem por tema central as relações entre a tradição cultural luso-brasileira, ligada à ideia de família e comunidade, e o corporativismo como fenómeno não apenas institucional, mas também cultural. Ao contrário de versões correntes nas Ciências Sociais que apontam tal tradição como refratária à modernidade, o objetivo aqui em tela

é propor que o trinômio família-comunidade-corporação responde por uma formulação alternativa do moderno, que se sobrepõe à concepção reducionista da sociedade como palco das relações de interesse. Neste sentido, o que foi comumente concebido como “atraso” se torna contemporaneamente elemento fundamental para a superação das mazelas do “moderno”. Em comunicação anterior neste Congresso, postulei que o fenômeno contemporâneo da judicialização da política pode corresponder a um alargamento da democracia, no sentido de abrir o Poder Judiciário a demandas populares não satisfeitas pela representação monista concentrada no Poder Legislativo. Neste sentido, promoveriam o que o francês Pierre Rosanvalon denomina representação complexa. Na investigação que ora proponho, sustento que as tradições culturais ibéricas favorecem uma ação social comunitária, influenciando grupos demandantes e operadores do poder público na consecução de demandas anteriormente não satisfeitas pelas instâncias típicas de representação, em particular, o Legislativo. Daí que o binômio tradição ibérica – representação complexa seja uma conjunção apta a reafirmar a modernidade das sociedades lusófonas. A influência primeira neste arranjo, propõe-se aqui, reside no português Silvestre Pinheiro Ferreira.

Título “Tambor urbano”: deslocamento compulsório e identidade Quilombola

ID 29

Autores Emmanuel de Almeida Farias Júnior

Resumo: Na década de 1970, o governo militar, pôs em prática uma série de “medidas preservacionistas” na Amazônia, via a criação de várias unidades de conservação (UCs), neste contexto foi implantado o Parque Nacional do Jaú (PNJ), sobrepondo as “territorialidades específicas” dos atualmente, auto-definidos “remanescentes de quilombo” e “ribeirinhos”. Esta ação oficial ocasiona o deslocamento compulsório de parte da comunidade quilombola do Tambor no Rio Jaú, dentro do PNJ, para a cidade de Novo Airão/Amazonas. Os sujeitos sociais auto-definidos remanescentes de quilombo do “Tambor Urbano”, vêm forjando, em espaço urbano, suas identidades étnicas. Agora referidos tanto aos “espaços sociais” dentro do PNJ, quanto aos da cidade, que incluem suas roças nas proximidades deste centro urbano. Reformulam cotidianamente diante do contato na cidade, os meios de vida, seus costumes e práticas culturais. Pretende-se analisar com este trabalho, a dinâmica social de construção da identidade quilombola dos sujeitos sociais que hoje se encontram na cidade de Novo Airão, onde estes sujeitos sociais encontram-se organizados politicamente em uma das associações quilombola, atuando também na Comissão dos Ex-moradores do Parque Nacional do Jaú, que constitui uma “unidade de mobilização”.

Crime, Dependência e Direito

Mesa: Percepções da segurança e discursos do medo - 4 de Fevereiro - 19 horas - 220

Moderador: Ximene Rêgo

Título Da Exclusão e do Racismo à Criminalidade. Um Estudo de Caso no Bairro da Atouguia em Guimarães.

ID 225

Autores Sílvia da Mota Gomes, Manuel Carlos Silva

Resumo: Cinco séculos de vida em comum dos portugueses com o grupo étnico cigano, fazendo com que seja possível assegurar que são o grupo étnico com quem há mais tempo convivemos em território nacional, e o que na realidade se assiste é a um grande desconhecimento de parte a parte. E, não chegasse já este desconhecimento - resultante, por um lado, da comunidade em geral que intolerância a cultura cigana e, por outro lado, da comunidade cigana que ignora por vezes os direitos e deveres que lhes assistem enquanto cidadãos, vivendo num grande isolamento -, ele vem acompanhado também de um conjunto de imagens estereotipadas construídas ao longo destes anos e que não abonam nada em favor de uma convivência pacífica entre os dois grupos. As condutas e comportamentos relativamente ao grupo étnico cigano, por parte da sociedade portuguesa, demonstram a existência de uma verdadeira “questão cigana”. Os ciganos são rejeitados, excluídos, vistos com desconfiança e despertam uma sensação de insegurança e de receio na população em geral. De qualquer forma, nem todos os ciganos são delinquentes, nem o problema da delinquência se resolve com insinuações racistas. É necessário tomar medidas sociais urgentes para que se resolva esta questão de abusiva extrapolação do particular para o geral - um cigano por ser criminoso, não torna todos os ciganos criminosos - e se deixe estas concepções racistas que somente os exclui e indigna, empurrando-os muitas vezes, efectivamente, para práticas criminosas. Tendo em conta isto, predispos-me a evidenciar que as práticas de criminalidade decorrem muitas vezes de factores relacionais, como a exclusão social e o racismo, mais do que das características culturais do grupo étnico cigano. Para isso fiz um estudo de casos no Bairro da Atouguia (Guimarães). A exclusão social e o racismo mostraram-se evidentes – pois foram inúmeras as clivagens e divergências que a população maioritária cavou relativamente aos ciganos – e as práticas de criminalidade são na verdade um reflexo do que se passa na sociedade envolvente, quer ao nível da execução, quer ao nível da rotulação do crime.

Título O Poder e a Cultura de Violência em Alagoas

ID 422

Autores Ruth Vasconcelos Lopes Ferreira

Resumo: Discutimos, neste trabalho, os efeitos políticos, sociais e culturais do envolvimento de autoridades (políticas e policiais) com o Crime Organizado, no Estado de Alagoas. Desde a década de 90 há uma ampla divulgação midiática em relação à participação de figuras de autoridade com crimes de pistolagem, roubos de cargas, assaltos a bancos, etc. Trata-se de uma criminalidade que ganha proporções imensuráveis na medida em que obtém uma cobertura institucionalizada. Trazemos dados expostos nos três principais jornais locais (de maior circulação), onde podemos observar uma verdadeira subversão de valores por parte das autoridades, e um absoluto desrespeito às instituições democráticas fundamentais ao exercício do Estado de Direito. Problematisamos os efeitos dessas práticas criminosas para o campo social; entendendo que as mesmas reforçam uma “cultura de violência” que impõe o medo e a omissão para amplos segmentos sociais.

Alagoas vive a “lei do silêncio” que reforça ainda mais essas posturas perversas das autoridades que produzem profundos esgarçamentos no tecido social. Discorreremos, neste trabalho, o quanto é fundamental o resgate das instituições políticas, jurídicas e policiais como instâncias promotoras da vida e base para o exercício de uma política democrática que se fundamenta prioritariamente no respeito aos Direitos Humanos.

Título Paradoxos do subúrbio do Rio de Janeiro: a força da sociabilidade sociável na vizinhança

ID 1309

Autores Ana Paula Alves Ribeiro, Alba Zaluar

Resumo: Agregando dados etnográficos e os da recente pesquisa domiciliar de Vitimização, discute-se porque poucos moradores, mesmo vítimas de crime e de perdas de pessoas próximas assassinadas, querem mudar-se da vizinhança, do bairro ou da cidade. Isso varia por idade, naturalidade e local de moradia. O que prende os moradores à cidade, ao bairro e à vizinhança em proporções diferenciadas? Apesar dos altos índices de criminalidade violenta, os moradores têm percentuais menores que 20% de desconfiança ou desconhecimento de vizinhos. A boa convivência tem proporções maiores nas áreas em que vivem os pobres, sendo que a mais populosa corresponde aos subúrbios da cidade. Os pretos têm percentuais mais altos de boa convivência do que os pardos e brancos; os mais jovens e os mais velhos idem. No caso dos mais jovens, isso se explicaria pelas atividades de lazer. Mas não explica porque tal convivência sociável é maior nos subúrbios que carecem de áreas de lazer. Como explicar este paradoxo? O violento tráfico de drogas afeta a vida social e cultural da região. Mas a guerra não altera tudo.

Título Linchamentos: a difícil separação entre crime e justiça na cidade

ID 1152

Autores Luiz Fábio Paiva

Resumo: O trabalho aborda narrativas em torno de linchamentos ocorridos na cidade de Fortaleza. Tenciona compreender como moradores da Cidade relatam casos de linchamentos e interpretam a participação deles e de outros nesses eventos. Analisa relacionalmente a construção de imagens de justiça associadas ao fracasso da capacidade do Estado punir “aquelas pessoas que fazem mal aos cidadãos”. Verifica como o corpo da pessoa linchada assume centralidade nos eventos narrados, sendo o lugar onde a justiça se realiza e desaparecendo como espaço circunscrito a ser preservado. Ademais, observa como nas narrativas dos linchamentos é realizada uma dissociação do evento com o crime violento e feita uma associação do mesmo com a justiça. A investigação percebeu que nas falas dos entrevistados não existiam participantes e muito menos culpados pelos linchamentos. Não obstante, surgiram, nas falas dos entrevistados, referências a períodos de tensão experimentados nas localidades de origem dos linchamentos devido à existência de possíveis atores, classificados como criminosos, interessados em vingar a morte da pessoa linchada. Nestes casos, os entrevistados revelaram que algumas pessoas das localidades onde se deu o evento acabaram sendo eleitas responsáveis pelo linchamento e se tornaram possíveis alvos de vingança. Em suma, o trabalho concentra-se na compreensão de como as narrativas dos linchamentos são reveladoras de cenários sociais atravessados por contradições relativas à criminalidade e à violência na cidade, assim como revelam redes de sociabilidade violenta que colocam em suspensão os processos formais de justiça existentes no Brasil.

Título Memória e pertencimento: o discurso criminalizante e o samba como “território” de resistência. Uma experiência na periferia de uma grande metrópole brasileira

ID 1651

Autores Adriana Geisler, Dara Ignacio

Resumo: Considerando os sentimentos de medo e de insegurança manifestados pelos habitantes dos grandes centros urbanos brasileiros, esse trabalho busca compreender como a criminalização da pobreza tem sido produzida e vem se manifestando no tecido social, e em que medida o que se pode denominar de “território do samba” tem se apresentado como resistência a esse processo. Para tanto, além do levantamento bibliográfico relativo à temática escolhida foi realizada uma pesquisa exploratória de base documental que teve como cenário um Centro de Cidadania criado pelos integrantes de uma Escola de Samba do Rio de Janeiro. A análise do material coletado foi feita a partir de categorias que emergiram da base documental, a saber: memória e pertencimento. A partir do contexto analisado, e sem “desperdiçar a experiência” de construção e autoconstrução cidadã dos moradores de um sítio da periferia de uma grande metrópole brasileira, foi possível observar que, o universo do samba pode ser um “agente” catalizador de “subjetividades desejantes” – para falar com Guattari (1999), isto é, de subjetividades realizadoras de liberdade. Nas palavras de Geisler (2006), “reconhecendo-se como filho da cidade, e extraindo suas motivações e convicções das lutas coletivas, o sujeito se constitui a partir de um processo de auto-organização comprometido com a memória dos vencidos e enraizado na tradição histórica não oficial”.

Mesa: Prisões, poder e direito - 4 de Fevereiro - 19 horas - 314

Moderador: Ana dos Reis Jorge

Título Julgamentos dos julgados. Notas sobre a administração de conflitos em um presídio do Rio de Janeiro

ID 868

Autores Mário Miranda Neto

Resumo: Combinando a perspectiva etnográfica com métodos quantitativos e recursos historiográficos, o trabalho pretende evidenciar retóricas e práticas punitivas e disciplinares que coexistem dentro de uma unidade prisional. A pesquisa se aproveita do fato do autor também ser professor de sociologia na escola que funciona dentro do presídio e conta com a colaboração de alunos auxiliares de pesquisa remunerados através de bolsa do CECIERJ-FAPERJ (Entidades de divulgação e fomento a pesquisa do RJ). A empreitada procura descortinar as retóricas e práticas punitivas e disciplinares (re)construídas pelos internos, bem como àquelas articuladas pelos agentes penitenciários e pela escola dentro do espaço prisional. Para tanto o paper descreverá as práticas dos atores que fazem sua performance em nome do

estado bem como dos internos, identificando o grupo ou facção que participam e desnudando o “desenrolo” como categoria nativa. O termo “desenrolo”, num fenômeno já observado previamente, hoje ganha toda a cidade do Rio de Janeiro, ávida por novas gírias. Para além de colocar em diálogo procedimentos do espaço prisional, pretende-se comparar estes procedimentos com o sistema legal do Estado brasileiro buscando replicações, criações, similaridades e diferenças. Esta comparação ganha relevância perante a um senso comum que interpreta a existência de um “poder paralelo” na cidade ou, de outra feita, que haveria total irracionalidade nas organizações criminosas que, inclusive, nem existiriam. O trabalho é decorrência do projeto “Cerrando Saberes, Serrando as Grades do Saber” que congrega esforços do PPGHCTE-UFRJ, NUFEP-UFF, C. E. Anacleto de Medeiros além do apoio da FAPERJ.

Título Sistema de justiça criminal brasileira e cidadania dos aprisionados: prisão como castigo ou agente ressocializador?
ID 1258

Autores Celina Amália R. Galvão Lima

Resumo: As prisões brasileiras são alvos de críticas por serem consideradas ineficientes, no seu papel fundamental que é o da ressocialização. Como falar em ressocialização quando o quadro das mesmas é caótico, com superpopulação carcerária, conflitos internos e externos, o crime organizado “comandando” o interior dos presídios, extorquindo, ameaçando e determinando execuções de pessoas que estão dentro e fora dos presídios. Esta situação traz para a sociedade questionamentos sobre a fragilidade das Políticas Públicas, especificamente a Política de Segurança Pública no que diz respeito à eficiência e eficácia do sistema penal brasileiro. A Lei de Execuções Penais (Lei 7.210 de 1984), com todas as alterações posteriores, inclusive a Lei de Penas Alternativas é considerada moderna, em sua essência preconiza a “ressocialização das pessoas condenadas” não adotando um caráter exclusivamente punitivo, mas assume um caráter restaurativo. Na prática, poucas das regras estabelecidas na LEP são respeitadas. Ao contrário do que determina a LEP, na maioria dos presídios e penitenciárias, os presos de alta periculosidade dividem o mesmo espaço com os mais vulneráveis, abusos do sistema judiciário, violência institucionalizada, superlotação carcerária, são exemplos emblemáticos de desrespeito aos direitos humanos dos prisioneiros. Esta breve análise demonstra que as relações de conflito se estabelecem entre os agentes da lei e os prisioneiros, o que torna a convivência entre as partes difícil e contribui para prejudicar o objetivo final da prisão que é a ressocialização dos apenados. Esta pesquisa realiza uma reflexão sobre a integração e sociabilidade entre servidores do sistema penal e aprisionados.

Título A pena preventiva de liberdade na penitenciária de São Luiz Gonzaga, no interior do Estado Rio Grande do Sul/Brasil
ID 1257

Autores Cristina Kologeski Fraga, Eliana Mourgues Cogoy, Júlio Cezar Dal Paz Consul, Maria Alice Canzi Ames, Elisângela Maia Pessoa

Resumo: Este texto é oriundo de uma pesquisa que teve como objetivo central analisar os mecanismos que contribuem na questão da reincidência do encarcerado da penitenciária de São Luiz Gonzaga, no interior do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil. Metodologicamente buscou inspiração na abordagem crítico-dialética uma vez que se propõe um estudo propositivo e comprometido com sugestão de melhorias, possibilitando entender as implicações da pena privativa de liberdade para os sujeitos que a cumprem e os mecanismos visíveis e invisíveis que constituem os mais variados tipos de violência que contribuem na reincidência penal. A pesquisa é do tipo qualitativo, um estudo de caso que tem como unidade de referência a penitenciária de São Luiz Gonzaga. Para a coleta de dados, realizou-se entrevistas com os funcionários da penitenciária, análise documental das entrevistas de ingresso e questionários aos presos. As conclusões sugerem que a penitenciária estudada precisa ser analisada sob um prisma heterogêneo, contraditório e complexo, que cumpre a função de conter uma massa social descartável, absorvendo o miserável do interior do Rio Grande do Sul, tendo em vista que o perfil sócio-econômico do preso evidencia uma situação de vulnerabilidade social adicionado à baixa escolaridade e ausência de qualificação profissional. Ao profissional da área social, é necessário um trabalho de sensibilização e desmistificação do espaço prisional em que o cárcere seja visto dentro de sua heterogeneidade que abarca pessoas que têm o direito a oportunidades na sociedade e no mercado de trabalho.

Mesa: Tráficos, corrupção e crime organizado - 5 de Fevereiro - 11h15 - 310

Moderador: Eliana Patrícia Branco

Título Da atualidade e da oportunidade do tema "Tráfico de Mulheres para fins de exploração sexual"

ID 378

Autores Tânia Teixeira Laky de Sousa

Resumo: No momento presente existe uma temática, que continua válida e oportuna, que trata do “Tráfico de Pessoas para fins de exploração sexual comercial”, tanto no Brasil, na Europa e, certamente, no mundo. O presente trabalho tem como fulcro pesquisar e apresentar as violações dos direitos alienáveis que sofre a mulher sob condição de tráfico, a saber: o direito de não ser escravizada e não ser submetida à servidão involuntária ou à condição praticamente de escravidão; o direito de estar livre de toda forma de exploração; de estar livre de um tratamento desumano e cruel; de estar livre de todas as formas de violências e torturas físicas e psicológicas; o direito de estar livre da discriminação baseada em gênero; o direito à saúde; o direito à garantia da liberdade de ir e vir; o direito à garantia de exercer sua personalidade, sua aptidão legal, para fazer valer direitos e para obter obrigações. Dada a importância, atualidade e oportunidade do tema ora estudado, analisaremos a situação da mulher traficada que perde todas suas liberdades, garantidas por lei e em lei, em especial perde sua cidadania e a sua dignidade como ser humano, e enquanto sujeito de direitos.

Título Ecos da Violência Urbana: o cotidiano das crianças trabalhadoras no narcotráfico brasileiro

ID 557

Autores João Santos

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar os resultados de pesquisa sobre o universo das crianças e adolescentes que trabalham para o narcotráfico no município de Vitória da Conquista - BA. A utilização do trabalho infanto-juvenil no tráfico vem crescendo no país e se espalha pelas cidades médias do interior do Brasil, e Vitória da Conquista é um exemplo desse fenômeno. Esses trabalhadores são crianças e adolescentes, oriundos das classes dominadas, que ocupam postos hierárquicos do tráfico, seja como “olheiros (observadores), “aviões” (entregadores), “vapores” (vendedores), “gerente da boca” (uma espécie de administrador dos negócios ilícitos do tráfico), ou até mesmo como seguranças armados. Verificamos que algumas desses trabalhadores precoces buscam essas atividades como um meio perverso de sobrevivência, pois em seus cotidianos enfrentam as diversas formas de violência, que vão desde o não-acesso às condições elementares de sobrevivência ao cerceamento da “condição humana”. Essa realidade de exploração e violência é entendida por meio das reflexões de Hannah Arendt, Giorgio Agamben, Francisco de Oliveira, entre outros. Para entender tal universo, examinamos as ocorrências registradas no Conselho Tutelar do citado município e entrevistamos crianças e adolescentes envolvidos nessa atividade ilícita.

Título Eco da violência urbana: o cotidiano das crianças trabalhadoras do narcotráfico brasileiro

ID 564

Autores João Diogenes Santos

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar os resultados de pesquisa sobre o universo das crianças e adolescentes que trabalham para o narcotráfico no município de Vitória da Conquista - BA. A utilização do trabalho infanto-juvenil no tráfico vem crescendo no país e se espalha pelas cidades médias do interior do Brasil, e Vitória da Conquista é um exemplo desse fenômeno. Esses trabalhadores são crianças e adolescentes, oriundos das classes dominadas, que ocupam postos hierárquicos do tráfico, seja como “olheiros (observadores), “aviões” (entregadores), “vapores” (vendedores), “gerente da boca” (uma espécie de administrador dos negócios ilícitos do tráfico), ou até mesmo como seguranças armados. Verificamos que algumas desses trabalhadores precoces buscam essas atividades como um meio perverso de sobrevivência, pois em seus cotidianos enfrentam as diversas formas de violência, que vão desde o não-acesso às condições elementares de sobrevivência ao cerceamento da “condição humana”. Essa realidade de exploração e violência é entendida por meio das reflexões de Hannah Arendt, Giorgio Agamben, Francisco de Oliveira, entre outros. Para entender tal universo, examinamos as ocorrências registradas no Conselho Tutelar do citado município e entrevistamos crianças e adolescentes envolvidos nessa atividade ilícita.

Título Quando o petro-capitalismo encontra a cleptocracia: crime organizado em Angola em contextos de integração e fragmentação

ID 806

Autores Caio Araújo, Gabriela Sandroni

Resumo: Nas últimas décadas houve uma expansão da área de atuação do crime organizado que, transgredindo as fronteiras nacionais, tornou-se um ator global. Essa mundialização do crime é observada através do aumento dos mercados em que realizam o tráfico de armas, pessoas e drogas, estando geralmente aliada à corrupção e à lavagem de dinheiro. Como afirma Castells, as redes do crime transnacional muitas vezes estão profundamente enraizadas na própria estrutura estatal, interferindo directamente no processo político. Segundo Organizações Internacionais e ONGs, Angola destaca-se no contexto africano devido a suas altas taxas de corrupção, pelo tráfico de pessoas e pela existência de redes de crimes organizado, factores estes que inibem o crescimento económico, a distribuição de renda, e o desenvolvimento social e político no país. Como Estado-membro da Southern African Development Community (SADC), Angola vem sofrendo pressões constantes da comunidade internacional e das forças regionais de integração no sentido de regionalizar e internacionalizar o combate ao crime transnacional. No entanto, o governo tem resistido a estas tendências, preferindo se isolar em matéria de cooperação policial, como se pode perceber pela recusa em assinar e ratificar a Convenção de Palermo. Fortemente assentado no que se chamou de petro-capitalismo, o Estado angolano está profundamente envolvido pelas redes do crime transnacional, facto que só poderá reverter-se com o aprimoramento das instituições e do processo democrático e com a actuação política da sociedade civil organizada.

Título Plantios de Maconha no Brasil, o Caso do polígono da Maconha: Atores e Relações Sociais na Cadeia Produtiva

ID 1291

Autores Paulo Cesar Pontes Fraga

Resumo: A proposta desta comunicação é discutir a implicação de diversos atores no plantio de cannabis sativa na região conhecida como Polígono da Maconha, que abrange municípios dos estados de Pernambuco, Bahia, Sergipe e Alagoas. O objetivo é descrever as formas diferenciadas de envolvimento com o plantio, buscando evidenciar que elas se diversificam, lembrando que a contratação de pessoas para atividades laborais e de cultivo da maconha reproduzem em determinados aspectos, relações e formas de organização produtiva semelhante àquelas utilizadas para cultivos lícitos. Busca, igualmente, identificar outros atores envolvidos tanto na cadeia produtiva e de distribuição da maconha, como aqueles responsáveis pela repressão à atividade. O trabalho é fruto da reflexão em duas pesquisas realizadas na região com recursos do Ministério da Justiça e do CNPq e busca contribuir para os incipientes estudos sobre os plantios ilícitos no Brasil. Busca contribuir para o debate acerca das relações estabelecidas entre atores diferenciados envolvidos direta ou indiretamente com o plantio de cannabis sativa na região do Baixo e Submédio São Francisco, observando-se que o aumento das atividades está vinculado ao envolvimento de grupos locais com certa influência na região, mas que nos últimos anos a maior repressão acarretou também o envolvimento de atores até então fora das redes, proporcionando novas práticas sociais e uma maior socialização com a questão. Mostra como o ilegalismo levou ao aumento da rede e dos elos da cadeia do plantio de certa forma ganhou uma institucionalidade maior, originando em torno de si novos comportamentos e práticas.

Título Negócios e trapaças: o lucrativo comércio marítimo ilícito de africanos (1830-1865).

ID 1673

Autores Josane Boechat

Resumo: A pesquisa propõe estudo acerca do tráfico ilegal e suas implicações na primeira metade do século XIX, no município de Macaé. Chama a atenção para os navios que atuavam nessa atividade ilegal, que foram autuados no tráfico de contrabando de africanos negros boçais vindos da África. Assim, a pesquisa propõe averiguar a prática do tráfico ilegal da cidade de Macaé, a rota do tráfico ilegal, do contrabando e pirataria de africanos, na influência da economia do comércio negreiro com a província, a incidência com o que ocorria o desembarque de contrabando de negros africanos no território da província, dos traficantes residentes na província ou imediações, as apreensões feitas na costa do município, seja por navios da polícia da marinha brasileira ou inglesa, como, quantos navios e quem dos traficantes foram apreendidos como suspeitos por contrabando e pirataria. Os desembarques clandestinos se processam nos portos, nas praias desertas, com a colaboração muitas vezes da população litorânea. Interessa, também, nesse estudo dar conta dos sujeitos envolvidos nessa prática ilegal, na região do município de Macaé. Vários foram os barcos suspeitos de tráfico, contrabando e pirataria nas imediações da cidade de Macaé como o navio brigue escuna Tentativa e o iate Rolha e da Garoupeira Santo Antonio Brilhante, de tantos outros foram apresados e removidos em depósito para a Casa de Correção da Corte para inquirido e responder ao processo-crime de tráfico, contrabando e pirataria.

Mesa: Violência interpessoal e doméstica - 5 de Fevereiro - 14h30 - 303

Moderador: Jorge Vilella

Título Violências e Conflitos Intersubjetivos no Brasil Contemporâneo

ID 231

Autores Arthur Costa

Resumo: No Brasil, podemos distinguir três tendências relacionadas ao aumento da violência: a) o aumento dos crimes contra o patrimônio, b) a emergência de novos padrões da criminalidade organizada e c) o aumento da violência interpessoal. Neste trabalho, discutiremos esta última tendência. Sua consequência mais visível é o aumento da mortalidade por homicídios. Sugerimos que a chave para entender este fenômeno violento é a compreensão do contexto nos quais estas mortes ocorreram, ou seja, o tipo de conflito, seu significado para as partes envolvidas, seu objeto e sua estruturação. Finalmente, sustentamos que das três tendências descritas anteriormente, a violência intersubjetiva é a mais dramática e a que tem recebido menos atenção das autoridades brasileiras.

Título Política e Questão de Família

ID 244

Autores Ana Claudia Marques

Resumo: O objetivo do trabalho é mostrar porque e até que ponto as brigas de família (localmente conhecidas como "intrigas" ou "questões") no "sertão do Pajeão", no estado de Pernambuco, são também brigas políticas. No intuito de compreender o problema proposto, perspectivas nativa e exógenas serão consideradas, com privilégio das primeiras, concernentes aos significados atribuídos às brigas de família. Com esse procedimento não se pretende eleger um ponto de vista mais correto, mas antes trazer à tona uma série de relações envolvidas naqueles significados. No propósito de compreender as brigas de família sob a forma como transcorrem no sertão do Nordeste brasileiro me levaram a focalizar os diferentes eventos que em sucessão compõem esses processos de vingança. Através dessa demarcação que privilegia apreensões parciais e não totalizantes desses processos, busco uma compreensão de distinções e superposições de seus aspectos jurídicos, políticos, familiares, que se sobredeterminam, mas não se esgotam por exclusão uns dos outros, nem devem ser confundidos.

Título Conflitualidade Social, Violência Doméstica e Novos Mecanismos Institucionais de Administração de Conflitos – Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

ID 252

Autores Rodrigo Azevedo, Fernanda Vasconcelos, Eduardo Cunha

Resumo: Pesquisas realizadas nos últimos dez anos nos Juizados Especiais Criminais, criados pela Lei 9.099/95, nas várias regiões do país, apontam que cerca de 80% dos conflitos encaminhados a estes Juizados tinham mulheres como vítimas de violência física (lesões leves) ou psíquica (ameaça), sendo que em torno de 70% desses conflitos eram decorrentes de relações de parentesco e afins. Recentemente, a chamada "Lei Maria da Penha" (Lei 11.340/06), retirou os delitos contra a mulher no ambiente doméstico e familiar do âmbito de competência dos Juizados Especiais Criminais, encaminhando-os para os Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, e vedando a aplicação dos mecanismos de conciliação entre vítima e acusado e da transação penal, previstos pela Lei 9.099/95. O objetivo principal da presente pesquisa é analisar o tratamento judicial concedido à conflitualidade social em geral, e mais especificamente à violência contra a mulher, pelos Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, a fim de avaliar a adequação dos mesmos ao objetivo de administração deste tipo de conflitualidade social. A pesquisa está sendo desenvolvida nas comarcas de Porto Alegre e Florianópolis, através de realização de entrevistas com operadores do direito atuantes nas duas comarcas, da observação de audiências e da coleta de dados quantitativos sobre o fluxo dos processos que tramitaram no período de 2007 a 2008 nas duas comarcas. A pesquisa conta com apoio do CNPq.

Título Mulheres, violência e direitos

ID 719

Autores Madalena Duarte

Resumo: A literatura feminista tem vindo progressivamente a debruçar-se sobre o direito e o papel que este tem na emancipação e regulação das mulheres. Para alguns/as autores/as, o objectivo é a construção de uma teoria feminista do direito, para outros/as tão-somente identificar as armadilhas que este comporta para aquelas. Este debate é complexificado quando consideramos que a categoria "mulheres" está longe de ser homogênea. Variáveis como a cultura, a classe social, a religião, a raça e a etnia são factores fundamentais a ter em conta. Neste contexto cabe perguntar como se articula o

direito, e os direitos, com estas variáveis, nomeadamente na protecção das mulheres imigrantes? Podemos, ou devemos, falar de direitos humanos das mulheres? E nestes cabe a diversidade cultural, religiosa, económica e social destas mulheres? Estas questões são, como veremos, particularmente importantes no caso das mulheres imigrantes. Nesta apresentação vou começar procurar por analisar criticamente, em termos mais teóricos, os desafios que as mulheres imigrantes colocam aos direitos humanos e, depois, focar-me em duas formas de violência exercidas sobre as mulheres para mostrar as dificuldades que surgem, em termos práticos, em dar uma resposta efectiva a estas mulheres. Recorrendo a projectos de investigação realizados e em curso, falarei brevemente sobre a violência doméstica exercida sobre as mulheres imigrantes e, mais longamente, sobre o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual.

Mesa: Práticas e políticas de ressocialização - 5 de Fevereiro - 14h30 - 309

Moderador: Vera Mónica Duarte

Título Programa Pró-Egresso de Toledo: a ação do serviço social

ID 93

Autores Eugênia Aparecida Cesconeto

Resumo: Este artigo tem por objetivos divulgar as ações desenvolvidas no Programa Estadual de Assistência ao Apeando e ao Egresso (Pró-Egresso de Toledo); construir um saber sobre a temática; defender o processo de inclusão dos apenados. A organização atual dá-se através de um Convênio, firmado entre a UNIOESTE/ Campus de Toledo e a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania- SEJU, para o período de um ano. Atende um total de 13 municípios da região oeste do Paraná - Brasil. Tendo como objetivo do seu atendimento social auxiliar e acompanhar anualmente uma média de 300 pessoas, encaminhadas pela Vara Criminal e pela Vara do Juizado Especial Criminal para cumprimento da pena, expressa através do termo circunstanciado ou sentença. O processo metodológico detalha a forma como foram organizadas as ações do programa de outubro de 2004 a dezembro de 2007, contando com o trabalho de docentes e discentes da UNIOESTE e também discentes da UNIPAR. Apresenta a ação do Serviço Social porque a coordenação Programa encontrava-se sob a responsabilidade de uma Assistente Social que formulou e acompanhou a operacionalização do projeto de extensão. Destacando como o Serviço Social deve e pode desenvolver o fortalecimento das relações entre os sujeitos estigmatizados e despertar à comunidade para a necessidade de mudar o rumo dos tratamentos dispensados as situações de violência e criminalidade, promovendo o processo de inclusão social dos apenados e egressos, bem como, a desmistificação da identidade socialmente construída. Assim, procura-se demonstrar e divulgar a viabilidade e concretude de um projeto social.

Título Vulnerabilidade e exclusão X emancipação e gerenciamento do risco: o papel das políticas públicas penais e de programas de apoio a ex-presidiários no Brasil

ID 290

Autores Lígia Madeira

Resumo: A pesquisa, fruto de tese de doutorado, investiga o apoio a egressos do sistema penitenciário no Brasil, a partir de um estudo das produções legislativas, das políticas públicas, e da implementação de políticas sociais, a partir da criação de programas de apoio, surgidos no país, a partir da década de 1990. O Brasil lida historicamente com o problema da reincidência criminal, e em função de seus altos índices, apenas no final da década passada começa a preocupar-se com o tema dos ex-presidiários, especialmente daqueles que saem do cárcere, permanecendo longe da criminalidade, mas sem apoio social. O estudo revela que a preocupação com tal categoria social é fruto de uma série de mudanças sofridas pelo Estado brasileiro pós-redemocratização, que implementa constitucionalmente os preceitos de proteção aos direitos humanos, focaliza o problema da pobreza a partir da produção de políticas sociais universalistas e de transferência de renda; e, no âmbito penal, atua mediante um modelo dual: para os crimes de camadas altas, constitui-se um modelo liberalizante; enquanto para criminosos comuns, endurecem-se as legislações e agravam-se as penas. No caso específico dos egressos, o desenvolvimento de programas de apoio é parte de uma mudança no papel centralizador do Estado - rompendo-se com a perspectiva weberiana do monopólio do uso legítimo da violência -, voltada a incorporar a sociedade civil como ente fundamental. Sendo assim, constituem-se redes sociais, formais e informais, promovidas por entes públicos e da sociedade civil, para focalizar este objeto antes carente de benefícios e garantias. Sob o ponto de vista dos egressos, a inserção em programas de apoio resta importante, por dar visibilidade a esta categoria social, ao mesmo tempo em que permite alguns ganhos de capital social. No entanto, em uma lógica disciplinar, os programas acabam contribuindo à extensão das redes de controle pós-prisionais, que acompanharão as trajetórias de egressos mesmo depois do término do cumprimento de suas penas. Como referencial teórico, partimos das produções sobre o Estado social europeu e brasileiro, a temática das políticas públicas e sociais; o aporte teórico produzido pela criminologia crítica; bem como o arcabouço bourdiano e foucaultiano, no que diz respeito ao disciplinamento e ao habitus.

Título As Penas Alternativas superam as prisões no Brasil, hoje. É um avanço ou um retrocesso?

ID 434

Autores Tânia Teixeira Laky de Sousa

Resumo: No primeiro semestre de 2008, o número de pessoas cumprindo penas e medidas alternativas disparou em relação aos presos, no Brasil. Até o final de junho, do mesmo ano, 498.729 pessoas cumpriam pena ou medida de liberdade, conhecida como PMA. Verificou-se que foi 13,4% a mais dos que as 439.737 pessoas em situação de cárcere, com fulcro nos dados estatísticos oficiais, do Departamento Penitenciário Nacional. Se excluirmos os presos que aguardam o julgamento atrás das grades, podemos dizer que o número de pessoas, no Brasil que cumprem penas alternativas é de 118,6%. Na presente pesquisa analisamos os dados de dezembro de 2007, onde havia 422.522 pessoas cumprindo penas alternativas no Brasil, menos do que os 423.373 presos encarcerados. E entre dezembro de 2007 e o fim de junho de 2008, podemos dizer que o número de pessoas cumprindo pena ou medida de liberdade saltou para 18%, e o número de presos caiu para 4,1%. Se compararmos as estatísticas de 2006, o salto é ainda maior: 65,5%, em relação aos que cumpriam

pena ou medida de liberdade em face dos números de presos caiu para 9,6% dos detentos. Sabe-se que a Justiça brasileira prende em demasia. Com os dados estatísticos acima, podemos questionar: houve avanços? houve retrocessos? O que pretendemos mostrar nesta pesquisa é a situação atual das Penas Alternativas, no Brasil, de forma crítica, analisando os dados estatísticos oficiais e a legislação penal e processual penal brasileira.

Título Apoio familiar aos adolescentes egressos do sistema sócio-educativo da região de Ponta Grossa – Paraná – Brasil
ID 1278

Autores Dirceia Moreira, Cleide Lavoratti, Alides Baptista Chimin Junior, Elisa Stroberg Schultz, Fabiani Ramos Bach

Resumo: O presente artigo apresenta a experiência desenvolvida pelo Projeto de Extensão Universitária: Apoio familiar aos adolescentes egressos do sistema sócio-educativo da região de Ponta Grossa, Paraná - Brasil, que integra o Programa Universidade Sem Fronteiras da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior/SETI. Tem por objetivos principais promover a inclusão social dos adolescentes egressos, através da mobilização dos gestores das políticas públicas e da sociedade, a fim de que sejam proporcionadas condições para a acolhida e manutenção destes jovens no convívio familiar e comunitário. Também visa contribuir com o resgate e fortalecimento dos vínculos familiares a partir de um trabalho interdisciplinar e intersetorial que prima pelo atendimento em rede, por uma metodologia que, além do atendimento direto a adolescentes e suas famílias, desenvolve um sistema de informação que identifica as políticas sociais municipais e os fatores de risco às condutas infracionais de adolescentes.

Mesa: Drogas e dependências - 5 de Fevereiro - 16h15 - 314

Moderador: Manuela Ivone Cunha

Título Diagnóstico da população acadêmica da unioeste em relação ao uso de substâncias psicoativas

ID 150

Autores Vera Lúcia Martins, Sonalia Durman, Ana Cristina Damian, Mariana Damian Mizerkowsk, Patrícia Rodrigues Mateus

Resumo: Drogas lícitas e/ou ilícitas têm sido usadas como recursos para o enfrentamento de situações estressantes trazendo, temporariamente, a sensação de euforia e bem-estar. Em 2001, foi criado um trabalho de prevenção na Unioeste intitulado Programa de Prevenção e Ressocialização Referente ao Uso de Substâncias Psicoativas na Unioeste. Vinculado ao programa desenvolveu-se uma pesquisa empírica com o objetivo de conhecer o universo de experimentadores e/ou usuários de drogas lícitas e ilícitas no meio acadêmico. A amostra foi constituída por docentes, discentes e técnicos administrativos da universidade, inclusive do Hospital Universitário. O presente trabalho pretende apresentar os resultados preliminares dessa pesquisa.

Título (In)visibilidade do consumo de drogas como problema de saúde pública num contexto assistencial de saúde no Brasil

ID 1305

Autores Jeane Oliveira, Cecília McCallum, Mirian Paiva, Enilda Nascimento

Resumo: No Brasil, os profissionais de saúde, nos distintos contextos de atuação, se deparam, cotidianamente, com pessoas usuárias de drogas, porém poucos detectam a presença desse acometimento. Buscando apreender as representações sociais de profissionais de saúde acerca do consumo de drogas, realizou-se um estudo qualitativo de cunho etnográfico, no período de 2004 a 2008, numa unidade básica de saúde de Salvador-Ba. A Teoria das Representações Sociais foi adotada como eixo teórico e gênero, como categoria de análise. Os dados empíricos foram produzidos através da observação participante, associação livre de palavras e entrevista semi-estruturada. Os dados foram organizados pela análise fatorial de correspondência e análise de conteúdo temática. Embora a formação, o tempo e o local de atuação dos profissionais na unidade fossem diferenciados, suas representações acerca do consumo de drogas mostram-se carregadas de estereótipos e preconceitos, de modo que não reconhecem entre a clientela atendida pessoas que usam drogas e não adotam em suas práticas nenhuma ação direcionada para esta problemática. Os profissionais condenam o consumo de drogas por mulheres, porém admitem a expansão de tal conduta na população feminina e o envolvimento direto e indireto das mulheres da comunidade com as substâncias psicoativas. As representações sociais dos profissionais investigados estão ancoradas em construções socioculturais e na hegemonia do modelo biomédico, de tal forma que reproduzem desigualdades de gênero, exclusões sociais e invisibiliza o consumo de drogas como problema de saúde no contexto assistencial investigado.

Título Representações sociais do fenômeno das drogas nos meios de comunicação de massa

ID 1324

Autores Jeane Oliveira, Márcia Sousa

Resumo: O fenômeno das drogas constitui um problema globalizado com repercussões sociais e de saúde distintas. Os meios de comunicação e opinião pública constituem uma importante fonte para o estudo das representações sociais, as quais são ferramentas importantes para desvelar desigualdades e estereótipos. Objetivando apreender as Representações Sociais acerca do fenômeno das drogas em reportagens divulgadas na imprensa escrita, propomos um estudo descritivo, de caráter qualitativo, a ser desenvolvido no período de junho/2008 a maio/2009. Para tanto tomamos como lócus de investigação um jornal de grande circulação na cidade de Salvador – BA, no qual será feita a identificação e seleção de reportagens que abordem o consumo, comércio e produção das drogas. O conteúdo de todas as reportagens identificadas será analisado pela técnica de análise de conteúdo, tendo como categorias nativas: drogas, tráfico, traficante, violência, pessoa usuária de drogas, saúde. Espera-se que os dados produzidos contribuam para possíveis mudanças na assistência direcionada para pessoas usuárias de drogas e para novos trabalhos sobre a temática.

Título Analisando a dependência da nicotina entre pessoas tabagistas no Brasil

ID 1347

Autores António Nery Filho, Jeane Oliveira, Maria Júlia Uchã

Resumo: A nicotina é uma substância psicoativa que causa vários danos de saúde tanto para pessoa usuária quanto para usuários passivos. Visando analisar a dependência nicotínica de pacientes tabagistas, desenvolveu-se um estudo descritivo, exploratório através da aplicação do Questionário de Tolerância de Fagerström. Os dados foram coletados através de um questionário semi-estruturado aplicado aleatoriamente para 149 clientes atendido(a)s em uma unidade especializada, vinculada à Universidade Federal da Bahia, em Salvador, no período de maio a dezembro de 2006, sendo respeitadas as questões éticas. Do total de participantes, 119 eram fumantes, sendo a maioria deles do sexo masculino, de cor negra, com baixo nível de escolaridade e condição socioeconômica. A faixa etária prevalente entre os homens foi de 21-30 anos e dentre as mulheres o destaque foi para 41-50 anos. De acordo com a escala de Tolerância de Fagerström, 40% dos fumantes apresentaram baixa adesão à nicotina. A(O)s entrevistados revelaram utilizar freqüentemente as cinzas do cigarro para uso e abuso do crack. Embora limitados, os dados mostram mudança na escolha de drogas psicoativas na atualidade, aumentando assim a necessidade de implantação e implementação de ações terapêuticas de cunho preventiva e educativa.

Título Mulheres envolvidas com o fenômeno das drogas na comunicação de massa

ID 1495

Autores Marcia Rebeca Souza, Jeane Oliveira

Resumo: O fenômeno das drogas tem se disseminado com a globalização, sendo diariamente explorado pelos meios de comunicação de massa. Este é um estudo que traz dados parciais de uma pesquisa que tem como objeto o fenômeno das drogas na comunicação de massa. Este trabalho está fundamentado na Teoria das Representações Sociais e tem o propósito de discutir como a comunicação de massa aborda o fenômeno das drogas e qual o enfoque dado à mulher envolvida com tal problemática. Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem qualitativa cujos dados foram coletados em um jornal de grande circulação no estado da Bahia. Foram selecionadas 49 reportagens considerando seu conteúdo, destas 19 foram selecionadas, as quais abordam sobre o envolvimento direto ou indireto de mulheres com o tema em estudo. As reportagens mostram a disseminação do consumo e tráfico de drogas em vários municípios de estado e em diferentes bairros da capital; e a vinculação de mulheres a homens envolvidos neste contexto. No processo preliminar de análise, quatro categorias temáticas foram identificadas: violência, drogas como problema social, o envolvimento das mulheres com o tráfico e doping. Diferentes perfis para as vítimas diretas e indiretas do consumo e tráfico de drogas foram identificados demarcando desigualdades relacionadas, sobretudo, à classe social e raça. A abordagem adotada pela comunicação de massa reproduz estereótipos e desigualdades sociais que demarcam diferenças entre mulheres envolvidas com o fenômeno das drogas.

Título Um novo modelo de atendimento aos dependentes químicos

ID 1282

Autores Ignez Silveira

Resumo: Um dos grandes problemas sociais, de educação e de saúde pública é o uso e abuso de drogas tanto lícitas como ilícitas. As pessoas procuram, cada vez mais, pelas drogas como forma de “fugir” de problemas, de querer novas emoções, por incentivo de “amigos”, dentre vários outros fatores que os levam para esse mundo. O número de dependentes, então, vem aumentando e vários tipos de tratamento foram surgindo com o objetivo de fazer com que eles deixem de usar drogas e vejam o quão mal elas fazem em suas vidas, tanto fisicamente quanto psicologicamente. Analisando os centros de reabilitação de dependentes químicos existentes atualmente, vê-se a necessidade de um programa mais abrangente de tratamento, onde se possam unir as diversas técnicas utilizadas pelos mesmos. Para isso, este trabalho apresenta idéias relevantes para se ter um novo modelo de atendimento aos dependentes químicos, onde todos os aspectos são levados em consideração como o psicológico, o psiquiátrico, o físico, o espiritual, atendendo não só os usuários de drogas como também suas famílias e toda a sociedade. Através de atividades variadas oferecidas pelo Centro, os dependentes terão maiores possibilidades de se “curar” da dependência química. Com isso, o objetivo deste estudo é mostrar que, através da interface sociologia, psicologia e arquitetura, pode-se chegar a um modelo de tratamento diferente dos já existentes, onde as pessoas atendidas se sintam bem nos espaços do Centro e tenham maior motivação para se tratar, já que os próprios ambientes auxiliarão no tratamento, atendendo às necessidades das atividades propostas.

Título Analisando a dependência da nicotina entre pessoas tabagistas: um estudo: um estudo em Salvador - BA - BR

ID 1462

Autores Maria Júlia Uchã, António Nery Filho, Jeane Oliveira

Resumo: A nicotina é uma substância psicoativa que causa vários danos de saúde tanto para pessoa usuária quanto para usuários passivos. Visando analisar a dependência nicotínica em pessoas tabagistas, desenvolveu-se um estudo descritivo, exploratório através da aplicação do Questionário de Tolerância de Fagerström. Os dados foram coletados através de um questionário semi-estruturado aplicado aleatoriamente para 149 clientes atendido(a)s em uma unidade especializada, vinculada à Universidade Federal da Bahia, em Salvador, no período de maio a dezembro de 2006, sendo respeitadas as questões éticas. Do total de participantes, 119 eram fumantes, sendo a maioria deles do sexo masculino, de cor negra, com baixo nível de escolaridade e condição socioeconômica. A faixa etária prevalente entre os homens foi de 21-30 anos e dentre as mulheres o destaque foi para 41-50 anos. De acordo com a escala de Tolerância de Fagerström, 40% dos fumantes apresentaram baixa adesão à nicotina. A(O)s entrevistados revelaram utilizar freqüentemente as cinzas do cigarro para uso e abuso do crack. Embora limitados, os dados mostram mudança na escolha de drogas psicoativas na atualidade, aumentando assim a necessidade de implantação e implementação de ações terapêuticas de cunho preventivas e educativas para o enfrentamento do problema.

Mesa: Historiografia do crime e violência doméstica - 5 de Fevereiro - 16h15 - 315

Moderador: Ana Cláudia Marques

Título A ordem e a Segurança Pública – O Cangaço das Décadas de 1910 e 1920 no Sertão de Pernambuco e a Violência Urbana do Sudeste Brasileiro do Século XXI. As ressonâncias do Discurso Acadêmico/Legal.

ID 157

Autores Jorge Villela, Karina Biondi

Resumo: "Cangaço" e "Comandos". Duas modalidades de "delinqüência", de formas, ações, locais e épocas diferentes (o Sertão Nordestino do início do Século XX e o Sudeste do Século XXI) são, no entanto, comparáveis em amplitude, força, e foco das preocupações das autoridades de segurança pública em suas épocas. O trabalho ora proposto pretende efetuar comparações entre os discursos dos juristas pernambucanos da Primeira República acerca de um fenômeno de "banditismo rural" e dos juristas e cientistas sociais atuais acerca das "organizações criminosas" existentes no Rio de Janeiro e em São Paulo na virada do século XX para o XXI.

Título Representações de Justiça Polular na trajetória de um bandido social

ID 1167

Autores César Barreira

Resumo: A presença recorrente na historiografia de personagens que ocupam um lugar de bandido e de herói nos levou a refletir sobre a construção e reprodução de uma memória, entre um misto de ficção e realidade, destes atores sociais. Existe uma mistura de valores que diz respeito, não só à maneira como os bandidos são colocados na função de heróis, mas também, na função de "fora da lei". Procuo compreender, neste estudo, as representações que são realizadas sobre estes atores que constroem suas vidas no "mundo das contravenções" e passam a serem vistos como "heróis populares". Um dado importante é a construção de um "patrimônio cultural" que possibilita o surgimento de uma "memória material" do bandido/herói. Essas questões, que servem de referência a pesquisa, têm como campo analítico e empírico um personagem da historiografia portuguesa José Teixeira da Silva, conhecido por José do Telhado, que viveu na primeira metade do século XIX. A miséria, a existência de outros bandos de salteadores, o clima de forte injustiça social e a ausência de uma justiça ou de uma "justiça imparcial", o impeliu para uma vida fora da lei e o tornou um "herói abortado". A máxima é que perseguia uma moral, uma honra, tinha consciência das injustiças sociais e apregoava então proteger os humildes distribuindo com eles os produtos dos assaltos, tendo como contra ponto a construção de uma "justiça popular".

Título Responsabilidade do Poder Público e da sociedade no crime contra o idoso: estudo de caso no município de Campina Grande-PB

ID 886

Autores Ana Luiza Xavier, Juliana Moreira, Maria de Fátima Araújo

Resumo: O idoso, no Brasil, ou seja, aquele que possui 60 anos ou mais, vem sendo alvo constante de violência em decorrência, sobretudo, da não observância do que prevê o Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Desta feita, o presente artigo versa sobre a violência contra o idoso, realizando uma abordagem do ponto de vista do gênero e jurídico. Esse estudo justifica-se, principalmente, devido à escassez de pesquisas e produções acerca do tema. Assim sendo, teve-se por objetivo identificar quem, dentre os idosos, sofre mais agressão, ou seja, se do sexo feminino ou masculino; averiguar quem realiza a agressão, e se é ela realizada no convívio social ou doméstico, bem como observar quais dispositivos presentes nesse Estatuto estão sendo descumpridos, fazendo uma relação com o que prevê o Código Penal brasileiro, no que tange às lesões corporais leves, graves e gravíssimas. Para a realização desse artigo utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental, fazendo-se uso de levantamento dos processos existentes junto à Curadoria do Idoso do município de Campina Grande-PB, entre os anos 2005 e 2008, e das denúncias realizadas junto à Delegacia Central. Essa violência deve ser contida, e para tanto se encontra em andamento ações de articulação das instituições com a atuação junto aos idosos, tendo como ponto principal a reestruturação do Conselho Municipal do Idoso no município de Campina Grande-Pb, o que demonstra o interesse em averiguar com maior propriedade a violência cometida contra o idoso.

Título Amor e dor: um estudo sobre as punições corporais em crianças e adolescentes na cidade de Natal/Rio Grande Do Norte/Brasil

ID 944

Autores Adriana Souza

Resumo: Este trabalho realiza uma síntese do estudo sobre violência intrafamiliar levado a efeito no SOS Criança do Rio Grande do Norte/Brasil: um serviço de atenção à criança e adolescente vítimas de violência doméstica. Buscou-se um diálogo teórico-metodológico entre as abordagens quantitativas e qualitativas por meio de uma amostra aleatória de 101 casos, evidenciando os processos e as representações presentes nos depoimentos dos pais das vítimas atendidas no SOS Criança no ano de 2007. Apresenta-se como resultado a evidência de que a violência intrafamiliar é um assunto muito complexo, o qual envolve questões tanto socioeconômicas quanto culturais. Embora reconheça a multicausalidade deste fenômeno, enfocaremos a questão cultural, já que em 78% dos casos foi constatada a presença de punições corporais como práticas aceitas, e ainda legitimadas no Brasil. A pesquisa também apontou, baseada nos estudos de Nancy Fraser, que a solução desse problema necessitava tanto de intervenção como de reconhecimento dos direitos da criança e do adolescente, isto é, mudanças culturais em relação ao cumprimento e ao respeito aos direitos da criança e do adolescente, como também de redistribuição de renda para que as famílias possam ter, enfim, condições dignas de sobrevivência. Assim, propõe-se a atuação do Estado promovendo melhores condições socioeconômicas através de políticas públicas e da sociedade civil operando em uma (re) educação das relações entre pais e filhos.

Título Reflexo das Ordenações Filipinas na Violência Doméstica Praticada no Brasil

ID 1045

Autores Jaime Luiz Cunha de Souza, Daniel Chaves de Brito

Resumo: Este trabalho é consequência das investigações desenvolvidas durante o período de doutoramento, no qual investigamos as origens da violência na família brasileira e mais precisamente as razões pelas quais o homem (marido)

agride. Uma das conclusões dessa pesquisa é que a tradição familiar que se constituiu na sociedade brasileira manteve, e ainda mantém, uma ligação genética com a tradição jurídica portuguesa, principalmente com as Ordenações Filipinas. Encontramos indícios dessa relação na forma como são racionalizados os motivos das agressões e nos valores utilizados nas tentativas de justificá-las. Constatamos que alguns desses valores foram construídos e passaram a ser legitimados a partir dos ordenamentos jurídicos portugueses dos séculos XVI e XVII, tendo sido, com o tempo, incorporados às rotinas domésticas das famílias brasileiras. Entre os conjuntos normativos que mais influenciaram neste aspecto as Ordenações Filipinas é o que projetou a maior e mais duradoura influência, pois serviu de base para a criação da tradição de família que se construiu nas terras brasileiras, principalmente, no aspecto da tradição que se refere ao uso da violência no ambiente doméstico.

Título A memória que não faz laço social: crime e destrutividade

ID 1174

Autores Francisco Ramos de Farias

Resumo: Este estudo estabelece a relação entre o crime e as formas de o sujeito firmar laços no social. Pretende-se verificar quais são os efeitos dos atos que produzem restos não simbolizáveis, destacando-se a vontade de ação, a imposição do superou, a impulsão desmedida e a potência destrutiva da impulsão de morte. Assim, estuda-se o crime como sintoma social pela vertente do mal-estar, escolhendo-se o assassinato como eixo paradigmático. O ato criminoso pode ser compreendido a partir de duas características: subjetividade perversa e o ato perverso abordados numa ótica que considera a fantasmática relativa ao desejo. O crime e a posição subjetiva do criminoso foram o objeto de entrevistas realizadas em 126 internos do Departamento do Sistema Penal do Rio de Janeiro. Utilizou-se a psicanálise em extensão como o método de estudo de uma situação de campo. Da análise, constatou-se que: a) a maioria dos criminosos não concluiu o primeiro grau, sendo os homicidas e matadores profissionais, geralmente, analfabetos; b) existem duas categorias de internos: 1) o carrasco, conhecido como matador de aluguel que se encarrega de realizar um único ato e presenciar a destituição da vítima e, 2) o torturador, como aquele a quem somente interessa o processo de mortificação lenta da vítima, e c) enfim, os homicidas revelam existir uma modalidade de prazer na prática do crime, ficando evidente no assassinato pela ciência da prática de um ato irreversível. A realização de um crime indica uma posição ética do criminoso frente as normas de civilização, sendo expressão direta do desejo.

Título A violência de gênero em Niterói: um registro de invisibilidades

ID 201

Autores Rita de Cássia Santos Freitas, Cenira Duarte, Nívia Barros

Resumo: Este texto objetiva refletir algumas questões surgidas a partir do cotidiano de nosso projeto ("Observatório de Violação de Direitos" no interior do Hospital Universitário Antonio Pedro - Niterói, RJ, Brasil). Neste escrito, a partir de dados coletados na emergência desse hospital (referencial dentro da região) damos ênfase à violência de gênero. Entendemos que esta é uma das formas mais gritantes de violação dos direitos humanos. Para que a justiça social ocorra é fundamental dar visibilidade a esses fatos e o que temos conseguido apreender nos fala muito mais da invisibilidade que essa questão ainda possui. Ao trabalharmos com dados dos anos de 2005-2007, o que nos choca é a percepção de como esta violência passa despercebida. A violência contra homossexuais não é registrada; a violência doméstica também não, só aparecendo nos casos de violência sexual. As vítimas de violência não têm cor, pois este registro também é deficitário. Essa invisibilidade é claro indicador da necessidade de sensibilização para essas temáticas. O estudo do boletim e dos prontuários não nos tem permitido o acesso a essa realidade e aponta para a necessidade de refinamento dos instrumentos que podemos trabalhar para garantir o diálogo entre a pesquisa e a prática dos diferentes profissionais envolvidos. Por fim, apontamos como importante o fato desta pesquisa ter deflagrado um importante diálogo entre alunos, professores, profissionais, gestores e movimentos sociais, que vem gerando grupo de estudos, palestras e oficinas de capacitação e a construção de uma agenda comum – que necessariamente irá impactar no atendimento aos usuários.

Mesa: Prisões, poder e direito - 5 de Fevereiro - 18h30 - 103

Moderador: Susana Durão

Título Práticas e Políticas Culturais num Estabelecimento Prisional

ID 445

Autores Micaela Campanario

Resumo: O presente trabalho é o resultado do Seminário de Investigação no âmbito da minha Licenciatura em Sociologia. O trabalho foi desenvolvido do ponto de vista institucional, no âmbito de uma escolha e curiosidade pessoal sobre o universo prisional, visando a análise de contextos sociais de exclusão com o objectivo de desvendar a existência de políticas de animação sócio-cultural que permitissem promover a integração social. Analisaram-se as práticas culturais existentes ou não em ambiente singular, e concluiu-se, no caso da sua existência, que estas são decisivas no processo de reinserção social futura dos indivíduos que as usufruem. Foi privilegiado como objecto de estudo as práticas culturais existentes e direccionadas para os detidos, enquanto um dos veículos promotores, entre outros, de uma capacitação do indivíduos para a sua futura reinserção social. Do ponto de vista da problemática, o objecto de estudo definido para esta investigação pode ser apresentado num triângulo conceptual, no qual o conceito de exclusão social nas suas diferentes vertentes, de prisão como instituição total e de animação sócio cultural como veículo de reinserção surgem como os seus vértices. O ponto de partida para a pesquisa empírica foi o Estabelecimento Prisional do Funchal e a população – alvo, os reclusos, e em particular – o grupo de teatro - centralizaram as atenções deste estudo. As técnicas de recolha de informação utilizadas foram a observação e a entrevista

Título Direitos humanos: uma injustiça na realidade das prisões brasileiras

ID 595

Autores Hilderline Câmara de Oliveira, Joseneide Souza Pessoa dos Santos, Eduardo Francco Cruz

Resumo: A constituição de um saber é possível mediante determinados procedimentos. Este estudo é fruto um processo de investigação acerca dos direitos humanos nas prisões brasileiras, que expressa a injustiça no cotidiano prisional. O Sistema Carcerário Brasileiro é regulamentado pela Lei de Execuções Penais – LEP / 1984, que dita como deve ser executada e cumprida a pena de privação de liberdade e restrição de direitos. Hoje, este sistema se caracteriza como um modelo moderno, adotado a partir da segunda metade do século XVIII, como uma forma de manter a disciplina, controle e punição. O Brasil encarcera mais pessoas do que qualquer outro país na América Latina e infelizmente, os abusos dos direitos humanos são cometidos constantemente em todas as unidades penais e, conseqüentemente, afetam a população carcerária e seus familiares. O lócus de investigação se constituiu nas prisões, que compõem o Sistema Carcerário do Estado do Rio Grande do Norte - Brasil. Para produção deste se fez necessários procedimentos metodológicos como: revisão bibliográfica pesquisa e análise documental e observação sistemática e assistemática nas referidas unidades penais. Observou-se que o cotidiano nas prisões brasileiras se constitui em ambientes que propicia violência, corrupção, constantes abusos sexuais; ausência de projetos e/ou programas de reinserção sócio-econômica, bem como a inexistência de uma política carcerária efetiva, de qualidade e eficiente, que realmente possa garantir a efetivação dos direitos humanos da população carcerária conforme preconiza as legislações brasileiras.

Título O corpo da mulher em situação de privação de liberdade: o feminino encarcerado. Do descaso ao abandono
ID 683

Autores Tânia Teixeira Laky de Sousa

Resumo: Na presente pesquisa o objeto de estudo será a mulher em situação de privação de liberdade: o feminino encarcerado. Será delimitado o espaço da cidade de São Paulo, a maior cidade do Brasil e da América Latina. A presente pesquisa visa apresentar como se dá o atendimento médico às essas mulheres, cidadãs e sujeitos de direito, segundo o ordenamento jurídico brasileiro. Atualmente, no referido sistema prisional paulistano, temos milhares de mulheres em situação de cárcere, na maior penitenciária feminina do país, que estão sofrendo inúmeras vitimizações, que não têm viés de gênero, raça, idade, nacionalidade, etc. Essas vitimizações começam por meio do não acesso a práticas de prevenção, tratamento e acompanhamento médico, etc.

Título Caldeirão em ebulição: análise da construção e manutenção da identidade de grupos antagônicos nas prisões.

ID 692

Autores Vinicius Assis Couto

Resumo: A questão da criação de um sistema de punição eficaz, visando um maior controle social, pode ser encontrada na agenda de debate das sociedades modernas já por alguns séculos. Desse debate, se há uma afirmação que possa ser feita com a plena confiança é que a instituição denominada como Prisão é a hegemonicamente aceita nas sociedades contemporâneas como o lugar da expiação. Embora, ainda possamos argumentar que a prisão, com as suas reformas estruturais e conceituais durante as últimas décadas, tenha tentado adquirir uma função de recuperação e não apenas punitiva, entendemos que ainda sim essa instituição mais se aproxima ainda de um lugar de suplício. Esse suplício é intensificado no sistema prisional brasileiro que não garante nem a mínimas prerrogativas legais para o sentenciado. Tal escassez do poder formal do Estado dentro da Prisão acentuou a criação de uma sociedade intra-muros, com regras e códigos próprios. Nos últimos anos essa sociedade ganha força organizacional a ponto de exercer poder e violência além grades. Concomitantemente com o auge do poder desta sociedade, observa-se o surgimento e fortalecimento de um outro grupo dentro das Prisões, que por preceitos religiosos protestantes não compactuam das regras criadas pela “sociedade dos cativos”. Assim, este artigo pretende analisar a interação entre esses grupos dentro da Prisão, a saber, os presos de maneira geral e esses grupos religiosos. Tal feito, parte das análises “arqueológicas” foucaultianas acerca da Prisão culminando na discussão da construção e manutenção das identidades desses grupos através do arcabouço teórico do interacionismo simbólico.

Mesa: Policiamentos, cidade, crime. Abordagens dos mundos luso-afro-brasileiros contemporâneos - 6 de Fevereiro - 11h15 - 302

Modador: Vera Mónica Duarte

Título Violência Criminal e Policial na actualidade: efeitos sobre a sociabilidade nas grandes cidades brasileiras

ID 540

Autores Luiz Antonio Machado da Silva

Resumo: Discussão dos efeitos do medo e da desconfiança generalizada provocados pela escalada da violência criminal e policial na atualidade das cidades brasileiras, com especial referência ao Rio de Janeiro. A demanda por ordem a qualquer preço, as políticas recentes de segurança e o papel do (des)controle das instituições policiais na perversa interação entre segregação territorial e silenciamento da voz dos favelados no espaço público. A sociabilidade nos “territórios da pobreza” em face da contigüidade com as “bocas”, pontos fixos do varejo de drogas ilícitas operados por bandos armados. Dificuldades na formação da ação coletiva de moradores de favela e inserção de suas demandas na agenda política. A combinação entre aprofundamento das hostilidades nas relações de classe e o “achatamento” destas relações ao nível das rotinas cotidianas: repulsa ao Outro e regressão da alteridade?

Título Percepções da segurança e do crime na cidade algarvia de Portimão

ID 732

Autores Susana Durão, Pedro Moura Ferreira

Resumo: A questão da segurança tem vindo a assumir importância crescente na vida política portuguesa. O país conheceu nos últimos anos um certo alastramento da criminalidade, envolvendo em alguns casos formas extremas de violência, o que tem posto à prova a capacidade de respostas das forças policiais e judiciais. E, todavia, os registos oficiais

da criminalidade não são alarmantes. A mediatização dos crimes e dos problemas que afectam algumas das instituições responsáveis pela segurança, acompanhada das exposições de casos como o do desaparecimento de Maddie, tornam os cidadãos conscientes dessas realidades, não podendo deixar de ser permeáveis a um sentimento de preocupação, senão mesmo de receio. A generalização deste sentimento, obviamente que influencia a percepção da segurança em contextos locais, independentemente da especificidade criminal que apresentem. Pretendemos nesta comunicação apresentar e analisar indicadores relevantes de um questionário feito à população residente da cidade de Portimão nos últimos meses de 2008. O estudo incide sobre as percepções da insegurança, medo do crime, identificação de zonas mais ou menos perigosas na cidade, a experiência de vitimação declarada e percepções do trabalho policial e institucional na cidade de Portimão. Pretendemos analisar ainda como localmente são reflectidos receios que se prendem com a vida urbana, percepções da realidade nacional e outras influências mais difusas de âmbito global.

Título Tendências e desafios das políticas na gestão da segurança pública nas cidades: o caso do Estado do Rio de Janeiro

ID 946

Autores Paula Poncioni

Resumo: Nas três últimas décadas a questão da (in)segurança, especialmente nas regiões metropolitanas e periferias das grandes cidades, em diferentes contextos nacionais, tem sido apontada como um dos mais graves problemas sociais, no final do século XX e começo do XXI. Neste contexto pode-se observar a emergência de múltiplos modelos alternativos de gestão da segurança pública na contemporaneidade, o que tem acarretado conseqüências imediatas sobre a formação e o exercício profissional de policiais com vistas a manutenção da ordem e da segurança públicas. No Brasil, a despeito de uma crescente tematização da questão da violência e da insegurança nas cidades, com diferentes propostas e iniciativas para a área de segurança pública, incluindo-se aí a melhoria da formação profissional de policiais, não houve mudanças substanciais no desempenho da polícia, persistindo um padrão de atuação de baixa efetividade, arbítrio e violência para o enfrentamento da questão. Este trabalho tem como objetivo principal analisar a concepção de segurança pública presente nos cursos de formação profissional de policiais e suas implicações para as práticas policiais dirigidas ao provimento da segurança nas cidades. A análise proposta envolveu pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica consistiu no exame da literatura especializada sobre cidade, violência, polícia, formação profissional e segurança pública. A pesquisa de campo compreendeu basicamente a realização de entrevistas com policiais envolvidos com a formação profissional, como também o exame dos documentos referentes aos cursos de formação e treinamento profissional desenvolvidos nas academias de polícia do Rio de Janeiro.

Título Pontos de contacto na produção dos discursos do medo. Reflexões a partir de dois terrenos - Porto e Rio de Janeiro.

ID 1101

Autores Ximene Rêgo

Resumo: O paradoxo da insegurança, entendido como a ausência de correspondência na variação entre a taxa de criminalidade e o índice de insegurança sentido pelo urbanita, continua a exercer um certo fascínio sobre a Criminologia, alimentando diversas polémicas. Proponho uma reflexão, a partir do trabalho de campo conduzido no Porto e no Rio de Janeiro, sobre os discursos do medo produzidos nessas duas cidades, cuja criminalidade, em termos quer quantitativos quer qualitativos, é muito distinta. Assim, são analisadas dimensões presentes no discurso da insegurança, em especial as representações dos lugares tidos como perigosos e a relação que se vai elaborando entre centralidades e espaços intersticiais, a construção de um imaginário povoado de figuras da ameaça, as percepções da transformação no modus operandis da criminalidade e, finalmente, as estratégias securitárias mobilizadas para organizar o quotidiano num espaço público percebido como predatório. Finalmente, procuro salientar alguns pontos de contacto nas falas e nas práticas observadas nos dois contextos, sugerindo a presença de afinidades na forma como os urbanitas se adaptam aos fenómenos da criminalidade e insegurança urbana.

Título Nossa luta não é contra a carne, nem contra o sangue': visões, discricionariedade e ethos profissional entre policiais militares evangélicos do Rio de Janeiro

ID 1452

Autores Elizabete Albernaz

Resumo: A passagem bíblica que ilustra o título deste resumo é do livro de Efésios (6:12) e foi escolhida por sua recorrência e representatividade. Ela sintetiza um olhar peculiar sobre o espaço público, transpassado por imagens da escatologia cristã: o mundo visível surge como um tipo de "teatro de operações" para a guerra entre os exércitos celestes e as odes demoníacas. Para os policiais militares evangélicos entrevistados, esta dimensão da "batalha espiritual" constitui a realidade última dos fenómenos observáveis, cujo acesso é franqueado apenas àqueles que se converteram verdadeiramente. Partindo do entendimento de "conversão" enquanto um tipo de filiação identitária que repercute na totalidade de uma orientação existencial, pareceu-me apropriado resgatar, em meu trabalho dissertativo, uma problematização weberiana clássica: que relações possíveis podem ser traçadas entre a moral religiosa evangélica e o ethos policial militar? À título de recorte, na presente comunicação escolhi deter-me às dinâmicas relacionais específicas entre a religiosidade evangélica e o polémico atributo da discricionariedade policial.

Título A fragmentação do Estado Social: um controlo social renovado?

Autores Tiago Neves

Resumo: Em Portugal, tal como na Europa, a produção da coesão social tem vindo a constituir-se ao longo dos últimos anos como uma questão crítica em virtude da fragmentação dos macro-dispositivos de regulação social, jurídica e económica. Tal fragmentação tem concorrido tanto para um crescente sentimento de insegurança subjectiva (ligada essencialmente ao medo do crime) como para um aumento da conflitualidade social (respeitante sobretudo à dissolução dos laços sociais). Para além disso, e em resultado de uma certa desagregação dos valores do Estado Social, os cidadãos também têm vindo a questionar não só a capacidade do Estado tutelar eficazmente o sistema de justiça, mas também a sua aptidão na gestão da regulação social. Proponho-me reflectir sobre as eventuais transformações do mandato policial

no contexto de transformações sociais mais vastas, designadamente naquilo que se refere à diluição das funções sociais do Estado. Estas transformações articulam-se com a emergência de renovadas formas de controlo social.

Título Segurança pública e favelas no Rio de Janeiro: crime violento, polícia, riscos e rotinas

ID 1664

Autores Márcia da Silva Pereira Leite

Resumo: O paper analisa a construção do problema da segurança pública no Rio de Janeiro, discutindo sua associação à representação das favelas como o território da violência na cidade. Examina como, para a interpretação mais largamente difundida no Rio de Janeiro, as favelas seriam o reduto das novas “classes perigosas” - concepção que ora enfoca especificamente o crime violento associado ao varejo do tráfico de drogas ali enquistado, ora engloba o conjunto de seus moradores acusados de convivência com o primeiro. Discute como esta interpretação orienta as práticas extra-oficiais dos policiais no tratamento dos moradores de favela e implicitamente delega aos mesmos as decisões a respeito de quando, como e contra quem adotar medidas repressivas mais diretas e duras, liberando-os para ir além do uso da “força comedida” que é sua atribuição institucional. Em seguida, com base em duas pesquisas qualitativas recentes, examina relatos de moradores de favelas cariocas sobre a violência que vivenciam em seu cotidiano face às diferentes modalidades de presença e atuação do crime violento e das forças policiais nessas localidades, bem como seus efeitos em termos de suas possibilidades de articulação de ações coletivas e de presença no espaço público.

Mesa: Práticas e políticas de segurança - 6 de Fevereiro - 11h15 -316

Moderador: Susana Silva

Título A Municipalização da Segurança Pública: estudo de caso em São Leopoldo - RS

ID 291

Autores Andréa Fagundes

Resumo: Nos últimos anos, muitos municípios por todo o Brasil vêm aderindo à tendência de elaboração e implementação de políticas voltadas à garantia da segurança pública. O objetivo deste trabalho, fruto de dissertação de mestrado, foi investigar este processo de municipalização da segurança pública, por meio de estudo de caso sobre a implementação da Secretaria Municipal de Segurança Pública de São Leopoldo, no estado do Rio Grande Sul e sua atuação voltada à prevenção da violência e criminalidade. O trabalho apresenta os antecedentes teóricos da ideia de gestão local da segurança, identificados nas primeiras formulações da Escola de Chicago, chegando às abordagens atuais de controle informal, como o movimento da Nova Prevenção, desenvolvido na Itália, como proposta complementar aos mecanismos de controle formal. As relações entre municípios, estados e União na construção de uma política pública de segurança no Brasil também são abordadas. O acompanhamento da implementação da secretaria e as ações executadas em seus dois primeiros anos são descritas e analisadas. A conclusão do estudo aponta os elementos identificados como facilitadores, bem como as dificuldades enfrentadas para a implementação das políticas públicas de segurança em âmbito municipal, e indica alguns caminhos possíveis para o aprofundamento da experiência de gestão municipal da segurança no caso estudado.

Título Sobre o sentido de “direito” e “humano” entre operadores de segurança pública no Brasil

ID 486

Autores Pedro Rodolfo Bodê de Moraes

Resumo: A defesa dos princípios dos direitos humanos tem, há muito tempo, sido alvo freqüente de ataques dos radialistas policiais, assim como de desconfiança de grande parte da população, que partilhariam a ideia de que os direitos humanos seriam, na realidade, defesa dos bandidos. Entre os operadores de segurança pública (policiais, agentes penitenciários, etc) a percepção de que os direitos humanos são direitos de bandidos reflete aquele quadro mais geral sendo, por vezes, mas intenso, o que poderia ser explicado por sua atividade de combate ao crime. O fato de que disciplinas de direitos humanos estejam sendo, já há algum tempo, ofertadas/ministrada aos operadores de segurança pública seja nas academias de formação seja em universidades, parece não terem alterado significativamente o sentido que os operadores de segurança pública atribuem aos direitos humanos, produzindo, outrossim, reinterpretações como a exposta na frase “direitos humanos para humanos direitos”. Cremos que o entendimento de tal fenômeno precisa ser analisado considerando a maneira como os cursos de direitos humanos são ministrados, mas principalmente, do sentido que os operadores de segurança pública atribuem ao termo direitos humanos.

Título A produção de “transparências” na polícia portuguesa.

ID 544

Autores Susana Soares Branco Durão

Resumo: Esta comunicação tem por objectivo apresentar dados de uma pesquisa recente sobre formas de auditoria política e de controlo institucional do policiamento urbano em Portugal, partindo de uma etnografia desenvolvida em esquadras de Lisboa. Se a teoria policial tem insistido sobre as opacidades do policiamento e a conseqüente necessidade de “accountability”, alguns antropólogos têm vindo a reflectir numa perspectiva mais ampla sobre os domínios políticos da produção de “transparências” burocráticas. Defendo assim que uma certa “cultura da auditoria”, como parte de um processo europeu mais lato, se inscreve em formas de produção social e política da segurança que não só determinam como são determinadas por certas representações de crime e de criminalidade que os governos desejam expandir. No caso em estudo, parece ser subjacente à relação entre política e polícia uma ideia de Portugal como “país de brandos costumes”, com uma criminalidade controlada e uma ordem social pacificada. Pretendo, por fim, apresentar algumas tendências envolvidas nestes processos: o sublinhar da quantificação dos dados em prole da qualidade da acção (produção e tratamento de estatísticas criminais); o afunilamento do mandato policial (e das suas complexas variantes) na

actuação anti-criminal; a emergência de ideias penalizadoras que associam crescentemente imigrantes e bairros residenciais a actividades criminais (factos que aparecem desmentidos nos dados oficiais).

Título Formação dos magistrados no Brasil e a necessidade de reforma para um Poder Judiciário mais justo.

ID 645

Autores Cristiane Reis

Resumo: A presente comunicação visa analisar a formação dos juizes brasileiros e demonstrar que a mesma ainda se pauta por forte positivismo e, neste sentido, muitas das vezes, não consegue alcançar a Justiça e a paz social que tanto se menciona nos bancos académicos e que para isso se realizar, precisamos de uma nova forma de sistema que incorpore outros valores para além do mero normativismo. Nas sociedades ocidentais, desde a Idade Média, a elaboração do pensamento jurídico, deu-se em torno e em função do poder régio, para que lhe servisse de instrumento ou de justificação. O direito é visto, então, como instrumento desta dominação que, também, veicula e aplica relações que não são relações de soberania, mas de dominação. Entretanto, apesar de ser visto hoje como um instrumento de dominação, e em muitos casos, é mesmo assim utilizado, há várias demonstrações que o Poder Judiciário é hoje um poder cindido entre forças hegemónicas e contra-hegemónicas, onde várias são as experiências e práticas dos operadores do direito, que rasgam o véu da hegemonia dominante. Assim, é esta fratura que se pretende demonstrar para se poder pensar em uma justiça cumpridora de sua responsabilidade social. Para isso, temos que ter operadores do direito repaginados, mais atentos às questões sociais, mais sensíveis, e esta mudança de mentalidade, como se diz, começa em casa, começa na faculdade, formando profissionais, de modo contínuo, que buscarão a igualdade, reconhecendo e respeitando as diferenças.

Título Escola e Políticas de Educação Sexual: um estudo sobre o quadro legal e normativo existente no Brasil e em Portugal

ID 1560

Autores Rosana Patané, Maria Amélia de Souza Reis, Danielle Pereira

Resumo: O trabalho em questão é resultado de uma investigação a nível Mestrado e consiste numa análise de conteúdo dos documentos oficiais que versam sobre as políticas destinadas à promoção da Educação Sexual em Meio Escolar presentes no quadro legal e normativo de Brasil e Portugal. Utilizando a metodologia dos estudos comparativos procurou-se perceber as similitudes e as dissonâncias existentes nos dois países para abordagem do tema da sexualidade.

Título Algumas notas sobre o RDD e as políticas públicas de exceção no Brasil

ID 1327

Autores Rogerio Dultra dos Santos

Resumo: Em meados de 2006, viu-se explodir em São Paulo fortes sintomas da crise do sistema carcerário, exacerbados pelos atentados da facção denominada Primeiro Comando da Capital (PCC). A burocracia da administração penitenciária estadual, sob a lógica de “estado de polícia”, já retaliava duramente o PCC com adoção de medidas restritivas para além do que à época permitia a legislação de execução penal. O mais polémico desses atos administrativos de carácter emergencial foi o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), instituído como procedimento administrativo em 2001, que acabou por se transformar numa das políticas centrais de segurança daquele governo, sendo definitivamente incorporada pela legislação federal como instrumento usual de repressão penitenciária em 2003. Estes acontecimentos são interessantes na medida em que, a partir deles, pode-se indagar se é possível cancelar uma política pública provisional de segurança como uma política criminal legitimada por princípios, capaz de permitir seu controle externo, público e democrático.

Mesa: Políticas e práticas judiciárias - 6 de Fevereiro - 14h30 - 304

Moderador: Madalena Duarte

Título Livre convencimento, imparcialidade e subjetividade na decisão judicial

ID 46

Autores Regina Lucia Teixeira Mendes

Resumo: Esta comunicação tem como objetivo alguns aspectos relativos a representações de juizes brasileiros e seu método decisório, relativamente ao livre convencimento do juiz. Estas reflexões são o resultado da pesquisa que realizei para a elaboração da minha tese de doutorado no PPGD/UGF – RJ na qual privilegiei o método antropológico no trabalho de campo jurídico brasileiro, prática rara entre os estudiosos do Direito no Brasil. Freqüentemente, o sentimento de distribuição desigual de justiça impõe a falta de segurança jurídica e o descrédito do Poder Judiciário brasileiro frente à população, além de um sentimento profundo de injustiça e impunidade. A questão da subjetividade é explorada por vários autores há muito, nas Ciências Sociais. Nessa tradição, não há ações propriamente neutras, pois, em todas elas, aparece presente o componente subjetivo dos atores sociais. A minha pesquisa demonstra que, ainda que os juizes tenham um domínio institucionalizado do saber relativo às suas tomadas de decisões, estas são marcadas por características pessoais. Neste contexto, a decisão do juiz é solitária, uma vez que a busca da “verdade real”, principal finalidade do processo e único caminho de fazer justiça, segundo a representação dos juizes entrevistados e da doutrina, os leva a mergulhar nos autos para encontrá-la. Entretanto, como tal verdade é inalcançável para qualquer ser humano mortal, são eles aparelhados pela crença no princípio do livre convencimento e na iniciativa probatória do juiz, ambos os institutos explícitos tanto no discurso legal como no discurso doutrinário. Entretanto, tais explicitações não são suficientes para justificar suas próprias decisões.

Título Pensando a justiça penal brasileira a partir dos conceitos de campo e habitus de Pierre Bourdieu

ID 465

Autores Elaine Cristina Pimentel Costa

Resumo: Valendo-se da amplitude do arcabouço teórico de Bourdieu e da possibilidade de pensar diversos campos de práticas sociais a partir dos pressupostos teóricos por ele apresentados, este texto se propõe a trazer algumas reflexões sobre a justiça penal brasileira, mais precisamente sobre as práticas judiciais seletivas que reproduzem uma cultura de criminalização da pobreza, evidenciada pelo perfil da população carcerária no Brasil. Nosso propósito é demonstrar, através dos conceitos de campo, habitus e capital, de Bourdieu, como se reproduzem práticas discriminatórias e segregantes da pobreza brasileira através dos julgamentos criminais. A centralidade do nosso estudo é o campo das práticas judiciais, definido por Bourdieu como campo jurídico. O foco, por sua vez, é a justiça penal, aqui compreendida como toda a estrutura penal que engloba desde as polícias, passando pela magistratura e culminando com o sistema prisional. A primeira parte deste texto é composta por uma breve reflexão sobre a realidade das prisões brasileiras e sua relação com as práticas da justiça penal. Na segunda parte, buscamos confrontar a teoria de Bourdieu a essas práticas, demonstrando como o campo da justiça penal, que entendemos pertencer ao campo do direito, é permeado por habitus que fazem do Estado brasileiro um verdadeiro gestor penal da miséria.

Título Mediação dos Conflitos sócio-ambientais através do Poder Judiciário: o caso da carcinicultura na APA da Barra do Rio Mamanguape-Pb

ID 588

Autores Juliana Moreira, Maristela Andrade

Resumo: No Brasil, sobretudo da região Nordeste, vem-se observando desde a década de 90 a prática da carcinicultura. Todavia, na Área de Proteção Ambiental (APA) da Barra do Rio Mamanguape, única área de proteção ambiental federal existente no estado da Paraíba, ocorre um fenômeno interessante, pois além da presença da prática da criação de camarões em viveiros observa-se também a superposição dessa APA sobre as TI Potiguara. Desta feita, conflitos emergem fazendo-se necessária a presença de mediadores que possam intervir nesses conflitos, pois tanto os interesses dos carcinicultores, sejam eles indígenas ou não, bem como dos órgãos ambientais, são, em regra, antagônicos. Assim sendo, surge a presença do Poder Judiciário, através das ações que são interpostas, seja pelo Ministério Público, seja pela população através da ação civil pública, como um dos mediadores existentes nessa situação conflituosa. Algumas decisões já foram tomadas, como, por exemplo, a suspensão das atividades da empresa Aquafer, localizada no interior da presente APA, em terras particulares, enquanto não for cumprido o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), bem como do Estudo de Impacto Ambiental a ser realizado pelos carcinicultores indígenas, em seus respectivos empreendimentos. Todavia, não se pode afirmar que seja esse o único mediador existente nessa localidade, pois a Funai também exerce importante papel ao procurar solucionar, ou ao menos amenizar, os conflitos existentes em relação aos indígenas.

Título Criminalização da pobreza e judicialização das relações sociais: Reflexões a partir do olhar do Serviço Social

ID 1297

Autores Márcia Silva

Resumo: O trabalho é parte do projeto de doutorado intitulado “Serviço Social na área Sociojurídica e práticas profissionais: limites e possibilidades para a efetivação do projeto ético-político da profissão”, e visa estabelecer uma reflexão crítica acerca dos limites e possibilidades do trabalho profissional do Serviço Social na área Jurídica frente à contradição entre as requisições sócio-institucionais na atualidade e a consolidação do projeto ético-político da profissão, num contexto marcado pelos fenômenos de judicialização das relações sociais e criminalização da pobreza. Tal interesse é motivado pela inserção no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Parte-se do pressuposto de que a prática profissional nesta área ainda é significativamente marcada por elementos conservadores e, como consequência, orientada por referenciais teórico-metodológicos pautados na tradição neokantiana. Tal consideração se dá em função da existência de, pelo menos, duas características que denotam a forte presença do conservadorismo na trajetória da profissão nesta área: a vocação para o passado, terreno, germinativo da inspiração para a interpretação do presente, e a valorização dos detalhes, dos dados qualitativos, dos casos particulares, em detrimento da apreensão da estrutura. Tais características atravessam a história da profissão, e, em especial na área em tela, ainda orientam produções recentes, que apresentam esquemas que orientam uma ação que, centrada na situação de indivíduos e famílias, pode potencializar a criminalização dos usuários e dificultar o acesso pleno aos direitos de cidadania.

Título Acesso à justiça na reforma do judiciário brasileiro

ID 1516

Autores Élide Santos

Resumo: Os tribunais vêm se constituindo em um dos pilares do Estado constitucional contemporâneo. O protagonismo que encenam na atualidade se dá na defesa dos direitos dos cidadãos e contra o abuso de poder. A questão da independência dos tribunais para um desempenho proativo é colocada já que o protagonismo das cortes brasileiras passa a receber limitações decorrentes da concepção de um judiciário mínimo. Este trabalho visa analisar as interferências e ameaças trazidas para o acesso à justiça no Brasil com a concretização da reforma. As propostas de reforma lançadas na Câmara dos Deputados são avaliadas em seus principais eixos, agentes e tendências para, ao fim, serem investigadas as influências indevidas surgidas com a Emenda Constitucional n.º 45, para um desempenho jurisdicional independente no Brasil.

Mesa: Adolescência, lei e crime - 6 de Fevereiro - 18h30 - 212

Moderador: Sara Magalhães

Título Delinquência juvenil feminina: histórias de vida sobre transgressão

ID 384

Autores Vera Mónica Duarte

Resumo: Esta comunicação procura pôr em relevo alguns dados preliminares de um estudo que está a ser realizado no âmbito do meu projecto doutoramento em Sociologia, sobre delinquência juvenil feminina. Um estudo que tem procurado compreender os sentidos e os significados que jovens raparigas, com problemas com a lei, constroem e atribuem à prática transgressiva nos seus percursos de vida, bem como descortinar, a partir das suas experiências e olhares, os contextos interactivos onde se desenvolvem essas práticas. Estes são os principais objectivos que têm animado esta investigação e sustentado as escolhas metodológicas, que têm passado pela exploração de relatos biográficos e pela construção de histórias de vida. A delinquência juvenil feminina tem sido uma realidade negligenciada. Quando se fala em comportamentos desviantes juvenis, raramente se tem em mente um universo que não seja o masculino, partilhando-se a convicção de que os desvios juvenis femininos são poucos, pouco importantes e não constituem problema social. Dar visibilidade sociológica a este fenómeno e, desta forma, contribuir para o debate em torno da relação entre delinquência juvenil e género, tem sido uma preocupação presente em toda a minha investigação.

Título A inserção da Juventude no processo de Produção da Violência na atualidade

ID 416

Autores Ruth Vasconcelos Lopes Ferreira, Carlos Martins de Jesus, Cintia Pereira Vilas Boas, Ana Paula da Silva Marques, Fabiana Brito dos Santos

Resumo: Pretendemos, com este trabalho, articular uma discussão em torno da violência tomando as dimensões culturais e subjetivas como variáveis importantes para a compreensão da ampliação deste fenómeno (a violência) no Brasil, e no Estado de Alagoas, particularmente. Vivenciamos uma forte crise de valores éticos, políticos e culturais que tem produzido profundos esgarçamentos nos laços sociais, comprometendo decisivamente a formação educacional da juventude que passa a se constituir o principal ator desse cenário, seja como vítima, seja como algoz. Discutiremos como o déficit de democracia e o declínio das figuras de alteridade, nas esferas pública e privada, contribuem para a ampliação da violência hoje; e como essa crise tem repercutido no universo representacional dos jovens que passam a não se reconhecer como sujeitos que pertencem a um grupo social, obstruindo as possibilidades de construção de identidades coletivas onde possam se posicionar como agentes produtores de sua própria história. Assim, problematizamos a inserção dos jovens no contexto de produção da violência, e os efeitos subjetivos na construção de projetos onde possam se envolver em coletividades no espaço público. Este trabalho tem como base empírica os dados de uma pesquisa coordenada por mim através do Núcleo de Estudos sobre a Violência em Alagoas/UFAL, onde analisamos a fala de jovens estudantes das Escolas Públicas no Estado de Alagoas.

Título Estudo sobre a incidência de homicídios praticados por adolescentes e o número de óbitos deste segmento no município de Natal/RN-Brasil

ID 844

Autores Eduardo Cruz, Joseneide Santos, Hildeline Oliveira

Resumo: O presente trabalho tem objetivo analisar a incidência de crimes de homicídio praticados por adolescentes e o número de óbitos de jovens entre 13 a 23 anos de idade no Município de Natal-RN/Brasil, no período de 2002 a 2007. A metodologia da pesquisa se constituiu por um levantamento estatístico e análise documental/bibliográfica. Os resultados apontam um indicador elevado e crescente de homicídios cometidos por adolescentes que podem se justificar de acordo com o Estatuto da Criança e o Adolescente-ECA como atos infracionais. Essa visão está cercada de um debate controverso entre os juristas, pois alguns entendem o aumento da criminalidade nos casos de homicídio, sendo fruto das condições sociais aviltantes e as perturbações de ordem psicológicas e familiares às determinantes para a precocidade da marginalidade juvenil. Por outro lado, outros doutrinadores compreendem que a proteção de julgar um homicídio como ato infracional vem favorecendo para o aumento da criminalidade dos jovens e protegendo a marginalidade mais geral. Entretanto, a análise estatística também revela que ao mesmo tempo em que o jovem mata mais cedo, também morre mais cedo em situações de crueldade. Assim, a ênfase na mudança da legislação é apenas um pequeno ponto em meio a um turbilhão de problemas a ser enfrentados na dinâmica de reabilitação dos jovens em situação de marginalização.

Título Adolescente que comete crime: punir ou educar?

ID 1164

Autores Jane Silva, Kauê Silva, Diomario Junior

Resumo: Este ensaio se propõe a organizar uma discussão em dois momentos sobre a questão do adolescente infrator: primeiro, recuperar teoricamente os conceitos que historicamente marcam a discussão na sociologia e no Direito Penal sobre o adolescente que comete infrações criminais e suas ressignificações a partir das Convenções Internacionais e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) do Brasil, marcadamente progressista. Em um segundo momento, parte-se para uma avaliação que ultrapasse a simples descrição dos pontos positivos e negativos do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Este sistema brasileiro foi criado com base nos acordos internacionais em direitos humanos e, em especial, na área de direitos de crianças e adolescentes que o Brasil é signatário. Segundo o governo brasileiro, o objetivo central do SINASE é frear o crescente número de medidas sócio-educativas que privilegiam a internação e trabalhar para incentivar através da esfera federal que os governos estaduais e municipais apoiem a descentralização das medidas de meio aberto. Compreende-se nesta discussão que a teoria e a prática atuam de forma simultânea e recíproca, com autonomia e dependência. Sendo assim, para que leis democráticas e emancipatórias se ponham em exercício, exige-se uma tomada de posição da sociedade como um todo, colocando-se em discussão como objeto de conhecimento, interpretação e transformação.

Título Os adolescentes em conflito com a lei e a criminalização das classes perigosas: notas sobre o perfil étnico-racial

ID 1195

Autores Márcia Silva, Jane Santos

Resumo: O trabalho visa estabelecer relações entre a política de atendimento ao adolescente em conflito com a lei no Brasil, o processo de criminalização das classes perigosas e as questões étnico-raciais, em especial quanto aos adolescentes afrodescendentes. Parte da consideração de que tais políticas voltadas são eivadas por elementos que

revelam as contradições presentes na sociedade do Capital, o que faz com que, apesar dos avanços formais, haja sensíveis dificuldades para a superação das constantes violações aos direitos humanos. A partir da análise de diversas conjunturas, se indica que as ações direcionadas para crianças e adolescentes brasileiros sempre foram marcadas por três traços importantes, a saber: o caráter classista que estabelece uma programática voltada para as crianças e adolescentes das classes subalternizadas, o recurso freqüente da institucionalização para estabelecer o controle da pobreza, e o uso da repressão e do controle em detrimento da proteção. Conclui, deste modo, que as estratégias de promoção, garantia e defesa dos direitos dos adolescentes em conflito com a lei não podem ser delineadas sem a compreensão dos traços históricos e das tendências atuais, o que requer o conhecimento da realidade social e dos sujeitos individuais e coletivos, a partir da consideração, em especial, dos recortes de classe e étnico-racial.

Mesa: Políticas e práticas judiciárias - 6 de Fevereiro - 18h30 - 218

Moderador: Sílvia da Mota Gomes

Título Será a legislação penal contemporânea de emergência uma legislação de "linhas abissais"?

ID 280

Autores Criziany Felix

Resumo: O paper a ser apresentado consiste em uma análise crítica comparativa da situação dos sistemas processuais penais brasileiro e português, a partir das legislações penais emergentes nesses países após suas atuais constituições das repúblicas. Partindo da tese sustentada pelo Professor Boaventura de Sousa Santos – crise da modernidade – acerca da tensão entre regulação e emancipação, bem como da dicotomia invisível que a fundamenta, consistente na tensão apropriação/violência, oriunda do contexto colonial, sustentaremos a hipótese que os processos penais brasileiro e lusitano enfrentam uma crise paradigmática. Nessa senda, podemos constatar, atualmente, que a emergência de leis penais e processuais penais severas, que seguem a atual onda de elefantiase da legislação criminal, apresentam-se como possível solução à essa crise. Assim verificaremos se essas legislações podem ser apresentadas como alternativas à crise do processo penal, ou se ao contrário, pautadas na lógica colonial, refletem apenas um aspecto formal dessa própria crise.

Título "Nem às paredes confesso": a relação entre a(s) justiça(s) e a(s) arquitetura(s) judicial(ais)

ID 1542

Autores Eliana Patrícia Branco

Resumo: O século XXI vem questionar o modo como o direito e as ciências sociais respondem às complexidades de um mundo em permanente transformação, daí que se fale hoje em mudança de paradigmas, em novos desafios e em reformulação de concepções, vivendo-se um período de intensa transformação ao nível dos modelos de direito e de justiça. Como diria Jacques Commaille (2004), vivemos entre um modelo de justiça transcendental, que releva do sagrado, e um modelo de justiça imanente à comunidade, de carácter profano. E talvez seja por isso que se procura olhar o direito de mais sítios e de sítios mais improváveis do que se tornou habitual (Hespanha, 2007). Segundo Robert Jacob (1995), a arquitetura constitui uma componente essencial da imagem da justiça, sendo a partir do seu simbolismo que a justiça estabelece uma distância em relação ao cidadão, umas vezes reduzida, outras vezes considerável. Defende-se, assim, que é imprescindível a compreensão dos espaços físicos da justiça, de modo a analisar de que forma contribuem para um direito e uma justiça mais efectivos e cidadãos. Questiona-se, pois, se avançaremos para um modelo dominante, com um certo mimetismo das instâncias de proximidade ao "palácio de justiça". Ou se, afinal, as sociedades sempre precisarão de uma pluralidade de espaços da justiça, diferenciados, uns monumentais e solenes e outros informais e sem solenidade, ou seja, que espaços poderão ser mais aptos a servir a comunicação e a acessibilidade ao direito e a legitimação da administração da justiça no século XXI.

Título Dimensões educativas das penas alternativas: experiência do programa pró-egresso - Paraná

ID 491

Autores Larissa Suzane Biscaia, Maria Antonia Souza

Resumo: Este texto apresenta o resultado da pesquisa sobre as principais modalidades de penalidades alternativas, aplicadas pelo Programa Pró-Egresso, vinculado à Universidade Estadual de Ponta Grossa/ Paraná, e suas dimensões educativas. Este Programa caracteriza-se como projeto de extensão da Universidade em parceria com a Secretaria de Justiça do Paraná, em um espaço onde professores e estudantes dos cursos de Direito e Serviço Social exercem participação ativa, acompanhando o cumprimento das penalidades alternativas indicadas pelos juízes das comarcas criminais. O pressuposto é de que as penalidades impostas constituem alternativas à prisão de curta duração, acompanhando a tendência mundial de criação e ampliação de leis penais mais humanitárias, não como a solução para a criminalidade, mas sim como uma evolução do ordenamento jurídico, contribuindo para a ressocialização dos apenados e fortalecimento da cidadania, sendo que suas dimensões educativas estão em estreita relação com a categoria tempo. Foi possível constatar que as penalidades mais aplicadas são a prestação de serviços à comunidade e a prestação pecuniária, sendo o Programa Pró-Egresso de fundamental importância, pois este espaço de educação não-formal possibilita a participação da sociedade civil, através das instituições que recebem os apenados e de professores e alunos, para uma ação fora dos espaços universitários. O desafio central é o tempo destinado às atividades que propiciam uma reflexão sobre a experiência vivida pelos apenados e que não é o tempo destinado às atividades normalmente cumpridas nas instituições. É preciso maior tempo para que os apenados reflitam sobre sua experiência pessoal.

Desenvolvimento, Políticas Públicas e Terceiro Sector

Título Mamirauá, mudanças sociais em tempo de modernização ecológica na Amazônia brasileira

ID 919

Autores Edila Moura

Resumo: Estudo sobre as mudanças sociais transcorridas nas populações tradicionais com a criação de uma unidade de conservação ambiental, no ano de 1990, na região do Médio Solimões, Amazonia brasileira, com o interesse de conservar uma área designada como o maior ecossistema de várzea do mundo. A análise é conduzida com a construção do conceito de modernização ecológica, que se refere à necessidade das populações locais se inserirem em novas formas de relação produtiva no uso dos recursos naturais para atenderem às exigências do mercado ecológico e do mercado da conservação ambiental. O estudo é conduzido em 49 localidades da floresta alagada amazônica, com informações referentes aos anos de 1991 a 2006. A análise identifica os atores sociais que integram o campo socioambiental que se constrói com as políticas de intervenção socioambiental nessa região formuladas com um discurso de promoção do desenvolvimento sustentável para essas populações locais. A composição do campo socioambiental revela as novas dinâmicas sociais que acontecem com o reordenamento territorial da criação da unidade de conservação, com os processos participativos das populações locais com o mercado ecológico e as mudanças sociais que acontecem no modo de vida do campesinato da várzea com as novas situações criadas pelos projetos socioambientalistas nessa região da Amazônia brasileira.

Título RPPNs no semi-árido brasileiro: uma política pública ambiental viável?

ID 1180

Autores José Irivaldo Alves Oliveira Silva, Luis Henrique Cunha, Lucira Freire Monteiro

Resumo: Um dos eixos centrais da política conservacionista implementada no Brasil tem sido a formação de unidades de conservação (UCs), dentre as quais se destaca a modalidade de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), que já totaliza 429 unidades no território nacional, entre as federais, das quais 36 localizadas no semi-árido nordestino. Este trabalho analisa o modelo de conservação empreendido pela criação destas unidades de conservação de caráter privado, a partir do caso da RPPN da Fazenda Almas, localizada no cariri paraibano. As dinâmicas sociais relacionadas à criação de uma RPPN envolvem proprietários, populações do entorno e representantes de órgãos públicos, tratados neste artigo em termos dos processos combinados de mudança ambiental, políticas conservacionistas e marginalização de grupos sociais no quadro da abordagem da ecologia política. A pesquisa de campo realizada, nas RPPNs da Fazenda Almas, Major Badu Loureiro e Tamanduá revelaram as contradições deste modelo de política conservacionista: indefinição das responsabilidades e direitos públicos e privados, os conflitos com as populações do entorno e os entraves a seu envolvimento nos processos de criação e manutenção da reserva; e as tensões entre conservação da natureza e exploração de recursos tais como madeira, caça e áreas de pastagem natural. Estas contradições são potencializadas no semi-árido paraibano, marcado pela degradação da caatinga, concentração fundiária, baixos índices de desenvolvimento humano e pelas relações clientelistas dominantes na região.

Título A questão da habitação: velhas políticas, grandes desafios

ID 1355

Autores Celeste Aparecida Pereira Barbosa

Resumo: O Brasil encontra-se ainda entre os países com a pior distribuição de renda do mundo. Isto dá uma idéia do que representa esse padrão de distribuição para a questão habitacional, o que nos leva a considerar que dados sobre o déficit habitacional brasileiro demonstram o distanciamento do exercício dos direitos para a maioria dos cidadãos deste país. A trajetória da política habitacional no Brasil passou por várias oscilações, de acordo com a política dominante de cada período. Isso ocorreu desde a Fundação da Casa Popular, na região Sudeste, conhecida como 'a primeira Política Nacional de Habitação', instituída em 1946. O programa atendia apenas a algumas regiões do país, com uma produção limitada de casas/unidades, fatores que contribuíram para o fracasso inicial desta 'política' até a implantação do Banco Nacional de Habitação (BNH), entretanto, nos dias de hoje, quando pensamos na habitação no Brasil, podemos perceber o quanto a questão se complexou com o decorrer do tempo em virtude da valorização da terra urbana, para além dos interesses dos proprietários de imóveis destinados para o aluguel no início do século XX, portanto, alguns aspectos históricos, políticos e sociais da habitação no Brasil, são considerados significativos para a construção deste estudo.

Título O orçamento democrático no município de João Pessoa: instrumento de emancipação e redistribuição social?

ID 1528

Autores Ana Adelaide Guedes Pereira Rosa Lira, Eliana Monteiro Moreira

Resumo: O processo de redemocratização do Estado brasileiro, iniciado nos anos de 1980, induziu a necessidade de repensar e reconstruir o modelo democrático, alargando a idéia de democracia para além do ideal hegemônico. Experiências bem sucedidas em alguns municípios, como o orçamento participativo, ampliaram o cânone democrático ao criar um espaço público não-estatal onde as idéias de participação, empoderamento e representação são reinauguradas e reconfiguradas, sinalizando a possibilidade de superação de um modelo democrático de baixa intensidade. Em 2005 foi implantado, no município de João Pessoa, o orçamento democrático, cujo propósito, conforme preceitua a cartilha, é a democratização da relação Estado e sociedade. O objetivo do presente artigo é analisar a implantação e gestão do orçamento democrático e verificar se o mesmo traduz um espaço de ruptura com as tradicionais práticas de clientelismo e patrimonialismo, onde os interesses privados de poucos se sobrepõem aos interesses coletivos, verificando, assim, se o orçamento democrático representa o controle da sociedade sobre o Estado, e se a democratização das relações entre a gestão municipal e a população configura-se num instrumento de emancipação e redistribuição social.

Título Combate à pobreza no Brasil: o programa Bolsa Família em questão

ID 1680

Autores Marcia Emilia Rodrigues Neves, Ariosvaldo da Silva Diniz

Resumo: Este estudo analisa o Programa Bolsa Família a partir da centralidade que este vem adquirindo na prestação da assistência social brasileira. Apresenta como questão a perspectiva de que o Programa incorra, apenas, na possibilidade de transferir renda para determinados grupos sociais, sem que implique na construção efetiva das condições de cidadania. Considera a pobreza e as condições reprodutoras da desigualdade como componentes fundamentais da sociedade burguesa, cuja dinâmica atual expressa as mudanças operadas desde o final do século XX nas relações econômicas, políticas, sociais e culturais. Nessa perspectiva, privilegiam-se duas categorias analíticas: a) a Política Nacional de Assistência Social, em face da configuração do Estado Brasileiro, que coloca severos limites à proteção social fundada na lógica do direito, embora o Programa Bolsa Família acene para a perspectiva de superação da pobreza à luz da autonomia e da emancipação do usuário; b) a pobreza, nas suas variadas expressões e exigências públicas para os segmentos pobres acessarem os programas a eles direcionados. A preocupação com a coesão social deslocada das proteções afiançadas com base nos direitos sociais vem se afirmando e favorecendo forma de atenção baseada na possibilidade de que grupos sociais detenham algum poder de consumo, desde que pautado por uma perspectiva mínima de sobrevivência, implicando em mudanças substantivas nas negociações dos conflitos e nas funções do Estado. Nesse sentido, os resultados vêm se apresentando divorciados dos parâmetros de superação da pobreza e emancipação postos pelo Programa Bolsa Família.

Mesa: Políticas de saúde - 5 de Fevereiro - 11h15 - 315

Moderador: Madalena Nunes

Título Os novos significados da prestação pública de cuidados hospitalares em Portugal

ID 956

Autores Tiago Correia

Resumo: Um pouco por todos os países europeus, tem-se assistido a reformas consecutivas e profundas dos serviços públicos. Inserido neste contexto, o funcionamento dos hospitais públicos em Portugal tem vindo a sofrer reconfigurações, grosso modo, desde 2002, na procura de redução do peso da despesa pública no sector, por via da inclusão de critérios de gestão outrora característicos do sector empresarial privado. Como resultado, a empresarialização hospitalar (hospitais entidades públicas empresariais) foi a solução encontrada para associar a serviços públicos a eficiência e eficácia organizacionais, esbatendo-se algumas das fronteiras entre as lógicas do funcionamento público e do privado. Dado que este modelo tem vindo a ser fortemente difundido nos hospitais públicos portugueses, com base numa análise do nível jurídico-normativo, pretende-se discutir em que medida o significado da “componente pública” da prestação pública de cuidados hospitalares é hoje diferente da que caracterizou os hospitais até este processo, alterando conseqüentemente a configuração do SNS português. A partir deste nível de análise procura-se ainda equacionar em que sentido este modelo, embora legitime um modo de gestão descentralizada no sentido da desburocratização do funcionamento das organizações, acaba por manifestar um reforço de alguns dos princípios elementares da burocracia oriundos desde as teorias clássicas.

Título Avanços e impasses da política de Reforma Psiquiátrica no Distrito Federal

ID 1252

Autores Marcela Amaral

Resumo: Iniciado entre as décadas de 1960 e 1970, o debate sobre o redirecionamento da política de assistência psiquiátrica brasileira alcançou o seu ponto máximo quando da aprovação da Lei nº10.216, em 2001. O movimento pela Reforma Psiquiátrica no Brasil emerge articulado com o movimento pela reforma sanitária e redemocratização do país. Tais contestações apresentavam-se como uma resposta ao que foi chamado de “industrialização da loucura”, na década de 1970, em que os transtornos mentais passaram a representar uma importante fonte de lucro para a assistência psiquiátrica privada. Este setor posicionou-se como a principal oposição ao crescente Movimento da Luta Antimanicomial e ao Projeto de Lei nº 3.657, de 1989, com uma trajetória de doze anos de tramitação até ser aprovado em 2001. Desde então o Ministério da Saúde e órgãos em nível local e estadual, conjuntamente a entidades representantes daquele Movimento e da sociedade civil buscam fazer valer na prática o que está determinado na Lei. No Distrito Federal desde 1995 foi aprovada a Lei nº 975, fixando novas diretrizes para a saúde mental, ressaltando um dos princípios da Reforma Psiquiátrica: a cidadania das pessoas acometidas por transtornos mentais. Frente ao exposto, a presente comunicação pretende demonstrar como as instituições envolvidas com o processo de implementação da Reforma Psiquiátrica no Distrito Federal – Instituto de Saúde Mental, Hospital São Vicente de Paula, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e a ONG Inverso – vêm se articulando para fazer avançar as políticas de atenção em saúde mental e, ao mesmo tempo, superar os seus impasses.

Título Comunicação e saúde: avanços e tensões no Brasil

ID 1323

Autores Janine Cardoso, Inesita Araújo

Resumo: No Brasil e em outros países periféricos, o modelo de comunicação para o desenvolvimento introduzido após a segunda guerra mundial implantou uma forma de pensar e fazer comunicação de natureza tecnicista, apolítica, bipolar e vertical. Em estreita articulação com a tradição campanhista vigente no campo da saúde, este modelo fortaleceu ações tópicas, prescritivas e descontextualizadas, coerentes com a idéia de uma cidadania regulada. A redemocratização do Brasil, a partir dos anos 80 do século passado, propiciou o fortalecimento da Reforma Sanitária Brasileira e colocou em cheque o modelo de atenção privatista, centrado na doença, no hospital e no saber bio-médico. O atual Sistema Único de Saúde aí originado parte do reconhecimento da determinação social do processo saúde-doença e do vínculo indissociável entre saúde, democracia e participação social, exigindo a articulação com outras políticas e setores, como educação, trabalho, cultura. As práticas comunicacionais de caráter normativo e autoritário não ficaram imunes a este processo de revisão crítica e suas propostas de práticas mais dialógicas, plurais e horizontais. Apesar de alguns avanços, pesquisas por nós realizadas sobre as estratégias de comunicação para a promoção da saúde, prevenção da dengue e do HIV/Aids

(2002-2007) indicam o predomínio da tradicional comunicação desenvolvimentista, “modernizada” pelas novas mídias e pelo discurso publicitário. Com base nesses resultados e em diálogo com autores como Bourdieu, Foucault, Matellart, Bakhtin e Fairclough, propomos um debate sobre os limites e desafios que este cenário coloca para a melhoria das condições de saúde no Brasil.

Título Aspectos da procura e utilização de serviços de saúde no Brasil

ID 1269

Autores Enilda Rosendo do Nascimento, Mirian Santos Paiva, Sílvia Lúcia Ferreira, Jeane Freitas de Oliveira

Resumo: Introdução: o acesso e utilização adequada de serviços assistenciais de saúde constituem importante recurso de prevenção e tratamento de doenças, refletindo na redução da mortalidade por doenças evitáveis. Entretanto, vários fatores estão associados ao acesso a serviços de saúde. Considerando gênero como categoria que estrutura as relações sociais, espera-se que haja diferenciais de acesso entre mulheres e homens. Objetivo: identificar características da procura e utilização de serviços de saúde por mulheres e homens maiores de 15 anos de idade em algumas Regiões Metropolitanas do Brasil. Trata-se de estudo de base populacional cujos dados foram obtidos na base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD, utilizando as informações do ano de 2003. A captura dos dados deu-se com auxílio do Programa SPSS. Resultados e conclusões: identificou-se que embora as mulheres utilizem em maior proporção os serviços de saúde quando comparadas aos homens, essa utilização não é uniforme, pois, para alguns tipos de atendimento e a depender da idade, há predominância de utilização por parte dos homens. As características do tipo de atendimento mais utilizado pelos homens e pelas mulheres revelam aspectos da influência das construções de gênero predominantes na sociedade brasileira. O estudo poderá contribuir para a discussão sobre o desenvolvimento de ações intersectoriais que visem atender grupos específicos, de modo a promover a equidade em saúde.

Mesa: Políticas públicas para a comunicação e a cultura - 5 de Fevereiro - 11h15 - 317

Moderador: Raquel Bello Vasquez

Título Fluxos, desenvolvimento e estratégias de construção de uma política social nacional em torno das novas tecnologias de informação e comunicação

ID 1054

Autores José Carlos Morais

Resumo: Urge repensar as polarizações planetárias e formas de assegurar posições na lógica de fluxos (de informação, capitais, serviços e produtos) que caracteriza a ‘rede’ mundial, enquanto desafio ao desenvolvimento nacional, numa perspectiva de abordagem de dissonâncias verificadas entre instituições estruturantes de práticas e representações: ‘família’, ‘escola’ e ‘trabalho’. Reportando-nos às NTICs, aludimos a diferentes gramáticas do tempo para justificar a coexistência de três modos de relacionamento dos cidadãos com estas tecnologias, que estão na base de uma nova lógica mundial: o informacionalismo. Contrariando a visão de uma unidimensionalidade das apropriações desta lógica de fluxos, a análise admite diferentes formas de participação nos fluxos da rede mundial - com um lado mais visível na Internet - consoante as características estruturais de cada país, ponderando a coexistência num mesmo país, de três formas de relacionamento com as NTICs: três países diferentes ‘dentro’ de um mesmo país. Coexistem simultaneamente um país alheio à lógica de fluxos, um país que especta a lógica de fluxos e um país que participa da lógica dos fluxos protagonizando I&D e a coloca na ‘rede’, transformando-o em mais-valias pessoais e nacionais. As dimensões da cidadania que interpenetram o domínio do social com os domínios económicos, institucional, territorial e o das referências simbólicas obrigam a repensar o interesse da população numa reconfiguração da participação no espaço público. O potencial das NTICs remete para a análise dos usos que se fazem das mesmas, evidenciando estruturas e desestruturas de disposições individuais em países como Portugal.

Título Políticas Públicas de Emancipação Digital: Possibilidades e Avanços à Inclusão Sociodigital no Estado da Bahia

ID 1080

Autores Luzineide Miranda Borges, Tânia Maria Hetkowski

Resumo: Frente às implicações contemporâneas no contexto da sociedade da informação, as políticas públicas de emancipação digital requerem um olhar crítico e reflexivo acerca das suas intencionalidades e objetividades. É importante ressaltar que as políticas públicas são resultantes de uma dinâmica de interesses adotada no todo da sua trajetória, da elaboração à efetivação. A proposta da comunicação é fruto de uma pesquisa de Mestrado que teve como objeto de estudo as políticas públicas de emancipação digital, analisando os avanços e possibilidades na inclusão sociodigital. O objetivo geral deste estudo foi pesquisar as políticas públicas de emancipação digital como possibilitadoras de democratização e acessibilidade à sociedade em rede (internet) no Estado da Bahia, investigando as ações difundidas pelo Programa de Inclusão Sociodigital da Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia. Para alcançar tal objetivo foi utilizado como procedimento metodológico o Estudo de Caso, o qual permitiu compreender e descrever o objeto de pesquisa respeitando o contexto no qual está inserido. Emancipação digital significa efetivar os excluídos digitais na sociedade da informação, por meio de políticas que visem ao seu crescimento sustentável de forma colaborativa e gradativa, não com medidas emergenciais e paliativas. Os resultados da pesquisa apresentam indicadores sociais de grande relevância para todos os sujeitos que colaboram, participam e atuam para a concretização desta proposta e aponta os avanços e possibilidade do programa neste cinco anos de atuação quanto à emancipação social por meio da inclusão sociodigital, visto que os CDC se constituem em um espaço da concretização da cidadania por viabilizar as expressões e valorizações da economia solidária, geração de renda e trabalho, acesso a educação cultura e lazer e participação social dos movimentos sociais e das comunidades quilombolas, ribeirinhas e indígenas.

Título Acesso à justiça por meios eletrônicos

ID 1137

Autores José Duarte Barbosa Júnior

Resumo: Trata-se de estudo sobre a democratização do acesso à justiça no Brasil através do processo de informatização de instâncias do Judiciário. Aborda a relação entre Justiça e Democracia mediada pelas Novas Tecnologias (ou TIC, Tecnologias de Informação e Comunicação) buscando refletir sobre as possibilidades geradas pelo uso dos novos recursos informacionais na modernização e democratização do Judiciário. As TIC's surgiram no contexto da corrida armamentista e da disputa pela hegemonia do poder no mundo e entraram para o hall das utilidades da vida social na modernidade. Uma possibilidade gerada pelas TIC's é a capacidade de poder sair de âmbitos marcadamente restritos para a amplitude característica das sociedades [complexas] e suas instituições. O acesso à Justiça é, no Brasil, uma discussão que está ligada ao processo de democratização do Estado. Diz respeito à construção de alternativas: pesquisa, planos e ações públicos de governo, mobilização civil, para ampliar a ação do Poder Judiciário e a consequente resolução de conflitos. O uso de recursos informacionais pelas instituições do Judiciário, em especial os Juizados Especiais Federais da 5ª Região tem demonstrado um grande potencial para abertura de possibilidades à democratização do acesso à Justiça. A presente pesquisa, portanto, é de fundamental importância para a compreensão das relações de inclusão/exclusão associadas ao desenvolvimento das instituições de Estado, em especial ao desenvolvimento de sua operacionalidade respaldada pelos recursos informacionais. Nesse sentido é possível pensar, discutir e planejar a construção de alternativas para a superação da desigualdade nos novos rumos que a sociedade mundial vem tomando.

Título Políticas de comunicação na Amazônia: lógicas de integração entre o estado e o mercado

ID 1315

Autores Ana Paula Nazaré de Freitas, Fabricio Santos de Mattos

Resumo: O presente artigo discute a relação entre políticas de comunicação, democracia e espaço público na Amazônia, a partir do estudo de caso do "convênio" entre uma grande empresa de telecomunicações do Estado do Pará, na Amazônia brasileira, e a TV Liberal, retransmissora da maior rede de telecomunicações no Brasil (Rede Globo de Televisão) e a Fundação de Telecomunicações do Pará, FUNTELPA, pertencente ao governo do Estado do Pará. Ao analisar este caso, colocam-se sob nossos olhos as relações de poder que permeiam a comunicação e a cultura, assim como os desafios para a construção da democracia na Amazônia contemporânea. Nossa hipótese consiste em pensar que o Governo do Estado do Pará não apenas inverte a lógica da integração, mas reconfigura o processo de colonialismo interno no estado. Faz isso partindo de uma lógica neoliberal, portanto diferente dos desenvolvimentistas e militares, permitindo que o protagonista que dinamiza essa nova integração, nos âmbitos da cultura e da comunicação, seja uma empresa privada, ou seja, delegando ao mercado esta função, e, no entanto, mantendo uma relação de tutela e clientelismo com a empresa. Com isso queremos inferir que sempre existe uma relação outra, para além da simples gestão administrativa que o termo "política de comunicação" implica. Queremos por em relevância a política, num sentido distinto: o de relações de poder inerentes e imbricadas às políticas governamentais.

Título Espaços de cultura como espaço de memória e conhecimento: políticas públicas de bibliotecas, arquivos e museus no nordeste brasileiro

ID 1489

Autores Maria Mary Ferreira

Resumo: Informação e conhecimento são mecanismos importantes para pensar estratégias de desenvolvimento tanto no plano individual como coletivo. São considerados como bens sociais importantes na construção de sujeitos-cidadãos/ãs, pois criam condições reais de empoderamento dos sujeitos ao abrir caminhos para o conhecimento da realidade assim como de seus direitos e obrigações. A informação se processa a partir de dados trabalhados intelectualmente quando os homens e mulheres refletem sobre os mesmos e estes respondem as necessidades de transformar a realidade social em que estão inseridos. A construção da cidadania emerge desse processo. Para tanto é imprescindível que a informação seja acessível ou disponibilizada através de diferentes suportes: livros, revistas, filmes, vídeos, cds, canais de televisão, rádio, além de outros recursos. Tais suportes funcionam como condutores e estimuladores da cidadania que passa necessariamente pela garantia do acesso à informação e ao conhecimento. Ressalte-se que o acesso à informação é um direito conquistado em 1988 quando a Constituição Brasileira garantiu em seu artigo 5º o direito e acesso a informação. Esse direito na prática se viabiliza quando o Estado cria mecanismos de acesso com estruturas disponíveis e acessíveis que permite ao cidadão/ã ampliar seus horizontes através de leituras e bens culturais que lhe abrem perspectivas de ampliar seus conhecimentos. Nos últimos anos apesar dos esforços do governo federal de criar políticas públicas nas áreas de bibliotecas, museus e arquivos, ainda convivemos com um Brasil que retrata uma desigualdade refletida de forma muito significativa na falta de espaços de informação, espaços que preserve a memória e difunda conhecimentos. No Nordeste brasileiro e em especial no Maranhão essa realidade é visível quando constatamos que dos 217 municípios, desse Estado, mais de 50% não possui bibliotecas, apenas 10 % possui museus e em se tratando de arquivos públicos, estes se concentram apenas na Capital do Estado e em dois municípios encontram-se parcialmente organizados. Esses dados estão sendo analisados na Pesquisa Informação e desigualdade social no Maranhão: as bibliotecas, os arquivos e o profissional da informação – desafios para pensar o estado democrático onde questionamos o papel do Estado como responsável pelas políticas públicas de democratização da informação, e da preservação da memória social.

Mesa: Desenvolvimento, desigualdades regionais e participação - 5 de Fevereiro - 14h30 - 310

Moderador: Cristina Udelsmann Rodrigues

Título Aspectos legais e institucionais da gestão de águas no Noroeste do Brasil: análise da sua relevância para o desenvolvimento sustentável

ID 789

Autores Macos Gomes Melo, Suely Salgueiro Chacon

Resumo: O artigo mostra parte dos resultados de uma pesquisa desenvolvida nos anos de 2007 e 2008 sobre a gestão de águas no Nordeste do Brasil. A pesquisa avaliou os dados desde 1997 até 2007, e seu objetivo foi conhecer e avaliar as políticas de gestão de águas dos 9 (nove) estados da região Nordeste. Aqui são apresentados os dados sobre a legislação e os instrumentos de gestão locais, a demanda de cada estado e a organização dos comitês de bacia. O Comitê de Bacia existe para tomar as decisões sobre distribuição das águas, e é composto por membros que representam toda a sociedade, usuária da água. A pesquisa mostrou que há ainda lacunas a preencher, como compatibilizar os dados técnicos entre as instituições estaduais e federais, para que se possa proceder a diagnósticos mais precisos. Não obstante, o Nordeste avançou consideravelmente na adequada gestão de suas águas. Com destaque para a geração de informações confiáveis e para a criação de toda uma estrutura jurídica e institucional. Além disso, também a promoção da participação da sociedade no processo de tomada de decisão em relação ao uso da água no território foi estimulada. Tudo tem contribuído para um processo de desenvolvimento que segue em direção à sustentabilidade.

Título África, su ubicación actual en el contexto socio-económico mundial.

ID 1060

Autores Osvaldo Calivangue

Resumo: El objetivo de este artículo es analizar la ubicación de África en el contexto socio-económico mundial, partiendo de un análisis de indicadores extraídos de varias fuentes de información reconocidas internacionalmente, entre las cuales se destacan los Informes del PNUD acerca del índice de desarrollo humano de los años 2004–2006. Para ello, se conformó una base de datos que permitió realizar un análisis, procesamiento e identificación de los principales componentes que subyacen en el desarrollo socio-económico de los países objeto de estudio. Fueron analizados 139 países – de ellos 45 africanos - y un total de 54 indicadores, de los que finalmente fueron seleccionados 19, para la obtención de tres 3 componentes principales. Se determinó la ubicación de cada país del continente con respecto al total de países en estudio mediante el Índice de Desarrollo Global (IDG) construido en base a dichos componentes y la conformación de grupos de países según su nivel de desarrollo socio-económico, aplicando el análisis cluster.

Título Reforma Agrária: Uma política pública que visa desconcentrar a terra

ID 1069

Autores Eloy Alves Filho, Arlete Salcides

Resumo: No contexto de implementação do II Plano Nacional de Reforma Agrária, lançado pelo Governo brasileiro em novembro de 2003, ressalta-se a expectativa da sociedade brasileira no cumprimento de ações que visam a garantia de inclusão dos trabalhadores rurais na construção de um novo projeto de sociedade. Nessa perspectiva, realizamos um estudo orientado na direção de responder a seguinte questão: Como o Programa de Reforma Agrária pode contribuir para conter o êxodo rural, favorecer uma distribuição mais justa de renda entre a população brasileira e, também, funcionar como estratégia de democratização de acesso e posse de terras? No caminho investigativo percorrido adotamos procedimentos metodológicos que permitiram contemplar o entrelaçamento de quatro problemas indissociáveis: descentralização, políticas públicas, cidadania e participação. Na etapa de trabalho de campo foram aplicados questionários e realizadas entrevistas. Os participantes dos estudos de caso são residentes em sete assentamentos rurais representativos das regiões Oeste, Triângulo Mineiro, Centro e da Mata, do estado de Minas Gerais, Brasil. Estima-se que o destaque aos acertos e, também, aos limites que ainda precisam ser superados, na perspectiva dos próprios beneficiários do Programa, venha a repercutir na reformulação de ações indispensáveis na direção de construção de um novo mundo rural, no qual estejam garantidas a paz, a produção e melhores condições de vida, tal como preconizado no texto do novo Plano.

Título A Internacionalização da Petrobras e a Responsabilidade Social

ID 161

Autores Nilson Souza, Luísa Silva

Resumo: O objetivo deste artigo é examinar o processo de internacionalização da empresa Petróleos Brasileiros S.A. (Petrobras) e sua implicação na responsabilidade social da empresa. A Petrobras é, ao mesmo tempo, a empresa brasileira que mais avançou nesse processo de internacionalização e a que mais tem participado do processo de integração da América do Sul. Nossa hipótese é a de que a internacionalização da Petrobras, por ser uma empresa estatal, foi motivada não apenas por pressões puramente mercantis, mas também obedece a razões de Estado, considerando o significado estratégico que a integração sul-americana passou a assumir na diplomacia brasileira. É possível afirmar que a internacionalização da empresa está intimamente relacionada à integração regional. Mais ainda, a Petrobras é um dos principais instrumentos da estratégia integracionista do governo brasileiro. Para discutir o processo de internacionalização da Petrobras no contexto da integração econômica regional, parte-se da tese de que a tendência predominante no mundo de hoje é o processo de regionalização, e não o de globalização. Constatamos que constituem parte fundamental da estratégia de internacionalização da empresa ações relacionadas à expatriação/impatriação de executivos, técnicos e funcionários e à responsabilidade social. O objetivo é diminuir as possíveis resistências por parte das populações dos países hospedeiros. Por isso, a empresa, que tem uma forte ação na área da responsabilidade social no Brasil, procura estendê-la aos países em que passou a operar. Nessa perspectiva, apóia atualmente mais de mil e cem projetos desenvolvidos pela sociedade civil. Além disso, é uma das mantenedoras da Rede de Tecnologias Sociais, a qual difunde e reaplica essas tecnologias.

Título Governo Electrónico, Democracia e Participação dos Cidadãos

ID 1682

Autores José Manuel L. Saragoça

Resumo: No mundo desenvolvido, os discursos políticos da última década sobre as (novas) tecnologias da informação e do conhecimento (TIC) suscitaram enormes esperanças sobre o almejado desenvolvimento socioeconómico. É o caso das políticas públicas da União Europeia para a sociedade do conhecimento, sobretudo desde que, em 2000, na Cimeira de Lisboa, se fixou o objectivo de em 2010 este tornar-se o espaço mais competitivo do mundo (registando-se, porém, elevada

coesão social) - objectivo para o qual concorreriam decisivamente os usos das tecnologias da informação e comunicação. Entre outros aspectos, crê-se, nesse discurso, que o uso destas tecnologias poderá contribuir para a concretização de novos paradigmas de governança (central e local). As tecnologias e particularmente os serviços disponibilizados pela Internet podem, por um lado, estar ao serviço do chamado governo electrónico (eGoverno) assumindo um papel decisivo na concretização dum novo paradigma de funcionamento da administração pública, orientado para uma maior eficiência e transparência nos serviços prestados aos seus "clientes" (eAdministração), ao mesmo tempo que, por outro lado, podem alargar os actuais mecanismos de participação dos cidadãos nas democracias contemporâneas que atravessam diversos problemas quanto à relação entre os cidadãos e os seus representantes no poder (eDemocracia). Neste texto discutem-se estas e outras das principais questões levantadas em torno dum modelo integrado de governo electrónico que engloba a administração electrónica, a democracia electrónica e a participação electrónica potenciadores de novas forma de governança.

Mesa: Desenvolvimento sustentável, comunidades locais, ambiente e recursos naturais - 5 de Fevereiro - 16h15 - 316

Moderador: Eloi Alves Filho

Título Caracterização socioeconómica dos camponeses do Buco Zau, Província de Cabinda, Angola, para implantação de sistemas agroflorestais

ID 24

Autores Alfredo Gabriel Buza, Manoel Malheiro Tourinho, Juliana Lando Canga Buza

Resumo: Objectivou-se conhecer o "modus vivendi" dos camponeses do Buco Zau, para envolvê-los na implantação de sistemas agro-florestais. Estudou-se o processo agrícola das comunidades, os cultivos mais praticados, áreas médias de cultivo por famílias, sistema de uso da terra e destino da produção. O estudo foi desenvolvido através de entrevistas com populares e consulta a documentos de instituições públicas em Cabinda. No total, 384 camponeses foram entrevistados, o que corresponde a uma amostra de mais de 10% das famílias camponesas. Para análise estatística, recorreu-se ao Excel determinando o coeficiente de correlação de Pearson (r) e ao programa SPSS para a análise factorial. Concluiu-se que os camponeses do Buco Zau vivem em domicílios com média de 8 pessoas. As famílias são muito heterogéneas, sendo que 28,38% delas são lideradas por mulheres. Os chefes da família possuem em média 45 anos de idade e baixa escolaridade. A renda mensal agrícola é baixa, equivalente a US\$ 212,00. A remuneração da mão-de-obra homem/dia é equivalente a US\$ 6,00. A actividade agrícola é familiar e de sobrevivência. A área de cultivo em média é de 1,66 ha/família, onde são cultivados a banana, mandioca, milho, feijão, amendoim e a batata inhame. Os produtos são para o consumo da família e o excedente é vendido. Quanto à relação entre os factores socioeconómicos estudados, a correlação entre eles pode ser considerada média tomando os coeficientes iguais ou maiores 0,50. A análise de factores confirmou que a região é adequada para a implantação de SAF como política pública.

Título A política ambiental brasileira

ID 82

Autores Lenin Cavalcanti, Francisco Dutra, Iris Laura Martins, Laysce Moura, António Sérgio Fernandes

Resumo: O presente trabalho traça um breve levantamento histórico das políticas públicas ambientais brasileiras e tem por objetivo discutir aspectos inerentes à formulação destas, como: os principais grupos de interesse envolvidos na questão; as principais leis e demais regulamentações que regem as políticas; uma análise do novo modelo de política ambiental para o Brasil, baseado na promoção do desenvolvimento sustentável, no fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), no controle e na participação social e no princípio da transversalidade, que envolve diferentes setores do poder público na solução das questões ambientais. O artigo apresenta os principais acordos internacionais firmados pelo Brasil na área ambiental, além de apontar algumas soluções alternativas que podem ser tomadas rumo à sustentabilidade.

Título Identidades e saberes dos pescadores sobre a ciência do mar

ID 182

Autores Mariana Corá, Maria Amelia Corá

Resumo: A pesca é uma atividade presente em todo o litoral brasileiro e as comunidades que dela vivem possuem saberes populares próprios, que são ainda pouco estudados, principalmente sob o enfoque do conhecimento dos fenómenos oceanográficos. Como área de estudo, escolheu-se a comunidade da vila de Picinguaba (Ubatuba, São Paulo), classificada como comunidade tradicional de pescadores artesanais. Este estudo tem como objetivo analisar, em contraponto com o conhecimento científico, a formação de identidade da comunidade pesqueira em relação aos fenómenos naturais, o que caracteriza os saberes populares. Entre os pontos propostos de estudo, incluem-se a identificação dos fenómenos naturais de maior relevância no cotidiano do pescador e a análise das diferenças e semelhanças entre o saber popular e a ciência oceanográfica. Uma vez que a pesca se realiza através da interação do ser humano com o meio ambiente, sendo crucial para esse contato o conhecimento do pescador e o fortalecimento da sua identidade na comunidade. Os resultados obtidos indicam que os pescadores usam sua experiência no ambiente em que vive para aprender, a partir de sua percepção dos fenómenos naturais, comportamentos que permitam melhorar sua atividade. Por vezes, as interações exercidas pelos pescadores não parecem ser compatíveis com o raciocínio científico. No entanto, essas diferenças abrem a possibilidade de um intercâmbio que pode ser enriquecedor para ambos os tipos de conhecimento.

Título Notas críticas sobre a política ambiental em Minas Gerais, Brasil

ID 239

Autores Eder Jurandir Carneiro

Resumo: O paradigma da "questão ambiental" hegemônico, centrado na noção nuclear de "desenvolvimento sustentável", ancora-se no pressuposto de que a lógica estrutural da acumulação capitalista é compatível com a construção de uma

sociedade igualitária e ecologicamente sustentável, bastando, para tanto, que essa lógica seja “domada” por meio de inovações tecnológicas e de políticas que, além de “cientificamente corretas”, devem resultar de consensos produzidos pelo “processamento institucional” de conflitos que incorpore a “participação democrática” dos diversos “setores da sociedade civil”. A comunicação proposta procede à análise crítica da estrutura e do funcionamento do Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais (Brasil), órgão central da “política ambiental” mineira, consultivo e deliberativo, que conta com a participação de representantes de entidades “ambientalistas”, associações empresariais e órgãos públicos. Pretende-se evidenciar a lógica do jogo e os mecanismos que, ao longo do tempo, produzem uma oligarquização do exercício do poder no Conselho, a despeito da auto-imagem, incorporada pelos conselheiros, de um fórum democrático, tal como preconizado pela ideologia do desenvolvimento sustentável. Lançando mão de uma apropriação crítica da praxeologia de Pierre Bourdieu, o trabalho dedica-se a explicitar os pressupostos dóxicos e os procedimentos que, ao pressuporem a incorporação (na forma de habitus) de certos capitais específicos, impossibilitam a participação efetiva, no Conselho, dos estratos sociais econômica e politicamente fragilizados, precisamente os mais expostos aos impactos da apropriação capitalista dos territórios e condições naturais.

Título Grandes projectos de desenvolvimento Conflito sócio-ambiental e o povoado do Taim – São Luís-MA

ID 313

Autores Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior, Sislene Costa da Silva

Resumo: O trabalho tem como campo empírico o povoado do Taim, localizado no município de São Luís, na Ilha do Maranhão, numa área em que, desde o final da década de 1970, instalaram-se grandes projetos de desenvolvimento que implicaram no deslocamento de vários povoados e em alterações nos ecossistemas e modos de vida daqueles que ali permaneceram. Estes empreendimentos foram instalados como desdobramento do Projeto Grande Carajás, implantado pelos governos ditatoriais com o objetivo de explorar e exportar os recursos minerais da Amazônia Oriental e promover a inserção da região na dinâmica capitalista moderna. Desde então, instalou-se um conflito permanente, com momentos de maior intensidade, em torno da posse e controle de territórios. Liderados pela União de Moradores do Taim, desde 1996, vários povoados reivindicam instalação de uma Reserva Extrativista (modalidade de Unidade de Conservação prevista na legislação brasileira e que contempla a presença humana e suas atividades produtivas, desde que implementadas de forma sustentável). Fundamentando esta reivindicação, os moradores destacam a existência de um modo de vida ancestralmente construído, com baixos índices de agressão ao meio e que permite configurar a região como sendo um território ocupado por populações tradicionais, com formas de utilização e apropriação de espaços e recursos naturais, envolvendo conhecimentos tradicionais, relações de reciprocidade e de parentesco.

Título Políticas Públicas, Desenvolvimento Territorial e Participação Social: a experiência da I CNDRSS - Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - no Brasil

ID 377

Autores Karina Yoshie Martins Kato

Resumo: Nas últimas décadas, os movimentos sociais, os órgãos governamentais, as ONGs e outros atores do meio rural brasileiro vêm promovendo discussões visando à construção de um plano de desenvolvimento rural, com a finalidade de orientar a formulação e implementação de políticas públicas e construir espaços de concertação social. Este processo culmina na 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (1ª CNDRSS), em junho de 2008. O objetivo da conferência era a formulação de uma política nacional de desenvolvimento do meio rural brasileiro, sob a forma de um documento-base, construído através de um processo participativo, que contivesse as diretrizes norteadoras do desenvolvimento rural, contemplando as diversidades sociais e diferenças regionais e valorizando o protagonismo dos atores sociais atuantes no meio rural brasileiro. A Conferência contou com três etapas principais: 1) Conferências Municipais, Intermunicipais e Territoriais e Eventos Temáticos Setoriais Nacionais (Mulheres, Quilombolas, Cooperativismo); 2) Conferências Estaduais; e 3) Conferência Nacional. O trabalho apresentado pretende analisar este processo participativo de construção da política pública, chamando atenção para os seus avanços, mas também para as dificuldades e conflitos que encerra. Pretendemos situar nossa análise num contexto cujos principais elementos são: 1) o processo de descentralização em curso no Brasil que se inicia com a Constituição Federal de 1988 e que se acentua nos dias atuais, com forte ênfase na territorialização das políticas públicas; 2) o movimento crescente de contestação dos “modelos de desenvolvimento” convencionais, que ganha força nos tempos atuais com a crise dos alimentos e crise ambiental, com forte crítica ao modelo da Revolução Verde; 3) após um período caracterizado por um Estado mínimo, fruto da implantação do modelo neoliberal, o país parece dar sinais de um processo de retomada -ainda tímido- do papel do Estado como condutor do desenvolvimento. Concluiremos o trabalho apontando as vantagens deste processo de construção de políticas públicas, especialmente no que concerne à ampliação da participação da sociedade civil organizada, mas enfatizando o papel dos conflitos no processo. Será justamente a capacidade de “gerenciamento” destes conflitos, orquestrado pelo Estado, que determinará o sucesso do processo de construção da política.

Mesa: Estado-Providência, desigualdades e pobreza - 5 de Fevereiro - 16h15 - 317

Moderador: Enilda Rosendo do Nascimento

Título Industrialização, urbanização e os impactos negativos: a violência urbana no município da Serra no estado do Espírito Santo Brasil 2005-2008)

ID 383

Autores Marcia Rodrigues, Leonardo Reis

Resumo: A pesquisa trata do estudo da violência urbana, particularmente o crime do homicídio, no município de Serra no estado do Espírito Santo localizado na região sudeste do Brasil. O referido município detém um dos maiores índices de homicídios juvenil do Brasil. A pesquisa apresenta dados estatísticos e mapas geo referenciais sobre a ocorrência do homicídio no período de 2005 a 2008 e oferece uma análise interpretativa sobre as causas do homicídio naquele município.

Os resultados demonstram fortes indícios que caracterizam os homicídios naquela região como crimes de extermínio vinculados ao tráfico de drogas e agiotagem. A pesquisa aponta, também, a partir dos resultados, diretrizes para políticas públicas que venham a controlar os índices de homicídio, incluindo o papel do policiamento ostensivo no sentido de auxiliar as políticas de intervenção em curso e as que possam vir a ser implementadas pelo poder público em parceria com outros setores da sociedade civil organizada como, por exemplo, organizações do terceiro setor.

Título A raça e a política de ação afirmativa para negros na educação em seus aspectos contextuais no Brasil

ID 385

Autores Julimar Constâncio, Tufi Machado Soares, Eduardo Magrone

Resumo: A ideia de raça, enquanto um modo para a classificação de pessoas, torna-se um suposto fator de separação da população negra e branca, no âmbito das relações sociais que envolvam, como por exemplo, o campo educacional. Assim, será através de uma corrente de discussão que vem da Antropologia Social que, neste artigo, se poderá observar o quanto este processo classificatório tende a perpetuar uma ideologia de segregação, que se torna perniciososa quando se tem por pano de fundo o racismo. Diante das tensões sociais, que então passam a ser configuradas como um quadro de dificuldades que afligem de forma mais veemente o negro, a sociedade brasileira passa por uma intensa discussão em torno da criação de políticas específicas para a promoção social destes sujeitos. Tais políticas tornam-se, assim, dispositivos que passam a ter como objetivo principal a minimização do impacto das desigualdades em áreas como a educação.

Título A previdência social e sua contribuição para o desenvolvimento do Brasil

ID 388

Autores Amelia Pegas Pereira da Silva, Chris Giselle Pegas Pereira da Silva

Resumo: A década de 80 foi palco de algumas inflexões que apontaram para a emergência de reformas na Previdência Social no Brasil. A Constituição de 1988 instituiu um sistema de Seguridade Social que visa através de ações dos poderes públicos garantir os direitos relativos à saúde, previdência e assistência social. A Previdência brasileira, assim como nos demais países da América Latina, baseia-se no princípio bismarkiano da contribuição para o acesso aos benefícios que visam assegurar meios indispensáveis de manutenção por motivo de incapacidade para o trabalho, temporária ou permanente. Com a crise econômica vigente no Brasil, a seguridade se torna vulnerável e vítima do excessivo grau de informalização da economia, diminuindo a proteção social que se torna um desafio, transcendendo períodos de governo e perpassando gerações. Nesse sentido, o presente trabalho visa mostrar que a Previdência Social é de grande importância na contribuição para a cidadania das famílias brasileiras e para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Título Descentralização da saúde pública e desigualdade social: uma reflexão preliminar sobre a evolução recente dos dispêndios do sistema SUS, em localidades selecionadas das cinco regiões brasileiras

ID 524

Autores Marlene C Laviola, Francisco R Funcia

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir os limites da reestruturação da gestão administrativa municipal, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), criado pela Constituição Federal, em 1988, na mesma década, em que os principais países desenvolvidos revisavam seus sistemas de bem-estar social. No caso brasileiro, em que a “questão social” se impõe interrogando incessantemente a sociedade sobre a sua capacidade de se manter coesa frente à dimensão das desigualdades sociais e econômicas (individuais, intra e inter-regionais), a consagração da universalidade, equidade, integralidade e participação social preconizada pelo SUS ainda dependia de uma verdadeira Reforma do Estado, para estabelecer um novo e eficaz desenho político-institucional, que rearticulasse a ação de todas as instâncias de governo e destas com a comunidade, sob novas bases. Essa não foi, no entanto, a escolha nacional. Assim, ao implantar o SUS, instalou-se um arranjo jurídico-organizacional e financeiro híbrido, bastante complexo, que parece dificultar a efetivação do exercício pleno da cidadania ao deixar em segundo plano as especificidades e as profundas disparidades econômicas e sociais que se estabelecem no ambiente dos mais de 5500 municípios brasileiros. É nesse contexto que, se constrói a presente reflexão preliminar sobre a evolução recente da distribuição de dispêndios do SUS, comparativamente à evolução dos indicadores sócio-econômicos, demográficos e do perfil da demanda. Para tanto, é considerada uma amostra não probabilística de municípios das cinco regiões brasileiras, a partir de dados empíricos oficiais coletados junto ao Ministério da Saúde e ao IBGE.

Título Pobreza e desigualdade social no Brasil

ID 1559

Autores Neide Aparecida de Souza Lehfeld, Lucas de Souza Lehfeld, Márcia Adriana Montezzo Abdou

Resumo: O problema é decorrente da constituição histórica do nosso país, marcado pela extrema pobreza da população, fruto da desigualdade social. Nesse contexto, a questão não está relacionada somente aos números da inserção precoce das crianças como força de trabalho, mas também à natureza desse trabalho, que apresenta inúmeras situações de risco. São vários lugares, no Brasil, em que se realiza o trabalho infantil de caráter degradante e de alto risco, os quais destacamos: as carvoarias, a extração de pedras, o beneficiamento do sisal, a agroindústria canavieira, as salinas, a indústria de calçados, entre outras atividades. O Brasil atualmente é o país que mais cresce economicamente, porém a grande taxa de analfabetos e miséria ainda se destaca atrasando um desenvolvimento natural de países emergentes, onde principalmente as crianças são as mais prejudicadas.

Título Políticas Sociais e Políticas de Gênero no Brasil

ID 1570

Autores Thais França Silva

Resumo: O presente trabalho propõe-se a refletir e discutir criticamente a relação entre as políticas públicas do Brasil de redução da pobreza e a igualdade de gêneros. Nas últimas décadas, as mulheres vêm reivindicando, cada vez mais, seu papel como alteridade feminina, sociocultural e política. É possível observar um movimento de redefinição do lugar das

mulheres na sociedade, com base na cultura, na história, nas relações de trabalho e nas formas de inserção no mundo político. Contudo, as mulheres brasileiras ainda apresentam-se como minoria no mercado de trabalho e na representação política, são mais vulneráveis à violência doméstica e ao acúmulo de atividades não remuneradas. A partir da análise dos atuais indicadores brasileiros de renda, trabalho, saúde, educação e representação política, percebemos que as mulheres enfrentam mais dificuldades no acesso à saúde, trabalho remunerado, poder político, capital social e participação nas redes sociais de troca. Associamos essa realidade à desigual distribuição de poder e de recursos materiais e sociais entre homens e mulheres, aliada à ausência de políticas anti-pobreza adequadas e sensíveis ao fato de que histórica e socialmente homens e mulheres vivenciam a pobreza e exclusão de forma diferenciada. Ações políticas com especificidade de gênero devem estar presentes em todas as áreas das ações governamentais, constituindo, uma matriz que abarque as distintas esferas do governo. Políticas de redução da pobreza vistas por uma perspectiva de gêneros devem considerar os recursos individuais, familiares e sociais, as diferenças na subjetividade e necessidade entre homens e mulheres, almejando, pois, uma ação justa, integrada e sustentável.

Mesa: Políticas de ação social, família, juventude e infância - 5 de Fevereiro - 16h15 - 301
Moderador: João Clemente Souza Neto

Título Política nacional de assistência social: reflexões sobre o processo de implementação em Mossoró/RN/Brasil
ID 819

Autores Márcia da Silva Pereira Castro

Resumo: A Assistência Social no Brasil, desde a aprovação da Constituição Federal de 1988, foi incorporada juntamente com a Saúde e a Previdência Social, na denominada tríade da Seguridade Social. Ao longo dos anos de 1990, poucas mudanças foram verificadas na Assistência Social, mesmo tendo sido aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS- Lei nº8.742/1993) que veio regulamentar sua operacionalização, bem como viabilizar seu processo de descentralização e municipalização. Todavia, somente em 2004, com a criação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) é que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) começa a por em prática um novo modelo de gestão objetivando consolidar a descentralização da Assistência Social que até então não havia obtido o êxito almejado. Assim, criam-se os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), como uma unidade de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social [para atuar] com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sócio-familiar e comunitário (PNAS/2004). Atualmente, em muitos municípios brasileiros, estas unidades encontram-se em fase de implementação que se dá através do financiamento, acompanhamento, organização e controle do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Em Mossoró/RN, foram instalados cinco unidades de CRAS que disponibilizam atividades sócio-assistenciais, mas que ainda demandam uma sólida infra-estrutura, ampliação das atividades ofertadas, bem como profissionais e gestores imbuídos dos princípios do marco regulatório da PNAS. Só assim, o processo de implementação pode atender aos fundamentos propostos no desenho da política.

Título Os 18 anos do ECA: uma discussão sobre a exigência da absoluta prioridade na efetivação dos direitos da criança e do adolescente no Brasil

ID 1067

Autores Rita de Cássia Mendes, Paulo Henrique Donadeli, Neide Aparecida Lehfeld

Resumo: O presente estudo visa analisar a dimensão jurídica e social do termo prioridade absoluta, utilizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente para exigir uma rápida e eficaz ação na garantia e concretização dos direitos da criança e do adolescente, como forma de empreender uma nova realidade infanto-juvenil no Brasil. Busca-se verificar se esta pretensão da norma tem alcançando as finalidades para qual foi criada nestes dezoito anos de existência do Estatuto da Criança e do Adolescente. Observa-se que não basta a lei consagrar direitos, mas é necessário um comprometimento e uma ação integrada da família, da sociedade e, principalmente, do Estado, por meio de políticas públicas, para que a norma tenha efetividade na sociedade. O ECA, um estatuto que contempla uma visão avançada e uma percepção filosófica nova da criança como sujeito de direitos, foi fruto de discussões e decisões coletivas, ocorridas em um momento fértil, posterior a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988. Porém, confronta-se com um modelo econômico e político, o qual não oferece a sua contrapartida, ou seja, que impõe um Estado mínimo de direitos que planeja e disponibiliza à sociedade políticas sociais mínimas na área da infância e juventude, da assistência social e da educação. O maior desafio é realmente colocar em prática o que o ECA determina, ou seja, efetivar de forma eficaz todo um sistema de proteção à criança e ao adolescente, pois o Estatuto por si só não é capaz de se operacionalizar.

Título Violência Institucional no Estado do Rio de Janeiro: dados sobre a política pública de atendimento às adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas

ID 1193

Autores Anália Silva, Márcia Silva, Saulo Santos

Resumo: O trabalho é fruto da sistematização de atividades da equipe técnica do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, que tem como principal atribuição prestar assessoria técnica aos Promotores de Justiça da Infância e Juventude. Objetiva mostrar como o atendimento às adolescentes que cumprem Medidas Sócio-Educativas de Semiliberdade e Internação nas unidades do Sistema Estadual viola sistematicamente seus direitos humanos. Foi elaborado a partir da análise de quinze relatórios de visitas realizadas em unidades que atendem meninas entre os anos de 2004 e 2006. Foram observados cinco eixos: Atendimento Personalizado; Vínculos Familiares e Comunitários; Hotelaria; Higiene, Saúde, Vestimenta e Alimentação; Atividades de Profissionalização/Escolarização, culturais, Esportivas e de Lazer.

As visitas revelaram que o gênero determina formas específicas de violação, com ênfase nos direitos reprodutivos e na vivência da maternidade. Nenhuma unidade possuía instalações adequadas para o atendimento de adolescentes gestantes e puérperas acompanhadas de seus bebês. Nenhuma unidade oferecia condições de higiene, segurança e salubridade às

adolescentes gestantes e puérperas, bem como aos bebês que permanecem com as mães até seis meses de vida. Indicou-se, assim, a urgência de se considerar as demandas deste grupo específico e se disponibilizar recursos humanos, materiais e operacionais que contribuam para a garantia dos direitos das adolescentes e crianças atendidas.

Título Notas sobre o Financiamento da Assistência Social no Brasil

ID 1246

Autores Sandra Teixeira

Resumo: Este resumo tece análise sobre financiamento, gasto e gestão financeira do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendo em vista que revelam, em grande medida, a natureza e abrangência da política pública. Antes, faz-se necessária breve leitura sobre a conjuntura brasileira. No governo Lula houve aprofundamento da primazia do projeto econômico-político marcado pela austeridade do ajuste fiscal e proteção social reduzida às ações focalizadas no combate à pobreza. Continuou a ser prioridade no orçamento o pagamento dos serviços da dívida, que alcançou o montante de R\$ 237 bilhões em 2007. Nesse mesmo ano a Desvinculação de Recursos da União (DRU) usurpou da seguridade social a quantia de cerca de R\$ 34 bilhões, que foi superior ao montante executado na função assistência social, equivalente a R\$ 24 bilhões. Cabe observar a tendência de centralidade no financiamento dos programas assistenciais de transferência de renda, uma vez que 91% desses recursos foram destinados a esses programas. O financiamento dessa política é agravado pela regressividade dos tributos e a (re)centralização dos recursos no governo federal. Em que pese esse contexto, é possível identificar como avanço o reforço do Fundo de Assistência Social como instrumento de gestão democrática de recursos, os quais devem ser aplicados com base no Plano de Assistência Social e nas decisões do Conselho de Assistência Social. Constituem-se como desafios a ampliação do co-financiamento da assistência social por parte das três esferas de governo; a definição dos custos dos serviços socioassistenciais; a ampla divulgação do orçamento e sua execução; dentre outros.

Título Educação infantil e globalização: as políticas públicas brasileiras entre seus avanços e retrocessos

ID 68

Autores Roberto Mubarak Sobrinho

Resumo: O texto faz uma reflexão acerca da Educação Infantil, no contexto das políticas públicas e das legislações educacionais brasileiras, tendo como foco os impactos causados pelo modelo da globalização no processo de organização deste nível de ensino, a partir da implementação da Constituição Federal Brasileira de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, buscando-se identificar as “estratégias de maquinação” ou “metaforizações”(1) que historicamente vêm percorrendo a realidade da infância nacional e que nos textos dessas leis, passam a ser incorporados às práticas educativas, evidenciando um “modelo” de infância pré-estabelecido para as crianças, o que tende a negar e (in)visibilizar (2) os seus “jeitos” de viver e produzir suas culturas da infância. É nessa possibilidade de transgressão que nossas análises se pautam e buscam enxergar, neste obscuro cenário, a possibilidade de sedimentar processos de reconhecimento das culturas infantis, propondo uma “Utopia Realizável”(3).

Título Brasil no final do século XX – formulação de mecanismos de garantia dos direitos fundamentais da infância e da juventude

ID 247

Autores Zelimar Soares Bidarra, Luciana Vargas Netto Oliveira

Resumo: O artigo apresenta uma trajetória das formas de atenção social e jurídica à infância e juventude, no âmbito de órgãos internacionais e do Estado brasileiro. Para esse, por muito tempo, prevaleceu a tutela autoritária sobre os “menores”, o que permitiu e legitimou as arbitrariedades dos “maiores” e impôs uma trilha de segregação para os tutelados, principalmente a subtração da convivência familiar e social. Os estudos realizados demonstram como, em três séculos, alterou-se a natureza sócio-jurídica da condição da infância, cujos indivíduos saíram gradualmente da esfera da propriedade privada para a esfera da proteção estatal e dos instrumentos do Direito Internacional, alçados à condição de “sujeitos de direitos”. Nesse contexto, os instrumentos de regulação objetivam proteger os interesses fundamentais da pessoa humana que, na esfera do Estado brasileiro, seja na condição de criança ou de adolescente, passou a ter o direito à proteção integral, perspectiva ratificada pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Essas legislações constituem os instrumentos balizadores das políticas públicas, as quais devem garantir direitos fundamentais às crianças e aos jovens, para promover a condição de emancipação e de cidadania desses sujeitos. Contudo, não se pode negar o fato de que, no Brasil, as dimensões das desigualdades sociais e a precariedade das formas de vida da infância pobre têm motivado lutas políticas, algumas resultaram em legislações que ainda não se formalizaram em serviços de atendimento público, pois a fruição dos direitos fundamentais raramente se substantiva na realidade concreta de milhares de crianças brasileiras

Mesa: Terceiro sector e governação das políticas sociais - 5 de Fevereiro - 16h15 - 318

Moderador: Ester Vaz

Título Organizações não-governamentais de desenvolvimento e políticas públicas: qual o modelo de desenvolvimento?

ID 998

Autores Joana A Coutinho

Resumo: Este texto reflete a presença das Organizações Não-Governamentais a partir da década de 1990 na execução das chamadas políticas sociais, no Brasil. Enfatiza as organizações de desenvolvimento e o papel que desempenham nas formulações de políticas. Interessa-nos investigar qual o projeto e/o modelo de desenvolvimento defendido por essas organizações e mais: qual a relação entre as ONGDs internacionais e suas congêneres nacionais?.

Título Intervenção social face ao estado financiador: Doçura e travessura

ID1245

Autores Madalena Nunes

Resumo: A presente comunicação resulta de uma dissertação de mestrado em Sociologia. Nela se pretende analisar as negociações (Strauss:1992) em que as iniciativas de intervenção social se engajam com vista à fruição do financiamento público de que parcialmente dependem. A apresentação dos casos analisados far-se-á no seguimento de uma resenha acerca dos posicionamentos que o Estado assumiu face às questões sociais, em Portugal, desde 1933. Actualmente, o Estado recorre cada vez mais, para intervir em determinadas condições particulares de existência dos cidadãos, a um modelo de custos partilhados e de delegação de responsabilidades. A dependência financeira face ao Estado que advém deste modelo poderá comprometer a desejável autonomia das instituições de solidariedade social (Hespanha: 2000) Fomos ver como A© que as iniciativas de intervenção social esgrimem as suas obrigações face ao financiador público e que efeito a responsabilidade pela concretização das políticas sociais tem sobre a acção de terreno. Encontrámos a lente de observação no conceito de negociação e na permeabilidade das relações entre o conhecimento técnico e o conhecimento leigo (Giddens: 1994). Finalizamos destacando o modo como tecnicidade cada vez mais exigida na intervenção social transforma a negociação de saberes em negociação de poderes e origina estratégias de alinhamento com os Programas de apoio não confrontativas e por vezes prestidigitadoras.

Título As associações e outras entidades no processo de desenvolvimento local: necessidades e problemas

ID 1390

Autores António Maria Ferreira Cardoso

Resumo: Esta comunicação tem por base um estudo que pretendeu aferir em que medida, as organizações, associações e entidades locais, ao potenciar os recursos endógenos e, eventualmente, ao captar recursos exógenos, representam formas de desenvolvimento das comunidades em contexto local, designadamente rural. A partir da referida questão foi seleccionado como estudo de caso, o concelho de Barcelos, para o que é feito um diagnóstico social das instituições e associações a nível municipal, nomeadamente suas necessidades e problemas. Neste quadro, apresentamos os resultados de um inquérito e de várias entrevistas, levadas a cabo junto de entidades individuais e colectivas, pertencentes a organizações institucionais e não institucionais, nomeadamente juntas de freguesia, associações sem fins lucrativos e organizações de solidariedade social também designadas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), para além de outras de carácter recreativo e desportivo, a nível de freguesia. A caracterização destas entidades e associações possibilita-nos a criação de um retrato descritivo e, na medida do possível, interpretativo e analítico da situação e, em especial, das percepções e representações dos seus responsáveis sobre as necessidades, problemas e aspirações. O que sobressai é uma enorme multiplicidade de instituições e associações – umas, a maioria, mais institucionais tais como as Juntas de Freguesia e, outras, suportadas pelo Estado ou bastante vinculadas à Igreja (por exemplo as IPSS) e, ainda outras mais livres e criadas localmente, com pouco ou nenhum apoio institucional.

Título A busca pelo desenvolvimento: a participação do terceiro setor e a formulação das políticas públicas.

ID 1498

Autores Elizabeth Regina Negri Barbosa, Josiani Julião Alves Oliveira

Resumo: O presente estudo tem o propósito de refletir sobre as ações sociais desenvolvidas pelos grupos da sociedade civil e a questão da formulação de políticas públicas que pontuam movimentos associativos nem sempre derivados de processos de mobilização social de massa. A grande metamorfose ocorrida nas instituições e processos sociais, no século XX, em nível mundial, que modificou sistemas e instituições convencionais tais como a família, cujo provedor permanente era masculino, se deu com os avanços tecnológicos desencadeando o desemprego estrutural, fulcro dessa crise, e direcionando para outros rumos a performance do Estado. No Brasil, a necessidade de uma reconstrução do Estado que (re) defina, além de seu tamanho, a sua nova forma de atuação se configura como uma das alternativas mais viáveis de respostas aos problemas do momento. Seu papel passa a ser apenas o de garantir a universalidade de direitos nos serviços de educação básica e de saúde, e financiar a formação de capital humano, promovendo a competitividade internacional das empresas. A dificuldade em investir em programas sociais leva o Estado a estabelecer parcerias com a sociedade civil. Nos anos de 1990, o campo das lutas sociais tornou-se mais complexo, sendo composto o Terceiro Setor constituído de organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, mantidas e criadas através da participação voluntária de pessoas voltadas à solução de problemas sociais. A questão que se põe no presente é a despeito das ações sociais do Terceiro Setor nem sempre consonantes com o caráter universal das políticas públicas.

Título Desenvolvimento e municipalização de políticas públicas: a experiência de uma política empreendedora no Nordeste brasileiro

ID 1513

Autores Eliana Monteiro Moreira, Wanderleya dos Santos Farias

Resumo: No final dos anos 70, havia um consenso político no Brasil de que a descentralização de atribuições e de capacidade decisória entre os níveis de governo possibilitaria a recuperação do Estado democrático e um maior controle social da população em torno da gestão das políticas públicas. Os novos formatos institucionais de políticas sociais que vêm sendo adotadas pelas esferas subnacionais no país têm se apresentado como alternativas para dirimir o problema da exclusão, no entanto, as disputas eleitorais, nas prefeituras e nos estados brasileiros, estão associadas a interesses e determinações múltiplos e, nem sempre, as articulações que se configuram entre as classes dirigentes, os aparelhos burocráticos, as elites locais, e a população resultam em governos mais participativos e eficientes. O objetivo desse estudo é o de analisar a experiência de uma política empreendedora que vem sendo adotada num município nordestino, a cidade de João Pessoa, desde 2005. Esse programa tem o intuito de dirimir a informalidade e o desemprego locais. Pretende-se entender como estão sendo construídos os formatos institucionais que balizam a relação entre os agentes públicos e o 'público alvo' do referido programa social. Tenta-se, também compreender de que modo o Estado e os sujeitos sociais demandantes de microcrédito interagem na tentativa de encontrar soluções para o problema da exclusão social e como a informalidade se apresenta e é assimilada pelos indivíduos que fazem parte dessa ação social do município.

Título Democracia, orçamento participativo e clientelismo: uma análise das experiências de Porto Alegre, RS e Blumenau, SC

ID 26

Autores Edinara Terezinha de Andrade

Resumo: A experiência de participação local denominada de Orçamento Participativo (OP) implementada nos municípios de Porto Alegre (RS) e Blumenau (SC) é o objeto deste artigo. Esta prática política é uma tentativa de implementar a democracia participativa em âmbito municipal com a participação efetiva da população na elaboração, definição e controle do orçamento público municipal. Vários estudos têm evidenciado as reais possibilidades de o OP efetivar esta nova relação entre o Estado e a sociedade civil, questionando e/ou superando as práticas decorrentes da tradição patrimonialista e autoritária brasileira. Entre essas práticas, encontra-se o clientelismo. O estudo aqui apresentado tem como objetivo analisar o OP nas administrações municipais de Porto Alegre e de Blumenau, a partir das atitudes e comportamentos dos delegados eleitos para a gestão 2000/2001 e avaliar se o processo está possibilitando a superação do clientelismo. Para tanto, realizou-se uma pesquisa quantitativa com os delegados do Orçamento Participativo em Porto Alegre e em Blumenau e uma pesquisa qualitativa que utilizou a técnica de observação participante. As análises destas pesquisas permitem concluir que o OP não está imune ao clientelismo.

Título Segurança Humana em Angola: O Papel dos atores não governamentais religiosos

ID 122

Autores James Tiburcio

Resumo: Atores religiosos não governamentais são responsáveis por serviços sociais essenciais, inclusive saúde, educação primária e projetos agrícolas. Até o fim da guerra civil em Angola no ano de 2002, a maioria destas organizações se ocupava quase que exclusivamente com assistência humanitária emergencial. Desde então, um número pequeno de organizações, mas crescentemente relevante tem compartilhado a responsabilidade por níveis mínimos de segurança humana no país. Estas atividades e influências crescentes fazem parte de um ciclo virtuoso que pode levar à reconciliação nacional e a níveis superiores de bem-estar social. No entanto, como estes atores impactam as políticas públicas governamentais? Evidências preliminares sugerem que embora sejam essenciais em áreas específicas, (1) a ação destes atores permite a perpetuação das deficiências já crônicas do estado sempre que estas organizações assumem responsabilidades gerais de segurança humana sem quaisquer parcerias com o estado; (2) Tal ação leva o governo a adiar investimentos em áreas chaves, e (3) predispõe ao fracasso potenciais programas de desenvolvimento devido à limitação dos recursos internacionais e pessoal qualificado. Como resultado, (4) as prioridades e atividades das organizações religiosas levam a melhoras em segurança humana, no entanto, no curto e longo prazo tendem a encorajar um comportamento dependente nocivo da parte das autoridades estatais.

Mesa: Desenvolvimento sustentável, comunidades locais, ambiente e recursos naturais - 5 de Fevereiro - 18h30 - 206

Moderador: Horacio Antunes de Sant'Ana Junior

Título Práticas empresariais socialmente responsáveis: pensando a responsabilidade social empresarial no espectro do desenvolvimento sustentável

ID 585

Autores Carla Montefusco Oliveira

Resumo: A consolidação das empresas como agentes participes dos construtos da sociedade moderna, desperta análises sobre os múltiplos processos que compõem o universo empresarial, entre eles, o próprio papel da empresa na economia e na sociedade em geral. A partir dos anos de 1990, as discussões acerca da função da empresa na sociedade traduzem-se no debate em torno da Responsabilidade Social Empresarial, que aparece como parte das novas técnicas de gestão adotadas com o intuito de promover a manutenção das empresas em um cenário de competitividade acirrada. Um ponto chave nessa discussão refere-se ao fato de que na medida em que se modificam as crenças que postulavam o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, fazendo emergir o ideário do desenvolvimento sustentável, associado à equidade social e preocupação ecológica, surge também o debate em torno do papel da empresa no tocante às contribuições com processos de melhoria social e ambiental. Apesar de o argumento que julga a adoção de práticas de responsabilidade social apenas como imperativo à construção de negócios rentáveis, o fato é que as ações sociais desenvolvidas e/ou patrocinadas por empresas têm crescido gradativamente. Dessa forma, os desafios da gestão empresarial contemporânea passam a centrar-se não apenas na busca incessante por novas técnicas produtivas, mas a situar-se, sobremaneira, na busca por instrumentos de gestão social e humana que satisfaçam os novos arranjos sociais constituídos em meio às redes de relações nas quais a empresa se insere.

Título Desenvolvimento e políticas públicas: olhar prospectivo.

ID 589

Autores Maria Ivonete Soares Coelho, Carla Montefusco de Oliveira, João Bosco Araujo da Costa

Resumo: O século XXI, dentre outros aspectos, no que concerne ao campo das ciências sociais e humanas, é demarcado pela disputa em torno do conceito de desenvolvimento. Questiona-se o paradigma de desenvolvimento herdado do século XIX, sinônimo de crescimento econômico, industrialização e uso incessante de tecnologia. Como alternativa apresenta-se o paradigma da sustentabilidade, compreendido como mudança social com equidade, responsabilidade ecológica, respeito à diversidade cultural e democrático em sua realização. Como conceito em construção, o desenvolvimento sustentável amplia as possibilidades para ser pensado enquanto melhoria da qualidade vida ou enriquecimento da vida humana dele resultante. Possibilitando, portanto, incorporar a noção Seniana de expansão das capacidades e da liberdade das pessoas. Neste sentido, pode ser definido como objetivos do desenvolvimento a ampliação de direitos e a expansão das capacidades dos indivíduos e grupos, o que se constitui um novo elemento de (re) conceituação da noção de

desenvolvimento e um dos aspectos da noção de sustentabilidade. Nesta perspectiva, (re) significam-se também, a noção das políticas públicas, em especial as sociais estatais, enquanto canais de ampliação das liberdades (efetivações e capacidades) e, nestes termos, podendo ser compreendidas como componentes do desenvolvimento. Esta perspectiva, reconhece, ainda, a escala local como lugar de sua realização e o Estado como seu indutor. Em síntese, um dos desafios deste século, constitui-se em ter um olhar prospectivo (re) significando conceitos e apontando transformações, identificando a emergência e dando visibilidade a novos canais, papéis e atores, conseqüentemente, a novas práticas, ancoradas sobretudo, nos espaços/territórios locais.

Título Desenvolvimento sustentável: uma discussão sobre a proposta de busca da sustentabilidade global
ID 617

Autores Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior, Lenir Moraes Muniz

Resumo: O presente trabalho busca discutir a construção do conceito de desenvolvimento sustentável surgido a partir das questões ambientalistas que se intensificaram no final da década de 1950 e início da década de 1960, sendo oficialmente empregado a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano que aconteceu em 1972, em Estocolmo. A proposição do desenvolvimento sustentável colocou em discussão a necessidade de uma nova racionalidade no processo de desenvolvimento, baseada em novos modos de exploração dos recursos naturais, de novos critérios de investimentos e de outro padrão técnico-científico, nesse contexto, meio ambiente e desenvolvimento passam a ser objetos de estudos em comum, em virtude da crescente degradação ambiental provocada pelo desordenado crescimento econômico. Porém, são inúmeras às críticas suscitadas ao conceito de desenvolvimento sustentável, em particular, aquela que considera impossível a economia ambiental atingir o ponto ótimo entre a degradação ambiental e a produção de bens de consumo, pois, não existe conjuntura de mercado suficiente que proporcione eficiência econômica e ambiental.

Título Água: direito humano e bem comum?
ID 1509

Autores Marli Renate von Borstel Roesler, Eugénia Aparecida Cesconeto, Adir Airton Parizotto, Julia Beatriz Roesler, Danile Henrique Roesler

Resumo: O artigo discorre sobre a essencialidade da água para a vida humana, condições de saúde e sobrevivência dos seres, bem como, da relevância em se sustentar nacional e internacionalmente a luta social em defesa do acesso à água com qualidade. O que significa reconhecer e sustentar a responsabilidade da coletividade e das políticas públicas em assegurar as condições necessárias e indispensáveis para a sua garantia, ou seja, água é vida em todas as suas formas. Apontam-se no texto os desafios da gestão participativa dos recursos hídricos correlacionados as diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos em vigor, Lei n. 9.3433, de 1997. A água é um elemento essencial para a vida humana, para a saúde básica e para a sobrevivência, assim como para a produção de alimentos e para as atividades econômicas. Água reconhecida inicialmente como um bem primário, passa a partir do final da década de noventa a ser discutida internacional e nacionalmente como um direito humano, principalmente, porque não é simplesmente um bem de consumo; é um bem cultural e social; é um tema que demanda a realização de uma autêntica consulta democrática e a participação popular nas decisões que afetam as fontes de distribuição do recurso; o acesso deve se realizar sobre uma base de não-discriminação. O acesso à água tem sido marcado pelas disparidades e discriminações que marcam determinações sociais e de saúde. É também um grande desafio aos gestores públicos e a intersectorialidade das políticas públicas nacionais, tratados e cooperações internacionais no ano em que se dialóga e debate intensamente os significados dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Mesa: Estado-Providência, desigualdades e pobreza - 5 de Fevereiro - 18h30 - 201
Moderador: Nilson A. Souza

Título As Políticas de Segurança Alimentar em Angola e Moçambique: contribuições do enfoque brasileiro
ID 91

Autores João Pinto

Resumo: Em decorrência dos compromissos internacionais assumidos na última década inúmeros países do Sul estão neste momento formulando ou implementando políticas nacionais de segurança alimentar e nutricional (SAN) no âmbito de seus esforços de combate à fome e pobreza. Nessa matéria o Brasil assumiu um considerável protagonismo internacional fruto do empenho político demonstrado pelo Governo Lula, do impacto e visibilidade conferido a alguns de seus programas – em particular ao Fome Zero –, bem como dos avanços conseguidos no plano institucional com a aprovação da Lei Orgânica de SAN (Lei nº 11.346 de 15 de Setembro de 2006) que incorpora o direito à alimentação na legislação nacional e adota uma concepção abrangente e intersectorial da SAN, colocando-a como uma política de Estado permanente. É neste contexto que inúmeros países estão neste momento de olhos postos no Brasil para conhecer a sua experiência, notando-se uma clara tentativa de aproximação ao seu enfoque no âmbito da formulação de políticas públicas de SAN. Os casos de Angola e Moçambique constituem dois exemplos onde se nota uma clara tentativa de aproximação ao enfoque brasileiro de SAN no sentido de incorporar, entre outros, requisitos de intersectorialidade e participação social nos seus respectivos instrumentos políticos de SAN. O presente artigo analisa a construção das políticas públicas de SAN nesses dois países e conclui que, apesar de se encontram em estágios diferentes no âmbito de suas políticas, apresentam algumas similitudes em suas trajetórias.

Título Impasses, limites e paradoxos nas proposições de políticas públicas e conquista dos direitos humanos para a população adulta em situação de rua.

ID 222

Autores Marílea Porfírio

Resumo: A partir do 1º Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, realizado em Brasília, em 2005, originaram-se algumas propostas voltadas para a formulação de políticas públicas direcionadas à inclusão social e respeito aos direitos humanos desta população. Todavia, como não existiam informações suficientes para que o Governo Federal pudesse desenvolver políticas específicas foi proposta a realização de uma contagem nacional em cidades brasileiras com mais de 300 mil habitantes. No final de 2006, foi instituído um Grupo de Trabalho Interministerial composto pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Saúde, Educação, Cidades, Cultura e Trabalho e Emprego, pela Secretaria Especial de Direitos Humanos e pelo Fórum de ex-moradores de rua. Em outubro de 2007, iniciou-se um levantamento de dimensão nacional, que abrangeu 71 municípios. É a primeira vez que o Governo Federal realiza uma pesquisa deste gênero, embora já existissem iniciativas isoladas por parte de algumas prefeituras. Os resultados da pesquisa apontam para identificar quantas pessoas vivem nas ruas, visibilizar informações sobre as suas condições socioeconômicas, as formas de garantir o seu sustento, sobre o acesso a serviços públicos e subsidiar o estabelecimento de políticas públicas através da elaboração de programas e projetos sociais. No entanto, estas proposições ainda se deparam com múltiplos obstáculos, inoportunos, inomináveis e sem aderência no cenário nacional. É este o quadro que este trabalho buscará examinar.

Título Pobreza e Paz nos PALOP

ID 336

Autores Cristina Udelsmann Rodrigues

Resumo: A guerra, a cessação desta e a paz correlacionam-se facilmente com as condições de pobreza e desenvolvimento dos países, sendo esta correlação normalmente directa e causal. Contudo, nem sempre as condições de paz explicam totalmente a pobreza ou vice-versa. Uma abordagem mais qualitativa, relacionada com as percepções dos indivíduos sobre os seus percursos de vida em contextos de diferentes combinações, permite dar conta da complexidade dos fenómenos e re-situar as questões de fundo relativas à pobreza e ao desenvolvimento. Nesta comunicação apresenta-se uma análise dos dados recolhidos no contexto da Guiné-Bissau junto de famílias e de indivíduos, tentando retirar os sentidos da relação pobreza/paz e contribuindo para o debate teórico em torno destas questões.

Título Sociedade, família e política de assistência social

ID 1681

Autores Marcia Emilia Rodrigues Neves, Danielly de Souza Galdino

Resumo: Este trabalho aborda a proteção à família que a atual Política Nacional de Assistência Social/PNAS brasileira incorporou com vistas ao enfrentamento da pobreza e suas conseqüências, viabilizado através do Programa de Atenção Integral à Família/PAIF, cuja gestão compete aos Centros de Referência de Assistência Social/CRAS's, que devem selecionar 325 famílias das mais pobres em cada área de abrangência. O estudo privilegiou a realidade social, o grau de pertencimento e expectativas das famílias assistidas, distinguindo sua relação com a unidade assistencial referida, identificação ou não com a programática em pauta, bem como a avaliação sobre os serviços prestados. A pesquisa foi realizada nos meses de fevereiro e março de 2006, junto a 32 usuárias do PAIF/CRAS/Mandacaru, localizado na cidade de João Pessoa/PB. Metodologicamente, adotou-se procedimento investigativo quali-quantitativo e foram utilizados instrumentos e técnicas como registros de campo, questionário, observação, gráficos, tabelas e análise de conteúdo por temática. Os resultados indicam um distanciamento entre as propostas formalizadas na PNAS/PAIF e as condições concretas de sua implementação, sinalizando que os avanços político-conceituais obtidos enfrentam obstáculos de peso quanto à perspectiva de reversão de quadros generalizados de pobreza. Verificou-se que a atenção prestada às 325 famílias selecionadas pelo Programa deixa à margem, no mesmo território, um universo de outras famílias em condições de vida igualmente precárias. Também não se observou alterações significativas no cotidiano dessas famílias e estas, em sua maioria, desconhece o que seja PAIF e que fora cadastrada e definida como população-alvo pelo CRAS/Mandacaru.

Mesa: Questionar o associativismo voluntário: a organização e representação dos interesses comuns à formação de capital social - 5 de Fevereiro - 18h30 - 220

Moderador: Celeste A. Pereira Barbosa

Título O Terceiro Sector e a Cidade: Políticas Públicas, Cidadania e Sustentabilidade em Portugal

ID 435

Autores Daniel Melo

Resumo: As problemáticas relativas ao desenvolvimento local, ao capital social e à inclusão social adquiriram uma relevância crescente nas política europeia e dos seus Estados-nação. Com esta comunicação pretende-se estudar aquelas associações voluntárias que, desenvolvendo a sua actividade no contexto urbano e metropolitano português, contribuíram para as políticas públicas, a sustentabilidade, a cidadania e o reforço da qualidade de vida no último quarentênio, nomeadamente através da dinamização (social, cultural e económica) dos territórios que procuram abarcar e da formação de redes de capital social. Nesse sentido, é crucial abordar as parcerias fomentadas entre estas associações e instituições análogas, a restante sociedade civil, o Estado e os organismos da União Europeia. É ainda fundamental analisar o discurso dos líderes associativos, considerando o modo como elaboram, a partir das suas narrativas pessoais, os itinerários das organizações que representa(ram), nomeadamente quanto às suas formas organizativas, inserção comunitária, relacionamento institucional e posicionamento face às políticas públicas. Por fim, procurar-se-á compreender até que ponto, e de que modo, as políticas europeias se adaptam às necessidades locais, e identificar-se-á o nível de apropriação das políticas oficiais (nacional e europeia) e dos projectos de intervenção comunitária, pelos agentes envolvidos (movimentos cívicos, organizações não governamentais, cidadãos). Finalmente, cabe verificar da existência de redes de capital social relativamente autónomas e inquirir sobre o contributo da intervenção associativa para o reforço da coesão social. Visa-se assim compreender melhor os mecanismos e extensão do contributo destas associações para a coesão social e territorial e para a participação cívica.

Título Djunta-mon em três tempos: pós-independência, imigração e transnacionalismo. Aspectos da experiência associativa cabo-verdiana

ID 703

Autores Iolanda Maria Alves Évora

Resumo: Este estudo tem o foco nas associações voluntárias e discute sobre as condições materiais e psicossociais de adesão e participação dos associados. Estes aspectos são analisados sob o ponto de vista dos associados de cooperativas da zona rural da ilha de Santiago, criadas no período pós-independência, e de associações de imigrantes cabo-verdianos em Portugal. Em Santiago, identificamos quer formas singulares de apropriação da base ideológica oficial e dos objectivos governamentais, quer permanências culturais que, por meio de práticas como o djunta-mon, asseguram a protecção das identidades sociais e permitem a familiaridade e o controle subjectivo dessa prática social. Na imigração, as associações espontâneas propõem manter a identidade, promover a inclusão social ou resolver problemas e necessidades comuns e reflectem a heterogeneidade, as clivagens sociais e divisões de classe de origem que são reproduzidas na imigração. Actualmente, exigências formais de maior rigor e competência técnica e humana no seu funcionamento parecem enfraquecer a adesão espontânea e voluntária e o djunta-mon. Ao mesmo tempo, interroga-se sobre o papel tradicional dessas associações face a transformações na imigração com a inclusão de novos perfis como os migrantes transnacionais. Examinamos a adaptabilidade desta estratégia colectiva indicando que no passado, no presente e perante a possibilidade de uma prática associativista transnacional, o recurso ao tradicional djunta-mon adaptado ao contexto vivido, assegura a manutenção da forte rede de reciprocidade e sociabilidade essencial à sobrevivência e ao sucesso das associações.

Título Dos Movimentos Sociais Urbanos ao Orçamento Participativo: permanências e discontinuidades

ID 963

Autores Carlos Vieira de Faria

Resumo: Os discursos que apresentam, de forma crescente, o Orçamento Participativo como uma nova moda social e política capaz de fundar uma alternativa ao modelo vigente de democracia representativa, agora em crise, devem ser submetidos a um exame teórico-analítico que permita desmistificar e esvaziar o carácter retórico de que enfermam. Esta comunicação assenta numa visão de longa duração dos processos sociais, políticos, económicos, culturais e ideológicos, visão já testada numa pesquisa anterior sobre movimentos sociais urbanos, realizada em Setúbal entre 1965 e 1995. Este procedimento epistemológico pretende relevar aquilo que de comum e de diferente há nos processos organizativos que os habitantes-moradores dos centros urbano-industriais mais importantes do país, quando confrontados com gravíssimas carências habitacionais e insuficiências notórias no acesso a serviços urbanos e urbanísticos mais elementares, souberam pôr em marcha, ao longo de muitas décadas, com vista ao agendamento, debate, discussão de propostas e resolução desses múltiplos problemas urbanos que os afectaram e continuam a afectar. Ao procurar reter e salientar as diferenças e mesmidades que perpassam estes processos organizativos, é nosso objectivo recentrar, de forma mais crítica, a cidade enquanto espaço secular de exercício de cidadania. Recorrer-se-á, para tal, a uma concepção da cidade como artefacto, concepção que nos levou, na pesquisa acima referida, a identificar um “campo urbanístico” onde se afirmam grupos (formais e informais) “enunciadores de sentido” que procuram definir, em confronto, estratégias de mediação e formas poliárquicas de exercício de poder (governância urbana).

Título Associativismo e Política Popular em Lisboa da Ditadura à Democracia

ID 359

Autores Pedro Ramos Pinto

Resumo: Durante as cinco décadas da ditadura, Lisboa sofreu grandes transformações, quer na sua geografia urbana, quer na sua composição demográfica, que alteraram essencialmente o carácter da política popular da cidade. As associações de cariz voluntário, enquanto manifestações de múltiplos tipos de redes sociais, são uma prova viva dessa transformação de redes sociais, e mostram como o 'mapa social' da cidade se foi transformando. Usando uma perspectiva teórica que combina o conceito de capital social como desenvolvido por James Coleman, Robert Putnam e outros, com a perspectiva de movimentos sociais da escola de Charles Tilly, Doug McAdam and Sidney Tarrow, esta comunicação irá reflectir sobre a influência das transformações sociais descritas acima na capacidade política e formas de mobilização das camadas populares da cidade de Lisboa, com especial atenção ao associativismo como espaço pivotal neste processo. Em particular, a comunicação argumentará que a participação política da arraia miúda da cidade durante o processo revolucionário de 1974-1975, incluindo o importante movimento social urbano encarnado pelas muitas dezenas de comissões de moradores activas nesse período mobilizou recursos sociais, incluindo redes de capital social, que foram construídas ao longo das décadas antecedentes. Assim, procura enquadrar um momento extraordinário no seu contexto histórico ordinário, ajudando a isolar causas e consequências que nos permitem tecer reflexões mais amplas sobre o carácter da sociedade civil Portuguesa.

Mesa: Desenvolvimento, projectos e actores sociais - 6 de Fevereiro - 11h15 - 317

Moderador: Joana Marques

Título Género e Sociedade Civil em Angola

ID 335

Autores Aline Afonso Pereira

Resumo: O processo de abertura económica e transição para o multipartidarismo em Angola (início dos anos 90) permitiu o surgimento de um espaço para participação pública e estruturação da sociedade civil. Entretanto, a falha do acordo de Bicesse e o reinício do conflito (1992), fez com que todo o esforço de participação empreendido pelos diversos actores sociais entrasse em retrocesso. A paz alcançada em 2002 com o memorandum de Luena permitiu uma nova re/construção deste espaço. As mulheres exerceram um papel importante no processo de paz e no actual processo de estruturação e

desenvolvimento da sociedade civil angolana por meio da criação/participação em várias organizações, todavia, muitas destas organizações referem-se a falta de interação com o governo em especial com o Ministério da Família e Promoção da Mulher – MINFAMU. Este artigo tem como objectivos: a) compreender como se estruturou e quais as principais componentes da sociedade civil em Angola (impactos da guerra-civil); b) analisar a contribuição das mulheres no processo de estruturação da sociedade civil angolana.

Título Som ainda úteis as Humanidades? Reconvertendo a nossa formação filológica em conhecimento útil: a criação de um spin-off

ID 577

Autores Raquel Bello Vázquez

Resumo: Galabra é um grupo de pesquisa da Universidade de Santiago de Compostela. O nosso trabalho é desenvolvido num departamento de Língua e Literatura. A pesar do qual tomámos a decisão de promover um spin-off. O propósito deste texto é explicar (1) os passos dados para a constituição deste spin-off, (2) os problemas surgidos; (3) as soluções escolhidas para confrontar estes problemas; (4) o processo de adaptação da nossa pesquisa ao mercado; (5) como a pesquisa em Ciências Humanas está sendo aplicada em projectos que focam não apenas a ocupação directa de membros do grupo de investigação, mas também a produção de elementos para o bem estar da comunidade, e, finalmente (6) como esta experiência tem afectado à nossa perspectiva metodológica e os nossos métodos de pesquisa. O quadro teórico-metodológico que sustenta este projecto está baseado nas principais achegas à Sociologia da Cultura (Bourdieu, Even-Zohar, DiMaggio, Lamont, Van Rees...), mas é também produto dos resultados obtidos na nossa própria pesquisa fundamental. Depois do estudo de diferentes processos de planeamento cultural, pensamos que era possível aplicar o nosso conhecimento à intervenção directa no sistema.

Título Género, mutualismo e mercado na sociedade rural de Santiago de Cabo Verde

ID 612

Autores Carlos Ferreira Couto

Resumo: Na sociedade rural santiaguense o mercado é “feminino” e são as rabadanti, maioritariamente mulheres, os corredores de fundo das transacções dos produtos agrícolas e piscícolas, os arquitectos das redes de sociabilidade e comercialização. Estes fenómenos de inovação (tradicionalmente às mulheres era reservado o espaço interior da casa) e de adaptabilidade (às mulheres é interdito o acesso ao fiador para obtenção do crédito) no tecido empreendedor rural impregnam o sistema camponês de auto-referência. São as mulheres que mais facilmente sustentam as “toto-caixas” e a viabilidade do microcrédito numa matriz socio-cultural onde um homem geralmente é “avalista” ou fiador de um outro homem. O fracasso ou desconhecimento das “toto-caixas” entre os agricultores, enuncia o grau de incerteza gerador de inércia e desconfiança, dentro da sociedade camponesa, e a precaridade do acesso estável e previsível aos recursos financeiros no mundo rural santiaguense. A opção por uma estratégia defensiva ou riscófoba em relação ao crédito e à formação das “toto-caixas”, por parte dos horticultores, teve como compartida o sucesso das “toto-caixas” das mulheres vendedeiras ou rabadanti e a proliferação de programas de microcrédito das ONGs, preferencialmente dirigidos às mulheres vendedeiras. O mercado constitui a fronteira do sistema camponês, as margens onde a sociedade camponesa codifica os constrangimentos do seu entorno. O mercado ao constituir-se no limite do sistema camponês, é a entrada privilegiada dos condicionalismos do ambiente natural e do entorno histórico e institucional e, em certo sentido, o meio privilegiado dos fenómenos da globalização/glocalização. É o mercado que regula as trocas entre os elementos ou sub-sistemas da sociedade camponesa e os sub-sistemas no entorno da mesma.

Título Género e desenvolvimento na formulação e implementação de políticas de água no semiárido brasileiro

ID 618

Autores Daniela Nogueira

Resumo: Este trabalho é resultado da reflexão acerca da participação das mulheres como catalizador de desenvolvimento. Tendo em vista os problemas de qualidade e quantidade da água que vêm afetando os diferentes setores da sociedade, a necessidade do reconhecimento do conflito na gestão, assim como de uma transformação profunda nas abordagens adotadas para que contemplem as especificidades inerentes à natureza de uma política pública que tem como objetivo a democratização da água, o presente artigo esboça uma reflexão a respeito da relação entre género, água, desenvolvimento e democracia. Trata-se, portanto, da análise do desenho de como estes eixos aparecem relacionados na formulação e implementação de políticas públicas que têm no desenvolvimento seu principal objetivo. Para servir de moldura para essa reflexão foi selecionado, o “Programa Um Milhão de Cisternas Rurais” implementado no Semi-árido brasileiro, região historicamente marcada pela escassez de água e por suas características expulsivas. Nessa região a desigualdade de género assume traços ainda mais claros uma vez que a pesada carga diária para a obtenção de água costuma recair sobre mulheres e meninas, o que implica em uma maior assimetria no que se refere à divisão sexual do trabalho doméstico afetando diretamente o bem-estar e fazendo com que muitas delas não possam frequentar a escola. É nesse sentido que discutir a questão da água para essas populações insere-se em uma discussão mais ampla e complexa que articula relações de poder; divisão sexual do trabalho; organização social e desenvolvimento.

Título Ação sociocultural como difusor de imagem: a espiral orgânica.

ID 678

Autores Clara Maria Pugnali

Resumo: Os investimentos em projetos culturais muitas vezes são feitos de forma indiscriminada por parte de empresas que utilizam leis de incentivo, no caso brasileiro a Lei Rouanet. É fundamental conhecer os aspectos que os decisores da área da cultura consideram relevantes em projetos a serem patrocinados. Salienta-se que muitos projetos culturais financiados com recursos públicos, não apresentam retorno social. Nesta comunicação são apresentados critérios considerados adequados para a seleção de projetos a serem patrocinados pelas organizações, e proposto o sistema espiral orgânico. A abordagem se deu a partir de uma pesquisa qualitativa com representantes dos vários setores que mantém interface com projetos socioculturais na cidade de São Paulo, identificando os pontos de consenso. Estes foram

comparados aos adotados pelo grupo siderúrgico brasileiro Gerdau, foco do estudo de caso. A pesquisa demonstra ser fundamental que os decisores, responsáveis pela seleção dos projetos nas organizações, tenham conhecimento em ciências sociais, além de suas habilidades em administração. Demonstra, também, que projetos adequados são os que surgem das demandas comunitárias e beneficiam o público focado. Visibilidade e ganho de imagem para a organização patrocinadora, são consequência.

Mesa: Políticas de ação social, família, juventude e infância - 6 de Fevereiro - 11h15 - 318
Moderador: Roberto Mubarrac

Título Quando a política se deixa seqüestrar pelo mercado, emerge o público não-estatal

ID 331

Autores João Clemente Souza Neto

Resumo: De alguma forma, a sociedade civil sempre contribuiu para reduzir a desigualdade social, por meio de entidades assistenciais, organizações públicas não-estatais, religiosas e políticas, e, finalmente, pelas ONGs. Estas não apenas atendem a população que tem os seus direitos violados, mas trazem a novidade de lutar pela conquista e alargamento dos direitos, bem como de defender a ecologia e a ética. O arcabouço resultante do movimento das ONGs criou as condições legais para a luta em prol da redução dos indicadores que revelam os limites da realidade brasileira, transpassada por uma exclusão proveniente da desigualdade econômica e social. Acreditam geralmente os filantropos que expressam generosidade, quando, de fato, o que realizam é mais um processo de exploração e desumanização. A prática caritativa pode ser apenas a expressão de uma bondade aparente, que acaba por legitimar e conferir a filantropos e damas de caridade uma certa "aura de santidade". Nessa linha de observação, as ONGs podem atuar também pela perspectiva "robinhoodiana" de retirar dinheiro dos ricos e do Estado, em nome dos pobres, para reparti-lo entre pobres, profissionais, lideranças religiosas e políticos.

Título Contexto educacional e as políticas públicas para a educação de jovens e adultos na cidade de Ponta Grossa

ID 316

Autores Rita de Cássia da Silva Oliveira, Paola Andressa Scortegagna, Flávia da Silva Oliveira

Resumo: O Brasil passa por intensas mudanças sociais e culturais, apresentando um ritmo acelerado de desafios e possibilidades à população. Assim, a educação insere-se como um poderoso instrumento de modernização e avanço social. Este trabalho objetiva uma reflexão sobre o processo histórico da educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil, focando em especial a criação e implementação dessa modalidade na cidade de Ponta Grossa - Paraná. A pesquisa teve como objetivos identificar o perfil dos alunos beneficiados pela EJA e dos profissionais que atuam nessa modalidade, como também as políticas públicas voltadas para esse segmento. A investigação foi descritiva, interpretativa, quanti-qualitativa. Os instrumentos utilizados foram os questionários aplicados aos alunos e entrevistas para os professores da EJA, atuantes em escolas que ofertam tal modalidade. Como resultado, obteve-se que os alunos entrevistados têm consciência da importância do conhecimento sistemático em suas vidas e no trabalho, possibilitando a melhoria das condições de ascensão na carreira ou busca de melhores oportunidades. E apesar de todas as dificuldades, percebe-se a perseverança em procurar uma escola e continuar a trajetória estudantil, um dia interrompida por diversos fatores. Comprova-se, o interesse dos alunos pelos estudos, dedicação e força de vontade. Em relação ao professor, observa-se o quanto é difícil encontrar profissionais realmente preparados para atuar na EJA, como também não há uma grande preocupação das instituições de ensino superior com a formação acadêmica voltada para esse segmento educacional. Porém, reforça-se que os professores são comprometidos com a educação dos adultos.

Título Políticas sociais, terceiro setor e a atuação dos órgãos de garantia de direitos infanto-juvenis no Brasil

ID 394

Autores Chris Giselle Pegas Pereira da Silva

Resumo: O Conselho Tutelar é um órgão responsável por zelar pelos direitos infanto-juvenis preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal brasileira nº 8069. Esse órgão atende famílias inseridas no contexto contemporâneo da questão social, onde há profundas consequências sociais, políticas e econômicas provenientes do processo de globalização e da implantação do ideário neoliberal, que se revela não só a nível nacional, mas internacional, como mostrado nos estudos de Boaventura de Souza Santos e Zygmunt Bauman. As respostas do Estado a essas questões se vêem restritas a liberdade de mercado que influencia a efetivação das políticas sociais. Nesse contexto, há um desafio para a concretização do papel do Conselho Tutelar de garantir os direitos de crianças e adolescentes na sociedade brasileira, pois esse órgão, para cumprir suas atribuições, aplica medidas protetivas através de encaminhamentos para a rede de serviços instituída por políticas governamentais e não governamentais. Nesse sentido, o presente artigo se propõe a sinalizar a importância das políticas sociais na área infanto-juvenil. Dentro dessa perspectiva, é tematizado, inicialmente, sobre a questão social no contexto contemporâneo. Em seguida, destacam-se as políticas sociais e o terceiro setor no Brasil. Para enfim, ressaltar a relevância dessas políticas na transformação da realidade social em busca da garantia efetiva dos direitos da criança e do adolescente.

Título Clube Escola: Programa sócio-educativo de Esporte, Lazer e Recreação da Prefeitura do Município de São Paulo

ID 566

Autores Lais Helena Malaco, Sheila Aparecida Pereira dos Santos Silva, Francisco Carlos Dada, Walter Meyer Feldman

Resumo: Esporte, Lazer e Recreação são direitos sociais do cidadão presente nas legislações brasileiras, sendo atribuições da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação da Cidade de São Paulo (SEME) elaboração, implantação, implementação e avaliação das políticas públicas para essa área. Em 2007, a SEME implantou o Programa Clube Escola com caráter sócioeducativo que visa contribuir para o desenvolvimento integral da população de São Paulo, em especial crianças e adolescentes em circunstâncias de vulnerabilidade social, criando oportunidades de aprendizado

através da convivência social, da ampliação do universo cultural, exploração de atividades lúdicas, artísticas e esportivas, aquisição de informação, acesso às tecnologias da informação e incentivo a vida comunitária. Seu foco é a aquisição de competências que permitam às crianças e seus familiares uma melhor inserção social. Os princípios pedagógicos do Programa estão pautados na Declaração Mundial de Educação para Todos da UNESCO, a educação é indispensável à diminuição das desigualdades sociais. O Programa se desenvolve em 60 locais e até o final de 2008 estão previstos 100 Clubes Escolas. Dezembro/07 = 35.941 participantes do programa e em Março/08 = 42.806 participavam das atividades nos 41 Clubes da Cidade. Esse aumento se deu em decorrência da oferta de novas atividades proporcionadas pelo programa e sua divulgação entre a população. Em 2008 estão sendo avaliados os indicadores quantitativos e qualitativos do programa.

Título Juventude e risco social: projetos sociais e políticas públicas

ID 1011

Autores Alexandre Barbosa Pereira

Resumo: Esta comunicação pretende discutir como agentes sociais importantes que atuam com jovens na periferia da cidade de São Paulo estão a produzir discursos e representações sobre a juventude. Trata-se dos projetos sociais e as políticas públicas do chamado terceiro setor, articulados ou não com o Estado. A proposta é apontar o modo como estes concebem a noção de juventude para a realização de suas ações. A pesquisa focou em observações de dois projetos, um ligado à Secretaria de Cultura de São Paulo e outro a uma organização não-governamental independente. Além disso, foi realizado um levantamento de entidades do terceiro setor com propostas direcionadas ao público juvenil. Uma primeira constatação a ser destacada com relação aos projetos sociais é como as questões do lazer, da cultura, do esporte e do entretenimento como modo de ocupação dos jovens e de prevenção à violência juvenil são elementos importantes nos discursos e representações que estes atores sociais têm construído. Com isso, o que se observa é como as políticas sociais têm privilegiado a juventude como beneficiária de ações que visam uma suposta inclusão. Tal favorecimento acontece porque, segundo esta concepção, o jovem seria um segmento social mais vulnerável ao que se convencionou chamar de risco social. Os objetivos aqui, portanto, são mostrar como as políticas públicas e os agentes do terceiro setor têm atuado com a juventude por meio de projetos culturais e de inserção social, tentando detectar os discursos e as práticas que os regem.

Título Estilo Juventude: o caso do voluntariado jovem

ID 1035

Autores Andréa Silva

Resumo: O artigo aborda a importância do conceito de solidariedade na construção da identidade de jovens voluntários. A pesquisa foi empreendida com jovens que optaram pelo engajamento em movimentos sociais e que se consideram parte da solução e não dos problemas da sociedade. A rotina no contexto de uma ONG, que conta com um grupo de voluntários com idades entre 15 e 24, anos permitiu que as especificidades do grupo fossem observadas mais amiúde. As categorias dádiva, cidadania e solidariedade são os eixos estruturantes do artigo, pois são consideradas pelo grupo como tal em sua relação com outros grupos de jovens. De que forma os jovens que buscam a instituição vivenciam o conceito de solidariedade? Quais são as suas propostas para intervir na sociedade? Enfim, porque alguns insistem em continuar a atuar como voluntários quando seus responsáveis prefeririam que não estivessem envolvidos com esta atividade? Partindo destes questionamentos, estabeleceu-se diálogo rico com os jovens voluntários da instituição acerca de seus objetivos, anseios e problemas para continuar com seus projetos.

Mesa: Políticas de educação, formação e emprego - 6 de Fevereiro - 11h15 - 319

Moderador: Rui Brites

Título Imigração, mercado de trabalho e políticas públicas: caminhos e (des)encontros

ID 1043

Autores Eduardo Rodrigues

Resumo: A economia mundial encontra-se em processo acelerado de "globalização", entendida também como mecanismo de reforço do capitalismo e das dinâmicas de liberalização da circulação de bens, capitais, serviços e também pessoas. Este processo tem contribuído para a integração formal e informal da economia mundial, gerando interdependências nacionais, compatíveis com crescentes desigualdades inter e intra-nacionais. O capital humano tem circulado com maiores dificuldades do que o capital financeiro, quer do ponto de vista legal, político ou mesmo nas representações sociais. Parecem ser mais presentes as ameaças associadas à circulação de pessoas (tantas vezes identificadas com a criminalidade, com a violência, com os tráficos, entre outras), do que as questões inerentes ao mercado financeiro. As respostas parecem centrar-se em dois eixos: o eixo das políticas de inclusão e o eixo das políticas securitárias. Alguma efectiva retracção dos "modelos sociais" parece reforçar as segundas e questionar as primeiras, quer do ponto de vista das opções políticas, quer do ponto de vista das representações sociais. Assim, propomo-nos: i) analisar as formas como o "modelo social português", marcadamente semi-periférico, tem (re)agido aos movimentos migratórios das últimas décadas, com incidência nos vários actores institucionais, desde o Estado aos sindicatos, desde o poder local ao mercado de trabalho; ii) diagnosticar as características dos movimentos migratórios, com maior incidência nos que se têm dirigido à Região Norte e à AMP; iii) compreender as dinâmicas de mudanças que esses movimentos migratórios têm promovido, tanto como aquelas que sobre os movimentos têm sido exercidas. O enfoque principal incidirá, assim, nas relações entre imigração, mercado de trabalho e políticas públicas, com território empírico em Portugal em geral e na AMP em particular. As representações sociais e as (re)configurações identitárias não serão desvalorizadas.

Título As Faces de Janus, A Cidadania e o Multimodo Desenvolvimento das Políticas Educativas em Portugal

ID 1126

Autores Madalena Mendes

Resumo: Nesta comunicação, a autora analisa o processo de construção social das políticas educativas em matéria de cidadania, nos anos 90, em Portugal. A busca pela compreensão das múltiplas faces da regulação e da emancipação assumidas pelas políticas educativas em matéria de cidadania é feita a partir das propostas do Conselho da Europa e do papel das políticas europeias na transnacionalização do campo educativo; da reconstituição do contexto socio-político dos anos 90 e da singularidade das realidades portuguesas e dos contributos do Sítio de Cidadania português para o entretecer das dinâmicas, das tensões e das contradições inerentes aos processos de construção social da cidadania. Através de uma abordagem compreensivo-interpretativa, baseada no efeito conjugado entre um dispositivo teórico e epistemológico – regulação, emancipação - e os processos de transnacionalização e de tradutabilidade nacional da semântica discursiva – Educação para a Cidadania -, é possível realçar nas políticas educativas, nos anos 90, em Portugal, as duas faces de Janus num multimodo e híbrido desenvolvimento enquanto expressão intrínseca de uma mesma realidade. Mais do que desocultar as múltiplas faces da regulação e da emancipação temos a modesta pretensão de que os resultados investigativos apresentados possam ajudar a perspectivar a construção de políticas emancipatórias que busquem na conscientização crítica dos actores e na revitalização dos mundos da vida as suas moles de possibilidades e o seu hubris alternativo.

Título A educação infantil dos municípios de Ilhéus e Itabuna/BA: condicionantes históricos, legais e pedagógicos
ID 1364

Autores Cândida Maria Santos Daltró Alves, Emilia Peixoto Vieira

Resumo: Nossa pesquisa delinea-se no campo da Educação Infantil e tem como perspectiva compreender a implementação das Políticas Públicas voltadas a esse nível de ensino nos municípios de Ilhéus e Itabuna, no período compreendido entre 1996 e 2007. A escolha dessa temática justificou-se pelo fato de que nos últimos anos as ações encaminhadas pelo poder público municipal para a Educação Infantil, nessas localidades, apresentaram diferenciações no que diz respeito à organização, estruturação e aperfeiçoamento das práticas e formulação de políticas públicas. A opção pela esfera municipal se confirmou ainda, quando se procurou estabelecer a relação entre as políticas macro e micro na configuração específica da Educação Infantil, o que implicou no acompanhamento das políticas sociais pelo poder local. Empregamos como instrumentos metodológicos: levantamento bibliográfico e documental relacionados ao tema; e coleta dos dados junto às Secretarias de Educação, a partir de um roteiro com perguntas fechadas sobre o perfil dos municípios em relação à educação infantil. Objetivamos conhecer o número de escolas, número de professores, número de alunos/as matriculados/as, formação docente, políticas para ampliação de matrículas, entre outras questões pertinentes à implementação de políticas para educação infantil. As análises dos dados seguiram o critério de triangulação entre os diferentes resultados obtidos para tentarmos responder às categorias interpretativas mencionadas neste texto.

Título Política pública de qualificação profissional: entre a assistência e a inserção social
ID 1503

Autores Eliana Monteiro Moreira, Rejane Gomes Carvalho

Resumo: As reflexões trazidas neste trabalho procuram abordar as novas relações construídas entre Estado e sociedade no Brasil sob a perspectiva das metamorfoses observadas no mundo do trabalho, analisando o caráter da política de qualificação profissional como proposta de inclusão social. As mudanças ocorridas na dimensão do trabalho, especialmente na passagem dos anos 1980 aos 1990 no Brasil, foram marcantes, sobretudo, pelas reverberações que se fizeram notar sobre a face de uma nova sociabilidade construída no alargamento do trabalho informal, de situações de precarização do trabalho e pela condição de desemprego de longo prazo. O enfrentamento dessa problemática tem sido percebido amplamente na ação das políticas públicas de emprego, aparecendo mais visivelmente a preocupação com a intermediação e a formação da mão-de-obra para o mercado de trabalho, com o desafio de conjugar o elemento racional da qualificação e da (re)inserção da mão-de-obra ao fundamento ético de reconstruir uma vida social digna por meio do trabalho, garantidor de sentidos para o sujeito na sua existência como cidadão. Por outro lado, a qualificação profissional, posta como política pública de inserção ou ativação de desocupados, também pode expressar uma forma moderna e lícita de exclusão, por ser orientada pelo Estado, quando se propõe à seleção dos aptos dos não aptos. Ademais, ainda pode confundir-se no campo da assistência social, na medida em que aparece como um serviço social oferecido para amenizar a situação de desemprego e alimentar a esperança de inserção dos sujeitos em meio à exclusão.

Título PROUNI: uma experiência do público e do privado na educação superior no contexto brasileiro
ID 774

Autores Joseneide Santos, António Neto, João Amado

Resumo: Este estudo consiste em analisar a relação entre os cenários das reformas educacionais postas no contexto brasileiro a partir dos anos 1990, particularmente dirigindo-se para a experiência do ProUni, enquanto uma política estratégica em consonância com os interesses de mercado para o ensino superior. Caracteriza-se, portanto, como um estudo exploratório e descritivo, utilizando-se dados documentais e bibliográficos que resgatem tal temática. As reformas educacionais a partir do contexto dos anos 1990 foram organizadas por meio de três enfoques gerais: competitividade; imperativos financeiros e equidade social em cenários de desenvolvimentos sócio-econômicos diferenciados, mas marcados pela presença da orientação neoliberal. O ProUni, portanto, se apresenta a partir de uma legalidade política, concebido através de um discurso modernizador, mas que não aprofunda a situação atual que percorre a educação superior, o esvaziamento do Estado em responsabilizar-se pela democratização do ensino superior no espaço das universidades público-estatais.

Mesa: Terceiro sector, intervenção socio-comunitária e reconhecimento - 6 de Fevereiro - 11h15 - 308
Moderador: Cristina Albuquerque

Título IPSS - berço de inserção social para os desprotegidos. Uma aplicação empírica

ID 981

Autores Orlando Petiz Pereira, Cláudia Reis

Resumo: O discurso da economia social e solidária é relevante porque realça os seus objectivos, sem perder a importância da vertente económica para a mudança de paradigma e de valores da sociedade. A economia solidária não vem destruir a economia capitalista nem subjugar o domínio económico ao social. Ela assume que a trilogia – económico, social e político – é essencial para o desenvolvimento. Por isso, na economia solidária a visão é colectiva e não individual e não é uma simples reacção à cultura individualista, mas sim à sua prática, porque é através da prática que se geram as desigualdades e as injustiças no mercado. Sendo a solidariedade um laço voluntário que une os cidadãos livres e que favorece a sua actuação conjunta e colectiva, tal como considera Laville, com este trabalho, apoiados na análise de caso e para a actualidade, pretendemos averiguar se as IPSS demonstram ter uma atitude e inteligente, através da sua acção preventiva, e se cumprem as suas funções de protecção e de inserção efectiva na sociedade. Em função de tais objectivos, utilizaremos os dados históricos disponíveis na IPSS em análise, inquéritos próprios e entrevistas, cujos dados serão tratados com o recurso ao software estatístico SPSS. O percurso metodológico do presente trabalho é o seguinte: no primeiro capítulo fazemos enquadramento teórico da economia social e solidária. De seguida, fazemos e apresentamos o tratamento dos dados e seus resultados. Por fim, apresentamos as principais conclusões e apresentaremos algumas pistas para reflexão e trabalhos futuros.

Título Resistência e resiliência dos pobres na construção de direitos sociais no Brasil

ID 999

Autores Heliana Baía Evelin, Hedrácia Fernanda Andrade de Oliveira, Priscila Pereira Sarquis, Cibele Vasco Santos, Alegria Evelin Soria

Resumo: Resultado de pesquisas sobre Resiliência e Serviço Social realizadas desde 2005 na Universidade Federal do Pará - Brasil propõe-se trazer à reflexão antecedentes sociais, políticos, econômicos e culturais do ser brasileiro no enfrentamento de situações adversas para a conquista do direito a sua humanidade. O conceito de resiliência refere-se à capacidade do ser humano em enfrentar adversidades, superá-las e sair fortalecido. Tal capacidade não é incomum, mas, inúmeras vezes, relegada a segundo plano por planejadores e executores das políticas sociais, que, muitas vezes, desconsideram a história social de luta do povo brasileiro no decorrer dos séculos. A história de violência na construção da nação brasileira faz com que as formas de organização sejam bastante peculiares, marcadas muito mais pelas irmandades e corporações do que pelas associações. Considera-se que os estudos e pesquisas sobre resiliência no Brasil precisam considerar tais formas de organização que permanecem ativas em todo o país, negando a história oficial de passividade do ser brasileiro. A investigação sobre resiliência humana reafirma as potencialidades do ser humano em pensar sobre a sua vida e planejar o seu futuro, exigindo dos profissionais a desconstrução de algumas crenças e conceitos, principalmente, a de considerar o indivíduo em situação de vulnerabilidade social como subalterno e excluído.

Título Hacia un Abordaje sociológico de la acción social proyectada (ASP)

ID 1076

Autores Miguel Arenas

Resumo: Esta propuesta se sitúa en la investigación teórica de las formas de acción del Estado social proactivo. A su vez, forma parte de una investigación más amplia donde se contrastarán las relaciones de la ASP con la Acción Social a través de los discursos y narraciones de los eventuales destinatarios y sus necesidades sobre esta clase de acción contenidos en ellos. Antes de ello, pensamos que es preciso delimitar naturaleza y sus perfiles desde una perspectiva sociológica conceptual y teórica, pues es mucho lo que está en juego si pensamos que una gran parte del Estado social y del mundo asociativo y voluntario “público” bajo su influencia, desarrolla esta clase de acción o intervención –como se le suele denominar desde una visión restringida–. La sociología no debe dar la espalda a una acción que situada en el mundo objetivo, conlleva una actitud adentrada en el entendimiento por diferencia con la actitud realizativa de la propia acción social. En esa línea, lo primero de todo es contextualizarla en el marco del Estado social, después se intentará demostrar la necesidad de ubicarla en el mundo de la acción, frente a las visiones más instrumentales, y ello por más que se trate de una clase de acción social objetiva y –relativamente– controlada. En fin, en la última parte se propondrán una serie de conclusiones que se sitúan más allá de los modelos racionalistas o de epistemología pragmática más frecuentes en las intervenciones al uso.

Título Gestão da qualidade no sector social: identidade, estratégia e fragilidade

ID 1231

Autores Ivo Domingues

Resumo: Em Portugal, o sistema nacional da segurança social conta com importante conjunto de organizações vocacionadas para respostas sociais diversas, prestadas junto de públicos de todas as categorias etárias e de todos os graus de autonomia física e de independência intelectual. São as designadas IPSS (Instituições Privadas de Solidariedade Social), a quem é confiada a maior parte da prestação de serviços sociais públicos. Para estimular ganhos da qualidade e da produtividade, o Ministério da tutela formulou e disponibilizou referenciais da qualidade de aplicação imperativa naquelas organizações. São conhecidos por 'Manuais da Qualidade' e, fundados na Norma ISO 9001 e no Modelo Europeu de Excelência Organizacional EFQM, são corpos normativos e reguladores da gestão estratégica e da gestão operacional daquelas organizações. A sua implementação implica profunda mudança nas políticas, nos processos e nas práticas organizacionais, permitindo ao sector social tornar-se no mais moderno dos sectores no domínio da gestão da qualidade e da responsabilidade social. Contudo, a sua adopção e implementação por aquelas organizações revela-se muito paradoxal devido a diversos factores, como a identidade do sector social e a estratégia organizacional, que enfraquecem as possibilidades de melhorias da eficácia e da eficiência da gestão. A mudança organizacional e a reestruturação das práticas que aquela inovação permite materializar têm sido enfraquecidas por factores ambientais, organizacionais, gestionários e culturais que aqui proponho analisar.

Título Rede de tensões e conflitos nos trabalhos de intervenção comunitária: possibilidades de transformação social na vida cotidiana

ID 1306

Autores Maria de Fátima Quintal de Freitas

Resumo: Observa-se, no Brasil, na última década, crescimento dos projetos comunitários e campanhas sociais e de políticas afirmativas dirigidas aos setores desfavorecidos/marginalizados. A trajetória dos trabalhos/práticas comunitárias tem revelado caminhos desafiadores quanto à produção de conhecimentos e estratégias de intervenção, comprometidos com a realidade concreta da população, em uma perspectiva emancipatória. Os projectos comunitários têm se dirigido à construção/fortalecimento dos processos de participação e conscientização na rede de tensões/conflitos na vida cotidiana. Pretendem que as intervenções comunitárias ultrapassem a esfera do individual, detectem tipos de poder que influenciam os processos psicossociais de naturalização do cotidiano: fatalismo presente nas (não) participações, abnegação e crença na necessária 'cota de sacrifício' para enfrentamento dos desafios/dificuldades/dilemas nos trabalhos comunitários. Como fruto das práticas de intervenção comunitária no campo da Psicologia Social Comunitária Latino-Americana, desenvolvidos há alguns anos em comunidades de periferia, apresentar-se-á proposta de análise psicossocial sobre repercussões destas tensões na relação profissional-comunidade, quanto: resultados imediatos/eficazes versus avanços na consciência política individual/grupal; projectos pontuais/assistenciais versus projectos colectivos e de politização da consciência; 'tipos' psicossociais de participação versus significados da ação versus resolução dos conflitos no cotidiano. Objetiva-se subsidiar análises sobre relação entre ações comunitárias, projetos políticos propostos e compromissos assumidos, para compreender as razões dos avanços/recuos das participações comunitárias e das redes de solidariedade. (CNPq/Brasil)

Mesa: Desenvolvimento: reflexões teóricas e metodológicas - 6 de Fevereiro - 14h30 - 220

Moderador: Aline Afonso Pereira

Título Desenvolvimentismo e liberalismo: duas faces da mesma moeda

ID 977

Autores Esther Kuperman

Resumo: Este trabalho coteja duas propostas de ordenamento econômico que se confrontam no Brasil a partir dos anos 50: desenvolvimentismo e liberalismo. Utilizando documentação produzida pelos principais teóricos dos dois campos de pensamento, Raúl Prebich, Presidente da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), e Eugenio Gudín (ex Ministro da Fazenda no Governo Café Filho e considerado o decano dos economistas brasileiros), expomos pontos convergentes e divergências entre os dois ideários, bem como os setores da sociedade brasileira identificados com estes projetos.

Título Sobre a natureza multidimensional do desenvolvimento

ID 1001

Autores Sandrina Berthault Moreira

Resumo: Desde muito cedo se observam esforços na pesquisa de novos conceitos de desenvolvimento que se afastassem da sua identificação com o crescimento econômico saída do pós-guerra. Os contributos críticos e de busca de um novo conceito de desenvolvimento surgem, especialmente, a partir da década de 70, vindo a estabilizar nos conceitos de desenvolvimento sustentável, local, participativo, humano e social. É neste contexto que se insere o presente trabalho sobre o conceito de desenvolvimento, as componentes que o integram e a sua forma de medição. Em primeiro lugar, procura-se ilustrar a natureza multidimensional do fenómeno do desenvolvimento, em termos conceptuais, sistematizando os diferentes conceitos de desenvolvimento que têm emergido na literatura ao longo das décadas mais recentes. Paralelamente, procede-se a uma breve discussão sobre a medição do fenómeno multidimensional do desenvolvimento, ilustrando a abrangência da forma mais imediata de medição deste fenómeno – os indicadores compósitos do desenvolvimento –, em termos do número de dimensões do desenvolvimento considerado. Na primeira parte do trabalho, apresenta-se uma breve reflexão sobre a multidimensionalidade do conceito de desenvolvimento, na sequência de uma súmula do conceito de desenvolvimento econômico e dos novos conceitos de desenvolvimento – e que inclui os principais contributos para a construção de cada conceito. Na segunda parte do trabalho, a análise da multidimensionalidade dos índices de desenvolvimento tem por base uma proposta de nomenclatura do desenvolvimento que inclui as principais dimensões constitutivas de uma noção lata de desenvolvimento. Finaliza-se o presente trabalho com a apresentação de algumas considerações finais e pistas para investigação futura.

Título Empreendedorismo e empresários: gestação e desenvolvimento dos empreendedores moçambicanos

ID 1109

Autores Maria Antónia Lopes

Resumo: Ao longo do artigo pudemos constatar que as empresas africanas são atravessadas por solidariedades e hierarquias transversais: solidariedades familiares, étnicas e religiosas. Nas relações internas dominam as relações de dependência pessoal entre os mais novos e os mais velhos. A relação de emprego não é uma relação mercantil e os contratos que ligam patrões e funcionários não são salariais. São de submissão e de respeito ao chefe do grupo empresarial, assentes em relações de lealdade e de confiança e de proximidade. Os constrangimentos para a grande maioria dos empreendedores são diversos e as redes de pequenos negócios continuam a ser a alternativa de solução. O emprego precário e sem contrato de trabalho vem sendo desenvolvido pelos empreendimentos informais de redes de grupos familiares que se dedicam a uma diversidade de pequenos negócios que possam garantir a sobrevivência destes grupos. O sector informal com as suas pequenas unidades de pequena escala em que o salário está ausente, apresenta-se com um capital fraco, mas que permite, ao mesmo tempo, a circulação de moeda e produção de bens e serviços. As regras dominantes são costumeiras, hierárquicas e afectivas. Essas unidades reinventam novas formas de organização, satisfazem necessidades básicas do meio urbano para a maior parte da população que não tem acesso a serviços

colectivos públicos e a bens industriais. Estas unidades traduzem estratégias criativas da população activa, que busca soluções ao crescente desemprego trazido pelas privatizações e pelo desaparecimento da pequena indústria nacional de substituição de importações.

Título Desenvolvimento Econômico com Democracia: proposta de um indicador de desenvolvimento sustentável para os BRIC's

ID 1243

Autores Inês Emília Patrício, Sara Sousa

Resumo: O objetivo principal do trabalho é propor um caminho teórico para a construção de um indicador capaz de entender e captar o desenvolvimento de um país através de um prisma que inclua, além das variáveis econômicas, variáveis sociais, políticas e legais. Como objetivo específico, pretende-se discutir o caso dos países chamados BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) à luz das variáveis colocadas anteriormente. O trabalho será estruturado em três partes. Na primeira, serão sistematizadas diferentes teorias do desenvolvimento e apontadas as variáveis relevantes nesta bibliografia para a comparação entre países. Daremos ênfase à literatura que estuda os países chamados BRICs (Furtado (1974); Stiglitz (2003); Chang (2003)) que são os que nos interessam mais especificamente. Mostramos que existe uma tendência a estudar o desenvolvimento desses países, levando em consideração apenas variáveis econômicas. Na segunda parte do trabalho será proposta a inclusão de variáveis que dêem conta de outros aspectos do desenvolvimento. Para isso, pretende-se analisar, além de variáveis do âmbito econômico (tais como a estabilidade financeira e monetária, graduação nas agências de risco, produto interno bruto), fatores políticos (democracia, equilíbrio entre os poderes, ativismo econômico por parte dos governos), sociais (educação, saúde), jurídicos (direitos humanos, liberdades tais como a liberdade de imprensa etc.) e ecológicos. Por último far-se-á uma análise comparativa do desenvolvimento dos Brics à luz das variáveis e do indicador proposto.

Título Desenvolvimento sustentável, uma proposta de desenvolvimento?

ID 1334

Autores Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros

Resumo: Tema que impulsionou os debates políticos e econômicos no Brasil dos anos 50 e 60 do século passado, o desenvolvimento, autônomo ou independente, é substituído hoje por “desenvolvimento sustentável”, sem as antigas discussões a respeito do financiamento, conseqüentemente sobre a distribuição dos benefícios advindos desse desenvolvimento. Tomando-se a “proteção do meio ambiente” como refrão, libera-se a exploração dos “recursos naturais”, pagando-se antecipadamente os prejuízos à natureza, com a criação de “reservas” ou “áreas de proteção ambiental”. Interessante é analisar a concepção de meio ambiente destes projetos. Para Josué de Castro, um dos pioneiros na denúncia da destruição ambiental, “o meio ambiente se constitui, não só do mosaico físico natural (terra, florestas, rios etc), mas também dos seres vivos (flora e fauna), como dos sistemas econômicos e políticos (predadores ou não do ambiente para seu lucro)”. Observa-se a expulsão dos moradores humanos das áreas tombadas para o espaço de proteção ambiental. A área não está sendo, com esta estratégia de expulsão humana, agredida em um dos seus componentes?

Mesa: Economia solidária e responsabilidade social - 6 de Fevereiro - 14h30 - 218

Moderador: Neide Aparecida de Souza Leheld

Título Responsabilidade Social Empresarial no Brasil: um estudo das suas intervenções voltadas para a questão de gênero
ID 928

Autores João Bosco Hora Gois, Francisco José Mendes Duarte

Resumo: A literatura recente mostra que a questão dos direitos humanos de certos grupos historicamente estigmatizados tem estado no cerne de muitas reformas sociais e políticas que ocorreram nas últimas décadas dentro do contexto latino-americano. Esta literatura destaca como tal questão tem sido apropriada por movimentos sociais, pelo Estado e por diferentes segmentos do Terceiro Setor no esforço de montagem de estruturas mais amplas e substantivas de proteção social. Mais recentemente um “novo” segmento do Terceiro Setor tem se valido da retórica dos direitos humanos para organizar e justificar suas ações: parcelas do empresariado envolvidas com a chamada responsabilidade social. Neste estudo examinamos como tais parcelas manuseiam a idéia de construção de uma cidadania multicultural aliada à defesa dos direitos humanos das mulheres. Analisamos também como essas idéias organizam intervenções sociais as mais diversas, notadamente aquelas voltadas para a superação das desigualdades de gênero. Por fim, o trabalho indaga, sobre o estatuto político de tais intervenções, refletindo em que medida elas: a) podem mostrar dimensões diferentes das imagens públicas historicamente associadas aos empresários, b) tratam-se apenas de estratégias de publicidade e c) possibilitam um controle – ainda que pequeno – sobre um setor extremamente refratário ao escrutínio público.

Título Responsabilidad de la empresa ante los derechos de los consumidores y solucion arbitral a los conflictos

ID 1155

Autores Luis Gutierrez Sanjuan

Resumo: El tema de la ponencia se va centrar en un repaso de la evolucion historica de los derechos de los consumidores y de los sistemas de arbitraje aplicados a ellos y en general a la resolucion de conflictos juridicos, tanto civile como mercantiles, como alternativa a la via judicial. En este sentido a nivel de la Union Europea, en su desarrollo historico, se han ido aprobando multiples directivas regulando una mejor proteccion de los derechos de los consumidores, creando una situacion nueva en el derecho europeo desde la ultima parte del siglo XX hasta el momento. La Carta Europea de los Consumidores y el libro verde de los consumidores son instrumentos de avance y consolidacion de estos derechos de tercera generacion. Un hito ha sido la Constitucion Española de 1978 que contiene el articulo 51 donde se establece la proteccion de los consumidores como un principio rector de la politica social y economica del Estado. Este articulo sera expuesto y explicado en todo su contenido por su transcendencia. La proclamacion del derecho a la salud y a la seguridad

de consumidores/as y el derecho al producto seguro en todo momento. El derecho a la protección de sus intereses sociales y económicos, tanto en temas de vivienda, préstamos, arrendamientos, compraventa de bienes muebles, etc. aparece como un nuevo derecho que se configura en especialidad. La regulación de la publicidad para proteger los derechos de los consumidores y por tanto deslindar la publicidad lícita de la que atenta a los valores democrático, de la que es desleal, engañosa y subliminal y por tanto ilícita y perseguible por las asociaciones de consumidores.

Título Da economia solidária ao turismo solidário: análise de experiências em contexto insular africano

ID 1159

Autores Joana Marques

Resumo: A relação entre Turismo e Economia Solidária é um debate recente. Os princípios que caracterizam os empreendimentos solidários podem identificar-se como: a finalidade de servir os membros ou as comunidades, mais do que o lucro; a autonomia de gestão; a primazia das pessoas e do trabalho sobre o capital; os processos de decisão democrática; a ênfase na qualidade dos produtos, em detrimento da margem de lucro; o investimento na formação. Sendo o turismo a primeira actividade económica do mundo, até que ponto é possível um turismo ancorado nos princípios da Economia Solidária? De que forma o Turismo Solidário é um compromisso para com o Desenvolvimento Comunitário (Sustentável)? Inserida no projecto “O Impacto do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: análise de experiências insulares”, esta comunicação pretende analisar a viabilidade e os efeitos do Turismo Solidário nas comunidades locais, tendo por base uma reflexão teórica sobre a temática e o estudo de casos em contexto insular africano – São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. Assumindo o turismo um crescente destaque nestes arquipélagos, trata-se de um movimento tardio relativamente a outros contextos insulares, o que poderá constituir uma vantagem no sentido de evitar alguns dos seus efeitos depredadores. Importa assim analisar alternativas ao modelo dominante. Existem inúmeras experiências de actividades turísticas com características solidárias que evidenciam as amplas possibilidades de inclusão social trazidas pelo turismo, contribuindo para o combate à pobreza e para o desenvolvimento comunitário.

Título Economia solidária, experiências monetárias e autonomia na construção de novos modelos de desenvolvimento

ID 1213

Autores Claudia Lucia B. Soares

Resumo: O objetivo do trabalho é mostrar como a necessidade de elaborar modelos de desenvolvimento autônomos, que respondam à perspectivas distintas das idealizadas nos modelos tradicionais vem estimulando mundialmente experiências econômico-sociais inovadoras, estruturadas em torno do eixo da chamada “economia solidária”, envolvendo a criação de novas experiências monetárias e o compartilhamento de valores sociais diferentes dos tradicionais individualismo e estímulo à concorrência - como forma de reorientar os objetivos do desenvolvimento. Uma vez que desenvolvimento exige transformação, mudança com um sinal positivo em direção a um objetivo, é sempre necessário qualificar e explicitar esse propósito a ser atingido. Nesse sentido economia solidária propõe um sistema econômico (sujeito a uma racionalidade sócio-ética) que responda a necessidade de produção e consumo através de redes de cooperação que surgem, basicamente, tanto das experiências fruto do empreendedorismo solidário quanto do cooperativismo; da tensão entre a exclusão e a reinvenção do mercado. Simultaneamente, grande parte das experiências com moeda social e com circulantes locais vem se colocando como companheiras em todas as variações nas quais à economia solidária vem se apresentando, tanto no caso das experiências mundiais e extraordinariamente ainda no caso das brasileiras. Entretanto, em que medida tais relações podem se colocar como base para um modelo regional, nacional ou local de desenvolvimento autônomo?

Para se responder a essas indagações procedeu-se a um estudo teórico sobre algumas instituições monetárias alternativas e sua relação com experiências de empreendimentos de economia solidária no Brasil.

Título Estudo de viabilidade para a criação de cooperativa de catadores de “lixo” no Município da Matola, Moçambique

ID 1237

Autores Nair Teles

Resumo: A questão dos resíduos sólidos, popularmente conhecido como “lixo”, afigura-se como uma das prioridades na agenda dos governos municipais em geral, e em especial do município da Matola. Sua gestão e manejo envolve diferentes perspectivas e abordagens, e passa por preocupações de ordem ambiental, sanitária, além de remeter àqueles que dele retiram sua sobrevivência e a de seus familiares. Na província de Maputo, como um todo, os modos de conservação, recolocação, cuidados e gestão do “lixo” constitui uma das fragilidades de política pública. Dentre os municípios que compõem a província, a gestão do “lixo” no município de Maputo apresenta problemas graves, evidenciados na grande quantidade de “lixo” nas artérias principais e vicinais da cidade, contentores de “lixo” superlotados, odores nauseabundos, presença de animais de toda sorte, etc. A par dessa situação, encontramos outra mais delicada e complexa, e que envolve grupos de indivíduos que do “lixo” se servem – por nós aqui denominados como catadores de “lixo”. Esses grupos de anónimos, que em e do silêncio vivem, são a materialização de problemas de carácter socio-económico e sanitário, mas também, de gestão dos resíduos sólidos. Espera-se que o estudo permita, em primeiro lugar, visualizar os elementos e os mecanismos implícitos na prática e na vivência quotidiana dos catadores de “lixo” e seus agregados familiares, e em segundo, analisar a viabilidade da criação de uma cooperativa de catadores de “lixo” com vista a geração de renda segura e sustentável.

Mesa: Terceiro sector e governação das políticas sociais - 6 de Fevereiro - 14h30 - 201

Moderador: Ivo Domingues

Título As faces de Janus do Terceiro Sector: espaço de "milagres" ou vector de empreendedorismo social?

ID 320

Autores Cristina Albuquerque

Resumo: O questionamento em torno do significado da coesão social e das condições para a sua reavaliação dá um novo sentido à situação e reflexão actuais no domínio das políticas públicas e do combate às desigualdades ou às injustiças sociais. Na verdade, a mudança de perspectiva radica, na nossa óptica, não tanto no apelo à participação, mas antes na concepção de responsabilidade e solidariedade, implicando uma metamorfose nas formas e mecanismos de interacção entre individual e colectivo e entre as diferentes esferas de intervenção. Sob tais pressupostos afigura-se-nos como condição sine-qua-non, para abertura a uma verdadeira reforma, a problematização de questões, quer relativas ao grau de garantia de equidade, democraticidade e manutenção do interesse colectivo, quer relativas ao nível de coerência, objectividade e efectividade das vias de experimentação em curso. Assim, a comunicação ora proposta centrar-se-á, num 1º momento, na desmontagem crítica da retórica impacionista e do empowerment, que enforma a acção pública actual, discutindo, nomeadamente, o potencial (paradoxalmente) eufemizante das desigualdades multidimensionais, que tal retórica pode enquadrar se dissociada de uma análise complexa, global e coerente das condições/ condicionantes do (não) desenvolvimento. Num 2º momento, procurar-se-á reflectir em torno das potencialidades de um Terceiro Sector “glocalizado” para a promoção de dinâmicas de empreendedorismo social, sob a tese de que os movimentos simultaneamente de ancoragem e de superação dos territórios locais, de prospectividade e apropriação táctica, de planeamento e flexibilidade, que as referidas dinâmicas podem enquadrar, permitem a efectivação de estratégias de desenvolvimento sustentável e conseqüentemente a perenidade dos projectos sociais.

Título Desigualdades raciais e ensino superior no Brasil: as políticas públicas e o terceiro setor viabilizando a inserção de afrodescendentes na universidade

ID 322

Autores Eugenia Portela de Siqueira Marques, Wanilda Coelho Soares de Moraes

Resumo: O artigo propõe uma análise sobre os indicadores das desigualdades raciais no Brasil que se consolidaram desde o período escravocrata até os dias atuais. A inserção precária dos afrodescendentes na sociedade brasileira compromete o projeto de construção de um País democrático. De acordo com dados oficiais do (IBGE, 2007), (IPEA, 2007), (PNUD, 2006) e (INEP, 2007), as desigualdades estão presentes na saúde, no socioeconômico, no educacional, no mercado de trabalho e, por consequência, no valor dos rendimentos obtidos e nas condições de vida. O reconhecimento dessa realidade pelo Governo Federal, os tratados internacionais e a mobilização desencadeada pelo Movimento Negro e pela sociedade civil resultaram na formulação de políticas de ações afirmativas com o objetivo de reduzir ou minimizar essas desigualdades. O estudo enfoca as iniciativas do Terceiro Setor, assumidas por diferentes instituições com a implantação de cursos pré-vestibulares para alunos carentes e o PROUNI com a concessão de bolsas de estudos que buscam a inserção das camadas menos favorecidas à educação superior. Está fundamentado em pesquisas documentais, bibliográficas, subsidiadas pela análise de dados estatísticos. As conclusões indicam que essas medidas tratadas de forma isolada são insuficientes para reverter o quadro de exclusão social e garantir o acesso à educação superior; por outro lado, sem elas, os bancos universitários continuariam destinados à população branca, enquanto aos negros restariam à permanência numa classe social marcada pela desigualdade de oportunidades e de direitos. O estudo revelou a ocorrência de preconceito em relação aos alunos negros, desvelando o manto da harmonia racial brasileira.

Título Obra social do narcotráfico

ID 570

Autores Dalia Martín

Resumo: Através da seguinte investigação, realizada no âmbito da minha tese de doutoramento, tento analisar e descrever como na cidade do Rio de Janeiro, que pertence a um dos países com maior índice de desigualdade no mundo, emergem organizações tais como os comandos de narcotráfico, que assumem o papel de gestores de serviços sociais nas favelas em que operam, e como, embora gerem processos de violência e ilegalidade, estas organizações compõem um universo de relativa garantia de serviços sociais aos seus moradores. Um dos aspectos mais relevantes são os processos de auto-percepção dos moradores das favelas, dentro de um círculo de ilegalidade e ilicitude que o próprio Estado fomenta, através das leis de serviços sociais pouco universalistas, relacionadas ora com o trabalho formal, ora com níveis de pobreza extrema, deixando um volumoso grupo de cidadãos longe de desfrutá-los. Gera-se assim, na organização do narcotráfico, um carácter que poderíamos assemelhar com um Estado dentro do Estado. Esta organização além de prestar uma série de serviços sociais para seus moradores, oferece um relativo impulso económico interno, mesmo para os moradores que não pertencem à organização, que faz com que suas favelas não entrem num processo de pauperização. Neste contexto, a falta de actuação política do Estado, gera a possibilidade de que os moradores das favelas ajudem a legitimar o poder da organização do narcotráfico em forma de reciprocidade.

Título Governo electrónico local e participação dos cidadãos: discursos e práticas em autarquias do distrito de Évora.

ID 675

Autores José Saragoça

Resumo: Na primeira parte da comunicação procuraremos problematizar a forma como as TIC podem ser usadas pelos governos, designadamente pelos governos locais (autarquias, por exemplo), para reduzir desigualdades, potenciar a concretização dos direitos de cidadania e contribuir para o empoderamento individual e colectivo. Neste quadro, reflectir-se-á, sobretudo, as políticas públicas de desenvolvimento do Governo Electrónico na União Europeia e, particularmente, em Portugal. Na segunda parte, a partir de dados recolhidos no âmbito duma investigação em curso, apresentaremos algumas conclusões preliminares sobre os discursos e as práticas das autarquias do distrito de Évora (Alentejo - Portugal) nesta matéria.

Título Novos atores ou outra forma de governo educacional?

ID 1325

Autores Liliene Luz

Resumo: Este trabalho analisa a participação das organizações sociais empresariais nas políticas educacionais no Brasil e na Argentina a partir das reformas dos anos de 1990. Observa-se que ainda que em países distintos, este contexto

histórico-político propiciou a ampliação e a inserção de uma pluralidade de atores no “governo da educação” pública impulsionados pela política de descentralização. Entre estes atores um vem adquirindo visibilidade nesta forma de participação, o empresariado intermediado por suas organizações. Estas ressurgem no âmbito da esfera pública num processo combinado com uma estrutura tradicional de representação e com a criação de novas associações voltadas exclusivamente para ações sociais. O pressuposto básico é que as reformas transcorreram num processo dinâmico de mudanças de regulação social, dando lugar tanto a redefinição do papel do Estado como no próprio seio da sociedade civil. Doravante os atores sociais se diversificaram e redefiniram suas formas de atuação demandando para o Estado sua participação nas políticas, assim como o Estado, embora mantendo sua centralidade passou a governar na perspectiva de uma outra lógica e racionalidade, que é em conjunto com outros atores. Deste modo, a pesquisa evidencia que, dentro das novas configurações entre o público e o privado, estratégias e ações político-educacionais se materializam tanto por meio das organizações como pelos programas governamentais; e que, as relações entre o poder público e o empresariado nas políticas educacionais estão se tornando cada vez mais complexas, podendo produzir mudanças tanto na lógica institucional como na forma de conceber a governabilidade da educação pública.

Mesa: Terceiro sector e governação das políticas sociais - 6 de Fevereiro - 16h15 - 103

Moderador: Eduardo Rodrigues

Título Repercussões da religião na mobilização social

ID 334

Autores Márcia Deliberal

Resumo: Tratará o texto da importância da religião e de como vivenciar alguns preceitos religiosos, tais como: “amai-vos uns aos outros e amai ao próximo como a ti mesmo”. Procurará destacar como esses preceitos impulsionam os seres humanos à assistência aos necessitados. Também, buscará demonstrar como as palavras de Cristo, seguidas por demais líderes religiosos da humanidade, têm contribuído na ação social e na diminuição da tensão entre o processo de exclusão e inclusão. E mais, que as ações embasadas na caridade, na fraternidade e na solidariedade podem se transformar em apoio efetivo aos carentes e necessitados. Abordará a importância e urgência das políticas públicas pelas entidades governamentais ou não-governamentais, compartilhadas por pessoas de sentimentos altruístas que objetivam a diminuição das exclusões e que têm como escopo a justiça social. Finalmente, conclamará a todos para que compreendam o valor da religião como bússola norteadora de rumos para um mundo melhor.

Título Gestão Compartilhada - a cooperação como princípio e instrumento da política pública

ID 1577

Autores Maria Celeste Magalhães Cordeiro

Resumo: Um novo modelo gerencial do Estado é uma exigência do mundo atual, pela crescente diversidade e complexidade de suas questões sociais, além da presença ampliada do chamado Terceiro Setor. O maior interesse pela descentralização de instituições de governança e a expansão de sua capacidade local, a reivindicação por ética e transparência na administração pública, acrescidos aos recorrentes problemas sociais que afligem principalmente nações com acentuado grau de inequidade, coloca responsabilidades maiores sobre a boa gestão e nos leva a revisitar uma ideia já antiga: o serviço público como responsabilidade cívica. Tal paradigma impõe a ideia e a prática da cooperação interorganizacional no centro do debate. Problemas públicos abrangentes requerem co-operação, esforço conjunto e coordenado, orientado por planejamento estratégico, estabelecimento de prioridades e metas, avaliação de resultados. A efetiva política pública, e não meramente estatal, precisa administrar questões derivadas de complexos conjuntos de fatores, o que demanda operar em redes compartilhadas. Um dos papéis mais importantes da liderança política é propiciar canais para a discordância produtiva, oferecendo oportunidades para a democrática definição de políticas, inclusive facilitando o livre fluxo de informações necessárias e indispensáveis à promoção da ampla discussão. Esse papel da liderança pública reclama um novo ambiente institucional do Estado, visando superar o padrão autoritário que ainda predomina nas esferas de governo no Brasil, com sua cultura de organização hierárquica, centralizadora e personalista. Na apresentação durante o Congresso, pretendemos apresentar, como casos ilustrativos, duas experiências vividas em nosso estado: o Fórum Interinstitucional “Sim à Inclusão Social” e o Grupo de Trabalho Intersetorial de Políticas para Mulheres.

Título Puxando os fios: Reflexões sobre o Programa Oportunidade Solidária em suas tramas e desenrolares históricos

ID 1600

Autores Ludmila Abilio

Resumo: Este paper apresenta uma análise acerca de dois dos programas sociais desenvolvidos pela administração municipal de São Paulo a partir do ano 2001: Oportunidade Solidária e Começar de Novo. O último consistiu em um benefício mensal com duração de seis ou doze meses, para pessoas com mais de 40 anos e desempregadas, dos distritos de mais baixa renda da cidade. O primeiro teve como proposta a formação de cooperativas, entre outros “empreendimentos solidários”, constituindo-se como uma política de geração de trabalho e renda. A pesquisa realizou-se fundamentalmente através do trabalho de campo, através da realização de um estudo de trajetórias de vida de 13 beneficiários. O pano de fundo que permeia a análise constitui uma reflexão que tem como referência as transformações no mundo do trabalho, pensadas a partir da avassaladora taxa de desemprego e das precarizações do trabalho que se configuraram na última década. Debruçando-se sobre esse contexto histórico intentou-se pesquisar os programas da prefeitura de São Paulo, tendo-se como horizonte – através das práticas que formalizaram o programa na parceria do Estado com o terceiro setor, assim como, e principalmente, nos desenrolares vividos e experimentados pelos beneficiários – as possibilidades de compreender o que o programa produziu e, num contexto mais amplo, como ele se insere num campo de relações e tramas que hoje compõem a pobreza nas periferias. Dessa forma, o lugar e papel das políticas públicas estão no cerne da reflexão, pensando-se sobre o que produzem e como vêm sendo produzidas. A questão central

que orienta a análise constitui em que medida tais políticas acenam para possibilidades de redução das desigualdades sociais ou, por outro lado para o apaziguamento e a manutenção da pobreza

Título Arbitragem e mediação: eficiência e celeridade na solução de conflitos envolvendo direitos patrimoniais disponíveis
ID 938

Autores Mariana Alves da Silva, Andréa Lacerda Gomes de Brito, Juliana Fernandes Moreira

Resumo: A arbitragem no Brasil é um meio eficiente e constitucionalmente estabelecido, tendo sido de fato viabilizada através da Lei nº9307/96, que instituiu um meio privado de exercício da função jurisdicional do Estado, o que muito colabora para a resolução de conflitos envolvendo direitos patrimoniais disponíveis, que, muitas vezes, vêm a sobrecarregar, desnecessariamente o Poder Judiciário. Contudo, encontra ainda resistência por parte da sociedade, não sendo largamente utilizada no país. No município de Campina Grande-PB, Brasil, ainda não há um juízo arbitral, mas encontra-se em fase de discussão a criação do mesmo, pois viria a desafogar o Judiciário, e, conseqüentemente, melhorar as condições para que este se dedique aos litígios onde sua intervenção seja realmente imprescindível. Mesmo possuindo toda a eficácia da qual necessitaria para ser amplamente empregada no nosso país, muitos ainda resistem a ela, por causas diversas. O universo a ser problematizado neste trabalho é a análise da sua relevância, mostrando-se como vem se desenvolvendo no Brasil, e mostrar o porquê de, mesmo sendo tão viável, ainda não ser largamente utilizada.

Título Brasil e África: entre os modelos de integração e as estratégias de desenvolvimento
ID 827

Autores Doris Sayago

Resumo: A proposta do presente artigo é discutir as relações de cooperação e os modelos de integração entre o Brasil e os países africanos pertencentes à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné- Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique). O Brasil desde a década de 1970 inicia a cooperação técnica internacional com países africanos configurando-se tanto um instrumento de promoção do desenvolvimento como um mecanismo de integração. Já em 1980 com o surgimento da Agência Brasileira de Cooperação amplia-se a cooperação técnica com miras à capacitação de recursos humanos e ao fortalecimento institucional. Com a chegada do presidente Lula ao poder, em 2003, observa-se uma retomada da abertura da política externa brasileira para a África. Atualmente, os acordos de cooperação têm ênfase na produção energética (petróleo e biocombustíveis), agricultura (segurança alimentar, extensão rural), educação (Bolsa Família, Bolsa Escola, Universidade Luso-Afro-Brasileira, cooperação acadêmica), saúde (DST/AIDS), C&T (ProÁfrica) e meio ambiente (saneamento básico, uso do solo, desertificação), dentre outros. Além dos acordos de cooperação, o artigo substancia suas considerações finais com reflexões sobre o novo modelo de integração Brasil- África, seus avanços e percalços.

Mesa: Terceiro sector: desafios, dinâmicas e protagonismos - 6 de Fevereiro - 16h15 - 313

Moderador: Orlando Petiz Pereira

Título O perfil profissional dos gestores nas organizações não governamentais do município de Guarapuava
ID 227

Autores Augusto Cesare de Campos Soares

Resumo: A proposta do presente trabalho teve como objetivo identificar os aspectos do perfil do gestor nas organizações não governamentais no município de Guarapuava, a partir da própria percepção dos gestores. A metodologia de pesquisa utilizada foi de caráter qualitativo e exploratório, buscando contemplar os requisitos necessários propostos através da análise bibliográfica, coleta de dados e análise e o cruzamento das informações obtidas, bem como, a produção do relatório. Diante dos dados obtidos na pesquisa, percebe-se uma necessidade de atualização constante por parte dos gestores, ou seja, o auto-desenvolvimento como sendo de suma importância para aqueles que desejam dirigir uma instituição sem fins lucrativos. Constata-se na pesquisa que a maioria das instituições possuem poucos funcionários e por sua vez a participação do voluntariado junto as instituições ainda é muito pequena, e na percepção dos gestores as competências essenciais estão associadas ao conhecimento, às atitudes e habilidades. Foram mencionados outros aspectos, salientando a importância da comunicação, da interação, da liderança, da determinação e do trabalho em equipe. Um dos potenciais do terceiro setor está diretamente associado à qualidade ética de seus gestores, tendo como clara missão, administrar usando as principais ferramentas da administração, não esquecendo que a ética é a educação da vontade, é o controle dos possíveis abusos provocados ou conduzidos pelo auto-interesse e como principais características dos gestores serem visionários, sensíveis, criativos, determinados e, principalmente, inovadores. Como diferenças fundamentais, usam essas qualidades para apresentar novas soluções para antigos problemas sociais.

Título Olhar sociológico sobre o terceiro sector em Portugal – uma investigação em curso
ID 411

Autores Ana Luisa Martinho, Cristina Parente, Carlota Quintão

Resumo: Num estudo resultante da Acção Piloto "The Third System, Employment and Local Development", promovida pela Comissão Europeia DG V, em 1997, Portugal foi classificado como pertencendo a um grupo de países europeus onde o terceiro sector se encontrava em emergência (CIRIEC;2000). Neste contexto, propomo-nos desenvolver uma reflexão sociológica exploratória acerca do terceiro sector em Portugal, interrogando três eixos analíticos: i) a emergência e desenvolvimento do terceiro sector, a sua composição e configuração actuais; ii) o levantamento e análise da produção científica de teses de doutoramento e de artigos publicados em revistas das Ciências Sociais; iii) a profissionalização dos sociólogos nesta área de intervenção a partir de alguns estudos sobre a inserção de profissional de licenciados.

Título Gestão das organizações do sector social: regulação normativa e cidadania organizacional
ID 507

Autores Ivo Domingues, Raquel Araújo

Resumo: No sector social, as Organizações Privadas de Solidariedade Social desempenham importante função na prestação de cuidados de educação e saúde, de protecção social de grupos desfavorecidos e desabilitados. Diversas tensões, paradoxos e contradições emprestam a este sector social características singulares: as organizações são não lucrativas, mas carecem do lucro para as suas operações correntes; são solidárias, mas recorrem a práticas discriminatórias; são dotadas de tecnoestrutura de gestão, mas a direcção não dispensa poder gestor; são espaços públicos de educação, mas educam insuficientemente para a cidadania organizacional; seguem missão social, mas poucos dos seus membros a conhecem; nelas se reivindica identidade própria, mas são caracterizadas por diversidade de práticas; nelas se defende a cooperação interinstitucional, mas não exploram possibilidades de ajuda. Nos últimos tempos, sob a pressão do Estado, tem-se assistido a progressiva isomorfização dos Sistemas de Gestão da Qualidade pela adopção de modelos de gestão reguladores. Esta adopção permite estruturantes mudanças nos modos de gerir e prestar os serviços. Os modelos normativos adoptados como referenciais para a gestão das organizações permitem reconhecíveis vantagens na qualidade e na produtividade organizacional. Contudo, muitas vezes, o potencial transformador daqueles modelos é enfraquecido pela força dos modos conservadores de ver e pelos modos rotinizados de fazer, subaproveitando as oportunidades de mudança e melhoria dos processos organizacionais e dos processos de formação dos públicos para a cidadania da qualidade. Neste artigo, procuramos observar os processos de melhoria do Sistema de Gestão da Qualidade, espiar as práticas organizacionais e descortinar efeitos desejáveis e efeitos perversos.

Título Crescimento e Mudanças Organizacionais: o caso da APAEB/Valente

ID 1338

Autores Eduardo Jordão de Araújo

Resumo: A comunicação apresenta uma tese de doutorado. Aborda o crescimento e transformação interna das organizações, enfocando a relação entre formulação de estratégias e mudanças estruturais. Principais objetivos: descrever e interpretar o processo de formulação de estratégias na organização, em sua relação direta com o ambiente e fatores que interferiram nas escolhas; identificar e descrever escolhas estratégicas feitas ao longo da história da organização; correlacionar a formulação das estratégias com o efeito interno sobre a estrutura organizacional; compreender como os membros da organização implementaram as mudanças organizacionais. O método foi estudo de caso qualitativo, utilizando-se a histórica experiência da APAEB/Valente, uma associação de pequenos produtores no interior da Bahia (Brasil). Os resultados mostram os fatores sociais, económicos, institucionais e políticos como componente essencial na relação organização-ambiente, sendo levados em conta pela organização no desenvolvimento de estratégias. As estratégias que a APAEB/Valente formulou sempre se alinharam com as estratégias particulares da fábrica de tapetes, sua unidade de negócio mais importante, sendo poucas as diferenças entre o processo ali vivenciado e o que ocorre no tipo empresa. No entanto, o processo de estratégia, transformação organizacional e gestão apresentou nuances próprias do tipo de organização estudada: dificuldade para a implementação de decisões; confusão e conflito de papéis entre níveis hierárquicos na organização e centralização das decisões no topo da organização, notadamente nos momentos de crise. Estas constatações permitem afirmar a não ocorrência automática do alinhamento estratégia-estrutura, descrita e demonstrada pelo caso, fato que corrobora as diferenças de natureza das organizações económicas solidárias.

Título Os mais velhos na gestão do terceiro sector: protagonismo ou revalorização

ID 1491

Autores Ester Vaz

Título Políticas para o abastecimento alimentar no Brasil na ótica dos novos institucionalismos.

ID 749

Autores Marcia da Silva Mazon

Resumo: Nossa proposta é discutir o fenómeno da transição nutricional - passagem de um padrão de desnutrição para um padrão de obesidade como pandemia mundial - contrastando a leitura de inexorabilidade do fenómeno pela Nova Economia Institucional - NEI e o questionamento desta última pelos autores da Nova Sociologia Económica - NSE. Para a NEI, as instituições que permanecem são as mais eficientes enquanto que para a NSE as instituições vencedoras refletem, ao contrário, um ambiente conflituoso e a distribuição de poder na sociedade. O fenómeno da transição nutricional caminha paralelo à rodada Doha de negociações da OMC. O tema 'Rodada do milénio para o desenvolvimento' dá destaque à liberalização do comércio agrícola e algumas commodities são ponto de destaque como a soja - na forma de alimento e de combustível. O mercado vislumbrado como campo de disputas e preenchido por atores desiguais permite uma avaliação crítica quer dos investimentos científicos empreendidos no setor tanto quanto uma análise da atuação de organismos internacionais e sua influencia nas políticas públicas, em particular, no Brasil. Neste país a soja passou - via a atuação da EMBRAPA e de sua atuação conectada ao CGIAR - de um item pouco conhecido ao principal item da pauta de exportações, enquanto que frutas, legumes e verduras foram itens relegados a um segundo plano.

Título O que é importante para a satisfação dos estudantes do ensino superior em Portugal?

ID 1557

Autores António Magalhães, Rui Brites, Maria de Lourdes Machado, José Brites Ferreira, Maria José Sá

Resumo: Com base num estudo desenvolvido pelo CIPES - Avaliação Nacional da Satisfação dos Estudantes nas Instituições de Ensino Superior - os autores visam com esta comunicação identificar os factores que os estudantes do ensino superior consideram ser mais importantes para a sua satisfação com o estabelecimento de ensino, o curso, a empregabilidade e o prestígio social do curso que frequentam. Para o efeito, apresentam-se os dados recolhidos através de um inquérito por questionário, que foi respondido por mais de 11 000 estudantes do ensino superior português (matriculados nos primeiros e últimos anos), com o objectivo de avaliar o nível de satisfação e a importância sobre questões essenciais relacionadas com o ensino e as estruturas de apoio. Estes resultados podem ser úteis para o desenvolvimento de um modelo nacional de Gestão Estratégica de Matrículas (Strategic Enrollment Management - SEM) de forma a que as instituições possam implementar um instrumento que permita atrair estudantes e contribuir para o

sucesso destes. O modelo SEM contém componentes focalizadas no estudante, que se referem ao recrutamento e admissão, reprovação, resultados de aprendizagem e satisfação.

Mesa: Democracia, participação social e associativismo - 6 de Fevereiro - 18h30 - 214
Moderador: Nair Teles

Título A sociedade civil angolana e a (difícil) busca pela democracia.

ID 111

Autores Rodrigo de Souza Pain

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar os caminhos percorridos pela sociedade civil angolana em contextos de conflito. A população sofreu com repressão colonial, também vivenciou o autoritarismo do Partido Único após a independência e sentiu os efeitos da guerra civil quase ininterrupta de décadas entre o governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e forças da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Mudanças importantes na sociedade civil organizada aconteceram após a passagem da experiência socialista para o sistema multipartidário. Porém, a continuação do conflito armado inibiu em boa medida a voz dessa sociedade que buscava a paz. O fim da guerra trouxe novamente esperanças e grandes desafios para essa sociedade que ainda hoje sente os traumas de tanta instabilidade e constrangimentos. A dificuldade de inserção nas políticas públicas constitui elemento importante nesse artigo.

Título Participação popular e espaços públicos na construção da democracia no Brasil

ID 187

Autores Celene Tonella

Resumo: A presente pesquisa discute o crescimento do associativismo, da organização popular e as possibilidades de interlocução com governos na formatação das políticas sociais no Brasil Contemporâneo. As discussões contemporâneas em torno da participação, democracia, cidadania e associativismo têm motivado inúmeros estudos e ampliado o repertório teórico-conceitual, a partir da bibliografia disponível, a análise particulariza-se na reflexão sobre o papel que os Conselhos Gestores de Políticas Públicas (Saúde, Educação, Assistência Social, Trabalho, Gestão Urbana etc.) assumem na institucionalização da participação. É um fato que as relações sociais contemporâneas estão marcadas por inúmeras articulações existentes entre redes de movimentos sociais, na participação em Conferências Nacionais e Globais, Fóruns e Conselhos Gestores de Políticas Públicas e nas ações de voluntariado. O contexto em que ocorrem essas articulações no Brasil e na América Latina é o da extrema desigualdade e exclusão de segmentos. A ideia central que permeia a presente discussão é a de que a luta pela construção democrática se localiza no próprio espaço da sociedade civil e não apenas no espaço do Estado. Entende-se que práticas associativas dinamizam a vida democrática e são espaços de socialização política e cívica. E mais, são canais de interlocução entre a sociedade e Estado, espaço potencial de formulação/questionamento de políticas sociais, base da governança democrática.

Título A Arte de Viver - Viver com Arte

ID 204

Autores Sandrina Milhano

Resumo: A necessidade de responder às novas configurações sociais inerentes ao crescimento de uma população sénior capaz e em busca de novos desafios e estímulos intelectuais, de momentos de interacção social, de aprendizagem e de envolvimento cultural e de lazer é hoje incontornável. O contributo da investigação científica e o crescente consenso de que determinadas actividades concorrem no retardar dos efeitos do envelhecimento que afectam grande parte da população, tais como o declínio da memória, da agilidade mental e da capacidade para tomar decisões, hoje abraçadas pelas características da chamada quarta idade, evocam da necessidade de existência de serviços específicos, contextualizados e a ela dirigidos. Com enfoques centrados sobre os benefícios de uma participação activa e imersiva em actividades de prática artística que possam igualmente colaborar para que a mente se mantenha activa e saudável desenvolvem-se localmente novas formas de sociabilidade e novos modelos de intervenção. Pretende-se desta forma partilhar perspectivas e contribuir para a reflexão sobre dinâmicas, modelos de mediação e respostas de organização promotoras de estruturas de empowerment individual e colectivo dos seniores, bem analisar os seus impactos na melhoria de parâmetros sociais, de saúde e de qualidade de vida desta população.

Título Associativismo nos pequenos municípios: uma alternativa para o desenvolvimento local?

ID 482

Autores Edilene Jales, Fernando Bastos

Resumo: A ideia de desenvolvimento, de imediato, remota ao século XVIII com o advento da Revolução Industrial. Contudo, uma nova visão de desenvolvimento baseado na sustentabilidade e na solidariedade aparece como ferramenta possível de edificar comunidades e sociedades locais mais equilibradas e menos desiguais. Inerente a esta visão, subjaz um movimento de mudança social em curso, resultante da agregação da ação humana cooperativa, introduzindo o papel da sociedade civil onde antes se destacavam o Estado e o mercado. Nessa perspectiva, as associações rurais representam uma importante opção estratégica enquanto mediadora de políticas públicas voltadas para o Desenvolvimento, principalmente entre aqueles municípios considerados de pequeno porte. É que, em muitos casos, a fonte para se conseguir capitalização e condições mínimas de sobrevivência está no próprio associativismo. Assim sendo, o associativismo rural no Nordeste brasileiro, tem apresentado algumas experiências locais no sentido, não de transformar o modelo econômico vigente, mas como alternativa ao desemprego que os agricultores familiares enfrentam, no momento de comercializar seus produtos e de acessar políticas públicas estruturantes para o desenvolvimento local que melhorem a qualidade de vida, inclusive no que se refere ao exercício da participação, indispensável a autonomia das pessoas. Dessa

forma, este trabalho pretende aprofundar o debate sobre o papel das associações no processo de desenvolvimento dos pequenos municípios brasileiro.

Título Gestão do Conhecimento e capital social: uma proposta metodológica para o desenvolvimento sustentável local
ID 684

Autores Ana Maria Ferreira Menezes

Autores Maria de Fátima Hanaque Campos

Autores Leliana Sousa Santos

Resumo: O objetivo é analisar a gestão do conhecimento e capital social enquanto uma proposta metodológica para o desenvolvimento sustentável local. Fez-se necessário, conceituar gestão da informação, capital social e desenvolvimento sustentável. Gestão do conhecimento é um processo sistemático, articulado e intencional, apoiado na geração, codificação, disseminação e apropriação de conhecimentos. O papel do conhecimento na gestão de redes sociais se configura como um mecanismo para geração de conhecimento utilizável, na medida em que possibilita às pessoas estabelecer laços cooperativos com vistas à socialização, externalização, combinação e internalização da informação necessária à organização de coletivos em geral. Gestão do conhecimento integra-se ao conceito de capital social que é identificado como sendo o engajamento cívico e o associativismo que podem proporcionar condições de melhoria do bem-estar da comunidade. Havendo capital social pode-se intensificá-lo através das redes de solidariedade, que possibilitam a disseminação do conhecimento, o que leva a otimização necessária ao desenvolvimento. Desenvolvimento sustentável é o modelo em que se coloque o crescimento econômico sob as rédeas da justiça social e do equilíbrio ecológico, que disciplina a entrada no processo de mundialização, em função da aferição dos resultados internos à região. É necessário que a produção de riquezas caminhe junto com a produção de conhecimentos. Sendo assim, promover o desenvolvimento local mediante a gestão do conhecimento e do capital social, de forma integrada e sócio-referenciada, poderá ser atingido através de ações a serem sistematicamente desenvolvidas, a partir do diagnóstico das principais demandas e prioridades na área de acessibilidade à informação.

Mesa: Hospitalidade, solidariedade e reconhecimento - 6 de Fevereiro - 18h30 - 303

Moderador: Iolanda Alves Évora

Título A hospitalidade no bairro de Santa Ifigênia/São Paulo: permanências históricas de um “bairro de passagem”
ID 915

Autores Sênia Bastos

Resumo: Esse artigo tem por proposta a análise das transformações da cidade de São Paulo, a partir do Bairro de Santa Ifigênia, premissa que decorre da idéia de que o Bairro pode encerrar as diferentes fases do desenvolvimento urbano de uma cidade. Localizada na Subprefeitura da Sé, conta com uma população de 47.458 pessoas, numa área correspondente a 2,3 Km², cuja composição populacional é bastante heterogênea, caracterizando-se por uma das mais evidentes deteriorações que o centro de São Paulo sofreu. Resulta dessa pesquisa que as intervenções urbanas têm origem nas transformações introduzidas pelo café e pela indústria, e mais recentemente, a partir da década de 1980, pela chamada des-industrialização, transformando mais uma vez, os papéis concentradores do estado e da cidade nas funções financeiras e de serviços que passa a desempenhar em relação ao país como um todo. O Bairro de Santa Ifigênia aparece como emblemático desse processo, reunindo atualmente contradições que vão desde um comércio eletrônico altamente diversificado, até as funções religiosas e de hospedagem, de lazer e sociabilidade (decorrentes do programa de revitalização em curso), num processo, contudo, que não parece reverter positivamente para a vitalidade do Bairro, marcado pela deterioração urbana, que talvez se explique em parte, pela descaracterização residencial progressiva que sofreu ao longo do tempo, tendo dado lugar a uma ocupação diversificada, caracterizada por uma população flutuante nos inúmeros hotéis e cortiços existentes, conservando parte da população negra remanescente dos períodos anteriores e abrigando novos imigrantes angolanos, nigerianos, latino americanos etc. e migrantes internos, sobretudo nordestinos.

Título Território e Imigração. A experiência imigratória dos Refugiados de guerra em São Paulo no pós-segunda guerra mundial

ID 917

Autores Maria do Rosario Rolfsen Salles

Resumo: O presente trabalho resultou de pesquisa realizada junto ao Memorial do Imigrante, São Paulo, que objetivou a construção de um Banco de dados sobre a entrada de imigrantes em São Paulo, no pós Segunda Guerra Mundial, no período de 1947 a 1980, a partir de vasta documentação presente no Memorial e que consistiu num Projeto Temático constituído por diversos pesquisadores, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, com duração de quatro anos, do qual este sub-projeto sobre os refugiados, faz parte. Neste trabalho, trabalhou-se com uma amostra de pouco mais de 500 fichas, de um total de mais de 5000, referentes à entrada de imigrantes refugiados entre 1957 e 1951. O objetivo é o de apresentar um perfil dos imigrantes entrados pela Organização Internacional de Refugiados (IRO) em São Paulo no período e refletir sobre sua inserção na sociedade receptora. Considerou-se a inserção dos imigrantes nas ocupações industriais e nas empresas empregadoras do período, assim como a localização no espaço urbano, dessas empresas e residências, com o objetivo de entender as formas de agrupamento e aglutinação de cada uma das nacionalidades que compõem esse grupo de imigrantes provenientes da Europa do Leste e que se encontravam em campos de refugiados após a guerra. Os resultados são bastante interessantes sobre as possíveis motivações das aglutinações e ajudam ao mesmo tempo, a entender uma faceta da formação dos bairros operários em São Paulo no período da industrialização do pós- guerra.

Título Lazer e festas populares: fortalecimento da rede de relações sociais

ID 1376

Autores Marielys Siqueira Bueno

Resumo: A conquista do tempo livre no mundo do trabalho transcende o direito de descanso e implica a oportunidade do exercício de funções individuais tais como distrair, desenvolver-se etc. Portanto, o tempo livre se inscreve num tempo social que permite a livre expressão do indivíduo em sociedade. O lazer, pela sua extensão e pela infra-estrutura que ele supõe, é um fenômeno social da maior importância. Esse fenômeno vai encorajar a industrialização, o lazer e o fortalecimento do turismo. Nesse cenário, as festas, em especial as festas comunitárias, abrem espaços no interior da sociedade para uma participação ativa e representa uma forma privilegiada de lazer, pois, além do clima de descontração, cria um espaço essencial para fortalecer e nutrir a rede das relações sociais. Representa, também, um poderoso atrativo turístico que amplia as oportunidades de atração.

Educação. Formação e Aprendizagens

Mesa: Educação, conhecimento, concepções e práticas - 4 de Fevereiro - 19 horas - 313

Moderador: Francisco Davy Braz Rabelo

Título O Saber profundo dos camponeses de Goiás, Brasil.

ID 56

Autores Maria Emilia Araujo

Resumo: O saber profundo é a matriz conceitual desta reflexão, pautada no entendimento de que o processo de aprender e ensinar não se restringe à escola, tampouco é fruto exclusivo da racionalidade científica. Por comunidades de saber profundo denominam-se os sujeitos dos povoados de Cibebe e Caiçara, no município goiano de Itapuranga. As topofilias do saber são as casas, igrejas, vendas, locus da prosa pedagógica, essência verticalizada do aprender e ensinar, subterrânea na memória coletiva de uma comunidade. No apelo à profundidade do saber das rezas e benzeções, da lida nas roças e nas casas, e do imaginário que as perpassa, é que se situa este estudo, baseado teoricamente no Cotidiano a partir de Michel Maffesoli, Manoel Barbosa e José Carlos de Paula Carvalho, que bebem na fonte da Antropologia Profunda de Gilbert Durand e do Paradigma da Complexidade de Edgar Morin. O estudo baseia-se também em Cliford Geertz, buscando o dito destes sujeitos dionisíacos “primitivos-próximos”, sertanejos e caipiras estudados por Maria Isaura Pereira de Queiroz, Antônio Candido, José de Sousa Martins, Carlos Rodrigues Brandão e, mais recentemente, por Jadir de Moraes Pessoa. A modernidade em seu saber perito se estrangula, suspeita de um universo racional que desaba na certeza dos saberes antigos, profundos da memória coletiva. Este estudo, por fim, abre portas para um diálogo entre Antropologia, Sociologia, Psicologia e Pedagogia. Esse compor de profundidade tem no centro o homem e seu imaginário, o sistema genético e fenotípico, o complexo sócio-cultural, feixes de um todo, negligenciado pelo conhecimento utilitário racional dos tempos modernos.

Título Museu Lúdico da Congada

ID 673

Autores Mara Catarina Evaristo Mara

Resumo: O Projeto de Extensão Caminhos Plurais: Reflexões sobre Relações Étnico-Raciais e Cultura Afro-Brasileira (FACIP/SMEEL) tem possibilitado a graduandos/as e professores da rede municipal de ensino um estudo dialógica sobre cultura popular e identidade étnico-racial no contexto escolar. O projeto objetiva dar suporte teórico e prático para que a Lei 10.639/03 possa se tornar realidade no cotidiano escolar. Dentre essas atividades foi realizada oficina Museu Lúdico da Congada que objetivou apresentar elementos para refletir sobre as múltiplas formas de reconstrução das identidades sociais, a partir de práticas culturais da Congada. Trouxe, assim, subsídios para o desenvolvimento de recursos pedagógicos alternativos. Na oficina foi produzida, junto com os participantes, objetos que traduzissem a percepção que cada um e cada uma tinha da Congada (pessoas, momentos, locais e instrumentos), como estratégia para valorização. A partir do material produzido foram listadas variedades de atividades para serem realizadas com os alunos/as das escolas tais como: auto-retrato; álbuns de memória (com fotografias ou desenhos); árvore genealógica; desenhar, pintar, modelar (pessoas da família, casa, comidas, lugares); jogos que trabalham com semelhanças e diferenças; explorar as diferentes culinárias e outras manifestações culturais; analisar as fotos (expressões, vestuários, locais, intenções); maquetes (rua onde mora, bairro, espaços da cidade), entre outras atividades. Entendemos que o Museu Lúdico da Congada conseguiu demonstrar de forma simples e com material alternativo a possibilidade de utilizar a cultura popular e do saber construído na localidade dentro da sala de aula.

Título A robótica pedagógica recolocando a formação social em solo educativo

ID 793

Autores Akynara Aglaé Silva, Maria das Graças Pinto Coelho

Resumo: Há quase duas décadas, o mundo se perfilou no cruzamento da história, indeciso entre o passado e o porvir. Essa incerteza gerou conflitos em todas as dimensões do processo social e colocou em xeque as teorias que tentavam explicar a sociedade pós-industrial nos últimos vinte anos. Diversas são as discussões acerca do surgimento do novo modelo de sociedade, resultante de novas relações entre indivíduos e destes com o mundo, neste novo padrão social, informação e conhecimento são fundamentais. O mundo é tecnologia e a sociedade não pode ser simbolizada sem suas ferramentas tecnológicas. Surge como consequência a necessidade de uma nova concepção de educação, que abarque as novas formas de agir e pensar social, de caráter global, permitindo a penetração do sujeito no meio social e cultural, buscando sua compreensão integral e historicizada. Tentando responder às exigências educacionais da sociedade vigente, a robótica pedagógica surgiu como um ambiente capaz de proporcionar um tipo de conhecimento diferenciado e cooperante, proporcionando à escola o aparecimento de novos espaços, garantindo novas vivências através de contextos tecnológicos que agenciem o desenvolvimento de novas competências cognitivas. Desta forma, há uma modificação na forma de

transmissão de conteúdos, na aprendizagem do alunado e na relação entre os atores do processo educativo. A robótica pedagógica carrega em sua essência um ambiente problematizador e concreto, contempla o desenvolvimento pleno do aluno, com atividades dinâmicas, permitindo a construção cultural, autonomia e responsabilidade. Desta maneira, a robótica educativa paulatinamente ganha espaço e gera significativos e surpreendentes resultados para a educação.

Título Políticas públicas em alfabetização: a pesquisa colaborativa e sua contribuição na formação de professores

ID 848

Autores Claudia Reyes, Danitza Dianderas da Silva, Ester Helmer, Ana Lúcia Lopes, Mariana Pedrino

Resumo: O presente artigo tem por objetivo socializar as pesquisas elaboradas pelo grupo de estudos "Aquisição da Escrita e da Leitura: processo de ensino e aprendizagem" (2007-2008). Com a ampliação do Ensino Fundamental para Nove Anos em 2006, no município de São Carlos (Lei nº 11.274/2006), São Paulo - Brasil e com as implicações dessa política pública, o grupo ofereceu o curso de extensão "Letramento: reflexões sobre os saberes no primeiro ano do Ensino Fundamental" (UFSCar-PRO-Reitoria de Extensão), no segundo semestre de 2007, para pesquisadores e professores das redes de ensino da cidade, visando contribuir com as discussões sobre os conteúdos da língua portuguesa ensinados nessa etapa da escolarização e os instrumentos de avaliação. O artigo apresenta as etapas desses estudos e a discussão dos dados obtidos, considerando os pressupostos da metodologia colaborativa.

Mesa: Ensino superior, universidades e formação - 4 de Fevereiro - 19 horas - 315

Moderador: Leda Maria de oliveira Rodrigues

Título A AIA de Nelson Rockefeller e o Ensino Agrônomo em Minas Gerais

ID 236

Autores Maria das Graças Ribeiro

Resumo: A presença norte-americana na sociedade brasileira constitui um tema longe de estar esgotado na literatura acadêmica, havendo, no que diz respeito à educação superior, uma grande lacuna. A maior parte dos poucos estudos existentes prioriza o exame da atuação dos norte-americanos, a partir dos anos 1960, pondo o foco em acordos envolvendo a United States Agency for International Development (USAID). O presente trabalho trata de analisar a atuação da American International Association for Social and Economic Development (AIA) no ensino superior em Minas Gerais, nos anos 1940. A AIA, uma entidade pretensamente filantrópica, organizada por Nelson Rockefeller, teve um significativo envolvimento no ensino agrônomo naquele estado. Por meio de programas desenvolvidos no bojo de convênios de assistência técnica firmados com o governo mineiro, a AIA orientou a implementação de um programa de crédito agrícola supervisionado, para o qual foi fundamental a participação da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), atual Universidade Federal de Viçosa. O envolvimento desta instituição com a AIA marcou profundamente a sua identidade, levando-a a tornar-se a primeira universidade a oferecer o curso de economia doméstica no Brasil, assim como a tornar-se uma referência nacional em extensão rural.

Título O Ensino Superior em Angola: perspectivas e desafios

ID 392

Autores António Miguel André

Resumo: Um dos pressuposto defendido após a Independência de Angola (1975) é a formação dos angolanos a todos os níveis, quer dizer do primário ao superior, perante este desafio encarado num marco contraditório em que não existia recursos materiais e humanos, insuficiências de estabelecimentos de ensino e a falta de quadros preparados e o mais agravante um número reduzido de estudantes para ingressarem nas Faculdades existentes da então e única Universidade, o que originou o surgimento de políticas de intensificação de formação no meio da população dos níveis inferiores ao superior no interior de Angola e em Países de orientação socialista, a exemplo da Ilha da Juventude "Cuba". A formação dos angolanos, a partir desse momento, constitui meta para o desenvolvimento económico, político, cultural e social que se expressa nas políticas governamentais sobre o ensino superior, denominadamente as Linhas Mestras e o seu Plano de Implementação que considera quatro eixos de desenvolvimento do Subsistema do Ensino Superior: consolidar a visão e a estratégia privilegiada, reforçar a base jurídico-institucional, melhorar os recursos humanos, materiais e financeiros e promover a actividade académica e pedagógica no país. Destaca-se, nessa política, a necessidade do equilíbrio da rede institucional no país de forma a beneficiar todos os cidadãos, independentemente da localidade em que reside. É essa a abordagem que norteia essa comunicação, que apresenta como palavras-chaves: educação, cultura e sociedade.

Título Regulação do Ensino Superior: delineamentos no Brasil e em Portugal

ID 1089

Autores António Cabral Neto, Ana Maria Seixas

Resumo: Pretende-se nesta comunicação apresentar uma análise comparativa dos modos de regulação dos sistemas de ensino superior brasileiro e português, destacando a importância da avaliação enquanto instrumento de regulação nas reformas em curso em ambos os países. No Brasil a defesa de regulação do ensino superior esteve sempre presente na agenda dos governos. Entretanto, nos primeiros anos do presente século, o tema da regulação assume lugar de destaque na agenda das políticas direcionadas a este nível de ensino. No anteprojeto da Lei da Reforma Universitária, de 2005, foram realçados três pilares de sustentação da reforma: educação como bem público, educação superior como política de estado e a instituição de marcos regulatórios. O argumento para privilegiar o marco regulatório está relacionado com a necessidade de melhorar a qualidade do ensino ofertado pelas IES. Este mesmo argumento é, também, utilizado em Portugal para legitimar a emergência de novos dispositivos legais associados a transformações em curso no campo do Ensino Superior. A nossa reflexão neste trabalho centra-se no exame do papel que estes instrumentos legais vêm desempenhando quanto à regulação do ensino superior no Brasil e em Portugal. Será privilegiada a análise de normativos legais relacionados com a questão da avaliação do ensino superior, nomeadamente para o caso brasileiro a lei que instituiu

em 2004 o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, e para Portugal, os normativos legais relativos à Avaliação das Instituições de Ensino Superior e à criação da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.

Título A Educação para a Saúde na Vigilância Pré-natal: o que pode ser e não é.

ID 1606

Autores Maria de Fátima Martins

Resumo: Em Portugal, ao contrário de tempos não muito recuados, a mulher grávida é precocemente acompanhada por profissionais de saúde de que importa destacar a intervenção do enfermeiro especialista em enfermagem de saúde materna e obstétrica que a acompanha, aconselha e até, cada vez mais com frequência, lhe ministra formação adequada para viver de forma equilibrada e saudável este período da sua vida. Neste âmbito, pretendemos com esta comunicação conhecer a importância atribuída pelos enfermeiros e grávidas à educação para a saúde no âmbito da consulta de vigilância pré-natal, bem como, analisar as práticas educativas realizadas. Realizamos entrevistas semi-estruturadas a 50 grávidas e a 8 enfermeiras especialistas que desempenham funções nos cuidados de saúde primários em 3 concelhos do Distrito de Braga. Da análise dos resultados, destacamos uma certa dissonância entre os dados referidos pelos enfermeiros e os dados mencionados pelas mulheres. As práticas desenvolvidas inserem-se em dois modelos que denominamos de tradicional e dialógico. O primeiro modelo aponta para a prevenção de complicações mediante a informação de conteúdos biomédicos para diminuir riscos individuais. O segundo orienta-se para a grávida inserida num contexto, sendo esta considerada sujeita da prática educativa. Torna-se, por isso, pertinente questionar como é que as escolas devem formar os profissionais de saúde, a este propósito.

Mesa: Ensino superior, universidades e formação - 4 de Fevereiro - 19 horas - 316

Moderador: Rosa Maria da Exaltação Coutrim

Título Cooperação ao nível do ensino superior entre Portugal e Moçambique:

ID 264

Autores Ana Costa

Resumo: Uma das principais características da cooperação portuguesa (pública e privada) com os PALOP ao nível da formação avançada tem sido a falta de uma estratégia política global. A ausência dessa estratégia tem tido consequências negativas, tanto ao nível da dispersão de iniciativas e de recursos, como em termos da invisibilidade das “boas práticas” que se têm vindo a desenvolver. Estes factores negativos reflectem-se ainda em termos da capacidade concorrencial de Portugal face aos outros países do Norte e, mais recentemente, face a países do Sul (como o Brasil, a África do Sul e a China). Consciente que a definição de uma estratégia implica, antes de mais, um levantamento das acções de cooperação que neste campo têm vindo a ser realizadas assim como a sua sistematização, apresentam-se aqui um conjunto de questões de ordem teórica e metodológica que aprofundam e diversificam as acções e agentes envolvidos, e a dispersão de estudos e avaliações, colocam à investigação. Reflecte-se ainda sobre a relevância da sistematização dos estudos e avaliações existentes pode trazer, quer em termos da aferição dos reais impactos dessa cooperação, quer em termos do conhecimento das potencialidades que esta encerra ao nível dos desafios que se colocam num tempo em que o ensino superior conhece, em todos os sectores que envolve, uma crescente competição e mobilidade internacional.

Título A formação ética na educação superior: uma investigação a respeito da construção da competência moral em universitários

ID 425

Autores Patricia Unger Raphael Bataglia, Maria Cristina Ribeiro da Silva, Maria Rita Aprile, Célia Aparecida Paulino

Resumo: Este trabalho discute o saber atitudinal, mais precisamente, a competência moral, como componente fundamental na formação universitária. Conforme Kohlberg (1964), a Competência Moral corresponde à capacidade de emitir juízos morais e agir de acordo com tais juízos. Embora a construção dessa competência se dê ao longo da vida e os currículos académicos tradicionais não contemplem a sua construção, caberia à formação universitária influenciar os futuros profissionais no desenvolvimento da capacidade reflexiva por meio das teorias e técnicas trabalhadas. Neste trabalho avaliou-se o desenvolvimento da competência moral em estudantes universitários do curso de Pedagogia utilizando o Teste de Juízo Moral (Moral Judgment Test - MJT), validado para a língua portuguesa por Bataglia (2001). Este teste tem sido usado em pesquisas sobre a influência do ambiente na construção da competência moral. Participaram da pesquisa um total de 102 alunos. Durante a formação dos alunos da amostra considerada, não houve influência do ambiente académico na construção da competência moral. As informações obtidas destacam que a ausência de reflexão a respeito de teorias e conceitos cria entre os alunos um indiferentismo moral; por outro lado, a forma como estes são transmitidos impõe um cuidado para que não assumam um carácter ideológico e, conseqüentemente, induzam os futuros professores à alienação e à heteronomia. Mesmo sem estabelecer soluções definitivas, haja vista a característica inesgotável do tema, indica-se a necessidade de propor hipóteses de práticas viáveis e funcionais para a implementação de um programa que possibilite a construção dessa ética.

Título Insucesso e Abandono Escolares no Ensino Superior - Uma Análise por Coortes

ID 1093

Autores Alfredo Campos, José Mendes, Ana Seixas, Claudino Ferreira, Elísio Estanque

Resumo: Nas sociedades actuais, assistindo-se ao desenvolvimento das estruturas económicas, cada vez mais baseadas no conhecimento, na ciência e tecnologia, a qualificação da população assume um papel fundamental para o desenvolvimento social e económico. Um vector essencial no que respeita a qualificação da população, prende-se com o insucesso e abandono escolares, nomeadamente no ensino superior, que espelharão os sucessos e dificuldades na qualificação dos indivíduos e sua capacidade de participação nas novas economias baseadas no conhecimento. Esta comunicação pretende dar conta de um dos aspectos trabalhados pelo projecto de investigação “Factores de Sucesso e

Abandono Escolares no Ensino Superior Português, uma Análise Comparativa”, baseado na parceria entre o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, o Centro de Investigação Social do ISCTE e o SOCIUS da Universidade Técnica de Lisboa. Aborda-se então o aspecto central da conceptualização e monitorização destes fenómenos, tendo-se verificado a inadequação das actuais mecanismos – baseados no cálculo somente quantitativo da Taxa de Sobrevivência – patente nas críticas de instituições de ensino e reconhecidas pelo Estado. Dada a pertinência de adequadamente classificar e avaliar o insucesso e abandono, para melhor intervir, apresenta-se então as potencialidades de uma análise por coortes, considerando qualitativamente os percursos e desempenhos dos alunos, procedimento utilizado nomeadamente na Suíça e Islândia. Além disso, apresentar-se-á igualmente as possibilidades de uma nova equação de cálculo do abandono escolar, criada no âmbito da investigação, e a sua complementaridade com uma análise por coortes do abandono escolar.

Título Vivendo a cidadania desde a escola: a Universidade Estadual da Paraíba formando gestores de direitos humanos em Campina Grande.

ID 1168

Autores José Irivaldo Alves Oliveira Silva, Lucira Freire Monteiro, Juliana Fernandes Moreira, Larissa Mayara Alves de Almeida, Natally Ferreira Coelho

Resumo: Visto que os Direitos Humanos consistem naqueles direitos e liberdades básicos adquiridos pelo homem desde a sua concepção, faz-se necessário que todos os cidadãos reconheça-os para assim usufruí-los uma vez que são inerentes ao homem e componentes essenciais da cidadania. Assim, entendemos como Direitos Humanos aqueles que resguardam a integridade física e psicológica do cidadão perante seus semelhantes e o Estado em geral, garantindo, assim, o bem estar social através da igualdade, fraternidade e da proibição de qualquer espécie de discriminação. Neste início de século, o desrespeito e a descrença nesses direitos elementares é um problema gerador de muitos outros, por ilustração podemos citar a violência doméstica, trabalho escravo, bullying, desrespeito ao princípio da dignidade da pessoa humana, restrição ao acesso à informação e muitos outros. Nesse contexto a intervenção das universidades desenvolvendo projetos em conjunto com as escolas de nível médio e fundamental tem importância relevante para a transformação social. É por isso que na cidade de Campina Grande, Paraíba, Brasil a Universidade Estadual da Paraíba está desenvolvendo o projeto “Vivendo a cidadania desde a escola: A UEPB formando gestores em Direitos Humanos”, inicialmente implantado na Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Elpídio de Almeida, a maior escola pública da cidade, tendo por metas a capacitação dos participantes em noções de Direitos Humanos e cidadania, e também proporcionar uma educação diferenciada aos seus estudantes universitários através do contato direto com as demandas sociais, reconhecendo o saber como meio de emancipação social.

Mesa: Educação, diversidades e multiculturalismo - 5 de Fevereiro - 11h15 - 302

Moderador: Lúcia Emiko Yamamoto

Título Escola Pública numa comunidade e ilhéus

ID 191

Autores Mariangela Cunha

Resumo: Este trabalho problematiza a realidade da escola pública numa comunidade de ilhéus, situada na baía de Paranaguá, no estado do Paraná, Brasil. Está localizada numa Área de Proteção Ambiental, com população de aproximadamente 500 habitantes, que sobrevive da pesca, do cultivo de ostras, do comércio local e empregos públicos na área da saúde e da educação. A intenção é caracterizar como se desenvolve o ensino nesta escola da Ilha Rasa, que recebe alunos/as do Ensino Fundamental e Médio com turmas de 1ª a 4ª série em classes multisseriadas. E, turmas de 5ª a 8ª série com professores/as multi-disciplinares. Esta escola revela um cenário onde contracenam a escola, a cultura e a natureza como forma de organização educacional e temporal da comunidade da Ilha Rasa. A metodologia desta pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, com realização de observação direta, entrevistas e análise de dados. É um trabalho que se aproxima do que Ludke e André (1986) denominam de estudo de tipo etnográfico por estabelecer um contato direto do pesquisador com a situação pesquisada e por permitir a reconstrução dos processos e das relações que configuram a experiência escolar. O presente trabalho aponta para a necessidade de se empreender uma Educação adequada aos ilhéus, um currículo multicultural; garantia de formação continuada de seus docentes; políticas públicas visando o crescimento e desenvolvimento humano, social, político, econômico dos grupos sociais em questão e uma educação voltada para as diversidades culturais.

Título A inserção escolar e social das crianças retornadas no Japão

ID 528

Autores Kyoko Nakagawa

Resumo: No contexto do movimento migratório ao Japão (movimento de kassegui), se as crianças brasileiras apresentam dificuldades ao se inserirem nas escolas e sociedade japonesa, ao retornarem ao Brasil, elas apresentam tantas outras, sendo que o seu estado psicológico e como o processo de readaptação ao país vai ocorrer dependem da história vivida por elas, no Japão. Conforme o relatório do Ministério da Justiça Japonesa, em dezembro de 2007, de um total de 316.967 brasileiros residindo no Japão, mais de 65 mil eram crianças e adolescentes de 0 a 19 anos. Não existem dados oficiais acerca do número de crianças retornadas, e isso se deve à dificuldade de localizá-las. No entanto, calcula-se que de 4 a 6 mil crianças e adolescentes retornam anualmente ao Brasil, com o intuito de permanecerem definitivamente. Este é um relato preliminar do projeto de pesquisa e de intervenção que está sendo conduzido pelo Instituto de Solidariedade Educacional e Cultural em parceria com a Secretaria Estadual de Educação do São Paulo. Denominado “Projeto Kaeru” (projeto retorno), ele tem como objetivo oferecer um trabalho de intervenção psicológica, social, psicopedagógica e de reforço escolar às crianças do ensino fundamental da rede pública. Essas crianças retornadas apresentam dificuldades: na aprendizagem (língua portuguesa e conteúdo curricular), nas relações interpessoais, na (re)adaptação à sociedade

brasileira; dificuldades essas que acabam gerando, como consequência, problemas sérios ao seu desenvolvimento psicossocial, aos seus familiares, às escolas e a todos aqueles que com elas convivem.

Título Educação e Movimentos Sociais do Campo: a expressividade dos corpos na prática escolar

ID 753

Autores Carmem Sílvia Machado

Resumo: Este trabalho apresenta os resultados parciais da pesquisa em desenvolvimento na escola do campo, num assentamento de reforma agrária, no estado do Paraná/ Brasil. O objetivo é caracterizar a prática escolar exercida sob a influência dos princípios filosóficos e pedagógicos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e, na prática escolar, localizar as configurações da expressividade corporal. As questões a serem debatidas são: 1) Em que medida a expressividade dos corpos traz indicativos da mediação prática-teoria-prática? 2) A expressividade dos corpos traz indícios de relações democráticas na prática escolar? A pesquisa foi realizada mediante trabalho de campo, cuja técnica central foi a observação, com registro por meio de fotografias. Soma-se a esta técnica a entrevista aberta com os professores da escola. Dentre os referenciais teóricos da pesquisa destacam-se Vazquez (1977) e a conceituação de práxis; Arroyo, Caldart e Fernandes (2004) com o debate sobre os movimentos sociais e a educação do campo e Harold Júnior (2008) com as reflexões sobre a expressividade do corpo em sua relação com a categoria trabalho. É possível afirmar que na escola do campo, sob a influência do MST, a prática escolar caracteriza-se pelo trabalho coletivo, cooperativo e dialógico, cuja expressividade dos corpos manifesta-se nos gestos comunitários, na proximidade dos corpos nos encontros coletivos, na alegria expressa nos rostos das crianças, enfim, nota-se o anúncio de aspectos de uma prática geradora de teoria que resulta em modificações no trabalho educativo individual e coletivo.

Título Ler as palavras e (não) ler os mundos. Uma análise de práticas discursivas em aulas de português em Moçambique

ID 1610

Autores Laila Dambo, Rui Vieira de Castro

Resumo: As divergências que é possível identificar, entre os linguistas, acerca da identificação das línguas moçambicanas (cf. Katupa, 1985, Firmino, 2002) não são senão mais um indicador da natureza profundamente complexa da realidade linguística do país, que exprime e corporiza uma acentuada multiculturalidade. Neste quadro, o português, tornado língua do Estado e língua da escola por meio de uma decisão política que encontra antecedentes no período de luta pela independência, é uma língua minoritária, sobretudo quando se activa a categoria "língua materna". Explicável aquela decisão pelo facto de que "na altura em que Moçambique se tornou independente, [o português] em comparação com as línguas indígenas, leva[r] vantagem em termos de estar preparada para servir como língua de Estado." (Firmino, 1998, p. 258), dela decorreu que as línguas moçambicanas foram afastadas dos domínios "que estavam sob o controlo do Estado." (ibidem). Na escola, a língua portuguesa, além de língua veicular, é factor de configuração da disciplina de Português, a qual se encontra oficialmente mandatada, em certos níveis da escolaridade, para assegurar que os alunos "conhe[çam] melhor os vários estratos culturais do país", objectivo perseguido através da leitura de textos que relevam aspectos das culturas moçambicanas. Instituído como objecto as interacções verbais em redor destes textos, registadas em contexto de observação não participante, identificamos e descrevemos neste estudo as estratégias discursivas usadas na geração e legitimação dos significados textuais, analisando particularmente as estratégias associadas à resolução de "respostas problemáticas" (Dionísio de Sousa, 1993), procurando perceber os modos de construção pedagógica da "diversidade cultural".

Mesa: Ensino superior, universidades e formação - 5 de Fevereiro - 11h15 - 304

Moderador: António Miguel André

Título Razão indolente, interesses hegemónicos e a universidade: reflexões acerca do discurso do empreendedorismo em empresas juniores no Brasil

ID 223

Autores Alessandra Costa, Denise Barros, Paulo Emilio Martins

Resumo: Utilizando-se do arcabouço teórico da sociologia das ausências de Boaventura de Souza Santos, este artigo analisa a construção do conceito de empreendedorismo no Brasil em dois loci de produção de significado: a universidade e a mídia de negócios. O estudo confiou no método da análise do discurso e concentrou seu foco no material publicado nas revistas Exame, Você S.A. e HSM Management dos últimos três anos e em entrevistas em profundidade realizadas com alunos e docentes, participantes de empresas juniores de universidades localizadas na cidade do Rio de Janeiro. O objetivo foi identificar construções discursivas acerca do conceito de empreendedorismo, investigando vínculos que evidenciem as relações de poder no mundo do trabalho e suas possíveis consequências na formação de futuros gestores. Assim, a principal suposição deste trabalho é a de que os discursos analisados provenientes das entrevistas dos alunos e professores participantes de Empresas Juniores em conjunto com os discursos engendrados e reproduzidos na mídia especializada, parecem caracterizar a construção de uma compreensão ocidental do mundo que elimina a possibilidade de cenários alternativos fundamentando-se em uma razão indolente. Ou seja, o conhecimento teórico produzido nas escolas de administração apresenta-se hoje como um forte complemento ao dia-a-dia empresarial, reproduzindo o discurso da indústria cultural do management e reduzindo a importância das práticas acadêmicas na formação de indivíduos mais crítico e reflexivo com relação à sua inserção profissional.

Título Universidade Brasileira: Classes Populares e Desafios

ID 243

Autores Leda Maria de Oliveira Rodrigues

Resumo: O presente trabalho é resultado de recente pesquisa empírica realizada com universitários de uma importante instituição privada do sudeste brasileiro. Os sujeitos da pesquisa adentraram ao ensino superior pelo Programa

Universidade para Todos (PROUNI), voltado para jovens que não podem pagar um curso superior privado e tampouco têm capital cultural e escolar para enfrentar o exame de seleção realizado nas universidades públicas brasileiras. Foram sujeitos da pesquisa bolsistas do programa matriculados em cursos de baixa e alta procura da referida instituição. O PROUNI foi instituído no governo Lula da Silva no ano de 2004 e este estudo procura conhecer suas bases, ganhos sociais e seus limites. Esta investigação, embora preliminar, pretende compreender em que medida o programa atende expectativas de uma população pouco ou nada favorecida pelos programas sociais do referido governo. Resultados: apresenta uma possível caracterização social dos universitários (classes populares, filhos de trabalhadores manuais), bem como conhece algumas de suas perspectivas sociais e profissionais, levando em conta a relação educação e trabalho. Analisa como o neoliberalismo atingiu esses sujeitos, considerando-os como fração de uma classe específica cujas ambições escolares estavam, dadas as características profundamente elitistas do sistema educacional brasileiro, além de suas possibilidades. A bibliografia marxista, neoliberal e estudos de Bourdieu direcionaram nossa análise. A partir de dados coletados o problema do acesso e permanência na universidade foi abordado. Pudemos refletir sobre a questão da oposição entre a democratização e massificação do ensino superior brasileiro e seus desdobramentos.

Título Estudar no Brasil: a experiência sócio-cultural de universitários da África Lusófona em São Paulo, Brasil

ID 317

Autores Carlos Subuhana

Resumo: No presente Congresso nos propomos apresentar os resultados das atividades de pesquisa desenvolvidas no Programa de Pós-doutorado em Antropologia da Universidade de São Paulo - USP. O projeto teve como objetivo investigar a experiência social e cultural de estudantes universitários oriundos de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) – através dos programas PEC-G e PEC-PG do governo brasileiro, localizados em São Paulo. Ampliamos, assim, um universo de pesquisa iniciado no Rio de Janeiro e que teve como primeiro resultado a tese de doutorado. O nosso objetivo não deixa de estar relacionado a trabalhos de outros especialistas em Ciências Sociais e Humanas, que abordam questões relativas a estudos de etnologia urbana. A pesquisa vai nesta mesma direção, sendo que no presente caso constitui um desafio para o próprio pesquisador o fato de ser, ao mesmo tempo, observador e parte integrante do objeto de estudo. Os dados que foram coletados para a elaboração do relatório final se referem a: i) avaliação dos estudantes acerca dos programas PEC-G e PEC-PG; ii) projetos de vida e a escolha do Brasil; iii) atitudes de preconceito e discriminação (percepção e/ou interpretação sobre as atitudes de preconceito e discriminação no Brasil, bem como em África); iv) sociabilidade e redes sociais; v) e, por último, a expectativa do retorno (ou seja, como esses acadêmicos pensam aplicar os conhecimentos adquiridos no Brasil a realidade dos países de origem). O material foi coletado através de entrevistas com estudantes PALOPs cursando universidades (públicas e privadas) de São Paulo.

Título A criatividade no caminho da diversidade de alunos do ensino superior

ID 966

Autores Cristina Ribeiro

Resumo: Diversos estudos têm sido focalizados na criatividade enquanto energia propulsora para novos encontros com o eu e com o outro, sendo evidente o seu interesse para diferentes áreas do conhecimento. Com a nossa comunicação pretendemos situar a criatividade enquanto agente catalisador de mudanças no seio das práticas pedagógicas de docentes do ensino superior, enquanto plataforma para um ensino mais inclusivo e respeitador da diversidade. Não obstante a presença de um crescente olhar científico sobre os benefícios da criatividade, a sua expressão no ambiente universitário continua a precisar de novos contributos teórico-práticos. Nos últimos anos, o ensino superior tem sido palco de transformações do seu público-alvo. Os alunos tradicionais, provenientes de um trajecto escolar sem interrupções, começam a dar lugar a alunos com um largo espectro de papéis e origens sociais, a que apelidamos de alunos não-tradicionais. Esta nova realidade constitui uma excelente oportunidade para que a educação superior substitua as suas práticas pedagógicas tradicionais, renovando e inovando os programas e métodos como resposta à diversidade. Face aos novos rostos de alunos, importa procurar novas propostas pedagógicas, mais inovadoras e que, a partir da diversidade, construam pontes mais sólidas para o conhecimento. Partindo das percepções individuais de um grupo de alunos do ensino superior, intencionalmente estimulados para a criatividade, encontramos evidências da activação de três inteligências gardnerianas: interpessoal, intrapessoal e corporal-cinestésica. Acreditamos que as práticas docentes que se socorrem da criatividade contribuem para o desenvolvimento psico-social do aluno, tornando-o elemento activo no seu processo de aprendizagem e integração.

Título Democratização e políticas de ações afirmativas: o exemplo da Universidade Federal da Bahia, Brasil

ID 1488

Autores Sônia Maria Sampaio, Georgina Gonçalves dos Santos, Matheus Batalha Nery

Resumo: Ao adotar, em 1996, o Programa Nacional de Direitos Humanos, o Brasil se tornou um dos primeiros países do mundo a cumprir recomendação específica da Conferência Mundial de Direitos Humanos (1993), atribuindo, ineditamente, aos direitos humanos o status de política pública. Os resultados da implementação do PNDH, mesmo ainda tímidos, podem ser avaliados, pelo combate a todas as formas de discriminação e pela adoção de políticas de ação afirmativa e de promoção da igualdade. Após 200 anos de dívida social a UFBA implanta, em 2005, seu programa de Ações Afirmativas, reservando 45% de suas vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, negros e indígenas, abrindo caminho para a efetiva democratização do ensino superior brasileiro. A adoção da política de cotas modifica radicalmente o cotidiano dessa universidade, através do ingresso massivo de estudantes de origem popular. Embates com os que defendem uma universidade em bases meritocráticas começam a acontecer e se espalhar não apenas no Estado da Bahia como em todo país. A UFBA, dando prosseguimento à sua iniciativa, cria, em 2007, o Programa Permanecer, que acolhe estudantes de origem popular com dificuldades de permanência e convivência em um espaço tradicionalmente branco e elitista. Após dois anos, 1200 estudantes bolsistas desse Programa, demonstram que seus resultados acadêmicos não são inferiores aos de estudantes das classes médias e altas, que sua produção científica e cultural é expressiva e que sua presença no espaço acadêmico provoca uma profunda mudança nas relações interétnicas e sociais. São os dilemas e resultados desse programa que pretendemos apresentar.

Título Epistemologias em Confronto na Internacionalização da Educação Superior Brasileira

ID 1634

Autores José Eustáquio Romão

Resumo: Não há mais dúvidas sobre o nexos profundo entre a privatização e a internacionalização da educação superior na periferia das formações sociais que vivem sob o Capitalismo Globalizado. Esta relação obedece a uma racionalidade que considera a educação como um serviço e, não, um direito, da mesma forma que também toma a educação superior como um dos mais importantes instrumentos de ascensão social. Nesta perspectiva, esta última tornou-se o objeto do desejo das classes subalternas da periferia do mundo burguês, mobilizando enormes sacrifícios pessoais e da família para o credenciamento dos filhos nesse nível de escolarização. Por isso, a educação superior latino-americana, especialmente a dos países emergentes como o Brasil, tornou-se um excelente campo para investimentos, vinculando a dinâmica da acumulação globalizada de capital ao movimento da privatização. As modalidades de internacionalização da educação superior têm sido variadas e vão desde a compra direta de instituições de ensino superior nacionais pelo capital estrangeiro até a criação de gigantescas corporações, que lançam ações no mercado de capitais. O credencialismo, neste universo educacional, passou a ser mais importante que o real atendimento das demandas do mercado de trabalho que exige, cada vez mais, o grau superior de formação profissional. A esta lógica perversa de discriminação e, no limite, de exclusão da maioria dos benefícios do processo civilizatório, devem ser contrapostas outras racionalidades, formuladas a partir de epistemologias da inclusão, que têm compromisso com a socialização dos saberes voltados para a realização pessoal e profissional de todos. Nesta perspectiva, a expansão das redes superiores de educação só ganha sentido se submetida às lógicas das sociedades em que, no mínimo, haja o controle social das políticas públicas, ou que, estas políticas sejam resultantes de uma democracia participativa.

Mesa: Ensino superior, universidades e formação - 5 de Fevereiro - 11h15 - 312

Moderador: Maria de Fátima Martins

Título Ensino superior em Angola e formação de profissionais de educação

ID 144

Autores Eugénio Silva

Resumo: Apesar da expansão acelerada do “mercado de ensino superior” em Angola, a demanda de instrução superior é muito maior do que a capacidade de resposta das instituições públicas e privadas de ensino superior que apenas oferecem 33 mil vagas para mais de 50 mil candidatos. A própria estrutura da oferta formativa disponível apresenta distorções no que se refere à quantidade e natureza dos cursos, revelando a existência de mais cursos nas áreas das ciências sociais e humanas do que nas áreas de ciências naturais, engenharia e tecnologias. Esta situação, que produz desajustes no sistema de disponibilização de recursos humanos altamente qualificados (excesso de um lado e déficit do outro) compromete a concretização das estratégias de desenvolvimento nas esferas da produção e inovação tecnológica, consideradas como motor de arranque do progresso social. A formação superior na área da educação revela-se deficitária em termos quantitativos e de diversificação de perfis profissionais, contemplando apenas a formação de professores e formadores de professores, garantida nos vários institutos superiores integrantes da rede de ensino superior público e privado. Deste modo, não são contempladas as necessidades educativas do país em termos de formação superior de profissionais que actuem fora do sistema educativo, em contexto comunitário. Entre estes, estão os assistentes sociais, os animadores sociocomunitários, os mediadores culturais, os activistas e outros agentes comunitários cuja acção se exerce em contexto social numa lógica de educação não escolar e não formal. Esta comunicação pretende interpelar o actual sistema de formação de profissionais da educação, analisando os constrangimentos actuais e as possibilidades de diversificação da oferta formativa nesta área, com proposta de introdução de novos perfis, tendo em conta o imperativo de realização dos objectivos de desenvolvimento do milénio e a implementação dos programas educativos nacionais mais importantes, sob o pressuposto de que a educação ao longo da vida é um processo que se realiza em todas as instâncias sociais, justificando, num país em desenvolvimento como Angola, a existência e intervenção de agentes educativos com o perfil adequado.

Título Aspectos Económicos, Políticos, Culturais e Ambientais da Comunidade UFRR na Sociedade Roraimense

ID 217

Autores Maria de Lourdes Vieira Pedroza, Ana Lia Farias Vale, Glenda Mireya de Souza Pérez, Hana Letícia Torres Mercés, Pâmela Suelen Rodrigues dos Santos

Resumo: Nos Campus Universitários, mais do que em qualquer lugar, a memória não se encontra no espaço social que está sendo construindo, mas nos seus construtores, quando tomado no contexto dos vários elementos que se articulam para a produção do saber refletido no espaço, como os alunos, professores, técnicos, administrativos, além da administração central. Com o apoio da Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia de Roraima, em convênio com o CNPq, sob Coordenação da Diretoria de Pesquisa e Estudos Amazônicos, esta pesquisa tem como objetivo estudar a territorialização da comunidade dos Campus do Paricarana e Cauamé, tendo como caracterização primordial os fatores económico, político, cultural e ambiental. Num primeiro momento, será realizado um levantamento da historicidade da Universidade Federal na sociedade roraimense, ressaltando o papel desta como produtora do espaço, num segundo momento, haverá entrevistas, para análise qualitativa, com a preocupação de entender as diferenças dos sujeitos que compõem os Campus, pois estes, possuem razões, sentimento e emoções que não podem ser quantificados. Outro aspecto analisado será a questão ambiental visando conscientizar a comunidade para a necessidade de pensar no problema do lixo, nas formas de coleta e destino, na reciclagem, nos comportamentos responsáveis de “produção” e “destino” do mesmo. A pesquisa atingirá seu objetivo socializando os conhecimentos adquiridos com a comunidade escolar como uma ação educativa, com alunos do ensino médio da rede pública do Estado de Roraima, estimulando o desenvolvimento da vocação científica.

Título Identidades e Classificação na modernidade: ação afirmativa na universidade

ID 271

Autores Alessandra Nascimento, Rita de Cássia Ferreira

Resumo: Este estudo contempla uma pesquisa empírica com abordagem qualitativa, o público consistiu em todos os alunos regulares de graduação do Curso de Ciências Sociais ingressos nos anos de 1998 a 2001. O local da pesquisa foi a FCL/UNESP/Araraquara. Ao refletirmos sobre os critérios de classificação/identificação que foram mobilizados pelos alunos entrevistados para responderem as questões propostas pelo censo étnico-racial, criado e aplicado por nós, dialogamos com questões contemporâneas como a criação e implantação de políticas sociais e de igualdade e a construção das identidades, e, tangencialmente, com a cultura de direitos, as novas formas da desigualdade e o novo estatuto da participação. Trabalhamos com diferentes métodos de classificação no censo como a autoclassificação (aberta e fechada) e a heteroclassificação. A partir da comparação dos resultados de cada método supracitado buscamos entender se e como esta instituição de ensino superior pode influenciar para uma diferença qualitativa nos discursos, em particular, naqueles envolvendo os conceitos de etnia e de raça, tendo em vista que participaram da pesquisa tanto alunos do último ano quanto ingressantes. Este processo investigativo nos impôs pensarmos sobre a relação entre a construção da identidade deste tipo de instituição e as políticas universalistas. E a difícil reconstrução da identidade mediante as experiências das políticas de ação afirmativa. Ao considerarmos que IBGE não objetivou contribuir para a construção de identidades étnico-raciais no país, a criação e aplicação deste censo piloto permitiu sugerirmos algumas diretrizes para desmistificar a expressão “identidade nacional” e problematizar a implantação de ações afirmativas na universidade.

Título Entre o ensino superior e a inserção profissional – análise comparativa de percursos de diplomados

ID 671

Autores Mariana Gaio Alves

Resumo: O tema da transição entre ensino superior e mundo do trabalho tem tido grande visibilidade social nos últimos anos, sendo as dificuldades de empregabilidade dos diplomados de ensino superior alvo de grande preocupação e debate, quer por parte da sociedade em geral, quer no interior das instituições universitárias e politécnicas. Na sequência do trabalho de investigação que vimos realizando sobre esta matéria, pretende-se nesta comunicação concretizar uma análise comparativa dos estudos realizados mais recentemente em diversas instituições de ensino superior portuguesas (universidades e politécnicos) com um triplo objectivo. Por um lado, procuraremos identificar traços convergentes e divergentes relativamente aos percursos de transição para a vida activa de diplomados de ensino superior revelados pelos diversos estudos nas várias instituições. Por outro lado, enunciaremos algumas reflexões sobre aspectos metodológicos dos estudos em análise, quer no que respeita aos instrumentos e estratégias de recolha de dados quer no que se refere aos indicadores mobilizados nesses estudos. Por fim, consideramos que esta perspectiva comparativa permitirá explicitar alguns pressupostos e aspectos teórico-conceptuais sobre a empregabilidade e transição para a vida activa dos diplomados de ensino superior. Sempre que seja possível compararemos os resultados obtidos no caso português com dados de pesquisas semelhantes realizadas noutros países, bem como mobilizaremos reflexões metodológicas e teórico-conceptuais sobre o tema em análise concretizadas por outros autores em diferentes contextos geográficos e institucionais.

Título A posição do conhecimento ambiental no Ensino Superior

ID 851

Autores Cristina Teixeira

Resumo: A formação académica no Brasil vem instituindo o conhecimento sobre a questão ambiental de formas variadas. Gradativamente, os temas ambientais concentrados em cursos de pós-graduação passaram a fazer parte de cursos de graduação, constituindo um mosaico de informações e reflexões teóricas vinculadas ao que comumente se denomina de “meio ambiente”. A pesquisa da qual resultou a presente comunicação analisou o desenvolvimento do conhecimento ambiental no ensino superior brasileiro, particularmente, da sua institucionalização na graduação na Universidade Federal do Paraná, com certa tradição em “meio ambiente”. A partir do conceito de campo de Bourdieu, analisou-se a introdução de um conhecimento na graduação em uma situação na qual, de forma geral, a estrutura disciplinar do conhecimento enfrenta a renovação das funções sociais da ciência e de novas problemáticas de pesquisa frente à emergência de novas relações disciplinares. Especificamente à questão ambiental, o conhecimento requer novos fundamentos, novas racionalidades, no sentido apontado por Leff. O conhecimento ambiental não constitui disciplina no ensino superior, no sentido de uma especialização decorrente da organização lógica e funcional do conhecimento. Ele é “anárquico” e oscila entre a necessidade de se colocar hierarquicamente dentro do campo instituído, ainda que em situação inferior, e a necessidade de reverter a posição dominante da produção simbólica. Na graduação, predomina o resultado da estratégia relativa à primeira necessidade. Institui-se um conhecimento ambiental que se restringe ao possível: à marginalidade na forma de pontos esparsos que ainda não constituem uma imagem.

Título Neoconservadorismo e Reforma da Educação Superior

ID 1215

Autores Maria das Graças Ribeiro

Resumo: A crise pela qual passa a universidade, em todo o mundo, constitui um tema longe de estar esgotado na literatura académica. Grande parte dos estudos existentes sobre a reforma da educação superior no Brasil, nas duas últimas décadas, trata de analisar a orientação dos organismos internacionais sobre a mesma, privilegiando uma análise que tem como premissa a exigência destes organismos no sentido de contenção dos gastos governamentais. O presente trabalho tem como objetivo analisar a reforma da educação superior brasileira, a partir dos anos 1990, como parte de um movimento internacional de reforma deste setor. Com base em revisão bibliográfica e análise documental, este trabalho, não obstante entenda a reforma como um imperativo do capital face à sua crise de acumulação, a compreende, sobretudo, como parte de um projeto neoconservador, cujo conteúdo permeia as justificativas das autoridades governamentais brasileiras em sua defesa.

Título A Docência nas Ciências Sociais: desafios na contemporaneidade

ID 1296

Autores Marta Regina Farinelli, Celeste Aparecida Pereira Barbosa, Edna Aparecida de Carvalho Pacheco, Nanci Soares

Resumo: O presente trabalho expõe algumas reflexões sobre a vida cotidiana da docência universitária, destacando os desafios, papel da universidade e do docente na formação de profissionais da área das ciências sociais na contemporaneidade. Nesta direção o estudo relata a experiência, compromisso das profissionais com a docência e apresenta a pesquisa - processo educativo de construção de conhecimento - como um dos componentes da atividade didática e instrumento fundamental na formação e atuação dos futuros profissionais. Enfatiza como a pesquisa deverá nortear a docência, uma vez que oportuniza aos discentes em formação, questionamento, reflexão e interpretação do modo de produção da vida social no capitalismo, o que certamente contribuirá com as discussões sobre a edificação de uma proposta no que se refere ao respeito às diferenças, a liberdade e a igualdade entre as pessoas. Assim, os fundamentos teóricos desenvolvidos precisam ser construídos de forma articulada com a pesquisa, tornando o trabalho vivo, vibrante e contextualizado. O texto revela também a relevância entre ensino, pesquisa e extensão na formação profissional.

Mesa: Ensino superior, universidades e formação - 5 de Fevereiro - 11h15 - 313

Moderador: Alfredo Campos

Título Acesso dos jovens das camadas populares ao Ensino Superior no Brasil: políticas e programas do governo federal desde 1990

ID 101

Autores Rosa Elisa Mirra Barone, Maria Rita Aprile

Resumo: O estudo compara as diferentes políticas públicas de acesso ao ensino superior, propostas no Brasil, desde 1990, para os jovens das camadas populares. Tem o objetivo de verificar as suas articulações com o momento sócio-produtivo em que foram gestadas e o papel das agências internacionais, como o Banco Mundial (BIRD). Foram analisados o Programa de Crédito Educativo (CREDUC) de 1992; o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) de 1999; e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), implementado em 2005. São programas de financiamento e/ou concessão de bolsas para o acesso de estudantes menos favorecidos às instituições de educação superior privadas. O recente PROUNI concedeu no primeiro semestre de 2008, 106.134 bolsas, sendo 52.977 integrais e 53.157 parciais. O segundo prevê a distribuição de 119.529 bolsas, sendo 47.0006 integrais e 72.523 parciais, o que indica a dimensão do Programa e a relevância deste estudo cuja perspectiva analítica e metodológica se insere no rol da pesquisa qualitativa e empírica. O ponto de partida foi a análise dos pressupostos teóricos e políticos que orientaram os programas no contexto histórico. O estudo será desdobrado por meio de pesquisa de campo com amostra de bolsistas de uma universidade de grande porte de São Paulo para levantar informações sobre os impactos do curso superior em sua trajetória profissional. A investigação discute a relação entre público e o privado e o discurso oficial que considera uma política de educação inclusiva programas, como o PROUNI, sem considerar a qualidade do ensino oferecido pelas instituições aderentes.

Título Avaliação de resultados e do impacto de um projecto de formação-acção: do sucesso da intervenção à empregabilidade dos estagiários

ID 268

Autores Elisabete Vinha, Nelson Lima-Santos

Resumo: Neste trabalho é apresentada a avaliação de resultados e do impacto de um projecto de formação-acção, particularmente caracterizado pela presença de um Estagiário em cada Empresa participante, disponível a tempo inteiro para a concretização de um projecto específico de inovação, desenvolvido no âmbito de uma parceria entre PME's de uma Associação Empresarial, uma Instituição do Ensino Superior, ambas do norte do país, bem como uma Entidade Formadora. Na avaliação foi utilizado um instrumento original, propositadamente construído para o efeito, com base no referencial de desenvolvimento e acção do projecto, que foi administrado aos participantes, após reuniões de grupo ou entrevistas, num total de 47 sujeitos, a saber: 15 Empresários, 10 Professores do Ensino Superior, 12 Estagiários e 10 Formadores. Esta intervenção revelou resultados que evidenciaram o desempenho do Estagiário como um dos principais factores de sucesso. O projecto teve, ainda, um impacto claramente positivo ao nível do desenvolvimento de novos produtos e serviços, da aquisição de novas competências e da promoção da imagem da Empresa. Globalmente, o contributo do estágio para a Empresa e para a profissionalização dos Estagiários foram os pontos fortes do projecto, sendo de referir que no final da sua execução se registaram indicadores objectivos, muito positivos, relativamente à promoção da empregabilidade destes Estagiários (71% encontram-se empregados, dos quais 57% noutras Empresas que não aquelas em que realizaram o estágio), indicadores estes que são bastante significativos e reveladores do contributo desta metodologia de intervenção formativa para o desenvolvimento das respectivas competências pessoais e profissionais.

Título O estudante universitário, suas vivências e a busca de um futuro em mutação

ID 440

Autore sRosa Maria da Exaltação Coutrim, Filipe Dias Dulci, Emerson Carioca

Resumo: A crescente complexificação do mercado de trabalho tem exigido, cada vez mais, maior preparo dos jovens. Ao buscarem o ensino superior de qualidade, rapazes e moças oriundos de famílias de camadas médias se esforçam para conseguir o que é socialmente considerado um bom emprego.

Porém, com o prolongamento dos ciclos da vida, os jovens têm amadurecido mais tarde do que as gerações anteriores e muitos saem da casa dos pais para cursar a universidade sem estarem preparados para assumir as responsabilidades da vida adulta. Esse amadurecimento tardio se reflete na escolha profissional e na vivência universitária e, em muitos casos, traz danos para o desempenho escolar e a formação da identidade do jovem. Com o objetivo de compreender as expectativas, frustrações e o processo de socialização de alunos do primeiro ao último período dos cursos diurnos e noturnos oferecidos por uma universidade pública do interior de Minas Gerais/ Brasil foram avaliados os resultados de 160

questionários e depoimentos de alunos de ambos os sexos na fase introdutória, intermediária e final da graduação. Os dados têm demonstrado que, apesar das diferenças entre alunos trabalhadores e não trabalhadores e de cursos de maior e menor prestígio, todos enfrentam dificuldades em suas trajetórias universitárias. Os problemas enfrentados pelos jovens se modificam no decorrer do curso e são derivados de diversos fatores, entre eles a insegurança quanto ao futuro profissional e a relação com os professores e as disciplinas, consideradas, em muitos casos, anacrônicas.

Título Guia de informação aos pais como factor preditor ao sucesso académico dos filhos na universidade

ID 642

Autores Dayse Neri de Souza, Carlos Fernandes da Silva

Resumo: A entrada dos estudantes no ensino superior constitui uma fase de cruciais desafios, experiências stressantes e de grande tensão emocional. A transição para a universidade requer novas exigências, responsabilidades e preparação para funções de adulto, no âmbito afectivo, vocacional, académico e social. Em muitos casos, os pais não são informados sobre muitas das situações que os filhos irão enfrentar no contexto académico. Nesta perspectiva, o presente trabalho tem como objectivo apresentar uma parte dos resultados do projecto de investigação intitulado “Interacção família/ensino superior como factor preditor ao sucesso académico”. Os resultados qualitativos indicam a percepção dos pais sobre o Guia de informação aos pais – sucesso na transição dos filhos para a universidade, assim como a importância de se promover palestras informativas sobre as dificuldades dos filhos na transição para a universidade, de apoiá-los, mesmo a distância, como factor preditor ao sucesso académico.

Título Motivação para o ingresso e aprendizagem no Ensino Superior: o caso dos estudantes maiores de 23 na Universidade de Aveiro

ID 1188

Autores Ana Vitória Baptista, José Bessa, José Tavares

Resumo: Desde 1999 o Processo de Bolonha tem demonstrado ser um móbil impulsionador de mudanças profundas no panorama educacional do Ensino Superior (ES). Daqui ressaltamos uma maior ênfase colocada na abertura à equidade e à diversidade de públicos não-tradicionais que podem ingressar no ES e um reforço da ideia associada à Aprendizagem ao Longo da Vida. De facto, assistimos à promulgação do DL nº 64/2006 que legisla sobre a entrada de indivíduos Maiores de 23 (M23) com determinadas características nas Instituições de ES. Estes são considerados estudantes maduros ou estudantes adultos não-tradicionais, devido às características particulares que apresentam. É sobre a caracterização deste público que assenta a nossa investigação de Mestrado. Neste trabalho propomos divulgar determinadas conclusões que advêm da análise de conteúdo de cartas de motivação dos alunos M23 matriculados na Universidade de Aveiro em 2006-2007, ressaltando as categorias de análise de delas poderemos retirar. Iguamente, de uma análise de conteúdo a entrevistas realizadas a M23, compararemos os motivos que apresentam com os mencionados nas cartas e salientaremos as expectativas criadas e o seu grau de satisfação das mesmas depois do seu ingresso no ES. Consequentemente, o nosso estudo visa: (i) rever as políticas impulsionadoras da Aprendizagem ao Longo da Vida e da abertura do ES a novos públicos; (ii) reexaminar a Literatura Nacional e Internacional referente à caracterização deste novo público, nomeadamente a nível motivacional; (iii) divulgar algumas conclusões da nossa investigação de Mestrado, recorrendo à análise anteriormente descrita; (iv) propor caminhos para futuras investigações.

Título Software Livre e Educação: formação de clientes ou produção de conhecimento?

ID 1251

Autores Carlos José de Almeida Pereira, Elis Cristina Fiamengue

Resumo: A proposta desta comunicação é refletir sobre o confronto entre os paradigmas livre e proprietário na área de software, e em especial, apresentar a filosofia do software livre e seu papel em ambientes educacionais. O objetivo principal da educação e da universidade, mais especificamente, não é a formação de um simples profissional “apertador de botões”, que só trabalhe com softwares específicos, produzidos por uma única empresa. A educação tem como meta principal, antes de tudo, a formação do cidadão crítico, consciente, capaz de pensar por si próprio, e de forma complementar, a formação ampla do profissional, capaz de dominar os conhecimentos da sua profissão. Pretende-se demonstrar como o software livre é a ferramenta mais adequada, tanto para o acesso, quanto para a produção do conhecimento, uma vez que propõe um novo paradigma para a sociedade da informação, paradigma este no qual a informação é livre, o que permite um acesso mais igualitário a todos.

Mesa: Educação, formação e aprendizagens - 5 de Fevereiro - 11h15 - 314

Moderador: Leonor Maria Lima Torres

Título A botânica no Século XX em Portugal. Análise do seu ensino nos manuais escolares dos Ensinos Primário e Básico (1.º ciclo)

ID 37

Autores Fernando Guimarães

Resumo: Está hoje bem patente no número de publicações que regularmente podemos encontrar em diversas revistas científicas, o reconhecimento da relevância educativa das Ciências na escola básica a nível nacional e internacional. Contudo, é inquestionável que a implementação das Ciências dos níveis de escolaridade mais baixos tem-se revelado um empreendimento difícil e complexo. Os manuais têm para a escola uma importância na conformação das formas e dos conteúdos do conhecimento pedagógico. Integrando aspectos relativos à sequência e ao ritmo da transmissão de conhecimentos desempenham importantes funções pedagógicas e didáticas através das actividades que propõem e dos modos de avaliar as aquisições realizadas. O presente estudo, baseado na dissertação de doutoramento em Estudos da Criança, analisa a importância que tem sido conferida à área de Botânica nos manuais de Ciências dos Ensinos Primário e Básico (1.º Ciclo) no século XX. Na tentativa de perceber de que forma ocorreu uma evolução na abordagem de conteúdos

de Botânica, apreciamos livros didáticos baseados em onze princípios. Esta apreciação, assente na análise de conteúdo e na análise de clusters, contribui para confrontar os livros quanto aos conteúdos que incluem, as orientações curriculares, pedagógicas e didáticas que traduzem, assim como os valores educativos e científicos que sugerem. Os resultados mostram que a par das alterações de designações do ensino das Ciências, os conteúdos nelas incluídos também se modificam e adquirem relevâncias distintas. Assim, surgem a descomplexificação, a desconceitualização e a conservação dos conteúdos de Botânica distribuídos por diferentes dimensões do ensino da Botânica.

Título O Processo Formativo Profissional da Escola de Artes e Ofícios e os Ajustamentos de Goffman

ID 289

Autores Andrea Abreu Astigarraga

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o processo formativo profissional da Escola de Artes e Ofícios (EAO) do município de Sobral, no estado do Ceará, Brasil, através da análise de documentos e da observação participante. A EAO tem como finalidade proporcionar aos jovens pobres com experiência de trabalho precoce a inserção no mercado de trabalho através da restauração do patrimônio histórico e da aprendizagem de ofícios. Através da análise de documentos, realizamos um estudo crítico sobre o projeto político pedagógico expresso no Plano de Curso da EAO: seus objetivos, a estrutura, o funcionamento e o currículo. Tendo como base o quadro teórico dos estudos de Erwin Goffman na obra *Manicômios, Prisões e Conventos*, realizamos um estudo da EAO tomando as seguintes categorias teóricas: ajustamentos primários e secundários, a carreira moral dos jovens aprendizes e as características e ações da equipe dirigente. Nesse estudo concluímos que iniciativas como a EAO direcionadas aos jovens pobres com experiência de trabalho precoce mantêm características das instituições totais, ou seja, são predominantemente disciplinadoras, visando o “desculturamento” a fim de ajustar os indivíduos à sociedade sem proporcionar uma adequada inclusão social e uma real inserção no mercado de trabalho.

Título A formação do trabalhador na Amazônia: um breve olhar nas políticas do Estado nos anos 2000.

ID 375

Autores Carlos Renilton Freitas Cruz

Resumo: O estudo analisa a formação do trabalhador no Pará, estado situado na Amazônia brasileira, tendo em vista a reconfiguração do mundo produtivo experimentada nas últimas décadas. Discute o trabalho como princípio educativo e as ações do Estado no campo da qualificação profissional. Para tanto, além de pesquisa bibliográfica, recorre-se a fontes documentais capazes de esclarecer o percurso e a abrangência das políticas públicas realizadas na última década. Atualmente, graças a voraz necessidade de expansão do capital em nível global, a exigência pela formação do trabalhador vem ganhando complexidade e impondo novas atitudes por parte dos responsáveis pelas instituições educativas. No Brasil os estudos sobre o processo de qualificação do trabalhador remontam à década de 1970, quando eram vinculados à economia da educação. Desde os anos de 1980 as pesquisas tem, majoritariamente, se vinculado à uma visão crítica, onde o trabalho é entendido como princípio educativo. Percebe-se hoje que as iniciativas estatais voltadas à educação do trabalhador, tanto em nível regional como nacional, privilegiam programas e projetos às políticas estruturantes; priorizam o privado em detrimento do público na oferta e gestão dos programas, mesmo com financiamento estatal; adotam iniciativas que atendem interesses dos organismos internacionais, onde uma visão restritiva do direito à educação é evidente; ampliam vagas, mas precarizam os processos educativos. Fatos que demonstram que, apesar dos discursos enfatizando a necessidade da elevação da qualificação do trabalhador, as ações se distanciam de um projeto educativo que instrumentalize os trabalhadores para o enfrentamento e a problematização do atual mundo do trabalho.

Título Os desafios da educação especial para os professores: uma pesquisa sobre a avaliação que professores do ensino fundamental fazem de sua atuação com alunos com necessidades educacionais especiais

ID 1205

Autores Érika Lourenço

Resumo: Esta pesquisa foi realizada entre os meses de agosto de 2007 e julho de 2008 e teve como objetivo geral investigar a avaliação que os professores do ensino fundamental das cidades de Ouro Preto e Mariana (localizadas no Estado de Minas Gerais – Brasil) faziam de sua atuação com alunos com necessidades educacionais especiais. Foram objetivos específicos da pesquisa: investigar a contribuição da formação universitária para a atuação desses professores com alunos com necessidades especiais; identificar o que os professores consideravam como necessidades educacionais especiais, que estratégias utilizavam para ensinar os alunos que consideravam ter necessidades especiais e identificar possíveis demandas de aperfeiçoamento desses professores. Para alcançar os objetivos propostos, um questionário com dez perguntas abertas foi aplicado a uma amostra de 100 professores das duas cidades. Os resultados da análise dos dados obtidos através dos questionários apontaram que a maioria dos professores tem formação superior (licenciatura), mas não se considera preparada para ensinar alunos com necessidades educacionais especiais; que o que esses professores consideram como necessidades educacionais especiais nem sempre coincide com o que a bibliografia da área e a legislação brasileira descrevem como tal; que diante de um aluno com necessidades educacionais especiais a tendência dos professores é buscar novas estratégias de ensino e estabelecer uma relação mais afetiva com esse aluno; e que os professores consideram que a participação em cursos de curta duração seria uma boa estratégia para se prepararem para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais.

Mesa: Educação, socialização e infâncias - 5 de Fevereiro - 11h15 - 316

Moderador: Rita Márcia Magalhães Furtado

Título Cultura e Espaço: um estudo sobre crianças e adolescentes, empobrecidos, em uma sociedade desigual

ID 14

Autores Rosalir Viebrantz

Resumo: O trabalho "Cultura e Espaço: um estudo sobre crianças e adolescentes, empobrecidos, em uma sociedade desigual" se propôs a investigar os modos de vida e as práticas de subordinação e de resistência das crianças e adolescentes que passam a maior parte de seu tempo na praça Marechal Floriano. De modo específico, procurou-se observar e descrever o cotidiano dos sujeitos da pesquisa, seus usos, costumes e tradições, analisando-os à luz das categorias de cultura e de experiência. Na presente investigação, levou-se em consideração uma abordagem etnográfica. A cultura como modo de vida das crianças e adolescentes "vítimas da exclusão/inclusão social", possui peculiaridades em relação aos valores, usos e costumes vivenciados na praça, nas manifestações de violência, no trabalho, nas regras de grupo, no uso de drogas, na linguagem e na religiosidade, nas relações com as gangues e com os adolescentes infratores, nas relações sociais e familiares. Essas experiências possibilitam pensar na cultura da evasiva, da evitação e do silêncio, levando esses sujeitos a experienciar o isolamento e a solidão. Os que "vivem" na rua, nela constroem relações definidoras de suas existências. Redefinem o espaço, erguem paredes invisíveis, numa partilha minuciosa dos locais, fazendo da rua a residência. Subvertem a ordem, privatizando o que é público e realizando, na rua, os atos mais íntimos. A rua não é um espaço alternativo, mas sim o espaço possível. Paradoxalmente, é lugar de liberdade, mas também, espaço de confinamento; nela existem muros visíveis e invisíveis, espaços radicalmente definidos e o tempo se reduz, fundamentalmente, ao presente.

Título Lazer Infantil e Brincadeira - Verso e reverso de uma mesma realidade

ID 100

Autores Alberto Nídio Silva

Resumo: Onde estiver um grupo de crianças, ou uma só que seja, particularmente em contexto informal, é muito difícil não sentirmos, desde logo, um constante agitar do corpo e do espírito, numa interação espontânea entre elas e o meio que as rodeia. Correm, dialogam, riem, combinam um jogo, enfim, num instante fica instalado um espaço de brincadeira. A brincadeira exige um processo de aprendizagem a partir do qual se vai construindo e alicerçando a cultura lúdica de uma criança, indispensável para que se cumpra com proveito esta vertente incontornável do seu processo de socialização. Brincar de uma forma livre e espontânea constitui, por outro lado, inquestionavelmente, também um momento de lazer para as crianças onde se consubstancia o cumprimento de um direito que lhes está legalmente consagrado. O(s) tempo(s) e o(s) espaço(s) para as brincadeiras da geração mais nova está cada vez mais comprimido entre os interesses dos adultos. Na azáfama que marca o quotidiano das crianças, saltitantes entre instituições, ainda se vislumbram por aí locais onde se abre algum espaço e algum tempo para que possam fazer aquilo de que mais gostam e necessitam, brincar. A Catequese e o Escutismo ainda podem ser, para já, bons exemplos de oportunidades para que se abram esses entre-lugares de brincadeira para as crianças, mas, outrossim, constituir, também já, uma amostra eloquente das mudanças que, entretanto, neste domínio se operaram. Separadas por um escasso quilómetro, duas comunidades vilaverdenses, uma de cariz urbano e outra de feição eminentemente rural, fazem uma síntese perfeita do que ficou dito, da forma que nos propomos contar no X Congresso.

Título A Globalização e a Infância: reflexos e reflexões nas falas das crianças

ID 513

Autores Márcia Rejane Scherer

Resumo: A presente pesquisa busca analisar como as crianças que freqüentam os primeiros anos de escolarização e vivenciam o atual momento histórico são subjetivadas pelos discursos e produtos culturais contemporâneos, como refletem sobre as questões vivenciadas neste tempo e como reagem às tentativas de sua massificação. A investigação, que privilegia a escuta das vozes infantis manifestadas em diferentes linguagens, foi balizada pelas seguintes questões: Como se caracteriza a infância contemporânea? De que forma o processo de globalização atua sobre a infância e que lugar designa a ela? Em que se constitui o processo de reinstitucionalização da infância e como essa infância reinstitucionalizada se faz presente na escola? Como a heterogeneidade dos mundos culturais e sociais atravessa o espaço escolar e é expressa nas falas e produções escritas dessas crianças? A análise dos dados da pesquisa de campo realizou-se através da observação, registro e apreciação de produções das crianças de uma escola pública localizada no município de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul e amparou-se nas contribuições teóricas das Ciências Sociais, em especial da Sociologia da Infância. A pesquisa permitiu comprovar, entre outras questões, que, enquanto sujeitos sociais plenamente integrados com sua contemporaneidade e com o mundo em que vivem, as crianças desenvolvem formas de resistência à homogeneização proposta pelo processo de globalização. As reinterpretações dos produtos culturais contemporâneos direcionados ao público infantil configuram-se em uma forma de resistência das crianças à tentativa de massificação e homogeneização promovida por esse processo.

Título Educação Infantil de meninas e meninos brasileiros

ID 627

Autores Daniela Finco

Resumo: Constituição Federal Brasileira (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) garantem às crianças brasileiras de 0 a 6 anos o direito de serem educadas fora de casa em creches e pré-escolas. As relações das crianças na educação infantil apresentam-se como importante forma de introdução de meninas e meninos na vida social, quando passam a conhecer e aprender seus sistemas de regras e valores, interagindo e participando nas construções sociais. Este trabalho, resultado de pesquisa de doutorado, discute as interações sociais que as crianças estabelecem com os adultos e a re-significação das suas experiências sociais de gênero no ambiente da educação infantil. Os procedimentos metodológicos baseiam-se numa pesquisa etnográfica no ambiente coletivo de esfera pública de uma pré-escola e em entrevistas com as professoras. Ao utilizar gênero como categoria de análise aborda questões relativas às práticas educativas, faz relação com o que as crianças constroem entre elas, reproduzindo ou transgredindo as regras impostas pelo adulto. A reflexão tem como base o conceito de criança discutido pela sociologia da infância, que destaca a capacidade das crianças estabelecerem relações sociais múltiplas e diversas, no confronto e na construção de diferentes experiências entre os atores sociais presentes no contexto educativo. O estudo é relevante principalmente se considerarmos a situação atual de construção e formulação de políticas públicas voltadas à superação das desigualdades

de gênero, que pretende garantir condições igualitárias de qualidade para o sistema de educação e para a formação docente.

Título Resgate da Psicomotricidade através dos recursos naturais

ID 691

Autores Elisabete Helena Cavalcante Lima, Eva Soares Silva, Francisca Braga das Chagas, Lindalva Fernandes R. da Silva, Lidyane Evangelista

Resumo: O Projeto está sendo desenvolvido na escola EMEIF Frei Tito de Alencar Lima, na Praia do Futuro-Fortaleza-Ceará-Brasil. Surgiu da necessidade de realizar uma rotina de trabalho criativa, na relação da criança com o mundo, usando o tripé: aluno versus professor versus comunidade. A falta do espaço físico na escola, e por outro lado, o infinito da praia nos arredores é um convite a novas descobertas e brincadeiras sem distanciar o aluno do seu mundo e convívio social. O objetivo do trabalho, portanto, é de facilitar o processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança através do lúdico com jogos variados e caminhadas ecológicas, tornando as aulas mais agradáveis e atraentes para os alunos. A fundamentação teórica é baseada, principalmente, em Zimmer (1992) que nos fala: "... Conhecer o ambiente espacial e material; reconhecê-lo, explorá-lo, experimentar com situações de brincar e testar objetos, adaptar as realidades ambientais aos objetos, ou seja, acomodá-los; comparar-se e igualar-se aos outros, melhoram o próprio desempenho como também competir e aperfeiçoar-se, aceitar limites, derrotas e alcançar vitórias". Nas brincadeiras de utilizar o corpo como ferramenta de aprendizagem, compreende-se que o corpo ajuda o aluno a aprender. Na avaliação da pesquisa foi constatado um melhoramento no aprendizado, no comportamento escolar e familiar, além da redução na evasão escolar.

Mesa: Educação, diversidades e multiculturalismo - 5 de Fevereiro - 14h30 - 313

Moderador: Ivan Lima

Título Currículo multicultural: possibilidades para a construção de um planejamento participativo das aulas de educação física escolar

ID 395

Autores Dinair Leal da Hora, Luciana Santos Collier

Resumo: Este trabalho tem origem na necessidade de se pensar na importância da disciplina Educação Física Escolar e, com base nas experiências vividas e nas reflexões realizadas, foi possível apontar uma alternativa pedagógica aplicável ao cotidiano das aulas de Educação Física Escolar, capaz de atuar no processo de construção do cidadão participativo, contemplando amplamente a diversidade cultural dos sujeitos envolvidos no processo pedagógico e ainda por cima possa colaborar de forma eficaz para: a construção do conhecimento e da cultura a partir de atividades auto-organizadas que visam ao protagonismo e à transformação social, inerente a todo processo que prevê participação coletiva nas tomadas de decisão; implicando na construção da cidadania ativa. Com base nestas reflexões, este estudo apresenta uma proposta de trabalho para as aulas de Educação Física Escolar em que os interesses e as necessidades do aluno são os pontos centrais da elaboração de conteúdos fundamentados na prática social, priorizando as atividades com as quais mais se identificam ou têm curiosidade em aprender, além de adequá-las ao espaço físico e materiais disponíveis e aos limites e possibilidades de cada turma. Esta proposta defende a participação efetiva dos alunos na escolha e organização dos conteúdos dentro do planejamento das aulas, no desenvolvimento destes conteúdos e no processo de avaliação. Desta forma, o aluno terá a oportunidade de escolher democraticamente os conteúdos que deseja vivenciar nas aulas e se tornará responsável pelas conseqüências de sua escolha, a partir da concepção de currículo multicultural.

Título Quando a educação faz a diferença: dilema das famílias brasileiras imigrantes

ID 527

Autores Lúcia Emiko Yamamoto

Resumo: Quando discutimos a educação das crianças estrangeiras no Japão, um dos problemas que se levanta é a questão da evasão escolar. O Ministério da Educação, Cultura, Esporte, Ciências e Tecnologia japonês, preocupado com o aumento na evasão escolar, elaborou um projeto para verificar quais eram as suas causas. Os resultados demonstraram que os motivos mais comuns eram: o problema financeiro familiar, a falta de proficiência na língua japonesa e intenções de retorno ao seu país de origem. Na questão da evasão escolar, ela não se restringe somente aos problemas individuais, mas também aos sociais, como o contexto social em que as crianças migrantes e seus familiares estão inseridos, as políticas de educação voltadas às essas crianças. No presente artigo, levantamos os casos das famílias que transitam entre o Brasil e Japão, e que no momento da pesquisa viviam nas províncias de Aichi ou Shizuoka, Japão. Analisamos quais as estratégias de vida tomadas por esses familiares, como a educação das crianças se insere nesse contexto e qual a relação entre as estratégias de vida e evasão escolar. Os primeiros resultados desta pesquisa demonstraram que, as crianças vistas como dependentes e deslocadas de seus ambientes por decisões familiares, tornam-se figuras centrais na elaboração dessas estratégias. São as crianças que, adaptadas ao novo ambiente, resistem às decisões familiares de retorno. Esta pequena resistência traz para a família com filhos matriculados nas escolas japonesas, um grande conflito, a escolha do futuro dos filhos no Japão ou o futuro dos pais no Brasil.

Título Mulheres Negras Adolescentes no Ensino Médio: Discriminação e Desafio

ID 740

Autores Maria Aparecida Silva Cida

Resumo: O trabalho aqui apresentado é o resultado de minha dissertação de Mestrado em Sociologia, com a preocupação em torno da relação estabelecida entre mulher negra e discriminação, que pudemos observamos que as mulheres negras adolescentes, ao construir para si um projeto de vida, como perspectiva de futuro estão se colocando com disposição de criar uma situação de questionamento de não aceitação dos lugares que estão colocados para elas na sociedade como o espaço doméstico ou atividades consideradas inferiores a mulher não negra e ao homem negro. Essas adolescentes negras,

independentemente de não ter explícito quais são as reais facetas do racismo, de estar tão recentemente na construção de sua identidade e consciência de negritude, se propõe a uma luta que é a modificação da mentalidade da sociedade em relação às diferenças étnico-raciais e gênero que tem influência nas oportunidades para mulheres negras. Podemos perceber que essa atitude é uma nova forma de manifestação que prima por direitos que reconheçam a diferença. A instituição escolar que é uma das formadoras de capital cultural, precisa estar atenta a essas mudanças de reivindicações que estão ocorrendo por parte de grupos étnico-raciais, para poder construir no espaço escolar uma compreensão de como se estabelecem as relações raciais nesse universo. Isso se faz necessário para que possamos criar no espaço escolar o respeito pelas diferenças.

Título Género, educação e desenvolvimento - Manual de Apoio

ID 1110

Autores Maria José Rosário, Maria Inés Faria, Maria Joaquina Nunes

Resumo: As questões de género constituem um fenómeno que ultrapassam as fronteiras nacionais e continentais e constituem um dos principais desafios que o mundo actual enfrenta. Apesar de todas as mudanças que ao longo dos últimos tempos se têm construído, ainda se está longe de a igualdade de oportunidades e o tratamento justo e igualitário serem atribuídos a todas as mulheres e homens. Até porque a questão da igualdade não é uniforme ela engloba diversas expressões da diferença e da desigualdade, nomeadamente entre as mulheres e entre elas e a multiplicidade das suas condições de vida, para além das existentes entre as mulheres e os homens. Isto pressupõe que mais do que a luta pela igualdade, a questão do género deve ser perspectivada como um processo sociocultural que envolve mudanças políticas, sociais, culturais e económicas, simultaneamente estruturadoras de um processo de construção de desenvolvimento social. Não é possível pensar a igualdade de género e a relação entre género e desenvolvimento sem equacionar o processo contínuo de democratização das instituições, públicas e privadas, e das relações domésticas e políticas. É no contexto enunciado que o manual da disciplina Género, Educação e Desenvolvimento, situa as questões de género, tendo como finalidade possibilitar um conhecimento teórico e conceptual sobre esta problemática, assim como, permitir o desenvolvimento de competências analíticas e reflexivas sobre o objecto de estudo, de forma a permitir uma compreensão da realidade sociocultural Moçambicana e fundamentar qualquer intervenção, em contexto, no sentido de promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, contribuindo para a construção do processo de desenvolvimento em Moçambique, a partir da constatação do desfazamento que existe entre as concepções comuns e a realidade concreta. O principal critério que esteve subjacente à concepção do manual foi o de simultaneamente enquadrar cientificamente a temática e possibilitar uma aplicação desses conteúdos à reflexão sobre a sociedade em Moçambique.

Título Jovens muçulmanos na escola pública portuguesa: um olhar pós-colonial

ID 1556

Autores Hélia Santos

Resumo: No âmbito da minha tese de mestrado, estudei os processos de construção identitária de jovens muçulmanos no contexto de uma escola pública portuguesa, e o modo como, actualmente nas escolas, as suas negociações identitárias desafiam uma certa imaginação dominante da identidade nacional. O estudo foi realizado numa escola pública de 2º e 3º ciclos, na área da Grande Lisboa, com base numa metodologia qualitativa de cariz etnográfico, recorrendo a entrevistas semi-estruturadas, e observação directa, não participativa, de processos educativos formais e informais. A análise dos dados revelou construções identitárias porosas e policéntricas que colidem com concepções dicotómicas e estereotipadas que emergem dos discursos de professores e responsáveis políticos. Tais representações parecem estar na base de uma certa “política de reacção” à diferença (cultural, racial, religiosa), limitando uma abordagem dinâmica à “diversidade” pela escola, e facilitando a perpetuação de situações potencialmente discriminatórias. Os resultados deste trabalho apontam para a urgência de alargamento do paradigma epistemológico nos estudos sobre as migrações e a multiculturalidade numa Europa que é pós-colonial, bem como a premência de análises sociológicas na educação que complexifiquem o paradigma de classe e género com categorias como religião e “raça”, que podem estar na base de processos de exclusão material e simbólica nas escolas. No contexto desta análise, a escola pública, enquanto o lugar de encontro e de formação das sociedades ocidentais, revelou-se o palco privilegiado para observar as colonialidades subjacentes às relações sociais, e, nesse sentido, certamente o espaço privilegiado para as descolonizar.

Mesa: Profissão docente, profissionalidade e identidades - 5 de Fevereiro - 14h30 - 314

Moderador: António Almeida Neto

Título Professores da rede pública: conflito, angústia e buscas

ID 123

Autores Cleomar Azevedo

Resumo: Este trabalho foi desenvolvido junto a professores da escola pública do ensino fundamental no município de São Paulo, com professores que ministram aulas em diferentes disciplinas, portanto com diferentes formações e alternativas de trabalho. Um ponto era comum a todos os docentes “a dificuldade de aprendizagem dos alunos, o comportamento, desinteresse dos mesmos a violência presente em seu dia a dia”. Outros fatores como falta de materiais, acompanhamento da família e melhores salários também estavam presentes em nossos diálogos. A discussão dos seguintes temas: a formação dos educadores e as implicações para o desenvolvimento da aprendizagem; da proposta de ensino feito à população que freqüenta normalmente este nível de escolaridade, a busca da igualdade social através de uma aprendizagem significativa que envolve a auto-estima, o reconhecimento do sujeito como autor da sua produção intelectual e o desejo que faz parte deste processo, foram dados importantes discutidos nestes encontros. O campo de atuação dos professores é marcado pelo conflito, pela dificuldade de atuação e de alternativas para transformar esta situação. A intervenção foi feita através da escuta e do diálogo junto ao corpo docente, com uma proposta de

acompanhamento e tomada de decisões em conjunto na busca de propostas alternativas de atuação diante da realidade vivenciada pelos docentes e pela escola.

Título A construção do conceito de educador social em contextos variados de intervenção

ID 297

Autores Ilda Freire-Ribeiro, Telma Queirós, Maria do Céu Ribeiro

Resumo: Ser educador social no nosso país é uma realidade recente. Só a partir da década de 80 é que se começa a ouvir falar desta formação específica a nível superior, ficando as escolas superiores de educação responsáveis por esta habilitação. Face às mudanças sociais e à necessidade de lhe dar resposta, cresce por todo o país o número de escolas que oferecem a possibilidade de formar educadores sociais. Face a isto, autarquias e instituições de solidariedade social e educativas recebem este profissional que intervém em diversos contextos (sociais, educativos, culturais), com indivíduos de várias faixas etárias e a quem se reclama uma participação activa, responsável e interventiva constituindo-se como um contributo essencial para a construção do cidadão democrático e participativo, tão desejado pelas sociedades actuais. Assim sendo, não há uma forma única de entender o educador social. Daí que seja necessário contextualizar a figura deste profissional não como algo estático mas como alguém que actua em qualquer realidade social. Deste modo, pretendem-se avaliar as construções teóricas do conceito de educador social na perspectiva dos formandos do curso de formação inicial, bem como o seu papel em instituições de intervenção diferenciadas. Ao nível do estudo empírico procedemos à análise de conteúdo dos discursos produzidos pelos formandos. Os resultados, a análise e interpretação dos dados, bem como as suas implicações científico-pedagógicas serão apresentados posteriormente no poster.

Título Os modos de significar a profissão docente e aquilo que a identifica conforme docentes ativos

ID 432

Autores Maria Anita Viviani Martins

Resumo: Reconhece-se que a identidade do agente professor sofreu mudanças pelos determinantes da espacialidade e temporalidade própria no desenvolvimento da profissão. As exigências da atualização da atividade docente e a sua conseqüente revalorização são compreendidas, pelos professores, como desvalorização. Essa perda do valor profissional está vinculada à ruptura com a identidade originária na atribuição desse papel, isto é, àquilo que foi historicamente determinado como os modos de ser da profissão. Nesse âmbito de conflito, na consciência docente oposições se confrontam: a designada como identidade especializada, e a identidade específica do professor. Esta historicamente construída, marcada pela tradição que materializou o conjunto de características pelos quais um professor é reconhecido, cujo traço de distinção é o entre si de entidades humanas de igual gênese. Aquela abrange a exploração de condições favoráveis com o fim de alcançar objetivos específicos na produção do ato docente. Esse conflito tem suportes axiológicos e teleológicos e se mostra quando a tradição é cotejada com a intervenção educativa produzida a partir das demandas de educação de massa, qualidade de ensino, formação do professor. Compreende-se que emerge o conflito paradigmático no ato do processo de tomada de decisão para a construção da intervenção. Apreende-se a necessidade de recolocar a identidade do professor na sua temporalidade e espacialidade próprias; da emergência da atualização da sua formação inicial; reconhece-se a condição de engajamento profissional.

Título O processo de formação identitária dos professores por meios pedagógicos/ comunicacionais na docência online

ID 1149

Autores Maria da Conceição Alves Ferreira, Maria das Graças Pinto Coelho

Resumo: O trabalho apresenta estudo sobre a docência online, o processo de formação identitária dos professores por meio de princípios pedagógicos/comunicacionais na contemporaneidade. Enfoca a docência e como ela pode contribuir/modificar outras formas de docência, a saber: o ensino presencial e semipresencial. Analisa, também, o chat, o fórum como interfaces pedagógicas importantes para esse tipo de atuação docente. Os referenciais teóricos dialogam com aparatos conceituais que tematizam a educação online, interatividade, docência, identidade e etnopesquisa-formação. Conclui-se que a docência online, além de ser um conjunto de ações de ensino/aprendizagem realizadas pelos envolvidos na prática educativa, é uma pedagogia fundamentada em princípios educacionais diferenciados que abrigam um conjunto de ações ensino-aprendizagens por meios telemáticos, como a internet, a videoconferência e a teleconferência, o que permite a participação-intervenção, a bidirecionalidade-hibridação e a permutabilidade, sendo esses pressupostos da pedagogia comunicacional-interativa, sobre os quais enfocamos a nossa base teórico-conceitual.

Mesa: Políticas educativas, sistemas educativos e gestão escolar - 5 de Fevereiro - 14h30 - 316

Moderador: Joaquim Machado

Título Sociedade, Educação Básica Pública e Comunicação: responsabilidade, lutas sociais e direitos no Brasil (1988-2007)

ID 228

Autores Diones Dias Soares

Resumo: Este trabalho debate o contexto sócio-político-educacional brasileiro entre os anos de 1988 e 2007 abordando as principais leis e planos educacionais, os sistemas de financiamento e a atuação da sociedade civil no período. A data inicial refere-se à promulgação da atual Constituição Brasileira. O período de investigação desta pesquisa é caracterizado pelo aumento na oferta de vagas na escola pública, mas também pela queda no nível de formação dos professores e a precariedade de sua remuneração e de condição efetiva de trabalho. Destacam-se neste Projeto a relevância da atuação de organizações da sociedade civil, o debate acerca da responsabilidade coletiva na melhoria das condições sociais de educação e aprendizagem. Feito isso, almeja-se que o trabalho contribua para formação de opinião a cerca da qualidade da educação pública básica no Brasil.

Título Multiclasses na escola rural: pontos e contrapontos de uma política educativa no Brasil

ID 455

Autores Jacqueline Cunha da Serra Freire, Ilda Estela Amaral de Oliveira

Resumo: O estudo objetiva analisar a política educativa no Brasil focada na realidade das multiclasses situadas nas escolas rurais. O objeto de pesquisa foi centrado no Programa Escola Ativa, implementado entre 1997 e 2008 com financiamento do Banco Mundial. A metodologia da pesquisa foi referenciada no Diagnóstico Participativo abrangendo 19 Estados, envolvendo 592 educadores e 56 coordenadores, recorrendo-se à análise documental, aplicação de Questionários e dinamização de Grupos Focais. O contexto das multiclasses no Brasil esteve historicamente associado a processos de precarização do ensino, o que compromete a qualidade da educação no meio rural. A baixa qualificação docente, as precárias condições de infra-estrutura e recursos didáticos, a falta de acompanhamento pedagógico, entre outros elementos, tem sido determinantes desse cenário. A pesquisa revelou a importância do Estado assumir a responsabilidade pela complexa realidade dessas multiclasses; que o Programa oportunizou processos de formação continuada e dotação das escolas com materiais didáticos de qualidade, o que efetivamente contribuiu para a minimização da problemática do ensino no meio rural. A matriz epistemológica de base escolanovista do Programa, no entanto, foi analisada como um fator limitante às práticas educativas contextualizadas e autônomas, considerando-se que os Guias do Programa são muito prescritivos. O entendimento governamental que a problemática de tais classes é de ordem metodológica conduziu a adoção de medidas restritas a aspectos pedagógicos, sem enfrentamento de aspectos centrais como o financiamento da educação, políticas e práticas curriculares contextualizadas e autônomas, gestão democrática.

Título São Tomé e Príncipe: Constrangimentos do Sistema Educativo

ID 501

Autores Antonio José Martelo

Resumo: A República Democrática de São Tomé e Príncipe insere-se no conjunto dos denominados PEID – Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, caracterizado por ser um Estado de fraca capacidade, extrema vulnerabilidade, inserido no grupo dos denominados Estados frágeis. Passadas que são mais de três décadas sobre a independência, o país continua a ser dos mais pobres do mundo, revelando grandes deficiências estruturais que se vão reflectindo em enormes carências, sobretudo ao nível dos sectores da educação e saúde. A enorme carência de recursos humanos qualificados (educação/formação) tem sido um sério obstáculo quer ao desenvolvimento económico e social quer no combate aos elevadíssimos índices de pobreza que caracterizam o arquipélago. Apesar das sucessivas propostas governativas irem no sentido da tentativa de melhoria da qualidade da educação e a sua eficácia, estas, não têm correspondido aos anseios da juventude, no sentido de lhes aumentar as qualificações, as competências profissionais e técnicas, de os qualificar para o desempenho profissional. Partindo da análise do sistema educativo do arquipélago, propomos identificar os constrangimentos e obstáculos que vêm impedindo que este possa responder às necessidades da sociedade bem como aos anseios da juventude. Por outro lado, propomos caminhos alternativos e reformas estruturantes no sentido da melhoria da oferta e da qualidade educativa, inadiáveis face aos grandes desafios que se perspectivam para o país.

Título A racionalidade da administração da escola pública portuguesa

ID 1578

Autores Maria João de Carvalho

Resumo: Os últimos anos vieram confirmar a ideia de que a discussão referente à administração da organização escolar não esmoreceu, antes pelo contrário. As últimas alterações introduzidas pelo DL nº75/2008 vem reconfirmar que a proclamação oficial da gestão democrática está longe de ser uma prática efectiva, pese embora o facto de ser protagonista no âmbito do plano teórico onde ganha terreno à administração escolar autocrática. Considerar que a escola se encontra num momento de democratização implicaria uma alteração por parte da administração em relação aos restantes actores educativos, implicaria não mascarar mudanças morfológicas de mudanças orgânicas. O controlo vai ganhando terreno sobre a democracia, a participação, a emancipação e autonomia, pressuposto que a figura do Director corrobora. A ideologia tecnocrática e gerencialista justificam a criação desta figura ficando por demonstrar o motivo pelo qual “uma liderança individual é superior a uma liderança colegial”, como referiu Licínio Lima em audiência parlamentar, sem deixarmos de por em causa a duvidosa associação linear entre “liderança forte” e “boa liderança”. O controlo que o Director vai exercer no contexto da Escola faz de si um gestor dos interesses do Estado. Foi da sociedade actual que importamos para a nossa Escola um modo de racionalidade, conceptualizada de instrumental, que distancia os sujeitos de uma intersubjectividade caracterizada pela comunicação, pela emancipação e pela crítica, tem vindo a dar provas da sua incapacidade para defender quer o objectivo próprio da escola pública, quer as condições pedagógicas que permitem a concretização desse objectivo.

Mesa: Novos Modos de Regulação das Políticas Educativas - 5 de Fevereiro - 14h30 - 318**Moderador: Daniela Silva****Título** A Nova Arquitectura das Políticas Educativas e Curriculares em Portugal: A Reconfiguração do Conhecimento Curricular

ID 1632

Autores Elsa Estrela, António Teodoro

Resumo: No contexto da construção de um “Espaço Europeu de Educação” (Dale, 2008a) em curso, que implica mudanças na natureza dos mecanismos de governação, consideramos neste artigo quer os impactos que os resultados dos grandes projectos da OCDE têm na construção das políticas educativas e curriculares em Portugal, quer a configuração do processo de europeização dessas mesmas políticas. Neste sentido, e assumindo o conceito de políticas educativas e curriculares enquanto produto de múltiplas influências e interdependências, que constitui um processo de

bricolage (Ball, 1994) que reflecte interesses, valores, princípios e regras que, em determinado momento, são dominantes ou não (Pacheco, 2002a), procuramos, por um lado, descrever os efeitos e implicações dos projectos da OCDE, nomeadamente o PISA, bem como das orientações emanadas da União Europeia, nas opções curriculares tomadas nestes últimos 12 anos em Portugal. Por outro lado, tentamos desocultar o significado da selecção de indicadores e definição de benchmarks e o impacto dessa mesma escolha, nomeadamente a partir dos relatórios do PISA, nas opções curriculares assumidas nacionalmente. Teremos como objecto empírico os documentos da OCDE e da União Europeia que sustentam os projectos referidos, para além dos relatórios do PISA, bem como os textos legais relativos às políticas educativas e curriculares em Portugal, que serão analisados à luz da perspectiva crítica.

Título O Estado português, as políticas educativas e a sua dependência de uma Governação multinível

ID 1636

Autores Graça Aníbal

Resumo: Na história recente de Portugal há um marco incontornável quando se fala de mudança e de progresso – a revolução de 25 de Abril de 1974. Efectivamente, derrotada uma ditadura anacrónica e isolacionista de 50 anos (1926 - 1974), o país pôde viver plenamente em liberdade a experiência da participação cívica e política que hoje é também traço da sua identidade. Na continuidade dessa transformação libertadora da Sociedade Portuguesa, 1986 é outra referência fundamental. O protagonismo do Estado tem sido evidente na integração europeia que se configura como uma questão política e institucional, com uma intervenção diminuta e mesmo um aparente alheamento da Sociedade. Na educação a comparabilidade interpretada na construção de indicadores comuns e legitimada como mecanismo de controlo face aos resultados de testes internacionais (Pisa) tem sido factor preponderante na definição das prioridades políticas. Os diversos trabalhos que investigadores de diferentes países têm desenvolvido sobre as políticas educativas revelam a influência que organizações supranacionais vêm tendo sobre as políticas nacionais. Essa influência actua como regulação, potenciando a adopção de medidas nacionais que, mesmo que produto de recontextualização, assumem um carácter de “reforma educativa internacional” hegemónica. Neste artigo procuramos estudar a evolução das políticas educativas em Portugal na educação obrigatória e secundária pública a partir de 1990, ao longo das reconfigurações assumidas por uma governação multinível. Pretendemos assim analisar o papel do Estado nacional nas políticas educativas e o grau de intensidade da sua dependência de uma macro-regulação transnacional, nomeadamente europeia.

Título Mudança Educativa em Contexto Global: Alguns Dados do Sub-financiamento Português

ID 1637

Autores Vasco Graça

Resumo: O nível de financiamento que os Estados atribuem à Educação e as formas de utilização das verbas disponíveis constituem elementos cuja importância para a análise da situação educativa é relevante ainda que, amiúde, sejam secundarizados em muita da investigação realizada sobre a Educação. Na fase actual do sistema-mundo os Estados confrontam-se, em geral, com o dilema de por um lado precisarem de responder às crescentes expectativas e exigências feitas à Escola e, por outro lado, prevalecerem as teses da menor intervenção estatal e da diminuição dos impostos cobrados. Nesta intervenção procura-se caracterizar a evolução do financiamento da Educação em Portugal e proceder a uma análise tendo em conta as influências e as condicionantes globais e nacionais existentes. Refere-se o histórico subfinanciamento do ensino português e reflecte-se sobre as críticas de alguns sectores de opinião quanto ao facto de a despesa com a Educação se ter aproximado, no final da década de 90, dos níveis médios da OCDE. Traça-se um quadro das perspectivas internacionais sobre a Educação, apresenta-se a actual situação da União Europeia nesta matéria e abordam-se as perspectivas educacionais da OCDE, nomeadamente para Portugal. Da análise da evolução recente dos orçamentos da educação reflecte-se sobre a diminuição dos investimentos educativos e a deslocação de verbas entre diferentes rubricas designadamente das rubricas para pagamento de pessoal para outras que correspondem aos objectivos e metas traçados na União Europeia.

Título A Regulação Transnacional das Políticas Educativas: O Papel dos Indicadores de Comparação Internacional na Construção de uma Agenda Global de Educação

ID 1640

Autores Madalena Mendes, Carla Galego, António Teodoro

Resumo: Neste artigo, os autores, a partir das propostas de Roger Dale, reflectem sobre o papel regulador das organizações internacionais na construção de uma agenda globalmente estruturada para a educação. Nos contextos da globalização, a OCDE, organização internacional de pendor económico, tem vindo a assumir uma influência crescente na regulação transnacional do campo educativo através, designadamente, do desenvolvimento de grandes projectos estatísticos, como Education at a Glance. A partir da análise empírica dos Relatórios Education at a Glance, produzidos pela OCDE, no período compreendido entre 1993 e 2006, os autores interpelam o papel dos indicadores de comparação internacional na construção de uma agenda global e na emergência de novas formas de regulação.

Mesa: Políticas Públicas Educativas: Dilemas e Paradoxos - 5 de Fevereiro - 14h30 - A3

Moderador: Diones Dias Soares Saborage

Título Novas oportunidades para velhos problemas: o vocacionalismo como ideologia educativa

ID 677

Autores Natália Alves

Resumo: Em Dezembro de 2005, o governo português lança aquele que pode ser considerado como o seu programa mais emblemático no campo da educação/formação: a Iniciativa Novas Oportunidades. Embora se trate de uma iniciativa destinada a qualificar a população jovem e adulta, nesta comunicação, pretendemos apenas discutir as medidas e as acções destinadas à população jovem. A análise desenvolvida incidiu sobre um corpus empírico constituído pelo

documento que serviu de suporte técnico à Iniciativa Novas Oportunidades, pelo documento distribuído aquando da sua apresentação pública, pelo discurso proferido pelo Primeiro-Ministro nessa ocasião, bem como documentos de orientação da política de educação/formação da Comissão e do Conselho Europeus. Os resultados da análise documental permitem-nos demonstrar que se, por um lado, a Iniciativa Novas Oportunidades visa responder aos objectivos traçados pela União Europeia, na Cimeira de Lisboa em 2000, e está ao serviço de um processo de unionização das políticas educativas no espaço europeu (Nóvoa e de Jong-Lambert, 2003); por outro, a opção portuguesa de eleger a fileira profissionalizante como alvo privilegiado da sua acção governativa corresponde ao reforço de uma concepção vocacionalista (Correia, Stoleroff e Stoer, 1993; Bills, 2004; Duru-Bellat, 2006) que vê na educação a “chave para mais crescimento económico, mais emprego e mais coesão social”, mas que descarta a discussão do seu papel no processo de democratização selectiva (Garcia e Poupeau, 2003) do ensino secundário e na produção de formas “doces” de exclusão escolar.

Título Objectivos de desenvolvimento do milénio, educação e desenvolvimento na Guiné Bissau: a formação de educadores em foco

ID 869

Autores Jacqueline Freire, Hilton Pereira da Silva, Salomão Mufarrej Hage

Resumo: A Guiné-Bissau é um dos menores países da África Sub-saariana e integra a CPLP e os PALOP. O país figura como um dos países menos avançados (PMA) e detém um dos mais baixos IDH, situando-se em 173º de 177 países. O difícil contexto macroeconómico tem agudizado as contradições políticas e sociais, determinando um agravamento da condição humana, em que o atraso na consecução dos Objectivos do Milénio é uma das inequívocas expressões. O presente trabalho objetiva analisar a inter-relação entre os Objectivos do Milénio, a Educação e as políticas públicas implementadas naquele país, com ênfase na formação de educadores, cujo enfoque quanti-qualitativo referenciou o processo investigativo. Várias experiências de formação em serviço de professores do Ensino Básico (EB) foram introduzidas nas últimas décadas, com resultados insuficientes. Em 2006, o Ministério da Educação e Ensino Superior, em colaboração com diversos organismos internacionais, iniciou um novo Programa de Formação de Educadores. A perspectiva é que esse Programa se torne uma política educacional permanente do país, numa abordagem sistêmica, que contribua como estratégia para o desenvolvimento do país. A potencialização das competências nacionais no diálogo com as internacionais reforça a qualidade social da educação, contribuindo para o sucesso educacional dos estudantes. O estudo revela que a consecução dos ODM até 2015 exigem uma ampla reforma das políticas macroeconómicas, sociais e políticas; a elaboração e implementação de políticas educacionais referenciadas na sustentabilidade numa perspectiva multidimensional: Sustentabilidade Política e Institucional, Sustentabilidade Acadêmica e Pedagógica, Sustentabilidade Administrativa e Financeira.

Título Abordagem de uma instituição escolar a partir de um estudo de caso de longa duração: reflexões metodológicas no campo da sociologia das organizações educativas

ID 935

Autores Leonor Lima Torres

Resumo: O estudo das instituições educativas a partir de uma perspectiva diacrónica, que privilegie a análise das estruturas e das práticas escolares na long durée, constitui uma linha de investigação relativamente ausente no campo educativo. Apesar da relevância deste tipo de pesquisas orientadas para o conhecimento de realidades escolares concretas, as opções empíricas dos diversos projectos de investigação têm dado prioridade a estratégias metodológicas de tipo sincrónico, centradas no estudo de parcelas da realidade escolar. Tomando como referência uma metodologia predominantemente qualitativa e a configuração do método de estudo de caso, desenvolvemos na mesma instituição educativa três investigações empíricas que integraram, respectivamente, a dissertação de mestrado, a tese de doutoramento e uma monografia da instituição. Estes três momentos de investigação permitiram realizar uma abordagem evolutiva dos cem anos de vida de um antigo Liceu, pondo em destaque os momentos e os factores mais significativos na construção da cultura organizacional escolar. Nesta comunicação pretendemos relançar uma leitura crítica sobre a nossa experiência investigativa, nas suas vertentes metodológica e epistemológica, fundamentando a nossa reflexão em três dimensões de análise: i) processo de construção do objecto de estudo; ii) articulação entre o modelo teórico e a metodologia adoptada; iii) especificidades e equívocos do estudo de caso na abordagem de uma instituição escolar. No debate sobre a relevância desta metodologia de investigação recorreremos a alguns dados empíricos considerados centrais para a apreensão dos processos de construção e reconstrução da cultura de uma instituição escolar.

Título Educação deformada: aventuras da reforma do ensino médio no nordeste brasileiro

ID 1119

Autores Jean Mac Cole Tavares Santos

Resumo: Este trabalho discute o Ensino Médio no interior cearense, sob os impactos da Reforma Educativa implantada pelo Ministério da Educação do Brasil, a partir de meados dos anos 90. Analisamos, em tese de doutoramento, como o conjunto da Reforma chegou às escolas. A pesquisa foi realizada através de entrevistas semi-estruturadas com professores e diretores atuantes nas escolas públicas da região e de análise documental que embasa a reforma. Ela também foi complementada com a observação de campo e com a aplicação de questionários aos discentes. Nossa tese comprovou que a Reforma do Ensino Médio foi implementada parcialmente, deslocada do contexto do interior cearense e com financiamento insuficiente, aprofundando a agonia da escola pública de Ensino Médio e acrescendo seus históricos problemas, como a baixa qualidade na aprendizagem, o descrédito nas intervenções estatais, a política do improvisado e a desvalorização dos profissionais do magistério. Portanto, percebemos que apesar de a escola pública de Ensino Médio do interior cearense não se reconhecer no discurso oficial que justifica a Reforma, ela serviu para alavancar um série de ‘aventuras’ localizadas como a implementação da semestralidade, contribuindo para a pulverização dos conteúdos, a aprovação do aluno de forma compulsória, tirando o foco escolar da aprendizagem, e a municipalização do ensino fundamental de forma desorganizada e a mercê dos interesses políticos regionais, desrespeitando alunos, professores e comunidade escolar.

Título Sociedade, educação básica pública e comunicação: responsabilidade, lutas sociais e direitos no Brasil (1988-2007)
ID 1617

Autores Diones Dias Soares Saborage

Resumo: O presente trabalho apresenta o contexto sócio-político-educacional brasileiro entre os anos de 1988 e 2007 abordando as principais leis e planos educacionais, os sistemas de financiamento em vigor e a atuação da sociedade civil. A data inicial refere-se à promulgação da atual Constituição Brasileira. O período de investigação desta pesquisa é caracterizado pelo aumento na oferta de vagas na escola pública, mas também pela queda no nível de formação dos professores e pela precariedade de sua remuneração e de condições de trabalho. Destacam-se neste projeto a relevância da atuação de organizações da sociedade civil e o debate acerca da responsabilidade coletiva na melhoria das condições sociais da educação e da aprendizagem. Feito isso, almeja-se que o estudo contribua para formação de opinião sobre a qualidade da educação pública básica no Brasil.

Mesa: Educação de adultos - 5 de Fevereiro - 16h15 - 302

Moderador: José Josué da Silva Filho

Título Educação de adultos e diversidade cultural

ID 69

Autores Dulce Sá Silva

Resumo: A presente comunicação aborda questões relativas ao estudo da educação de adultos e à diversidade cultural. A Educação de Adultos é necessária para colmatar um déficit de cidadania: falta a muitos portugueses e a muitos estrangeiros residentes, o domínio dos instrumentos de aquisição da informação escrita e, muitas vezes, até oral. A educação, permitindo o acesso de todos ao conhecimento, tem um papel bem concreto a desempenhar no cumprimento desta tarefa universal: ajudar a compreender o mundo e o outro, a fim de que cada um se compreenda melhor a si mesmo. Uma das principais preocupações da escola está centrada na adequação a situações concretas e ao perfil dos públicos-alvo, na flexibilidade de comportamentos didáticos e, conseqüentemente, no abandono da rigidez dos currículos escolares, admitidos como de aplicação geral ao conjunto de grupos previamente determinados. As diferenças não são obstáculos para o cumprimento da acção educativa: podem e devem, portanto, ser factor de enriquecimento pessoal e social. A educação ao longo de toda a vida é uma construção contínua da pessoa humana, do seu saber e das suas aptidões, mas também da sua capacidade de discernir e agir. Enquanto professores, devemos procurar meios, informações e avaliar todo este processo de escolarização, tomando em consideração todo o tipo de diversidade encontrada nos alunos adultos. Terá de ser possível desenvolver uma atitude de diálogo de conhecimentos ou, melhor, de diálogo entre culturas (interculturalidade). Terá de se estabelecer uma negociação entre os saberes que as pessoas já possuem e as informações que recebem.

Título Educação: Uma Oportunidade para Todos - Da Educação Escolar à Educação Ao Longo da Vida

ID 97

Autores Maria da Conceição Pinto Antunes

Resumo: Com este breve ensaio procuraremos evidenciar o facto de apesar dos marcos importantes que podiam ter impulsionado importantes inovações educacionais, o modelo educativo escolar continuar a moldar e orientar grande parte das práticas educativas. Procuraremos também salientar que só o exercício efectivo de uma concepção de educação ao longo da vida favorece a igualdade de oportunidades a um processo de autocrescimento e auto-realização de todos os cidadãos, processo incontornável à possibilidade de se esbaterem diferenças, desigualdades e assimetrias. Assim, num primeiro momento referiremos a Educação Nova e a Educação Permanente como dois marcos que devem ser entendidos como dois fortes movimentos de contestação ao modelo escolar, não obstante o facto de não terem conseguido impulsionar o processo de passagem de um modelo de educação escolar a uma concepção de educação ao longo da vida. Num segundo momento temos a intenção de salientar o facto de o modelo escolar se originar e sustentar na tradição filosófica e cultural que tendo o seu início longínquo em Platão, se desenvolveu na modernidade. Entendemos que o facto de, ainda hoje, a cultura ocidental continuar muito marcada e influenciada pelas prioridades ditadas pelo projecto das luzes justifica e explica, em certa medida, a permanência marcante do modelo escolar. Por último, tentaremos evidenciar o facto de as noções de “razão”, “cientificidade”, “método” “verdade como correspondência”, etc. que sustentam o modelo escolar terem absolutamente esgotado as suas possibilidades, uma vez que hoje todos concordamos que a “razão” é algo muito mais abrangente do que raciocínios e inferências lógicas, objectividade e comensurabilidade. Esta noção mais abrangente de racionalidade possibilita uma nova visão da cultura e uma nova concepção de educação entendida como um processo permanente de desenvolvimento integral de todas as capacidades do ser humano. Entendemos, ainda, que só numa perspectiva de educação ao longo da vida, a educação poderá ser entendida como uma efectiva oportunidade de emancipação e auto-realização para todos.

Título Alfabetização de jovens e adultos - das políticas públicas à prática docente

ID 164

Autores Helena Albuquerque

Resumo: Desde a publicação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, a qual considera o acesso ao ensino fundamental como direito subjetivo de todo cidadão, tem havido grande esforço para inclusão de jovens e adultos na cultura letrada. Esta comunicação apresenta os resultados de uma pesquisa, que examinou a política pública para alfabetização de jovens e adultos e a prática docente para efetivá-la. Integrada ao Grupo de Pesquisa em Gestão e Políticas Públicas da Faculdade de Educação de uma Universidade com perfil historicamente consolidado como produtora de conhecimento teve como apoio teórico Freire, Pinto e Beisiegel, entre outros. Em abordagem qualitativa de um estudo de caso com características etnográficas, tendo como campo um município da região sudeste brasileira, desenvolveu-se, sob minha orientação, em duas etapas: 1 revisão da literatura e legislação relacionadas ao tema e estabelecimento de

categorias para análise da prática docente e 2 observação e descrição da formação teórico-prática do professor alfabetizador e de sua ação em sala de aula. A análise aponta que não há correlação entre a política pública para alfabetização e a prática docente, apesar de sua intencionalidade para a melhoria do processo de alfabetização de jovens e adultos. Alguns professores desejam a mudança, porém, esta só ocorrerá se houver continuidade do esforço, enquanto a prática docente de outros contradiz a política educacional do município.

Título O regresso à escola e o (re)posicionamento social: dois estudos de caso

ID 169

Autores Carlos Badalo, Margarida César

Resumo: A sociedade portuguesa acompanha mudanças visíveis noutros países, apostando na formação ao longo da vida e na qualificação escolar e profissional. Numa sociedade dita do conhecimento, o não acesso a uma qualificação pode fomentar diversas formas de exclusão. A educação de adultos, em Portugal, poderá desempenhar um papel relevante na (re)construção da sociedade e na (re)valorização dos indivíduos que frequentam o sistema de ensino recorrente por módulos capitalizáveis. A escola deixou de ser apenas um espaço da aprendizagem para passar a ser um espaço de partilha, de reflexão crítica e de socialização. Este trabalho faz parte de uma investigação mais abrangente, no âmbito do projecto Interação e Conhecimento, em que procurámos dar voz aos estudantes sobre o sistema de ensino recorrente que frequentavam. Procurámos, também, conhecer as dificuldades e motivações na origem do seu regresso à escola e como este contribuiu para o seu reposicionamento social. Assumindo uma abordagem interpretativa, de inspiração etnográfica, realizámos dois estudos de caso, a dois alunos do ensino recorrente nocturno. Os instrumentos de recolha de dados foram tarefas de inspiração projectiva, entrevista, questionários, conversas informais. O estudo incluiu um follow up. Os resultados iluminam que ambos justificam o regresso à escola pelo desejo de seguirem estudos superiores e serem socialmente reconhecidos e valorizados pelos pares. Este regresso, na idade adulta, é assumido como um passo relevante para a (re)construção pessoal e social. Também salientam a relevância das práticas e relações interpessoais para o prosseguimento de estudos que exigem muito empenho e que ultrapassem diversas barreiras.

Título Projetos de vida e regresso à escola na idade maior: quatro estudos de caso

ID 171

Autores Carlos Badalo, Luís Vilela, Margarida César

Resumo: Os ecos da (re)evolução social que se vive internacionalmente chegam a Portugal, sendo urgente que a sociedade portuguesa repense metas e defina prioridades. A formação ao longo da vida é um caminho que poderá levar a sociedade portuguesa a enfrentar a mudança, investindo na qualificação pessoal, escolar e profissional dos adultos. Os indicadores nacionais revelam uma população activa pouco escolarizada, investindo pouco na formação. O regresso à escola poderá ajudar na (re)definição dos projectos de vida, contribuindo para a literacia e exercício da cidadania crítica e participativa. Esta investigação inclui-se no projecto Interação e Conhecimento. Procurámos conhecer as expectativas e motivações que estão na origem do regresso à escola de quatro indivíduos adultos e perceber se este regresso ajuda a (re)definir projectos de vida. Assumindo uma abordagem interpretativa, de inspiração etnográfica, realizámos quatro estudos de caso: dois no SEUC e dois no SEMC. Os instrumentos de recolha de dados foram tarefas de inspiração projectiva, entrevista, questionários e conversas informais. Os resultados revelam indivíduos com motivações e expectativas diversificadas. O seu regresso à escola deve-se à necessidade de evolução pessoal e social, à procura de actualização científica e tecnológica, que facilite uma mudança para um emprego mais favorável ou a frequência de um curso superior. Nem todos os participantes consideram que a escola os ajudou a redefinir o seu projecto de vida, chegando a afirmar que esta deveria ter um papel mais activo e contribuir de forma mais directa e significativa para os seus projectos de vida.

Título Os jovens da Educação de jovens e adultos do "último turno": produzindo outsiders

ID 1253

Autores Eliane Andrade

Resumo: O trabalho discute o universo que compõe a Educação de Jovens e Adultos - EJA, privilegiando o sentido da escolarização vivenciada pelos alunos jovens. Aborda esses alunos como outsiders, no sentido de Norbert Elias, considerando que essa ação educativa é parte de um processo, desigual e excludente, que não existe por forças naturais, mas por mecanismos construídos ao longo do tempo e por meio de práticas sociais que se desenvolvem dentro e fora da escola, tendo em vista ser essa modalidade educativa direcionada basicamente para os segmentos mais pobres da população, que carregam uma trajetória educacional marcada pela desigualdade de oportunidades educativas e sociais. O trabalho resgata o lugar ocupado pela EJA na construção das políticas públicas brasileiras, destacando elementos para repensar a ação do Estado no âmbito da EJA. O estudo está baseado em pesquisa realizada junto a escolas e alunos vinculados aos cursos presenciais de EJA com avaliação no processo - ensino fundamental, de 5ª a 8ª séries, e ensino médio -, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Apresenta características sócio-demográficas e percepções dos jovens alunos sobre as suas vivências escolares e perspectivas futuras. Este percurso analítico revelou a inadequação do atendimento de EJA face à diversidade das demandas dos que o procuram e a relação entre as desvantagens escolares neste nível e a origem social, restringindo as escolhas dos alunos de menor renda ao que é possível e não ao que é necessário.

Mesa: Educação, cidadania, justiça e direitos humanos - 5 de Fevereiro - 16h15 - 305

Moderador: Maria João de Carvalho

Título A Mediação Sócio-Educativa na Construção da Cidade Educadora: O Projecto "Massarelos, Freguesia Educadora"

ID 310

Autores Joana Lúcio

Resumo: Este projecto de investigação, desenvolvido no contexto do Programa Doutoral em Ciências da Educação, na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (Portugal), tem como instituição anfitriã (e parceira) a Junta de Freguesia de Massarelos (Porto). O seu principal objectivo é explorar as potencialidades inerentes a processos de mediação sócio-educativa, num contexto de Desenvolvimento Local, nomeadamente no que concerne o apoio ao desenvolvimento de um Projecto Educativo Local e de um Conselho Educativo Local. Considerando que a Freguesia de Massarelos é demograficamente representativa da cidade do Porto, e a recente publicação da Carta Educativa desta cidade, acreditamos que esta Freguesia pode constituir-se como “tubo de ensaio” de uma “cultura local de educação” e de uma “Cidade Educadora”. Propomo-nos analisar, no contexto de Massarelos, a existência de circunstâncias favoráveis à emergência de uma estrutura semelhante ao Sistema Formativo Integrado (Villar, 2001), que facilite o desenvolvimento de “espaços solidários”: contextos espaço-temporais que favoreçam a mobilização da acção dos povos, das instituições educativas, das associações locais, das instâncias de poder local e das empresas, que se pretendem profundamente envolvidos em todo o processo. Este projecto pretende assumir-se como “estudo de caso”, do qual emergirá um conjunto de instrumentos de um modelo de intervenção possível, com vista à mobilização, articulação e atribuição de sentido(s) à acção das instituições locais em contextos semelhantes ou mais amplos; é igualmente um estudo comparativo (porque mobiliza contributos de projectos de investigação desenvolvidos em contextos semelhantes) e longitudinal.

Título Moralizar ou democratizar a(s) consciência(s)? Práticas e representações no espaço da formação cívica. Análise comparativa de duas escolas da AML

ID 1000

Autores Vera Henriques

Resumo: Nesta comunicação pretendo apresentar os principais resultados da minha tese de Mestrado realizada este ano (2008). Esta investigação consistiu numa análise comparativa entre duas escolas da Área Metropolitana de Lisboa, que acolhem populações estudantis muito diferentes em termos de recursos sociais e económicos e de atitudes face à escola. Esta comparação foi feita a partir da Área Curricular Não Disciplinar de Formação Cívica, porque é uma área que, no nosso entender, tem propósitos bastante ambiciosos nos actuais currículos escolares. Um dos principais objectivos da Formação Cívica passa por formar alunos esclarecidos para que possam ser cidadãos críticos e conscientes no futuro. Ao nível dos documentos oficiais, os princípios que esta área preconiza enquadram-se numa tentativa de inculcar nos alunos competências para que eles possam participar de forma mais esclarecida na sociedade. A partir da observação de aulas e da realização de entrevistas a alunos e professores de Formação Cívica, a finalidade deste trabalho foi analisar as representações que professores e alunos mobilizam em torno desta área e de que forma estes valores se exteriorizam nos discursos e nas práticas.

Título Desenvolvimento sustentável e cultura de paz: a construção de uma interface

ID 1098

Autores Simone Barros de Oliveira Simone, Patrícia Krieger Grossi, Elisângela Maia Pessoa, Camila Fabis

Resumo: Ao relacionar o Serviço Social com o desenvolvimento sustentável, logo se identifica a pertinência dessa relação ao constatar que o desenvolvimento sustentável presente no contexto ambiental, configura-se como uma das múltiplas expressões da questão social, objeto de trabalho do Serviço Social. Discutir sobre meio ambiente, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, é discutir sobre o papel do ser humano, da natureza, das relações sociais, ou seja, a vida que circula no planeta terra, casa comum da humanidade. Isso pode ocorrer a partir de intervenções que possibilitem uma consciência crítica e ações voltadas para uma cultura de paz que propõe uma ética de solidariedade que pode ser construída através do desenvolvimento sustentável a partir da co-responsabilidade. Meio ambiente equilibrado é resultado do desenvolvimento sustentável, direção possível de um produto final que é a cultura da paz através de um processo de educação. Estas são preocupações que motivaram a realização de uma pesquisa de Mestrado em Serviço Social, que teve como objetivo identificar a contribuição do trabalho dos Assistentes Sociais em rede interdisciplinar na perspectiva do desenvolvimento sustentável para o fortalecimento da cultura da paz.

Título A incidência social na educação e o extraviado do desejo

ID 1143

Autores Cristina Monteiro Barbosa, Lucia Maria de Freitas Perez, Rita de Cássia Frechette Calvão Gonçalves

Resumo: Objetiva-se definir as intrínsecas relações entre a formação de subjetividades como tarefa que inclui às instituições escolares e a viabilização do processo de transformações sociais, com a finalidade de compreensão dos mecanismos que operam na sociedade atual. Em princípio temos a compreensão do social (pelo atravessamento do capitalismo neoliberal) como um lugar onde opera a exclusão do diferente, seja de forma direta, seja por mecanismos subliminares. Não obstante, o espaço escolar é, paradoxalmente lugar de criação e transformação pela aquisição de saber. Assim, focalizamos a escola como o espaço social instituído que poderá operar em mão dupla: na identificação do diferente seguida de exclusão e na avaliação do diferente seguida de acolhimento. No entanto é preciso lembrar que as instituições escolares não podem se afastar do ideal que sustenta sua práxis: a busca de todos os meios possíveis para produzir no aluno o desejo de saber. Nessas condições, uma visada sobre a diferença não seria um modo de combater a exclusão? Para por em ação este ato torna-se necessário buscar soluções para o enfrentamento de uma questão: a escola, desde a modernidade, apresenta um princípio de normatização que exclui aqueles que se desviam dos objetivos institucionais, tanto em termos de um rendimento indesejado quanto em termos de atos que se distanciam daquilo que é vislumbrado como comportamento ideal. Assim, a conduta indesejada, não circunscrita às normas de funcionamento adequadas à instituição escolar, remete, quase sempre, o aluno à exclusão. Neste sentido, qual o lugar ocupado pelo professor no processo educacional?

Título O Processo de Construção de uma Cultura de Paz e de Não Violência em Escolas Públicas de Caxias do Sul RS

ID 1339

Autores Giseli Paim Costa, Marinilson Barbosa da Silva

Resumo: Esse projeto visa compreender como ocorre o processo de construção de uma cultura de paz e de não violência em escolas em Caxias do Sul. Em que medida existem ações e/ou estratégias que podem ser adotadas no interior das escolas visando acabar ou coibir a violência a partir de uma cultura de paz e de não violência? A perspectiva metodológica a ser adotada é a Pesquisa Participante. A Pesquisa Participante é, de acordo com Brandão (1984), um enfoque de investigação social por meio do qual se busca plena participação da comunidade na análise de sua própria realidade, com objetivo de promover a participação social para o benefício dos participantes da investigação. Esse estudo será desenvolvido em duas escolas públicas: uma da Rede Municipal e outra da Rede Estadual da cidade de Caxias do Sul RS. Os sujeitos da pesquisa serão os respectivos membros dessas comunidades escolares como: os professores, alunos, equipe diretiva, pais e funcionários. Como resultados esperados, a partir do viés da Pesquisa Participante, pretendemos conhecer o processo de construção de uma cultura de paz e não-violência nas escolas proponentes, estabelecendo coletivamente estratégias que visam acabar ou coibir a violência no contexto escolar, e também, posteriormente, a partir dos resultados obtidos, promover cursos de extensão e pós-graduação voltados para a formação continuada de professores na perspectiva de uma Cultura de Paz e Não-Violência.

Título Observação Etnográfica do Grupo de Atletismo Misto - Meninos e Meninas entre 7 e 17 Anos na Vila Olímpica de Belford Roxo

ID 1596

Autores Daianne Xavier

Resumo: O presente trabalho intitulado Observação Etnográfica do Grupo de Atletismo Misto - Meninos e Meninas entre 7 e 17 Anos na Vila Olímpica de Belford Roxo, tem como intuito conhecer um pouco mais sobre a prática do atletismo na referida Vila Olímpica, a partir da observação das relações interpessoais estabelecidas na prática do desporto. Partindo deste pressuposto, conhecer a realidade de um grupo de crianças e adolescentes praticantes de Atletismo e quais são as dificuldades, anseios e a influência do atletismo na vida física, social, econômica e cultural deste grupo é que estudo mostra-se importante, podendo contribuir significativamente no processo de formação acadêmica e cidadã dos discentes do Curso de Licenciatura em Educação Física. Retratando um pouco da realidade dos habitantes do Município de Belford Roxo, que encontram muitas barreiras para seu desenvolvimento (desemprego, saneamento básico, precariedade no atendimento dos postos de saúde, falta de espaços para o lazer entre outros), e as famílias vêem o esporte como uma possibilidade de mudança de vida almejando um futuro melhor para seus filhos.

Mesa: Educação, cidadania, justiça e direitos humanos - 5 de Fevereiro - 16h15 - 307

Moderador: Teresa Sarmento

Título Educação Básicas - Um Desafio para as comunidades desfavorecidas de Micaune

ID 90

Autores Paulo Inácio

Resumo: Em Moçambique, o direito dos cidadãos a educação, está consagrado na Constituição da República e o processo tem os seus pilares na educação básica de sete anos de escolaridade obrigatória, segundo o Sistema nacional de Educação introduzido em 1983. Hoje são visíveis instituições, projectos e eventos dedicados a educação infantil, traduzindo esforços do Governo, das ONG's e da sociedade civil em geral, a ratificação da Convenção dos Direitos da criança o Compromisso assumido em Dakar sobre Educação para Todos, e a existência de ONG's e fóruns vocacionados a criança, constituem algumas evidências orientadas nessa direcção. Porém, os problemas da educação básica nas comunidades rurais de Micaune na baixa da Zambézia, assentam sobretudo no fraco acesso e na baixa qualidade do ensino. Algumas causas são extracurriculares e determinantes na crise que afecta as crianças das classes iniciais, já que elas: sofrem uma grande pressão da educação tradicional; tem profunda fragilidade económicas as famílias, dependem de exíguos rendimentos da agricultura ou da pesca de subsistência; são em certos casos afectados pelo HIV/SIDA- umas são órfãs, e outras tem pais doentes, obviamente incapazes de sustenta-las; pertencem a famílias analfabetas, naturalmente sem motivação para assimilação de outro tipo de educação. Reconhecendo que a escola é o património da comunidade, local formal de transmissão as novas geração das experiências sócio-culturais e científicas, o Governo introduziu os Conselhos de Escolas, como estratégia de participação activa e democrática da sociedade na gestão escolar. A medida tomada, não chega a resolver o problema de fundo; os novos ingressos continuam longe das metas estabelecidas, as desistências frequentes e poucos os graduados.

Título Concepções de justiça na escola: um estudo comparativo Portugal-Brasil

ID 205

Autores Alice Botler, Andreza Cordeiro

Resumo: A pesquisa ora relatada teve como objetivo geral analisar as concepções de cidadania e democracia a partir da experiência escolar, com recorte específico na observação das referências práticas à justiça na gestão escolar. Para tanto, desenvolveu análise qualitativa comparativa a partir de estudo etnográfico em uma escola brasileira (Recife) e uma portuguesa (Braga), considerando a variedade dos padrões histórico-político-culturais relacionados às experiências de organização escolar, identificando diferenças e semelhanças. Dentre os resultados obtidos, destacamos o papel das normas escolares e seu cumprimento como referência central para a análise da justiça na organização escolar. Constatamos que a noção de justiça na Escola Brasileira é associada ao sentimento de alteridade e responsabilidade social, enquanto na Escola Portuguesa, aproxima-se mais da compreensão de cumprimento cívico com caráter de fidelidade normativa.

Título Escola Promotora da Cultura de Paz: o que pensam os educandos?

ID 292

Autores Verônica Salgueiro do Nascimento, Kelma Matos

Resumo: A motivação inicial desse trabalho origina-se da visibilidade social que o estudo sobre a Culturada Paz vem assumindo mundialmente. A tarefa de investigação se deteve no acompanhamento de processos educativos direcionados para o desenvolvimento da Cultura de Paz, iniciados por uma escola da rede privada de ensino fundamental, do município de Fortaleza. O objetivo central da investigação foi o de conhecer quais as impressões e sugestões dos educandos a respeito da promoção da Cultura de Paz no ambiente escolar. Os educandos tinham em média 12 anos. Utilizou-se da orientação dos estudos etnográficos com observações participantes e a realização de uma oficina. Nessa oportunidade foram explorados alguns recursos didáticos como textos, figuras, desenhos dentre outros, com a intenção de promover reflexões e sugestões sobre o tema em foco. Um dos pontos principais trazidos pelos sujeitos da pesquisa diz respeito à de que a paz deve ser construída através do diálogo e da escuta atenta de toda a escola sobre o que os educandos pensam. Outro ponto observado refere-se a um bom nível de implicação por parte dos educandos, ou seja, eles demonstraram compreender que podem e devem fazer parte da construção da Cultura de Paz. Conclui-se que promover a Cultura de Paz expressa um imenso desafio para todos nós, e, em especial, para os educadores, sendo que estes não podem deixar de incluir os educandos nesse processo.

Título Educação e Cidadania: uma reflexão sobre o Ensino Superior no Brasil

ID 1031

Autores Rosane Aparecida de Sousa Martins

Resumo: A discussão sobre a educação e cidadania advém do propósito de contribuir para o debate sobre as perspectivas do ensino superior, estabelecendo uma relação efetiva e dinâmica entre a educação como política social e a formação iniciada por meio do ensino da graduação. Percebe-se que as discussões e mudanças curriculares propostas para a década de 1990 apresentam o pensamento hegemônico da categoria de assistentes sociais em bases materialistas-históricas, na perspectiva de captar a especificidade da totalidade histórica da sociedade. Busca-se compreender o homem a partir de suas relações sociais e produtor de sua condição sócio-histórica e cultural, conforme o compromisso com a classe trabalhadora e com uma sociedade justa, igualitária na qual todos os cidadãos possam alcançar o acesso aos direitos sociais, inclusive de acesso ao ensino superior e à cidadania.

Título Educação cidadã: o reconhecimento de identidades coletivas através da educação

ID 1108

Autores Ana Lúcia Bentes Dias, Cláudia do Socorro Gomes da Silva, Carmen Lúcia Furtado dos Santos

Resumo: Este trabalho apresenta os resultados desenvolvidos no projeto “Educação cidadã: construindo uma reforma agrária sustentável”, que foi implementado pelo Campus Universitário de Castanhal, da Universidade Federal do Pará (UFPA). O lócus da intervenção foi o município de Viseu, no nordeste do Pará, junto aos assentamentos (Ámago de Pau, Igarapé do Ubi, Cristal, 14 Voltas e Cupim de Ferro) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, com objetivo de estimular a organização e permanência de ações educativas no e do campo, na tentativa de contribuir para o desenvolvimento sustentável. Pautado no paradigma da educação popular de Paulo Freire (1921 – 1997), a abordagem do currículo se deu em torno da história de vida e identidades dos assentados; cultura e valores coletivos; trabalho e relações sociais; cooperação e alfabetização de jovens e adultos e suas singularidades na reforma agrária. A história de vida e as experiências dos assentados integraram de forma significativa os conteúdos pedagógicos com um olhar voltado às necessidades da comunidade, estimulando assim, a participação dos discentes em diálogo aberto com os docentes e a comunidade local. A história de vida nos permitiu dar voz a quem, durante muito tempo, não tinha ou tinha poucos canais de comunicação para expressar a sua própria experiência humana. Neste sentido, o projeto representou a possibilidade de alfabetização e/ou escolarização, contemplando as dimensões prática-teórica-prática na construção de um currículo integrado, envolvendo educação básica, profissional e sócio-política articulada à afirmação de identidades e à auto-sustentabilidade responsável e solidária.

Título Promovendo a cultura de paz nas escolas a partir do conceito de cidadania: uma proposta de intervenção

ID 1336

Autores Jorge Luis Cruz de Vasconcelos, Giseli Paim Costa

Resumo: Este trabalho apresenta uma pesquisa realizada em seis escolas da Educação Básica na cidade de Canoas-RS. A pesquisa trata da construção de uma cultura de paz nas escolas a partir do conceito de cidadania. A coleta dos dados compreende o ano de 2006. A pesquisa encontra-se na fase da análise dos dados. Os sujeitos da pesquisa foram a totalidade de professores das escolas pesquisadas, bem como 20% dos alunos dessas escolas. A coleta de dados contou com entrevistas semi-estruturadas sobre a percepção dos professores e alunos sobre o conceito de cidadania, qual o papel da escola na construção da cidadania, bem como sobre a relação entre cidadania e cultura de paz nas escolas. Com base nos discursos de nossos entrevistados e nos referenciais teóricos de Sandoval (2001) e Melucci (2004), analisamos as percepções dos professores e alunos sobre a violência e sobre o papel da escola hoje diante dessa problemática, inferindo que o exercício da cidadania é um conceito fundamental para viabilizar a construção de uma cultura de paz na sociedade. Constatamos que a escola e seus profissionais formam um universo capaz de propiciar o desenvolvimento do aluno, bem como criar condições para que ocorram aprendizagens significativas e interações. Percebemos que a escola mantém um distanciamento entre o ideal e o real, no que concerne à construção da autonomia do indivíduo, de modo que ele possa perceber-se como cidadão ativo e vivenciar a cidadania, estabelecendo relações interpessoais saudáveis resultando, em última instância, em uma cultura de paz no contexto escolar.

Título La construcción de la ciudadanía participativa por medio de la educación

ID 1594

Autores Emilio Lucio-Villegas

Resumo: Presentar la experiencia realizada durante dos años en la ciudad de Sevilla en relacion a la aplicacion de los Presupuestos Participativos y las tareas educativas ligadas a los mismos en el campo de la educacion de personas adultas.

Título Marcas da oralidade na escrita: Semelhanças ou Diferenças?

ID 72

Autores Alessandra Freitas

Resumo: A pesquisa aborda algumas diferenças e semelhanças entre a fala e a escrita, de modo a evidenciar que ambas as modalidades são regidas por estratégias comunicativas distintas. Pudemos perceber que é possível identificar um texto oral e/ou escrito a partir dos recursos disponibilizados pelo processo comunicativo, os quais se revelam como marcas peculiares de cada modalidade. Este trabalho faz evidências de que, embora haja semelhanças entre o oral e o escrito, as diferenças entre as duas modalidades as tornam faces da mesma moeda, no caso, da mesma língua.

Título Preparação básica para o trabalho: o olhar dos docentes do ensino médio no meio rural da Amazônia

ID 371

Autores Carlos Renilton Freitas Cruz

Resumo: O estudo analisa como os docentes compreendem e materializam a preparação básica para o trabalho exigida pela Lei 9.394/96 para o nível médio, bem como qual relação desenvolvem entre o que ensinam na escola e a realidade camponesa na qual vive a maioria de seus alunos. Utilizou-se como locus da investigação duas escolas que ofertam o ensino médio no meio rural de dois municípios do Pará, estado localizado na Amazônia brasileira. A entrevista semi-estruturada foi utilizada como instrumento de coleta de dados, sendo que cinco docentes de cada escola foram entrevistados. Compreendido como categoria ontológica, o trabalho, apesar do questionamento que esta categoria vem sofrendo ultimamente, realiza o papel central na trama histórica em que o homem vai continuamente construindo-se e compreendendo-se em interação com a natureza. Esse longo caminho que, pelo trabalho, leva o homem ao domínio dos seus instintos e ao estabelecimento de finalidades para seus atos, nada mais é que um processo educativo em sentido amplo. A educação favorece a construção humana na sua totalidade, na sua omnilateralidade. Assim compreendida, ela traz o trabalho como o princípio fundamental, e se configura em um direito inalienável de todos. O momento pelo qual passa a humanidade demanda a superação de práticas educativas descontextualizadas, e a implementação de pedagogias comprometidas com a formação de seres humanos tecnicamente capazes, socialmente engajados e politicamente conscientes. Assim, acredita-se que o estudo contribui no enfrentamento dessa questão, favorecendo uma compreensão dos desafios vinculados ao entrelaçamento do saber escolar com as práticas sociais camponesas.

Título "Itinerários formativos: limites e possibilidades no ensino secundário"

ID 458

Autores Ana Bela Andrade

Resumo: Embora ainda não obrigatório para os jovens portugueses, o ensino secundário tem vindo a ganhar peso nos discursos sobre educação e a assumir um papel relevante no binómio sistema escolar/formação profissional. Com efeito, o processo de expansão e massificação do sistema de ensino português, aliado à necessidade de uma maior formação para entrada na vida activa, levam a que cada vez mais jovens decidam prolongar os seus estudos não superiores. Daí que seja da maior importância o conhecimento das principais linhas de força orientadoras das políticas respeitantes a este ciclo terminal de ensino, através da análise das vias oferecidas, da arquitectura curricular proposta e do conjunto das regras orientadoras que vão balizar o leque de opções dos estudantes. Sabendo que o quadro legislativo é peça fundamental na estruturação deste sistema social, decidiu-se proceder a uma recolha e estudo de todo o corpus legislativo sobre a (re)estruturação do ensino secundário desde o 25 de Abril, emanado da Assembleia da República ou do Governo (Leis, Decretos-Lei, Portarias, Despachos, etc.). A metodologia a utilizar será qualitativa com recurso à técnica da análise de conteúdo, quer ao preâmbulo quer ao articulado do documento. Com base nos diplomas sobre modalidades de ensino, tipos de cursos e áreas disciplinares oferecidos bem como as condições de acesso, transição e conclusão do ensino secundário, pretende-se identificar as principais evoluções nas propostas de escolarização secundária dos jovens portugueses bem como algumas das influências na construção dos percursos escolares juvenis.

Título Formação de profissionais em saúde e inclusão social: o desafio de uma proposta de curso de mestrado profissional

ID 477

Autores Maria Rita Aprile, Célia Aparecida Paulino, Patrícia Raphael Unger Bataglia

Resumo: Na atual configuração do ensino superior brasileiro, dados de julho de 2007 divulgados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão vinculado ao Ministério da Educação, indicam que o país conta com 3.855 cursos de pós-graduação stricto sensu, distribuídos em 2319 (60,1%) mestrados acadêmicos; 1312 (34%) doutorados e 224 (5,9%) mestrados profissionais. Reconhecidos pela Portaria 80/1998, os mestrados profissionais visam formar profissionais pós-graduados aptos para acompanhar e incorporar a produção de saberes, gerenciar processos e utilizar inovações tecnológicas necessários à formulação de respostas aos problemas identificados em suas áreas específicas de atuação, avaliando, inclusive, os impactos sociais das intervenções realizadas. Considerando a estimativa da CAPES que, nos próximos cinco anos, os mestrados profissionais representem 25% do total dos cursos stricto sensu, este estudo analisa a proposta do Mestrado Profissional em Reabilitação Vestibular e Inclusão Social, submetido e reconhecido pela CAPES em 2007, e em desenvolvimento por uma universidade privada de grande porte de São Paulo, Brasil. O estudo se insere no rol da pesquisa qualitativa, apoiando-se na análise de documentos e de projetos de pesquisas dos docentes e discentes e em entrevistas com os alunos. Integrado por uma equipe multidisciplinar de professores doutores pesquisadores (médicos, psicólogos, farmacólogos, fonoaudióloga, fisioterapeuta, gerontóloga e pedagoga), a proposta se revela inédita, pois não se restringe à formação de profissionais envolvidos com a reabilitação de pacientes com distúrbios do equilíbrio corporal de origem vestibular, mas incorpora sobretudo práticas destinadas à inclusão profissional e social desses pacientes em uma perspectiva crítica e emancipadora.

Título Organismos Internacionais e a Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no Brasil

ID 721

Autores Sonia Maria Rummert, Jaqueline Ventura

Resumo: Serão abordados o papel e a influência dos organismos internacionais – em particular o Banco Mundial e a UNESCO – na formulação de políticas de educação básica e profissional de jovens e adultos trabalhadores no Brasil, nas décadas de 1990 e 2000. Para tanto, procederemos à análise das propostas apresentadas para a área por essas agências multilaterais – tal como expressas nos documentos por elas divulgados –, de modo a evidenciar a lógica de dominação que as fundamentam, bem como os conceitos que dela derivam e que são largamente difundidos na sociedade com o objetivo de atender às demandas do sistema do capital, no atual quadro da hegemonia internacional. Será evidenciado que tais iniciativas se apresentam como respostas à nova materialidade do capitalismo internacional, ressaltando-se suas influências nos debates e nas formulações relativas à educação da classe trabalhadora. Para tanto, nos deteremos, principalmente, em dois aspectos fundamentais: o primeiro refere-se aos reais significados das teses acerca da "educação ao longo da vida" para os países semi-periféricos, adotadas de forma acrítica por diferentes forças sociais; o segundo, contempla as efetivas intencionalidades políticas presentes nos acordos e declarações internacionais bem como na defesa de seus princípios pelas forças dominantes no país.

Título Educação e Formação de Adultos: do modelo formativo aos impactes nos públicos abrangidos

ID 918

Autores Elsa Pegado, Sandra Palma Saleiro

Resumo: Apesar dos progressos alcançados nos últimos anos em matéria de qualificação escolar e profissional da população adulta portuguesa, Portugal continua a apresentar um padrão qualificacional deficitário se comparado com os seus congéneres europeus. Criados em 2002, os cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) procuram responder a um duplo desafio: por um lado, assegurar o aumento da participação dos adultos em processos de educação e formação contínua, combatendo baixos níveis de qualificação inicial e promovendo a actualização de competências profissionais; e por outro, desenvolver modelos educativos/formativos adequados aos perfis dos públicos visados. A comunicação tem como ponto de partida os resultados da avaliação dos cursos EFA, produzidos no âmbito do Estudo de Actualização da Avaliação Intercalar do Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS) do Quadro Comunitário de Apoio III, financiador de boa parte desses cursos. Recorreu-se a uma estratégia de investigação plurimetodológica, que combinou a utilização de dados quantitativos, resultantes do Sistema de Informação do POEFDS e de inquérito por questionário a ex-formandos, com a realização de estudos de casos intensivos a um conjunto diversificado de acções de formação. Identificando a relevância dos cursos para os públicos com baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional, avança-se para uma reflexão centrada no perfil dos adultos que acederam à formação no período 2000-2004, bem como na sustentabilidade das aprendizagens do ponto de vista da conquista de melhores níveis de escolaridade e de qualificação profissional, das competências adquiridas e da melhoria do seu posicionamento no mercado de trabalho.

Título Comunidades de Aprendizagem: a diversidade a favor da potencialização da aprendizagem.

ID 428

Autores Raquel Moreira

Resumo: O presente texto é fruto de uma pesquisa de Mestrado em Educação, em fase de desenvolvimento, que pretende investigar como a diversidade entre as pessoas presentes na sala de aula - alunos/as; professores/as e outros agentes - pode tornar-se um fator favorável e potencializador do ensino e da aprendizagem no contexto escolar. Tal pesquisa está sendo realizada junto a uma das três escolas que atualmente são Comunidades de Aprendizagem no município de São Carlos/SP/Brasil. Vislumbrando que as unidades escolares, ao se transformarem Comunidades de Aprendizagem, assumem o compromisso de buscar desenvolver uma educação apoiada na racionalidade comunicativa e nos princípios da aprendizagem dialógica, entendendo, pelo menos em tese, a diversidade na escola como vantagem educativa. Apoiados na Metodologia Comunicativa Crítica de pesquisa, que toma o diálogo e a transformação social como seus eixos, tendo como embasamento teórico a ação comunicativa de Habermas e a dialogicidade de Freire, utilizamos os seguintes procedimentos de coleta de dados: a) observação comunicativa, com anotações em diário de campo e filmagem de situações de aula; b) entrevistas em profundidade, com professoras, familiares de estudantes, estudantes e voluntários da escola; c) grupo de discussão comunicativo, com os mesmos agentes. Para a análise dos dados, estruturaremos o quadro recomendado pela própria Metodologia, identificando aspectos excludores e transformadores presentes na realidade estudada. A partir destes recursos, espera-se analisar situações, atividades, encaminhamentos e elementos que favoreçam a criação de respaldos para a instrumentalização didática dos/as professores/as para o trabalho com a diversidade.

Mesa: Formação de professores e educadores - 5 de Fevereiro - 16h15 - 310

Moderador: João Clemente Souza Neto

Título Formação profissional: perspectivas e desafios no século XXI

ID 706

Autores Nanci Soares, Celeste Aparecida Pereira Barbosa

Resumo: Na fase atual da globalização chamada por alguns especialistas como a "era do conhecimento" – a educação é tida como o maior recurso de que se dispõe para enfrentar a nova estruturação do mundo, uma vez que dela depende a continuidade do processo de desenvolvimento econômico e social, ou a "era pós-industrial", que evidencia o declínio do emprego industrial e a multiplicação das ocupações em serviços diferenciados como a comunicação, a saúde, o turismo, o lazer e a informação. Face ao exposto são muitos os desafios para o profissional das ciências sociais, como o assistente social, que busca descobrir ou re-descobrir as possibilidades e alternativas para o exercício de suas habilidades e competências profissionais neste cenário, ou seja, formular propostas que façam frente às questões sociais, sem perder de vista à leitura do mundo, com a convicção de que mudanças são possíveis e os cidadãos com os quais se trabalha são os

atores principais deste processo. Para compreender melhor os caminhos da educação do futuro, estamos realizando no Brasil, no estado de São Paulo, nos principais centros acadêmicos, uma pesquisa intitulada "Formação profissional: perspectivas e desafios no século XXI", com base em pressupostos teóricos e metodológicos de autores significativos para esta temática, com o objetivo de discutir a formação como suporte determinante para o enfrentamento dos novos desafios societários para o trabalhador social.

Título Formação continuada de professores da Rede Municipal de Fortaleza na perspectiva da Lei 10.639/03

ID 87

Autores Maria Auxiliadora Soares Fortes

Resumo: O presente trabalho caracteriza um estudo, ainda em andamento, acerca da formação de professores da rede municipal de Fortaleza (ocorrida no último semestre de 2007) para o cumprimento da Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Vale ressaltar que, os cursos de formação continuada podem fornecer subsídios teóricos e práticos aos professores na concretização das propostas educacionais, desde que seja oferecida a estrutura necessária. Portanto, apenas a capacitação dos professores não é a garantia de tirar a Lei 10.639/03 do papel e torná-la viva na sala de aula. Nesta perspectiva, a pesquisa fundamenta-se em uma análise reflexiva que aborda a prática escolar, historicamente desenvolvida, no que se refere à presença do negro na sociedade brasileira, com base nos seguintes eixos temáticos: diversidade étnico-cultural, formação continuada de professores e currículo.

Título A formação de professores para o Ensino Básico brasileiro no contexto da globalização

ID 127

Autores Maria Elisa de Mattos Pires Ferreira

Resumo: Tendo como foco de análise a situação brasileira, o trabalho aborda a globalização e a formação de educadores para o Ensino Básico. O tema é de alta relevância para nós, brasileiros, porque os indicadores nacionais e internacionais têm mostrado que os nossos estudantes vêm apresentando resultados altamente negativos em seu desempenho escolar. Partindo da premissa de que o fenômeno da globalização é uma produção humana, discute em que medida ele promove a inclusão ou a exclusão, isto é, se ele contribui ou não para que a humanidade se transforme numa comunidade e se possibilite ou não a universalização do que é fundamental para que a pessoa humana se realize tendo suas diferenças individuais e culturais respeitadas. Dá destaque para a crise de identidade por que passa a Universidade e aponta alguns dos fatores desencadeadores da perda de qualidade dos cursos de licenciaturas. Apesar de focar a questão brasileira, mostra que a necessidade de revisão da formação de professores é internacional, ligada às exigências dos organismos mundiais que visam atender ao processo de globalização da economia, procurando aproximar o ensino do setor produtivo.

Título Culturas Juvenis e Escola: desafios à formação docente

ID 909

Autores Sandra Tosta

Resumo: Culturas Juvenis e Escola- desafios à Formação Docente discute sobre a formação de professores na sociedade contemporânea considerando que todo ato de educar implica a relação com o outro e com o mundo; portanto, passa pelo reconhecimento e exercício da alteridade. Reconhece que o foco central da formação continua sendo no docente, no ensino, no como ensinar e nos currículos, pouco atento ao aluno, seu mundo e suas aprendizagens. Resultado de inúmeras pesquisas, o texto trata, especificamente, de jovem e suas múltiplas expressões culturais e como tais expressões se manifestam no cotidiano escolar.

Título Precarização do trabalho, tecnologias, formação de professores - caminhos para a efetivação da cidadania

ID 1053

Autores Márcia Silva

Resumo: O presente artigo discute o papel da tecnologia na sociedade atual, sua relação com a educação e com a formação de professores no Brasil. Parte-se das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, do fordismo até o atual estágio de globalização do capital e os reflexos dessas mudanças na educação. Para isso tomou-se por base autores como Braverman, Castells, Clarke, Boaventura Souza Santos, entre outros. As análises feitas no nível macro-social servem de pano de fundo para a compreensão do papel das tecnologias na atualidade, no Brasil, sua relação com a educação, e daí pensar a formação de professores. O estudo apontou alguns desafios que o professor enfrenta em sua prática com a precarização da sua situação de trabalho. O modo desagregador com que as políticas educacionais introduzem as tecnologias na formação e na prática pedagógica dos professores enquanto categoria profissional. Ao mesmo tempo em que esse mesmo professor é convocado a ensinar o aluno a superar os mesmos problemas de precarização do trabalho e constituir uma cidadania ativa. De que maneira lidar na formação de professores com uma visão crítica das políticas educacionais, trabalho e tecnologia, sem que com isso se forme um sentimento de aversão às tecnologias o que seria igualmente desastroso para a educação e a formação de professores? Nesse sentido, o trabalho aponta ainda, alguns caminhos a respeito da relação entre educação, tecnologia, formação de professores e efetivação da cidadania, tomando-se por base autores como Freire, Dale, Chauí, Andrade e Pretto.

Título Regulação das políticas de formação docente no Brasil e as intencionalidades do Banco Mundial

ID 1147

Autores Diana Ferreira

Resumo: O texto ora apresentado trata da regulação das políticas de formação docente no Brasil, bem como da interferência do Banco Mundial nas mesmas. É fruto de parte de pesquisa bibliográfica que realizei no meu doutoramento em educação na Universidade Federal do Pará, bem como estudos realizados no primeiro semestre letivo do ano de 2008 no Grupo de Estudos sobre Trabalho Docente (GESTRADO/UFPA). Objetiva identificar e analisar processos de regulação das políticas de formação docente e a interferência do Banco Mundial nas mesmas. O estudo bibliográfico, em andamento, evidencia que: as regulações das políticas de formação docente sofrem influências dos organismos internacionais que aqui

destaco o caso do Banco Mundial. Tais regulações têm aligeirado o processo de formação docente, bem como tendem a priorizar a Educação a Distância como estratégia para realização desta; somatiza a prática pedagógica como mais importante que a teoria (como se as duas não fossem intimamente ligadas e igualmente importantes para o processo de formação); supervaloriza a formação em serviço (formação continuada) em detrimento da inicial desconsiderando que estas fazem parte de um mesmo processo educativo de formação docente. Como contraponto a tais regulações vislumbra-se que construir o debate teórico/político contra hegemônico se constitui nossa tarefa enquanto educadores.

Mesa: Formação de professores e educadores - 5 de Fevereiro - 16h15 - 311
Moderador: Alexandre Marcos de Matos Pires Ferreira

Título Multiculturalismo e Etnicidade – A formação de professores indígenas.

ID 119

Autores Ubiratã Antonio Moreira de Araújo

Resumo: O nosso tema trata especificamente da formação de professores indígenas. Inicia com a discussão, que hoje é considerada fundamental, sobre o multiculturalismo e a etnicidade e sobretudo voltada para os povos indígenas brasileiros que apresentam identidades culturais singularizantes. O reconhecimento e a valorização da pluriculturalidade indígena foram iniciados pela Constituição Federal, em 1988, que garante seus direitos diferenciados e a desenvolver processos próprios de ensino/aprendizagem. A partir daí se estabeleceu uma nova forma de pensar as relações com os povos indígenas reconhecendo serem eles coletividades culturalmente diferenciadas. Tornou-se necessário, para atender as essas exigências, a formação de recursos humanos adequados – os professores indígenas. Há outros documentos oficiais que surgiram corroborando estes princípios constitucionais: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, que assegurou os direitos de uma educação específica e diferenciada para as escolas indígenas; Plano Nacional de Educação (2000) que assegura aos professores indígenas tanto a sua formação em nível de Ensino Médio — Magistério, como sua formação em nível superior; Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas – RCNEI – que apresenta considerações gerais sobre a educação escolar indígena, buscando preservar seus etno-conhecimentos. Estes documentos estão intimamente ligados aos documentos oficiais internacionais, tais como: a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, de 2001; a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, de 2005. O nosso tema se completa com a consulta em vários autores que dedicaram aos estudos e pesquisas sobre a formação de professores indígenas e nas minhas experiências como educador na formação de professores indígenas.

Título As discriminações de gênero em livros didáticos brasileiros

ID 136

Autores Neide Cardoso de Moura

Resumo: Esta comunicação tem como propósito socializar os resultados da tese de doutorado que teve como proposta a análise, na perspectiva das discriminações de gênero, de livros didáticos de Língua Portuguesa endereçados a alunos(as) e professores(as), da 4ª série do ensino fundamental, publicados entre 1975 e 2003. Pautou-se na teoria da ideologia (Thompson, 1995), amparou-se no conceito de gênero (Scott, 1995), na teoria sobre as relações de idade (Rosemberg, 1996), e nos estudos contemporâneos sobre o tema. Os conhecimentos ofereceram condições de apreensão das permanências e mudanças dessas discriminações. Para tal incorporou-se a perspectiva metodológica de Thompson, envolvendo três etapas. A primeira a análise sócio-histórica, cujo objetivo foi analisar os contextos específicos e socialmente estruturados onde os livros didáticos foram produzidos, construídos e reproduzidos. A segunda, a análise formal ou discursiva, consistiu na análise interna desses livros, pautando-se na análise de conteúdo. A terceira na interpretação/reinterpretação da ideologia de gênero como processo de síntese dos resultados das fases anteriores. Para análise quantitativa foram utilizados 33 livros didáticos, e selecionadas 251 unidades de leitura, observando-se 1372 de suas personagens. Nas ilustrações analisamos 650 personagens e 120 ilustradas nas capas. A análise permitiu observar, a despeito de toda movimentação no campo da produção desses livros; do incremento da temática “sexo/gênero” na agenda das políticas públicas; das avaliações propostas pelo MEC, representado pelo PNLD, o livro didático permanece como veículo das discriminações de gênero, apesar de apresentar mudanças, mesmo que, ainda insuficientes.

Título O papel do professor na formação da criança e do jovem em situação de vulnerabilidade social.

ID 139

Autores Marisa Irene Castanho

Resumo: O objetivo é apresentar dados de pesquisas interventivas realizadas junto a crianças e jovens de um projeto de educação não-formal na periferia de São Paulo, que trazem elementos significativos para a identificação do sentido atribuído aos processos educativos por eles vivenciados. Trata-se de crianças e jovens oriundos de contexto social marcado por índices de pobreza, desemprego e violência. Para eles, a escola e a educação assumem um valor especial como porta de acesso ao espaço social e ao mundo do trabalho. No entanto, os dados revelam um sofrimento ético-político advindo de uma vivência cotidiana no espaço escolar marcada pelo tratamento como inferiores, problemáticos, desinteressados, incapazes. Por outro lado, embora reconheçam no Projeto um espaço significativo onde foi possível fazer amigos, ser valorizados e aprenderem em um ambiente destacadamente mais receptivo do que o ambiente escolar, as contribuições efetivas sobre o futuro desses jovens mostram-se tênues. Conclama-se, portanto, para a permanente reflexão a respeito de políticas educacionais que efetivamente coloquem o professor como mediador de processos onde os sujeitos possam se sentir atuantes e encontrem canais de expressão de seus conhecimentos, afetos e interesses.

Título Trabalho Docente e Processos de Aprendizagem. Análise de uma Política de Formação Docente no Nordeste do Brasil.

ID 208

Autores Francisco Alencar Mota, Ana Joza de Lima, Sandra Regina Moraes, Mayra Fernandes Lima

Resumo: O presente trabalho aborda uma experiência de política de formação docente levada a cabo no município de Sobral, estado do Ceará, região nordeste do Brasil, cujas políticas públicas educacionais, como um todo, receberam o reconhecimento do Ministério da Educação desse país, como uma experiência exitosa. Parte desse reconhecimento se deu em função da obtenção de resultados de aprendizagem, mensurados em termos de um percentual de alfabetização, foco principal das referidas políticas, para isso tendo-se em conta o trabalho e a formação docente realizada. Os resultados pretendidos se orientam sob a forma de “metas”, mensuradas em termos de habilidades e competências de leitura e escrita a serem dominadas pelos alunos, em uma determinada quantidade de tempo, sendo tal processo mensurado quantitativamente sob determinados critérios previamente estabelecidos e avaliado posteriormente. A pesquisa que embasou esse trabalho, no entanto, após entrevistas com professores envolvidos e análise das políticas educacionais e do trabalho docente, como um todo, concluiu por apontar determinadas contradições no processo educacional em voga, sobretudo quanto aos sentidos das palavras “educação” e “aprendizagem”, as questões de autonomia e reconhecimento do professor, enquanto trabalhador social, trazendo à tona subsídios que contrariam o caráter “exitoso” obtido oficialmente.

Título O desafio da aprendizagem contextualizada e as suas implicações na formação do professor: entre o universal e o particular

ID 514

Autores Fernanda Leal, Márcio Caniello

Resumo: O presente trabalho se propõe a discutir os resultados obtidos a partir de uma experiência de extensão, ensino e pesquisa universitária, realizada no Cariri da Paraíba, situado na região Nordeste do Brasil. Trata-se do Projeto Unicampo, que contribuiu para expandir e aprofundar a discussão em torno da Educação do Campo no território do Cariri paraibano, modalidade de educação contextualizada que ainda não se construiu de maneira consolidada no sistema educacional brasileiro. Um dos resultados desta experiência foi a conquista de um campus da Universidade Federal de Campina Grande, que abrigará em sua estrutura um Centro de Desenvolvimento Sustentável e formará professores para atuar nas escolas do campo, tendo como referencial a aprendizagem contextualizada. Assim, a formação do professor deverá ser pensada no sentido de promover um ensino e uma aprendizagem que se voltem à construção do conhecimento a partir também da realidade dos educandos. Esta perspectiva configura-se como tendo uma clara posição política, pois defende que a realidade local, particular, deve ser considerada no processo de ensino-aprendizagem como uma estratégia de conhecimento e reconhecimento da realidade na qual os sujeitos se encontram e a partir da qual podem pensar modos de intervenção e superação de seus dilemas sociais, econômicos, políticos e mesmo subjetivos. Com esta perspectiva, no entanto, não se nega a importância do conhecimento universal, sendo que a interface entre este e um modo de construção do conhecimento particular apresenta-se como um desafio à formação do professor. Este é um dos aspectos que pretendemos desenvolver neste artigo.

Título Foucault e o cuidado de si: a constituição de subjetividades de professores em formação

ID 1326

Autores Marluce Pereira da Silva, Ivonete Bueno dos Santos

Resumo: O presente trabalho apresenta uma análise preliminar de discursos de professores de línguas estrangeiras participantes de um curso de formação, utilizaremos as noções foucaultianas do cuidado de si e tecnologias do eu (1984,1985), ainda a problematização da ética do sujeito. Na análise dos dados coletados, por meio de entrevistas e narrativas de si, a fim de analisar o processo de subjetivação, examinam-se enunciados dos recortes selecionados, objetivando apreender, mais especificamente, os pontos de identificação e fragmentos da singularidade dos professores, demonstrando como eles cuidam de si e refletem sobre si na construção de suas subjetividades ao ocuparem a posição de professores de língua inglesa. Os resultados apontam que, no exercício da escrita de si, o sujeito inscreve, e, numa prática de confissão, constroem discursivamente suas subjetividades.

Mesa: Profissão docente, profissionalidade e identidades - 5 de Fevereiro - 18h30 - 305

Moderador: Ilda Freire Ribeiro

Título O espaço do professor no cenário global.

ID 156

Autores Dirce Camargo Riani

Resumo: O contexto histórico marcado pelas conquistas das ciências aplicadas e pelas inovações tecnológicas contínuas tem indicado a educação como um dos fatores decisivos para eclosão e suporte das mudanças, desde a economia e a produção de conhecimentos até o controle e o processamento de informação. Contudo, o mundo tem descortinado um universo cheio de contradições, intolerâncias, sobreposição das culturas, agressividades e um acirramento das diferenças (de toda ordem), provocando sérios problemas e desafios para o campo educacional. Nessa perspectiva, a sociedade tem exigido profissionais mais críticos, com profundos conhecimentos sobre a problemática da educação, esta, inserida no movimento da globalização, a fim de se evitar um discurso vazio e estático e uma prática educativa desorientada. Isto solicita a todos: refletir criticamente sobre as crises do professor, sua imagem, valorização, campo de trabalho, qualificação profissional, entre outros; compreender o significado das suas práticas educativas; desvelar o sentimento de pertença ao cenário educacional e as possibilidades da construção de sua identidade. Nesse percurso, destacam-se as questões: Quais valores são atribuídos aos professores pela sociedade contemporânea? Qual a imagem que os professores têm de si mesmos. Qual é o espaço do professor no cenário atual? Qual o perfil do novo professor? Das investigações realizadas verificou-se a necessidade da reavaliação das ações do sujeito educativo e do seu espaço no cenário global. Redesenhar o processo de formação do professor, a partir de uma educação, uma ética e uma cultura para a diversidade, como pontos básicos, conhecimento das inovações tecnológicas e capacitação para atuar, face às exigências dos novos tempos.

Título Dimensão utópica no ensino: representações e memória

ID 406

Autores Antonio Almeida Neto

Resumo: Considerando que a educação escolar tem por pressuposto uma visão projetiva, uma vez que supõe ou adota determinada perspectiva de homem e/ou sociedade no ato educativo, tratamos das representações de professores de ensino fundamental e médio acerca da dimensão utópica, ou seja, a maneira como representam certa concepção prospectiva ao lecionarem suas disciplinas. Tal temática insere-se no atual debate da chamada crise da modernidade e re-significação das relações temporais, a oscilar entre uma postura de pensar o ensino como inexorável instrumento de transformação sócio-política ou vã ilusão, simulacro projetivo. Adotamos como perspectiva metodológica a teoria crítica das representações de Henri Lefebvre, que possibilita uma compreensão da noção de utopia não como simples devaneio ou quimera, mas como manifestação do descontentamento e desejo de transformação, representações reais e existentes que possuem força e apontam o porvir, que se constituem no cotidiano, na relação dialética entre o concebido e o vivido. Coaduna-se a esse intento, a utilização da memória – expressa em relatos orais de dois grupos de professores que lecionaram nos anos 1960/70 e 1980/90, períodos de intensas mudanças na sociedade brasileira (ditadura militar e redemocratização, respectivamente) e no mundo, e concomitantes transformações na educação –, que se manifesta como uma trama de variáveis envolvidas no ato de lembrar, selecionar fatos, valorar, analisar, atribuir significado, re-significar, representar o passado filtrado pelo presente. Representações que se sobrepõem às representações do período rememorado, constituindo-se como sucessivas relações de presença/ausência que resistem ao tempo, representações sobre o que realizaram os professores, sobre o que pensavam realizar, o que realizam, pensam realizar e o que pensam hoje que realizaram no passado.

Título A competência profissional e o Professor de Educação Física

ID 523

Autores Erika Magalhães, Ana Cristina Arantes

Resumo: Este estudo tem por objetivo discutir as competências profissionais para tornar um ensino significativo àqueles sob responsabilidade de um professor em Educação Física. Especulou-se as estratégias que possibilitariam ao docente adquirir conhecimentos e técnicas para ministrar aulas com sucesso. Levantou-se mínimo rol de competências visando a promoção humana por meio da Educação (Física) formal. É um estudo bibliográfico a partir de obras na área da Pedagogia e da Educação Física. A competência profissional envolve a capacidade que o professor tem para articular o conhecimento teórico à sua prática profissional. Parece prudente considerar as experiências pessoais que “carrega”; vivências acadêmicas e as situações que o sensibilizaram desde o primeiro ano da Licenciatura. Estas experiências serão ampliadas com inserção no mercado de trabalho e pela formação continuada. Um licenciado no término da graduação em Educação Física, deve ser cômico da responsabilidade profissional que a docência exigirá. Em se tratando das aulas de Educação Física, o professor, mesmo em início de carreira, deve planejar e disseminar conhecimentos teóricos e práticos, ligados à motricidade humana. Mesmo sendo um especialista em movimento, ao elaborar seu plano do curso de Educação Física na escola, é imprescindível que observe outras dimensões humanas; cognitivas e psicológicas - eixo deste trabalho. Para que as aulas tenham o sucesso esperado, é interessante que se estude além do aspecto motor, a relação interpessoal, a liderança e a comunicação. O que esta pesquisa (não concluída), revelou é que se faz necessário - desde a formação - que o professor tenha predisposição à competência, mormente, das relações interpessoais. Não basta considerar apenas o saber teórico e desenvolver as habilidades “práticas”. É preciso também querer aprender, dispôs-se a “correr riscos”, estabelecer diálogo afetivo ter percepção e crítica pertinente; o “saber que sabe” de forma reflexiva. O bom docente conhece a dimensão e o alcance do seu saber, as suas implicações e o rumo que o mesmo pode tomar. Conhecendo-se, pode estabelecer contato com os demais e, com alguma certeza, ensinar e aprender de maneira dialética.

Título Sexualidade e jovem professora: implicações atuais sobre a prática educativa escolar ou Eu não gosto de trabalhar com adolescentes

ID 861

Autores Maria Amélia de Souza Reis, Antonio Ferreira, Rosana Patané

Resumo: Esta comunicação vem trazer a reflexão três eixos de pesquisa que se entrelaçam: a formação do educador, a sexualidade e o cotidiano escolar em que proliferam jovens-alunos em defasagem idade-série, adultos-adolescentes que em sua adultez as contraditam e as encurralam entre a solidez imaginada de uma formação moral e política definida na sua construção como sujeitos históricos e seus desejos e receios face a uma sexualidade que transborda entre seus alunos, maioria das vezes, mais ativos sexualmente que elas e que provocam fatos inusitados que acolhem seus desejos de evitar trabalhar com adolescentes. Entretanto, de quais adolescentes falamos? Que limites estão a operar entre seus significados e significantes em relação ao sexual? Que processos produzem tais constrangimentos subtraindo desejos de progresso e aceitação pela profissão escolhida? Enfim, trazendo por escopo a metodologia qualitativa e priorizando entrevistas abertas e conversas em fórum como instrumento metodológico por excelência, refletimos a partir de um conjunto teórico em que se movem as teses de Michel Foucault, Giddens, Pierre Bourdieu, Portelli, Benjamin, entre outros, de modo a colher das narrativas enunciadas por jovens futuras professoras os conteúdos que produzem os embates e as implicações que a contemporaneidade das escolas públicas e populares impõem a elas, contraditando-as frente a uma formação docente insuficiente para responder a questões complexas e multiplurais como a sexualidade e as relações de gênero porém indicativas da urgente necessidade de repensarmos a professoralização dessa jovem incluindo a temática em tela nas propostas curriculares de formação.

Título Reformas do Estado e da educação no Brasil impõem novos marcos à formação docente

ID 1148

Autores Aleksandre Saraiva Dantas, Maria das Graças Pinto Coelho

Resumo: O trabalho analisa as reformas do Estado e da educação no Brasil e suas implicações para a formação docente em um contexto caracterizado pela reestruturação produtiva, pela globalização e pela hegemonia do discurso neoliberal. Para tanto, dialoga com autores que relacionam a reforma do Estado e a reforma da educação nas últimas décadas, e investe na legislação que aborda a temática da formação docente. Percebem-se diversos problemas inerentes à formação

docente, com destaque para a falta de articulação entre formação no conteúdo específico e no conteúdo pedagógico; preocupação maior com produção científica, pesquisa e pós-graduação, considerando-se a formação de professores uma atividade secundária; surgimento de uma hierarquia acadêmica; formação nos Institutos Superiores de Educação, o que afasta a formação docente da formação dos demais profissionais da educação e da pesquisa; rebaixamento das exigências das licenciaturas; reconfiguração do trabalho docente; prioridade para a capacitação em serviço e uso inadequado da educação a distância na formação de professores. Destacam-se alguns aspectos positivos, tais como: associação entre teorias e práticas e exigência de todos os docentes da educação básica em nível superior. Apesar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) colocar o professor como eixo central da qualidade da educação e enfatizar a formação e a profissionalização docente, a regulamentação dos seus artigos evidencia a precarização do trabalho e da formação docente e o descompasso entre as novas exigências requeridas, hoje, para o profissional da educação e a formação pretendida pelo MEC.

Título Trabalho, Educação e Prática Docente

ID 1518

Autores Eliana Monteiro Moreira, Maria da Saete Barboza de Farias

Resumo: Diante do mundo globalizado que vem transformando e marcando a realidade social nas duas últimas décadas, tornando o trabalho cada vez mais flexível e precarizado, surgiu o interesse de conhecer as reverberações desse processo no âmbito da formação e da prática docente. O nosso estudo incide sobre os docentes do ensino superior com o objetivo de analisar o cotidiano do trabalho desses profissionais, buscando compreender as estratégias e ações utilizadas para o enfrentamento dos desafios encontrados, bem como apreender de que forma as condições de trabalho vem interferindo na qualidade da prática educativa e da reflexão acadêmica. A metodologia a ser utilizada pauta-se pela abordagem qualitativa priorizando a entrevista com roteiro temático por esta viabilizar o acesso ao universo de significado, motivações, aspirações, valores e atitudes dos sujeitos envolvidos no trabalho docente. A importância desse estudo se situa no possibilitar a utilização do material apreendido durante a pesquisa de campo como contribuição para repensá-lo na formação dos profissionais da educação e no seu reatamento qualificado no processo de aprendizagem. As categorias trabalhadas se referem a participação, autonomia, condições de trabalho, formação e prática.

Título Construção de identidades profissionais

ID 1574

Autores Zenólia Figueiredo

Resumo: Desenvolvemos uma investigação cuja temática está circunscrita entre a disciplina Educação Física em escolas de ensino fundamental, o professor e a profissão. Essa triangulação foi explorada nas idéias/ações analisadas a partir das memórias, dos tempos e dos espaços praticados nos cotidianos de sete escolas municipais investigadas em duas fases da pesquisa. Na primeira, por meio de entrevistas e questionários, buscamos nas memórias dos sujeitos experiências positivas e/ou negativas construídas na e com a Educação Física, bem como as posições desses sujeitos sobre a disciplina praticada/vivida hoje nas escolas investigadas. Na segunda fase, por meio de observações, focamos o ser professor de Educação Física, os espaços e tempos das aulas e a maneira como eles entendem a profissão. Vimos que as posições apresentam diferentes modos de subjetivar a Educação Física e que constituem uma cultura escolar que influi, diretamente, nas aulas que acontecem e que não acontecem nas escolas investigadas. Percebemos algumas ações intrínsecas e extrínsecas à Educação Física propriamente dita; algumas pertencem aos modos de ser professor e as próprias subjetivações da área, outras aos modos que os sujeitos da escola significam a Educação Física no cotidiano. Esses carregam histórias de vida, formações, vitórias/fracassos que essencialmente os diferem e, conseqüentemente, possuem modos particulares de subjetivar. Em que pese essa subjetivação ser de ordem particular, está em diálogo permanente com questões objetivas como condições de trabalho, descaso com a escola pública etc., e nessa relação percebe-se a conformação de situações recorrentes passíveis de uma construção identitária.

Mesa: Políticas educativas, sistemas educativos e gestão escolar - 5 de Fevereiro - 18h30 - 307

Moderador: Jacqueline Cunha da Serra Freire

Título Democracia e Gestão da Organização Escolar: os conselhos escolares e a construção da democracia na escola pública

ID 257

Autores Luciana Rosa Marques

Resumo: O trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa realizada em três escolas de um município pernambucano que teve por objetivo analisar a atuação do Conselho Escolar na construção de práticas democráticas na gestão da escola pública. Para análise dos dados empíricos, utiliza o arcabouço teórico-metodológico da teoria do discurso, proposta por Ernesto Laclau, que considera o discurso como prática social, que tanto pode manter como transformar as relações sociais. A partir de entrevistas com catorze Conselheiros e observações de reuniões dos Conselhos Escolares busca verificar como se dá a participação das pessoas no Conselho, qual sua importância, os limites e possibilidades da autonomia do Conselho Escolar, os temas que são discutidos, a postura do diretor frente às decisões tomadas, além das mudanças que a implantação do Conselho Escolar gerou nas escolas. Com base nestes elementos, analisa como a democracia vem se construindo na escola pública, considerando, ainda, que as práticas discursivas constroem significados à gestão de cada escola, que seriam constitutivas de sua cultura. Verificou, nas escolas estudadas, que a democracia vem se solidificando como uma prática política, baseada em relações horizontais, contribuindo, assim, na formação política dos sujeitos sociais pertencentes ao espaço escolar, que podem colaborar, também, no processo de democratização da sociedade.

Título Aprendizagem dialógica e gestão escolar: a participação dos familiares dos estudantes na escola

ID 398

Autores Maria Cecília Luiz

Resumo: Com base na aprendizagem dialógica e na metodologia comunicativa crítica, esta pesquisa origina-se da parceria entre o NIASE/UFSCar e o CREA/UAB-Barcelona. Está em andamento, e realiza-se em três escolas municipais do Ensino Fundamental que são Comunidades de Aprendizagem (CAs), no Brasil. Pretende-se construir com os sujeitos da pesquisa conhecimentos e ações que contribuam para a transformação das suas realidades, com ênfase na gestão democrática. Hoje, o paradigma de gestão escolar, amplia a antiga visão de administração, que delimitava as suas concepções apenas em controlar ações de pessoas e cobrar resultados. Tal mudança altera a conduta da gestão escolar para uma interatividade social, com a participação de toda comunidade local e escolar. O estudo tem como objetivos: descrever como acontecem as formas de participação (conselho de escola, comissão gestora e comissões mistas); caracterizar os familiares que participam nas escolas com tomadas de decisões; e analisar o que eles entendem por participação. Foi aplicado um mesmo questionário com diversas informações, nas três escolas, e os dados estão sendo lançados em um sistema de informação criado para permitir o cruzamento de variáveis. As categorias de análise serão criadas conforme a percepção de vários olhares e discussões que melhor expressem a realidade em estudo. Seus resultados nos permitirão compreender, através do olhar dos investigadores e dos sujeitos investigados, quais seriam os possíveis obstáculos que dificultam essa participação e alguns pressupostos para sua melhoria (em escolas CAs).

Título Organização e Gestão das Escolas Secundárias de Cabo Verde: Entre o centralismo e a autonomia

ID 464

Autores Arnaldo Brito, Joaquim Machado

Resumo: Para responder à demanda social do século XX, a escola abriu-se ao ensino de massas e massificou-se através de um processo conduzido a partir do topo do sistema escolar. Entretanto, enquanto organização, a escola ganhou maior centralidade nos processos de decisão e ação e a sua reconfiguração foi pensada a partir do desenvolvimento de um projecto educativo próprio que mobiliza ideologemas como democratização, participação e autonomia. Esta reconfiguração traduz uma reconceptualização da escola, não já como serviço de administração periférica do Estado, mas como comunidade educativa. Nesta comunicação, procuramos dar a conhecer o novo regime de organização e gestão das escolas em Cabo Verde, introduzido através do Decreto-Lei n.º 20/2002, de 19 de Agosto, e como este é percebido pelos seus actores locais. No estudo, desenvolvido em 2007/2008 numa escola secundária do arquipélago, segue-se uma metodologia qualitativa e os dados foram recolhidos através da observação, da pesquisa documental e da entrevista. Volvidos seis anos de organização e gestão das escolas segundo o novo regime jurídico, continua forte a presença do centralismo e gestores e professores fazem incidir o debate na participação, cujo desenvolvimento associam à criação de incentivos e à melhoria de condições laborais e salariais, e no processo de escolha do director da escola.

Título A acção das políticas supranacionais e a construção do sucesso escolar em Portugal

ID 574

Autores Joaquim Santos

Resumo: Quando, em 2000, foram lançadas as linhas mestras do que ficou sendo conhecido por “Estratégia de Lisboa” em que se pretende transformar, até 2010, a Europa «na economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social», dava-se um dos mais importantes passos para que as políticas educativas dos vários Estados membros fossem condicionadas por esse pressuposto básico tanto mais que a sua prossecução implica que a Educação e Formação sejam «domínios-chave prioritários» dessa estratégia. Sabendo-se que, por outro lado, os normativos da União Europeia obedecem ao princípio do primado, consegue-se perceber a força que estratégias concebidas a nível supranacional têm na aplicação prática das políticas nacionais de educação. No caso português, a obsessão mostrada pelas políticas educativas do XVII Governo Constitucional, nomeadamente no que diz respeito ao sucesso escolar, revêem-se nos pressupostos acima enunciados sendo que a ‘corrida’ para atingir as metas apontadas para 2010 obriga a que a forma como as medidas de política educativa são implementadas nem sempre tenham como prioritária a qualidade que deveria estar subjacente ao acto de ensinar e de aprender. Baseada em investigação empírica resultante do Mestrado em Sociologia da Educação e Políticas Educativas, a reflexão enunciará ainda de que forma professores e alunos, nas suas práticas diárias, interpretam, nas escolas, as imposições de um Ministério de Educação de tradição largamente centralista.

Título As políticas educacionais para as crianças de 0 a 3 anos no Brasil e em Portugal: inclusão ou exclusão?

ID 584

Autores Ângela Maria Scalabrin Coutinho

Resumo: Tendo como quadro teórico-metodológico de referência a sociologia da infância e a sua concepção de criança enquanto actor social de direitos, o poster ora proposto tem por objectivo apresentar uma análise das políticas educacionais voltadas para as crianças de 0 a 3 anos no Brasil e em Portugal, com a perspectiva de contextualizar o lugar que os bebés ocupam nas agendas de discussão no campo da educação nesses países. Essa análise se insere num estudo de doutoramento mais amplo sobre as relações socioeducativas dos bebés em creche, que está sendo desenvolvido em Portugal dando continuidade a um estudo anterior desenvolvido no Brasil. Os documentos oficiais que deliberam sobre o direito à educação e que orientam as práticas educacionais com as crianças menores de três de anos, estejam eles sediados na educação ou áreas correlacionadas, como a segurança social, serão tomados como base de análise, na perspectiva de apresentar um panorama sobre essas políticas, indicando suas potencialidades e limites. Buscar-se-á confrontar as diferentes realidades socioculturais com os cenários compostos por tais políticas, que se mostram diversos, complexos e paradoxais, tendo em vista que no Brasil embora a educação infantil pública seja um direito de toda criança de 0 a 5 anos desde a Constituição Federal de 1988, a disparidade entre a demanda existente e as vagas disponíveis é bastante acentuada, já em Portugal a inclusão das crianças bem pequenas nas políticas públicas educacionais se coloca como um dos actuais desafios da educação da infância.

Mesa: Políticas Públicas Educativas: Dilemas e Paradoxos - 5 de Fevereiro - 18h30 - 308

Moderador: Paula Cristina Remoaldo

Título Desafios enfrentados pela EJA, diante dos conflitos e contradições no espaço escolar

ID 798

Autores Lilian Caldeira, Gregório Gomes

Resumo: Este trabalho trata da contextualização de jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem, levando em consideração os desafios enfrentados pela EJA e os conflitos e contradições no espaço escolar, tomando como base o percurso e surgimento da EJA, o seu discurso oficial que rege e faz orientar Estados e Municípios, nos quais alunos e escolas estão inseridos. Ressaltando a importância do papel da escola para o sucesso ou fracasso escolar deste aluno que se sente excluído, negado, outrora nas margens da sociedade, mas que enxerga nessa escola e nesse ensino, a possibilidade de uma ascensão pessoal e profissional. Assim para que a escola atue efetivamente e positivamente no desenvolvimento destes sujeitos, ela deverá caminhar e valorizar esse modelo, estruturando-se para que possa valorizar a convivência e a vivência deste aluno, e que se desenvolvam e na idéia de que aprender é um processo múltiplo, necessitando unir conhecimentos e vivências de formação com a construção de habilidades escolares, independente da condição social, física, intelectual, étnica ou econômica. Desta forma a EJA se apresenta como mais um espaço de construção da autonomia, movimento de vida e possibilidade de concretização de um direito. Nessa perspectiva necessitamos que a EJA venha garantir a construção de um conhecimento que socializado faz suas práticas educativas, estímulos à consciência social e democrática destes sujeitos.

Título Paradoxos da “Autonomia” consagrada dos Agrupamentos de Escolas -Um olhar sociológico-organizacional a partir das representações dos docentes de um Agrupamento de Escolas.

ID 922

Autores Daniela Silva

Resumo: Esta comunicação enquadra-se num registo disciplinar da sociologia das organizações educativas no qual procuramos desenvolver algumas dimensões teóricas do modelo político de análise das organizações. A partir dos contributos desta agenda, pretendemos analisar o campo das relações entre as escolas/Agrupamentos de escolas e o Ministério da Educação. O estudo desta relação constitui objecto de estudo numa perspectiva situada no plano mais macro-analítica. No entanto, na nossa comunicação, procuraremos analisá-la a partir das representações dos docentes de um Agrupamento de Escolas do Ensino Básico estudado. Assim, o que procuramos centralizar no estudo apresentado é, sobretudo, a análise de como os actores escolares, isto é, os professores percebem essa relação, e que lógicas presidem às acções dos professores no contexto organizacional escolar, num contexto de autonomia consagrada no Decreto-Lei nº 115-A/98. A partir da investigação empreendida, podemos constatar que o processo de implementação do “regime de autonomia” ainda se encontra mergulhado num centralismo administrativo que bloqueia e inibe as iniciativas docentes.

Título Problemas de Administração Educativa em Portugal e Brasil: o Olhar Académico

ID 1117

Autores Guilherme Rego da Silva

Resumo: O elenco dos problemas de administração educativa, tende a apresentar diferenças consoante quem o define. Faz-se aqui o recenseamento dos problemas de administração da educação em Portugal e no Brasil, segundo a identificação e definição dos académicos e da cultura académica, dos dois países, partindo da análise de conteúdo das comunicações de dois congressos luso-brasileiros de administração educacional. O estudo dos congressos científicos nesta perspectiva, e noutras, deixa muito campo à exploração, tanto pela diversidade e riqueza da informação que produzem, como pelo facto de que, por algum motivo, não costumam ser objecto de estudo sistemático. Neste texto, fazemos uma leitura exploratória, fundamentada na análise de conteúdo, à procura daquilo que os textos das comunicações tendem a definir como problema no âmbito da administração educacional, nos dois países e, eventualmente, também as suas possíveis soluções. Assim, e como resultado do trabalho, para além da apresentação de uma proposta metodológica, também faremos uma apanhado do diagnóstico de problemas e de soluções que os congressistas quiseram identificar e definir. O estudo equaciona uma problematização do saber académico, manifesto nos congressos e respectivas comunicações, numa perspectiva de sociologia da ciência. Os congressos tendem a ser vistos como um espaço para analisar problemas e apresentar soluções. No campo da administração educacional, os problemas em análise podem ser referentes a qualquer uma das componentes: a investigação, o ensino e a prática. Este texto focaliza os problemas identificados nas práticas administrativas no campo da educação.

Título Intencionalidades político-partidárias na construção normativa da gestão democrática do ensino público no RS - Brasil

ID 1328

Autores Maria Elizabete Londero Mousquer

Resumo: O estudo teve como propósito estabelecer uma resignificação no que diz respeito às relações entre a democracia e as práticas educativas, tendo como foco a gestão democrática do ensino público, no Rio Grande do Sul – Brasil. Parte da noção de que a racionalidade moderna preocupou-se com a instrumentalização e o controle das demandas sociais, e os sistemas de ensino curvaram-se aos ditames da racionalidade cognitivo-instrumental, adequando-se a novas formas de organização de poder e aos modelos do sistema econômico. Ao longo do processo histórico mais recente, a gestão da educação tem sido vista como um gerenciamento da ação coletiva com base no instituído, uma aplicação de determinações legais, em que predomina o distanciamento dialógico, provocando uma interação distorcida nas representações coletivas, produzindo efeitos socialmente desintegradores. A partir dessa problemática, objetivou-se refletir sobre o complexo fenômeno da “gestão democrática”, instituída pela Constituição Federal de 1988 e pela LDB nº 9394/96, como “Gestão Democrática do Ensino Público”. A pesquisa apresenta de forma sucinta, o percurso de definição e concretização da gestão democrática no sistema estadual do Rio Grande do Sul. Concentra atenção na trajetória de discursos governamentais de Antônio Brito – gestão 1995-1998 e Olívio Dutra – gestão 1999-2002 em que se discutem as

tensões que atravessam a proposta de um processo emancipatório. A partir daí, ao se fazer uma crítica ao modelo de racionalidade ocidental, permite-se desenvolver novas experiências educativas e, ao mesmo tempo, aproveitar as existentes, confrontando-as com as hegemônicas com vistas ao desvelamento das diferentes racionalidades presentes nas políticas públicas educacionais.

Título Refugees motivation for mandatory language training programs in Norway

ID 1587

Autores Valentina Cabral Iversen, Nora Sveaass, Gunnar Morken

Resumo: The purpose of the present study was to explore the relationship between traumatic experiences prior to migration, present psychological distress, and motivation for mandatory language training among refugees. A total of 239 refugees undergoing mandatory Norwegian language training received questionnaires, of which 191 (80%) were completed. The sample was divided in new arrivals (refugees who had stayed 6-12 months in Norway) and old arrivals (12-36 months in Norway). In order to examine the contribution of traumatic experiences, psychological distress and personal factors to motivation for mandatory language training, a multivariate regression analyses was conducted. For new arrivals, $R^2 = .43$, $F(10, 104) = 6.57$, $p < .001$ and, for old arrivals were $R^2 = .49$, $F(10, 61) = 5.72$, $p < .001$. Among new arrivals, the trauma category violence was negatively associated with motivation. The trauma categories loss and isolation were positively associated with motivation for language training for the new arrivals. Psychosomatic and anxiety symptoms were negatively associated with motivation for the old arrivals. Mastery was positively associated with motivation for language training for both groups. Perceived discrimination was negatively associated with motivation for language training among new arrivals, but did not seem to be associated with motivation in either way among those who had stayed longer. Monitoring of refugees' mental health prior to the mandatory language training might contribute to a more positive outcome of the language training program.

Mesa: Educação, diversidades e multiculturalismo - 5 de Fevereiro - 18h30 - 309

Moderador: Fernando Ilídio Ferreira

Título Etnoeducando e etnoaprendendo: educação pela valorização da ancestralidade africana e afro-brasileira

ID 298

Autores Ricardo Fernandes, Maria Reis

Resumo: O presente artigo pretende abordar as relações étnico-raciais emergentes no cotidiano escolar, o modo como os educando percebem o outro, como lidam com a diversidade étnica e, sobretudo, se identificam e percebem as peculiaridades advindas da presença dos saberes populares de origem africana. Quem é negro? Todos somos iguais? Quando levadas ao coletivo de educandos, a resposta preponderante é pautada na negação do racismo e numa relação étnico-racial harmônica. Quando aprofundamos nosso olhar sobre o espaço de convivência desses alunos, de forma violenta, um apagamento da diferença é evidenciado. Partindo de intervenções diretas em duas escolas do primeiro segmento do ensino fundamental localizadas em comunidades periféricas do Rio de Janeiro e de visitas a educandos de uma escola quilombola, o texto resulta de atividades pedagógicas pautadas numa metodologia qualitativa de cunho etnográfico. Nesse caminho, visando atender as demandas do campo de pesquisa, foi feita a opção por uma metodologia de natureza qualitativa na tentativa de buscar compreender os sujeitos como um todo, dentro desse contexto natural e cotidiano. Nesse caminho, apresenta análises de narrativas, de histórias dos cotidianos. Tendo como objetivos: (a) Identificar como o mito da democracia racial é construído; (b) identificar o modo como o racismo é percebido pelos educandos, valorizado ou combatido; (c) valorizar os saberes construídos historicamente pelos descendentes de povos africanos; e, (d) levantar os saberes locais alicerçados na africanidade. Apesar da formação multicultural brasileira, o paradigma nacional prioriza os conteúdos hegemônicos, colaborando para a segregação dos saberes construídos oralmente pelas múltiplas tribos africanas.

Título Interculturalidade e educação nas culturas infantis

ID 438

Autores João Josué da Silva Filho

Resumo: Este trabalho buscou examinar diálogos e trocas culturais entre crianças de realidades diversas. A idéia foi contribuir para uma compreensão maior sobre as concepções que as crianças têm de si, dos outros e do mundo, considerando que elas não estão isoladas e nem são impermeáveis aos contextos onde se movem. O material empírico foi coletado daquilo que as crianças produziram em oficinas de expressão desenvolvidas em um projeto de itinerância realizado por um dos parceiros do nosso grupo de pesquisa, a Oníria (vídeo, fotografia artesanal, registros sonoros, narração de histórias e ilustração das mesmas). Dentre todo o material com o qual pudemos tomar contato, decidimos que seria bastante interessante analisar algumas histórias contadas pelas crianças na etapa da Amazônia. Das 43 coletadas ali, selecionamos nove. Nossa proposta parte do desafio de apoiar a expressão daquilo que viveram, e vivem, as crianças nestes espaços, a partir da expressão delas mesmas, de seus desejos, seus anseios, suas alegrias, e suas tristezas, sua luta cotidiana pela dignidade e a sobrevivência. Entendemos que por estarem menos contaminadas pela projeção das conseqüências de suas perguntas e explicações, as crianças tendam a ser mais contundentes em sua aparente simplicidade. Em nosso entender esta característica favoreceu a captura de ângulos pouco usuais do cotidiano, ângulos talvez essenciais para a continuidade de trabalhos que se preocupem em melhorar as relações entre a cultura adulta e as crianças, aspecto este fundamental para a tarefa dos educadores.

Título Conflitos étnicos-tribais em África: que problemáticas na educação?

ID 933

Autores Rufino Filipe Adriano

Resumo: A presente comunicação pretende ser um contributo reflexivo quanto às informações que circulam fora da África, que geram (ou geraram) uma imagem estereotipada dum África de conflitos e de genocídios. A intenção é, portanto, ir além do que se diz para questionar as causas (distantes) que conduziram à esta visão estereotipada da África (Fukuyama, F. 1992); interrogarmo-nos se, de facto, os conflitos quase eternos da África têm origem na natureza dos próprios africanos (Ngoenha, 1992, 1993, 2000, 2004); igualmente, questionarmo-nos sobre os contornos étnico-culturais do exercício do poder em África e sua relação com os conflitos. Interessa-nos, pois, que tal exercício possa revisitar algumas problemáticas da educação: o que ensinar, hoje, sobre a África?; qual é o espaço das culturas africanas na formação integral do homem de hoje? Com efeito, a nossa convicção é que se pretendemos construir um mundo onde se eliminam, cada vez mais, as desigualdades é preciso decidirmos sobre qual educação adoptar para que ipso facto o mundo de outrora seja diferente do de hoje e de amanhã; e como corolário, para que a África de ontem seja diferente da de hoje e de amanhã.

Título Revisitar James Banks em tempos de diálogo intercultural

ID 1633

Autores Maria do Carmo Silva

Resumo: As realidades sociais marcam o maior ou menor interesse por determinadas temáticas na educação. Maiores convulsões reflectem-se na escola e na preocupação dos seus agentes em encontrarem respostas rápidas e fáceis, por vezes, para esses problemas. As questões multiculturais, que dominaram a década de 1990 e os inícios de ano 2000, parecem, agora, como que adormecidas e confinadas a espaços territoriais de confluência social diversa. A própria terminologia mudou. Autores de referência parecem adormecidos. É o caso de James Banks, figura incontornável da educação multicultural. Porque a sua actualidade, em nossa opinião, não se alterou, propomo-nos revisitar as suas propostas educativas em paralelo com uma articulação com resultados de estudos por nós efectuados e orientados.

Título A competência linguística e a relação pedagógica: necessidades para o sucesso escolar

ID 1675

Autores Carolina Gonçalves

Resumo: Nesta comunicação, pretende-se apresentar o resultado de dois Estudos, um sobre as competências linguísticas dos alunos de ascendência africana, tecendo comparações paralelas com as competências manifestadas pelos alunos lusos; e outro sobre a relação pedagógica, auscultando os alunos sobre as necessidades para o bom funcionamento de uma aula de língua portuguesa. Num primeiro momento, pretende-se averiguar as dificuldades linguísticas manifestadas pelos alunos de ascendência africana, tendo como ponto de partida um estudo realizado anteriormente no qual se entrevistaram alunos de ascendência africana acerca das dificuldades sentidas na língua portuguesa, e conhecer as suas interferências na aprendizagem de todas as disciplinas do currículo. Num segundo momento, a partir da análise de questionários aplicados a alunos de ascendência africana, é nosso objectivo saber das suas necessidades e sugestões para realizar com sucesso a aprendizagem na disciplina de Língua Portuguesa e conseqüentemente nas restantes disciplinas. Os Estudos pretendem contribuir, através da reflexão, para a construção de actividades a realizar em sala de aula, assim como apresentar estratégias de ensino-aprendizagem de uma língua, neste caso a língua do país de acolhimento, tendo sempre em vista o sucesso de todos os alunos no seu percurso de aprendizagem, independentemente da sua origem cultural e linguística.

Mesa: Educação, diversidades e multiculturalismo - 5 de Fevereiro - 18h30 - 312

Moderador: Hélia Santos

Título Cor, desigualdades educacionais, e diferenças de desempenho nas avaliações em larga escala no Brasil

ID 339

Autores Tufi Machado Soares, Julimar Constâncio, Mariana Calife Nóbrega, Neimar da Silva Fernandes, Eduardo Magrone

Resumo: O artigo apresenta um estudo sobre a situação de desigualdade socioeducacional do jovem afro-descendente brasileiro. Pesquisas mostram que, para este segmento da população, existe um estado de precariedade social que implica numa situação de baixo desempenho no ensino fundamental, quando comparado com jovens brancos, e que pode produzir trajetórias sociais diferenciadas para estes grupos de indivíduos. No entanto, as diferenças de desempenho reveladas através das proficiências medidas por testes de avaliação educacional em larga escala, tais como SAEB (Sistema "Nacional" de Avaliação da Educação Básica), não se mantiveram iguais quando controlado o fator socioeconômico. Estudos revelam que os alunos autodeclarados pardos apresentam desempenho igual ou superior aos dos alunos que se autodeclararam brancos, nas mesmas condições socioeconômicas. Todavia, o mesmo não acontece com os alunos que se autodeclararam de cor "preta". Este trabalho apresenta uma série de estudos empíricos que apontam possíveis explicações para o fenómeno da desigualdade, entre elas, a influência das variáveis psicossociais e a sua associação com a autodeclaração de cor. Utilizam-se, para fundamentar a discussão, modelos de regressão de níveis hierárquicos para uma população presente nas séries iniciais do sistema educacional. Para isso, trabalhou-se com as bases de dados apresentadas pelo Censo Demográfico 2000, PNAD (Pesquisa nacional por amostra de domicílios) e Censo Escolar dos anos de 2006, além dos resultados de avaliações em larga escala do SAEB, PROEB (Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica), SAERS (Sistema de Avaliação Estadual da Educação no Rio Grande do Sul) e Nova Escola.

Título Agressões praticadas por garotas dentro da escola: reflexões sobre escola, gênero e violência

ID 453

Autores Paulo Rogério Neves

Resumo: A temática da violência tem preocupado pesquisadoras/es do mundo inteiro com as mais variadas abordagens sociológicas. Alguns a compreendem como um processo de incivilização, de enfraquecimento do Estado Nacional, principalmente após as reformas neoliberais ocorridas nos finais dos anos de 1990, como se os elos que mantinham a coesão da comunidade nacional imaginada estivessem cedendo. No entanto, os estudos sobre violência apresentam várias

perspectivas e outras dimensões que se articulam com esse caráter macro-social. Um exemplo é a violência que ocorre dentro da instituição escolar. Ao ser compreendida como local de mediação entre espaço privado e espaço público, seu princípio inerente é o de inserir a nova geração na vida pública, compreendida como política. Esse é o foco desta comunicação: a análise de uma série de violências protagonizadas por jovens garotas no interior de uma escola pública da cidade de São Paulo (Brasil), cujos resultados apresentados são decorrentes de pesquisa de mestrado desenvolvida na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Ressalta-se a importância da perspectiva de gênero para a compreensão destes eventos como forma reiterada de resistência e reprodução dos estereótipos de gênero, bem como forma de romper a invisibilidade das jovens. Ao mesmo tempo tal prática evidencia uma importante lacuna na função social da instituição escolar, ou seja, seu caráter ontológico de formar cidadãos para compartilharem o espaço público, portanto espaço da arguição e persuasão e da não-violência, nas palavras de Hannah Arendt, o espaço da política.

Título Movimento negro no Brasil e suas pedagogias multirraciais

ID 619

Autores Ivan Lima

Resumo: O presente trabalho é um aprofundamento, iniciado no mestrado em Educação, sobre o pensar e fazer pedagógico de entidades do Movimento Negro (MN) no Brasil, que nomearam como pedagogia os modelos que norteiam seus projetos de educação para o Brasil. Este tema mostra-se relevante na medida em que almejo superar o desconhecimento na sociedade e na história da Educação de propostas pedagógicas desenvolvidas pelo Movimento Negro. Investigo a Pedagogia Multirracial, desenvolvida no Rio de Janeiro, por Maria José Lopes da Silva e um grupo de educadores, na década de 80, do século XX. Como também seu desdobramento, no século XXI, na elaboração da Pedagogia Multirracial e Popular, no estado de Santa Catarina, pelo Núcleo de Estudos Negros (NEN), entidade do MN da capital. A pesquisa tem como referencial teórico-metodológico uma perspectiva sócio-histórica, considerando os sujeitos, suas origens e as relações sociais, que se estabeleceram em suas trajetórias. Esta visão histórica será combinada com o uso da História Oral temática, como possibilidade de aprofundar os significados do universo cultural e político dos integrantes deste movimento e seus reflexos nas políticas educacionais no Brasil. Mediante a esta proposta de sistematização das pedagogias desenvolvidas pelo MN, procuro contribuir no avanço do debate sobre as relações raciais, que se verificam no âmbito da Educação brasileira contemporânea e que continuam a produzir exclusão e desigualdades das mais variadas formas.

Título Um olhar sobre os estudantes moçambicanos em Lisboa

ID 965

Autores Clélia Pondja

Resumo: Esta comunicação apresenta os resultados preliminares de uma investigação de Mestrado sobre estudantes moçambicanos que frequentam instituições de ensino superior em Lisboa. Depois de uma breve caracterização social do grupo em estudo, questionam-se os factores que condicionam tanto as relações que estes estudantes têm entre si, como as relações que desenvolvem com os vários sectores da sociedade portuguesa com os quais interagem. Argumenta-se que estes dois tipos de relações são condicionadas por factores diversos e procura-se esclarecer a forma como ambos influenciam os diferentes modos de incorporação destes estudantes na sociedade portuguesa. Por último, relaciona-se o tipo de incorporação dos estudantes na sociedade portuguesa com fraca mobilidade de profissionais de elevadas qualificações entre Moçambique e Portugal.

Título A Ascensão da Diversidade nas Políticas Educacionais Contemporâneas

ID 1520

Autores Tatiane Rodrigues, Anete Abramowicz

Resumo: O objetivo desta comunicação é analisar o processo de ascensão da noção de diversidade a uma categoria analítica presente incisivamente nas políticas públicas de educação no Brasil. Este estudo foi realizado por meio de uma análise teórica e documental orientadas por alguns preceitos da genealogia com objetivo de mapear e compreender os diferentes usos, concepções e significados atribuídos à idéia de diversidade, adotada nas políticas públicas de educação estabelecendo um contraste entre o seu uso e a conceituação teórica nas ciências humanas contemporâneas, em especial na educação.

Mesa: Educação, inclusão e exclusões - 6 de Fevereiro - 11h15 - 309

Moderador: Herminia Silva

Título Vozes de trabalhadores sobre a sua inclusão sócio-digital na educação de jovens e adultos: dizeres e saberes em uma escola pública de Belo Horizonte/Minas Gerais/Brasil

ID 35

Autores Cynthia Rúbia Gontijo, Maria Rita Oliveira

Resumo: Este trabalho objetiva contribuir com a compreensão do uso das tecnologias de informação e de comunicação (TICS) no contexto de processos de inclusão/exclusão sócio-digital de trabalhadores da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para tanto, investigou-se a natureza da formação para o uso das TICs na EJA e analisou-se a utilização dessas tecnologias em termos de condições de uso, objetivos e contribuições que têm para alunos-trabalhadores da EJA. Para o desenvolvimento da Pesquisa, realizou-se uma revisão da produção intelectual na área, a partir do qual se procedeu à análise bibliográfico-documental e teórica acerca dos processos sócio-educacionais em curso no interior da denominada "Sociedade da Informação". O estudo empírico realizou-se em uma escola da rede pública de Belo Horizonte/Minas Gerais/Brasil, onde se desenvolveram observações e entrevistas com sujeitos escolares. A análise dos dados sugere que a formação para o uso das TICs na prática de escolas que trabalham com EJA ocorre numa perspectiva instrumental. No entanto, os resultados do estudo apontam que os alunos-trabalhadores consideram que o uso das TICs contribui para o

aumento da sua auto-estima e para a redução das taxas de flutuação na EJA. Com esta Pesquisa, reafirma-se a necessidade de que se produzam estudos sobre: as finalidades que se busca ao se incorporar ou não as TICs na EJA; as alterações curriculares necessárias no contexto dessa incorporação; a formação necessária aos professores e à gestão das escolas em processo de incorporação das TICs; os indicadores que definirão em que situação será adequada a sua utilização na EJA.

Título Inclusão social e educação: tensões e intenções nas políticas curriculares brasileiras

ID 341

Autores Anna Rosa Santiago

Resumo: O texto apresenta o resultado de pesquisa que investigou as políticas de inclusão escolar adotadas no Brasil, a partir da última década do século XX. Analisa os documentos de orientação curricular divulgados pelo Ministério da Educação, levando em consideração: a) o conceito de inclusão internacionalmente definido a partir de acordos de cooperação assinados pelos representantes brasileiros em eventos internacionais e; b) as teorizações atuais sobre currículo que circulam no meio acadêmico. Toma como objeto específico de análise os conceitos de qualidade e competência presentes nas diretrizes do Ministério da Educação para formação de professores e a crítica do discurso educacional no período em questão. A partir dessas análises, conclui que as políticas educacionais brasileiras, desde a última década do século XX, revelam-se tencionadas por embates teóricos que colocam a questão da qualidade em educação em duas esferas opostas: uma visão economicista e pragmática ligada ao projeto neoliberal e outra humanista e sociológica que se propõe contemplar a subjetividade e a cultura. Nessa perspectiva as políticas de orientação curricular para a educação básica e a formação de professores assumem um posicionamento conceitual que procura imprimir um caráter de consensualidade teórica em propostas como a dos Parâmetros Curriculares Nacionais, que pretendeu ser uma ampla política de orientação curricular, formação de professores e elaboração de materiais didáticos, preservando-se como uma orientação flexível de caráter não obrigatório. Todavia, o controle sobre a qualidade do ensino, seria exercido pela avaliação nacional, garantindo a perspectiva teórico-pedagógica anunciada pelos PCN.

Título Portadores de necessidades especiais no ensino regular

ID 1233

Autores Leila Miotto, Ana Lúcia Morellato, Letícia Schenato, Leilane Morsch, Lucia Regina Só

Resumo: O presente estudo apresenta algumas questões teóricas a respeito da necessidade de entender o processo de inclusão de Portadores de Necessidades Educativas Especiais no Ensino Regular, e um breve histórico sobre formação de professores para Educação Especial no Brasil. Em seguida, apresenta e discute os principais aspectos da legislação brasileira sobre formação de professores para a Educação Especial, abrangendo bibliografias tornadas pública, dentro de uma dimensão teórica, segundo alguns pensadores. O tema “inclusão” do portador de necessidades como um dos novos paradigmas da educação brasileira, legalmente amparado pela Lei nº. 9394/96, a qual delega à família, à escola e à sociedade o compromisso para a efetivação de uma proposta de escola para todos. É através da escola regular que o ser humano portador de necessidade especial pode buscar as mais diferentes formas de inserir-se na sociedade de forma ativa e participativa, onde a inclusão seja um dos processos para que estes possam realizar seus sonhos, ignorados até então, dando-lhes segurança, reconhecimento e oportunidades de viver. Dessa forma, recebendo aquilo que é inato ao ser humano, amor, carinho, igualdade, valorização e o respeito em suas diferentes limitações, principalmente valorizando suas potencialidades.

Título “Só morre quem merece”: representações e estratégias dos jovens alunos para conviver com a violência extramuros

ID 1352

Autores Bruno Eduardo Ferreira, Rafaela Cavalcanti

Resumo: Este trabalho se refere a uma pesquisa realizada no ano de 2007, que teve como objetivo central investigar as possíveis interferências da Violência Urbana extramuros nas relações sociais estabelecidas entre os jovens alunos na e com a escola. Por meio de uma abordagem qualitativa, foram utilizados como instrumentos de coleta de dados a observação participante, entrevistas semi-estruturadas e grupos focais. Para tanto, foram ouvidos alunos com idades entre 13 e 17 anos, além de profissionais da educação. A partir dos dados coletados, concluímos que a escola prioriza a racionalidade técnico instrumental, negando os conteúdos da cultura jovem e sua realidade social, o que torna a escola desinteressante para o jovem aluno, que não vê utilidade para os conteúdos escolares. A negação da cultura jovem fragiliza a instituição e suas relações, possibilitando a inserção da violência em seu espaço. Faltam espaços para o lazer (praças/quadras, ruas), favorecendo assim o enfraquecimento dos valores coletivos e dos laços de solidariedade – fortes contrapontos à violência – além da auto-estima, que sofre duros golpes do imaginário social, que aponta estes jovens como “casos perdidos” e criminosos em potencial. Por outro lado os profissionais da educação adotam a “Lei do silêncio”, o que os mantém distantes da realidade do bairro, mantendo assim a escola paralisada, inerte em relação à violência de seu entorno. Destarte a Violência extramuros penetra na escola de diferentes maneiras, permitindo que, enquanto os jovens alunos sejam socializados pela cultura do medo, a escola legitime o seu papel de instituição neutra.

Título O movimento negro brasileiro e a lei 10.639/03: Uma experiência de implementação no Município de Vitória

ID 1607

Autores Adriano dos Santos Batista, Yasmim Poltronieri Neves

Resumo: As experiências que a Comissão de Estudos Afro-Brasileiros – CEAFFRO tem acumulado nos últimos três anos, ao implementar a Lei 10.639/03 nas escolas do sistema municipal de ensino e na Secretaria Municipal de Educação de Vitória, muito tem enriquecido as discussões em torno das relações raciais no âmbito do sistema de ensino da rede municipal de Vitória. Constata-se que ao se falar sobre práticas racistas, as pessoas inicialmente alegam que isso é real, mas apenas imaginado pelos negros. A forma como educadores(as), alunos(as) enunciam o ódio racial contra negros(as) em nada perde para as manifestações segregacionistas de épocas passadas, de contextos históricos onde práticas hediondas eram cometidas contra negros(as). Muitas das práticas, consideradas por alguns vergonhosas para a

humanidade, são sistematicamente reatualizadas por entre uma rede de subjetividades, que a todo o momento produz um ser negro(a), desqualificado(a) e menor.

Título A educação infantil e os movimentos sociais: o cotejamento de duas realidades

ID 855

Autores Adilson De Angelo

Resumo: Ao procurar entender a educação infantil de forma contextualizada na história brasileira, verificamos que em meados da década de 1970, sob a constância da Ditadura Militar, o cenário sócio-educacional apresentava um conceito de criança e de educação fortemente revestidos de nuances ideológicas, dirigindo para a submissão não só as crianças que atendia, mas também as suas famílias. Porém, o fortalecimento e a multiplicação dos movimentos sociais populares, no início da década de 1980, faz do “direito a creche” uma bandeira de luta a ser empunhada não só pelo movimento feminista, mas também por outros movimentos que se sentiam minimamente comprometidos com o alargamento das conquistas populares urbanas. O objectivo da presente comunicação é identificar e discutir o processo de consolidação de propostas de Educação Infantil nos movimentos sociais, sobretudo aquelas presentes no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e no movimento comunitário, no município de São Mateus, norte do Espírito Santo. Através da recolha etnográfica e da análise documental, tomando como realidade dois Centros de Educação Infantil e uma Ciranda Infantil, vemos emergir nestes movimentos a consolidação de uma educação infantil que pretende se afirmar como espaço-tempo de liberdade, onde se articulam diversos contextos subjectivos, sociais e culturais, e onde as crianças são assumidas como sujeitos do direito, do desejo e do conhecimento; cidadãos críticos, criativos, responsáveis e, sobretudo, mais felizes.

Mesa: (Des)igualdades escolares em educação e nas escolas - 6 de Fevereiro - 11h15 - 310

Moderador: Mónica Borges

Título Currículos praticados, emancipação social e democracia no cotidiano da escola

ID 665

Autores Inês Barbosa de Oliveira

Resumo: Este trabalho apresenta alguns dos resultados de pesquisa em fase de finalização, voltada para a busca de compreensão do potencial emancipatório inscrito nas práticas curriculares cotidianas desenvolvidas em escolas de ensino fundamental no Rio de Janeiro (Brasil). O objetivo é desinvisibilizar (Santos, 2004) essas práticas, reconhecer-lhes a validade epistemológica e pedagógica e permitir que, em sua pluralidade, sejam consideradas como possibilidades ainda não institucionalizadas de contribuição da escola para a superação das monoculturas do saber científico e do etnocentrismo em busca da tessitura de uma ecologia dos saberes e dos reconhecimentos (idem). A pesquisa buscou captar, nas práticas pesquisadas, elementos de minimização das desigualdades socialmente produzidas entre os diferentes saberes e culturas que, por promoverem aprendizagens diferenciadas daquelas previstas pelo modelo de escola capitalista burguesa, contribuem para a formação de subjetividades mais democráticas. A escolha das escolas e experiências deu-se em função do potencial de contribuição que apresentavam, em virtude da proposta pedagógica comprometida com a busca da emancipação social, conforme os preceitos das pesquisas nos/dos/com os cotidianos (Oliveira e Alves, 2001; Oliveira, 2007; Pais, 2003; Garcia, 2003). O objetivo foi o de produzir conhecimento política e epistemologicamente significativo a partir de experiências consideradas passíveis de contribuição à emancipação social, organizando-as e discutindo suas possibilidades de multiplicação, na perspectiva da Sociologia das Emergências (Santos, op. cit.).

Título Projectos educativos e promoção de igualdade – realidade ou retórica?

ID 913

Autores Teresa Sarmento

Resumo: Portugal é, actualmente, um país multicultural na medida em que habitam o país povos de todos os continentes e de culturas muito diversas. A situação destas populações é muito variada e desenvolvemos já estudos que mostram como as desigualdades entre os mesmos e entre estes e a população maioritária é muito grande, especialmente no caso das mulheres. A vivência multicultural nas comunidades é algo que preocupa e, ao mesmo tempo, entusiasma uma percentagem elevada da população portuguesa. A escola tem sido, em muitos casos, o centro a partir do qual se criam e fortalecem laços interculturais, desenvolvendo projectos educativos que pretendem dar vida e voz à pluralidade de culturas e de povos. De forma a podermos aceder à forma como as escolas se organizam no sentido da inclusão das diferentes culturas, enveredamos por uma análise empírica junto de escolas frequentadas por crianças e jovens de, pelo menos, cinco culturas diferentes. Os instrumentos de análise são os projectos educativos dessas escolas e uma entrevista aos coordenadores dos mesmos, no sentido de, numa primeira fase, conhecer os documentos de base da organização pedagógica e as perspectivas dos líderes formais destes processos sobre estas novas realidades. Entendemos que a abertura à diversidade, a colaboração entre os diferentes actores sociais (alunos, professores, pais, comunidade) e a participação nos momentos de definição acompanhamento e avaliação dos projectos, são os critérios centrais para a promoção da inclusão e, através dela, do combate às desigualdades sociais. Numa leitura sumária de resultados, encontramos um grande desfasamento entre os princípios e as práticas, sendo que a promoção da igualdade se encontra ainda muito aquém da sua efectivação.

Título Desafios da escola multisseriada no contexto da região insular de Belém

ID 1061

Autores Mariza Assunção

Resumo: O artigo reflete sobre os desafios didático-pedagógicos enfrentados pelas escolas multisseriadas no contexto da região insular de Belém, buscando compreender a dinamização do trabalho pedagógico, assim como, a relação professor-aluno- conhecimento, em termos interativos no âmbito do ensino que se pratica. Tem por objetivo, investigar a escola multisseriada ribeirinha e sua heterogeneidade no processo ensino-aprendizagem que se dá nesse contexto. A interação

se constitui então como questão central. A metodologia utilizada se apóia no aporte teórico metodológico da pesquisa qualitativa a partir do enfoque do estudo de caso. Pode se constatar que na área em estudo (Ilha de Urubuoca) é necessário compreender a aprendizagem como um processo social, acontecendo por meios e com os recursos mediacionais disponibilizados por uma determinada cultura, que servem como elementos de interações e aprimoramento cognitivo e o conhecimento como algo que não é dado, não nasce em nós, muito menos “brota das coisas”, mas se estrutura na relação dialética/dialógica entre os sujeitos.

Título Fabricar o sucesso escolar: quando o desempenho mascara a desigualdade

ID 1256

Autores Virgínio Sá, Fátima Antunes

Resumo: Na panóplia de estratégias desenvolvidas pelas famílias para alcançar vantagens na competição em torno de bens educativos, o recurso a “explicações” vem assumindo um peso crescente. Não sendo um fenómeno novo, ao longo dos últimos anos temos vindo a assistir à sua recomposição, seja em termos quantitativos, seja em termos qualitativos. Nesta comunicação pretendemos apresentar alguns resultados de uma investigação em fase de conclusão, centrada nos processos de regulação da educação, e onde se problematizam algumas das desigualdades face à escola e à escolarização enquanto variante específica da enorme paleta das desigualdades sociais. O estudo desenvolveu-se num concelho do norte de Portugal (convencionalmente designado Vila Formosa), abarcando as escolas com oferta de ensino secundário. A evidência empírica em que se sustenta esta comunicação resulta da análise de uma parcela dos dados de um questionário aplicado a uma amostra de cerca de oitocentos encarregados de educação. Os elementos recolhidos, além de confirmarem que as “explicações” constituem uma “escola paralela” bastante difundida e plurifacetada, apontam também para um recurso de acesso bastante desigual por parte das diversas famílias.

Título Escola democrática ou Escola reprodutora de discriminações? Gradações e complexidades

Autores Manuela Góis

Resumo: Apesar das alterações registadas e dos avanços no que respeita à sua democratização, a Escola portuguesa continua a reproduzir, de forma complexa e paradoxal, as hierarquias de poder (Bourdieu 1978; Magalhães 1998). As raparigas apresentam taxas de sucesso escolar mais elevadas que os seus pares masculinos, no entanto, continuam a fazer as escolhas dos cursos com base no género. Existe maior percentagem de licenciadas do que de licenciados, mas as mulheres continuam a estar sub-representadas nos órgãos do poder político e no poder económico. O acesso das mulheres ao poder, assim como o de outros grupos sociais subalternizados é pouco significativo. Os mecanismos de discriminação na sociedade (e na escola) encontram-se, muitas vezes, ocultos, dificultando a consciencialização das mulheres e de outros grupos dominados relativamente a estes processos (Henriques e Pinto 2001). Esta comunicação assenta na investigação sobre de que forma(s) os discursos de alguns manuais escolares reproduzem as relações de poder, genderizadas, de classe, étnicas e heteronormativas, invisibilizam as mulheres e outros grupos sociais dominados, bem como as suas acções na História e os seus contributos para a elaboração do conhecimento. A linguagem ao ser produzida a partir de diferentes práticas discursivas tanto se pode constituir num espaço de confronto e de luta pela alteração de uma realidade discriminatória e excludente como também se pode constituir num espaço de reprodução social (Bakhtin in Geraldi 2007). É na constatação da existência de uma linguagem hegemónica, incapaz de escutar outras vozes, e na necessidade de criação de um espaço de entrelaçamento de diálogos e de sentidos impulsionadores de crítica e de alteração de realidades discriminatórias que se deverá construir a Escola democrática.

Mesa: Educação, cooperação e desenvolvimento: experiências, questões e perspectivas - 6 de Fevereiro - 11h15 - 311

Moderador: Raquel Weiss

Título Diásporas académicas: estudantes angolanos no ensino superior português

ID 283

Autores Margarida Lima de Faria

Resumo: A globalização tem sido o motor de novas formas de mobilidade. Uma das que tem vindo a adquirir maior expressão, pela densidade de indivíduos que mobiliza e pelos ambientes de circulação que proporciona, é a das diásporas estudantis, sobretudo as que têm por móbil a frequência do ensino superior. Estes novos terrenos diaspóricos são especialmente interessantes pela forma como se constituem como configurações sempre novas, e de certo modo imprevisíveis. Nesta comunicação, tendo por base entrevistas a estudantes angolanos que frequentam o ensino superior português, procurar-se-á interpretar as situações agenciais que determinaram a saída do país, por relação com as situações estruturais que definem a sua integração em Portugal. Quanto às primeiras procurar-se-á a sua explicação nas histórias de vida e estratégias destes indivíduos e das suas famílias, em particular nas que envolveram o investimento em capital escolar; quanto às segundas analisar-se-ão as políticas de cooperação de Portugal na área do ensino, sobretudo as dirigidas a estudantes dos PALOP e o seu enquadramento no campo mais vasto da recepção de estudantes estrangeiros.

Título Pobreza e paz em Moçambique: resultados preliminares de um projecto de investigação.

ID 380

Autores Ana Bénard Costa

Resumo: Nesta comunicação apresentam-se os resultados preliminares de um investigação realizada em Moçambique no âmbito de um projecto que aborda a relação e as implicações mútuas entre pobreza e paz nos PALOP. Tendo como suporte empírico dados provenientes de um trabalho de campo realizado em Maputo que se baseou, sobretudo, na recolha de histórias de vida, esta comunicação analisa a forma como a correlação entre as situações de pobreza, de guerra e de paz são percebidas pelos actores sociais. A análise centra-se nas especificidades através das quais estes fenómenos e as suas mútuas implicações são apreendidos e vivenciados pelos actores sociais em contextos culturais particulares.

Conclui-se, relacionando os resultados desta pesquisa com outros estudos que privilegiam as análises quantitativas e macro-estruturais e argumentando da necessidade de se conjugar, na análise destes fenômenos e das suas inter-relações, as perspectivas relativistas e universalistas e as abordagens interdisciplinares.

Título Fora de lugar: imigração internacional, educação e mobilidade

ID 961

Autores Neusa Maria Mendes Gusmão

Resumo: Este trabalho trata da migração temporária de estudantes africanos dos PALOP que buscam sua formação no Brasil e inscreve seu tema no âmbito da chamada Circulação Internacional. Os estudos relativos à CI, via de regra, privilegiam os deslocamentos de indivíduos pertencentes às elites locais e nacionais em busca de formação, qualificação e consolidação de um processo de ascensão social. A formação de um ou mais membros de um grupo familiar e social é parte do processo de aquisição e fortalecimento de um capital cultural, capaz de colocá-los, a todos, numa escala superior de pertença social e de status. A CI de estudantes africanos que buscam por qualificação de nível superior no Brasil, é um desafio de compreensão da realidade histórica e política de conformação de novos Estados nacionais em África. A CI se faz no interior de um campo de poder que envolve a ascensão social e política para estudantes, famílias e grupos sociais diversos e que ordena, por mecanismos singulares, um campo de tensão entre sujeitos migrantes quando fora de seu lugar

Título A imprensa educacional Liceitas do Maranhão na Primeira República

ID 1530

Autores César Augusto Castro, Samuel Luis Velásquez Castellanos

Resumo: O presente trabalho está inserido em um projeto mais amplo que visa estudar a imprensa educacional maranhense desde o século XIX até a Primeira República. Analisa-se a imprensa periódica produzida pelos alunos do Liceu Maranhense em momentos distintos. Essa escolha deve-se ao papel que essa instituição tem na constituição do campo da educação no Maranhão desde 1837. Os periódicos analisados são – A Inúbia, Lábaro e a Voz do Liceistas. A voz de Inúbia representava um grito de alarme e de apelo pela melhoria da educação no Maranhão. O lábaro objetiva ser o porta voz de um grupo de estudantes pela melhoria da ciência, da literatura e da história. A voz do Liceistas, tinha a finalidade de abrigar os que procuravam a expansão das idéias elevadas e dignas de apreço nacional e patriótico. Entretanto, os três periódicos apresentam similaridades quanto às críticas ao ensino e seus métodos, à reivindicação pela ampliação e qualificação do corpo docente e à garantia dos direitos dos alunos, entre elas: a meia passagem em trens, bondes e cinemas da capital. Adotamos como percurso da investigação um mapeamento de toda a imprensa periódica educacional na Primeira República e a análise dos jornais mencionados, estudando-se o conteúdo cujas temáticas foram categorizadas. A realização deste estudo sobre a imprensa periódica dos liceitas maranhenses contribuirá para compreendermos o movimento do campo da educação e o papel do Liceu na formação da intelectualidade maranhense.

Título Educação em São Tomé e Príncipe: qualificação e o potencial de geração de rendimentos

ID 1613

Autores Manuela Cardoso

Resumo: São Tomé e Príncipe tem-se defrontado com sucessivos entraves ao seu desenvolvimento, apesar da elevada ajuda internacional. Se na época colonial o sistema económico se organizava em torno das “roças” que se assumiam também como pólos da vida social, no período subsequente e também na actualidade o decréscimo do rendimento não permitiu a manutenção do fornecimento de muitos serviços, incluindo uma educação com alguma qualidade. As infra-estruturas encontram-se degradadas, a formação de professores é muito baixa e as taxas de escolaridade e alfabetização têm tido quebras sucessivas. As reformas introduzidas em 2003 pela nova Lei de Bases do Sistema Educativo não foram suficientes para motivar e atrair para o sistema mais jovens. O aproveitamento endógeno das novas dinâmicas ligadas à integração do país nas rotas de turismo mundial, à recente valorização do cacau ou à sua localização estratégica exigirão maiores níveis educacionais e uma formação mais capacitante.

Mesa: Educação, socialização e infâncias - 6 de Fevereiro - 11h15 - 312

Moderador: Alberto Nídio Silva

Título Exclusão / Inserção Social nas pesquisas em Educação e Infância no Brasil

ID 636

Autores Eloisa Acires Candal Rocha

Resumo: Este trabalho busca analisar como as pesquisas sobre educação e infância vêm articulando conhecimentos para compreender as diferentes dimensões envolvidas nos processos educativos na infância, e de que forma tomam como preocupação a exclusão inserção social das crianças, de forma a ter como consequência sua própria inserção social. No sentido de refletir sobre esta questão, recorreremos aos estudos que temos realizado sobre as pesquisas brasileiras nesta área e seus respectivos levantamentos da produção acadêmica em âmbito nacional e regional. A pertinência da reflexão sobre a inserção social, nas duas direções: na pesquisa e da pesquisa, exige associá-la à direção do compromisso político que lhe orienta. Remete-nos ao seu sentido antagônico – pesquisa e exclusão social? Suscita-nos um vínculo imediato com o compromisso social e político da atividade privilegiada do cientista e da ação no campo da investigação educativa, porém nos coloca em posição de atenção a uma adesão incontestada de sua significação. Esta tomada de posição e o compromisso político constituíram a origem e o próprio desenvolvimento da pesquisas em educação no Brasil num processo no qual a luta por conquistas sociais e, sobretudo pelo direito à educação mobilizaram e mobilizam os profissionais da educação e também pesquisadores. A exclusão/inserção social como patamar de orientação das ações e políticas educativas vem merecendo um extenso debate entre estudiosos da Educação e tem resultado na crítica às suas formas de sua incorporação.

Título Avaliação da Qualidade em Educação de Infância: Um estudo colaborativo.

ID 821

Autores Sónia Raquel Santos Góis, Maria Gabriela Correia de Castro Portugal

Resumo: Neste poster apresentamos os resultados de um estudo de caso desenvolvido no âmbito de uma dissertação de mestrado, que visa contribuir para o desenvolvimento de uma estratégia eficiente para avaliar e melhorar a qualidade e eficácia da aprendizagem das crianças em contextos de educação pré-escolar, a ser desenvolvida pela Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC), no âmbito da metodologia de avaliação e melhoramento da qualidade proposta pelo projecto EEL/DQP (Effective Early Learning/Desenvolvendo a Qualidade em Parcerias). Para cumprir esse objectivo foi realizado um estudo de caso num Jardim de Infância pertencente à rede pública e situado numa comunidade rural delimitada por serras, na zona centro de Portugal. A população empregada divide-se entre os sectores secundário e terciário, trabalhando na sua maioria nas cidades mais próximas e utilizando, esta zona como dormitório. Foi implementando um processo colaborativo de avaliação e desenvolvimento da qualidade e eficácia da aprendizagem das crianças, através da análise dos contextos e processos experienciados pelas crianças e pelos adultos. Esta investigação visa caracterizar qualitativamente a situação actual de um jardim-de-infância da rede pública, avaliar necessidades e propor em colaboração com os actores envolvidos no processo (profissionais da educação de infância, pais e crianças) medidas de reorganização como forma de garantir a qualidade educativa.

Título As crianças, os professores e o uso do computador na escola

ID 1239

Autores Sandra Amaral Barros Ferreira

Resumo: Este trabalho é parte dos estudos que desenvolvo na minha pesquisa de doutorado e pretende mostrar como as crianças e professores utilizam os computadores na escola, principalmente no que se refere à leitura e a escrita. Trata-se de abordar a relação estabelecida entre o professor, a criança e o seu texto. Interessa conhecer o contexto desta produção, dadas as mudanças anunciadas no modo de sentir, ver, pensar, fazer e aprender. Talvez, se tenha a impressão que a escola é um lugar de impossibilidades para tais mudanças, entretanto, todos os dias as crianças conseguem modificar o tempo fazendo rasgos que lhe permitam driblar práticas pedagógicas, entre outras, que queiram contar a história à sua maneira. As crianças constroem narrativas, com seus amigos, durante as brincadeiras, que, numa visão benjaminiana, representam os germes da experiência. Para pensar essa relação, tomei como recurso teórico os escritos de Certeau, que aplicados à tela em branco, como “lugar desenfiteado das ambigüidades do mundo” permite ao sujeito dar “a si mesmo o campo de um fazer próprio”. E mesmo que este fazer possa ser moldado, corrigido e até transformado em mercadoria, traz modificações para o sujeito-autor. As reflexões feitas aqui não pretendem conclusões totalizantes ou verdades acabadas.

Título Narrativas de educadores: política e prática do acolhimento à criança em situação de rua em Salvador, Brasil

ID 1490

Autores Georgina Gonçalves dos Santos, Sónia Maria Rocha Sampaio

Resumo: A pesquisa apresenta um estudo caso realizado em instituição governamental, responsável pela política de proteção à infância na cidade de Salvador da Bahia, Brasil. Descreve o cotidiano dos educadores que atuam em estruturas de acolhimento para crianças e jovens que romperam ou estão em processo de ruptura de laços familiares e vivem nas ruas da cidade. Seu foco recai sobre aquilo que acontece entre a criança e o educador e as situações vividas no cotidiano do atendimento. As descrições fornecidas pelos autores/atores, seus impasses, questionamentos, a lógica que atravessa suas decisões, recuperam o social em train de se faire, como uma construção contínua da ordem baseada na interação e na interpretação que cada indivíduo realiza de sua existência, e não como mero resultado de determinações normativas e legais relativas à infância em desamparo. Inscrita no campo dos estudos qualitativos, a pesquisa é tributária das abordagens fenomenológicas representadas pelo interacionismo simbólico e pela etnometodologia. Para sua realização utilizamos técnicas da abordagem etnográfica, as únicas apropriadas ao trabalho descritivo que nos propusemos realizar. Uma pesquisa documental foi realizada reconstituindo, através dos planos de trabalho, projetos e avaliações institucionais, os diferentes momentos na história da instituição responsável pela política pública municipal para a infância. Os resultados do trabalho fornecem subsídios e apresentam algumas ferramentas para uma proposta de formação contínua voltadas a estes adultos que, no Brasil, ainda hoje, não dispõem de suporte pedagógico adequado às exigências de sua difícil tarefa.

Mesa: Educação, socialização e infâncias - 6 de Fevereiro - 11h15 - 313

Moderador: Eliabete Helena Cavalcante Lima

Título Criança constituindo-se sujeito na sala de aula

ID 403

Autores Patrícia Cava

Resumo: Pautada pelo problema de pesquisa, “Como a criança que não está aprendendo na escola vai se constituindo sujeito de conhecimento e de singularidade”, desenvolveu-se uma pesquisa de campo, numa turma de segunda série do ensino fundamental, numa escola pública, na cidade de Pelotas (RS/ Brasil), por intermédio de observações em sala de aula e entrevistas. O trabalho, resultado do doutoramento em educação, pretendeu olhar para o sujeito-criança como um ser constituído e em formação, ao mesmo tempo; entender o processo de aprendizagem mediante suas interdições e emergências; compreender como e por que as representações calcificadas do que vem a ser um aprendiz se mantêm; identificar formas de resistência ao instituído, utilizadas pelo sujeito-criança na escola e verificar os processos de conhecimento que aí resistam. O foco desta pesquisa foram sete crianças encaminhadas pela professora para as aulas de apoio pedagógico, oferecidas na escola, no turno inverso ao das aulas. Além das crianças, foram entrevistadas suas mães, um dos pais e a professora da turma. O referencial teórico pautou-se pela interlocução com autores como Piaget, Morin, Bachelard, Meirieu. As categorias de análise apresentam-se em quatro temas que constituem o sujeito-criança na escola: dos sujeitos e de suas relações; da infância; da escola e do aprender. Os dados indicam a necessidade de reconhecimento do sujeito na criança, para que o sujeito singular possa de fato manifestar toda sua singularidade e desenvolver seu

conhecimento. Sujeito de direitos. Direito às necessidades humanas fundamentais, que possibilitem liberdade de escolhas e emancipação.

Título Investigação com crianças pequenas: rompendo fronteiras

ID 648

Autores Elaine De Paula

Resumo: Investigação com crianças pequenas: rompendo fronteiras

Este texto originou-se a partir de uma investigação cujo objetivo central foi buscar compreender as práticas educativas desenvolvidas em uma instituição de educação infantil pública brasileira. Participaram da pesquisa 20 crianças com idades entre três e quatro anos. Busquei analisar, em especial, as relações estabelecidas entre as crianças e os adultos que lidavam com elas, destacando no cotidiano aquelas situações encaradas pelos adultos como pontos de conflitos, os quais são, em geral, marcados por eles como “transgressão”. O movimento da própria pesquisa exigiu que destacasse também as relações estabelecidas entre as próprias crianças (relação entre pares). O maior desafio enfrentado no processo de investigação foi, certamente, quais estratégias escolher para a coleta dos dados. Acabei lançando mão de diferentes estratégias, a depender daquilo que a cada momento me parecia mais interessante para traduzir o que observava. Dentre elas destaco: os registros: escrito, fonográfico e fotográfico (em algumas situações as crianças foram as próprias fotógrafas). Privilegiando o percurso metodológico, ancorada principalmente na perspectiva teórica que toma como base os estudos recentes da Sociologia da Infância e inspirada nas investigações que recorrem aos estudos etnográficos, procuro, neste texto, contribuir com a reflexão sobre as possibilidades de realização de pesquisas que levem em conta as crianças em uma condição de sujeitos sociais plenos.

Título Produção de conhecimento numa comunidade: imagens da alteridade

ID 1176

Autores Francisco Ramos de Farias

Resumo: Aborda-se o processo de intervenção numa comunidade no Rio de Janeiro, mediante solicitação de uma mãe que nos procurou para auxiliá-la em medidas educativas para evitar o ingresso de crianças no crime organizado do narcotráfico e na prostituição. Um planejamento de intervenção visava a esclarecer os passos do desenvolvimento para construir idéias sobre a educação da criança. Assim foram feitas reuniões semanais, num espaço de lazer daquela comunidade, com participantes que se prontificaram voluntariamente a fazer parte do processo. As reuniões tinham como objetivo dar visibilidade aos participantes: aos mesmos, era dada a oportunidade de expressarem suas idéias sobre os impasses vividos. Inicialmente, fez-se o registro escrito, para servir como objeto de discussão e reflexão. Esses registros eram lidos no início de cada reunião e os integrantes do grupo, tinham a liberdade de se expressarem face ao conteúdo apresentado. Pela colaboração de um deles que possui uma máquina filmadora, seguiu-se um registro também em imagens. Com isso, construiu-se uma modalidade de olhar-escuta, além da documentação escrita, visando à produção de subjetividade, considerando o cenário atual, atravessado pela multiplicidade e efemeridade o que conferem à experiência o caráter fragmentário e fugidio. Os instrumentos (palavra e imagem técnica) constituíram-se elementos de suma importância na mediação da experiência produtora de saber e de transformação subjetiva, pois possibilitaram ao sujeito o encontro consigo mesmo e o retorno da percepção externa numa relação dialógica. Devido a resposta positiva da comunidade, alguns participantes expressam a vontade de que o trabalho poderia ser realizado também em outros espaços.

Título (In)disciplina, normatização e normalização na escola

ID 1456

Autores Ana Lúcia Ratto

Resumo: Este trabalho visa refletir sobre os usos das normas nas dinâmicas de disciplinarização sobre as crianças no cotidiano escolar tendo em vista especialmente o referencial analítico foucaultiano e dando ênfase à diferenciação entre processos de normatização e de normalização. Apóia-se num conjunto total de aproximadamente seiscentas narrativas de livros de ocorrência usados em uma escola pública das séries iniciais do ensino fundamental entre os anos de 1998 e 2000 (Curitiba-Brasil). Tais livros são usados para registrar os comportamentos infantis considerados indisciplinados, visando com isso corrigi-los. Entre outros, busquei identificar e problematizar alguns dos aspectos que informam a normatização vigente na escola no sentido das relações a serem estabelecidas entre as crianças e o tempo, o espaço, as atividades e as autoridades escolares. E, no movimento de questionar a normatização que institui o comportamento (in)disciplinado na escola, analisei aspectos vinculados aos processos de normalização implicados nessas dinâmicas.

Título Infâncias abrigadas: o caso das crianças institucionalizadas

ID 1571

Autores Márcio Xavier Bonorino Figueiredo, Rita de Cássia Tavares Medeiros, Rita de Cássia Ferreira Pereira

Resumo: Este trabalho se insere no universo das pesquisas qualitativas, de marca etnográfica, cujo objetivo é a compreensão das infâncias na sociedade do século XXI. O recorte é o cotidiano de crianças, educadoras e educadores de casas-lares, que abrigam crianças que estão sob a tutela do estado e afastadas de seus grupos e famílias de origem. O acompanhamento desse cotidiano nos ajuda a mapear as condições que levam essas crianças a esses lugares e à caracterização do cuidar e educar dessas casas-lares. Esse trabalho está sendo desenvolvido, no município de Pelotas, no Rio Grande do Sul, Brasil.

Mesa: Educação, socialização e juventudes - 6 de Fevereiro - 11h15 - 314

Moderador: Cristina Callai de Souza

Título Política da juventude. A formação da identidade e práticas educativas.

ID 248

Autores Paulo Sérgio Silva

Resumo: Esta comunicação tem a preocupação de esclarecer a relação existente entre a concepção de adolescência e a prática pedagógica vigente. Resgata alguns autores que estudaram a adolescência e sua significação na sociedade. Declara o quanto este período da vida é importante no processo de formação da personalidade e o quanto nossa juventude carece de uma prática pedagógica condizente com essa fase de desenvolvimento. Apresenta o pensamento de alguns autores como Rogers, Spranger, Sócrates, Knobel e Piaget estabelecendo uma ponte de ligação entre eles que nos leva a uma concepção de Educação baseada nos princípios do desenvolvimento psíquico desta fase.

Título Jovens e cotidiano: trânsitos pelas culturas juvenis e pela escola da vida

ID 389

Autores Nilda Stecanela

Resumo: O objeto deste texto transita pela dimensão não-escolar da educação, tomada como objeto de análise a partir do cotidiano de jovens de uma periferia urbana do interior do Brasil, entrelaçando elementos das culturas juvenis com a categoria nativa escola da vida. A pesquisa propõe um diálogo entre a sociologia da educação e a sociologia da juventude, buscando interfaces interdisciplinares como forma de compreender os processos informais da socialização juvenil. A questão central de investigação situa-se em saber “como os jovens da periferia urbana vivem, percebem e concebem sua condição juvenil na ocupação de seus tempos livres e como e quais conhecimentos eles constroem em suas redes de sociabilidade”. Os caminhos investigativos transitam pelos pressupostos da pesquisa qualitativa, tomam a sociologia da vida cotidiana como perspectiva metodológica e agregam-lhe registros etnográficos. Nos enunciados dos jovens sobre o cotidiano, encontra-se a matéria prima deste trabalho, sinalizando interpretações no sentido da compreensão de que a partir dos trânsitos com a pressão do cotidiano, com o paradoxo da escolha e com a escola da vida, os jovens da periferia são desafiados a construir suas biografias reinventando-se cotidianamente, em percursos caracterizados pela inclusão precária, num intenso processo de aprendizagem que decorre da experiência. Em meio ao desmoronamento dos muros das instituições clássicas de socialização, os jovens da periferia desafiam e reinventam modos de ser jovem através de processos de socialização informais, fato que possibilita olhar para os processos educativos não-escolares a partir de um viés sociológico.

Título Orientar futuros: análise das concepções de orientação vocacional escolar.

ID 539

Autores Alexandra Raimundo

Resumo: Pensando nas escolhas dos futuros escolares e/ou profissionais dos jovens estudantes do sistema de ensino português, e num contexto de modernidade caracterizada pela tônica na individualização (indivíduos autônomos e autênticos), importa lembrar potenciais sentimentos de ambivalência/incerteza perante o desafio que se lhes coloca. Por um lado, nas suas opções vocacionais devem valorizar a expressão de si próprios, a criação dos seus projectos de vida e a autonomia, recorrendo, eventualmente, à experimentação. Por outro lado, é realçada a importância de serem eficazes, decididos – quase cirúrgicos – e bem sucedidos nas suas escolhas. Há cerca de trinta anos o Estado introduziu nesta equação o conceito de “orientação vocacional escolar”. Através dele pretendeu facilitar o desenvolvimento das identidades e a construção de projectos de vida dos alunos, proporcionando orientação/apoio em momentos chave do percurso escolar (transição do 3º ciclo para o ensino secundário; durante o ensino secundário). Apesar de justificada pela frequência de mudanças na oferta formativa e pela diversidade de factores pessoais e/ou sociais que podem intervir neste processo; com uma implementação lenta mas progressiva nas escolas públicas, a “orientação vocacional escolar” enquanto serviço público encontra-se, actualmente, em declínio. Nesta comunicação, baseada na análise de conteúdo de legislação e outros documentos relevantes, propomo-nos reflectir acerca:

- a) da inserção, no sistema educativo português, do conceito e práticas de orientação vocacional escolar e profissional – suas formas e justificações;
- b) da criação e difusão de serviços especificamente orientados para o desenvolvimento deste trabalho nas escolas (serviços de psicologia e orientação);
- c) do êxito e actualidade desses serviços.

Título Etnografia e juventude nos estudos em educação

ID 1074

Autores Sérgio Luiz Alves Rocha

Patrícia Oliveira de Freitas

Resumo: Este texto é uma reflexão metodológica sobre questões relacionadas à pesquisa institucional Infância, Juventude e Indústria Cultural: Sociedade, Cultura e Mediações – Imagem e Produção de Sentidos, desenvolvida no ProPEd-UERJ. Nesta pesquisa, nosso objeto de pesquisa são os animencontros, reuniões de jovens que interagem com os produtos da indústria cultural japonesa, constituída pelos mangás, os animês e os vídeo-games. O referencial teórico mais amplo é aquele dos estudos culturais latino-americanos, que considera que as audiências possuem um papel ativo, construindo novos significados com as mensagens recebidas. Metodologicamente utilizamos os procedimentos de inspiração etnográfica: observação de campo, entrevistas e confecção de cadernos de campo. Como muitas das pesquisas realizadas com jovens, seu objetivo é entender a juventude como fase da vida que possui um significado próprio, valorizando-a, atribuindo ao jovem o status de protagonista. Entretanto, não basta apenas afirmar esta centralidade do sujeito jovem, pois sua narrativa pode ser negada pelos procedimentos metodológicos. No contexto do trabalho científico, é o pesquisador quem em última instância transforma os encontros que ocorreram no campo em um relato. Daí emergem alguns problemas, como, por exemplo, como considerar a relação entre o binômio experiência-interpretação ou qual é natureza da escrita produzida a partir do contato com outro? Desnaturalizar os procedimentos metodológicos por nós utilizados nos auxiliará a evitar obscurecer este outro, a quem julgamos ter algo a nos dizer e com quem podemos tanto aprender.

Título A experiência cidadã em contextos educativos não-escolares: representações e práticas de jovens pertencentes ao escutismo

ID 1592

Autores José Augusto Palhares

Resumo: Assiste-se ao avolumar das tensões e contradições no seio da instituição escolar, para onde confluem, cruzam e se sintetizam distintas lógicas e racionalidades, muito por força das transformações em curso nas sociedades contemporâneas, da sedimentação da ideologia da sociedade da informação (do conhecimento, da aprendizagens, entre outras buzzwords) e do aparecimento de outras formas de produção e de mediação de saberes e de conhecimento. Concomitante, observa-se também a proliferação de contextos, processos e projectos de âmbito não-formal e informal, como que a dar expressão ao antigo projecto da cidade educativa. Novos e velhos sítios de educação e formação coexistem, não obstante a omnipresença crescente da escola no quotidiano das crianças e dos jovens e o seu alargamento para outros espaços e tempos educativos e formativos. Face a este desafio, desenvolvemos uma pesquisa empírica junto de um contexto juvenil de educação não-escolar (não-formal e informal), o escutismo, a partir da qual procurámos compreender de que modo os jovens envolvidos no movimento construíam a sua subjectividade e a sua experiência cidadã. Impunha-se, então, questionar os jovens sobre o lugar das instituições educativas na sua vivência quotidiana, assim como o seu papel na realização da agenda da humanidade, quando reportada aos valores da paz, da solidariedade, do ambiente, entre outros igualmente significativos. Os dados que mobilizaremos nesta comunicação resultam, sobretudo, da administração de dois inquéritos por questionário realizados em 2001 e 2007, no decurso de actividades de âmbito nacional do referido movimento.

Mesa: Educação, formação e aprendizagens - 6 de Fevereiro - 14h30 - 103

Moderador: Raquel Moreira

Título Tertúlia literária dialógica: leitura dialógica como proposta de transformação das relações sociais

ID 402

Autores Vanessa Cristina Giroto

Resumo: Este resumo consiste em apresentar uma pesquisa de mestrado concluída em fevereiro de 2007. A prática desenvolvida denomina-se Tertúlia Literária Dialógica (Flecha 1997, Mello 2006), articula leitura de mundo e leitura da palavra (Freire e Macedo, 2002). A leitura de literatura clássica universal na Tertúlia orienta os princípios da aprendizagem dialógica, superando a idéia determinada na sociedade capitalista informacional de quem pode e quem não pode ter acesso ao conhecimento de boa qualidade, marginalizando muitos grupos e culturas. (Freire 2005, Castells 1994, Habermas 1987). Buscando compreensão do quanto as práticas dialógicas podem contribuir para o aprendizado de crianças e adolescentes e transformar as situações de desigualdades vividas por elas, investigamos: quais conhecimentos e aprendizagens crianças com baixa escolaridade, residentes em um bairro de periferia urbana, podem desenvolver, a partir da literatura clássica universal, em dinâmica de Tertúlia Literária Dialógica? A metodologia utilizada foi a comunicativo-crítica, que busca interpretar a realidade, juntamente com os/as participantes. Foram realizadas entrevistas em profundidade com cinco participantes e suas respectivas famílias e grupos de discussões comunicativos entre crianças, adolescentes e seus familiares. Os resultados indicam diferentes formas de ensinar e aprender a partir da leitura dialógica: estabelecimento de relações entre as histórias lidas, suas próprias histórias, vivências e comentários que trazem de mundo sobre assuntos da sociedade, como fome, violência, política, escravidão etc. Indicaram também, repercussão para outros espaços como o ambiente familiar e escolar, mudanças de hábitos e atitudes, a partir da apropriação dos princípios da aprendizagem dialógica em suas vidas.

Título Da escola à clínica do social: a dificuldade de aprendizagem como demanda à análise.

ID 1132

Autores Cristina Monteiro Barbosa

Resumo: O desenvolvimento deste trabalho é fruto do projeto de extensão, "Intervenção clínica como possibilidade de produção subjetiva", da UFRJ, que visa pesquisa, intervenção e prática clínica. O atendimento psicoterápico é destinado a população de baixa renda localizada na periferia da UFRJ, como a Favela da Maré. Recebemos constantemente diversos encaminhamentos com demandas diferenciadas; dentre estas, enfocaremos apenas as que dizem respeito aos sintomas apresentados por crianças que são encaminhadas a clínica psicológica por dificuldades de aprendizagem. Quem são essas crianças e pais que vem nos consultar? É necessário refletir sobre as queixas de dificuldade de aprendizagem que motivaram as consultas (apresentadas no pedido de intervenção), visando tomar como ponto fundamental o exame do "diagnóstico" apresentado pela escola e pela família e a análise das produções sintomáticas observadas no setting. O nosso objetivo é investigar a partir de entrevistas, sessões livres e lúdicas o que se mobiliza no sintoma, ou seja, o que subjaz ao mesmo. Sabemos que na clínica, através das sessões livres e atividades lúdicas, a criança simboliza construindo uma narrativa sobre as questões que a aflige ao mesmo tempo em que o psicanalista intervém com uma escuta diferenciada. O trabalho consistiu na análise da escuta clínica de crianças e seus familiares, visando circunscrever as demandas produzidas e o que se desvela no sintoma apresentado por dificuldades de Aprendizagem.

Título A arte da narrativa reinventa o cotidiano da sala de aula: outros olhares, outras práticas

ID 1144

Autores Ana Lúcia Aguiar Lopes Leandro, Jean Mac Cole Tavares Santos, Meyre-ester Barbosa de Oliveira

Resumo: Este artigo nasce da experiência como educadores e motiva-se da afirmação central da obra de Walter Benjamin "O narrador" em sua preocupação quanto ao fim da arte de narrar ao argumentar que são cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente. Com essa questão Benjamin nos provoca uma possibilidade de reinventarmos o espaço da sala de aula instalando outro olhar para a construção do processo educativo através da busca de narradores. O trabalho com narrativas gera amplas possibilidades práticas para a formação e aprendizagem no cenário escolar, configurando-se como alternativa quanto ao esvaziamento do espaço tradicional da sala de aula. Permitiu-nos despertar curiosidade, refletir sobre nossa prática, ensinar e aprender fora do espaço escolar, colher histórias de vida de indivíduos que estão fora da

escola, provocar nossos marasmos e resistências, lembrar fatos, reviver situações, reencontrar lugares, verificar que mesmo no corre-corre da vida há pessoas simples que nos dão oportunidade de mexer em nossos “mesmos de todos os dias” como educadores. A pesquisa de campo, pelo viés da História Oral e Etnografia aguçou a escuta e mostrou a importância de exercitarmos o cotidiano da sala de aula pelo itinerário dos textos daqueles próximos, para além dos textos teóricos, distantes dos alunos, que falam muito pouco sobre suas experiências pessoais e os colocam fora de cena como sujeitos da dinâmica social. Professores e alunos a partir dessa metodologia puderam ativar as energias cognitivas dos sujeitos escolares.

Título Leitura: um aprendizado significativo

ID 1241

Autores Anilson Conteratto, Vivian Pilger, Willyam Thums, Ernani Guinzelli, Lucia Regina Sá

Resumo: O aprendizado da leitura sempre foi um desafio para professores e profissionais ligados à educação. É necessário um esforço coletivo de profissionais, a fim de que o gosto e o hábito da leitura seja uma atividade prazerosa. A partir da leitura a criança consegue verificar o verdadeiro sentido do aprendizado lingüístico. Atualmente as crianças têm pouco estímulo para ler, pois os temas sugeridos não vêm ao encontro dos seus interesses imediatos e da realidade em que vivem. Uma avaliação contínua dos saberes e interesses de cada grupo irá contribuir para que haja um aprendizado real e significativo. Na fase do aprendizado é importante também que haja um estímulo por parte dos profissionais e familiares envolvidos no processo. Somente com esta parceria o aprendizado da leitura e de todos os outros saberes ligados a ela será efetivo.

Título Considerações sobre concepções de aprendizagem: perspectiva construtivista e perspectiva comunicativo-dialógico.

ID 340

Autores Raquel Moreira, Vanessa Gabassa

Resumo: O texto que aqui se apresenta refere-se ao trabalho de conclusão de curso em Pedagogia, realizado no ano de 2007. Neste trabalho são apresentadas duas perspectivas de aprendizagem: construtivista e comunicativo-dialógica, a partir de estudo bibliográfico e de análise comparativa das abordagens. A primeira é concebida, principalmente, pelos pensamentos de Piaget, assim como concepções importantes de Ausubel. A segunda concepção é pautada nos princípios de dialogicidade de Freire e de ação comunicativa de Habermas. A partir destes dois conceitos, Flecha apresenta o conceito de aprendizagem dialógica, que se faz a partir de sete princípios: diálogo igualitário; inteligência cultural; transformação; dimensão instrumental; criação de sentido; solidariedade e igualdade de diferenças. O maior objetivo deste trabalho é o de contribuir para a reflexão das práticas pedagógicas escolares, posto que a concepção construtivista é a mais fortemente difundida e presente nas redes de ensino escolar atualmente no Brasil. E, assim sendo, diante dos altos índices de fracasso de ensino de conteúdos escolares, expressos na ausência de sua aprendizagem pelos estudantes do ensino fundamental, faz-se importante ampliar algumas concepções que estão atualmente postas nos processos de ensino e de aprendizagem nas escolas. Enquanto resultado deste estudo verificamos que a perspectiva comunicativo-dialógica engloba e supera a perspectiva construtivista, posto que se baseia na cooperação entre todos e todas, incluindo as pessoas adultas que interagem na sala de aula, apostando numa educação que possibilite o desenvolvimento máximo das capacidades de todas as pessoas, tornando possível a todos e todas o acesso à aprendizagem instrumental.

Mesa: Educação, inclusão e exclusões - 6 de Fevereiro - 14h30 - 307

Moderador: Bruno Eduardo Ferreira

Título A escola indígena e as noções de infância: os Mebengokré-Xikrin

ID 137

Autores Clarice Cohn

Resumo: Essa comunicação discute a noção de “infância” presente nas propostas de políticas de educação escolar indígena no Brasil. Discutindo documentos, legislação e regulamentações das escolas indígenas e os direitos das crianças no Brasil, retoma-se questões de fundo das propostas da chamada “educação escolar diferenciada”, como a interculturalidade, o bilingüismo e o respeito aos processos próprios de ensino e aprendizagem, refletindo-se sobre algo que é pouco tematizado seja nos documentos oficiais, seja nos textos analíticos, a noção de infância que se depura dessas propostas. Afinal, a educação escolar indígena tem por público uma diversidade de povos e culturas que concebem e realizam diversamente sua humanidade e o desenvolvimento e construção da Pessoa humana, de modo intimamente relacionado a concepções de corpo, conhecimento e desenvolvimento infantil. Demonstra-se como esse é atualmente um dos maiores desafios da educação escolar indígena, que no entanto se apresenta silencioso e pouco tematizado.

Título O pós-colonialismo explica a educação do campo no Brasil ou a educação do campo no Brasil explica o pós-colonialismo?

ID 366

Autores Sônia Maria Araújo

Resumo: O estudo resulta de investigações sobre a teoria pós-colonial e a produção da educação do campo no Brasil. Considerando-se, de um lado, que a educação do campo, do ponto de vista das políticas de inclusão, agrupa os sujeitos mais vitimados pela exploração no Brasil, e, de outro, que os estudos pós-coloniais são, na fase de transição paradigmática em que nos encontramos, a alternativa epistemológica mais afeita ao sofrimento humano e à emancipação, levantamos as seguintes questões: a) No contexto das teorias pós-coloniais, quais as propostas articuladas no Brasil que mais se aproximam das lutas de resistência, enfrentamento e emancipação? b) Em que mediada a produção acadêmica na área da educação do campo podem ser consideradas pós-coloniais? Com base na epistemologia do Sul de Boaventura de Sousa Santos e na Colonialidade do Poder de Quijano, identificamos a educação do campo como um fenômeno social que pode, particularmente, estar sendo interpretado com base na teoria pós-colonial e, neste caso, se pôr como um conhecimento

contra-hegemônico e, portanto, alinhado às alternativas contra o neoliberalismo, a subjugação e a perspectiva de transnacionalização da educação. Todavia, tal lugar não é possível sem um certo deslocamento e desdobramento da matriz originária da teoria pós-colonial, já que a educação do campo não é uma prática discursiva com marcas e rastros da colonização portuguesa, mas de resistência e enfrentamento propositivo contra forças políticas internas e externas de seu território.

Título Expansão recente da escola pública fundamental no Brasil: elementos para a análise de uma metamorfose institucional

ID 600

Autores Mônica Peregrino

Resumo: Afirma Robert Castel: um dos problemas referentes às sociedades de capitalismo avançado, e em especial à “nova pobreza” que nelas emerge, relaciona-se às pressões pela desfiliação de contingentes populacionais, tanto pelas “mutações” sofridas pelo capitalismo, quanto pelas formas configuradas pelos estados nacionais para gerir a “miséria” das novas “realizações” deste. No Brasil, a pobreza tem contornos estruturais e relaciona-se às particularidades de nossa formação social. Acumulamos capital às custas da subalternidade de porção massiva da população; por outro lado, o acúmulo de capital não se reverteu em distribuição de “bens sociais”, mas em mais acúmulo e concentração dos mesmos. Neste contexto, não produzimos densas redes de seguridade social e a maioria da população opera com formas de sociabilidade às margens do Estado. A década de 90 e a ação das políticas que eximem o Estado das relações de proteção social, mas reforçam seus mecanismos de controle, realizaram-se, entre nós na configuração de uma sociedade que beira a apartação. Esta proposta discutirá os contornos tomados pela expansão recente de uma das instituições públicas basilares nos processos de “filiação” social: a escola pública fundamental. E o fará balizada por algumas interrogações: 1) Como se expande, numa sociedade marcada por graves desigualdades, uma instituição que se legitima na distribuição desigual do capital simbólico que detém? 2) Qual o impacto deixado por essas modificações nas instituições escolares? 3) Que marcas vem sendo deixadas por esta expansão nos processos de escolarização pública? 4) Apontariam tais mudanças para a construção de novos pactos institucionais?

Título A situação escolar de alunos(as) da periferia urbana no Brasil

ID 850

Autores Eglén Silvia Pípi Rodrigues

Resumo: O artigo aqui apresentado é resultado de uma pesquisa de mestrado, cuja temática buscou investigar a visão que as crianças das séries iniciais da escola pública de periferia urbana têm sobre sua situação escolar. Para tanto, os objetivos propostos neste estudo foram: descobrir como a criança descreve, analisa e qualifica as aprendizagens que adquire na escola; conhecer quais os tipos de relação elas desenvolvem com instituição; verificar se há relação entre os conteúdos ensinados na escola e sua vida. Os autores selecionados que deram sustentação teórica para a análise dos dados foram: a teoria da ação comunicativa de Habermas, o conceito da aprendizagem dialógica de Flecha e também o conceito de dialogicidade de Freire. Tal pesquisa foi desenvolvida em uma escola pública de periferia urbana, no interior do Estado de São Paulo (Brasil). A abordagem metodológica utilizada foi o estudo de caso, pautada em entrevistas semi-estruturadas. Os sujeitos participantes da pesquisa foram seis alunos do ensino fundamental (quatro meninos e duas meninas) que apresentavam rendimento escolar diversificado (rendimento satisfatório, rendimento regular e rendimento insatisfatório). No que diz respeito aos resultados deste estudo investigativo, os dados mostraram que a percepção os(as) alunos(as) têm a respeito da função da escola envolve tanto a socialização que a instituição realiza, quanto o seu papel de agente formador. Porém quanto à aprendizagem efetiva, nem todas as crianças tiveram acesso ao saber escolar, e elas se ressentiam disso.

Título Representações e impressões sobre o corpo - educação inclusiva e as práticas da educação física inclusivas no ensino público no Estado do Pará

ID 1208

Autores Eleanor Gomes da Silva Palhano, Adriane Giugni da Silva, Albéria Xavier de Souza Villaça

Resumo: A pesquisa se propôs a analisar as tematizações existentes sobre o corpo, representações, e as múltiplas relações com o cotidiano das pessoas com necessidades especiais, face às exigências das formas de globalização, presentes no interior da sociedade capitalista. O estudo priorizou a Educação Física e a Educação Especial no Brasil, tendo como cenário as escolas públicas de cidades do Estado do Pará. O recorte dado à pesquisa foi o de verificar como a Educação Física possibilita processos de inclusão escolar junto aos alunos portadores de necessidades especiais - alunos com deficiência mental. Objetivou, ainda, realizar uma reflexão sobre o processo de aproximação entre o aluno com necessidades especiais e a disciplina Educação Física; buscou-se, examinar a influência desta no processo de ensino e aprendizagem desses alunos. A relevância da pesquisa está no método utilizado pelas pesquisadoras quando constataram, pela via dos relatos e das experiências dos docentes da área de Educação Física, como os alunos passaram a reagir quando efetivamente iniciaram suas atividades no campo da Educação Física, isto é, como a prática pedagógica possibilitou a inclusão escolar. A pesquisa utilizou-se dos procedimentos: Pesquisa etnográfica, com entrevistas semi-estruturadas, realizadas em 30 (trinta) escolas, públicas e privadas; participantes alunos portadores (as) de necessidades especiais e professores da área de Educação Física. Nesse cenário, ressalta-se a importância da Educação Física Adaptada, um programa elaborado para suprir as necessidades especiais dos indivíduos que tem como base uma metodologia individualizada, voltada para a aptidão física motora, e padrões motores fundamentais.

Mesa: Educação, inclusão e exclusões - 6 de Fevereiro - 14h30 - 308

Moderador: Mônica Brunner Schiffer

Título A preparação para o trabalho dos jovens envolvidos com o comércio varejista de drogas ilegais no Rio de Janeiro

ID 80

Autores Herminia Silva, Leonardo Castro, Gilberto Silva, Dinair Hora

Resumo: Esse texto tem por objetivo discutir o processo através do qual os jovens das comunidades desassistidas pelo Estado e pela sociedade na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, são preparados para desempenharem as funções que existem na estrutura do comércio varejista de drogas ilegais, considerando, por um lado, que nessa cidade, a partir da década de 80, os jovens das comunidades ocupadas pelo tráfico estão sendo socializados em contextos onde está sendo disseminada uma sub-cultura do combate e onde o espaço da sociabilidade está esvaziado, e, por outro, que esses jovens não encontram instituições ou ações protetoras e de supervisão que garantam o efetivo acesso aos benefícios da vida moderna, entre eles educação formal de qualidade. A base empírica da discussão travada aqui foram entrevistas realizadas em dois períodos diferentes – 2003 e 2006 – em uma instituição que recebe jovens de 16 até 18 anos, do sexo masculino, que estão cumprindo medida de internação. A relação do tráfico com a comunidade, por sua vez, foi investigada a partir da análise de estudos realizados sobre esses territórios e sobre as crianças e jovens que atuam no comércio varejista de drogas ilegais.

Título Discriminação racial e processo de ensino/ aprendizagem de crianças negras – São Paulo-BR

ID 362

Autores Maria Valéria Barbosa

Resumo: O projeto de pesquisa Relações étnico-raciais e formação de professores desenvolvido em escolas públicas do estado de São Paulo, partiu do pressuposto de que existe um obstáculo a mais no processo de ensino/aprendizagem de crianças negras e que, em muitas escolas, esse obstáculo, denominado racismo, não é considerado importante. O quadro de exclusão do negro na educação formal é evidente desde o período pré-abolição, no entanto, em trabalhos desenvolvidos nos anos 90, por Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva, já se constatavam que os estudantes pretos e pardos têm níveis de escolaridade inferiores aos dos brancos de mesma origem social e percebem que as referidas diferenças são conseqüências das desvantagens que esses alunos enfrentam ao longo de todo o percurso escolar, se acentuando nos últimos anos. Esse padrão de discriminação permanece, pois dados de 2003 evidenciam as mesmas determinantes. Nessas pesquisas mais recentes se explicitam que mesmo em condições socioeconômica familiar superior o quesito raça continua influenciando o desempenho escolar dos alunos negros em relação aos alunos brancos, demonstrando uma complexidade que ultrapassa as desigualdades de classe social no âmbito das diversas formas de manutenção das estruturas excludentes da sociedade capitalista contemporânea. A reprodução do racismo na escola aponta para a necessidade de aglutinar medidas articuladas e eficazes para enfrentar o problema. Sendo assim, propõem-se na referida pesquisa desenvolver formas concretas de superação dessa desigualdade de desempenho escolar entre alunos negros e brancos, a partir da formação de professores.

Título Mãos, Muletas e Pedras: pontos e contrapontos nos caminhos da educação inclusiva

ID 884

Autores Eduardo Gomes Onofre, Renata Macédo Furtado, Francisco de Assis Santos Azevedo

Resumo: Os desafios encontrados no processo de inclusão escolar pelos alunos que apresentam algum tipo de deficiência vêm despertando interesses de estudiosos na área da educação inclusiva. Dessa forma, o presente trabalho teve como foco principal investigar as barreiras que dificultam o acesso e a permanência das pessoas com deficiência física nas escolas regulares na ótica dos associados da FCD (Fraternidade Crista dos Doentes e Deficientes), no município de Campina Grande (PB) – Brasil. Participou da pesquisa 10 (dez) associados com deficiência física que freqüentavam um curso preparatório com o objetivo de melhor o grau de escolaridade. A pesquisa foi realizada no período de março a dezembro de 2006. Utilizamos como procedimentos metodológicos a entrevista e a observação in loco. Os resultados indicaram que atitudes preconceituosas de docentes e discentes, a arquitetura das escolas e uma baixa condição socioeconômica são as principais barreiras no processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência física. Portanto para que possamos alcançar as metas da inclusão são necessários que a escola adapte os espaços físicos, favoreça ao corpo docente uma formação continuada que contemple os idéias da educação inclusiva e desenvolva um trabalho de conscientização com a comunidade.

Título Cultura escolar inclusiva: fragmentos da fala do professor

ID 1470

Autores Maria Cristina da Rosa Fonseca da Silva, Daniela Almeida Moreira, Margarete Cascaes Bornelli

Resumo: Socializamos o processo de pesquisa que teve como objetivo averiguar os objetos pedagógicos criados pelos professores de arte em classes inclusivas. A pesquisa iniciou em 2006 com estudo piloto que investigou como se constituiu a prática pedagógica e o uso de objetos pedagógicos no ensino de arte, em uma escola pública na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina - BRASIL. No ano de 2007 e 2008 a investigação foi ampliada com mais nome entrevistas com professores. Observou também o contexto da sala de aula de doze crianças com necessidades especiais. A pesquisa de caráter qualitativo identificou três categorias de análise, já presentes no estudo piloto, a saber: inclusão, formação de professores e o papel da arte nos processos de inclusão. Uma quarta categoria nomeada de políticas públicas emergiu dos dados das entrevistas com os professores. Os dados de pesquisa foram coletados a partir da sistematização das entrevistas e sistematização das observações. A pesquisa abarcou um conjunto de sete escolas públicas. Consideramos a importância da pesquisa por tratar-se de um estudo inovador no âmbito do ensino de arte e também pela possibilidade de que os seus resultados possam ampliar a formação inclusiva na formação de professores de arte. O uso polissêmico do termo inclusão na área de artes é comum as outras áreas de conhecimento no âmbito das ciências sociais, no entanto as práticas de acesso e experimentação das práticas artísticas se constituem como processos diferenciados no âmbito das relações educativas.

Título A Inclusão Social na Presente Globalização

ID 1638

Autores José Luís Vieira de Almeida

Resumo: O conceito de inclusão social tem origem na discussão da imigração interna na Europa. Assim, desde um ponto de vista dialético, não há exclusão, mas sim, formas de inclusão.

Mesa: Educação, conhecimento, concepções e práticas - 6 de Fevereiro - 14h30 - 309

Moderador: Adriana Soares Freitas Souza

Título Entre a Dor e a Esperança: Educação para o Diálogo em Martin Buber

ID 31

Autores Katia Mendonça

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir as idéias de Martin Buber acerca da educação e do papel do educador em sua correlação com tempos de crise. O diálogo, a partir de uma interface entre a sociologia, a teologia e a filosofia, ocorre estimulado por dois temas fundamentais: a dor da barbárie e a esperança. Trabalhar com uma educação voltada para o diálogo e para a construção de uma cultura de paz e solidariedade em tempos sombrios e vazios de sentido como os nossos significa, antes de tudo, perceber a tensão entre esses dois eixos que envolvem a vida dos homens na sociedade atual. A perspectiva buberiana acerca da tarefa de educar vem, sem dúvida, levantar algumas questões fundamentais que remetem não só às exigências da condição de educador, mas às possibilidades de educar em meio ao caos e à violência deste século.

Título Sílvia Lane: uma vida dedicada à pesquisa

ID 500

Autores Esther Alves de Sousa

Resumo: A presente comunicação tem por objetivo compartilhar as contribuições da precursora da Psicologia Social Brasileira, Sílvia Lane. Preocupada com as desigualdades sociais, estimulou uma prática social voltada para a realidade brasileira, visualizando a transformação do indivíduo. Buscamos conhecer seu trabalho como professora e orientadora de mestrado e doutorado. Também foram objetos de análise sua produção acadêmica e científica, no intuito de mostrar a importância que atribuía às pesquisas desenvolvidas por seus alunos, como produção significativa para sua linha de pesquisa. No tratamento das fontes foram identificados os autores referenciados nas dissertações e teses, e destacados os mais utilizados. Percebeu-se que Marx se faz sempre presente, direta ou indiretamente, o que comprova que Lane foi muito fiel à linha que difundiu na Psicologia Social, assim como à presença de Vigotski e Leontiev, que fundamentaram suas reflexões e forneceram as categorias fundamentais do psiquismo humano com as quais ela e seus orientandos trabalharam. Lane foi a autora mais referenciada por seus orientandos, fundamentando suas pesquisas e fornecendo subsídios para suas reflexões, pois se alimentava da pesquisa de seus orientandos, resultando em uma nova produção para subsidiar as pesquisas em andamento. Sílvia Lane orientou ao todo 63 trabalhos em Psicologia Social na PUC de SP, no período de 1974 a 2006, baseados em diferentes categorias teóricas e relacionadas a vários campos da vida social, o que mostra a amplitude de sua produção e a coerência com uma perspectiva teórica crítica de uma prática psicológica socialmente comprometida.

Título Educar para desconfiar? As interseções entre confiança e controle no cotidiano da educação escolar

ID 666

Autores Igor Valentim, Nadine Cabral

Resumo: Estudar sobre confiança está cada dia mais em voga nas sociedades contemporâneas desde, principalmente, a última década do século 20. Muitos consideram que vivemos uma crise generalizada de desconfiança, habitando um mundo no qual cada vez mostra-se mais difícil encontrar pessoas nas quais podemos confiar. Não obstante, diversos estudos consideram que para confiarmos nos seres humanos com os quais convivemos necessitamos de 'boas razões', ou mesmo apontam a importância de que controlemos sistematicamente o risco de confiarmos ou não nestas pessoas, já que confiar 'cegamente' seria arriscado demais. Mas afinal, se trata de confiar ou controlar? Ao nos atentarmos ao papel contemporâneo da educação escolar e de suas influências na construção das subjetividades dos alunos, Maturana e Dávila (2006) são categóricos ao considerar que vivemos uma cultura centrada em relações de dominação e submissão, perpassada pelo controle e pela desconfiança. O objetivo deste trabalho consiste em compreender, a partir de uma investigação realizada em uma escola privada localizada em Porto Alegre, Brasil, quais as relações existentes entre a construção dos próprios significados da confiança para os alunos e os mecanismos de controle existentes dentro da escola. Os dados provenientes das observações foram complementados com entrevistas semi-estruturadas conduzidas com alunos do ensino médio. Buscamos não apenas responder questões mas principalmente inventar perguntas. Na perspectiva dos alunos, como eles se sentem com relações às exigências, normas e padrões construídos pela escola? Como estes mecanismos de controle afetam a construção/desconstrução das significações da confiança para estes alunos? Estamos educando para a desconfiança?

Título A Superação da desigualdade: paradigma liberal de educação X ontologia do ser social – o confronto necessário

ID 1050

Autores José Luis Almeida

Resumo: As desigualdades entre as sociedades fomentam e, ao mesmo tempo, são sustentadas pelas desigualdades internas a cada uma delas. A educação burguesa, nas suas três expressões: a Escola Tradicional, a Escola Nova e as Pedagogias Contemporâneas, reproduz as desigualdades tanto entre as sociedades quanto no interior de cada uma delas. Assim, a superação da Escola Burguesa contribuiria para a superação dessas desigualdades. Nesse processo, não é suficiente a promoção de mudanças de cunho metodológico, como querem, por exemplo, os representantes da pedagogia histórico-crítica ou mudanças nas relações de poder como defendiam os libertários. A superação da Escola Burguesa requer uma crítica radical ao paradigma liberal de educação que é calcado na necessidade de o estudante acumular conhecimentos, seja pela reprodução do conhecimento clássico (Escola Tradicional), pela experiência individual (Escola Nova) ou a aquisição de competências, habilidades e saberes (Pedagogias Contemporâneas). Nesta pesquisa, o paradigma liberal de educação é confrontado com a Ontologia do Ser Social desenvolvida por George Lukács. Esta Ontologia permite que a educação tenha por base o estabelecimento, por parte do estudante, de relações abstrato/concretas entre conceitos. Deste modo, supera-se a necessidade de acumular conhecimentos, e, com ela, a

hierarquia entre quem conhece e quem não conhece. Esta proposta é fundada no preceito da igualdade na diversidade. Por isso, os estudantes são iguais e diferentes ao mesmo tempo, superando assim, as falsas questões colocadas tanto pela pedagogia tradicional quanto pela nova.

Título A educação e o brincar: espaço para construir, reinventar

ID 1100

Autores Mércia Maria de Santi Estácio Méia

Resumo: Esta pesquisa tem o propósito de discutir o fazer pedagógico que utiliza o brincar como um dos aspectos norteadores na busca por uma aprendizagem significativa, bem como, na superação/modificação de posturas inadequadas no cenário escolar. Trata-se de um estudo de caso e tem como campo uma Escola Municipal em Natal, no Rio Grande do Norte. Partimos da premissa de que o brincar é importante para o desenvolvimento e a estruturação física e mental da criança e, portanto, relevante no contexto escolar. Acreditamos na necessidade de espaços e tempos para tais atividades na escola, atribuindo ao brincar significado para além do entretenimento, o de assegurar dentre outros aspectos, o respeito à infância e a todas as suas singularidades; a construção de valores; o exercício da autonomia e cidadania. Questiona-se sobre a diminuição do espaço e do tempo do brincar nas escolas, e sua substituição por outras atividades, que privilegiam apenas o desenvolvimento da cognição e a aprendizagem de conteúdos específicos. A diminuição do brincar no universo infantil cerceia o direito de acesso a esse componente que é uma atividade/necessidade humana. Vivemos em sociedades desiguais, observamos confrontos entre os paradigmas educacionais, mas sabemos, contudo, que, a educação pode diminuir essa desigualdade, mas é necessário investir na formação dos educadores, para que a educação cumpra o seu papel contribuindo para a formação de cidadãos críticos, autônomos e reflexivos.

Título A educação, substrato do trabalho docente

ID 1484

Autores Dione Maribel Lissoni Figueiredo, Maria Zita Figueiredo Gera, Josiani Julião Alves Oliveira, Elizabeth Regina Negri Barbosa

Resumo: Consideramos importante dirigirmos nossa atenção para o trabalho que o professor desenvolve dentro da sala de aula, destacando características essenciais ao desenvolvimento da ação pedagógica. O problema está em definir e explicar em que consiste este desenvolvimento e, principalmente, em estabelecer o tipo de ação educacional mais adequada para promovê-lo. Cabe ressaltar que as questões aqui levantadas foram orientadas pela preocupação com a construção de sujeitos concretos que vivenciam relações sociais, que se constroem historicamente e que também sofrem a ação da história. Consideramos que a educação constitui o principal desafio de nossa época. O problema transcende o ambiente brasileiro e projeta-se na ordem mundial. O mundo tornou-se por demais pequeno, reduzido pela habilidade e inteligência do Homo sapiens, que superou o tempo e a distância. Profundas transformações acontecem no domínio da ciência e da tecnologia, instrumentalizando o homem com recursos novos nunca imaginados. O impacto dessas conquistas alcançadas num processo acelerado de que não há precedentes na história, inquieta a humanidade e, principalmente a juventude mais apta a assimilá-la. Os fenômenos educacionais não podem ser compreendidos em si mesmos, pois a educação constitui um setor da prática social humana, cujo espaço e características só se definem em função do contexto global no qual estão inseridas. Devemos reconhecer o impacto das atuais transformações econômicas, políticas, sociais e culturais na educação e no ensino.

Mesa: Formação de professores e educadores - 6 de Fevereiro - 14h30 - 310

Moderador: Neide Cardoso de Moura

Título Formação do educador social, a partir das práticas de atendimento

ID 117

Autores João Clemente Souza Neto

Resumo: A influência das práticas de atendimento na formação e na construção da subjetividade do educador social pode ser verificada por meio da metodologia de estudo de caso. Analisar esta questão requer um repensar do conhecimento científico e do papel do sujeito educador, o qual se apropria de sua história, ressignifica os fatos e transfaz sua vida, trazendo diferentes sentidos ao sofrimento humano. O campo de atuação do educador social é complexo, uma vez que se trata de um território no qual se entrecruzam diferentes biografias, marcadas por sofrimentos e dramaticidade humana. É nesse território que devem emergir teorias que possam avaliar a ação pedagógica dos educadores. Esta cosmovisão leva o educador a uma práxis pautada na relação entre o educando e o contexto social, mais pela linha de construção e de ressignificação dos conhecimentos e dos conflitos, do que pela transmissão de conteúdos. Este estudo é resultado de uma pesquisa de intervenção, acrescida de experiência profissional e de resultados de pesquisas de meus orientandos. O conhecimento não é estático e nem dado, mas é construído e desconstruído na dinâmica das relações.

Título Praxis ética e formação de professores

ID 133

Autores Francisco Donizete Pereira

Resumo: As propostas de formação ética de professores não se configuram ainda como mediação para a ação moral efetiva. Evidenciam-se dificuldades em tornar eticamente fecunda a ação dos professores a partir de determinado dimensionamento teórico, devido ao fato da ação humana sempre estar às voltas com possibilidades limitadas ou impossibilidades práticas. O objetivo desta comunicação é indicar que não é mais suficiente o discurso moral para a ação docente e sugerir uma discussão em direção à práxis ética. Questiona a proliferação de retóricas morais que apenas conclamam a importância ou a falta de ética na formação e na ação de professores. Afirma a necessidade de proposição de mediações que permitam aos professores empreenderem alguma forma de compromisso efetivo com a ética, sob risco de esvaziamento contínuo do sentido propriamente ético de ser. Propõe à reflexão duas mediações possíveis para a ação

ética de professores: dimensão curricular-profissional e dimensão institucional. Inicia enfatizando a importância da discussão ética a partir de sua negação em diferentes instâncias e situações, particularmente nas instituições de ensino. Acena para a dimensão primeira do abrir-se, sensibilizar-se e motivar-se em direção ao sentido ético de ser e à maneira moral de agir e propõe à discussão a possibilidade da práxis ética nas dimensões referidas a partir do paradigma ético do acordo intersubjetivo como teoria ético-moral adequada para factibilizar a ética como práxis efetiva de professores nas instituições de ensino.

Título Traçando o caminho entre a formação continuada e a reconfiguração de práticas na escola: narrativas de uma professora de arte

ID 485

Autores Lucimara Cristina de Paula, Ana Lúcia da Silva

Resumo: Muitas pesquisas têm denunciado a inadequação das propostas de formação continuada oferecidas aos professores que atuam no ensino das crianças, por desconsiderarem a organização, o funcionamento e a cultura de cada instituição, ignorarem as relações estabelecidas nos sistemas de ensino, não atribuírem importância às vozes daqueles que atuam neste sistema e, conseqüentemente, inviabilizarem a instauração de transformações na educação, tanto no âmbito profissional como no âmbito institucional. No entanto, algumas iniciativas interessantes de formação, somadas ao comprometimento de muitos educadores, demonstram bons resultados por oferecerem contribuições valiosas à prática e ao desenvolvimento profissional dos docentes. Elementos significativos desta relação podem ser apreendidos e significados a partir das narrativas dos educadores que constroem a prática pedagógica e se constroem, no caminho da aprendizagem profissional, que trilham enquanto sujeitos que assumem a posição de formadores e de formandos. Nesta pesquisa, uma professora de Arte, que trabalha com crianças entre 7 e 10 anos, relata as mudanças ocorridas em seu trabalho, pautado em diferentes linguagens, relacionadas aos conhecimentos e discussões oferecidos por meio de um curso de formação continuada. Tais mudanças permitiram refletir sobre a questão: que elementos presentes na subjetividade de cada indivíduo e nas propostas de formação perfazem o caminho para a reconfiguração de práticas na escola? A entrevista semi-estruturada foi utilizada como instrumento para a coleta e análise dos dados, dentro de uma abordagem qualitativa de pesquisa educacional que utiliza as narrativas como meios potenciais para o desvelamento e compreensão do processo de constituição dos professores.

Título Saberes e vivência em direitos humanos: a capacitação dos professores da rede

ID 571

Autores Leonardo Novaes Bastos

Resumo: Problematiza as práticas dos docentes municipais de Vitória/ES no trabalho pedagógico com os direitos humanos na educação escolar. Perseguem-se os objetivos: verificar como os principais instrumentos normativos tratam da educação para os direitos humanos; analisar o curso formativo para a vivência e promoção dos direitos humanos nas práticas pedagógicas, identificando as principais linhas teóricas; verificar a compreensão dos docentes sobre a cultura dos direitos humanos na formação continuada; observar as práticas educativas em direitos humanos ensejadas pelos saberes trabalhados no curso de formação dos professores da rede. De natureza qualitativa, numa vertente jurídico-sociológica, a pesquisa se desenvolve em dois momentos. No primeiro busca-se a contribuição de autores acerca do objeto da pesquisa e análise dos instrumentos normativos. No segundo, a pesquisa de campo. Quanto à análise da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, observamos uma convergência para a consagração dos direitos humanos como eixo norteador de toda prática educacional. Conquista essa dos movimentos sociais/educacionais contra o período ditatorial no Brasil e inscrita na Constituição Federal de 1988. Mas dos anos 90 para cá a sociedade brasileira ainda é marcada por uma exclusão e assimetria. Na atual fase da pesquisa, centrada na observação-participante do curso de formação de professores, percebemos o esforço deles na compreensão das contradições sociais e elaboração de estratégias de superação da exclusão, através de práticas pedagógicas com vistas a uma cultura de direitos humanos.

Título Formação docente: um estudo sobre o educador da Sociedade Lusófona Brasileira

ID 1139

Autores Adriana Soares Freitas de Souza, Ana Lúcia Pereira, Lilian Corrêia Pessoa, Rosineide B. Xavier, Soraya Ramirez

Resumo: Busca-se, nesse estudo, discutir algumas questões referentes à Formação de Professores no Brasil. Para tanto, o estudo parte de um breve levantamento histórico que demonstra a influência de Portugal nesta formação. Outras leituras e pesquisas foram imprescindíveis para fundamentar o delineamento deste trabalho: A análise da Constituição Federativa do Brasil (1988); da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº. 9394/96.); da Resolução nº. 1, de 15 de maio de 2006 do Conselho Nacional de Educação e do Plano Nacional de Educação (PNE). Quanto à formação básica dos professores, procedeu-se ao levantamento dos dados junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Tema atual de discussão e debate, a formação continuada de professores também se faz presente na construção desta pesquisa. O estudo desvelou que o professor e sua formação são componentes fundamentais para que se efetive uma prática educacional de qualidade. Por isso ser tão importante é necessário que o docente tenha consciência de seu papel de agente transformador da sociedade, embora esta não seja condição suficiente para a resolução dos problemas educacionais de um país.

Título A formação de professores e o contexto multifacetado da escola: a socialização escolar de alunos vítimas de violência sexual

ID 1295

Autores Rogeria da Silva Martins, Maria Elisabete Souza Couto, Jacyara Narciso Souza

Resumo: Este trabalho propõe a analisar e discutir a relação do trabalho docente e as implicações concernentes aos problemas escolares de alunos que são vítimas da violência sexual, imprimindo uma nova dinâmica ao trabalho do professor, sobretudo, no campo da formação, da aprendizagem e das questões referentes às implicações conceituais, institucionais e legais que se colocam no cotidiano do trabalho docente, uma vez que a violência afeta significativamente o

ambiente escolar, na medida em que imprime uma fragmentação nas relações e prejudica a qualidade do desempenho acadêmico dos alunos e professores. Uma das grandes preocupações que a Pedagogia sempre teve ao longo da construção de seu campo de conhecimento é a colocação da imagem da infância numa dimensão constituidora de direitos, a partir de sua inclusão ao sistema de ensino e de sua formação numa perspectiva emancipatória. A violência sexual tem colocado em cheque várias perspectivas dessa dimensão emancipatória exigindo um aprofundamento do debate teórico sobre os processos de socialização; da formação intelectual e ética; identitária e cultural, permitindo produzir um tipo de conformação no processo de elaboração de sua segregação e classificação; e os processos de aprendizagem escolar das condições adversas que esses alunos estão submetidos. A vertente deste trabalho tenta elucidar a configuração política institucional que implica no processo de regulação escolar desses contextos sociais, marcadamente por um processo de isolamento social e institucional, levando em consideração os aspectos regionais e institucionais inseridos nos quatro municípios pesquisados, no sul da Bahia: Ilhéus, Itacaré, Itabuna e Porto Seguro.

Mesa: Formação de professores e educadores - 6 de Fevereiro - 14h30 - 311
Moderador: Maria Auxiliadora Soares Fortes

Título Direitos humanos e gênero na formação da educadora e do educador
ID 193

Autores Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo

Resumo: Neste texto, discutiremos a questão do currículo dos cursos de formação inicial do educador e da educadora bem como aqueles de formação continuada, no que diz respeito aos direitos humanos e gênero. Traz parte das constatações de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida em escolas públicas do Estado de São Paulo. No geral, pode-se afirmar que o processo de socialização não tem promovido a formação em direitos humanos para o exercício da cidadania, na medida em que nas duas instâncias (formal e informal) com destaque para os cursos de formação de educadores e educadoras, a questão dos direitos humanos e de gênero não são abordadas. Apesar das temáticas constarem das políticas educacionais brasileiras atuais, na escola, no processo de formação de sua identidade, as crianças e jovens têm assimilado valores e padrões de papéis femininos e masculinos e, freqüentemente, os direitos humanos são concebidos de forma distorcida, dificultando a concretização da cultura em direitos humanos. Isto se dá em grande parte porque não houve uma formação que abordasse a democracia, os direitos humanos e a questão de gênero, assim, a escola continua a ser reforçadora da desigualdade que ainda se constata na sociedade como um todo.

Título A formação do professor na ótica da educação popular
ID 66

Autores Maria Helena da Silva Virginio

Resumo: Este artigo sobre Formação de Professores na ótica da Educação Popular faz parte das reflexões teóricas em torno da Formação de Professor, resgatando: conceito, origem, características, assim como, Formação de Professor na Educação Popular. Nas discussões cotidianas acadêmicas, fomentadas em sala de aula, especificamente, na disciplina Teoria em Educação Popular, tem-se enfatizado dois pontos. Primeiro, a Educação Popular é um fenômeno de produção e apropriação dos produtos culturais, longe de ser um processo de reprodução do conhecimento. Segundo, a Educação Popular tem sido identificada como uma "ação transformadora". O óbice da Educação Popular está fortemente expresso no primeiro ponto. No tocante ao último ponto, entendemos e compartilhamos com o pensamento Freireano, quando diz que uma ação para ser transformadora, provocar mudanças, é fundamental que o sujeito cognoscente atue na natureza quando percebe que como Ser de relações, ele está no mundo e com o mundo. E nas relações que o homem como sujeito cognoscente estabelece com o mundo na captação de dados objetivos de sua realidade, ele desafia o mundo transformando-o, agindo a partir de seu contexto. (FREIRE, 1983). Esta tentativa de encontrar respostas para todos os problemas existentes no processo de formação de professores, no primeiro olhar, pode parecer inatingível, longe de ser conquistado, embora, sabemos que esta busca é necessária e saudável, porque através destas percrustações, geram-se novas bases na construção do conhecimento que dão sustentação a novos estudos, assim como, assegura a identidade deste profissional, garantindo seu passaporte de ingresso ao magistério.

Título Estágio e Formação Inicial: espaço de constituição da profissionalidade do professor das séries iniciais
ID 130

Autores Magali Aparecida Silvestre, Vera Maria Nigro de Souza Placco

Resumo: O presente estudo objetivou ressaltar a importância dos espaços de supervisão de estágios curriculares como constituintes da profissionalização docente, portanto, fundamentais para a formação inicial. Para tanto, teve como objeto central de análise a apreensão dos significados e sentidos de alunas do curso de Pedagogia, sobre as práticas de ensino supervisionadas desenvolvidas em escolas-campo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que teve como referencial teórico metodológico a abordagem Sócio-Histórica, mais especificamente a contribuição da psicologia sócio-histórica, representada por autores como Leontiev e Vigotski, dentre outros que utilizam esta abordagem para explicar os fenômenos psíquicos, apreendendo a singularidade do ser humano. O modelo de formação inicial que se defende objetiva demonstrar a importância da superação de modelos pautados na racionalidade técnica, assim como de modelos pautados na racionalidade prática. Superação que, acredita-se, deve indicar para a formação de um profissional capaz de contextualizar histórica e politicamente o processo de ensino-aprendizagem, situando sua prática e compreendendo-a como uma prática social que envolve sujeitos e subjetividades e que, intencionalmente, deve intervir na realidade na qual se insere. Encerra-se esse trabalho apresentando uma síntese do conhecimento produzido, que foi se constituindo na medida em que se descobriam os significados das hipóteses iniciais e se compreendia o sentido que todo este estudo denotou à própria formação e identidade profissional do pesquisador. Decorrente da tese arriscou-se indicar alguns aspectos a serem considerados na construção de projetos pedagógicos para os cursos de formação inicial de professores, principalmente aqueles relacionados à concepção e forma de organização dos estágios curriculares supervisionados.

Título “Relações raciais e a Formação do Professor”

ID 143

Autores Rosana Batista Monteiro

Resumo: A construção de pedagogia que não reproduza as desigualdades sociais e raciais e que objetive o respeito à diversidade – promovendo a igualdade racial - de acordo com Resolução CNE/CP 01/2004 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana é tarefa de todos/as os/as educadores/as. A abordagem de conteúdos relativos a relações raciais nos cursos de formação dos profissionais da educação, especialmente nos cursos de Pedagogia, não tem ido além das iniciativas pessoais de professores sensíveis ou que pesquisam a temática, ou ainda que são militantes. Em dois cursos de Pedagogia, em instituições privadas, analisamos como em algumas das disciplinas o tema foi abordado e destacamos o aumento de trabalhos de final de curso sobre “negro e educação”. Além isto, mostramos a relação entre a inclusão dos conteúdos e a iniciativa de professores, estudantes negros e do apoio da coordenação dos cursos como elementos importantes para a implementação efetiva das DCNs sobre relações étnico-raciais. Trata-se de apresentação parcial de dados empíricos de pesquisa que está sendo desenvolvida no Doutorado em Fundamentos da Educação na Universidade Federal de São Carlos – Brasil.

Título Formação docente e avaliação: pontos de reflexão entre professores de uma universidade pública brasileira

ID 462

Autores Ilda Estela Amaral de Oliveira

Resumo: Vivenciamos uma época marcada pela transitoriedade, profundas mudanças, buscas de novos sentidos e de novas práticas. Neste contexto, configuram-se metamorfoses também nos espaços formadores dos indivíduos, ou seja, a escola como lócus de desenvolvimento dos sujeitos. É neste cenário que desenvolvemos a pesquisa “Memórias de Alunos e reflexões de professores: ressignificando a avaliação da aprendizagem”. Trabalhar inicialmente com textos produzidos pelos alunos do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, transitando por suas memórias sobre vivências de avaliação no seu percurso formativo pareceu-nos ser um recurso metodológico bastante profundo para a compreensão do tema. Num segundo momento foi feito um recorte das narrativas desses alunos o que constituiu material de análise e reflexão por parte de docentes pesquisadores do Instituto de Ciências da Educação por meio da metodologia dos Grupos de Discussão. Trabalhamos com a análise de conteúdo e os resultados mostraram-se extremamente reveladores. Identificamos a presença ainda marcante de procedimentos excludentes e classificatórios, embora também estejam presentes manifestações de práticas numa direção mais democrática. Os resultados, apontam também, para a necessidade cada vez maior de investimentos em programas de formação continuada para professores universitários, bem como a ampliação de pesquisas que possam ser socializadas para se discutir as contradições entre o referencial teórico produzido e a realidade do processo avaliativo, objetivando redimensionar a avaliação como experiência educativa mediadora e emancipatória dentro de um contexto maior do trabalho docente. Assim, o processo avaliativo traz desafios que podemos enfrentar vinculando esta discussão ao movimento real de formação de professores.

Título Mídias na Educação e Formação de Professores no Brasil

ID 1261

Autores Guilherme Martins

Resumo: Com o objetivo de propiciar a formação continuada de professores da rede pública que trabalham na educação básica, foi proposto pela Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação do Brasil, em 2005, o Programa de Formação Continuada Mídias na Educação. Para a melhoria da qualidade e dos processos de ensino e aprendizagem, o programa se baseia no uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) nas práticas educacionais, bem como no incentivo à modalidade de educação à distância no setor público. A oferta do programa é realizada mediante a parceria entre órgãos governamentais, secretarias de educação estaduais e municipais e universidades públicas brasileiras. Entre as principais dificuldades apresentadas por professores, coordenadores, tutores e estudantes envolvidos com o referido programa, são destacados problemas como a falta de infra-estrutura tecnológica, conhecimento e acesso às TIC's nas cidades do interior do país. Apesar dos índices de evasão em decorrência de tais problemas, o programa tem contribuído com a formação continuada de professores da rede pública no Brasil. A presente comunicação trata dos impactos do Programa de Formação Continuada Mídias na Educação na região Oeste do Estado do Rio Grande do Norte a partir da experiência da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.

Título Da validade da formação de professores em face da educação especial/ inclusão escolar: numa lógica excludente

ID 1150

Autores Maria Aparecida Santos Correa Barreto, Vanessa Oliveira de Azevedo, Pâmela Rodrigues Pereira, Raniely do Nascimento Kiihl, Haila Lopes de Sousa

Resumo: Analisar as políticas atuais de educação especial/inclusão escolar para a formação de professores em 78 municípios do Espírito Santo, contemplando os diálogos de seus dilemas para a construção de práticas educacionais da/para a educação inclusiva, a partir da escuta dos atores/autores locais. A pesquisa é de natureza qualitativa. Propomos diferentes movimentos não-lineares, tais como: análise de documentos, entrevistas e grupos focais. Utilizamos os seguintes aportes teórico-metodológicos: Bueno (2003), Prietro (2004), Benjamin (1994), Ginzburg (1999), Da Matta (1984), Santos (2006). Como se dá a relação entre a política de educação especial adotada nos municípios e o processo de formação de professores buscando superar a lógica excludente das práticas educacionais? O paradoxo satisfação-frustração desponta como sinalizador da angústia do professor que, ao se deparar com o “não aprender” do aluno com deficiência, conflita com o seu saber-fazer, que pode ser pensado, ainda, como da ordem do “não saber o que fazer”. Desvelamos no âmbito dos sistemas, quando não com o descaso, com uma oferta de educação que desconsidera as potencialidades dos sujeitos, o incremento de uma precária cidadania e da lógica de exclusão. Compreendemos que as políticas de formação de professores vêm colocando como desafio o exercício permanente de interlocução das diferentes áreas de conhecimento, que têm sido provocadas a se abrirem à experimentação no contexto das transformações que a

chamada sociedade do conhecimento, em nível global, vêm operando na orientação de concepções e práticas de formação.

Mesa: Educação, conhecimento, concepções e práticas - 6 de Fevereiro - 14h30 - 312
Moderador: Sandra Amaral Barros Ferreira

Título Aprendizagem Dialógica: diálogo entre saberes
ID 105

Autores Roseli R. Mello

Resumo: O texto se refere a um dos eixos de uma pesquisa coordenada pela autora, intitulada "Comunidades de Aprendizagem: aposta na qualidade da aprendizagem, na igualdade de diferenças e na democratização da gestão da escola", financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). A equipe de pesquisa é composta por mais cinco docentes universitários, cada qual responsável por um diferente eixo na pesquisa, orientando doutorandos, mestrandos e graduandos como membros da equipe. Vinte e uma professoras do ensino fundamental recebem bolsas de pesquisa, para aprender, junto com a equipe universitária, a realizar pesquisa nas escolas onde atuam e estão sob orientação da autora. No eixo de "aprendizagem dialógica", focalizado no presente trabalho, o objetivo da investigação é descrever e analisar práticas desenvolvidas em três escolas públicas de ensino fundamental que possibilitam, ou que põem obstáculos a, a aproximação entre saberes escolares e saberes populares das comunidades de entorno das escolas, na perspectiva de construir uma educação escolar mais democrática. A metodologia de pesquisa é a crítico-comunicativa e implica entrevistas, observações e grupos de discussão, com estudantes e seus familiares, bem como com professoras e voluntários das escolas. Em termos de resultados, práticas como grupos interativos, tertúlia literária dialógica e biblioteca tutorada têm se apresentado como práticas que potencializam o diálogo entre saberes.

Título Ação pedagógica jesuítica no Brasil colônia e polaridade social: a manutenção de uma sociedade concomitantemente dominada e dominadora

ID 888

Autores José Gllauro Smith Avelino de Lima, Joicy Suely Galvão da Costa, Ozaias Antônio Batista , José Willington Germano, Lenina Lopes Soares Silva

Resumo: Este trabalho é resultado de estudos sobre educação brasileira realizados na Base de Pesquisa Cultura, Política e Educação, do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Aqui, buscamos refletir sobre a ação educativa dos jesuítas no Brasil Colônia e sua contribuição para a manutenção de uma sociedade concomitantemente dominada e dominadora. Diante disso, procuramos compreender as condições sociais e culturais mais amplas, observando uma formação envolvida pelas culturas indígena, africana e europeia e suas influências no campo educativo formal, promovidas pelos jesuítas. Desse modo, pretendemos expor para o debate o caráter dual da sociedade brasileira colonial e seus resquícios para os dias atuais, buscando discutir sobre as permanências da educação jesuítica colonial na atualidade da sociedade brasileira, visando, com isso, a compreensão de um dos fatores que dá contorno a uma dinâmica social tão injusta quanto excludente.

Título A pesquisa e o ensino de história local: reconhecendo identidades sociais e coletivas

ID 903

Autores Vilma Barbosa

Resumo: Este trabalho tem como objetivo a reflexão sobre a história local como um recurso teórico-metodológico de abordagem para a pesquisa e o ensino. Faz a análise de um projeto de história local desenvolvido no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), da Universidade Federal da Paraíba que, em uma das suas áreas de trabalho contempla a história local com a pesquisa e produção de materiais didáticos e a oferta de cursos de formação na área, para alunos graduandos e professores da rede pública estadual e municipal de ensino. O referido projeto até o momento, já foi executado em cinco municípios paraibanos e encontra-se em execução em mais dois. A pertinência deste trabalho reside na recuperação da experiência e na análise desse projeto e as reflexões suscitadas na perspectiva de que possam fundamentar novos saberes e práticas históricas. Neste sentido, apresenta uma ponderação de base teórica sobre o conceito de história local com três enfoques distintos, porém, entrecruzados: as escalas de observação, a antropologia interpretativa e a constituição das identidades sociais individuais e coletivas.

Título Os velhos mestres de capoeira ensinam pegando pelas mãos

ID 1057

Autores Pedro Rodolphi Jungers Abib

Resumo: Esse trabalho trata de analisar as formas tradicionais de transmissão dos saberes presentes no âmbito da cultura popular. A partir dessa abordagem, trazemos as experiências educacionais existentes no universo da capoeira angola – uma importante manifestação da cultura afro-brasileira – para uma reflexão sobre o papel dos mestres nesse processo, no qual a memória, a ancestralidade, a ritualidade e a temporalidade, são categorias fundamentais para compreendermos as relações de educação presentes nesse universo

Título Formação interdisciplinar e cidadania: insights a partir de um projeto em Educação Ambiental

ID 1128

Autores Sérgio Botton Barcellos Barcellos, Holgonsi Soares Gonçalves Siqueira Soares

Resumo: Nossa pesquisa teve como objetivo analisar os limites e as possibilidades que permeiam a relação "educação ambiental-interdisciplinaridade-cidadania". Com este eixo, procuramos elucidar quais as possíveis transformações que projetos sociais em educação ambiental podem motivar em um cenário educacional formal estabelecido, através de ações

educativas interdisciplinares e do estímulo a cidadania. Vinculada ao projeto social “Educação Ambiental”, promovido pela ONG “Centro Multidisciplinar de Pesquisa e Ação-CEMPA”, a pesquisa foi desenvolvida em uma creche da Vila Kennedy, em Santa Maria-RS-Brasil no decorrer do ano letivo de 2007. Tendo por base a observação participante, relatos e a realização de entrevistas semi-estruturadas com integrantes da comunidade escolar e do projeto social, nossa análise considera este projeto para além do espaço escolar, levando em consideração a influência que as ações em educação ambiental possam ter originado nas vidas cotidianas das pessoas envolvidas e de que forma promoveram o exercício da cidadania na comunidade. Norteados pelas seguintes questões: a) ampliação do entendimento da comunidade sobre meio-ambiente; b) possibilidade de superação da estrutura disciplinar e c) inserção da temática ambiental nas disciplinas da escola, desvelamos possíveis indicadores cotidianos de limitações e perspectivas que projetos sociais em educação ambiental, realizados em escolas públicas e comunidades urbanas, podem apresentar no decorrer de seu processo. Concluímos, relacionando estes indicadores com a questão do desenvolvimento social, político e cultural de comunidades carentes.

Título Educação em valores humanos: formação e aprendizagens

ID 1358

Autores Mônica Brunner Schiffer

Resumo: Este artigo pretende pesquisar a educação atual imbuída de valores humanos, enfocando questões práticas e situacionais na relação aluno/educador/sociedade, utilizando-se da obra de Freire, Martinelli e Tiba. O estudo tem como método aplicado uma análise bibliográfica, considerando diversos aspectos e os fenômenos causadores desses efeitos, sobretudo, no meio escolar e suas conseqüências. A forma como o professor conduz é de extrema importância na formação da identidade que o aluno assumirá no contexto de sua vida. Entende-se que a educação deve transmitir saberes e saberes-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, sendo a base para formar a competência no aluno. A aplicação desses instrumentos educacionais se processa por meio de uma metodologia sistemática, visando nortear a inteligência e sensibilidade do aluno. Educadores, pais e parentes devem unir-se para transmitir a ação correta, a não-violência, a verdade, o amor, a paz e a segurança ao educando no decorrer de seu desenvolvimento. A inclusão dos valores humanos no ambiente escolar é de fundamental relevância para uma melhor qualidade de vida nos relacionamentos humanos, em especial, no meio educacional, familiar e social.

Título O ensino da África na sala de aula com uma abordagem geográfica: construção do material didático e intervenções iniciais

ID 1455

Autores Francisco Davy Braz Rabelo, Edson Vicente da Silva

Resumo: Tendo em vista a importância do tema a ser trabalhado, e sua relevância no processo de formação dos estudantes da escola básica com a possibilidade da desconstrução de conceitos enraizados na nossa sociedade, que se decidiu dar um enfoque geográfico ao tema. Além de no Brasil, o ensino de temas correlacionados sobre o continente Africano, a partir de lei federal de nº 10639, de 2003 - que determina a inclusão do estudo da história da África, dos africanos e da cultura negra no Brasil nos currículos das escolas de ensino fundamental e médio. Na construção do material didático digital, foi feita a revisão bibliográfica, com ênfase em dois livros: A África na sala de aula - visita à história contemporânea, da autora Leila Leite Hernandez, e Dividir para Dominar, do autor H.L. Wesseling, lembrando ainda que há uma carência de livros sobre o tema em língua portuguesa, voltados para o ensino fundamental e médio. E nessa perspectiva foi pensando na utilização desse material para sanar inicialmente essa carência. Posteriormente, houve a catalogação cartográfica, atrelada a pesquisa em meios digitais e preparação do material digital em CD-ROM.. Estando-se agora na fase de apresentação e divulgação, citando como exemplos a Semana sobre a Cultura afro-brasileira, no município de General Sampaio e uma palestra no Colégio Lourenço Filho, ambos ocorridos no mês de setembro de 2007. Agora em 2008, houve a divulgação na Feira sobre a Cultura Africana e Indígena - Selo UNICEF 2008, também no município de General Sampaio.

Mesa: Educação à distância, e-learning e TIC's - 6 de Fevereiro - 16h15 - 301

Moderador: Leonardo Novais Bastos

Título Os Desafios da Educação a Distância em Portugal

ID 20

Autores Felipa Reis, António Martins

Resumo: O presente artigo resulta da experiência pessoal dos autores associada a uma reflexão sobre os desafios do professor no contexto do ensino online, donde sobressai que a chave do sucesso do ensino online é centrada na actuação e visibilidade do professor. Esta modalidade de ensino apresenta alguns desafios, entre os quais, os métodos de comunicação online, a aprendizagem colaborativa e as variações na dimensão do grupo. Ora, comparando com o ensino presencial, existem algumas competências específicas do ensino online, ao nível da qualidade das infraestruturas tecnológicas, por exemplo, a existência de sistemas de rede de banda larga; recursos pedagógicos e e-conteúdos (a necessidade de disponibilizar os conteúdos sob a forma de materiais didácticos que facilitem um processo de aprendizagem mais autónomo baseado no auto-estudo); o tipo de avaliação como se verifica com a qualidade da participação nos debates e o papel do professor online enquanto moderador (colocando-se esta competência ao nível da comunicação geral para a compreensão dos conteúdos programáticos e no auxílio à colaboração online na execução dos trabalhos propostos).

Título A Importância do Professor no E-Learning em Portugal

ID 21

Autores Felipa Reis, António Martins

Resumo: Este artigo tem como objectivo suscitar uma reflexão sobre a experiência dos autores como professores no regime de ensino/aprendizagem e-Learning no ensino universitário em Portugal. Abordamos as Tecnologias de Informação e Comunicação como utensílios pedagógicos fundamentais, pela capacidade que tem de transmitir informação e de permitir a comunicação entre pessoas através de texto, vídeo, imagens numa plataforma interactiva. A World Wide Web no processo de ensino / aprendizagem e-Learning permite às pessoas confrontarem as suas ideias, dúvidas, conhecimentos. E a construir comunidades de aprendizagem. A mais recente forma de ensino a distância, denominada por e-learning tem cada vez mais sucesso no ensino superior, dando a possibilidade de uma formação direccionada às exigências dos conteúdos, bem como um ensino personalizado onde o estudante faz a gestão do seu tempo com disponibilidade permanente e facilidade de manuseamento. O e-learning assenta na transferência de conhecimento valorizando as oportunidades oferecidas por um ambiente favorável à inovação e, modelos centrados na aprendizagem colaborativa.

Título Ensino presencial ao ensino a distância

ID 22

Autores Felipa Reis, António Martins

Resumo: Esta comunicação resulta da experiência pessoal dos autores associada a uma reflexão sobre os aspectos mais significativos do ensino à distância e do ensino presencial como metodologias de aprendizagem distintas. Já alguns anos as novas tecnologias informáticas modificaram, em parte, as formas actuais de ensinar e aprender. Quebrando os padrões organizacionais e normas sociais implicados pelos avanços na ciência e tecnologia. Com o surgimento de tecnologias interactivas os docentes e estudantes começaram a utilizar ferramentas como Internet, e-mail, videoconferência específicas do ensino à distância. Este ampliou os espaços de aprendizagem e as oportunidades de estudo a uma grande parte da população. O ensino a distância representa alguns desafios, entre os quais, os métodos de comunicação online, a aprendizagem colaborativa, as variações na dimensão do grupo. Comparando com o ensino presencial, existem algumas competências específicas do ensino a distância como o nível de qualidade de infraestruturas tecnológicas, o papel do professor online como moderador no auxílio à colaboração online na execução dos trabalhos propostos.

Título Especificidades da formação docente adaptada às novas tecnologias

ID 183

Autores Felipa Reis

Resumo: A formação dos professores em novas tecnologias permite que cada professor perceba, através da sua própria realidade, interesses e expectativas, como as tecnologias podem ser úteis, sendo que o uso efectivo da tecnologia por parte dos estudantes, passa primeiro por uma assimilação da tecnologia pelos professores. Afinal, se quem introduz os computadores nas universidades o executa sem atenção aos professores, o uso que os estudantes deles fazem é de pouca qualidade e utilidade. Para atingir efeitos positivos e fundamental considerar uma capacitação intensiva inicial e um apoio contínuo, começando com os professores que poderão incentivar os seus estudantes. Espera-se que, neste século, seja o professor a ajudar a tecer o desenvolvimento individual e colectivo e que saiba trabalhar os instrumentos que a cultura está a indicar como representativos dos modos de viver e de pensar civilizados, específicos dos novos tempos. Para isso, são ainda necessárias muitas pesquisas nas novas tecnologias da informação, modelos cognitivos, interacções entre pares e aprendizagem cooperativa adequados aos modelos baseados em tecnologia que oriente a formação do professor no seu desenvolvimento.

Título A importancia do e-learning na educação a distancia em meio universitario

ID 184

Autores Felipa Reis

Resumo: Este artigo faz uma abordagem da importância do e-learning na educação à distância na Universidade. Escolhemos este tema motivados pela experiência aplicada enquanto professores no regime de ensino e-learning no ensino superior público universitário

Título A inivação no ensino - aplicações ao ensino a distancia

ID 185

Autores Felipa Reis

Resumo: O presente artigo apresenta uma análise dos modelos de educação à distância, tendo como referência a articulação da evolução das tecnologias de comunicação com o desenvolvimento dos ambientes de educação à distância. Com efeito, o domínio e aplicação das novas tecnologias constituem-se como factores críticos de sucesso. Os aspectos caracterizadores das diferentes fases do percurso tecnológico e a sua adaptabilidade ao ensino, são explorados no trabalho. Afinal, só os sectores e as organizações com capacidade para incorporar a mudança contínua podem ser garantes de sustentabilidade e competitividade transnacional.

Título A evolução tecnológica do ensino tradicional

ID 186

Autores Felipa Reis, António Martins

Resumo: Este artigo tem como objectivo suscitar uma reflexão sobre a educação online e as suas características específicas. A realidade e o grau de amadurecimento das Tecnologias de Informação e Comunicação são fundamentais para o sucesso e maturidade dos processos de ensino mais evoluídos. Os processos assumem-se, cada vez mais, como facilitadores e agentes activos da difusão do conhecimento.

Mesa: Educação, formação e aprendizagens - 6 de Fevereiro - 16h15 - 303

Moderador: Carlos Renilton Freitas Cruz

Título Proposta curricular de Santa Catarina (Brasil) e orientações da UNESCO: um estudo comparativo

ID 179

Autores Márcia Andréia Triches

Resumo: A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) é uma das organizações internacionais que coopera e elabora orientações para a educação. No Brasil, a Unesco tem apoiado e colaborado em acções planeadas nos âmbitos federal, estadual e municipal, através de debates e estudos, nomeadamente sobre a educação infantil. Este estudo teve como objectivo identificar diferenças e similaridades, por meio de bibliografia especializada e documentos, entre as orientações da Unesco e orientações da Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina (Brasil) no que diz respeito ao atendimento educacional de crianças de zero a seis anos de idade. Os pontos considerados no comparativo foram: uma proposta educacional para as crianças com até seis anos de idade; a integração da educação infantil como primeira etapa da educação básica; o papel do(a) educador(a) na aprendizagem da criança; a participação activa dos pais e da família na educação e na instituição educativa. Os resultados deste estudo mostram que os aspectos presentes nas orientações da Unesco e na Proposta Curricular catarinense nem sempre são os mesmos, há orientações que diferem parcialmente, principalmente no que diz respeito ao atendimento às crianças de zero a três anos.

Título A natureza dupla do sistema de aprendizagem na reconstrução da relação de jovens com o saber: as diferentes figuras do aprender

ID 379

Autores Maria Sidalina Almeida

Resumo: Neste trabalho ao fazermos referência à relação dos jovens de meios populares com o saber como dimensão fundamental na análise das suas trajectórias subjectivas, pretendemos perceber se ao longo do seu percurso de transição jovens excluídos da escola regular podiam ser remobilizados para ela e reconstruir a sua relação com o saber. Destacando a importância do modelo teórico de Bernard Charlot na dimensão epistémica, na dimensão identitária e quando trabalhada como uma relação com o tempo, explora-se as potencialidades do sistema de aprendizagem-formação em alternância na reconstrução da relação com o saber segundo as diferentes figuras do aprender. Aos jovens chegam várias figuras sob as quais o saber e o aprender se apresentam: saberes-objecto; actividades a serem dominadas, dispositivos relacionais nos quais há que entrar e formas relacionais das quais se devem apropriar. É a natureza dupla do sistema de formação que permite perceber a remobilização destes jovens para a escola e a reconstrução da sua relação com o saber no centro de formação profissional. Não desvalorizando "o saber-objecto" estes jovens valorizam a apropriação de um saber quando ele é leccionado com uma forte articulação com as aprendizagens práticas que lhes permitem aprender a fazer e entrar em certos dispositivos relacionais. No sistema de aprendizagem aprender mais do que apropriar-se de um saber considerado objecto, sem referência às situações e actividades através das quais o objecto é constituído, é aprender a fazer. Valorizam-se outras figuras do aprender e outras situações em que a apropriação é dominante por relação à inculcação.

Título Aprendizagem dialógica da leitura na escola: tertúlia literária dialógica

ID 401

Autores Vanessa Cristina Giroto

Resumo: O presente resumo vem relatar a Tertúlia Literária Dialógica (TLD), pesquisa de doutorado iniciada em março de 2007, fruto do desmembramento do projeto de mestrado, finalizado em fevereiro de 2007. A TLD consiste na leitura de livros de literatura clássica universal e sua relação com a vida. Sendo a leitura uma prática social, coletiva e colaborativa, que serve como instrumento de opressão ou libertação, a negação ao seu acesso anula possibilidades de transformações pessoais e sociais. Dessa forma, na TLD os temas e as discussões geradas são orientados pelos princípios da aprendizagem dialógica: diálogo igualitário, inteligência cultural, transformação, dimensão instrumental, criação de sentido, solidariedade, igualdade de diferenças, que permitem tal alcance. As leituras são realizadas em sala de aula, com crianças em idade escolar, na presença da professora e de uma moderadora. Durante cerca de 50 minutos da aula, as crianças podem ler, destacar parágrafos e dialogar sobre temas como: escravidão, fome, amizade, amor, solidariedade etc. livros escolhidos em comum acordo. A proposta da pesquisa é investigar quais aprendizagens e processos de leitura a TLD pode potencializar nas práticas pedagógicas em sala de aula. No primeiro semestre de 2008 iniciamos em oito salas de aula do ensino fundamental. Os objetivos e resultados esperados são no sentido de identificar e sistematizar transformações das práticas de leitura em sala de aula, além das aprendizagens docentes e aprendizagens da leitura por crianças das séries iniciais do ensino fundamental, transformações de convivência a partir da prática da Tertúlia Literária dialógica em sala de aula.

Título O papel da Igreja Católica na formação profissional: um estudo de caso do Centro de Formação Profissional Dom Bosco (1994-2007)

ID 632

Autores Matondo Otequele Júnior

Resumo: A Igreja Católica no Município do Sambizanga em Luanda, para além da sua acção no âmbito espiritual, desempenha também a acção social. Possui um Centro de Formação Profissional denominado "Centro de Formação Profissional Dom Bosco" (C.F.P.D.B), onde se administra os seguintes cursos: Marcenaria, Serralharia, Pastelaria, Culinária e Decoração, canalização, pedreiro, electricidade, informática e electrónica. Pelo facto de existirem poucas escolas de ensino secundário, alguns jovens ao concluírem o ensino primário, ficam fora do sistema de ensino. Há também o caso dos jovens vítimas de insucesso escolar. Estes jovens tornam-se desocupados, sem nenhuma formação e com escassas possibilidades de conseguirem emprego, sendo assim, vítimas de exclusão social. Entram no C.F.P.D.B, onde beneficiam da formação profissional. Alguns pela iniciativa do Centro conseguem emprego nas seguintes empresas: Odebrecht, Jembas, Cabire e outras. Outros jovens trabalham por conta própria no sector informal. Com os rendimentos obtidos, dão continuidade à formação académica, são prevenidos de se tornarem delinquentes, conseguem uma série de bens indispensáveis para as suas vidas. Assim sendo, são reinseridos na sociedade.

Título Ensinar Saúde e produção do conhecimento: perspectivas contemporâneas de integração entre currículos, informação técnico-científica e formulação de conceitos em saúde

ID 695

Autores Roseni Pinheiro, Lilian Koifman, Regina Henriques

Resumo: Na sociedade atual o tema da produção de conhecimento atravessa as problemáticas da pesquisa; da produção, difusão e uso da informação técnico-científica; cuja formulação de conceitos extraídos da experiência, percepção ou estudo e dos currículos e métodos de educação utilizados na formação profissional revelam inúmeros desafios. Diante do esforço de compreender as relações entre formação e exercício profissional, destaca-se que, no caso das profissões técnico-científicas da saúde, o conhecimento configura um arranjo de saberes e perspectivas que conforma uma profissão, mas em sua aplicação todo profissional se depara com uma enormidade de elementos que questionam sua suficiência para enfrentar situações complexas reais. Em nossos estudos sobre o tema buscamos analisar os nexos constituintes entre o modo de integração e a produção de conhecimento e ensino nos cursos de graduação em saúde no Brasil. Utilizamos como metodologias a pesquisa etnográfica e cartografia de dez de experiências de cursos de graduação (medicina, enfermagem, psicologia, odontologia e fisioterapia), nas cinco regiões brasileiras. Observamos que a produção de conhecimento referida à pesquisa e à difusão científica consubstancia a construção de conhecimento relativa à práxis pedagógica (interacionista e de prática social), criando possibilidades da conformação da profissão como construção social e histórica da cidadania. Outrossim, encontramos nessas experiências mecanismos de legitimação social que possibilitam práticas educativas articuladoras, cambiáveis e solidárias, baseadas na interação entre singularidades e processos em situações concretas por meio de redes de comunicação e adoção de cenários diversificados de aprendizagem como espaços educativos, culturais e políticos em defesa da cidadania. Apoio: LAPPIS/UERJ/FAPERJ/CNPq/OPAS.

Título Natureza do processo de aprender e ensinar de uma Instituição de Profissional de nível medio na perspectiva do aluno

ID 859

Autores Jussara Biagini, Maria Adélia Costa

Resumo: Analisam-se, nesta comunicação, as percepções de um grupo de alunos sobre natureza do processo de aprender e ensinar em uma instituição de educação profissional de nível médio. As análises se baseiam nas informações e nos dados extraídos do questionário “Avaliação Institucional Coletiva” que foi respondido após realização da atividade curricular “Estágio Supervisionado”, nos anos de 2005 a 2008. A linha investigativa adotada assenta-se no reconhecimento das opções e falas desses alunos a respeito do processo de aprender e ensinar ante a (re)estruturação do trabalho escolar, da organização educativa e do currículo real sob égide do trinômio professor-aluno-conhecimento. Projetam-se as possibilidades de alunos e professores (re)definirem a natureza desse processo, pois esses sujeitos estão espacial e temporalmente situados na cultura da escola. O aporte teórico do estudo desenvolvido firma-se nas discussões que têm como objeto: a modalidade da educação vocacionalizada, que é mais dirigida pelos princípios demanda da produção; o poder do diploma medido na tensão entre capital escolar acumulado e remunerações simbólica e material no mundo trabalho; o ofício do aluno como conceito que integrada a constituição das atividades disciplinadas na sala de aula. Das leituras do documento em apreço organizam-se as seguintes categorias investigativas: relação especial entre unidade tempo e distribuição dos conteúdos disciplinares; vínculo entre estratégia didática, trabalho escolar e eficácia da aprendizagem; sentidos de escolarização, saberes disciplinares e formação do técnico de nível médio. Assim, percebe-se os sentido que os alunos dão seu trabalho cotidiano, em função do binômio terminalidade-continuidade da trajetória escolar.

Título O sistema de aprendizagem em alternância – alternativa ou mais do mesmo?

ID 1585

Autores Leonor Maria Lima Torres, Marcelo Machado Araújo

Resumo: As organizações de trabalho são parte cada vez mais interessada nos resultados dos processos de aprendizagem – uma aprendizagem que se deseja a mais completa possível englobando um vasto conjunto de saberes e competências. Do ponto de vista político, ideológico e económico, o investimento no capital humano ressurgiu como um imperativo fundamental para o bem-estar e desenvolvimento das organizações, num contexto marcado por constantes transformações do mercado de trabalho, de alcance cada vez mais globalizado. Prolifera uma extensa variedade de alternativas para os jovens que optem pelo prosseguimento de estudos no nível secundário, cada uma delas possuindo enquadramentos normativos e regulamentares distintos que definem as suas naturezas e finalidades. A oferta educativa e formativa, a este nível, tenta responder, de múltiplas formas, a diferentes projectos vocacionais esforçando-se por conciliá-los com as “necessidades” do mercado de trabalho. A panóplia de oportunidades formativas situa-se num continuum entre a teoria (perfis formativos de índole mais académica) e a prática (perfis formativos de natureza mais profissionalizante) ou ainda, entre o que comumente se entende por educação e formação. O Sistema de Aprendizagem em Alternância existe há mais de vinte anos, mas permanece um sistema relativamente desconhecido. Que resultados tem produzido ao longo de duas décadas? Pretendemos comparar e contrastar este sistema com os restantes de nível secundário, realçando as características distintivas do primeiro face aos segundos. A recente publicação do DL 396/2007, de 31 de Dezembro, promete, com a criação do Sistema Nacional de Qualificações, introduzir profundas mudanças no sistema de educação e formação em vigor, procurando ajustá-lo às novas realidades. É nosso objectivo analisar criticamente o impacto destas recentes medidas políticas na reconfiguração do campo da educação e formação e da sua (re)articulação com o mercado de trabalho.

Mesa: Educação, conhecimento, concepções e práticas - 6 de Fevereiro - 16h15 - 308

Moderador: Vilma Barbosa

Título Formar o cidadão para a República: Émile Durkheim e a proposta de uma educação para autonomia

ID 602

Autores Raquel Weiss

Resumo: Na obra de Émile Durkheim, o conceito de educação ocupa um papel absolutamente preponderante, uma vez que, segundo este autor, a educação é o processo pelo qual o homem se torna verdadeiramente homem, e pelo qual a sociedade forma seus membros de acordo com características que lhe são próprias. Justamente por tratar-se, sobretudo, de um processo social, Durkheim defendeu que a educação deveria ser um objeto da sociologia, inaugurando, assim, a sociologia da educação, que deveria se encarregar de investigar o que é e o que tem sido a educação nas diversas sociedades, avaliar sua relação com a estrutura social, etc. No entanto, na obra durkheimiana não encontramos apenas aspectos “positivos”, isto é, descritivos e explicativos que, segundo sua própria definição, caracterizam uma abordagem propriamente sociológica. Encontramos também aspectos “normativos”, isto é, propositivos, que se referem especialmente à sua defesa de um tipo particular de educação moral, qual seja, de uma educação moral laica. Minha proposta nesta apresentação consiste em discutir em que consiste esta proposta de uma educação moral laica que, segundo o autor, seria um elemento de vital importância para formar os cidadãos para as sociedades modernas, as quais têm como pressuposto básico a formação de indivíduos autônomos. Espero, com isso, trazer para a discussão algumas questões que ainda estão no centro do debate de nossas sociedades contemporâneas, tentando refletir sobre os limites e as possibilidades da proposta elaborada por este clássico da sociologia.

Título Limites da lógica da inovação para mudança educacional: ações em São Paulo, SP, Brasil

ID 845

Autores Elie Ghanem

Resumo: Apresenta os resultados de pesquisa sobre mudança educacional, cujo objetivo foi identificar pontos de convergência entre ações de reforma e ações de inovação. Examina 14 projetos na capital de São Paulo, na primeira metade desta década, que se realizavam no âmbito de onze órgãos de nível intermediário de administração, sob cuja jurisdição se encontravam 709 estabelecimentos escolares públicos, de modalidade infantil, fundamental e média. Dedicavam-se a enfrentar o racismo, a formar docentes no uso da linguagem audiovisual, a ampliar a participação em gestão escolar, a incluir pessoas com deficiência mental, a mobilizar jovens pelo desenvolvimento local, a articular agentes educativos escolares e não escolares, à saúde mental de estudantes ou a alfabetizar pessoas jovens e adultas. Os aspectos inovadores não foram tomados no sentido do ineditismo, mas, no de práticas inusuais, principalmente o envolvimento de estudantes, educadores(as) e outras pessoas, em sintonia com o conceito de educação por toda a vida. Além disso, contemplavam múltiplos lugares e maneiras de aprender, inclusive a interaprendizagem entre as várias categorias envolvidas. As iniciativas, contudo, caracterizaram-se por frágil sustentabilidade política, financeira, científica e limitada visibilidade, alianças com caráter tateante e modo assistemático de avaliação. Em conclusão, as práticas investigadas expressaram mais a ausência de um Estado administrativamente eficiente e com disponibilidade de recursos, mostrando uma trajetória divergente das ações de reforma educacional.

Título O diálogo na aula: uma construção a partir do projeto comunidades de aprendizagem

ID 875

Autores Vanessa Gabassa

Resumo: Este trabalho, ainda em andamento, teve início em 2007 enquanto pesquisa de doutorado, na área de Metodologia de Ensino – Educação. Esta pesquisa tem como tema a construção do diálogo na sala de aula a partir do projeto Comunidades de Aprendizagem. Este projeto surgiu em escolas dos estados Unidos e Espanha e tem como proposta possibilitar a construção de uma escola de máxima qualidade para todas as pessoas, alunos/as, familiares e comunidade de entorno do bairro. A transformação da escola é pensada com toda a comunidade, em parceria com a universidade. Uma construção dialogada e efetivamente democrática do sistema escolar. Nesse sentido, o papel do diálogo e das ações pautadas na comunicação endereçada a um entendimento é fundamental para o desenvolvimento do projeto e serve de alicerce para as mudanças que ocorrem em todos os âmbitos dentro da escola, inclusive na sala de aula. Por isso, o objetivo deste trabalho é o de investigar como algumas professoras envolvidas no projeto Comunidades de Aprendizagem constroem seus caminhos para uma aula efetivamente dialógica. Esta pesquisa baseia-se na metodologia comunicativo-crítica de investigação, a partir da qual as respostas não são buscadas somente pelo pesquisador/a, mas também pelo sujeito participante da pesquisa, que é considerado tão capaz quanto o pesquisador/a para interpretar e analisar a sua própria realidade. Dessa maneira, busca-se realizar uma pesquisa efetivamente comunicativa, a partir da qual os resultados são fruto do diálogo e do consenso construído entre todos e todas.

Título As classes multisseriadas na educação brasileira: realidade e perspectivas

ID 1146

Autores Adriana Soares Freitas de Souza, Waldemar dos Santos Cardoso Júnior

Resumo: A proposta básica deste trabalho está relacionada a uma reflexão crítica de um campo educacional pouco pesquisado: classes multisseriadas. No Brasil, uma parte significativa do cenário educacional, principalmente no interior dos estados, é constituída por essas classes, que são compostas por alunos de várias séries numa mesma sala, com apenas um professor que ensina o conteúdo escolar das respectivas séries. Comumente, nessa realidade, não há diretores, coordenadores pedagógicos, merendeiras e serventes. O professor exerce todas as funções: pedagógica, administrativa e de infra-estrutura da escola. Vale salientar que em algumas dessas classes, não há educação infantil, as crianças são inseridas diretamente no ensino fundamental quando completam 6 anos de idade. Assim, constata-se um modo de ser da escola brasileira, muitas vezes, desconhecida e desprezada pelas políticas públicas educacionais. Nesse estudo, será apresentado um levantamento de dados que permite saber a quantidade dessas classes no Brasil. Para alcançar o propósito, será utilizado os indicadores demográficos e educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP e as informações do Ministério da Educação – MEC. Diante deste trabalho, percebe-se um campo educacional fragilizado e carente de ações concretas. Nesse sentido, olhar para esta área de pesquisa pode representar uma das possibilidades de mudanças dessa realidade educacional carente de atenção.

Título Do lápis para o teclado: Reflexões sobre a produção de textos escritos no computador

ID 1247

Autores Sandra Amaral Barros Ferreira

Resumo: A finalidade deste trabalho é problematizar a produção de textos de crianças do 2º ciclo de uma escola municipal de Niterói, utilizando o computador como principal ferramenta tanto na composição do tema a ser desenvolvido por elas nos seus textos, quanto na escrita dos mesmos. Para realizar esse objetivo, fundamento minha discussão à luz dos estudos de Bakhtin e de outros autores que dialogam com a sua teoria. Nesse sentido, defendo o princípio dialógico como norteador das atividades de produção de texto tanto para resgatar a atenção e a reflexão, tão prejudicadas no nosso tempo em virtude da rapidez e das intermitências da forte presença da imagem no nosso cotidiano, quanto para a construção da interdiscursividade e da argumentação.

Título O ser humano: o protagonista na educação

ID 1482

Autores Josiani Julião Alves Oliveira, Elizabeth Regina Negri Barbosa

Resumo: Este trabalho objetiva refletir sobre a contribuição dos professores na formação pessoal e profissional de seus alunos considerando como eixo de análise o que Luckesi (1990) denomina de compromisso político e compromisso pedagógico que os professores têm que desenvolver em seu trabalho, promovendo a educação integral e contemplando a compreensão da pessoa humana, a partir de suas potencialidades. O fluxo de conhecimentos, que ocorreu no final do século XX, trouxe nova luz sobre a situação do ser humano no universo. Os progressos concomitantes das ciências da Terra, da ecologia, da biologia, da pré-história, nos anos 60 – 70 do século passado modificaram as idéias sobre o universo, a Terra, a Vida e sobre o próprio Homem. Rogers (1978) refere-se ao funcionamento integral da pessoa, trazendo o conceito de “vida plena” como um processo de transformação que implica na expansão e na maturação de todas as suas potencialidades, na coragem de ser, numa abertura crescente à experiência. Assim, o indivíduo passa a ser mais capaz de ouvir a si mesmo, de experimentar o que se passa com ele, libertando-se para viver seus sentimentos e tomar consciência dos mesmos. O papel do professor é o de um grande mediador entre o individual e o social, entre aluno e a cultura social historicamente acumulada. Diante disso, consideramos necessário compreender os fenômenos que permeiam o processo de aprendizagem e do conhecimento, levando-se em consideração que o humano se constitui no entrelaçamento do emocional com o racional, buscando na educação a condição dessa possibilidade.

Mesa: Formação de professores e educadores - 6 de Fevereiro - 16h15 - 309

Moderador: Ilda Estela Amaral de Oliveira

Título Formação de educadores: Ensinando e aprendendo com gestores de escola

ID 397

Autores Dinair Leal da Hora

Resumo: O presente trabalho apresenta os resultados e análises preliminares da pesquisa-intervenção intitulada Práticas pedagógicas na formação de gestores educacionais que está sendo realizada na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense para verificar como o desenvolvimento da disciplina Gestão de Sistemas Educacionais III, poderia realizar uma aprendizagem mais consistente, crítica e criativa, com a utilização da metodologia da pesquisa-intervenção com uma proposta pedagógica que privilegia a reflexão e a discussão de temáticas da gestão, assentada na construção coletiva do conhecimento. Os primeiros resultados apontam que a prática docente orientada por uma concepção crítica, consistente e criativa pode contribuir para uma formação mais consistente, superando superar convicções estabelecidas, “quebrar cristais”, num processo mais coletivo em que os estudantes possam efetivamente participar das decisões pedagógicas referentes à aprendizagem e que os professores estejam mais comprometidos com a consistência da formação realizada. Aprender a ensinar constitui um processo que atravessa toda a trajetória profissional de professores formadores, mesmo após a consolidação profissional. E é isto que nós professoras estamos fazendo: aprendendo a ser professoras. Não mais com o esforço hercúleo do isolamento, nem com a atitude limitada de duas profissionais que se estimam, mas com todos os nossos alunos que logo irão ser profissionais de um campo específico na área da educação e assim iremos juntos “quebrar os cristais” das visões conservadoras do pensamento fragmentado e realizar sínteses cada vez mais coletivas e sólidas para a intervenção nos espaços educativos.

Título Formação inicial e continuada de educadores no Brasil frente à globalização

ID 138

Autores Laís Helena Malaco Laís

Resumo: A globalização traz transformações nas relações econômicas, sociais, culturais, nos valores, no desenvolvimento científico e tecnológico, na comunicação e na informação, no âmbito da educação, na política educacional de cada país, no currículo da educação básica e na formação inicial e continuada de professores. Há de se analisar seus efeitos na sociedade brasileira no que concerne à dependência tecnológica, financeira e a homogeneização da cultura, criando assim um mercado consumidor. Esse processo faz surgir discussões sobre identidade e diversidade cultural, educação básica pública e os critérios de financiamento do Banco Mundial, a realidade nacional, o currículo escolar, as avaliações de desempenho dos estudantes em nível nacional e internacional, a cultura dos grupos oprimidos e excluídos. Diante desse panorama a formação inicial e continuada de professores deve ser abrangente, o currículo e a prática pedagógica precisam ser abordados de maneira crítica, visando o desenvolvimento de competências profissionais, pois atuarão numa sociedade multicultural, permeada de conflitos de identidade, em constante mudança e os professores serão os mediadores entre o conhecimento, os alunos e a sociedade.

Título Relações de gênero, currículo e formação docente: desafios para as políticas públicas de educação no Brasil

ID 267

Autores Cláudia Vianna

Resumo: Esta comunicação examina a inclusão das relações de gênero em dois documentos recentes de políticas públicas de educação no Brasil e dá destaque para o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) e para os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino fundamental. Dois supostos a orientam. Um primeiro realça o caráter inovador dos dois documentos ao introduzirem a perspectiva de gênero como uma dimensão importante na constituição da identidade de crianças e jovens, na organização das relações escolares, na transmissão de valores de igualdade entre os sexos; nas possibilidades variadas quanto aos papéis masculinos e femininos no espaço escolar e importância do papel de educadoras e educadores na desconstrução dos significados de gênero nas relações escolares. O segundo suposto refere-se às contradições contidas entre esses dois modelos de organização do currículo e as práticas necessárias para sua real implementação. Uma hipótese, nessa direção, diz respeito à ausência de ações que criem condições administrativas, legais, institucionais e práticas para que essas proposições se efetivem. Esse fato pode sugerir a presença de obstáculos para a implementação destas políticas, como por exemplo: a distância entre a orientação proposta e o contexto escolar existente; a ausência de ações voltadas para a ampla divulgação dessas políticas e para a formação docente requerida para sua efetiva implantação nas escolas. Defendemos, portanto, que sua efetiva implementação exigiria o investimento em ações voltadas para a formação docente visando mudanças estruturais e sociais que incluam nos planos e nas políticas de implementação a perspectiva de gênero.

Título A questão ambiental e a formação docente

ID 302

Autores Helena Copetti Callai

Resumo: Este estudo é resultado de pesquisa sobre a constituição de saberes dos professores diante das demandas que se configuram, consideradas as dimensões de tempo e espaço na "era da informação". Tomando a idéia de era da informação como sinônimo de era da aprendizagem, o importante é aprender a aprender, e portanto a questão é de cidadania, considerando que os homens tem direito a viver em paz e num ambiente saudável, tendo acesso aos bens que a própria sociedade produz. Nesse sentido se insere a grande questão da sustentabilidade e da compreensão que o ambiente é construído por nós no cotidiano de nossas vidas. Discutir a formação docente é fundamental para pensar e fazer educação dos jovens e crianças diante das incertezas e desafios que a humanidade se coloca. É importante que se supere o simples trabalho de transmissão de informações para uma educação realizada de forma a desenvolver as competências para se situar no mundo e atuar de modo consciente e com ética. Os problemas que existem a respeito do ambiente e de sua sustentabilidade estão cada dia mais presentes no nosso cotidiano, e ensinar qualquer disciplina escolar pressupõe que o professor tenha a competência para trabalhar com o conhecimento articulando a dimensão técnica e a dimensão social. Essa discussão esta centrada em como trabalhar com os saberes específicos, no nosso caso geografia, considerando a perspectiva pedagógica dos mesmos, na formação docente.

Título "Globalização e Exclusão: Paradigmas em confronto na formação de Professores para o Ensino Básico brasileiro"

ID 694

Autores Alexandre Marcos de Mattos Pires Ferreira, Maria Elisa de Mattos Pires Ferreira

Resumo: Partindo da análise da realidade nacional, o trabalho aborda o fenômeno da globalização e a presença de dois grandes paradigmas educacionais presentes na formação de professores para o Ensino Básico brasileiro. O tema é altamente relevante para o momento político vivido no Brasil porque os indicadores nacionais e internacionais têm mostrado que o atual sistema educacional está em processo de falência, apresentando resultados muito negativos quanto à aprendizagem dos estudantes. Tomando esses fatos como base da discussão e trazendo como pano de fundo o fenômeno da globalização, os autores propõem analisar e discutir as características dos dois grandes paradigmas educacionais que estão se confrontando na formação de Professores para o Ensino Básico brasileiro.

Título As pesquisas dos professores do curso especialização em arte

ID 1377

Autores José Albio Moreira de Sales, Maria Socorro Lucena Lima, Ana Cláudia Cardoso de Freitas

Resumo: A presente proposta de pesquisa trata de uma investigação sobre as abordagens e temáticas dos trabalhos monográficos desenvolvidos no âmbito do Curso de Especialização em Metodologia do Ensino de Artes da Universidade Estadual do Ceará (UECE). O estudo tem como objetivo responder as seguintes perguntas: O que pesquisam os professores do Curso de Especialização em Arte da UECE? Quais as principais temáticas de interesse desses professores? Qual a relação destas temáticas com as suas práticas docentes? Do ponto de vista metodológico nosso estudo caracteriza-se pela abordagem qualitativa. Como principais referências teóricas destacamos os estudos de Demo (1996); André (1996), Alarcão e Sacristán (1998), Barbosa (1983), Ludke (2001), Stenhouse (1996), Novoa (1991,1992) e Pimenta (1997, 2005). A coleta de dados foi realizada no acervo da Biblioteca Central da UECE no Campus do Itaperi, nos textos de conclusão de curso. Como principais achados da pesquisa, podemos apontar a predominância dos relatos de experiências, onde os professores descrevem e analisam suas atividades no ensino de Artes. Constatamos que a urgência e a necessidade de qualificação, levou os professores a escolherem temas que nem sempre estavam preparados para abordá-los, e que o professor formador para responder as demandas teve que se superar tanto na pesquisa como no domínio de conteúdos decorrentes das necessidades do contexto atual.

Mesa: Políticas Públicas Educativas: Dilemas e Paradoxos - 6 de Fevereiro - 16h15 - 310

Moderador: Guilherme Rego da Silva

Título Processos de Aprendizagem sob uma Política Pública "Gerencial": A experiência de Sobral - Ce

ID 722

Autores Andrea Abreu Astigarraga, Francisco Alencar Mota

Resumo: Ao longo do período 2001 a 2004, o município de Sobral, localizado no Estado do Ceará a 235 km da capital, Fortaleza, no nordeste do Brasil, foi palco de determinadas iniciativas em termos de políticas públicas de educação, implementadas sob um modelo gerencial pautado na obtenção de resultados, com ações efetivas planejadas, executadas e avaliadas, voltadas para o cumprimento de metas relacionadas à aprendizagem e mais especificamente à alfabetização, sobretudo nas duas primeiras séries iniciais. Tais ações compreenderam investimentos em métodos pedagógicos, capacitação de professores, o reordenamento das escolas (junção de escolas menos aparelhadas com outras mais aparelhadas para melhor supervisão), processos de autonomia escolar, escolha meritocrática de diretores e coordenadores, subordinação do processo escolar a avaliações interna e externas, premiações às escolas e professores alfabetizadores que atingissem os resultados estabelecidos, dentre outras. O processo de aprendizagem tornam-se antes de tudo uma questão gerencial, daí todos os esforços, nesse sentido, quanto a atingir as metas estabelecidas para cada escola, com implicações diretas no trabalho de diretores escolares e professores, que passam a ter seus trabalhos avaliados, bem como a própria aprendizagem em termos mensurados quantitativamente. O presente trabalho discute as relações e implicações de uma política educacional pautada sob uma lógica gerencial, obtida em parte de modelos oriundos da esfera privado-competitiva, sobretudo quanto aos resultados práticos auferidos, destacando algumas contradições do processo.

Título “8 Maneiras de Mudar o Mundo” - um projecto de Educação para o Desenvolvimento

ID 834

Autores Alda Cristina Moreira, Princesa dos Santos Peixoto, Paula Cristina Remoaldo, Francisco Costa, António Bento Gonçalves

Resumo: Na Assembleia-Geral da O.N.U. realizada no ano 2000, 189 chefes de Estado e Governo assinaram a Declaração do Milénio que levou à formulação de Oito Objectivos de Desenvolvimento específicos que podem ser analisados de duas formas. Do Objectivo 1 ao Objectivo 7, definem-se as prioridades em termos de desenvolvimento humano e combate à pobreza a serem alcançadas em todo o mundo até 2015. Por seu turno, o Objectivo 8 reforça a parceria mundial e a responsabilidade mútua entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento necessária para a concretização de todos os objectivos propostos. No entanto, todos os Objectivos devem ser analisados como uma proposta global de respeito e defesa dos princípios da dignidade humana, da igualdade e da equidade a nível mundial. A presente comunicação centra-se nos principais desafios que se colocam hoje no mundo no âmbito da concretização dos Oito Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, reflectindo acerca do papel da sociedade civil. Apresentamos a experiência do projecto de Educação para o Desenvolvimento intitulado “Oito Maneiras de Mudar o Mundo”, financiado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros através do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (I.P.A.D.) e executado pela URB-África e U.C.C.L.A. (União das Cidades Luso-Afro-Américo-Asiáticas) em parceria com o Departamento de Geografia da Universidade do Minho. O projecto pressupõe uma mudança de valores e de comportamentos no âmbito da cidadania, solidariedade e participação social no espaço público português, desenvolvendo várias actividades - formação, comunidade de projectos, blogue, campanhas, encontros temáticos e iniciativas intituladas “Uma Semana do Tamanho do Mundo”.

Título Da escola às bancas escolares: reflexões sobre reforço escolar na cidade de Aracaju/SE - Brasil

ID 1056

Autores Enedina Maria Soares Souto, Camila Souza Pinto Marinho, Alessandro Américo Menezes dos Santos

Resumo: A educação escolar sempre foi uma preocupação na constituição das sociedades modernas, voltadas para o mercado de trabalho que exige cada vez mais a qualificação de seus trabalhadores. Essa valorização social tem se intensificado nas últimas décadas, consequência principalmente, da reorganização do trabalho no contexto da mundialização e da sociedade da comunicação. Além do apelo do mercado de trabalho formal, a ampliação do debate acerca dos direitos sociais tem colocado a educação escolar como um valor imperativo para sociedade. Como consequência, a educação passa a ter um valor social competitivo, exigindo grande esforço das famílias na hora de escolher a escola idealizada, num contexto de uma variedade de práticas pedagógicas, preço das mensalidades e em busca de aprovação nos exames do vestibular. Paralelamente ao ensino regulamentar, as famílias recorrem também aos serviços de reforço escolar. Esse fenômeno que apresenta considerável quantidade de serviço na cidade de Aracaju-SE, Brasil, parece atender as necessidades das famílias que passam pelo processo de mudança principalmente ocasionado pela inserção da mulher no mercado de trabalho e do aumento das exigências na formação escolar. Em sua maioria, os serviços de reforço escolar, também conhecido, em Aracaju com o nome de “bancas”, não sofrem nenhuma fiscalização e controle das práticas pedagógicas aplicadas. Por sua presença ser marcante na cidade de Aracaju, o referido estudo, teve por objetivo de lançar algumas reflexões sobre o fenômeno do reforço escolar a partir da caracterização dos tipos encontrados e das metodologias aplicadas pelos prestadores desse tipo de serviço.

Título Avaliando políticas educacionais: o caso do Rio de Janeiro no final do Século XX

ID 1162

Autores Jane Silva

Resumo: Esta comunicação condensa as discussões que fizemos em nossa dissertação de mestrado, ao buscar compreender as formas estratégicas que os governos do Rio de Janeiro - a Prefeitura da cidade e o governo do estado - desenvolveram na última década do século XX para o sistema educacional. A proposta analítica que fizemos define as políticas sociais de caráter público, no período estudado, como consequência de uma série de processos históricos em curso, que significativamente apontam para um sistema de dominação onde as forças sociais com vez e voz, produzem patamares de coerções subliminares identificadas como novo modelo educacional. O que propomos apresentar neste congresso é como o modelo que se estabeleceu a partir dos pressupostos políticos da democracia, das metamorfoses do mundo do trabalho e das novas visões do funcionamento do Estado vigentes no mundo influenciaram profundamente a educação no Brasil e em particular o Rio de Janeiro.

Título Administração e gestão da educação: um estudo dos seus fundamentos teóricos

ID 1348

Autores Neila Pedrotti Drabach

Resumo: A educação configura-se como um campo social marcado pela tensão decorrente dos diversos projetos e interesses em disputa, uma vez que se constitui em um espaço de luta privilegiado no processo de conquista da hegemonia política e cultural na sociedade. Em função disso, as diretrizes da política da educacional sofrem mudanças à medida que se alteram os quadros de referências da sociedade. Com a reabertura política do Brasil é assegurado na Constituição Federal de 1988, no Art. 206, a Gestão Democrática do Ensino Público. Esta normativa introduz um novo tipo de organização escolar, não mais calcado nos pressupostos da administração, evocados como tradicionais e burocratizados, mas sim nos princípios da Gestão, entendidos como mais democráticos. Frente a estas mudanças, pretende-se neste trabalho aprofundar o estudo das raízes e processos de constituição teórica da área de Administração da educação e de Gestão da Educação, enfocando suas transformações teóricas e epistemológicas à luz do contexto em que são produzidas estas novas normativas para o campo da educação. Para a operacionalização deste intuito, parte-se da contribuição de diferentes autores em relação à temática, buscando enfocar produções de diferentes épocas, analisadas ao lado da literatura sociológica que evoca para estes contextos. Diante das inúmeras alterações que se processam no âmbito educacional, torna-se necessário o esforço de compreender os pressupostos epistemológicos que as orientam, a fim de não recairmos em nomenclaturas vagas que não repercutem em transformações expressivas para a educação, não ultrapassando a mudança de nomes.

Mesa: Ensino superior, universidades e formação - 6 de Fevereiro - 18h30 - 103

Moderador: Eugénio Silva

Título Educação, Formação e Usos do Diploma nas Carreiras Profissionais no Brasil

ID 158

Autores Fernanda Petarca

Resumo: Este trabalho analisa os usos da formação superior para o ingresso no mercado de trabalho e para ascensão profissional. Contraindo-se a um conjunto vasto de trabalhos, vinculados, sobretudo, a chamada "sociologia da educação" que vê no título acadêmico uma forma importante de habilitação para o exercício profissional, este estudo parte do princípio que a formação acadêmica constitui-se enquanto um recurso social e profissional que pode assumir uma importância diversificada frente a outras modalidades de recursos. Destacam-se os recursos acumulados através dos vínculos proporcionados pelas origens sociais elevadas, pela inserção em partidos políticos, pela militância sindical e ainda pela participação em movimentos sociais. Neste sentido, parte-se do princípio que as modalidades de usos dos títulos acadêmicos resultam tanto do trabalho de institucionalização, que fornece as limitações oficiais e pragmáticas para tais usos, como do conjunto dos recursos sociais que os agentes acumularam ao longo do processo de socialização e que permitem uma apropriação diferenciada dos diplomas. O universo empírico analisado foi constituído por jornalistas que ocupam posições dirigentes em diversos espaços de atuação no jornalismo. Os procedimentos metodológicos adotados consistiram em entrevistas biográficas com vistas a identificar as esferas sociais nas quais estão inseridos os jornalistas. A análise permitiu mostrar que as formas de ingresso na atividade jornalística estão relacionadas a um processo mais amplo de associação da escolarização com recursos obtidos por meio da inserção em múltiplas esferas sociais, tais como a esfera da família, a da militância política e das redações jornalísticas.

Título A lógica da Diferenciação Funcional e Hierarquização Simbólica na Modernidade Avançada no contexto do Ensino Superior em Portugal

ID 934

Autores Willame Carvalho, Algemira Mendes, Lindinalva Vieira

Resumo: Na modernidade avançada, no contexto internacional, há um impulso para o debate em torno da modernização do ensino superior. Em Portugal, a reforma do ensino superior encontra dois modelos bastante evidentes: de um lado os gestores da educação, que propõem o fortalecimento da lógica da diferenciação funcional, através da consolidação do sistema dual do ensino universitário e politécnico; por outro lado o modelo vigente que é considerado pelos estudantes e professores do ensino politécnico como uma hierarquização simbólica, com características de distinções e estrangimentos, havendo uma tendência favorável a um sistema unificado por parte desses segmentos. Com o Processo de Bolonha, tais questões ficaram em evidência. Perceber de que forma ocorre a combinação e cruzamento nas dinâmicas de diferenciação funcional e hierarquização simbólica no espaço do ensino superior português é a proposta da presente pesquisa. Pretende-se identificar a percepção dos gestores, estudantes e professores sobre o Processo de Bolonha, além de perceber qual a influência da lógica de especialização e diferenciação no actual modelo.

Título Doutores em Humanidades no Brasil: interfaces entre titulação e formação de pesquisadores

ID 1285

Autores Ana Paula Hey

Resumo: A pós-graduação no Brasil, instituída em meados da década de 1960, consolida-se nas décadas seguintes e assiste a um crescimento notável nos anos 1990, como o coroamento de um conjunto de políticas públicas bem sucedidas, considerado modelar para a América Latina. O presente trabalho analisa o grande aumento na formação de doutores na área de Humanidades a partir das estatísticas da CAPES (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que classifica o conhecimento em 9 grandes áreas. Abordaremos, dessa maneira, os domínios de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Lingüística, Letras e Artes, desde a trajetória inicial típica de formação de quadros para a educação superior e pesquisadores até a maior pulverização de postos que caracteriza a titulação atual. O aumento de concluintes do ensino médio e o conseqüente acesso às instituições de educação superior de grandes contingentes de alunos modificarão, a longo prazo, os números atuais de formação de 3.000 doutores por ano nas humanidades. Consideramos que não existe relação direta entre obter o título de doutor e seu respectivo posto no mercado de trabalho, uma vez que formação e mercado são esferas sociais autônomas, regrados de maneira distinta e com lógicas próprias.

Igualmente não cremos em excesso de doutores: deve-se pensar na distribuição (regional) dos titulados para fortalecer as instituições e elevar a cultura científica em todo o território nacional.

Título Adesão ao Processo de Bolonha na Região Centro

ID 1591

Autores João Leitão, José Salgado, Carlos Reis

Resumo: Este projecto teve o seu início em Março de 2007 tendo sido finalizado em Março de 2008, foi objectivo deste projecto proceder ao levantamento das estratégias de adesão ao Processo de Adequação a Bolonha das diversas instituições politécnicas, escolas e cursos da região centro. Pretendia-se em concreto apurar as respostas às seguintes questões: “A formação superior preconizada por Bolonha teve contributos, nas diversas Instituições por parte dos diversos agentes sociais – parceiros e futuros empregadores?”; “Que mudanças sentiram os alunos neste primeiro ano de aplicação da ‘adequação a Bolonha?’”; “Que oportunidades/ameaças enfrenta o ensino superior politécnico nesta mudança de paradigma?”. Utilizámos para concretização destes objectivos, a realização de inquéritos por entrevista e por questionário, no sentido de se proceder à recolha de informação dos diversos actores sociais: inquirir alunos e professores das 5 instituições em estudo (Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), Instituto Politécnico de Coimbra (IPC), Instituto Politécnico da Guarda (IPG), Instituto Politécnico de Leiria (IPL) e Instituto Politécnico de Tomar (IPT)), através de um questionário; entrevistas aos presidentes dessas mesmas 5 instituições e aos respectivos Directores de Escolas e/ou Responsáveis pelo Processo de Bolonha na Escola. A distribuição dos questionários, de professores e alunos, baseou-se num universo de cinco instituições politécnicas, vinte e quatro escolas, 1800 professores e 28000 alunos, tendo-se concretizado uma amostra de cinco instituições politécnicas, vinte e quatro escolas, 384 professores e 994 alunos, utilizou-se para isso uma amostra não causal por quotas, tendo em conta o número de escolas, cursos e alunos que os frequentam. Da análise das entrevistas e questionários conclui-se que os processos foram processos, muito centralizados nalguns casos excessivamente, os perfis formativos na sua generalidade foram bem conseguidos, verificou-se que na implementação dos processos de adequação as escolas de Saúde e em particular os cursos de Enfermagem estavam perigosamente atrasados, surgiu uma nova esperança para as relações escola-indústria e serviços.

Mesa: Educação, inclusão e exclusões - 6 de Fevereiro - 18h30 - 307

Moderador: Onofre Eduardo Gomes

Título Educação Rural no Brasil: o que os movimentos sociais de trabalhadores têm demandado dos governos?

ID 125

Autores Maria Antônia de Souza

Resumo: A intenção deste trabalho é discutir as características que marcam a educação rural no Brasil e indicar a proposição paradigmática dos movimentos sociais no que tange a uma educação dos povos do campo. A pesquisa é documental, particularmente a análise dos documentos produzidos pela Articulação Nacional Por uma Educação do Campo. Alguns documentos são específicos do estado do Paraná, região sul do Brasil, onde são expressivas a ação dos movimentos sociais e as respostas governamentais. O estudo requer uma reflexão sobre as relações sociais de trabalho e de classe no país, enfatizando a marginalidade da educação dos povos do campo, tal como foi tratada pelo paradigma oficial da educação rural. Os movimentos sociais de trabalhadores, fortemente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), têm incrementado as demandas em torno da educação do campo, numa perspectiva de valorização das relações de trabalho e de classe. Têm reivindicado uma educação que seja constituída com base em conhecimentos escolares que estabeleçam relações com o mundo do trabalho e da vida camponeses. Reivindicam formação e capacitação de professores para as escolas do campo. Fortalecem as iniciativas de Educação de Jovens e Adultos. Lutam para que as escolas continuem localizadas no campo. Os movimentos sociais vêm construindo um novo paradigma educacional, nos termos de Arroyo, Fernandes e Salet Caldart, em contraponto à educação rural. O trabalho enfatiza o debate sobre a relação entre Sociedade Civil e Governos, conforme Dagnino.

Título Preferências de Crianças e Adolescentes relativas às novas atividades oferecidas pelo Clube Escola da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação de São Paulo

ID 573

Autores Sheila Aparecida Pereira dos Santos Silva, Lais Helena Malaco, Francisco Carlos Dada, Walter Meyer Feldman, Sandra de Oliveira

Resumo: No ano de 2007, SEME elaborou o programa CLUBE ESCOLA cuja finalidade é promover a inclusão social de crianças, adolescentes e jovens, criando oportunidades para que se desenvolvam integralmente por meio do acesso e prática de diferentes manifestações da cultura corporal, artísticas, educativas, de lazer e recreação, e também, inclusão difital. Esse programa objetiva a aquisição de competências (conhecimento, habilidades e atitudes) de seus participantes, buscando contribuir para que participem de experiências que possuam significado em suas vidas, saibam lidar com suas circunstâncias de vulnerabilidade social, adquirindo melhor condição de vida e consigam romper a barreira social na qual se encontram. Sem desconsiderar a significatividade que as modalidades esportivas e ginásticas tradicionais desenvolvidas nos Clubes da Cidade, identificamos que as oficinas inseridas na programação foram atrativas para crianças e adolescentes. Numa primeira aproximação a esse fenômeno, distribuímos questionários a 36 Coordenadores desses Clubes informando o número de inscritos, por gênero e faixa etária, nas oficinas. Resultado: todas as atividades incluídas foram capazes de atrair alunos entre 4 a 16 anos de idade. Consideramos que, ainda que tradicionalmente se tenha como dado que atividades rítmicas e expressivas são as preferidas do sexo feminino e as atividades competitivas e agonísticas, as dos meninos, por essa distribuição de alunos é possível observar que essa regularidade já apresenta leves mudanças, uma vez que em todas as atividades houve a presença de ambos os gêneros.

Título O impacto do vestibular de uma universidade pública brasileira nos candidatos negros

ID 900

Autores Iolanda de Oliveira, Moema de Poli Teixeira, José Marcos da Silva

Resumo: Sendo o exame vestibular a forma privilegiada pela universidade brasileira para selecionar os candidatos ao ensino superior, a presente pesquisa investiga os seus efeitos nos candidatos negros. a questão de estudo apresentada, se dá, em consequência da reduzida presença de negros na universidade, principalmente nos cursos de maior prestígio social. a situação constatada é decorrente da projeção, no setor educação, da discriminação racial que se evidencia na sociedade em geral. a investigação foi realizada a partir do banco de dados do vestibular, da universidade considerada, nos anos 2004, 2005 e 2006, articulando aspectos quantitativos e qualitativos, por meio da análise de dados e da realização de entrevistas com negros selecionados e não selecionados. O referencial teórico a priori selecionado é a teoria de discriminação racial por impacto desproporcional, apresentada pelo Professor Dr. Joaquim Barbosa gomes selecionado a priori, é

Título Inclusão/exclusão escolar: um retrato teórico

ID 1497

Autores Mônica Brunner Schiffer, Laura Ceretta Moreira

Resumo: O texto traz a tona a temática da exclusão/inclusão a partir de algumas das idéias centrais encontradas, principalmente, no pensamento de Dubet e Freire. O estudo tem como método aplicado uma revisão bibliográfica, considerando aspectos históricos, raios de ação e os fenômenos causadores da exclusão/inclusão, sobretudo, no meio escolar e suas consequências no campo profissional e social. Para tanto demonstra o quanto a dialética da exclusão e inclusão é complexa, visto que é a partir do excluir que se desencadeiam vários dos mecanismos para incluir. Demonstra que no pensamento de Dubet está posto o quanto os mecanismos de exclusão escolar implicam na análise do papel da escola e nos fatores pelos quais a escola "acrescentaria" ao sujeito e à sua formação, aliando-se aos aspectos de desigualdades e de exclusão que ultrapassam a uma simples reprodução das desigualdades sociais. Discute o papel que Freire impõe a escola em emancipar e não oprimir, pois sua dimensão educativa é a chave na disputa da hegemonia. Para ele o trabalhador é resultante da massificação escolar, fator esse considerado um determinante no percurso de formação e exclusão. Por fim, este estudo aponta o quanto a exclusão escolar repercute progressivamente no campo profissional e social e que esta problemática não se limita a um pequeno núcleo de alunos com grandes dificuldades derivantes de um conjunto de experiências em âmbito escolar, pois a sociedade contemporânea acarretou mudanças midiáticas, culturais e socioeconômicas que trouxeram novas demandas e mantiveram e aguçaram antigas exclusões sociais.

Mesa: Educação, socialização e infâncias - 6 de Fevereiro - 18h30 - 308

Moderador: Moema Helena Albuquerque Kiehn

Título Infância, corpo e educação na produção científica brasileira (1997-2003)

ID 471

Autores Márcia Buss Simão

Resumo: A presente comunicação é resultado de uma pesquisa de mestrado, já concluída, que teve como objetivo investigar as produções científicas realizadas no âmbito dos estudos da infância, tendo em vista analisar as concepções de corpo, criança/infância e educação, presentes nas pesquisas (dissertações de mestrado) de diferentes áreas de conhecimento, cadastradas no Banco de Dados da CAPES, entre os anos 1997-2003. Utilizou-se como referencial teórico contribuições da Sociologia da Infância, da Antropologia da Criança e demais áreas que estudam a infância, buscando um cruzamento multidisciplinar na abordagem desta relação corpo, infância e educação. Realizou-se um mapeamento das produções nacionais sobre a temática do corpo, objetivando identificar o quê os saberes científicos têm apontado sobre o corpo em diferentes áreas do conhecimento, que acabam por orientar o âmbito da ação pedagógica com as crianças. Foram identificadas 29 dissertações, das quais 18 constituíram o corpus definitivo analisado, por meio do procedimento metodológico de Análise de Conteúdo. Como resultado, referente à categoria corpo, evidenciou-se a predominância da compreensão de corpo como construção social, cultural e histórica, bem como críticas à instrumentalização desse corpo em contextos educativos. Referente à categoria infância e criança, identificou-se uma predominância da concepção de criança como construção social. Com relação à categoria educação destacou-se a compreensão de uma visão de educação integral, salientando a não segmentação dos conhecimentos, a não dicotomização em áreas e disciplinas escolares e a necessidade de definição de uma intencionalidade pedagógica centrada nas brincadeiras, nas interações e nas inúmeras linguagens práticas, corporais, plásticas, verbais, dramáticas, musicais.

Título Infância contemporânea: paradigmas em confronto

ID 603

Autores Cristiana Callai de Souza

Resumo: Neste trabalho, compartilho uma experiência vivenciada no cotidiano escolar da Educação Infantil, na cidade de Niterói/RJ/Brasil, que permite aos interessados pela infância, educação, diversidade, complexidade, estrangeiridade, pensar as infâncias minoritárias, entendidas como acontecimento, resistência, revolução e criação. Essa experiência vivida com os infantis, só foi possível a partir da experiência de aprender com as crianças, de ouvir o que elas pensam, sentem, e a forma como elas se relacionam com o mundo. O confronto de paradigmas na educação da infância contemporânea, possibilita problematizar a hierarquização dos saberes, a nossa formação inspirada na Pedagogia Moderna, o saber do professor e o não-saber do aluno, os conflitos educacionais. Nesse sentido, fica um convite a olhar para o chão da escola, para as gestualidades mínimas, para os cacos que compõe o mosaico do nosso cotidiano, para os seus habitantes menores. Somos estrangeiros ao catarmos os cacos, que nos convidam a criar espaços tempos diferentes da racionalidade clássica. O menor na educação diz muito, inspira a uma educação mais sensível, a experimentá-la, com nossas possibilidades e limites, a sentir o cheiro da escola, o clima, as vozes, o riso, a potência da vida. Aprendemos muito com as crianças, aprendemos a importância de sermos respeitados enquanto seres humanos em nossa diversidade social, pois,

elas não se deixam aprisionar em modelos estereotipados e nos convidam a aprender junto, instigando-nos a buscar outros sentidos para a educação da infância.

Título As crianças e os seus saberes sobre a educação infantil: um olhar sobre a qualidade.

ID 654

Autores Janaina João

Resumo: Este trabalho tem por objetivo compreender os sentidos e significações da Educação Infantil para as crianças considerando-as produtoras de cultura, sujeitos ativos e também protagonistas na construção da sua história. A pesquisa organizou-se metodologicamente a partir de referências multidisciplinares de forma a ouvir as crianças, seus pais e professores em uma comunidade constituída por um processo de desfavelização na capital de Santa Catarina/ Barsil. Toma como estratégia um estudo de caso de inspiração etnográfica, envolvendo trinta encontros realizados com as crianças em finais de semana, entre dezembro de 2005 e dezembro de 2006, além de entrevistas com os pais e questionários encaminhados aos professores. Esta investigação traz à tona a necessidade de pensar possíveis indicadores de qualidade não apenas com base em documentos oficiais e ou teóricos, mas, também, a partir das vozes dos sujeitos para quem a Educação Infantil deve se dedicar.

Título As linguagens artísticas, a cultura, a infância e a educação

ID 959

Autores Rita Márcia Magalhães Furtado

Resumo: A cultura, enquanto categoria entendida como processo, nos permite pensar sua dinamicidade como congruência do particular, do universal e do singular. A educação sendo uma das vertentes culturais é também um processo de humanização. O processo educativo escolar, reflexo das exigências de uma sociedade técnico-industrial, prioriza o saber racional em detrimento do saber advindo das experiências sensíveis. As linguagens artísticas presentes no espaço escolar tornam-se assim, se não a única, uma das poucas possibilidades de transgredir o saber meramente racional e a normatividade técnica do processo formador desde a infância. Percebemos então a necessidade de se pensar a cultura na infância e, sobretudo aquela trabalhada pela escola, já que, muitos dos espaços lúdicos da criança, que poderiam contribuir para sua expressividade e criatividade, estão cada vez mais reduzidos. O referencial teórico perpassa pelo conceito de cultura presente no ensaio de Hannah Arendt intitulado “A crise na cultura: sua importância cultural e política” e atravessa as concepções de vários autores a respeito das múltiplas linguagens artísticas e concepções de educação.

Título O espaço é coisa séria: a arquitetura e o currículo da EMEI Maria Pacheco Resende (um estudo de caso)

ID 1465

Autores Analucia de Moraes Vieira

Resumo: Esta comunicação tem como pano de fundo minha pesquisa de doutorado intitulada Arquitetura e Currículo: Olhares cruzados na Educação Infantil. Nosso objetivo é apresentar a escola EMEI Maria Pacheco Resende. Essa escola foi construída no ano de 1993, na cidade de Uberlândia, Minas Gerais. Ela foi construída arquitetonicamente para desenvolver um currículo no qual a criança é valorizada e vista como sujeito participante e ativo no contexto infantil. Até então não havia sido construída uma escola para a educação infantil pública municipal na cidade de Uberlândia com essa concepção de criança. Apresentar o projeto arquitetônico que configura a proposta curricular dessa escola significa desvelar que o espaço que construímos e possibilitamos às crianças é fundamental para a compreensão de que as crianças são cidadãs ativas, que (co)participam da sua história. Nesse sentido, falar de uma arquitetura e de um currículo que coloca a criança no centro de sua proposta é falar de uma escola infantil mais inclusiva e democrática.

Mesa: Educação, conhecimento, concepções e práticas - 6 de Fevereiro - 18h30 - 309

Moderador: José Glauco Smith Avelino de Lima

Título A razão da escola

ID 873

Autores Vanessa Gabassa

Resumo: O texto formulado neste artigo é resultado de uma pesquisa de mestrado realizada na área de Metodologia de Ensino, entre 2005 e 2007. Tem por objetivo, enquanto pesquisa de caráter bibliográfico, ressaltar a função da escola na modernidade e como ela vem se configurando nos dias atuais. A partir de algumas perspectivas como a socialização, a formação para o trabalho, a formação do cidadão político e o ensino dos conteúdos escolares propriamente ditos, por meio das abordagens de ensino, a pesquisa procura mostrar a racionalidade técnica, instrumental, como o principal modelo de razão presente nas escolas e responsável, em grande medida, pelas irracionalidades que acometem esta instituição. Neste trabalho, portanto, destaca-se a necessidade de construção ou reconstrução de um outro modelo de razão. Uma construção defendida a partir das formulações teóricas de Habermas e Freire, com seus conceitos de ação comunicativa e dialogicidade, respectivamente. As elaborações desses dois autores, por sua importância e seriedade, mundialmente reconhecidas, podem servir de base para a construção de uma nova razão dentro das escolas. A pesquisa aponta para a urgência de se pensar uma razão que propicie aos sujeitos que compartilham a escola uma dinâmica que possa favorecer o estabelecimento de vínculos mais positivos entre estes sujeitos e deles com o saber. Uma razão que, no lugar da técnica, valorize o diálogo e a comunicação, a construção de consensos e de sistemas efetivamente democráticos.

Título Justiça Restaurativa nas escolas: um caminho para a resolução não-violenta de conflitos

ID 1099

Autores Patrícia Grossi

Resumo: A Justiça Restaurativa é uma abordagem inclusiva e colaborativa que parte do envolvimento e participação dos próprios envolvidos nas situações de infrações, conflitos e violências visando à superação das rupturas das relações

sociais resultantes destas situações. Através de práticas restaurativas baseadas nos valores de inclusão, pertença, solidariedade e escuta ativa, entre outros, escolas estão buscando enfrentar os conflitos e violências. Este artigo busca relatar as experiências de formação de professores de escolas públicas e privadas de Porto Alegre em práticas restaurativas através da inserção no Projeto Justiça para o Século 21, parceria entre a Secretaria Municipal e Estadual de Educação e a 3ª Vara do Juizado Regional da Infância e Juventude de Porto Alegre. A Faculdade de Serviço Social da PUCRS acompanhou o processo de capacitação docente, realizando o monitoramento e avaliação das oficinas de práticas restaurativas na comunidade escolar e implementação dos círculos restaurativos em 4 escolas piloto. Os círculos restaurativos nas escolas possibilitaram o aumento do diálogo, da capacidade de escuta e empatia. Por outro lado, restam alguns desafios como aumento das solicitações de círculos nas escolas, considerando o princípio de voluntariedade. Em geral, são pouco requisitados pelos alunos, que desconhecem esse espaço legítimo de resolução de conflitos na escola associado ao medo do desconhecido e à forte cultura de relações de poder hierarquizadas na escola. Alguns professores demonstram medo de represálias posteriores por parte do corpo discente ao participarem. Por outro lado, a avaliação com os participantes demonstrou que o ambiente dos círculos ocasionou sentimentos de segurança.

Título Ensinar e aprender na sociedade digital

ID 1419

Autores Abigail Fonseca

Resumo: A relação ensino/aprendizagem é de suma importância e adquire um valor ainda maior quando se tem a consciência de que essas funções não se sobrepõem, não se reduzem a uma condição de hierarquia ou precariedade, elas se complementam, apesar dos aspectos que as diferenciam. Ensinar e aprender na contemporaneidade em que a globalização, o avanço científico e tecnológico, as transformações de ordem social, econômica, política e cultural têm afetado profundamente o sujeito, requer mudanças qualitativas, práticas inovadoras e eficientes, com vistas a prepará-lo para o desenvolvimento de competências e habilidades para atuar de forma ética, consciente, justa e igualitária na sociedade do conhecimento e da informação. Tais requisitos só serão viáveis se houver, por parte do docente, uma nova visão, um novo olhar sobre o currículo, uma reformulação nos conteúdos, articulando-os com a realidade em que o indivíduo está inserido. Esse trabalho tem a pretensão de analisar as novas formas de ensinar e aprender na sociedade digital. Objetiva-se ainda ressaltar a necessidade de uma reformulação curricular, haja vista as transformações pelas quais a sociedade tem passado, exigindo dessa forma uma nova postura na relação ensinar/aprender. Espera-se que essa pesquisa contribua de forma positiva e eficaz, auxiliando na compreensão das mundividências e paradigmas teóricos, na complexidade de realidades sociais em que o profissional do século XXI está imerso.

Título Mídia e escola: diálogos possíveis

ID 1521

Autores Sandra Mara de Oliveira Souza

Resumo: O pensador brasileiro Paulo Freire afirma que educação e comunicação são processos que caminham paralelamente. Dessa forma, o diálogo pode constituir-se em elemento forjador de uma educação libertadora, já que é o elemento principal do processo comunicativo. Num primeiro momento materializado pela palavra, ele se efetiva principalmente através da tomada de consciência e da realização de um conjunto de ações que venham a permitir a transformação da realidade vivida. Nessa direção, Freire aponta caminhos para a efetivação dessa dialogicidade, propondo um enfrentamento lúcido da relação educador-educando enquanto campo de geração de novas relações que, através da mediação das experiências de cada um, vem a constituir-se no verdadeiro caminho para uma educação integral. Entretanto, no contexto de um país como o Brasil, onde a mídia, especialmente a televisão, tem ocupado um lugar social de destaque na padronização de visões de mundo, faz-se mister descobrir sob que formas o diálogo entre educadores e educandos pode se efetivar. Para isso, utilizamos a mesma mídia, representada pelo instrumento vídeo, ressignificado através de um contexto de produção coletiva de um curta-metragem, realizada por alunos do 5º ano do ensino fundamental, numa escola municipal de Natal, estado do Rio Grande do Norte.

Título A imprensa educacional Liceistas do Maranhão na Primeira República

ID 1529

Autores César Augusto Castro, Samuel Luis Velásquez Castellanos

Resumo: O presente trabalho está inserido em um projeto mais amplo que visa estudar a imprensa educacional maranhense desde o século XIX até a Primeira República. Analisa-se a imprensa periódica produzida pelos alunos do Liceu Maranhense em momentos distintos. Essa escolha deve-se ao papel que essa instituição tem na constituição do campo da educação no Maranhão desde 1837. Os periódicos analisados são – A Inúbia, Lábaro e a Voz do Liceistas. A voz de Inúbia representava um grito de alarme e de apelo pela melhoria da educação no Maranhão. O Lábaro objetivava ser o porta voz de um grupo de estudantes pela melhoria da ciência, da literatura e da história. A voz do Liceistas, tinha a finalidade de abrigar os que procuravam a expansão das idéias elevadas e dignas de apreço nacional e patriótico. Entretanto, os três periódicos apresentam similaridades quanto às críticas ao ensino e seus métodos, à reivindicação pela ampliação e qualificação do corpo docente e à garantia dos direitos dos alunos, entre elas: a meia passagem em trens, bondes e cinemas da capital. Adotamos como percurso da investigação um mapeamento de todo a imprensa periódica educacional na Primeira República e a análise dos jornais mencionados, estudando-se o conteúdo cujas temáticas foram categorizadas. A realização deste estudo sobre a imprensa periódica dos liceistas maranhenses contribuirá para compreendermos o movimento do campo da educação e o papel do Liceu na formação da intelectualidade maranhense.

Mesa: Educação, diversidades e multiculturalismo - 6 de Fevereiro - 18h30 - 310

Moderador: Maria do Carmo Silva

Título Educação, Diferenças Culturais e Cidadania. Análise a partir de uma experiência escolar.

ID 207

Autores Francisco Alencar Mota

Resumo: A educação escolar se configurou ao longo do século XX, em nível internacional, pelo seu atrelamento às políticas públicas e ao nacionalismo, sua organização através dos “sistemas educacionais” e, no que concerne aos aspectos mais eminentemente culturais, por um modelo hegemônico de formação da “identidade”, sob bases modernas.

A modernidade torna-se, assim, o fator propulsor de construção de uma identidade que a escola, enquanto locus privilegiado, nesse contexto histórico, se empenhara, de forma auspiciosa, em perseguir. Os processos educacionais experienciados no âmbito da escola, depois de décadas de práticas e consolidação, sobretudo ao longo do século XX, por outro lado, se depararam com limites no que concerne à constatação de diferenças culturais no seu interior, a partir da qual os valores e sentimentos do modelo hegemônico se tornaram relativos. Tais processos se revelaram, como consequência, conflituosos e contraditórios, sob o viés das diferenças culturais, tornando-se explícitas relações de desigualdade, nesse sentido. O presente trabalho descreve os limites de um modelo identitário educacional hegemônico perante as diferenças culturais existentes, como forma de lidar com as diferenças e possibilitar o desenvolvimento da cidadania, no que concerne ao direito à educação, a partir de uma experiência localizada em uma escola no interior do Nordeste do Brasil.

Título Educação do campo no Brasil: o que dizem os discursos?

ID 368

Autores Sônia Maria Araújo

Resumo: O estudo resulta de análises empreendidas sobre a produção do conhecimento em educação do campo no Brasil a partir da década de 80 dos anos de 1900. Partiu-se para tal tarefa, com base em duas questões: a) o que dizem os textos produzidos pelas universidades brasileiras sobre a educação do campo no Brasil? b) que “lugar” ocupam esses textos e seus discursos no contexto atual de transnacionalização da educação e formação para o mercado? A partir de recortes da teoria crítica pós-colonial construiu-se uma matriz epistemológica de análise dos textos. A conjugação dos enunciados discursivos forma uma triangulação analítica que articula: colonialismo interno, ações da burguesia nacional aliada ao agronegócio e resistência na forma de enfrentamento propositivo. Os resultados indicam que a educação do campo no Brasil, a partir da ideia de construção partilhada, isto é, de produção do conhecimento em parceria com os movimentos sociais do campo, promovem politicamente ações negociadas com o Estado heterogêneo brasileiro, forçando políticas em seu favor, ao tempo em que se põem como contra-hegemônicos no contexto do neoliberalismo e da globalização.

Título Que educação inter/multicultural no Jardim de Infância: os livros infantis e as suas imagens da alteridade

ID 413

Autores Mônica Borges, João Filipe Marques

Resumo: É fundamentalmente com recurso ao livro e, em particular, à imagem nele contida que se propicia às crianças os primeiros contactos com a alteridade. Mas que imagem do «outro», fornecem os materiais pedagógicos e outro material bibliográfico utilizado em educação de infância? A investigação que está na origem desta comunicação procurou, em primeiro lugar, perceber como é que, actualmente, os educadores de infância desenvolvem a educação inter/multicultural nas suas actividades com as crianças. Em segundo lugar, pretendeu-se, não apenas identificar os materiais pedagógicos – nomeadamente em termos da literatura para a infância – mais utilizados no âmbito da educação inter/multicultural, como avaliar em que medida é que esses mesmos materiais recorrem a estereótipos acerca da diversidade cultural, étnica ou «racial».

Ainda que de uma forma velada e inequivocamente não intencional, os livros infantis utilizados pelos educadores de infância na abordagem da diversidade humana, não estão isentos de imagens tipificadas dessa mesma diversidade. Embora com excepções, os povos do «Sul» continuam a ser genericamente representados naquilo que têm de mais exótico: o vestuário (ou a ausência deste) e a alimentação: aparecem sistematicamente associados à ruralidade ou à floresta, à dureza da vida, com uma forte ligação à natureza e aos animais. Por outro lado, nas imagens dos países do «Norte» sobressaem as conotações à tecnologia, ao lazer, à história, ao património, ou à arte.

Em termos antropológicos, metade do globo aparece nos livros infantis associada ao estado da «Natureza» e a outra metade ao estado da «Cultura», em termos sociológicos a primeira a primeira metade é conotada com a «Tradição» e a segunda, inequivocamente com a «Modernidade».

Título A imigração e a escola: formas de convivência e aprendizagem em contextos multi/interculturais

ID 815

Autores Fernando Ilídio Ferreira

Resumo: A Escola é fruto de um conjunto de transformações socio-históricas que a tornaram numa instituição educativa para todos, baseada no princípio da igualdade de oportunidades. No entanto, ao constituir-se como o lugar especializado do ensino das crianças, as formas de socialização, de convivência e de aprendizagem passaram a ser reguladas por espaços e tempos específicos, pela convergência de uma organização, de métodos e de programas, visando reduzir a heterogeneidade e assegurar a uniformidade. Fruto deste processo histórico que instituiu uma organização e uma cultura escolar específicas, a escola e a turma tendem, ainda hoje, a ser encaradas pelos professores com um olhar uniformizante, apesar de entretanto os contextos e os públicos escolares se terem diversificado. Nesta comunicação pretende-se abordar o fenómeno da imigração em Portugal e as novas formas de desigualdade, exclusão social e diversidade cultural a ele associadas, considerando, em particular, as suas repercussões no contexto escolar, ou seja, o modo como a escola lida com as novas realidades socio-culturais. Com base em reflexões teóricas e análises empíricas, discutem-se as modalidades de convivência e de aprendizagem promovidas no meio escolar, considerando, por um lado, a influência das tendências uniformizadoras da organização da escola em grupos (classes) homogêneos de alunos e, por outro lado, o comprometimento pedagógico e cívico de escolas e professores que colocam a própria diversidade cultural no coração do seu projecto educativo.

Estratificação, Classes e Desigualdades Sociais

Mesa: Classes e divisão do espaço - 4 de Fevereiro - 19 horas - 305

Moderador: Bruno Monteiro

Título Desigualdade sócioespacial e violência urbana na Região Metropolitana da Grande Vitória- Espírito Santo /Brasil
ID 147

Autores Rossana Ferreira da Silva Mattos

Resumo: O artigo examina as características do processo de formação da Região Metropolitana da Grande Vitória, consubstanciado em elementos histórico-sociais que revelam o processo de segregação sócio-espacial que se estabeleceu na região da capital aliado ao projeto de modernização econômica a partir da década de 1960. Nesta perspectiva, o trabalho aborda as condições históricas da formação metropolitana da Grande Vitória, identificando em que medida o aprofundamento das desigualdades sócio-espaciais pode levar à fragmentação social e, contribuir para a escalada da violência na Região.

Título Repensando a pobreza, a segregação e a constituição de hierarquias sociais a partir da análise dos processos sócio-políticos e espaciais que marcam uma área periférica da cidade do Rio de Janeiro

ID 1160

Autores Rosemere Maia

Resumo: O extremo oeste da Cidade do Rio de Janeiro congrega um número significativo de grandes conjuntos habitacionais, loteamentos populares e favelas. Os dois primeiros modelos, cada qual a seu modo, permitem aos segmentos mais pobres a resolução do problema da moradia e, mais que isto, a efetivação do “sonho da casa própria”- permeado por vários significados, inclusive de ordem instrumental (“capitalização”, segurança em caso de desemprego, ascensão social, integração à cidade, dentre outros). Mesmo não havendo uma diferenciação significativa em termos sócio-econômicos entre a grande maioria dos moradores da região, constatamos o estabelecimento de “hierarquias”, de “gradações” entre eles. Estas não se sustentam em elementos relacionados à classe social, raça ou etnia, mas se pautam no local de moradia (se loteamento/conjunto/favela) e tempo de residência, bem como na identidade com o lugar (inclusive com aquele deixado para trás, como é o caso dos que para lá foram levados de forma compulsória, impulsionados por várias políticas urbanas e pelo aprofundamento da especulação imobiliária). Algumas destas áreas transformaram-se, no imaginário daqueles que não conhecem sua dinâmica interna, em zonas de risco, em encarnações do mal, confirmando a força do estigma territorial que as marca. O presente trabalho pretende refletir sobre as diferentes dimensões da pobreza urbana, da segregação sócio-política e espacial, bem como sobre a criação e manutenção de estratégias identitárias e laços sociais por esta população, diante do individualismo e do esgarçamento do tecido social, num contexto marcado pela precariedade das políticas públicas e pelo crescimento da violência urbana.

Título Comparando estruturas sociais em duas metrópoles brasileiras

ID 1175

Autores Celi Scalon, Eduardo Marques

Resumo: Este artigo apresenta resultados de pesquisa comparativa sobre as estruturas sócio-espaciais no Rio de Janeiro e em São Paulo realizada em período recente. Utilizamos dados do Censo Demográfico de 2000 por áreas de ponderação para construir a classificação Erikson, Goldthorpe e Portocarrero (EGP) e o Índice internacional de status sócio-econômico (ISEI), ambos utilizados amplamente em estudos de estratificação social. Essas informações são então submetidas a análises de agrupamento para as duas cidades, permitindo a análise comparativa da presença de grupos sociais nas duas cidades. Em seguida, lançando mão de técnicas estatísticas espaciais, avaliamos os padrões de distribuição espacial das classes e a presença de segregação social nos dois espaços metropolitanos estudados. Os resultados sugerem a presença de grande similaridade entre as estruturas sociais nas duas cidades, marcadas também de forma similar por padrões muito intensos de segregação social no nível da metrópole.

Mesa: Sobre a formação de classes - 5 de Fevereiro - 11h15 - 309

Moderador: Luciana Teixeira Andrade

Título Das oportunidades às desigualdades nas chances de mobilidade ocupacional intergeracional de migrantes e não-migrantes no Sudeste do Brasil (1988-1996)

ID 78

Autores Lygia Costa

Resumo: O objetivo deste trabalho é realizar um estudo de mobilidade ocupacional de migrantes e não-migrantes no Sudeste do Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo). O trabalho, portanto, será desenvolvido de acordo com dois pontos: (1) análise de estudos de mobilidade social desenvolvidos no Brasil e (2) a análise das chances de mobilidade ocupacional de migrantes e não-migrantes. No tratamento dos dados adotaremos as classes EGP (Goldthorpe, Erikson e Portocarrero) e o modelo logístico multinomial, um equivalente a modelos log-lineares, para o cálculo das razões de chances de mobilidade para os grupos da análise. E, em virtude da falta de informações sobre mobilidade atualizadas nas pesquisas amostrais, no Brasil, usaremos como fonte de informação os dados da PNAD 1988 e 1996.

Título Homens duros, vidas frágeis. Uma etnografia da experiência do trabalho migrante na construção civil em Espanha

ID 534

Autores Bruno Monteiro, João Queirós

Resumo: Entre outras consequências, a conjuntura recente da economia portuguesa – que se tem caracterizado por baixos níveis de investimento e crescimento, perda de dinamismo empresarial, designadamente nos sectores tradicionais,

elevadas taxas de desemprego e degradação do poder de compra – tem conduzido a importantes mudanças ao nível dos padrões de mobilidade da força de trabalho. A pesquisa de terreno levada a cabo, separadamente, em duas localidades da região do Vale do Sousa (Rebordosa, Paredes, e Fonte Arcada, Penafiel) permitiu dividir como, sob a superfície de uma opção pela mobilidade geográfica, persistem estratégias de reprodução das famílias vividas num quadro marcado pela compulsão económica e, hoje, cada vez mais, pela desestruturação social (ligada, por exemplo, à permanente ameaça do desemprego e aos problemas decorrentes do endividamento). Por seu turno, a observação de terreno levada a cabo em O Carballiño (Galiza, Espanha) possibilitou acompanhar o contexto imediato de um grupo de operários da construção civil portugueses e, ao mesmo tempo, tornou evidente a diversidade de trajetórias pessoais e colectivas e de estratégias unificadas numa mesma situação de migração. Como uma das mais significativas expressões das novas formas de precarização associadas à condição operária no Noroeste Português, a constituição de um proletariado flutuante como este (recrutado, sobretudo, pelo sector da construção civil em Espanha) reforça experiências anteriores de subalternidade social e introduz inéditos constrangimentos nas vivências pessoais e colectivas associadas às posições sociais dominadas. Neste sentido, e é essa a principal hipótese de trabalho a explorar com a presente comunicação, a migração é parte integrante de uma condição social que podemos dizer periférica, que assim se vê actualizada, reproduzida e reforçada com a dupla desvinculação social, pelo fechamento sociabilitário, a bulimia no trabalho, a constituição do corpo como capital de risco (embora seja o único passível de reverter em rendimentos), a desqualificação social e a desestruturação do horizonte de expectativas.

Título Popular culture and the formation of the working class

ID 546

Autores João Valente Aguiar

Resumo: Social class is sometimes considered as a mere economic or a political phenomenon. In our research we tried to relate social class with cultural variables. Most notably, our purpose is to show how a particular kind of cultural production – popular culture – affects social and political mobilization of the working class. In this way, we focused our attention in the rural workers of the Left Margin of Guadiana River, in Alentejo. Basically, the research is a qualitative approach to the feelings and subjective apprehensions of those workers and how they interact with their political behaviour. Our hypothesis is that the cultural heritage of these social agents contributed to the development of social and political practices. At the same time, the proper and autonomous production of their own cultural sociabilities induced mental and symbolic frameworks creating a sense of community gathered by common values and beliefs. So, in order to understand some of the past political interventions of Alentejo's working class, we cannot escape to integrate theoretically these most visible phenomena with the correlative cultural background that supports them.

Título Desigualdades sociais frente ao sucesso escolar

ID 1267

Autores Claudia de Paula Pinto, Beatriz de Basto Teixeira

Resumo: Percebe-se no cenário educacional brasileiro que, a partir das décadas de 1980/1990, o fator classe social demonstrou-se insuficiente para explicar todas as situações de fracasso ou sucesso na escola. As desigualdades escolares apresentadas por alunos de diferentes grupos sociais passaram a ser analisadas a partir de aspectos como as especificidades que cada família apresenta em relação à educação. Nesse contexto, conhecer as estratégias empregadas pelas famílias na escolarização dos filhos tornou-se primordial para a compreensão da trajetória escolar desses jovens. Daí, emerge o interesse pela escolarização de jovens pertencentes aos meios sociais privilegiados economicamente, objetivando compreender o papel que a riqueza econômica exerce sobre a trajetória escolar. Essa nova linha de pesquisa levou a uma constatação importante: o fracasso escolar se constitui como um fenômeno que atinge tanto as camadas populares quanto as camadas médias e altas da sociedade. Entretanto, a diferença econômica, social e cultural que caracteriza estes grupos sociais, os coloca em posições bem distintas frente a determinadas situações escolares. Os privilégios econômicos, sociais e culturais possuídos pelas classes médias e altas, proporcionam a esta parcela da sociedade ter o senso do jogo escolar, possibilitando a este estrato social atuar da forma mais adequada em determinadas situações de risco escolar, driblando situações de insucesso e maximizando o sucesso escolar dos filhos.

Título “Doutores”, porém “não-cidadãos”: trajetórias de estudantes favelizados inseridos no ensino superior

ID 1346

Autores Jocelene de Assis Ignacio

Resumo: O objeto deste estudo é a análise das trajetórias acadêmicas e profissionais de estudantes de ensino superior residentes na favela do Jacarezinho, no Rio de Janeiro. O objetivo é analisar o alcance da educação superior como um dos mecanismos de garantia aos direitos de cidadania, em especial de moradores de espaços favelizados no Brasil. Os selecionados ingressaram no Pré-vestibular para Negros e Carentes, após o ano 2000 e alguns conquistaram vagas nas principais universidades do Rio de Janeiro e em cursos considerados de alto status como Direito, Psicologia, Engenharia. Residentes em espaço favelizado e oriundos de famílias de baixa renda, estes estudantes contrariam certo “determinismo social” relativo a pessoas favelizadas. Minha hipótese é que a passagem pelo ensino superior por si só não afiança a estes moradores - majoritariamente afrodescendentes -, a garantia aos direitos de cidadania.

Título HNWI'S: o topo da estratificação socioeconômica

ID 1622

Autores Antonio David Cattani

Resumo: HNWI's (Hight net worth individual) é uma sigla utilizada para designar indivíduos com capacidade de reprodução econômica e social assegurada pela posse de grandes fortunas. Eles podem ser denominados simplesmente, ricos, milionários ou bilionários, componentes do extrato mais alto das classes abastadas. Porém, a sigla HNWI's remete para significados contemporâneos precisos, quais sejam, aludem à existência de segmentos específicos das classes dominantes em escala internacional e não mais vinculados a territórios nacionais; traduzem a apropriação personificada da riqueza; revelam a existência de circuitos seletivos de consumo contrastando de maneira abissal com os padrões do

restante da população. Os HNWI'S podem ser considerados os grandes beneficiários das políticas neoliberais das duas últimas décadas do século XX e desses primeiros anos do século XXI. A brecha social em escala planetária revela, de um lado, que milhões de trabalhadores tiveram seus rendimentos estagnados ou diminuídos e que o número de pobres e miseráveis aumentou dramaticamente. De outro, que alguns milhares de afortunados tiveram seus ganhos aumentados em volumes estratosféricos. Esta comunicação está estruturada em três blocos de questões. O primeiro, busca situar esta temática como pertinente ao tema "Estratificação, classes sociais e desigualdades". O argumento principal diz respeito à necessidade de se estudar o topo da pirâmide social e, sobretudo, as suas relações com as demais classes. Habitualmente, quando emergem as temáticas atinentes às desigualdades, à pobreza e à estratificação, o foco principal está direcionado ao "pólo pobreza", à situação de vida e de trabalho daqueles que estão na base das camadas sociais. No senso comum e nas elaborações acadêmicas a riqueza não é entendida como um problema. A pobreza, por ser empírica e analiticamente mais acessível, é analisada nas suas múltiplas dimensões, enquanto os verdadeiramente ricos se mantêm alheios às enquetes dos órgãos estatísticos e à perscrutação científica. Como não existe riqueza que não seja social, e que, considerando a existência de um processo de produção de pobreza, é indispensável considerar as dimensões relacionais entre o "pólo riqueza" e o "pólo pobreza". O segundo bloco de questões diz respeito aos desdobramentos objetivos, sociais, econômicos e políticos decorrentes da desmedida em termos de concentração de renda. Constitui pano de fundo dessa abordagem o processo de apropriação individualizada da riqueza (golden parachutes, stock options, etc.). Executivos de grandes empresas, mesmo quando são responsáveis pela bancarrota dos empreendimentos (Lehman Brothers, AIG, Goldman Sachs e outros), recebem "indenizações" de centenas de milhões de dólares, as perdas sendo "socializadas" pelo fisco ou pelos fundos de pensões dos trabalhadores. Associado a esta dimensão, assume grande importância a prática de fraudes corporativas e seus inevitáveis desdobramentos em termos de impunidade e de injustiça. Incluídas como dimensão pertinente na análise das relações e estruturas sociais, elas permitem desvelar as pretensas racionalidade e eficiência do sistema, pondo em xeque a legitimidade das posições sociais dominantes. O terceiro bloco de questões visa identificar e analisar as dificuldades associadas à pesquisa sociológica sobre o topo da pirâmide social. Serão consideradas as barreiras metodológicas habituais (sigilo bancário, fontes protegidas, acesso dificultado aos verdadeiramente ricos), as barreiras advindas dos preconceitos acadêmicos (futilidade atribuída ao tema; falsa associação entre elitismo e estudo dos ricos) e as questões relativas à "timidez do sociólogo".

Mesa: Representações sobre a desigualdade nas sociedades contemporâneas: análises sobre violência, qualidade da educação e políticas de inserção - 5 de Fevereiro - 14h30 - 311
Moderador: José Manuel Reis

Título Representações sociais de profissionais de saúde sobre a violência contra mulheres e o desafio ao atendimento ético-humanista no Brasil.

ID 1549

Autores Tânia Mara Almeida

Resumo: A formulação de políticas públicas e a implantação de ações no campo da saúde no Brasil, frente à violência contra as mulheres, estão permeadas por tensões entre características universalistas do Sistema Único de Saúde (SUS) e as teorias e os movimentos feministas, bem como por dilemas em relação às arraigadas representações sociais dos/as profissionais referentes ao fenômeno e às demandas específicas deste tipo de atendimento e cuidado. Ao apontar e analisar alguns desafios nessa seara, a presente exposição indica bases para a revisão de diretrizes estruturais e conjunturais pautadas pela desigualdade de gênero, além de discutir referências centrais para a urgente sensibilização e capacitação dos/as trabalhadores/as em saúde.

Título La Reproducción de la desigualdad intergeneracional y nuevas formas de exclusión social producto del Diseño Político del Sistema Educacional Chileno

ID 1565

Autores Sebastian Donoso

Resumo: El diseño político del sistema social chileno ha sido incapaz de solucionar los problemas endémicos de desigualdad social que la han caracterizado, mostrando con ello una crisis profunda no solamente del sistema educacional sino del sistema social y económico que demanda un diseño sistémico diferente, que no se vislumbra aún como factible. Pese a los esfuerzos desplegados los resultados educacionales evidencian un fuerte arraigo con el origen social y económico de las familias, a saber: las diferencias de capital social y cultural inicial no son mitigadas, corregidas ni revertidas en forma importante por el sistema educacional regular. El problema reside en que la calidad de la educación presenta estándares muy desiguales entre los diversos estratos sociales, de manera que aunque teniendo semejanzas formales, en el fondo las diferencias son claves y responden a una acumulación de "ventajas o de desventajas", según sea el caso que finalmente concluyen en una reproducción de la desigualdad social intergeneracional, sólo que debidamente legitimada. Este círculo reproductivo de la desigualdad es la nueva forma como se presenta el problema, ya no es de "excluidos e incluidos", sino de nuevas formas de inclusión o exclusión más complejas, pero igualmente eficientes para mantener las diferencias intergeneracionales. El fracaso del actual diseño del sistema educacional y social implica visualizar cambios que demandan una transformación de magnitud en la concepción del Estado, lo que estima complejo, pues en cierta forma es negarse a si mismo como Estado para dar paso a un nuevo pacto social.

Título Novos contornos da desigualdade social desde as representações da desigualdade educacional: impactos das políticas públicas nos modos de representação

ID 1580

Autores Márcia Lopes Reis

Resumo: Uma análise dos dados do PNAD (2006) e o modo como os sujeitos definem sua posição no estrato social parecem indicar a complexidade que caracteriza as representações sociais (Moscovici, 1978; Jodelet, 2001), sobretudo

quando os índices da desigualdade social no Brasil contemporâneo (Reis, 2000) parecem não diminuir na mesma proporção que o acesso aos bens culturais, dentre eles, a educação formal. Assim, uma reflexão empírico-teórica pretende dar conta de uma revisão do pensamento social em relação aos impactos que as políticas públicas de educação têm nos modos de representação social do indivíduo, bem como das condições de mobilidade e influência induzidas pela realidade. Partindo-se da concepção de que é necessário captar a mobilidade e plasticidade típica da sociedade presente, movida pelos meios de comunicação de massa e essas análises devem considerar os movimentos contraditórios do cotidiano, o presente estudo trata, em linhas gerais, das relações entre educação e sociedade. Desse modo, os índices de escolaridade que se constituíam em fatores para a compreensão do cenário de desigualdade social parecem não desempenhar o peso atribuído há algum tempo à representação social de sujeitos sobre a condição desigual de constituição e estruturação da sociedade brasileira.

Título As políticas sociais de reconhecimento como elemento de redução das desigualdades sociais

ID 28

Autores Alex Pizzio

Resumo: O presente trabalho aborda questões relativas às desigualdades sociais e o reconhecimento social. Para alguns autores, esta última categoria tem assumido caráter de urgência dado ao suposto vínculo existente entre reconhecimento e identidade, onde a identidade designa algo como a compreensão de quem somos, de nossas características definidoras fundamentais como seres humanos. Desta feita, supõe-se que o não reconhecimento ou o reconhecimento errôneo podem causar danos, podendo configurar-se como uma forma de opressão, na medida em que aprisiona alguém numa modalidade de ser falsa, distorcida e redutora. O objetivo das reflexões, aqui apresentadas, é mostrar que as políticas de reconhecimento configuram-se num campo de possibilidades, espaço de formulação e implementação de projetos coletivos, que objetivam a conquista e ampliação dos direitos sociais característicos da cidadania, com reflexos na diminuição das desigualdades sociais em regimes democráticos.

Mesa: Classes e simbolização - 5 de Fevereiro - 16h15 304

Moderador: António Lázaro Sant'Ana

Título Estigma na doença mental: a construção de estereótipos através do cinema

ID 1445

Autores Catarina Fialho

Resumo: O último relatório de saúde mental estima que existem 450 milhões de pessoas que actualmente sofrem de uma doença mental. Devido aos números assustadores associados à doença mental, torna-se imperativa a consciência social da necessidade de um combate ao estigma e ao preconceito, tornando-se um papel de todos nós esse combate, visto que é algo que está nas mãos de qualquer indivíduo, não julgar não afastar não criar medo mas sim esperança e uma igualdade para estes doentes que apesar da doença não se ver num raio X pode ser mortal e tornar a vida do indivíduo numa incapacidade diária como qualquer outra doença. O estigma e a discriminação são uma das maiores e mais preocupantes barreiras na reabilitação do doente mental, restringindo as pessoas que sofrem destas perturbações, vetando-as ao isolamento e à exclusão social. Este trabalho procurou assim analisar o estigma, centrando-se em duas populações: Os jovens do ensino superior público em Lisboa, bem como a população com mais de 65 anos residente em Lisboa. Ao nível metodológico foi realizado 1000 questionários, procedendo-se também à realização da análise de conteúdo dos dois filmes, que abordam a doença mental, mais vistos por estas populações, sendo o objectivo desconstruir os estereótipos presentes no cinema sobre a doença mental. Analisando o papel do cinema na construção dos mesmos no imaginário colectivo da população. O trabalho presente tem ainda como objectivo demonstrar o enraizamento do estigma ao nível do próprio doente que é o primeiro, muitas das vezes a se discriminar a si próprio, atrasando, com consequências graves a sua recuperação.

Título A Diferença e a Desigualdade: reflexões teóricas sobre o estranhamento social

ID 1514

Autores André Peralta Grillo

Resumo: O artigo apresenta as reflexões teóricas, desenvolvidas em dissertação de mestrado, sobre o estranhamento social, na tentativa de contribuir para a melhor compreensão dos dilemas e conflitos que o mesmo provoca. Parte-se de uma discussão do texto "O Estranho", no qual Freud busca compreender o que causa a sensação de estranhar algo. Passando para as contribuições de Georg Simmel, são trabalhadas suas reflexões sobre o estrangeiro, a sociabilidade, o impacto estético, etc. De Pierre Bourdieu, se faz recurso à sua teoria sobre classes sociais e espaço social, em especial a relação entre os espaços físico e social e a questão das lutas por distinção de classe e de hegemonia dentro de um campo. São discutidas também as análises sobre a diferenciação das esferas de valor e sobre os determinantes da sensação de pertencimento social em Max Weber, e a teoria do reconhecimento de Axel Honneth. A articulação dessas diferentes fontes forma o tronco comum a partir do qual se chega à distinção entre os dois pólos do estranhamento: a invisibilidade e o choque. O primeiro pólo é trabalhado partindo-se da concepção de que a invisibilidade social deriva diretamente do estranhamento de classe (como uma espécie de recurso anestésico), e o segundo privilegia o estranhamento intencional, seja encarado como uma atitude puramente disruptiva e/ou subversiva, seja como uma "luta por reconhecimento" de um determinado estilo de vida ou modo de agir.

Título "Adorei ver que o Chico Buarque tinha uma peça minha": o papel dos objectos no processo de solidificação de um posicionamento social de elite.

ID 650

Autores Filomena Silvano

Resumo: A comunicação terá por base uma etnografia realizada em São Paulo, Brasil, com uma família oriunda da elite colonial portuguesa que abandonou Moçambique após a independência. Tomando em linha de conta o percurso transnacional da família, serão colocadas algumas questões relativas ao papel que os objectos domésticos assumiram nas dinâmicas de negociação e de consolidação do posicionamento social de elite da família. No essencial, tenta-se mostrar que a partilha de um estilo de vida surge como um mecanismo eficaz (que, obviamente, opera em paralelo com outros) de estabilização do posicionamento social da família. O facto de um membro da família conceber, produzir e comercializar objectos, faz com que, neste caso específico, a interpretação tenha de lidar, em paralelo, com uma dinâmica de produção e uma dinâmica de consumo de objectos. Em ambos os casos, é convocado um estilo de vida identificado com a elite cultural urbana brasileira: os objectos produzidos, depois de comercializados, surgem, em suportes mediatizados, colocados no interior das casas de indivíduos identificados com o referido estilo de vida (Fernando Henrique Cardoso, Chico Buarque) e os objectos consumidos no seio da esfera doméstica da família integram esse mesmo estilo de vida.

Mesa: Classes, desenvolvimento e políticas públicas - 5 de Fevereiro - 16h15 - 319

Moderador: Miguel Chaves

Título Urbanização e desigualdade social: um descaminho no processo da modernização brasileira.

ID 57

Autores Maria da Penha Smarzero Siqueira, Patricia Maria da Silva Merlo

Resumo: A dinâmica do processo de urbanização/modernização estabelecida nas principais cidades brasileiras desde o início do século XX, nos permite vislumbrar o processo de consolidação das desigualdades sociais na trajetória do processo de desenvolvimento nacional. No Brasil, as bases da industrialização foram lançadas da década de 1930, desencadeando um quadro de modernização de toda a economia, que elevou as cidades à posição central na vida brasileira, mudando as relações campo-cidade. Por outro lado, o avanço contínuo desse processo aprofundou as desigualdades já existentes e promoveu o crescimento acelerado das cidades. Nesse contexto procuramos discutir o ideário da modernidade no contexto do desenvolvimento modernizador econômico x urbano, aliado a concentração de riqueza, poder, pobreza, desigualdade e exclusão social.

Título A (im)possível convergência entre desigualdades diferentes

ID 146

Autores Milene Peixoto Ávila

Resumo: A Europa, em especial a França, tem vivenciado um processo acelerado de crescimento da desigualdade, expresso na idéia de uma "nova pobreza" que, mais do que pessoas desempregadas e com dificuldades econômicas, cria desqualificados, indivíduos inúteis à sociedade, ou simplesmente, "não forças sociais". Intensificado na década de 90, o desemprego em massa associado à crise do modelo de intervenção Welfare State, vêm assombrado também os países centrais. A pobreza, antes apenas um dado residual, emerge como centro das preocupações, agora fortemente associada à imigração e à crise do mundo do trabalho. Em algumas nações periféricas "emergentes", como o Brasil e a Índia, o contrário! No Brasil, ao longo dos anos 2000, tem se concretizado um processo distinto do observado na Europa: alguns setores da sociedade recuperaram poder de consumo, caracterizado pelo aumento da renda de setores da classe D e E, traduzido em queda do número de pobres. Esse movimento de "queda da pobreza" é entendido automaticamente como prova de que está havendo uma redução da desigualdade no país. Esses dados contrários e contraditórios podem, à primeira vista, sinalizar um paradoxo, um movimento de convergência da desigualdade. Cabe investigar se vivenciamos um processo inverso entre países, mas "face da mesma moeda", e, por isso mesmo, comparável entre si, ou se estamos diante de expressões de diferenças da desigualdade. Essa apresentação objetiva observar as (im)possibilidades de comparação entre dinâmicas contemporâneas da desigualdade, (re)considerando a viabilidade de entendê-la como um processo gradativo, em escala, homogêneo e baseado estritamente na renda.

Título Política previdenciária no Brasil - desigualdade de benefícios no regime geral - seleção pela pobreza

ID 275

Autores Eliane Romeiro Costa, Germano Campos Silva

Resumo: Organizados segundo a capacidade de inserção, de ocupação e de permanência do indivíduo na escala social e econômica, os níveis de ingressos compõem a moldura do retrato social brasileiro ao revelar que quanto maior a renda, a escolaridade e a capacidade de consumo atinge-se patamares mais notáveis em termos de proteção social. Esses fatores são tradutores de desigualdades crônicas refletindo um cenário essencialmente temeroso em relação ao futuro da Seguridade Social no Brasil. Com fulcro no conceito universal de proteção social do indivíduo e da família, as ações de Seguridade Social no Brasil não consolidaram padrões expansivos de desenvolvimento. A opção pelas políticas assistencialistas voltadas para o atendimento da miséria, da hipossuficiência como critério seletivo, tem provocado uma cultura reprodutora de favelados sistêmicos na Assistência e na Previdência Social por gênero, revelando um processo de pauperização na idade avançada e, inclusive, uma feminilização da pobreza das mulheres embasada na dupla jornada, na idade antecipada para a aposentadoria, na contribuição reduzida em relação aos homens e na maior sobrevivência em relação a esses últimos. Esses elementos mencionados têm provocado distinções na cobertura previdenciária por gênero, homem e mulher, distintas coberturas previdenciárias na idade avançada refletindo um agudo processo de desigualdade sistêmica por gerações.

Título Novas formas de pensar a pobreza na América Latina: o modelo Aveo

ID 594

Autores Maria Ivonete Soares Coelho, Carla Montefusco de Oliveira, Carla Yara Soares de Figueredo Castro, Edilene Fernandes Jales, Gilcélia Batista de Góis

Resumo: O fenômeno da pobreza na América Latina tem sido estudado com frequência, constatando-se um significativo desenvolvimento de propostas metodológicas para sua aferição e, paradoxalmente, uma limitada produção teórica/conceitual que abranja ao mesmo tempo os sentidos da pobreza e as ações interventivas estatais e públicas capazes de minimizá-lo e, quiçá, superá-lo. Neste contexto, inserem-se os esforços capitaneados por Rubem Katzman, em construir um paradigma norteador aos atuais e futuros estudos da pobreza urbana na América Latina e indicar elementos para apreensão deste fenômeno que caracteriza e aguça-se neste quadrante de século, construindo e reconstruindo cenários urbanos marcados pela exclusão, segregação sócio-espacial, marginalização e violência, dentre outras expressões da Questão Social. Referenciando-se nesta concepção mais ampla acerca dos problemas que envolvem a pobreza, o modelo AVEO (Ativos, Vulnerabilidades e Estruturas de Oportunidades) emerge como uma novidade para os estudos da pobreza, por centralizar suas referências nas famílias e domicílios, na comunidade, na Sociedade, no Estado e no Mercado, estes últimos como fontes de oportunidades e os primeiros enquanto mobilizadores de ativos (capital). Neste sentido a presente comunicação objetiva refletir acerca do AVEO, identificando sua singularidade enquanto possibilidade analítica de maior amplitude para análise dos problemas sociais que afligem, em especial, a América Latina.

Título Política de cotas e o Programa Bolsa Família: análise dos impactos na desigualdade social brasileira e efeitos adversos: uma perspectiva comparada

ID 686

Autores Priscila Pereira Santos, Vinicius Assis Couto

Resumo: Este artigo pretende digredir sobre duas polêmicas políticas públicas do Brasil, a saber, a política de cotas raciais em universidades públicas e o programa de transferência de renda Bolsa Família. Para tal debate, nossa teoria foi referenciada pela a filosofia da Ciência Política, mais especificamente, a discussão acerca da concepção justiça. Há pelos menos dois aspectos que interligam essas duas políticas que nos permitem comparar as causas e conseqüências dessas, o público-alvo e, em última análise, o objetivo almejado. A política de cotas ao tentar combater a desigualdade racial, oferecendo oportunidade aos “não brancos” de ingressarem no ensino superior, e o Bolsa Família ao transferir renda para a população mais pobre (que historicamente no Brasil associa-se a questão racial) condicionada a frequência escolar. As duas usam a mesma correlação entre escolaridade e renda entendendo que o aumento da escolaridade incide em incrementos na renda. Assim, investimentos em educação da população mais pobre têm impacto na estrutura de desigualdade racial. Posto que, a correlação entre renda, escolaridade e raça mostra que renda e escolarização não se distribuem independentemente da raça do indivíduo, através de regressões por mínimos quadrados ordinários, inferimos relações de causalidade entre escolaridade e renda, sendo essas análises feitas controlando tais dimensões pelo viés racial. Portanto, argumentamos que o Bolsa Família ataca a desigualdade social da mesma maneira que a política de cotas, pois atinge a população não branca e amplia o acesso dessa a educação sem trazer para a sociedade brasileira as conseqüências perversas das políticas de cotas.

Título Rendimento mínimo universal: uma via para a emancipação?

ID 1393

Autores José Manuel Reis

Resumo: O rendimento mínimo universal (RMU) pode surgir à primeira vista como uma subversão inovadora de um princípio estabelecido do Estado-Providência e da modernidade – o trabalho enquanto fundamento legítimo do rendimento – mas a história revela um longo percurso da ideia e uma heterogeneidade ideológica surpreendente. De há duas décadas para cá, tem-se destacado a proposta protagonizada por Philippe Van Parijs de um RMU incondicional, vitalício, acima da mera subsistência. Inicialmente relegada a obscuridade, esta proposta conheceu nos últimos anos um aumento da atenção acadêmica e política. O ativismo em torno do RMU é essencialmente um ativismo de ideias, com a Basic Income European Network (BIEN) como protagonista principal. O proselitismo estimulado pela BIEN tem dado os seus frutos não só nos países centrais, onde se concentra a maior parte dos fundadores e figuras cimeiras, mas também na África do Sul, Namíbia e Brasil. O texto a apresentar pretende, após breve contextualização histórica, seguir-lhe o curso teórico-prático do RMU, apresentar suas principais fundamentações e críticas a partir dos debates em torno de Van Parijs, abordar os activismos que tem gerado e testar o seu estatuto enquanto legalidade cosmopolita, à luz do pensamento de Boaventura de Sousa Santos. No contexto exposto questionar-se-á se o RMU pode ser uma via para a emancipação, instando a refletir se representa uma alternativa para além do capitalismo ou uma alternativa dentro do capitalismo.

Título Desigualdades e comportamentos de saúde

ID 1412

Autores Baltazar Monteiro, Engrácia Leandro

Resumo: As práticas de saúde dos indivíduos e das famílias têm sido estudadas à luz de várias teorias. Muitos têm sido os estudos empíricos que reforçam a ideia de que as características socioeconômicas das comunidades influenciam os seus comportamentos de saúde. No trabalho que aqui apresentamos, tendo em conta os dados recolhidos através do projecto de investigação: “O contributo (in)visível. A gestão familiar dos cuidados de saúde”, financiado pela FCT, pretendemos verificar a relação existente entre estatuto socioeconómico e comportamentos de saúde adoptados, comparando os resultados obtidos em diferentes comunidades onde o estudo foi realizado. Pensar de forma global e agir de forma local é importante, para que a promoção da saúde e a prevenção da doença sejam cada vez mais assumidas como objectivos concretos, substituindo a acção centrada em estratégias curativas e paliativas.

Mesa: Classes e divisão do espaço - 5 de Fevereiro - 18h30 - 217

Moderador: Alex Pizzio

Título Caracterização dos assentamentos rurais da região de Andradina, São Paulo, Brasil.

ID 287

Autores António Lázaro Sant'Ana, Maria Aparecida Anselmo Tarsitano

Resumo: A região de Andradina, noroeste do Estado de São Paulo, Brasil, mantém uma estrutura fundiária fortemente concentrada, o que têm motivado a atuação de grupos sociais que lutam pela terra e a instalação de um grande número de assentamentos rurais, especialmente nos últimos anos. Este artigo teve como base pesquisas realizadas em oito assentamentos mais antigos da região e que buscaram caracterizar as famílias, suas estratégias de produção e de comercialização e algumas políticas públicas dirigidas ao campo. Foram aplicados questionários a 169 produtores e 20 grupos formais e informais; e posteriormente realizadas 80 entrevistas gravadas com produtores e 21 com técnicos de extensão rural e outros atores públicos e privados que se relacionam com os assentamentos. Constatou-se que a maioria dos assentados é originária da região, trabalhavam como empregados em atividades agropecuárias e apresentam baixo grau de escolaridade. O sistema de produção predominante é a pecuária de leite, com baixa produtividade, associada às atividades de subsistência; mas parte das famílias tem adotado estratégias diferenciadas de produção e comercialização, como a venda direta ao consumidor. O número de técnicos da extensão rural é considerado insuficiente e as divergências de avaliação dos produtores em relação ao trabalho dos técnicos indicam que a atuação dos mesmos têm sido desigual. Os depoimentos dos produtores sobre o significado da conquista da terra mostram que a maioria considera que houve melhoria em sua qualidade de vida, tanto do ponto de vista objetivo, como subjetivo.

Título O aumento da mobilidade individual e o agravamento da exclusão social nos territórios periféricos da cidade de Braga

ID 548

Autores Vitor Patricio Rodrigues Ribeiro, Paula Cristina Almeida Remoaldo

Resumo: Os transportes assumem um papel fundamental na mobilidade da população. Esta tem vindo a tornar-se mais relevante face às melhorias introduzidas nalguns sistemas de transportes e fruto das condições favoráveis da população, nomeadamente, no acesso ao crédito. Estas variáveis resultam de uma política pública de investimento direccionada para o transporte rodoviário que conduziu ao aumento da mobilidade da população assente no transporte privado. Esta situação favoreceu a (re)localização das empresas, dos centros comerciais e dos serviços fora dos tradicionais limites dos centros urbanos. Da mesma forma, o crescimento do parque residencial afastou-se para novos espaços periféricos gerando fluxos de tráfego cada vez mais intensos. Estas dinâmicas espaciais conduziram à criação de espaços cada vez mais complexos plasmados em função do crescente aumento da mobilidade individual. Actualmente, estes espaços podem conduzir a graves situações de exclusão social, fruto de uma rede de transportes alicerçada no transporte privado, com impactos na diminuição do grau de mobilidade de alguns grupos funcionais. Esta comunicação pretende avaliar este fenómeno de exclusão social, como resultado de estratégias de planeamento dos transportes focadas no modo de transporte privado, em sistemas de inter/co-modalidade desarticuladas e na ineficiência dos transportes públicos. Para o efeito recorre-se às novas tecnologias de informação geográfica designadamente às ferramentas de análise e interpolação espacial e de análise de redes.

Título Desenvolvimento e desigualdades regionais: o caso do Nordeste Brasileiro

ID 775

Autores Luciléia Aparecida Colombo

Resumo: O presente estudo pretende contribuir para o entendimento das desigualdades regionais brasileiras, em especial ao estudo do Nordeste, uma região considerada atrasada economicamente, quando comparada ao restante da federação. O Brasil tem longa herança de heterogeneidade nacional, com regiões e sub-regiões desenvolvidas e industrializadas, ao lado de regiões e sub-regiões atrasadas, com proporções de pobreza e miséria próxima a dos países de maior grau de subdesenvolvimento económico e social. A criação da SUDENE foi uma tentativa para a diminuição deste cenário desigual. No entanto, observa-se que após a extinção do órgão, o país ficou à mercê da iniciativa privada, com a ausência de um projeto nacional de desenvolvimento para a referida região. Trabalhamos com uma metodologia de fontes primária e secundária.

Mesa; Classes, desenvolvimento e políticas públicas - 5 de Fevereiro - 18h30 - 218

Moderador: Felícia Picanço

Título Abandono Escolar. A Matemática de uma Escola

ID 1420

Autores Rita Neves

Resumo: O acesso à educação entendido como um direito fundamental do indivíduo preconiza a sua desenvoltura intelectual. Capacita-o para uma acção sobre o mundo mais sustentada, já que, idealmente, disponibiliza recursos operativos que lhe permitem uma racionalidade menos limitada. Dentro da nova lógica de produção, torna-se imperativo que os indivíduos correspondam também às necessidades do mercado de trabalho, assumindo-se como agentes efectivos no desenvolvimento económico, social e cultural do seu país. Mas se existe, indiscutivelmente, uma necessidade de mão-de-obra com conhecimentos técnico-científicos especializados, continuam a assistir-se a solicitações por parte do mercado de trabalho que desvalorizam e preterem esse capital cultural. A pressão é posta também no sentido da diminuição do preço da mão-de-obra. Por outro lado, o sucesso pessoal e profissional é declarado como produto dum esforço individual, dado que, formalmente, todos temos as mesmas oportunidades. Em pleno século XXI, num Portugal europeísta, ainda existem crianças/jovens que não completam a escolaridade considerada mínima obrigatória. De que forma podem ser lidos os dados oficiais sobre abandono? Que realidade traduzem? Quais serão as matemáticas diárias das escolas que vêm desaparecer alunos? Será fruto de um processo de auto-exclusão ou de hetero-exclusão? Quais são os discursos dos que "abandonam"? Propõe-se uma leitura pluricausal da problemática do abandono escolar. Com uma intenção crítica do discurso de "auto-responsabilização", de "escolha", fruto da incapacidade e/ou da "falta de gosto" do indivíduo, procura

compreender-se de que forma se conjugam diferentes factores, mais, ou menos, estruturais que culminam com o afastamento da Escola.

Título O sistema de ensino superior na contemporaneidade e a reprodução intergeracional das classes dominantes: o caso do Direito em Portugal

ID 1502

Autores Miguel Chaves, Hugo Mendes, João Sedas Nunes

Resumo: Nas últimas décadas, temos vindo a assistir, no plano internacional, a um processo de indiscutível ampliação da base social de recrutamento do ensino superior, facto que permitiu a classes sociais, que, há alguns anos, só muito excepcionalmente tinham acesso ao ensino superior, ingressassem nesse nível de ensino. Ao mesmo tempo, porém, o sistema universitário não deixou de estar envolvido nos mecanismos de reprodução das classes sociais, nomeadamente ao ser usado de forma relativamente eficaz pelas classes dominantes, na preservação intergeracional das suas posições sociais. Este segundo processo só pode ser devidamente analisado se se tomar em devida conta o pressuposto, já avançado em diversas análises, de que parte da desigualdade que se verificava no acesso ao sistema universitário se transferiu para o seu interior. Esta comunicação procurará, em primeiro lugar, recorrendo a diversas investigações empíricas já realizadas, traçar de uma forma sistemática o processo de transferência destas desigualdades para o interior do sistema do ensino superior, situando-o numa escala internacional. Em segundo lugar, recorrendo a um estudo por nós produzido sobre os licenciados em Direito em Portugal, procuraremos demonstrar como, no início do sec. XXI, esse processo se evidenciava na distribuição desigual dos estudantes provenientes de posições distintas na estrutura social por escolas do ensino público e privado, diferenciadamente posicionadas do ponto de vista simbólico. Concluiremos a comunicação, mostrando como este aspecto central, ocultado pelas classificações oficiais da vida académica, se repercute a jusante, na composição das hierarquias profissionais.

Título Trabalho e educação de jovens e adultos no Brasil

ID 704

Autores Sonia Maria Rummert

Resumo: O conjunto de iniciativas destinadas à Educação dos Jovens e Adultos Trabalhadores brasileiros evidencia a dualidade estrutural da qual deriva a desigual distribuição do conhecimento no país. Tal dualidade explicita a centralidade da categoria classe social na análise das questões relativas, particularmente, à juventude, possibilitando a compreensão das suas especificidades históricas. Eufemismos como: “alvos preferenciais da escola do vício e do crime”, “reconhecidamente pobres” “em situação de risco social”, “humildes”, largamente utilizados nos documentos divulgados pelo Estado, naturalizam a situação de destituição de direitos da juventude oriunda da classe trabalhadora obscurecendo suas causas socioeconômicas. A partir da compreensão do carácter histórico dos significados atribuídos ao conceito de juventude, bem como da origem de classe como definidora do que é ser jovem no Brasil, analisamos a funcionalidade, para o sistema do capital, da delimitação das faixas etárias hoje abrigadas pelo plástico conceito de juventude e das teses acerca da inclusão social pela educação. A análise empreendida toma como base empírica o conjunto de documentos e os discursos dos representantes governamentais, bem como as notícias oficiais veiculadas com o objetivo de divulgar, em nível nacional, as iniciativas do Governo Federal – no período de 2003 a 2008, correspondente à gestão Lula da Silva – relativas ao Projeto Escola de Fábrica, ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (ProJovem) e ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).

Mesa: Classes e simbolização - 6 de Fevereiro - 11h15 - 101

Moderador: Antonio David Cattani

Título A interpretação ideológica de um jornal impresso brasileiro sobre a categoria “meninos de rua”

ID 520

Autores Marcelo Andrade

Resumo: Esta comunicação apresenta os resultados da tese “A categoria ‘meninos de rua’ na mídia: uma interpretação ideológica”. Nela, particularmente, interessa a construção social da categoria “meninos de rua”, a partir da análise da produção do jornal Folha de S. Paulo no período 1980-2001. Para a interpretação da produção da Folha, foi utilizado o conceito de ideologia e o referencial metodológico hermenêutica de profundidade propostos por John B. Thompson (1995) e o conceito de estigma de Erving Goffman (1988). Foram analisadas 449 unidades de informação (UIs) sobre o tema “meninos de rua” publicadas pela Folha. A análise das UIs permitiu construir uma proposta interpretativa em que o conceito de estigma ocupa posição de escol. A análise da produção do jornal Folha de S. Paulo sobre a categoria “meninos de rua” indica que o tema se manteve na pauta do jornal ao longo dos 21 anos. A principal entrada da categoria “meninos de rua” no jornal é via o tema “violência”, predominantemente como vítima. A Folha priorizou o discurso de denúncia, simplificador e que não contribui para a compreensão do fenômeno social crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil. Estas características, na perspectiva de Thompson (1995), permitem interpretar que a produção do jornal Folha de S. Paulo sobre a categoria “meninos de rua” é ideológica, pois sustenta e reproduz relações de dominação dos não-pobres sobre os pobres.

Título Gilberto Freyre e Florestan Fernandes: um debate sobre a democracia racial

ID 725

Autores Elide Rugai Bastos

Resumo: É conhecida a oposição entre Freyre e Fernandes sobre a interpretação do Brasil. Muitos pontos a respeito do papel da sociologia os separam. Principalmente duas teses centralizam os debates: a questão da existência de uma democracia racial no Brasil e a função do patriarcalismo na manutenção da unidade nacional. Freyre afirma em vários de

seus textos – Casa-grande & senzala, Sobrados e mucambos, Interpretação do Brasil, Novo mundo nos trópicos – que o patriarcado, de origem luso-brasileira, através da aceitação da mestiçagem e da mescla das culturas, principalmente portuguesa e africana, garantiu a existência de uma democracia étnica que se traduziu, no Brasil, numa democracia social. Além disso, o luso-tropicalismo, produto dessa simbiose, permite que o autor discuta a adaptação dos princípios da modernidade no Brasil. Fernandes, em seus trabalhos – Integração do negro na sociedade de classes, Circuito fechado, Revolução burguesa no Brasil – contesta a tese a partir de dois eixos. Primeiramente mostra, apoiado nos movimentos negros, que a existência da democracia racial é um mito, expresso de várias formas, onde se ressalta a existência do preconceito racial. De outro, no conjunto de sua pesquisa da qual fazem parte Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, Fernandes mostra que patriarcalismo é um termo descritivo e propõe a utilização de patrimonialismo que, sendo um conceito explicativo, dá conta das relações sociais e políticas presentes na sociedade brasileira. Em especial o livro Capitalismo e escravidão no Brasil meridional, de Fernando Henrique Cardoso aborda frontalmente esta questão.

Título Desigualdades no mercado de trabalho brasileiro: recortes de gênero, raça e espaço na cidade de São Paulo

ID 876

Autores Reinaldo José de Oliveira

Resumo: As desigualdades no mercado, em particular na cidade de São Paulo, é um fenômeno conhecido e central nas sociedades desenvolvidas e em desenvolvimento. Mas as particularidades e suas possíveis intervenções não são semelhantes aos fatores que a (re)produzem, isto diz respeito ao processo histórico do período pós-abolição até nossos dias. Quero descrever que a capital paulistana nos últimos 120 anos vem sendo demarcada por desigualdades de gênero, raça e espaço. As mulheres negras e os homens negros são os agentes do mundo do trabalho que recebem os menores rendimentos, são os últimos a serem empregados e os primeiros à vulnerabilidade do desemprego, acrescenta-se a isto o fator moradia, geralmente nas periferias mais distantes da urbe paulista e, em decorrência, são os fatores do passado e, paulatinamente, conforme as ações do capitalismo brasileiro e do mito da democracia racial, proporcionaram o acúmulo das desigualdades entre brancos e negros. Têm-se como recortes metodológicos, quatro categorias de análise para compor o estudo: os dados quantitativos, referente às informações da Fundação SEADE e do IBGE, das três últimas décadas do século XX, as informações qualitativas de entrevistas com moradores negros da cidade de São Paulo e as cartografias elaboradas a partir das fontes secundárias (quantitativas) e, por último, a literatura sobre o mercado de trabalho brasileiro, juntamente com a literatura sobre a mão-de-obra negra. Hoje, após 120 anos, é preciso propor instrumentos retóricos e práticos para eliminar as grandes diferenças que separam brancos e negros.

Título Identidades de classe e trajetórias de vida em fuga da pobreza

ID 1676

Autores José Manuel Cavaleiro Rodrigues

Resumo: Há hoje em dia um movimento de reconversão nos estudos sobre as classes sociais orientado pela ideia de que é preciso dar mais relevo aos processos culturais, à formação de identidades, aos estilos de vida e ao gosto e proceder ao exame directo do modo como as posições de classe são vividas. O que esta nova geração de estudos propõe é um novo modelo analítico em que o focus são os processos culturais e o modo como estes estão implicados em tipos específicos de práticas sociais. As culturas de classe deixam de designar tipos de colectividade com comportamentos próprios e passam a ser vistas como modos de diferenciação, em que as classes operam através de distinções individualizadas e comparações relacionais com membros de outras classes. O que é designado como identidade de classe é um certo sentido das distâncias sociais dentro das hierarquias, que recorre às diferenças culturais para se exprimir. A comunicação a apresentar recenseará os desenvolvimentos teórico-metodológicos desta linha de trabalho - que emerge na sociologia britânica (Crompton, Savage, Southerton, Bottero et al) a partir do final da década de 90, e explorará a pertinência de aplicar estes conceitos e indicadores ao estudo das identidades de indivíduos e famílias que tendo origem em contextos e situações de pobreza urbana no nosso país encetaram trajetórias sociais que os colocam em mobilidade ascendente.

Título Desigualdades econômico-sociais no Brasil na percepção de brasileiros

ID 1166

Autores Claudete Moreno Ghiraldelo

Resumo: A presente comunicação trata das representações imaginárias de sujeitos brasileiros sobre a estratificação econômico-social do Brasil. De caráter qualitativa, a pesquisa teve como corpus um conjunto de entrevistas orais semi-estruturadas coletadas junto a brasileiros, os quais exerciam diferentes profissões e ocupavam, portanto, diferentes posições econômico-sociais. Os dizeres dos entrevistados – tomados como materializações de discursos circulantes na sociedade brasileira –, após serem identificados, foram agrupados de acordo com o conceito de formação discursiva, de Michel Foucault. Com a análise desses discursos, pôde-se perceber que alguns são recorrentes (e típicos) apenas dos sujeitos de um certo estrato econômico-social, enquanto outros constituem os dizeres de todos os sujeitos entrevistados, independentemente de suas posições econômico-sociais. Em relação à educação formal, por exemplo, um dos discursos recorrentes por parte dos mais ricos é o de que o acesso a ela, por parte da população de baixa renda, é o principal mecanismo para a atenuação das desigualdades econômico-sociais no Brasil; já entre os mais pobres, um discurso recorrente é o de que os mais ricos e escolarizados “merecem” ter muitos bens materiais, já que possuem algum título acadêmico; e um discurso hegemônico a todos os sujeitos é o de que a redução das diferenças econômico-sociais cabe exclusivamente ao Estado. Na análise, além da identificação e classificação desses discursos, buscou-se compreender como eles emergem e se sustentam nos dizeres dos sujeitos e como esses sujeitos constroem para si e para o outro identidades de classe e identidades nacionais.

Título O significado da experiência e da auto-imagem das adolescentes quem vivem em abrigo no Rio de Janeiro

ID 1250

Autores Cristiano Moreira, Nivia Barros, Marden Marinha, Angelica Oliveira

Resumo: A colocação da criança ou do adolescente em abrigo é uma medida de proteção que pode ser tomada diante de uma situação em que seus direitos estejam sendo postos em risco. Assim, há uma grande diversidade e complexidade de

ações que levam à institucionalização, incluindo abandono, negligência, orfandade, maus tratos, etc. Sabe-se, porém, que a maior parte das crianças e dos adolescentes abrigados possui famílias e, em grande parte, em situação de extrema pobreza. O foco da pesquisa centra-se em instituição (ABRIGO) que oferece atendimento sistemático e contínuo para crianças e adolescentes que por diversos motivos, não convivem com suas famílias. Configura-se, portanto, o abrigo como um local de moradia para este segmento que esteja ela abrigada a pedido de familiares, por encaminhamento dos Conselhos Tutelares ou outros órgãos de defesa dos direitos da infância e juventude, ou ainda, por determinação judicial. Paralelamente, a pesquisa buscará contemplar, também, o conhecimento da situação dos adolescentes abrigados, com ênfase no tempo e nos motivos do abrigo e avançar no entendimento tanto das particularidades/singularidades que marcam esses adolescentes bem como este momento de suas vidas.

Mesa: Metamorfoses das desigualdades de gênero - 6 de Fevereiro - 18h30 - 201

Moderador: José Manuel Cavaleiro Rodrigues

Título Gênero, família e pobreza: questionando os estereótipos sobre as famílias monoparentais femininas no Brasil
ID 40

Autores Bila Sorj, Adriana Fontes

Resumo: À medida que os arranjos familiares se tornaram mais diversificados, foi se consolidando no Brasil um discurso que pretende estabelecer relações causais entre estruturas de famílias, pobreza e vulnerabilidade das crianças. Nesse contexto, as famílias monoparentais femininas passaram a ser vistas como responsáveis pela transmissão intergeracional da pobreza que afeta as oportunidades de vida das crianças. A afirmação de que tais famílias oferecem condições extremamente adversas para o bom desenvolvimento das crianças disseminou-se entre formuladores de políticas públicas. Na mídia, proliferam enunciados com forte conteúdo moralizante e estigmatizante. As famílias monoparentais femininas são vistas como “famílias desestruturadas”, que exploram o trabalho infantil, que retiram as crianças da escola e as expõem a situações de risco e de violência. Em contraste, as famílias de tipo nuclear, compostas por casal com filhos vivendo no mesmo domicílio, representariam um modelo de família saudável e capaz de transmitir às novas gerações competências e habilidades facilitadoras da inclusão social. O objetivo da comunicação é discutir esses pressupostos, ou seja, pretendemos examinar se os arranjos familiares não-convencionais quando comparados aos demais arranjos promovem, de fato, uma situação de maior vulnerabilidade para as novas gerações. A primeira da exposição discute a relação entre tipo de família e pobreza definida como insuficiência de renda. A segunda compara as condições dos domicílios, os indicadores educacionais das crianças e a existência de trabalho infantil das famílias compostas e nas famílias monoparentais femininas. Por fim, discutiremos algumas implicações analíticas e políticas dos resultados apresentados.

Título Gap de renda de gênero no Brasil e a mulher no mercado de trabalho: mudanças e continuidades
ID 442

Autores Marcela Fernanda da Paz de Souza

Resumo: O presente trabalho traduz, em parte, o produto da pesquisa de dissertação de mestrado, cujo objetivo é analisar o avanço feminino no mercado de trabalho e os impactos na desigualdade de renda no Brasil, em especial nas rendas média e relativa. São, portanto, apresentados resultados obtidos com base na aplicação das proposições e dos trabalhos de Erik Olin Wright e José Alcides Figueiredo Santos, para dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para o período de 1981 a 2006 (modelo de regressão padrão). Parte-se do princípio indicador dos processos causais entre Classe e Gênero como elementos importantes na re (produção) da desigualdade. Mesmo expressas como variáveis analíticas independentes, ambas confluem e podem provocar mudanças na estrutura social brasileira - em uma realidade de gap de renda de gênero favorável aos homens. Como parte do resultado, para o período analisado, embora tenha se observado maior inserção da mulher no controle dos ativos de produção, os dados indicam que tal avanço não externaliza uma relação direta de positividade na melhora qualitativa das condições de salário em todos os setores, se comparadas as dos homens. Assim, a inserção feminina no mercado de trabalho não impactou decisivamente a atenuação do gap salarial entre homens e mulheres. Fatores como a concentração feminina em trabalhos de baixa remuneração também não foram excluídos com a progressão feminina nos setores privilegiados.

Título Padrões de acesso e de uso da Internet: gênero e geração
ID 1548

Autores Zuleica Lopes Cavalcanti de Oliveira

Resumo: O presente trabalho visa a examinar o impacto geracional e de gênero sobre os padrões de acesso e de uso da Internet. Busca-se avaliar em que medida os papéis familiares de gênero e os tipos de família afetam a acessibilidade e a utilização da Internet. As evidências têm indicado que as diferenças de gênero referem-se não apenas ao menor acesso mas a menor intensidade experimentada pelas mulheres na utilização da Internet. A divisão sexual do trabalho se reproduz no sistema eletrônico e global de informação e de informação. Assim, os códigos, os signos da cultura da Internet são condicionados pela ideologia das “esferas separadas” que define os lugares ocupados pelos homens e pelas mulheres na vida social. Esta é uma das hipóteses que orientou a presente proposta de trabalho. A outra categoria de análise diz respeito à dimensão da geração. A segunda hipótese de trabalho trata do efeito da dimensão geracional sobre os padrões de acesso e de utilização da Internet. É esperado que a geração das mulheres mais jovens, consideradas como “agentes naturais de mudança” apresentem padrões de acesso e de uso da Internet mais próximos aos dos homens de sua geração do que a geração das mulheres mais velhas que foi exposta a um cenário cultural no qual a tecnologia era marcada por um conteúdo ainda mais forte de gênero. O material empírico refere-se aos micro-dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2005 que fornece um suplemento sobre o uso de novas tecnologias.

Família, Género e Intimidades

Mesa: Família, género e escola - 4 de Fevereiro - 19 horas - 304

Moderador: Marlúcia Valéria da Silva

Título De mulheres e de saídas - Histórias

ID 202

Autores Rita de Cássia Santos Freitas, Nívia Barros, Cenira Duarte Braga

Resumo: Esta comunicação tem por objetivo recontar o “sair” das pioneiras da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, localizada em Niterói (RJ, BR). Neste texto, utilizamos o depoimento de quatro pioneiras. Nestes depoimentos levantou-se a história de vida dessas mulheres, suas memórias e contribuições para a história da ESSN, mas, sobretudo, da profissão do Serviço Social. Esta comunicação fala da saída de mulheres que, por conta dessa ousadia – saírem de seus cotidianos de género e de classe – construíram uma profissão. Enfatiza-se a história das mulheres como elemento fundamental para pensar a condição humana e a história de nossa profissão. Nosso projeto, ao trabalhar com memórias e história oral, analisa o modo como essas mulheres, pioneiras nos anos 40, foram, aos poucos, conformando uma ocupação. O estudo centra sua análise no surgimento da Escola, mas não se descola da realidade mais global onde esses acontecimentos ganham vida. Elas partiram do zero e foram estudando, viajando, trocando experiências, elaborando apostilas, construindo os primeiros livros, as primeiras técnicas, se organizando em associações, enfim, criando uma profissão. A memória da ESS pode ser recolhida em várias passagens onde o público e o privado se entrelaçam. Foi uma escola/um trabalho importante em suas vidas. Não podemos deixar de concluir utilizando uma frase de Nilda Ney, uma de nossas entrevistadas: “desde que a mulher foi trabalhar ela ficou independente, porque o que dá independência à mulher não é o casamento, é a profissão e independência econômica e a cultura”. Como feministas, não podemos deixar de concordar.

Título Questionar a Nova Gestão Pública e o Género: Uma reflexão a partir da academia portuguesa

ID 646

Autores Teresa Carvalho, Rui Santiago

Resumo: A Nova Gestão Pública (NGP) tem vindo a surgir como uma referência importante nas políticas de reestruturação dos sistemas de ensino superior dos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento. Se é verdade que existe uma abundante reflexão teórica sobre os seus potenciais efeitos em várias dimensões das práticas e culturas institucionais e académicas, escasso conhecimento tem sido produzido no que respeita ao impacto da NGP nas questões de género. Neste contexto, o objectivo do presente trabalho é o de reflectir criticamente sobre os potenciais efeitos da disseminação da (NGP) na constituição de género da carreira académica em Portugal.

Partindo dos dados estatísticos oficiais, divulgados pelo Observatório da Ciência e do Ensino Superior (OCES/MCTES) para o ano de 2005, questionam-se os efeitos da introdução das ideias e práticas dominantes na gestão privada nas instituições de ensino superior (IES), em particular, no que concerne à composição de género na entrada para a carreira académica.

A análise dos dados permite extrair algumas conclusões pertinentes do estudo: As (IES) reproduzem as mesmas desigualdades de género na carreira observadas em outros contextos ocupacionais. Ao analisar as carreiras, quer no sub-sistema universitário quer no politécnico verificam-se os mesmos fenómenos de segregação horizontal e vertical conhecidos noutros domínios. A alteração dos procedimentos de recrutamento e selecção, aproximando-os dos dominantes na gestão privada, parece constituir-se como uma importante componente na análise da presença das mulheres na carreira académica.

Título Programa Família Escola - Educação feita por todos. Para todos.

ID 698

Autores Mara Catarina Evaristo

Resumo: No ano de 2004, durante a Conferência Municipal de Educação, mães e pais de alunos (delegados) solicitaram uma reunião, com a Secretária Municipal de Educação, onde foram discutidas questões relevantes para a melhoria da educação no município e foi solicitada a criação de um espaço de diálogo permanente entre Secretaria Municipal de Educação e as famílias dos estudantes atendidos na Rede Municipal de Educação

Em 2005, a Secretaria Municipal de Educação elegeu como um dos eixos prioritários para melhoria da educação no município, a atuação para o fortalecimento da relação escola-família/comunidade/cidade.

Em 2008, foi instituído o “Programa Família-Escola – Educação feita por todos. Para todos”, que tem por objetivo criar e fortalecer redes permanentes de colaboração, diálogo e parceria entre as famílias, escolas e comunidades – Comunidades Educadoras - com vistas a assegurar o aprendizado e o desenvolvimento integral de alunos e alunas. da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte.

As ações do programa compreendem três dimensões:

1) Articulação.

2) Formação, Mobilização e Acompanhamento: Fórum Família-Escola; Colegiado em Ação; Acompanhamento qualificado da aprendizagem e da frequência escolar; reuniões com a comunidade escolar.

3) Comunicação e Cultura: Jornal Família Escola; peças publicitárias; agenda de bolso; esquetes; Mostra Plural; Prêmio Paulo Freire; Kit Escolar.

Título A política de participação da família suas implicações de género e repercussões na gestão e repercussões na gestão da unidade escolar

ID 905

Autores Sheyla Silva

Resumo: A forma como as políticas públicas educacionais vêm sendo processadas pelo Estado no país, em esfera global, reafirma o distanciamento: Estado-sociedade civil. Diante disso, o presente trabalho é fruto de minha pesquisa de Mestrado, onde volto meu olhar para percepção da escola como locus de participação da sociedade. Nesse ínterim os limites colocados à participação dos pais, nomeadamente das “mães” e suas devidas implicações de gênero, explica em grande parte o fracasso de iniciativas democráticas. A pesquisa objetivou analisar como a participação da família pode contribuir para democratização da gestão escolar, analisando o fulcro desta participação: a confirmação de uma visão de prestação de serviço (participação formal) ou afirmação de um direito (participação real). Realizei estudos teóricos e empíricos, sendo o último realizado em duas escolas públicas de Juiz de Fora - MG. A investigação de cunho qualitativo buscou desvendar os sentidos e interpretações que os sujeitos atribuem às suas ações. O estudo revelou a emergência de movimentos voltados à participação, em todas as instâncias da sociedade. Logo, quando se reivindica um espaço de participação na escola, está se considerando apenas uma dessas instâncias. Torna-se assim imprescindível que a participação aí se dê, alcançando o caráter de um direito singular e de um compromisso plural.

Mesa: Família, trabalho e gênero: que (re)conciliação? - 4 de Fevereiro - 19 horas - 319

Moderador: Victor Agadjanian

Título Repensando a conciliação entre família e trabalho na dinâmica dos espaços públicos e privado

ID 1140

Autores Clara Araújo

Resumo: A proposta de comunicação está baseada em resultados empíricos de pesquisas qualitativas e quantitativas realizadas no Brasil entre os anos de 2004 e 2008, sobre gênero e divisão do trabalho doméstico, complementada por estudos teóricos sobre as configurações das esferas públicas e privada no período contemporâneo. O objetivo consiste em apresentar um conjunto de resultados sobre as formas, os conflitos e as percepções de homens e mulheres diante das exigências de conciliação entre vida familiar e trabalho pago. A referência empírica é o Brasil, porém, a partir disto, procura-se ampliar o foco para discutir e problematizar as atuais formas de sociabilidades e relacionamentos da vida cotidiana e a tensão gerada pela invisibilidade desta dimensão na vida doméstica e familiar. Apresenta-se um conjunto de dados e indicativos de que, sem uma redefinição mais ampla de paradigma e uma articulação mais efetiva com outras esferas da vida pública e de preocupações teóricas, o debate sobre a desigualdade de gênero e a divisão sexual do trabalho doméstico torna-se bastante limitado.

Título Trabalho, família e gênero, articulando dimensões centrais da vida dos indivíduos”

ID 1449

Autores Cristina Marques, Anália Torres, Diana Maciel

Resumo: Desde meados de 60 do século XX que têm vindo a ocorrer transformações profundas na sociedade contemporânea que contribuíram para a existência de novas formas de articulação do trabalho e da família. Trabalho e família são aspectos centrais da vida dos indivíduos. Homens e mulheres trabalham não só porque precisam, mas também porque é importante para a sua identidade pessoal. Contudo, formas tradicionais de articular trabalho com a família persistem: os homens continuam a sentir-se responsáveis pelo sustento da sua família, apesar da aceitação da participação das mulheres no mercado de trabalho; e as mulheres ainda realizam a maior parte das tarefas domésticas e dos cuidados com as crianças.

Com base nos resultados de entrevistas em profundidade, realizadas em diferentes contextos sociais e regionais (Lisboa, Porto e Leiria), a indivíduos com diferentes contextos sociais, a viver em casal e em diferentes momentos do seu ciclo de vida, procura perceber-se como as famílias portuguesas articulam trabalho e vida familiar. Analisa-se e discute-se a importância do trabalho para homens e mulheres, a sua influência na vida familiar e o modo como as famílias dividem o trabalho pago e não pago.

Pretende mostrar-se que o trabalho é um valor importante para homens e mulheres. No geral, o trabalho tem implicações na vida dos indivíduos, representando um ganho positivo na identidade pessoal, mas também condicionando os tempos familiares. Os homens, empenhados na construção das suas carreiras, trabalham longas horas, tendo menos tempo para passar com as suas famílias. As mulheres condicionam o seu trabalho de forma a adequar-se às exigências da sua família.

Título Renegociando as relações de gênero no cenário da vida familiar e profissional

ID 1453

Autores Paula Jerónimo, Bernardo Coelho, Rui Brites, Anália Torres, Inês Cardoso

Resumo: Um novo dualismo tem surgido nos discursos sociológicos em torno da família. Este novo dualismo concebe a família e o trabalho como constituintes de uma relação de dependência mútua. Estas são duas dimensões fundamentais na definição de projectos individuais, mas existem diferentes formas de organizar a experiência social quotidiana em torno das expectativas profissionais e das responsabilidades familiares.

Estabelecemos a relação entre estas diferentes estratégias e as relações de gênero na família, testando a hipótese de que as orientações das mulheres relativamente ao trabalho variam menos entre os diferentes países da Europa do que as orientações para a família. Nalguns países, as orientações para o trabalho podem ser modernas e as orientações para a família tradicionais.

Explorando os dados do European Social Survey round 2 (2004), analisamos e discutimos a emergência de novos sentidos da família na Europa, percebendo diferenças e similitudes de gênero numa perspectiva comparativa entre países. Identificamos dois novos sentidos consensuais: (i) a família é uma instituição central para os europeus, sendo percebida como uma prioridade individual; (ii) a igualdade de gênero na família materializa-se na ideia de que os homens devem assumir tantas responsabilidades como as mulheres no que respeita à casa e ao cuidado com os filhos.

Se estes novos sentidos emergentes parecem definir uma passagem clara de valores de gênero tradicionais na direcção à igualdade de gênero, existe uma realidade que se esconde na sombra desta mudança: a maioria dos europeus, de forma

mais clara nuns países do que noutros, colocam-se numa posição intermédia neste movimento de mudança social. Este posicionamento intermédio abre espaço para a negociação das relações de género na família. Nesta negociação privada encontramos uma dissonância entre o nível ideológico e as práticas. Ao nível ideológico, tanto homens como mulheres concordam com relações género pautadas pela ideia de igualdade, mas ao mesmo tempo as tarefas domésticas permanecem como uma forma prática de sobrecarga das mulheres e como forma de desigualdade, sendo uma potencial fonte de tensões no casal.

Mesa: Violência de género contra a mulher: expressões contemporâneas, particularidades nacionais e formas de enfrentamento - 4 de Fevereiro - 19 horas - 307

Moderador: Tânia Rocha Andrade Cunha

Título Relações familiares violentas

ID 175

Autores Sandra Lourenço

Resumo: A violência doméstica contra mulheres é uma das formas de materialização da violência estrutural inscrita no sistema de exploração-dominação. Este trabalho analisou a realidade vivida por mulheres que sofreram violência doméstica desde sua infância. Objetivou-se neste estudo analisar o modo de pensar e de agir dessas mulheres, tendo em vista contribuir no aprofundamento das investigações nesse campo complexo. Utilizou-se a abordagem qualitativa viabilizando condições para a compreensão da consciência como imanente às ações dos sujeitos sociais. Optou-se por alguns instrumentos de coleta dos dados, tais como a observação participante, a entrevista e a análise documental. Com relação às respostas das mulheres sujeitos da pesquisa, estas ocorreram de forma complexa. Nas falas e ações dos sujeitos se presentificaram elementos instituídos e instituintes da ordem falocêntrica. Como conseqüências disso, as mulheres encontraram dificuldades para compreender a realidade vivenciada, o que implicou em ações isoladas na tentativa de enfrentamento da violência doméstica ou até mesmo na permanência em relações violentas. Evidentemente, a superação da violência contra mulheres é uma arena onde interesses antagônicos de género travam duras lutas, porém é justamente essa arena contraditória que fornece as condições para a sua superação.

Título Os sentidos das desigualdades: género, raça/ etnia e condição social entre aluno(a) de Teresina

ID 759

Autores Francineide Pires Pereira Fran

Resumo: Estudiosos vêm identificando o crescimento da importância da escola e dos grupos de pares que aí se organizam na constituição das subjetividades. Além disso, o primeiro survey brasileiro sobre relações de género, trabalho e família identificou que a participação na educação formal é um forte indicador de transformação de percepções e práticas, que se dirigem para relações mais igualitárias (ARAÚJO; SCALON, 2005). Entretanto, a mesma pesquisa identifica que os homens superdimensionam sua própria “modernização” e enquanto as mulheres fazem avaliação menos otimista sobre eles. Além disso, alguns estudiosos têm indicado a necessidade de se abordar as diversas formas de dominação, como um conjunto contraditório que envolve, basicamente, três determinações – género, classe social e raça/etnia (CONNEL, 1995; SAFFIOTTI, 2004). Isto produziria um sujeito múltiplo e contraditório, ao invés de homogêneo, no cotidiano. O trabalho apresenta as experiências de estudantes do ciclo básico de estudo, procurando analisar o processo de construção das diferenças sociais por género, raça/etnia e condição social no ambiente escolar da cidade de Teresina, Piauí, Brasil. Para tanto, abordou duas escolas que recebem jovens estudantes de condição social diferente e, em cada escola, diferenciados por género, e raça/etnia.

Título Violência de género: questão de intimidade, de cultura ou expressão de relações de poder?

ID 762

Autores Francineide Pires Pereira Fran

Resumo: O trabalho discutirá a natureza de violência de género, tomando por base estudos brasileiros, além de minha experiência de pesquisa sobre masculinidades (PEREIRA, 2005) e também de intervenção na temática, especialmente em projeto de capacitação realizado no ano próximo passado (TERESINA, 2007), em apoio à implementação da lei brasileira que ficou conhecida como Lei Maria da Penha. Trata-se de uma Lei que aumenta a punição para os que cometerem violência, além de incorporar o conceito de violência como violação dos direitos humanos das mulheres, formalizado na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará). Argumenta em favor da onipresença das determinações de género em todos os espaços-tempo da vida social (SAFFIOTTI, 1999) e compreende a violência de género, como aquela que ocorre pelo simples fato de as pessoas ofendidas serem aquelas que ocupam a posição de dominada na ordem de género. Assim, enfrenta a discussão com as tendências que teimam em tratar a violência de género como um assunto de intimidade ou de cultura, somente.

Mesa: Família, políticas públicas e redes sociais - 5 de Fevereiro - 11h15 - 301

Moderador: Teresa Carvalho

Título Famílias e Protecção Social - notas sobre a realidade brasileira hoje

ID 203

Autores Rita de Cássia Santos Freitas, Cenira Duarte Braga, Ana Cláudia Nogueira, Adriana de Andrade Mesquita

Resumo: Esta comunicação tem por objetivo tecer algumas considerações (“notas”) sobre a realidade da família brasileira hoje. O texto surge como uma contribuição de nossa disciplina (“Família, Grupos de Convívio e Redes Sociais”) na graduação do Curso de Serviço Social e se dedica a, num primeiro momento, caracterizar a família hoje a partir de alguns indicadores sociais, mas sem perder de vista a dimensão cultural da constituição das famílias brasileiras, seu percurso

histórico. Em um segundo momento, refletimos acerca da chamada feminização da pobreza (caracterizada por uma perversa articulação entre gênero, etnia e classe, ou seja, uma pobreza cada vez mais caracterizada por famílias compostas por mulheres negras, pobres e com baixa escolaridade – e na maioria das vezes, monoparental). Terminamos esse escrito, fazendo uma avaliação de como essas famílias vem sendo tratadas pelas políticas sociais. Entendemos que a articulação entre família e proteção social vem construindo em nosso país um desenho que impacta diretamente nas formas como essa política se constrói e que encontra suas raízes, acreditamos, em nosso passado escravista. Essas articulações e a dinâmica daí resultante desafiam a construção de novas políticas e programas na atualidade.

Título O caleidoscópio da “violência conjugal”: instituições, atores e políticas públicas no Rio de Janeiro
ID 525

Autores Aparecida Fonseca Moraes, Carla de Castro Gomes

Resumo: O caleidoscópio da “violência conjugal”: instituições, atores e políticas públicas no Rio de Janeiro

Ações destinadas ao combate da violência conjugal foram incorporadas às políticas públicas em muitos países. Inspiradas nos valores feministas que defendem os ‘direitos das mulheres’ a uma vida privada não violenta, essas políticas são consideradas um importante caminho de promoção da justiça de gênero. A comunicação apresenta um conjunto de resultados de pesquisas que expõem problematizações em torno de grupos de atores importantes na execução de tais políticas no Rio de Janeiro: organizações que representam o Estado, organizações feministas e famílias que se tornaram alvo desses programas. Desenvolvida através de metodologia qualitativa, a pesquisa alcançou grupos de profissionais (policiais e outros) e de mulheres vítimas, em três instituições que foram comparadas na análise: uma delegacia especializada (DEAM); um Centro Integrado de Atendimento à Mulher (instituição que atende mulheres vítimas de violência); uma delegacia distrital (não especializada) que também atende essas vítimas.

A partir desse campo, a comunicação apresentará algumas dificuldades no combate à violência conjugal, considerando o contexto do atendimento às mulheres e suas famílias nessas organizações e situadas em três dimensões: A) Na difusão dos valores do feminismo na sociedade, mostrando que esta perspectiva encontra desafios para se concretizar na vida de muitas mulheres vítimas da violência dos seus parceiros. O ideário feminista moderno _ e que inclui valores como individualização, autonomia, ação auto-determinada_ é transformado quando as mulheres resolvem publicizar, na delegacia, a presença do homem violento. Tal tradução_ é, em geral, marcada por uma articulação particular e tensa entre a noção de um direito individual (posto na recusa de se submeter à ordem da conjugalidade violenta) e a preocupação com a (re)produção da solidariedade familiar. B) Na dimensão da judicialização das questões da intimidade das famílias e das relações de afeto dos casais. A comunicação mostra que, para as vítimas, se trata de uma política de combate à violência que implica na publicização da desarmonia familiar e afetiva ocorrida entre parceiros de uma suposta interação conjugal. Tal publicização significa também a introdução de uma nova ordem reguladora na vida das pessoas envolvidas. As lógicas dos “afetos” e as moralidades que moldam o cotidiano das famílias são defrontadas com a formalidade e racionalidade jurídicas que prevalecem nas organizações do Estado com o poder de judicializar. Em muitos casos, esses confrontos respondem pelo aumento da carga de ambigüidade apresentada por várias mulheres na condução desse processo. C) Por fim, a dimensão que toca na implantação e desenvolvimento de uma política pública de combate à violência focada no fortalecimento das mulheres, antes de tudo. No Brasil, desde 1985, as políticas de combate à violência de gênero têm como principal instrumento as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs). Recentemente, tem chamado atenção o processo de regulamentação da lei “Maria da Penha”, promulgada em agosto de 2006, com objetivo de tornar efetiva a punição legal do autor de violência, mas também com uma significativa orientação para a ação multisetorial envolvendo ministérios e organizações governamentais diversas, seja da área da justiça-criminal, seja da assistência social e outros. O caráter recente da experiência não permite certificar se isso realmente jogará para a redução dos desafios identificados na pesquisa. Mas, nesse caso, se deve destacar que o principal deles é a coexistência de padrões institucionais variados nas políticas de combate à ‘violência conjugal’. As diferentes formas de compreensão dos conflitos e dessas ‘violências’, expõem ambigüidades e confrontos de projetos e de expectativas entre instituições do campo feminista, instituições do Estado e as famílias de mulheres vítimas que recorrem aos serviços.

Título A Efetivação da Política de Assistência Social e sua repercussão junto às famílias do Centro de Referência da Assistência Social na cidade de João Pessoa/ Brasil

ID 656

Autores Flávio Nery da Nóbrega Júnior

Resumo: Trata-se de um trabalho que se propõe a analisar como a presença do CRAS contribui para a efetivação da Política Nacional de Assistência Social e qual a sua repercussão junto às famílias referenciadas. A Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a assistência social no Brasil, incluída no âmbito da seguridade social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – promulgada em 1993, “[...] reafirmou, em seus princípios e diretrizes, a superação de uma prática calcada na lógica do clientelismo e do favor, apresentando novas referências para práticas conseqüentes de inclusão social universalista, descentralizada e democrática, apontando, ainda, para mecanismo de participação e controle social que tornassem público o que é privado, na perspectiva de integrar diferentes agentes, no esforço conjunto para alterar a realidade” (Cartilha do PAIF, MDS, 2003). Esse estudo possibilita uma aproximação com os programas de assistência social do município de João Pessoa/PB, Brasil, compreendendo as estratégias de trabalho e mediações entre os técnicos executores e a comunidade. Estas têm como objetivo ampliar conhecimentos sobre as condições de vida da população em situação de pobreza, concentrando-se nas formas de inclusão social, no acesso aos programas sociais. Dessa forma, o princípio norteador do citado trabalho é o reconhecimento de que o pobre deve ser visto como sujeito de direitos, protagonista de sua história.

Título Família, Proteção Social e Redes Sociais

ID 1286

Autores Aline Ferreira, Lubia Badarã, Alessandra Franco, Viviane Moraes

Resumo: Este artigo, às luzes do debate sobre família e política social, apresenta a história de vida de uma família que tem como principal característica a vulnerabilidade social, através da qual discorre sobre a re-introdução da temática da Família

nos Programas Sociais, o atual conceito de Família utilizado nos programas e as novas responsabilidades que lhe são atribuídas.

Título A intersectorialidade nas políticas para mulheres e do meio ambiente

ID 1496

Autores Marli Renate von Borstel Roesler, Rosane Mirales

Resumo: Esta comunicação aborda as interfaces entre a política para mulheres e do meio ambiente. Propõe-se iniciar reflexões sobre as particularidades regionais e as formas organizativas dos segmentos sociais no enfrentamento de questões decorrentes das desigualdades de gênero e da adoção de desenvolvimentos que desconsideram a sustentabilidade do meio ambiente. Em médio prazo, estas reflexões poderão ser traduzidas em ações de extensão universitária. Trata-se da região designada Bacia Hidrográfica do Paraná III, constituída por 28 municípios localizados na região Oeste do Paraná. Pretende-se situar nos marcos da legislação as conquistas realizadas nesta perspectiva, através das quais se vislumbram formas de contribuição para a organização das mulheres e o desenvolvimento sustentável. As particularidades que são expressões da totalidade possibilitam, na vida social, formas organizativas dos segmentos sociais que se desdobram em práticas de enfrentamento às questões como as aqui focadas, que são decorrentes das desigualdades de gênero e da adoção de desenvolvimentos que desconsideram a sustentabilidade do meio ambiente. A região da Bacia Hidrográfica do Paraná III, situa-se em um contexto especial da América Latina, na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, onde se constituem as ações de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, na qual se atua como docentes da graduação e pós-graduação em Serviço Social e em outras iniciativas formativas, de onde rapidamente a adoção de estratégias como a aqui discutida, poderá levar a transposição de nacionalidades para um contexto latino-americano.

Mesa: Identidades de gênero: da masculinidade à transexualidade - 5 de Fevereiro - 14h30 - 312

Moderador: Zara Pinto-Coelho

Título A masculinidade não cai do "céu", ela nasce do "chão"

ID 196

Autores Amanda Rabelo

Resumo: O gênero é uma construção social de idéias sobre papéis adequados a homens e mulheres. Como o gênero é uma construção social, um dos objetos que ele marca é o corpo humano, marcas que são efetuadas desde o nascimento pela "imposição" da masculinidade e da feminilidade para identificar cada sexo. A sexualidade e o gênero podem estar ligadas à natureza, mas não podem ser a ela reduzidos, pois a própria natureza é uma construção histórica e social: o "natural" se dá pela linguagem, pelas representações e se modifica historicamente. Para compreender as atitudes dos homens, a relação de gênero em que se encontram, as resistências ou confirmações que eles representam, faremos uma análise de como são formadas as masculinidades no contexto das relações de gênero e quais as consequências nas ações destes homens. Enfim, "a masculinidade não cai dos céus". Queremos complementar esta frase metafórica de Connell (1990: 90) dizendo que a masculinidade nasce do chão, que significa o contexto social, biológico, cultural e histórico onde o homem se insere, contexto em que a família, a escola e o trabalho têm se marcado como instituições principais na formação dos gêneros.

Título O que conta como humano?

ID 554

Autores João Manuel de Oliveira, Teresa Joaquim

Resumo: Esta comunicação a duas vezes visa analisar o lugar do humano enquanto espaço marcado por racionalidades de exclusão/inclusão. Iremos analisar este espaço a partir das propostas das teorias feministas e da filosofia contemporânea, para procedermos a uma re-leitura deste locus enquanto modalidade discursiva que diferencia entre "humanos", "não-humanos" e "quase-humanos". Analisaremos as implicações deste espaço do humano para as categorias de gênero e para as ciências sociais e humanas.

Título Imagina Ser Humana

ID 842

Autores Princesa Peixoto, Alda Moreira

Resumo: Questionar o poder da linguagem na construção social de gênero. Revelar 8 anos de experiência de atendimento/entrevistas, formação e apresentação de estudos. Traduzir o desejo da igualdade de gênero enquanto factor primordial, e cada vez mais reconhecido, na promoção do Desenvolvimento Sustentável. Analisar, debater e perspectivar uma abordagem no âmbito de: estereótipos de gênero; Desenvolvimento Sustentável e Objectivos de Desenvolvimento do Milénio no feminino; discriminação e violência com base no gênero; gênero e o mundo do trabalho, da educação e da família.

Título Transexualidade e transgênero em Portugal: dois "vazios" em debate

ID 958

Autores Sandra Palma Saleiro

Resumo: Contrastando com um crescente interesse da comunidade científica internacional acerca das temáticas da transexualidade e do transgênero a que se tem vindo a assistir sobretudo a partir de meadas da década de 1990, em Portugal persiste um completo "vazio" na investigação sociológica, e mais genericamente no conjunto das ciências sociais, acerca desses fenómenos. Partindo do projecto de investigação "Transexualidade e transgênero: identidades e expressões de gênero", desenvolvido no CIES-ISCTE com financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), pretende-se, então, com a presente comunicação contribuir para a discussão de realidades que têm estado ausentes das ciências

sociais em Portugal. Iniciaremos com a distinção analítica entre identidade de género e problemáticas que frequentemente com ela são confundidas (como a de orientação sexual), para avançarmos para uma proposta de definição dos próprios termos – transexualidade e transgénero - e da pertinência da sua distinção enquanto reveladoras de diferentes realidades. Por outro lado, numa altura em que no país vizinho entrou recentemente em vigor uma Lei de Identidade de Género que é generalizadamente reconhecida como uma das (senão a) mais avançadas leis no que se refere aos direitos e protecções das pessoas transexuais, em Portugal constata-se um “vazio” também neste aspecto. Face a essa ausência, terminaremos com a reconstituição do panorama da transexualidade e do transgénero em Portugal, a nível jurídico, dos cuidados médicos e do movimento associativo onde se incluem – o LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgender).

Mesa: Juventude, género, sociabilidades e práticas parentais - 5 de Fevereiro - 16h15 - 214

Moderador: Aparecida Fonseca Moraes

Título Percepções das Práticas Parentais e a experiência de tempo livre nos adolescentes: do aborrecimento ao envolvimento positivo

ID 281

Autores Diogo Lima, Teresa Freire

Resumo: A investigação no domínio da Psicologia Positiva tem revelado que as actividades que os adolescentes experimentam no seu tempo livre podem ser percebidas como experiências desenvolvimentais ou, pelo contrário, como experiências de aborrecimento.

De facto, o tempo livre por si só não dá nenhuma garantia de ser um contexto promotor de crescimento pessoal. Isto significa que os indivíduos podem ser "livres", no sentido temporal, mas podem não saber como preencher esse tempo livre, ou não estarem satisfeitos com o modo como o preenchem. A literatura empírica (Caldwell, 2006) mostra que o tempo livre como experiência de aborrecimento tem estado relacionado com a percepção que os adolescentes têm sobre as práticas parentais relativas a esse tempo.

O objectivo deste estudo é analisar a relação entre a percepção dos adolescentes portugueses das práticas parentais e a percepção do aborrecimento durante o seu tempo livre.

A percepção do aborrecimento e das práticas parentais é avaliada usando duas escalas diferentes: a Escala de Aborrecimento (Freire, T. & Lima, D., 2007) com três dimensões: significado; proactividade / acção e tempo e a Escala das Práticas Parentais (adaptado de Caldwell, L., 1999) também com três dimensões: controle; conhecimento e estímulos para a autonomia

Os resultados são discutidos quanto à relação entre as dimensões das escalas para analisar a experiência de aborrecimento na vida dos adolescentes e o papel da percepção das práticas parentais no seu envolvimento diário.

Título Juventude, género e internet: aspectos de sociabilidades on e off line

ID 567

Autores Marlúcia Valéria da Silva

Resumo: Os costumes, valores, práticas e experiências que delineavam o ‘ser’ e o ‘estar’ nas sociedades marcadas pela ascendente divisão social do trabalho, pelo tempo das máquinas, pela supremacia do homem sobre a mulher e dos adultos sobre o(a)s jovens e crianças, dentre outros, estão perdendo a capacidade de oferecer estofos e contornos aos lugares e regulamentar as relações que experimentamos na atualidade das sociedades complexas contemporâneas. A própria força e supremacia que alguns segmentos sociais detinham diante de outros apresenta-se abrindo espaço para novas manifestações - inaceitáveis e impensáveis há algumas décadas. Este fenómeno se mostra com fortíssima nitidez no espaço da internet, onde a realidade virtual, a comunicação em tempo real e a oferta de infinitas possibilidades transformam os espaços de convivência on-line em ‘laboratórios’ privilegiados de sociabilidades que se distanciam de padrões até recentemente em voga. Para a juventude, participe massiva desse ambiente, a rede se constitui num privilegiado locus de relacionamento com o novo, o diverso, o mundo em construção cotidiana, sem as amarras de tempo e espaço como até então conhecidos. Ante essa realidade, convém interrogar: em que medida e em que sentido estariam afetadas as relações de género nesse novo ambiente? Este trabalho procura evidenciar como se relacionam o(a)s jovens num canal virtual com base territorial em Florianópolis-SC-Brasil, apontando mudanças e/ou permanência de valores, costumes e práticas nas suas experiências e vivências cotidianas on e off-line enquanto homens e mulheres de um novo século.

Título Em conversa com os amigos: a importância do grupo de pares na construção da sexualidade

ID 1020

Autores Cristina Marques

Resumo: A comunicação sobre sexualidade é um processo dinâmico de troca e (re)construção de mensagens, feito continuamente, quer de forma mais formal, intencionais e visíveis, como de forma mais informal, subtil e descontínua, sendo também mais difícil de captar.

Ora, actualmente o grupo de amigos ganha cada vez mais importância. Os jovens tornam-se mais autónomos, passam menos tempo com os elementos da sua família e mais com os amigos. Actualmente, as primeiras relações amorosas e sexuais tendem a acontecer aquando da inserção dos jovens numa rede de sociabilidade. A título de exemplo, a influência dos amigos do mesmo sexo na primeira relação sexual genital é forte, especialmente para as raparigas.

Nesta comunicação iremos apresentar alguns resultados de uma pesquisa em curso sobre as trajetórias sexuais dos jovens adultos para a conjugalidade e para a parentalidade. Os dados foram obtidos através de entrevistas biográficas, realizadas em Leiria, a jovens entre os 18 e os 29 anos, pertencentes a diferentes meios sociais. Pretendemos focar a análise na comunicação que os jovens têm com o grupo de pares no que concerne a sexualidade. Procuramos responder a algumas questões centrais: qual a importância do grupo de amigos para os jovens? Será que estes falam sobre sexualidade? Que influência poderão ter os amigos nas práticas e representações dos jovens sobre a sexualidade?

Título Família, juventude e conjugalidade

ID1396

Autores Acácia Dias

Resumo: O texto versa sobre a parentalidade juvenil compreendendo que tal condição redefine as relações entre pais e filhos e reafirma a família como esfera de apoio afetivo-material, esfera que acolhe conflitos, negociações, solidariedades e cumplicidades. O cotidiano familiar exprime características contemporâneas de novas atitudes e comportamentos nas relações familiares, ao mesmo tempo em que sentimentos, funções parentais e posturas dos jovens pais/mães apontam para uma permanência de valores assimétricos de gênero. O nascimento do filho promove a passagem da adolescência à vida adulta, embora essa transição, para muitos desses/as jovens, possa já ter se iniciado com a aquisição de outras responsabilidades como a inserção precoce no mercado de trabalho. Neste texto se procede à análise de determinados aspectos relacionados aos desdobramentos que ocorrem nas biografias juvenis, após o nascimento do primeiro filho. Em especial, a discussão da união conjugal a partir de questões destacadas pelos jovens no tocante ao sentimento em relação ao parceiro/a, ao desejo de coabitação e os (des)compassos da convivência conjugal. Ao apontarem as mudanças sofridas nas suas vidas e a forma de convivência familiar, os jovens revelam que recorrem à família de origem em algumas situações, principalmente nos momentos de conflitos com seus pares – os quais esboçam diferentes formas de intervenção e de posicionamento sobre as escolhas individuais. Tais inferências são resultados de um percurso metodológico que contemplou entrevistas semi-estruturadas realizadas com jovens de ambos os sexos, de 18 a 24 anos, residentes na cidade de Salvador, Bahia - Brasil.

Título A voz da criança institucionalizada: representações sociais de crianças e adolescentes

ID 1598

Autores Eliane Vecchi Pereira, Neide de Souza Lehfeld

Resumo: Enorme contingente de crianças e adolescentes vive hoje em alguma instituição de abrigo, longe do convívio familiar, deflagrando mais uma vez a grande lacuna existente entre as legislações brasileiras e a realidade. Retirados de seus familiares, quer pela condição de extrema miséria, quer pelo abuso indiscriminado do poder familiar que vitimiza suas proles com toda sorte de violência, crianças e adolescentes são enviados para abrigos como medida de proteção. Do caráter excepcional e provisório o que presenciamos são abrigamentos realizados de forma corriqueira, numa atitude comum e, infelizmente, em muitos casos, por longos períodos ou mesmo até que atinjam maioridade perante a lei. As relações sociais dessas crianças com a instituição família e com a comunidade transformam-se radicalmente. Passam a ser “filhos de ninguém”, vivendo com mais tantos por alguns dias, meses ou longos anos. No sentido de aprofundar conhecimento acerca do universo do abrigo, o estudo proposto teve como objetivo conhecer as instituições abrigo e família por meio das representações sociais de crianças e adolescentes institucionalizados na cidade de Ribeirão Preto – SP, contribuindo para maior entendimento sobre o universo da institucionalização. Tendo como abordagem metodológica a pesquisa qualitativa, utilizamos como forma de coleta de dados a técnica de entrevista semi-estruturada e desenhos produzidos pelas crianças e adolescentes abrigados, sujeitos desse estudo. Por meio das categorias empíricas, como: A família para mim; Sentimentos de culpa; O abrigo acolhe a gente; A amizade solitária; Meus irmãos me dão força; O valor do trabalho; Não quero isso para meu filho e o Meu maior desejo, constatamos que as representações sociais sobre a família se constroem a partir de elementos contraditórios entre a vivência e a negação da violência; a idealização das figuras familiares ausentes e o desejo de não reproduzirem com os seus futuros filhos a mesma violência sofrida. Quanto ao abrigo, a instituição aparece tanto como proteção, quanto como espaço de revitimização, por meio da violência institucional. Ao concluir, ressaltamos que a pesquisa oferece ao Serviço Social aspectos importantes sobre a institucionalização de crianças e adolescentes que contribuirão para um atendimento mais assertivo e efetivo no desenvolvimento de políticas sociais de atenção a essa parcela da população. O estudo aponta ainda a necessidade de uma mudança de paradigma no trato da violência doméstica, não tendo mais a criança e o adolescente como foco central das políticas sociais direcionadas a problemática da violência, mas a família. O contexto familiar, ao ser privilegiado nas ações de uma rede de proteção, tanto básica como especial, proporcionará maior possibilidade de efetivação na garantia do direito primordial da criança e do adolescente de conviver em família.

Mesa: Família, conjugalidade e práticas parentais - 5 de Fevereiro - 16h15 - 303

Moderador: Clara Araújo

Título Relacionamento mãe-filha: relatos da vida adulta

ID 410

Autores Kirlla Cristhine Almeida Dornelas, Agnaldo Garcia

Resumo: Os relacionamentos entre pais e seus filhos adultos, e, particularmente, entre mãe e sua filha adulta, são áreas de pesquisa importantes. As relações parentais mudaram ao longo dos anos e o contato entre mãe e filha contribui na demarcação do lugar das mulheres na sociedade e vem acompanhado por emoções ambivalentes e intensas. Ainda mais quando elas podem perceber como iguais pela condição de serem adultas. O objetivo deste trabalho foi investigar, descrever e analisar o relacionamento entre mães e suas filhas adultas destacando os aspectos que promovem os encontros e desencontros entre elas e a influência do casamento das filhas nas relações com suas mães. Na história do relacionamento entre mãe e filha observamos mudanças que promovem momentos de separação e aproximação, dependência e independência entre elas, o que sofre a influência da família. As atividades compartilhadas e o processo de comunicação, assim como a cooperação, a influência mútua e a percepção que mãe e filha adulta têm do seu relacionamento, são aspectos desses encontros e desencontros. Nesta dinâmica, mãe e filha compartilham similaridades e diferenças, apresentam comportamentos recíprocos e complementares que podem gerar conflitos cuja resolução está associada ao movimento de auto-revelação e privacidade presentes no relacionamento. Finalmente, apesar dos

desencontros, mãe e filha procuram valorizar as situações que propiciam a manutenção da relação devido à importância da relação para ambas.

Título Mulher e Mãe: Desejos e Prazeres no processo de envelhecer

ID 436

Autores Sandra Maria Nascimento Sousa

Resumo: Mulher e Mãe: Desejos e Prazeres no processo de envelhecer - Este resumo apresenta comunicação sobre a temática do gênero, família e sexualidade. Faz parte de um Projeto de Pesquisa que venho desenvolvendo sobre imagens e narrativas que, no cinema, atualizam e põem em questão papéis de gênero, padrões normativos e modelos considerados ideais nas distinções construídas para o gênero. Nesse sentido, o filme *The Mother*, que no Brasil, tem o título *Recomeçar*, foi selecionado para suscitar discussão sobre a mulher que, com mais de 60 anos, é considerada sob a perspectiva de uma imagem social cristalizada que a distingue como avó, mulher cuja sexualidade não deve ser mais pensada sob o prisma do erotismo e do prazer. No filme, a protagonista desconstrói esses padrões, quando, após a perda do marido, questiona sua vida em família e tem um envolvimento amoroso com o namorado da filha. O conteúdo tem sido interpretado e analisado junto a grupos de expectadores de outras áreas, visando coletar interpretações e opiniões para debates críticos que problematizem modelos e padrões heteronormativos que distinguem os sujeitos como transgressores ou indivíduos anormais. O embasamento teórico é contemplado com o estudo de teorias de gênero que têm convergência com perspectivas pós-estruturalistas, como as que estão na vertente de Joan Scott, Judith Butler, Teresa de Lauretis, considerando as produções discursivas sobre feminilidades e papéis de gênero, bem como estudos sobre o cinema e a imagem, de que tratam alguns autores da Antropologia Visual e do Cinema.

Título A Casa e o Quartel: reflexões sobre família, hierarquia e gênero na Academia Militar das Agulhas Negras

ID 757

Autores Cristina Silva

Resumo: A comunicação apresenta um estudo etnográfico sobre as famílias de oficiais da Academia Militar das Agulhas Negras (Resende/Rio de Janeiro/ Brasil) – instituição representativa do Exército Brasileiro. Logo, o foco deste trabalho está na compreensão da composição da “família militar” (oficiais, cônjuges e filhos/as), na sua rede de relações e os ambientes em que elas circulam, nos atentando para questões de gênero, família e forças armadas. Os dados têm mostrado que o próprio termo “família militar” é tido como um conceito nativo, pois significa para os militares tanto a identidade do grupo (a instituição militar como um todo) caracterizada por uma forte “união, apoio e solidariedade”; como também evidencia um dos valores sempre lembrados na Academia: a família como suporte para a vida. Assim, a “família militar” apresenta características que são definidas, sobretudo, pelas normas e condutas da instituição militar (regida, sobretudo, pelos valores da hierarquia e disciplina), nos sugerindo a idéia de que a família possa ser considerada uma extensão do quartel, que se reflete na organização da moradia e do cotidiano dessas pessoas, marcado, segundo eles, por um convívio maior com outras famílias de mesmo círculo hierárquico do cônjuge militar e também por algumas dificuldades, como a instabilidade da vida escolar dos filhos e o problema do cônjuge em dedicar-se a uma profissão devido às freqüentes mobilidades geográficas que o oficial de carreira é submetido.

Título Não há ideais de pais, falhamos sempre”: dilemas da parentalidade no início do século XXI

ID 1450

Autores Cristina Marques, Anália Torres

Resumo: Com base nos resultados de entrevistas em profundidade realizadas em diferentes contextos sociais e regionais (Lisboa, Porto e Leiria), a indivíduos com diferentes contextos sociais, a viver em casal em diferentes momentos do seu ciclo de vida, procura perceber-se as transformações da parentalidade e dos cuidados com as crianças. Discute-se e analisa-se os significados da parentalidade para pais e mães e as estratégias de educação das crianças das famílias portuguesas.

Implícitas a estes objectivos estão algumas questões de partida: qual a importância das crianças para homens e para mulheres? Quais são as implicações de ter filhos na vida dos indivíduos? Qual o significado de ser-se pai/mãe? Quem toma conta das crianças? Será que a educação das crianças tem implicações na relação do casal?

Identificou-se a existência de ambiguidades relativamente à parentalidade nos diferentes contextos sociais. Assim, por um lado, a parentalidade é considerada como algo maravilhoso, por outro lado, homens e mulheres reconhecem as dificuldades da parentalidade: o aumento das responsabilidades, do trabalho, das preocupações, os problemas financeiros ou na educação das crianças.

Esta ambiguidade está sedimentada num contexto de mudança nos modos de perceber os cuidados com as crianças. As narrativas apontam para um desejo por parte dos pais de passarem mais tempo com os seus filhos, mas as práticas continuam a mostrar uma maior participação das mães nos cuidados com as crianças.

Título Conjugalidades: um jogo entre o amor e o sufoco

ID 1451

Autores Diana Maciel, Anália Torres

Resumo: Este paper debruça-se sobre a conjugalidade nas famílias portuguesas e visa analisar a importância da relação conjugal para o indivíduo, como este percebe a conjugalidade nos seus melhores e piores momentos e a sua influência na construção identitária.

Desde a modernidade, ocorreram profundas transformações na sociedade contemporânea, tais como a individualização, a reflexividade e a importância do amor e das relações significativas para o indivíduo. Essas transformações culturais contribuíram para transformações sociais, designadamente a redução do número de casamentos, o aumento do número de coabitações, uma taxa mais elevada de divórcios e um menor número de crianças por casamento.

Estas transformações culturais e sociais modificaram a conjugalidade. Ter uma relação não é mais estar casado uma vida inteira, pensando a conjugalidade enquanto um estatuto e um sacrifício da identidade individual em prol do bem-estar familiar. Hoje em dia, ter uma relação conjugal é estar ligado pelo amor e pela paixão a alguém, com quem se quer partilhar

a vida em simultâneo com a preservação da sua identidade pessoal. É na relação entre viver o amor e preservar a identidade individual que reside a conjugalidade, com seus problemas e ambiguidades.

Os resultados apresentados são baseados em entrevistas em profundidade em Lisboa, Porto e Leiria a casais em diferentes momentos do seu ciclo de vida e com diferentes pertenças sociais. O objectivo deste paper é o de responder às seguintes questões: De que modo cada indivíduo sente, vive e percepção a sua conjugalidade? Que mudanças a conjugalidade trouxe para o indivíduo? Como o indivíduo gere os conflitos no seio da relação conjugal? E, por fim, quais as mudanças que os indivíduos gostariam que ocorressem no futuro?

Ao responder a estas questões, identificou-se uma dupla tendência ou duas formas distintas de perceber e sentir a relação conjugal. Primeiro, o sentimento de viver em amor, no qual cada indivíduo partilha ideais, preocupações e projectos de vida, levando à realização pessoal. Segundo, a percepção da relação enquanto uma luta ou conflito, uma sobrecarga de trabalho e responsabilidades, o que origina uma reconstrução identitária no sentido de um indivíduo mais nervoso e deprimido.

Título As dinâmicas de recomposição familiar em Portugal

ID 1459

Autores Cristina Lobo

Resumo: Tomar as recomposições familiares como objecto de análise sociológica, contemplando a dimensão temporal das transições com o objectivo de cartar dinâmicas de integração ou de exclusão inscritas nos dois eixos do processo de recomposição - conjugalidade e parentalidade - e materializadas em práticas e representações dos seus protagonistas, é o principal objectivo desta comunicação. Dos procedimentos de recolha de informação através de entrevistas semi-directivas às mães guardiãs e padrastos, bem como da análise dos seus discursos, resultou a comprovação da interdependência entre classes sociais e dinâmicas de recomposição familiar; o entrelaçamento entre as transições passadas numa trajectória conjugal e parental e as referidas dinâmicas; e, por último, a coincidência entre os modos de construção social do papel de padasto e outros factores intervenientes no processo de recomposição familiar.

Título Psicologia interpessoal: modelos cognitivos idealizados do Tupi-Guarani

ID 1624

Autores Judite Zamith-Cruz

Resumo: Com base em historiografias, distintas da História Portuguesa e Brasileira, na medida que se centram no acto de escrever a história e não no que «realmente» ocorreu, criaram-se «modelos mentais», ou seja, imagens e relatos de situações junto de povos da família linguística Tupi-Guarani, utilizados para se raciocinar em entidades psico-linguísticas abstractas e relacionais para a identidade social: «modelo cognitivo idealizado», «crença num mundo justo», «supressão do pensamento», «disfunção cognitiva», «tendência de atribuição hostil» e «estado alterado de consciência».

Elementos culturais residuais e contemporâneos foram de novo co-construídos, reordenados para serem regenerados os locais e os tempos reais – séculos XVI a XVIII – e o pensamento moderno.

Os níveis de (auto-) conhecimento e de abstracção são incomensuráveis de pessoas íntimas ou amadas a povos desconhecidos. O cérebro e a cultura fazem-nos intuir uma «teoria ingénuo da mente» no quotidiano para antecipação da conduta do outro. O «outro mundo» não se encontra «lá fora», mas dentro do indivíduo, irredutível à sua consciência.

Mesa: (Des)igualdades de género e poder político - 5 de Fevereiro - 18h30 - 216

Moderador: Cristina Lobo

Título Representações em torno de um conceito designado por igualdade de género e de oportunidade

ID 88

Autores Hernâni Veloso Neto

Resumo: O objectivo da presente comunicação reside na partilha de alguns resultados decorrentes de uma investigação sociológica realizada no âmbito do projecto de intervenção social “Agir”, cuja responsabilidade de prossecução esteve a cargo da Comissão Para a Igualdade e Para os Direitos da Mulher (CIDM) e da Associação Famílias. A investigação em causa foi denominada por “(Des)igualdade Entre Faces: representações e vivências – Retratos de uma sociografia aos Distritos de Braga e Bragança” e teve como pressuposto empírico o favorecimento de uma leitura multidimensional das vivências e representações de género e de igualdade de oportunidade nas unidades territoriais alvo da intervenção do projecto mencionado. Um dos campos analíticos considerados foi o das representações em torno do conceito de igualdade de género e de oportunidade. Será precisamente sobre esse bloco de análise que incidirá a presente comunicação. Os resultados alcançados apontam no sentido das populações privilegiarem e veicularem a equivalência total de papéis enquanto princípio e valor de igualdade de género e de oportunidade, todavia, além das representações variarem em função das características sócio-biográficas dos indivíduos, os traços e padrões comportamentais evidenciam que o quotidiano humano ainda se encontra bastante vincado em função do género.

Título El camino hacia el empoderamiento político de las mujeres

ID 1094

Autores M^a Amparo Novo Vázquez

Resumo: El género ha sido y, por el momento, sigue siendo el principio bajo el cual se organiza el sistema social en donde condicionantes culturales y de organización del sistema político, articulados en diferentes espacios de responsabilidad son obstáculos con los que se encuentra la mujer a la hora de garantizar su presencia en la vida política. Este artículo comienza presentando la situación actual y las tendencias de la presencia de la mujer en puestos de responsabilidad política (gobiernos y parlamentos tanto nacionales como autonómicos). A continuación se centra en el caso de Asturias para analizar dos aspectos problemáticos de esta presencia femenina: la dificultad para las mujeres de compaginar la actividad política con la jornada laboral y las responsabilidades familiares (“la triple jornada laboral”) y la influencia negativa que los

estereótipos, transmitidos desde la infancia, ejercen sobre las mujeres a la hora de participar en la vida política. Ambos planteamientos explicarán de alguna forma el fenómeno de avance lento en el proceso de empoderamiento de las mujeres. Para dar explicación a estas cuestiones se utiliza por un lado, datos cuantitativos sobre presencia en puestos políticos y por otro, através de la metodología cualitativa de grupos de discusión, en los que se analizan las distintas valoraciones realizadas por diferentes miembros de partidos políticos y personas que ocupan en el Principado de Asturias cargos de responsabilidad a nivel parlamentario, gubernamental y administrativo.

Título Gênero e Poder: Reflexões na contemporaneidade da sociedade brasileira

ID 1492

Autores Maria Mary Ferreira

Resumo: A complexidade das relações de gênero construída socialmente se articula no mundo político a partir da cultura patriarcal. Mesmo considerando a ação política dos movimentos feministas, o patriarcado permanece e se metamorfoseia na contemporaneidade através de mecanismos que se articulam na cultura política, reflexo de um mundo cujos conflitos e antagonismos ainda não encontraram formas de superar as desigualdades que impõe a mulher uma posição de subalternidade. Essas desigualdades são perfeitamente visíveis nos processos decisórios que tem no exercício do poder um caminho para projetar novas formas de compreender as relações de gênero. Embora mudanças tenham ocorrido nas últimas décadas basta ver a universalização de grande parte das políticas: direito à saúde, combate à violência, educação de gênero, porém quando se analisa as inferências das relações de gênero no campo político, percebem-se as muitas imbricações que esta temática está sujeita na atual conjuntura. Tais inferências serão analisadas neste trabalho a partir do aprofundamento sobre poder compreendido como produtor de individualidades e de rituais de verdades que se manifesta de diferentes maneiras: com olhares, gestos, toques, com o corpo, com palavras, palavrões, com gritos e silêncios, analisados a partir de estudo desenvolvido em espaços legislativos envolvendo parlamentares brasileiras e portuguesas que nos possibilitaram refletir e pensar novas subjetividades sem perder de vista as objetividades para traçar novos paradigmas na construção de novas relações e novas formas de exercício de poder.

Mesa: Historiografia - 5 de Fevereiro - 18h30 - 215

Moderador: Judite Zamith-Cruz

Título Famílias imigrantes portuguesas na cidade do Rio de Janeiro: rupturas e reconstrução de identidades

ID 1178

Autores Maria Manuela Maia

Resumo: Estudo sobre famílias de imigrantes portugueses, provenientes da região norte de Portugal, que se deslocaram para a cidade do Rio de Janeiro durante o período compreendido entre o pós 2ª guerra e 1974. A primeira ruptura ocorreu antes da saída de Portugal com o próprio desmantelamento da sociedade camponesa dentro do contexto do desenvolvimento industrial no século XX. Um segundo momento de ruptura é percebido durante a viagem e no início da estada em terra estranha. A terceira, através dos embates e conflitos produzidos no encontro com a cidade. Isto é, na passagem de um mundo rural para o urbano. No Rio de Janeiro desenvolvem e concretizam complexos processos ou estratégias para se estabelecer e se fixar. Estas estratégias configuram-se em tentativas de integração à sociedade de acolhida por meio de negociação entre conjuntos de valores culturais. Obrigados a se adaptar a novas formas de ver o mundo, os imigrantes tentam re-significar os seus valores. De um lado consideram a unidade familiar, portadora de recursos (materiais, culturais e simbólicos) e de necessidades e objetivos. Do outro, o contexto envolvente (físico, econômico, social e político) com seus constrangimentos e oportunidades. Enfatizam, assim, o papel da família, do trabalho e da religião como estratégias de afirmação de identidade em terra estranha na tentativa de garantir a coesão familiar e, ao mesmo tempo, integrar-se à cidade.

Título De Castro Daire a Pernambuco: trajetória de uma família cristã-nova na economia açucareira e suas agruras com a Inquisição

ID 1554

Autores Ângelo Adriano Faria de Assis

Resumo: Implantado em 1536 em Portugal, o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição teve nos cristãos-novos a principal justificativa para sua criação e suas vítimas mais frequentes. Este trabalho tem como objetivo analisar, a partir da documentação produzida pela presença inquisitorial na América portuguesa durante os séculos XVI e XVII, a trajetória de uma família cristã-nova que mantinha redes de contato e negócios entre Portugal, Brasil, África e Holanda. Originária de Castro Daire, vila situada nas proximidades da Serra do Montemuro, meio caminho entre o litoral lusitano e as terras de Espanha, a Família Nunes Correia possuía engenhos e negócios na América portuguesa, controlando o comércio de açúcar com Portugal. João Nunes Correia, cabeça da família no Brasil, era homem poderoso e temido por seus negócios e atitudes, tão variadas quanto antagonicas: onzeneiro, cavaleiro d'el rei, mordomo de uma confraria religiosa cristã, rabi dos judeus de Pernambuco, bem relacionado com as autoridades locais. Ficaria mais conhecido, porém, pelas inúmeras acusações de mau comportamento religioso, acusado de desrespeitar um crucifixo que mantinha em sua residência, em local imundo. O irmão, Diogo Nunes, seria processado por afirmar não ser pecado dormir com mulher solteira ou negra. Partindo da análise dos processos movidos pela Inquisição contra os irmãos Nunes Correia, buscaremos refletir, através do viés da micro-história, sobre as transformações ocorridas nas relações sociais com a chegada da Inquisição ao Brasil em fins do século XVI, assim como o papel dos cristãos-novos no processo colonizatório.

Mesa: Violência de gênero - 5 de Fevereiro - 18h30 - 213

Moderador: Francineide Pires Fran

Título Mulheres e direitos humanos: desfazendo imagens, reconstruindo identidades

ID 415

Autores Nilda Stecanela, Pedro Moura Ferreira

Resumo: Situada no contexto dos estudos de gênero e violência, esta comunicação interpreta casos de violência praticada contra a mulher, nomeadamente àqueles em que a vítima procura os setores de apoio. É parte de uma pesquisa em desenvolvimento no sul do Brasil. Problemática a necessidade de “desconstruir velhas imagens” para dar lugar à “novas identidades” como forma de auxiliar a mulher a sair da condição de vítima, para protagonizar sua própria vida, como autora de suas escolhas e de sua história. Relaciona a urgência na revisão dos processos de socialização para imprimir nas práticas cotidianas, com homens e mulheres, outro jeito de perceber, conceber e viver a condição de mulher e de homem na contemporaneidade. Parte do princípio que não basta garantir direitos e punir agressores. Considera urgente o testemunho de uma nova cultura sobre as questões de gênero. O problema evidenciado nos primeiros contatos com o campo sinaliza que o combate à violência de gênero tem íntima relação com as representações que as mulheres têm sobre a violência doméstica, pois a maior parte delas somente reconhece as violências físicas, ignorando outras formas. Genericamente, consideram naturais as desigualdades de gênero e acreditam ocupar lugar subalterno em relação aos homens. A violência de gênero é uma construção social que fortalece a dominação masculina e oprime as mulheres. O desafio que se coloca é, pois, transformar a violência contra a mulher, de um problema privado, num problema público, ou seja, como um problema de direitos humanos e de igualdade de gênero.

Título Vitimação no contexto das relações amorosas

ID 1400

Autores Zélia Barroso

Resumo: Esta comunicação procura reflectir sobre a problemática da violência que ocorre nas relações amorosas, visando a compreensão dos mecanismos e processos sociais, culturais e psicossociais que contribuem para a construção e reprodução dessa violência em função dos papéis de gênero.

Para tal, procedeu-se à utilização de parte da informação que foi recolhida no âmbito do Inquérito Nacional sobre Violência de Género em Portugal, promovido pela CIG (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género) e desenvolvido pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, através do SociNova/CesNova.

A metodologia adoptada consistiu na recolha de informação através de dois questionários sociológicos (um para homens e outro para mulheres com 18 ou mais anos) que, apesar de semelhantes (contemplando 62 actos de violência) reflectem diferenças de gênero.

Título Custos Sociais e Económicos da violência exercida contra as mulheres em Portugal: dinâmicas e processo socioculturais

ID 1411

Autores Dalila Cerejo, Manuel Lisboa, Pedro Pita Barros

Resumo: A violência contra as mulheres, em particular a doméstica, é hoje uma problemática à qual a Sociologia não pode deixar de fornecer o seu contributo, tanto ao nível da compreensão do fenómeno como ao nível da percepção de factores, dinâmicas e processos socioculturais a ela associados.

Na última década e pese embora as várias pesquisas realizadas sobre a temática, destaca-se o estudo dos custos económicos da violência exercida contra as mulheres, por ser este o primeiro estudo realizado em Portugal com o objectivo de avaliar esses mesmos custos.

Os resultados que nos propomos apresentar nesta comunicação, correspondem à primeira investigação realizada em Portugal sobre os custos económicos com a saúde resultantes das situações de violência doméstica. A análise da vitimação será contextualizada em função do espaço e tempo em que ocorrem os actos, bem como das dinâmicas e processos socioculturais que estão subjacentes à produção e reprodução da violência. Além das consequências ao nível da saúde física e psicológica em geral, o estudo permitiu ainda quantificar os custos económicos relacionados com a saúde, tanto ao nível do Serviço Nacional de Saúde como de outros serviços.

Título Violência de Género em Portugal

ID 1413

Autores Joana Patrício, Manuel Lisboa, Zélia Barroso

Resumo: A comunicação tem como objectivo apresentar resultados obtidos no Inquérito Nacional sobre Violência de Género em Portugal, promovido pela CIG (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género) e desenvolvido SociNova/CesNova – FCSH/ UNL.

O inquérito incide sobre a violência praticada contra as mulheres e homens com 18 ou mais anos e surge no seguimento do primeiro inquérito de âmbito nacional sobre violência contra as mulheres, realizado em 1995.

O Inquérito Nacional sobre Violência de Género é a primeira pesquisa sobre a violência contra os homens realizada em Portugal, dimensão relativamente pioneira, tanto a nível nacional como internacional.

O estudo permite um conhecimento quantitativo da evolução da violência contra as mulheres, desde 1995 e possibilita uma leitura comparativa da vitimação de homens e mulheres. Pretende-se igualmente produzir informação sobre indicadores da violência de gênero e compreender as dinâmicas sociais e culturais subjacentes à produção e reprodução da violência contra homens e mulheres.

Mesa: Família, saúde, corpo e sexualidade - 6 de Fevereiro - 11h15 - 209

Moderador: Marilda Ionta

Título A feminilidade da mulher na terceira idade: contribuições da Uati - Brasil

ID 39

Autores Simone Aparecida Pinheiro de Almeida, Rita de Cássia da Silva Oliveira

Resumo: O presente ensaio intenciona discorrer sobre questões acerca das mulheres presentes no Programa da Universidade Aberta para Terceira Idade (UATI) da Universidade Estadual de Ponta Grossa – Brasil. O temor da terceira idade é a exclusão social que poderão sofrer perante a sociedade. Assim o projeto Universidade Aberta para Terceira Idade busca por meio da inclusão dessa faixa etária a prática efetiva em atividades que lhes proporcionarão maior participação e atuação perante a sociedade. O programa conta com mais de 300 idosos sendo a maioria de mulheres, esses dados vem a reforçar o fenômeno da feminilidade na velhice. Resultado de inúmeras discussões, a Lei nº 8.842 de 04 de janeiro de 1994 adota como princípio fundamental garantir aos idosos os direitos de cidadania efetiva na sociedade, avalizando a sua autonomia e integração social, bem como promover o bem-estar e o direito à vida, trazendo estes como dever do Estado e da família. Fazem-se necessárias atividades dinâmicas que venham de encontro às expectativas dos participantes do programa da UATI, além de disciplinas teóricas os participantes realizam atividades práticas. Para coleta de dados foram entrevistadas 6 mulheres com objetivo de verificar sua percepção em relação a feminilidade. A tipologia de pesquisa está sendo realizada por meio da observação participante, através da qual, tentamos obter, na ambiência da instituição a participação ativa das mulheres, medos, desejos, expectativas, tabus, sonhos e projetos de vida.

Título Género, sexualidade e discurso sobre VIH/SIDA

ID 274

Autores Zara Pinto-Coelho

Resumo: Este estudo analisa o discurso sobre mulheres e VIH/SIDA de estudantes universitários, mulheres e homens e o discurso dos media sobre o assunto. Quer compreender como é que as representações de género e de sexualidade se interceptam com as representações do VIH/Sida, e o papel dos media e da idade nesta modelação. É sabido que a desigualdade de género é uma barreira chave para a prevenção do VIH, e que ao mesmo tempo as construções dominantes de género e de sexualidade têm mantido as mulheres reprimidas na prevenção e no tratamento (e.g. Holland e Adkins, 1996; Kippax et al, 1990, 2002; Kitzinger et al, 1998, Kitzinger, 1995; Patton 1990; Roth & Hogan, 1998; Treichler, 1988) Infelizmente, tanto no espaço público, como no discurso feminista nacional, o VIH e Mulheres é um assunto silencioso e silenciado.

Os dados discutidos aqui resultam de entrevistas de foco (com 8 estudantes da Universidade do Minho da área das ciências sociais, da aplicação de questionários, e da análise do discurso (van Dijk, 2005) de textos publicados no jornal Público no decorrer do ano de 2007 e 2008. Defendemos que este tipo de análise é importante para a tarefa de desenvolver campanhas de prevenção do VIH/SIDA para heterossexuais, para compreender melhor as instuições mediáticas e o seus efeitos, e para remodelar o modo como a epidemia tem sido definida no espaço público e mesmo no quadro do feminismo nacional.

Relativamente ao discurso do Público sobre o assunto durante o período analisado, mostramos que o VIH/SIDA como uma doença que afecta as mulheres quase não merece nenhuma cobertura, que a abordagem médica e epidemiológica é a preferida para modelar o assunto, e que as mulheres são colocadas no papel de culpadas/vítimas. Quanto ao discurso dos entrevistados, argumentamos que os discurso dominantes da feminilidade e masculinidade usados pelos entrevistados estão em oposição à sua segurança sexual, mostramos que são críticos face ao discurso dos media e das instituições sobre o assunto.

O estudo insere-se no quadro de um projecto maior sobre mulheres e o espaço público que visa analisar a forma como imprensa escrita tem tratado as áreas da saúde sexual e reprodutiva, violência contra as mulheres e mulheres no poder e tomada de decisão. Estas três áreas, com efeito, foram alvo de discussão recente no espaço público nacional, tendo conduzido a legislação importante nos últimos anos. Por essa razão, são áreas que foram alvo de tratamento jornalístico e que deram alguma visibilidade mediática a alguns dos problemas que integram estas áreas, mantendo outros na sombra.

Título Género e adoecer feminino: olhares sobre o corpo, a saúde e a doença

ID 644

Autores Nadia Regina Barros Lima

Resumo: Com esse trabalho, buscamos tecer uma reflexão sobre o adoecer feminino a partir de um olhar de género. Tomando inicialmente a questão do adoecer sob o olhar bio-psíquico, à luz dos saberes médico e psicanalítico, que tomam, respectivamente, o corpo biológico e o corpo erógeno como seus objetos de análise, chegamos ao adoecer feminino. Este, à luz do olhar de género, é investigado partindo da construção subjetiva feminina, do corpo bio-político socialmente construído e das patologias ditas femininas, como “patologias de protesto”

Título O avesso da amamentação: representações, sentido e significado para mulheres soropositivas para os vírus HIV e HTLV

ID 1322

Autores Mirian Santos Paiva, Marizete Argolo Teixeira, Jeane Freitas de Oliveira, Enilda Rosendo do Nascimento

Resumo: A amamentação é um processo complexo, não instintivo, e que precisa ser aprendido, não depende somente das mulheres, mas do apoio recebido do companheiro, dos familiares e dos profissionais de saúde, no sentido de serem cuidadas sem que sintam culpadas pelo desmame. O amamentar não é um ato somente biológico, mas, permeado por questões culturais, econômicas, sociais e educacionais tornando-o um ato regulável pela sociedade. Nesse sentido, faz-se necessário pensar na amamentação pelo “avesso”, ou seja, deixar de vê-la como fonte de vida e saúde, compreendendo-a também, como fonte de doença e morte, podendo trazer conseqüências para a saúde da criança e para a saúde física e mental da mulher, que ao se ver diante da impossibilidade da amamentação, poderá desenvolver sentimentos que dificultam o enfrentamento de sua soropositividade. Com o advento da infecção pelos vírus HIV/aids e HTLV-I/II, promover, proteger e apoiar a amamentação passa a ter novo significado, no qual não se pode pensar somente na transmissão dos vírus da mãe para o filho, mas, sobretudo, nas mulheres, portadoras dessas infecções. Este estudo foi realizado com 144 mulheres soronegativas e soropositivas para os vírus HIV e HTLV, em Salvador-Brasil, à luz da teoria das representações sociais. Os resultados apontam que se faz necessário a construção-desconstrução-reconstrução de significados, não somente por parte das mulheres que não amamentaram, como também, por parte dos profissionais que incentivam esta

prática e cobram sua total adesão, para que as mulheres não se sintam culpabilizadas e “incompletas” em seu papel de mãe.

Título Vida conjugal, curso de vida e sexualidade

ID 1006

Autores Pedro Moura Ferreira

Resumo: Com base em dados de um inquérito nacional sobre comportamentos sexuais, o objectivo desta comunicação é de analisar a sexualidade conjugal entendida como um sistema de interacção que evolui ao longo do tempo. A sexualidade não pode ser restringida a um conjunto de pulsões ou de desejos instintivos, desligados da envolvente social. As interacções sexuais têm de ser entendidas a partir de um sistema de interacções mais vasto que envolvem as trajectórias de vida dos indivíduos. A vida de um casal conhece diversas etapas, e mesmo que a natureza transversal dos dados não permita verdadeiramente descrever trajectórias, proporciona uma caracterização das interacções sexuais em função dessas etapas e do seu funcionamento. Deste modo, pretendemos descrever a dinâmica sexual do casal em função de diferentes timings e constrangimentos do curso de vida. De entre os eventos da vida conjugal que poderão ter mais impacto sobre a dinâmica da vida sexual, a procriação e a longevidade da relação conjugal parecem incontornáveis. Parte importante da análise que desenvolvemos tem a ver com o papel que estas duas variáveis ocupam no funcionamento da vida sexual, dando relevância não apenas às práticas sexuais mas também às interpretações e descrições dos indivíduos sobre a vida sexual. Neste sentido, parece absolutamente necessário separar o ponto de vista masculino e o feminino na medida em que o ciclo de vida sexual do casal é influenciado pelas posições distintas que homens e mulheres mantêm em relação à vida conjugal e à sexualidade.

Mesa: Género, direito de família e religião - 6 de Fevereiro - 11h15 - 210

Moderador: Maria Aparecida Macedo Pascal

Título Homoparentalidade e discriminação: O caso Salgueiro na Justiça Portuguesa e no Tribunal Europeu de Direitos Humanos

ID 565

Autores Cecilia MacDowell Santos, Teresa Maneca, Madalena Duarte, Ana Cristina Santos

Resumo: Esta comunicação examina o direito homoparental à luz do caso Salgueiro da Silva Mouta, iniciado nos tribunais portugueses em 1991 e encaminhado ao Tribunal Europeu de Direitos Humanos (TEDH) em 1996. O caso ganhou grande repercussão nos meios de comunicação social em Portugal e ilustra a situação de discriminação por orientação sexual em matéria de direitos de família. Demonstra a posição contraditória dos tribunais nacionais relativamente aos direitos sexuais, mostrando, ainda, como o TEDH tem vindo a influenciar o direito de família nacional. O caso nacional diz respeito a um pedido de regulação do poder paternal. Em 1991, o requerente divorciou-se, passando a viver com um outro homem. Fez um acordo com a ex-mulher, que ficou com a guarda da filha menor, cabendo ao requerente o direito de visita. Todavia, este acordo não foi cumprido pela ex-mulher. Em 1992 o requerente solicitou nova regulação do poder paternal ao Tribunal de Família de Lisboa, o qual confiou a guarda da menor ao requerente. Em 1995, a menor foi raptada pela mãe e o Tribunal de Relação conferiu a guarda da menor à mãe. O requerente tentou ver a filha mas não conseguiu. Em 1996, o requerente apresentou queixa junto do TEDH, onde censurou o Tribunal de Relação por ter atribuído o exercício do poder paternal à mãe com base na sua orientação sexual. O TEDH considerou que existiu violação do art.8.º (respeito pela vida privada e familiar) e do art.14.º (diferença de tratamento/ discriminação), determinando indemnização por danos morais.

Título Paradigmas do direito de família e revelações da intimidade. Apontamentos sobre a legislação brasileira das famílias.

ID 667

Autores Cláudia Elisabeth Pozzi

Resumo: A representação jurídica do privado encontra-se tradicionalmente associada ao parentesco consanguíneo e ao casamento. Esse modelo normativo de família coaduna-se com uma forma de pensar o direito e tem sido objecto de críticas das ciências sociais em geral e das teorias feministas em particular, sem sofrer abruptas rupturas. Segmenta-se das práticas e vivências familiares. Impõe uma cognoscibilidade heteronormativa. Descaracteriza e exclui a heterogeneidade da intimidade afectiva. Torna invisíveis as questões de género. Viola o direito à autodeterminação na formação dos laços familiares. Reduz a complexidade das famílias e suas mutações num contexto mundializado. Impõe uma certa concepção exclusivista e positivista do direito à pluralidade normativa dos espaços domésticos. Não apreende específicas relações da intimidade e da subjectividade. Este trabalho propõe discutir os paradigmas do direito de família no que se refere ao campo legislativo, com desdobramentos em dois níveis. Primeiramente, no espaço das leis vigentes, a análise dos textos jurídicos da família frente às reflexões teóricas transdisciplinares, em especial, as que tratam da tensão entre a diversidade de arranjos familiares e a univocidade normativa. E, noutro plano, as linhas interpretativas da legislação no campo da aplicação do direito, sinalizando as orientações jurisprudenciais sobre o privado. Em segunda análise, serão apresentados os actuais debates sobre a produção de novas leis da família, nomeadamente os que circundam as uniões entre pessoas do mesmo sexo e o denominado Estatuto da Família. Tal abordagem permitirá visualizar as confrontações da família na legislação brasileira contemporânea com as práticas e vivências, contextualizadas em suas dimensões multidisciplinares.

Título Diferenciação de género - a marca das regras Carismáticas

ID 1012

Autores Luciane Cristina de Oliveira

Resumo: A marca social da modernidade é a exacerbação do hedonismo. Há exemplos constantes da fluidez nos relacionamentos, não há mais a segurança tão almejada, há sempre uma nuvem de incerteza que paira sobre a cabeça

das pessoas. Avesa a estas dúvidas, surge um movimento religioso que tem como objetivo pregar as certezas, mesmo que de forma subjetiva, a Renovação Carismática Católica. O movimento priva seus seguidores dos prazeres mundanos, consequentemente, estarão mais aptos a alcançarem a salvação, é uma relação de troca, o que torna o caminho simbolicamente mais palpável. As normas carismáticas propostas visam à ruptura da mácula do pecado e a dedicação aos desígnios de divinos através de um cuidado maior com a sexualidade. Resta-nos ressaltar que a inserção do pecado no mundo é feita pela ação de uma mulher, o que as torna mais propensa à perdição, por isso, devem ser mais controladas. A elas nada é justificável e perdoável. Na união do casal deve existir a consciência que o sexo só é aceito com a função de procriar, assim, formar uma família completa, pois como está escrito no livro do Gênesis, Deus os criou o homem e a mulher e disse: 'Frutificai, disse ele, e multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a.' (Gn 1,28). Os pais devem cuidar do fruto da união deles, e proliferar o discurso entre seus filhos da salvação, assim tornam-se responsáveis pelo cuidado da vida afetiva da prole, para mantê-los distantes do caminho da perdição, tão oferecido pela sociedade.

Título Género, processos de ruptura conjugal e poder paternal

ID 1044

Autores Manuel Carlos Silva, Ana Margarida Jorge, Helena Machado, Aleksandra Queiroz,

Resumo: A comunicação que se pretende apresentar tem por base alguns resultados preliminares do projecto "(Des)igualdades de género no trabalho e na vida privada: das leis às práticas sociais" (PTDC/SEDE/72257/2006) bem como do projecto de doutoramento de uma das autoras desta comunicação intitulado "Desigualdades de género: processos de ruptura conjugal e subsequente tutela das crianças" (SFRH/BD/41950/2007).

Este projecto parte da hipótese global de que as formas de desigualdade e dominação de género, embora tributárias de mecanismos macro-económicos e institucionais, reproduzem-se também a nível micro (família, empresa, instituições públicas e privadas), implicando uns e outras diversas variáveis, designadamente a presença/ausência de determinado grau de poder de disposição (empowerment) sobre recursos e recompensas por parte dos actores sociais.

Imbricando os conceitos de classe e género, numa combinação crítica das perspectivas (neo)marxista, weberiana, foucaultiana e interaccionista-simbólica mas tendo como pano teórico de fundo uma abordagem feminista pluridimensional, cruzam-se metodologias de ordem quantitativa e qualitativa no sentido de produzir novos conhecimentos empíricos e teórico-analíticos relativamente à administração da justiça nos processos de divórcio e regulação do poder paternal. Atendendo às tensões e estratégias que envolvem tais processos, esta comunicação incide na análise de estatísticas oficiais e sentenças judiciais recolhidas em Tribunais de Família e Menores em concelhos do distrito de Braga.

Título Os jovens sem religião, entre os ventos secularizantes e o espírito do tempo

ID 1153

Autores Regina Celia Reyes Novaes

Resumo: Resultados de pesquisas quantitativas e qualitativas motivam novas reflexões sobre a religiosidade dos jovens brasileiros. Há evidências que apontam para a diminuição da transmissão geracional do catolismo e para as conversões de jovens às denominações evangélicas pentecostais. Por outro lado, crescem os jovens que se definem como "sem religião", mas que não se confundem com os que se definem como ateus ou agnósticos. "Sem religião", no contexto desta geração, não significa necessariamente ser atingido por processos ou ventos secularizantes. Isto é, não significa necessariamente negar a existência de Deus ou simplesmente se abster nesta matéria. Pode significar apenas negar a existência vínculos institucionais. Um jovem pode dizer, "sou religioso, mas não tenho religião"; "tenho fé, mas não tenho Igreja"; "sou espiritualizado à minha maneira". Neste cenário, há espaço para para sincretismos, bricolages, sínteses pessoais. Ou seja, para o "espírito do tempo", bastante afeito aos hidridismos culturais. A globalização e as novas tecnologias de informação também incidem sobre o campo religioso fazendo mais ampla e variada oferta de bens e símbolos religiosos. Por outro lado, quando os jovens de hoje ampliam seu campo de escolha religiosa, eles também experimentam novos pertencimentos institucionais e fazem aumentar o número das famílias pluri-religiosas. Novas convivências religiosas na vida privada e no espaço público estão a exigir novas abordagens que dêem conta das relações entre as religiões e as sociedades de hoje. De certa forma, para compreender a experiência religiosa desta geração é preciso revisitar conceitos e relativizar pares de oposição consagrados na sociologia da religião.

Mesa: Mulheres e violência domésticas - 6 de Fevereiro - 11h15 - 211

Moderador: Cecilia Sardenberg

Título Privilégios e Direitos: Territórios sem Fronteira na Violência Doméstica?

ID 98

Autores Dália Costa

Resumo: O paradigma de intervenção na problemática da violência doméstica está em mudança em função da mudança de paradigma da interpretação do fenómeno numa moldura de género e dos Direitos Humanos. A finalidade é a promoção e a prática efectiva de direitos fundamentais, colocando a questão do exercício de práticas que não só traduzem direitos como são, elas próprias, potenciadoras de um alargamento e aprofundamento dos mesmos. No que diz respeito à mudança de paradigma na intervenção em situações de violência doméstica, de um processo focado no sujeito e orientado por um modelo clínico e uma abordagem terapêutica, para um paradigma de intervenção em rede, as repercussões reflectem-se numa maior participação e a dois níveis: a nível do sistema interventor, por via da interacção com outros actores sociais; e no sistema cliente, que, para além de lhe ser dada 'voz' é ouvidos, sendo o seu ponto de vista (sobre as necessidades, as percepções, as expectativas) integrado nas decisões que lhe dizem directamente respeito e que afectam a sua vida. As redes são novos mecanismos de opinião (formação e partilha), de participação política, e de construção de conhecimentos e inovação.

A hipótese da associação entre mudança de paradigmas (de interpretação e de intervenção) é testada em diferentes modelos de resposta a mulheres vítimas de violência doméstica, assentes em estruturas em rede (N=4 correspondendo ao

universo de casos existentes em Portugal Continental em Abril de 2008). Na comunicação ao congresso apresentam-se os resultados deste estudo empírico.

Título Violência Psicológica contra a Mulher: Dor Invisível

ID 723

Autores Tânia Rocha Andrade Cunha

Resumo: A violência psicológica é toda ação ou omissão destinada a produzir sofrimento moral a outra pessoa. Essa forma de violência causa danos irreparáveis na vida de uma mulher, pois ocorre lentamente, e é de difícil reconhecimento, na medida em que não deixa marcas visíveis no corpo da vítima. Além de não deixar marcas aparentes, é tão sutil que pouco a pouco vai destruindo o bem-estar e a auto-estima da mulher, criando um estado de confusão e incapacidade de reação e produzindo nela, sentimentos de ansiedade, insegurança, frustração, medo, humilhação etc. Apesar desse sofrimento, é difícil acreditar que a mulher vitimizada faça algo para deter o abuso psicológico, que, desafortunadamente, as próprias mulheres que o sofrem, permanecem nessa situação porque acreditam que a violência emocional não é suficientemente séria ou daninha a ponto de necessitar de uma denúncia ou intervenção na relação. A violência psicológica pode ainda despertar na vítima o sentimento de culpa, pois uma mulher que ama o companheiro, quase sempre não o identifica como uma pessoa capaz de arquitetar ou praticar atos violentos que possam prejudicá-la. Assim, tendo como pano de fundo, leituras sobre gênero/violência e os relatos de mulheres que sofrem violência na relação conjugal, este artigo pretende apontar as conseqüências da violência psicológica na vida das mulheres, bem como suscitar reflexões que nos faça compreender as razões que dificultam às mulheres, romper os laços com os seus agressores.

Título A imbricação entre a violência física contra a mulher e a posição que ocupa na organização familiar

ID 792

Autores Joseneide Santos, Hilderline Oliveira, Eduardo Cruz, Carlos Eduardo Araújo

Resumo: Esta pesquisa teve por objetivo investigar a imbricação entre a posição que a mulher ocupa na organização familiar em relação à violência física que sofre de seu companheiro. Na coleta de dados, utilizou-se de observações diretas, entrevistas abertas e formulários junto às mulheres que deram queixa policial na Delegacia Especializada de Defesa da Mulher em Natal-RN. Os dados da pesquisa revelaram que é ainda bastante expressiva a violência física contra a mulher, apesar do esforço e a cobertura empreendida sob a forma da lei que vem sendo implementada nas últimas décadas no contexto brasileiro. No tocante aos nexos relacionais da imbricação entre a violência física contra a mulher com a sua posição na organização familiar destacaram-se as discussões sobre o direito à liberdade, autonomia e ao reconhecimento da participação da mulher na esfera familiar. Esses aspectos relacionados a partir da análise dos discursos das mulheres entrevistadas são os elementos conflituosos que aparecem camuflados na desculpa socialmente aceita de que a dependência química, a falta de emprego do companheiro, a condição econômica da mulher são os maiores causadores da violência, o que concorre para fragilidade das análises sobre a violência física contra a mulher.

Título Violência sexual contra as mulheres

ID 1398

Autores Joana Patrício

Resumo: Em vários estudos realizados pelo Socinova/CesNova sobre a violência contra as mulheres, constata-se uma reduzida incidência da violência sexual em relação a outros tipos de violência.

A comunicação tem como objectivo reflectir sobre a violência sexual e as especificidades que a diferenciam de outros tipos de violência, como a violência física ou a violência psicológica.

Com base nos resultados do Inquérito Nacional sobre Violência de Género, promovido pela CIG (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género) e desenvolvido pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, através do SociNova/CesNova, pretende-se apresentar os contextos e as dinâmicas socioculturais subjacentes à violência sexual contra as mulheres.

Título Elementos que interferem no processo de enfrentamento da violência conjugal

ID 1422

Autores Nadirleone Pereira Gomes, Normélia Maria Freire Diniz

Resumo: A violência doméstica contra a mulher por seu caráter multifacetado, sua complexidade e grande magnitude é um fenômeno que traz repercussões de saúde, social, política e econômica. Assim, incorpora-se como objeto de Saúde Pública se revelando, nacional e internacionalmente, enquanto uma problemática social e de saúde pública, que não respeita fronteira de classe social, raça/etnia, religião, gênero, idade e grau de escolaridade e que implica em perdas para o bem-estar, a segurança da comunidade e os direitos humanos. Pesquisa exploratória com abordagem qualitativa que objetivou identificar elementos que interferem no processo de enfrentamento da violência conjugal. O projeto respeitou os aspectos éticos baseados na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde e foi submetido a um Comitê de Ética em Pesquisa para apreciação. Após aprovação, realizou-se entrevista com 11 mulheres residentes num bairro periférico em Salvador, Bahia, Brasil. O estudo mostrou que o processo de emponderamento da mulher para saída da relação de violência perpassa pela percepção da vivência de violência; pela compreensão da construção da desigualdade de gênero; pela capacidade de resolução de conflitos por meios pacíficos; pela qualidade da rede afetiva de apoio social; pela capacidade de resolutividade da rede institucional e da articulação das políticas públicas com as entidades de atendimento. Considera-se a integração entre a interdisciplinaridade e a intersetorialidade condição elementar para o processo de transformação sócio-educacional a fim de garantir às mulheres meios que lhes permitam uma vida livre de violência.

Mesa: Mulheres: histórias, discursos e blogs - 6 de Fevereiro - 14h30 - 213

Moderador: Maria Juracy Filgueiras Toneli

Título Os discursos que construíram as mulheres brasileiras, africanas e portuguesas

ID 408

Autores Ana Maria Colling

Resumo: A desigualdade entre homens e mulheres é uma marca cultural que aparece em todo o ocidente. As questões de gênero que são relacionais e plurais, tem se constituído em objeto de estudos e pesquisas em todas as academias. A violência contra a mulher, radical desigualdade entre os sexos manifesta-se como chaga mundial e caso de saúde pública. O que faz com que mulheres brasileiras, portuguesas e africanas, apesar da distância geográfica, sofram da mesma maneira o signo da desqualificação em todos os segmentos? O que faz com que, apesar das normativas legais e ações públicas, as diferenças transformadas em desigualdades insistam em permanecer? O que faz com que mulheres e homens constintam nas representações de gênero historicamente constituídas?

Os discursos que nomearam os gêneros de Aristóteles a Freud inculcaram profundamente na cultura ocidental a preponderância do masculino e a subordinação do feminino. Abrir os discursos, mostrar como e quando foram arquitetados, desconstruí-los, tem sido uma tarefa árdua e difícil. Trabalhar com a história das mulheres exige que nós a entendamos como uma invenção política, social, cultural. Se as mulheres, e também os homens, são simplesmente um efeito de práticas discursivas e não discursivas, como nos ensina Michel Foucault, reconhecer os discursos e as práticas que nomearam as mulheres, o lugar social, as tarefas, as atribuições, e também a subjetividade feminina é tarefa primeira para a democratização e a igualização nas relações entre os gêneros.

Título As mulheres e a vivência pós-cárcere

ID 467

Autores Elaine Cristina Pimentel Costa

Resumo: O pós-cárcere é certamente um dos maiores problemas da estrutura de justiça penal brasileira, sobretudo porque há um forte contraste entre o que é estabelecido pela legislação – ressocialização do condenado – e a realidade vivenciada pelos egressos da prisão. Para as mulheres, a condenação penal e a experiência na prisão representam uma ruptura com a aura de sacralidade que marca o lugar e os papéis femininos, acarretando, então, uma violação da expectativa de comportamento desses sujeitos. Além disso, a própria vivência no cárcere desencadeia processos de deterioração da identidade que têm importantes implicações nas vidas das mulheres, de modo que, ao alcançarem a liberdade, as egressas do cárcere deparam-se com o desafio de refazerem seus vínculos familiares, afetivos e sociais, rompidos pela segregação. O propósito deste texto é demonstrar, através de dados quantitativos e qualitativos, que mulheres condenadas pelo cometimento de um crime vivenciam, ao longo do cumprimento da pena privativa de liberdade, experiências de deterioração da identidade e mutilação do self, acentuadas pela condição feminina, de tal forma que, quando egressas do cárcere, buscam construir novos vínculos afetivos e familiares, diante da fragmentação desses laços pela segregação e procuram alternativas inadequadas de sobrevivência e reinserção social, a exemplo do trabalho informal, da prostituição e do retorno ao crime, que as inserem em uma situação de marginalidade incompatível com a idéia de ressocialização presente na legislação brasileira. O texto apresenta os resultados parciais da nossa pesquisa de Doutorado em Sociologia.

Título A arte da amizade na cultura digital: blogs femininos e feministas

ID 469

Autores Marilda Ionta

Resumo: Esta comunicação aborda as práticas de amizade e a pedagogia relacional que acompanham os blogs escritos por mulheres. Os blogs entendidos como texto e como espaço específico de interação, oriundo da cultura digital, estão deslocando as fronteiras entre o público e o privado, interioridade e exterioridade e transformando nossa experiência de intimidade. Por essa razão, realizo algumas reflexões sobre como essas mudanças na maneira de vivenciar a privacidade, a intimidade e a interioridade estão modificando as práticas de amizade constituídas na modernidade ocidental. O projeto moderno que levou vários séculos para se efetivar teve como consequência a simplificação das diversas formas de sociabilidade, pois valorizou a sociabilidade familiar e a esfera do privado, seu contraponto foi o declínio da ressonância política da amizade na sociedade, que na antiguidade clássica era considerada virtude cardinal e modalidade ideal de relação com o outro. Além disso, a modernidade afirmou políticas de amizades centradas na igualdade, semelhança e proximidade. Como apontou Jacques Derrida, reafirmou-se discursos de amizade prenhe de significação política que alimentaram políticas falocentricas, nacionalistas, populistas e xenóforas. A emergência do ciberespaço e as diversas formas de intersubjetividade nele tecida tem modificado nossas práticas de amizade?

Título Viver do Barro: Trajetória de famílias oleiras no recôncavo sul baiano (1960 – 1997)

ID 591

Autores Virginia Queiroz Barreto

Resumo: Este estudo pretende analisar a trajetória de vida de famílias oleiras que vivem em Maragogipinho, povoado oleiro, localizado às margens do Rio Doce, braço do Jaguaripe, no Recôncavo sul baiano. A vida em Maragogipinho, diferentemente de outras áreas do interior da Bahia, descortina formas de relações de trabalho familiar, mantendo viva uma tradição revestida de características próprias de uma formação cultural pautada na vivência e experiência com o barro. Através das memórias dos sujeitos entrevistados, durante o trabalho de campo, pôde-se apreender vivências e experiências de homens e mulheres que dedicaram toda a sua vida ao trabalho oleiro. Buscarei também, explorar como a presença feminina se impõe nesse mundo do barro, sua lida com o trabalho na produção da cerâmica, bem como a busca por alternativas de sobrevivência nas matas e mangues que circulam o povoado. Partindo da documentação oral busca-se apreender os modos de viver desses sujeitos que travam cotidianamente lutas no sentido de preservar seus costumes, valores e tradições.

Título Tempos de Mudança, Vidas em Mutação: O Empoderamento de Mulheres na Bahia Através das Gerações

ID 1307

Autores Cecilia Sardenberg, Carolina Santana, Fernanda Capibaribe

Resumo: Este trabalho volta-se para a análise de mudanças nas vidas de mulheres baianas através das gerações, e em que medida e de que forma tais mudanças têm contribuído para processos de empoderamento feminino. Baseia-se, para tanto, em pesquisa sendo realizada com 400 mulheres residentes no Subúrbio de Plataforma (Salvador), valendo-se de diferentes estratégias metodológicas e analíticas para melhor compreender, empírica e conceitualmente, como mudanças positivas acontecem nas vidas das mulheres, como tais mudanças podem ser melhor mensuradas e o que se pode apreender de tais processos, no tocante ao empoderamento das mulheres. Entendemos por “empoderamento” o processo da conquista de maior autonomia por parte das mulheres, um processo que tem aspectos tanto coletivos como individuais (Sardenberg, 2006). Mas concordamos com Kabeer (1999) em que empoderamento implica na expansão dos limites de se fazer escolhas estratégicas, num contexto no qual isso era antes impossível/proibido/negado. Seguindo Kabeer (1999) consideramos para investigação e análise três dimensões distintas, embora interrelacionadas: recursos (pré-condições existentes), agenciamento (o processo de agir dentro dessas possibilidades), e resultados (as realizações). Procuramos, assim, desvendar, de que forma e em que medida, mulheres baianas de diferentes gerações, grupos de cor e classes sociais têm se valido dos recursos e condições de que dispõem para fazer escolhas estratégicas, e em que medida elas próprias identificam processos de “expansão dos limites de se fazer escolhas” em suas vidas no que se refere a: a) oportunidades educacionais; b) inserção no mercado de trabalho; c) participação política; d) relações familiares e; e) exercício da sexualidade.

Mesa: Representação Política de Género e Leituras Feministas - 6 de Fevereiro - 16h15 - 307

Moderador: Giana Amaral Yamin

Título A importância da ampliação de discussões referentes à violência masculina após um ano de Lei Maria da Penha no Brasil.

ID 154

Autores Maria Juracy Filgueiras Toneli, Simone Becker

Resumo: No contexto latino-americano os trabalhos de investigação e de intervenção no campo das violências de género têm se mostrado cada vez mais expressivos. Do ponto de vista da compreensão do fenómeno é possível identificar mudanças conceituais importantes, em geral sustentadas pela busca da superação da lógica binária que separa em pólos inconciliáveis agressores e vítimas. A despeito do maior entendimento dos aspectos envolvidos nas situações de violência, o atendimento tem se centralizado nas vítimas e suas famílias, o que tem se mostrado insuficiente no sentido da diminuição ou mesmo extinção dos episódios. Em agosto de 2006 foi sancionada, no Brasil, a lei 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei da Maria da Penha. Esta lei altera o Código Penal Brasileiro triplicando a pena para agressões domésticas contra mulheres e aumentando os mecanismos de proteção às vítimas. Possibilita que agressores sejam presos em flagrante e extingue penas alternativas. Medidas preventivas para proteger a mulher em situação de agressão também estão previstas como: a saída do agressor da casa, a proteção dos filhos e o direito da mulher de reaver bens e também de cancelar procurações feitas no nome do agressor. Um outro avanço é que a violência psicológica passa a ser considerada juridicamente como violência doméstica. No entanto, torna-se necessário monitorar conceitual e empiricamente sua implantação. A crítica feminista é imprescindível aqui e pode contribuir para o avanço da discussão de políticas públicas voltadas para o enfrentamento da violência contra a mulher em todos os seus aspectos.

Título Envelhecimento e Masculinidades

ID 155

Autores Oscar Ribeiro

Resumo: Esta comunicação integra uma reflexão acerca das questões associadas à construção social da masculinidade no envelhecimento e acerca do modo como o signo homem é mobilizado para afirmações identitárias naquela etapa de vida. Fazendo-se uma abordagem dos discursos contemporâneos sobre o envelhecer no masculino e do modo como vários desafios e acontecimentos de vida têm sido perspectivados nos Estudos de Género e na Gerontologia, são discutidos argumentos que contestam a pretensa desgenderização da população idosa que decorre tendencialmente de processos ageist de homogeneização dos mais velhos. Com base em dados de um projecto de investigação conduzido com homens idosos prestadores informais de cuidados em contexto familiar, é destacado o modo como se processa o exercício das suas masculinidades numa tarefa tradicionalmente associada à mulher e ao género feminino.

Título Las leyes de cuotas en América Latina

ID 1019

Autores Néida Archenti, Maria Inês Tula

Resumo: En este trabajo se observa que la aplicación de cuotas de género en las listas de candidatos para el poder legislativo tuvo impactos positivos significativos en América Latina, donde hoy once países cuentan con esta legislación. Sin embargo, su introducción tuvo efectos diversos en los países que la adoptaron. Estas diferencias en los resultados pueden atribuirse fundamentalmente a la heterogeneidad de los contextos -culturales, institucionales y normativos- y a las posiciones disímiles que prevalecieron en cada país durante la puesta en marcha de estas medidas. En este marco, el trabajo se propone plantear dos tópicos. Por un lado, la necesidad de reconocer cuáles son los factores que condicionaron en el pasado – y continúan limitando en la actualidad- el éxito de las cuotas en tanto medidas correctivas de la inequidad de género y, por otro lado, la de señalar ciertas cuestiones metodológicas observadas en algunos trabajos comparativos sobre las cuotas que pueden afectar tanto las mediciones que se efectúan en las investigaciones como sus conclusiones.

Título Poder e representação política de mulheres brasileiras - as cotas legislativas entre instituições e cultura

ID 1138

Autores Clara Araújo

Resumo: O trabalho apresenta os resultados da pesquisa sobre o impacto das cotas eleitorais sobre as mulheres brasileiras ao poder, sobretudo o legislativo. Durante dois anos foi feita uma investigação empírica de abrangência nacional, procurando avaliar a experiência dos 12 anos da Lei de Cotas no Brasil, comparando-a com a experiência na Argentina. Foram entrevistados diversos atores do campo político brasileiro e argentino, coletados materiais de campanhas e de Programas partidários e coletados dados estatísticos de modo a compor uma série histórica.

Os resultados quantitativos indicam a pequena eficácia das cotas. Os resultados qualitativos apontam para uma diversidade de fatores associados à cultura política, ao sistema eleitoral e às condições estruturais adversas que as brasileiras enfrentam em termos sócio-econômicos. Após apresentar algumas evidências, o trabalho problematiza dois aspectos: a necessidade de articular de forma mais consistente as abordagens sobre discriminações de gênero e instituições políticas e as características que as construções de carreiras e o associativismo e a participação política têm adquirido no país na última década. Por fim, questiona a abordagem centrada apenas na perspectiva “intra-gênero” e aponta para a importância de incorporar o debate sobre instituições políticas e associativismo nos estudos sobre mulheres e poder representativo.

Título Para Além do "Teto de Vidro": As Representações do “Ideal” de Mulher Executiva no Brasil

ID 1078

Autores Silvana Andrade

Resumo: De acordo com as estatísticas oficiais do Ministério do Trabalho e Renda (RAIS), em 2004, cerca de 31% dos 19.167 cargos de diretores de empresas no Brasil eram ocupados por mulheres. No campo acadêmico de ciências sociais no país, tal reflexo ainda não é expressivo, considerando que são poucos os estudos sobre esse grupo de mulheres. Grande parte da produção científica, até o presente momento no país, concentra-se no grupo que conseguiu a inserção no mercado formal em cargos não-executivos, com contratos de trabalho precários, ou que ainda permanecem na informalidade. Em contrapartida, o mercado editorial brasileiro já dá indícios do crescimento da participação feminina nesses cargos de prestígio. Em junho de 2004, foi lançada no Brasil, a revista *Vida Executiva*, com o slogan: “para as mulheres que buscam o sucesso com equilíbrio.” Com publicação mensal, o periódico foi direcionado para as mulheres que ocupam cargos executivos e abordou questões relativas às estratégias de carreira, à conciliação família e trabalho e os conceitos do mundo empresarial. Considerando a hipótese de que essas trabalhadoras fazem parte de uma representação recente da mulher no mercado de trabalho brasileiro, este estudo tem como objetivo investigar as representações dessas trabalhadoras nas sete primeiras publicações da revista *Vida Executiva*, ou seja, de junho a dezembro de 2004 e que essa análise poderá auxiliar na investigação da formação de um “ethos”, de um “estilo de vida” e principalmente de um “habitus” próprio de um campo com freqüentes disputas e tensões.

Título Homens e Mulheres: Identidade Militar

ID 1125

Autores Emilia Takahashi

Resumo: Os estudos sobre gênero, em sua maioria, são provocadores de temas bastante importantes, especialmente no que se refere à reflexão que a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho gera. Discute-se, por exemplo, a noção de construção dos sexos (Laqueur, T., 1994); questões de política e poder (Butler, J., 1990; Haraway, D., 1994 e Scott, J., 1994), pesquisa científica (Behar, R. 1993 e Golde, P. 1986) dentre outros. Durante a década de 70, as forças armadas de vários países do mundo começaram a admitir mulheres em suas fileiras e elas passaram a receber uma formação idêntica a dos homens. Ao analisar as conseqüências da participação feminina nos exércitos, Carreiras (1997), aponta para algumas razões que fizeram com que as instituições militares portuguesas se abrissem como novo espaço de atuação para mulheres. No Brasil, apesar da extensa produção acadêmica sobre militares na área das ciências sociais, poucos são os trabalhos que tratam dos valores, crenças e atitudes que permeiam a caserna, e em menor número ainda, os estudos acerca da participação feminina neste espaço. D’Araújo (2000) analisou a percepção que as autoridades militares têm sobre a atuação das mulheres na caserna e observou que muitas das restrições impostas à essa atuação decorrem da idéia predominante de fragilidade e debilidade feminina que permeia o imaginário dos militares. Neste trabalho, apresentamos os resultados de um estudo pioneiro sobre o processo de formação da identidade militar de homens e mulheres numa academia das Forças Armadas do Brasil.

Mesa: Mulheres e crianças em contextos de ruralidade e de protecção ambiental - 6 de Fevereiro - 18h30 - 210

Moderador: Suely Creusa Cordeiro de Almeida

Título Vidas de crianças em espaços de reforma agrária

ID 206

Autores Giana Amaral Yamin

Resumo: A presente comunicação socializa os resultados de uma tese de doutorado que investigou as condições de vida de crianças assentadas no estado do Mato Grosso do Sul (Brasil). Os dados foram coletados em um assentamento rural, por meio da história oral e da observação participante, subsidiados na psicologia histórico-cultural. As análises revelam que a reforma agrária brasileira ao mesmo tempo em que abre a possibilidade para que as famílias melhorarem a vida dos seus filhos e filhas impede que tal sonho se concretize. As crianças residem em um espaço que sinaliza a possibilidade da sementeira do tempo presente, mas que, certamente, não comportará sua permanência depois de adultos, impulsionando-as ao êxodo rural. A terra conquistada, apesar de ser visualizada como a proteção que as afastará das atividades bóias-frias, não garante rendimento mensal para prover suas necessidades básicas, obrigando-as ao labor constante. Por tudo isso, o trabalho na terra deixa de se configurar como promotor da solidariedade familiar, impossibilitando-as de experimentar as atividades do brincar e do estudar, fundamentais para seu desenvolvimento. O estudo comprova que a fase da infância passada no campo - comumente idealizada como tranqüila, bucólica e segura- nem sempre oferece implicações positivas

às vidas das crianças com-terra. Mostra que suas condições de existência têm sido historicamente marcadas pela desigual divisão do solo fértil brasileiro e pela inexistência de políticas públicas para os pequenos agricultores. Finalmente, a investigação destaca as aprendizagens importantes conquistadas pelas crianças do campo, geralmente desvalorizadas pelos ambientes urbanos. Revela suas características próprias, que resultam em infinitas e importantes capacidades.

Título Patrilocalidade, matrifocalidade e adaptabilidade no mundo rural de Santiago de Cabo Verde

ID 622

Autores Carlos Ferreira Couto

Resumo: Ao longo desta comunicação os dados empíricos expostos pretenderão demonstrar a relação entre o enquadramento ecológico e a capacidade dos camponeses mobilizarem espaço de manobra para a reprodução social. Nesta relação é possível evidenciar implicações na estruturação social camponesa quanto ao padrão da residência (patrilocal) e da mobilidade geográfica do agregado familiar. A mobilidade residencial surge aqui como factor crucial na capacidade adaptativa e de auto-organização do agregado familiar e da fundação da localidade e mantém laços estruturais com a principal estratégia da subsistência familiar e que consiste em assegurar a alimentação. A “plasticidade” (mutabilidade e não necessariamente variedade) da residência, da família e da alimentação dos rurais santiaguenses constitui o elemento chave na capacidade que os agregados familiares mantêm, de modo a ajustar os limites da sua subsistência às condições produzidas pelo “entorno” ou ambiente. Neste sentido podemos falar de adaptabilidade quando o que está em questão é a capacidade de uma estruturação social responder às condições (constrangimentos) externas ou ambientais (auto)determinando-se. A matrifocalidade não surge como traço típico de um padrão cultural ou como um resíduo de um comportamento padronizado mas como capacidade de adaptabilização ou capacidade de produção de si mesmo ou o modo de manter alguma constância e estabilidade perante condições externas que suscitam distúrbios profundos. A matrifocalidade constitui o elemento compensatório que não necessariamente repara, mas que capacita a subsistência num contexto de recursos mínimos.

Título Mulheres da APA Cantareira – Identidade e Meio Ambiente, Região Bragantina – São Paulo - Brasil

ID 763

Autores Almerinda A B Fadini, Aurora Moraes Castro, João Luiz Hoefel, Cerise Rocha Jesus

Resumo: Mulheres, história de vida, memória e lugar. Neste momento de tantas transformações socioambientais, culturais e espaciais, buscar entender como essas dinâmicas interferem no modo de vida e nas identidades locais torna-se um grande desafio. Neste sentido este artigo busca apresentar algumas reflexões sobre o papel das mulheres, que vivem na Área de Proteção Ambiental (APA) do Sistema Cantareira, tanto na construção de novas realidades como nos processos de decisão desta região. A criação desta Unidade de Conservação e a construção do Sistema de Abastecimento de Água denominado Cantareira, vem interferindo rapidamente nas relações da população local com o seu território e cotidiano de vida, em especial no das mulheres. Isto se deve ao rápido fenômeno de urbanização, industrialização e turismo decorrentes da duplicação de importantes rodovias e dos novos usos do solo. A partir de entrevistas junto a representativas mulheres, que residem nos municípios inseridos na APA Cantareira e que viveram os processos de transformação regional vem-se buscando identificar e analisar os reflexos socioambientais da construção do Sistema Cantareira na identidade e no cotidiano de vida, na memória sobre seus lugares de vivência e na sua participação nos processos decisórios na APA do Sistema Cantareira, buscando deste modo estimular uma maior participação nos planos de ação, auxiliar na regulamentação desta unidade de conservação e subsidiar ações de educação ambiental.

Título Migração Laboral e Reconfiguração da Família no Sul de Moçambique

ID 1534

Autores Victor Agadjanian, Scott Yabiku

Resumo: A migração laboral do sul de Moçambique, um fenômeno de longa duração histórica e dum forte impacto socioeconómico, esta a passar por uma transformação fundamental que tem implicações importantes para o bem-estar das áreas de origem da migração. Nesta comunicação examina-se o impacto da migração masculina sobre o comportamento reprodutivo e as relações de género nas áreas rurais de origem. A análise basea-se nos dados dum inquérito representativo de 1680 mulheres em união matrimonial realizado em quatro distritos da província de Gaza no sul de Moçambique, bem como nas entrevistas a profundidade com 72 das inquiridas casadas com migrantes. Os resultados da análise estatística “event-history” mostram que a migração resulta numa baixa da fecundidade. Em relação às preferências reprodutivas futuras, essas estão condicionadas pelas expectativas dos benefícios económicos da migração. Quanto às relações de género, observa-se que a migração do marido afecta positivamente a autonomia da mulher. A comunicação oferece uma discussão destes resultados no quadro das profundas mudanças da sociedade rural moçambicana.

Mesa: Violência familiar contra mulheres e crianças - 6 de Fevereiro - 18h30 - 209

Moderador: Rita de Cássia Santos Freitas

Título Mulheres Brasileiras: Cotidiano História e Violência Doméstica

ID 142

Autores Maria Aparecida Macedo Pascal, Rosana Schwartz

Resumo: Neste trabalho de pesquisa discute-se a questão de género e a construção do masculino e do feminino, tendo em vista os interesses políticos e sociais de cada época. Para desvendar esta teia de relações que envolvem a categoria género, faz-se necessário desconstruir os estereótipos que caracterizam o feminino e que, ao longo da história, por diferentes razões, foram associando as mulheres aos insanos, desviantes e excluídos, todos considerados inferiores pelo saber e pelo poder. Recupera-se as trajetórias da mulher brasileira no século XX, direitos e conquistas políticas. Aborda-se também a violência sexual e doméstica e as formas de proteção instituídas.

Título A violência doméstica contra crianças e adolescentes e o trabalho com as famílias no Brasil

ID 1104

Autores Chris Giselle Pegas Pereira da Silva

Resumo: O Conselho Tutelar foi instituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal Brasileira nº 8069. Esse órgão é responsável pela aplicação de medidas protetivas em caso de ameaça ou violação dos direitos infanto-juvenis. Através da análise qualitativa do levantamento de dados referente aos atendimentos realizados em 2007, no Conselho Tutelar de Jacarepaguá e Barra da Tijuca no Rio de Janeiro, constata-se que ainda há muito que se avançar para efetivação desses direitos, principalmente no que se refere às políticas públicas nessa área. De acordo com o resultado do levantamento, a maior demanda atendida refere-se à violência doméstica perpetrada contra crianças e adolescentes e esse tipo de violência pode gerar conseqüências como mudanças de comportamento, evasão escolar, envolvimento com o tráfico entre outras. Essa realidade se insere em um contexto de violência intrafamiliar a nível nacional e internacional. Diante do exposto, esse artigo se propõe a sinalizar a importância das políticas públicas que têm como proposta realizar um trabalho efetivo com a família a fim de romper com o ciclo da violência doméstica. Dentro dessa perspectiva, é tematizado, inicialmente, um breve histórico do Estatuto da Criança e do Adolescente e a instituição do Conselho Tutelar no Brasil. Posteriormente, são apresentados os conceitos das diferentes formas de violência doméstica contra crianças e adolescentes abordados pela literatura. Para enfim, ressaltar a política pública nacional que visa à transformação da realidade da violência doméstica em busca da garantia efetiva dos direitos infanto-juvenis.

Título Os filhos de mulheres vítimas de violência doméstica

ID 1392

Autores Zélia Barroso

Resumo: Objectivo

Esta comunicação integra resultados de dois estudos que abordam os efeitos da violência doméstica nos filhos de mulheres maltratadas por parte dos seus parceiros. As crianças são as mais afectadas, directamente quando sofrem ou assistem a agressões entre os seus pais; indirectamente quando são socializados num ambiente afectivamente perturbado.

Método

O primeiro estudo assenta numa amostra de 300 crianças maltratadas, cujas mães, em metade dos casos também sofriam violência. O segundo resulta de uma pesquisa sobre mulheres vítimas de violência nas relações amorosas que apresentaram queixa do parceiro agressor. Quando questionadas se os seus filhos assistiam às agressões, 95,3% disseram que "sim" e 69,4% afirmaram que os filhos também sofriam agressões. Em ambos os estudos, o método utilizado para recolha de informação foi a consulta dos processos clínicos e relatórios sociais das vítimas.

Resultados

Os filhos de mulheres maltratadas têm maior probabilidade de sofrerem problemas de aprendizagem, emocionais e comportamentais tais como ansiedade, depressão, baixa auto-estima, desobediência, pesadelos e de sofrerem abusos físicos, sexuais ou emocionais.

Conclusão

Os resultados do estudo deverão contribuir para uma compreensão dos efeitos destrutivos que a violência doméstica pode ter na vida das crianças. Estas aprendem com os pais grande parte das formas de relação com os outros, de como viver em sociedade. Se aprendem que o outro é inferior e não merece respeito, que a violência é a única maneira de resolver conflitos ou conseguir objectivos, provavelmente, só saberão agir de forma violenta ou, por outro lado, poderão nunca deixar de ser maltratadas.

Globalização e Alteroglobalização

Mesa: Caminhos da Alteroglobalização - 5 de Fevereiro - 11h15 - 308

Moderador: Giovanna Araújo

Título Integração física e energética na América do Sul

ID 113

Autores Nilson Araújo de Souza, Larissa Araújo Rodrigues, Guilherme Grinsbergs Siepierski

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar o significado da integração física e energética em curso na América do Sul para o desenvolvimento da região. Parte-se da compreensão de que, contrapondo-se à globalização, o fenómeno preponderante nas relações económicas internacionais na actualidade é o processo de regionalização, isto é, a formação de blocos económicos por meio da integração económica regional.

Já se formaram ou estão sendo formados blocos regionais em todos os continentes. Na América do Sul, os governantes dos doze países firmaram acordo, em maio de 2008, em Brasília, com o objetivo de conformar um único bloco económico no conjunto da região: a União das Nações Sul-Americanas (Unasul).

No debate que se trava entre os representantes dos vários países que estão participando desse processo integracionista, a questão central é a seguinte: predominarão as relações de comércio ou a integração produtiva? Ou seja, será implementada a agenda proposta pela CEPAL nos anos de 1950, que priorizava a integração produtiva e a união aduaneira, ou a que a entidade propôs nos anos de 1990, designada de regionalismo aberto, que abre mão da união aduaneira?

Neste trabalho, constata-se que, apesar de haver prevalecido nos processos de implementação do Mercosul e da Comunidade Andina de Nações as relações de comércio, vem-se praticando também a união aduaneira e a integração produtiva, sobretudo por meio da integração físico-energética. Além disso, nos debates recentes e no acordo para a formação da Unasul, predominou a ideia de formação de um mercado comum com base na integração produtiva.

Título Políticas públicas brasileiras concernentes aos direitos socioambientais e à protecção do património natural

ID 1589

Autores Marcio Henrique Pereira

Resumo: Pretende-se, nesta abordagem, analisar o vínculo entre sistema jurídico e políticas públicas socioambientais. Entendemos que um direito estatal, permeado pela mundivisão hegemônica ocidental, não compreende as diferenças culturais dos povos autóctones, das populações locais e tradicionais, e nem oferece garantias suficientes ou satisfatórias aos conhecimentos tradicionais e ao património natural. Por outro lado, a dialética social revela o gigantesco desafio em reverter o processo atual de desenvolvimento capitalista em direção às comunidades tradicionais. A despeito de uma legislação ambiental avançada, o Brasil ainda não logrou sucesso generalizado no âmbito das políticas ambientais. Exemplo disso é o avanço da construção de barragens para os fins de produção de energia, com enormes desafios socioambientais, entre os quais se destacam o desmatamento, a perda significativa da biodiversidade e os deslocamentos populacionais. O direito estatal, como fonte exclusiva de produção jurídica, por conta das intrincadas relações entre os grupos hegemônicos (poderes estatais e elites econômicas e sociais) não apresenta e nem apresentar elementos de uma construção social alternativa que compreenda as urgentes demandas sociais hodiernas. Novos atores sociais (movimentos sociais, ONGs, universidades, ministério público, confissões religiosas, entre outros) interagem em enredamentos a fim de pressionarem e obterem transformações qualitativas no âmbito da política socioambiental. A discussão da conjuntura sócio-política internacional e sua repercussão no âmbito socioambiental é imprescindível. O que assume contornos urgentes ante a destruição planetária e a emergência da fome, precariedade social e desemprego explicitam índices alarmantes.

Título Desafios à Construção de um Projeto Democrático de Sociedade: Entre a Retórica e a Prática

ID 532

Autores Rosinha Carrion, Pedro Costa

Resumo: O uso de termos comuns por adeptos da proposta neoliberal, e representantes da corrente contra-hegemônica, sem que sejam problematizados os projetos políticos que lhes são subjacentes, e que se encontram em disputa no cenário da globalização, dificulta o avanço do projeto democrático. O presente artigo, resultado de pesquisa empírica, realizada com o objetivo de apreender o sentido do projeto “Governança Solidária Local”, idealizado pelo governo municipal de Porto Alegre (Brasil), para promover o “desenvolvimento” e a “inclusão social” em bolsões de pobreza na zona urbana daquela cidade, analisa como a disputa pelo controle do sentido do discurso entre, de um lado, representantes do poder público responsáveis pela implementação do referido programa e, de outro, lideranças de movimentos sociais que já atuavam no território, está dificultando o avanço do projeto democrático que todos, retoricamente, defendem. O artigo evidencia, assim, que o avanço do projeto democrático e a construção da cidadania está a exigir, que as lideranças contra-hegemônicas - sem abandonarem a embate pelo controle do sentido simbólico do discurso, inerente à toda disputa política – centrem sua atenção na análise dos problemas que afligem a população, e nas conseqüências práticas dos projetos políticos, subjacentes à retórica dos governantes. Ao lançar luz sobre a necessidade de centrar a atenção na análise das conseqüências práticas de ações governamentais, evitando a focalização excessiva na disputa pelo controle simbólico do discurso, o artigo contribui para a superação de um dos limites que se interpõem à construção de sociedades democráticas

Título Movimentos sociais na modernidade

ID 1275

Autores Aline Ferreira, Viviane Lopes, Alessandra Franco, Graziella Rocha, Lúbia Badarão

Resumo: O presente artigo busca discutir a questão da modernidade e sistematizar as transformações das subjectividades ocorridas nesse período, visando compreender as mudanças ocorridas nas organizações societárias e favorecer uma reflexão acerca do surgimento das identidades coletivas e dos movimentos sociais.

Título Cooperativismo e blocos econômicos na globalização

ID 1467

Autores Ana Cristina Brito Arcoverde

Creusa da Silva Melo

Leonidas Leal da Silva

Resumo: Este trabalho objetiva refletir a inserção do cooperativismo solidário num contexto de Globalização. A crise do capitalismo mundial vem provocando dentre outros impactos: reestruturação dos estados nacionais e formação de blocos econômicos para atender seus interesses. Cabe ao cooperativismo buscar fortalecer suas bases procurando adaptação como sugere Monteagudo (2001), formar um mercado econômico cooperativo. Tomando como referência, perspectivas e autores que tratam da temática. O consenso é difícil quanto ao entendimento da gênese da globalização e sua dinâmica. Ianni (1996) serve de base para iniciar uma análise deste fenômeno, que em sua perspectiva, reflete, mundialmente, a lógica capitalista: “um todo complexo, desigual, contraditório e dinâmico, totalidade aberta ou propriamente histórica, mas irreversível”. Blocos econômicos surgem nesta dinâmica com caráter político, mas opcional para os Estados quanto à decisão de se engajar em determinado acordo econômico. O Cooperativismo pensado nos princípios solidários; da autogestão, encontra-se no dilema: confronta-se com a globalização, se propondo alternativo ao capitalismo, mas necessita sobreviver com autonomia à construção dos blocos econômicos que têm como características primordiais: fortalecimento do processo de acumulação e extração da mais-valia. Refletir sobre a formação de um mercado cooperativo como possibilidade na defesa do trabalho livre da exploração é o desafio que se impõe.

Mesa: Materialidades e consumos - 5 de Fevereiro - 11h15 - 214

Moderador: Marinús Pires de Lima

Título Consumos: Localizações sociais, níveis de acesso e representações

ID 357

Autores Emília Margarida Marques

Resumo: Sendo frequentes na bibliografia da área asserções éticas relativas a um consumo, um consumidor, uma cultura de consumo ou uma sociedade de consumo pensados na generalidade, assim como empiria construída sobre sujeitos de 'classe média', ou sobre sujeitos cuja localização social não é trabalhada, esta comunicação pretende, complementarmente, focar a particularidade das práticas de consumo e das suas representações éticas entre subjectividades que ocupam outras e bem definidas localizações sociais.

Assim, no quadro de uma investigação em Antropologia sobre trabalho, consumo e respectivos usos identitários entre assalariadas de baixos rendimentos na indústria transformadora e no comércio retalhista, a comunicação proposta interroga, com base em elementos estatísticos e observações de terreno e centrando-se no vestuário e acessórios de apresentação feminina, algumas relações entre, por um lado, as práticas e representações de consumo dos sujeitos (acesso aos objectos e aos significados, processos de selecção e apropriação) e, por outro, os seus níveis de rendimento e o modo como vivem os seus lugares sociais.

Título Baixelas, jóias e brasões: o papel dos objectos com valor patrimonial significativo na manutenção simbólica de uma identidade de elite, num contexto de deslocação transnacional.

ID 609

Autores Marta Rosales, Filomena Silvano

Resumo: A comunicação terá por base uma etnografia realizada em São Paulo, Fortaleza e Belo Horizonte, Brasil, com famílias oriundas da elite colonial portuguesa que abandonaram Moçambique após a independência. Tomando em linha de conta o percurso transnacional das famílias, serão colocadas algumas questões relativas ao papel que os objectos com valor patrimonial significativo assumiram nas dinâmicas de manutenção simbólica de uma identidade de elite.

Os objectos vindos de Portugal e de África passíveis de serem identificados com um património simbólico de elite (objectos de arte, baixelas, jóias, brasão...) são convocados a) pelos discursos constitutivos das memórias familiares e dos indivíduos; e b) pelos mecanismos de reconstrução e de solidificação dos posicionamentos sociais na sociedade brasileira. Em ambos os casos, as segundas e terceiras gerações são integradas nos processos de valorização das genealogias familiares através da previsibilidade da posse de objectos que arrastam consigo valores patrimoniais significativos.

Título Consumo Alimentar e Sociabilidade no Brasil.

ID 621

Autores Livia Barbosa

Resumo: Este trabalho trata das relações entre consumo, sociabilidade na sociedade brasileira. A partir de uma pesquisa empírica realizada em 10 cidades brasileiras, com mais de 1000 000 de habitantes, que envolveu 2136 questionários e 400 pessoas em grupos focais pretendo discutir como as diferentes refeições são permeadas por tipos de sociabilidades distintas e como estas estão relacionadas aos dias da semana. Nesta oportunidade discutimos, também, uma reinterpretação do conceito de sociabilidade de Simmel.

Título O Consumo para os Outros: os Presentes

ID 630

Autores Alice Duarte

Resumo: Tendo em mente a investigação por mim realizada no âmbito do consumo pessoal e familiar cujo universo empírico abrangeu um conjunto de 24 agregados familiares pertencentes à "classe média", atendi em particular às práticas de consumo em termos da sua utilização para a criação e manutenção das redes de sociabilidades dos informantes. O consumo para os outros na forma de presentes será documentado em termos do papel instrumental dos bens de consumo enquanto complementos do mundo relacional dos sujeitos. Efectuando um levantamento exaustivo das situações de oferta e troca de presentes, mais e menos ritualizadas, é possível alcançar uma imagem sistematizada sobre quem são as pessoas ligadas pelos rituais de troca e como é que os itens de consumo ligam entre si as pessoas que os compram e as pessoas que os recebem como presentes.

Título Celulares e computadores "pessoais": um estudo sobre usos coletivos de objetos tecnológicos nas camadas populares

ID 1113

Autores Carla Barros

Resumo: O estudo tem como objetivo investigar os usos de aparelhos celulares e computadores em um grupo pertencente às camadas populares da cidade do Rio de Janeiro. Através de uma abordagem antropológica e de uma metodologia do tipo etnográfica, procura-se a especificidade cultural das apropriações de objetos materiais tecnológicos em espaços públicos e privados. O foco do artigo recai sobre os usos de celulares e computadores e suas articulações com questões como sociabilidade, apropriações coletivas, inserção social e ciclo de vida dos objetos. A relativização do modo de consumo "individual" dos bens se faz necessária para a compreensão dos significados da materialidade e da constituição da subjectividade no contexto cultural analisado. Tanto no caso de computadores como de celulares, foi possível observar usos como navegações coletivas no primeiro caso e circulação de aparelhos usados no segundo, apropriações que reforçam os vínculos sociais com os pares, sejam eles familiares ou amigos. O computador no espaço doméstico aparece ocupando lugares intermediários, ora de passagem, ora nas fronteiras entre os espaços, sugerindo uma equivalência na apropriação do objeto por todos os membros da família. Seu uso na casa também costuma ser compartilhado com amigos, de modo semelhante ao que se verifica nas lan houses, espaços muito frequentados e onipresentes em comunidades populares da cidade.

Mesa: Os sentidos do território: linguagens - 5 de Fevereiro - 14h30 - 315

Moderador: Emília Margarida Marques

Título O Fenômeno da Globalização em um estudo comparativo: Luso-Afro-Brasileiro das feiras e mercados

ID 495

Autores Giovanna Araújo, Juliana Doronin

Resumo: Sabemos que o fenômeno da Globalização no Brasil e no mundo não se trata de algo contemporâneo. Tendo em vista já na História antiga da humanidade as relações estabelecidas entre os mundos: Oriental e Ocidental. Relação essa que perdurou durante todos os momentos clássicos da historiografia mundial, europeia, africana e americana evidenciada sobretudo diante dos processos de colonização (séculos XV e XVI) e neocolonização nos séculos XIX e XX. Outrossim, objetivamos com o presente trabalho apresentar o fenômeno da globalização evidenciado nas feiras luso-afro-brasileiras², diante das mercadorias comercializadas, das linguagens, e sobretudo diante dos processos de sociabilidade e de identidades múltiplas. Haja vista percebermos as feiras desde a Era medieval e no momento contemporâneo como um verdadeiro mosaico de espaços de sociabilidade, onde a relação estabelecida entre tempo, agentes sociais e processos, concorre para que à vida cidadina carregue grande diversidade e riqueza de possibilidades plurais de rituais, comportamentos, normas e limites de uso e apropriação do território urbano. Historicamente, as feiras adquiriram uma importância muito grande que ultrapassa seu papel comercial, transformando-se, em muitas sociedades, num entreposto de trocas culturais e de aprendizado, onde pessoas de várias localidades congregavam-se estabelecendo laços de sociabilidade. Nosso trabalho terá como referencial teórico os seguintes autores: LOPES, Carlos; RAU, Virgínia; E.P. Thompson; SMITH, Anthony D.; Eric Hobsbawm; ARIÉS, Philippe; Michael de Certeau; CASTELLS, Manuel; ELIAS, Norbert; GARCIA; CASTRO, Armando; APPIAH, Anthony K.; LAINS, Pedro; PINTO, VIEIRA, Sulamita; SERRÃO, Joaquim Veríssimo; TAYLOR, Charles; GIDDENS, Anthony, HALL, Stuart, SILVA TADEU, Tomaz, dentre outros.

Título O Conceito de Lusofonia na Obra de Vamireh Chacon

ID 1226

Autores J. M. de Barros Dias

Resumo: Pernambucano, de nascimento, brasileiro universalista pela vocação, Vamireh Chacon sintetiza em três dos seus livros aquele que é o seu entendimento do conceito de lusofonia. Referimo-nos a O Humanismo Ibérico, publicado em 1998, e O Futuro Político da Lusofonia, saído do prelo em 2002. Ilumina o conceito de lusofonia, em Vamireh, uma plêiade de textos reflexivos que se espriam do ensaio à epístola. Culmina a concepção chaconiana da lusofonia uma obra dada a conhecer em 2005: A Grande Ibéria.

Vamireh Chacon pretende, em O Humanismo Ibérico, pôr em relevo o esforço de continuidade cultural orgânica que visou actualizar o renovável da Idade Média no Renascimento. As traves-mestras de tal pensamento, matricialmente ibérico – que não iberista – propõem-nos uma civilização incluyente, não excludente.

Já em O Futuro Político da Lusofonia, Vamireh aponta os caminhos concretos e práticos que, doravante, devem presidir à comunidade de países falantes da língua portuguesa. Vamireh Chacon aponta o perigo de, actualmente, o capital sem rosto nem pátria visar, na esfera das ultinidades, o domínio global precisamente na esfera da cultura.

Situados em A Grande Ibéria, procuraremos pôr em evidência a miscigenação que esteve presente na antiga Ibéria pensinsular e será o húmus da Nova Ibéria. Congregando lusófonos e hispanófilos, esta Ibéria será a continuação, no plano espiritual, da obra mundializadora iniciada por portugueses e espanhóis nos séculos XV/XVI. A lusofonia, em Vamireh Chacon, tecer-se-á desde uma matriz pluricultural e policêntrica, aberta ao mundo como aspiração e desejo.

Título Lusofonia: um espaço (des)encontrado?

ID 1402

Autores Deolinda Carvalho Machado, António Almeida Calheiros, Sílvia Maria Castro Fortes Cardoso

Resumo: As relações entre os povos lusófonos foram enformadas por paradigmas que nem sempre tiveram como exigência o respeito pela alteridade. Neste sentido, este espaço assumiu-se como local de encontro, de identidades partilhadas, de conflitos, de solidariedade, de adaptação/oposição a desafios e de construção de utopias.

A sociedade hodierna coloca à humanidade desafios com uma magnitude e gravidade nunca antes experimentadas. A lusofonia assume-se, neste contexto, como um espaço diverso, com uma coesão social e cultural a reforçar, com preconceitos não esbatidos e com uma pré compreensão ainda incipiente. No actual quadro de enfraquecimento do poder político e da própria sociedade, com a conseqüente guetização da pessoa, e do cinismo geopolítico global, o espaço lusófono pode creditar-se como um espaço alternativo que, interiorizando os aspectos menos conseguidos entre os povos, possa apontar outros caminhos de realização humana, capaz de propor e promover os valores da liberdade, da democracia, da justiça e da paz.

Título O que faz o Brasil. O Brasil no Second Life

ID 990

Autores Laura Graziela

Mesa: Tensões e narrativas culturais: globalização, particularidades, cruzamentos - 5 de Fevereiro - 16h15 - 212

Moderador: Brena Paula Magno Fernandez

Título Globalização, Multiculturalismo e indústria cultural: o frevo e a homogeneidade nos meios de comunicação em Pernambuco

ID 162

Autores Eliane da Costa Lima

Resumo: A globalização em curso tem como uma de suas propostas a implementação das liberdades materiais e imateriais e a ausência de fronteiras, promovendo a circulação de bens, culturas e povos de forma jamais antes vista. Tal

pressuposto vincula-se ao ideal do multiculturalismo, mas, a vulnerabilidade dessa perspectiva pode ser percebida em vários âmbitos, todavia, nos deteremos especificamente ao da produção e circulação de bens culturais. Assim, quando a indústria cultural, de cunho essencialmente mercadológico, elege determinados produtos em detrimento de outros, explicita a fragilidade do respeito à diversidade cultural. Com tais características citemos no Brasil, a título de exemplos, a homogeneidade do axé-music baiano durante as décadas de 80 e de 90 e o predomínio do funk carioca contemporaneamente. Nesse sentido, é que em Pernambuco temos a discriminação do frevo, ritmo nascido no final do século XIX e um dos símbolos da identidade local recentemente tombado como patrimônio cultural e imaterial do país, pela homogeneidade dos meios de comunicação de massa. Assim, buscar-se-á nesta comunicação discutir e compreender tanto as complexas relações entre o global o local e o multicultural nas convergências com os meios de comunicação, quanto nas interfaces entre a globalização e as demandas culturais sociais contemporâneas, destacando a problemática do frevo na mídia pernambucana.

Título Nativos e forasteiros: índios, brasileiros, gringos... Cumuruxatiba no mundo

ID 328

Autores Helena Ponce Maranhão

Resumo: A comunicação proposta intenta problematizar significações, representações, inter-relações das categorizações enunciadas em seu próprio título, a partir da perspectiva desses vários 'tipos' de moradores que estão em cotidiana interação no espaço geográfico e contexto sociocultural de Cumuruxatiba (denominação de origem indígena refere-se ao intenso fenômeno de variações das marés característico desta área).

Localidade situada na municipalidade de Prado, Estado da Bahia, Brasil. Município com 28.920 habitantes e área territorial de 1.665 km². Além de seis povoados, conta com um distrito: a Vila de Cumuruxatiba (distante 32 quilômetros da sede municipal e com aproximadamente 5.000 habitantes). Comunidade originalmente de pescadores, conta hoje com atividades voltadas ao turismo; próxima a aldeias Pataxós e abrangida na Reserva Extrativista Marinha do Corumbau.

A pesquisa (em desenvolvimento) contempla: desde a dualidade categorial exclusivamente apartada figurada nos opositivos "nativos" e "forasteiros" – formas de autodenominação de cada grupo em tela; até gradações, nuances, matices (nelas mais ou menos contidas, dependendo das representações interpessoais quanto aos interlocutores: "índios", "brasileiros", "gringos" etc.). As quais vão se modelando contextual e socialmente, delimitando assim várias relações e diferenciações (discursivas e interativas) internas às modalidades distintas supracitadas e que delineiam, por sua vez, reconhecimentos de particularidades estabelecendo fronteiras de inclusão e/ou exclusão em relação ao grupo ao qual os sujeitos estão creditando identificações.

Questões que também sugerem complexidades do local no global e vice-versa. Tais confrontos socioculturais sinalizariam a latência de conflitos nos quais a desigualdade econômica persistiria como pedra angular?

Título Sobre a integração social entre desiguais

ID 843

Autores Muleka Mwewa

Resumo: O trabalho procura problematizar, a partir de contribuições dos Estudos Culturais – em especial as de Stuart Hall e Nestor Canclini – as tensas relações entre a afirmação da cultura popular e os deslocamentos da globalização. Nesse mesmo quadro colocam-se, como componentes da equação, os esquemas da indústria cultural e os dilemas da utopia da formação (Bildung) ocidental. Cultura popular, nesse enraizamento não-essencialista, se coloca simultaneamente como expressão da cultura de massas e contraponto (ainda que afirmativo) da erudição. Esta, por sua vez, se mostra, nos limites de uma dialética do esclarecimento, sob suspeita. Nesse movimento encontra-se uma análise do personagem Marianinho, do romance de Mia Couto intitulado Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra. Na construção desse personagem e de sua narrativa, se verifica, como ponto de inflexão da cultura, as implicações sociais da formação. Marianinho conjuga a formação dita erudita (escolar) e a cultura popular (local ou não escolar) diante do inevitável, a Morte e o Desejo. Este personagem percorre uma linha limítrofe na qual a maquinaria subjetiva almejada pelos mecanismos de formação escolar é subvertida diante da necessidade de se relacionar com o mundo objetivo local. Marianinho desencadeia um sábio entrelaçamento dos dispositivos sociais escolares e locais a partir da sua relação com o real e com o imaginado contra o qual não pode argumentar.

Título Sobre a cultura e sua produção: representações, limites, expressões

ID 1540

Autores Alexandre Fernandez Vaz

Resumo: Um dos desafios que se colocam para o pensamento sobre os países periféricos em sua dialética com aqueles que se colocam como centrais, mesmo – e talvez principalmente – em tempos de globalização acelerada, é a tensa relação entre os discursos universalistas e aqueles cuja direção é particularizada, localizada. No epicentro desse debate encontra-se a cultura, conjunto incerto e multifacetado das representações e expressões espirituais e materiais dos diferentes países em seus registros étnicos, de gênero, de classe, entre outras possibilidades. Coloca-se nesse contexto o debate que se demarca pelas novas chaves de interpretação da cultura, considerando, mas também questionando, as dicotomias cultura popular x cultura erudita, democratização cultural x indústria cultural, arte genuína x cultura de massas, degradação da experiência x novas formas de percepção e recepção etc. Entre outras possibilidades, sugere-se aqui o cruzamento de teorias sociais simultaneamente distintas e complementares, como a da Escola de Frankfurt e os Estudos Culturais, as Teorias Biopolíticas. É por meio delas que procuramos pensar as contradições dos processos de globalização de forma imanente, mas tomando um de seus pontos-chave, os processos de produção da cultura na dialética entre os imperativos de consumo e as formas de representação que se pretendem genuínas. Nesse sentido, são tomados dois elementos da cultura popular brasileira, mas que cruzam as fronteiras nacionais, ambos com fortes raízes africanas, a saber: o esporte e o cinema. No eixo de nossa análise se encontram as representações da figura do malandro em nossa tradição, esse personagem em movimento conservador não apenas ambíguo, mas liminar, entre a ordem e a desordem, o desvio e a norma.

Título Teoria Crítica, periferia, globalização

ID 1569

Autores Franciele Bete Petry

Resumo: Crítico radical da cultura, Theodor W. Adorno não se esquivava de um olhar atento tanto para as teorias quanto para as atitudes que sob um exame mais aguçado revelam contradições entre seus discursos e suas finalidades efetivas. Um exemplo dessa crítica é uma certa aversão às tentativas de uma aproximação com o popular, o periférico, o socialmente "inferior" ou "fraco", pois na medida em que simpatizam com aqueles que seriam os excluídos da cultura, das riquezas e do poder, contribuem para a perpetuação da injustiça. Daí a denúncia da condescendência expressa pela compaixão como meio de enfraquecer ainda mais a resistência daqueles já quase privados de tal possibilidade. Na aparente bondade desse sentimento, esconde-se o princípio da dominação social. O olhar do mais forte se volta para a vítima com amabilidade, com respeito à dor, e nisso trai sua intenção, uma vez que ao reconhecer a diferença de poder, acata e reforça a injustiça. O mesmo mecanismo se reproduz em relação à cultura, a qual passa a ser democratizada sem que as condições para uma recepção adequada estejam colocadas. Às massas são disponibilizados os bens culturais em forma de mercadorias, causando a ilusão de que sua simples aquisição possa significar uma apropriação verdadeira no âmbito da experiência subjetiva. Tais formas contribuem, segundo Adorno, para o esfacelamento do indivíduo, embora se destinem a protegê-lo. Uma crítica que realmente se coloque a favor do sujeito deve abandonar a ingenuidade característica do comportamento condescendente aos oprimidos se não quiser se tornar um instrumento da mesma dominação que os atinge.

Título O novo e o moderno no mundo globalizado

ID 1318

Autores Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros

Resumo: O mundo contemporâneo fetichizando o conceito de novo e moderno, retoma problemáticas do século XIX quando se inicia o processo de considerar como um bem social a incorporação de toda a novidade tecnológica, com sua carga de modernidade significando progresso, evolução. No mundo contemporâneo globalizado, mercadorizado e financeirizado na linguagem cotidiana, os economistas assumem destaque como comentaristas, submetendo os agentes sociais a verdadeiro bombardeio na imprensa escrita e falada, reduzindo todas as instâncias do social às transações financeiras do "mercado" representado pelas bolsas de valores, bolsas do futuro etc. Os novos tempos sociais são analisados como acontecimentos econômicos de tal forma, que até as catástrofes que eliminam massas populacionais, são transmitidas através dos índices que proclamam prejuízos financeiros acarretados. Analiso os efeitos de análise destes tempos globais, quando se apresenta o agro-negócio e o bio-diesel como empreendimentos novos e modernos, omitindo-se dois retrocessos: 1) o agro-negócio corresponde ao sistema de produção de monocultura do Brasil colonial; 2) durante a ditadura, a partir de 1964, o país endividou-se em milhões de dólares para financiar o pró-álcool, antigo nome do contemporâneo projeto do bio-diesel.

Mesa: Modos de consumo: perspectivas e discursos - 6 de Fevereiro - 11h15 - 212

Moderador: Nilson Araújo de Souza

Título Do Espaço para os Estilos de Vida: uma perspectiva sobre o consumo da "Cidade Expo'98"

ID 441

Autores Maria Assunção Gato

Resumo: Se nas ditas sociedades pós-modernas o consumo tende a tornar-se "espectacular" e a assumir cada vez maior protagonismo na produção do espaço e respectiva espacialidade das relações sociais, um dos principais objectivos parece ser a obtenção de determinados estilos de vida, que tanto podem representar níveis de conforto, bem-estar e qualidade de vida, como marcar diferenças entre indivíduos ou respectivos grupos sociais face à auto-imagem construída, aos bens que se exibem, ao gosto com que se combinam. A composição de estilos de vida torna-se assim, intrínseca aos padrões de consumo dos sujeitos e estes, elementos importantes na sua produção identitária e respectivo reposicionamento social. No caso concreto da "cidade Expo'98" (Parque das Nações na sua designação oficial), parte-se da hipótese que é, sobretudo, o consumo do espaço habitacional que dá coerência a um novo estilo de vida urbano, que permite o acesso e a partilha de elementos de distinção social, e que promove a actuação de todos estes elementos na construção de uma identidade pessoal e social que, em última instância, também é espacial. Primeiro, porque as características – territoriais, económicas, urbanísticas, tecnológicas, arquitectónicas e simbólicas – que este projecto reuniu continuam a ser únicas no contexto urbano português. Segundo, porque o acesso privilegiado a esta série de características parece ser um dos principais elementos de identificação social ao nível interno e de diferenciação para com o exterior. Terceiro, porque o marketing territorial que tem vindo a ser exercido sobre este espaço apela às suas componentes simbólicas, enquadrando-as numa complexa dimensão estética que, por sua vez, parece servir de base às representações que os sujeitos fazem de si e do seu quotidiano.

Título Cultura, games e consumo: o que faz o Brasil, Brazil no Second Life

ID 988

Autores Laura Graziela Gomes

Resumo: A comunicação tem como objetivo principal apresentar resultados parciais de pesquisa de campo realizada no Second Life durante um ano sobre a presença e a participação de brasileiros no jogo. Que brasileiros jogam? O que fazem? Como constroem a sua "segunda vida" neste ambiente virtual e como, em relação a outros grupos, lidam com a lógica do consumo embutida nas premissas e ferramentas deste jogo?

Desde o seu surgimento em 2003 nos Estados Unidos, lançado no mercado pela Linden Lab, o programa Second Life é um jogo no qual as pessoas, através de seus avatares, "criam e vivem suas segundas vidas no mundo virtual". Entretanto, a criação e a experiência de possuir uma segunda vida precisa ser "construída" e isso no caso do SL significa

fundamentalmente consumir. Mas o que é exatamente consumido e de que bens estaremos tratando, já que o SL é um ambiente digital e virtual? Neste caso, o próprio avatar pode ser considerado um objeto de consumo, já que para se ter um, segundo critérios estéticos da escolha do jogador, é necessário se fazer despesas e aquisições, tais como shapés, peles, cabelos, roupas, acessórios etc e, fundamentalmente tempo para usá-lo e interagir com ele neste ambiente. Para tanto, há um mercado de moda bastante aquecido no SL e ele pode ser inferido pela grande quantidade de blogs e fotos/vídeos (fotologs, Orkut, flickr, Youtube etc) postadas pelos usuários dedicadas a esta finalidade, qual seja, exibir os figurinos de seus avatares. Enfim, o objetivo é demonstrar que o SL não é uma rede social como outras comunidades virtuais voltada apenas para promover encontros ou trocas sociais baseadas exclusivamente na interação, fundada na conversação através da escrita ou da oralidade, mas ele supõe a adoção de um “modo de vida” global que implica formas de socialização e sociabilidade (Simmel) diferenciadas e nas quais o consumo assume uma grande centralidade. Segundo as estatísticas da Linden Lab, existem mais de 8 milhões de pessoas de todo o mundo cadastradas no jogo.

Título Auto-atribuição de responsabilidade socioambiental na esfera do consumo

ID 993

Autores Fatima Portilho

Resumo: Este trabalho pretende analisar os discursos, as práticas e os dilemas enfrentados por consumidores engajados em formas de consumo social e ambientalmente responsável, baseando-se em uma pesquisa qualitativa com consumidores da cidade do Rio de Janeiro/RJ. Consideramos estes consumidores como um grupo social que, por diversas razões, age e participa na esfera pública mais através do “consumo responsável” do que através das formas tradicionais de participação via movimentos sociais institucionalizados. Trata-se de pessoas que se auto-identificam como atores importantes no processo de mudança social e ambiental e que se auto-atribuem responsabilidades e deveres. A conclusão da pesquisa, discutida à luz de algumas teorias sociológicas e antropológicas sobre consumo, além da Sociologia do Risco e da Teoria da Modernização Reflexiva, revela que, através de suas práticas de “consumo responsável”, estes consumidores constroem e reforçam uma cosmologia, um modo específico de habitar o mundo, um estilo de vida e uma identidade coletiva comprometida com valores políticos e éticos, uma visão sobre a natureza e uma determinada forma de apropriação dos recursos naturais. Mais do que uma prática auto-centrada, o engajamento no consumo responsável parece se vincular também à valorização de formas tradicionais e sustentáveis, não só de produção, mas também de comercialização e consumo.

Título A Lógica perversa do consumo, a apatia e depressão como efeitos da globalização

ID 1172

Autores Rita Maria Manso de Barros, Francisco Ramos de Farias

Resumo: Discute-se a impulsividade, considerando a tríade: consumidor, ato de consumir e objeto de consumo, no cenário das múltiplas ofertas da contemporaneidade, disponibilizadas como vias à satisfação. O efeito da impulsão desmedida ao consumo concorre para o estado de apatia, esvaziamento subjetivo e incremento das formas de depressão. Com a denominação novos sintomas, temos modalidades de sofrimento que põem em xeque as diretrizes da clínica psicanalítica idealizada no início do século XX. Essas modalidades de sofrimento exigem outro olhar pois se tratando de ações da ordem do vício ao consumo temos uma reversão a ponto de o consumidor ser totalmente adestrado e dominado pelo objeto do consumo, cuja expressão seria os ruídos da pulsão de morte. Certamente temos de lançar mão do conceito de gozo, na tentativa de articular a auto-destrutividade do sujeito ao conceito de mal, diante da posição do discurso científico de que os limites podem ser facilmente ultrapassados. Nesse sentido, convoca-se a psicanálise a se posicionar em relação a essas novas modalidades de produções subjetivas bem frequentes no cenário atual. Tratando-se da diversidade de formas clínicas mescladas pela indiferença e apatia, insurgem, com bastante intensidade, os fenômenos depressivos, dificilmente debelados com os instrumentos clínicos disponíveis, pois se trata da repetição insistente diferente daquela que decorre de uma representação recalçada. Assim, deve-se interrogar o sujeito que não responde pela passagem ato sem ter qualquer noção da causa desencadeadora de tal ação

Título "Não sou consumista porque gasto tudo o que ganho": Concepções Populares sobre Consumo e Consumismo no Rio de Janeiro

ID 992

Autores Leticia Veloso

Título Hacia una nueva cultura de la moda: the Fashion Fast

ID 1523

Autores Ana Martinez

Resumo: El objetivo General de esta investigación es analizar tanto desde un punto de vista teórico como empírico la última transformación del sistema de la moda de fashion fast. Y más concretamente analizar cuáles son las principales implicaciones socio-culturales y económicas que dicho modelo está produciendo sobre el sistema de la moda en la actualidad. Para conseguir el objetivo establecido hemos realizaremos, en primer lugar, un estudio previo del transito del al sistema del prêt -à-porter al sistema de la moda rápida con la finalidad de conocer el conjunto de transformaciones que este cambio traen consigo. Otros de los objetivos es dimensionar el impacto de la globalización económica y cultural y el uso intensivo de las tecnologías de la información y la comunicación sobre la industria de la moda pues todos estos cambios han transformado el modo en que se produce, distribuye, comercializa y se vende la moda. En este contexto de transformación, otro de los objetivos de esta investigación es la comprensión de la nueva figura del creador de moda que como consecuencia de la praxis efectiva de su actividad profesional, se ha visto transformada y se ha convertido en un intermediario cultural no en cuanto creativo, sino en cuanto comunicador de cultura. Y, finalmente, esta investigación tratará de detectar cuáles son las nuevas modalidades de vestir que ha introducido la moda rápida en la actualidad para lo cual hemos procedido realizar un análisis cualitativo entre los jóvenes ya que son los grandes consumidores del fashion fast

Mesa: Movimentos sociais e intervenção sócio-política - 6 de Fevereiro - 14h30 - 212

Moderador: Maria Assunção Gato

Título Movimentos Altermundialistas e Identidades

ID 324

Autores Marinús Pires de Lima, Cristina Nunes

Resumo: A construção de espaços transnacionais de contestação colectiva contra as instituições financeiras e políticas regionais e mundiais, despertou novas discussões teóricas dos temas da globalização e dos movimentos sociais.

A problemática teórica acompanhará os contributos de Alain Touraine e no percurso da análise dos fenómenos empíricos, proceder-se-á à combinação de técnicas de recolha de informação quantitativas e qualitativas.

Apesar da sua grande fluidez e de envolverem uma pluralidade de actores apostados em afirmar a sua subjectividade, as lutas altermundialistas não podem ser consideradas como novos movimentos sociais: carecem de objectivos claramente definidos e não manifestaram, ainda, capacidade suficiente para determinar, com precisão, os seus adversários.

Título Emancipação em processo na América Latina nos tempos contemporâneos: o potencial das lutas dos povos indígenas no confronto com a civilização do capital

ID 358

Autores Alba Maria Carvalho

Resumo: Nos circuitos do capitalismo mundializado, em tempos contemporâneos de crise estrutural do capital, a América Latina ocupa um lugar-chave pela sua enorme biodiversidade. A mercantilização dos recursos naturais constitui estratégia fundamental para a acumulação do capital a médio prazo. A predatória expansão capitalista avança e universaliza a subordinação do trabalho ao capital, em dinâmicas peculiares. Os distintos grupos humanos são afetados por essa mundialização do capital, tanto pela destruição ambiental, como pela submissão à lei do valor. É nos territórios indígenas onde se encontra oitenta por cento da biodiversidade latino-americana, colocando-os, então, no centro das atenções, na ótica do capital. Assim, os povos indígenas estão atingidos em suas possibilidades de vida e nas suas autonomias como nações pela exploração capitalista de seus territórios e pela destruição da biodiversidade. Neste cenário de globalização neo-liberal, em tempos de "pós-Consenso de Washington", os movimentos sociais indígenas afirmam sua força no continente latino-americano, (re)criando processos emancipatórios em curso. E, estes movimentos chegam ao poder pela via da democracia, tendo como alternativa emblemática a Bolívia, com um presidente da etnia aymare. A América Latina vive uma fase histórica de polarização, verificando-se uma "nova contra insurgência", liderada pelos Estados Unidos, tendo, como uma de suas estratégias, a criminalização dos movimentos sociais, sobretudo, os movimentos indígenas. Tais movimentos encarnam um imaginário radicalizado que se espalha para as forças progressistas do Continente. O potencial emancipatório dessas experiências de luta dos povos indígenas precisa ser compreendido e revelado, na perspectiva da (re)invenção da emancipação ou de uma alterglobalização.

Título Os Jovens e a Internet: novos meios de participação cívica e política

ID 581

Autores Isabel Menezes, Ana Bela Ribeiro

Resumo: A participação cívica e política está em crise, no duplo sentido em que está em recessão e em expansão (Menezes, 2007), pois ao mesmo tempo que diminui a incidência de formas de participação convencional, surgem novas formas de participação, nomeadamente fazendo uso das novas tecnologias da informação. Apresentamos aqui os resultados de um estudo no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, partindo da análise das três fases do European Social Survey, passando pela discussão com jovens através dos Grupos de Discussão Focalizada e terminando com a dinamização de um blogue. Entendemos que, hoje em dia, os jovens utilizam várias ferramentas dos média, especialmente a Internet, e que estão à vontade com as novas tecnologias da informação, no geral. Assim, tentámos perceber quais os hábitos de consumo dos média por parte dos jovens e se os utilizam para o exercício da sua cidadania. A Internet, mais especificamente, enquanto meio de duas vias, permite aos jovens fazerem-se "ouvir" e os blogues constituem uma ferramenta útil na participação cívica e política, o que democratiza, cada vez mais, este meio de comunicação.

Título O Fórum Social Mundial e a Internet: possíveis espaços de articulações globais contra-hegemónicas

ID 783

Autores Júlia Benzaquen

Resumo: No trabalho, apresento o contexto de globalização em que surge e se desenvolve o Fórum Social Mundial (FSM). Ao falar dos protagonistas do FSM trago elementos para pensar o conceito de movimentos sociais de uma outra forma, de uma maneira mais ampla. Ao discutir o conceito de rede, uma metáfora muito utilizada pelos sociólogos para explicar as articulações entre os movimentos sociais, proponho, através de Mc Donald (2006), a metáfora do FSM ou de outros espaços de articulação como "música".

Exploro então os potenciais da Internet como instrumento e como "nova esfera pública" de articulação global entre sujeitos contra-hegemónicos. Falo do FSM na Internet analisando a sua página eletrónica. Nessa análise chego à conclusão de que não há a crença na Internet como uma nova esfera pública, por parte dos gerenciaadores dessa página eletrónica. O que não significa que as entidades e instituições que fazem parte do FSM pensem a mesma coisa.

Por fim, analiso as mudanças temáticas do FSM. As mudanças temáticas (não só mudanças de temas, mas aquilo que deixa de ser denominado tema e passa a ser objetivos, por exemplo) implicam um processo de transformação do FSM e de abertura desse espaço. Toda análise é feita a partir da página eletrónica do FSM e da leitura de teóricos e ativistas que defendem esse espaço.

Título Mercados, Movimentos Sociais e o Consumidor

ID 929

Autores John Wilkinson

Resumo: Uma rica literatura tem surgido em torno da politização do consumidor, sobretudo a partir da adoção e difusão de produtos éticos, orgânicos, sustentáveis e de comércio justo por parte do grande varejo. Novas noções de ação coletiva - ação coletiva individualizada - tem sido elaboradas para captar essa nova dinâmica. Nesse paper, apresentamos uma resenha crítica dessa literatura antes de discutir a dinâmica do mainstreaming no caso dos produtos do comércio justo. Mostramos como, no caso de comércio justo, o engajamento do consumidor do mainstream pode ser melhor entendido dentro da dinâmica dos distintos componentes do movimento social que anima o comércio justo.

Mesa: Teorias e perspectivas críticas sobre a globalização - 6 de Fevereiro - 14h30 - 211
Moderador: Eliane da Costa Lima

Título Globalização: uma crítica epistemológica ao argumento "there is no alternative"
ID 62

Autores Brena Paula Magno Fernandez

Resumo: A queda do muro de Berlim e o fim do "socialismo real" da União Soviética foram comemorados pela direita como sinais inequívocos do fim do comunismo e como prova do lema thatcheriano: "There is no alternative". Assim, estaria consagrada a versão segundo a qual não existem alternativas econômicas no mundo contemporâneo, que não a globalização do capitalismo, por intermédio do projeto econômico-político neoliberal. Paralelamente, existe no cerne da epistemologia tradicional uma forte tendência à aceitação da tese de que não existem alternativas à ciência hegemônica – baseada em leis, na causalidade, na linguagem matemática e na neutralidade axiológica. Entendemos que tanto a crise ambiental como o acirramento das desigualdades sociais estão entre as conseqüências de um determinado tipo de conhecimento científico, tecnicamente aplicado sob condições socioeconômicas muito específicas, e que as condições propícias para essas crises acentuaram-se sensivelmente no atual período neoliberal. O presente trabalho procura argumentar que, se esse tipo de alegação pretende reivindicar algum tipo de respaldo científico, ele precisa passar pela prova do teste empírico. No caso da economia, estes testes remetem ao crivo da história, i.e., remetem a uma investigação criteriosa sobre quais foram os resultados práticos da implementação de medidas de política-econômica de cunho neoliberal (em termos de crescimento econômico, contenção da taxa de inflação e redução das desigualdades sociais) durante as três últimas décadas. Depois procuraremos mostrar que, diferentemente do que insistem os discursos oficiais, as alternativas (econômicas e científicas) já existiram no passado e existem ainda hoje, ocupando por ora as brechas do sistema dominante.

Título El altermundismo como crítica del "pensamiento liberal"
ID 167

Autores Israel Sanmartín

Resumo: En la comunicación explicaremos el desarrollo del pensamiento altermundista, sus fases, su ideario, sus autores y sus propuestas y como ha ido evolucionando en relación al llamado "pensamiento único liberal" que ha sido fundamental para el desarrollo de la globalización. El pensamiento único liberal lo estudiaremos en los elementos ideológicos e intelectuales que han influido en su desarrollo: la "nueva derecha", la "tercera vía" y el neoconservadurismo. También nos detendremos en sus fases, ideario, evolución y desarrollo. Una vez terminado esto, analizaremos los dos pensamientos por separado y también en conjunto estudiando sus similitudes y confluencias, para acabar con la exposición de un programa propositivo alternativo a los dos donde presentaremos la posibilidad de desarrollar un pensamiento complejo, poliédrico, no teleológico, en debate, contingente y no determinista.

Título A Amazônia no século XXI: novos dilemas e suas implicações no cenário internacional
ID 177

Autores Violeta Refkalefsky Loureiro

Resumo: Aponta ângulos novos no estudo da fronteira econômica, estabelecendo uma linha demarcatória conceitual que distingue a fronteira do passado recente e uma nova fronteira, já visivelmente estruturada na realidade, embora pouco estudada: a Amazônia como uma fronteira de commodities. É que, enquanto as várias mudanças se processavam e revelavam-se como ângulos fecundos a estudar, passou quase despercebido que estava em gestação o vir a ser de uma nova natureza da região, agora como fronteira de commodities. Ela se gestou no interior das transformações recentes que alteraram a natureza e a escala da produção regional (com a implantação de siderúrgicas; assim como a produção de dendê, soja, palma, gado, madeira, etc em larga escala), a origem social dos produtores (investidores de agronegócios) e o destino global da produção. O estudo analisa os impactos dessa nova fronteira sobre o desmatamento, as condições de sobrevivência das populações tradicionais da Amazônia e dos direitos humanos das mesmas, especialmente, índios e caboclos. Hoje a Amazônia é uma fronteira de commodities aberta e voltada para o mundo. E como tal, está mais sujeita às injunções do mercado mundial que da conjuntura interna do país; daí a dificuldade do Estado brasileiro em agir como dirimidor dos conflitos de interesses das populações tradicionais frente às pressões do grande capital nacional e internacional na produção de commodities para o mercado global.

Título Cidadania, direitos e populações fronteiriças - Tensionando limites
ID1522

Autores Vera Nogueira, Helenara Fagundes, Flúvia Bastos

Resumo: Este trabalho discute os direitos sociais e a cidadania face aos processos de regionalização e globalização das formações societárias, com incidência desigual entre países e em especial sobre a população migrante e de fronteira. Apresenta a contradição entre a ênfase atual conferida aos Tratados sobre os Direitos Humanos, do qual decorre o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e às tendências restritivas da cidadania derivadas das novas formas de acumulação do capital. Discute a posição de autores afirmando a instituição de uma nova referência de cidadania - a cidadania econômica – fruto da desnacionalização e desterritorialização – enquanto outros que sinalizam para

a exigência e possibilidade de se ampliar o conceito de cidadania vinculado aos Estados Sociais Democráticos de Direito, desvinculando-o do conceito de nacionalidade. A seguir expõe como os países desenvolvidos intensificam o controle migratório e as barreiras para ingresso e proteção social acentuando a exclusão. Resgata a mesma situação com os habitantes das linhas de fronteira. Nesse sentido, dois conjuntos populacionais citados são preferencialmente determinantes de uma revisão quanto à cidadania. As áreas de fronteira são os espaços territoriais onde coexistem: a confluência das distinções quanto ao atendimento às condições existenciais básicas; os limites dos direitos pensados em relação aos Estados Nacionais decorrentes da emergência de ações e pactos inovadores colocando em evidência o fenômeno da desnacionalização, como os acordos vicinais e áreas de livre-fronteira. Concluindo, apresenta as possíveis estratégias não convencionais apontadas pela literatura para subsidiar atores profissionais e políticos ligados ao tema

Mesa: Brasil, África e Europa: Território e Transformações Globais - 6 de Fevereiro - 18h30 - 101
Moderador: Rosinha Carrion

Título Os sentidos do território: linguagem, educação e comunicação
ID19

Autores Marcos Aurelio dos Santos Souza, Vilbegina Monteiro Santos, Brulino Pereira Santana, Lidia Nunes Cunha, Marisa Aurea de Sa Falcão

Resumo: Este trabalho visa a articular diferentes noções de território nas tênues fronteiras disciplinares da história, da linguística, da literatura, da comunicação etc. Escapando do clássico e redutor sentido geográfico proporemos “topografias” abertas do mundo, que desconstróem o sentido de território, como lugar fechado ou como espaço seguro do nacionalismo ou do discurso nacional. Lançando mão, para isso, de idéias como desterritorialização e reterritorialização, variação linguística, espaço ficcional, poética da relação, saberes nômades etc., estudaremos o mundo lusófono como um espaço aberto ao jogo dos deslocamentos e das diferenças culturais, que abalam e minam tentativas de homogeneização e unicidade, inerentes à idéia de territorialização.

Título O processo de construção da identidade negra em Teresina: o caso do grupo afro-cultural Coisa de Nêgo
ID 165

Autores Artemisa Odila Candé Monteiro

Resumo: Neste trabalho, discuto o processo de construção da identidade negra em Teresina Piauí a partir da estética africana recriada, estabelecendo relações com estratégias do poder no movimento negro na atual conjuntura política que teve início no Governo Wellington Dias, do PT, em 2003. Analiso o modo como o Grupo Afro-Cultural Coisa de Nego surgiu e desenvolveu suas ações de militância e estratégias na reversão da imagem do negro em Teresina, através da idealização das festas da beleza negra até a sua participação no poder estatal. A noção da identidade está intrinsecamente ligada, neste trabalho, com a estética corporal e aos demais sinais diacríticos, que serviram de suportes simbólicos na reconstrução da nova identidade negra ligada a uma África idealizada e mítica. Na medida em que são associados como promotores da identidade negra no estado, essa construção identitária é relacionada a outros estados e cidades que serviram como referência nesse processo de auto-afirmação da negritude, a exemplo de Salvador-BA e São Luiz-MA. Neste sentido, o apelo à África como referência política na nova construção identitária, e a inserção dos negros na política, forjaram a maior visibilidade deste grupo no Estado do Piauí.

Título A construção de relações com a tecnologia e letramento digital em um contexto indígena Yawanawá
ID 423

Autores Marilda Cavalcanti

Resumo: No mundo globalizado atual, o acesso à tecnologia e à informação parece ser tomado como um dado universal. No entanto, mesmo levando em consideração a discussão sobre questões da exclusão digital, é fácil esquecer-se que há também um abismo entre aqueles que vivem em um mundo grafocêntrico e aqueles que fazem parte de um mundo onde a tradição oral é o cotidiano. No contexto indígena que vou focalizar, por exemplo, tanto o letramento (como entendido no chamado “Ocidente”) quanto o letramento digital são questões periféricas. Vem daí a necessidade de problematizar (e pluralizar) o conceito de letramento para que possa, de um ponto de vista que foge do “estabelecido”, levar em consideração aspectos sociais e antropológicos diversos no contexto investigado. Nesta comunicação, o contexto da pesquisa é o acesso a Internet e ao correio eletrônico em uma aldeia Yawanawá (Acre) possibilitado através de um projeto piloto sob a responsabilidade de uma organização não governamental. A pesquisa, de cunho etnográfico e aplicado, é parte de um projeto maior. Os dados, aqui recortados para análise, são provenientes de entrevista com a pessoa indígena responsável pelo estabelecimento de elo entre o mundo da aldeia e a sociedade envolvente e dominante. Ela é parte do grupo que testa o acesso a correio eletrônico e Internet na comunidade Yawanawá, no Estado do Acre, na região noroeste da Floresta Amazônica, Brasil. A análise dos dados indica que ocorrem formas de apropriação (de Certeau, 1990) da tecnologia e informática como um recurso.

Título Intersecções dialógicas na globalização: a Internet como espaço de visibilidade e ações dos microgrupos
ID 1092

Autores Michele Dacas, Holgonsi Soares Gonçalves Siqueira

Resumo: Sob uma reflexão norteada pelas contradições produtivas do contexto globalizado, nosso trabalho objetiva analisar a internet e suas possibilidades na constituição das relações de poder que dão sentido à esfera de diálogo público contemporânea. Percebemos esta esfera pública como sendo marcada por condições de visibilidade midiática que enuncia vozes privilegiadas pelo alcance comunicativo das mídias tradicionais. Neste contexto, compreendemos a internet como um dispositivo midiático flexível, que, ao propiciar exercícios de autonomia para autorias diversas, para manifestações e contestações de todas as ordens, amplia a visibilidade dos microgrupos de poder e possibilita ações contra-hegemônicas. Nesse sentido, ao privilegiarmos a relação existente entre os microgrupos e a internet, situamos as intersecções dialógicas

como fluxos sociopolíticos na globalização, os quais colocam em confronto hegemonias e contra-hegemonias através de conexões “glocalizadas” e desterritorializadas. Nossa análise se constrói perpassando categorias e conceitos como: micropolíticas, esfera pública, visibilidade, democracia dialógica e cidadania ampliada. Tendo por base os pressupostos centrais levantados aqui, concluiremos que, da relação entre globalização, internet e microgrupos de poder, resulta uma democracia dialógica entre os microgrupos, entre estes e a sociedade global e também com a política tradicional, resignificando-se profundamente o entendimento de participação política, de espaço público e de exercício da cidadania na contemporaneidade. Defendemos a importância interdisciplinar desta temática em um momento de questionamento de estruturas, processos e conceitos pelo qual passam todas as ciências, em especial as Ciências Humanas e Sociais.

Título Expansão de Negócios: o conhecimento da informação como vantagem competitiva

ID 1666

Autores Tércia Pereira de Araújo Lima

Resumo: Tendo em vista a forte dinâmica que rege o mercado mundial resultante da globalização que influencia, não só as tendências e mudanças das organizações, mas, principalmente, influi diretamente nas atividades exercidas pelo trabalhador, o presente estudo, tem como finalidade, discutir a questão da competitividade no mercado de trabalho do ponto de vista empresarial com enfoque no mercado de serviços, especialmente, nos restaurantes. O trabalho resulta de uma pesquisa de campo que permitiu a constatação de que, realmente, a base da competitividade de uma empresa depende da qualificação e capacitação de sua mão-de-obra. Dentro do modelo econômico mundial que presenciamos, é o domínio do conhecimento da informação, que torna uma empresa mais ou menos competitiva no mercado. É devido às constantes mudanças na economia global que as empresas e, principalmente as pessoas – foco da competitividade – precisam se adaptar rapidamente a essas transformações que se consegue com a busca do conhecimento e gerenciamento das informações. São essas mudanças as responsáveis pela busca de novas formas de estratégia para competir no mercado. No setor de serviços, em especial, no segmento de alimentação essa competição se torna muito mais complexa, visto o crescimento acelerado e desordenado desse tipo de comércio.

Identidades Linguísticas e Políticas de Língua

Mesa: Política das línguas e educação escolar - 5 de Fevereiro - 11h15 - 206

Moderador: José Teixeira

Título Crianças portuguesas, brasileiras e dos PALOP, na Alemanha: identidade e diversidade nas aulas de Língua Portuguesa

ID 809

Autores Ângela Nunes

Resumo: O ensino da Língua Portuguesa como Língua Materna às crianças portuguesas e luso-descendentes residentes na Alemanha tem sido garantido pelo governo alemão deste os anos 60, período em que as fronteiras deste país se abriram para os trabalhadores convidados. Num momento em que alguns destes pontos de ensino de Língua Portuguesa estão a encerrar, ou em vias de, a solicitação por parte da comunidade portuguesa junto aos órgãos oficiais do seu país, no sentido de garantir a continuidade destas aulas, tem recebido o apoio da comunidade emigrante brasileira e dos PALOP. Afinal, quando a questão numérica dá peso e relevância – 240 milhões de pessoas a falar português no mundo – é importante que as comunidades que têm essa língua como “materna” ou como oficial, se unam. Com efeito, algumas das aulas já contam com alunos oriundos da CPLP. Como é que isto acontece no âmbito destas comunidades tão heterogêneas, como as aulas conseguem responder aos interesses de todos, que programa pedagógico existe, qual a preparação dos professores e que material didático está disponível, qual a participação das crianças neste processo, como o experimentam e elaboram, como suas ‘vozes’ são escutadas e seus interesses representados, que tipo de identidades desenvolvem, que desdobramentos e impacto esta dinâmica desencadeia em termos sociais, culturais, políticos, educativos, são questões em análise nesta comunicação.

Título Por uma lusofonia pós-colonial: a língua portuguesa de um arauto do império a um espaço de tradução cultural

ID 825

Autores Caio Araújo, Iolanda Vasile

Resumo: Para muitos autores, o idêa da Lusofonia surgiu em Portugal pós-colonial como uma substituta para o que até então havia sido o luso-tropicalismo, teoria amplamente difundido durante o regime salazarista e que defendia a existência de uma civilização luso-tropical sustentada pela ausência de racismo do colonizador português. A Lusofonia surge como uma maneira de recuperar a glória imperial perdida e busca recuperar um passado e uma história comum que ligaria os povos e países lusófonos em relações de solidariedade no presente. Embora apareça hegemonicamente em sua forma acrítica e solidarista, a Lusofonia deve ser submetida a uma rigorosa crítica das relações de poder que lhe estão implícitas. É preciso afastar a hierarquização existente entre as diversas variantes regionais da língua portuguesa, hierarquização esta que pressupõe a existência de uma relação de dominação entre um português europeu/original e portugueses outros, sendo que esta relação existiria analogamente no plano geopolítico. Devemos caminhar em direção a uma Lusofonia definida em termos da teoria pós-colonial, de forma a superar as relações assimétricas de poder constituídas historicamente em nível político e simbólico entre os povos lusófonos. Para tanto, utilizamos o pós-colonialismo situado ao espaço-tempo da língua oficial portuguesa desenvolvido por Boaventura de Souza Santos. Somente através desta releitura pós-colonial a Lusofonia se aproximará de um espaço de tradução cultural nos termos em que fala Homi Bhabha, isto é, um espaço igualitário de negociação e verdadeiro diálogo.

Título Preconceito Lingüístico e mídia

ID 1223

Autores Lúcia Regina Barcelos Só, Fabiola Castro Soares, Letícia Ponso, Leilane Morsch

Resumo: Este trabalho trata sobre o conceito de língua padrão e a importância de conhecermos também as modalidades língua literária e língua falada. Aborda o que é preconceito lingüístico e apresenta alguns exemplos desse tipo de preconceito presentes na mídia. Através de questionários, fica registrado como alunos de 8ª série e de 3º ano do Ensino Médio e professores de Língua Portuguesa reconhecem a diferença entre frases escritas na norma padrão do português, em uma modalidade próxima da fala dos brasileiros e em uma modalidade tida como incorreta conforme as normas ditadas pela Gramática Tradicional da língua portuguesa. A investigação feita procurou confirmar a existência do preconceito lingüístico e como ele se manifesta em sala de aula, tanto por parte dos alunos como por parte dos professores. Finalizando, o trabalho apresenta algumas respostas dos entrevistados que refletem o tipo de atitude que cada um dos grupos citados assume diante das diferentes modalidades pesquisadas da língua.

Título Estrangeirismos, anglicismos: evolução ou dominação

ID 1228

Autores Ernani Guinzelli, Alex Valério, Analice Vargas de Bem

Resumo: Estrangeirismo é o emprego, na língua de uma comunidade, de elementos oriundos de outras línguas. No caso do português brasileiro consideramos estrangeirismo o uso de palavras e expressões estrangeiras à nossa língua. O inglês é claramente língua estrangeira, pois não é língua usada na vida diária por nenhuma comunidade brasileira. A mudança lingüística é inevitável e raramente previsível e aqueles que tentam planejar o futuro de uma língua perdem seu tempo – este tempo seria mais bem empregado em imaginar maneiras inéditas de capacitar a sociedade para aceitar as novas formas lingüísticas que acompanham cada geração. Ao andarmos nas ruas de Porto Alegre- Rio Grande do Sul - Brasil, todos os dias, vemos cartazes, folders, outdoors, propagandas, nomes de estabelecimentos comerciais utilizando-se de termos e elementos da língua inglesa. Este trabalho tem como objetivo mostrar alguns casos de estrangeirismos encontrados em Porto Alegre e colocar em discussão e reflexão a temática com ênfase nos anglicismos. Há, de fato, crescimento no mundo todo de termos da língua inglesa, pois o inglês é a grande fonte contemporânea de empréstimos ao português e às demais línguas. O inglês é hoje uma das línguas mais usadas no mercado financeiro, na propaganda e nos computadores. Acreditamos que tudo isso deve também estar ligado à globalização. O apelo da máquina capitalista é forte demais para que a mídia da informação, do entretenimento e, principalmente, da publicidade possa ou queira deixar de explorar as associações semióticas entre a língua inglesa e o enorme repositório de recursos simbólicos, econômicos e sociais por ela mediados.

Título Educação escolar e a reprodução da violência linguística

ID 1115

Autores Osvaldo Piedade Pereira da Silva

Resumo: O presente trabalho discute a contribuição da educação escolar na produção e reprodução da violência linguística exercida contra falantes de variedades lingüísticas marcadas socialmente. Entenda-se Violência Linguística como toda forma de interdição humana que se pratica através do uso da linguagem – de forma consciente ou não –, cuja acção alcança negativamente os falantes de variedades lingüísticas desprestigiadas. Assumindo como material empírico cenas do cotidiano, o estudo discute participação directa e indirecta da educação escolar, que se faz descontextualizada, no processo de autorização e validação de práticas de discriminação, de interdição, e de ridicularização humana. Apresentando conclusões parciais, resultado de uma dissertação de mestrado, o estudo avança rumo a constituição de uma tese de doutoramento cujo tema se inscreve no debate que apresenta a língua como lugar da exclusão social de imigrantes lusófonos em espaço escolar português. Teoricamente, toma-se por suporte, mas não, a tese de Lilia Bartolomé (2007), segundo a qual a educação lingüística descontextualizado, desprovido de reflexão histórico-crítico, tem contribuído para a prática da pedagogia da subordinação exercida contra os sujeitos lingüisticamente diferente e de menor estatuto socioeconómico, nesse sentido, a discussão aqui proposta inscreve-se no debate político, no sentido empregado por Paulo Freire, da educação lingüística no contexto das diferenças culturais.

Mesa: Identidade e línguas em Timor-Leste - 5 de Fevereiro - 18h30 - 319

Moderador: João Sarmento

Título O contraste da derivação prefixal das duas línguas co-oficiais de Timor-Leste

ID 964

Autores Benvinda Lemos da Rosa Oliveira

Resumo: Recentemente independente, Timor-Leste vive uma situação plurilingue, com reposição do Português como língua de administração e veicular de ensino.

Partindo do princípio de que as línguas possuem propriedades comuns e universais mas que diferem umas das outras na sua estrutura tipológica, é nesse campo de contraste que a autora pretende apresentar o processo de formação de palavras por prefixação nas duas línguas co-oficiais de Timor-Leste.

Os prefixos em Português “podem veicular em três processos”, através de adjectivalização-deadjectival, nominalização-denominal e verbalização-deverbal e são considerados como “constituintes com o menor grau de intervenção na determinação das propriedades da palavra complexa em que ocorrem”.

Esse fenómeno é diverso na língua Tétum, apesar de os prefixos poderem veicular em três processos, diferem-se do Português no processo de formação, nomeadamente por verbalização-deadjectival e verbalização-denominal.

A derivação por prefixação difere nas duas línguas em cotejo, enquanto que no Português, os prefixos “nunca dão origem a uma alteração de categoria sintáctica”, no tétum é bem diferente, os prefixos podem alterar a categoria sintáctica da palavra, isto é, a palavra derivada pode não manter a mesma categoria sintáctica ao qual o prefixo se associou. Contudo a autora pretende sublinhar que o processo que veicula os prefixos do Tétum possui apenas um traço característico, isto é, a

realização verbal, através de diferentes processos, a qual a palavra de origem pertence, quer de base adjectival, nominal ou verbal.

Título A língua portuguesa em Timor-Leste: o conflito do idioma nacional

ID 1047

Autores Maria Aliete Bormann, Marília Gonçalves Borges Silveira

Resumo: Esse estudo pretende discutir a língua portuguesa em Timor-Leste, para tanto, considerar-se-á o contexto histórico-social e as condições em que ocorre à expansão desse idioma, que por questões políticas tornou-se a língua oficial em detrimento das línguas maternas locais daquele universo multilíngüe. Faz-se necessária uma incursão no universo da formação e do imaginário social de professores responsáveis em aprender e ensinar em língua portuguesa. A análise será realizada a partir de documentos formais da educação, depoimentos orais e escritos, como entrevista e questionário, a fim de compreendermos como se dá o ensino da língua portuguesa. Nos depoimentos e entrevistas, os profissionais expõem sobre o que é ser e tornar-se professor em Timor-Leste; assim, partimos da noção de um sujeito múltiplo, contraditório e construído dentro de diferentes discursos.

Alguns questionamentos são fundamentais como: será que a formação de professor é fator determinante para que falantes da língua portuguesa defendam a adoção desse idioma com língua oficial e de ensino daquela nação? Qual o papel da língua portuguesa em tal contexto? Como o idioma português contribuiu e vem contribuindo não só na formação da elite formadora no país como também na da elite dirigente? Como é formar e ser professor nesse palco?

Buscaremos aporte teórico na Análise de Discurso, de linha francesa, associada à visão sócio-interacionista de Bakhtin; de Foucault a concepção de discurso, as relações de poder e de saber que permitirá a reflexão sobre o poder e o discurso que emana daqueles que dominam a língua.

Título Usos da língua portuguesa em Timor-Leste: uma abordagem semântica no género textual newsletter (versão em português)

ID 1414

Autores Sabina da Fonseca

Resumo: A Língua Portuguesa foi introduzida em Timor pelos missionários dominicanos e colonos portugueses, que no século XVI aportaram na foz da ribeira do Lifau, onde se encontra erguido um padrão (monumento) a assinalar o facto. A partir daí, passou a ser ensinada nas primeiras escolas e na Catequese, prevalecendo como língua oficial de Timor-Leste até Agosto de 1975. Hoje é língua co-oficial e língua de ensino no país, mas as duas fases de interrupção, a primeira, a ocupação japonesa, de curta duração, e a segunda, de duas décadas, foi a mais prejudicial porque o regime militar indonésio banuiu por completo o uso da Língua Portuguesa, substituindo-a pelo malaio indonésio, sendo a origem fundamental dos problemas linguísticos hoje existentes no país. O objectivo desta pesquisa foi descrever alguns aspectos linguístico-discursivos no campo da Semântica que podem ser abordados usando o género textual Newsletter. Usou-se como fundamentação teórica e metodologia as considerações de linguistas como Luiz Antônio Marcuschi, Ingedore Grunfeld Villaça Koch, Mikhail Bakhtin, Barbara Weedwood e Mário A. Perini, sobre os géneros textuais ou discursivos e como eles poderão ser trabalhados tanto em sala de aula como fora dela, perfazendo a análise de sete exemplares do corpus "Newsletter". O género Newsletter é secundário, cujos itens constituem unidades independentes que podem ser adaptadas e trabalhadas perfeitamente em sala de aula. Quando devidamente explorado, não serve apenas para o ensino de leitura e gramática. É um material heterogéneo com função interdisciplinar que fornece elementos e dados muito úteis para aulas de outras disciplinas, podendo ser utilizado também pelos professores dos níveis mais básicos. A problemática do significado transborda as próprias fronteiras da Linguística e constitui outra dificuldade, porque ela está fortemente ligada à questão do conhecimento.

Mesa: Construção de identidades e processos linguísticos - 6 de Fevereiro - 16h15 - 209

Moderador: Aldina Marques

Título Metamorfoses da memória e usos do interdiscurso em narrativas orais: construindo identidades

ID 220

Autores Anderson Carvalho Pereira, Leda Verdiani Tfouni

Resumo: A partir do referencial teórico da Análise do Discurso francesa (AD), nosso objetivo é mostrar de que maneira a memória discursiva sustenta regiões do sentido em que a organização de saberes articula no discurso narrativo um resgate da subjetividade. Para a AD, o sentido é uma espécie de "produto" em constante construção pela ideologia, a qual recalca alguns pontos da memória sócio-histórica dos dizeres (interdiscurso), através de um processo de naturalização semântica que interfere no fluxo de significação, e, deste modo, afeta a identidade, visto que compele o sujeito a dizer o já estabelecido. Será apresentada a análise de um corpus formado por duas narrativas orais contadas por uma mulher brasileira negra e não-alfabetizada. A primeira delas ("A mulher que tinha vontade de ter uma filha e ganhou uma porquinha") apresenta uma maneira particular de narrar o "final feliz" das histórias de amor: a morte trágica ali se faz presente. Na segunda ("Pedro Malasarte"), temos a conhecida história de Pedro Malasarte (que, segundo Cascudo, é um tipo da novelística ibérica e italiana dos séculos XVI e XVII); há um jogo contraditório de sentidos que faz com que o sujeito caracterize o personagem ora numa zona de sentidos dominante, referindo-se à preguiça do mesmo, ora apresentando movimentos de resistência, em que sua esperteza subverte a ordem estabelecida. Com o refinamento dessa análise, mostraremos como a mobilização de certas regiões do interdiscurso possibilita ao sujeito ocupar posições, que abrem espaço para uma maneira singular de lidar com sentidos naturalizados pela ideologia (FAPESP;CNPq).

Título Entre a tradução e a mestiçagem, retóricas de identidade no espaço de língua portuguesa: o caso de Pepetela e Agualusa

ID 355

Autores Frank Marcon

Resumo: Nesta comunicação apresento o resultado de algumas pesquisas e análises que tenho realizado sobre as narrativas literárias de escritores como Pepetela e José Eduardo Agualusa, ambos nascidos em Angola, para pensar nas ambivalências das referências a mistura em suas obras como um lugar de identidade substantiva – a “cultura mestiça”, como exemplo, por um lado – ou como lugar de diferença, de fronteira e do impoderável, por outro lado – como a sugestão das teorias pós-coloniais da tradução cultural. É preciso perceber que as chamadas “raça” ou “cultura mestiça”, “sociedades crioulas” ou “híbridas” geralmente estão relacionadas aos discursos nacionalistas, colonialistas e, por vezes, “pós-colonialistas”, como o fortalecimento das comunidades transnacionais. Se observarmos que só existem “mestiços”, “crioulos” ou “híbridos”, ou por outro lado os “puros”, em tais contextos, podemos questionar se estes não são conceitos usados invariavelmente para caracterizar uma dada comunidade imaginada. O que venho tentando argumentar é que estes conceitos surgiram em contextos históricos específicos nas colônias ou ex-colônias a partir de uma visão eurocêntrica de mundo. No caso do espaço lusófono, uma tradição do pensamento social consolidou tal referencial como ponto de partida de singularidades e originalidades da determinação colonial portuguesa, de um “modo de ser” específico que pretendia contrapor-se a outros. Portanto, é importante partirmos de estudos de caso na busca por evidências de superação ou de continuidade destes discursos na contemporaneidade.

Título A linguagem no cotidiano prisional: um estudo da realidade brasileira

ID 625

Autores Hilderline Câmara de Oliveira

Resumo: Esta pesquisa é fruto do processo de investigação do doutorado em ciências sociais, que analisa a linguagem no cotidiano das prisões na realidade do Estado do Rio Grande do Norte /RN - Brasil, visando compreender a linguagem como uma das formas mais expressivas da cultura, ou seja, da sociabilidade humana e, portanto, das relações sócio-culturais. A linguagem no cotidiano das prisões além este mesmo objetivo, ainda recebe uma configuração e aplicabilidade diferenciada da sociedade civil, que é dotada de representações sociais muito particulares. Os caminhos metodológicos são: revisão bibliográfica, observação registrada no diário de campo, pesquisa e análise documental, registros fotográficos e entrevista com presos do regime fechado. Percebe-se que, a dinâmica da vida do cotidiano prisional é regida por configurações próprias, constituída por indivíduos que estabelecem suas próprias leis, códigos, mensagens, linguagem, cultura, ordens, regras e relações de poder paralelo. Este fato se torna cada vez mais rotineiro e normal dentro dos estabelecimentos penais tanto do estado-RN, como também do país em sua totalidade, na medida em que os apenados estabelecem suas próprias regras, formas de linguagens, modo de vida, leis, códigos e condutas de sociabilidade. Portanto, a linguagem não serve apenas para designar uma realidade preexistente, ela organiza para nós o mundo em que vivemos. Então, ela não é só instrumento de pensamento ou de comunicação. Sendo assim, a linguagem se constitui uma das formas mais expressiva para compreender o cotidiano prisional.

Título Confrontos linguísticos no Brasil nas décadas de 1930/1940

ID 784

Autores Neide Almeida Fiori

Resumo: Esta comunicação tem como palco geográfico a região sul do Brasil, povoada por fortes contingentes populacionais de imigrantes estrangeiros que trouxeram sua religião, idioma e hábitos de viver. A política imigratória do governo não manifestava preocupações com a assimilação cultural dessas populações que tradicionalmente se realiza pela ação da escola, instrumento eficaz para a difusão do idioma do país receptor. O estudo refere-se a um tempo histórico que teve a Segunda Guerra Mundial como o seu evento mais marcante e que, a partir do momento em que o Brasil se posiciona pró-Aliados, afetará a situação dos imigrantes estrangeiros e seus descendentes, especialmente aqueles de origem alemã, italiana e japonesa. Esses, no contexto da guerra, passam a ser considerados como “inimigos em potencial” e a difusão do idioma português entre populações que o desconheciam (ou pouco conheciam) passa a ser interpretada como uma questão de segurança nacional. Entende-se que em termos históricos, a cultura luso-brasileira ameaçada de Gilberto Freyre expressa bem esses tempos, e que o tema, além de outros autores, encontra apoio teórico em O que falar quer dizer de Pierre Bourdieu. Apoiada em bibliografia, pesquisa documental e entrevistas, as análises centram-se nas estratégias educacionais (criação de associações escolares como a Liga Pró-Língua Nacional) e na investigação do papel desempenhado, muitas vezes violento, pelo exército brasileiro e pela polícia militar no sentido do estrito controle linguístico a que foram submetidas essas populações.

Título Língua e Alimentação: caminho para a inclusão sócio-cultural

ID 400

Autores Diva Luisa De Luca

Resumo: Língua e Alimentação: caminho para a inclusão sócio-cultural

Ao apresentar o projeto Língua e a Alimentação: caminho para a inclusão sócio - cultural, propomos uma ação educativa direcionada aos jovens, cujo fruto será a criação de novos caminhos para que a população de uma comunidade urbana, excluída, tome em suas mãos o processo de inclusão sócio-cultural, tendo como interlocutores a língua portuguesa e a alimentação. Os seres humanos se organizam socialmente, se respeitam e desenvolvem laços de solidariedade a partir da identidade cultural, que está alicerçada primeiramente na língua e, em seguida, na alimentação. Culturalmente nos reconhecemos entre os nossos pares, que nos identificamos como seres humanos, pertencentes àquela etnia ou povo, pois temos uma linguagem comum para nos comunicarmos e, também, coletamos, plantamos, colhemos e elaboramos os mesmos alimentos que nos nutrem e, principalmente, nos afirmam na mesma teia cultural, adquirindo caráter simbólico, pois estão presentes nos nossos rituais de alegria e de tristeza. Apoiados na matriz metodológica da pesquisa - ação promoveremos a integração de jovens do ensino médio, moradores da comunidade, e de jovens universitários da classe média, criando grupos de pesquisa e trabalho social remunerados; desenvolveremos novas práticas sociais de inclusão sócio-cultural, gerando emprego e renda dentro da comunidade, através da capacitação profissional e incentivando a criação de micro - empresas de alimentação.

Todas as ações serão permeadas pelo aprimoramento do ensino da língua portuguesa.

Título Por uma língua portuguesa sem preconceitos

ID 878

Autores Maridelma Laperuta Martins

Resumo: Como sabemos, é imprescindível para todo Homem que deseja uma participação efetiva na sociedade, dominar sua língua oral e escrita, uma vez que é por meio dela que o esse Homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo e produz conhecimento. À escola cabe garantir aos alunos o acesso a saberes lingüísticos necessários para o exercício da cidadania. E esses “saberes lingüísticos” não se resumem em conhecer a língua culta prescrita pela gramática normativa e saber utiliza-la. Além disso, é ainda necessário que esse aluno tenha consciência de que a variedade padrão não é a única língua que deve ser “aprendida” e utilizada; que além dessa, existem muitas outras variedades de linguagem, dentro da mesma língua portuguesa, e que todas elas são corretas, passíveis de análise lingüística e, também e principalmente, de uso. O objetivo desta apresentação é expor um pouco do preconceito existente sobre a linguagem exercida por quem não domina a norma padrão e que esse preconceito deve ser combatido pela consciência de que há lugares, circunstâncias, pessoas e momentos para utilizar a norma culta, sempre respeitando todas as variedades da nossa Língua Portuguesa.

Título Ciberlinguagem: aliada ou inimiga do homem contemporâneo

ID 1220

Autores Lúcia Regina Barcelos Só, Letícia Schenato, Taís Cardoso Silva, Anderson Murlík, Andreza Silva

Resumo: A revolução tecnológica que se desenvolve ao longo dos tempos ocasiona mudanças sociais, econômicas, históricas e culturais de uma sociedade. O advento dos computadores pessoais aliado, posteriormente, à internet, rede mundial de computadores, resultado de um mundo globalizado, produz mudanças comportamentais, para que os indivíduos estejam inseridos em uma nova era, em um novo contexto. Assim, surge uma modalidade de interação diferenciada, um novo texto, com qualidades lingüísticas, enunciativas, discursivas e pragmáticas próprias, o que possibilita ao usuário, transgredir em parte a norma da gramática tradicional e da linguagem considerada culta. Mas há um fato importante e relevante que é o acesso a esta modalidade, atualmente restrito aos participantes deste mundo “virtual” e globalizado. Por um lado, devemos analisar como evolução e por outro como um fator de discriminação, pois o espaço virtual é disponível para poucos. Cabe, então, discutir, se esta nova forma de interação poderá, em algum momento, interferir nas questões de aprendizagem e o correto emprego da língua padrão ou se deve ser utilizado, no entanto com restrição por parte dos educadores.

Identidade, Etnicidade e Racismo

Mesa: Construções identitárias em contextos educativos - 4 de Fevereiro - 19 horas - 312

Moderador: Rosana Albuquerque

Título Emergir para existir: novas práticas políticas e pedagógicas do Movimento Negro brasileiro em prol da diversidade étnico-racial

ID 451

Autores Nilma Gomes

Resumo: O Brasil costuma ser conhecido (e gosta de se dar a conhecer) como o país da diversidade cultural e da democracia racial. Ao mesmo tempo, as pesquisas acadêmicas e oficiais desvelam que o cotidiano dos brasileiros é marcado pelas diversas formas de desigualdade, racismo, discriminações e preconceitos. É nesse contexto complexo e tenso que a alteridade e os processos de construção das identidades dos diferentes grupos étnico-raciais brasileiros se realizam. Os movimentos sociais, junto com as diversas formas de ações coletivas, ao longo dos anos, têm se constituído como os principais sujeitos políticos que denunciam e propõem alternativas políticas e práticas de superação das desigualdades e discriminações. É por meio da pressão desses setores que emergem alternativas e opções. No caso específico da luta anti-racista, o Movimento Negro brasileiro se configura como um importante protagonista. Dentre os vários campos de atuação desse movimento social destaca-se a educação. A partir dos anos 2000, as mudanças no campo das políticas públicas e das práticas educacionais em prol da diversidade étnico-racial, no Brasil, se tornam mais visíveis. Nesse sentido, indaga-se: quais são as intervenções positivas do Movimento Negro no campo da educação escolar? Elas atingem as práticas pedagógicas, os currículos, a legislação educacional e a formação de professores? Como? Será que esse novo contexto tem possibilitado a emergência de subjetividades negras emancipatórias e democráticas? Novas identidades negras vêm sendo formuladas? As reflexões aqui apresentadas fazem parte de uma pesquisa em andamento, com apoio do CNPq.

Título Conflitos Étnicos Que Impactam A Auto-Estima do Aluno Negro

ID 1458

Autores Joanna D’Arc de Paula Almeida, Jacy Correa Curado

Resumo: Este trabalho foi realizado em instituições, tendo a maioria dos alunos (as) negra (os), com a proposta de empoderá-los, para enfrentar os conflitos étnicos que impactam sua auto-estima. O meio de atingirmos nossos objetivos foi através de oficina enquanto instrumento de intervenção psicossocial, com o intuito de trabalhar estratégias de enfrentamento das desigualdades sociais e raciais e demonstrar a importância da Psicologia Social nos estudos e pesquisas étnicas. A oficina como instrumento de intervenção psicossocial é um trabalho efetuado com grupos por meio de encontros. Realizaram-se seis oficinas, com três grupos, sendo seis encontros, totalizando 152 atendimentos. Neste trabalho serão debatidos os principais fatores que afetam a auto-estima dos alunos (as) negros (as) e serão apresentadas propostas de ação.

Mesa: Identidades racizadas e processos de etnicização - 4 de Fevereiro - 19 horas - 309

Moderador: Fernando Luís Machado

Título (Re)pensando a miscigenação e a exclusão: a construção de afinidades e trocas na África do Sul e no Brasil.

ID 882

Autores Laura Moutinho

Resumo: Este paper faz parte de um processo de reflexão ainda em andamento desenvolvida no âmbito da pesquisa Relations among "race", sexuality and gender in different local and national contexts, coordenada internacionalmente pelo CLAM/USP/CEBRAP. A pesquisa é desenvolvida em três países (Brasil, África do Sul e Estados Unidos) e em seis cidades (São Paulo/Rio de Janeiro, Cape Town/ JHB, SF/Chicago). Mais especificamente, objetiva-se neste trabalho comparar as experiências e narrativas de jovens universitários de diferentes backgrounds em relação à sexualidade e raça em dois diferentes contextos nacionais. Em relação à África do Sul, a reflexão proposta deve ser circunscrita ao campo de possibilidades que vem se desenvolvendo no período pós-apartheid a partir da redemocratização e de algumas das inúmeras tentativas de recomposição do tecido social, como por exemplo, a Comissão de Verdade e Reconciliação. No caso do Brasil, objetiva-se colocar em perspectiva como jovens, também universitários, mostram-se permeáveis às recentes transformações no campo dos direitos raciais e sexuais que vêm sendo operados recentemente. O objetivo final deste paper é refletir sobre a forma como as iniciativas no campo dos direitos humanos vêm impactando a vida de um certo segmento jovem nestes dois contextos

Título Transcendências miméticas e jogos da memória na trama de pertencimentos e identidades negras em um grupo de dança afro em Pelotas, RS, Brasil

ID 883

Autores Maria Helena Sant'Ana

Resumo: Esta comunicação visa à análise etnográfica dos modos como participantes de um grupo de "ação cultural", pesquisa e dança "afro", o Odara, situado na cidade de Pelotas, se constituem como uma comunidade de sentimento e interpretação de múltiplas temporalidades vividas e imaginadas relativas às trajetórias e aos lugares e produção de não-lugares dos negros em sua relação com a cidade e para além dela, em territorialidades que transcendem ao contexto do "aqui e agora". Inseridos no manancial de referências significativas dos movimentos negros brasileiros, situam a trama e interpretação destas temporalidades num jogo em que se põem em perspectiva de diálogo com uma memória social mais ampla, incluindo produções historiográficas, tecendo continuidades espaço-temporais entre Áfricas reencontradas e uma topografia urbana assombrada pelos tempos de escravidão e pelo racismo contemporâneo, tensionando passado e presente, lá e aqui. Situada numa pesquisa mais ampla da memória social dos moradores negros desta cidade, os dados desta comunicação são construídos pelo acompanhamento etnográfico dos ensaios e encontros do grupo em suas dramatizações, performances, debates, reflexões e sociabilidades. Postas em um movimento de mimesis e refiguração de temporalidades sociais, as identidades e pertencimentos coletivos se redefinem num movimento de reinvenção e transcendência de uma memória coletiva vivida e representada como, a princípio, fragmentada, eclipsada e silenciada.

Título A Metamorfose de militantes negros em negros intelectuais

ID 1010

Autores Sales Augusto dos Santos

Resumo: O artigo visa apresentar os resultados de uma pesquisa feita com os diretores e ex-diretores da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). A partir dos perfis e trajetórias político-acadêmicas desses intelectuais, especialmente a partir das suas maneiras de sentir, pensar e agir no que diz respeito à questão racial no Brasil, bem como de suas condutas acadêmico-intelectuais, sustenta-se a hipótese de que é plausível fazer uma distinção entre intelectuais negros e negros intelectuais. Neste sentido, negros intelectuais são em realidade os intelectuais de origem ou ascendência negra que sofreram ou sofrem influência direta ou indireta dos Movimentos Sociais Negros, incorporando destes uma ética da convicção anti-racismo que, associada e em interação com uma ética acadêmico-científica adquirida ou incorporada dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras, produz nestes intelectuais um ethos acadêmico ativo que orienta as suas pesquisas, estudos, ações, bem como as suas atividades profissionais de professores universitários.

Título A importância da cultura multi-identitária do hip-hop brasileiro na construção da resistência contra- hegemônica

ID 1029

Autores Andréia Moassab

Resumo: Entendemos o hip-hop como um canal de construção da identidade de resistência do negro, do pobre e do periférico, capaz de fazer frente às estruturas alvicêntricas e classistas da sociedade contemporânea. A identidade de resistência embasada na territorialidade (as periferias) é híbrida e inseparável da identidade étnica (os negros). Sua construção se dá através do reconhecimento e da valorização dos heróis negros; da resignificação da beleza negra; e do reconhecimento de dignidade da vida na periferia e de seus moradores.

A periferia é a territorialidade na qual são construídos as referências históricas, os laços de vizinhança e as redes de sociabilidade do hip-hop. Não obstante a centralidade da raça negra na identidade étnica no hip-hop, outros grupos sociais, como nordestinos e índios, são reconhecidos, sempre considerando conjuntamente a identidade de classe social (os pobres) e espacial (os bairros pobres). Desta maneira, são desenhadas identidades compostas por elementos identitários que se sobrepõem, sem necessariamente se excluírem. A produção de sentidos em consonância com todos estes elementos faz do hip-hop uma cultura multi-identitária de onde vem sua força contra-hegemônica contra as imposições simbólicas da sociedade contemporânea dominante.

Construir o "ser negro" e o "ser periférico" por meio da conscientização dos processos históricos de hierarquização social é importante ferramenta de ruptura e resignificação: auto-denominar-se é distinto de ser designado. De uma subordinação passiva, passa-se a uma ação política. O hip-hop constitui-se, portanto, no Brasil, como um movimento de ação política através da produção de sentidos e da afirmação da identidade.

Mesa: Racismo, etnicidade, política e Estado-Nação - 4 de Fevereiro - 19 horas - 308**Moderador: Joana Miranda****Título** Etnicidades e Estado nacional**ID** 242**Autores** Elizabeth Coelho

Resumo: Discussão sobre a forma como a despeito de sua constituição colonial, subjugando diversas nações que habitavam o território hoje denominado Brasil, o Estado brasileiro, a exemplo dos outros estados modernos, construiu-se como um estado nacional e permanece afirmando-se como tal. Esse cenário configura a relação do Brasil com os vários povos que vivem no espaço geopoliticamente definido como território brasileiro. Trata-se de “uma nação”, a brasileira, que se relaciona com várias outras, definidas como etnias, dentre elas, as indígenas, no âmbito do estado, que também é brasileiro. A nação é percebida como uma forma de organização política mais completa, superior. Na relação com a nação, a etnia seria um classificador politicamente inferior. Essa hierarquização reflete a lógica da colonialidade do poder (Mignolo, 2002) A construção da noção de etnia, em relação à idéia de nação, reproduz, em termos epistemológicos, a lógica da dominação política. Classificar como etnia povos que possuem organizações sociais próprias, sistemas políticos elaborados, territórios delimitados, implica alijá-los da categoria nação. Esta poderia ser aplicada somente aos povos que exercem domínio político sobre outros, como é o caso dos Estados-nação “modernos”. A reflexão toma como base a relação do Estado brasileiro com os povos indígenas e toma como referência pesquisas sobre as políticas indigenistas de saúde e de educação no Brasil e a forma como alguns povos indígenas constroem suas identidades a partir dessa relação.

Título Os sentimentos racistas antes da política racista**ID** 312**Autores** Marion Brepohl de Magalhães

Resumo: Muito se discorre sobre a conexão entre política racista biologia aplicada à hierarquização de grupos étnicos no século XIX. De fato, a partir das pesquisas ditas científicas sobre os povos primitivos, o chamado atraso técnico a que estavam submetidos, passou a ser explicado menos por aspectos morais e mais por características filogenéticas. Todavia, parece-nos claro, até pelo encadeamento cronológico dos fatos, que o preconceito, a intolerância, as tensões entre o europeu e o nativo, conformaram imagens e emoções muito mais decisivas para o racismo do que as doutrinas informadas pelo determinismo biológico. A propósito do papel dos sentimentos e das sensibilidades na política, mencionemos Hannah Arendt, que em uma passagem do livro *Origens do Totalitarismo*, propõe que estes sentimentos, nutridos nas relações cotidianas entre colonizador e colonizado nos levam à compreensão não apenas do racismo em África, mas também das práticas racistas na Europa. Segundo a autora, que se vale de exemplos como o nacionalismo sul-africano, o Imperialismo Inglês e anti-semitismo, há uma conexão recorrente entre o nacionalismo tribal e o ódio ao diferente. Nesta comunicação, pretendo demonstrar, a partir das iniciativas de Carl Peters, agente colonial alemão, como o sentimento de alteridade – traduzido pelo interdito à miscigenação – foi destilado e transmitido à opinião pública europeia de forma a internalizar, ainda que de forma inconsciente, o senso de superioridade e o senso de missão. Mas também, no tocante ao exemplo em questão, nos primeiros experimentos de genocídio praticados no século XX, tanto quanto a convicção sobre a inevitabilidade destes genocídios

Título Identidades, etnicidade e racismo entre imigrantes.**ID** 773**Autores** Miriam Santos

Resumo: O objetivo desse trabalho é entender os contornos identitários produzidos pela imigração e que freqüentemente são expressos através de confrontos entre “nós” e os “outros”, que em situações extremas podem levar ao racismo. Buscamos entender também como esse “nós” pode ser relacional e em alguns momentos abarcar os “outros”, através da redefinição de identidades. A grande imigração europeia para o Rio Grande do Sul vai se distribuir espacialmente em “ilhas” de colonização criando espaços onde os imigrantes e seus descendentes reportam-se a identidades alemãs e italianas. Observamos nesse momento disputas entre os chamados colonos “de origem” (alemães e italianos), mas também alianças contra os “brasileiros” (negros e índios) e os luso-brasileiros. Mais tarde os açorianos, que em um primeiro momento não são pensados como imigrantes, porque haviam chegado ao país em uma época em que Brasil e Açores faziam parte do Império Português, buscam também definir por uma identidade de imigrantes, e especialmente de colonos “de origem”. No entanto essas diferenças são freqüentemente apagadas quando esse grupo de origem imigrante migra para outros lugares do Brasil. Nesse momento o pertencimento étnico passa a ser o regional e “italianos”, “alemães”, “açorianos”, passam a ser apenas “gaúchos” em oposição aos demais “brasileiros”. Como método de trabalho utilizamos à etnografia e a pesquisa histórica, buscando na história política e econômica suporte para entender as transformações nas relações entre os diversos grupos humanos estabelecidos na serra gaúcha e seus descendentes que migraram para outras partes do país.

Mesa: A integração dos Afro-descendentes no Brasil - 5 de Fevereiro - 11h15 - 208**Moderador: Olga Magano****Título** Os apontamentos teóricos da diversidade e a vivência da diversidade étnica, linguística, cultural e racial no Brasil a partir da presença angolana**ID** 391**Autores** Marciele Nazaré Coelho, Roseli Rodrigues de Mello

Resumo: A compreensão da diversidade ao longo dos anos foi influenciada pelas diferentes teorias advindas das Ciências Sociais e Humanas. O marxismo, a fenomenologia, as teorias pós-modernas, as teorias críticas e duais contribuíram para diferentes modos de compreensão do sujeito, da sociedade, da escola e, assim, das relações entre os diferentes sujeitos, nesse sentido, buscamos retomar os diversos aportes teóricos no que tange à questão da diversidade cultural, étnica e racial e buscar entender a presença angolana no Brasil, tendo como perspectiva as teorias duais que favorecem a compreensão da diversidade numa perspectiva de igualdade, de respeito e diálogo com os diferentes sujeitos. A partir da pesquisa de doutoramento, que tem sido desenvolvida sob as bases teóricas das perspectivas duais, buscamos destacar algumas premissas da vivência de angolanas no Brasil, pensando as questões relacionadas à língua, à cultura, ao mercado de trabalho e à diversidade étnica e racial. A escola é o espaço aqui privilegiado para que possamos abordar a temática, ou seja, focalizamos o espaço da escola brasileira onde situações de discriminação e racismo são vivenciadas e, no momento atual, com a presença negra e imigrante na escola, temos, então, novas situações sendo colocadas no âmbito da diversidade. A presença negra e imigrante dos descendentes das mulheres angolanas na escola brasileira nos diz do modo como negros, sejam brasileiros ou não, são tratados na escola. O olhar e as vivências das angolanas nos possibilitam pensar ações mais igualitárias, entre a constante diversidade existente nos espaços, baseadas no diálogo entre diferentes.

Título Jogos de memória e performance entre os Maracatus-Nação em Recife.

ID 480

Autores Isabel Guillen

Resumo: Os maracatus-nação constituem na atualidade uma das manifestações culturais de Pernambuco mais conhecidas em todo o mundo, sendo responsável pela definição das identidades afro-descendentes no Estado. De longa tradição e história os maracatus estão imersos num campo extremamente disputado em que memória e performance exercem papel destacado. Este artigo objetiva discutir como, através de jogos de memória e representações, Dona Santa e Dona Madalena, rainhas de maracatu em tempos distintos, encenaram seu lugar social como matriarcas da cultura afro-descendente na cidade de Recife. Com essas performances ambas construíram, através das inflexões de gênero e etnia, um lugar social para si bastante destacado legitimando a autoridade religiosa e a condição de “monarcas de uma nação”. Em um campo cultural eivado por tensões e disputas, as performances de Dona Santa e Dona Madalena lhes garantiram um lugar social “legítimo” e “autêntico” diante de outros maracatuzeiros e diante de toda a comunidade de afro-descendentes do Recife. Ao mesmo tempo essas performances lhes dava visibilidade social entre os intelectuais, jornalistas e folcloristas em atuação no período em que viveram. Nesse sentido, este artigo busca entender os mecanismos de legitimidade postos em circulação pelas rainhas numa sociedade em que o racismo não aparece declarado, mas pauta as relações sociais.

Título O Mito das Identidades Nacional e Étnicas e o Uso Carnavализado de Suas Máscaras na Experiência Popular Brasileira Anti-Racista.

ID 492

Autores Mauro José Costa

Resumo: O trabalho se inicia com a crítica à noção de Identidade – e, especificamente, às de identidade étnica e identidade nacional – com base no pensamento de Deleuze e Guattari e do economista indiano Amartya Sen. Faz um histórico da construção da noção de “identidade nacional” brasileira através do mito da “integração das três raças” - europeus, índios e negros – e sua carnavalização (uso invertido e positivador – Bakhtine) – na vida cultural das camadas populares. Trata o caso da Umbanda – religião “popular”, como experiência cultural híbrida, que incorpora valores, narrativas e práticas rituais africanas (das culturas Yorubá, Gêge e Bantu [Angola] revividas no Candomblé), indígenas brasileiras (na figura dos Caboclos e Caboclas, como a Jurema, do culto do “vinho” da Yuremá, de diversos povos do sertão nordestino) e europeus – do Espiritismo Cristão de Alan Kardec. O trabalho não pretende negar a presença do racismo dirigido a índios e negros na sociedade brasileira — mas mostrar este contraponto de hibridismo carnavalizador presente na Umbanda, como exemplo que pode ser ampliado, principalmente nas camadas populares, na cidade e no campo – como nas Folias de Reis, no Sudeste, e suas interações com o pensamento da Umbanda. O texto baseia-se em minhas pesquisas para o Mestrado em Comunicação e para o Doutorado em Educação, que incluíram pesquisa bibliográfica e etnografias na área das religiões populares, especialmente com as Folias de Reis, o Candomblé e a Umbanda.

Título Classificação racial e identidade no Brasil

ID 1446

Autores Edmar José Da Rocha

Resumo: Este artigo, que se filia aos estudos contemporâneos sobre relações raciais no Brasil, focaliza o tema da classificação racial e explora a auto-classificação de cor e/ou raça entre crianças e adolescentes. Ao dar voz a crianças e adolescentes, procura associar um objetivo político ao plano de conhecimento, acolhendo os novos paradigmas dos estudos sobre infância. Neste sentido, entende que crianças e adolescentes são atores sociais e, portanto, têm o direito de expressar sua pertença racial. Ao conceituar raça como uma construção social, apresenta e discute a bibliografia contemporânea sobre classificação racial, evidenciando duas lacunas: uma que diz respeito a aspectos metodológicos, na medida em que, via de regra, não se tem problematizado o entendimento da população sobre os termos cor e raça; a outra, relativa à voz de crianças e adolescentes. O trabalho de campo consistiu na coleta e análise de respostas de 238 crianças e adolescentes, de ambos os sexos, organizados em grupos paralelos, a três tipos de questionários nos quais se variava o uso dos termos cor, raça e cor/raça. No plano da ética da pesquisa, solicitou-se às crianças e aos adolescentes um termo de consentimento informando após a explicação do trabalho. As perguntas fechadas foram tabuladas e as abertas passaram anteriormente por um processo de análise de conteúdo, visando à apreensão dos conceitos de cor e raça explicitados pelas crianças e adolescentes. Observou-se que crianças e adolescentes inquiridos expressam de modo consistente suas conceituações, e que, apesar, de expressarem um menor número de termos raciais que adultos investigados em outras pesquisas, evidenciam um padrão equivalente de respostas. Conclui-se sugerindo que, a despeito

do silêncio que impregna as relações raciais na escola, as crianças e os adolescentes dispõem de competência para expressarem, eles (as) mesmos (as) sua pertença racial.

Título Identidade do Grupo Negro Brasileiro e Apoio Para Políticos Negros em Salvador da Bahia

ID 1481

Autores Gladys Mitchell

Resumo: Nos estudos de política brasileira, alguns pesquisadores não enfocam na raça ou o cor dos brasileiros porque eles encontraram que não há nenhuma diferença entre opinião política entre negros e brancos no Brasil. Outros pesquisadores acham que é importante estudar o cor ou raça dos brasileiros quando pesquisadores estudam as políticas brasileiras. Tem pesquisadores brasileiros com Ana Valente (1986), Amaury de Souza (1971) que já estudaram o impacto de raça nos escolhos políticos do eleitorado Afro-Brasileiro. Eles não encontraram muita evidência dum voto racial. Considerando as mudanças grandes nas políticas raciais brasileiras, como ações afirmativas, é necessário ver se raça ou o cor tem um impacto nas escolhos do voto dos Afro-Brasileiros. Uso uma pesquisa (2006) de dados que mostra que os Afro-Brasileiros de Salvador da Bahia, quem identificam como um grupo racial dos negros votam para candidatos negros mais que os Afro-Brasileiros que não identificam como um grupo racial negro. O conceito de "black linked fate" de Michael Dawson (1994), pesquisador americano, está utilizado explicar esse fenômeno. Mais importante é que a negação estudar raça dos pesquisadores brasileiros de ciência política é um problema grande. O fato que os dados de IBGE (2007) mostram que tem maior Afro-Brasileiros que brancos é evidência numa mudança como Afro-Brasileiros se identificam. Considerando que os Afro-Brasileiros que se identificam como um grupo racial de negros votam para políticos negros mais que eles que não se identificam, e o fato que o Brasil tem maior Afro-Brasileiros que brancos, o impacto da raça podia grande.

Mesa: Educação: entre a diversidade e a desigualdade - 5 de Fevereiro - 11h15 - 303

Moderador: Maria José Casa-Nova

Título "Portugal é agora um país multicultural": diversidade etno-racial e educação

ID 803

Autores Marta Araújo

Resumo: Em comparação com outros países europeus, incluindo aqueles no Sul - como a Itália ou a Espanha, Portugal tem tido uma apropriação lenta dos debates sobre diversidade. O momento e a forma como esses debates surgem nos discursos e políticas têm sido associados ao contexto da integração nacional na União Europeia, e não a uma reflexão aprofundada sobre a sua condição pós-colonial. Isto tem tido várias consequências, destacando-se, por um lado, a adoção de uma visão despolitizada da História que tem permitido a apropriação de períodos e/ou factos que venham demonstrar o sucesso dos portugueses em criar uma cultura de 'tolerância' com outros povos (de certa forma inspirada pelo lusotropicalismo); por outro, ao mesmo tempo que Portugal se reinventa como multicultural, os discursos emergentes sobre a diversidade continuam a silenciar o debate sobre os seus insucessos, passados e presentes. Nesta comunicação, pretendo reflectir sobre as consequências que este contexto tem tido no debate sobre diversidade em educação. Em particular, e com base num projecto iniciado recentemente acerca das representações que os manuais de História portugueses apresentam sobre 'raça' e África, pretendo explorar de que forma podemos questionar currículos e recursos pedagógicos que são ainda muito Eurocêntricos, em diálogo com a diversidade de actores envolvidos no processo de produção e circulação dos manuais escolares.

Título Corrida de obstáculos: trajetórias de estudantes negros em uma universidade brasileira

ID 853

Autores Vanda Lúcia Praxedes

Resumo: A discussão sobre a necessidade de democratização do acesso ao ensino superior no Brasil, em especial para a população negra sub-representada nas universidades brasileiras vem, nos últimos anos, ocupando um espaço cada vez maior no debate nacional. No esforço de contribuir para este debate e com o objetivo de trazer para o interior da academia o aprofundamento da discussão étnico-racial, foi realizada uma pesquisa com estudantes afro-descendentes da Universidade Federal de Minas Gerais - Brasil. Ao buscar desvendar as questões relacionadas à condição de negro, inscritos nos percursos acadêmicos e de vida desses estudantes que se auto-identificaram como negros(as), foram privilegiados os aspectos relativos à identidade negra, às experiências, significados, expectativas e situações de preconceito e discriminação étnico-racial vivenciados ou observados neste percurso. Procuramos registrar essa experiência vivida, entendendo-a como um dos componentes centrais da constituição do sujeito social. Portanto, as narrativas dos sujeitos constituíram o eixo condutor do trabalho. A trajetória desses estudantes revelou-se acidentada e trouxe à tona uma outra dimensão fundamental da desigualdade racial, qual seja na Universidade Federal de Minas Gerais como em outras universidades públicas brasileiras, verifica-se a alta concentração da população universitária negra nos cursos ditos de baixo prestígio e sua ínfima presença nos cursos considerados de alto prestígio e maior rentabilidade no mercado de trabalho. Esta pesquisa evidenciou que de fato existe na UFMG uma grande seletividade racial no acesso a cursos de elevado prestígio social.

Título Identidade étnico-racial em contexto lúdico: um jogo de cartas marcadas?

ID 865

Autores Marcelle Arruda Cabral, Maria de Fátima Vasconcelos Costa

Resumo: O Estudo ora apresentado derivou de uma pesquisa de mestrado, cujo objetivo foi problematizar o pertencimento étnico-racial de crianças pré-escolares em contexto lúdico. São questões norteadoras deste estudo: como se manifesta entre as crianças as referências do pertencimento étnico-racial? De que modo o contexto lúdico pode influir na expressão ou elaboração dessa dimensão identitária? Tendo por referência teórica os estudos culturais, a abordagem sócio-antropológica do jogo e a teoria da complexidade, foi construída uma metodologia de inspiração etnográfica com

procedimentos de intervenção com o propósito de favorecer a expressão e elaboração de sentidos que os sujeitos atribuíam às situações vivenciadas, as quais foram registradas em vídeo-gravação e diário de campo. Às crianças de uma classe de educação infantil de uma escola pública, foi oportunizada atividades de teatro de fantoche, contação e construção de histórias. Apesar da imagem positiva dos personagens negros presentes nos materiais usados nestas atividades, as crianças manifestaram reações de discriminação aos mesmos. A utilização do sociograma indicou também que o traço étnico-racial negativado está relacionado a processos de exclusão na dinâmica relacional do grupo de crianças, bem como ao “silenciamento”, em contraste com o “protagonismo” daquelas que não apresentavam esse traço. Os resultados sugerem ainda que a atividade lúdica de caráter livre impacta o grupo mais produtivamente, no sentido de uma resignificação de posições face ao outro, do que aquelas de caráter dirigido, o que aponta para a complexidade dos processos envolvidos na formação intercultural.

Título A experiência do núcleo de estudos afro-brasileiros da UFES: construindo possíveis no campo do trabalho educativo anti-racismo

ID 1157

Autores Maria Aparecida Santos Corrêa Barreto, Patricia Gomes Rufino Andrade, Dulcinea Benedicto Pedrada, Gustavo Forde, Nelma Gomes Monteiro

Resumo: A articulação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Espírito Santo, tendo sob sua responsabilidade e objetivo analisar o curso de formação Continuada sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana conforme a Lei nº 10.639/03 visa contribuir para a desconstrução de um saber-fazer preconceituoso/discriminatório. Sob diferentes olhares, questões que no âmbito das políticas de formação para a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) se entrelaçam configurando conforme os aportes teóricos de Santos (2004,2005,2006) Certeau (1994,1996), Benjamin (1994), Silva (2002), Carvalho (2004,2005,2006), Canclini (2006), Bauman (2003) Silva (2004) Cardoso (2002) entre outros esta pesquisa vem apontando como fundamentais para a formação docente: o aperfeiçoamento e organização do trabalho escolar e pedagógico nas escolas, de modo a compreender que a cosmovisão africana, reinventada em territórios brasileiros contribui para o enriquecimento do debate acerca das questões ambientais, tecnológicas, históricas, culturais e éticas em nossa comunidade. Como metodologia propomos movimentos não lineares, tais como: observação participante, entrevistas, grupos focais. Apontamos ainda que a formação continuada de professores é um elemento fundamental para a desconstrução das desigualdades sociais que contribuem para exclusão de grande parcela da população afro-descendente dos bens construídos socialmente.

Título Práticas Pedagógicas excludentes no cotidiano escolar - relações raciais: as dificuldades dos alunos(as) negros(as) na construção de suas identidades: um estudo na região metropolitana de Belém/Pará.

ID 1201

Autores Eleanor Gomes da Silva Palhano, Adriane Giugni da Silva

Resumo: A presente comunicação tem como objetivo relatar os resultados de uma pesquisa realizada em escolas públicas da região metropolitana de Belém, com efetiva frequência de jovens negros (as), e visou investigar a presença do racismo no espaço escolar. A fim de proceder a esse exame realizou-se pesquisa qualitativa, privilegiando-se a metodologia da observação participante, além da realização de entrevistas com docentes (negros (as) e não negros (as)) e discentes negros (as), a fim de analisar as práticas excludentes, dos docentes em suas atividades acadêmico-pedagógicas presentes no espaço escolar. Após a realização da pesquisa, detectou-se nas escolas pesquisadas a necessidade de se construir, especialmente junto ao corpo docente, uma autocrítica que lhes possibilitem compreender como determinadas atividades pedagógicas difundem práticas discriminatórias e preconceituosas, as quais impedem a construção da identidade dos alunos (as) negros (as) nas escolas públicas belenenses. Conclui-se que, contraditoriamente ao discurso oficial, há no fazer pedagógico, ações que cultivam o preconceito e o racismo, fenômeno social presente na escola, à semelhança do que ocorre na realidade social, pois o contexto onde se observa o fenômeno do racismo é o mesmo que defende a transformação da humanidade como criadora de uma sociedade democrática e justa. Apesar da defesa pública da emancipação humana constatam-se nas escolas pesquisadas diversas formas de preconceitos sociais e raciais que produzem discriminações e exclusões, as quais anulam a possibilidade de construção identitária dos negros(as).

Título A Aprendizagem dialógica e suas contribuições para a construção das identidades das crianças negras

ID 1202

Autores Francisca de Lima Constantino

Resumo: Este resumo tem por objetivo apresentar o trabalho de mestrado que venho desenvolvendo desde o 1º semestre de 2008. Busco nesta pesquisa, identificar como uma escola que se tornou Comunidades de Aprendizagem pode contribuir de forma positiva na constituição da identidade da criança negra, uma vez que, dentro da aprendizagem dialógica (conceito central em Comunidades de Aprendizagem), há o princípio de igualdade de diferenças. Sendo assim, pretendo, investigar a partir das falas dos/as professores/as, crianças e familiares, como o projeto Comunidades de Aprendizagem contribui de forma positiva para o respeito às diferenças, valorizando a diversidade presente na escola. O apoio teórico à pesquisa será principalmente nas obras e autores/as que se pautem na perspectiva dialógica, como: Habermas, Freire, Flecha, Gomes, Elboj, entre outros/as que discorrem sobre educação anti-racista. Será utilizada a Metodologia Crítico-comunicativa, que visa construir, a partir do diálogo com os/as participantes as interpretações e análise dos dados de forma a identificar os fatores excludentes e os transformadores presentes na realidade específica (neste estudo, a construção da identidade das crianças negras e a diversidade presente na escola). Em relação aos resultados, espero construir conhecimentos, em conjunto com as/os participantes, que favoreçam as relações étnico-raciais e o respeito às diferenças, de forma a valorizar as identidades e a diversidade existente. Vale ressaltar que o trabalho encontra-se em desenvolvimento e na fase de coleta de dados.

Mesa: Reflexões teóricas sobre os conceitos de raça, racismo, multiculturalismo - 5 de Fevereiro - 14h30 - 301

Moderador: Joana Miranda

Título Roger Bastide: vertigem e abismo

ID 390

Autores Priscila Nucci

Resumo: Roger Bastide (1898-1974) foi um sociólogo francês que atuou na Universidade de São Paulo, e teve papel de destaque na configuração das Ciências Sociais brasileiras. Entre os muitos temas de sua obra encontram-se as religiões de origem africana e as “relações raciais”, assuntos que têm pontos de ruptura e de ligação muito específicos em seus escritos e ao longo do tempo. Nesta comunicação pretende-se apresentar as peculiaridades das análises de Bastide, que mostram fissuras de seus argumentos acerca das religiões afro-brasileiras, mas também compromissos com a elaboração de uma imagem positiva do negro brasileiro e de sua participação na sociedade brasileira. A partir de aspectos de uma polêmica da qual participou em inícios da década de 1950, a qual envolveu intelectuais, imprensa e religiosos e girou em torno da exposição pela imprensa do candomblé e de seus adeptos (em grande medida, afrodescendentes e pobres), fiz uma análise que mostrou como religião e raça se rearticularam em seu argumento, no que ocorreu um deslocamento singular da ideologia da “democracia racial” do centro de sua reflexão acerca das “relações raciais”. Em seu lugar apareceu a percepção do autor acerca do potencial preconceito de raças, a discriminação contra os candomblés e seus adeptos. A reflexão de Bastide mostrou algumas das formas possíveis das idéias acerca das relações raciais, e a mobilização de um tema-chave, as religiões afro-brasileiras.

Título Racismo e Ciências Sociais em Portugal; um balanço da última década.

ID 535

Autores João Filipe Marques

Resumo: Uma das características centrais das Ciências Sociais de produção portuguesa acerca da imigração, da etnicidade ou da inserção dos grupos ditos «étnicos» ou «raciais» em Portugal foi, durante as décadas de 80 e 90, a quase ausência de referências ao racismo ou à discriminação racial. Esta constatação do «daltonismo racial» das Ciências Sociais não é negligenciável tratando-se de uma antiga nação colonial. Foi só na entrada para o século XXI é que estes conceitos entraram no discurso sobre o social e foi também apenas a partir da viragem do século que algumas pesquisas em Ciências Sociais – nomeadamente na área da Psicologia Social e da Sociologia - se dirigiram explicitamente para as questões do racismo, do preconceito e da discriminação. Destacam-se, por exemplo, os trabalhos de Jorge Vala, de Fernando Luís Machado, de Rosa Cabecinhas, entre outros. Esta comunicação procurará, precisamente, fazer um primeiro balanço dos resultados das pesquisas mais recentes acerca do racismo na sociedade portuguesa, explorando aquilo que as afasta – concretamente no plano teórico – mas também aquilo que as aproxima – em concreto, no plano de alguns resultados empíricos. Este balanço sobre as análises dos fenómenos de racismo observáveis na sociedade portuguesa, parece hoje imprescindível para as orientações e/ou aprofundamentos futuros da investigação da Ciência Social sobre o racismo.

Título Os Conceitos de identidade e de diversidade em diferentes perspectivas

ID 608

Autores Francisca de Lima Constantino, Marciele Nazaré Coêlho

Resumo: Este resumo consiste em apresentar uma pesquisa de caráter qualitativo que resultou do Trabalho de Conclusão de Curso, cujo objetivo foi compreender como pesquisadores/as brasileiros/as estão tratando as questões de identidade e de diversidade, relacionando-as com o respeito à diferença, tomando como principal eixo a diversidade étnico-racial. Para tanto, analisamos nas revistas “Educação e Sociedade”, “Revista Brasileira de Educação” e “Cadernos de Pesquisa”, os artigos publicados no período de 2004 a 2006, que tratam dos conceitos de identidade e de diversidade, com o objetivo de conhecer como cada autor/a destas revistas aborda os conceitos citados e o modo como os relacionam com o respeito à diferença. Também analisamos as atuais políticas públicas brasileiras e como estas têm tratado a questão racial e o respeito às diferenças. Como metodologia de investigação, realizamos análise documental e revisão bibliográfica, acompanhada de fichamento e resumo crítico de livros, documentos e artigos referentes às questões sobre identidade e diversidade. Foram encontrados 19 artigos que diretamente ou indiretamente tratam dos conceitos focalizados. Neste estudo, percebemos a predominância de duas tendências de discussão: a pós-moderna e a multi/intercultural e apresentamos a comunicativa. Concluímos que os conceitos de identidade e de diversidade aparecem nos atuais debates de âmbito educacional, assim como, as políticas educacionais brasileiras parecem acompanhar tais debates, além disso, percebemos também, que o foco destes embates está mais centrado no Ensino Superior do que em relação ao Ensino Fundamental.

Título África e Brasil: Duas Sociedades em Desigualdades Raciais e Sociais, Trocando Experiências Sobre os Paradigmas Educacionais

ID 881

Autores Eliane Almeida de Souza

Resumo: A origem da população negra oriunda da África hoje presentes no Brasil, ocupa hoje no mundo, o segundo lugar. Porque muitos ainda negam um passado tão próximo, na qual a maioria da população é oriunda da nação africana? Trabalhar essas complexidades da sociedade brasileira, e principalmente no espaço educacional, não tem sido fácil. O Brasil passa por um processo de implementação de políticas públicas, tendo por principal objetivo, a quebra de paradigmas ainda presentes no mito da democracia racial. Peça esta que vem emperrando o avanço do povo negro brasileiro em todas as esferas sociais. Trabalhar tais relações étnico-raciais, nos espaços educativos, deve ser um processo contínuo na desconstituição deste em todos os espaços, e também por todos os sujeitos sociais. Urge um olhar para as especificidades do povo negro, como não mais, e nem menos, e sim como uma etnia detentora de histórias, riquezas, memória, ancestralidade, e cultura africana, que há séculos vem resistindo no Brasil. Urge olhar e aplicar tais políticas, para um povo

que contribuiu diretamente no processo de formação dos pilares da nacionalidade brasileira. É o professor, o principal sujeito para somar na elevação da auto-estima de alunos negros, assim como na busca do respeito às diferenças pelos alunos não-negros. Assim, a trocas de experiência sobre esses dois continentes que trazem em seu bojo as desigualdades sociais, deve ser vista neste Congresso Luso-Afro-Brasileiro como uma riqueza a ser desbravada por muitas mãos e todos os sujeitos preocupados com os rumos da educação no mundo.

Mesa: Imigração, media e expressões culturais - 5 de Fevereiro - 16h15 - 206
Moderador: Carla Cerqueira

Título “O valoroso colono italiano”: representações sobre a positividade étnica e a superioridade racial nas comemorações dos cinquenta anos da imigração italiana no sul do Brasil
ID 474

Autores Luis Fernando Beneduzi

Resumo: As comemorações, em 1925, dos cinquenta anos da imigração italiana no sul do Brasil, mais especificamente no Rio Grande do Sul, constituíram-se em um primeiro momento oficial de elaboração de um balanço sobre o fenômeno imigratório, por parte dos próprios atores da imigração, sobretudo organizados em grupos que começavam a pensar a experiência da travessia do oceano. Nesse momento, percebe-se a produção de um olhar vitorioso, o qual relê o processo imigratório como uma grande epopéia, que apresenta como ápice os festejos de 1925, representação maior do “vim, vi e venci”. Um dos elementos centrais do álbum comemorativo era o colono italiano – termo dúbio que pode representar, também, aquele que veio colonizar – que é enaltecido pelas suas contribuições econômicas, sociais e étnicas para o desenvolvimento do estado. Na mesma década, dentro dos núcleos centrais da imigração, na serra gaúcha, está-se produzindo um clássico da literatura do imigrante – Nanetto Pipetta – que se constituirá em um outro espaço de difusão da imagem gloriosa do colono italiano, mesmo que marcado pelo peso da moral religiosa, tendo em vista que a obra, publicada primeiramente em uma coluna do jornal “Staffetta Riograndense”, foi escrita por um sacerdote capuchinho. Nas duas narrativas, a positividade do colono italiano é destacada, em um reforçamento das teorias raciais, visto que a imagem invertida das exposições era o mestiço ou o negro. Efetivamente, uma das representações construídas naquele momento é do imigrante italiano como um acelerador do processo de braqueamento, dando nova força a população mestiça brasileira.

Título Viagem pela África através da arte: ressignificando as relações étnico-raciais na escola
ID 483

Autores Ana Lúcia da Silva, Lucimara Cristina de Paula

Resumo: No Brasil, as políticas curriculares de ações afirmativas, que buscam o reconhecimento e a valorização da história, da cultura e da identidade da população afrodescendente, pautadas em preceitos legais e nas reivindicações e propostas do Movimento Negro ao longo do século XX, têm movido os sistemas de ensino a organizarem cursos de formação continuada aos professores de diferentes níveis e áreas de atuação. No Estado de São Paulo, a Secretaria de Educação, em parceria com as Universidades, ofereceu aos professores espaços de estudos e discussões sobre a temática das relações étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, como forma de resgatar e valorizar o legado do povo africano, tão marginalizado e discriminado na sociedade que ele ajudou a construir com sua força de trabalho e seus modos de existir. Sensibilizada pela experiência de redescobrir a história e a cultura do povo africano e afrodescendente durante estes estudos, e motivada pela necessidade e urgência em divulgar os conhecimentos adquiridos aos seus alunos, sensibilizando-os e conscientizando-os em relação ao tema, uma professora de Arte decidiu elaborar o projeto Viagem pela África, trabalhando com diferentes linguagens nas séries compostas por crianças de 7 a 10 anos (primeiro ciclo do Ensino Fundamental). Este projeto educacional, que gerou novos comportamentos, por parte dos alunos e da professora, e proporcionou oportunidades de apropriação criativa da temática, deu origem a um projeto de pesquisa que propôs investigar as contribuições do ensino de arte para o questionamento da discriminação racial em nossa sociedade.

Título Cinema brasileiro e representações raciais
ID 598

Autores Teresa Cristina Matos

Resumo: Qual o tratamento dado às relações raciais pelo cinema brasileiro? Quais representações as produções dessa cinematografia elaborou? Uma das respostas possíveis a essa pergunta pode ser encontrada na análise de dois filmes, “Também somos irmãos”, de 1949, e “Compasso de espera”, de 1969-1973. Realizadas em momentos distintos, as duas produções tratam das relações entre brancos e negros a partir da perspectiva do conflito, adotando interpretações diferentes sobre este. Os conflitos raciais e de classe entre o “morro” (favela) e a cidade são vistos a partir de um núcleo familiar multiracial em “Também somos irmãos”. Em “Compasso de espera” os conflitos se apresentam num universo de classe média urbana e intelectualizada. Desses dois mundos emergem visões sobre o processo de integração entre brancos e negros no Brasil dentro de um quadro que é também o de tratamento da auto-imagem nacional.

Título Mulheres imigrantes brasileiras em Portugal - trajetórias e projectos de vida
ID 669

Autores Joana Miranda

Resumo: O estudo das comunidades imigrantes em Portugal tem privilegiado as dimensões económicas e sociais em detrimento da dimensão psicológica. Este estudo preocupa-se com essa dimensão, analisando vertentes fundamentais na vida de mulheres migrantes de uma das comunidades mais representativas no país: as mulheres Brasileiras, procurando reconstituir as suas memórias e identidades, as dificuldades que sentem na “sociedade de acolhimento” bem como os seus projectos de vida.

Diversas questões nortearam o estudo: Como recordam estas mulheres o seu passado no Brasil? Por que imigraram? Que dificuldades de integração sentiram aquando da sua chegada a Portugal? Como as ultrapassaram? Como perspectivam a sociedade portuguesa e como pensam que são perspectivadas? Quais são os seus projectos futuros? Pretendem regressar ao Brasil ou ficar a viver em Portugal?

O estudo envolveu investigação empírica, utilizando metodologia qualitativa - análise das sete entrevistas semi-directivas realizadas a mulheres brasileiras.

A análise dos dados privilegiou os seguintes aspectos: passado do grupo, motivos/razões da imigração, práticas culturais do grupo em Portugal (música, práticas alimentares, actividades religiosas, estilo de vida), dificuldades aquando da chegada a Portugal, auto-representação do grupo, representação da sociedade portuguesa, proximidade/distância social em relação à sociedade portuguesa, atitudes do grupo face à sociedade portuguesa, projectos pessoais de retorno/permanência em Portugal e questões de integração e identitárias.

Entre as diversas conclusões a que chegámos verificámos que apesar dos problemas iniciais de integração e da saudade do Brasil, as mulheres brasileiras desenvolvem ao longo do tempo estratégias de integração na sociedade portuguesa e consideram-se em geral integradas nessa sociedade.

Título Memória, imigração e formação de (novas) identidades culturais no sul do Brasil

ID 767

Autores Giralda Seyferth

Resumo: A colonização do sul do Brasil por imigrantes europeus, a partir de 1824, produziu um sistema agrário diferenciado, idealizado no âmbito de uma política imigratória de povoamento conduzida pelo Estado brasileiro, composto por pequenos proprietários rurais. A heterogeneidade da imigração, refletida nas denominações nacionais dos “núcleos coloniais” (tais como “colônia alemã ou “italiana”), resultou na formação de subsistemas culturais e suas respectivas etnicidades, criadas e recriadas ao longo do tempo na forma coletiva e individual.

A presente comunicação aborda algumas reconfigurações atuais das identidades (étnicas) reportadas ao passado imigratório e ao compartilhamento num processo de colonização, refletidas na vida cotidiana, nas inúmeras festas de apelo turístico que surgiram nas duas últimas décadas na região sul, nos eventos comemorativos de natureza histórica, e nas publicações sobre a colonização, biografias e outros textos que, seletiva e simbolicamente, evocam a memória da imigração. Objetivamente, será analisada uma região que, ao longo do tempo, tornou-se modelo paradigmático da colonização estrangeira − o Vale do Itajaí (SC) e áreas adjacentes, onde foram localizados imigrantes alemães, poloneses, italianos e outros, a partir de 1850 − numa abordagem comparativa com base na literatura disponível sobre outras “áreas coloniais”. Apesar de certos essencialismos e da natureza teoricamente problemática da noção de identidade, principalmente quando enfoca a dimensão étnica, o termo é relevante para pensar as relações sociais nas situações em que as reivindicações identitárias persistem na pós-modernidade, sob novas formas, em parte relacionadas à visibilidade das políticas de identidade em âmbito nacional e global.

Título Imigrantes africanos dos PALOP e negros brasileiros: a identidade étnica construída na imprensa de Portugal e do Brasil

ID 1566

Autores Rosangela Borges

Resumo: Esta investigação apresenta como principal proposta verificar como é construída não só a identidade étnica dos imigrantes negros africanos dos PALOP e seus descendentes nos jornais portugueses Público, Correio da Manhã e O Expresso, em 2003, 2004 e 2005, como também do negro brasileiro na revista Raça Brasil durante o mesmo período. Busca-se também perceber, tanto no caso dos negros brasileiros no Brasil como no dos imigrantes negros africanos dos PALOP em Portugal, embora ambos estejam inseridos em realidades históricas, sociais, políticas, econômicas e culturais diversas, quais as recorrências temáticas, as proximidades, as distâncias e as semelhanças encontradas nos discursos dos jornais portugueses e da revista Raça Brasil. Na definição desta proposta, a investigação conta sobretudo com as contribuições teóricas de Max Weber, Fredrik Barth, Stuart Hall e Michel Wieviorka, no sentido de captar especificidades do que se define como uma identidade propriamente étnica. A opção metodológica é a abordagem quali-quantitativa por meio da análise de conteúdo e de discurso através da ferramenta computadorizada Statistical Package for Social Sciences – SPSS, juntamente com entrevistas com lideranças vinculadas aos imigrantes negros africanos dos PALOP em Portugal e aos negros brasileiros no Brasil para possibilitar a conjugação de fatores diferenciados da realidade investigada. Procura-se, também, não privilegiar apenas os resultados por si mesmos, mas evidenciar a reflexão da relação entre mídia e identidade étnica e os vínculos das ações particulares e o contexto em que estas se dão nas sociedades em que estão inseridas.

Título A exportação do fenótipo europeu por meio das telenovelas brasileiras e a invisibilização de uma diversidade nacional

ID 889

Autores Márcia Gonçalves

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar como as telenovelas brasileiras podem influenciar numa equivocada construção da imagem da sociedade brasileira por parte da dos expectadores portugueses de tais folhetins diários, exportados pela Rede Globo de Televisão. É sabido que as novelas desconstroem a diversidade social e racial quando apresentam personagens rigidamente construídos sob padrões estéticos bem diferentes do seu extrato social, especialmente o europeu. O Brasil de fato tem sua população composta por 57% de negros e pardos. O Brasil do entretenimento televisivo não contempla sequer 5% de seu elenco de atores atrizes a artistas afro-descendentes, cabendo contemplã. Não bastasse a irrisória representação do povo negro brasileiro nas telenovelas, tal representação na maioria dos casos acabam contribuindo para a afirmação de estereótipos e de subalternação. Atores negros quase que invariavelmente representam papéis secundários na trama, sempre associados a trabalhadores domésticos ou de apelo sexual, de fetiches eróticos ou de conduta moral reprovável. Qual seria a composição da sociedade brasileira (em termos de diversidade étnica) imaginada pelos portugueses (alguns dos maiores compradores e audiência da teledramaturgia

nacional no exterior) se estes se pautassem apenas pelo que acompanham nas tramas televisivas? Certamente um quadro bem diferente do que de fato temos na composição social do Brasil. Este trabalho por meio das análises que se pretende realizar e da comparação com indicadores sociais oficiais irá desconstruir a desconstrução promovida aos povos estrangeiros, por meio das telenovelas, do que se tem de fato como sumo social brasileiro.

Mesa: Reconfigurações identitárias, aculturação - 5 de Fevereiro - 16h15 - 208

Moderador: João Filipe Marques

Título Produção social da etnicidade no processo de inserção social: o caso dos africanos dos PALOP no Distrito de Braga
ID 386

Autores Manuel Carlos Silva, Vera Mónica Duarte

Resumo: A compreensão e a explicação dos comportamentos interétnicos, da natureza das suas relações e dos processos de inserção social passam por um questionamento atento da apropriação e da utilização do conceito de etnicidade. A construção sociológica deste conceito, num jogo de afastamentos e aproximações com outras noções como raça, etnia, nação e classe, tem vindo a sugerir e a reconhecer as suas várias frentes de (re)configuração: a etnicidade como constituição e construção social, política e cultural de identidades, que se afirmam, aproximam ou demarcam face a outras num intrincado jogo de poder e como mais um eixo de estruturação e diferenciação social. Neste sentido, a produção simbólica das imagens e a preservação da identidade étnica não será somente o resultado das trajectórias sociais e da história migratória mas, também, das posições ocupadas pelos indivíduos na estrutura social e nas relações de dominação e de poder simbólico. São estas posições que co-estruturam e orientam, por um lado, as representações e os imaginários culturais acerca do grupo de pertença e do grupo ao qual se processa a comparação social e, por outro, delineiam as diversas estratégias de sobrevivência e/ou mobilidade e (re/des)classificação social que vão desde a fronteira da marginalização e exclusão à da adaptação-acomodação e inserção social. Este argumento pretende ser ilustrado através de dados resultantes de um inquérito que foi realizado junto da população africana dos PALOP, residentes no Distrito de Braga – Portugal.

Título A Identidade Étnica na era da Genealogia Genética. O debate contemporâneo entre as ciências sociais e a genealogia genética.

ID 489

Autores Ricardo Costa de Oliveira

Resumo: A genealogia genética pode determinar com certa precisão as origens continentais das populações. A sociedade brasileira foi formada a partir de grupos Ameríndios, Euroasiáticos e Africanos, com haplogrupos (cromossomo Y, mtDNA) e marcadores genéticos específicos. Informações oferecidas pela genealogia genética são fundamentais para o esclarecimento de várias questões e problemas de pesquisas demográficas e identitárias. Antigas camadas populacionais tribais europeias podem ser pesquisadas e avaliadas, novas hipóteses de trabalho podem ser levantadas e testadas em novas séries de resultados. Mesmo uma população nacional histórica, como a população portuguesa, começa a ser inventariada e classificada em possíveis marcadores e tipologias etnohistóricas. Será possível encontrar marcadores paleolíticos, neolíticos, iberos, celtiberos, fenícios, gregos, romanos, suevos, alanos, hebreus, árabes, berberes na população portuguesa na Europa e nos milhões de descendentes no Brasil contemporâneo? O que as recentes pesquisas em genealogia genética podem problematizar e oferecer como hipóteses de investigação em termos de questões étnicas e identitárias? Investigamos os resultados do Projeto Brasil de Genealogia Genética da Family Tree DNA (FTDNA), com percepções e discursos dos participantes frente aos resultados. Analisamos as entrevistas de participantes de testes genéticos em termos de suas identidades raciais e étnicas relacionadas aos resultados.

Título Identidade cigana: impacto de trajectos de mobilidade social

ID 556

Autores Olga Magano

Resumo: As identidades culturais e sociais são dinâmicas ajustando-se e adaptando-se a novas realidades sociais. Processo similar se passa com a(s) identidade(s) cigana(s) que reflectem diferentes trajectos individuais e sociais dos indivíduos com várias fases de integração social e de identificação com a sociedade em que vivem. É possível encontrar indivíduos que “já nasceram integrados”, os que se integraram pelo seu trajecto de vida não obstante os fortes marcadores culturais traçaram projectos de vida autónomos, por vezes, em ruptura com o grupo de pertença, e ainda outros indivíduos ciganos que se estão a integrar na sequência das pressões das políticas sociais para a integração social. Apesar destas diferenças, marcadas por variados tipos de vivências sociais, quer no que se refere a contextos quer a interações, parece haver um sentimento comum em torno de como se constrói a imagem social do ser cigano e também a aceitação de alguns aspectos relativos a essa pertença e a identificação com a etnia cigana.

Propomos uma contribuição para o conhecimento sociológico sobre a pluralidade identitária cigana em Portugal, nomeadamente, sobre como se forma e reflecte a identidade cigana na vida quotidiana dos indivíduos ciganos com trajectos de mobilidade social ascendente e como essas condições de vida se traduzem na identificação com o sentimento do ser cigano actualmente. Foram realizadas entrevistas em profundidade a indivíduos ciganos portugueses, em diversos pontos do país, com diversidade de género, idade e ocupações profissionais que constituem a base empírica deste trabalho.

Título Marabaixo, Dança Afrodescendente: Afirmação da Identidade do Afroamapaense

ID 782

Autores Piedade Lino Videira

Resumo: No estudo realizado focalizamos a história de vida de uma comunidade tomando como base os depoimentos orais. O cotidiano dos atores sociais da comunidade do bairro do Laginho compõe a cultura e a história do Marabaixo,

Dança Dramático-Religiosa de Cortejo Afrodescendente do Estado do Amapá. Um dos objetivos da pesquisa, foi evidenciar as histórias de vida e as vivências sociais de mulheres e homens negros/as que ajudaram a construir a comunidade negra do bairro do Laguinho, historicamente conhecido como 'Bairro de Pretos'. Esse bairro representa a luta do povo afroamapaense para manter viva a sua história, identidade étnica e tradições culturais de base africana e afrodescendente salvaguardadas na Dança do Marabaixo. A análise teórico-metodológica foi fundamentada por três pressupostos: afrodescendência, memória e territorialidade. Junto com a abordagem qualitativa composta de observação participante, entrevistas semi-estruturadas e análise documental. Escrever sobre esse tema é fazer com que "rostos sem rosto" e "vozes sem som" ganhem visibilidade e eloquência dentro do Estado do Amapá. Assim, acreditamos que fazer emergir as dores, medos e sonhos que têm sido gerados durante séculos de desigualdades, mascarados no Brasil pela ilusória democracia racial é um fértil caminho para reeducar as relações étnicas brasileira e no Estado do Amapá.

Título Reconfigurações identitárias de Imigrantes em Portugal
ID 1573

Autores Ricardo Vieira, Maura Mendes

Resumo: Parte-se do princípio de que não há uma cultura dos imigrantes mas, antes, modos diferenciados de viver, conviver e se identificar com os mundos culturais que cada sujeito atravessa na sua trajetória social. Ao nível do estudo de imigrantes brasileiros em Portugal, trabalhando com a primeira vaga (final dos anos 80: mão de obra qualificada) e a segunda vaga (transição do século XX para o XXI: mão de obra desqualificada) pretendemos, numa primeira parte, mostrar como se reconstrói a identidade entre duas margens: a cultura de partida e a cultura de chegada.

Numa segunda parte, pretendemos dar voz aos mais silenciados na compreensão dos imigrados: apresentar-se-á o processo de reconstrução da identidade de mulheres brasileiras, resultado de entrevistas etnobiográficas. É usada a teoria da transfusão cultural (Vieira, 1999 e 2003) e observada a heterogeneidade de modos de viver entre culturas, seja rejeitando a de origem (o caso dos oblatos), seja rejeitando a de chegada num dado momento (os monoculturais de acordo com a cultura de partida), seja vivendo de forma ambivalente entre as duas (o caso do eu multicultural), seja inventando a terceira margem, como dizem os poetas, que corresponde a uma atitude de incluir as diferenças culturais por que se passou ao longo da história de vida, num self intercultural.

Mesa: Cidadania e integração política dos imigrantes - 5 de Fevereiro - 18h30 - 212
Moderador: João Sardinha

Título Integração Política dos Imigrantes na Área Metropolitana de Lisboa
ID1460

Autores Ana Paula Horta, Jorge Malheiros

Resumo: Esta comunicação tem como objectivo apresentar os resultados preliminares do projecto de investigação "Cidades Multiculturais e Integração Política dos Imigrantes na Área Metropolitana de Lisboa". A pesquisa em curso tem como principal objectivo saber até que ponto as comunidades imigrantes estão politicamente integradas na vida local dos seus municípios e quais os factores que poderão explicar a variação nos níveis de integração política e confiança nas instituições políticas entre a população imigrante. A investigação centra-se no estudo das populações imigrantes caboverdiana e brasileira a residir na área metropolitana de Lisboa e tem como objectivos específicos: 1. Identificar os níveis e formas de integração política (participação política e confiança política dos imigrantes); 2. Comparar os níveis de integração política das duas comunidades em estudo; 3. Caracterizar o quadro legal de participação política dos estrangeiros em actos eleitorais portugueses; 4. Identificar a estrutura institucional de oportunidades políticas existente na área metropolitana de Lisboa; 5. Fornecer novos conhecimentos empíricos sobre a participação política dos imigrantes e as suas atitudes face à estrutura política e à pertença e identidade nacionais.

Título Os Modelos de Participação Política dos Estrangeiros em Portugal
ID 1461

Autores Paulo Manuel Costa

Resumo: Nesta intervenção começaremos por caracterizar o modelo predominante de participação política dos estrangeiros, no qual assume especial relevância a nacionalidade dos participantes e a utilização da reciprocidade, enquanto instrumentos delimitadores do corpo de eleitos e elegíveis.

Como resultado, verificamos a existência de um número reduzido de estrangeiros recenseados, a exclusão de um número significativo de estrangeiros não abrangidos pelo princípio da reciprocidade e um número diminuto de eleitos não-nacionais. Na realidade, estas consequências não podem ser imputadas exclusivamente às opções político-constitucionais, pois é necessário ter em conta as características das comunidades residentes, nomeadamente, factores como a duração do período de residência e o nível de integração social. No entanto, consideramos preferível, enquanto mecanismo de promoção da integração social das comunidades imigrantes, um modelo de participação política baseado no princípio da residência.

Título Construindo projectos de cidadania activa: uma análise às trajetórias associativas de descendentes de imigrantes em Portugal
ID 1584

Autores Rosana Albuquerque

Resumo: Nesta comunicação apresentam-se resultados de um projecto de investigação sobre a participação associativa de descendentes de imigrantes de origem africana lusófona em Portugal. Procurou-se compreender o que leva os/as jovens a envolverem-se no activismo cívico, aderindo a associações ou tomando a iniciativa de realizarem projectos próprios. A matéria-prima empírica foi recolhida com base em histórias de vida, num olhar retrospectivo às trajetórias de jovens adultos, assumindo actualmente funções dirigentes em associações juvenis ou de imigrantes e descendentes.

Observou-se que o processo de participação cívica decorre de uma interação recíproca entre factores individuais e estruturais. Foram identificados catalisadores da participação cívica, onde assume particular relevância a posse de recursos como a disponibilidade de tempo, a oportunidade de inserção profissional nas associações onde colaboram voluntariamente, o bom nível de escolaridade e o apoio de redes sociais. Estes aspectos interligam-se com personalidades que valorizam a interação social e que revelam atributos como o sentido de responsabilidade, a perseverança e a capacidade de iniciativa e que, por sua vez, estão associados às motivações expressas para aderir a associações e desenvolver projectos associativos de continuidade. A análise das trajectórias destes jovens activistas vem sublinhar que a participação associativa é um processo dinâmico e exigente, que implica a convergência entre a posse de recursos e a vontade de intervir na esfera pública, reflectindo o compromisso e o investimento pessoal no exercício de uma cidadania activa, num contexto de défice de participação política da sociedade portuguesa.

Título Multiculturalismo, Globalización y fenómeno migratorio

ID 173

Autores Octavio Uña, Gonzalo López, Giuliano Tardivo

Resumo: En esta breve ponencia tratamos de resumir y explicar los debates a nivel académico, intelectual, sociológico y filosófico que se han desarrollado en torno a temas claves como globalización, multiculturalismo, aceptación del otro y de la diversidad.

Mesa: Espaços, territorialidades e redificações identitárias - 5 de Fevereiro - 18h30 - 214

Moderador: Olga Magano

Título Os jogos de futebol “preto vs branco” e os dilemas do início da república: construindo a “civilização brasileira”, afirmando as “identidades raciais”

ID 326

Autores Bruno O. de Lacerda Abrahão, Antonio Jorge G. Soares

Resumo: Os autores analisam os jogos conhecidos como “pretos vs brancos” que eram realizados nas primeiras décadas da República no Séc. XX. O texto discute os recursos simbólicos que foram utilizados para identificar “negros” e “brancos” nesses jogos. Utilizamos como fontes as matérias dos jornais locais e da chamada “imprensa negra”. A leitura das fontes indica que os jogos tinham como objetivos integrar e derrubar estereótipos, principalmente, da imprensa negra. Todavia, as consecutivas vitórias dos negros serviam para confirmar e maximizar a crença que esse grupo étnico era dotado de uma especial potencialidade para as atividades corporais. Inferiorizado pelas teorias raciais em relação à racionalidade, o elogio à corporalidade do negro significava ao mesmo tempo espaço de integração dos afro-brasileiros à sociedade brasileira, no contexto pós-abolição, meio para construção da identidade nacional e demarcação dos seus locais de atuação. A presença do negro nos campos de futebol, mesmo sendo um espaço periférico em relação a estrutura de poder, expressava as tensões geradas no contexto de reordenação das hierarquias sociais constrangida pelo ethos republicano e liberal.

Título Identidades Plurais evidenciadas nos espaços das feiras livres luso-afro-brasileiras

ID 498

Autores Giovanna Araújo, Juliana Doronin

Resumo: Nosso objeto de estudo será portanto, não mais a feira de Campina Grande-PB apenas, nem tão pouco as feiras livres nordestinas, mas também e sobretudo, as feiras livres de Portugal e de Angola, na África. Uma vez que já detectamos em pesquisa anterior na feira livre paraibana, brasileira, a presença de identidades plurais nordestinas, diante de todas as influências históricas contemporâneas, dos movimentos atuais que permeiam nossos espaços, como o neo-liberalismo e a globalização, agora no entanto, estamos investigando as mudanças culturais evidenciadas nos espaços destas feiras luso-afro-brasileiras² que são na verdade ao nosso ver resultados destes mesmos acontecimentos históricos, e que não necessariamente provoca ruptura nas identidades daqueles que a freqüentam, uma vez que as identidades são múltiplas e não estáticas como sugerem os esteriótipos construídos e reconstruídos. Para aprofundarmos nossos estudos alguns teóricos nos darão subsídios a partir de suas categorias de análise. Pretendemos utilizar os conhecimentos de teóricos que dialogam no campo da interdisciplinaridade, historiadores, antropólogos, e também sociólogos. Dialogaremos com E.P. Thompson; Eric Hobsbawm; Michael de Certeau; Manuel Castells; Nibert Elias; Marie France Garcia; Paulo Galvão; Francisco Montenegro; Anthony Giddens; Pazera Jr., Eduardo Sousa, Bezerra, Fábio Gutemberg Ramos; Gilmar Chaves; Eliana Gomes Quirino; Viviane Vedana; Sulamita Vieira; e os adeptos dos Estudos Culturais: Stuart Hall, Tomaz Tadeu Silva, Ana Carolina Escosteguy, Alfredo Bosi dentre outros

Título Identidades e diferenças transnacionais: reflexões sobre a esgrima japonesa no Brasil

ID 652

Autores Gil Vicente Lourenção

Resumo: Com as comemorações do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, o foco da pesquisa foi a negociação de ‘identidades’ para japoneses e descendentes residentes no Brasil tendo por veículo uma prática esportiva designada por Kendo [esgrima japonesa]. Nesta prática observamos uma disciplinarização do corpo e das atitudes que delimita consciente e inconscientemente uma negociação de ‘identidade e diferença’ demonstrada nas relações sociais entre japoneses, descendentes e sujeitos sem ascendência nipônica. Vemos que conceitos como oriental-ocidental, identidade, etnicidade e Estado-Nação não dão conta de explicar as razões de demarcação de semelhanças e diferenças enquanto argumentações que escapam dos limites territoriais e que se situam além de características perimetrais intra-coletivas. Remeto-me aos estudos recentes sobre transnacionalismo no objetivo de observar e perimetrar a negociação de uma identidade-diferença nipo-brasileira inserida na socialidade brasileira. A partir da consideração do problema de se pensar em ‘identidade e diferença’ nipo-brasileira nos treinos de esgrima, o principal objetivo da pesquisa consistiu em equacionar como se desenvolve, nos treinos de esgrima e nas relações sociais resultantes, a negociação dessa identidade-diferença

nipo-brasileira. Como são processadas a mudança e a negociação de um código de ética pautado na honra e na polidez, levando-se em conta os atuais desígnios do sistema capitalista-individualista; como se dá a colagem de uma ética pautada na honra a uma prática individualista de busca dos interesses pessoais? O presente projeto objetivou oferecer respostas a essas questões, ao mesmo tempo em que buscou entender e explicar a reflexão atual sobre essa caracterização transnacional.

Mesa: Expressões culturais e religiosas de identidade - 5 de Fevereiro - 18h30 - 211

Moderador: José Wagner Ribeiro

Título Iemanjá é da elite?

ID 132

Autores Teresinha Bernardo

Resumo: Este questionamento está relacionado à entrada de Iemanjá na parte central de uma cidade, do litoral paulista, denominada Guarujá, cuja população foi constituída no passado, na sua maioria pela elite branca brasileira. A sua história é surpreendente, pois a cidade foi totalmente importada dos E.U.A para que os estratos altos pudessem usufruir do mar azul e das areias brancas. No entanto vários fatos ocorreram para que mudasse a face dos turistas que passeiam pela cidade. Mas não foram apenas os turistas que mudaram, mudou também a maneira dos nativos participarem dos festejos religiosos que ocorrem, hoje, na cidade. Na realidade uma “santa” que era cultuada na periferia invade o centro juntamente com seus fiéis negros. É esta história que esse paper pretende discutir.

Título A Pequena África de Tia Ciata: etnia e território no Rio de Janeiro 1870/1945

ID 159

Autores Lúcia Helena Pereira da Silva

Resumo: A Praça Onze no Rio de Janeiro, Brasil, entre os anos de 1870 e 1945, abrigou uma comunidade liderada pelas mães de santo, sendo Ciata de Oxum a mais famosa. No período Pós Abolição um grupo criou na Praça Onze a Pequena África cuja prática desvelava cotidianamente o “ridículo” (Thompson, 2001: 240) do “projeto civilizador” defendido e encetado pelas classes dominantes. Por meio do estudo de um dos territórios da Praça Onze é possível descortinar os modos de vida desta comunidade negra que a consolidação da prática do que Rolnik (1997) denominou de Urbanismo Excludente na cidade viria destruir, com a abertura da Avenida Presidente Vargas em 1945

Título Contexto escolar e processos de discriminação racial: um estudo a partir das aulas de educação física

ID 604

Autores Vilma Aparecida de Pinho, Maria Lúcia Rodrigues Muller

Resumo: Objetiva-se apresentar como ocorrem os processos de discriminação racial a partir do estudo da percepção de professores de Educação Física sobre seus alunos negros. O estudo buscou investigar a percepção dos professores de Educação Física sobre seus alunos negros, para tanto, foi realizado um estudo das relações que esses profissionais estabelecem com seus alunos na prática pedagógica. Para compreender as condutas, expressões verbais e corporais dos professores de Educação Física na prática pedagógica, realizou-se um estudo acerca do pensamento social brasileiro sobre raça, bem como as bases em que foi inserido a Educação Física na sociedade brasileira. A metodologia utilizada foi a observação participante, ancorada em Becker (1999) e Cicourel (1975). A pesquisa foi realizada em seis escolas da Rede Municipal de Ensino Básico de Cuiabá. Constatou-se que as percepções dos professores de Educação Física sobre os alunos negros estão baseadas em ideologias de inferiorização do negro e que se encontram arraigadas no imaginário social, pois os resultados obtidos na análise do estudo por meio das declarações, condutas e atitudes dos professores, revelou o quanto suas atitudes são baseadas em esterótipos negativos de negros e no preconceito racial.

Mesa: Identidades, memória colectiva e hibridismos - 5 de Fevereiro - 18h30 - 210

Moderador: Rosa Cabecinhas

Título A coleção perseverança do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e a preservação da memória de Devassa

ID 180

Autores Ulisses Rafael

Resumo: Na noite do dia 1º de fevereiro de 1912, nas ruas de Maceió, pequena capital voltada ainda ao provincianismo das intrigas e fofocas domésticas, verificou-se um dos episódios mais violentos de que foram vítimas as casas de culto afro-brasileiro de Alagoas. O acontecimento extraordinário, que ficaria conhecido como Quebra-quebra, culminou com a invasão e destruição dos principais terreiros de Xangô da capital do estado, por elementos populares capitaneados pelos sócios da Liga dos Republicanos Combatentes. Entre as várias particularidades que cercam esse evento, que também ficou conhecido como “Operação Xangô”, chama a atenção a iniciativa do chefe da Liga dos Republicanos Combatentes, espécie de milícia particular, de conservar algumas das peças apreendidas durante as batidas aos terreiros, as quais foram expostas inicialmente na sede da própria entidade, depois de serem exibidas em cortejo pelas principais ruas da cidade. Hoje esse material constitui o acervo da “Coleção Perseverança”, que se encontra nas instalações do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, o qual pode ser interpretado como a conservação da memória de uma devassa de proporções até então desconhecida, contra as casas de culto religioso de procedência africana no Brasil.

Título Portugal, a Europa e o império: contorções identitárias

ID 647

Autores Rita Ribeiro

Resumo: Disperso por sucessivos impérios, Portugal viu-se recentrado no espaço europeu com o processo de descolonização que se seguiu à revolução de 1974. No seguimento do processo histórico de democratização, descolonização e europeização ocorreu uma rotação identitária que, em contraste com a sua relevância, tem sido negligenciada tanto ao nível das análises operadas pelas ciências sociais, como na reflexividade produzida na sociedade portuguesa. É objectivo desta comunicação explorar os sentidos de identificação que atravessam a nação portuguesa, designadamente os que põem em balanço a memória do império e a integração europeia.

Tendo em conta as tematizações produzidas ao nível da historiografia, da literatura e dos discursos das elites intelectuais, pode dizer-se que se dispõem sentidos ambíguos no que respeita à aproximação à Europa ocorrida nas últimas três décadas e que o mesmo acontece relativamente à ligação histórica e simbólica que o país manteve com o império. Ou seja, a identidade nacional viu-se reconstruída em função dos significados atribuídos à “vocação imperial” e à “opção europeia”, daí resultando o que designo de astúcia da identidade nacional: a capacidade de deslizar contextualmente entre sentidos diversos, mesmo opostos, da identidade. Deste modo, é possível conciliar a “grandeza” do passado nacional, o anátema do colonialismo e a europeização de Portugal – o que se consegue por via de uma lógica dúplice de instrumentalidade e ambivalência face à Europa e de afectividade paternalista face ao império.

Título Consciência histórica: um diálogo entre países

ID 1543

Autores Isabel Barca, Maria Auxiliadora Schmidt

Resumo: No campo da investigação educacional, a busca de elementos para a compreensão da consciência histórica, em especial a dos jovens, tem-se constituído recentemente como um relevante objecto de pesquisa. A consciência histórica, que tem sido amplamente debatida por JÄ¶rn RÄ¼sen, liga-se a uma necessidade de orientação temporal intrínseca no ser humano e que deve ser sustentada reflectidamente pelo conhecimento histórico e social. Distingue-se de uma simples resposta de senso comum às exigências práticas, em termos de sentimentos de identidade. Dentro deste pressuposto teórico, a investigação educacional nesta linha procura reunir dados empíricos que possibilitem um melhor entendimento acerca das ideias e usos da História, na sua relação com a construção de identidades e consciência social. A sistematização de resultados por meio da "comparação sistemática de dados de diversos estudos qualitativos" em diversos países de vários continentes - revela-se possível e frutuosa. O Projecto HICON (Consciência Histórica “Teoria e Práticas, fases I e II), insere-se nesta rede informal de investigação e, numa equipa constituída por investigadores de Portugal, Brasil e Cabo Verde, tem explorado, entre outras manifestações de consciência histórica, as narrativas e inerentes meta-narrativas de jovens portugueses, brasileiros e cabo-verdianos acerca da História Contemporânea, numa abordagem de identidade aberta e complexa, que ultrapassa o enfoque numa identidade linear à escala nacional ou regional. Alguns destes resultados (marcadores e sentidos de mudança, marcos históricos, relevância de agentes históricos colectivos ou individuais, identidades serão apresentados e debatidos à luz do enquadramento teórico e metodológico específico da pesquisa em cognição histórica.

Título Ideias de alunos cabo-verdianos e portugueses sobre identidade e interculturalidade – estudos em significância histórica

ID 1546

Autores Júlia Castro, Graça Sanches

Resumo: Em dois estudos independentes mas partilhando o mesmo enquadramento teórico e metodológico analisaram-se, numa abordagem qualitativa, as ideias de alunos cabo-verdianos (N=65) e alunos portugueses (N=130) em torno da significância de acontecimentos históricos (um conceito explorado em educação histórica), em conexão com a matriz conceptual da multi/interculturalidade (que emerge do quadro teórico da Educação intercultural). As tarefas propostas aos alunos, apoiadas por fontes históricas primárias com visões diferenciadas, solicitavam aos alunos que argumentassem em torno de acontecimentos valorizados na História nacional de cada um: a alunos de História no final do ensino secundário (12º ano) em Cabo Verde, a problemática do significado da sua independência, a partir de três fontes; em Portugal, no estudo com alunos do ensino secundário (11º ano) foi apresentado um par de fontes históricas sobre os contactos entre Portugueses e Japoneses no séc. XVI. O cruzamento dos dados destas duas investigações sugere uma associação ao nível do pensamento histórico dos alunos cabo-verdianos e portugueses: em alguns jovens, emerge uma significância histórica de tipo fixo e linear acompanhada de noções de identidade exclusiva (marcada por uma atitude auto e etno-centrada), ligada sobretudo à ideia de Diferença; em jovens que revelam uma significância histórica contextualizada e flexível, ela é acompanhada de noções de identidade aberta, ligada a conceitos de diversidade e de relação entre os seres humanos (próxima de uma atitude intercultural). Os resultados serão discutidos considerando um diálogo conceptual possível entre a educação histórica e a educação intercultural, considerando especificidades identitárias de cada povo e integrando também a ideia de uma inter-identidade à escala humana, sem branqueamentos da História e numa busca de Relação cooperante.

Título Construindo identidades: ideias de jovens no contexto de actividades educativas relacionadas com o património histórico

ID 1547

Autores Helena Pinto

Resumo: Neste texto pretende-se abordar de que forma(s) se pode promover a construção de identidades abertas à complexidade e à inter-relação, estruturadas a partir das identidades pessoais dos jovens. Parte-se de um contexto de actividades educativas relacionadas com fontes patrimoniais, no Centro Histórico de Guimarães – Património Cultural da Humanidade. É frequente entre a opinião pública a percepção de que a História, e o Património em particular, contribuem para a identidade colectiva e para a cidadania através do desenvolvimento de uma cultura comum. Verifica-se, de facto, uma partilha de significados acerca do passado, e estes podem revelar uma identidade local, nacional, de carácter fixo, ou integrar identidades múltiplas e abertas, de carácter variável. O Património, nas suas diversas formas, pode mediar o nosso conhecimento histórico; vem do passado para o presente e, eventualmente, continua para o futuro. E os educadores – em contexto de educação formal, ou não formal – têm uma responsabilidade particular em relação a esse futuro comum,

contribuindo para o processo de construção, pelos jovens, de identidades mais ou menos abertas. Porém, a compreensão de complexas e múltiplas relações entre identidades individuais/colectivas e património não foram ainda exploradas de forma a tornarem-se mais explícitas, pelo menos no campo da Educação Histórica. É nesse sentido que se apresentam, neste trabalho, algum dados da reflexão no âmbito de um estudo exploratório, de natureza essencialmente qualitativa, com o objectivo de conhecer as ideias de jovens sobre identidades e mudança/permanência, no decurso de actividades educativas realizadas com grupos de 8-11 anos e de 12-14 anos.

Mesa: As mutações identitárias das comunidades quilombolas - 6 de Fevereiro - 11h15 - 304
Moderador: Ivan Lima

Título As crianças quilombolas de Mato Grosso do Sul/Brasil e suas vivências lúdicas: relatos orais e imagens
ID 224

Autores Arilma Maria Spindola, Ordália Almeida

Resumo: Esta comunicação aborda aspectos relevantes da pesquisa desenvolvida sobre a cultura da criança Quilombola em Mato Grosso do Sul. O trabalho parte do pressuposto de que o reconhecimento das manifestações e expressões culturais presentes nas brincadeiras, causos, histórias contadas, canções e danças, contribuem para valorização e preservação do universo cultural dessas comunidades. As comunidades estudadas revelaram que é no relacionamento adulto/criança inseridos em seu contexto social que são estabelecidas as relações que lhes permitem construir e reconstruir seus processos culturais e educativos. Destacamos, de forma privilegiada, registros fotográficos realizados no decorrer da pesquisa, por trazerem aspectos importantes das culturas das crianças quilombolas, muitas vezes não explicitados através de palavras. As análises realizadas sustentam-se em pressupostos da sociologia da infância e buscam evidenciar traços do cotidiano das crianças em suas múltiplas experiências. Fundamenta-se nos construtos teóricos da sociologia da infância, que reconhece a criança como ator social e sujeito histórico, portador e produtor de cultura. Vários autores se viram de referências teóricas para as reflexões realizadas ao longo do texto e para o desencadeamento das análises feitas com base nos dados coletados, dentre eles destacamos Demartini (2002), Farias (2002), Quintero (2002), Sarmiento (1997, 2003, 2004, 2005) Corsaro (2003), Shiota (1998), Mantondon (2005), Mollo-Bouvier (1994). As comunidades estudadas revelaram que é no relacionamento adulto/criança inseridos em seu contexto social que são estabelecidas as relações que lhes permitem construir e reconstruir seus processos culturais e educativos.

Título Reconhecimento étnico da comunidade de Bastiões: rumores e conflitos
ID 245

Autores Analucia Sulina Bezerra

Resumo: Rumores como “Os negros vão dominar os brancos e vão se apoderar do que é deles; Bastiões foi vendido e quem o fez, fugiu” tiveram como começo quando técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA visitaram o distrito de Bastiões, Ceará, Brasil, para uma identificação preliminar do território quilombola. A visita teria motivado a população envolvente, ou seja, os não-negros, a questionar em audiência pública a legitimidade da organização política da comunidade negra, cuja expressão máxima era a associação Francisco Assis Crispó, e suas reivindicações em torno de direitos diferenciados. Tomando por objeto esses sucessivos acontecimentos, procuro nessa comunicação desenvolver duas linhas de reflexão. Na primeira, enfatizo a idéia de que os rumores se constituem numa forma de comunicação, engajando suspeição e intrigas entre os próprios membros da comunidade. Esse canal de comunicação redimensiona os enfrentamentos internos da comunidade negra, reacendendo antigas facções e ainda atualiza as narrativas de origem que dão significado a sua identidade étnica. Na outra linha, analiso a dimensão conservadora dos rumores para perceber as desigualdades e a lógica racista permanentes nas interações dos diferentes atores envolvidos no processo de reconhecimento de Bastiões como Quilombo.

Título Identidade, reconhecimento e auto-estima: as experiências dos remanescentes do quilombo de Tijuçu-BA-Brasil
ID 496

Autores Carmélia Miranda

Resumo: A referida pesquisa tem como objetivo discutir de que forma os remanescentes de quilombo de Tijuçu, têm enfrentado preconceitos e termos pejorativos dirigidos a estes pelos moradores da região. Vários depoimentos revelam como esses remanescentes se sentiam, pois eram vistos como inferiores, por conta de sua cultura, de seus costumes e pela cor da sua pele. Suas diferenças culturais não eram respeitadas. Tinham uma auto-estima baixa, e fugiam de tal situação, isolando pelos diferentes povoados e roças de Tijuçu. No início da década de 90, do século XX, diferentes setores do Movimento Negro e técnicos da Fundação Cultural Palmares, iniciaram trabalhos de conscientização e de identificação da população, mostrando a esses os seus valores culturais. A partir de então, várias manifestações culturais e costumes que estavam adormecidos, retornam a comunidade. Ademais a identidade étnica é construída, não pelas diferenças em si, mas pela tomada de consciência delas, que ganham significados ao se inserirem em sistemas sociais. Ao tomar conhecimento dessas diferenças, a população une-se em prol da sua cultura e, evidentemente, de sua identidade. A etnicidade serve, portanto, para pensar um novo tipo de sociedade, na qual convivem grupos de variadas origens que se pautam por diferenciadas instituições sociais. A nossa principal fonte foi a oralidade. Através dela pôde-se entender as diversas experiências vivenciadas pelos moradores de Tijuçu.

Título A identidade quilombola: Uma análise da Comunidade Negra Remanescente do Quilombo São José da Serra. 1998-2004
ID 503

Autores Marilea Almeida

Resumo: A presente pesquisa investiga os usos da visibilidade midiática pela Comunidade Negra Remanescente do Quilombo de São José da Serra durante. Busca-se, com este trabalho, refletir a respeito das táticas utilizadas pela

comunidade, no contexto e processo de sua definição como remanescente quilombola. Para tanto, serão analisadas as transformações que esta comunidade estabelece com a mídia no que tange à visibilidade e a produção de discursos a seu respeito.

Título Afro-Brasileiro, natureza e a luta fundiária das comunidades quilombolas

ID 597

Autores Henrique Dias Gomes Nazareth, Ricardo da Silva Fernandes, Maria Amélia de Souza Reis

Resumo: No presente trabalho pretendemos reforçar a territorialidade como forma de manutenção do capital cultural e social das comunidades quilombolas e ainda, apresentar os modos como as estruturas de poder criam mecanismos para esfacelamento dessas reproduções culturais. Oralidade, vida rural e africanidade – coexistem num espaço de disputa e sem direitos? De que forma a comunidade quilombola consegue manter seus ritos em seus espaços que ainda hoje, dependem de uma luta cotidiana e de resistência? Em nossas intervenções na comunidade quilombola de Santana, foi possível perceber que a violação dos direitos a terra e a perda da agricultura familiar contribuem para a redução dos espaços ancestrais de formação e depreciação da identidade afro-brasileira. Assim sendo pretendemos relacionar a privação desses direitos com as tentativas de apagamento da educação popular pautada na africanidade e na realidade de pessoas que trazem consigo saberes, científicos e populares. Nesse sentido, nossos objetivos são: (a) analisar historicamente a formação dos laços de povos africanos e comunidades quilombolas, com a natureza/território. (b) apresentar um histórico das lutas Quilombolas relacionadas a questão fundiária; (c) identificar o papel do Estado na expropriação do direito à terra dessas comunidades. Partiremos da análise das estruturas políticas e sociais dessas comunidades que determinaram/determinam as diretrizes do relacionamento com a terra. Apresentaremos também, um estudo genealógico das legislações relativas ao fortalecimento do sistema plantation de produção e as recentes iniciativas de reconhecimento das terras Quilombolas. Investimos ainda na pesquisa de cunho etnológico na comunidade Quilombola de Santana, no estado do Rio de Janeiro.

Mesa: Diversidade e racismo: mitos, teorias, realidades - 6 de Fevereiro - 11h15 - 301

Moderador: José Nilton Almeida

Título Pós-abolição como efeito antecipado: moralidade e a historiografia da reparação no Brasil

ID1194

Autores Monica Grin, Ana Lugão Rios

Resumo: O pós-abolição tem sido um dos mais problemáticos campos de investigação histórica no Brasil. De modo geral permanecem constrangidos e influenciados por interpretações da escravidão, ainda que as versões se modifiquem conjuntamente, das clássicas às mais recentes; essas interpretações sobre escravidão mostram-se, não raro, mobilizadas por contextos políticos, culturais e sociais das relações raciais. Tal aspecto pode ser identificado tanto em intérpretes generalistas da ordem brasileira (Gilberto Freyre, por exemplo) quanto em especialistas cujos "informantes" encontrar-se-iam no ativismo negro (Fernandes, 1955 e 1964; Hasenbalg, 1979, entre outros). Digo mais: o tipo de interpretação que se faz da escravidão desde os anos de 1950 é, não raro, resultado da forma como o ativismo negro explicita suas demandas e anseios no pós-abolição. A história do pós-abolição, como apenas efeito da escravidão, torna-se, nesses termos, uma "não história", ou seja, torna-se lugar de diagnósticos morais que fundamentam demandas de reparação dirigidas ao Estado e à sociedade.

Título As identidades étnicas e comunitárias como antídotos ao racismo

ID 1204

Autores Jean-Martin Rabot

Resumo: Nesta comunicação, mostraremos que o declínio do princípio de cidadania e a incapacidade do Estado-nação em federar os indivíduos – fenômenos que se manifestam no desinteresse pela vida cívica e pela participação política, na perda de credibilidade dos partidos políticos – devem-se, em parte, ao surgimento dos comunitarismos e das reivindicações étnicas. De facto, a base da vida em sociedade já não é a agregação e a assimilação de indivíduos ou cidadãos iguais, conscientes, voluntários, racionais que partilham valores democráticos comuns, mas antes uma «socialidade» viscosa, ou seja, uma fusão de pessoas, de ordem sentimental, passional e emocional, dentro de comunidades fechadas sobre si mesmas, que se opõem umas às outras, que promovem modos de pensar exclusivos e exclusivistas, que ditam as suas regras dentro de territórios reais e simbólicos, desafiando assim as conquistas seculares do Estado-nação. Perante a questão da integração de grupos radicalmente diferentes no seio de sociedades globalizadas foram avançadas e experimentadas várias propostas, cujas lacunas evidenciaremos: a do modelo liberal (Kymlicka); a do modelo dos "comunitários" (Sandel, Taylor, Walzer); a do modelo do republicanismo de obediência universal (Habermas). Talvez seja necessário compreender que a estruturação social já não opera a partir de princípios abstractos e universais que ignoram por completo a questão do multiculturalismo. Talvez seja necessário conceber os comunitarismos e as aspirações identitárias dos grupos étnicos, como a causa e o efeito de uma harmonia vivida de forma diferencial, assim como um potente antídoto ao racismo.

Título Diversidade e esfera pública: conexões possíveis

ID 1279

Autores Mariana Assis

Resumo: Duas correntes teóricas fundamentais, liberalismo e comunitarismo, se firmaram como especialmente relevantes nos debates contemporâneos acerca da questão de como lidar com reivindicações de grupos que demandam o reconhecimento público de suas características específicas. Este trabalho procura apontar, nesse debate, uma terceira perspectiva, comumente chamada "teoria crítica do reconhecimento", que tem suas bases fundantes na tradição teórica inaugurada pelos estudiosos da Escola de Frankfurt. Percorre-se um caminho analítico diferenciado, com especial ênfase

nas contribuições de Habermas, Honneth e Fraser. O objetivo central é encontrar, nessas contribuições, formas variadas de se conectar diversidade e esfera pública. Primeiramente, aponta-se que o conceito de esfera pública, gestado na obra de Habermas, foi fundamental para a revitalização do potencial emancipatório da democracia, embora não se encontre em seus trabalhos a origem de uma grande preocupação com a inclusão ou com o tratamento da diversidade/diferença nesse espaço. Em um segundo momento, analisa-se como Honneth, enquanto um seguidor da tradição da teoria crítica, discute o déficit sociológico na teoria habermasiana e, com sua noção ampliada de reconhecimento, procura iluminar alguns conflitos sociais até então invisibilizados. Com tal medida, ele abandona a centralidade que o elemento “esfera pública” tinha na teoria crítica e estabelece uma relação muito tênue entre reconhecimento e seu conceito excessivamente limitado de público. Finalmente, demonstra-se como Fraser, em grande parte devido à sua crítica do modelo burguês de esfera pública, é capaz de estabelecer uma nítida e forte conexão entre os dois elementos, em sua discussão sobre o reconhecimento. A noção de paridade de participação, em suas análises, demanda que a diferença/diversidade, como elemento integrante da esfera pública, não seja convertida em fonte de desigualdades ou entraves à participação. Como a questão central deste trabalho é o problema de se estabelecer uma vinculação positiva entre diversidade/diferença, reconhecimento e esfera pública, a teoria desenvolvida por Fraser aparece como a que melhor lida com as reivindicações por reconhecimento como uma questão pública.

Título Professora negra e prática docente com a questão étnico-racial: a "visão" de ex-alunos
ID 1342

Autores Eva Aparecida da Silva

Resumo: Este trabalho traz a análise das visões de ex-alunos, homens e mulheres, negros e não-negros, de diferentes idades e meios sociais, acerca de três professoras negras e de sua prática docente com a questão étnico-racial. Essas visões foram investigadas a partir da relação que estabelecem com o contexto da situação étnico-racial vigente na sociedade brasileira e, em especial, na escola, no qual elas são construídas e experimentadas. Com as visões de mundo dos ex-alunos fecha-se o círculo da relação discente/docente, já que em trabalho anterior buscou-se entender a postura transformadora e/ou reprodutora assumida por essas mesmas professoras diante do tratamento da mesma questão, tomando-se como referência suas trajetórias de vida (da infância à adultez), em particular as experiências vividas com a discriminação racial como alunas e como profissionais da educação. Da relação estabelecida entre os ex-alunos e o contexto da situação étnico-racial, bem como entre as professoras e as trajetórias de vida, a partir dos quais constroem as suas visões e representações acerca das relações étnico-raciais vividas na sociedade brasileira e na escola, torna-se possível perceber o processo de construção de mentalidades racistas e, com isso, tentar alternativas de desconstrução desse tipo de mentalidade.

Mesa: Identidade e alteridade; percepções e representações - 6 de Fevereiro - 11h15 - 213

Moderador: Barbara Soares (CESeC)

Título Desigualdades Étnico-Raciais, Processos de Mediação e Dinâmicas Identitárias

ID 826

Autores Wilson J. F. de Oliveira

Resumo: Essa comunicação analisa as relações entre desigualdades étnico-raciais e processos de mediação nas dinâmicas de atribuição categorial da identidade étnica. O material utilizado decorre de uma investigação sobre uma comunidade de “remanescentes de quilombo” no sul do Brasil e envolveu os seguintes procedimentos: 1) levantamento de informações secundárias sobre a história dos negros na região e as organizações e lideranças que participaram da construção das categorias identitárias utilizadas pela comunidade; 2) realização de entrevistas com os membros da comunidade e com os atores que fazem a mediação com organizações religiosas, ONG’s, agências estatais e partidos políticos; 3) aplicação de um cadastro para a obtenção de informações sobre as condições de vida do conjunto de famílias da comunidade; 4) realização de observações participantes de reuniões, festas religiosas e confraternizações que mobilizam a grande maioria dos membros da comunidade, bem como parte significativa de seus “vizinhos”. Os resultados indicam que processos sucessivos de mediação religiosa, familiar e associativa constituem os principais fatores na elaboração e recomposição das categorias identitárias utilizadas pela comunidade, na medida em que possibilitam a articulação entre dinâmicas “exógenas” à comunidade e situações “internas” vivenciadas pelos seus membros como desigualdades étnico-raciais. Esses resultados evidenciam a necessidade de se considerar a emergência e consolidação de definições identitárias, através das quais seus membros identificam-se e são também identificados pelos “outros”, como inseparáveis de dinâmicas sociais e políticas de “atribuição categorial” e de suas relações com processos concretos de mediação da comunidade com outras esferas e organizações sociais.

Título Construindo imagens de si e do outro: a questão da posicionalidade na pesquisa com povos indígenas no Brasil

ID 852

Autores Antonio Santana

Resumo: Partindo da perspectiva da Etnografia Crítica tratada por autores como Madson (2005), este trabalho discute a questão da posicionalidade da/o pesquisadora/r indigenista levantando questões relativas a seu poder e privilégio de criar representações do outro (Said, 1994), assim como as representações que faz de si no trabalho de campo e a maneira como é lida/o por esse outro durante esse processo. São examinados também as intenções, métodos e possíveis efeitos do seu trabalho. Tomo como campo empírico para essa discussão minha experiência no trabalho com povos indígenas no Brasil, especificamente no âmbito de projetos de educação e trabalhos etnográficos no estado do Maranhão.

Título Outros Itamaraty. Imagens do Brasil na academia européia

ID 923

Autores M. Carmen Villarino Pardo

Resumo: A partir de diversos programas de estudo de diferentes universidades europeias (italianas, francesas, espanholas e, sobretudo, portuguesas) -com as mudanças trazidas pelo novo Espaço Europeu de Educação Superior- e de alguns encontros (nomeadamente no âmbito académico) que pretendem 'trazer o Brasil para a Europa' analisaremos as imagens que se constroem e se divulgam do Brasil na academia europeia para tratar de entender melhor alguns mecanismos e processos de internacionalização da cultura brasileira e da própria construção da identidade brasileira.

Título A construção da imagem dos imigrantes e das minorias étnicas na imprensa portuguesa

ID 997

Autores Margarida Carvalho

Resumo: Esta comunicação resulta de uma investigação de mestrado que teve como objecto de estudo a construção da imagem dos imigrantes e das minorias étnicas pela imprensa diária portuguesa.

As questões relacionadas com a imigração e com a etnicidade são hoje uma realidade incontornável da sociedade portuguesa. A imagem que estas comunidades têm perante a opinião pública depende em grande medida das representações que os media delas transmitem. As notícias dos media, em particular, têm uma importância decisiva na construção social da discriminação étnica, ao sobrevalorizarem temáticas relacionadas com práticas desviantes.

Considerando que as lógicas que atravessam a construção noticiosa não são homogéneas, procedeu-se a uma análise comparativa de dois jornais, um dito de referência, o outro popular – o Público e o Correio da Manhã.

Nesta exposição são apresentados os principais resultados da investigação realizada. Resultados em termos da caracterização formal das notícias, do seu conteúdo (temas abordados, perfis dos imigrantes e das minorias étnicas retratados, fontes de informação utilizadas) e quanto à importância que estas notícias têm em cada um dos dois jornais analisados.

Título Exostimos e tropicalização: a identidade brasileira em Portugal

ID 1028

Autores Wellington Lisboa

Resumo: Esta pesquisa resulta de uma tese de mestrado sobre as representações do Brasil no imaginário português contemporâneo. As inter-relações entre História, Cultura e Media constituem, assim, o foco principal deste trabalho, que busca pontuar que identidade brasileira vem sendo (re)construída e/ou legitimada em Portugal. Nessa perspectiva, destacamos as análises dos discursos de jovens e adultos portugueses que participaram da pesquisa empírica, de carácter qualitativo, desenvolvida nas cidades de Coimbra e Lisboa.

Mesa: Identidade e alteridade; percepções e representações - 6 de Fevereiro - 14h30 - 206

Moderador: José Reginaldo Santos

Título As representações do imigrante brasileiro no jornalismo impresso local: estudo de caso entre Braga (Portugal) e Trento (Itália)

ID 1052

Autores Maíra Ribeiro

Resumo: Esta investigação foi desenvolvida com o objetivo de verificar como e quando o imigrante brasileiro é notícia nos diários impressos regionais Diário do Minho (Braga, Portugal) e L'Adige (Trento, Itália) durante todo o ano 2007, escolhido pela União Europeia como o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos.

Nossa hipótese geral de pesquisa é de que o imigrante brasileiro seria representado enquanto grupo, e não como indivíduo "singular" e com características próprias. As sub-hipóteses estavam ligadas à presença de uma acentuada assimetria de gênero, onde os homens imigrantes brasileiros constituiriam a maioria das presenças nas notícias, associado a uma segmentação ocupacional dos imigrantes (homens enquanto desportistas e mulheres enquanto trabalhadoras sexuais). Além disto, esperávamos encontrar os imigrantes brasileiros como destaque em primeira página, na maioria dos casos, relacionados ao Desporto ou Criminalidade.

Observamos que os jornais impressos locais analisados, em relação ao tratamento informativo do imigrante brasileiro, trabalham na mesma linha dos jornais nacionais e, mesmo que em escala inferior, continuam a representar o imigrante através de uma imagem estereotipada, negativa e discriminatória.

Nesta comunicação, apresentamos os resultados obtidos através da análise quantitativa dos dados recolhidos durante o ano de 2007, que nos possibilitou verificar a representação dos "brasileiros" e "brasileiras" feita por estes dois diários locais. Os dados corroboraram nossas hipóteses.

Título "Nós" e "eles": percepções e representações entre portugueses (não)ciganos e ciganos: estudo de caso em três bairros (peri)urbanos de Braga

ID 1431

Autores Manuel Carlos Silva, Carla Sofia Oliveira, Marta Barbosa, Isabel Silva, Carla Sofia Cid

Resumo: Nesta comunicação, os autores, com base em reflexão e trabalho de campo em três bairros contíguos (peri)urbanos – dois contíguos em que um deles é habitado por membros da maioria não cigana e outro exclusivamente habitado por ciganos e um terceiro misto mas com forte predominância de famílias ciganas – dão conta de alguns resultados de investigação já concluída e coordenada pelo primeiro autor, investigação intitulada Relações Inter-Étnicas: um estudo de caso no concelho de Braga". Estes dados foram obtidos através dos vários métodos, a saber, inquéritos, entrevistas e narrativas de vida e trabalhos de campo com observação participante.

Uma vez equacionado o problema sobre as relações interétnicas em contexto de contiguidade (peri)urbana, os autores fixam-se na problematização em torno da estruturação das representações sociais recíprocas entre membros das minorias e das majorias, focalizando-se mais sobre as representações sociais da maioria não cigana vivendo num bairro contíguo a um outros habitado exclusivamente por ciganos. Analisar as representações sociais torna-se fundamental, pois estas são

formas pelas quais os actores sociais, de modo consciente ou inconsciente, expressam o seu pensamento, amiúde em termos de senso comum. Não basta, porém, registar estas representações. Impõe-se compreender e explicar as representações sociais de um grupo face a si próprio e em relação aos outros, procurando perceber não só como as formas como os endogrupos e exogrupos étnicos interpretam o que acontece à sua volta, como recriam a “suas” respectivas realidades e como validam as suas previsões e explicações, sem deixar de avançar, na sequência de vários autores designadamente Bader, uma proposta explicativa das tensões e conflitos interétnicos.

Título Etnografia do modo de vida Mbyá-Guarani e Cultura Alimentar: perspectivas do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)

ID 1040

Autores Rubia Giordani Formighieri, Symone Cortese Ausani

Resumo: Este trabalho é um estudo qualitativo sobre as inter-relações entre espaço físico, modo de vida e cultura alimentar entre os Mbyá-Guarani moradores da aldeia Karuguá (Paraná). Discute-se o significado de ser um Mbyá-Guarani e suas inter-relações com o ambiente e com as práticas alimentares dessa etnia. Em seguida problematiza-se as transformações na alimentação tradicional indígena e a alimentação atual, enfatizando os aspectos referentes ao direito humano à alimentação adequada no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional com ênfase nos aspectos cultu-rais. Por fim os direitos indígenas e as leis criadas pelo Estado brasileiro são problematizadas, pois evidencia-se que elas não garantem a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Título O lugar da África e do negro nas pesquisas do Brasil: o caso da pós-graduação da UNICAMP.

ID 724

Autores Rogério Souza

Resumo: Neste artigo discuto o ensino de História Antiga na cultura educacional brasileira a partir de dois campos de produção e representações étnico-raciais: o ensino/pesquisa na universidade e a lei 11645/08 que estabelece a obrigatoriedade do ensino afro-brasileiro e africano na educação fundamental e média. A partir do levantamento de teses produzidas no Programa de Pós-graduação da UNICAMP, no período de 1989-2007, procuro demonstrar como a África está ausente do campo de estudos de História Antiga e como o negro permanece um objeto de análise circunscrito ao campo de estudos da escravidão. Esse modus operandi da historiografia brasileira, de forma sub-reptícia, tem orientado a produção de livros didáticos que reproduzem e potencializam hierarquias, racismos e preconceitos que contrariam as diretrizes curriculares defendidas já na Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996 e nos Parâmetros Curriculares da disciplina História em 1998. Diretrizes essas, reafirmadas e ampliadas com a aprovação da lei 11645/08. O artigo quer indicar que a Universidade brasileira precisa dar atenção às formas como a branquidade se interage a produção científica. E se nessa área, a referida instituição, pretende pluralizar os discursos produzidos em seu interior, terá necessariamente que reproduzir essa pluralidade, do ponto de vista étnico-racial, nos segmentos docentes e discentes da universidade.

Título Delinquência juvenil e comunicação intergrupar

ID 1597

Autores Joana Micaela Beiramar Correia

Resumo: Nesta comunicação mostraremos que a comunicação intergrupar contribui para uma carreira delinvente. Ao analisar os códigos de tribo utilizados na comunicação intergrupar verificar-se-ia a preponderância do grupo na formação de uma carreira delinvente uma vez que a comunicação intergrupar levaria simultaneamente a um afastamento da sociedade em geral e das suas normas e a um reforço da identidade grupar. Esta dialéctica conduziria à formação de uma carreira delinvente, o que comprovaria a influência preponderante do grupo para este fenómeno. A análise da comunicação intergrupar passa por uma reflexão sobre os códigos de tribo, nomeadamente pelo gosto musical e pela prática de grafites (na linha de investigação de Machado Pais, Sauvadet, Seabra e Carvalho, entre outros), pela indumentária, pela linguagem, pelas marcações corporais (Machado Pais, Seabra, Sauvadet, Le Breton), pelo consumo de drogas (Machado Pais e Cândido Agra), pelo uso da violência (Maffesoli, Body-Gendrot, Roché, Sauvadet, Balandier, entre outros) pela prática de furtos e roubos (Sauvadet), pelas saídas nocturnas (Maffesoli e Machado Pais) e pelo quotidiano (Sauvadet, Seabra, Maffesoli). Conceitos intimamente ligados à delinquência juvenil socializada como culturas juvenis, utilizado por Machado Pais ou tribos urbanas, utilizado por Maffesoli, ou "outsiders", utilizado por Becker, e as várias teorias sobre o desvio social serão explorados de modo a sustentar a preponderância grupar na carreira desviante.

Mesa: Identidades racizadas e processos de etnicização - 6 de Fevereiro - 14h30 - 210

Moderador: Fernando Luís Machado

Título Identidade, etnicidade e nacionalidade – os novos luso-africanos

ID 1192

Autores Tatiana Ferreira

Resumo: A maioria dos imigrantes provenientes dos PALOP já se sedentarizaram em Portugal e, fruto de um processo de reagrupamento familiar ou de terem constituído família, já têm descendentes. É neste contexto que a identidade étnico-nacional dos filhos de imigrantes africanos assume particular interesse, sendo que absorvem e conservam algumas das especificidades da cultura de origem dos pais, e possuem um sistema de valores e representações resultante da integração no país de acolhimento dos mesmos, no qual nasceram e/ou cresceram. Estamos longe de uma plenitude identitária, mas antes perante identidades que se estruturam em torno de uma diversidade de referenciais. O objectivo é compreender os processos através dos quais se estrutura a identidade nacional destes novos luso-africanos e apreender as dinâmicas de expressão dessa identidade, procurando resposta para algumas questões: São processos de identificação que se estruturam em torno de imagens e representações imaginárias, resultado de reinterpretções simbólicas do país de origem dos pais, como que uma identidade sentimental assente em artefactos culturais? Estamos perante um processo de

diferenciação e oposição, assente numa demarcação étnica reforçada pela cor da pele? Em que medida as situações de discriminação e rejeição que possam sofrer reforçam esse processo de diferenciação e oposição? Denominações utilizadas, muitas vezes até a nível institucional, como a de segunda geração de imigrantes, fazem sentido? Como se posicionam em relação a cada um dos países? Como apropriam e manipulam atributos identitários como a música ou a gastronomia?

Título Memória e construção de identidade em uma comunidade de descendentes de escravos no Pará, Brasil

ID 1209

Autores Marcilene Silva da Costa

Resumo: No presente trabalho proponho-me a discutir construção de identidades em uma comunidade – Macapazinho, Santa Izabel do Pará, Brasil – que reivindica, atualmente, a titulação de suas terras, a partir da alegação de ser uma comunidade remanescente de quilombo. O processo de assunção de uma identidade negra quilombola em Macapazinho teve início juntamente com a luta pela titulação das terras, não muito diferente do que aconteceu/acontece em outras comunidades negras que pleiteiam a posse da terra visto que a identidade social pode ser trabalhada de acordo com as circunstâncias, sendo que, grande parte dela depende da situação social em que as coisas acontecem, dessa forma, é possível dizer que a identidade de negros descendentes de quilombolas é uma identidade situacional, politicamente acionada e historicamente informada pelo trabalho da memória. É que, neste sentido, pode conviver com outras, no processo de sua construção/atualização, outras (aparentemente) opostas, mas que podem ser também apenas um modo de designação que no fundo não desconsidera mas faz parte de um processo mais amplo.

Título Atlântico Negro Lusófono? Percepções da diferença e do racismo

ID 1379

Autores Andreas Hofbauer

Resumo: Com a revolução dos cravos (1974) e as independências dos países africanos intensificou-se a onda imigratória de mão-de-obra pouco qualificada das ex-colônias para Portugal. Além de grandes contingentes de cabo-verdianos de pouca ou nenhuma escolaridade que trabalharia na construção civil (homens) ou em serviços domésticos (mulheres), chegou também um grupo de cabo-verdianos com respeitável formação escolar, que depois de ter trabalhado durante anos na administração colonial no continente africano optou, neste momento de transformações, por fixar-se na capital. Uma pesquisa efetuada no ano de 2007 em Lisboa (pós-doutorado) revelou que há variações significativas no que diz respeito àquilo que os entrevistados entendem (nomeiam) como ato discriminatório (racista) e no que diz respeito àquilo que, segundo eles, "faz" a diferença entre cabo-verdianos e portugueses. Tais divergências são marcadas profundamente por fatores tais como faixa etária ("primeira" ou "segunda" geração), cor de pele, classe social, nível educacional, gênero, postura política, nacionalidade e local, entre outros. O paper procura analisar se e de que maneira percepções de discriminação influenciam processos identitários; e se e de que maneira processos identitários influenciam percepções de discriminação. Com base neste estudo de caso procurar-se-á ainda aprofundar a reflexão teórica sobre a relação entre "etnicidade e racismo / anti-racismo".

Título A população negra em Londrina: invisibilidade, cultura e resistência

ID 1397

Autores Maria Nilza da Silva, Pires Laranjeira

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar a situação do negro na cidade de Londrina, no Estado do Paraná, Sul do Brasil. Foram utilizadas as metodologias qualitativa e quantitativa, mediante a realização de entrevistas em profundidade com chefes de famílias negras que moram na cidade há mais de 30 anos e a utilização de dados secundários fornecidos pelos principais institutos de pesquisa, como aqueles do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE, com dados desagregados por cor. Os resultados parciais mostram que a população negra está praticamente ausente da história da cidade que se tem dado a conhecer; contudo, é possível constatar a sua presença, desde a fundação da cidade, há 74 anos, através das fotografias e depoimentos das famílias moradoras de Londrina. A situação socioeconômica não difere daquela percebida em outras regiões do Brasil quanto ao acúmulo das desvantagens em termos de oportunidade e de acesso aos direitos sociais. Cabe destacar que, nos últimos cinco anos, a cidade de Londrina tem vivido a efervescência do debate sobre as relações raciais por causa da implementação e consolidação do sistema de cotas na Universidade Estadual de Londrina, a principal da cidade, contribuindo para o debate sobre a realidade da população negra em Londrina e no Brasil.

Título Realojamento de uma comunidade cigana - um risco para a integração escolar?

ID 1618

Autores Paula Nogueira

Resumo: As políticas públicas e municipais sobre ordenamento do território articulam-se com o conjunto de direitos sociais e têm implicações para além da organização e distribuição dos espaços. A partir da análise de uma situação concreta, ocorrida na cidade de Castelo Branco, onde uma comunidade de ciganos, residente em barracas, localizadas numa zona central da cidade, paredes meias com uma escola do 1º Ciclo, foi realojada para zonas periféricas, longe de tudo e, sobretudo da escola, interrogamos nesta comunicação os efeitos concretos de decisões supostamente assumidas numa orientação "técnica" de planeamento urbano, sobre direitos fundamentais como a escolarização das crianças, a integração social de minorias étnicas e o acesso aos recursos e serviços públicos de todos os cidadãos. A comunicação privilegia um olhar crítico sobre modos de dominação étnica e social, e os dispositivos de ocultação presentes nas práticas de "modernização urbana" e nos dispositivos técnicos de ordenamento do território e que continuam a ser a escolha política, apesar do discurso igualitário e inclusivo. Como alternativa, propõem-se políticas urbanas mais participadas, atentas à diversidade, capazes de antecipar e desmontar os factores e estratégias de estratificação social associadas à divisão espacial, e centradas na inclusão social, no acesso a uma convivialidade urbana e numa cidadania plena.

Mesa: As desigualdades étnicas e movimentos pelos direitos de cidadania - 6 de Fevereiro - 16h15 - 312
Moderador: Isabel Guillen

Título Dois Olhares, duas Perspectivas Históricas: como se viam os Índios no Séc. XVI e como se veem de finais do Séc. XX aos nossos dias

ID 121

Autores Maria Teresa de Seabra

Resumo: O Padre Gama na Missão do Xingú

O Índio como gentio inocente a ser civilizado versus o índio cidadão brasileiro marginalizado. A Missão, centro de cultura, civilização e protecção do Índio. A Reserva, centro cultural, económico e etnográfico. A obra de voluntários. O papel de Portugal Colonial – os Jesuítas; o papel do Estado Brasileiro. A obra do Padre Gama: educação, ensino, evangelização. Três Mundos, três culturas similares: Portugal, África (Guiné e Angola), Brasil. Perspectiva europeia do Índio actual. O Índio como ser colonizado e marginalizado. Conceito de Índio para o Padre Gama: igualdade, cidadania, transversalidade cultural.

Título Devir negro: uma proposta anti-racista no Brasil

ID 562

Autores Franciso Silva

Resumo: Este trabalho tem como objetivo discutir as singularidades do combate ao racismo contra o negro no Brasil, a partir das análises da minha experiência de militante e de estudiosos da problemática racial, observando as abordagens sobre as diferenças. A pesquisa procura abordar a resistência contra o racismo destacando as armadilhas que essa luta demanda, os limites das ações da militância e o processo de produção de subjetividade dissidente, fabricado pelos sujeitos envolvidos que contribuem, cada uma a seu modo, para a construção e desconstrução de identidades étnico-raciais, produzindo um discurso fundador transindividual, que têm na cultura a sua matéria-prima.

Título Contextualizando os Territórios Negros e a Segregação Racial em São Paulo:

ID 596

Autores Reinaldo José de Oliveira

Resumo: A proposta de trabalho que se apresenta tem como objetivo expor as territorialidades negras e a segregação racial na cidade de São Paulo, tendo como recorte temporal o século XX. As territorialidades são decorrentes de movimentos diversos, ora pela organização do capitalismo nacional em solo paulistano, como o mundo urbano industrial irradiando o processo de periferização e, ora por intermédio da defesa de interesses da população negra, ou seja, para se defender de práticas violentas como o racismo e as desigualdades, geralmente, através de organizações culturais, religiosas, políticas e sociais. A segregação racial teve os mesmos pressupostos do mito da democracia racial, isto se justifica no período pós-abolição e, em sucessivos momentos até os nossos dias, pelo constante processo de empobrecimento racial para os limites da capital paulistana. A segregação racial é constituída a partir do tripé, referente à habitação, escolaridade e renda da população negra na cidade de São Paulo. Para expor as territorialidades e a segregação, trabalhou-se as informações quantitativas, referente aos censos do IBGE, 1991 e 2000, e as informações qualitativas, coletadas no trabalho de campo.

Território e Segregação são movimentos dialéticos, instrumentos que se defrontam constantemente, ora para defender os interesses sociais e culturais e ora, para impor e manter as desigualdades sócio-raciais.

Título Movimento negro do Brasil: pedagogia interétnica uma proposta de combate ao racismo

ID 623

Autores Ivan Lima

Resumo: Nesse trabalho buscou-se resgatar o processo de constituição da Pedagogia Interétnica (PI), desenvolvida por uma organização do Movimento Social Negro, denominada Núcleo Cultural Afro-Brasileiro (NCAB), constituído na década de 70 do século XX, em Salvador, Bahia. A finalidade deste estudo foi discutir os processos políticos e sociais que levaram a construção da PI, buscando-se apresentar os pressupostos que nortearam a estruturação desta proposta pedagógica. Para tanto, utilizou-se de uma abordagem sócio-histórica alicerçada pela leitura de documentos e por entrevistas com os sujeitos que construíram o Movimento Negro baiano e a pedagogia em foco. Com esse estudo pretende-se conhecer a trajetória da militância negra na área da educação, e contribuir em minimizar o desconhecimento da história da educação e da sociedade brasileira de propostas educativas de combate ao racismo nos espaços educacionais.

Título Direitos humanos e a experiência do observatório dos direitos indígenas no Ceará, Brasil

ID 771

Autores Isabelle Braz Silva

Resumo: Habitam o território brasileiro 230 povos indígenas, falantes de 188 línguas. No estado do Ceará, encontram-se 12 etnias que perfazem uma população estimada em 18.000 habitantes (Grupo de Estudos e Pesquisas Étnicas – GEPE/UFC/UECE). Índios integrados, vivem em meio à população e à economia nacionais, na maioria das vezes como reserva de mão-de-obra. Apesar de terem perdido suas terras e a autonomia cultural, preservam a consciência de que constituem um povo distinto e são assim percebidos pelos seus vizinhos, ainda que na maioria das vezes de forma estigmatizada (Ribeiro 1979: 432-34). Na contramão dos Direitos assegurados na Constituição de 1988, na Convenção 169 da OIT e na Declaração da ONU de 2007, continuam alvos de violações aos Direitos Humanos, notadamente no que diz respeito à demarcação de terras, assistência à saúde e educação. Intuindo a transformação dessa realidade, a Association pour Développement Économique Régional (ADER), criou o projeto “De uma ação educativa e de sensibilização sobre os direitos dos índios do estado do Ceará ao desenvolvimento do respeito dos direitos humanos no Brasil”, financiado pela União Europeia e implementado em parceria com Instituto Sindicale per la Cooperazione allo Sviluppo (ISCOS), Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Coordenação das Organizações dos Povos Indígenas no Ceará (COPICE) e Universidade Federal do Ceará (UFC). Essa

proposta de comunicação visa apresentar o Observatório dos Direitos Indígenas, segmento do Projeto que tem como atividade a vigilância e a promoção do respeito aos direitos dos povos indígenas no Ceará, Brasil.

Título A mulher negra e a seletividade afetivo-sexual: práticas discursivas de heranças coloniais
ID 1479

Autores Marluce Pereira da Silva, Cássio Eduardo Rodrigues Serafim

Resumo: Neste trabalho, problematizamos práticas discursivas que produzem sentidos face a relações afetivo-sexuais inter-raciais em relatos de mulheres negras heterossexuais. Investigamos como e que efeitos de sentidos produzidos nessas práticas afetam a mobilidade dessas mulheres no "mercado erótico-afetivo". Analisamos a materialidade lingüístico-discursiva dos relatos, a partir de referenciais teóricos advindos da análise de discurso francesa (Pêcheux, 1983; Orlandi, 2004), dos estudos culturais (Hall, 2000), dos estudos étnico-raciais (Munanga, 2004; Gomes, 2006; Moutinho, 2004) e contribuições de Foucault (1979). Preliminarmente, os resultados apontam que as relações afetivo-inter-raciais possibilitam perceber o quanto a história de um passado escravagista deixou legados que constituem modos de subjetivação de homens e mulheres no presente.

Mesa: As identidades retratadas pela imprensa - 6 de Fevereiro - 16h15 - 215
Moderador: Rosa Cabecinhas

Título Imigrantes africanos dos PALOP e negros brasileiros: identidade étnica contruída na imprensa de Portugal e do Brasil

ID 197

Autores Rosangela Borges

Resumo: A pesquisa apresenta a discussão de como é construída a identidade étnica dos imigrantes negros africanos dos PALOP nos jornais portugueses Público, Correio da Manhã e O Expresso, em 2003, 2004, 2005 e do negro brasileiro na revista Raça Brasil no mesmo período. Busca-se também perceber, tanto no caso dos negros brasileiros no Brasil como no dos imigrantes africanos dos PALOP em Portugal, embora ambos estejam inseridos em realidades históricas, sócio-econômicas e culturais distintas, as recorrências temáticas, as aproximações e as distâncias encontradas nos discursos dos jornais portugueses e da revista Raça Brasil. A investigação conta, ainda, com as contribuições teóricas dos antropólogos Fredrik Barth e Stuart Hall, considerando ainda as proposições de outros autores das ciências sociais, no sentido de captar especificidades do que se define como uma identidade propriamente étnica. A opção metodológica é a abordagem quali-quantitativa por meio da análise de conteúdo e de discurso através da ferramenta computadorizada Statistical Package for Social Sciences – SPSS juntamente com entrevistas com lideranças vinculadas as associações de imigrantes africanos dos PALOP em Portugal e aos negros brasileiros no Brasil, que possibilitam a conjugação de fatores diferenciados da realidade investigada. Procura-se, também, não privilegiar apenas os resultados por si mesmos, mas evidenciar a reflexão da relação entre identidade étnica e mídia e os vínculos das ações particulares e o contexto em que estas se dão.

Título Colonos europeus e afro-brasileiros na imprensa de Ijuí, Brasil

ID 433

Autores Paulo Afonso Zarth

Resumo: Os índices de desenvolvimento humano (PNDU- Brasil. 2005) revelam uma correlação forte entre renda e grupo étnico, revelando o racismo velado existente na sociedade. Esta realidade motivou o governo brasileiro a propor ações afirmativas utilizando a estrutura educacional. Nesta tarefa, o ensino de história tem um papel importante, considerando que colabora na construção de conceitos que foram enraizados na sociedade. O objetivo desta pesquisa é colaborar para a construção da história das relações étnico-culturais no município de Ijuí, no Rio Grande do Sul, analisando um conjunto de textos, produzidos por educadores e intelectuais publicados na imprensa. Ijuí foi fundado no ano 1890 como uma colônia de imigrantes de diversos países do mundo, inaugurando uma política de colonização multiétnica com intenção de assimilá-los ao estado nacional de forma mais rápida e eficiente. Segundo um texto de 1898 do sacerdote polonês A.Cuber, eram falados 19 idiomas na colônia, a "babel do novo mundo", em suas palavras. Analisamos o jornal Correio Serrano e um conjunto de outras publicações reunidas no Museu Antropológico Diretor Pestana. O Correio Serrano foi editado a partir de 1911 em alemão e depois em português até 1986. A análise dos documentos indica a presença da idéia de Melting Pot, que circula durante décadas até ser substituída pela idéia de "culturas diversificadas", versão local do multiculturalismo. Os textos revelaram estereótipos negativos em relação aos afrodescendentes, aos povos indígenas e aos mestiços conhecidos no sul do Brasil como "caboclos".

Título Expressar, classificar, publicar: a escrita como forma de resistência e expressão cultural entre descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (Brasil)

ID 620

Autores Maria Catarina Chitolina Zanini

Resumo: Esta proposta tem por objetivo analisar a produção literária que está sendo desenvolvida por descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (Brasil), em especial na região central do estado e na serra gaúcha. Esta numerosa produção escrita está sendo por mim compreendida como uma forma de resistência cultural e um modo destes descendentes refazerem suas próprias trajetórias de vida. Elas, igualmente, tem desempenhado um papel extremamente importante na construção das memórias acerca do passado migrante dos "italianos" e algumas são utilizadas como versões "oficiais". São romances, genealogias, memoriais, biografias, livros de receitas familiares, livros sobre as localidades, entre outros, que tem narrado as sutilezas do pertencimento étnico e as formas como estes indivíduos processaram a vivência da alteridade e a negociaram como forma de distinção.

Título Identidade, literatura e educação étnico racial num país mestiço

ID 707

Autores Hagrayz Rosa Garcia, Maria do Carmo Brazil

Resumo: Estudos realizados sobre escravidão e vida social no período pós-abolição têm procurado focalizar experiências, reconstruções identitárias e perspectivas do segmento subalternizado, principalmente afro-descendente. A questão de identidade encontra-se diretamente ligada ao reconhecimento e pertencimento do sujeito a um determinado grupo social ou racial. Entender como o segmento negro foi caracterizado e reconhecido no decorrer da história é como definimos parte de nossa proposta, a qual apresentará experiências de relacionamentos no contexto educacional atual, focando a criança negra. A partir da produção historiográfica buscamos resgatar a literatura dos séculos XIX e XX, onde encontramos forte presença do segmento negro. Propomos uma análise dos cenários da infância da criança negra nascida no Brasil, sua trajetória, sua inserção no universo europeizado, seu cotidiano e redes de relações. A problemática da criança negra hoje, em tempos de mudanças curriculares, deverá ser abordada a partir de observações no espaço escolar pontuando limitações da prática educacional nas séries iniciais do Ensino Fundamental, referente, sobretudo à diversidade étnica. Para discutir a permanência desses segmentos sociais excluídos utilizamos como instrumento de análise as políticas públicas, a legislação educacional e as práticas inclusivas escolares, voltadas ao combate das desigualdades. Destarte, procuramos refletir os avanços conquistados na legislação educacional brasileira e as vicissitudes do cotidiano no processo de ensino e aprendizagem. Nossa proposta é só mais um 'grito' pela igualdade racial. Acreditamos que, além de discussões, faz-se mister soluções, as quais buscaremos a partir do trabalho apresentado.

Título O polonês no Paraná (Brasil): revisitando um preconceito

ID 750

Autores Márcio de Oliveira

Resumo: Em estudo original, Ianni (1960) compreendeu a imagem que lhe foi transmitida segundo a qual, no Paraná, o "negro é o polaco", como uma forma variante do racismo brasileiro. Em um estado fortemente marcado pela imigração, mas, contudo, não isento de comportamentos discriminatórios, o polonês e seus descendentes teriam ocupado a mais baixa posição na hierarquia social local, substituindo o "negro". Doudstar (1990) localizou as raízes deste preconceito na situação política dos territórios poloneses ocupados durante o período da grande emigração, no processo de colonização do estado do Paraná e na relação de inferioridade que os poloneses foram colocados a partir de sua relação com os imigrantes alemães, sobretudo na cidade de Curitiba e seus arredores. O presente estudo diz respeito à história da imigração polonesa para o Paraná. Tem por objetivo analisar, para o período que vai de 1900 a 1970, documentos (artigos científicos e na imprensa, livros, discursos, imagens etc) que contenham referências preconceituosas em relação ao imigrante polonês e seus descendentes. Num segundo momento, analisamos as variáveis histórico-sociais que podem estar na origem do suposto preconceito. Finalmente, analisamos o contexto social e científico no qual os trabalhos de Ianni foram produzidos. Concluímos que há na estrutura social das colônias de imigrantes poloneses no Paraná elementos de auto-isolamento que explicam algumas das imagens de preconceito que lhes foram atribuídas. Já os estudos de Ianni inscrevem-se e explicam-se em relação ao contexto científico (crítica à tese da democracia racial) dos estudos raciais brasileiros dos anos 1950 e 1960.

Mesa: Debates em torno da Ação Afirmativa - 6 de Fevereiro - 16h15 - 314

Moderador: João Filipe Marques

Título "Lugar de negro é na cozinha do RU": cientistas sociais, questão racial, ações afirmativas e terror acadêmico

ID 983

Autores Sales Augusto dos Santos

Resumo: O artigo visa apresentar previsões de alguns cientistas sociais brasileiros ou radicados no Brasil sobre o futuro racial deste país. Segundo alguns cientistas sociais brancos que estudam as relações raciais brasileiras, haverá conflitos raciais no Brasil do futuro com a implementação de ações afirmativas, por meio do sistema de cotas, para negros nos vestibulares das universidades públicas brasileiras. O autor do artigo busca demonstrar que não há nenhum fato ou indício histórico, menos ainda pesquisas, que indicam tal possibilidade. Mais ainda, demonstra também que estes tipos de previsões já foram feitas no passado brasileiro, mas nunca se realizaram e não passam de terror acadêmico.

Título Políticas sociais (afirmativas) e universidade: a reserva de vagas na Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

ID 1034

Autores Alessandra de Melo Franco Amorim, Maria Railma Alves, Aline da Silveira Ferreira, Helena Mara Dias Pedro, Viviane Lopes de Moraes

Resumo: O presente trabalho busca realizar uma reflexão sobre Raça/Cor e Educação no Brasil a partir de análises observadas na literatura sobre o tema e de levantamentos de dados (IBGE, IPEA, COTEC/UNIMONTES), acerca de elementos apresentados no sentido de "amenizar" o problema do acesso e permanência do negro na educação. Toma como escopo a inserção dos Afro-descendentes no Sistema de Reserva de Vagas da Universidade Estadual de Montes Claros, entendida como uma Política Social geradora de elementos positivos, no sentido que "ameniza" as consequências da herança histórica do negro. Na introdução, abordamos a influência da raça na gênese das desigualdades sociais brasileiras e a influência do capital cultural de Bourdieu (1989), nessa diferenciação. Na segunda parte fazemos um levantamento do histórico, abordando como a diversidade racial brasileira permeia por longa data o discurso científico e engendra rupturas de Paradigmas. Posteriormente elaboramos algumas discussões sobre Políticas Afirmativas no Brasil. Em seguida, analisamos o Sistema de "cotas raciais" da UNIMONTES, cuja metodologia se baseia na análise qualitativa dos Grupos Focais, em que, buscamos identificar como tem se dado a política de inserção dos Acadêmicos Afro-descendentes à Universidade e Averiguar se existe preconceito contra esses acadêmicos. Na quinta parte buscamos

justificativas favoráveis à adoção de políticas raciais no Brasil. E, finalmente, abordamos a importância da emergência do debate em torno das Políticas Afirmativas no Brasil e como essa redefinição do papel do Estado brasileiro estrutura expectativas na incessante busca por um Estado Democrático, capaz de criar uma política que prime pela efetiva inclusão dos negros à sociedade e principalmente ao ensino superior.

Título Programa de ações afirmativas no ensino superior, acesso e permanência com reserva de vagas social e étnico-racial.

ID 1276

Autores Maria do Socorro da Costa Machado

Resumo: A definição e implantação de Políticas de Ações Afirmativas no Brasil vêm, praticamente, com um século de atraso se considerarmos a conjuntura da Proclamação da República e da Abolição da Escravidão; marcada por fortes manifestações voltadas para a “correção” das desigualdades estruturais, sugerindo o acesso do liberto aos espaços socialmente valorizados (ocupados por uma elite branca) como: moradia, trabalho, saúde, educação; como sendo o marco, não realizado, para implantação destas políticas neste país. Este trabalho pretende apresentar o Programa de Ações Afirmativas da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, especificamente, no que diz respeito à reserva de vagas (Cotas) social com recorte étnico-racial para negros, considerando o reflexo das lutas e pressões da sociedade civil organizada no Brasil, as alterações ocorridas nas relações dos Movimentos Sociais com o Estado, tendo o Movimento Negro como grande artífice das transformações das demandas por educação em Políticas do Estado para o ensino superior no Brasil.

Título Movimentos Sociais Negros no Brasil e Colômbia em perspectiva comparada

ID 1357

Autores Marcio André de Oliveira Santos

Resumo: Ao longo da década de 1990 transformações institucionais e constitucionais na Colômbia e Brasil abriram espaços a ação de movimentos negros na proposição de políticas estatais de inclusão social e de redução dos efeitos cumulativos da discriminação racial nas populações negras. Ambos são exemplos de países que, oficialmente, romperam com o mito da democracia racial, ideologia que preservava imagens idealizadas das relações raciais entre brancos e negros como não-conflitivas. No entanto, uma série de desafios apresentam-se em termos de autonomia destes movimentos sociais em relação aos poderes estatais. Pretende-se nesta comunicação analisar os modos pelos quais transformações político-institucionais dos movimentos negros no Brasil e Colômbia influenciam processos decisórios e o próprio jogo democrático referente às chamadas “políticas raciais” em curso nestes países.

Título Reconhecimento, capital social e ação afirmativa no Brasil

ID 1375

Autores Gianne Reis

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar o conceito de reconhecimento proposto por Alex Honneth, para discutir como o reconhecimento das desigualdades raciais pelo governo brasileiro e a implementação de políticas de ação afirmativa no Brasil podem promover a população negra no âmbito da educação superior e do mercado de trabalho.

Tendo como base algumas categorias intermediárias como cor, raça e etnia para pensar como se convencionaram as relações raciais, a partir da qual, no início do século XXI governo e sociedade civil começam a reconstruir uma dinâmica, a de políticas focadas para a população negra. Pretende-se discutir suas bases argumentativas não consensuais que corroboram para dificultar o avanço do debate quanto à diminuição das desigualdades raciais no país. Como hipótese para uma nova configuração das relações raciais, o argumento deste trabalho é que as ações afirmativas podem favorecer a aquisição de capital social por este grupo, a partir de sua crescente inserção em novas arenas sociais, como por exemplo, na educação superior.

O conceito de reconhecimento, de matriz hegeliana, pressupõe o reconhecimento como sendo recíproco entre dois sujeitos quando se vêem confirmados em sua autonomia, este conceito merece uma discussão aprofundada quanto ao entendimento que produz, principalmente nos pontos que suscitam grandes debates, quais sejam, as injustiças econômicas que certos grupos sofrem na sociedade, que são calcadas em injustiças fomentadas pelos grupos dominantes e por este motivo precisam ser remediadas. A injustiça econômica se completa a injustiça social, que são reforçadas através de normas subjetivas enviesadas que privilegiam alguns em detrimento de outros, e que em sua maioria são institucionalizadas pelo Estado na economia colaborando para o crescimento e acirramento das desvantagens econômicas sofridas por alguns segmentos. Além da análise do conceito de reconhecimento, este trabalho utilizou-se dos conceitos propostos por autores como, Pierre Bourdieu e Norbert Elias como base teórica, bem como para a observação exploratória de alguns casos de redes sociais que vem sendo construídas com foco nas ações afirmativas. No contexto da sociedade brasileira, a categoria cor, antes invisibilizada por ideologias como da “democracia racial”, que tem como pressuposto apagar marcas, atualmente esta categoria é revista e reapropriada pelo movimento negro como forma de valorização das diferenças e de luta por igualdade de oportunidades no cenário brasileiro. E a análise desses conceitos colabora para uma discussão fértil em torno do tema, por fim, este estudo discorre sobre as ações afirmativas no que diz respeito ao seu caráter igualitário e redistributivo como um avanço para as relações sociais no Brasil por sua possibilidade de agregar capital social para a população negra.

Título O discurso de mulheres afro-descendentes sobre o sistema de cotas no Brasil

ID 1399

Autores Ana Cleide Chiarotti Cesário, Ana Maria Chiarotti de Almeida

Resumo: No Brasil, observa-se um avanço dos debates sobre as Políticas de Ação Afirmativa de inclusão da população negra nas Universidades Públicas por meio de cotas étnico-raciais. As discussões apontam tanto para o (re) conhecimento das desigualdades da população afro-descendente em relação à população branca, quanto introduzem a questão da discriminação racial como causa dessas desigualdades.

Mesmo após sete anos da Declaração de Durban (2001), podemos afirmar que o Estado Brasileiro ainda não colocou em prática os seus princípios e regras que respaldam as ações afirmativas em favor dos afro-descendentes.

No entanto, a máxima 'desconhecer a existência de um problema é um eficaz mecanismo de evitar seu enfrentamento' não foi seguida pela Universidade Estadual de Londrina – UEL que, em 2005, implantou o sistema de cotas para alunos negros oriundos da escola pública, depois de quase três anos de debates e discussões. Mulheres negras – alunas e professoras – da comunidade universitária e do Movimento Negro de Londrina tornaram-se protagonistas desse processo. Tendo como referência a Análise de Discurso (AD), interpretamos as falas dessas mulheres protagonistas de um processo que não foi apenas fruto de uma ação do Estado Brasileiro, mas que instaurou um espaço público de discussão, envolvendo a Universidade e setores da sociedade civil organizada.

Assim, pretende-se compreender como essas protagonistas – ao falarem da política de ação afirmativa de que fazem parte – produzem sentidos sobre ela e também sobre as relações de gênero no âmbito das relações raciais.

Título Programa de reflexões e debates para a consciência negra: uma experiência da Lei 10.639/03

ID 1133

Autores Carla Lopes

Resumo: O Programa de Reflexões e Debates para a Consciência Negra está em curso, aplicado como Projeto Político Pedagógico no ensino médio noturno do Colégio Estadual Professor Sousa da Silveira em Quintino Bocaiúva - Zona Norte do Rio de Janeiro.

O Programa de Reflexões e Debates para a Consciência Negra vem ao encontro da Lei 10.639/03, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases – LDB, instituindo a obrigatoriedade do ensino da História Africana e da Cultura Afrobrasileira no currículo escolar do ensino fundamental e médio.

Da constatação cotidiana, em salas de aula, da falta de referências que os alunos tinham das suas raízes étnico-sócio-culturais e como isto atuava em seu presente e influenciava seu futuro pelo desconhecimento de uma sociedade brasileira pluriétnica, rica em saberes e fazeres multiculturais.

A partir deste diagnóstico e baseado na aplicação do conceito de Temas Geradores apreendido da obra, Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire, o Programa de Reflexões e Debates para a Consciência Negra promove uma relação dialógica de construção de conhecimentos; e desenvolve uma proposta curricular multicultural segundo os princípios identificados na Pedagogia Multirracial.

O Programa de Reflexões e Debates para a Consciência Negra intercambia as experiências de vida de nossos alunos com os conteúdos disciplinares valorizando suas reservas simbólicas.

Mesa: Educação: entre a diversidade e a desigualdade - 6 de Fevereiro - 16h15 - 220

Moderador: José Marcos Silva

Título Racismo, infância e espaço escolar

ID 1222

Autores Rachel de Oliveira, Maria Aparecida D'Ávila Cassimiro

Resumo: A presente pesquisa objetiva analisar a estrutura física das escolas de educação infantil situadas no Sul da Bahia, estabelecendo relações entre cor/etnia e políticas públicas. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, a Bahia é o estado da federação que possui o maior índice de população negra e figura também como o espaço que abriga o maior número de analfabetos. Um olhar sobre este contexto pode revelar que a "Roda dos Expostos" criado no Brasil no período da escravidão ainda está em ação. Nesta região encontramos crianças negras convivendo com os mais altos índices de violência, em diferentes espaços: nas ruas, nos quilombos, mas também nos espaços públicos destinados a educação infantil o referido grupo recebe um tratamento que os coloca na posição de enjeitados do estado. O levantamento do censo étnico racial e a elaboração do inventário das escolas pré-selecionadas começam a nos indicar que há uma concentração de alunos negros em escolas de infra-estrutura precária, embora os gestores demonstrem não perceber tal relação. Entretanto, como nosso trabalho está fundamentado na metodologia da pesquisa-ação estamos dialogando com os atores da pesquisa (gestores, alunos e outros) à medida que surgem os dados, na perspectiva de poder construir novos olhares sobre as condições da infância negra.

Título Trajetórias escolares de jovens negros brasileiros entre as desigualdades e o racismo

ID 1277

Autores Joana Célia dos Passos

Resumo: Este trabalho consiste na apresentação do resultado da pesquisa "Jovens negros/as, processos de escolarização e expectativas de futuro", desenvolvida por ocasião do 3º Concurso Negro e Educação (2003-2005), que teve como objetivo analisar as trajetórias escolares de jovens negros/as a fim de identificar o lugar e o papel que estes atribuem à escolarização em suas vidas. Como procedimentos metodológicos utilizamos: pesquisa exploratória com o intuito de identificar o núcleo de educação de jovens e adultos com o maior número de jovens negros, a observação participante, aplicação de um questionário e entrevistas individuais com jovens negros e não-negros. Para compor a base teórica do trabalho dialogamos com estudiosos em relações raciais e educação no Brasil, com os estudos sobre Educação de Jovens e Adultos e sobre juventude. Em seus relatos, os jovens negros apresentam detalhes da violência, da negação dos conhecimentos e do racismo que sofreram durante o percurso escolar. Suas trajetórias escolares são marcadas por interrupções, descontinuidades e desigualdades. Entretanto, não culpam a escola, mas reconhecem a importância dela para sua emancipação e acreditam ser o lugar que tem legitimidade para socializar os conhecimentos construídos socialmente e sistematizados.

Título Juventude, relações raciais e desigualdades sociais

ID 1298

Autores José Nilton Almeida

Resumo: Apresentamos resultados parciais da pesquisa de doutoramento que investiga trajetórias de jovens negros brasileiros em diferentes contextos sócio-históricos e em sua interação singular com os espaços de socialização - escola, família e trabalho - nas tramas das desigualdades sociais e raciais. O campo empírico é a região metropolitana de Florianópolis - Santa Catarina. Neste estado brasileiro, em que se concentra a menor densidade da população negra, segundo os dados oficiais (10,6%), se empreendeu uma das mais importantes políticas de imigração europeia hegemonicamente branca e onde os mecanismos ideológicos tendem a reforçar a invisibilidade da população negra e/ou difundir estereótipos bastante emblemáticos. Neste cenário, a experiência social da(s) juventude(s) negra(s) repercute em face dos desafios impostos por desigualdades sociais combinadas com desigualdades raciais, que permanentemente exigem capacidades adaptativas de indivíduos e de grupos. Nossa investigação atenta para diferentes dimensões como a diversidade dos arranjos familiares, das estratégias juvenis e de suas trajetórias individuais e coletivas em espaços de socialização (mercado de trabalho e escola), que explicitam enfrentamentos às práticas de discriminação social e racial. Assim, exumando as multiplicidades de 'táticas' articuladas sobre os 'detalhes' do cotidiano (como sugere Michel de Certeau) - todas construídas por sujeitos (homens e mulheres) em sua ação criadora (e criativa) de resistências, resignações ou superações - nossa análise sobre a heterogeneidade da experiência de constituir-se jovem - e negro/negra - expõe as possibilidades de resposta que ancoram uma compreensão aguçada sobre as condições sociais complexas relacionadas à juventude negra e às relações raciais no Brasil.

Título Discursos e representações sobre relações étnico-raciais nos manuais escolares em países de língua portuguesa
ID 693

Autores Aracy Alves Martins

Resumo: O projeto que abriga este texto pretende desenvolver, em interação com países de língua portuguesa, estudos sobre os discursos que circulam em livros didáticos/manuais escolares de História e de Língua Portuguesa, com o objetivo de analisar os gêneros textuais, verbais e iconográficos, escolhidos para compor as obras, bem como as atividades destinadas aos alunos, no tocante à história, à cultura, às representações sobre os negros e às relações étnico-raciais, como contribuição para a formação de professores desde o Ensino Básico, tematizando racismo e discurso (Van Dijk, 2008), ou mais especificamente no Brasil, uma centralidade discursiva do branco como norma de humanidade (Silva e Rosemberg, apud Van Dijk, 2008). Este é um projeto de pesquisadores ligados a um Curso de Especialização Lato Sensu, da área de "História da África e Culturas Afro-Brasileiras: uma introdução à lei 10.639/2003", num momento em que professores de Educação Artística, Literatura e História declaram não se sentir preparados para trabalhar adequadamente esses conteúdos, conforme prevê essa lei (atualizada pela Lei 11.645, março 2008), no Brasil. Este texto apresenta uma análise de dados, pelo ponto de vista da análise de conteúdo e da análise do discurso, relativos a essas questões, em livros didáticos de Língua Portuguesa e de História, no Brasil e em países africanos de língua portuguesa.

Título Trajetória estudantil, identidade étnica e ethos institucional. Um estudo sobre inserção e permanência de estudantes negros em curso superior de prestígio

ID 1165

Autores Júlio Vítor da Costa da Silva, Máximo Augusto Campos Masson, Suzana Barros Correa Saraiva

Resumo: Nosso trabalho tem por temática de pesquisa as trajetórias acadêmicas de estudantes universitários (bem sucedidas ou não), situados em posições subalternas no campo educacional. Nosso objetivo maior foi analisar as formas de agir desenvolvidas por alunos de cursos de graduação em espaços institucionais que, à primeira vista, podem ser considerados como historicamente adversos à concretização de seus interesses de sucesso acadêmico e ascensão social. Neste sentido buscou-se apreender as características das trajetórias de estudantes cuja possibilidade - dados os seus atributos sociais - de ingresso em cursos superiores de elevado prestígio, como os de engenharia, sempre foi mais remota. O universo de pesquisa foi constituído por estudantes negros matriculados em cursos de engenharia no período de 2004 a 2007 de uma das mais tradicionais e prestigiadas instituições universitárias do Brasil. Dois fatores determinaram a escolha do período em questão. O primeiro, a retomada do interesse pelo ingresso em cursos de engenharia, cuja demanda, em função do quadro recessivo da economia brasileira nas duas últimas décadas do século XX, tinha sido arrefecida. O segundo, o debate sobre a implementação de políticas afirmativas no país, sobretudo quanto ao estabelecimento de cotas de acesso a grupos étnicos em condição social subalterna. Nossa análise fundamentou-se, principalmente, nas categorias de Pierre Bourdieu, notadamente as desenvolvidas para a análise do campo social e do campo educacional. Empregamos como técnicas de pesquisa instrumentos de ordem quantitativa e qualitativa, como levantamento de dados estatísticos sobre desempenho discente, entrevistas, check-list, afora técnicas de investigação mais próprias à observação participante.

Título A presença de jovens negros na educação de jovens e adultos: herança de desigualdades educacionais e raciais no Brasil contemporâneo e/ou conquista de um direito?

ID 1273

Autores Joana Célia dos Passos, Vânia Beatriz Monteiro da Silva

Resumo: A significativa presença de jovens negros freqüentando a educação de jovens e adultos atualmente no Brasil reflete o histórico processo de desigualdades a que a população negra foi submetida. Neste estudo analisamos em um caráter aproximativo como são dimensionados quantitativa e qualitativamente o público - jovens negros(as) nas proposições de dois programas: o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) e o Programa Saberes da Terra. Como procedimentos metodológicos utilizamos: estudos bibliográficos que aprofundam as discussões acerca das desigualdades raciais na educação e análise documental da legislação educacional concernente à educação de jovens e adultos e dos projetos pedagógicos dos programas, material de divulgação e ficha de matrícula/inscrição dos alunos. A análise centrou-se no tratamento das questões raciais pelos referidos programas, na produção das desigualdades raciais pelo Estado brasileiro, na ausência e nos impedimentos para acessar a informação do quesito cor nos dois programas analisados. Considerando que o quesito cor é parte de uma disputa da informação social hoje. Embora os programas analisados apresentem a intenção de atender a juventude negra, a invisibilidade dos dados acerca da presença de jovens negros(as) nos dois programas analisados pode estar indicando que a intenção é muito mais incluir na perspectiva de uma política universalista do que incidir se fato para a promoção da igualdade dos(as) jovens negros(as).

Título Relações étnico-raciais no Brasil e formação acadêmica – uma experiência de debate

ID 1289

Autores Vânia Beatriz Silva, Jose Nilton Almeida

Resumo: O trabalho propõe discutir a experiência acadêmica de inserção de estudos sobre relações étnico-raciais no Brasil e em Santa Catarina, na formação da graduação, com a participação da organização social do movimento negro do Brasil - Núcleo de Estudos Negros (NEN). Realça a trajetória da participação política dos negros, expondo a resistência à opressão, como às formas de exclusão ancoradas na condição desigual de acesso aos bens básicos de produção da vida. Tendo como referência as políticas públicas para a Educação das Relações Étnico-Raciais, instigou-se o debate curricular no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina. Para tanto, foi mobilizada a inserção de representação do movimento social referido no Colegiado do Curso, de cuja intervenção resultou o adensamento da oferta de atividades acadêmicas desde a primeira fase do novo currículo. Em uma trajetória de cinco anos de intervenção curricular (2003-2007) alcançou-se o reconhecimento de que o tema das relações étnico-raciais é intrínseco à reflexão pedagógica e à formulação político-curricular do curso de Pedagogia, sob a configuração de atividades acadêmicas de curso de extensão e posteriormente de disciplina optativa que vem atendendo importantes cursos de profissionalização da área educativa e social como Pedagogia e Serviço Social. A relevância da experiência está em sua produção como prática que debate, teórica e politicamente, as formas de desigualdade e exclusão sociais da sociedade brasileira, com também a herança que se apresenta nas políticas e praticas cotidianas da educação.

Mesa: Etnicidade, cidadania e educação - 6 de Fevereiro - 16h15 - 317

Moderador: Eleanor Gomes da Silva Palhano

Título A Presença Negra no Programa Bolsa Treinamento da Universidade Federal Fluminense

ID 484

Autores José Marcos Silva

Resumo: A questão da presente pesquisa surgiu em consequência da minha inquietação relacionada com os estudantes contemplados pelo Programa Bolsa Treinamento, oferecidos pelo Departamento de Assuntos Comunitários (DAC) da Universidade Federal Fluminense (UFF). O Programa consiste em selecionar os alunos mais pobres da UFF, os quais recebem uma bolsa no valor de R\$300,00 (Trezentos Reais) e são encaminhados para diferentes setores desta Universidade nos quais cumprem 15 horas semanais, preferencialmente em atividades de iniciação científica.

Embora o critério utilizado na seleção seja apenas a pobreza, isto é, o pertencimento aos segmentos sociais mais pobres, a grande maioria dos selecionados pertencem à população negra. Decidi, portanto realizar uma pesquisa tendo como universo, os alunos contemplados pelo Programa com o propósito de averiguar:

- A relação raça/classe;
- Os efeitos do Programa na trajetória acadêmica dos estudantes;
- A incorporação, no Programa dos princípios da ação afirmativa, de modo explícito e ou implícito.

Título Novos regimes de cidadania e reconhecimento de direitos culturais: será a política de educação intercultural uma ameaça aos povos indígenas?

ID 545

Autores J. Max Maranhão Piorsky Aires

Resumo: No contexto da globalização dos direitos culturais a formulação das reivindicações dos povos indígenas por meio de uma gramática política de perfil étnico possui um valor politicamente estratégico na promoção destes direitos. Tal fato parece ser suficientemente claro para os trabalhos em Etnologia Indígena e nas abordagens antropológicas que enfocam a educação escolar indígena em inúmeros contextos etnográficos. Porém, o modo como estas formulações são entendidas pelos atores locais e as contradições que elas geram nos projetos de educação diferenciada não foram ainda suficientemente pesquisadas. Este texto procura explorar de que modo as políticas de educação intercultural influenciaram os discursos e mobilizações dos professores indígenas tapebas, em Caucaia-CE, no Nordeste brasileiro

Título Raça, classe, políticas de ação afirmativa e cotas na educação superior brasileira.

ID 670

Autores Ahyas Siss

Resumo: Este estudo está inserido no campo de pesquisa das relações étnico/raciais. Ele analisa as relações e intercessões estabelecidas entre as categorias etnia/raça, classe social e educação superior brasileira. Na sua perspectiva metodológica ele apresenta, como objetivo de pesquisa e análise, o estudo das políticas públicas de cotas e de ação afirmativa étnico/racialmente enviesadas e tencionadas pela categoria classe social, políticas essas em curso em diversas universidades públicas brasileiras, com ênfase especial naquelas localizadas na capital do Estado do Rio de Janeiro. Isso significa discutir, analisar e caracterizar a efetividade de tais políticas à luz dos seus resultados alcançados, ainda que parciais, por essas Instituições as quais, no processo de sua implementação, incorporaram a dimensão de classe. Significa, também, discutir e caracterizar as relações e interseções que se estabelecem entre as categorias raça/etnia e classe social, bem como a possível relação de autonomia que alguma dessas categorias possa estabelecer sobre a outra. As principais tensões, divergências e convergências que sustentam os debates que se estabelecem em espaços sociais diversificados sobre essas políticas são aqui caracterizadas e analisadas concedendo-se destaque às que ocorrem no meio acadêmico. Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa é qualitativa. O recurso a gráficos e a dados tabelados aqui se justifica pela necessidade de se tornar objetiva a ocorrência de determinados fenômenos, bem como os resultados de suas análises que poderiam se tornar demasiadamente subjetivos, podendo ser confundidos com possíveis posições sectárias do pesquisador.

Título Cotas raciais: acentuação do racismo ou inclusão social? Uma problematização da política de cotas no Brasil

ID 752

Autores Ludmila Gonçalves da Matta, Wania Amélia Belchior Mesquita

Resumo: O presente trabalho trata de uma discussão acerca da implementação da política de ação afirmativa (cotas) no âmbito do ensino superior no Brasil. A proposta é fazer uma apresentação do tema bem como também aprofundar no aporte teórico.

Nossa proposta é superar a discussão corrente que gira em torno do “contra” ou “á favor”, uma vez que esta tem sido a problemática mais difundida em torno da implementação das cotas, a qual negligencia os embates teóricos que devem ser travados no campo científico do saber, restringindo-se assim a discussão ao campo político e ideológico.

As ações afirmativas notadamente são confundidas com cotas. No entanto, são ações que visam à inclusão e a igualdade social, se fundamenta no princípio de tratamento desigual a pessoas socialmente desiguais, comumente é aplicada na superação de desigualdades sociais, raciais, étnicas, de gênero, e outras minorias por meios de cotas ou de outras medidas que vise à inclusão.

No Brasil serão uma série de acontecimentos e fatores que irão suscitar a formulação e implementação das cotas. Estes fatores são de natureza interna e também externa como a nova configuração do mundo globalizado e do capitalismo atual. Portanto, nosso trabalho parte de um levantamento das ações e medidas desenvolvidas pelo governo brasileiro deste o início do processo de redemocratização no sentido de possibilitar a inclusão dos afro-descendentes por meio de medidas de ação afirmativa, buscando compreender o processo a partir do envolvimento dos atores e da constituição das arenas até a implementação das políticas.

Título As cotas universitárias para negros no Brasil e o caso de Londrina

ID 1532

Autores Maria Nilza da Silva, Pires Laranjeira

Resumo: O Brasil está vivendo um momento de muita efervescência no debate sobre a implantação das Políticas de Ação Afirmativa, especificamente no que se refere à adoção das cotas nas universidades públicas para o ingresso de estudantes negros e indígenas. As cotas representam uma das formas mais polêmicas destas políticas. Este trabalho tem como objetivo discutir e analisar o processo de luta e reivindicação do movimento negro brasileiro e de uma das mais importantes lideranças nesse caminho, Abdias do Nascimento. Diante das diferentes formas adotadas pelas universidades na reserva das vagas, analisa-se o caso emblemático da Universidade Estadual de Londrina em que o número das vagas está condicionado ao de inscritos negros no vestibular.

Título Negras histórias: Inserção e ascensão de trabalhadores negros no setor de turismo em Cuba

ID 1249

Autores Wanderlei Clarindo da Silva

Resumo: A história do negro em Cuba tem sido ao longo do tempo repleta de lutas e conquistas. Desde a sua introdução na condição de escravizados, os negros tem procurado obter as mesmas condições de igualdade existentes para os brancos.

Nesse sentido, a inserção dos negros no setor de turismo não tem sido igualitário para os dois segmentos populacionais em questão. Dessa forma, nossa proposta de trabalho tem o objetivo de discutir como tem ocorrido a inserção dos negros no setor de turismo cubano e, quando essa inserção ocorre, quais tem sido as possibilidades de ascensão, levando em consideração, que esse setor permite uma melhor condição de vida (bem-estar) para aqueles que nele trabalham.

Título Trilhas da cidadania: veredas abertas pelo espaço afro-brasilidade em Taguatinga e Samambaia

ID 1317

Autores Carmen Silvia Batista

Resumo: Trata-se de relato de experiência coletiva com repercussões no social. Retrata o trabalho pedagógico com a Educação das Relações Étnico-Raciais, ação intermediada pelo Espaço Afro-Brasilidade (EAB), que assessora escolas na implementação da Lei nº 10639/2003 (que inseri a obrigatoriedade do Ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira no currículo). Inicialmente o EAB, avaliou o rendimento escolar de alunos do CAIC Walter José de Moura- Samambaia e Escola Classe 18- Taguatinga. Depois tangenciou a problemática dos índices de rendimento identificados como resultantes da baixa estima de alunos provocada por exclusões referentes ao pertencimento étnico- racial, à produção conceitual do Documento Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana- CNE/CP 3/2004, aprovado em 10/3/2004. A partir dessas indicações as regentes Nádia Rodrigues (Taguatinga) e Lucilene Costa e Silva (Samambaia) desenvolveram uma série de estratégias pedagógicas de estímulo ao empoderamento tanto individual do aluno como coletivo (comunidade) tais como a valorização dos traços fenópticos e culturais, palestras, dinâmicas de integração e contação de histórias. Atividades que estabeleceram uma intensa discussão referente ao pertencimento a um grupo racial, parte constituinte de nossa brasilidade. Conclui-se que a intervenção resultou em envolvimento escola/comunidade, na melhoria dos índices de rendimento escolar provocando por sua vez alterações substanciais nos indicativos de permanência na escola e qualidade da aprendizagem. Fortaleceu o sentido de pertença aumentou a auto-estima, o entusiasmo criando bases seguras para construção de uma escola e quiçá uma sociedade mais justa, harmoniosa e feliz.

Mesa: Identidades étnicas e políticas públicas - 6 de Fevereiro - 16h15 - 316

Moderador: Elisabeth Coelho

Título Desafio das demandas por direitos étnico-raciais no contexto das políticas governamentais amazônicas: o caso do estado do Pará/Brasil

ID 1086

Autores Maria Antônia Cardoso Nascimento

Resumo: Este texto tem como objetivo apresentar os impasses decorrentes na operacionalização das políticas governamentais por identidades e de ações afirmativas viabilizadas pelo governo do estado do Pará nos últimos dez anos, focalizando negros e índios. Os dados que possibilitaram a análise são resultados da Pesquisa e Diagnóstico: Direitos Humanos no Estado do Pará, realizados por uma equipe de pesquisadores da Universidade Federal do Pará, no período de fevereiro a junho de 2007. Apesar dos esforços empreendidos na última década pela incorporação de algumas prerrogativas internacionais como a III Conferência Mundial Contra o Racismo, Xenofobia e Discriminações Correlatas, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001 e pela Convenção para Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, aprovada em 2005, na ONU, que chamam atenção para a necessidade de atendimento das demandas dos segmentos historicamente tratados com desigualdade, a complexidade étnico-racial brasileira se reverbera no Pará por meio da condição desfavorável da maioria de índios e negros ao acesso dos bens e serviços necessários à reprodução social, bem como no desrespeito às suas tradições e saberes – situação que tem mobilizado os movimentos sociais étnico-raciais na pressão pela efetivação de políticas com corte redistributivo em contraposição à assistencialização dos direitos étnico-raciais. O texto se insere no contexto do debate acerca da tensão entre políticas universais e políticas identitárias a partir de uma realidade regional marcada pela presença significativa de brasileiros descendentes de índios e negros, como é o caso do Norte do Brasil.

Título Comunidades remanescentes de quilombos: velhos atores num novo cenário?

ID 1248

Autores Elis Cristina Fiamengue, Carlos José de Almeida Pereira

Resumo: A proposta desta comunicação é discutir a emergência, em todo o Brasil, de comunidades que reivindicam a regularização fundiária das áreas em que vivem ou viveram em passado recente, com base no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) na Constituição Federal, apresentando um panorama da questão no país e especificamente na Bahia. A reivindicação e luta por um direito que respeite e por uma justiça que cumpra não é nova nos movimentos sociais de luta pela terra. É histórico, no Brasil, o processo de negação do acesso à terra e consequentemente de cidadania aos pobres, especialmente àqueles provenientes dos espaços rurais. No caso das comunidades remanescentes de quilombos pode-se dizer da existência de dois âmbitos de preconceito - aquele relativo à ruralidade e aquele que se refere à questão racial. Diferentes trabalhos revelam as dificuldades de construção de uma identidade negra perante os processos ideológicos de “branqueamento” tão presentes no imaginário brasileiro (Gusmão, 1996; Silva, 1987). Nossas pesquisas apontam para a necessidade de compreensão dessa nova categoria sociológica em formação através de instrumentos metodológicos adequados.

Título Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu: ação coletiva e identidade negra em comunidades tradicionais

ID 1361

Autores Elaine Monteiro, Mônica Sacramento

Resumo: O debate sobre patrimônio imaterial e sobre a construção de políticas públicas de salvaguarda de bens imateriais é recente no Brasil. O Jongo/Caxambu, manifestação da cultura tradicional brasileira, foi uma das primeiras manifestações da cultura popular a ser reconhecida pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do Ministério da Cultura, como patrimônio imaterial, em 2005. O Jongo é uma dança comunitária brasileira de origem rural que data da época da escravidão. Sua cultura é oriunda das relações de sociabilidade que os escravos estabeleceram nas fazendas de café e cana-de-açúcar, é referência cultural no sudeste do país, para onde os escravos foram levados para o trabalho nessas lavouras. A partir do ano de 2008, os grupos de Jongo/Caxambu da região fazem parte do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu. O Pontão é desenvolvido em uma parceria entre a UFF, o IPHAN e as comunidades jogueiras e suas atividades estão concentradas em três eixos de ação: articulação, capacitação e difusão/divulgação. O Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu tem se constituído como um campo de investigação sobre a cultura e a identidade negra, sobre a construção de um projeto coletivo de ação de salvaguarda de um bem registrado e, portanto, como importante contribuição no campo da construção de políticas culturais públicas voltadas para comunidades tradicionais. O que este trabalho pretende é apresentar as primeiras reflexões produzidas a partir das ações de articulação e de capacitação das comunidades jogueiras, em especial no campo da ação coletiva, da organização comunitária e da identidade negra.

Título Jongo, Patrimônio Imaterial e Identidade Negra

ID 1365

Autores Mônica Sacramento

Resumo: Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, uma ação desenvolvida em parceria pela Universidade Federal Fluminense, comunidades jogueiras da região sudeste do Brasil e o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como salvaguarda de um bem imaterial registrado. Ele pretende recuperar a história dos descendentes de negros e negros contrabandeados/as para o Brasil e dos integrantes das comunidades jogueiras problematizando suas posições sociais, suas condições de vida e percepções identitárias. Pretende refletir coletivamente sobre os processos de exclusão sofridos/as por negros/as em diferentes aspectos, como por exemplo, o econômico, o social, o educacional, a inserção no mercado trabalho, observando-os consequência da ação perversa do preconceito e discriminação racial, desde a abolição da escravatura até os dias de hoje. Atualmente os/as jogueiros/as empenham lutas no que se refere à titulação de terras, reconhecimento de sua identidade quilombola, inserção da cultura negra nos currículos das escolas básicas e valorização dos saberes e práticas jogueiras em seus municípios de origem. Investir na valorização das culturas de origem africana, na compreensão destas novas lutas e no importante papel de cada jogueiro/a para a eliminação das desigualdades raciais faz-se urgente para a construção de novas identizações e práticas anti-racistas.

Título Organização Comunitária em Territórios Jogueiros

ID 1366

Autores Elaine Monteiro

Resumo: Este trabalho apresenta reflexões sobre os processos organizativos de comunidades jongueiras da região sudeste do Brasil. A partir do trabalho desenvolvido com treze comunidades no âmbito do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, as lideranças das próprias comunidades apresentaram um perfil da realidade em que vivem, definiram seus projetos coletivos e suas expectativas em relação ao Estado no que se refere à construção de políticas públicas de salvaguarda do jongo, manifestação cultural de comunidades tradicionais, de origem africana, que foi reconhecida como patrimônio cultural do Brasil. A partir do ano de 2008, os grupos de Jongo/Caxambu da região fazem parte do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu. O Pontão é desenvolvido em uma parceria entre a Universidade Federal Fluminense, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e as comunidades jongueiras e suas atividades estão concentradas em três eixos de ação: articulação, capacitação e difusão/divulgação. O Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu tem se constituído como um campo de investigação sobre a cultura e a identidade negra, sobre a construção de um projeto coletivo de ação de salvaguarda de um bem registrado e, portanto, como importante contribuição no campo da construção de políticas culturais públicas voltadas para comunidades tradicionais. O que este trabalho pretende é problematizar questões levantadas pelas próprias comunidades, como as suas condições de vida, o preconceito e a falta de reconhecimento local desta importante manifestação cultural a partir dos processos de ação coletiva desencadeados no âmbito do Pontão de Cultura. Para tanto, serão analisadas questões recorrentes identificadas nas reuniões de articulação das comunidades e nas oficinas, assim como a relação entre as comunidades e os grupos e as instituições parceiras do Pontão de Cultura.

Título O sentido hegemônico das políticas culturais identitárias na Amazônia contemporânea

ID 1292

Autores Fabrício Santos de Mattos, Ana Paula Nazaré de Freitas

Resumo: O presente artigo trata das relações entre Estado, identidades culturais e mídia, pretendendo observar o papel exercido pelas políticas culturais do Governo do Estado do Pará (Amazônia – Brasil) entre os anos de 1994 a 2006, que atuaram como mecanismos difusores, geradores e legitimadores de sentidos e valores, proporcionando circularidade ao processo de formulação de uma identidade cultural, a chamada “identidade amazônica”, denominada pelo Governo do Pará de “paraensismo”. A hipótese de trabalho consiste em pensar que tal “paraensismo” deriva de um fenômeno maior, conhecido como “Moderna Tradição Amazônica”, e uma de suas principais implicações consiste num movimento de manutenção da hegemonia das elites locais, pois aqui acontece um jogo de ocultamento de identidades baseadas em lutas sociais locais, que não constituem a coerência social proposta pelos discursos oficiais.

Mesa: (Etni)cidades e urbanidades - 6 de Fevereiro - 18h30 - 208

Moderador: Reinaldo José de Oliveira

Título Negritude no espaço do Distrito Federal: O questionamento das Premissas Utópicas do Brasil Moderno e da Configuração Espacial da Capital Modernista como Projetos Racialmente Excludentes

ID 808

Autores Marcia Regina Lopes

Resumo: Este artigo, em primeiro lugar, examina as bases raciais brasileiras sob as quais o projeto da nova capital foi erigido. Em seguida, apresenta discussão teórica acerca de paradigmas raciais implicados na idéia de modernidade, modernismo e modernização no Brasil. Finalmente, este texto discute novas possibilidades de se pensar planejamento urbano a partir da perspectiva epistemológica do feminismo negro.

Título Identidade de jovens negros nas periferias das metrópoles: recortes entre São Paulo e Paris

ID 870

Autores Regina Marques de Souza Oliveira

Resumo: Trata-se de estudo do doutorado em Psicologia Social na PUC SP que aborda os processos de construção de identidade do jovem negro e mestiço nas periferias das metrópoles – São Paulo prioritariamente e Paris como recorte transnacional.

Partido de quatro suportes conceituais: ciências sociais, psicologia social materialista histórica, psicanálise e geografia humana, procurou-se compreender identidade e processos subjetivos de jovens negros e não-brancos no trânsito das metrópoles globalizadas. Identidade individuais e coletivas que emergem na violência e desigualdades das cidades transnacionais do capitalismo. A metodologia utilizada parte de entrevistas abertas, grupos de conversa de jovens, observação etnográfica aliada à análise de elementos autobiográficos.

A identidade do jovem negro na periferia da metrópole possui o registro – memória – consciente e inconsciente de seu passado histórico; interpretando o presente na dialética de uma nova linguagem – gramática – que se projeta para o futuro – vir a ser.

No Brasil e na França, os jovens negros iniciam, no chão revolucionário da metrópole, a recusa de uma ordem capitalista hegemônica; a partir da tensão, do conflito, da angústia ou no escape de sua elaboração: a violência.

Eles observam o contexto. Ensaiam golpes de revolução: eles gestam, com a força de seu tempo lento, a própria escrita de um futuro breve em franca mutação.

Título Território, Territorialidade e as Relações Raciais em Santa Catarina-Brasil

ID 1299

Autores João Carlos Nogueira

Resumo: As transformações econômicas, sociais, políticas e culturais ocorridas nos anos 80 do século XIX, até as primeiras décadas do século XX, revelam questões centrais como: a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, a produção agrícola e suas crises, os processos de industrialização, urbanização acelerada e conseqüentemente novos conflitos sociais, os quais as forças coercitivas do Estado ainda não haviam operado, e a existência dos Cortiços que

recortavam as cidades, revelam a primeira grande demarcação dos territórios urbanos, onde ficavam nitidamente definida as relações de classes, étnicas, raciais e de nacionalidades, resultado do processo de imigração e a prioridade a esses no acesso ao emprego e a ocupação. A segregação sócio-territorial, as práticas discriminatórias étnico-raciais e a hierarquização dos espaços nos processos de desenvolvimento, crescimento e expansão das cidades, criam o ambiente sócio-cultural para o surgimento dos denominados Clubes Negros no Brasil, que são construídos como alternativa de lazer, construção identidade e alteridade, dado ao tratamento hostil e segregacionista que a comunidade negra sofreu de forma mais intensa no final do século XIX e início do século XX, que perdurou em muitas cidades e regiões brasileiras até os anos 80, onde não era permitida a entrada de “negros” em clubes sociais de “brancos”. Este estudo pretendeu compreender o papel social dos Clubes Negros na formação do território e dimensionar o seu valor histórico para o patrimônio sócio-cultural catarinense e brasileiro.

Título O processo da denúncia e não-denúncia: mulheres negras em vivência de violência doméstica

ID 1423

Autores Normélia Maria Freire Diniz, Marieve Pereira da Silva, Nadirlene Pereira Gomes, Climene Laura de Camargo, Simone Santos Souza

Resumo: Estudo qualitativo com objetivo de analisar o processo da denúncia e não-denúncia da violência doméstica em mulheres negras. Os sujeitos do estudo foram onze mulheres auto declaradas como sendo negras (pretas ou pardas) residentes em Salvador-BA. Foram obedecidos os aspectos éticos, regulamentados pela Resolução nº. 196/96. A coleta de dados se deu através da entrevista semi-estruturada. Foi utilizada a Técnica de Análise de Conteúdo de Bardin. O processo de denúncia e não denúncia ancora-se na deficiência da infra-estrutura, na relação no atendimento e na demora dos processos de atendimento e audiência. Desvelaram-se as deficiências existentes em toda tramitação do processo da denúncia que vem por fim refletir em uma das causas da não denúncia. O estudo permitiu melhor compreensão da violência doméstica a partir do olhar das categorias gênero e raça, contribuindo para ampliar as discussões que permeiam o processo de construção do atendimento na Rede.

Mesa: Identidade, memória, história - 6 de Fevereiro - 18h30 - 304

Moderador: Elisabeth Coelho

Título Mulher Negra na Bahia: Religiosidade e Identidade

ID 894

Autores Cecilia Soares

Resumo: Pretende-se discutir o cotidiano das mulheres negras, os embates conflitos, vitórias e derrotas no contexto escravista na Bahia do século XIX.

Título Mulheres negras nas ruas de Salvador no século XIX

ID 897

Autores Cecilia Soares

Resumo: O acesso a fontes documentais nos arquivos baianos, permitiram a investigação e sistematização de informações importantes acerca do cotidiano das mulheres negras escravas e libertas na Bahia do século XIX. No cotidiano escravista as mulheres negras, incluindo as mestiças – pardas e crioulas, nas atividades a que estavam destinadas puderam com luta construir histórias, onde mecanismos de sobrevivência e resistência na opressão do sistema asseguravam modos de vidas singulares. No âmbito doméstico e nas ruas mulheres em diferentes atividades foram alvo de perseguições e discriminações, mas, também ergueram vozes contra a opressão, tiveram atitudes de rebeldia e souberam usar das brechas do sistema para fazer valer suas necessidades enquanto pessoas. Ao longo da apresentação, pretendemos discutir alguns exemplos da vivência das ganhadeiras que refletem a busca e até mesmo a conquista de espaços sociais atualmente redefinidos pelas mulheres negras na cidade de Salvador-Bahia.

Título Raça e identidade nacional em Os sertões de Euclides da Cunha

ID 1142

Autores Kilder Silva

Resumo: Os Sertões de Euclides da Cunha é um resgate histórico da guerra de Canudos, ocorrida no sertão da Bahia no ano de 1897, nessa obra há uma tentativa de inserção desta nos dilemas que enfrenta a nação republicana: a construção de um Estado nacional moderno em um país com realidades sociais e culturais díspares, a diversidade étnica da população, a miséria material, o isolamento das populações do interior; o autor construiu, portanto, uma interpretação do Brasil. Utilizando-se como fundamento científico para explicar os motivos do conflito de Canudos uma compreensão raciológica da sociedade, particularmente a idéia dos diversos grupos étnicos que expressavam diferentes estágios evolutivos de civilização. As motivações que geraram a guerra, a moral, a religiosidade aparecem como parte de um mecanismo cujo fundamento encontra-se anteriormente determinado pelo meio e pela raça e pela sua integração em um esquema evolutivo, no qual a civilização européia e a raça branca eram tidas como os “estádios” mais avançados. A composição étnica da sociedade brasileira foi um tema marcante dos debates das esferas intelectuais e políticas no Brasil do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Autores associavam as suas preocupações com o atraso social e político do país a grande presença de mestiços, índios, africanos e seus descendentes e tentavam interpretar o país a partir do evolucionismo biológico. A intenção dessa pesquisa é estudar, a partir da leitura de Os sertões, os processos de construção de identidade nacional no Brasil e a sua relação com o conceito de raça.

Título Mito da diversidade nas organizações brasileiras

ID 1368

Autores Francisco Correia de Oliveira

Resumo: A sociedade brasileira, influenciada pelo mito da “democracia racial”, não aceita a existência de preconceito e de discriminação contra negro – percepção que dificulta a implementação de medidas com vistas a melhorar as condições de vida dessas pessoas, como as Ações Afirmativas (AA), já adotadas em países como Estados Unidos, Canadá e alguns europeus. Paralelamente à essa discussão de ações afirmativas, outro tema começa a ser explorado nos meios acadêmico e empresarial: a Gestão da Diversidade (GD). O exame inicial desta questão indica ser uma ótima oportunidade para revelar explicitamente as diversas formas do preconceito de cor. Esta é basicamente uma pesquisa de campo com consulta intensiva a uma organização com escritórios em todo o Brasil. As discussões sobre as ações afirmativas, se por um lado dividiram a sociedade brasileira, por outro, propiciaram uma excelente oportunidade para o combate efetivo ao preconceito de cor subjacente em todos os rincões nacionais. Nota-se que a maioria das organizações brasileiras praticantes da GD, segundo o Instituto Ethos, não possuem ações voltadas à inclusão dos negros. Diante disso, questionou-se se seria possível, gerenciar diversidade nas organizações deixando de lado metade da população brasileira. Resolveu-se, então, investigar como uma organização do Terceiro Setor percebe o preconceito racial, as AA e os conceitos das da GD. A partir do levantamento teórico e dos dados obtidos em campo, conclui-se que o preconceito contra as AA, impediu que a Gestão da Diversidade venha a quebrar as barreiras que perpetuam esse sentimento no seio da sociedade brasileira.

Mesa: Identidades racizadas e problemáticas de gênero - 6 de Fevereiro - 18h30 - 311
Moderador: Vera Duarte

Título Mulheres negras encarceradas: identidades fragilizadas frente as expressões do racismo.

ID 1311

Autores Adriana Severo Rodrigues

Resumo: O presente trabalho resulta de uma pesquisa realizada durante o Curso de Especialização em Direitos Humanos, promovido pela Escola Superior do Ministério Público da União-ESMPU e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O estudo apresenta recorte para a temática étnico-racial e de gênero, por considerar que os estudos sobre as mulheres negras no Brasil são escassos, com exceção para algumas áreas específicas como a da saúde, onde já existe acúmulo sobre a discussão da saúde da mulher negra. A pesquisa empírica de caráter qualitativo foi realizada na Casa Albergue, situada no Município de Porto Alegre. Trata-se de uma instituição prisional que abriga mulheres que cumprem pena em regime aberto ou semi-aberto e ocorreu no período de dezembro de 2007 a janeiro, 2008. O objetivo consistiu na investigação do cotidiano das mulheres que cumprem pena, a fim de investigar se existe a expressão do racismo, ou diferenças de tratamento entre as mulheres encarceradas ou da equipe técnico-administrativa. Neste sentido, foram realizadas seis entrevistas com mulheres que cumprem pena e se autodeclararam negras. Durante as entrevistas foi avaliado o cotidiano das albergadas na instituição, suas relações familiares e com o processo de execução penal. A importância desse estudo está voltado para questões do encarceramento feminino, que no Brasil apresenta estatísticas baixas se comparados com as prisões masculinas. Contudo, dados do Censo Penitenciário Nacional evidenciam que nos últimos dez anos vem sendo registrado um importante crescimento nas taxas de encarceramento devido aos crimes cometidos por mulheres.

Título Uma reflexão sobre a construção cultural das identidades coletivas- gênero, etnia e classe

ID 1320

Autores Rocío Castro Kustner

Resumo: As identidades coletivas -de gênero, etnia e classe -culturalmente têm se construído na base de normas e valores impostos pela força, pela violência exercida pelos sistemas de dominação que apresentam as diferenças como ameaçadoras da ordem por eles estabelecidos - o patriarcado, o colonialismo e o capitalismo. Assim, o objetivo do presente trabalho é convidar para a reflexão sobre esta construção cultural das identidades coletivas e aprofundar nosso nível de consciência sobre como a dominação está relacionada com a negação do direito à diferença cultural e a negação do direito a igualdade social sob a criação de diferenças sociais que estimam as condições dos uns (homens, brancos e ricos) em base à inferiorização dos outros (mulheres, não-brancos e pobres). Partimos do pressuposto de que, mesmo em sistemas ditos democráticos, estas relações hierárquicas continuam justificando-se como formas "naturais" e necessárias de organização social.

Título Práticas discursivas de heranças coloniais: a seletividade conjugal e a constituição identitária de mulheres negras a seletividade conjugal

ID 1374

Autores Marluce Pereira da Silva, Cássio Eduardo Serafim, Francisca Ramos Lopes de Souza

Resumo: Neste trabalho, problematizamos práticas discursivas que produzem sentidos face a relações afetivo-sexuais inter-raciais em relatos de mulheres negras heterossexuais. Investigamos como e que efeitos de sentidos produzidos nessas práticas afetam a mobilidade dessas mulheres no "mercado erótico-afetivo". Analisamos a materialidade lingüístico-discursiva dos relatos, a partir de referenciais teóricos advindos da análise de discurso francesa (Pêcheux, 1983; Orlandi, 2004), dos estudos culturais (Hall, 2000), dos estudos étnico-raciais (Munanga, 2004; Gomes, 2006; Moutinho, 2004) e contribuições de Foucault (1979). Preliminarmente, os resultados apontam que as relações afetivo-inter-raciais possibilitam perceber o quanto a história de um passado escravagista deixou legados que constituem modos de subjetivação de homens e mulheres no presente.

Título Percepção de gestantes acerca da discriminação racial assistência pré-natal

ID 1425

Autores Carla Cristina Carmo dos Santos, Enilda Rosendo do Nascimento

Resumo: A sociedade brasileira é caracterizada pelas desigualdades sociais, notadamente as de gênero e raça. Percebe-se que a relação entre saúde e enfermidade está ligada às condições sociais e é influenciada pelo sexismo e racismo, já

que estes expõem de forma diferenciada as pessoas ao adoecimento, bem como ocasionam desigualdades de acesso aos bens e serviços necessários à prevenção e tratamentos de doenças. Estudos demonstram diferenciação na assistência prestada às mulheres negras quando comparada às brancas, inclusive no ciclo gravídico puerperal, o que pode, a nosso ver, ser indício da existência de discriminação racial na atenção à saúde das mulheres. Nesse contexto, entende-se a discriminação racial como expressão do racismo, conceituando-se como distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça/cor, descendência ou origem étnica, que restringe o reconhecimento ou exercício dos direitos e liberdades fundamentais. Nessa perspectiva, este estudo tem como objeto a percepção de usuárias sobre a discriminação racial na assistência pré-natal, e objetiva analisar a percepção de usuárias sobre a discriminação racial na assistência pré-natal. Refere-se a uma pesquisa descritiva, exploratória, qualitativa, que será realizada nas Unidades de Saúde da Família do Distrito Sanitário Itapuã em Salvador-Bahia. Participarão do estudo Gestantes em qualquer idade gestacional, que tenham realizado pelo menos três atendimentos pré-natal. Utilizar-se-ão como técnicas de coleta de dados a entrevista e a observação não participante; o roteiro de entrevista e o gravador de voz como instrumentos. Os dados serão analisados através da análise temática do conteúdo. Observar-se-ão os aspectos éticos e legais das pesquisas envolvendo seres humanos.

Mesa: O movimento negro no Brasil na luta pela igualdade - 6 de Fevereiro - 18h30 - 318

Moderador: Marcus Lima

Título Identidades coletivas e a politização do território e da cultura: analisando as políticas de reparação para comunidades tradicionais negras no Brasil e na Colômbia.

ID 70

Autores Cristiano Rodrigues

Resumo: O final da década de 80 marca, tanto no Brasil quanto na Colômbia, o momento em que o Estado, através de dispositivos constitucionais, reconhece oficialmente direitos territoriais a grupos negros remanescentes de quilombos. Tendo como eixo central de discussão a tríade: constituição de relações cultura-território; fortalecimento dos movimentos negros ao longo das décadas de 70 e 80; e as substanciais transformações das Constituições em ambos os países, o presente artigo descreve e analisa o surgimento de identidades étnicas coletivas no Brasil e na Colômbia em sua interface com a proposição e implementação de políticas de reparação. Em um primeiro momento, o trabalho analisa o modo como os movimentos negros, nos respectivos países, promoveram uma revisão em relação à memória pública da escravidão e de seus desdobramentos posteriores para os afrodescendentes. Em seguida, enfocam-se os processos de negociação e elaboração de leis assegurando direitos culturais e territoriais às comunidades negras (No Brasil o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de 1988, e na Colômbia a Lei 70, de 1993). Por fim, procuram-se estabelecer nexos entre a construção de identidades coletivas negras – em sua relação com território e cultura – e a organização de uma nova pauta política marcada pela reordenação das noções de cidadania, território e etnicidade.

Título Retóricas de identidade em Sergipe: as diferentes expressões do movimento negro contemporâneo

ID 354

Autores Frank Marcon

Resumo: Desde a abertura política e a Constituição brasileira de 1988, as práticas e as retóricas das diferentes formas de organização e expressão do movimento negro no Brasil, e particularmente em Sergipe, tem sido marcados por algumas especificidades contextuais. A história contemporânea destas formas de expressão revela um quadro interessante de novos referenciais de identificação e diferença no âmbito do fenômeno social de emergência de movimentos sociais de apelo étnico-racial. Este trabalho tem por objetivo apresentar alguns resultados parciais do projeto de pesquisa aprovado pelo CNPq, denominado “Narrativas afro-brasileiras em Sergipe: narrativas de identidade e diferença”. As diferentes organizações associativas que proclamam, através de seus representantes, alguma forma de identificação com a noção política “do ser negro” em Sergipe, passam por expressões do histórico movimento negro de conteúdo extremamente político, até articulações contemporâneas de auto-afirmação e reconhecimento a partir de manifestações culturais, de associações profissionais, de gênero ou outras categorias sociais. São seções de partidos políticos e sindicatos, casas e associações de religiões de matriz africana, grupos folclóricos, blocos afros, grupos de capoeira, grupos da cena hip-hop, grupos de pesquisa e estudos, associações quilombolas, organizações governamentais e organizações não-governamentais em distintos formatos, envolvendo vários objetivos e concepções. O que se vê, por um lado, é a multiplicidade de perspectivas, por vezes duradouras, mas por outro lado, articulações frágeis, vínculos pessoais fortes e alguns conflitos nas concepções e orientações políticas.

Migrações, Exílios e Diásporas

Mesa: Formas e contextos de integração - 4 de Fevereiro - 19 horas - 303

Moderador: Marzia Grassi

Título A Integração do Imigrante na cidade de Viana do Castelo

ID 568

Autores Dália Isabel Alves

Resumo: Será feita a apresentação de um estudo efectuado na cidade de Viana do Castelo, sobre a integração do imigrante na promoção da saúde:

Ao longo dos últimos anos, o nosso país tem aprendido a ser país de acolhimento de diferentes comunidades imigrantes. O processo imigratório continua a ser de extrema importância para a formação cultural. As suas influências trazidas pelos imigrantes resultam na diversidade, seja ela manifestada através da culinária, música, arte, etc.

Foram criados vários serviços, programas e acções, por parte de várias instituições (públicas/privadas). No entanto, ainda estamos longe do satisfatório, urge a necessidade de estarmos mais atentos, reflectir e continuar a fazer mais e melhor no acolhimento e integração de imigrantes.

O resultado do estudo a apresentar, teve como principal objectivo compreender, através de relatos pessoais (trajectórias de vida), a forma como os imigrantes se integram na cidade de Viana do Castelo, tendo como principal enfoque a promoção da saúde.

Esta investigação demonstrou que são várias as dificuldades encontradas na integração de imigrantes, as incertezas são uma constante nas suas vidas. No que concerne a promoção da saúde, as barreiras reflectem-se ao nível relacional/comportamental, desencadeadas ora pelo processo de comunicação, ora pela falta de informação/formação nos imigrantes e nos profissionais de saúde, ou ainda pelos preconceitos existentes na sociedade de acolhimento.

As imigrantes em estudo depararam-se com uma realidade bem diferente daquela que esperavam, pois quando saíram do seu país de origem procuravam o caminho para a felicidade. Partiram em busca de melhores condições de vida, contudo, encontram vários obstáculos e no que se refere à promoção da saúde, a acessibilidade foi um dos problemas referidos.

Título Para a construção do perfil e trajecto dos músicos imigrantes cabo-verdianos na Área Metropolitana de Lisboa
ID 590

Autores César Augusto Monteiro, Max Ruben

Resumo: A presente comunicação, intitulada Para a construção do perfil e do trajecto dos músicos imigrantes cabo-verdianos na Área Metropolitana de Lisboa, resulta de uma investigação de índole teórica e empírica em curso, inserida no projecto maior de tese de doutoramento consagrado à análise da problemática das práticas e identidades musicais dos imigrantes cabo-verdianos na Área Metropolitana de Lisboa (AML), assente numa perspectiva transnacional e privilegiando uma abordagem da Sociologia das Migrações, combinada, nomeadamente, com a Sociologia da Cultura e com a da Música. Assim, propõe-se o documento em causa proceder, tanto quanto possível e a partir de um conjunto de indicadores quantificados, por via de um questionário por inquérito aplicado a uma amostra de 102 (cento e dois) músicos cabo-verdianos radicados na AML, à análise e à interpretação das principais regularidades do processo, em ordem, por um lado, à caracterização do respectivo campo musical e, por outro, à definição do perfil dos principais agentes ou actores que o enformam, tendo em conta, naturalmente, o seu contexto dinâmico e relacional, os objectos musicais, bem como os processos sociais decorrentes.

Em última análise, trata-se da tentativa de definição do perfil do músico cabo-verdiano na Área Metropolitana de Lisboa, a partir de uma dimensão meramente quantitativa, centrada numa amostra populacional não aleatória, seleccionada por via da técnica de bola de neve, a partir de uma análise primeira da distribuição de frequências das variáveis contidas no referido estudo.

Título Sonoridades de afirmação: os filhos de cabo-verdianos em Portugal
ID 696

Autores Carlos Elias Barbosa, Max Ruben Ramos

Resumo: O enquadramento dos descendentes de populações migrantes nos países de destino constitui-se num aspecto pertinente de análise científica no contexto pós-colonial, quer através de uma vertente temporal, quer como abordagem conceptual de desconstrução de práticas e narrativas coloniais. Analisando as experiências dos filhos de imigrantes em contexto de fronteira, elas representam a problematização de processos de integração e possibilidades de enquadramento em várias esferas sociais. Deste modo, uma análise em diferentes dimensões permitirá uma visão das dinâmicas presentes nesses processos, numa relação que ultrapassa os limites do Estado-nação. Contudo, para discernir as dinâmicas existentes neste processo, a avaliação da dualidade integração/exclusão poderá nos demonstrar modos diferenciados de participação e de representação nos seus múltiplos espaços de interacção ou, por outro lado, um reavivar da pertença desterritorializada da africanidade sob o peso de uma memória histórica (Stora, 1999) e do presente das populações migrantes africanas. Ora, nesta comunicação pretendemos focalizar a participação dos descendentes de cabo-verdianos em Portugal e elaborar uma análise sobre as suas formas de intervenção, representação e de reivindicação num contexto transnacionalizado. Para este efeito, focalizaremos a nossa análise no envolvimento de jovens filhos de cabo-verdianos em Portugal na cultura do hip-hop e na prática do Batuque.

Título Sociopatias Migratórias- Banzo da Pós- Modernidade? Mitos e Realidades
ID 807

Autores João Lindolfo Filho

Resumo: A comunicação aborda, a partir dos acontecimentos ocorridos na periferia de Paris em 2005, questões psicológicas vividas por migrantes e seus descendentes em virtude de choques culturais, preconceitos e dificuldade de exercício da cidadania.

Título Acesso formal aos espaços políticos no contexto local: eleitores e eleitos nos municípios e freguesias portuguesas
ID 1659

Autores Clemens Zobel, Carlos Elias Barbosa

Resumo: Este artigo é uma primeira apresentação dos resultados preliminares de um estudo financiado pela Fundação da Ciência e Tecnologia. O objectivo da investigação é, por um lado, explicar as razões da fraca taxa de participação dos estrangeiros nas eleições locais, fenómeno que está estreitamente ligado ao não-recenseamento de uma larga percentagem de não-nacionais com direitos políticos; e por outro lado, compreender as motivações daqueles que participam e se candidatam para serem eleitos. Começamos por apresentar a evolução dos fluxos migratórios em Portugal. Esta contextualização permite-nos compreender a emergência de reivindicações políticas que vão conduzir até à promulgação da lei de 1996 que abre a porta pela participação política formal dos imigrantes no contexto local. Depois de uma apresentação da lei e dos seus limites em termos do universo das pessoas com direito de voto, são discutidos os factores que podem explicar a fraca taxa de recenseamento dos imigrantes e num número muito reduzido de eleitos com

nacionalidade estrangeira. Por fim, levantamos a discussão em relação às motivações que levam os cidadãos de origem estrangeira a se candidatarem aos cargos eleitorais, tanto para os municípios como para as Juntas de Freguesia.

Mesa: Género, representações sociais e oportunidades de vida - 4 de Fevereiro - 19 horas - 302
Moderador: Maria Manuela Maia

Título Portuguesas para o Brasil: o Sonho Sonhado
ID 306

Autores Maria da conceição quinteiro

Resumo: Esta comunicação refere-se ao velho, porém não esgotado tema, da migração portuguesa para o Brasil. Focaliza a vinda de mulheres sós, sejam solteiras ou viúvas. A literatura sobre a migração lusa para o Brasil mostra, quase sempre, nos dados quantitativos, que a imigração foi principalmente masculina, jovens solteiros, oriundos, sobretudo das áreas rurais de predomínio da pequena propriedade, das províncias de Tras-os-Montes, Minho, Beira Alta, Alto Douro. Esses migrantes aqui chegados, na sua maioria, estabeleceram-se nas áreas urbanas e dedicaram-se às atividades comerciais. A migração portuguesa não foi subvencionada por nenhum governo, nem pelo português nem pelo brasileiro. As mulheres portuguesas de que trata este trabalho, eram jovens, vieram sós, entre 1952 e 1962. As camponesas portavam um vasto "saber fazer", pois a vida na pequena propriedade era, quase auto-suficiente. Lá fabricavam o linho, a lã, transformavam os fios em lençóis, cobertores; faziam o pão, os enchidos, o vinho, o azeite etc. As mulheres, cujas famílias não tinham terras próprias, dominavam parte daquele saber. Cá no Brasil, a hierarquia social das aldeias, pouco importava aos brasileiros, tanto umas com as outras eram requisitadas para o emprego doméstico, trabalhos repudiados nas suas aldeias, pelas camponesas, e aceites pelas trabalhadoras destituídas de terra. Além das condições de existência difíceis e precárias, para todas, o que embalou estas portuguesas na decisão de migrar? Esta pergunta foi feita para as senhoras entrevistadas neste estudo qualitativo. É esta questão que traz algo novo, pois "quem quer passar além do Bojador / Tem que passar além da dor". Qual o significado mais recôndito daquela travessia para estas mulheres, que ousaram migrar sós, sem a tutela do homem, tida fundamental no modo de vida das aldeias. Há algo naquela decisão de embarcar que extrapola o prosaico cotidiano.

Título Os desafios da paz: o impacto da guerra civil na vida de mulheres angolanas
ID 325

Autores Susana Mendes

Resumo: A presente comunicação explora qualitativamente os percursos de vida de mulheres que estiveram directamente envolvidas na guerra civil em Angola. Sem beneficiarem de apoios durante o seu regresso à vida civil, estas mulheres, olhadas como ex-combatentes pelas populações locais, escondem o seu passado e adaptam-se aos costumes urbanos, em contraste com os modos de vida que levavam nas "matas" (áreas rurais) e soluções de sobrevivência a que recorriam. Partindo da análise dos seus testemunhos, no âmbito de uma investigação-acção realizada em 2006-2007 em Luanda, a presente comunicação expõe as percepções sobre os percursos de guerra das inquiridas e o seu confronto com a vida civil, realçando as suas actuais necessidades, competências profissionais e cívicas, diferenças nas formas de vida e no acesso e gestão dos recursos disponíveis nos contextos que habitam desde o fim da guerra civil. Através desta análise, procura-se detectar quais os factores que condicionaram – positiva ou negativamente – esta fase de mudança, moldando as suas actuais estratégias de (re)integração social. A avaliação destes parâmetros é realizada de acordo com pressupostos de empowerment que, ao serem percebidos pelas mulheres, são simultaneamente, promovidos numa experiência de colaboração.

Aspectos que se relacionam com as percepções que estas mulheres têm das diferentes situações de guerra e de paz por elas vivenciadas, enquadram igualmente esta análise que se inscreve num projecto interdisciplinar intitulado "Pobreza e Paz nos PALOP" (CEA-ISCTE). A partir dessa reflexão são também realçadas, as percepções que estes actores sociais têm sobre os processos de reconstrução e manutenção da paz e sobre o papel que as mulheres neles desempenham.

Título Procurando entrar na fortaleza da terra prometida: translocalização da intimidade e mobilidade migratória do nordeste brasileiro para a Europa
ID 658

Autores Octávio Sacramento

Resumo: Considerando como contexto etnográfico de referência a praia de Ponta Negra (um dos destinos com maior afluência turística da cidade de Natal, no nordeste brasileiro), a comunicação assume como objecto central de reflexão a construção pró-activa e sustentada de projectos migratórios femininos, no quadro dos cenários de intimidade estabelecidos entre as mulheres locais, nomeadamente as "garotas de programa", e os turistas europeus. De certo modo conscientes da insatisfação destes últimos em relação às manifestações dominantes de feminilidade e às relações de género nos seus contextos de origem, as primeiras procuram estrategicamente "conquistar o gringo" e, por essa via, aceder ao continente europeu, destino que associam ao sucesso económico, ao bem-estar e à ascensão social. Esta capacidade de agência no quadro da aliança e a assunção da mobilidade feminina como acto volitivo permite-nos problematizar muitas das premissas que dão forma à teoria da aliança de Lévi-strauss. Permite-nos ainda questionar alguns discursos dominantes sobre tráfico de mulheres, que amiúde ignoram a vontade e a pró-actividade daquelas a que se referem, partindo de um princípio acríptico e linear segundo o qual praticamente todas elas são tidas como vítimas.

Mesa: Uso e papel dos meios de comunicação social na integração dos imigrantes - 4 de Fevereiro - 19 horas - 206
Moderador: Emanuel Souza

Título Usos dos meios de comunicação e práticas culturais de “magrebíes” em Barcelona

ID 447

Autores Amparo Huertas

Resumo: As sociedades contemporâneas têm experimentado um desenvolvimento acelerado das tecnologias da comunicação e da informação nas últimas décadas e ao mesmo tempo um incremento significativo das migrações transnacionais que vão convertendo as cidades em espaços de convivência de cidadãos oriundos de diferentes realidades socioculturais e geográficas. Essa proposta de mesa temática surge da necessidade de indagar a convergência desses dois fenômenos, buscando dar visibilidade e articular diferentes pesquisas que, em âmbito ibero-americano, têm se dedicado a investigar as inter-relações entre meios de comunicação e processos migratórios transnacionais. O objetivo é propor, contudo, um deslocamento do foco predominante das pesquisas em comunicação que, em diferentes contextos nacionais, vêm assumindo o estudo dessa interface desde a análise da produção e dos conteúdos mediáticos como construtores de representações sobre as migrações. A opção dessa mesa é, portanto, aprofundar e propor um debate em torno de diferentes pesquisas que focam as interações dos migrantes com os meios de comunicação. O que leva a situar a proposta na perspectiva dos estudos de recepção mediática (consumo e usos) que têm se desenvolvido, nas últimas décadas, no âmbito dos chamados estudos culturais, a partir, dentre outras, das contribuições de autores como Stuart Hall, David Morley, Néstor García Canclini, Jesus Martín-Barbero, Maria Cristina Mata. Como parte da audiência dos meios de comunicação, os migrantes participam mediaticamente, em âmbito individual e coletivo, não somente ativando mecanismos de atenção, compreensão e interpretação, mas também criando estratégias de acesso e atribuindo determinados usos e se apropriando dos conteúdos-sentidos oferecidos pelos meios de comunicação em seu cotidiano. Ou seja, sem desconsiderarmos os processos assimétricos e unidirecionais que, muitas vezes, marcam a presença dos mass media na sociedade, buscamos focalizar a reflexão da mesa na capacidade de intervenção mediática construída pelos migrantes a partir dos processos permanentes de construção e negociação de suas identidades culturais, entendidas como flexíveis, instáveis e híbridas. A própria condição de migrante pode ser geradora de modalidades particulares de consumo e usos mediáticos a partir, por exemplo, da necessidade de manter vínculos com países de nascimento, de se situar em entornos culturais distintos, de aceder a instâncias mais ou menos institucionalizados de cidadania ou, ainda, de negociar socialmente as próprias representações mediáticas que tendem a unificar a figura do migrante. Tratam-se de usos que podem mobilizar igualmente, entre os migrantes, experiências do que podemos denominar de cidadania comunicativa, traduzida, por exemplo, pela participação na criação e gestão, em nível individual e coletivo, de conteúdos mediáticos ou mesmo de meios de comunicação próprios. As interações dos migrantes com os meios de comunicação podem assumir, deste modo, uma perspectiva transnacional se entendemos que o termo se refere a todas as práticas que interconectam mais de um estado-nação e se caracterizam pelo cruzamento constante de fronteiras nacionais. São processos que não se limitam, portanto, ao encontro entre uma sociedade de origem e de destino, mas que implicam em relações socioculturais multidimensionais que criam vínculos entre esses e outros espaços. Para refletir sobre interações entre migrantes e meios de comunicação, essa mesa temática se propõe a focalizar, de forma inter-relacionada, resultados de pesquisas empíricas desenvolvidas em três distintos contextos ibero-americanos – Lisboa (Portugal), Barcelona (Espanha), e Porto Alegre (Brasil) - e quatro espaços acadêmico-institucionais: Instituto de Jornalismo da Universidade de Coimbra (Portugal), Incom (Instituto de Comunicação), da Universidade Autônoma de Barcelona (Espanha), Departamento de Publicidade e Comunicação Audiovisual, também da UAB (Espanha) e Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Brasil). As propostas de pesquisa que compõem a mesa, vale lembrar, derivam de um conjunto de iniciativas de cooperação acadêmica internacional que, há cinco anos, vêm promovendo o intercâmbio científico entre as quatro pesquisadoras participantes da mesa e suas três instituições de origem, visando, em última instância contribuir nos processos de formulação de políticas públicas em que aparecem relacionadas meios de comunicação e cidadania das migrações transnacionais.

Título Usos e imaginários mediáticos transnacionais nos processos de cidadania de migrantes em Porto Alegre e Barcelona

ID 449

Autores Denise Cogo

Resumo: As sociedades contemporâneas têm experimentado um desenvolvimento acelerado das tecnologias da comunicação e da informação nas últimas décadas e ao mesmo tempo um incremento significativo das migrações transnacionais que vão convertendo as cidades em espaços de convivência de cidadãos oriundos de diferentes realidades socioculturais e geográficas. Essa proposta de mesa temática surge da necessidade de indagar a convergência desses dois fenômenos, buscando dar visibilidade e articular diferentes pesquisas que, em âmbito ibero-americano, têm se dedicado a investigar as inter-relações entre meios de comunicação e processos migratórios transnacionais. O objetivo é propor, contudo, um deslocamento do foco predominante das pesquisas em comunicação que, em diferentes contextos nacionais, vêm assumindo o estudo dessa interface desde a análise da produção e dos conteúdos mediáticos como construtores de representações sobre as migrações. A opção dessa é, portanto, aprofundar e propor um debate em torno de diferentes pesquisas que focam as interações dos migrantes com os meios de comunicação. O que leva a situar a proposta na perspectiva dos estudos de recepção mediática (consumo e usos) que têm se desenvolvido, nas últimas décadas, no âmbito dos chamados estudos culturais, a partir, dentre outras, das contribuições de autores como Stuart Hall, David Morley, Néstor García Canclini, Jesus Martín-Barbero, Maria Cristina Mata. Como parte da audiência dos meios de comunicação, os migrantes participam mediaticamente, em âmbito individual e coletivo, não somente ativando mecanismos de atenção, compreensão e interpretação, mas também criando estratégias de acesso e atribuindo determinados usos e se apropriando dos conteúdos-sentidos oferecidos pelos meios de comunicação em seu cotidiano. Ou seja, sem desconsiderarmos os processos assimétricos e unidirecionais que, muitas vezes, marcam a presença dos mass media na sociedade, buscamos focalizar a reflexão da mesa na capacidade de intervenção mediática construída pelos migrantes a partir dos processos permanentes de construção e negociação de suas identidades culturais, entendidas como flexíveis, instáveis e híbridas. A própria condição de migrante pode ser geradora de modalidades particulares de consumo e usos mediáticos a partir, por exemplo, da necessidade de manter vínculos com países de nascimento, de se situar em entornos culturais distintos, de aceder a instâncias mais ou menos institucionalizados de cidadania ou, ainda, de negociar

socialmente as próprias representações mediáticas que tendem a unificar a figura do migrante. Tratam-se de usos que podem mobilizar igualmente, entre os migrantes, experiências do que podemos denominar de cidadania comunicativa, traduzida, por exemplo, pela participação na criação e gestão, em nível individual e coletivo, de conteúdos mediáticos ou mesmo de meios de comunicação próprios. As interações dos migrantes com os meios de comunicação podem assumir, deste modo, uma perspectiva transnacional se entendemos que o termo se refere a todas as práticas que interconectam mais de um estado-nação e se caracterizam pelo cruzamento constante de fronteiras nacionais. São processos que não se limitam, portanto, ao encontro entre uma sociedade de origem e de destino, mas que implicam em relações socioculturais multidimensionais que criam vínculos entre esses e outros espaços. Para refletir sobre interações entre migrantes e meios de comunicação, essa mesa temática se propõe a focalizar, de forma inter-relacionada, resultados de pesquisas empíricas desenvolvidas em três distintos contextos ibero-americanos – Lisboa (Portugal), Barcelona (Espanha), e Porto Alegre (Brasil) - e quatro espaços acadêmico-institucionais: Instituto de Jornalismo da Universidade de Coimbra (Portugal), Incom (Instituto de Comunicação), da Universidade Autônoma de Barcelona (Espanha), Departamento de Publicidade e Comunicação Audiovisual, também da UAB (Espanha) e Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Brasil). As propostas de pesquisa que compõem a mesa, vale lembrar, derivam de um conjunto de iniciativas de cooperação acadêmica internacional que, há cinco anos, vêm promovendo o intercâmbio científico entre as quatro pesquisadoras participantes da mesa e suas três instituições de origem, visando, em última instância contribuir nos processos de formulação de políticas públicas em que aparecem relacionadas meios de comunicação e cidadania das migrações transnacionais.

Título Nostalgia e Resiliência: dos usos e consumos mediáticos entre imigrantes dos países africanos de língua portuguesa (PALOP) e seus descendentes em Portugal

ID 452

Autores Isabel Ferin Cunha

Resumo: As sociedades contemporâneas têm experimentado um desenvolvimento acelerado das tecnologias da comunicação e da informação nas últimas décadas e ao mesmo tempo um incremento significativo das migrações transnacionais que vão convertendo as cidades em espaços de convivência de cidadãos oriundos de diferentes realidades socioculturais e geográficas. Essa proposta de mesa temática surge da necessidade de indagar a convergência desses dois fenômenos, buscando dar visibilidade e articular diferentes pesquisas que, em âmbito ibero-americano, têm se dedicado a investigar as inter-relações entre meios de comunicação e processos migratórios transnacionais. O objetivo é propor, contudo, um deslocamento do foco predominante das pesquisas em comunicação que, em diferentes contextos nacionais, vêm assumindo o estudo dessa interface desde a análise da produção e dos conteúdos mediáticos como construtores de representações sobre as migrações. A opção dessa mesa é, portanto, aprofundar e propor um debate em torno de diferentes pesquisas que focam as interações dos migrantes com os meios de comunicação. O que leva a situar a proposta na perspectiva dos estudos de recepção mediática (consumo e usos) que têm se desenvolvido, nas últimas décadas, no âmbito dos chamados estudos culturais, a partir, dentre outras, das contribuições de autores como Stuart Hall, David Morley, Néstor García Canclini, Jesus Martín-Barbero, Maria Cristina Mata. Como parte da audiência dos meios de comunicação, os migrantes participam mediaticamente, em âmbito individual e coletivo, não somente ativando mecanismos de atenção, compreensão e interpretação, mas também criando estratégias de acesso e atribuindo determinados usos e se apropriando dos conteúdos-sentidos oferecidos pelos meios de comunicação em seu cotidiano. Ou seja, sem desconsiderarmos os processos assimétricos e unidirecionais que, muitas vezes, marcam a presença dos mass media na sociedade, buscamos focalizar a reflexão da mesa na capacidade de intervenção mediática construída pelos migrantes a partir dos processos permanentes de construção e negociação de suas identidades culturais, entendidas como flexíveis, instáveis e híbridas. A própria condição de migrante pode ser geradora de modalidades particulares de consumo e usos mediáticos a partir, por exemplo, da necessidade de manter vínculos com países de nascimento, de se situar em entornos culturais distintos, de aceder a instâncias mais ou menos institucionalizadas de cidadania ou, ainda, de negociar socialmente as próprias representações mediáticas que tendem a unificar a figura do migrante. Tratam-se de usos que podem mobilizar igualmente, entre os migrantes, experiências do que podemos denominar de cidadania comunicativa, traduzida, por exemplo, pela participação na criação e gestão, em nível individual e coletivo, de conteúdos mediáticos ou mesmo de meios de comunicação próprios. As interações dos migrantes com os meios de comunicação podem assumir, deste modo, uma perspectiva transnacional se entendemos que o termo se refere a todas as práticas que interconectam mais de um estado-nação e se caracterizam pelo cruzamento constante de fronteiras nacionais. São processos que não se limitam, portanto, ao encontro entre uma sociedade de origem e de destino, mas que implicam em relações socioculturais multidimensionais que criam vínculos entre esses e outros espaços. Para refletir sobre interações entre migrantes e meios de comunicação, essa mesa temática se propõe a focalizar, de forma inter-relacionada, resultados de pesquisas empíricas desenvolvidas em três distintos contextos ibero-americanos – Lisboa (Portugal), Barcelona (Espanha), e Porto Alegre (Brasil) - e quatro espaços acadêmico-institucionais: Instituto de Jornalismo da Universidade de Coimbra (Portugal), Incom (Instituto de Comunicação), da Universidade Autônoma de Barcelona (Espanha), Departamento de Publicidade e Comunicação Audiovisual, também da UAB (Espanha) e Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Brasil). As propostas de pesquisa que compõem a mesa, vale lembrar, derivam de um conjunto de iniciativas de cooperação acadêmica internacional que, há cinco anos, vêm promovendo o intercâmbio científico entre as quatro pesquisadoras participantes da mesa e suas três instituições de origem, visando, em última instância contribuir nos processos de formulação de políticas públicas em que aparecem relacionadas meios de comunicação e cidadania das migrações transnacionais.

Título Os meios de comunicação e a construção da União Européia e do Mercosul como espaços de integração: percepções de migrantes latino-americanos e europeus

ID 457

Autores Maria Gutiérrez

Resumo: As sociedades contemporâneas têm experimentado um desenvolvimento acelerado das tecnologias da comunicação e da informação nas últimas décadas e ao mesmo tempo um incremento significativo das migrações

transnacionais que vão convertendo as cidades em espaços de convivência de cidadãos oriundos de diferentes realidades socioculturais e geográficas. Essa proposta de mesa temática surge da necessidade de indagar a convergência desses dois fenômenos, buscando dar visibilidade e articular diferentes pesquisas que, em âmbito ibero-americano, têm se dedicado a investigar as inter-relações entre meios de comunicação e processos migratórios transnacionais. O objetivo é propor, contudo, um deslocamento do foco predominante das pesquisas em comunicação que, em diferentes contextos nacionais, vêm assumindo o estudo dessa interface desde a análise da produção e dos conteúdos midiáticos como construtores de representações sobre as migrações. A opção dessa mesa é, portanto, aprofundar e propor um debate em torno de diferentes pesquisas que focam as interações dos migrantes com os meios de comunicação. O que leva a situar a proposta na perspectiva dos estudos de recepção mediática (consumo e usos) que têm se desenvolvido, nas últimas décadas, no âmbito dos chamados estudos culturais, a partir, dentre outras, das contribuições de autores como Stuart Hall, David Morley, Néstor García Canclini, Jesus Martín-Barbero, Maria Cristina Mata. Como parte da audiências dos meios de comunicação, os migrantes participam mediaticamente, em âmbito individual e coletivo, não somente ativando mecanismos de atenção, compreensão e interpretação, mas também criando estratégias de acesso e atribuindo determinados usos e se apropriando dos conteúdos-sentidos oferecidos pelos meios de comunicação em seu cotidiano. Ou seja, sem desconsiderarmos os processos assimétricos e unidirecionais que, muitas vezes, marcam a presença dos mass media na sociedade, buscamos focalizar a reflexão da mesa na capacidade de intervenção mediática construída pelos migrantes a partir dos processos permanentes de construção e negociação de suas identidades culturais, entendidas como flexíveis, instáveis e híbridas. A própria condição de migrante pode ser geradora de modalidades particulares de consumo e usos midiáticos a partir, por exemplo, da necessidade de manter vínculos com países de nascimento, de se situar em entornos culturais distintos, de aceder a instâncias mais ou menos institucionalizados de cidadania ou, ainda, de negociar socialmente as próprias representações midiáticas que tendem a unificar a figura do migrante. Tratam-se de usos que podem mobilizar igualmente, entre os migrantes, experiências do que podemos denominar de cidadania comunicativa, traduzida, por exemplo, pela participação na criação e gestão, em nível individual e coletivo, de conteúdos midiáticos ou mesmo de meios de comunicação próprios. As interações dos migrantes com os meios de comunicação podem assumir, deste modo, uma perspectiva transnacional se entendemos que o termo se refere a todas as práticas que interconectam mais de um estado-nação e se caracterizam pelo cruzamento constante de fronteiras nacionais. São processos que não se limitam, portanto, ao encontro entre uma sociedade de origem e de destino, mas que implicam em relações socioculturais multidimensionais que criam vínculos entre esses e outros espaços. Para refletir sobre interações entre migrantes e meios de comunicação, essa mesa temática se propõe a focalizar, de forma inter-relacionada, resultados de pesquisas empíricas desenvolvidas em três distintos contextos ibero-americanos – Lisboa (Portugal), Barcelona (Espanha), e Porto Alegre (Brasil) - e quatro espaços acadêmico-institucionais: Instituto de Jornalismo da Universidade de Coimbra (Portugal), Incom (Instituto de Comunicação), da Universidade Autônoma de Barcelona (Espanha), Departamento de Publicidade e Comunicação Audiovisual, também da UAB (Espanha) e Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Brasil). As propostas de pesquisa que compõem a mesa, vale lembrar, derivam de um conjunto de iniciativas de cooperação acadêmica internacional que, há cinco anos, vêm promovendo o intercâmbio científico entre as quatro pesquisadoras participantes da mesa e suas três instituições de origem, visando, em última instância contribuir nos processos de formulação de políticas públicas em que aparecem relacionadas meios de comunicação e cidadania das migrações transnacionais.

Mesa: Exílio em contexto de transformações políticas e refugiados de guerra - 5 de Fevereiro - 11h15 - 209

Moderador: Daniel Maia Martins

Título Os significados do exílio: alguns problemas teóricos e de definição

ID 149

Autores Douglas Silva

Resumo: Este estudo analisa algumas das abordagens teóricas sobre exílio, especialmente nas ciências sociais, direcionadas a identificar quando começa ou termina um exílio e quem é um exilado. Propõe-se uma perspectiva de análise que leve em conta a dinâmica das relações sociais e das subjetividades no processo de configuração das fronteiras de tempo e espaço, bem como na construção das categorias sociais empregadas. A partir de um estudo de caso sobre intelectuais e militantes portugueses exilados no Brasil durante a vigência do regime autoritário em Portugal (de 1926 a 1974), o estudo contextualiza a produção das especificidades do exílio frente a outros processos migratórios. As contínuas e dinâmicas relações que os exilados mantiveram com o seu país de origem, bem como a contínua narração do exílio enquanto condição definitiva, através da constante referência ao drama, apontam para a importância do aspecto performático da experiência do exílio e sua atualização no tempo.

Título Deslocamentos e vivências familiares de portugueses e luso-africanos

ID 345

Autores Zeila de Brito Fabri Demartini

Resumo: As pressões políticas e os movimentos revolucionários nas colônias portuguesas da África na década de 1970 foram importantes na determinação de fluxos migratórios para São Paulo de portugueses e descendentes que aí residiam. Procuramos compreender esses novos fluxos migratórios e suas interferências nas vivências familiares recorrendo a relatos orais de imigrantes e de seus familiares, em complementaridade a outras fontes. As narrativas permitem apreender as complexas dinâmicas familiares nos deslocamentos; verificamos as condições de chegada dos portugueses às regiões africanas, as vivências das gerações e a imigração para o Brasil, que se concretiza pelas possibilidades existentes no momento (redes de apoio). No tocante às dinâmicas familiares, observamos: as frequentes e inesperadas separações no processo imigratório; a constituição de famílias com “convivências” diferentes em Portugal, na África, no Brasil; em cada deslocamento, os rompimentos com parentes que permanecem no contexto anterior ou se dirigem para outros. Os

deslocamentos dos países africanos em direção a São Paulo na década de 1970 implicaram na constituição de famílias "intercontinentais" e mutantes, constituídas em cada contexto por diferentes participantes. Os relatos fazem referências às ausências familiares, aos encontros e desencontros, ao convívio à longa distância. Os deslocamentos não finalizaram para grande parte das famílias; em quase todas é citada a atual mudança de familiares para Portugal, raramente para a África. Observa-se um fluxo constante entre Portugal, África e Brasil; permeando esses fluxos, estão razões econômicas, políticas, sentimentais, que aproximam/afastam pessoas originárias de diferentes contextos.

Título O retorno nas migrações forçadas por conflito: factos e mitos

ID 569

Autores Joelma Almeida

Resumo: Preconizado como uma solução duradoura ideal para os migrantes forçados por conflito, o retorno voluntário torna-se, cada vez mais, uma raridade em África. O historial das migrações forçadas por conflito revela-nos alguns factos contrários e contraditórios. Os propugnadores da solução idela não correspondem aos protagonistas do movimento. A qualificação do regresso como "voluntário" tende a ser substituída na prática por "encorajado", "induzido" e, no pior dos cenários, "forçado". O regresso tende a perder o seu carácter de etapa final de um ciclo muitas vezes longo e imprimindo marcas profundas e irreversíveis no migrante, assumindo frequentemente contornos de uma etapa que antecede um novo movimento migratório. Em alternativa, os migrantes concentram ou dispersam-se em determinados espaços da sociedade de recepção, vivendo em grande parte dos casos sob a condição de imigrantes não documentado.

O enfoque da presente comunicação incidirá sobre a premência de analisar as soluções duradouras para a condição de migrante forçado sob uma perspectiva integrada em que se apreenda as dinâmicas políticas, económicas e sociais da sociedade de partida ou origem, assim como a forma como essas dinâmicas são percebidas pelos migrantes e em que medida são compatíveis como os respectivos projectos de vida. A agência dos migrantes forçados é pertinente na concepção de qualquer política "humanitária" visando a resolução da condição deste grupo de vulneráveis. Apesar de ser um movimento praticado sob forte coerção, os migrantes forçados fazem "cálculos" sobre o "porquê", "como", "quando" e "para onde" fugir, assim como e "como" e "onde" se instalar na sociedade de recepção e "como", "quando" e "para onde" regressar.

Título Experiência do exílio de órfãos camponeses; cotidiano, resistência e retorno a terra da tradição

ID 1161

Autores Ana Lúcia Aguiar Lopes Leandro

Resumo: Este trabalho toma como referência memória, história e experiências no exílio de órfãos do movimento messiânico de Pau de Colher, ocorrido em 1938 no Norte do Estado da Bahia e é parte da tese de doutorado do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. Após a repressão e a morte dos pais, trinta e duas crianças foram arrancadas de sua terra e levadas para a Escola de Menores, em Salvador, capital do Estado. Os saberes da terra tiveram na memória reminiscência a base central de possibilidade para fomentar a dinâmica de suas criações e de suas resistências. Apontou os caminhos que os fez confortar e consolidar a identidade em suspensão, bem como o desejo de efetivar o "pouso" de seu ethos inspirado pelo desejo de volta à terra dos seus pais. Utilizamos a metodologia História Oral com entrevistas semi-estruturadas, de profundidade e as histórias de vida, entendendo que as narrativas orais fornecidas pelos órfãos se constituem em discurso construído no processo de interação social entre pesquisador e informante. A pesquisa contribuiu para confirmar sobre a relevância dos saberes dos indivíduos em sua trajetória de vida, os saberes da experiência que mantém a luta no exílio, o foro íntimo de indivíduos que estão submetidos aos efeitos daqueles que há produzem como momentos de esforço para realização de uma trajetória e possibilidade de intervenção.

Título A Diáspora Brasileira: os exilados brasileiros em África (1964-1980)

ID 1436

Autores Pio Penna

Resumo: Após o Golpe de Estado ocorrido em 1964 no Brasil, várias pessoas tiveram que buscar no exterior o refúgio contra o sistema ditatorial implementado pelos militares. Um dos continentes escolhidos foi o africano, que recebeu um contingente pequeno mas especial de exilados que sonhavam em construir um mundo novo, mais igualitário e justo. É sobre a trajetória desses brasileiros em terras africanas que versa essa comunicação. Buscamos apreender a interação entre os militantes políticos brasileiros e os regimes africanos que optaram pela via dos regimes populares.

Mesa: Uso do espaço e territorialidade - 5 de Fevereiro - 11h15 - 210

Moderador: Ana Paula Cordeiro

Título As Dimensões Territoriais dos Nordestinos na Amazônia

ID 215

Autores Ana Lia Farias Vale, José Gilberto Souza

Resumo: A migração entre a população dos estados da região Nordeste para o estado de Roraima na região Amazônica do Brasil é caracterizada por redes sociais resultantes de uma corrente migratória. Este trabalho teve como objetivo identificar os motivos que levaram os nordestinos a traçar essa trajetória. Para tanto, foram aplicados questionários e realizadas entrevistas na cidade de Boa Vista, cidade que se destaca pela dinamicidade da infra-estrutura e pela fronteira geopolítica. Num primeiro momento, foram analisados os conceitos de território e seus derivados, destacando a conexão integradora entre a migração, multiterritorialidade e hibridismo cultural como fatores responsáveis por esse movimento. Também foi avaliado o papel da migração como deslocamento de força de trabalho do semi-árido para abrir fronteira na região equatorial, provocando uma adaptação a um novo ambiente físico e cultural totalmente diferente. A migração se faz em trajetórias variadas, expondo o migrante a múltiplas adversidades, como o câmbio da vida de agricultor a explorador de

minas ou trabalhador urbano. O papel do migrante nordestino é destacado pela sua capacidade de reproduzir seu espaço, tanto cultural como económico, em terras distantes, impondo territorialidades. Verificou-se o efeito que a migração exerce sobre o crescimento do capital e da força de trabalho no Estado de Roraima, ponto extremo do norte da Amazônia Brasileira, onde o nordestino é reconhecido pelo seu trabalho, pelo crescimento do comércio na economia roraimense recebendo em troca uma sensível melhoria na qualidade de vida.

Título Diálogo e urbanidade intercultural - o migrante, os outros e o espaço

ID 1004

Autores Marluce Menezes, Judith Allen, Lia Vasconcelos

Resumo: A Europa e grande parte do mundo são hoje espaços de coexistência intercultural, que tanto são guetos como espaços onde fluem e se completam as diversas culturas. De uma forma ou de outra, estes espaços são laboratórios de aprendizagem de como se constroem os espaços urbanos, onde actuam frequentemente especialistas visando responder às necessidades dos novos migrantes. Com o encontro de especialistas oriundos de áreas disciplinares distintas, pretende-se discutir o papel da imigração, nomeadamente das práticas dos imigrantes nos espaços públicos urbanos na construção da paisagem cultural da cidade, tendo como objectivo identificar e compreender alguns dos processos que possam assegurar a inclusão. O ponto de partida para o desenvolvimento da discussão proposta será o estudo exploratório - desenvolvido na Praça da República da Ericeira, situada na área metropolitana de Lisboa - em que se visava identificar algumas das características de uso e apropriação do espaço público urbano por imigrantes brasileiros.

Título Lendo nas entrelinhas: grupos indígenas e negros no sertão baiano (Séc. XVII ao XIX)

ID 1145

Autores Raphael Rodrigues Vieira Filho

Resumo: Jacobina é um dos núcleos populacionais mais antigos do sertão baiano e brasileiro, na época da criação da vila seu território cobria boa parte do sertão baiano. Quando as primeiras expedições chegaram à região encontram grupos indígenas aglomerados, porém a memória coletiva destaca a docilidade de um casal de indígenas, Jacó e Bina, que recebiam todas as expedições dos europeus de forma bastante amistosa. Essa versão deixa implícita apenas a participação de indígenas e colonizadores europeus na formação populacional do sertão, além disso, ajuda na construção da imagem de ocupação tranquila e pacífica. A versão também exclui um grupo populacional extremamente importante para a região, os africanos e seus descendentes, que com seu trabalho ajudaram na construção dos diversos núcleos urbanos e nas práticas da mineração e da pecuária, atividades-chaves para o desenvolvimento do sertão. Esse texto mostra a união dos grupos indígenas e negros em diversas oportunidades e circunstâncias, desde o século XVII até o século XIX, para garantir suas possessões no território sertanejo e contestar as investidas dos grupos europeus aos seus sítios. Foi utilizada para coleta de dados a leitura à contra-pé e análise de documentos oficiais publicados em periódicos no final do século XIX e início do XX, principalmente do Arquivo Público do Estado da Bahia, da Biblioteca Nacional e também documentos do conjunto de CD-ROM referentes a Bahia do Projeto Resgate.

Título Cidades da cidade. Migração e desigualdades sócio-espaciais em São Luís do Maranhão

ID 1214

Autores Emanuel Souza

Resumo: Este projeto estuda o processo de transformações recentes do espaço urbano da cidade de São Luís do Maranhão, cidade do nordeste brasileiro que é a capital do Estado do Maranhão, um dos estados que apresenta sistematicamente os piores indicadores sociais do país. O estudo realiza uma abordagem histórica para sumarizar a formação urbana da cidade e explora alguns elementos que promoveram as recentes configurações da cidade. A articulação da cidade, e do Estado do qual é capital política, ao grande projeto económico desenhado pelo governo autoritário - o Projeto Grande Carajás - resultou em grandes transformações sociais na região. O crescimento demográfico observado é um dos resultados deste projeto. Este crescimento se fez particularmente agudo em São Luís do Maranhão para onde se deslocaram significativos fluxos de migrantes, os quais foram responsáveis por aceleradas transformações populacionais (a cidade chegou a crescer a taxas decenais de 74,63% (entre 1970 e 1980)). O crescimento demográfico e o intenso e acelerado fluxo migratório determinaram o atual perfil sócio-espacial da cidade, caracterizando a distribuição pelo espaço urbano dos indicadores sociais. A análise da distribuição de indicadores sociais escolhidos permite vislumbrar sobre a cidade uma clara cartografia social que reflete as desigualdades geradas pelas estratégias de desenvolvimento adotadas no passado.

Título Nas fronteiras do pertencimento: da Quinta do Silêncio à Brasilândia. A constituição de um espaço brasileiro em Portugal

ID 1225

Autores Christiane Coêlho

Resumo: A questão urbana está no centro do debate actual. Discutir que futuro para as cidades e que cidades para o futuro supõe um debate múltiplo e interdisciplinar. No caso dos processos migratórios, a mobilidade dos fluxos supõe rearranjos pessoais, familiares, espaciais e de estilos de vida. As questões relacionadas com a integração e as possibilidades de adaptação passam também pela inserção nos espaços da cidade, seja em termos de moradia, seja em termos de trabalho e de contactos pessoais. A formação de redes sociais, profissionais e de vizinhança podem influenciar as formas de inserção na cidade. No caso deste estudo, pretende-se analisar o processo de transformação da Quinta do Silêncio, nos Foros da Amora (Seixal), na Brasilândia - espaço clandestino e precário de habitação de imigrantes brasileiros, principalmente em situação irregular. O processo de constituição deste espaço será reconstituído a partir da realização de entrevistas com os seus moradores.

Mesa: Construções de identidades em contextos educativos - 5 de Fevereiro - 14h30 - 317

Moderador: Sheila Khan

Título As águas tranquilas e os impactos da hidrelétrica Serra da Mesa sobre os cerrados e sua gente

ID 872

Autores Rocha Nilton

Resumo: O grande lado da hidrelétrica Serra da Mesa, no Estado de Goiás (Brasil) revela aspectos pouco falados - e quase nunca estudados - sobre as estratégias do capital para se apropriar das terras e suas riquezas, materiais e simbólicas, de povos e grupos sociais ao longo dos últimos três séculos. Da cumplicidade da ciência e dos meios de comunicação 'as respostas desconcertantes dos quilombolas Calunga, da revolta movimento de trabalhadoras e trabalhadores em Trombas e Formoso ou o determinado desaparecimento do povo Avá Canoeiro. Em todos casos, a recusa em aceitar o projeto de solidariedade que uma brasilidade, violenta e racista, nunca conseguiu clarear. Existem outras histórias a serem contadas.

Título Refugiados judeus e ativismo político nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

ID 907

Autores Joana Bahia

Resumo: Este trabalho investiga a memória dos ativistas de esquerda da comunidade judaica, sua participação na Associação Scholem Aleichem instituição judaica progressista, e no Instituto Cultural Israelita Brasileiro, respectivamente localizados nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo e sua relação com os demais membros de sua comunidade no período de 1920 a 1960. Instituições de esquerda, fundadas por imigrantes judeus, a partir da década de 20 foram fundamentais para instituir redes de solidariedade e sociabilidade judaica, mas com forte papel político na sociedade nacional e simpatizantes as causas sociais.

Ao contrário da clássica dicotomia, "povo de intelectuais ou povo de comerciantes", pensaremos de que modo a comunidade judaica tem um apreço pela cultura e por todas as formas de aprendizado, pois ao contrário da grande tradição de comerciantes, a maior riqueza do grupo sempre esteve presente no acúmulo de capital cultural.

Daremos particular ênfase à análise dos modos de construção da identidade judaica, reconstituindo a trajetória dos ativistas de esquerda entrevistados e seu cotidiano nas referidas associações, sobretudo no que esta oferecem de material para a reflexão sobre as diferenciações internas à comunidade de origem e os modos de construção de sua identidade étnica nas ideias que possuem sobre "educação e cultura progressista".

Título A imigração síria e libanesa no sul da Bahia/ Brasil

ID 1081

Autores Maria Luiza Silva Santos

Resumo: Os imigrantes Sírios e Libaneses chegaram ao Sul da Bahia, região do Cacau, ao final do século XIX e início do século XX em função das crises políticas que ocorriam em seus territórios e atraídos pela perspectiva do progresso que se evidenciava nessa região. A cidade de Ilhéus recebeu muitos desses imigrantes que fizeram desse espaço o seu novo lar. Esse fenômeno migracional foi registrado por vários autores de origem regional e percebido pelas pessoas da região em função de hábitos e costumes diferenciados trazidos por esses povos. As assimilações aconteceram, os imigrantes de primeira geração passaram a segunda, terceira e quarta gerações deixando um legado significativo para a cidade principalmente no comércio e na gastronomia. A análise desse fenômeno é desenvolvida nesse trabalho através de depoimentos, é embasada pelos conceitos de Imigração e Globalização, bem como de hibridismo, pluralismo e identidade que subsidiam a discussão, no sentido de propor uma reflexão quanto à utilização, ao aproveitamento dessas histórias registradas para enriquecer a história cultural da cidade. Ilhéus, propagada por suas belezas naturais, pode ser atração também por sua cultura e mercado gastronômico, que é significativo tanto nas comidas regadas ao dendê como as de outras origens que se incorporaram à cultura local, a exemplo da culinária sírio e libanesa.

Mesa: Integração e reinvenção de práticas culturais - 5 de Fevereiro - 14h30 - 302

Moderador: Carla Elias Barbosa

Título Transmigrantes

ID 63

Autores Maria Ortelinda Gonçalves

Resumo: Com a globalização, as migrações internacionais e a construção de uma cidadania europeia, aprendemos a conviver/comunicar com a diversidade, numa óptica de enriquecimento. O presente trabalho pretende relevar os resultados de um inquérito por questionário dirigido a 300 indivíduos de uma região do interior Norte de Portugal em percurso emigratório. O emigrante é analisado numa perspectiva transnacional, com múltiplas relações (familiares, económicas, sociais e políticas) que ampliam as fronteiras, colocando em inter-contacto o local e o global.

Título Cidadania transnacional entre imigrantes sul-americanos em São Paulo

ID 1103

Autores Célia Regina Pereira de Toledo Lucena

Resumo: Objetiva-se observar a aceitação ou não do imigrante por necessidade de mão-de-obra, a reinvenção de suas práticas culturais em busca de integração e ainda conflitos gerados pela imigração irregular em país hospedeiro. Utilizo de um estudo sobre peruanos na cidade de São Paulo com intuito de conferir atitudes, comportamentos desses indivíduos em quadro contemporâneo, suas trajetórias individuais de vida, contornos culturais e sociabilidades, como apropriam das diferenças culturais para estabelecer fronteiras étnicas e os novos formatos que a cidadania assume. O conceito fronteira cultural fornece embasamento para estabelecer uma comparação entre cultura de origem e de destino. Os processos de exclusão e inclusão no mundo atual abrem espaço para um debate sobre cidadania. Novas configurações sobre esse

conceito fazem com que sejam entendidos sob a perspectiva pluricultural e poliétnica. O conceito de cidadania passa a ser construído a partir da convivência entre distintas culturas, pessoas e trabalhos e as identidades são organizadas a partir das diferenças culturais e étnicas. Quais são as estratégias utilizadas por esses sul-americanos na cidade de São Paulo? De que maneira os contornos culturais e a integração dos imigrantes nos novos conceitos marcam suas fronteiras culturais? Quais são os novos significados que o conceito de cidadania adquire nesse mundo de enfrentamentos?

Título As redes de capoeira em Madrid (Espanha): imigração, transnacionalismo e Reinvenção da cultura nacional como cultural global

ID 1130

Autores Menara Guizardi

Resumo: A presente comunicação tem como objetivo analisar a comunidade dos praticantes de Capoeira na cidade de Madrid – Espanha. Esta manifestação cultural que há 30 anos se compreendia como um elemento unicamente regional brasileiro serve, atualmente, como o plano de fundo de uma extensa Rede Migratória, articulando simultaneamente as cidades de origem no Brasil a Madrid e a outros diversos centros urbanos europeus. Permeando as relações entre capoeiristas brasileiros e europeus, temos uma série de processos de renegociação da identidade nacional de uns e de outros, processo que vem inventando novas formas de perceber e significar o Brasil tanto na Europa, quanto nas Américas. Ao mesmo tempo, observamos um crescente fluxo econômico possibilitado pelo tecido associativo dos Grupos de capoeira, o que nos permite indagar se o fenômeno atinge ou atingirá (e em que medidas o fará) as características de uma empresa econômica transnacional. Numa dinâmica que parece ser embalada pela própria musicalidade inerente à Capoeira, os capoeiristas logram estabelecer - se em uma enorme diversidade de contextos urbanos, traçando a partir de estratégias múltiplas, a criação de vínculos novos e inusitados entre universos sociais aparentemente díspares. Essa comunicação pretende expor elementos que contribuam a indagar se há, nessa lógica de fluxo, adaptação, improviso e maleabilidade, uma herança proveniente dos princípios corporais centrais ao diálogo físico promovido pela Capoeira. Em que medida uma memória corporal da diáspora afro-brasileira é disponibilizada aos sujeitos praticantes de Capoeira (brasileiros ou europeus) no sentido de dotar-lhes de estratégias de apropriação e acomodação a territórios outros?

Título Trajetórias de imigrantes portugueses na cidade do Rio de Janeiro

ID 1169

Autores Maria Manuela Maia

Resumo: Estudo sobre famílias de imigrantes portugueses que se deslocaram para a cidade do Rio de Janeiro durante o período compreendido entre o pós 2ª guerra e 1974 provenientes da região norte de Portugal. Têm por objetivo principal, contribuir para maior visibilidade da imigração portuguesa nesta cidade. Através de história de vida, acompanha a trajetória de famílias camponesas desde sua residência em Portugal, à mudança para o Brasil, à chegada ao Porto do Rio de Janeiro e os caminhos percorridos nesta cidade. Impelidas a emigrar, uma vez que estavam inseridas num contexto marcado por múltiplas necessidades devido a uma agricultura insuficiente nas regiões do norte de Portugal, este movimento acarreta em transformações pessoais e coletivas envolvendo desagregação em termos de identidade cultural ou étnica.

Mesa: Migrações qualificadas no espaço luso-afro-brasileiro - 5 de Fevereiro - 16h15 - 210

Moderador: Susana Mendes

Título Migrações científicas: experiências de partida e retorno dos investigadores portugueses

ID 543

Autores Ana Delicado

Resumo: mobilidade internacional dos cientistas integra-se no fenómeno das migrações de profissionais altamente qualificados. Em termos individuais, uma experiência de trabalho ou de formação no estrangeiro tornou-se quase indispensável na prossecução de uma carreira científica. Em termos sociais, a circulação de cientistas é considerada uma condição essencial para o desenvolvimento da ciência, ao estimular a circulação de conhecimento, a difusão de novas teorias e técnicas, a formação de redes e a cooperação inter-institucional e internacional.

Ao contrário de outros tipos de migração, a mobilidade científica é frequentemente temporária e em muitos casos os cientistas regressam ao país de origem. Quando tal não sucede em larga escala considera-se que o sistema científico de origem tem um problema de “brain drain”. Perante a ausência de dados estatísticos oficiais, não é possível estimar a taxa de retorno dos cientistas portugueses. No entanto, outro tipo de abordagens podem contribuir para a compreensão deste fenómeno. Esta comunicação tem por objectivo discutir as experiências migratórias de cientistas portugueses que trabalharam no estrangeiro e que regressaram a Portugal. Pretende-se explorar tanto as vivências no país de acolhimento (a integração nas instituições científicas, a adaptação aos modos e práticas de trabalho, as dificuldades, as mais-valias) como os processos de retorno ao sistema científico de origem (as motivações, a integração profissional, as transformações na prática científica, os constrangimentos e oportunidades).

Esta comunicação baseia-se num conjunto de entrevistas em profundidade, feitas a cientistas portugueses regressados, no âmbito de um trabalho de investigação pós-doutoral em curso.

Título Os Profissionais das Artes do Espectáculo em Circulação: motivações, obstáculos e condições do trabalho artístico internacional

ID 687

Autores Cristina Farinha

Resumo: Os movimentos migratórios na Europa estão a diversificar-se: caras novas, fluxos direccionais que se cruzam e invertem, estadias tornadas irregulares e circulatórias e outros fins adicionados às tradicionais motivações político e económicas. A União Europeia promove internamente a mobilidade dos trabalhadores no âmbito do processo de integração e de desenvolvimento do mercado comum. No entanto, as migrações intra-UE são diminutas e para a maioria dos cidadãos

com liberdade de movimento, o Estado-nação continua a ser a forma predominante de organização da sua vida social e política. Paradoxalmente, do outro lado dos limites da UE e apesar das pesadas restrições, cada vez mais pessoas estão desejosas de emigrar. Os artistas, uma população pouco numerosa e maioritariamente qualificada, não são geralmente considerados problemáticos ou ameaçadores. Todavia, a vulnerabilidade do seu já frágil estatuto social intensifica-se sempre que cruzam fronteiras. Apesar das actividades artísticas serem menos reguladas por estruturas organizacionais e nacionais, logo mais flexíveis e adaptáveis a diferentes contextos de trabalho, os artistas enfrentam diversos obstáculos políticos, administrativos e culturais quando trabalham ao nível internacional. A mobilidade requer determinadas qualificações pessoais e profissionais, tal como condições institucionais. Por consequência, o debate sobre os mecanismos de circulação deverá ser equacionado em termos de condições de acessibilidade. A análise de motivações, condições e consequências do trabalho artístico internacional no sector contemporâneo das artes do espectáculo, permite destacar o que actua como barreiras dissuasivas e como as migrações estão actualmente a mudar práticas, perfis e papéis profissionais.

Título Trajectórias Profissionais e percursos migratórios: o desperdício de conhecimento na área da Saúde?

ID 832

Autores Joana Sousa Ribeiro

Resumo: A comunicação procura analisar as trajectórias profissionais de médicos e enfermeiros em Portugal, considerando o país de formação, a nacionalidade e os percursos migratórios. Ao centrar a abordagem nos profissionais provenientes dos PALOP e do Brasil, procurar-se-á identificar os principais obstáculos, formais ou informais, à mobilidade sócio-profissional, ao reconhecimento da identidade profissional e à emergência de redes profissionais transnacionais. Assim, por um lado, procura-se compreender os percursos de formação universitária, os processos de reconhecimento de diplomas e de certificação da idoneidade profissional, e as experiências de integração. Por outro lado, pretende-se avaliar o impacto de determinadas iniciativas governamentais, institucionais ou emanadas da sociedade civil. Para o efeito, recorre-se aos resultados de um estudo longitudinal, de cariz qualitativo, sobre os processos de integração profissional de médicos e enfermeiros no sistema de saúde português e a dados estatísticos secundários, provenientes do Ministério da Saúde, da Direcção-Geral do Ensino Superior, Ordem dos Médicos, Ordem dos Enfermeiros e do Instituto Português de Ajuda ao Desenvolvimento (IPAD).

Título Estudantes Brasileiros e Venezuelanos em Portugal: Modelos bio-temporais e práticas de mobilidade científica

ID 879

Autores Emília Araújo

Resumo: A proposta desta apresentação versa sobre o conceito de mobilidade e cooperação científica, tendo em conta os fluxos de investigadores-estudantes de países latino-americanos, nomeadamente com o Brasil. Como forma de ajuste ou de fuga ao processo de europeização da investigação científica começa a surgir em Portugal, com relativa intensidade, a busca pela cooperação científica com países de expressão portuguesa, usando-se como argumento justificativo dessa aproximação, o uso da língua portuguesa, assim como a existência de trajectórias culturais inter cruzadas e comuns. No contexto desta problemática, esta comunicação versa sobre os resultados de uma pesquisa realizada em Portugal acerca de estudantes brasileiros que frequentam a licenciatura, mestrado e doutoramento neste país. A análise empírica incide sobre as trajectórias biográficas, procurando dar relevância ao tipo de motivos para a "escolha" de Portugal como país de acolhimento, às expectativas acerca do seu futuro pessoal e profissional em Portugal, no país de origem ou outro, assim como aos modelos de representação acerca da relação intercultural entre Portugal e os países de origem. Além das implicações na construção daqueles perfis biográficos, procura-se sistematizar informação acerca das formas de cooperação interinstitucional. Utilizam-se também estatísticas oficiais, assim como documentos relativos aos esquemas de co-operação científica entre os países de origem e Portugal. Estes resultados são ainda comparados com os obtidos numa outra pesquisa sobre a mobilidade de investigadores doutorados portugueses que optaram por realizar o grau no estrangeiro.

Título Migrações qualificadas, transnacionalismo e co-desenvolvimento

ID 979

Autores Maria da Conceição Ramos

Resumo: O estudo das migrações internacionais e sua relação com o desenvolvimento dos países de origem e de acolhimento adquiriu grande importância com a globalização, levando à análise do impacto nas estruturas económicas, demográficas, sociais e políticas destes países. Novos paradigmas das migrações insistem no fortalecimento da coesão social e do co-desenvolvimento entre países de imigração e de emigração. Assistimos à aceleração da internacionalização do trabalho e diversificação das migrações, mas também, no contexto da sociedade de informação e do conhecimento, à procura de pessoal altamente qualificado em determinados sectores, nomeadamente da saúde. Aumenta o transnacionalismo dos migrantes, constituindo as remessas e a transferência de competências, importantes factores de integração dos países de emigração na mundialização. Estado e sociedade têm responsabilidades na integração destes cidadãos, com reforço das múltiplas pertenças e cidadanias e aprofundamento da inclusão social, adequação formação-emprego, igualdade de oportunidades e melhor gestão da diversidade cultural, fundamento de coesão e desenvolvimento. Em Portugal e na Europa, o incremento da ciência e inovação e a cooperação com os países de emigração, exigem atenção à gestão de competências e da interculturalidade, face ao aumento dos migrantes altamente qualificados e ao seu empreendedorismo. Qual o papel destes migrantes e sua contribuição para o desenvolvimento da "sociedade global do conhecimento"? De que forma o seu movimento migratório afecta as sociedades de origem? Que dinâmicas podem contrariar essas tendências e potenciar os efeitos positivos das migrações? É necessário construir o co-desenvolvimento através da contribuição dos migrantes expatriados nos países de acolhimento e de origem.

Título O brain drain associado aos migrantes universitários cabo-verdianos

ID 1219

Autores Arlinda Cabral

Resumo: O problema do capital humano em África deve-se simultaneamente ao baixo nível de educação e formação e à falta de capacidade para reter uma parte significativa de pessoal altamente qualificado (Ndulu, 2004), entre os quais os estudantes universitários em formação num país estrangeiro. Inicialmente, a noção de brain drain dizia respeito ao movimento de profissionais altamente qualificados entre países desenvolvidos. Posteriormente, de países em desenvolvimento para países desenvolvidos e actualmente engloba a categoria dos estudantes universitários (Nguyen, 2006). O brain drain afecta diversos países, de diferentes formas, num cenário em que se considera «a acção do conhecimento sobre o próprio conhecimento como fonte principal de produtividade» (Castells:2007:20). Em Cabo Verde, pequeno Estado contemporâneo, com uma taxa de brain drain de 67,5% (World Bank, 2004), este aspecto assume particular relevância atendendo à aposta na valorização da educação e, em particular, do ensino superior, enquanto factor estratégico de desenvolvimento

Título Porque partem eles (ainda hoje)? Contributos para a eterna pergunta.

ID 662

Autores Nelson Oliveira

Resumo: Na sequência, da integração europeia, os quase perenes fluxos migratórios portugueses foram-se, paulatinamente, extinguindo, de tal forma que na viragem do século e do milénio os cientistas sociais foram quase unânimes ao afirmarem que o nosso país se tinha transformado de «país de emigrantes» em «país de imigrantes».

De facto, nas últimas décadas Portugal tornou-se atractivo inclusive para alguns cidadãos do país que, até há bem pouco tempo, atraía as mais significativas levas de expatriados portugueses (o Brasil) e, no contexto global, ascendeu à categoria de território atractivo para a generalidade dos migrantes económicos. Não obstante, a recente crise económica que Portugal ultrapassa tem vindo a pôr a descoberto que essa realidade não está definitivamente solidificada no nosso país, pelo menos não tanto como alguns acreditam ou querem fazer crer. Isto, porque novos fluxos migratórios recentes têm vindo a emergir no território nacional, particularmente visíveis em regiões deprimidas do interior como é o caso do distrito da Guarda. Neste texto, alicerçado nos contributos da sociologia das migrações e em algumas deambulações pela história da emigração portuguesa, e tendo como pano de fundo a região da Guarda, procuram-se equacionar "as molas impulsoras" que estão, outra vez, a levar os beirões a procurarem melhores condições de vida longe do solo pátrio. Intentando, desta forma, aferir até que ponto estes novos fluxos migratórios têm uma génese semelhante aos que os precederam ou se, pelo contrário, encerram configurações particulares que os individualizam no panorama migratório português.

Mesa: Emigração, expectativas e integração - 5 de Fevereiro - 18h30 - 208

Moderador: Douglas Silva

Título Do colono imigrante ao emigrante colonizador: o caso dos poloneses no Paraná (Brasil), 1870-1920

ID 754

Autores Márcio de Oliveira

Resumo: Os estudos sobre imigração foram fundamentalmente pautados pela perspectiva dos países de destino dos imigrantes. Sayad (2006) afirma que não se pode separar o imigrante do emigrante. Green e Weil (2006) estudam as políticas que permitiram a emigração nos países europeus, enquanto Noiriel (2001; 2007) analisa o papel das categorias jurídico-sociais do imigrante e do estrangeiro na elaboração dos códigos de nacionalidade e na consolidação dos Estados-nação tanto na Europa quanto na América. Este estudo tem por objetivo analisar as consequências sociais e políticas da imigração polonesa para o estado do Paraná (Brasil), entre 1870 e 1920. Num primeiro momento, apresenta-se um histórico da imigração polonesa para o Paraná, a partir de um recorte que privilegia os dois grandes fluxos migratórios, 1870-1890 e 1891-1920. Em cada um dos períodos, são analisadas as condições sociais e políticas vigentes nas regiões de onde partiram os imigrantes poloneses, a forma como foram recebidos localmente e a função que deveriam desempenhar no desenvolvimento do estado do Paraná. Para o segundo período de imigração, incorpora-se na análise a forma como os emigrantes foram descritos nos territórios poloneses ocupados e o papel que foram chamados a desempenhar em relação ao processo de reconquista da independência da Polónia. Estabelece-se assim a diferença entre a forma pela qual os migrantes foram representados nos dois lados do Atlântico. De colonos-imigrantes, eles pouco a pouco foram chamados a tornarem-se agentes de uma política de colonização e de afirmação nacional de um país que reconquistava sua autonomia política.

Título Imigrantes brasileiros em Portugal – saúde, inclusão e identidade

ID 1287

Autores Natalia Ramos, Maria da Penha Lima Coutinho, Maria da Conceição Ramos

Resumo: Esta comunicação propõe-se apresentar os resultados de uma investigação junto de duas centenas de homens e mulheres brasileiros imigrantes em Portugal, de diferentes gerações, níveis de instrução e categorias sócio-profissionais. Em relação a este grupo são analisadas, nomeadamente questões relacionadas com as modalidades de integração na sociedade portuguesa, os principais problemas sociais, profissionais e de saúde, dinâmicas identitárias em contexto migratório, representações do processo migratório e da sociedade e cultura de acolhimento. Os resultados desta pesquisa poderão contribuir para o conhecimento do fluxo migratório e do processo de integração dos imigrantes brasileiros, vindo colocar desafios à sociedade, ao Estado e às políticas sociais e sanitárias em contexto migratório e multi/intercultural. Destaca-se igualmente a importância deste estudo para a formação na área da saúde, cultura e migração e para uma maior consciencialização dos cidadãos, profissionais e decisores políticos sobre os direitos, igualdade de oportunidades e exercício de cidadania.

Título O perfil do emigrante de Teófilo Otoni (Minas Gerais, Brasil) para Portugal

ID 1330

Autores Eva Aparecida da Silva, César Canato

Resumo: No contexto da internacionalização da economia, de novas formas de organização do trabalho, da flexibilidade, mobilidade, super-exploração da força de trabalho e do desemprego ocorre, no Brasil, a intensificação, principalmente a partir dos anos 1980, do fluxo emigratório de descendentes de japoneses para o Japão, de governador-valadarenses (Governador Valadares, Minas Gerais) para os Estados Unidos e, mais recentemente, de teofilonenses (Teófilo Otoni, Minas Gerais) para a Europa, em especial para Portugal. Em sua maioria, eles deixam sua cidade, e país, de origem em busca de melhores empregos, salários e oportunidades de vida. Este trabalho traça o perfil do emigrante (faixa etária; escolaridade; "raça"/cor; atividade profissional no país de origem e de destino; renda no país de origem e de destino; motivos pelos quais emigrou; situação de legalidade ou de ilegalidade no país de destino; motivos de retorno ao país de origem; melhor ou piora da situação sócio-econômica no país de destino; etc.) que parte de Teófilo Otoni para Portugal, mediante a aplicação de questionários, previamente elaborados, junto a 350 alunos das escolas de ensino médio da referida cidade, os quais, a partir da relação de parentesco ou de amizade com os emigrantes, informaram sobre o seu perfil. Foram selecionadas cinco (5) escolas públicas e cinco (5) privadas do ensino médio de Teófilo Otoni, de acordo com sua localização em bairros centrais e periféricos. A amostra de 350 alunos resultou do cálculo com uma população de aproximadamente 6.600 alunos do ensino médio, com erro amostral em torno de 5%.

Mesa: Mobilidades e hierarquias sociais - 5 de Fevereiro - 18h30 - 209

Moderador: Natália Ramos

Título Histórias de migração - imaginando a capital

ID 346

Autores Ivany Câmara Neiva

Resumo: Trata-se da pesquisa que venho desenvolvendo sobre a construção social de Brasília, capital do Brasil desde 1960. Um dos produtos foi a tese de Doutorado em História Cultural defendida em junho passado, na Universidade de Brasília: "Imaginando a Capital: cartas a JK (1956-1961)". Trata-se de uma história de migrações e de formação da cidade, já que Brasília foi planejada para ser capital, e povoada a partir do deslocamento de pessoas de diversos pontos do país. Visando identificar o que as levou a migrarem, busquei expressões do imaginário social de pessoas comuns, em cartas dirigidas ao Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK), que implementou o projeto de mudança da capital (do Rio de Janeiro, localizado no litoral, para o Planalto Central do país), durante seu período de governo (1956-1961). Essa história se constrói pela voz de pessoas comuns que imaginavam Brasília, de longe, e ali esperavam encontrar melhores condições de vida e visibilidade social. Essa voz foi registrada por escrito, em cartas dirigidas ao Presidente JK, hoje disponíveis no Arquivo Público do Distrito Federal, das quais foram selecionadas aproximadamente 100, e delas se registraram expectativas, pedidos, sugestões e reclamações então encaminhados ao Presidente. São fragmentos do cotidiano de quem as escreveu há 50 anos, e ali se fundem perspectivas e contradições de uma capital em construção. Passado, presente e futuro se entrelaçam, construindo uma história de Brasília e de brasileiros que a imaginaram, e também de quem a continua imaginando e construindo, hoje.

Título Mobilidade Social e Inserção Política: imigrantes e o poder local em São Paulo

ID 360

Autores Oswaldo Mário Serra Truzzi, Maria Teresa Miceli Kerbauy, Agnaldo de Souza Barbosa

Resumo: Este trabalho se vincula à tradição de estudos interessados em investigar padrões de mobilidade de uma camada social específica - imigrantes e seus descendentes - no interior de uma determinada estrutura social - o estado de São Paulo. Desde o final do século 19, essa região floresceu impactada pelo desenvolvimento da economia cafeeira, capitaneada pelas oligarquias agrárias tradicionais que dominavam, em cada município, a política local.

A partir dos anos 30, ocorrem alterações significativas na condução da política local nos municípios do estado. A ampla crise da agricultura alterou a composição rural e urbana dos municípios, minou o velho esquema de autoridade dos coronéis que dominavam o poder local, favorecendo a ascensão política de estratos sociais não diretamente ligados ao latifúndio cafeeiro. Nos quadros da velha república, a participação de imigrantes ou de descendentes em cargos formais de representação da política partidária havia ocorrido de modo muito restrito. Com a crise de 1929, o setor agrário perde importância, sua estrutura resulta menos concentrada, ao mesmo tempo em que novos interlocutores políticos ganham impulso. Entre eles, ressalte-se o fortalecimento das Associações Comerciais e Industriais locais e dos sindicatos, onde passam a militar indivíduos de origem imigrante, que haviam se fixado no meio urbano, ora como pequenos industriais e comerciantes, ora como operários e empregados. A renovação política foi também favorecida por mudanças institucionais promovidas ao longo dos 15 anos do governo Vargas, empenhado em ampliar e diversificar as lideranças locais. A instituição do voto feminino em 1932, do voto secreto em 1934, e os novos contornos da reformulação eleitoral e partidária, arejaram o cenário político local, abrindo espaço para a ascensão de camadas médias urbanas da sociedade. Não obstante alguns traços de continuidade, o ideário modernizante da Revolução de 30 abriu novas funções ao estado, e isso requeria quadros preparados e prontos para executar programas de ação nos mais variados setores da vida pública, e não mais apenas as antigas e restritas funções públicas, na bitola do próprio tamanho das elites tradicionais. O Estado Novo, instaurado em novembro de 1937, só fez reforçar tal tendência. Ao longo do período ditatorial, a centralização e modernização do Estado promovida por Vargas, acompanhada de uma grande ampliação de suas agências e autarquias, e da nova estrutura sindical, ecoaram nas estruturas políticas do município, redefinindo novos postos de poder burocrático-administrativo, novos canais de acesso e de influência na articulação de interesses agora mais variados.

Por fim, tal reorganização do poder local culminou, a partir de 1945, com uma expressiva participação política de novos agentes, muitos deles descendentes de imigrantes que haviam conquistado prestígio nos municípios. Assim, ao ocorrer a redemocratização do pós-guerra, a recomposição das elites teve que contar com o influxo crescente de descendentes de imigrantes. Em seu conjunto, a perda de prestígio do setor agrário, a urbanização e a industrialização crescentes, a par das mudanças institucionais já mencionadas, transformaram o jogo político local, alterando os canais de mobilidade social e

econômica e estimulando a competição política. A política se transmuda e adquire foros de uma atividade autônoma, com profissionais especializados em disputar o voto do eleitor, e cujos interesses não necessariamente correspondem à expressão econômica que detêm no município, como na época dos coronéis do café. Nosso trabalho investigou portanto o padrão de entrada de imigrantes e de seus descendentes no campo específico de representação política local, entre os anos 1920 e 1950, no estado de São Paulo.

Título Raízes italianas no desenvolvimento da Amazônia

ID 679

Autores Marília Emmi

Resumo: Estudo sobre a contribuição dos imigrantes italianos no processo de desenvolvimento da Amazônia, no período 1870-1950, a pesquisa implicou na reconstrução da história social dessa imigração privilegiando as relações sociais, econômicas e políticas desse processo. Ao lado de uma preocupação mais estrutural, procurou-se investigar as raízes do processo migratório, destacando também a história das famílias de imigrantes. Especialmente o estudo centrou-se na Amazônia, privilegiando os estados do Pará e do Amazonas onde a presença italiana foi mais numerosa. A pesquisa teve suporte documental e estatístico em censos demográficos, anuários estatísticos, arquivos primários, registros de viajantes, registro de pesquisadores e memória social expressa em entrevistas e depoimentos de descendentes de imigrantes. A pesquisa identificou dois segmentos ou grupos de imigrantes italianos que foram contemporâneos em sua vinda para a região: um veio para as colônias agrícolas e outro para diversas cidades amazônicas. Houve número significativo de comerciantes ou de artesãos trabalhando por conta própria nas cidades. A atividade comercial nos núcleos urbanos contribuiu para a ascensão social dos emigrados e seus descendentes e foi, em grande parte, complementar à atividade desenvolvida em pequenas fábricas. Concomitante a vinda de italianos para colônias agrícolas também chegaram outros imigrantes europeus principalmente espanhóis e portugueses que povoaram 11 colônias agrícolas no Estado do Pará, totalizando 660 famílias com cerca de 3.380 pessoas.

Mesa: Migrações, língua, literatura e cinema - 6 de Fevereiro - 11h15 - 214

Moderador: Emília Araújo

Título Vidas em português: Luso-tropicalismo, Lusofonia e Poder no contexto imigratório em Portugal

ID 294

Autores Caio Simões de Araújo

Resumo: A teoria luso-tropical alcançou grande amplitude no pensamento social português, sobretudo no período salazarista. Fundamentalmente, o luso-tropicalismo defende a especificidade do colonialismo português, o qual estaria assente na relação harmônica entre coonizadores e colonizados, devido à ausência de racismo. Com o fim do Império, o lugar antes ocupado pelo luso-tropicalismo é assumido pela a lusofonia que, defendendo a solidariedade histórica entre os povos lusófonos, toma a língua e os seus falantes como o locus de reordenação do Império. Assim, os imigrantes lusófonos encontram-se inseridos em complexas redes socio-culturais de hierarquização social, das quais a língua portuguesa em suas variantes sociais seja talvez o traço mais visível. Tendo como base teórica a sociologia da língua de Pierre Bourdieu, percebemos como a atribuição de diferentes valores sociais aos vários usos da língua portuguesa, e por consequência a hierarquização destes usos, está firmemente relacionada ao processo de hierarquização dos imigrantes lusófonos em Portugal. Segundo Igor Renó Machado, a "hierarquia de alteridades" em que estão organizados os grupos imigrantes constroem-se a partir da produção e circulação de discursos, imagens e estereótipos que, no caso português, estão ligados ao Império. Por outro lado, Bourdieu nos mostra como os hábitos linguísticos não apenas transmitem mensagens através do uso de um sistema neutro de símbolos mas, ao contrário, marcam posições sociais. Neste sentido, buscamos entender as intrincadas relações de poder relacionadas ao uso da língua portuguesa pelos imigrantes lusófonos, em especial os brasileiros.

Título Unindo as Américas? A força da migração – redes e uma narrativa de sedução.

ID 810

Autores Gundó Rial y Costas

Resumo: São cada vez mais os novos processos de migração a manifestarem-se através das novas diásporas latino americanas que conseguem ligar a América Latina até com a América do Norte. No Brasil foi sobre tudo uma telenovela que impulsionou o debate sobre a pergunta "o que significa a América?". Foi Gloria Pérez que desenvolveu "América" (2005) que protagoniza "Sol", que sonha em se realizar nos EUA. A base de uma "narrativa de sedução" e uma rede existente de pessoas morando lá que convence ela a realizar o sonho. De repente não se sabe distinguir mais entre América e America. Misturam-se o mundo anglo com o luso e o hispano e o acento sobre o "e" em "América" é o testemunho dessa infiltração latina. Uma quadrilha de coiotes, os "borderlands" como espaço de conflito, uma semântica de "outro lado", "cerca" e "sonho americano" contribuem a essa nova visão de América (Latina). Tenta-se analisar essa nova imaginação de "América" tendo como ponto de partida as "narrativas de sedução" e as redes de brasileiros nos EUA, analisando-as através espaço, sonho (americano) e fronteira. Desta forma se faz uma referência especial ao formato da telenovela que tem a função de plataforma para debates públicos no Brasil. Num próximo passo se pretende elucidar a matriz cultural de "América", porque baseia-se em estudos de um historiador oral. Finalmente, abordar-se-á referências concretas aos debates e as consequências depois da emissão dessa telenovela, para verificar até que ponto uma "narrativa de sedução" pode contribuir na alteração dos padrões de migração.

Título A imagem do sujeito diaspórico em "Árido Movie" e "Essa Terra".

ID 1107

Autores Manoela Falcón Silveira

Resumo: O espaço sertanejo encenado no cinema e na literatura das décadas de 50 e 60 convocava a representação do rural para a construção da identidade nacional brasileira que já se encontrava em crise. Hoje, essa representação pode ser vista também, a partir da encenação dos processos de desterritorialização ou descentramento vividos pelo sujeito, seja ele habitante do espaço rural ou urbano. Na análise do filme “Árido Movie”, de Lírio Ferreira, visualizamos como as personagens vivem as experiências do descentramento, ao mesmo tempo em que os aspectos míticos da cultura sertaneja brasileira são mesclados e incorporados às crenças culturais cosmopolitas. Já na narrativa do romance “Essa Terra”, de Antônio Torres, essa desterritorialização é vivida pelo protagonista a partir da experiência diaspórica, também representada pelo simbolismo do deslocamento da viagem (A ida/ O retorno), do interior nordestino para o grande centro urbano.

Título Imagens e Sonoridades das Migrações: Base de dados visuais e sonoros

ID 1120

Autores José Ribeiro, Ana Paula Horta

Resumo: A presente comunicação (poster) baseia-se no projecto apresentado ao ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Dialogo Intercultural, Base de Dados Visuais e Sonoros - Imagens das migrações: Contributo para a criação de uma base de dados visuais e sonoros e tem como objectivo principal a criação de uma base de dados visuais e sonoros sobre as migrações. Esta base visa as seguintes vertentes: 1. potenciar a realização de estudos sobre as migrações e as tecnologias de representação; 2. a criação de bases de dados como serviço à comunidade, em particular, na organização da memória da migração e apoio às iniciativas socioculturais e educativas baseadas nas imagens e sonoridades.

Neste âmbito destacamos duas principais dimensões. Uma colaborativa, aberta à participação de migrantes, produtores culturais e investigadores enquanto produtores de informação, baseada nas ferramentas informáticas da Web 2.0. A segunda dimensão é constituída por um conjunto de documentos de recolha, análise, estudo e utilização dos dados visuais e sonoros em contextos diversos como a investigação, a realização de actividades socioculturais e ou educativas. Esta explorará a dimensão hipertextual da base de dados através da associação da informação visual e sonora com os documentos escritos – Publicações, Working Papers, notas de leitura, guias de recolha de informação visual e sonora.

Título Cartografias de deslocamentos em quatro romances da língua portuguesa

ID 1552

Autores Roberta Guimarães Franco

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar os movimentos migratórios oriundos da colonização e da descolonização do continente africano em quatro romances de língua portuguesa. Para atingir tal objetivo, utilizaremos os livros “Hora di Bai” (Cabo Verde, 1962) de Manuel Ferreira, “As naus” (Portugal, 1988) de António Lobo Antunes, “A geração da utopia” (Angola, 1994) de Pepetela e “As duas sombras do rio” (Moçambique, 2003) de João Paulo Borges Coelho. Através destas quatro narrativas pretendemos evidenciar as diferentes formas de representação dos deslocamentos, ressaltando os conceitos de “exilados” “emigrados”, “refugiados” e “retornados”.

O romance de Manuel Ferreira problematiza a questão da fome em Cabo Verde e a necessidade dos habitantes em migrar para a ilha de São Vicente ou para São Tomé. Já o livro de António Lobo Antunes coloca em evidência o grande problema dos retornados após o processo de descolonização da África portuguesa. Pepetela trata daqueles que tiveram que sair de Angola para estudar em Portugal, mas também daqueles que viveram como exilados para fugir do serviço militar obrigatório. Por fim, João Paulo Borges Coelho situa seu romance na tríplice fronteira entre Moçambique, Zâmbia e Zimbábue para falar dos refugiados da guerra civil moçambicana. Desse modo, as obras abrangem um longo tempo da história do que foi o Império português e das marcas deixadas por ele no território africano.

Mesa: Migrações, retorno e expectativas de vida - 6 de Fevereiro - 11h15 - 215

Moderador: Ana Delicado

Título O sonho de voltar rápido do Japão para viver no Brasil agora é uma utopia: os nikkeis do Brasil no Japão

ID 109

Autores Rosa Ester Rossini

Resumo: Em 1908 começaram a chegar no Brasil os imigrantes japoneses. Foram cerca de 250.000 pessoas com predomínio de família e agregados. Pensavam fazer a “América” rapidamente e voltar com os “bolsos cheios” de dinheiro para o Japão. Não voltaram em sua maioria, mas construíram no Brasil a imagem da pessoa trabalhadora, estudiosa, séria e responsável. Na década de 80 do século passado começou a ficar visível a migração de nikkeis do Brasil em direção ao Japão. No início predominavam os homens desacompanhados e poucas mulheres. Foram ao encontro da “terra prometida” que lhes proporcionaria tanto o encontro com as origens, mas também o enriquecimento rápido. Doce ilusão. Muito trabalho no Japão e quase sempre aquém da sua formação cultural pois, das pessoas migrantes 70% tinha curso superior ou médio concluído (sendo que 30% tinha curso superior). A modernidade tecnológica possibilitou a simultaneidade e velocidade das informações. O estabelecimento de rede de solidariedade aproxima as pessoas. Em muitos casos a família é reestruturada com a ida dos filhos para o Japão, em outros casos, novas famílias são constituídas no Japão e muitas famílias ficam truncadas no Brasil. O retorno ao Brasil, apesar de muitos investimentos feitos por todos os migrantes nem sempre se realiza com sucesso. Hoje são cerca de 300.000 nikkeys do Brasil vivendo no Japão. Estão “levando” o Brasil para o Japão através da produção de um espaço da música, da comunicação, da língua portuguesa falada, da festa, da comida, etc. Nascem, por ano, no Japão, hoje, cerca de 4.000 crianças filhas de nikkeis do Brasil.

Título Mobilidades transnacionais: o fluxo migratório brasileiro entre Portugal e Brasil

ID 508

Autores Christiane Coêlho

Resumo: Pretender-se-á analisar os fluxos migratórios entre Brasil e Portugal, tendo em vista a incidência da imigração brasileira em Portugal e os casos de retorno. As questões relacionadas com a mobilidade, a imigração, os fluxos, a

integração, as exclusões sociais, as expectativas, as redes e o regresso serão analisadas nas suas inter-relações, buscando perceber as dinâmicas migratórias brasileiras e as suas tendências para o futuro. A presença brasileira em Portugal tem sido acompanhada pela incidência de um número importante de retornos. Desde 2004, os brasileiros são a principal nacionalidade a recorrer ao Programa de Retorno Voluntário português. Em geral, questões relacionadas com o desemprego têm sido apontadas (42%) como a principal razão para o regresso ao país de origem (OIM, 2007). Qual seria o perfil destes brasileiros? A questão do tempo de permanência no país, a idade, o estado de origem, o género, a situação profissional e a qualificação profissional permitirão mapear a situação destes imigrantes. O aspecto religioso tem sido negligenciado pela maior parte dos estudos relacionados com a emigração brasileira. No entanto, a religião assume um papel importante na rede de integração dos imigrantes, nomeadamente no caso dos evangélicos.

Título Bandeirantes do Oriente ou Perigo Amarelo: os imigrantes japoneses e a DOPS

ID 580

Autores Elena Camargo Shizuno

Resumo: O Brasil recebeu milhares de japoneses a partir de 1908, ano em que chegaram as primeiras levas de imigrantes. A sua vinda propiciou debates sobre a viabilidade destes imigrantes como trabalhadores, sobre a possibilidade de assimilação, seus conflitos com os projetos de colonização e com o modelo brasileiro de nação e nacionalidade, sua mobilidade social, etc. Muitos destes debates procuravam estabelecer a possibilidade de assimilação do grupo, mediante os índices de casamentos intergrupais/interétnicos, a mobilidade social ou a escolarização, por exemplo. Neste momento houve controvérsias em torno da construção da figura do imigrante; ora visto como colonizador - bandeirante do oriente – ora como problema para a constituição da nacionalidade brasileira – o perigo amarelo. Neste contexto ocorreu a Segunda Guerra Mundial e internamente no pós-guerra o conflito na colônia nipônica em torno de duas tendências: aqueles que aceitavam a derrota do Japão ao final da guerra, (makegumi, os derrotistas) e os que não aceitaram o resultado da guerra, e auto-identificados como esclarecidos (kachegumi, os vitoristas). Este estudo é uma análise das representações sobre os imigrantes japoneses construídas a partir da documentação do fundo Delegacia de Ordem Política e Social, dos anos de 1940. O objetivo é entender como foi possível para polícia política agir repressivamente e pensar sobre os imigrantes japoneses. Este momento histórico foi demarcador de mudanças mundiais e nacionais, bem como também no interior da comunidade japonesa do Brasil, no que se refere à sua condição de imigrante.

Título O Centenário da Imigração Japonesa no Brasil em destaque: novas perspectivas, novas japonesidades

ID 777

Autores Victor Hugo Martins Kebbe Silva

Resumo: Com as comemorações dos 100 anos da imigração japonesa para o Brasil agora em 2008 torna-se evidente a importância do estudo da identidade de um grupo migratório bastante específico que até os dias de hoje é visto enquanto particular: o de descendentes de japoneses nascidos no Brasil ou, como chamarei aqui, de Nikkei. Desse modo, esta pesquisa primou pela análise das construções da identidade nipo-brasileira a partir de publicações jornalísticas bastante representativas da comunidade nikkei, o Jornal Nippo-Brasil e a Revista Made In Japan, organizações de base étnica que ilustram cotidianamente a (re)construção de uma identidade transnacional vinculada a chaves culturais distintas, a japonesa e a brasileira. Através de suas páginas foi possível encontrar já nas notícias sobre os preparativos para o Centenário da Imigração Japonesa deste ano o quanto os mais variados membros da comunidade, descendentes de japoneses vivendo no Brasil e até mesmo os que partiram ao Japão a trabalho enquanto Dekasseguis, estão reavaliando diante deste marco na historiografia da imigração japonesa as suas próprias identidades e percepções do que entendem por “cultura japonesa”, nos obrigando, cientistas sociais – historiadores, sociólogos, antropólogos ou cientistas políticos a revisitarmos todo o nosso corolário de termos e pesquisas relacionadas a este grupo que continuamente constrói e resignifica um espaço simbólico transnacional entre Brasil e Japão.

Título Imigração retorno e retorno do reprimido

ID 1319

Autores José Sterza Justo

Resumo: As migrações humanas, hoje, voltam a ocupar um lugar de destaque e a ser objeto de preocupações intensas da ciência e dos governantes. Uma das especificidades das migrações atuais é a chamada “migração de retorno”, ou seja, a tentativa dos descendentes de imigrantes, principalmente europeus e japoneses, de retornarem para o país de seus antepassados. Como todo fenômeno complexo, as migrações humanas carregam consigo várias injunções que agregam fatores econômicos, sociais, políticos, religiosos, culturais, psicológicos e de outras esferas da constituição do homem e do seu mundo. O objetivo deste trabalho é analisar, à luz do referencial psicanalítico, algumas ressonâncias psicológicas da imigração, as vivências subjetivas que acompanham a epopéia do migrante, particularmente, desse migrante que refaz, no sentido inverso, a saga de seus familiares. Para entender o sentido psicológico da imigração de retorno analisamos resultados de entrevistas realizadas com decasséguis e os interpretamos tendo como referência a teoria psicanalítica. Como principais conclusões, apontamos nas visadas dos decasséguis o sentido de reconquistar aquilo que um dia foi abandonado e deixado para trás pelos antepassados, sobretudo, a filiação, figurada nas imagens paterna e materna remetidas ao Japão. A empreita de refazer o caminho de volta é acompanhada de dificuldades e conflitos vários, bastante parecidos com aqueles enfrentados pelos seus antepassados. Parece haver uma forte repetição ou reedição daquilo que se procurou evitar ou fugir, no passado, e que volta a assolar os descendentes, obrigando-os a tentar reaver o que foi sonhado aos seus antepassados.

Mesa: Formas e contextos de integração - 6 de Fevereiro - 14h30 - 319

Moderador: Dália Isabel Alves

Título Imigração na Sociedade Portuguesa - Estudo de caso

ID 968

Autores Maria Isabel Tomás

Resumo: Ao longo das últimas décadas o Município do Seixal apresenta um elevado crescimento urbano e demográfico. Inicialmente integrado na cintura industrial de Lisboa, após a construção da primeira travessia do Tejo desenvolve uma vertente de subúrbio residencial. Com o processo de metropolização induzido por Lisboa, emergem novas centralidades e a procura de espaço para a localização de serviços junto dos principais eixos viários do concelho deu início a uma nova fase do desenvolvimento local no sentido da terciarização “(CMS:2003) Actualmente, é um concelho com mais de 151 mil habitantes, este crescimento está muito interligado com fenómeno da imigração. Sendo que estes fenómenos migratórios estão intimamente relacionados com a terciarização, bem como com a melhoria dos circuitos. Por conseguinte, o município do Seixal é detentor de uma população muito vasta e heterogénea. Ou seja; a população residente, neste município além Tejo, é oriunda de diversos locais de Portugal e de diversos Países do Mundo, o que conduz a uma interculturalidade bastante vincada. É nesta sequência que surge, no município do Seixal, o movimento associativo de imigrantes que tem como principal objectivo resolver problemas e alcançar objectivos das populações que representa. Estes organismos da sociedade civil constituem uma forma de integração no país de destino, bem como um meio de participação social e política. Por outro lado, estes actores não se encerram em si mesmos, mas interagem e criam laços com os restantes actores locais. Logo, esta realidade constitui um objecto de estudo no âmbito das ciências sociais e humanas.

Título Migrações temporárias do Nordeste para o Sudeste do Brasil: trabalhadores do Piauí para a agroindústria canavieira de São Paulo

ID 972

Autores Maria Dione Carvalho de Moraes, Francisco Alves Frazão, Teodóro Rogério Júnior

Resumo: A pesquisa foi realizada na região Nordeste do Brasil, no Estado do Piauí, este, com alto índice de trabalhador/as volantes, principalmente, para o trabalho agrícola temporário. A região Nordeste do Brasil desempenha papel histórico de fornecedora de mão-de-obra para a exploração da borracha na Amazônia brasileira, no final do século XIX e início do século XX, bem como no período da Segunda Guerra Mundial, e para a construção civil e indústria nacional no centro-sul brasileiro, sobretudo, nas décadas de 1960 e 1970. Mais recentemente, a chamada desindustrialização, aliada ao caos urbano, nas grandes cidades, vêm promovendo a chamada “migração de retorno” de nordestino/as. No entanto, persiste e se amplia a migração temporária, no caso em questão, para a agroindústria canavieira de São Paulo a qual mobiliza, anualmente, números expressivos de jovens (entre 18 e 35 anos), notadamente, do sexo masculino, para o trabalho nos canaviais. Por um lado, a região Sudeste com suas agroindústrias modernas; por outro, no Nordeste, uma mão-de-obra constituída por trabalhador/as que vivem em condições de liminaridade social sendo, ambas situações, faces de uma mesma moeda. A pesquisa, de abordagem predominantemente qualitativa, demonstrou que a migração temporária é parte do modo e meio de vida de significativos contingentes populacionais dos quais buscaram-se apreender as condições de vida – em seus lugares de origem (microrregião piauiense de Valença, nos municípios de Barra D’Alcântara, Elesbão Veloso, Francinópolis e Várzea Grande) –, assim como a dinâmica do ciclo migratório, nas suas determinações e efeitos, sobretudo, em seus significados materiais e simbólicos para essas populações. O estudo focaliza o ponto de vista do/as migrantes evidenciando, ainda, a infra-estrutura dos municípios abordados. Nesse sentido, visa contribuir para interlocuções, sobremaneira, no campo das políticas públicas de geração de emprego e renda, e de combate à pobreza e às condições degradantes de trabalho.

Título Estudo de caracterização da população estrangeira, com estatuto legal, residente na freguesia de Almancil

ID 1037

Autores Luís Emanuel Martins

Resumo: Nesta comunicação apresentam-se os resultados de um estudo de caracterização da população estrangeira, com estatuto legal, residente na freguesia de Almancil. Na investigação procedeu-se à elaboração e aplicação de um questionário, recorrendo-se a uma amostra por quotas, dividida em três categorias: os emigrantes dos PALOP e Brasil, os emigrantes dos Países de Leste e os emigrantes da Europa Ocidental. Após a análise dos resultados, concluiu-se que estas três categorias de emigrantes se distinguem pelos contrastes e continuidades que aduzem face ao conjunto da população portuguesa. Se exceptuarmos o traço comum que é a concentração geográfica na freguesia de Almancil, os três grupos diferenciam-se por múltiplas características, quer ao nível da composição social, estrutura etária e sexual, localização residencial, escolaridade, composição socioprofissional, quer ao nível dos traços culturais quer das relações de sociabilidade ou da língua. As realidades vistas apoiam e reforçam a necessidade de se variar as perspectivas de análise sociológica que contribuam para o conhecimento da população estrangeira residente em Almancil e na região do Algarve.

Título Redes sociais e acesso ao Mercado de trabalho dos jovens originários dos PALOP em Portugal

ID 1537

Autores Marzia Grassi

Resumo: Com base em dados recolhidos através de um questionário a 400 jovens de origem angolana e cabo-verdiana a residir em Portugal (Projecto “Capital Social e jovens descendentes dos PALOP em Portugal”- ICSUL/429/2006) será discutida a questão do acesso ao mercado de trabalho, como uma questão central na integração dos jovens na sociedade portuguesa. É consensual que a precarização do trabalho e as limitações no acesso ao mercado de trabalho formal, por parte dos imigrantes, faz agravar o problema do desemprego neste grupo social. Contudo, as dificuldades no acesso ao mercado de trabalho formal não significam ausência de poder contratual informal. Este existe, não só nos trabalhos sazonais, a tempo parcial ou ao domicílio, mas também nas miríades de actividades económicas informais, que, integram redes transnacionais de comércio. São redes de reciprocidade e apoio que fomentam o comércio informal e o acesso ao trabalho ocasional/informal, que incluem as suas expressões ilegais e criminais. Os dados tratados de forma comparada, apontam para a necessidade de utilização de metodologias diferenciadas para captar as diferenças entre os dois grupos de jovens considerando, e oferecendo pistas sobre o funcionamento do acesso ao trabalho informal e ocasional, através da identificação das redes que os inquiridos têm explorado para conseguir o trabalho, do tempo que demorou a encontrá-lo, do

tipo de ajuda e da importância da mesma na procura do trabalho, do grau de satisfação com o próprio trabalho e das expectativas perante a profissão.

Mesa: Políticas de integração e participação local - 6 de Fevereiro - 14h30 - 209
Moderador: Ana Lia Farias Vale

Título Acesso formal aos espaços políticos no contexto local: eleitores e eleitos nos municípios e freguesias portuguesas
ID 739

Autores Clemens Zobel, Carlos Elias Barbosa, Giovanni Allegretti, Joana Martins

Resumo: Desde 1996 Portugal é um dos poucos países da União Europeia (UE) que, a nível das eleições locais, consagra o direito de voto e elegibilidade a imigrantes oriundos de países que conferem o mesmo direito aos cidadãos portugueses emigrantes (para além dos países integrantes da UE). São assim elegíveis cidadãos do Brasil e do Cabo Verde, mas não imigrantes dos outros PALOP. Instituições como a Comissão Europeia ou o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) consideram esta política como um elemento chave nas políticas de integração. Contudo, após as três últimas eleições municipais (1997, 2001 e 2005), uma análise científica desta realidade ainda está por ser feita. A escassez de dados estatísticos coloca-nos perante uma perplexidade: embora apenas uma diminuta minoria dos imigrantes se encontre recenseada, existe um número desproporcional de representantes eleitos. A comunicação apresenta os primeiros resultados de uma pesquisa que procura descobrir as razões que motivam as decisões dos imigrantes, de se registar como eleitores e de se candidatar nas eleições locais. Para tal, é necessário explicar a abstenção do voto, mas também efectuar uma análise das diferenças entre os três ciclos eleitorais que já tiveram lugar. Dado que os estudos existentes se restringem à região de Lisboa, o nosso trabalho é baseado sobre uma amostra nacional, incluindo a distribuição de imigrantes pelos espaços rurais e urbanos. A análise tomara igualmente em conta os papéis respectivos das instituições nacionais representativas, das estruturas associativas, bem como dos laços existentes com organizações dos países de origem.

Título A integração dos estrangeiros: políticas migratórias comparadas entre Portugal e Espanha
ID 1021

Autores Belén Fernández Suárez

Resumo: A questão principal desta comunicação é fazer uma comparativa entre as políticas migratórias espanholas e portuguesas em matéria de integração de população estrangeira. Os dois países são considerados como integrantes do sistema migratório do Sul de Europa (King e Ribas Mateos, 2002), sem embargo, é preciso uma revisão das distintas políticas para ver as semelhanças e diferenças nas políticas de integração de estrangeiros desenvolvidas. Concretamente, falaremos dos indicadores de acesso ao mercado de trabalho, reagrupamento familiar, residência de longa duração, participação política, o acesso à nacionalidade, e as políticas de anti-discriminação. Para finalizar, realizasse uma comparativa entre os planos de integração postos em marcha por ambos os países no ano 2007, tendo em conta as distintas normativas de estrangeira que se referem ao contexto para desenvolver propostas políticas para uma melhor integração desta nova cidadania.

Título Migração e direitos humanos – políticas públicas para qualidade de vida e cidadania
ID 1300

Autores Natalia Ramos

Resumo: Na actualidade as questões dos direitos humanos, de cidadania e de qualidade de vida das populações migrantes, estão no centro da preocupação de muitos países ocidentais, nomeadamente Portugal. Torna-se indispensável implementar práticas e políticas públicas ancoradas na igualdade de oportunidades e nos direitos humanos, que assegurem uma eficaz gestão da diversidade cultural e das relações interculturais com a promoção de políticas sociais, de educação e de saúde capazes de responder às dinâmicas migratórias e multi/interculturais e às necessidades das populações que os fluxos migratórios têm feito aumentar. É igualmente necessário analisar a relação entre o fenómeno migratório em Portugal e o tipo de práticas e respostas institucionais relativamente às políticas de inclusão e cidadania. Esta comunicação tem como objetivo analisar esta problemática e as suas diferentes implicações ao nível individual e colectivo.

Título Imigrantes, Minorias Étnicas e Autarquias - A (in)visibilidade institucional das políticas de integração social
ID 1370

Autores Ana Paula Cordeiro

Resumo: As migrações internacionais tornaram-se um dos principais factores de transformação social a partir da segunda metade do século XX. O fenómeno de globalização das migrações expresso pela crescente quantidade e diversidade de países envolvidos nos processos migratórios (quer como espaço de origem, quer como espaço de destino) e pelo ritmo a que aumentou o volume dos movimentos populacionais em todas as regiões do mundo, colocou novos desafios à maioria dos Estados nacionais.

Contudo, o potencial transformador das migrações é particularmente visível e sobredimensionado a nível local, sendo por isso a esta escala que se tem tornado premente delinear respostas às questões que dele emergem, as quais têm impulsionado, nalguns casos, alterações na própria estrutura orgânica das autarquias, no seu modo de funcionamento e na tipologia de acções que desenvolvem. Tais alterações assumem diferentes formas consoante as especificidades de cada lugar, da sua história, do seu património económico, social, político e cultural.

Esta comunicação propõe-se caracterizar, com base em depoimentos de informadores privilegiados – políticos, técnicos e dirigentes associativos – recolhidos através de entrevistas guiadas, a postura institucional da edilidade da Amadora face ao repto da imigração, atendendo a que se trata de um concelho onde a dimensão de que se reveste o fenómeno migratório assume um peso, visibilidade e importância particulares.

Procura-se então, mediante uma análise cuidada da percepção, nem sempre coincidente, dos vários actores sociais envolvidos institucionalmente na dinâmica da imigração, desvendar e interpretar os significados sociais e políticos dos sinais exteriores que indiciam mutações orgânicas e operacionais da autarquia, motivados pela realidade social em referência.

Título Estrangeiros na Metrópole de São Paulo: vínculos e rupturas

ID 1410

Autores Maura Pardini Bicudo Vêras

Resumo: Procura-se desvendar a distribuição territorial dos estrangeiros na metrópole de São Paulo, dando destaque a processos de segregação e alteridade. Os efeitos da globalização se fazem sentir sobre a cidade, na sua configuração espacial, e os imigrantes, especialmente latinoamericanos buscam oportunidades de emprego e estudo. Serão enfocadas questões ligadas a sua inserção, relações de aproximação e afastamento, bem como políticas públicas urbanas.

Mesa: Diásporas, Narrativas e Preservação Cultural - 6 de Fevereiro - 16h15 - 318

Moderador: Maria José Casa-Nova

Título Imigrantes cristãos ortodoxos sírios-libaneses na cidade de São Paulo – religião e identidade

ID 1114

Autores Daniel Maia Martins

Resumo: Normalmente, ao se falar em imigração árabe logo pensamos na presença do islamismo no Brasil. Contudo tudo indica que o islã chegou ao país antes de 1835 – revolta dos escravos malês – ou seja, antes do que os árabes. Foi no final do século XIX que sírios e libaneses partiram em rumo a outros países. Isto porque o Império Turco-otomano ocupava a Grande Síria – atuais Líbano e Síria. Com sua decadência nações imperialistas da Europa passaram a disputar a influência política na área, o que desestabilizou a boa relação existente entre cristianismo e islamismo bem como a economia já estabelecida. Cristãos eram submetidos a um longo e arriscado serviço militar obrigatório, e eram também perseguidos por facções islâmicas. Assim sendo, a inserção dos jovens na sociedade fazia-se cada vez mais complicada, o que os encaminhava à emigração. Aqueles que chegaram ao Brasil se espalharam pelo país, mas houve maior concentração em São Paulo, onde em 1940 havia 49,2% dos sírios-libaneses no Brasil. A maior parte deles era de cristãos ortodoxos e católicos maronitas, mas haviam também protestantes e católicos romanos.

Título (Des)águas no AmazonaS. Um estudo sobre a migração dos povos do semi-árido brasileiro para a região amazônica, nos anos de 1940.

ID 822

Autores Neyára Araújo

Resumo: O acontecimento da segunda guerra mundial e da seca na região nordeste do Brasil, no início dos anos de 1940, faz confluírem no Amazonas o desejo dos homens e o interesse dos Estados. Aqueles, acossados pela natureza (precisam de água para viver); estes, escoltados pela civilização (precisam do mercado para crescer). Os mesmos corpos serão os agentes das duas exigências: buscando a vida, os homens do nordeste servirão à guerra (à morte?). Serão transformados nos soldados da borracha. A presente comunicação é a narrativa deste drama e aborda o fenômeno da migração consentida (uma política de governo) como resultado do acontecimento (um conceito da ciência histórica) da seca e da guerra.

Título Usos e imaginários e imaginários mediáticos transnacionais nos processos de cidadania de migrantes em Porto Alegre e Barcelona

ID 1588

Autores Denise Cogo

Resumo: Essa comunicação está focada nos resultados de uma pesquisa internacional sobre usos e imaginários mediáticos de migrantes latino-americanos e europeus nos contextos urbanos de Porto Alegre (Brasil) e Barcelona (Espanha) Na perspectiva teórica dos estudos culturais, com ênfase na abordagem da recepção mediática, os resultados estão baseados em entrevistas em profundidade com 140 migrantes oriundos de 17 países da América Latina e Europa. Abordamos especificamente dois aspectos da recepção mediática que aparecem relacionados aos processos de cidadania dos migrantes: (1) os usos dos meios de comunicação no cotidiano de latino-americanos e europeus na constituição de experiências transnacionais de consumo mediático (2) as percepções críticas dos migrantes sobre os imaginários mediáticos das migrações transnacionais e suas propostas para um tratamento cidadão das migrações pelos meios de comunicação. Os resultados apresentados integram a pesquisa internacional desenvolvida, entre 2004 e 2008, no marco do Programa Acadêmico de Cooperação Internacional Brasil-Espanha sobre mídia, interculturalidade e migrações transnacionais financiado por CAPES (Brasil) e Ministerio de Educação e Ciência (Espanha), da qual participaram investigadores da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB).

Título Saberes e fazeres africanos e da diáspora

ID 838

Autores Denise Barata, Maicon Gilvan Lima Campos, Guilherme Robson da Silva, João Baptista Lukombo Nzatzola Manuel Ndonga Mfuwa

Resumo: A idéia de conhecimento que é difundida torna-se um complicador ao associar reflexão à racionalidade ocidental, concluindo, dentro dos pressupostos da lógica formal, que quem não está incluindo neste paradigma não reflete. Acreditamos que só aprendemos na escola, no museu, na biblioteca. Tradicionalmente, observamos a associação entre cultura e erudição, o que faz do conceito de cultura um redutor de diferenças étnicas, de classe e de gênero, já que não inclui os valores de toda a sociedade, mas apenas os valores dos grupos hegemônicos. Bens simbólicos são destruídos,

grupos sociais também desaparecem, assim como os seus modos de viver e de pensar. Assim, ignora-se o fato dos sujeitos se diferenciarem em seus saberes, fazeres e viveres em uma busca de igualar as diferenças sob uma mesma ótica, um mesmo saber e um mesmo desejo. Faz-se, então, necessário trazer à tona a pluralidade que está oculta nessa relação, objetivando rever os modos pelos quais são legitimadas as esferas de produção e circulação dos bens simbólicos. Em função de todo o exposto, pretendemos apresentar nossas pesquisas onde discutimos e investigamos os conhecimentos tradicionais em Angola, assim como conhecimentos que foram trazidos e construídos a partir da diáspora africana no Brasil, apreciando como e onde eles são difundidos, como são considerados nas instituições valorizadas socialmente e se a sua inclusão nos currículos escolares causaria algum impacto no sentido de diminuir a exclusão das crianças negras dos bancos escolares.

Título Vozes e Narrativas de uma Diáspora Doméstica: Moçambicanos na Pós-Colonialidade Portuguesa

ID 1568

Autores Sheila Khan

Resumo: O conceito de diáspora tem sido, proficuamente, debatido e teorizado no âmbito dos estudos e investigações dedicados aos processos migratórios mundiais. Contudo, é importante pensar que nem todas as realidades da experiência humana da emigração e imigração, neste caso, pós-coloniais, podem ser pensadas como diáspóricas. Nesse sentido, o presente trabalho pretende reflectir, criticamente, a nomenclatura da diáspora, propondo para debate uma outra abordagem reflexiva que denominarei de diáspora doméstica que, por analogia, pode conter alguns elementos semelhantes aos movimentos diáspóricos, mas não rotular-se ou identificar-se, inteiramente, com estes. Esta proposta teórica resulta de um trabalho de investigação de pós-doutoramento sobre a imigração moçambicana no espaço do pós-colonialismo de expressão portuguesa.

Título Asociacionismo inmigrante y renegociación de las identificaciones culturales

ID 1643

Autores M^a Elena Gadea Montesinos

Resumo: Los migrantes han tendido a crear, allí donde se han instalado, grupos más o menos formalizados, organizados generalmente según el origen nacional o étnico, para dar respuesta a necesidades y anhelos diversos. En este sentido, las asociaciones se han constituido en un elemento clave en la articulación de la vida cotidiana del colectivo inmigrante (Rex, 1994; Casey, 1997). Un elemento clave que actúa a dos niveles: de un lado, en la relación entre la población inmigrante y las instituciones de la sociedad de recepción, en tanto que las asociaciones de inmigrantes se configuran como instancias de representación e intermediación política; de otro, en las relaciones al interior del propio colectivo migrante que debe redefinir, a veces de manera conflictiva, su lugar social y sus relaciones intra-grupo en el nuevo contexto de asentamiento. En uno y otro nivel, las asociaciones emergen como un espacio privilegiado para la mediación social y cultural. En efecto, las asociaciones se constituyen en instancias para la re-creación de la identidad, que los miembros del grupo (y los ajenos a él) pueden definir como religiosa, nacional, étnica o cultural; pero en estas organizaciones no sólo se expresan las identidades sino que, en tanto que la identidad es un proceso de construcción social, las asociaciones generan nuevos espacios desde los que se negocian y articulan los sentidos de las identidades en contexto migratorio. La música, la danza, la comida, la vestimenta, las prácticas religiosas o la lengua se convierten, así, en nuevos o renovados referentes de identificación, en formas de expresión de una comunidad no sólo imaginada (Anderson, 2000), sino también reterritorializada. En el proceso migratorio, las tradiciones y prácticas culturales del colectivo se desterritorializan, en tanto que los vínculos entre cultura y lugar se debilitan, pero también asistimos a manifestaciones reterritorializadoras, a "ciertas relocalizaciones territoriales relativas, parciales, de las viejas y nuevas producciones simbólicas" (García Canclini, 1990:288). En los procesos de reterritorialización la cultura, y con ella la identidad, se convierten en objeto de negociaciones internas no exentas de conflictos, pero también de demandas de reconocimiento, que implican estrategias de visibilización. La ponencia que presentamos, centrada en dos ámbitos territoriales del Estado español (Murcia y Valencia), pretende analizar la manera en que las asociaciones de inmigrantes se constituyen en espacios de articulación y negociación de relaciones sociales, especialmente de aquéllas que se refieren a la identificación cultural, así como en instancias de mediación en las relaciones entre los migrantes y entre éstos y la sociedad de recepción.

Modos de Vida, Corpo e Sexualidades

Mesa: Corpo, identidade e dissidência sexual - 5 de Fevereiro - 11h15 - 211

Moderador: Francesca Rayner (ILCH)

Título Momentos queer no contexto educacional: desafios na construção de performances alternativas para os corpos

ID 209

Autores Luiz Paulo Moita Lopes, Branca Falabella Fabricio

Resumo: Se as sexualidades têm sido questionadas como verdades das quais não é possível escapar, uma das funções da educação contemporânea deve ser apresentar performances alternativas para aquelas que muitos corpos foram levados a repetir continuamente, ou seja, deve ser abrir nossos repertórios de sentidos para viver as sexualidades. Deste modo, a sexualidade é compreendida aqui como dinâmica e fluida, o que implica que podemos construir objetos diferentes de desejo em momentos diferentes da vida ou em práticas discursivas diferentes: podemos performar sociabilidades sexuais diferentes. Isso coloca uma indagação para qualquer performance de gênero e sexualidade construída como clara, homogênea e sem ambigüidade. Com base em teorias queer, este trabalho focaliza pesquisa no contexto educacional em que letramentos queer estão sendo implementados. O objetivo da proposta é colaborar na construção de outros sentidos sobre quem podemos ser: um desafio ético, político e epistêmico ao qual a educação no mundo contemporâneo precisa responder. A pesquisa é de cunho etnográfico-intervencionista e descreve pequenas desestabilizações queer em sala de aula, na qual alunos e alunas são convidado(a)s a compreender a natureza performativa dos gêneros e das sexualidades

ao analisarem performances de gêneros e sexualidades na mídia. Tal empreendimento possibilita que aprendam a questionar o que é considerado normal, legítimo e correto para as performances sexuais.

Título Reconhecimento e identidade: considerações sobre o movimento LGBT e sua luta por novos direitos

ID 760

Autores Fernando José Taques

Resumo: O Movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) tanto brasileiro como internacional, busca o reconhecimento para suas especificidades e para suas lutas. Contudo, de um modo peculiar, esbarra em questões identitárias que tornam a relação Reconhecimento&Identidade tensa. Se é voz corrente dos movimentos LGBTs a necessidade de reconhecimento, a conquista de direitos que os beneficiem, cujo leque vai desde a aprovação de leis anti-discriminação à leis que regulem as possibilidades de adoção, o discurso quanto às identidades não é uníssono. Nosso trabalho pretende, portanto, apresentar as tensões entre o Reconhecimento e a Identidade no Movimento GLBT, bem como as formas utilizadas pelo movimento para contornar essa situação e acessar/conquistar novos direitos.

Título Entre amigos: sociabilidades entre jovens homossexuais na universidade

ID 936

Autores João Bosco Hora Góis, Thiago Barcelos Soliva

Resumo: A literatura queer, nacional e internacional, tem dedicado algum espaço para a discussão das formas de sociabilidade dos homossexuais. Em comum, alguns dos trabalhos destacam a importância dos espaços de interação sexual para a formação de identidades coletivas e para elevação da auto-estima em situações de extremo isolamento. Dando seqüência a essa tradição, examinamos nesse trabalho o modo como estudantes de uma Universidade Federal localizada no estado do Rio de Janeiro constroem redes e formas de socialização que envolvem um forte componente hedonista, sexual, e que ao mesmo tempo opera uma função integradora importante, mesmo quando isso ocorra em um contexto de forte tensão decorrente da violência a que estão submetidos. Dados para esse estudo foram coletados a partir de entrevistas realizadas durante o ano de 2007 com estudantes que se auto-identificam como gays.

Título Desigualdades sociais e dissidência sexual feminina

ID 1439

Autores Ana Maria Brandão

Resumo: Esta comunicação baseia-se nos resultados empíricos de uma investigação que tomou como objecto teórico o processo de construção social da identidade sexual de um conjunto de mulheres, incidindo especificamente sobre a sua articulação com e entre homo-erotismo e género. Pretende-se apresentar as principais conclusões obtidas no que se refere concretamente ao modo como uma dimensão particular da vida dessas mulheres – a da sexualidade e dos afectos que lhe estão associados – se constitui como um traço central das suas identidades e dos seus modos de vida, bem como até que ponto essa dimensão das suas vidas tem impactos na gestão dos seus quotidianos e na relação com o Outro, ilustrando o modo diferencial como as desigualdades sociais estruturadas operam a estes níveis. A metodologia adoptada possui um carácter eminentemente qualitativo, recorrendo-se ao estudo de casos e cruzando os contributos das técnicas de observação directa, entrevista e questionário. De acordo com os resultados obtidos, o género, o habitus de classe e a posição que lhe corresponde, a pertença geracional, a origem geográfica e a trajectória pessoal surgem como factores particularmente discriminantes dos modos de fazer e representar a relação entre a identidade global do actor, a sua identidade de género e a sua identidade sexual.

Título Corpo e Ambigüidade Genital: o estranho e o peso do olhar

ID 790

Autores Susane Vasconcelos Zanotti, Héli da Vieira da Silva Xavier, Camila Teófilo de Castro Amorim

Resumo: A presente proposta aborda algumas questões relacionadas ao corpo em sujeitos que portam a marca da ambigüidade genital, definido pelo saber médico como anomalia na diferenciação sexual. Freud demonstra com sua teoria que a sexualidade humana não se restringe à anatomia e, portanto, não basta ter nascido sob o signo de um sexo para que este seja escolhido pelo sujeito. A assunção subjetiva não segue a definição anatômica e dessa forma, é preciso considerar a singularidade e a história subjetiva de cada um. Os resultados de nossas pesquisas sobre o tema corroboram com as contribuições psicanalíticas de que a intervenção cirúrgica, por perfeita que resulte, não tem controle sobre os efeitos simbólicos no sujeito e ressaltam que o diagnóstico de genitália ambígua é acompanhado por questões delicadas na relação dos pais com o filho. Em casos de ambigüidade genital, existe uma especificidade no modo pelo qual o sujeito é afetado pela complexidade da relação com seu corpo? Freud aponta o corpo como uma das três fontes de onde provém o sofrimento do homem e Lacan afirma que a relação com seu corpo não é simples para nenhum homem. Consideramos a importância dos pais na constituição subjetiva e a importância do corpo nesse processo. O peso do olhar e o corpo como estranho são os aspectos que nos propomos discutir a partir de uma leitura em Freud e Lacan.

Título Corpo e sexualidade: vias sinuosas do desejo

ID 1173

Autores Rita Maria Manso de Barros

Resumo: O corpo e o sexual adquirem novo estatuto no âmbito teórico-clínico da psicanálise, campo de saber que evidencia a discursividade decorrente de uma nova ética: a ética do desejo. Trata-se de evidenciar a existência de algo além da objetividade física e dos sintomas orgânicos na perspectiva de um olhar sobre a relação do sujeito com sua corporeidade. O sexual exige ser ouvido noutra dimensão tendo como referência outro saber. Afinal, para que serve um corpo? Para o discurso médico, o corpo atrela-se à vida (máquina composta de órgãos com funções específicas integradas por intermédio de um mecanismo de reajuste). Na psicanálise, a instância corpórea está a disposição do gozo compreendido, ação que indica a satisfação da pulsão. O modo como cada um destes discursos confronta-se com essas dimensões é próprio. Entre o discurso médico e o psicanalítico há uma antinomia recíproca. O médico designa um lugar para o corpo e o sexual a partir da clínica do olhar-contemplação, no sentido de adequá-los a certa norma, inscrevendo

numa categoria previamente estabelecida. Como o sujeito busca resposta à sua incompletude, não abandona a posição de ser insatisfeito. A prática médica se caracteriza pela exclusão da subjetividade e pela tentativa de legislar o sexual. Em contrapartida, a clínica psicanalítica reconhece a dimensão das implicações psíquicas indicando que o sujeito deverá ser ouvido num lugar que faça ressonâncias aos ruídos oriundos da pulsão. Assim, pode-se pensar a singularidade e a irredutibilidade do corpo aos parâmetros reprodutivos: nele impera o sexual impossível de ser adestrado.

Mesa: Outras narrativas do corpo - 5 de Fevereiro - 14h30 - 305
Moderador: Vitor Moura (ILCH)

Título Consumismo e Afetividade: Sociedade, Economia e Angústia na Hipermodernidade
ID 932

Autores Wellington Fontes Menezes

Resumo: Nas sociedades cada vez mais globalizadas, o ritmo de consumo se ampliou vertiginosamente assim bem como a reprodução em série dos bens materiais. O capitalismo com suas múltiplas formas de transformar constante a maneira de como e quando consumir permitiu constituir novas fronteiras de consumidores. A velocidade dos acontecimentos e as ações sujeitas a elas são cada vez mais dinâmicas e voláteis. A hipermodernidade constituída por um superaquecimento do consumo em economias de grande e meso-escala mundiais não permite delimitar uma fronteira nítida entre cidadania e consumidor. Em nome da chamada “liberdade do consumidor”, as empresas travam entre si verdadeiras guerras para atingir seu “público-alvo”. Com a aura do “livre mercado”, tudo parece ser válido na disputa desenfreada por novos mercados e nichos de consumidores. O mercado padroniza a individualização e condiciona elementos constituintes para o seja desejável e consumível. Em contrapartida, as angústias geradas por sociedades cada vez mais complexas e individualistas, repercutem visceralmente em indivíduos mais frágeis, endividados e amparados por um inconsciente e autômato consumismo. A esteira do “homem econômico” é transbordada para um novo tipo de indivíduo o qual é possível identificá-lo como sendo a matriz de um “homem consumidor”. As relações interpessoais entre os indivíduos de uma sociedade também repercutem em novas estruturas dos relacionamentos afetivos e movidos por uma fragilidade da sua dimensão psicológica e econômica. A vida se torna um mecanismo não mais para a emancipação e liberdade humana, mas um veículo cada vez mais voraz voltado para o consumo desenfreado em um planeta cada vez menos sustentável.

Título O dom da literatura e do cinema: narrativas do corpo e da sexualidade em movimento
ID 1102

Autores Ana Carolina Cruz de Souza Carol

Resumo: O estudo destina-se a analisar as subjetividades autorais do escritor brasileiro Machado de Assis e do cineasta Moacyr Góes na composição do romance Dom Casmurro e do filme Dom, centrando a discussão no perfil identitário dos protagonistas, através dos quais serão problematizadas questões relativas ao corpo e à sexualidade, a partir de uma perspectiva nacional/ocidental. Para tanto, serão considerados o trânsito entre ficção e realidade, bem como o processo de tradução cinematográfica, sendo este concebido de forma intertextual e dialógica. Questiona-se daí que tipo de relação a ficção cinematográfica contemporânea estabelece com a tradição literária, de que maneira a narrativa fílmica realiza a releitura da história no que diz respeito à representação social do corpo e da sexualidade, e como o fenômeno da globalização na modernidade tardia afeta o comportamento humano.

Título Amor, intimidade e sexualidade: roteiros amorosos e sexuais na época contemporânea
ID 1238

Autores Glícia Gripp, Ana Luiza Ladeia Prates Correia

Resumo: A recente sociologia da sexualidade tem mostrado que a conduta sexual envolve um esquema cognitivo organizado (“roteiro”), utilizado pelos atores sociais para o reconhecimento de uma situação potencialmente sexual. Tal reconhecimento envolve uma interação complexa entre a pessoa e o contexto, descartando, assim, a existência de uma simples reação a sinais sexuais universais. A conduta sexual seria provocada mais pelo contexto do que impulsionada por estados internos, ou seja, é mais negociada do que movida por impulsos. Os roteiros servem aos indivíduos para a aprendizagem do reconhecimento de estados internos, para a organização das práticas sexuais, para a decodificação de novas situações, para o estabelecimento de limites para as respostas sexuais e para a vinculação de sentidos a aspectos não-sexuais e à experiência sexual. A estruturação e a organização tanto da vida sexual quanto das práticas sexuais acontecem a partir desses roteiros. Esses seriam projetos cognitivos organizados ou recursos heurísticos para nortear e corrigir a ação. Neste trabalho, fruto de uma pesquisa em andamento, tenta-se analisar os roteiros – ou scripts – sexuais em relação com roteiros amorosos (a relação entre sexo e amor) que são encontrados nas revistas femininas e masculinas, nos filmes e na literatura contemporâneos. O objetivo é traçar tipos-ideais de comportamento amoroso e sexual que são divulgados pela mídia, no Brasil, para compreendermos as representações sociais da intimidade e, em última instância, os modelos que contribuem para a construção social da sexualidade. Tentamos compreender os modelos de intimidade veiculados por determinadas instituições sociais para as pessoas.

Título Tintas e tumores: traduções entre a experiência, a arte e as escritas da ciência na compreensão do cancro de mama
ID 1401

Autores Susana Noronha

Resumo: Resumindo a tese de mestrado “A Tinta, a Mariposa e a Metástase: a arte enquanto experiência, conhecimento e acção transformativa na instalação do cancro entre a pele da mama e o lugar digital” *, apresentarei uma análise dos diálogos e confrontos estabelecidos entre arte, biomedicina, conhecimentos incorporados e ciência social, procurando as continuidades, as configurações híbridas e os incomensuráveis entre as quatro versões do real nas suas representações e intervenções sobre o cancro. A comunicação tem como propósito apresentar um conjunto de reflexões proporcionadas pela análise de uma lista internacional de produções artísticas femininas referentes à experiência do cancro de mama.

Introduzidas na Internet, estas produções permitem-nos seguir os múltiplos sentidos e usos acumulados pelo objecto de arte entre as motivações iniciais das suas produtoras e os objectivos da sua reinstalação entre o espaço público e o lugar digital. Propõe-se uma redefinição da arte enquanto conhecimento e prática interventiva, aplicável não apenas nos processos individuais de confronto com a doença, mas também em acções contra-hegemónicas de resistência, informação, reivindicação e activismo terapêutico de ambição e alcance global. Dando sequência a esta proposta, exige-se uma avaliação do potencial da utilização de saberes artísticos não apenas na experiência, compreensão e intervenção sobre o cancro mas também enquanto dispositivos recrutáveis na constituição de uma forma alternativa e contra-hegemónica de globalização na regulação da doença oncológica, assumindo-se o cancro como uma realidade socialmente produzida sobre o mundo

Título O papel do barlaque na coesão social, na preservação da cultura e no reforço da identidade em Timor Leste
ID 1182

Autores Danílio Barros, Alice Delerue, Pedro González

Resumo: Esta pesquisa visou conhecer a opinião dos timorenses sobre o barlaque. O barlaque inclui-se na longa tradição de algumas zonas de Timor-Leste (Lospalos, Viqueque, Baucau, Manatuto, Aileu, Ainaro, Same, Bobonaro e Ermera) e faz parte do processo inerente ao casamento tradicional. Implica a entrega de um determinado valor, em dinheiro ou em espécie, à família da noiva. O principal instrumento de recolha de dados foi a entrevista semi-estruturada, a timorenses residentes em Díli com diferentes níveis etários e graus de escolaridade. Os resultados indicam que o casamento tradicional colhe um grau de aceitação elevado em todos níveis etários. Alguns entrevistados reconhecem no barlaque valores de coesão social, sublinham a necessidade de o preservar como elemento da cultura e da identidade. Entrevistados mais jovens referem a necessidade de reduzir o valor económico do barlaque. É interessante sublinhar a coexistência pacífica do barlaque com a religião predominante no país, a religião católica.

Mesa: Políticas e modelações do corpo - 5 de Fevereiro - 16h15 - 211

Moderador: Laura Cristina Ferreira-Pereira

Título O corpo como projecto: modos de vida orientados para padrões de beleza
ID 95

Autores Maria João Cunha

Resumo: A partir do conceito de 'projectos corporais' avançado por Shilling pretendemos saber como estes 'projectos' se sustentam nas acções desenvolvidas para alcançar ideais de beleza corporal que dominam as sociedades de consumo ocidental. A nossa ideia base é a de que o corpo é construído, decorado e que se expressa consoante as emoções individuais e as necessidades de cada um – é um projecto pessoal, flexível e adaptável aos desejos do indivíduo. Este projecto, que Giddens denominou reflexivo, consiste em fazer narrativas biográficas revistas à medida que se escolhem estilos de vida entre uma diversidade de opções. Estas opções não são, porém, completamente livres, no sentido em que existem grandes pressões em relação ao corpo e à imagem, que deverão corresponder a ideais pré-definidos de beleza. Nas sociedades ocidentais e contemporâneas todo o tipo de desfiguração física, marcas ou incapacidades são estigmatizadas, por comprometerem noções que são extremamente valorizadas, como a de 'corpo belo' ou a de 'atraente'. Desta forma, propomo-nos então avançar uma reflexão sobre a noção de corpo como projecto que está em permanente construção e, a partir de uma análise empírica em adolescentes, identificar e explorar as várias possibilidades de investimento dos indivíduos, face a ideais de beleza padronizados.

Título Engajamento: uma continuidade de rebeldia no modo de gestar a vida.

ID 116

Autores Vania Tanira Biavatti, Julice Dias, Gicele Maria Cervi

Resumo: Entre as maneiras de abordar o funcionamento da sociedade, instiga a que estuda as formas de investimento sobre o corpo na compreensão da transição entre modos de gestar a vida que distinguem épocas. Este trabalho aborda o engajamento entendendo-o como atitude padronizada dos que solidários com as circunstâncias em que vivem procuram ter consciência das conseqüências morais e sociais de seus princípios e atitudes, modelando-as a modos de agir específico; problematizado emergência da sociedade disciplinar que, não obstante as alterações nas políticas de investimento sobre o corpo, permanecem na sociedade de controle. Apesar dos investimentos sobre a produtividade do corpo ser procedimentos de aperfeiçoamento e acumulo, não são suficientes para explicar como o engajamento permanece especialmente no âmbito das relações de trabalho e em particular, entre docentes. Tratando das diferenças na participação entre sociedade disciplinar e de controle, esta investigação vale-se das contribuições que tomam os processos em seus efeitos, possibilitando emergir um olhar que levando ao encontro de jogos de poder e de saber resulta numa abordagem diferenciada do que se constrói em resposta ao porque. Investe-se no como o engajamento vai se mantendo em modos de gestar vida. A partir de uma economia local do poder estuda-se o discurso das instituições representativas docentes, sobretudo sindicais, modelo majoritário de associativismo docente no Brasil. Deste modo, tomam-se as publicações da revista ANDES no período que vai de 2000 a 2007 que abordam o engajamento, para refletir sobre o engajamento como uma continuidade nos modos de gestar a vida.

Título Metamorfose de um corpo andarilho: busca e reencontro do algo melhor

ID 120

Autores Carlos Alberto de Andrade Coelho Filho

Resumo: Esta pesquisa se estrutura no horizonte da consciência corporal, do homem biopsicossocial. A justificativa para o seu desenvolvimento está nas contribuições epistemológicas e metodológicas que, espera-se, ela venha a trazer para os estudos dos aspectos subjetivos do corpo. O elemento organizador do corpo teórico da tese é a hipótese de que a teoria psicanalítica, através dos conceitos de seus representantes máximos, Freud e Lacan, pode fornecer uma base importante

para a compreensão do corpo que carece de atividade física, ou que pratica atividade física. O método utilizado, num primeiro momento, foi o de análise da narrativa teórica. Foram privilegiados alguns textos psicanalíticos cujos referenciais estão voltados para o entendimento dos conceitos teóricos fundamentais para o trabalho, tais como inconsciente, narcisismo e imaginário. A idéia foi articular esses conceitos ao objeto principal da pesquisa, que é o corpo em movimento. Temas do cotidiano (descrições de situações, pessoas, interações e comportamentos observados), o discurso do corpo na publicidade, entrevistas individuais, além da nossa própria imersão no universo da prática das atividades físicas, nos permitiram aproximações significativas para que pudéssemos concluir a jornada. A tese sustentada, de natureza qualitativa, está baseada na compreensão de que o corpo andarilho, aquele que pratica atividade física regular, entra em contato com algo que proporciona um bem-estar fugidio, um estado de consciência que precisa ser constantemente reencontrado, re-elaborado. Os resultados indicam que o andarilho é fruto das marcas do inconsciente que se expressam, fundamentalmente, através do imaginário; a metamorfose acontece no tempo e no espaço do afeto.

Título Para além das prescrições médicas: o corpo como objecto de decisão individual

ID 481

Autores Virgínia Calado

Resumo: Partindo de dados etnográficos resultantes da observação de consultas de orientação alimentar macrobiótica, procurar-se-á com esta apresentação identificar níveis de análise relevantes na compreensão do posicionamento dos indivíduos face ao seu corpo e a diferentes formas de abordagem (tratamento) que lhe são propostas. Desde logo do que se tratará será de identificar formas de percepção do corpo associadas à macrobiótica e observar recomendações no tratamento de diversas patologias. Posteriormente, analisar-se-á a receptividade a essas recomendações, procurando-se desenvolver um exercício de tipificação dos indivíduos que chegam a estas consultas. Procurar-se-á também salientar a relação ambivalente dos mesmos com o Serviço Nacional de Saúde: de tensão, por um lado, com rejeição de algumas recomendações médicas, mas, por outro lado, de estratégia de articulação entre saber médico e terapêutica não convencional procurada. Do que trataremos aqui será pois de analisar o modo como neste contexto específico – consultório de orientação alimentar macrobiótica - se cruza o conhecimento específico ligado à macrobiótica com a biomedicina.

Título Políticas do Corpo: ética e processos de subjetivação

ID 516

Autores Walter Matias Lima

Resumo: Nossa comunicação pretende apresentar algumas questões sobre o corpo, a partir de uma leitura foucaultiana e dusseliana, enfocando a história cultural afro-brasileira, como consequência de nossas pesquisas no Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Em um primeiro momento, perguntamos qual importância tem o corpo: ele é uma metáfora? Ele é um lugar onde confluem várias categorias que supomos o manifestam, ou onde essas categorias se constituem como unidade e até ao corpo se dirigem ensejando docilização, controle, classificação e repressão? Noutro momento, discutimos o corpo como espaço de experimentação e auto-realização. Mas, também apresentamos o corpo como espaço de sofrimento e de desejo, âmbito de aniquilação e de expectativas de libertação. Portanto, falar de espaço não significa que o corpo aconteça como espaço neutro aos processos históricos e às lutas de poder, mas que tais processos e lutas tornam-se visíveis no devir-corpo como acontecimento existencial. Entendemos o corpo como lugar de existência e não há existência sem lugar. Se quisermos compreender o que está em jogo nas políticas do corpo, convém atentar para um dado importante: o poder político é especialmente efetivo ali onde aparentemente não parece ter o que ver em primeira instância com a política, onde aquilo do que se trata é “homem”, “vida”, ou “corpo”. Desta maneira, sugerimos uma estética da existência em que o corpo se converta na matéria ética que funda a resistência às docilizações e aponta para novas formas de resistência política.

Título Hábitos Alimentares da Terceira Idade: um estudo comparativo entre as Classes AB x CD em São Paulo - Brasil.

ID 517

Autores Nadia Wacila Hanania Vianna, Jorgina Francisca Severino dos Santos, Maria de Lourdes Bacha, Vivian Iara Strehlau

Resumo: O presente artigo busca identificar e comparar hábitos alimentares de idosos pertencentes às classes AB e CD, residentes em São Paulo.

Depois de revisão da literatura, foi conduzida uma pesquisa descritiva do tipo survey, em 2006 e 2007, junto a duas amostras não-probabilísticas por conveniência, formadas por indivíduos na terceira idade, residentes na cidade de São Paulo (Brasil); uma amostra constituída por 700 pessoas pertencentes às classes AB e outra, por 700 pessoas pertencentes às classes CD, de acordo com o Critério Brasil.

Para a coleta dos dados utilizou-se questionário estruturado, constituído por perguntas fechadas. Os dados obtidos foram analisados com base em técnicas da estatística descritiva e inferência estatística (testes para independência e associação) e cluster.

Alguns resultados encontrados surpreenderam: revelaram expressivo percentual (47%) de pessoas das classes mais abastadas (AB) com padrão alimentar, em termos calóricos, abaixo daquele preconizado pela Organização Mundial de Saúde para o segmento da terceira idade e a totalidade dos entrevistados de AB consome alimentos que ajudam a melhorar a aparência. Por outro lado, mais da metade dos entrevistados das classes CD desconhece a quantidade de calorias que consome e apenas 88% preocupa-se com o binômio alimentação-aparência.. Através de análise de cluster os entrevistados foram agrupados em: glutões, saudáveis, gastrônomos e vaidosos. É possível admitir, embora com base em pesquisa não-probabilística, que os resultados sinalizam para a existência de campo fértil, voltado para o desenvolvimento de programas de saúde alimentar, direcionados aos idosos de todas essas classes.

Título Aborto: representações num contexto em mudança

ID 1170

Autores Magda Alves, Carlos Barradas, Madalena Duarte, Ana Cristina Santos

Resumo: A presente comunicação sintetiza os resultados da investigação “Representações sobre (I)Legalidade: o caso da saúde reprodutiva em Portugal” desenvolvida entre Julho 2005 e Fevereiro 2008 no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, e financiada pela FCT.

Esta investigação versou um tema pouco estudado no país e cuja carência de dados objectivos se traduziu numa enorme distância entre o direito oficial e as representações sociais e culturais acerca das práticas na área da saúde reprodutiva, com particular incidência na interrupção de uma gravidez não desejada.

Após identificar e entrevistar diversos agentes – a saber: mulheres que tivessem interrompido uma gravidez fora do quadro legal; profissionais de saúde, profissionais de direito; parteiras; e outros informadores privilegiados, caracterizamos concepções e condutas sociais, dando conta dos factores que contribuem para explicar as diferentes concepções de justiça associadas ao exercício (individual e colectivo; privado e público; rural e urbano) da saúde reprodutiva em Portugal. Em termos metodológicos, a nossa investigação apoiou-se ainda na recolha e leitura de estudos quantitativos e qualitativos realizados nesta área, realização de painéis de discussão e análise de imprensa.

Nesta comunicação, propomo-nos discutir as percepções de cada grupo acerca da lei do aborto, das lutas sociais em seu redor e como, no caso específico das mulheres, estas viveram a sua prática clandestina. Num processo sobre o qual recaem inúmeras concepções morais, sociais e culturais, muitas vezes contraditórias, revelamos quais as representações sobre a anterior e nova lei do aborto através dos seus agentes principais.

Mesa: Políticas e modelações do corpo - 6 de Fevereiro - 11h15 - 216

Moderador: Albertino Gonçalves (ICS)

Título O corpo e o sujeito na contemporaneidade: signos de memórias e traços de identificação nas transformações corpóreas

ID 1177

Autores Francisco Ramos de Farias, Rita Maria Manso de Barros, Cristina Monteiro Barbosa

Resumo: Pretende-se analisar a impossibilidade de conservação da experiência; as novas modulações de experiências sexuais, o movimento repetitivo; o apelo à construção de arranjos subjetivos singulares e a monotonia decorrente da transitoriedade e da indiferença relativas às exigências do mundo globalizado. O processo de modificações corporais com valor de signos identificatórios traz as marcas da contemporaneidade: experiência transitória que denuncia a radicalidade das vivências ante um passado nostálgico e um futuro incerto. Nesse espaço de transição os diversos usos do corpo (artístico, sexual, político, entre outros) insinuam-se como resposta aos ditames delimitadores dos suportes do viver, além de profunda crítica aos critérios que primam pelo nivelamento da subjetividade. Indubitavelmente, tal estilo existencial embutido corporeidade indica que a monotonia, causada pelo esgarçar devido aos movimentos culturais vigentes que tentam nivelar as diferenças, produz apatia e indiferença, afetos bem conhecidos do homem na atualidade. Provavelmente a tem-se nas modalidades de sexualidades da atualidade e nas expressões corpóreas um alerta desesperado, dirigido tanto à banalização dos objetos produzidos em série quanto à possibilidade de aniquilamento frente às tendências do progresso científico aliado ao discurso capitalista. Sendo assim, configuram-se vivências corpóreas radicais em que a dor é transformada em prazer e o horror é eleito como parâmetro estético. Eis o recurso empregado pelo homem para manter sua singularidade e confrontar os espectadores com uma produção descartável que não circula em cifras econômicas

Título Modos de vida e padrões de consumo: travestismo e prostituição em Juiz de Fora, Brasil

ID 1187

Autores Marcelo Tavares

Resumo: A partir da constatação de que o sexo é um assunto que vem sendo tratado com mais abertura desde os movimentos sociais iniciados nos anos 1960, a visibilidade sobre opções sexuais e formas de se apresentar sexualmente na sociedade têm ganhado maior destaque. Uma dessas formas é a do travesti, imagem feminina em corpo masculino, segundo o consenso mais recorrente. O objetivo dessa comunicação é analisar padrões de comportamento e de consumo de travestis na cidade brasileira de Juiz de Fora, identificando como esse grupo que se prostitui, também se relaciona na cidade com seu próprio corpo, com o consumo material e com o ideário simbólico que estão presentes no dia-a-dia. Assim sendo, percebemos que as mudanças ocorridas nos padrões de comportamento e de idéias foram significativas. Para identificarmos essas transformações realizamos entrevistas com o público alvo desse estudo em dois tempos distintos - 2002 e 2008, ano no qual verificamos que a grande parte dos entrevistados inicialmente havia falecido em decorrência de doenças relacionadas à AIDS. Entretanto, outros travestis, mais jovens, se juntaram aos poucos remanescentes da primeira etapa de entrevistas e disputam os mesmos espaços de prostituição, com percepções diferentes sobre os temas que destacamos. Assim, chegamos a algumas conclusões iniciais: houve uma redistribuição no número de travestis que se prostituem no recorte espacial adotado, existe um esclarecimento maior sobre doenças sexualmente transmissíveis, continua o desejo pela compra da casa própria e permanecem os sonhos de mudança para a Europa.

Título Culto ao corpo e estilo de vida urbano

ID 1259

Autores Marcela Amaral

Resumo: O processo civilizador e a emergência da modernidade traçaram um novo modelo de espaço público, de cidade, que ganhou um novo sentido para o homem moderno e civilizado. A urbanização passa a ser um padrão, quase que global, de transformação social, fazendo das sociedades cada vez mais metropolitanas. Tantas transformações influenciaram os modos de vida nas sociedades contemporâneas e fizeram insurgir uma nova relação entre os indivíduos e o meio. Nestas novas relações, os indivíduos buscam cada vez mais controle sobre o meio e na medida em que transformam os ambientes em que vivem, transformam a si mesmos. O espaço urbano passou a ser gerido racionalmente. A cidade moderna é pensada e planejada para que funcione da melhor maneira, tornando-se, deste modo, o núcleo central da economia, da política e das culturas que caracterizam dada sociedade. Em um movimento semelhante, a modernidade marcou os

indivíduos através de seus corpos, pelo autocontrole da emoção e do inconsciente, pela sublimação da razão e repressão de impulsos. Assim como nas cidades, a gestão dos corpos dá-se também por processos racionais que modelam as práticas corporais, os estilos de vida e o próprio corpo em sua concretude. Nesta comunicação pretendo abordar a problemática das práticas de culto ao corpo as relacionando com as experiências das pessoas na cidade, uma vez que a escolha pela adoção ou não destas é mediada por entidades como a mídia, a publicidade, a moda ou o discurso médico que, em geral, têm grande alcance e influência nos espaços urbanos.

Título Corpo e infância: dialogando com a sociologia da infância

ID 497

Autores Márcia Buss Simão

Resumo: A presente comunicação busca contribuir com o debate contemporâneo sobre dimensões sociais e culturais da vida das crianças sobretudo no âmbito da dimensão corporal. Reporta-se a uma pesquisa de mestrado que buscou identificar as concepções de corpo e criança na produção acadêmica recente dos estudos da infância. Toma como corpus de análise dissertações de mestrado recentemente produzidas (1997 a 2003) no Brasil em diferentes áreas de conhecimento. Para o diálogo entre corpo e infância parte-se do pressuposto que infância e corpo são construções sociais, culturais e históricas, presentes em todas as sociedades humanas. Tal afirmação não significa, contudo, que se negue a evidente construção, também biológica, dessa dimensão. Buscou-se na produção científica, nas pesquisas realizadas sobre infância em diversas áreas do conhecimento, identificar as concepções de corpo, objetivando, com isso, promover a ampliação da indagação teórica em torno dos mundos sociais e culturais da infância. O diálogo se dá a partir da constatação de que apesar das pesquisas recentes, embasadas num novo paradigma da infância e das crianças, centrarem-se nas experiências infantis, dando grande relevância às crianças como agentes ativos na vida social, a dimensão corporal tem recebido pouca importância. Com base em estudos da Sociologia da Infância se tem enfatizado que as experiências do corpo, e sobretudo de diferenças corporais, agem como importantes significantes para a identidade social e que idade, tamanho e autoridade dos adultos são diferenças que precisam ser assumidas, numa tentativa de superação do assujeitamento a que as crianças comumente são submetidas em seus diferentes contextos.

Título Símbolos sobre o corpo: marcas de gênero no universo da tatuagem

ID 1471

Autores Andrea Osorio

Resumo: Analisando-se a prática contemporânea da tatuagem na cidade do Rio de Janeiro, a partir da observação de campo em dois estúdios de tatuagem, pode-se perceber uma lógica de construção corporal segundo o gênero, em que determinados locais do corpo são considerados femininos e outros masculinos. Os desenhos tatuados, da mesma forma, obedecem a esta lógica, existindo “desenhos femininos” e outros desenhos, classificados sob uma série de diferentes categorias, que podem ser utilizados tanto por homens quanto por mulheres ou apenas por eles. A dor, aspecto intrinsecamente relacionado à prática da tatuagem, é também vivida diferencialmente por homens e mulheres, marcando comportamentos diferentes para cada um. O masculino tem-se apresentado vinculado à noção de um ethos guerreiro, onde desenhos envolvendo as idéias de morte, destruição e força são os mais procurados, tatuados no braço, local que enseja, igualmente, uma idéia de força. O feminino, por sua vez, emerge relacionado à noção de fragilidade e delicadeza e às mulheres é permitida a expressão livre da dor, enquanto espera-se que os homens a suportem em silêncio. A tatuagem nas mulheres encerra, ainda, questões sobre a autonomia feminina sobre o próprio corpo, visto que muitas vezes marido e família tentam intervir na escolha pela marca. O crescimento do público feminino neste universo, contudo, parece apontar para uma autonomia das mulheres sobre seus corpos e suas escolhas. Neste sentido, o corpo apresenta-se como o derradeiro espaço da autonomia pessoal, muito embora também lócus do controle e submissão.

Mesa: Corpo, doença e risco: representações e projectos de intervenção - 6 de Fevereiro - 14h30 - 208

Moderador: Graça Simões de Carvalho (IEC)

Título Comportamentos sexuais, crenças, atitudes e conhecimentos de adolescentes/jovens portuguesas e cabo-verdianas face à vulnerabilidade ao risco do HIV/SIDA: uma abordagem antropológica comparativa em contexto urbano.

ID 994

Autores Maria de Guadalupe Carvalho

Resumo: Esta investigação debruça-se sobre a análise comparativa dos comportamentos sexuais no âmbito da heterossexualidade (práticas sexuais e comportamentos de não protecção), das adolescentes/jovens portuguesas e cabo-verdianas, relacionados com a vulnerabilidade face ao risco do VIH/SIDA. Serão também analisadas as crenças, as atitudes e os conhecimentos das jovens portuguesas e cabo-verdianas relativamente ao acesso à informação sobre o VIH/SIDA e ao acesso aos serviços de saúde pública. Os comportamentos sexuais, as crenças, as atitudes e os conhecimentos face ao risco do VIH/SIDA das jovens portuguesas e cabo-verdianas serão estudados em contexto universitário e em contexto comunitário, nos bairros sociais na Grande Lisboa, tendo em conta variáveis como a idade, a classe social, o grupo étnico, as crenças religiosas e os padrões sócio-culturais familiares e comunitários, como o controlo da sexualidade feminina por parte dos pais e a influência do grupo de pares nos comportamentos sexuais das jovens portuguesas e cabo-verdianas. Para a análise do tema “sexualidade feminina juvenil e sida” utilizaremos como suporte teórico as teorias das relações de género (Holland et al., 1990, 1991^a, 1991^b 1992 e 1994) e a teoria da vulnerabilidade proposta por Mann e colaboradores (1992 e 1996). Estas teorias têm revelado ser importantes na análise dos aspectos psico-sócio-económico-culturais que permeiam o processo saúde-doença (Campo da Antropologia Médica). O método utilizado será baseado nas entrevistas (oitenta entrevistas em contexto universitário e oitenta entrevistas em contexto comunitário). As entrevistas são semi-dirigidas, aprofundadas. Estas entrevistas serão analisadas utilizando-se a técnica de análise de conteúdo temática (Bardin, 1977).

Título Saúde e Prevenção nas Escolas e Protagonismo Juvenil

ID 1015

Autores Elizabeth Jácome da Costa Britto

Resumo: Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Rio Grande do Norte, por meio da Subordenadoria do Ensino Médio, desenvolve um projeto sobre Saúde Sexual e Reprodutiva, com objetivo de reduzir a incidência a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e da infecção ao HIV, prevenção a gravidez na adolescente e jovem, prevenção ao uso indevido as drogas, fomentar a participação juvenil para que adolescentes e jovens possam atuar como sujeitos transformadores da realidade, contribuindo para minimizar a evasão escolar.

1ª Etapa: Capacitação com os docentes das escolas (multiplicadores). Metodologia: exposições dialogadas; vivências em grupo; dinâmicas interativas; oficinas; exibição de vídeos, culminando com a elaboração do Plano de Ação. Temáticas: corpo matriz da sexualidade, planejamento familiar, saúde sexual e reprodutiva, relação de gênero, prevenção às DST/AIDS, prevenção as drogas, violências, juventudes e participação juvenil. Material: educativo, e insumos para desenvolver as oficinas. 2º Etapa: Oficinas 'in loco' nas escolas com os adolescentes. Metodologias: dinâmicas, peças teatrais, paródias, músicas, cartazes, filmes, rodas de conversas, literatura de cordel. 3º Etapa: Impressão da agenda educativa e preventiva elaborada pelos participantes destinada aos estudantes das escolas. Resultou das oficinas lúdicas, interativas, depoimentos idéias, poesia, pensamentos, frases, recadinhos, desenhos, fotos. Distribuição: estudantes das referidas escolas onde compartilha as experiências. 4º Etapa: Fóruns com conferência e apresentações das experiências realizadas nas escolas. Recursos: traslado, alimentação para os participantes e apoio logístico. Participantes: estudantes, educadores, pais e representantes da sociedade civil organizada. Formato: conferência, apresentações dos trabalhos, painéis, exposições artísticas e culturais.

Título Grupo gestor estadual em saúde e prevenção nas escolas

ID 1016

Autores Elizabeth Jácome da Costa Britto, Jorge Magno da Costa, Maria de Fátima Galvão de Carvalho, Maria da Conceição Ramalho, Ildete Mendes

Resumo: O Estado do Rio Grande do Norte-RN, seguindo as diretrizes ministeriais implantar através das Secretarias Estaduais de Saúde Pública e de Educação e Cultura, o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas com estratégias de enfrentamento às demandas postas por adolescentes e jovens, nos aspectos relacionados à promoção da saúde sexual e reprodutiva, visa reduzir a vulnerabilidade de adolescentes e jovens às doenças sexualmente transmissíveis (DST), à infecção pelo HIV, à AIDS e à gravidez não planejada na adolescência, por meio do desenvolvimento articulado de ações no âmbito das escolas e das unidades básicas de saúde. O Grupo Gestor Estadual criado por meio do Ato Governamental, publicado no Diário Oficial nº 195.754 11/09/2007, composto por representantes das Secretarias Estaduais de Educação e Cultura, Saúde Pública, Assistência Social, Subsecretária da Juventude, Universidade Federal, Organizações da Sociedade Civil, Canto Jovem e Sociedade Terra Viva, e de representantes de instituições que realizam trabalho na área do adolescente. Tem como atribuições:

Criar, acompanhar, monitorar e Avaliar os Grupos Gestores Municipais;

Capacitar Profissionais da Educação, Saúde, Assistência Social, Adolescentes e Jovens;

Oficina Árvore do Prazer, nas escolas de Ensino Médio para o Teste Rápido Diagnóstico (HIV/AIDS);

Implantação do Banco de Disponibilização de Preservativos nas Escolas.

O projeto representa um marco de integração dos sistemas de Educação e Saúde, que privilegia a escola como espaço para a articulação das políticas pública, voltadas para adolescentes e jovens, mediante a participação dos sujeitos desse processo, estudantes, famílias, profissionais referendados e demais instâncias cujas ações repercutem na formação dos jovens.

Título Consumir ou perecer: felicidade, autofagia e barbárie na sociedade de hiperconsumo

ID 407

Autores Wellington Fontes Menezes

Resumo: A mercadoria vai além das suas fronteiras físicas. Com o aperfeiçoamento das estruturas capitalistas dentro das mais variadas sociedades, o consumo de mercadorias ultrapassa sua mera aquisição de suporte à existência e a sobrevivência humana. No mundo ocidentalizado e globalizado pela complexidade de eventos e informações, trouxe o advento da "hipermodernidade", marcada por dois pilares fundamentais: o mercado liberal e a democracia. O hiperconsumo vai além das necessidades básicas e transforma mercadorias em mecanismos de prazer individualista e egocêntrico. Nunca na história das sociedades ocidentais foi possível produzir uma miríade de bens materiais e produtividade em massa possibilitando a conquista de um elevado padrão de bem-estar. A elevação deste padrão de produção material é assimétrica e não objetiva numa salutar satisfação na busca da equidade no interior de uma sociedade. A mercadoria como norteador de ações individualistas é projetado em diferentes segmentos da vida profissional, social e afetiva. Na esfera do hiperconsumo, tudo se configura em mercadorias consumíveis, onde não existem limites na busca frenética para a sociedade. Todavia, a possibilidade de chegar a mecanismos de satisfação pessoal nunca se concretiza e os indivíduos convertem num possível advento da felicidade humana em ansiedade e angústia. A "hipermodernidade" trás conseqüências deletérias para a constituição da sociedade e permite o aprofundamento do fosso social que gera e amplifica a barbárie.

Mesa: Representações e apropriações do feminino - 6 de Fevereiro - 16h15 - 304

Moderador: Helena Machado (ICS)

Título Para uma Ponte com a Margem mais Ignorada: Feminismos, Deficiência e Corpo, Uma História de Exclusão

ID 47

Autores Ana B Pereira

Resumo: Esta comunicação pretende analisar a forma como as perspectivas dos estudos sobre a deficiência e a questão da deficiência em particular têm estado ausentes da sociologia e das perspectivas feministas e a importância da sua integração. Discutir-se-á igualmente algumas formas de construção cultural de uma corporalidade normativa que urge questionar. Se outros eixos de análise como as perspectivas LGBT ou perspectivas relativas a questões raciais já se encontram mais presentes, a questão da deficiência mantém-se ainda nas margens das margens. Far-se-á uma breve discussão dos estudos sobre a deficiência, das suas perspectivas fundamentais e da forma como se assemelham e devem ser vistos como um eixo de análise interdisciplinar semelhante a outros já constituídos. Far-se-á igualmente menção à relação dos feminismos com o corpo e serão analisadas algumas perspectivas feministas recentes que, apesar de se centrarem na questão da corporalidade metafórica ou cibernética e da monstruosidade, falham pela falta de articulação com a realidade dos corpos deficientes. Serão no entanto discutidos outros modelos recentes para pensar o corpo propostos por teóricas feministas que podem ser articulados com perspectivas dos estudos sobre a deficiência de uma forma positiva. Serão ainda apresentadas algumas perspectivas fundamentais das teóricas feministas deficientes e as suas tentativas de articulação com o feminismo. Concluirei assinalando as semelhanças entre mulheres e pessoas com deficiências, nomeadamente ao nível da construção cultural e da medicalização dos corpos com o instaurar da modernidade e a necessidade absoluta de integrar uma perspectiva relativa à deficiência na teoria feminista e em geral.

Título Afetividade, corpo e solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia, Brasil

ID 67

Autores Ana Cláudia Lemos Pacheco

Resumo: Esta comunicação discute escolhas afetivas, solidão, corporalidade e sexualidade entre mulheres negras no contexto baiano, brasileiro atual. Baseia-se em alguns estudos demográficos dos anos 80, no Brasil, e na minha pesquisa doutoral (Pacheco, 2008) que apontam a cor/raça como um elemento precedente na preferência afetivo-sexual de parceiros. Tais estudos sinalizam para um “excedente” de mulheres negras “solitárias”, isto é: i) sem parceiros afetivos fixos; ii) sem relações afetivo-sexuais estáveis, em relação às mulheres pertencentes a outros grupos raciais. A fim de analisar essa premissa em contextos específicos, selecionou-se como recorte empírico, dois conjuntos de mulheres negras sem parceiros fixos: o primeiro, de ativistas políticas, integrantes do movimento de mulheres negras e ou do movimento negro, e o segundo, de mulheres não-ativistas em Salvador, Bahia. Realizou-se observação participante, entrevistas em profundidade, análise de trajetórias e narrativas. A análise dos dados da pesquisa apontou para o entendimento de que a afetividade, a solidão, expressa práticas culturais historicamente instituídas; como o racismo simbolizado na rejeição do corpo negro feminino e na preferência afetivo-sexual por mulheres brancas ou de “pele clara”; expressos em concepções estéticas de belo (a) branco (a) magro (a), em contraposição, à rejeição afetiva das mulheres negras, percebidas como gordas, feias; expressando-se em sentimentos de baixa-auto-estima. As diferenças de gênero foram traduzidas em disputas políticas e simbólicas entre homens e mulheres, ressignificadas em investimentos de capitais (político, econômico, social). A ausência de parceiros, i é, a solidão, é resultante dessas relações hierárquicas intercambiantes: raça, gênero, classe, sexualidade, afeto e outras.

Título Narrativas da Alteridade: Corpos Femininos na Construção Luso-Afro-Brasileira

ID 254

Autores Cristina Maria Da Silva

Resumo: Para Edward Said, “ao longo história, cada sociedade teve o seu Outro. Simone de Beauvoir: afirma que: “Para os habitantes de uma aldeia, todas as pessoas que não pertencem ao mesmo lugarejo são “os outros” e suspeitos; para os habitantes de um país, os habitantes de outro país são considerados “estrangeiros”. O Outro no discurso colonizador seria inicialmente o feminino, numa construção de narrativas viris. Partindo disso, não seria possível pensar o corpo feminino na cultura brasileira como um “lugar praticado de ações”, sobretudo imaginárias onde foram inscritas as narrativas da alteridade luso-afro-brasileira? Lemos as imagens do corpo feminino, num viés antropológico e histórico-social, em matizes teóricos, literários e mediáticos, como signo da inscrição das mestiçagens brasileiras, como pele da cultura onde se desenham as fusões de diferentes etnias e imaginários. Como lembra Butler, os discursos habitam corpos, neles se acomodam, na verdade os discursos por eles circulam como o próprio sangue, é isso que pretendemos expor. Nele se encarna a pluralidade de sentidos da cultura, onde se trava a relação entre o individual e o coletivo. O corpo feminino insinua-se como suporte e narrativa, ao encenar e falar sobre o que se tatua na cultura, e onde se presentificam, primeiramente, as invenções sociais. Perpassado, sobretudo pelos saberes inconscientes que formam uma sociedade, este encarna os confrontos e paradoxos na construção das convenções sociais como mapa das cartografias das identidades e diferenças que as constituem.

Título Usos e construções de imagens representativas sobre a sensualidade da mulher brasileira em um contexto migratório

ID 653

Autores Gleiciani Fernandes

Resumo: Esta proposta de trabalho é parte de uma pesquisa em curso com mulheres imigrantes brasileiras em Lisboa que exercem actividade profissionais como empregadas de mesa, vendedoras de pronto-a-vestir ou no atendimento ao público em geral. Tem como objectivo perceber como estas agentes sociais lidam em suas experiências quotidianas com as imagens representativas sobre a mulher brasileira, imagens estas que tem relações directas com os estereótipos da mulher alegre, sensual, quando não, associadas à prostituta. Busca-se compreender as estratégias encontradas para lidar com um espaço laboral que exige simpatia e ao mesmo tempo com uma imagem negativa de uma corporalidade brasileira, mais flexível e mais sensual.

Os dados até agora obtidos revelam que estas imagens representativas sobre as brasileiras têm um papel decisivo na sua relação com o “outro” e também como percebem o “nós”. Surgem determinadas implicações que as afectam em escala profissional, pessoal e até mesmo afectiva. Porém, estas mulheres não são meras receptoras de uma imagem “exotizada/erotizada” sobre a mulher brasileira, que permeia o universo simbólico português marcado por várias imagens

representativas sobre o povo brasileiro, elas também (re)criam suas próprias representações encontrando estratégias hora de reforço, hora de negação dos estereótipos.

Título Interrogando a prostituição: Da surdez moral à mediatização social. Subsídios para a interpretação de uma velha-nova profissão.

ID 1619

Autores José Manuel Oliveira Sá

Resumo: A prostituição é, ainda hoje, um campo marcado por um debate que atravessa todo o tecido social. Dominado pelos que a consideram como um mal que convém controlar por razões sociais, sanitárias e morais e pelos que a julgam incompatível com a dignidade humana, raros são os que olham para a prostituição como uma actividade como qualquer outra, diríamos com direito à cidadania. Hoje também, mais do que nunca, impõe-se seriamente não só a conceptualização desta paradoxal realidade, uma vez observadas as evoluções societais e as profundas metamorfoses decorrentes deste intrincado fenómeno, mas também inaugurar uma nova abordagem na defesa de determinados grupos de trabalhadoras sexuais, destacando-se aqui as prostitutas que reclamam um pleno exercício da parentalidade. Se tal investimento não for concretizado, continuaremos a assistir a uma negação dos direitos básicos, e inalienáveis, das mulheres que desenvolvem a actividade prostitucional, persistindo a sua perseguição e estigmatização alimentadas por lógicas reducionistas, empobrecendo inevitavelmente deste modo o próprio dever civilizacional por não se garantir, coarctando, os direitos de opção, escolha e determinação. Com base num trabalho de campo que se iniciou em 2001, que produziu novos factos, a presente comunicação pretende reflectir criticamente sobre as teses dominantes acerca deste velho e actual campo social, contrapondo outras perspectivas que apontam para a desestigmatização e a plena integração da prostituição enquanto trabalho sexual.

Título Articulação entre ONGs e núcleos universitários (NE) feministas brasileiros nas lutas pelos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

ID 1331

Autores Sílvia Lúcia Ferreira, Simone Andrade Teixeira, Patrícia Figueiredo Marques

Resumo: O ressurgimento do feminismo brasileiro, como resultado dos processos de resistência social que antecederam o período de abertura política brasileira deu-se, de um lado, por meio das Organizações não Governamentais (ONG's) e por outro lado, vinculado à produção académica de influência francesa e americana. A formação de ONG's feministas e de Núcleos de Estudos –NE- universitários sobre as mulheres se constituiu uma importante estratégia de ação política que viabilizou uma produção de conhecimento com importantes reflexões sobre as condições das mulheres, como também promoveu o desenvolvimento de uma práxis diferenciada e comprometida com o reconhecimento das mulheres como sujeitos de direitos nos diversos espaços sociais. O objetivo desta pesquisa foi traçar um perfil das ONG's feministas e de Núcleos de Estudos –NE- universitários criados a partir da década de 80 e identificar as principais estratégias, que isoladas ou articuladas, promoveram conquistas no contexto dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (DSDR). Desde a década de 80 até o presente, foram identificados 07 Núcleos de Estudos e 24 ONG's que trabalham com o tema dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (DSDR). As feministas académicas influenciam e são influenciadas pelas feministas das organizações e vice-versa. Identificam-se espaços privilegiados onde estas articulações se dão de modo mais consistente: a) na militância política; b) na formação de recursos humanos c) na produção de conhecimento d) no processo: de formulação e implementação de políticas públicas.

Título Homossexualidade na Reclusão Feminina: Discursos, Representações e Práticas.

ID 1595

Autores Líliliana Rodrigues

Resumo: Este estudo teve como objectivo analisar os discursos, representações e práticas das reclusas de dois Estabelecimentos Prisionais, face às questões da homossexualidade numa prisão feminina. Uma das prisões está situada na região Norte de Portugal e a outra na região Sul do Brasil. Para tal, procedeu-se à aplicação de entrevistas a algumas reclusas dos referidos estabelecimentos prisionais. Os resultados obtidos mostram que os discursos e práticas dentro do sistema prisional está relacionado com a prisão em que as reclusas estão a cumprir pena. A rigidez do estabelecimento prisional influencia também a prática desses comportamentos no seu interior e ao mesmo tempo modelam os comportamentos das reclusas. Constatou-se também que a homossexualidade na reclusão feminina é uma realidade dos nossos tempos e ela cada vez mais está a ocupar todos os campos da sociedade, inclusive, as prisões.

Mesa: Sexualidade, media e juventude - 6 de Fevereiro - 16h15 - 315

Moderador: Zara Coelho (ICS)

Título “Olhando para ti”: uma compreensão discursiva e visual do gaze em anúncios para mulheres

ID 253

Autores Zara Pinto-Coelho, Silvana Mota-Ribeiro

Resumo: A crítica feminista da publicidade tem explorado a questão do visionamento genderizado dos anúncios (Betterson, 1987; Pollock, 1988; Shields, 1990; Williamson, 1978; Winship, 2000). No debate clássico, há uma confluência entre género e sexualidade, à maneira do que é recorrente nos anúncios visuais (Jhally, 2007).

Nesta comunicação, entramos neste debate, inscrevendo o “gaze” onde acreditamos ser o seu território: não na psicanálise, mas na matriz socio-política da ideologia, i.e., no âmbito dos regimes de poder. Para dar conta desses regimes, usamos os conceitos de discurso e de posicionamento discursivo (Fairclough, 1989; Kress, 1989), em articulação com uma abordagem visual (Kress & van Leeuwen, 1996). No quadro desta abordagem, defendemos que existe uma diferença entre aquilo que é mostrado nas imagens (nível representacional) e o modo como elas convidam o visionador a participar no mundo representado (nível interaccional). É este nível de significado, a dimensão interaccional dos anúncios,

que não tem sido explorado no contexto do debate do “gaze”. Como nas revistas femininas quem olha são mulheres, e não homens, é fundamental compreender como as visionadoras são convidadas a olhar para as mulheres representadas. Interrogamos se a imagem pede algo à visionadora ou se lhe oferece algo – se há ou não olhar directo da modelo para a visionadora – e se há coerência ideológica entre os discursos activados na construção de uma posição de sujeito para a visionadora e na construção da cena mostrada.

A nossa análise de 151 anúncios de 7 revistas femininas portuguesas (Setembro de 2005), mostra que o mundo de género representado (dimensão representacional) em imagens oferta e em imagens pedido está intimamente ligado à materialidade dos corpos mostrados, e portanto, a discursos relativos à sexualidade que parecem incorporar um regime patriarcal do olhar em que as mulheres são representadas como “visões” (Berger, 1972). No entanto, há casos de imagens pedido em que a visionadora é convidada a olhar para a mulher mostrada a partir de uma posição de sujeito que se inscreve em discursos de “power femininity” (Gill, 2008; Lazar, 2006). Interrogamo-nos se estas contradições discursivas poderão significar uma mudança na forma como o poder opera, sem no entanto deixar de sublinhar que estas contradições poderão abrir caminho para a construção de discursos alternativos e auto-compreensões.

Título As construções reflexivas das sexualidades dos/das jovens

ID 327

Autores Cristina Vieira

Resumo: Pensar a sexualidade dos/das jovens como um produto de construção social implica percebê-la subjacente a práticas, valores, ideias e imagens sócio-culturais predominantes em cada momento histórico.

Associada à moderna organização social prolifera uma variedade de valores assentes na imagem cultural a sexualidade juvenil. Integrados em contextos incertos e em estilos de vida feitos de quotidianos modernos, os /as jovens produzem, organizam e conduzem as suas biografias sexuais. De forma reflexiva, os/as jovens conciliam o condicionamento estrutural das práticas do quotidiano com as diferentes opções individuais. As biografias sexuais dos/das jovens surgem marcadas pela subjectividade reflexiva e evidenciam diferentes lógicas de construção. Como tal propomo-nos apresentar alguns resultados, relativos a uma investigação em curso, através da opção metodológica grupos de discussão. É nossa intenção mostrar como os/as jovens exprimam a sua própria realidade, através da sua própria linguagem, deixando emergir as suas características conceptuais - enquadradas nos seus campos de referência. Nesse sentido, é nossa intenção mostrar em que medida a sexualidade, enquanto dimensão integrante da identidade, é percebida como uma construção, isto é, um percurso que envolve opções. Para tal, iremos procurar organizar informação inerente aos discursos dos/das jovens, tendo presente as diferentes configurações da sexualidade.

Título Fama e imagem corporal: idealização do feminino numa revista para raparigas adolescentes

ID 926

Autores Sara Magalhães, Luísa Saavedra, Conceição Nogueira

Resumo: Nos dias de hoje é inegável a influência dos media. Esta influencia é especialmente importante junto dos adolescentes uma vez que, como refere Brown (2007), estes passam mais tempo junto dos meios de comunicação [e das tecnologias] do que dos seus pais ou mesmo na escola. De entre estes, destacam-se as revistas para raparigas adolescentes que pelo seu conteúdo muito específico, composto essencialmente na exploração de outros meios de comunicação e das suas vedetas, desde cedo incutem nas jovens o culto da beleza e a importância de uma imagem corporal socialmente aceite. Assim, desde o início da adolescência as raparigas são confrontadas com modelos de sexualidade (ou mesmo scripts sexuais e de género) que as levam a construir-se e a adoptar uma normatividade heterossexista considerada na sociedade em geral como a mais adequada.

Neste trabalho pretendemos analisar criticamente os discursos de construção do culto do corpo e da imagem corporal (Duncan, 1994) pela exploração das imagens de personalidades famosas, presentes na revista Bravo no ano de 2007. Pretende-se assim desconstruir não só este processo, como também reflectir a idealização do feminino que lhes é associada e sobre possíveis impactos na formação pessoal das adolescentes na sociedade patriarcal e sexista em que vivemos.

Título A produção da sexualidade pela mídia

ID 1302

Autores Lucimara das Graças Gomes Garcia, Rita de Cássia da Silva Oliveira

Resumo: A atividade sexual na adolescência vem se iniciando cada vez mais precocemente, com conseqüências indesejáveis imediatas como o aumento da gravidez nessa faixa etária. A sexualidade, entendida como uma construção humana, histórica e cultural, precisa ser discutida na escola, espaço privilegiado para discussão do conhecimento historicamente produzido. Entender o desenvolvimento da sexualidade dos adolescentes, considerando as influências exercidas pela mídia é um grande desafio, já que as mudanças culturais ocorridas ao longo da história, modificaram o comportamento do ser humano, em especial na sua forma de viver e encarar a sexualidade. Por isso a presente pesquisa objetiva refletir no âmbito escolar sobre a construção da sexualidade humana, frente ao poderio da mídia e as suas conseqüências - erotização infanto-juvenil, liberalização sexual e a gravidez precoce -, bem como a responsabilidade e eficiência da escola nesta tarefa de prevenção; provocar na escola uma profunda e necessária reflexão sobre valores e preconceitos dos próprios educadores, buscando desvincular sexualidade dos preconceitos, adotando postura condizente com uma educação voltada para cidadania, e assim promover o exercício responsável da sexualidade dos jovens. Objetiva-se ainda chamar a atenção desses profissionais para questões pertinentes a sexualidade e a prevenção da gravidez precoce, visando a redução de casos de gravidez. Para tanto se optou por utilizar uma metodologia qualitativa de cunho investigativo e interpretativo, fazendo uso de aprofundamento teórico, desenvolvimento de programas de orientação aos adolescentes sobre a temática e criação de grupos de estudos com os professores envolvidos no projeto.

Título Reflexões da violência e abuso sexual infanto juvenil

ID 1341

Autores Viviane Lopes de Morais

Resumo: O Governo brasileiro, ao priorizar o problema, tem procurado traçar estratégias competentes e fundamentais para o enfrentamento a essa ação criminoso e violadora dos direitos sexuais das crianças e adolescentes. O trabalho em referência, traz alguns esclarecimentos acerca deste problema, citando a experiência do município de Muniz Freire-ES

Título A sexualidade de adolescentes e jovens vivendo com HIV/aids: representações sociais.

ID 1403

Autores Mirian Santos Paiva, Michele Carvalho Cunha, Andréia Silva Rodrigues, Lucineide Santos Silva

Resumo: As(os) adolescentes vivenciam intensas transformações psicológicas, físicas e sociais. As(Os) que são soropositivas(os) para o HIV/aids experimentam modificações da adolescência e concomitante a isso, necessitam saber lidar com as limitações impostas pela condição de soropositividade para se tornarem aptas(os) a exercitar práticas sexuais seguras para não se reinfectarem ou disseminarem o vírus. Este estudo exploratório e qualitativo fundamentado na Teoria das Representações Sociais, foi realizado num Centro de Referência para Aids com adolescentes que vivem com HIV/Aids e tem como objetivos: Apreender as representações sociais de adolescentes e jovens que vivem com o HIV sobre sexualidade, namoro, sexo e aids; Participaram do estudo 21 adolescentes e jovens. Na coleta de dados utilizou-se o teste de associação livre de palavras e a entrevista semi-estruturada, cujos dados sofreram análise fatorial de correspondência e análise de conteúdo temática e os resultados alcançaram 66,7% da variância total das respostas referidas pelos sujeitos. Foram evocadas 651 palavras das quais 445 foram diferentes. Apreender as representações sobre a sexualidade de adolescentes vivendo com HIV/aids é se defrontar com um todo não homogêneo, onde estão expressas contradições, similaridades, cognição, afeição, emoções, racionalidade e muitas outras condições presentes no cotidiano dos(as) adolescentes e jovens e que os(as) tornaram vulneráveis à infecção pelo HIV.

Nação, Estado e Sistemas Políticos

Mesa: Nação e Identidades - 4 de Fevereiro - 19 horas - 301

Moderador: Rogério Dutra dos Santos

Título Intelectuais ibgeanos: quesito raça/ cor e o projeto de nação e modernização brasileira (1936-1960)

ID 263

Autores Alessandra Nascimento

Resumo: Este trabalho visa fornecer uma interpretação sobre a contribuição de parte da intelectualidade ibgeana para a caracterização da nação brasileira, no contexto de modernização institucional implementada pelo Estado (1936-1960). Para isto irá abordar as principais idéias que orientaram a criação do sistema classificatório racial presentes nos periódicos do IBGE: Revista Brasileira de Geografia e Revista Brasileira de Estatística. A hipótese que norteou o trabalho consistiu na idéia segundo a qual as revistas de Geografia e de Estatística, ao passo que proporcionaram um quadro de referências para a organização institucional do país, desenvolveram um perfil identitário para IBGE e para o Brasil, sendo a elaboração dos diferentes quesitos o resultado deste processo. A partir da interpretação dos dados podemos apontar que o Instituto ao construir o quesito raça/cor consolidou uma visão de identidade nacional marcada pelo ecletismo. Revelou como representante da intelligentsia ibgeana Fernando de Azevedo – como articulador teórico e político. E que este intelectual estabeleceu uma abordagem que reconhecia na tradição as possibilidades da modernização como prática e da modernidade enquanto valor, através de suas idéias-sínteses sobre raça, cultura, etnia e nação difundidas nos referidos periódicos. Foi na obra, A Cultura Brasileira, que Azevedo representou um dos melhores exemplos do ecletismo ibgeano ao reconhecer e valorizar contribuições teóricas diversas como as proporcionadas por intelectuais como Gilberto Freyre e Oliveira Vianna. Os recenseamentos nacionais, e demais trabalhos realizados pelo IBGE, contribuíram para consolidar o projeto de Brasil como uma nação misturada, harmônica, inclusiva e moderna.

Título Utopia, Modernidade e Drama no Brasil de JK

ID 1378

Autores Ana Maria Ribas Cardoso

Resumo: Refletir sobre o Brasil de JK nos confronta, para além das conquistas econômicas, com as novas velhas contradições sociais; o que grifa o drama permanente que envolve a realidade histórico-cultural de um povo e de uma nacionalidade truncadas, portanto, ainda carentes de formatação. Tal perspectiva nos conduz ao projeto civilizatório do novo Brasil, da segunda metade dos anos cinquenta, que fazia crer na erradicação dos males que multiseccularmente nos envolviam e, logo, julgava factível introduzir novos ordenamentos político-institucionais e uma outra feição social que superasse o imemorial atraso e conquistasse a autonomia da nação. A esta epopéia da “modernidade tardia”, auto-designada como natural, se vinculava, sob os auspícios do Estado, uma modernização econômica, tecnológica e estética que se supunha capaz de reunir as forças e os talentos inventivos esparsos da comunidade nacional e fazer com que os brasileiros não se sentissem mais exilados em sua própria terra. Como a República diz respeito à construção e consolidação de regras, princípios e valores políticos e ético-morais que devem (re)unir as pessoas que vivem em uma sociedade, a fim de que elas possam agir e se fazer representar; cabe a nós indagar como a política – enquanto síntese universal das ações, lutas, sentimentos e desejos humanos – viabilizou o regime republicano e as condições da cidadania entre nós, tendo como pano de fundo um modelo de desenvolvimento econômico que se auto-intitulou “redentor” da nação. Metáforas de uma nação e de um povo em busca de sua identidade a vivenciar o Brasil: capital Brasília como utopia e drama.

Título A desvinculação religiosa na instauração do Estado moderno e as metamorfoses na contemporaneidade

ID 831

Autores Carlos Eduardo Santos, Joseneide Santos

Resumo: Este trabalho evidencia através de uma investigação teórico-filosófica a desvinculação religiosa na instauração do Estado moderno e os seus rebatimentos na contemporaneidade. O estudo se caracteriza como um estudo bibliográfico, descritivo e analítico. Quanto aos resultados, identificou-se a partir de uma análise política hobbesiana que as crenças religiosas são ações que desvirtuam o homem racional-moderno em relação à construção de um Estado soberano, haja vista que nesta concepção política, o homem não pode ser vinculado a dois poderes (religioso e soberano), pois ambos são incoerentes entre si. De um lado, o Estado representa a negação de qualquer ordem que não seja executada pela busca do concreto, racional e por outro lado, a religião nega o movimento do corpo animado (o próprio homem), envolvida pelos dogmas, constituindo as ações humanas por meio de uma concepção dualista. (a do bem e a do mal). A desvinculação entre a 'religião e o Estado', portanto, se reveste de metamorfoses que se complexificam na atual realidade, mediante os desdobramentos da contemporaneidade no campo da filosofia e da ciência política.

Título Cidadania Política de Residentes não nacionais em Portugal - olhando o caso Brasileiro

ID 1615

Autores Isabel Estrada

Resumo: Tendo como ponto de partida o trabalho exploratório sobre a cidadania política de residentes não-nacionais em Portugal (Carvalho, 2005, Carvalho, 2006, Carvalho, 2007) que se configura aliás como o primeiro em Portugal sobre esta realidade específica, a comunicação avança como uma nova proposta de estudo, desta feita centrada na relação dos residentes Brasileiros com a cidadania política que podem exercer ao nível local, trazendo a tererito um conjunto de questões tão fundamentais quanto provocatórias, como de resto o são também para a análise da relação do próprio cidadão nacional com a Política. O que explica as baixíssimas taxas de recenseamento eleitoral entre esta comunidade? Do mesmo modo, sendo o residente que se recenseia não um super-cidadão mas um indivíduo tão 'normal' quanto o outro que o não faz, o que explica este comportamento diferente? E é esse comportamento sinónimo de uma igualmente distinta atitude face à política? A análise não ficaria completa sem uma avaliação, plasmada já nos trabalhos referidos, aos direitos passivos (isto é de se ser eleito), recuperando uma vez mais a questão central do papel decisivo dos Partidos Políticos no desenvolvimento da actual realidade (5 eleitos não-nacionais em 2001 e 3 em 2005), e a sua consequente responsabilidade na manutenção ou desafio a este cenário? Finalmente, a comunicação aborda a importante questão (frequentemente escamoteada, diga-se) de saber até que ponto é pertinente a preocupação com as baixas taxas de recenseamento, e, já a um outro nível, com as taxas de abstencionismo eleitoral. Por outras palavras, as análises políticas tendem quase sempre a valorizar estes fenómenos, porque se centram numa visão estrita da vivência da cidadania política. Porém, cada vez mais politólogos frisam a importância de reconhecer (e por isso mesmo de procurar teorizar) formas não-convencionais de experiência da cidadania política, pelas quais, como Klingmann e Fuchs referem, ocorre a modernização do sujeito político. De facto, seria absolutamente leviano concluir que o indivíduo que não se recenseia é um indivíduo que não se interessa pela Política, a menos que as evidências empíricas assim o provem, trabalho que até ao momento, e no que se refere aos residentes não-nacionais em Portugal não está realizado, e que urge concretizar.

Mesa: Nação, Estado e Sistemas Políticos - 5 de Fevereiro - 11h15 - 213

Moderador: Edalina Rodrigues Sanches

Título A República brasileira também desterra: legislação, ordem e suas práticas – o caso de 1892.

ID 233

Autores Francisco Bento da Silva, Gerson Rodrigues Albuquerque, Elder Andrade de Paula

Resumo: A Constituição brasileira de 1891, em seu artigo 80, afirmava que poderia ser declarado estado de sítio “em qualquer parte do território da União”. O parágrafo segundo, deste artigo, nos itens 01º e 02º complementava: “a detenção em lugar não destinado aos réus de crimes comuns” e, “o desterro para outros sítios do território nacional”. É com base nesta legislação, que a recém implantada República dará continuidade à prática do desterro interno, algo comum no período Colonial e Imperial.

O caso mais sintomático aconteceu em 1892 no Rio de Janeiro, quando o governo federal instituiu o estado de sítio e aplicou o posterior desterro aos implicados em atos de “comoção intestina”. Eram principalmente parlamentares e militares que tinham participado na noite do dia 10 de abril de um comício em homenagem ao ex-presidente Deodoro da Fonseca, que havia renunciado no final do ano anterior. Na manhã do dia 11 o presidente Floriano Peixoto assina o Decreto nº 791, instituindo estado de sítio na capital federal. Acontecem de imediato várias prisões de civis e militares acusados de conspiração e sedição, com base nos artigos 115 e 118 do Código Penal e no referido artigo 80 da Constituição Federal. No dia 12 de abril, são embarcados no navio Pernambuco onze militares e treze civis. Destino da embarcação com os desterrados: Amazônia, extremo norte do país. O restante dos presos ficou encarcerado em fortes militares no Rio de Janeiro.

Título A instabilidade eleitoral dos sistemas partidários dos países de língua portuguesa

ID 624

Autores Paulo Peres

Resumo: As democracias recentes vêm sendo avaliadas pela literatura de política comparada sob a ótica do “desempenho institucional”, abrangendo análises dos efeitos da forma de governo, do sistema eleitoral, do arranjo federativo e do sistema partidário sobre o comportamento dos atores políticos, especialmente sua tomada de decisão. Nesse contexto, o sistema partidário vem recebendo grande atenção por parte dos analistas em função de sua importância no que se refere à agregação das demandas ou preferências eleitorais, à intermediação da Sociedade Civil com o sistema político, à composição do Legislativo e, com isto, à própria formação do governo e ao grau de governabilidade. Segundo diversos autores, um sistema partidário incapaz de institucionalizar a participação eleitoral e de estruturar as preferências dos eleitores criaria sérias dificuldades ao funcionamento efetivo da democracia representativa. Sob tal perspectiva, meu objetivo na apresentação é analisar a evolução da instabilidade eleitoral [índice de volatilidade eleitoral de Pedersen] dos

sistemas partidários dos países de língua portuguesa, todos pertencentes ao grupo das democracias recentes, de modo a avaliar o grau de estruturação das preferências eleitorais agregadas promovido por seus respectivos partidos.

Título Protagonismo feminino nas eleições multipartidárias cabo-verdianas

ID 661

Autores Eurídice Monteiro

Resumo: As mulheres encontram-se sub-representadas nas listas eleitorais e tendem a ocupar posições de menor elegibilidade, contribuindo para a sua persistente sub-representação política, apesar dos avanços registados durante o multipartidarismo. Esta sub-representação política feminina deve-se em boa medida a um conjunto de factores políticos: a organização das actividades políticas, os processos de selecção e de ordenação das listas eleitorais e o próprio sistema eleitoral. Ao conjugar o bipartidarismo e os pequenos círculos eleitorais (particularmente os binomiais), o sistema eleitoral cabo-verdiano acaba por condicionar a eleição de elementos do sexo feminino, produzindo um efeito similar ao sistema maioritário em círculos uninomiais. Paralelamente, as relações entre os homens e as mulheres estabelecidas no espaço doméstico e a precariedade da situação familiar de muitas mulheres (a problemática das mães solteiras), as desigualdades históricas relativamente à educação das mulheres e a sua condição perante o trabalho, enquanto principais pressupostos em que se assentam as relações sociais de sexo no contexto cabo-verdiano, têm reflexo na participação das mulheres nos órgãos de poder político. Desta forma, importa questionar sobretudo esses pressupostos, pois as mulheres antes de se auto-excluírem do campo político, são discriminadas na aquisição de recursos necessários para obter a igualdade de participação e de acesso aos lugares de responsabilidade política. Nesta comunicação, para além de uma análise inicial sobre o processo eleitoral cabo-verdiano, que tem implicações na composição dos órgãos de poder político, pretendemos problematizar a participação das mulheres nas eleições multipartidárias, destacando os processos de selecção e de ordenação das listas eleitorais.

Título A escrita do hino nacional: uma história da construção de modelos de Estado e de modelos de cidadania no Moçambique pós-independente

ID 828

Autores Maria Benedita Basto

Resumo: Em Moçambique, não apenas necessitou o Estado, em função dos seus modelos (socialista ou democrático) de fazer apelo à escrita de diferentes hinos nacionais, como deram também essas escritas lugar a debates e cenas constitutivas da representação da comunidade política e da cidadania. A análise de todo este material permite por um lado destacar as dificuldades encontradas na constituição de uma identidade nacional, e por outro, discutir as diferentes crises e transições políticas que marcaram a construção do Estado-nação moçambicano desde a sua independência.

A escrita do primeiro hino, que tem como contexto a independência do país e a necessidade de afirmação da unidade nacional, toma a forma de um apelo a toda a população através de um concurso largamente difundido pela imprensa. A situação de crise dos anos 80, marcada pela guerra, pede a substituição do primeiro hino, enquanto tentativa de restabelecimento de laços entre o Estado e as populações. O terceiro hino acompanha a mudança de um sistema de partido único para um regime multipartidário no início dos anos 90 necessitando de dez anos para a sua conclusão. Aqui o debate não investiu apenas a imprensa mas o espaço da Assembleia da República. Até hoje ainda não estudadas, as escritas destes hinos representam um caso original e muito rico que permitirá contribuir, a partir de material inédito, para uma reflexão sobre a especificidade do caso moçambicano no contexto lusófono.

Título O município no federalismo brasileiro

ID 904

Autores Vidal Dias Mota Junior

Resumo:

Mesa: Nação, Estado e Sistemas Políticos - 5 de Fevereiro - 16h15 - 213

Moderador: Paulo Peres

Título A estabilidade dos padrões de competição eleitoral em Cabo Verde

ID 954

Autores Edalina Rodrigues Sanches

Resumo: No estudo das democracias de Terceira Vaga (p. ex. América Latina e África) vários autores (Mainwaring: 1999, Maning: 2002, Kuenzi e Lambricht: 2001, Mozaffar: 2005) observaram que os sistemas de partidos que emergem nestes contextos apresentam características distintivas (número de partidos, volatilidade eleitoral, polarização esquerda direita), que tornam difícil a aplicabilidade dos modelos teóricos, comumente, utilizados no estudo das democracias mais consolidadas (p. ex. europeias), nestes casos. A proposta que aqui se apresenta situa-se no centro deste debate e tem como objectivo principal descrever a natureza do sistema de partidos cabo-verdiano, do ponto de vista do seu grau de institucionalização e qualidade da democracia e responder desta forma a uma questão central já levantada e parcialmente analisada por Meyns (2002): «O que torna Cabo Verde um caso de excepção no contexto de consolidação das Democracias Africanas?». Pese embora se trate de um estudo de caso, existem muitos aspectos comparáveis e neste sentido reportámo-nos a países mais semelhantes (democracias africanas) e mais diferentes (democracias mais consolidadas), para criar um modelo teórico mais adequado ao nosso caso. Os resultados são, de certa forma, surpreendentes, pois se por um lado o sistema de partidos cabo-verdiano apresenta traços que o aproximam das democracias africanas, nomeadamente fraca polarização ideológica, proliferação de pequenos partidos de tipo personalístico, predomínio dos partidos com relevância histórica, por outro lado, no que diz respeito aos direitos cívicos e políticos, número de partidos e sistema eleitoral, assemelha-se às democracias mais consolidadas.

Título Francisco Campos e os fundamentos do constitucionalismo antiliberal no Brasil

ID 1335

Autores Rogerio Dutra dos Santos

Resumo: Este texto analisa o constitucionalismo antiliberal do Ministro da Justiça do Estado Novo, Francisco Campos (1891-1968), como o fundamento jurídico daquele regime. Sua teoria é centrada na mobilização política de uma sociedade de massas, no desenho de uma ditadura cesarista e plebiscitária e na conformação de instituições ancoradas em legislação delegada. O texto destaca a distinção do autor entre liberalismo e democracia e a sua sociologia das massas, que atribui irracionalidade ao espaço político. Considerar Campos um grande artífice do Estado Novo significa rejeitar as conjecturas que simplificam a compreensão do governo Vargas como autoritário-populista.

Título Apostas Eleitorais

ID 1387

Autores Moacir Palmeira

Resumo: No Nordeste do Brasil, nas pequenas mas também nas grandes cidades, nos meses que antecedem as eleições, multiplicam-se as apostas, sob a forma de dinheiro ou bens (animais, casas, automóveis), em candidatos a cargos majoritários. É uma espécie de jogo sobre o jogo político, com regras muito precisas (a aposta, algumas vezes, é registrada em cartório) que faz a vez de uma sondagem de opinião pública e tem efeitos performativos semelhantes. O maior número de apostas em um candidato é lido como uma indicação de favoritismo eleitoral. Mas, a etnografia das apostas que nos propomos a fazer está voltada fundamentalmente para uma outra dimensão: apostar sugere um comprometimento pessoal público do eleitor com um candidato ou uma facção, que passa por mecanismos de evitação entre apostadores a partir do momento em que a aposta é feita até a comemoração festiva e reconciliatória em seguida à proclamação do resultado do pleito, que parece corresponder a uma internalização do chamado tempo da política (expressão utilizada pela população para recortar o conjunto de atividades que acompanham o processo eleitoral) indispensável para que esse tempo se configure enquanto tal.

Título Poder Local

ID 1391

Autores Moacir Palmeira

Resumo: Os estudos de poder local e política local estão amarrados a uma espécie de dilema entre a afirmação da sua especificidade face a um poder maior, ou a uma política englobadora, e a negação radical de qualquer especificidade. Formulações intermediárias, como aqueles que substituem “política local” por “política a nível local” ou os estudos que pensam numa sociologia do poder local como “o estudo da distribuição do poder nas coletividades locais” parecem-nos também não fugir ao impasse. Todos eles parecem partilhar a crença de que, quer se trate de poder central ou de poder local, de política nacional ou de política municipal, é o mesmo poder e a mesma política que estão em jogo. O exercício que nos propomos a fazer, com base em pesquisas feitas nas regiões nordeste e sul do Brasil e em trabalhos feitos por outros cientistas sociais em áreas diversas, vai em outra direção, sugerindo que: 1) não há isonomia entre “política nacional” e “política local”; 2) a “política local” não é “local”, ainda que se cristalice, em suas formas mais típicas em situações que podem ser definidas como “locais”; 3) a complexidade das relações de que se faz essa “política local” não é menor do que aquela da política “nacional”; 4) as definições sociais de poder, num caso e noutro, não são as mesmas; 5) isso tem consequências para se pensar a formulação de políticas públicas e para a discussão de questões como a da descentralização.

Mesa: Semi-Presidencialismo em Países de Língua Portuguesa - 6 de Fevereiro - 11h15 - 305

Moderador: Marina Costa Lobo

Título Semi-presidencialismo em Países de Língua Portuguesa. O caso de São Tomé e Príncipe (mesa-redonda)

ID 980

Autores Gerhard Seibert

Resumo: Seguindo o exemplo das outras ex-colónias portuguesas, depois da independência em 1975, São Tomé e Príncipe estabeleceu um regime de partido único, de orientação soviética. Devido ao fracasso económico deste sistema, nos meados dos anos 1980 o próprio regime iniciou uma liberalização económica e política que, em 1990, culminou com a introdução da democracia multipartidária, baseada no sistema semi-presidencial português. Em 2003 uma revisão da Constituição manteve o sistema semipresidencial, mas reduziu consideravelmente as competências do Presidente da República. Contudo, como antes, verifica-se uma discrepância entre a 'law in the books' e a 'law in action', pois, de facto, o presidente continua assumir funções que a Constituição não prevê. O artigo retrata o processo da introdução do semipresidencialismo em São Tomé e Príncipe e as características da Constituição de 1990 e da sua revisão de 2003, sobretudo relativamente às competências do Presidente. O objectivo é enquadrar o caso de São Tomé e Príncipe no conjunto dos países da língua portuguesa com um sistema semipresidencial, analisando os efeitos do sistema para a consolidação democrática neste pequeno país insular.

Título Semi-presidencialismo em Moçambique (1986 a 2008)

ID 1416

Autores José Jaime Macuane

Resumo: A Constituição moçambicana prevê a existência de um Presidente eleito por voto directo e um primeiro-ministro, por este nomeado, que exerce as funções de coordenação do Governo, no entanto, não é explicitamente o chefe do mesmo. Esta configuração, que leva com que Moçambique seja classificado por alguns autores como um sistema semipresidencial, é muito mais complexa do que as classificações comumente presentes na literatura da área podem

sugerir. Este artigo tem como objectivo analisar as características do chamado semipresidencialismo moçambicano, tendo como base os parâmetros classificatórios existentes em estudos sobre este domínio e as discussões sobre a sua contribuição à consolidação do sistema democrático. O argumento principal do trabalho é de que para se entender o semi-presidencialismo moçambicano é importante analisar a evolução dos poderes da figura do primeiro-ministro na história constitucional do País na sua fase pós-independência, tendo em conta o contexto político mais amplo em que os mesmos são definidos, com particular ênfase para o regime político, o contexto particular de um país que conheceu uma guerra civil, cujo fim esteve directamente ligado ao processo de democratização e o sistema partidário bipolarizado que emergiu desse processo. Neste contexto, o estudo conclui que o semipresidencialismo moçambicano tem sido uma forma de reforço da autoridade das lideranças partidárias e do partido governante num contexto de competição política. Esta lógica é ainda reforçada por um sistema partidário que favorece a disciplina partidária e pela natureza dos principais partidos que dele fazem parte, cuja história favoreceu a existência de um sentido forte de hierarquia (força dos líderes partidários) e de disciplina partidária.

Título O Semipresidencialismo na Guiné-Bissau: Inocente ou Culpado da Instabilidade Política?

ID 1626

Autores Elisabete Azevedo

Resumo: Neste artigo fazemos uma análise do Semi-Presidencialismo na Guiné-Bissau. Analisamos primeiro os aspectos constitucionais e depois os políticos e partidários que explicam o funcionamento do sistema político.

Título Entre o Futuro e a Assembleia. Considerações sobre o Semi Presidencialismo em Angola

ID 1627

Autores José Reis Santos

Resumo: Este artigo analisa a evolução do regime semi-presidencial em Angola tendo em conta o contexto político e social do país.

Mesa: Nação e Políticas Públicas - 6 de Fevereiro - 14h30 - 101

Moderador: Elian Pereira de Araújo

Título Mudar para não mudar: políticas públicas e pobreza no sertão semi-árido do Ceará - Brasil

ID 657

Autores Suely Salgueiro Chacon

Resumo: O artigo analisa a influência das políticas públicas para o alcance do desenvolvimento sustentável no Sertão Semi-árido do Nordeste do Brasil, estudando especificamente o caso do estado do Ceará. Os resultados da pesquisa aqui apresentados demonstram que as políticas públicas historicamente têm um papel fundamental para o desenvolvimento das comunidades locais, visto que estas são muito dependentes dos recursos do Estado. Contudo, isto não significa que as políticas efetivamente implantadas tenham obtido sucesso. Pelo contrário, as comunidades do Sertão estão se esvaziando e empobrecendo e o objetivo de alcançar o desenvolvimento para essa região parece se perder em meio a uma profunda crise de auto-estima do sertanejo. Ao mesmo tempo, outra conclusão se associa a esta: o uso pelo discurso político dos preceitos relacionados ao desenvolvimento sustentável legitima ações públicas que mais se prestam a manter grupos no poder do que de promover de fato o esperado desenvolvimento. Ou seja, o poder se alimenta de novos conceitos, se veste de uma nova roupagem, mas perpetua velhas práticas que mantêm a população em estado de pobreza, dependência e exclusão. O poder muda para não mudar.

Título Corporativismo e família: tradição luso-brasileira no marco da Representação Complexa

ID 1363

Autores Gisele Silva Araújo

Resumo: A presente comunicação tem por tema central as relações entre a tradição cultural luso-brasileira, ligada à ideia de família e comunidade, e o corporativismo como fenômeno não apenas institucional, mas também cultural. Ao contrário de versões correntes nas Ciências Sociais que apontam tal tradição como refratária à modernidade, o objetivo aqui em tela é propor que o trinômio família-comunidade-corporação responde por uma formulação alternativa do moderno, que se sobrepõe à concepção reducionista da sociedade como palco das relações de interesse. Neste sentido, o que foi comumente concebido como “atraso” se torna contemporaneamente elemento fundamental para a superação das mazelas do “moderno”. Em comunicação anterior neste Congresso, postulei que o fenômeno contemporâneo da judicialização da política pode corresponder a um alargamento da democracia, no sentido de abrir o Poder Judiciário a demandas populares não satisfeitas pela representação monista concentrada no Poder Legislativo. Neste sentido, promoveriam o que o francês Pierre Rosanvalon denomina representação complexa. Na investigação que ora proponho, sustento que as tradições culturais ibéricas favorecem uma ação social comunitária, influenciando grupos demandantes e operadores do poder público na consecução de demandas anteriormente não satisfeitas pelas instâncias típicas de representação, em particular, o Legislativo. Daí que o binômio tradição ibérica – representação complexa seja uma conjunção apta a reafirmar a modernidade das sociedades lusófonas. A influência primeira neste arranjo, propõe-se aqui, reside no português Silvestre Pinheiro Ferreira.

Título Elementos para uma sociologia da militância operária. Produção de vocações, incorporação disposicional e capital militante nas organizações políticas operárias no Porto (1950-1974).

ID 414

Autores Bruno Monteiro

Resumo: Compreender a lógica da adesão política nas organizações operárias implica explorar o momento e o modo como se produz o encontro entre uma trajetória pessoal e/ou colectiva e o espaço das tomadas de posição propriamente políticas. Apoiando-se em 80 histórias de vida de homens e mulheres que participaram em actividades políticas de oposição ao «Estado Novo», esta comunicação pretende analisar as modalidades de produção da vocação a fazer a

política, os processos implícitos e formais de incorporação de disposições especificamente políticas, e a economia do militantismo própria às organizações de representação e mobilização política do operariado no Porto durante o último quarto de século do «Estado Novo». A geração da vocação política no operariado parece ser estimulada pela memória de oposição política inscrita na herança familiar e na cultura de ofício e, sobretudo, pela presença de condições objectivas que possibilitem a posse de uma competência propriamente política a ver, pensar e agir e, também, o sentimento de legitimidade para a actualizar. A produção de disposições militantes envolve um duplo processo de investimento entre o agente e a organização. A conscrição militante implica a adesão tácita a uma espécie de «senso comum» que fornece os princípios de visão e de divisão da realidade social e os imperativos éticos e estéticos que enformam os discursos e as posturas tidas por adequadas ao militante operário. As organizações políticas operárias possuem uma economia do militantismo onde se produz e acumula capital militante - passível de ser constatado em três estados: objectivado, institucionalizado e incorporado.

Mesa: Nação, Estado e Sistemas Políticos - 6 de Fevereiro - 14h30 - 104
Moderador: Gisele Silva Araújo

Título Senhores e escravos na justiça do Brasil imperial
ID 1463

Autores Ricardo Falbo

Resumo: Na justiça do Brasil imperial, as contradições e ambigüidades da sociedade se manifestavam através do dilema dos advogados quando estes defendiam os direitos e interesses de senhores e escravos. Este dilema se traduzia na dificuldade de harmonização discursiva entre o ideal da liberdade e a realidade da propriedade. Os advogados costumavam afirmar que o homem era livre por natureza, mas que a escravidão era um fato histórico consagrado pelo direito. Os advogados dos senhores reconheciam que a escravidão era odiosa na mesma medida em que viam a libertação dos escravos como sendo perigosa para o País. Os advogados dos escravos ressaltavam que a escravidão atingia a dignidade do homem, porém eles defendiam a liberdade em referência ao direito de propriedade. Aqueles pensavam a libertação dos escravos de forma gradual e transferiam para um legislador futuro o fim da escravidão. Estes consideravam legítimo o fim imediato do cativo em função da história dos povos civilizados e usavam a justiça como meio de libertação dos escravos. Esse dilema foi abordado em função do uso da linguagem do direito que faziam os advogados. A investigação foi realizada no nível local da justiça onde eram iniciados os processos de liberdade no império do Brasil e obedeceu à distinção entre advogados e provisionados encontrada no judiciário. Foram analisados processos de liberdade originários das diferentes regiões do País e julgados no período que se estendeu da instalação da Família da Real no Brasil (1808) à promulgação da Lei do Ventre Livre (1871).

Título O espelho fraterno e o paradigma do republicanismo: Portugal-Brasil entre as duas “repúblicas velhas” (1889-1910)
ID 1555

Autores Maria Isabel Silva

Resumo: Propõe-se um POSTER de síntese de um projecto de doutoramento em curso sobre o relacionamento político luso-brasileiro no período das “repúblicas velhas” [1889-1930]. O trabalho visa enquadrar-se nos seguintes domínios científicos: história das relações internacionais; sistemas políticos; estudos comparados.

Na delimitação cronológica dos 41 anos que albergaram o nascimento e a capitulação das duas “repúblicas velhas”, evidenciam-se simultaneamente factores de convergência e divórcio que na sua convivência idiossincrática contribuíram para a definição das respectivas identidades nacionais. Para o Brasil, a necessidade de construção de uma escala identitária própria passava, inevitavelmente, por uma demarcação negativa com relação à herança lusa. Em contraponto, para Portugal tornava-se cada vez mais importante, em termos políticos e económicos, gizar uma sólida aproximação ao Brasil. E do seio desta dialéctica sobressai um elemento que, em grande parte, marcará o ritmo do percurso relacional: a questão do regime político.

O balanço entre os paradigmas de “republicana sul-americana” e “fraternidade republicana” determinou a volubilidade e a indefinição dos republicanos portugueses, num primeiro momento, e do regime republicano português, depois de 1910, na forma como enquadraram o modelo brasileiro na sua própria definição, programação e propaganda políticas.

Na conduta política das duas “repúblicas irmãs” os paralelismos são suficientes (destaque-se a instabilidade política, a identidade doutrinária e a prática autoritária) para justificar uma inquirição mais profunda sobre o papel do republicanismo nas relações entre Portugal e o Brasil, no período em estudo, bem como sobre a preponderância que ambos os países detiveram na mútua definição das respectivas personalidades políticas.

Título Estado, polícia e sociedade no Brasil Império
ID 1593

Autores Wellington Barbosa da Silva

Resumo: No Brasil, o estudo dos aparatos policiais de tipo moderno ainda é uma seara pouco cultivada. Afora alguns trabalhos académicos de enfoque positivista (que fazem apenas um relato do progresso de tais instituições) e de algumas produções de historiadores diletantes e memorialistas (quase sempre oriundos das corporações retratadas), que se perdem em uma narrativa apologética e triunfalista do tema abordado, uma “história da polícia” ainda está para ser construída. Nos últimos anos, entretanto, uma nova safra de historiadores, utilizando outros enfoques teóricos e metodológicos, tem dado importantes contributos neste sentido. Partindo do pressuposto de que a polícia é a principal agência estatal que se intromete no espaço público para controlar e dirigir o comportamento das pessoas, esta comunicação se debruça justamente sobre esta nova linha historiográfica e discute a montagem e atuação das forças de polícia, bem como o cotidiano do policiamento nas cidades brasileiras – analisando, portanto, as conexões dessas agências repressivas com o Estado e com a sociedade.

Título Estado, direitos humanos e integração económica latino-americana

ID 1151

Autores Elian Pereira de Araújo

Resumo: O título desta comunicação pode ser considerado como uma invocação a princípio, à integração latino-americana, é um dado da realidade e a nós cabe apenas estudar a influência deste fato nas relações internacionais. Indiscutivelmente o desafio a que nos deparamos nos dias hodiernos é o de encontrar um meio de influenciar o processo de globalização de maneira que se possa eliminar a pobreza, a exploração, a exclusão, a discriminação etc.

O comércio, é considerado o motor da globalização, é imperioso que as normas que o governam não contrariem os direitos fundamentais, mas que ao contrário, eles os favoreçam e os protejam. As regras do comércio deveriam estar inscritas dentro de um processo aberto a todos, transparente, democrático e participativo. Nesse sentido, as instituições financeiras e comerciais internacionais deveriam estender o convite à sociedade civil internacional a participar desse processo ao lado dos governos, das organizações intergovernamentais e dos representantes do setor privado. O objetivo do presente trabalho é analisar as intrincadas relações negociais-comerciais e os direitos humanos, isolando os pontos conflituosos que possam ser objeto de harmonização e expondo os aspectos favoráveis e desfavoráveis à idéia de que ambos (os direitos humanos e o comércio, o que inclui a idéia de direito ao desenvolvimento) são fundamentalmente indissociáveis e complementares, antes que contraditórios. O governo que vem cumprindo em nível elevado a integração, deverá se posicionar com resistência e tenacidade, sustentá-la a fim de que os objetivos sejam concluídos dentro dos cronogramas, o que fatalmente levará a justiça social.

Mesa: Semi-Presidencialismo em Países de Língua Portuguesa - 6 de Fevereiro - 18h30 - 302

Moderador: Rui Feijó

Título Semi-presidencialismo em Timor: Um equilíbrio institucional dinâmico num contexto crítico

ID 1628

Autores Ricardo Cunha, Pedro Bacelar Vasconcelos

Resumo: Este artigo analisa o estabelecimento do regime semi-presidencial num país novo, Timor-Leste. Apresenta os poderes do Presidente da República Timorense num contexto histórico, jurídico, político e eleitoral.

Título O Papel do Chefe de Estado no Semi-Presidencialismo Cabo-verdiano, 1991-2007

ID 1629

Autores Daniel Costa

Resumo: Este artigo analisa a evolução do papel do Presidente na República de Cabo Verde. Mostra a forma como factores constitucionais, políticos e partidários se combinaram para consolidar a democracia daquele país.

Título O Semi Presidencialismo na Reforma do Sistema Político Brasileiro

ID 1630

Autores Carlos Coelho

Resumo: Este artigo analisa a forma como se tem pensado adoptar o regime semi-presidencial pelos que defendem a reforma do sistema político brasileiro

Título O Semipresidencialismo Português Revisitado: O Papel do Presidente na Política Nacional, 1976-2006

ID 1631

Autores Marina Costa Lobo, Octavio Amorim Neto

Resumo: Este artigo analisa a evolução dos poderes Presidenciais na democracia portuguesa, desde 1976. Mostramos que apesar de ter havido mudanças importantes, o regime continua a poder ser designado de semi-presidencial.

Política, Relações Internacionais e Segurança

Mesa: Relações Internacionais: Perspectivas Conceptuais e Empíricas - 4 de Fevereiro - 19 horas - 208

Moderador: Paula Duarte Lopes

Título Unipolaridade e Alternativa: Os "lugares" do não-alinhamento na política Internacional Contemporânea: entre Bandung e Porto Alegre

ID 199

Autores Aquilino José Manuel Varela

Resumo: A comunicação que se vai apresentar é fruto duma pesquisa que se consubstanciou numa dissertação apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra para a obtenção de Mestrado em História Contemporânea. Partindo de dois pressupostos da contemporaneidade, nomeadamente: a existência de uma Globalização neoliberal hegemónica, que tenta a todo custo fazer imperar a lógica do pensamento único e os ruidosos fracassos de importação de receitas de desenvolvimento nos países do Hemisfério sul, através de um olhar perscrutador, resgatamos um conceito-horizonte, o não-alinhamento, eixo central da posição política e económica terceiro-mundista, durante a Guerra-fria e identificamos os seus lugares na política internacional contemporânea. Desta forma, procuramos (re)agrupar uma série de transformações que se vêm afirmando e mostrar que a actualidade, contrariamente ao que muitos fazem crer, está salpicada de descontinuidades, de fracturas, de viragens e recuos surpreendentes que podem consubstanciar-se conteúdos sociais de mudança, pondo a nu a impossibilidade da ordem actual - Unipolar, em conduzir uma historicidade hegemonicamente instruída. Com as interrogações em torno do não-alinhamento demos conta não só da sua

«desterritorialização» e metamorfose, mas também reflectimos sobre um conjunto de instituições que, sendo ou não contemporâneas a ele, passaram por processos análogos de transformação e deslocação. Assim sendo, mais do que refazer percursos lineares dos fenómenos em análise, trabalhamos a partir do respectivo núcleo duro, surpreendido quer em segmentos originários, quer avançados, mais explícita ou mais dissimuladamente assumidos enquanto expressões daquele mesmo fenómeno. Salienta-se que, a ideia de correspondência como critério analítico permeou toda a análise desta pesquisa, por forma a descobrir no novo fios de vínculos com o passado.

Título Apontamentos teóricos e hipóteses empíricas na transnacionalização da política hoje no sul do mundo: anotações sobre o Parlamento do Mercosul

ID 249

Autores George Coutinho

Resumo: Tem sido problemática obrigatória nas ciências sociais contemporâneas o debate sobre as conseqüências do processo de aumento dos fluxos materiais e simbólicos pelo globo nas últimas décadas, inclusive acerca da questão específica da práxis política nos chamados contextos “pós-nacionais”. Neste paper ambiciono sumarizar vertentes teóricas entusiásticas ou céticas deste fenómeno visando extrair daí questões analíticas relevantes para discutir, em carácter não finalístico, a experiência constituinte do Parlamento do Mercado Comum do Sul na América Latina sob a ótica de marcos normativos fundamentais para a realização de um espaço público transnacional deste quilate: a solidariedade, a legitimidade e a identidade.

Título Alguma coisa está fora da Nova Ordem Mundial: Pós-colonialismo e Relações Internacionais

ID 295

Autores Caio Simões de Araújo

Resumo: A consolidação do “internacional” enquanto realidade de solidez sociológica possibilitou o desenvolvimento de um corpo teórico próprio voltado às especificidades deste espaço. A Teoria das Relações Internacionais, anteriormente voltada ao papel do Estado e limitada à abordagem liberal ou realista, hoje sofre um processo de alargamento e de aprofundamento, em decorrência da complexificação de seu objecto teórico. De facto, a partir dos anos 90, teorias tão diversas como o feminismo o construtivismo e o neoliberalismo voltam-se ao “internacional”, criando assim um vasto leque de interpretação. Embora venha ganhando cada vez mais espaço dentro da Academia, os Estudos Pós-Coloniais encontram-se marginalizados nos debates teóricos das Relações Internacionais, sendo praticamente ignorados enquanto uma abordagem. Não obstante, o arcabouço teórico do Pós-Colonialismo pode e deve ser incorporado à Teoria das Relações Internacionais devido ao seu potencial crítico e à sua capacidade de interpretação de fenómenos marginalizados pelas teorias tradicionais. Ao empreendermos uma profunda leitura da literatura pós-colonial, no interior da qual destacam-se os trabalhos pioneiros de Edward Said, Gayatri Spivak e Homi Bhabha, vemos como os conceitos de orientalismo, subalternidade e tradução cultural são importantes na compreensão das dinâmicas mundiais e de seus processos de transformação. Da mesma forma, o pós-colonialismo situado de Boaventura de Souza Santos nos ajuda a localizar e historicizar as questões de forma a impedir que o pós-colonialismo torne-se uma imperialismo académico.

Título Cultura e poder: o papel político do Teatro do Oprimido em Moçambique e sua visibilidade internacional

ID 364

Autores Elizabete Sanches Rocha

Resumo: Desde 2001 o Grupo de Teatro do Oprimido de Maputo atua em diferentes regiões de Moçambique, respeitando suas várias línguas tradicionais e etnias. Concebida nos anos 1970 pelo dramaturgo brasileiro, Augusto Boal, esta estética hoje se encontra em mais de setenta países em todos os continentes, contribuindo nas lutas por emancipação social. A ideia de opressão, porém, para cada cultura e região, ganha sentido específico. Para Boal, todo teatro é político e guarda o poder de seduzir e de revelar as origens de nossos conflitos, apontando caminhos para sua resolução. O palco pode estar nas ruas, nas casas, em centros comunitários, enfim, onde houver interessados em atuar e em transformar realidades. Para Huntington, em O choque de civilizações, as diferenças culturais são o principal motivo de conflitos no século XXI. Pelo trabalho do TO, porém, pode-se perceber a cultura por outro prisma e reconhecer o que Joseph Nye, em O paradoxo do poder americano, chama de soft power, referindo-se ao poder suave que a cultura exerce nas relações internacionais. É possível, ainda, evocar a ideia de uma “cidadania multicultural”, na linha do que afirma Boaventura de Sousa Santos, em Reconhecer para libertar, ao evidenciar a necessidade de uma “Teoria da Tradução” das culturas em nome do respeito às diferenças e do convívio pacífico entre os povos. A partir de tais reflexões, pretende-se aqui demonstrar alguns resultados de nossa pesquisa atual sobre a internacionalização do Teatro do Oprimido, sua presença em Moçambique e as intersecções entre cultura e poder.

Mesa: UE Actor Global? Práticas e Desafios Teóricos - 4 de Fevereiro - 19 horas - 103

Moderador: Suzano Ferreira Costa

Título Sobre a União Europeia como 'Potência-Modelo'

ID 939

Autores Laura C. Ferreira-Pereira

Resumo: Esta comunicação tem por objectivo avaliar o papel e impacto da União Europeia (UE) enquanto 'potência-modelo' na promoção da paz sustentável, democracia e direitos humanos, tomando-se como pano de fundo os seus esforços de afirmação como actor político e estratégico independente na arena internacional. O cerne do argumento principal aqui desenvolvido compagina-se com a ideia de que a noção de 'potência-modelo' explorado à luz de conceitos-chave introduzidos pela teoria da aprendizagem social de A. Bandura permite ultrapassar a alegada inconsistência entre dois papéis que a UE procura desempenhar no sistema internacional: o de 'construtor' da paz e o de promotor da validade universal de valores e princípios. Ao contrário da leitura feita por alguns estudiosos, estes dois papéis podem ser

considerados compatíveis e susceptíveis de contribuir para o aprimoramento da capacidade da UE para 'modelar' as relações internacionais contemporâneas.

Título A política europeia de vizinhança na região do Magrebe: um novo instrumento para a acção da União Europeia?
ID 1576

Autores Verónica Martins

Resumo: A Política Europeia de Vizinhança foi lançada em 2003 e é fundada na ideia que uma nova relação deve ser instaurada com os Estados fronteiriços com o objectivo de evitar, por um lado, a criação de uma nova fronteira na Europa após o Alargamento que estava previsto para 2004 e, por outro lado, os riscos gerados pelos fossos importantes em termos de desenvolvimento económico. Os atentados de 11 de Setembro propulsaram as preocupações securitárias para o primeiro lugar das prioridades da UE e desviaram a sua atenção para a agenda exterior. O alargamento despertou para um sentimento de interdependência relativamente aos “novos vizinhos” por causa dos conflitos (abertos ou gelados) e das ameaças consideradas como desafios de “soft security”. A UE tentou matizar as consequências dos sucessivos alargamentos ao aprofundar as suas relações com os Estados que rodeiam as suas fronteiras e, em particular, com o Mediterrâneo. Também a região do Magrebe começou a destacar-se, nomeadamente por causa da crise argelina iniciada nos anos 1990 e a sua subsequente exportação para a UE através dos ataques no território francês. Que mais valia pode a Política Europeia de Vizinhança ter em comparação com o Processo de Barcelona? Que instrumentos esta política oferece à UE para se afirmar na região enquanto actor para externalizar os seus valores e a sua estabilidade? A relação entre a UE e o Magrebe oscila entre presença e actorness, e neste último caso, a UE deve estar consciente da necessidade de coerência na sua acção.

Título Cabo Verde e a Parceria Especial com a União Europeia: Da Coerência dos Princípios ao Pragmatismo da Acção
ID 824

Autores Suzano Ferreira Costa

Resumo: A Parceria Especial entre Cabo Verde e a União Europeia aprovada, a 19 de Novembro de 2007, pelo Conselho dos Assuntos Gerais e Relações Externas da UE, sob presidência portuguesa, constitui um marco histórico assinalável para a política externa cabo-verdiana e um instrumento incontornável para reforçar o diálogo político e a convergência económica entre as duas potências, na medida em que postula e consubstancia, com recurso a fundamentos históricos, culturais, geopolíticos e estratégicos, o futuro das relações diplomáticas entre o espaço comunitário europeu e Cabo Verde. O presente artigo pretende revisitar os princípios basilares que nortearam a política externa e a acção diplomática cabo-verdiana, desde a independência nacional até à actualidade política, à luz dos principais debates teóricos produzidos pelo mainstream dos regimes internacionais contemporâneos.

Não obstante as vicissitudes e as circunstâncias adversas sócio-historicamente imputadas aos espaços insulares, a acção externa e diplomática da nação cabo-verdiana tem privilegiado a prossecução de soluções institucionais politicamente inteligíveis, susceptíveis de contornar as vulnerabilidades exclusivas dos contextos insulares e de conduzir o país a estádios de desenvolvimento exemplares comparativamente às suas congéneres africanas.

A coerência dos princípios e o pragmatismo da acção que caracteriza indelevelmente a acção externa cabo-verdiana contribuiu, indubitavelmente, para inserção estratégica do arquipélago de Cabo Verde em múltiplos e quiçá contrastantes espaços de cooperação e integração regionais (Fernandes, 2004), o que nos instiga a uma releitura crítica do actual paradigma das relações internacionais.

Mesa: África: Dinâmicas de Conflito, Novos actores e Desafios - 5 de Fevereiro - 11h15 - 103

Moderador: José Palmeira

Título O modelo de “Cobiça e Queixa” (Greed and Grievance) na iniciação de conflito em Angola – um estudo de caso
ID 54

Autores Ricardo Sousa, Cristina Rodrigues

Resumo: Um modelo de análise do início de conflitos amplamente estudado é o modelo de Paul Collier e Anke Hoeffler que utiliza uma perspectiva quantitativa e economicista dos possíveis factores na raiz da iniciação de conflitos. O modelo é econométrico e subsequentemente têm vindo a ser realizados estudos de caso para testar e avaliar de que forma se aplica às micro-dinâmicas de conflito ao nível nacional. Dois exemplos desse trabalho são o artigo de Nicholas Sambani (2003) “Using case studies to Expand the Theory of Civil War” e o livro “Understanding Civil War” de Paul Collier e Nicolas Sambanis (2005). Com base na metodologia adoptada nestes trabalhos realizar-se-á um estudo de caso de Angola, que não está feito em nenhuma das publicações. O modelo permite codificar a guerra de Angola em três períodos cronológicos: de 07/1962 a 11/1975, de 11/1975 a 05/1991 e de 09/1992 até 1999 (este último é o ano final da base de dados). Pretende-se determinar as dinâmicas das principais variáveis do modelo no conflito em Angola e de como contribuem para a probabilidade de ocorrência de conflito, ao nível:

a) das oportunidades para o conflito derivadas:

a.1) de financiamento através de recursos naturais, remessas da diáspora e apoios de governos hostis;

a.2) de baixos níveis de rendimentos alternativos dos potenciais soldados, na medida em que a rebelião pode ocorrer mais em casos de baixos custos de recrutamento. Este factor é medido com base no rendimento per capita, escolarização dos homens e crescimento da economia;

a.3) do capital específico da guerra, como por exemplo equipamento militar, conhecimento e organizações de guerra - medido com base no tempo desde o último conflito;

a.4) da falta de um governo forte militarmente, de um terreno propício para rebeldes (florestas ou montanhas) ou de populações muito dispersas geograficamente; e

a.5) da coesão social e da facilidade de factores étnicos e religiosos para formarem grupos.

b) Reclamações (grievances) existentes, derivadas:

- b.1) de ódio religioso ou étnico;
- b.2) da repressão política;
- b.3) da exclusão política de grupos; e
- b.4) da desigualdade económica

O modelo conclui que as principais variáveis para início de conflito são as oportunidades de financiamento através de recursos naturais e remessas da diáspora, o custo de recrutamento de soldados, a vantagem militar, a dimensão da população e o tempo desde o último conflito. O estudo irá assim determinar se este modelo e suas conclusões têm poder explicativo para Angola e se existem dinâmicas específicas associadas a este país, como por exemplo o factor de percepções de oportunidades e reclamações ou o papel das lideranças.

Título Cooperação Sul-Sul: A Presença Chinesa em África.

ID 96

Autores Carmen Amado Mendes, Daniela Nascimento

Resumo: Actualmente, a presença chinesa em África é caracterizada por duas tendências principais. Por um lado, a procura desesperada de recursos naturais para sustentar o crescimento económico leva os líderes chineses a assinar contratos com líderes africanos que garantam o fornecimento desses mesmos recursos. Por outro, através da sua presença em África, a China tenta evitar o reconhecimento de Taiwan como Estado soberano pelos países africanos e obtém aliados nas organizações internacionais, como por exemplo nas Nações Unidas, nomeadamente quando tenta evitar interferências externas no Tibete e no Xinjiang. Pequim atinge estes objectivos através do recurso ao soft power e a princípios diplomáticos específicos que incluem a não-ingêrência nos assuntos internos dos outros Estados. Para os líderes africanos, esta abordagem é particularmente bem vinda, funcionando como forma de escapar às sanções ocidentais e ao controlo sobre as questões de direitos humanos, obtendo com facilidade linhas de crédito e infra-estruturas em troca de recursos naturais. Além disso, a hostilidade de muitos governos africanos às pressões democráticas e humanitárias ocidentais parece seguir o alinhamento chinês nestas matérias. Assim, a China parece ser o parceiro perfeito para alguns líderes africanos nas suas estratégias de ignorar a agenda de desenvolvimento ocidental, baseada na boa governança e no respeito dos direitos humanos.

Título A securitização de políticas ambientais: (des)construir o nexus? O caso do Darfur

ID 77

Autores Maria Raquel Freire, Paula Duarte Lopes, Daniela Nascimento

Resumo: As questões ambientais têm sido crescentemente associadas a temas de segurança. Das guerras sobre água do século XXI até questões de auto-suficiência nacional, e efeitos de spill-over no que concerne a migrações incontroladas, as preocupações ambientais têm elevado o seu estatuto à agenda de segurança. Este processo, em particular após o final da Guerra Fria, tem sido teorizado e discutido no quadro da Escola de Copenhaga, relativamente a processos de securitização de assuntos tradicionalmente não equacionados num quadro securitário. A securitização de alterações ambientais altera as dinâmicas nacionais relativas às políticas ambientais, uma vez que estas se tornam preocupação de segurança, com todas as implicações que advêm desta categorização de excepção. A securitização ambiental, como a de outros temas, altera não só as políticas, mas também os instrumentos e pessoal disponível para lidar com essa “nova ameaça à segurança”. Num quadro teórico de ligação entre ambiente e segurança, este artigo discute, de modo particular, o processo de securitização do ambiente e os diferentes argumentos a favor e contra. Face à identificação política do Darfur como o primeiro conflito violento devido às alterações climáticas, o artigo analisa o caso do Darfur num quadro de securitização ambiental, discutindo as dinâmicas subjacentes à situação actual. O texto argumenta que o nexu ambiente-segurança tem de ser analisado na fronteira entre o doméstico e o internacional, e que a securitização de políticas ambientais só levará a resultados se esta relação dialéctica for assumida e internalizada na análise.

Mesa: Portugal e Dinâmicas do Espaço Lusófono - 5 de Fevereiro - 11h15 - 104

Moderador: Laura Ferreira-Pereira

Título O Brasil e a África Lusófona na Nova Agenda de Pequim: o papel do Fórum Macau

ID 99

Autores Carmen Amado Mendes, Sofia Gaspar

Resumo: A manutenção dos actuais níveis de crescimento económico tem levado a República Popular da China a investir no aprofundamento das relações com países ricos em recursos naturais, nomeadamente alguns países lusófonos, criando em Macau o Fórum de Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Esta comunicação vai analisar o papel da Região Administrativa Especial de Macau na aproximação da China aos países de língua oficial portuguesa, a nível económico, político e cultural. Argumentar-se-á que o referido Fórum se tem revelado um instrumento de grande importância na aproximação de Pequim a alguns dos seus maiores fornecedores de recursos energéticos. Para além disso, será referido o contributo chinês para a criação de um novo conceito de ajuda ao desenvolvimento, desvinculado de quaisquer constrangimentos impostos pelos dadores ocidentais. O facto da China conceder crédito e investimentos em infra-estruturas apenas exigindo em troca o fornecimento de recursos, torna-a um parceiro privilegiado de alguns países que temem sanções internacionais, reflectindo-se na importância que estes países atribuem ao Fórum Macau.

Título Ética ou interesse nacional? A Política Externa portuguesa face ao Sara Ocidental

ID 83

Autores Rui Novais

Resumo: Trinta anos de ocupação ilegal, uma deliberação do Tribunal Internacional de Justiça, e diversas resoluções e planos de paz das Nações Unidas não foram suficientes para pôr término ao exílio e negação da identidade do povo sarauí,

nem para alterar o posicionamento ambíguo da política externa portuguesa face ao conflito na última colónia africana. Baseado no estudo de caso do Sara Ocidental, esta comunicação é reveladora do conflito de interesses e das incompatibilidades entre as intenções éticas e as contingências/necessidades relacionadas com a prossecução dos interesses nacionais. Para além de concluir que o posicionamento luso na questão do Sara Ocidental é indiciador da inconsistência e selectividade do Palácio das Necessidades, o presente estudo avança com um argumento explicativo do mecanismo que preside à condução da política externa portuguesa. Tal argumento, designado de relativismo circunstancial e conveniente, concebe que apesar de habitualmente proclamadas, as questões éticas só aparecem de forma intermitente na formulação da política externa e apenas quando estas estão em consonância ou tendem a coincidir com as necessidades imediatas e prementes relativas às considerações do interesse nacional.

Título Espaço Afro-Ibero-Latino-Americano: geopolítica e geoestratégia na perspectiva lusófona

ID 347

Autores André Barbosa

Resumo: A criação de um espaço Afro-Ibero-Latino-Americano – ou seja, um espaço de concertação político-diplomática entre os países lusófonos e hispanófonos – é uma proposta viável e adequada ao actual contexto internacional, marcado não somente por um choque de civilizações, mas sobretudo por uma verdadeira glotopolítica, ou geopolítica da língua. Tal espaço seria dotado de um enorme potencial geopolítico e geoestratégico. Com efeito, seu carácter pluricontinental e pluriocêntrico permitiria o controle das principais rotas marítimas internacionais e de pontos estratégicos em termos militares e defesa. Sua característica física conferir-lhe-ia projecção em termos de recursos energéticos e de produção alimentar – principais causas da actual crise económica internacional. Por fim, este espaço representaria um foro de confluência de diversas organizações regionais, configurando-se em uma verdadeira plataforma interinstitucional. Além de potencializar o papel geopolítico e geoestratégico de seus integrantes, o espaço Ibero-Afro-Latino-Americano acarretaria benefícios especificamente direccionados para a lusofonia e para os países lusófonos. Para a lusofonia de uma forma geral, este espaço contribuiria para a superação dos desafios internos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), por meio da redefinição do paradigma, da natureza e da prioridade desta organização; ainda, fortaleceria a diplomacia cultural da lusofonia face à anglofonia e à francofonia em África; e, por fim, auxiliaria na “desatlantização” da CPLP, ao deslocar seu eixo de actuação para o Oceano Pacífico. Relativamente aos países lusófonos individualmente considerados, este espaço contribuiria para o fortalecimento e impulsionamento de suas aspirações em matéria de política externa.

Título Potencial estratégico da língua na geopolítica de Portugal

ID 742

Autores José António Palmeira

Resumo: A VII Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) aprovou a Declaração de Lisboa, em Julho de 2008, que considera o idioma comum aos oito Estados membros um elemento estratégico a potenciar internacionalmente. A decisão foi tomada sob proposta de Portugal - que assumiu a presidência da organização na referida cimeira -, Estado que antes aprovava o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. O presente artigo visa equacionar o potencial estratégico da língua na geopolítica de Portugal, a partir da análise à orientação seguida em matéria de política externa. O Instituto Camões, na dependência do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, sob a alçada da CPLP, são duas das instituições vocacionadas para a defesa e a promoção da língua portuguesa no mundo. Sendo o Português um idioma com expressão universal e estando o sistema internacional cada vez mais globalizado, na base de um modelo anglo-saxónico, em que medida a língua de Camões pode potenciar a diplomacia portuguesa? Será o actual modelo da CPLP o mais consentâneo com esse objectivo, ou entidades mais flexíveis, como a Commonwealth e a Organização Internacional da Francofonia, com maior ênfase na cooperação económica e cultural, ajustar-se-ão melhor a esse desiderato?

Mesa: Brasil, Portugal e Forças Armadas em Perspectiva Comparada - 5 de Fevereiro - 18h30 - 316

Moderador: Paulo Manduca

Título O valor da imagem: análise comparada da construção da imagem nos exércitos brasileiro e português

ID 134

Autores Lauriani Albertini

Resumo: Este trabalho tem como intenção principal apresentar uma análise comparada entre as Forças Armadas Brasileira e Portuguesa. A partir de pesquisas de campo recentemente realizadas nos Exércitos de Brasil e Portugal, tomo como ponto de partida para a análise o fato de que um desses exércitos vivencia efetivamente um estado de guerra (PT) enquanto o outro (BR) não participa ativamente de nenhum conflito desde 1945 – ainda que tome parte em missões de paz. A intenção primeira é mostrar como essa diferença de “estado de guerra” se reflete na relação que esses Exércitos constroem com o mundo civil e, em outro nível, entender se – e como – essas relações também se projetam em dimensões “internas” dessas Forças Armadas. Assim, o intuito da comparação é buscar revelar as permanências e divergências entre os dois exércitos, no que diz respeito a seu relacionamento com a sociedade civil e revelar como cada um procede a sua comunicação social. Com isto, procuro evidenciar não só as diferenças, mas também as semelhanças estruturais entre dispositivos militares que se encontram em momentos distintos – mas que outrora já estiveram conectados. Espera-se com isso empreender um maior Exercício de sistematização e análise da postura com o mundo “externo” civil/académico que esses atores têm efetuado no cenário contemporâneo brasileiro e português, aprofundando assim o entendimento geral da dinâmica contemporânea daquilo que se coloca como “relações militares - civis”.

Título O Subversivo Relativo: noções militares sobre a inimidade em uma perspectiva antropológica

ID 135

Autores Piero Leirner

Resumo: Esta comunicação pretende abordar as noções que envolvem a categoria "inimigo" utilizada em duas situações específicas: a de "inimigo interno" tal como construída pelas forças armadas brasileiras durante os anos 1960, e a de inimidade gerada no contexto da guerra de independência de Angola pelo exército português. Para tanto, me apoiarei em documentação publicada, embora de circulação restrita, obtida a partir de pesquisas realizadas tanto em organizações militares do Brasil como na biblioteca do instituto de Defesa Nacional em Lisboa. Procurando vincular esse material a uma perspectiva estrutural e sistêmica da guerra, pretendo, por fim, discutir as possibilidades de uma noção de "inimidade generalizada" a partir de um construto conceitual da antropologia.

Título A militarização da segurança pública: uma análise sobre o emprego do exército como força policial no Brasil

ID 151

Autores Aline Prado Atassio, Amanda Pinheiro Mancuso

Resumo: Este trabalho tem por objetivo discutir a utilização das Forças Armadas (FFAA) como força auxiliar na segurança interna, atividade prevista na Constituição Federal Brasileira de 1988 através do artigo 144. O objetivo primordial é compreender se a aplicação da medida de caráter emergencial que coloca nas ruas oficiais do exército no combate ao tráfico de drogas, repressão de agitações e de movimentos sociais, bem como de qualquer outro evento contestatório onde a integridade nacional, a lei e a ordem possam estar comprometidas pode ser caracterizada como um momento de implantação do estado de exceção, tomando por base a discussão de Giorgio Agamben sobre o estado de exceção e os limites entre legalidade e ilegalidade, regra e exceção. O emprego do exército na repressão de movimentos sociais nos leva a pensar a violência tendo por base a perspectiva de Hanna Arendt, uma vez que, em razão do caráter autoritário do estado moderno e suas crises de poder, a violência torna-se regra contra indivíduos que, desprovidos de espaço público e do próprio mundo, tornam-se seres descartáveis, sob os quais recai a violência do Estado e através dos quais a violência contra o estado é facilmente utilizada como única via de acesso ao mundo legal do qual não são componentes. Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo promover uma discussão político-jurídica sobre a lei 144 e suas implicações, tendo o estado de exceção como paradigma de governo; e sobre a banalização da violência que está implicada na utilização das FFAA como força policial.

Mesa: Segurança, Cooperação e Conflito - 5 de Fevereiro - 18h30 - 318

Moderador: Rui Novais

Título Managing conditional trust - The resource curse and the factors affecting conflict

ID 55

Autores Ricardo Sousa

Resumo: The article reviews a body of literature on the "Resource Curse", highlighting relevant factors and determining which of these are the most relevant for "conflict episodes". The conclusion is that the dynamics of controlling resources, both through the agency of individuals in the "bottom" or "upper" levels of a society, determines the probability of violent conflict, which, in some cases, can become extreme (such as civil war or coups), especially in the context of poverty (GDP pc). Additional factors affecting conflict episodes are the variations in and growth rate of each group's control of resources (measured by the growth of GDP and the instability of revenue), as well as the viability of the conflict enterprise, determined by the possibilities of ongoing domestic and international finance during conflict, the capacity to maintain the conflict group, the likelihood of failure, and the prize of victory.

Título A emergência da (in)segurança climática global: o caso da Amazônia

ID 338

Autores Alberto Silva

Resumo: A agenda da segurança internacional com o fim da guerra fria e derrocada do socialismo histórico tem se alargado de forma significativa para incorporar novos temas e distintas problemáticas. Parece ter se esgotado a visão unidimensional da segurança estratégico-militar que prevaleceu no sistema bipolar pós-segunda guerra mundial. As formas clássicas de resolução dos conflitos pela via armamentista e intimidação bélica já não são suficientes para explicar e resolver os impasses contemporâneos. A segurança tornou-se uma questão multifacetada abrigo um leque de dimensões: política, militar, social, ambiental, energética, alimentar e tecnológica. Riscos e efeitos devastadores derivados do aquecimento global, perda de diversidade biológica, desertificação, violência, marginalidade, exclusão social, lixo urbano, degradação dos recursos hídricos, enfim, um conjunto de situações caóticas expõe uma crise mundial sistêmica e projeta desequilíbrios perturbadores que já ameaçam a paz no contexto das relações internacionais. Este trabalho analisa a inserção da Amazônia no contexto turbulento da emergente (in)segurança climática, focando reflexões que propiciem conscientização pública para o enfrentamento desde fenômeno transnacional/global.

Título O terrorismo e as novas dimensões da segurança regional após o 11 de Setembro.

ID 430

Autores Reginaldo Nasser, Thiago Zati, Manoela Miklos

Resumo: Após os ataques terroristas de 2001, as Nações Unidas responderam com uma serie de resoluções do Conselho de Segurança em que foram estabelecidas novas obrigações para os Estados membros. No nível regional, as organizações regionais e demais instituições redefiniram suas ações com importantes diferenças de concepção, objetivos e grau de institucionalização, adaptando suas legislações nacionais e internacionais à nova conjuntura. As resoluções concederam uma ampla margem de ação à organização permitindo tomar medidas relacionadas com várias características do fenômeno terrorista e realizá-las com maior rapidez, já que a formação de consensos pode ser muito mais rápida no seio do Conselho.

O caso do terrorismo, por suas características transnacionais, requer a cooperação de vários atores implicados, obrigando-os a encontrar um consenso sobre um fenômeno que é difícil de alcançar devido às diferentes percepções de segurança que os Estados têm desenvolvido o que dificulta a coordenação de estratégias conjuntas. Devido à sensibilidade que as questões de direito geram em termos de soberania e segurança nacional, os Estados têm alcançado distintos níveis de compromisso com legislação internacional reduzindo a margem de ação conjunta.

Os países têm suas doutrinas de segurança nacional; há níveis diferentes de evolução institucional interna em matéria de segurança nacional, e há diferentes perspectivas sobre as cooperações binacional, sub-regional e hemisférica. Tomar-se-á como exemplo a América do Sul, o que permitira observar os distintos enfoques e leituras existentes do terrorismo na região e possíveis ações contra-terroristas.

Título IV Frota dos EUA: ameaça ou segurança para os países limítrofes do Atlântico Sul?

ID 940

Autores Claudio Rogério de Andrade Flôr

Resumo: Em julho de 2002, ano seguinte aos atentados do Onze de Setembro ocorridos nos EUA, o governo George W. Bush publicou a National Strategy for Homeland Security para o enfrentamento da ameaça terrorista. Essa estratégia tem seus alicerces na lei, na ciência e tecnologia, num sistema compartilhado de informações e na cooperação internacional. Nos anos de 2005 e 2007, ocorreram dois encontros - International Seapower Symposiums – onde vários acadêmicos e militares participam de debates sobre possíveis iniciativas comuns no campo da estratégia marítima. No mês de abril de 2008 é recriada a IV Frota subordinada ao comando naval do U. S. Southern Command. Em agosto desse mesmo ano, militares de seis regiões do mundo e representantes das mais variadas organizações governamentais ou não participam de um Jogo de Guerra no Naval War College, sob o título Global 08, para identificarem uma estratégia comum voltada para segurança marítima global.

Considerando-se que os níveis de segurança pessoal, nacional e internacional permeiam as dimensões política, militar, social, econômica e ambiental, qual seria o impacto dessa nova agenda cooperativa na segurança dos países limítrofes do Atlântico Sul? O que pode estar oculto nessa proposta estadunidense?

Título Islamismo, Fundamentalismo Islâmico e Ocidente

ID 1229

Autores Marli Barros Dias

Resumo: A nossa comunicação pretende abordar os cinco pontos seguintes: 1.º Nota Introdutória; 2.º Islão: breve caracterização; 3.º Islão vs. fundamentalismo islâmico; 4.º Os fundamentalistas islâmicos e o Ocidente; 5.º Considerações finais.

No que se refere ao 1.º ponto, cabe referir que as rivalidades e oposições entre os fundamentalistas islâmicos e o Ocidente têm-nos conduzido a um mundo pautado pela insegurança e pelo medo.

Analisaremos uma temática que corresponde, hoje, a um dos grandes problemas da actualidade com dimensão global. Tanto os fundamentalistas como o Ocidente debatem-se nas suas verdades e seguem um caminho que está cada vez mais distante do consenso e do diálogo.

Em relação ao 2.º ponto, vamos tratar de caracterizar o Islão no sentido de percebermos melhor como são orientadas as convicções e as práticas islâmicas tendo como base originária a Al-Ikhwān Al-Moslemoon (Irmandade Muçulmana).

Ao tratarmos o 3.º ponto, reflectiremos acerca das diferenças do Islão, que foi adulterado. A partir dessa adulteração surgiu o fundamentalismo, com Al-Wahhab.

Quanto ao 4.º ponto, mostraremos o Ocidente como principal alvo do terrorismo e o desejo de o Islão se impor através da violência, imposta por organizações terroristas como a Al-Qaeda.

No 5.º ponto, concluiremos com a necessidade de uma meditação profunda diante de um mundo que vive a incerteza e o medo do dia seguinte. A paz não parece ser fácil diante da rivalidade entre os fundamentalistas islâmicos e o Ocidente.

Título Negócios e trapaças: subterfúgios no descaminho do comércio marítimo ilícito dos africanos no município de Macaé do litoral norte fluminense (1830 – 1865).

ID 198

Autores Josane Boechat

Resumo: A presente pesquisa propõe um estudo acerca do tráfico ilegal e suas implicações na primeira metade do século XIX, no município de Macaé.

Chama a atenção para os navios que atuavam nessa atividade ilegal, mas que não foram autuados no tráfico de contrabando de africanos negros boçais vindos da África. Muitos deles apareceram apenas como suspeitos de tráfico, como também, os traficantes, sua tripulação, isenta de quaisquer crimes ou contravenções. Os próprios traficantes, ou mesmo os donos dos navios negreiros, muitos deles são apenas suspeitos de tráfico e contrabando. É importante ressaltar que muitas dessas denúncias de suspeitas, podem ser de difíceis comprovações e confirmações.

Devido à frota inglesa fazer aprisionamentos na costa brasileira que fizeram o Infame comércio do tráfico tomar outros rumos como à Lei de 1831 e também reforçada pela Lei de 1850, retratando um período ao qual não somente a Marinha Imperial Brasileira aborda e apreende navios suspeitos na costa brasileira como também navios da Marinha Inglesa o fazem.

Assim, a pesquisa propõe averiguar a prática do tráfico ilegal da cidade de Macaé, a rota do tráfico ilegal, do contrabando e pirataria de africanos, na influência da economia do comércio negreiro com a província, a incidência com o que ocorria o desembarque de contrabando de negros africanos no território da província, dos traficantes residentes na província ou imediações, as apreensões feitas na costa do município, seja por navios da polícia da marinha brasileira ou inglesa, como, quantos navios e quem dos traficantes foram apreendidos como suspeitos por contrabando e pirataria. Os desembarques clandestinos se processam nos portos, nas praias desertas, com a colaboração muitas vezes da população litorânea.

Interessa, também, nesse estudo dar conta dos sujeitos envolvidos nessa prática ilegal, na região do município de Macaé. Destacaram-se em Macaé os traficantes: Víctorio Emmanuel Paretto (italiano), José Bernardino de Sá (português), Joaquim Ferramenta, José de Souza Velho, Francisco Domingues de Araújo. Assim, aumentando o preço abusivamente,

enriqueciam, justificando as dificuldades encontradas para transportar os africanos, sendo um dos maiores negócios da época.

Vários foram os barcos suspeitos de tráfico, contrabando e pirataria nas imediações da cidade de Macaé como o barco brigue Itaparica, o navio brigue escuna Tentativa e o iate Rolha e de tantos outros foram apresados e removidos em depósito para a Casa de Correção da Corte para inquirido e responder ao processo-crime de tráfico, contrabando e pirataria. Não só a tripulação era removida para a Casa de Correção da Corte como também a carga humana, os africanos. A proposta de pesquisa em questão funda-se em aprofundar o dado encontrado no livro de Jaime Rodrigues "O Infame Comércio", em que faz menção de um apresamento de um navio negreiro — o iate Rolha em Macaé, e dos traficantes atuantes na província de Macaé, a partir deste, verificar outros apresamentos no litoral norte fluminense precisamente no município de Macaé.

Mesa: Política Externa Brasileira: Estratégias e Tendências - 6 de Fevereiro - 16h15 - 101

Moderador: Carmen Mendes

Título Integração Regional e Política Externa: o caso da Amazônia
ID 13

Autores José Cauby Soares Monteiro

Resumo: Este trabalho se propõe analisar o lugar que a Amazônia ocupa na formulação da política externa brasileira (PEB). A magnitude das ações infra-estruturais que surgiram na Região, a divulgação dos impactos de tais ações no ecossistema e, concomitantemente, a pressão dos movimentos ambientalistas nacionais e internacionais induziram os operadores de políticas na Região a considerarem os impactos ambientais do desenvolvimento econômico na Amazônia sem, todavia, abandonar suas preocupações tradicionais com defesa, segurança e território. Com pouco sucesso, o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), firmado em 1978, tentou constituir-se num marco institucional de governança dos países amazônicos. Retomado em 1995, o TCA passou a denominar-se de Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), e, a partir de 2002, estruturou-se como uma secretaria geral. Trinta anos depois seus resultados são escassos. Atualmente o novo papel internacional desempenhado pela Venezuela na América do Sul e seu ingresso provável no MERCOSUL, a permanência da questão colombiana e a retomada das preocupações ambientalistas nas relações internacionais configuram um cenário mais complexo de atuação da PEB em relação à Amazônia em que meio ambiente, segurança e desenvolvimento ainda são temas desconexos.

Título O Brasil e a CPLP
ID 393

Autores Shiguenoli Miyamoto

Resumo: Uma das atenções da política externa brasileira nos últimos anos tem sido concedida ao relacionamento Sul-Sul. Dentro desse, as relações com os países da CPLP tem adquirido papel crescente, pelo menos em termos retóricos. O objetivo desse texto é analisar a real importância concedida pelo governo brasileiro aos países de língua portuguesa desde a criação da CPLP.

Título As relações Brasil-Venezuela e o desenvolvimento da Amazônica
ID 443

Autores Paulo Manduca

Resumo: As relações Brasil-Venezuela assumiram o caráter estratégico nos últimos anos por vários fatores. Neste trabalho são destacados três pontos: a) primeiro tem a ver com o processo de integração econômica. Visto pelo aspecto do processo de integração regional, a Venezuela significa a possibilidade de se injetar nova dinâmica ao Mercosul e recondicionar o processo de integração no subcontinente. Importante destacar que a busca de meios de desenvolvimento em comum (sinergia) e a oposição à ALCA selam uma aliança que, pelo menos por enquanto, vem permitindo uma certa unidade política entre os dois países. b) o segundo diz respeito à dinâmica de fronteira que permite o desenvolvimento e a Segurança em uma parte significativa do espaço amazônico. Assim, a intensificação das relações entre o Brasil e a Venezuela está possibilitando uma nova dinâmica econômica que favorece, sobretudo as comunidades da região ao mesmo tempo em que favorece a superação de problemas antigos como os garimpos ilegais e as invasões em terras indígenas; c) as questões de segurança são um outro aspecto de suma importância e extremamente delicado uma vez que a chamada diplomacia ad hoc do presidente Chávez e a corrida armamentista promovida por ele acende um sinal de alerta nos setores ligados à Defesa da Amazônia uma vez que podem levar à ampliação do cenário de conflito colombiano para outras áreas da região.

Título O papel da África na política externa brasileira
ID 788

Autores Sandra Cardozo

Resumo: A aproximação do Brasil com o continente africano nos últimos anos desperta algumas interpretações, pois na maioria são países pobres e com regimes instáveis. Além do reconhecimento de uma política de solidariedade por parte do governo brasileiro, vislumbram-se políticas de cooperação e ampliação de relações econômicas, associado ao fator político de apoio por parte destes países a uma candidatura do Brasil ao assento permanente do conselho de Segurança da ONU. Primeiramente, esta pesquisa demonstra a ampliação de acordos ocorridos entre Brasil e diversos países africanos, a partir de 2003, refletidos na expansão de embaixadas e visitas oficiais, além do incremento do comércio exterior inter-regional. Num segundo momento, analisa a relação entre o Brasil e os países africanos de colonização portuguesa, notadamente nas crises de Guiné-Bissau e em São Tomé e Príncipe, no empenho por parte do governo brasileiro pela estabilidade democrática. Nota-se também o aumento de investimento brasileiros em Angola e Moçambique.

Por fim, o trabalho reforça a hipótese de que a política brasileira com relação aos países da África, embora se concretize em ações como cooperação técnica, apoio ao combate à doenças, investimentos e trocas comerciais, se orienta no sentido de mudar as correlações de forças internacionais. Desta forma, além de já existir uma “zona de paz e cooperação” no Atlântico Sul, a política externa brasileira com relação aos países africanos, é reforçada pela identidade dos laços históricos, pela compreensão da dimensão dos problemas sociais, pelas demandas dos países em desenvolvimento e pelo fortalecimento das demandas multilaterais brasileiras.

Título Conseqüências da interação do Brasil com os países em que mais se empenhou em operações de paz da ONU
ID 950

Autores André Panno Beirão Beirão

Resumo: O final da dicotomia bipolar da Guerra-fria redundou no recrudescimento de tensões latentes em diversas regiões. Na África, eclodiram conflitos, a maior parte, intra-estatais. A ONU, conclamada a fazer-se presente como guardiã da ‘segurança internacional’, conseqüentemente desencadeou diversas Operações de Paz no continente. Algumas Operações deixaram transparecer suas fragilidades (como na Somália e Ruanda), outras trouxeram boas perspectivas (ainda que não as inicialmente pretendidas) e colheram bons frutos, como em Angola e Moçambique.

À época, o Brasil há muito não se engajava de forma tão contundente em Operações de Paz e houve opção política de se dedicar maciçamente em ambos os países. Mais do que estreitar laços com sistemas de Governo, empenhou-se em incrementar laços sócio-culturais entre Estados. Desde então, o Brasil tem buscado crescer seu papel nestas Operações. Principalmente, quando é chamado a atuar em suas prioridades, quais sejam: continente americano (vide MINUSTAH, no Haiti), a África (vide participação em Operações atuais no Sudão e Costa-do-Marfim) ou países da Comunidade Lusófona (vide seu empenho na reconstrução da paz no Timor Leste).

Cabem então as questões: a atuação sob a égide da ONU, em Angola e Moçambique serviu para aumentar laços de identificação sócio-cultural? Influenciaram a atual relação? Da memória da destas ‘guerras’ surgiu aproximação na paz? – com as respostas a estas questões, diante da minha observação participativa como Oficial da Marinha de Guerra do Brasil que esteve em ambos os países durante as Operações, pretendo demonstrar que a atuação sob a égide da ONU pode aproximar enlaces e identidades.

População, Gerações e Ciclos de Vida

Mesa: A política pública e os direitos da infância e da juventude: a tensão entre o processo de exclusão e inclusão - 5 de Fevereiro - 11h15 - 215

Moderador: Catarina Tomás

Título A formação do indivíduo alicerçada em valores éticos e religiosos
ID 333

Autores Márcia de Liberal, Marcela Meneguim

Resumo: Em decorrência da crise de valores vivenciamos, hoje, a deterioração e o afastamento de valores anteriormente aceitos, reflexos da modernidade, da globalização, do caráter pragmático e utilitarista das relações do homem com a natureza, dos homens entre si e, principalmente, do individualismo exacerbado. Por isso, emerge o imperativo de que através da educação sejam gerados cidadãos autônomos, conscientes, responsáveis e solidários. Ou seja, pessoas capazes de ordenar suas ações pelo critério de igualdade de direitos e deveres que, através do vivenciar de valores éticos e religiosos, possam coexistir harmoniosamente. O grande desafio aos educadores consistirá em afinar suas ações pedagógicas pelo diapasão da ética e da religião para que, além do embasamento científico-cognitivo indispensável, possam ser construtores de uma ordem social válida universalmente. Toda ação humana é sempre fruto de uma valoração prévia. Nossas ações são intencionais na busca de atingirmos os fins colimados. As leis de diretrizes educacionais trazem sempre em seu bojo ideais filosóficos e valorativos. E, por serem os valores os determinantes de nosso agir e se integram o campo da ética e da religião, é preciso refletir sobre uma educação que ao trabalhar valores possibilite a formação de indivíduos que almejem a construção de um mundo melhor.

Título As políticas de assistência social e o protagonismo da criança e do adolescente
ID 461

Autores João Clemente Souza Neto

Resumo: O processo de democratização da sociedade brasileira requer que as políticas de assistência social tenham como metodologia o protagonismo das crianças, adolescentes e famílias. Acreditamos que esta perspectiva metodológica permitirá ao Estado e à sociedade brasileira romper com a cultura paternalista, assistencialista e coronelista, que fortalecem historicamente a desigualdade social e mecanismos excludentes, mais do que o exercício da cidadania e da ética. As pesquisas que tenho desenvolvido neste campo demonstram que as políticas assistenciais servem aos interesses do mercado, em detrimento da emancipação do sujeito. O que hoje se constata é que os investimentos em abrigos e programas que atendem à criança, ao adolescente e à família são altíssimos com um retorno inexpressivo. Garantem demandas mercadológicas e políticas, sem responder às exigências da sociedade, da comunidade, da família e dos indivíduos. Quando contam com a participação das famílias, crianças e adolescentes, as políticas de atendimento apresentam resultados mais satisfatórios. Nosso foco de análise é uma experiência da pastoral do menor nos municípios de Diadema, Osasco, Barueri e na Região Oeste da cidade de São Paulo, que compõem a Grande São Paulo.

Título Políticas públicas para a educação da primeira infância: a creche
ID 615

Autores Maria Letícia Nascimento

Resumo: No Brasil, educação e socialização das crianças pequenas era tarefa da família, exceto para as crianças cujas mães trabalhavam, que iam para as creches. Mudanças nos hábitos e valores das famílias, em centros urbanos, assim como alterações nas relações sociais acabaram determinando uma redefinição das fronteiras entre o público e o privado, incrementando a demanda pela educação infantil.

A concepção de infância foi sendo modificada, influenciada pela pesquisa realizada em campos como a história ou a sociologia da infância. Pesquisas, desde a década de 90, indicam que a criança pequena deve ser compreendida como protagonista de sua vida e que as instituições de educação infantil constituem um espaço privilegiado para o desenvolvimento das múltiplas linguagens e das relações sócio-educativas.

O reconhecimento da educação infantil, constituída por creches e pré-escolas, como direito à educação desde o nascimento e sua regulamentação no sistema educacional, por meio da Constituição de 1998 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, legitimou a idéia de compartilhamento de responsabilidade entre família e estado.

Entretanto, traduzir os princípios legais em realidade representa um desafio. Em relação ao acesso, a creche atende cerca de 15% da população de 0 a 3 anos de idade, e a pré-escola que cerca de 72% das crianças entre 4 e 5 anos. Em relação à qualidade do atendimento, a distância entre o que a lei prescreve e as demandas sociais, de um lado, e a realidade das instituições de educação infantil, de outro, ainda é grande, principalmente para creche.

Título Políticas Sociais Brasileiras e Inclusão das pessoas com deficiência

ID 738

Autores Marcos Mazzotta

Resumo: No presente artigo estamos tomando como ponto de partida, para as reflexões aqui expostas, a Constituição Federal de 1988. As políticas sociais públicas com focalização no segmento composto pelas pessoas com deficiências têm evidenciado importante avanço em relação à inclusão social de tais pessoas. Não ignorando as fecundas lições de Bobbio (2002, p.36), de que “historicamente, uma doutrina igualitária é uma doutrina que defende a igualdade para o maior número de homens no maior número de bens”, temos constatado garantias legais abrangendo prioritariamente as áreas de saúde, educação, trabalho, cultura e lazer reafirmando direitos e regulamentando medidas e ações voltadas para o mencionado segmento populacional. Cabe destacar, nesse sentido, a Lei n. 7.853/89 que define a Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, o Decreto n. 3.298/99 que regulamenta a referida lei e dá outras providências, o Decreto n. 5.296/04 estabelecendo normas de acessibilidade em todos os espaços públicos destacando condições das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, a Resolução n.02/01 do Conselho Nacional de Educação estabelecendo diretrizes para a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais. Essas são algumas das disposições normativas editadas após 1988 reiterando os direitos universais e focalizando as pessoas com deficiência nas diversas áreas sociais, assegurando e ampliando sua participação efetiva na sociedade. Discussões sobre o distanciamento e aproximação das prerrogativas legais com as situações reais de vida, contribuindo para a segregação, integração e inclusão social das pessoas com deficiência é, sem dúvida, tema da maior importância na atualidade.

Título Políticas Internacionais para o mundo do trabalho, repercussões no Brasil para as pessoas com deficiência.

ID 748

Autores Beatriz Saeta

Resumo: A partir da década de 80, várias entidades ligadas à causa dos direitos das pessoas com deficiência iniciaram um movimento visando integrar sociedade e pessoas com deficiência. Entre as várias possibilidades estudadas o trabalho figurou dentre as principais, dada a importância do reconhecimento de pertencer e ser útil ao grupo social. Esse artigo baseia-se em determinações da OIT – Organização Internacional do Trabalho, sobre oportunidades de trabalho para pessoas com deficiência e seus desdobramentos em cada país. A Declaração de Salamanca e Linha de Ação de Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada em 1994, na Espanha, traz recomendações no sentido de que a pessoa com deficiência possa usufruir de qualidade de vida, participando das diversas instâncias da vida social, política e econômica. Na legislação brasileira vigente, no que se refere à inserção no mercado de trabalho, cabe destacar a Lei 8213 de 24/07/1991, que, em seu artigo 93, estabelece que a empresa com 100 (cem) ou mais empregados deve preencher de 2% a 5% dos seus cargos com pessoas reabilitadas ou portadoras de deficiência habilitadas. O tema trabalho tem figurado, com justiça, entre os primeiros lugares das agendas sociais, políticas e, naturalmente, educativas. Repensar trabalho é, com efeito, pensar formação profissional para pessoas com deficiência. O período da formação profissional pertence a uma fase em que a maioria dos jovens, portadores de deficiência ou não, tem no trabalho não só o suprir as necessidades de subsistência, mas, especialmente, a construção da auto imagem, auto estima e autoconfiança. O ser humano, de maneira geral, tem a partir de sua relação de produção social com o trabalho a formulação de uma série de ideais de realização e conquistas advindas de sua atuação profissional.

Mesa: Infância, sociedade e cultura - 5 de Fevereiro - 14h30 - 103

Moderador: Maria Leticia Nascimento

Título Quando as crianças fotografam

ID 278

Autores Kátia Adair Agostinho

Resumo: O presente trabalho apresenta reflexões metodológicas de uma investigação em andamento que tem como objeto central de análise as formas de participação infantil em contextos educativos de educação pré-escolar pública, de meio popular, envolvendo as relações sociais estabelecidas pelas crianças e adultos.

Nele discorreremos sobre as fotografias que as crianças produziram durante o tempo das observações de campo numa pré-escola italiana, atentaremos para a análise do potencial revelador da produção infantil como comunicante dos seus mundos de vida, os desafios vividos por elas para capturar as imagens e os focos escolhidos.

A utilização da fotografia como fonte de informação e representação da realidade, captada pela subjetividade do pesquisador havia sido uma das estratégias de recolha de dados da pesquisa. Este instrumento metodológico congela o tempo e o espaço, permite-nos observar detalhamentos da vida no contexto educativo, perpetua um instante, revela minúcias, abre caminhos para diferentes pontos de vista.

As fotografias realizadas pelas crianças foram um acréscimo ao nosso trabalho que se apresentou no campo quando as próprias as mesmas solicitaram realizá-las, revela já a partida a contribuição e influência das crianças na pesquisa, sua efetiva participação, para além disto nos interessa aprofundar o potencial revelador de suas imagens acerca das culturas infantis, narrando os momentos de aproximação e conhecimento do modo de utilização do equipamento e os desafios que este ato implica, e ainda, apresentando a análise dos focos escolhidos por elas para serem fotografados.

Título A Infância e a sua educação na produções académicas A infância (0-10 anos) e a sua educação na produção académica das Universidades públicas e privadas em Portugal, 1995-2005: instituições, áreas científicas, campos disciplinares, temáticas, metodo

ID 1197

Autores Manuela Ferreira

Autores Cristina Rocha

Resumo: Integrando o projecto “A Infância e a sua educação nas políticas internacionais, europeias e nacionais; produções académicas e currículos de formação dos educadores e professores do 1º CEB em Portugal” (UP-FPCE/CIIE/FCT), esta comunicação visa i) apresentar e problematizar resultados da análise da produção científica recente realizada nas Universidades portuguesas, 1995-2005, caracterizando a construção científica do objecto socioeducativo infância; ii) repensar a produção de saberes periciais acerca da infância e (d)o campo educativo promovendo a infância como objecto sociológico e entendimento das crianças como actores sociais competentes.

Com base na pesquisa on-line às bases de dados da Biblioteca Nacional e Bibliotecas das Universidades do país, públicas e privadas, identificaram-se cerca de 1250 teses de mestrado e doutoramento que tomam como objecto de estudo a infância (0-10 anos) e sua educação, sendo que a análise i) quantitativa dos elementos descritivos sistematiza e caracteriza dimensões de enquadramento inerentes às relações entre indicadores temporais, títulos académicos, instituições do Ensino Superior, natureza jurídica, localização geográfica e respectivos campos disciplinares; ii) qualitativa ao conteúdo da informação infere temáticas, teorias, metodologias e os actores cujos pontos de vista são privilegiados.

Na interpelação crítica da Sociologia da Infância ao conhecimento produzido nas universidades evidenciam-se i) os parâmetros-base da construção social de saberes periciais acerca da infância, reflectidos em determinadas concepções de infância, criança e de educação dominantes; ii) o estado da arte da investigação sobre infância e sua educação em Portugal; iii) novos objectos na análise social da infância nas Ciências Sociais e nas Ciências da Educação.

Título Descolonização da infância: O Contributo da Sociologia da Infância

ID 1524

Autores Catarina Tomás

Resumo: Historicamente as crianças e a infância, como grupo geracional, sobretudo nas sociedades ocidentais, têm estado excluídas das esferas sociais de decisão e participação. A cultura de não “ouvir” as crianças não é limitada pela geografia, ocorre em todo o mundo. São várias as razões que explicam o interesse pelas crianças e pela infância enquanto grupo social: no plano jurídico, a construção da concepção das crianças como actores sociais e sujeitos participativos, sobretudo com a Convenção dos Direitos da Criança (1989); no domínio teórico, a reconceptualização da infância contemporânea, o desenvolvimento da Área dos estudos da infância e sobretudo da Sociologia da Infância, a identificação das vantagens sociais no reconhecimento da participação das crianças, a recusa da negatividade e a promoção da ideia de alteridade.

Defende-se neste texto, a ideia de que estamos a assistir a um processo de descolonização da infância. Não se trata apenas de defender a libertação das crianças, com vista à sua formação e reconhecimento como grupo social independente e isolado, mas de um processo de descolonização epistémica, de socialização do conhecimento sobre a infância e as crianças e dos fundamentos adultocêntricos da racionalidade. Pretende-se combater a ideia da não racionalidade das crianças perspectivando a infância como um grupo social específico, mas não isolado e separado.

Título Sociologia da Infância como possibilidade interpretativa crítica das experiências sociocorporais de movimento de crianças no cotidiano da educação infantil: perspectivas teóricas e metodológicas

ID1572

Autores Nelson Figueiredo de Andrade Filho

Resumo: A temática em evidência é parte do projeto de pesquisa “Experiências Sociocorporais de Movimento de Crianças no Cotidiano da Educação Infantil”, uma etnografia que vimos desenvolvendo (in) tencionando aproximar a Sociologia da Infância do campo da Educação Infantil, particularmente de um objeto de estudo de interesse da Educação Física para a Educação Infantil. Nesse sentido, após situarmos a preocupação do estudo, refletimos a construção do conceito experiências sociocorporais de movimento das crianças, exploramos as origens, os fundamentos, os dilemas e as possibilidades teóricas e metodológicas da Sociologia da Infância e focamos as experiências sociocorporais de movimento das crianças sob o olhar da Sociologia da Infância. Concluindo, ponderamos que em razão da necessidade de se legitimar no campo da Educação Infantil um objeto de estudo e ensino específico da Educação Física, tanto do ponto de vista sócio-educacional quanto do ponto de vista acadêmico, apesar dos constrangimentos epistêmicos pelos quais a Sociologia da Infância passa hoje, há, em seu desenvolvimento teórico atual, elementos suficientes para sustentar um profícuo diálogo com a Educação Física em mão dupla, em prol do estabelecimento de uma pedagogia para a Educação Infantil, onde ambos os campos de conhecimento podem sair mutuamente fortalecidos por buscarem atender as necessidades e interesses das crianças em sua mais tenra infância.

Título O cotidiano de crianças residentes em espaços de reforma agrária- Assentamento Nova Alvorada do Sul

ID 1623

Autores Giana Amaral Yamin

Resumo: O presente trabalho integra os resultados de uma investigação realizada no âmbito da reforma agrária brasileira, subsidiado nos estudos de Vigotski, Leontiev e Luria. Enfoca o cotidiano de crianças que vivem em um assentamento no estado de Mato Grosso do Sul, desocultando o tempo das suas infâncias a partir das suas condições objetivas. Os dados foram coletados por meio da observação participante e da História Oral de Vida. As crianças, atores protagonistas, externalizam suas percepções acerca da terra, da escola, do trabalho e do brincar. A pesquisa revela que a especificidade das infâncias das crianças assentadas é condicionada por questões comuns entre os agricultores (qualidade do solo, condições de comercialização, ausência do trabalho coletivo, qualidade da escola, distanciamento do movimento social) e por especificidades familiares (estrutura, questões de gênero, condições econômicas). Os estudos comprovam que essa fase da vida quando passada no campo (comumente idealizada como tranqüila, bucólica e segura) traz implicações diversas às crianças, condicionadas pela interação, pelo contexto e pela atividade principal desenvolvida por cada uma delas. As conclusões revelam que os sentidos da infância no Mato Grosso do Sul têm sido historicamente marcados pela desigual da divisão das terras e pela ineficácia das políticas de reforma agrária. Concomitantemente, destacam as aprendizagens importantes conquistadas pelas crianças do campo, geralmente desvalorizadas pelos ambientes urbanos. Revelam suas características próprias, que resultam em infinitas e importantes capacidades

Mesa: Idosos, sociedade e cultura - 5 de Fevereiro - 16h15 - 216

Moderador: Stella Antonio

Título A Universidade Aberta para a Terceira Idade: o desafio educacional na pós-modernidade

ID 308

Autores Rita de Cássia da Silva Oliveira, Flávia da Silva Oliveira, Paola Andressa Scortegagna

Resumo: A pós modernidade liga-se ao surgimento de uma sociedade pós industrial na qual o conhecimento torna-se a principal força econômica de produção e assim entendida, todos os cidadãos tem o direito de serem educados para inserirem-se no mercado de trabalho e desfrutarem de uma vida digna e de qualidade. No panorama mundial, a longevidade aparece como um fenômeno marcante; e no Brasil, a população com 60 anos ou mais apresenta-se em grande crescimento. Hoje o contingente de idosos é de 16 milhões (9,7% da população) e em 2025 a projeção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) será de 34 milhões de brasileiros idosos (15% da população) . A Universidade enquanto instituição voltada para a produção e socialização de conhecimento, em consonância com as políticas públicas, tem oferecido cursos voltados para os idosos. Essa pesquisa objetiva analisar o papel da universidade e em particular da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), PR, Brasil, no resgate da cidadania do idoso, pelo recorte educacional, através da oferta de Cursos para idosos, tendo como princípio norteador a educação permanente; estabelecer o perfil dos idosos que frequentam a UATI/UEPG e identificar as melhorias que o curso proporcionou a seus alunos. A pesquisa foi quanti/qualitativa, descritiva e interpretativa, utilizando como instrumento a entrevista e os depoimentos dos idosos. A educação para esse segmento é uma necessidade social que precisa cada vez mais estruturada e ampliada a fim de atender a demanda da população brasileira.

Título A representação social da qualidade de vida na velhice à luz dos idosos

ID 522

Autores Patrícia Moura, Andréa Fábria Cabral, Maria da Conceição Félix, Kátiusca Medeiros

Resumo: Historicamente o fenômeno do envelhecimento é vivenciado de maneira variável, tanto do ponto de vista social, quanto no tocante à qualidade de vida, consolidando-se de acordo com o contexto sócio-cultural em que se vive, pois é a sociedade quem determina qual o lugar e o papel social do idoso, levando em consideração suas limitações, como também sua experiência. A representação social consubstancia algo complexo e necessariamente incluído num referencial de um pensamento preexistente, que depende de sistemas de crenças, valores, tradições e imagens do mundo e da vida. Ser velho na sociedade atual - apesar dos avanços obtidos pela legislação brasileira, como o Estatuto do Idoso, por exemplo - é ser encarado com indiferença, interesse, menosprezo. Contudo, o fator mais agravante nesse contexto é a acomodação, e negligência da sociedade. Parte da atenção imprescindível ao atendimento de tais necessidades consubstancia-se no avanço das pesquisas na área do envelhecimento, que tem possibilitado a criação de novos modelos de estudo quanto à promoção da saúde física e mental dos idosos. A presente pesquisa centra-se na investigação centra-se em investigar a representaação social da qualidade de vida para o idoso, a qual referenciou-se no universo de 23 idosos internados na Clínica Médica do HULW durante todo o período de realização da mesma. A amostragem utilizada foi por tipicidade ou intencional, Assim, no decorrer da pesquisa foram identificados e selecionados os 10 atores que se enquadraram nas características de interesse da investigação.

Título Idoso: o crescimento de uma nova geração

ID 713

Autores Nanci Soares

Resumo: O crescimento acelerado da população idosa requer maior dedicação dos profissionais de várias áreas que tem compromisso com a causa do idoso, no sentido de que o idoso não seja visto como mais um “problema social”, mas como sujeito que tem capacidade produtiva, garantia de acesso aos seus direitos sociais e poder de decisão sobre as questões que lhe dizem respeito.

As pesquisas apontam que para muitas pessoas a aposentadoria tão almejada, não corresponde às expectativas. A ansiedade pela aposentadoria como ideal social e culturalmente descrita poderia trazer uma fase para descanso e gozo de prazeres da vida, muitas vezes esta expectativa não tem lugar na realidade brasileira, face as disparidades sócio-econômicas da população. No Brasil o estabelecimento de políticas sociais que acirram as diferenças individuais. Nem todos os idosos têm acesso a saúde e nutrição, habitação e meio ambiente, família, proteção ao consumidor idoso, bem estar social e educação, além de empregos e renda.

Este é o grande desafio da atualidade o aumento da expectativa de vida em todo mundo e o proporcionar qualidade a esta vida mais longa tornou-se uma necessidade. Isto exige da sociedade uma conscientização de seus direitos e do Estado, a maior preocupação com a efetivação de políticas públicas sociais.

A proposta de trabalho da UNATI-Franca, enquanto espaço em uma Universidade, propicia debates sobre as questões ligadas a construção da cidadania nessa fase da vida. O programa oferece cursos e oficinas com áreas temáticas: saúde e lazer; novos conhecimentos; arte e cultura.

Título Sociabilidades em Transito. A velhice em grupos de convivência de terceira idade

ID 1116

Autores Domingos Savio de Almeida Cordeiro

Resumo: Contemporaneamente percebe-se o nascimento de uma “nova velhice” como uma invenção que propicia novas modalidades de relações sociais com base geracional. Esta comunicação apresenta resultados parciais de pesquisa realizada com grupos de idosos pobres no Nordeste do Brasil, enfocando suas representações e práticas coletivas. No universo desse estudo os indivíduos são velhos, segundo critérios da Organização Mundial de Saúde, que apropriando-se de noções importadas de “terceira idade” estão reunidos em grupos de convivência de idosos e desenharam uma condição de passagem de formas de sociabilidades primárias características do mundo rural para outras mais amplas e próprias do mundo urbano e moderno. Como fator associado a essas noções e na ausência do Estado em promover espaços de sociabilidade para indivíduos mais avançados na idade, destaca-se a emergência dessa modalidade de grupo nas cidades brasileiras. Os indivíduos velhos formam uma considerável parcela populacional das camadas sociais baixas e estão entre os que mais sofrem as consequências da desigualdade e exclusão social. Parte deles buscam formar tais grupos e construir sua autonomia organizando encontros cujo fator de agregação é a convivência coletiva. Os dados produzidos e usados nesse texto derivam da aplicação de questionários e realização de entrevistas em coorte pré estabelecida, com indivíduos participantes desses grupos.

Título Práticas corporais para a terceira idade: facilitadores para o fortalecimento do corpo, da mente e da integração social

ID 1189

Autores Marcelo Tavares, Eliete Verbena e Faria

Resumo: Tendo em vista que o envelhecimento é um processo natural do Homem e que a expectativa de vida aumentou na maior parte dos países, políticas públicas têm sido fomentadas e implementadas para a terceira idade, visando a melhoria da qualidade de vida. Isso evidencia a relevância da pesquisa de suas práticas corporais, para o processo de integração social que permeia esse público em diferentes contextos. O objetivo desse estudo é identificar em Juiz de Fora, cidade de porte médio do sudeste brasileiro, quais práticas corporais são destinadas à terceira idade e de que forma elas influenciam na vida cotidiana, especialmente, para a integração social. A metodologia adotada inclui pesquisa bibliográfica e de campo, tendo como instrumento de coleta de dados a aplicação de questionário e a utilização de diário de campo a partir da observação dos programas de integração social, oferecidos pela municipalidade. A amostra é composta por 30 idosas, entre 60 e 80 anos, com 6 meses de experiência, pelo menos, e as informações obtidas são analisadas por meio da abordagem qualitativa. Pode-se concluir que as práticas corporais oferecidas pelo programa municipal compreendem ginástica, alongamento e dança e são percebidas como significativas para o desempenho das atividades cotidianas e para a inserção do idoso em diferentes grupos na sociedade. Dessa forma, vistos em conjunto, terceira idade e políticas públicas podem ser um binômio importante para a melhoria das condições de vida da população idosa, que inclui o fortalecimento da saúde do corpo, da mente, e também das relações sociais.

Título Políticas Sociais Alternativas a Institucionalização de Idosos na Região das Missões - RS

ID 1218

Autores Elisângela Maia Pessoa

Resumo: Este trabalho teve o objetivo de analisar como as políticas sociais voltadas ao idoso em municípios da Região das Missões no Rio Grande do Sul, podem constituir alternativa à institucionalização, com vistas a propor alternativa e estratégias voltadas à melhoria da qualidade de vida do idoso. A questão da institucionalização de idosos tem, no entanto, ensejado opiniões contraditórias, pois o idoso na contemporaneidade tanto pode ser venerado, como excluído dos processos sociais, considerando que a institucionalização pode constituir-se um processo doloroso para o idoso. Essas perspectivas motivam questionamentos quanto às possíveis possibilidades que podem ser implementadas para que não haja necessidade de ocorrer a institucionalização. Foi utilizado o método dialético-crítico para realizar a leitura e o desvelamento da realidade, com base em suas categorias teórico-metodológicas de análise (Historicidade, Totalidade e Contradição). Num primeiro momento, foram definidas as seguintes categorias teórico-temáticas: Política Social, Envelhecimento e Institucionalização. A coleta dos dados ocorreu com envio de questionário a todas as Secretarias de Assistência Social dos municípios da Região das Missões – porém apenas oito participaram da pesquisa –, e dois formulários, aplicados por meio de entrevista, com 20 idosos e 18 familiares indicados pelos entrevistados, domiciliados na Região das Missões. Os dados qualitativos foram submetidos à técnica de análise de conteúdo. Nessa etapa, emergiu uma categoria teórico-temática empírica: a autonomia. Com a efetivação desta pesquisa pode-se verificar que, nos oito municípios pesquisados da Região das Missões, praticamente inexistem, de forma organizada, uma rede de atendimento ao idoso, embora haja reconhecimento da necessidade disso.

Título Viver e morrer no asilo: implicações teóricas e empíricas sobre o tema com base no caso do Abrigo Sagrado Coração de Jesus em Sobral/CE-Brasil

ID 1283

Autores Nilson Almino de Freitas

Autores Wellington Maria Vasconcelos Frota

Resumo: A proposta da pesquisa é discutir, a partir de narrativas de idosos em situação asilar no Abrigo Sagrado Coração de Jesus em Sobral/CE-Brasil, a concepção de vida e de morte tendo como fonte suas memórias de experiências passadas. Parte-se do pressuposto de que as lembranças não são registros objetivos e imparciais de um passado, mas

sim, construções criativas sustentadas pela condição social e cultural vivenciada no presente de quem fala. A condição asilar, portanto, influencia nessas construções narrativas permitindo discutir a suposta "última etapa da vida" que é a morte, de uma forma específica e, ao mesmo tempo, pensar a vida nessa "instituição total" (Goffman, 2005) como melancolia ou resignificação diante da proximidade do "fim". Essa reflexão serve como ponte para fornecer subsídios para se discutir sobre a situação asilar não só de uma forma técnica, mas também a partir da perspectiva do idoso que é abrigado nessa instituição. Não se entende aqui que há posições homogêneas do grupo diante das questões aqui colocadas. As diferenças entre eles inclusive é quase uma necessidade. Dessa forma, a diversidade de perspectivas e posições permite dar mais riqueza e mobilidade ao jogo de classificações sociais acionadas em diferentes contextos narrativos de experiências vividas que servem para expor de formas inúmeras a condição presente no asilo.

Mesa: Juventude, sociedade e cultura - 5 de Fevereiro - 16h15 - 217

Moderador: Rita Marchi

Título Coletivos juvenis e expressões culturais no Brasil.

ID 563

Autores Marlúcia Valéria da Silva

Resumo: As atuais sociedades complexas instalam a obrigação de refletirmos sobre a juventude a partir de referência plural, articuladora de aspectos como o corte etário, a geração, a classe, a etnia, o gênero, a orientação sexual, o espaço geográfico que os jovens partilham etc, podendo a juventude, enquanto categoria teórica, surgir aquém, além e atravessando todos esses parâmetros. Tais contingências implicam em tomarmos o segmento por juventudes, dada a complexidade da sua expressão nas materialidades em que se configura. Complexamente, os jovens estão inseridos em realidades que os fazem experimentar no cotidiano a fragilidade das grandes referências, sendo contemporâneos da evanescência dos macro-projetos emancipatórios e da política como instrumento de sua conquista, de certo Estado-nação e da família, ao mesmo tempo que estão inseridos em situações novas, como o recrudescimento dos conflitos regionais, a intolerância local/global, a crise do trabalho e o multiculturalismo. Nesse contexto, as manifestações culturais, entendidas como processo socialmente interativo de elaboração do reconhecimento e pertencimento, aparecem como o espaço simbólico onde as variadas juventudes do mundo, e do Brasil em particular, podem construir os seus vínculos e modos de estar no mundo, destacando a autoria jovem nos processos desencadeados ante os desafios da contemporaneidade. Por outro lado, os coletivos juvenis se apresentam como o lugar de ancoragem das manifestações, inaugurando novos fazeres e reconstrução de sentidos das vivências juvenis que partilham, 'novos ritos de passagem', novas referências retradutoras da própria ação coletiva juvenil num cenário de radicalização da cultura individualista.

Título Juventudes, Memórias e cultura: articulações para o encontro entre distintas gerações

ID 587

Autores Carlos Henrique dos Santos Martins

Resumo: Parto da compreensão de que existe forte relação entre memória, geração e sociabilidade e que estas parecem ser determinantes para a compreensão da juventude como categoria sociológica composta de sujeitos dotados de memória que se constrói nas relações sociais e intergeracionais. As experiências vivenciadas, por exemplo, no contexto familiar, são importantes para que o jovem elabore suas identidades e servem para orientar a construção de suas trajetórias pessoais relacionadas a um futuro que é delineado no presente e que tem a memória de experiência feita como referência e ponto de partida em direção ao desconhecido, lugares repletos de incertezas e riscos. Através de relatos dos jovens e adultos, entrevistas e pesquisa participante procuro entender como se estabelecem as relações intergeracionais através da memória coletiva e, a partir dessas relações, como se efetiva a construção da memória de jovem de forma individual. Assim, a identificação de pontos de interseção e de afastamento entre a memória dos adultos e as memórias de jovens, marcados, principalmente, pela experiência vivenciada em diferentes intensidades, tempos e espaços comuns ou diferenciados pelas questões geracionais, poderá indicar possíveis relações entre memória individual e coletiva, e entre memória de jovens e de adultos. Os estudos sobre intergeracionalidade devem contribuir para a compreensão dos diferentes caminhos de constituição da cultura nos seus distintos contextos, pois permitem analisar os processos que envolvem as múltiplas inter-relações que envolvem os atores sociais.

Título O «corpo jovem» e os jovens no seu corpo

ID 613

Autores Vitor Sérgio Ferreira

Resumo: As transições no ciclo de vida têm uma visibilidade imediata na leitura social do corpo. A «juventude» ou a «idade jovem» é um tempo socialmente construído, porém codificado no corpo. Uma juventude que dura cada vez mais tempo e que se tenta que perdure, considerando as atuais promessas mercantis de juvenilização dos corpos. Em última instância, é-se jovem quando se começa a parecê-lo, e transpõe-se a condição juvenil quando se deixa de (conseguir) transparecê-lo. Há, efectivamente, uma normatividade que enquadra a figura do jovem, normatividade essa que, em grande medida, é estabelecida com base em critérios de ordem corporal. A figura do «corpo jovem» constitui uma corporeidade de referência e de reverência para as mais jovens gerações. Partindo de uma sistematização dos poucos estudos de natureza sociológica produzidos em Portugal em torno de questões concernentes ao corpo, pretende-se nesta comunicação perceber o poder heurístico deste «novo» objecto dentro dos estudos de juventude, potenciais desafios metodológicos estimulados por esse objecto, bem como identificar as suas recentes condições culturais e sociais de produção enquanto tal, e diferentes culturas somáticas inter e intrageracionais.

Título Jovens universitários: análise da produção discente em programas de mestrado e doutorado no Brasil (1999-2006)

ID 820

Autores Paulo Carrano

Resumo: O trabalho analisa teses de doutorado e dissertações de mestrado, nas áreas das Ciências Sociais, da Educação e do Serviço Social, nos períodos de 1999 e 2006, que tiveram como problemática central de investigação o jovem estudante universitário. A prioridade na seleção dos trabalhos investigados foi para aqueles que tiveram seu foco no “sujeito jovem” ou na fase de vida. Consideramos para análise 162 trabalhos (132 na área da Educação, 16 em Ciências Sociais e 09 trabalhos na área de Serviço Social). Foram estabelecidas as seguintes categorizações temáticas: a) trabalhos que tratam do acesso e condições de permanência no ensino superior; b) que analisam trajetórias e a longevidade escolar nos meios populares; c) que se preocupam com a escolha, formação e inserção profissional; d) que se debruçam para recolher e buscar compreender opiniões, interesses e experiências de estudantes universitários. A distribuição dos trabalhos segundo seus orientadores revela a baixa recorrência de orientação para o tema dos Jovens Universitários na pós-graduação das áreas investigadas. Na comparação com o estado do conhecimento anterior (1980-1998), tem-se o esperado desaparecimento do interesse pelos “efeitos da expansão” relacionados à reforma universitária do ano de 1968. Houve a persistência do interesse pelas temáticas do ingresso no ensino superior, da evasão, das trajetórias de estudantes universitários e da problemática do ensino universitário noturno. A questão do ingresso no ensino superior segue tendo o exame vestibular como eixo principal de análise, entretanto, o fenômeno dos cursinhos pré-vestibulares orientados para os estudantes pobres trouxe novos elementos para o debate.

Título O lazer como fonte de renda para os jovens

ID 1171

Autores Fernanda Aguiar, Sayonara Lima, Tâmara Oliveira, Violeta Noletto

Resumo: O trabalho tem por finalidade discutir a relação entre juventude, trabalho e lazer na cidade de Teresina, tendo como referência análise de entrevistas e observações acerca da prática do trabalho realizado por jovens em espaços de lazer para jovens. Portanto, pretende-se analisar e compreender as experiências de jovens que tem por finalidade, em seu trabalho, propiciar lazer a outros jovens. Além disso, conhecer suas práticas de lazer, saber se no momento do trabalho eles experimentam o lazer e os motivos da escolha do mesmo como fonte de renda. Esse trabalho de investigação é desenvolvido por jovens pesquisadoras, o que torna o olhar sobre essa relação ainda mais interessante. As reflexões aqui desenvolvidas fazem parte do subprojeto “Os lazers nas sociabilidades juvenis”, o qual está inserido no projeto “A condição juvenil em Teresina” desenvolvido pelo NUPEC - Núcleo de Pesquisa e Estudos de Crianças e Adolescente, da Universidade Federal do Piauí-UFPI, com financiamento do CNPq-Conselho Nacional de Pesquisa.

Título Ser Jovem na América do Sul: concepções de juventude entre jovens organizados em seis países da região

ID 1343

Autores Patrícia Lânes Araújo de Souza, Eliane Ribeiro, Regina Novaes

Resumo: A presente comunicação tem como objetivo apresentar parte dos resultados de pesquisa (“Juventude e Integração Sul-Americanas”, Ibase e Pólis, 2007/ 2008) sobre as formas de organização e demandas dos(as) jovens organizados em seis países da América do Sul. A abrangência da pesquisa permitiu análise combinada da experiência juvenil entre jovens de grupos, organizações e movimentos sociais, percebendo traços em comum e aspectos de diferenciação articulados à compreensão das sociedades dos países envolvidos: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Aqui se privilegia a análise do que estes jovens entendem por juventude, aspectos apontados como positivos e negativos na vivência social da juventude dentro e fora das organizações de que participam, e como “ser jovem” é por eles negociado em diferentes contextos. A pesquisa combinou 19 “situações tipo” (estudos qualitativos a partir de instrumentos metodológicos comuns em que os pesquisadores utilizaram-se de entrevistas a jovens e mediadores adultos, observação direta e técnica de Grupos Focais, acompanhando as atividades dos grupos estudados por cerca de dois meses) à realização posterior de mais 38 Grupos Focais envolvendo outros grupos juvenis organizados nos mesmos países. O estudo foi realizado entre os anos de 2007 e 2008 por rede de pesquisa envolvendo organizações não governamentais e universidades dos países participantes e teve como objetivo entender as formas e conteúdos da participação dos(as) jovens organizados nessas sociedades, bem como suas concepções sobre juventude e que significados atribuem a “ser jovem” hoje.

Mesa: Relações intergeracionais - 5 de Fevereiro - 18h30 - 313

Moderador: Joana Guedes

Título Pescando histórias à beira mar: um estudo intergeracional

ID 605

Autores Adélia Augusta Souto de Oliveira, Heliane de Almeida Lins Leitão, Daniel Santos Libardi, Maria Natália Rodrigues, Lívia Rocha Machado Levi

Resumo: Relata os estudos intergeracionais desenvolvidos numa comunidade litorânea com forte impacto psicossocial no cotidiano de seus moradores graças à invasão do turismo de massa no final da década de 70 no litoral do Nordeste brasileiro. Apresenta o estudo com a geração dos moradores mais antigos por meio de conversas sobre a infância no lugar com ênfase aos contos e lendas que lhes foram transmitidos. Focaliza aspectos teóricos do pertencimento territorial na constituição da identidade social na perspectiva sócio-histórico-cultural e a história oral, a produção de desenhos e de fotos enquanto instrumentos na coleta de dados. O diário de campo relata as observações naturalistas em ambiente público. Os resultados demonstram a significativa ruptura com os valores culturais e referenciais identitários baseados na atividade produtiva da pesca, permitindo a experiência de desenraizamento a partir da extinção das tradições, tornando os nativos estrangeiros em sua própria terra. Na análise das singularidades desse processo, percebe-se a tessitura das contradições, dos enfrentamentos, das resistências, que geram, por sua vez, sofrimento ético-político. Evidencia da importância da preservação de espaços físicos como eliciador na rememoração. Assim se apresentam as imagens representativas do passado nas ainda existentes “ruínas do leprosário”; caracterizam o lugar no passado enquanto deserto, sem casas e raras

peçoas. O ato de contar e inventar histórias são atividades dos avós e mantidos pelo hábito de consertar rede e de “jogar conversa fora” nas calçadas da comunidade.

Título Jovens e crianças intermediam relações geracionais: um estudo a partir de contos e lendas do lugar

ID 611

Autores Adélia Augusta Souto de Oliveira, Heliane de Almeida Lins Leitão, Daniel Santos Libardi, Maria Natália Rodrigues, Lívia Rocha Machado Levi

Resumo: Discute a constituição da subjetividade de jovens e crianças em comunidades litorâneas no Nordeste Brasileiro, cujas transformações engendradas pela indústria do turismo de massa têm alterado os modos de vida da população local. Considera a juventude e a infância enquanto um conceito construído socialmente, a intrageracionalidade como preponderante na vivência juvenil e a intergeracionalidade vivida na relação familiar. Busca entender como o jovem se posiciona com relação as suas memórias do período da infância e a memória psicossocial do local onde ele vive e como se mantêm os valores significados e se transformam os sentidos experienciados, através de conversas individuais e em grupo sobre os contos e lendas do lugar. Apresentam os sentidos experienciados por meio de registros de observação participante com grupo de crianças, pela produção de relatos, textos, desenhos e fotos dos contos e lendas que escutam sobre o lugar. Os participantes moram com os familiares e os meninos auxiliam os pais ou avós na pesca e as meninas nos afazeres domésticos. Participam de programas sociais do governo. Principal diversão é a prática do surf e estudar música. Representa a terceira e a quarta geração pós-indústria do turismo de massa. Os resultados demonstram afetos positivos de pertença ao local, uma estreita relação entre a permanência de significados e a existência de lugares que ancoram os sentidos, permitindo vincar as histórias de realidade e potencializar as lembranças. As ilustrações mostram uma prevalência de sentido representacional positivo da natureza, do ambiente público e de si mesmos.

Título Coletivos juvenis e expressões culturais no Brasil

ID 1653

Autores Marlúcia Valéria da Silva

Resumo As atuais sociedades complexas instalam a obrigação de refletirmos sobre a juventude a partir de referência plural, articuladora de aspectos como o corte etário, a geração, a classe, a etnia, o gênero, a orientação sexual, o espaço geográfico que os jovens partilham etc, podendo a juventude, enquanto categoria teórica, surgir aquém, além e atravessando todos esses parâmetros. Tais contingências implicam em tomarmos o segmento por juventudes, dada a complexidade da sua expressão nas materialidades em que se configura. Complexamente, os jovens estão inseridos em realidades que os fazem experimentar no cotidiano a fragilidade das grandes referências, sendo contemporâneos da evanescência dos macro-projetos emancipatórios e da política como instrumento de sua conquista, de certo Estado-nação e da família, ao mesmo tempo que estão inseridos em situações novas, como o recrudescimento dos conflitos regionais, a intolerância local/global, a crise do trabalho e o multiculturalismo. Nesse contexto, as manifestações culturais, entendidas como processo socialmente interativo de elaboração do reconhecimento e pertencimento, aparecem como o espaço simbólico onde as variadas juventudes do mundo, e do Brasil em particular, podem construir os seus vínculos e modos de estar no mundo, destacando a autoria jovem nos processos desencadeados ante os desafios da contemporaneidade. Por outro lado, os coletivos juvenis se apresentam como o lugar de ancoragem das manifestações, inaugurando novos fazeres e reconstrução de sentidos das vivências juvenis que partilham, ‘novos ritos de passagem’, novas referências retradutoras da própria ação coletiva juvenil num cenário de radicalização da cultura individualista.

Mesa: Transformações das estruturas sociodemográficas da população - 5 de Fevereiro - 18h30 - 314

Moderador: Paulo Carrano

Título Mudanças nas configurações de grupos domésticos na Bahia, de 1991-2000: características e condições de sociabilidade dos tipos mais significativos.

ID 126

Autores Guaraci Adeodato Alves de Souza, Daniela Tosta de Brito, Caué Saleh Freitas, Fabiana Paixão Viana

Resumo: Este trabalho analisa as mudanças nas configurações de grupos domésticos (GDs) na Bahia-Brasil, entre 1991-2000, resultantes da consolidação dos novos padrões de procriação e de sucessão das gerações, com uma abordagem sociodemográfica inovadora. A pesquisa que o fundamentou construiu uma tipologia compondo um gradiente com seis tipos de GDs e suas variantes, do mais simples ao mais complexo, caracterizando-os quanto ao tamanho, composição, estrutura de relações genealógicas, sobretudo intergeracionais, e algumas condições de sociabilidade, segundo a fase de vida do responsável (até 39 anos, 40-64 anos, 65 anos e mais). Nessa tipologia, aplicada aos micro-dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, distinguiram-se perfis de coabitação de pessoas ligadas por elos de aliança ou de descendência, identificando-se tipos onde conviviam 2, 3, 4 ou mais gerações sucessivas, conformando ambientes distintos de sociabilidade. Os resultados das análises apresentados e discutidos neste trabalho referem-se às: 1º) características dos seis tipos enquanto modos possíveis de estruturação da vida cotidiana e da sociabilidade doméstica; 2º) mudanças no mapa de configurações e seus prováveis nexos com as tendências demográficas de grande impacto; 3ª) evidências de realização de estratégias de solidariedade familiar intergeracionais (gerações ascendentes e descendentes), ou de proteção a membros da família em situação de dependência, vulnerabilidade ou crise, particularmente as referidas ao acolhimento de pais dos responsáveis (ou dos cônjuges) e ao acolhimento de filhos adultos (com longa permanência ou retorno à casa dos pais), inclusive com 30 anos e mais, de netos ou bisnetos, com ou sem a co-residência dos filhos.

Título População e economia cafeeira no interior paulista

ID 361

Autores Oswaldo Mário Serra Truzzi, Maria Silvia Bassanezi

Resumo: Tomando por base um recenseamento realizado no ano de 1907, o trabalho analisa as profundas transformações demográficas ocorridas em São Carlos, um município bastante representativo da economia cafeeira paulista do início do século 20, que experimentou a transição do trabalho escravo ao trabalho livre, com colonos de origem européia.

O trabalho discute, segundo critérios de cor e nacionalidade de distintos grupos sociais, as diferenças no tocante a volume, estrutura etária e razão de sexo, registros vitais, distribuição (e segregação) espacial, instrução, ocupação e acesso à propriedade (rural e urbana) no município, chamando a atenção para a inserção diferenciada de brasileiros brancos, negros e imigrantes europeus de várias nacionalidades no tecido social.

Título Mudanças na estrutura demográfica do Espírito Santo - Brasil

ID 634

Autores Aurélia H. Castiglioni

Resumo: O mundo passou, no último século por importantes mudanças demográficas ocasionadas por modificações, ainda em curso, dos comportamentos dos fenômenos demográficos, relacionando fecundidade, mortalidade e migração. Este estudo focaliza o Estado do Espírito Santo, marcado, na segunda metade do século XX, por alterações importantes que ocorreram no crescimento, na composição e na redistribuição de sua população. Tais mudanças são resultantes da evolução do processo da Transição Demográfica e das transformações da estrutura sócio-econômica que impulsionaram importantes transferências espaciais da população das zonas rurais para as urbanas, em especial para a principal aglomeração urbana, a Região Metropolitana de Vitória, que concentra a metade da população do Estado. O trabalho tem por finalidade o estudo das características da população e dos fenômenos demográficos – natalidade, mortalidade e migrações - que condicionam a dimensão, composição e dinâmica da população do Estado e de seus Municípios. O conhecimento dos componentes, dos determinantes, das tendências e das conseqüências dessas transformações é de grande relevância para a definição das necessidades e prioridades que devem nortear o planejamento sócio-econômico da região.

Mesa: Idosos, sociedade e cultura - 6 de Fevereiro - 11h15 - 217

Moderador: Rita de Cassia da Silva Oliveira

Título Políticas públicas e gestão do envelhecimento no Brasil

ID 1344

Autores Mariele Rodrigues Correa, Sônia Moreira França, Francisco Hashimoto

Resumo: Desde a década de 50, pesquisas e estatísticas têm apontado o crescente envelhecimento da população mundial. O aumento do número de idosos, a partir de então, irrompeu no cenário das preocupações sociais. É em meados do século XX que a velhice passa a ter maior visibilidade no cenário brasileiro, sendo tomada como objeto de diversas áreas do conhecimento, do Estado e de investimento do mercado capitalista. Nosso objetivo, a partir de levantamento bibliográfico sobre o tema, é analisar a emergência da velhice como categoria de gestão, que se vale de políticas públicas e das ciências do envelhecimento para ditar modos de ser e viver essa fase da vida, sobretudo, criando e difundindo o conceito de terceira idade. A aliança entre o Estado e a medicina no Brasil propiciou a construção de novos procedimentos para a velhice, calcados num projeto de prevenção ao envelhecimento e na difusão de um ideário de ancianidade baseado numa pedagogia que incita a produção de corpos saudáveis e rentáveis ao capitalismo. Dessa forma, os estigmas e as práticas de invalidação da velhice cedem lugar para tentativas de representá-la como um período da vida que pode comportar atividades produtivas, realização de projetos e participação ativa no mercado de consumo. A gestão do envelhecimento atualmente, no Brasil, se caracteriza na promoção de diversos programas para a terceira idade que, além de funcionar como controle social da população que envelhece, contribui para a propagação de um ideal de envelhecimento que enrijece outras possibilidades de vivência da velhice.

Título Envelhecimento, subjetividade e espaços urbanos: nas ruas da memória

ID1345

Autores Mariele Rodrigues Correa, Sônia Moreira França, Francisco Hashimoto

Resumo: O espaço urbano é a presentificação de um acontecimento dotado de diferentes significações, pois é o lugar onde se desenrolam as tramas da vivência entre os homens e o mundo. A relação do homem com o espaço se constitui numa narrativa que versa sobre as formas de habitá-lo e sua apropriação pelas mãos humanas. Nosso trabalho consiste em analisar a relação entre espaço urbano e velhice, examinando as maneiras dessa idade da vida habitar a cidade enquanto apropriação e produção de sentidos. Para tanto, valemo-nos da literatura científica sobre o assunto e de dados empíricos coletados na nossa experiência com grupos da terceira idade. Uma primeira constatação é a de que, ao longo do tempo, a cidade sofre diversas transformações em seu cenário, de forma que o espaço urbano habitado pelos anciãos muitas vezes se refere a uma cidade que existe na memória. Resgatando as histórias sobre a relação desses idosos com a urbe do passado e confrontando-as com suas experiências atuais de habitação do espaço urbano, é possível apreender o processo de guetificação que acompanhou a trajetória da cidade. No Brasil, esse processo se dá de forma intensa, comandado pelo mercado capitalista que define lugares de circulação e apropriação da cidade. A velhice, nesse sentido, encontra uma série de interdições que delimitam suas possibilidades de movimentação. Portanto, o resgate da memória da cidade e a apropriação do espaço urbano pelos idosos se constituem num confronto com essa condição de isolamento, promovendo sua participação enquanto atores políticos no cenário contemporâneo.

Título O envelhecimento populacional e o desafio daqueles que atuam com os novos atores sociais – os idosos

ID 744

Autores Mirian Silva, Patricia Cavalcanti, Claudenizia Pereira, Ana Paula Miranda, Katuska Meira

Resumo: Nas últimas décadas, o expressivo aumento da população de idosos mudou o perfil demográfico do Brasil, alterando, assim, a configuração do atendimento nas instituições de saúde. Isto requer uma mudança de paradigmas e de forma substancial na formação dos profissionais da área. Este tema assume relevância, especialmente no país, onde perduram as desigualdades sociais e vários paradigmas devem ser confrontados. A questão é abordada de forma bastante incipiente e desarticulada, e mesmo aqueles que lidam com o envelhecimento não detêm a clareza e necessitam de uma formação articulada ao novo ideário. É no Sistema Único de Saúde que os profissionais de saúde, na sua maioria, exercem suas atividades e seu papel de liderança. Aliado a isto, faz-se necessária uma adequada aproximação com os saberes da Saúde Coletiva, dando-lhes subsídios para agirem de forma independente com espírito crítico e autonomia intelectual, estando aptos a interagir positiva e politicamente com as políticas públicas. Assim, serem capazes de um atendimento digno aos idosos, que não são apenas objetos, mas também instrumentos da assistência social. A pesquisa de cunho quali-quantitativo realizou-se em 2 hospitais de João Pessoa, teve como unidade investigativa 30 profissionais das categorias de Enfermagem, Serviço Social, Psicologia e Medicina, objetivou investigar o nível de capacitação dos profissionais de saúde que estão na ativa no tocante aos cuidados sanitários aos idosos. O roteiro de entrevistas abordou 3 eixos: Percepções sobre a velhice; Análise sobre o cotidiano e das condições de trabalho; Grau de informação sobre a saúde dos idosos.

Título A Vivência em Lar e a Privação da Intimidade

ID 814

Autores Joana Guedes

Resumo: No trabalho qualitativo que aqui se apresenta pretendemos dar conta dos modos de vida associados à vivência em “lar de idosos” e das consequências desse processo ao nível da perda de espaços pessoais e de intimidade. Através da observação participante e de entrevistas semi-estruturadas, procurou-se analisar a instituição tal como os idosos a experienciam. Das dimensões analisadas destacam-se as que se prendem com a apropriação dos diversos espaços institucionais, designadamente aqueles espaços que se configuram como um prolongamento do corpo e da identidade dos sujeitos. Interessou-nos perceber os princípios de organização do espaço, a divisão que comporta entre o fora e o dentro, a divisão e concepção do interior do lar segundo um modelo funcional, a organização do espaço institucional enquanto espaço de controlo, enquanto expressão de uma estrutura de poder. A par do conhecimento dessas lógicas, regras e princípios de organização dos espaços, interessou-nos conhecer as percepções subjectivas que os indivíduos constroem face aos espaços organizados à sua volta, assim como os seus espaços de eleição. Por outro lado, e partindo destas regras, urge questionar até que ponto o indivíduo consegue apoderar-se de “nichos psicológicos” que satisfaçam a necessidade de intimidade e apropriação ao espaço ou, simplesmente, se conforma e adapta aos espaços em que é instalado, deixando claro uma concepção de espaço institucional que apenas se concebe como um lugar de liberdade vigiada e em que o papel do indivíduo é definido e modelado pela instituição.

Título Morte assistida: um estudo sobre as mudanças das práticas funerárias na cidade de Aracaju (Sergipe/Brasil) e a repercussão na comunidade.

ID 1199

Autores Enedina Maria Soares Souto

Resumo: Nas últimas décadas temos assistido no Brasil mudanças nos cuidados com o morto e seu funeral. De um lado, nota-se tanto a diminuição do tempo do luto, o aparecimento dos cemitérios privados, que se distinguem também pela posição das lápides ao nível do solo, quanto a expansão das franquias de cemitérios. Por outro lado aumentam empresas que prestam serviços funerários na forma de Planos Funerários, ampliando os serviços já oferecidos tradicionalmente pelas chamadas Mortuárias. Trata-se além da venda de caixões, aluguel de castiçais, base para caixão e traslado do cortejo, assistência parcial ou completa (a depender do plano) à família do morto, os serviços de tanatopraxia (conservação do morto), urnas mortuárias e necromaquiagem. Ao mesmo tempo, os planos funerários remetem a idéia de previdência em relação à morte, valor social pouco estimulado na cultura ocidental, mas que pode ser compreendida pelo viés da ampliação dos negócios capitalistas, que criaram desde o século XIX as caixas previdenciárias. Somado a isso temos a intensificação do valor social da individualização, cristalizado na diminuição do cuidado da família com o morto. Como consequência podemos observar o aumento das práticas funerárias em espaços específicos (velatórios) e serviços prestados pelas empresas contratadas. Portanto, compreender como se constrói o discurso e a justificativa para existência de planos funerários, bem como, conhecer os impactos dessa nova ordem cultural dos cuidados com o morto na comunidade aracajuana, (Sergipe/Brasil), constituem-se objetivos centrais desta comunicação.

Mesa: Juventude, Cultura e Diversidades - 6 de Fevereiro - 11h15 - 201

Moderador: Vítor Sérgio Ferreira

Título Experiências de jovens em grupos culturais em Teresina/BR

ID 593

Autores Lila Cristina Xavier Luz

Resumo: Trata-se de um estudo acerca das práticas sociais de jovens rappers, pertencentes a grupos de raps de Teresina/BR. Dessa forma, investiga as práticas dos jovens na cidade com relação aos grupos de amigos, aos espaços de lazer e ao enfrentamento da violência. Para tanto, tem como objetivos específicos: apreender as trajetórias dos rappers na cidade, os espaços ocupados, as tensões e os conflitos enfrentados e, recupera, sobretudo, as motivações que os conduziram ao movimento hip-hop; resgatar e analisar as relações estabelecidas e os significados das práticas juvenis, tendo como referência a história de vida de jovens do sexo masculino e feminino, calcada no conceito de gênero. O recurso à história de vida permitiu a apreensão e compreensão das trajetórias dos jovens, com especial relevância às experiências de risco e reclusão. Sobre estas se pôde observar especificidades marcadas pelas diferenciações de gênero: as jovens vivem o risco no espaço privado e são punidas com a reclusão em casa; os jovens arriscam-se no espaço público e se

punem com a reclusão em casa ou são punidos pelas diferentes instâncias sociais com a reclusão em espaços prisionais. Foi possível concluir ainda, que os jovens viveram muito cedo algumas experiências que lhes possibilitaram não apenas um encurtamento da fase de infância, mas também, a substituição de práticas muito particulares a esta fase, pelo trabalho, pela mendicância e por atividades ilícitas. Porém, o pertencimento a grupos de rap e a participação em atividades político-culturais no hip-hop, propiciam o estabelecimento de novas relações.

Título Juventudes, cultura e diversidades luso-afro-brasileiras

ID 735

Autores Lila Cristina Xavier Luz, Jandira Barros, Gabriel Fernadnes, Valéria Silva

Resumo: Nas duas últimas décadas cresceram substancialmente as reflexões sobre as juventudes no âmbito das Ciências Sociais Luso-afro-brasileira, expressando a complexidade e a diversidade das realidades sociais em que vivem os jovens nos diferentes continentes. Embora a consolidação desses estudos e pesquisas seja uma realidade em alguns países lusófonos, como Brasil e Portugal, os mesmos ainda permanecem pouco socializados, fato que dificulta a troca de experiências e de conhecimentos já acumulados em prol de uma maior qualificação do debate. Desta forma, a diversidade de enfoques teórico-metodológicos presente num encontro desta natureza, permitindo a compreensão da juventude como uma categoria teórica pluridimensional, assim como os modos de vida dos jovens, será de fundamental importância para a apreensão das diversidades presentes no segmento focado em decorrência de questões nacionais, regionais, geracionais, étnico-raciais, de orientação sexual, de classe e gênero, dentre outros importantes aspectos. Tais condições e as dinâmicas por elas produzidas, apesar de pontuar fortemente a realidade dos jovens dos três continentes, têm sido pouco problematizadas no atual quadro de globalização sócio-econômica-cultural que, por sua vez, engendra realidades juvenis diversas, tendo como traço marcante o multiculturalismo. A partir desta compreensão, a mesa-redonda objetiva desenvolver, com base em resultados de estudos empíricos e reflexões teóricas, um debate sobre a condição juvenil em sociedades geográfica, histórica e sociologicamente diferenciadas, propiciando a articulação entre a produção científica, os pesquisadores e profissionais que têm por foco a questão juvenil nos diferentes países. Eixos: Juventudes e conflitos migratórios; Expressões culturais e organizações juvenis; Gênero, etnia e orientação sexual; Sociabilidades e identidades juvenis.

Título juventude e diferenças de gênero nas culturas juvenis contemporâneas

ID 755

Autores Lila Cristina Xavier Luz

Resumo: A presente comunicação apresenta uma análise sobre como a juventude rapper expressa, por meio da oralidade musical, as relações de gênero no movimento hip-hop teresinense. Para tanto, tomo como objeto de análise os raps produzidos pelas jovens com vista a resgatar as tensões vividas em decorrência das diferenças de gênero presentes no movimento. O hip-hop é um movimento juvenil urbano que inicia seu processo de organização, no Brasil, no final da década de 1980. No final da década de 1990, o movimento foi organizado, em Teresina, tendo a frente um grupo de jovens do sexo masculino. Sustentado em ideais de igualdade social, econômica, ético-racial, etc, o hip-hop, aglutina majoritariamente, jovem das camadas populares que vivem nas zonas periféricas da cidade. Apesar da propagação dessa igualdade, é visível a existência de certa desigualdade de gênero no movimento. Esta desigualdade pôde ser constatada pela reduzida presença e participação de pessoas do sexo feminino nas atividades realizadas e na coordenação das entidades instituídas pelo movimento. Com a preocupação de contribuir com reflexões que possam possibilitar o avanço do debate sobre a participação feminina nas culturas juvenis, em especial, no hip-hop, apresento algumas reflexões acerca das experiências de jovens do sexo feminino pertencente a grupos de rap de Teresina. Tendo como referências as narrativas das jovens, busco apreender como elas têm enfrentado, no espaço público, as diferenças de gênero. Para tanto, resgato informações oriundas de duas fontes: entrevistas de história de vida e de suas composições de rap [letra de música] protagonizado por elas.

Título Heterogeneidade e Cultura política na Camada Juvenil

ID 812

Autores Jandira Barros

Resumo: A reconfiguração de gerações é certamente um dos aspectos cruciais de mudança social, a qualquer nível, porque ela introduz o surgimento de novas percepções perante regras, crenças, hábitos e novos comportamentos face aos demais agentes, instituições e estruturas sociais, sobretudo, em tempos de intensa globalização e em países pertencentes ao capitalismo periférico como Cabo Verde. As várias facetas através das quais se vai construindo a imagem do jovem cabo-verdiano se encontram umbilicalmente atreladas aos (re)arranjos sócio-culturais internacionais e às articulações internas ao País. Em termos das políticas públicas direcionadas à juventude, as orientações para o desenvolvimento de uma cultura cívica e da sua integração sócio-cultural, estas dependem em larga escala do seu próprio grau de participação em instituições sociais e políticas. A forma como os jovens percebem e aderem a estas instituições primordiais à sua integração, e seu acesso à cidadania, como as associações e demais organizações sociais, no entanto, resulta diversa e conforme à própria heterogeneidade que perpassa esta camada populacional, afirmando-se diferentemente na sua relação com tais instituições e com o próprio Estado. Nível de instrução, meio de socialização, experiências cívicas e nível de renda são alguns factores que podem influenciar suas atitudes e comportamentos e indicar seu nível de eficácia política, orientando à problematização das acções à esta camada populacional que representa a grande maioria da população do País e comporta um elevado risco de exclusão social pelo desemprego.

Título Juventude e noite: narrando a violência e o risco

ID 728

Autores Eliane Nogueira Pires

Resumo: As reflexões que orientam este trabalho, entendido como um fazer etnográfico, têm a preocupação de compreender os jovens no seu lazer noturno e as novas formas de sociabilidade vivenciadas na noite. O meu objetivo é conhecer esta juventude, os interstícios do seu cotidiano noturno, seus espaços e territorialidade, suas redes de

sociabilidades. Para contextualizar o trabalho, proponho estudar o cotidiano de um grupo de jovens de classe média, de 19 a 24 anos. Não considero, portanto o lado da transgressão e dos excessos da juventude. Procuo identificar uma nova forma de sociabilidade, de encontros, amores, aventuras, medos, violência, contradições e outras experiências relevantes vivenciadas na noite. Este trabalho teve como base as narrativas ouvidas entre os anos de 2000 a 2004. A metodologia foi pensada para dar conta de apreender a dinâmica do lazer desse grupo de jovens cidadãos que saem à noite em busca de liberdade. Neste caminho, busquei uma perspectiva de análise qualitativa. Porém, nessas redes de sociabilidade, encontrei a existência de preconceitos, violências e discriminações se impondo, nesses espaços vistos como de liberdade. Evidenciei que os jovens lançam mão desses espaços privilegiados de práticas culturais, como a principal e mais visível forma de comunicação e de resistência expressa nos comportamentos e atitudes pelas quais se posicionam diante de si mesmo e da sociedade. Evidenciei também que a violência está em todos os cantos, mesmo difusa, e a juventude no centro dos debates, ora pensada como agente de violência, ora como vítima a experimentar-la no próprio corpo.

Mesa: Infância, sociedade e cultura - 6 de Fevereiro - 14h30 - 301
Moderador: Manuela Ferreira

Título Infância, Participação e Cidades
ID 27

Autores Catarina Tomás, Verónica Muller

Resumo: A cidade pode ser concebida como um espaço de acção colectiva. No entanto, as crianças continuam a estar na periferia, excluídos. Regra geral, não são membros activos e participativos da cidade. Quando se discute o planeamento das cidades, a política urbana, as grandes opções urbanas, as crianças não participam.

Em ordem a reconstruir e a repensar as cidades, a partir de uma perspectiva contra-hegemónica e incluyente, será necessário incluir as crianças na sua discussão e compreender como os ambientes urbanos afectam as crianças e o que elas realmente querem e necessitam.

Esta comunicação procura apresentar e discutir boas práticas da acção para e com as crianças no plano da cidade a partir do quadro teórico ancorado na Sociologia da Infância.

A “boa governação” para as crianças implica uma acção política ao nível local em parceria com uma rede de instituições para garantir os direitos da criança. Implica ainda para as crianças que os seus direitos sejam assegurados e a suas opiniões levadas em conta.

Há já experiências a ocorrer em todo o mundo, onde as crianças têm uma participação ao nível das cidades. A participação das crianças ao nível das políticas públicas e do planeamento urbano acontece já de formas heterogéneas, nomeadamente através da acção de movimentos sociais, como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) no município de Maringá (Brasil), e dos orçamentos participativos de Sevilha (Espanha) e Carnide (Portugal).

Título Crianças, Participação e Cidades: uma geo-grafia da infância
ID 128

Autores Catarina Tomás, Verónica Regina Muller

Resumo: A cidade pode ser concebida como um espaço de acção colectiva. No entanto, as crianças continuam a estar na periferia, excluídos. Regra geral, não são membros activos e participativos da cidade. Quando se discute o planeamento das cidades, a política urbana, as grandes opções urbanas e/ou os equipamentos sociais, as crianças não participam.

Em ordem a reconstruir e a repensar as cidades, a partir de uma perspectiva contra-hegemónica e incluyente, consideramos importante incluir o grupo social da infância na sua discussão e compreender a relação entre os espaços urbanos e as crianças.

Esta comunicação procura apresentar e discutir boas práticas de acção para e com as crianças no plano da cidade a partir do quadro teórico ancorado na Sociologia da Infância.

A “boa governação” para as crianças implica uma acção política ao nível local em parceria com uma rede de instituições para garantir os direitos da criança. Implica ainda para as crianças que os seus direitos sejam assegurados e a sua opinião levadas em conta. Há já experiências a ocorrer em todo o mundo, onde as crianças têm uma participação ao nível das cidades. Nesta comunicação centrar-nos-emos na acção de movimentos sociais, como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (Brasil), nos Orçamentos Participativos de Crianças e Jovens e no Movimento das Cidades Educadoras.

Título Reflexões Metodológicas Acerca De Uma Pesquisa Com Crianças
ID 210

Autores Kátia Adair Agostinho

Resumo: O presente trabalho é resultado das reflexões, estudos e análises acerca da metodologia da pesquisa com crianças nos aspectos teóricos e metodológicos, fruto de observações com orientações de um estudo de caso etnográfico.

É resultado de uma investigação de carácter exploratório realizada num contexto educativo pré-escolar em Portugal, durante três meses, tendo como objeto central de análise da investigação as formas de participação infantil em contextos educativos de educação pré-escolar pública, de meio popular, envolvendo as relações sociais estabelecidas pelas crianças e adultos.

O trabalho ancora-se no paradigma da infância que compreende as crianças como atores sociais sujeitos de direitos, e a instituição educativa como um espaço de contraposição à exclusão social e de produção de uma sociedade de afirmação de direitos sociais; sustenta a indispensabilidade da participação infantil como uma questão social, política e científica, fortalecendo a defesa da cidadania ativa da infância, pretendendo-se contribuir para a construção, implementação e efetivação de práticas e políticas participativas.

Nele discorreremos sobre a complexidade que se apresentou no campo empírico à pesquisadora em posicionar-se no contexto educativo, nas relações que estabeleceu com as crianças, nas relações estabelecidas com os adultos e ainda nas relações que a posicionaram entre estes dois sujeitos de pesquisa.

Título Investigação com crianças e metodologias participativas. Reflexões a partir da experiência numa escola da periferia de Maputo.

ID 230

Autores Elena Colonna, Francesca De Maria

Resumo: Esta comunicação pretende discutir as mais-valias, as dificuldades e os desafios que o uso de metodologias participativas oferece à investigação com crianças, sobretudo em contextos onde as crianças estão pouco habituadas a participar em processos de pesquisa e a fazer ouvir a sua voz.

Tais reflexões nascem na sequência do trabalho realizado numa escola primária da periferia de Maputo, no âmbito de uma pesquisa que se propõe investigar a experiência específica de “ser criança” dos meninos e das meninas que frequentam esta instituição, a partir dos seus próprios pontos de vista.

Baseando-se na ideia de crianças própria da Sociologia da Infância, que as considera sujeitos de direitos e actores sociais plenos, competentes na formulação de interpretações sobre os seus mundos de vida e reveladores das realidades sociais onde se inserem, a pesquisa propõe o uso de uma metodologia compósita, que mobilize uma gama de diferentes métodos e técnicas, quer tradicionais quer inovadores, que permitam escutar a voz das crianças. Os instrumentos de investigação privilegiados são então representados por grupos de discussão, pequenas dramatizações e conto de histórias em torno de um determinado tema (técnicas de carácter oral), fotografias, vídeos, desenhos (técnicas de carácter visual) e registos escritos, ensaios e diários (técnicas escritas).

A variedade de métodos representa assim uma forma de investigar a pluralidade de infâncias e ter em consideração as diferentes competências, as experiências de vida e as identidades sociais das crianças, dependentes de idade, geração, género, estrutura do grupo familiar, grupo étnico e classe social.

Título Semana da Criança, São Cosme e Damião e Carnaval: quando as crianças focalizam culturas e diversidade em festas populares e datas comemorativas do calendário escolar

ID 1647

Autores Ana Cristina Coll Delgado, Rachel Freitas Pereira

Resumo:

Título O surgimento dos novos estudos sociais sobre a infância

ID 1648

Autores Rita de Cassia Marchi

Resumo: Um pressuposto desta comunicação é o de que o processo histórico de individualização, em sua forma inicial e como descrito por Elias e Ariès, teve como um dos seus produtos a separação da infância como mundo institucional à parte do mundo adulto. A hipótese é a de que estamos testemunhando contemporaneamente as “conseqüências” do processo de individualização das crianças: a intensificação/radicalização deste processo (na versão contemporânea do ‘individualismo institucionalizado’ e na nova visão da criança como um “sujeito de direitos”) provoca na sociedade a idéia de uma ‘crise social’ da infância. No quadro geral das “flexibilizações” contemporâneas a infância é também apanhada por uma desnormalização/renormalização do seu estatuto. Este é um processo que está dialeticamente relacionado às profundas mudanças que têm atingido outras instituições sociais centrais à vida das crianças na modernidade, como a família e a escola. Destaca-se que um dos evidentes sintomas da desorientação e problemas que este processo causa, no meio social, é o surgimento, reflexivamente engendrado, das chamadas “novas disciplinas” para os estudos sociais da infância e das crianças. Mas, o surgimento destes campos disciplinares pode ser entendido como de dupla face: uma resposta do discurso especialista à demanda das dificuldades educativas e da diversificação dos modos de socialização contemporâneos e como discurso engendrador destas e muitas outras dificuldades (de ordem política, ética, epistemológica, social e cultural) relacionadas à infância e às crianças em todo o mundo e em cada contexto nacional, em particular. Esta comunicação discute estes novos estudos no caso brasileiro.

Riscos, Ambiente e Saúde

Mesa: Água: usos sociais e governação - 4 de Fevereiro - 19 horas - 104

Moderador: Francisco Costa

Título Métodos de cenários para mitigação de conflitos socioambientais na gestão de recursos hídricos

ID 511

Autores Ana Rosa Baganha Barp, Rafaela Caldeira Magalhães, Francisco das Chagas Cacela Filho

Resumo: Os mecanismos de gestão constituem um tema central da problemática dos recursos hídricos e da forma como cada sociedade se organiza para fazer face às suas necessidades quantitativas e qualitativas da água, no curto e no longo prazo. Este artigo tem o objetivo de focar a discussão sobre os métodos de planejamento, especialmente a construção de cenários de recursos hídricos, envolvendo análises sociais, econômicas, territoriais e fisiográficas na resolução de conflitos pelo uso da água. Pretende-se com este estudo, aprofundar metodologias integradas de cenarização, pois o futuro é uma construção social e para estabelecer o referencial de um cenário prospectivo pode-se utilizar determinadas ferramentas de análise estrutural, análise de atores sociais e análise morfológica. No campo da fisiografia é permitida a realização de investigação sobre as variáveis tendenciais baseadas em um conjunto de dados comparados, sobrepostos e avaliados de maneira integrada apontando diversas projeções de situações para uma determinada área de estudo. Aborda-se nesta comunicação uma experiência prática, através do Projeto Água e Cidadania para o Desenvolvimento Local Sustentável das Bacias Hidrográficas de Rondon do Pará, constituindo-se como uma proposta inovadora de gestão de recursos hídricos no

âmbito local, tendo como principal resultado o aperfeiçoamento dos instrumentos para mitigação de divergências sobre o uso da água, alicerçada na participação da sociedade, integrando a bacia hidrográfica com a gestão ambiental.

Título Conservação na Amazônia Brasileira: contribuição ao debate sobre o desafio da participação dos saberes e práticas locais em políticas socioambientais

ID 582

Autores Maria José Silva Aquino, Benilde de Nazaré Lameira Rosa

Resumo: Nesta comunicação abordam-se representações e relações com o meio ambiente entre pescadores artesanais, cujas atividades produtivas se dão em uma Unidade de Conservação – Área de Proteção Ambiental da Costa de Urumajó -, criada em 1998, localizada no município de Augusto Corrêa, no litoral do nordeste paraense. O foco será dado no processo de constituição deste território no qual se coloca em causa o significado da participação dos pescadores e de seus saberes. A visão e as práticas produtivas dos pescadores serão aqui confrontadas a restrições advindas de reordenamento territorial, informado pelo saber científico, com fins à proteção do meio ambiente. À luz da noção de habitus (Bourdieu, 2005), transita-se pelo “ser” e “fazer-se” pescador, em um contexto marcado por iniciativas de proteção ambiental informadas na perspectiva de uma sociedade e de um ambiente em risco (Beck, 2001). Objetiva-se, portanto, demonstrar a necessidade do diálogo efetivo entre os saberes científico e outros saberes, com vistas à instituição de políticas públicas ambientais na Amazônia capazes de se contrapor a uma lógica econômica, social e política excludente, que não confere valor à sociobiodiversidade. Exemplo disto identifica-se na dificuldade de elaboração e implementação do plano de manejo da APA em questão. Passados 10 anos de sua criação, este instrumento ainda não está sendo utilizado, sequer foi elaborado, o que afeta a sustentabilidade de uma Unidade de Conservação enquanto política socioambiental. A necessidade de não se desperdiçar as experiências sociais traduzidas em saberes e fazeres localmente situados, de desinvisibilizá-las, condição para que o paradigma da conservação orientado pela razão científica moderna, não naufrague (Souza Santos, 2004 e 2006).

Título De que vale tanta água? Paradoxos da governação da água em Angola

ID 610

Autores Álvaro Pereira

Resumo: Angola, ao exibir elevadas taxas de crescimento económico, tem desencadeado apressadas análises que iludem a complexidade da sociedade angolana e os bloqueios com que se confronta. Este dado de desempenho económico não pode ser desligado de outros indicadores, sob pena de se enviesar a leitura cultural, socioeconómica e política do país.

Com efeito, convém lembrar que as dificuldades de acesso a água potável enfrentada por uma sociedade, ou seja, o grau de condicionamento que representa para a saúde, vida pessoal, social e económica dos seus membros, constitui um poderoso indicador sobre o nível de desenvolvimento dessa sociedade. E a água em Angola ainda é, apesar do enorme potencial hídrico, de uma abundante ilusão.

A incapacidade do sistema institucional responder às necessidades básicas de consumo de água tem originado a proliferação descontrolada de um sector informal, com fortes repercussões nos indicadores de desenvolvimento do país e na persistência de graves problemas de saúde pública. Esta insuficiência contribui para atirar o país para a cauda do índice de desenvolvimento humano (161.^a posição, num universo de 177 países) (PNUD, 2006).

A comunicação incidirá sobre a governação da água em Angola, em particular o papel do sistema institucional na sua gestão, tendo em conta o contexto regional - a África Austral - com tradução institucional e territorial na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

A comunicação procura, ainda, demonstrar a importância estratégica em se valorizar e consolidar redes técnico-científicas no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Este objectivo pressupõe, no caso, a capacidade de se montar projectos de investigação-acção, que ajudem a estabilizar modelos de gestão integrada dos recursos hídricos, incorporando dimensões locais de natureza ambiental, cultural, económica e social. Poder-se-á, deste modo, encontrar respostas mais adequadas às dificuldades existentes no planeamento e na gestão dos recursos hídricos?

Mesa: Gestão de recursos hídricos e saúde - 4 de Fevereiro - 19 horas - 209

Moderador: João Guerra

Título O desafio de gestão dos recursos hídricos

ID 94

Autores Eugénia Aparecida Cesconeto

Resumo: A gestão dos recursos hídricos centra-se em desafios públicos postos à coletividade quanto às frágeis condições de sustentabilidade dos mesmos. Assim este artigo busca destacar as ações do Comitê de Bacia Hidrográfica da Paraná III, localizada no Estado do Paraná - Brasil, este é composto por 33 (trinta e três) membros titulares e respectivos 33 (trinta e três) suplentes, sendo 13 (treze) representantes do Poder Público, 13 (treze) representantes dos Setores Usuários de Recursos Hídricos e 7 (sete) representantes da Sociedade Civil. As ações foram propostas através das comissões técnicas em defesa dos usos múltiplos das águas, enfatizando a relevância de práticas prudentes e de estímulo ao reuso, destacando cinco (5) grandes eixos temáticos: Saneamento Ambiental e Uso de Recursos Hídricos; Reposição Florestal e Biodiversidade; Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável; Gestão Territorial e Licenciamento Ambiental; e Agropecuária Sustentável. A água é uma das mercadorias da natureza mais preciosas do século XXI e desponta como um dos maiores desafios em seu gerenciamento sustentável, em especial no Brasil. Pois, acredita-se que é por meio dos espaços representativos e dialógicos de troca de conhecimentos e experiências que gradativamente estaremos construindo atitudes ambientais positivas e integradas que venham favorecer o enfrentamento dos graves problemas sócio-ambientais, sobretudo, quanto à recuperação e à proteção dos recursos hídricos na Bacia do Paraná III em mais de 8.000 Km² de extensão que percorrem os 28 municípios localizados na região oeste-paranaense e adjacências, em prol da garantia ampliada de vida entre as espécies e de sustentabilidade dos recursos naturais.

Título Qualidade da água do Rio Jacutinga - Coronel VividaParanáBrasil

ID 530

Autores Mirian Loregian Loregian

Resumo: Com esta pesquisa analisou-se a qualidade da água do rio Jacutinga. Atualmente a SANEPAR utiliza água dos rios Jacutinga (desde 1981) e Barro Preto (desde 1977), para abastecer a população da cidade de Coronel Vivida/PR/BR. A SANEPAR aumentará a captação do rio Jacutinga, cuja bacia possui uma área de 186 Km², para depois que a nova ETA (estação de tratamento de água) for construída, torná-lo praticamente a única fonte de abastecimento de água para quase 18 mil pessoas da área urbana. A área de estudo é predominantemente agrícola, sendo cultivados principalmente soja, milho e feijão. Além disso, é praticada a pecuária extensiva de gado bovino. A quantidade de suínos não é significativa. Elaboraram-se mapas representando planialtimetria e hidrografia, hipsometria, declividade e uso do solo. Foram realizadas 12 amostragens de água, entre setembro de 2005 e agosto de 2006, na captação de água da SANEPAR e foz do rio e em uma das nascentes principais – “ponto branco”, para fazer a comparação entre eles. Foram analisados 23 parâmetros. Trabalhou-se também com os resultados das análises realizadas pela SANEPAR a cada 2 horas, da água bruta que chegava a ETA, e, com aqueles das análises realizadas após o tratamento da água. Um dos problemas que afeta a qualidade da água é a vegetação ciliar que é muito pobre ou inexistente. Os órgãos responsáveis tais como Prefeitura Municipal e SANEPAR devem tomar providências para que a legislação seja cumprida, evitando a degradação das condições da bacia.

Título Incerteza e complexidade nas áreas contaminadas por resíduos

ID 984

Autores Lúcia Fernandes

Resumo: Os processos decisórios relacionados com as áreas contaminadas por resíduos relacionam a área ambiental com a da saúde, nas suas dimensões de natureza técnica, política, social, cultural e económica, revelando-se a sua complexidade. Para não se correr o risco de uma compreensão parcial e deficiente dos problemas, é preciso conhecer esta multiplicidade de aspectos tendo em atenção as pessoas que os vivenciam diariamente.

As incertezas presentes no conhecimento destes problemas podem ser de vários tipos: técnicas, metodológicas, epistemológicas e sociais. Para colmatar as lacunas do conhecimento produzido, apenas as incertezas técnica e metodológica são consideradas e isto é feito produzindo-se mais conhecimento tecno-científico. O conhecimento local é normalmente ignorado. As incertezas epistemológica e societal não são reconhecidas.

Como agravante da complexidade dos problemas e incerteza do conhecimento estão as vulnerabilidades sociais. O deficiente funcionamento dos mecanismos institucionais de controle e prevenção dos riscos são um tipo de vulnerabilidade. Outro consiste nas carências de várias ordens que atingem as populações que vivem nos locais periféricos onde se encontram as actividades de risco.

A abordagem hegemónica destes problemas baseia-se no paradigma da análise de risco quantitativa. A precaução é uma alternativa que já vem sendo aplicada em alguns processos decisórios, mas muito timidamente.

Apresenta-se uma discussão sobre as incertezas e a complexidade dos problemas ambientais e propostas de abordagens alternativas à hegemónica.

Título Mapeamento de programas, projectos e acções de educação ambiental na bacia hidrográfica do Paraná III: a gestão das águas como tema central

ID 1494

Autores Marli Renate von Borstel Roesler, Margarida Franciele

Resumo: A partir de um olhar crítico e cuidadoso sobre a capacidade de proteção, recuperação, reposição sustentável dos recursos naturais e da preservação de todas as formas de vida, buscamos com esta pesquisa de iniciação científica mapear programas, projetos e ações voltadas à gestão das águas, no território da bacia hidrográfica do Paraná III, envolvendo gestores públicos, grupos sociais e outras organizações civis que atuam na implementação da política ambiental e com ações de educação ambiental formal e informal. A Bacia do Paraná III, como unidade de planejamento abrange 28 municípios e uma área de 8710,01 km², de importante relevância para o Estado do Paraná e seu entorno com outros estados brasileiros e de fronteira com os países Paraguai e Argentina. A região da Bacia do Paraná III é muito rica em biodiversidade por concentrar ecossistemas variados, além de abarcar diversidades sociais e culturais, com destaque aos aldeamentos indígenas, colônias de pescadores, de unidades de proteção integral, áreas com maior e menor concentração populacional urbana e rural e com índices regionais de desenvolvimento humanos variáveis e problemáticos. O estudo em questão estará desde o seu início disponibilizando informações aos atores sociais envolvidos na pesquisa, fomentando-se debates, diálogos, novos estudos, comprometidos com a efetivação da educação ambiental crítica, ética, transformadora e emancipatória, comprometida eticamente com a promoção da “cidadania planetária e sustentável, começando pelos seus territórios.

Mesa: Organização e gestão clínica e social na saúde - 5 de Fevereiro - 11h15 - 201

Moderador: Carlos Alberto Silva

Título Espaços da diversidade e populações em situação de rua: riscos, ambiente e saúde pública

ID 1002

Autores Maria Vasconcellos, Edemilson Campos, Rubens Adorno

Resumo: O objetivo desta comunicação é o de apresentar os múltiplos usos que a rua e os demais espaços públicos oferecem às populações em situação de rua, por meio de uma análise da situação de vulnerabilidade, considerando particularmente a urbanização, a constituição de novos valores sócio-culturais e a modernização contemporânea. Para tanto, realizou-se uma etnografia da região central cidade de São Paulo-Brasil, considerando os modos de ser e de viver

dessa população bem como a delimitação sócio-espacial, os múltiplos usos do solo no espaço da cidade e suas práticas de sociabilidade. A reflexão sobre as chamadas populações vulneráveis são recorrentes na história social da saúde e doença, nas diversas sociedades. A partir da reflexão proposta pelas ciências sociais, reforça-se a ideia de que essas populações também fazem parte da própria dinâmica urbana, a partir de suas necessidades concretas, nas quais se somam fatores de ordem natural, como as condições climáticas, e fatores de ordem econômica, social, política e cultural. Nesse sentido, esta pesquisa enfatiza que as políticas públicas devem levar em conta em suas ações essa nova fisionomia da cidade, na qual essas populações adquirem uma nova visibilidade, definindo uma dinâmica urbana que vai além da tradicional oposição entre a casa e a rua.

Título O Centro de Saúde e a Unidade de Saúde Familiar: continuidades e mudanças em curso
ID 1017

Autores Lurdes Teixeira

Resumo: O Serviço Nacional de Saúde (SNS) tende a materializar-se em duas peças: o hospital e o centro de saúde (CS), consideradas as pedras angulares da arquitectura conceptual e organizacional do SNS. Note-se, contudo, que um e outro têm funções distintas: ao hospital compete intervir na doença, prestando cuidados de saúde diferenciados e especializados e ocupando um lugar de retaguarda; enquanto que o CS oferece cuidados de saúde primários, devendo manter uma estreita e vigilante relação com as populações e implementar programas de promoção da saúde e prevenção da doença, assumindo, assim, um lugar primordial na rede de cuidados de saúde.

Porém, na realidade organizacional estas posições tendem a inverter-se, destacando-se o hospital com uma função de primazia na estrutura global dos cuidados e na preferência dos utentes.

Estando o SNS a sofrer reformas que pretendem (re)colocar os cuidados de saúde primários (CSP) no centro do sistema dos serviços de saúde, discutimos o actual quadro de reestruturação político-organizacional do SNS. Coloca-se em análise a Unidade de Saúde Familiar (USF) enquanto (novo) modelo organizacional, proposto para recentrar os CSP no sistema global de saúde e para potenciar o acesso do cidadão à Medicina Geral e Familiar.

Passadas mais de três décadas sobre a criação do CS e mais de duas sobre a criação da especialidade de Medicina Geral e Familiar, questiona-se se as mudanças em curso produzirão uma (re)credibilização do Médico de Família e catapultarão os CSP para a posição primordial que as políticas lhe reconhecem.

Título Qualidade de vida de mulheres com anemia falciforme
ID 1340

Autores Enilda Rosendo do Nascimento, Sílvia Ferreira, Ana Luíza Oliveira Carvalho

Resumo: Introdução: A anemia falciforme é uma doença hereditária caracterizada por dificuldade de circulação nos pequenos vasos, ocasionando áreas de infarto que podem levar a comprometimento progressivo de órgãos vitais e até sua perda de função. A anemia falciforme pode se manifestar através de vários sintomas que a depender da frequência e intensidade, podem comprometer o exercício diário das atividades desenvolvidas por portadoras(es) da doença e, em consequência, a sua qualidade de vida. Isto assume grande importância, principalmente para as mulheres adultas que na nossa cultura, são responsáveis frequentemente mais responsáveis pelo trabalho reprodutivo. Considerando que a qualidade de vida está ligada ao impacto do estado de saúde sobre a capacidade do indivíduo em viver plenamente (Fleck, 1999), o estudo tem como objetivo avaliar a qualidade de vida de mulheres que são atendidas em serviços especializados de Salvador, Bahia, a partir de uma perspectiva de gênero. Metodologia: A população do estudo será composta por mulheres com idade superior a 12 anos com anemia falciforme, procedentes de Salvador e Região Metropolitana, selecionadas através do cadastro das unidades de referência para atendimento às pessoas com doença falciforme da Secretaria Municipal de Saúde. Os dados serão coletados através de entrevista com uso do WHOQOL-100, instrumento de propriedade da Organização Mundial da Saúde utilizado para avaliação da qualidade de vida, e serão processados pelo programa estatístico SPSS. O instrumento consta de duas partes uma de identificação dos sujeitos do estudo e outra que contemplará os domínios físicos, psicológicos, nível de independência, relações sociais e ambientais.

Título Articulação de saberes e de práticas de saúde no seio da família
ID 1389

Autores Maria Engrácia Leandro, Paulo Nuno Nossa, Baltazar Ricardo Monteiro

Resumo: Desde tempos imemoriais, as famílias foram construindo e transmitindo um importante capital de saberes acerca da saúde. Se muitos destes têm que ver com realidades empíricas, outros também foram sendo adquiridos através de várias formas de contacto com os profissionais de saúde, várias leituras e de outras canais de informação. Estes conhecimentos exercem para os indivíduos e respectivas famílias, pelo menos, duas funções. Por um lado, apercebem-se da realidade que os rodeia e, por outro, permitem-lhes de melhor orientar as suas práticas, no caso que estudamos, em termos de saúde. Colocar o acento em duas funções, permite inscrever as relações entre saberes e práticas numa causalidade circular: os saberes influenciam as práticas (função de orientação) e estas influenciam aquelas (função de definição). No trabalho que aqui apresentamos, tendo em conta os dados recolhidos através do projecto de investigação: "O contributo (in)visível. A gestão familiar dos cuidados de saúde", financiado pela FCT, pretendemos analisar situações diferenciadas relacionadas com o recurso aos saberes familiares de saúde, colocando em perspectiva diferentes atitudes e comportamentos. Neste sentido, podemos conceber diferentes estratégias familiares, visando resolver uma eventual dissonância cognitiva entre o que se concebe em termos dos saberes sanitários e o que se faz na realidade.

Título Recolocação da mulher como sujeito da assistência no contexto do parto: experiência docente assistencial em SALVADOR-BAHIA-BRASIL.

ID 1510

Autores Isa Maria Nunes

Resumo: No Brasil, as políticas públicas dirigidas ao redirecionamento do modelo de assistência à mulher no parto tem estimulado a adoção das práticas obstétricas baseadas em evidências científicas e na humanização, com ênfase na autonomia, cidadania e direitos reprodutivos das mulheres. Nesse sentido, o Grupo de Estudo sobre Saúde da Mulher da

Escola de Enfermagem da Universidade Federal da – Brasil, criou o Espaço de Parto Alternativo - EPA, em parceria com uma Maternidade pública de Salvador-Bahia-Brasil, com o objetivo de implementar assistência à mulher e ao recém-nascido no parto normal e no pós-parto imediato visando a redução da medicalização e o resgate da fisiologia do parto, com atuação efetiva de enfermeiras obstétricas e estudantes de Enfermagem. O projeto foi elaborado e implementado com base em vasta literatura sobre o assunto e está em andamento desde outubro de 2006 sob a responsabilidade de docentes e discentes desta Escola e de uma equipe interdisciplinar da Maternidade. Diante do uso das condutas não farmacológicas de alívio da dor, a realização de massagens e exercícios de relaxamento e a presença de um acompanhante de sua escolha. As mulheres atendidas no projeto até o momento, relataram sentirem segurança, proteção e ajuda no transcurso do trabalho de parto com Os indicadores estabelecidos para a avaliação do projeto também apontam o alcance dos principais objetivos. Conclui-se que o EPA, além de garantir humanização e acolhimento, é uma iniciativa que recoloca a mulher como sujeito da assistência no parto, reduzindo a relação desigual que permeia o contexto dessa assistência.

Título Discursos sobre a educação de crianças hospitalizadas: as políticas brasileiras.

ID 1434

Autores Carine Imperator Weber

Resumo: Com a emergência das políticas de educação para as crianças hospitalizadas no Brasil, este estudo que compõe minha dissertação de mestrado em educação traz alguns recortes históricos que tentam dar conta da visibilidade desta infância hoje. É nas minúcias dos discursos sobre a invenção da infância moderna, da instituição hospitalar, da educação das crianças, e do encontro dessas políticas de poder sobre a vida que situo minha análise. Assim, busco pontuar aspectos da invenção da pediatria e da puericultura, que surgem como ciências objetivadas pelo fazer viver das crianças desde a gestação até a adolescência; da ordem da higienização do corpo na trama histórica moderna; e das políticas de humanização do atendimento nos hospitais. É a partir dessa contextualização que a criança entra em cena nos hospitais modernos, e desta forma será um público que a escola precisa buscar para melhor governá-lo. Aceno, pensando com Michel Foucault, as relações de poder-saber-verdade que atravessam as políticas brasileiras de educação de crianças hospitalizadas, que buscam a captura e normalização destes seres que parecem estar duplamente fugidios: por serem crianças e, ainda, doentes.

Mesa: Ambiente e saúde - 5 de Fevereiro - 14h30 - 208

Moderador: António Bento Gonçalves

Título Ferro, “Canga”, Mangue: Conservação Ambiental e Exploração Mineral na Amazônia Brasileira

ID 279

Autores Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior, Maria José da Silva Aquino

Resumo: Discute-se neste trabalho ações governamentais públicas federais, e da iniciativa privada, na conservação, exploração e exportação de recursos naturais no “Mosaico de Carajás” – conjunto de áreas protegidas localizado no sudeste do Pará - e na Ilha do Maranhão, município de São Luís. Representações e práticas que constituem o campo ambiental são aqui abordadas a partir das situações em que são criadas ou demandadas áreas protegidas na Amazônia, envolvendo o IBAMA, órgão federal da gestão ambiental criado no final dos anos 1980, e a Companhia Vale do Rio Doce, estatal privatizada e, hoje, autodenominada Vale. Considerando este subuniverso de disputas, mas também de acordos e parcerias, marcados por interesses “estranhos” à preocupação com a conservação e/ou preservação ambiental, o objetivo é refletir sobre as contradições presentes na política ambiental, orientada, possivelmente, pelos interesses da manutenção de condições adequadas ao monopólio da exploração mineral privada em território público, o que, de certo modo, desacelerou o ritmo do desmatamento no “Mosaico de Carajás”, mas, ao mesmo tempo, ameaça extensas áreas de manguezais na Ilha do Maranhão, bem como, o modo de vida de “populações tradicionais”. Remeteremos, portanto, a relação entre os diversos interesses que se imbricam no campo ambiental à Modernidade, na qual, nas últimas décadas do século XX, colocam-se entre outros a interpretação da sociedade de risco - acirramento das contradições e dos perigos previstos - e do desenvolvimento sustentável como solução aos impasses sociais e ambientais que se nos apresentam.

Título Avaliação das condições de vida, com foco em riscos para a saúde, dos produtores de tomate de São José de Ubá, Rio de Janeiro, Brasil

ID 466

Autores Elizabeth Santos Brandão, Júlio Roberto Costa, José Ronaldo de Macedo

Resumo: O Projeto Gestão Participativa da Microbacia Hidrográfica do Rio São Domingos (GEPAR-MBH), financiado pela Finep, propôs realizar um estudo socioeconômico para conhecer os problemas sociais, econômicos e ambientais enfrentados pelos pequenos produtores agrícolas do município de São José de Ubá, na região Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Esta região vive da atividade agrícola e apresenta uma situação de avançada degradação ambiental. Um dos objetivos deste projeto foi o desenvolvimento de ações para uma gestão participativa sustentável nesta bacia hidrográfica. O principal produto cultivado na região é o tomate, que é muito exigente em tratamentos culturais, suscetível a pragas acarretando o uso intensivo de agrotóxicos e requer muita irrigação. Todas estas atividades afetam o meio ambiente e o uso excessivo de agrotóxicos constitui um elevado risco à saúde dos produtores. Para utilizar de forma organizada seus recursos naturais, minimizando a pressão sobre o meio ambiente a comunidade precisa se conhecer, ser consciente dos seus limites e organização e suas necessidades por isso foi realizado um censo e a aplicação de um questionário de modo participativo, com intenso envolvimento da população local. As cinco comunidades pertencentes ao Município de São José de Ubá, que participaram do projeto, formaram uma visão dos problemas enfrentados pelos produtores e suas famílias. Esses problemas foram analisados com os produtores e fizeram uma lista com priorização para a solução conforme a metodologia da Pesquisa-Ação e chegaram a sugerir formulação de ações pró-ativas para a melhoria da qualidade de vida.

Título Modernidade e identidade na apreensão dos problemas sócioambientais na região metropolitana de Natal-RN/Brasil
ID 781

Autores Zoraide Pessoa

Resumo: As regiões metropolitanas são frutos do modelo de sociedade ensejado pela modernidade, que conformam à complexidade contemporânea atual, exacerbando relações sociais, ampliando condições de vulnerabilidade e risco, comprometendo a qualidade de vida e a sustentabilidade das populações que vivem nessas regiões. São também nos espaços metropolitanos que a apreensão dos problemas ambientais se dá de forma parcial, sem uma identificação dos mesmos, relativos às causas e possíveis ações de controle sobre os mesmos. Essa parcialidade na apreensão da problemática ambiental se dá em virtude da ausência de uma identidade metropolitana construída por parte da população e dos gestores públicos. Este trabalho, objetiva discutir como a identidade metropolitana na Região Metropolitana de Natal (RMN), localizada no nordeste brasileiro, pode contribuir para a apreensão dos seus problemas socioambientais. Partimos do pressuposto que a identidade metropolitana é uma construção da modernidade, que possibilita a efetivação de novas identidades, decorrente da fragmentação do mundo contemporâneo. Metodologicamente, o trabalho se apresenta como um estudo exploratório junto à população da RMN e revisão literária da modernidade contemporânea. Sobre a identidade na RMN pode-se afirmar que não esta totalmente construída, pois os moradores não se vêem metropolitanas, ao mesmo tempo em que a identidade de municípios se sobrepõe na definição e orientação dos papéis sociais que assumem na sociedade. Contudo, fazer parte da RMN, os torna modernos, embora em sua maioria os municípios sejam poucos dinâmicos em sua estrutura urbana, social e econômica. Entretanto, as suas populações não atuam como sujeitos metropolitanos, não conferindo sentido aos papéis sociais demandados pelas identidades construídas. Se não existem sujeitos metropolitanos construídos não há identidades metropolitanas definidas.

Título O Jovem Anorético e a sua Vivência com a Alimentação

ID 893

Autores Maria Rosa Silvestre

Resumo: Se antes gordura era considerada formosura, actualmente são os meios de comunicação que ditam as tendências da moda e que impõem à jovem um padrão de beleza, por vezes, difícil de atingir. Mesmo as modelos profissionais chegam a manter um peso bastante baixo e promovem atitudes de risco que, às vezes, chegam a ser fatais. Na sociedade actual os casos de anorexia, essencialmente de anorexia nervosa estão a aumentar entre a juventude. O culto da magreza e o receio de ver a balança apontar mais algumas gramas, leva milhares de jovens a refugiar-se em dietas engendradas por eles próprios, que podem vir a ter reflexos gravíssimos na sua saúde. A anorexia nervosa insere-se no quadro mais vasto das perturbações do comportamento alimentar. Movido por um descontentamento com o próprio corpo e uma preocupação excessiva em relação ao peso, o anorético reduz drasticamente a quantidade de alimentos ingeridos e, em casos extremos, recusa mesmo alimentar-se. Daqui resultam graves transtornos psicológicos e físicos, que podem conduzir à morte. Os especialistas costumam apontar factores sociais, culturais, psicológicos, familiares e biológicos como causa desta grave doença. Do que não restam dúvidas é que as dimensões do problema estão a aumentar ano após ano: cerca de 92% dos pacientes com anorexia são jovens do sexo feminino com idades compreendidas entre 15 e 29 anos.

Esta comunicação irá abordar a história de vida de A.P. de 13 anos de idade internada numa Unidade de Pedopsiquiatria com quadro de restrição alimentar grave iniciado em Outubro de 2006.

Título A investigação de acidentes de trabalho como uma questão de Saúde: uma visão multireferencial.

ID 971

Autores Marden Marinha, Cristiano Moreira

Resumo: Ao estudar os acidentes de trabalho, nota-se de forma clara, impregnação da visão mecanicista, desconsiderando-se a amplitude do universo humano e suas relações sociais.

Há valorização que o trabalhador erra ao executar suas tarefas porque é displicente, indisciplinado ou negligente.

A visão multidisciplinar no processo de investigação não é empregada, descartando a análise de riscos psicológicos, sociais e antropológicos. Não é incorreto afirmar que o mercado e a cultura da culpa indicam que o sistema produtivo atue na direção máxima de sua capacidade, transformando em fonte social de orgulho a produtividade. Ocorre, assim, a banalização de acidentes e incidentes que, subnotificação, e pouca atenção quanto à probabilidade de acidentes com consequências severas e fatalidades. É primordial incluir, na investigação de riscos, a perspectiva que o trabalhador não está imerso, somente, na racionalidade da ordem e da previsibilidade dos riscos, mas também num mundo abstraído desse atual processo, onde podemos citar as relações de família, grupos sociais e instituições que culminam na construção de seus valores. Frente à análise tecnicista que domina a investigação de acidentes, deve ser considerada a inclusão e a participação de outros atores, valores e perspectivas, incluindo os fatores humanos que atuam na causalidade dos acidentes de trabalho. Não restringindo ao processo, a maximização matemática, considerando também a inclusão de outros aspectos como estilos de vida e relações interpessoais

Mesa: Riscos, Organizações e Vulnerabilidades - 5 de Fevereiro - 18h30 - 311

Moderador: Paulo Nossa

Título Um saber de experiência feito: conhecer e curar com as plantas da terra em Moçambique nos finais do século XIX

ID 112

Autores Ana Roque

Resumo: A informação histórica sobre as plantas medicinais e a sua distribuição geográfica de par com as formas como essas plantas são localmente utilizadas constitui um importante registo sobre como cada comunidade se organiza num determinado espaço e usufrui dos recursos nele disponíveis. Neste sentido, este tipo de informação permite-nos uma melhor percepção não só dos saberes sobre as potencialidades medicinais e o uso dessas plantas como do conhecimento

das disponibilidades regionais das várias espécies em função do tipo de habitat ou habitats em que cada comunidade se inscreve. Considerando estes aspectos, pretende-se com esta comunicação sublinhar a importância da documentação portuguesa para o conhecimento e identificação das plantas medicinais e sua aplicação em Sofala, nos finais do século XIX, no pressuposto de que uma perspectiva histórica contribui não só para uma melhor compreensão da situação actual como para recuperar e preservar saberes ancestrais ligados à prática fitoterapêutica.

Título Práticas de cura, práticas nutricionais. Crenças e saberes no Sul de Angola.

ID 801

Autores Rosa Maria Amélia João Melo

Resumo: Visivelmente marcante é, de entre outros aspectos no espaço angolano, a coexistência mais ou menos complexa de sistemas terapêuticos que concorrem para o tratamento de doenças e para o bem-estar das pessoas. Fruto da interacção e mobilidade dos grupos sociais aí localizados e também da flexibilidade das suas culturas, tais sistemas se entrelaçam, se interpenetram e se conjugam de modo crescente. Contudo, dependendo do local, dos grupos e das culturas envolvidas, observam-se especificidades concernentes às percepções sobre doença, nutrição, saúde e bem-estar; às crenças e práticas a elas associadas. Partindo de um estudo de caso entre os Handa, no Sul de Angola, proponho reflectir sobre crenças, saberes e práticas nutricionais e tradicionais de cura, no novo contexto de mudança social e política. Interessa-me abordar as representações da doença e discutir o modo como é percebida e estabelecida a relação entre os saberes medicinais tradicionais e as práticas e políticas de saúde pública.

Título A influência da cultura de segurança no desempenho dos trabalhadores: Estudo de caso na REPSOL Polímeros

ID 448

Autores Paulo Manuel Almeida Lima, João Pedro Pina Cordeiro

Resumo: O tecido empresarial Português apresenta uma preocupação cada vez maior por temas ligados aos Riscos Laborais, Ambiente e Saúde no Trabalho. Este artigo tem como pergunta de partida: “A influência da cultura de segurança no desempenho dos trabalhadores: Estudo de caso na REPSOL Polímeros”. Damos destaque na empresa em estudo, à estrutura organizacional do Departamento de Saúde, Segurança, Ambiente e Qualidade (DSSAQ), assim como a política de Segurança e Ambiente praticada, com particular ênfase na cultura de segurança implementada. Aferimos como esta empresa se preocupa com os comportamentos seguros dos seus trabalhadores, numa perspectiva sócio-económica. A metodologia utilizada para o nosso estudo incidiu numa entrevista estruturada ao responsável do DSSAQ, assim como a aplicação de questionários aos trabalhadores da empresa. Concluímos que existe uma boa cultura de segurança e daí derivam contributos, tais como, os trabalhadores se sentirem num clima de satisfação e motivação, saudável e seguro. A taxa de absentismo é muito reduzida, os acidentes de trabalho têm decrescido ao longo dos anos em comparação com o sector, propiciando aos trabalhadores um bom rendimento na execução das suas actividades. Procuramos que este estudo contribua, não como “receita” para que as empresas encontrem soluções para a melhoria das condições de trabalho dos seus colaboradores, mas sim, para que as mesmas possam reflectir sobre a cultura de segurança que impera no seio das suas organizações e a importância que uma adequada cultura desta natureza poderá contribuir para o desempenho individual e em particular organizacional, como factor de competitividade e produtividade.

Título Do risco ao acidente: que possibilidades para a prevenção?

ID 318

Autores João Areosa

Resumo: Se considerarmos a eminente quantidade de riscos que determinadas organizações incorporam, bem como a sua elevada gravidade, podemos então considerar, metaforicamente, que algumas destas organizações, em particular as de alto-risco, podem ser vistas como autênticas fábricas de riscos. Os acidentes só ocorrem porque existem riscos a montante; sabendo que os riscos são de certo modo omnipresentes torna-se utópico pensar que poderemos alguma vez eliminar todos os acidentes. Os acidentes organizacionais de grandes dimensões, também designados como acidentes maiores, transformaram-se numa preocupação efectiva para algumas sociedades, nomeadamente as ocidentais. Outro aspecto relevante desta temática está centrado nas sequelas ou efeitos que este tipo de acidentes produzem, isto é, as consequências resultantes destes acidentes deixaram de ser exclusivamente locais, para assumirem um carácter cada vez mais global. Isto significa que poderemos estar perante uma certa tendência para a democratização dos resultados nefastos dos grandes acidentes, cuja origem é humana e tecnológica. Neste artigo pretendemos confrontar as principais virtudes e limitações dos diversos modelos para a análise dos grandes acidentes organizacionais.

As perspectivas que iremos apresentar e confrontar, embora de forma sucinta, são as seguintes: o modelo sequencialista dos acidentes concebido por Heinrich (1931); o paradigma socio-técnico dos desastres de origem humana, elaborado por Turner (1978); a perspectiva epidemiológica dos acidentes, desenvolvida, entre outros, por Gordon (1949), Reason (1987; 1990) e Green (1999); a abordagem sistémica dos acidentes, particularmente a perspectiva dos “acidentes normais” preconizada por Perrow (1999); e finalmente, o modelo organizacional dos acidentes apresentado por Reason (1990; 1997).

Título Comportamentos sociais e eficiência energética - travões e catalisadores da mudança

ID 1649

Autores Luísa Schmidt, Susana Fonseca

Resumo: Grande parte das pesquisas sobre o tema da energia centra-se nos aspectos económicos e técnicos. Os aspectos sociais tendem a ser ignorados ou apresentados enquanto obstáculos ou barreiras ao potencial técnico ou à plena implementação de políticas centradas na eficiência energética. Para além deste constrangimento, o enfoque no que de mais pessoal existe nas escolhas quotidianas (tipo de iluminação que possui, uso do automóvel, uso das máquinas de lavar) tornou-se a abordagem mais usual. Aquilo que de mais rotineiro existe em todas estas opções, e que resulta muitas vezes de condicionantes estruturais, tende a não ser considerado. Se o objectivo é alterar os padrões de consumo de energia é fundamental conhecer os factores que os determinam e condicionam. Ainda que o comportamento individual tenha que ser considerado, os factores que caem fora da esfera de decisão mais pessoal não devem ser subestimados.

Por exemplo, até que ponto a forma como uma vila ou cidade foi planeada encoraja os pais a levarem as suas crianças à escola usando o carro em alternativa ao autocarro ou a pé? Ou de que forma as restrições financeiras empurram as pessoas para opções habitacionais onde não foram integrados cuidados com a eficiência energética? Este artigo procura demonstrar a importância de um olhar sociológico sobre o tema da energia, de como está presente e é compreendida no dia-a-dia, dando particular ênfase à eficiência energética. Neste contexto, centra-se em alguns dos estudos mais recentes sobre o tema, particularmente nos que se centram na realidade europeia.

A necessidade de desenvolver uma perspectiva abrangente sobre o que pode contribuir para um uso mais eficiente da energia, no sentido de incluir factores estruturais, e a premência de os integrar no desenvolvimento de soluções que possam auxiliar a concretização dos ambiciosos objectivos a que a União Europeia se propõe, é apenas uma das conclusões. A integração e coerência das medidas e dos discursos, a inclusão dos diversos actores, evitando deixar quem seja de fora dos esforços da sociedade para um uso mais sustentável da energia, são também elementos relevantes que sobressaíram da análise. Este artigo sublinha ainda a necessidade de reflectir sobre o conceito de eficiência energética e os seus efeitos positivos e negativos no conceito mais abrangente do desenvolvimento sustentável.

Mesa: Riscos, vulnerabilidades e cultura - 5 de Fevereiro - 16h15 - 220

Moderador: Carlos Alberto Silva

Título Vulnerabilidades da saúde em Angola: a questão da SIDA

ID 45

Autores Sandra Monica M.Gomes de Almeida

Resumo: As particularidades formadas pelo conjunto dos aspectos sociais e individuais, muitas vezes reflectem a impossibilidade de enfrentar as problemáticas vividas pelos indivíduos, devido à falta de recursos que os susceptibilizam a outras vulnerabilidades/ problemáticas. Na actualidade, uma das graves problemáticas com que se defrontam não só a maioria dos países industrializados mas como também e principalmente aqueles que dispõem de menores recursos, onde podemos sem hesitar, incluir Angola, é a vulnerabilidade à infecção pelo vírus HIV e conseqüentemente o desenvolvimento da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – SIDA/AIDS. Ayres (1999) define o conceito de vulnerabilidade descrita, em linhas gerais, como um esforço de produção e difusão do conhecimento, debate e acção sobre os diferentes graus e natureza de susceptibilidade de indivíduos e colectividades à infecção, o adoecer e morte pelo HIV. E ainda, a vulnerabilidade e risco é definida pelo conjunto das características macro políticas, económicas e sócio-culturais que reforçam ou diluem o risco individual. A ideia do presente tema surgiu da minha experiência como professora universitária na Universidade Agostinho Neto em Angola (UAN) e da disciplina leccionada no Instituto Piaget de Angola: Seminário de Psicologia do Doente Terminal onde foram abarcados temas como, o da Aids/Sida e a angústia da Morte. Muitas questões surgiram: porque tantos jovens nos dias de hoje estão infectados? Sabemos existir o HIV nas prisões de Angola, mas não existem estudos comprovativos e a contaminação com certeza continua a avançar!?. Porque, apesar de tanto investimento em campanhas informativas, a contaminação avança? Que crenças estão associadas?

Título Lógicas leigas dos riscos em saúde

ID 103

Autores Luisa Ferreira Silva

Resumo: A racionalidade do pensamento leigo distancia-se da linearidade e da neutralidade da racionalidade científica operando por lógicas complexas que envolvem a subjectividade da experiência humana com os seus valores, símbolos e crenças que são formas de conhecimento cultural. Essa racionalidade leiga ou saber popular impregna a generalidade das atitudes e das práticas do dia-a-dia. Feitas de saber prático, as racionalidades leigas são significantes com forte poder de revelação sobre a cultura da sociedade em que se produzem. No estudo sobre a relação com a saúde faz sentido integrar a noção de risco em relação à qual o pensamento leigo faz um verdadeiro trabalho interpretativo que reduz a complexidade das situações de risco potencial e das contradições entre os dados científicos e a realidade vivida pelos indivíduos. Os estudos evidenciam uma grande distância entre as concepções leigas e os riscos objectivos definidos pelos peritos. Os indivíduos distinguem os riscos a que se julgam pessoalmente expostos das ameaças para o colectivo, assim como estabelecem hierarquias entre riscos aceitáveis e riscos graves. Existe também uma forte tendência para privilegiar o curto prazo e justificar as práticas (de risco) pelos benefícios imediatos que proporcionam. Há assim como que um processo de normalização que conduz à integração dos riscos na vida quotidiana.

Neste trabalho são apresentados os resultados de uma pesquisa empírica relativamente à percepção dos riscos na vida quotidiana do ponto de vista da informação científica sobre os estilos de vida saudáveis.

Título Discutindo a inteligência cultural diante da percepção socioambiental em contexto de comunidade de aprendizagem

ID 237

Autores Amadeu José Montagnini Logarezzi

Resumo: O Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (Niase) da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar) desenvolve, há alguns anos, o projeto de extensão “Comunidades de aprendizagem” na cidade de São Carlos/SP/Brasil, que está presente em três escolas municipais de ensino fundamental situadas em bairros periféricos da cidade. O Niase, juntamente com essas escolas, está no momento desenvolvendo também o projeto de pesquisa “Comunidades de aprendizagem: aposta na qualidade da aprendizagem, na igualdade de diferenças e na democratização da gestão da escola” (Fapesp e CNPq), com o objetivo de melhor conhecer as alterações vividas nas três instituições e a percepção que a comunidade escolar e a de seu entorno têm do processo, no que se refere à melhoria da qualidade da aprendizagem e das relações entre diferentes sujeitos. Os fundamentos teórico-metodológicos são a aprendizagem dialógica e a metodologia comunicativa crítica, fortemente apoiadas na ação comunicativa (Habermas) e na dialogicidade (Paulo Freire). Um dos eixos da pesquisa busca compreender a influência da publicidade no consumo de produtos e serviços, visando refletir sobre implicações social e ambiental da atividade de consumo, no contexto das populações de periferia urbana, e

suas relações com o aprendizado daquelas crianças. Trabalhos anteriores em contextos similares indicam que as pessoas não são idiotas culturais, prevalecendo a inteligência cultural – princípio da aprendizagem dialógica – sobre as estratégias da publicidade no campo do consumo. Este trabalho discute essa questão da perspectiva da educação ambiental crítica, consistentemente com as bases teóricas do projeto.

Título O bairro do moinho, Nazaré paulista, São Paulo, Brasil: algumas considerações socio-ambientais sobre riscos e saúde da comunidade

ID 374

Autores Sônia Regina da Cal Seixas Barbosa, João Luiz Hoeffel

Resumo: Neste artigo, que faz parte de pesquisa que vem sendo desenvolvida com apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), denominada Qualidade de vida e complexidade social na APA Cantareira, SP: um estudo sobre degradação socioambiental e subjetividade (06/60366-5), pretendemos apresentar algumas considerações socioambientais sobre a comunidade do Moinho, bairro rural do município de Nazaré Paulista, São Paulo, Brasil, levando em conta as profundas transformações por que tem passado a região nas últimas três décadas, e que tem um significado especial para essa comunidade rural, com a expressiva transformação do cenário regional e das mudanças em sua qualidade de vida, em função da construção pelo estado de São Paulo, de um grande projeto de captação de água da região para o abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo (Sistema Cantareira) e a ampliação de duas rodovias que cortam os sete municípios paulistas que compõem essa Área de Proteção Ambiental, Rodovia D. Pedro e Fernão Dias. O que temos observado é que as condições de sobrevivência foram alteradas, através da mudança do sistema produtivo e que tem implicações na saúde e na maneira como os moradores se organizam para sua sobrevivência. Ao mesmo tempo percebe-se os riscos que estão impostos a comunidade seja através do precário saneamento ambiental do bairro, seja através da nutrição, na medida em que novos hábitos alimentares foram sendo introduzidos, e pela dificuldade do sistema de saúde pública oferecer respostas efetivas para os inúmeros problemas de saúde que a comunidade enfrenta.

Título Convergência do espaço - tempo e a autonomia de jovens na comunidade da favela da Mangueira – Rio de Janeiro

ID 1038

Autores Regina Glória Andrade

Resumo: Nossa preocupação básica ao enfrentarmos as pesquisas em campo social sobretudo em populações carentes é a de produzir reflexões e análises que nos possibilitem explicações sobre o presente. Apesar de Freud ter identificado que os processos inconscientes são a-temporais (O Inconsciente, 1915), ele não considerou as condições da manifestação do imaginário e nem a formação de cada um deles em relação ao espaço. Tanto é que, os dois registros aparecem sempre juntos, tempo e espaço ou espaço e tempo. Quando estamos diante de jovens na Comunidade da Mangueira (Rio de Janeiro) onde desenvolvemos pesquisas sobre auto-estima e identidade cultural observamos que uma maneira de enfrentar a violência social assim como a vulnerabilidade desta população é a negação de uma possível autonomia escamoteada pelas carências existentes. Essa dificuldade se reflete numa especial convergência da vivência do espaço e do tempo. Finalmente o pensamento de Thomas Hobbes (1588-1679) está mais do que presente neste início de milênio. O homem embora vivendo em sociedade, não possui o instinto natural de sociabilidade. Cada homem sempre encara seu semelhante como um competidor que precisa ser dominado o homem é o lobo do próprio homem (Homo homini lupus) e é este princípio que faz com que Freud aborde em Mal estar da Civilização (1930) a questão da agressividade social. Nosso objetivo tem sido pesquisar que consciência social se inscreve neste milênio e porque essa consciência se metaforizou em tantas outras compreensões e em tantas outras posições éticas

Comunidade, Juventude, Riscos

Título Vacinação e sociedade do risco

ID 1475

Autores Jean-Yves Durand, Manuela Ivone Cunha

Resumo: Surpreendentemente esquecida pelo olhar etnográfico no mundo ocidental, a vacinação fornece um ponto de vista privilegiado sobre as modalidades individuais e colectivas de relacionamento com o risco. Uma investigação de terreno em Portugal e em França mostra que o modo como o risco joga na nossa razão prática é mediado por perspectivas culturais e experiências pessoais, por processos sociais, bem como pela relação com instituições de saúde. Quanto à emergência e a afirmação de práticas de não vacinação, participam de transformações sociais mais abrangentes abrindo caminho a que se contraponham ao princípio da vacinação universal aquilo que parecem ser noções de imunidade personalizada.

Uma abordagem etnográfica permite descrever o espectro de variação das práticas de imunização num conjunto de contextos de dois países com diferentes histórias vacinais e envolvimento público com o saber científico. Pretende-se assim identificar os temas-chave que intervêm na aceitabilidade da vacinação tal como emergem em diferentes públicos e analisar os constrangimentos que enquadram as atitudes individuais perante políticas públicas de protecção contra certas vulnerabilidades pensadas como colectivas.

Mesa: Saúde e inclusão social - 5 de Fevereiro - 16h15 - 218

Moderador: Engrácia Leandro

Título Diagnóstico sobre a saúde dos imigrantes em Portugal. O que sabemos até agora?

ID 12

Autores Bárbara Bäckström

Resumo: Decidimos fazer um levantamento do que está disponível nos circuitos académicos e de investigação na área da imigração e saúde, de forma a fazermos um balanço do estado de saúde dos imigrantes em Portugal. De uma forma geral,

os dados disponíveis mostram que o estado de saúde dos migrantes se diferencia do das populações do país de acolhimento. As suas condições de vida expõem-nos efectivamente a riscos sanitários mais importantes. No mundo do trabalho, em particular, a maioria dos migrantes sem documentos aceitam empregos em que estão expostos a muitos riscos de doenças ou de acidentes profissionais. São ainda muito raros os estudos sobre as diferenças no acesso dos vários grupos de imigrantes aos cuidados de saúde, apesar de um relatório referir que os imigrantes originários dos PALOP usam em menor proporção os serviços de saúde preventiva e curativa. A utilização que estes imigrantes fazem dos centros de saúde e hospitais do SNS depende, em grande medida, da duração da sua residência em Portugal e do seu estatuto legal. Comparando os três principais grupos de imigrantes, observa-se que os cidadãos dos PALOP, estabelecidos há mais tempo em Portugal, são os que utilizam com maior frequência os serviços públicos de saúde, nomeadamente os centros de saúde e a consulta do médico de família. As comunidades brasileiras e da Europa de Leste, estabelecidas há menos tempo em Portugal e com um elevado número de indivíduos em situação irregular, recorrem ao Serviço Nacional de Saúde sobretudo em casos de urgência.

Título Uso de drogas na fase perinatal em uma população de baixa renda: riscos à saúde e exclusão social

ID 454

Autores Célia Aparecida Paulino

Resumo: O uso de drogas oferece riscos físicos e psíquicos à saúde na dependência de vários fatores, dentre eles, a forma de exposição a estas substâncias e os organismos nela envolvidos. Esse hábito colabora para que as populações de baixa renda sejam excluídas dos padrões aceitáveis de saúde, já que as condições socioeconômicas e culturais podem restringir o acesso às informações e reduzir o autocuidado. Este trabalho avaliou os riscos do uso de drogas em 62 mulheres gestantes de baixa renda, atendidas na fase pré-natal (a partir do 6º mês de gestação) e pós-natal, num Centro de Saúde de São Paulo, Brasil, dentro do Sistema Público de Saúde. As mulheres foram individualmente entrevistadas e responderam, de forma sigilosa, um questionário sobre o perfil de cada uma e o do pai do bebê: idade, condição socioeconômica e cultural, hábitos alimentares, uso de drogas lícitas, ilícitas e medicamentos, doenças pré-existentes e/ou sexualmente transmissíveis, bem como sobre as condições da gestação e dos bebês. O trabalho seguiu os preceitos éticos exigidos pela Declaração de Helsinki e somente participaram as mulheres que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os resultados evidenciaram que as mães usaram álcool e cigarro antes e durante a gestação, enquanto os pais utilizaram álcool e outras drogas. Ocorreram alterações na saúde materna, fetal e/ou neonatal. Desta forma, as condições precárias de vida, associadas ao uso de drogas na fase perinatal, confirmam o risco à saúde das gestantes e dos bebês e a exclusão social dessa população de baixa renda.

Título A Política Nacional do Ministério do Brasil para a atenção integral aos usuários de álcool e outras drogas

ID 537

Autores Maria Odete Pereira, Boaventura Sousa Santos, Márcia Aparecida Ferreira Oliveira

Resumo: No Brasil, entre os anos de 1970 e 1996, ocorreu um acréscimo de 74,53% do consumo de álcool, facilitado pelo baixo custo e acesso fácil em todas as camadas sociais, exigindo novas formas de intervenção. Em 2003 é implantada a Política Nacional do Ministério da Saúde Brasileiro, enfocando os usuários de álcool e outras drogas. Este estudo descritivo e documental, propõe-se a fazer uma análise da atual política, sob o referencial teórico de Boaventura de Sousa Santos. A política nacional tem por finalidade: prevenir, tratar e reabilitar os usuários de álcool e outras drogas, propondo-se a lançar mão de estratégias globais para diminuir os riscos individuais e entre os pares; empreender mudança de paradigmas sociais, com participação comunitária para prevenção e informação. Além de diversificar e ampliar a rede de serviços assistenciais, com ações estruturais na educação, saúde e de acesso a bens e serviços; discutir as leis criminais de drogas e implementação de dispositivos legais para a equidade do acesso dos usuários de álcool e outras drogas às ações de prevenção, tratamento e redução de danos. Analisada sob o referencial do sociólogo, a Política emergiu dos movimentos dos trabalhadores de saúde mental, que reivindicaram formas inclusivas de cuidado, sendo o modelo hospitalocêntrico, de Exclusão. As origens no contra-hegemônico conferem legitimidade à Política, que se propõe à reabilitação psicossocial, portanto, à emancipação social das pessoas usuárias e dependentes de álcool e outras drogas, e as ações das equipes de saúde mental, é que garantirão o sucesso da Política Nacional.

Título As Políticas Públicas de Saúde Mental do Brasil no Pós-Colonialismo

ID 538

Autores Maria Odete Pereira, Márcia Aparecida Ferreira Oliveira

Resumo: O presente estudo documental e retrospectivo foi necessário para a elaboração da Tese de doutoramento de uma das autoras, tendo como objetivos: descrever as políticas públicas de saúde mental; apresentar as estratégias eleitas pela Coordenação Geral de Saúde Mental, do Ministério da Saúde do Brasil, para intervir nos processos de adoecimento psíquico e, analisar as políticas, sob a perspectiva da concepção teórica de Boaventura de Sousa Santos. Para isto, as autoras identificaram as atuais políticas públicas em saúde mental. Verificou-se que as políticas públicas vigentes convergem para promover a mudança do modelo de atenção à saúde mental, privilegiando a humanização, redução do estigma e inclusão das pessoas com adoecimento psíquico, no Sistema Único de Saúde. Atualmente, a atenção à saúde mental deve ter a comunidade como espaço para o tratamento, sendo o Centro de Atenção Psicossocial como equipamento estratégico para as intervenções, com redução de leitos em hospitais psiquiátricos, e as hospitalizações devem acontecer em leitos psiquiátricos de hospitais gerais. Os serviços residenciais terapêuticos, o “Programa de Volta para casa” e a Economia solidária são estratégias também empregadas, visando a reabilitação psicossocial dessas pessoas. Na perspectiva de Boaventura de Sousa Santos, o pensamento moderno ocidental continua a operar mediante linhas abissais, que dividem o mundo humano do sub-humano. As autoras concluem que, no Brasil, milhares de pessoas com transtornos psíquicos ainda vivem sob a lógica da apropriação e violência, muitas vezes sutil, mas existente; que estratégias de inclusão geram outras formas de exclusão, sendo as estratégias contra-hegemônicas, as verdadeiramente inclusivas.

Título Silenciosa SIDA e Exuberante Malária

ID 561

Autores Vitória Mourão

Resumo: O estudo executado em 2006 procura evidenciar percepções em relação à saúde em S.Tomé e Príncipe. Trata-se de uma amostra de base populacional a 921 entrevistados em todo o país e evidencia-se que o risco percebido em relação a problemas de saúde pela população é diminuto em comparação com outros problemas do quotidiano. As representações em relação à SIDA, estão enclausuradas na intangibilidade do "não saber" que é uma mesla de invisibilidade. A exuberância e a multiplicidade de sintomas atípicos associados à Malária amplificam a morte como retorno da incerteza.

Neste contexto os riscos da SIDA são mitigados face a outras ameaças mais emergentes.

A governamentalização do risco em termos de políticas da saúde está marcada pela agenda internacional.

Título Pobreza e risco de morte prematura na área metropolitana do Porto

ID 930

Autores Paula Remoaldo, Helena Nogueira

Resumo: Investigação científica realizada de forma sistemática desde as últimas décadas do século XX tem concluído pela relevância das influências ambientais na saúde. Uma das primeiras evidências da relação saúde/ambiente provém de um estudo longitudinal efectuado na década de 80 do século XX, na Califórnia, no qual se concluiu que residentes em áreas de grande privação socioeconómica revelam maiores taxas de mortalidade, por comparação com residentes em áreas de menor privação. Desde então, a privação socioeconómica tornou-se a determinante da saúde mais exaustivamente estudada, comprovando-se a sua influência sobre diferentes resultados em saúde, tais como, a mortalidade prematura, a mortalidade por doenças cardiovasculares, a percepção do estado de saúde, a saúde mental e a obesidade. Também passou a ser evidente o seu impacto sobre algumas das determinantes da saúde, de que se destacam a pressão sanguínea, o colesterol, o índice de massa corporal e os comportamentos alcoólicos, tabágicos e alimentares. A intensidade da relação entre privação material e saúde justifica que esta seja, frequentemente, uma das primeiras características ambientais a ser analisada nos estudos de variações em saúde.

Em Portugal, alguns estudos realizados na Área Metropolitana de Lisboa têm concluído pela existência de uma associação clara e directa entre privação do lugar de residência e saúde. O objectivo deste estudo é analisar a associação referida para a Área Metropolitana do Porto, apontando semelhanças e diferenças com os padrões já conhecidos. Utiliza-se a mortalidade prematura padronizada pela idade e um indicador composto de privação socio-material.

Título Qualidade de Vida no Contexto Migratório Internacional: um estudo psicossociológico com imigrantes brasileiros

ID 1206

Autores Maria da Penha de Lima Coutinho, Ieda Franken, Natália Ramos

Resumo: Atualmente, o termo Qualidade de Vida (QV) vem se tornando aspecto de interesse crescente de profissionais e pesquisadores dos mais variados espaços do conhecimento humano. O objetivo deste trabalho é apresentar os resultados de uma investigação sobre as representações sociais dos imigrantes brasileiros acerca do construto Qualidade de Vida (QV) no contexto migratório, desenvolvido na cidade de Genebra, Suíça. Trata-se de um estudo exploratório instrumentalizado pela Técnica de Associação Livre de Palavras, Questionário bio-demográfico e Entrevistas semi-estruturadas aplicadas a 98 imigrantes brasileiros. Os dados coletados pela entrevistas foram analisados pela técnica de Análise de Conteúdo Temática de Bardin, os dados do questionário pelo pacote estatístico SPSS e os dados da Associação Livre de Palavras foram processados pelo software Tri-deux-mots e analisados pela análise fatorial de correspondência. Resultados: Em relação ao construto qualidade de vida, as interlocuções resultantes das questões norteadoras permitiram a construção de um conhecimento prático veiculado no grupo de afiliação e na inter-relação do contexto social, o qual propiciou a emergência de três categorias: concepção, implicações psicossociais/ econômicas e conseqüências. No conjunto das categorias emergiram oito subcategorias: físico-orgânica; psico-afetiva; psicossociais; condições de vida favoráveis e desfavoráveis; condições de trabalho. Conclusão: A análise dos dados obtidos nos permite inferir que as representações sociais, acerca do construto qualidade de vida, elaboradas pelos participantes deste estudo, apresentaram um conceito plural, multifacetado e ancorado nos aspectos psico-bio-sócio-econômicos.

Mesa: Discursos sobre ambiente e saúde - 6 de Fevereiro - 11h15 - 218

Moderador: Felisbela Lopes

Título Autorepresentação e heterorepresentação de condutores de automóveis: uma construção de (in)segurança

ID 639

Autores Carla Pinto

Resumo: Com base nos resultados de um inquérito a uma amostra de 134 condutores de veículos automóveis ligeiros, propomo-nos reflectir sobre a construção da autorepresentação como estratégia de inserção ontológica num contexto de modernidade tardia. Os resultados do inquérito evidenciaram uma autorepresentação positiva dos condutores, em oposição à elaboração de uma imagem tendencialmente negativa e crítica dos outros condutores, como Outro Generalizado.

Estas imagens identitárias são elementos cruciais na inserção social dos indivíduos e na análise dos projectos de construção reflexiva do self. Num contexto de modernidade tardia, os indivíduos sentem a necessidade, e são pressionados, a mostrar um Eu confiante, seguro, capaz, empowered, em face dos riscos contínuos vivenciados no quotidiano. Perante as constantes situações de vulnerabilidade, os indivíduos precisam ter confiança nas suas capacidades e recursos. O que os resultados do nosso estudo parecem indicar é que neste processo a confiança básica é criada numa perspectiva individualizada, um Eu à custa de um Nós ou de um Outro seguro. Observamos deste modo um salientar das clivagens "Eu / Outro" e "Eu / Nós". Os inquiridos não negligenciaram o risco rodoviário, pelo contrário, têm uma percepção de risco elevada. Contudo, as principais fontes de perigo são exteriores ao sujeito, particularmente o Outro como perigo

(existem mesmo alusões à irracionalidade e à loucura do Outro), o que leva à constatação de uma posição defensiva individualizada.

Título Processos participativos e sustentabilidade local

ID 640

Autores João Guerra

Resumo: Em Portugal, o crescente interesse por formas de desenvolvimento mais sustentáveis parece resultar, em boa parte, do crescente impulso de instâncias de governança internacional como a ONU e a União Europeia. Com efeito, o Desenvolvimento Sustentável e as formas participativas com que idealmente se reveste (mais ou menos inovadoras nos métodos de implementação) têm vindo a grangear uma popularidade e legitimidade crescente, sobretudo desde a Cimeira da Terra do Rio de Janeiro. Como se pode ler no capítulo 28 da Agenda 21, “os poderes locais deverão aprender com os cidadãos e com as organizações locais, cívicas, comunitárias, comerciais e industriais e adquirir a informação necessária para elaborar melhores estratégias” (CNUAD, 1992: 333).

Apesar deste impulso externo, no entanto, duas aparentes contradições têm vindo a surgir recorrentemente nos resultados de vários inquéritos: i) forte vontade de intervenção pública / fracos índices de participação cívica efectiva e ii) assunção pela Administração de compromissos europeus e internacionais que pressupõem envolvimento da sociedade civil / reduzida aposta oficial nesse envolvimento, em processos de sustentabilidade local.

A aplicação de um inquérito por questionário aos municípios portugueses, cujos resultados preliminares aqui se apresentam, procura clarificar as condições de participação em instrumentos de sustentabilidade local, sejam mais institucionalmente definidos, como é o caso dos PDM em revisão, sejam instrumentos emergentes mais flexíveis nos métodos e nas formas, como são os casos das Agendas 21 locais e dos Orçamentos Participativos.

Título Bruxaria e Incêndios Florestais

ID 947

Autores António José Bento Gonçalves

Resumo: A Comissão Europeia, através do Centro Comum de Investigação (Joint Research Centre - JRC) acabou de lançar um concurso a nível Europeu para o desenvolvimento de um quadro comum para a classificação e fornecimento harmonizados de informações relativos às causas dos incêndios florestais na Europa e a definição dos principais factores que afectam a ocorrência de incêndios nas diferentes regiões europeias.

De uma forma muito grosseira é habitual dividir as causas em 3 grandes grupos: intencionais, negligentes e naturais, no entanto, cada grupo encerra um vasto e muito diverso naipe de causas, as quais têm que ser muito bem conhecidas, quer as suas motivações quer todo o conjunto de dinâmicas a elas associadas, de forma a poder preveni-las e/ou combatê-las eficazmente.

A terminologia das causas sempre foi problemática, tendo a Direcção Geral dos Recursos Florestais, com o objectivo de a harmonizar, procedido à codificação e definição das categorias das causas dos incêndios florestais.

Dentro da “negligência”, uma das causas mais desconhecida, complexa e raramente divulgada, responsável no entanto todos os anos por incêndios florestais e que não aparece individualizada na codificação e definição das categorias das causas dos incêndios florestais, podendo apenas ser incluída na categoria 2.7 – “Acidentais - outras”, é a “bruxaria”.

Com efeito, alguns actos de “bruxaria” são anualmente responsáveis pelo desencadear de incêndios florestais, alguns de grande relevância e com especial incidência em alguns concelhos, pelo que o actual artigo, através de uma abordagem geográfica, pretende demonstrar a importância que tais actos têm no panorama dendrocaustológico nacional.

Título A fome segundo o agronegócio: a publicidade e a lógica perversa do alimento como mercado

ID 1383

Autores Luciane Lucas Santos

Resumo: A fome narra uma história de uso e produção desigual do espaço. Como fenómeno social, reduz a condição de expressão no coletivo e inscreve no corpo as condições de dominação. Sua relação com o capitalismo é antiga: na gênese de uma economia de mercado (nos termos de Polanyi), encontramos o fenómeno da fome com características bastante específicas: o acesso desigual à terra como recurso de produção e consumo por conta dos grandes latifúndios e a inserção do que nela se produz na ciranda do mercado auto-regulável.

Embora a fome tenha raízes históricas, muitas análises insistam em circunscrever o problema à quantidade disponível de alimentos – que se resolveria, segundo o discurso hegemônico do agronegócio, com uma política mais agressiva de mercado e com novas tecnologias. Sabe-se, entretanto, que os modelos de produção e consumo no Brasil minam as condições de soberania alimentar de inúmeras populações, colocando-as em situação de risco. A equação é simples: importam-se alimentos para destinar terras e água para agricultura de exportação.

O discurso publicitário das grandes corporações do mercado de alimentos invisibiliza esta correlação entre fome e produção de alimentos. Sob o argumento de resolver em grande escala o problema da disponibilidade de alimentos no mundo, o agronegócio busca legitimar um modelo que põe em situação de vulnerabilidade alimentar e fome um número vasto de pessoas. Analisando algumas campanhas institucionais das multinacionais Bunge e Cargill, buscamos avaliar as condições de produção do discurso publicitário de alimentos e o quanto ele está atrelado a uma invisibilização da fome nas entrelinhas do agronegócio.

Título Estudo de viabilidade para a criação de cooperativa de catadores de “lixo” no Município da Matola, Moçambique

ID 1665

Autores Nair Teles, Domingos Langa

Resumo: A questão dos resíduos sólidos, popularmente conhecido como “lixo”, afigura-se como uma das prioridades na agenda dos governos municipais em geral, e em especial do município da Matola. Sua gestão e manejo envolve diferentes perspectivas e abordagens, e passa por preocupações de ordem ambiental, sanitária, além de remeter àqueles que dele retiram sua sobrevivência e a de seus familiares. Na província de Maputo, como um todo, os modos de conservação, recollecção, cuidados e gestão do “lixo” constitui uma das fragilidades de política pública. Dentre os municípios que

compõem a província, a gestão do “lixo” no município de Maputo apresenta problemas graves, evidenciados na grande quantidade de “lixo” nas artérias principais e vicinais da cidade, contentores de “lixo” superlotados, odores nauseabundos, presença de animais de toda sorte, etc. A par dessa situação, encontramos outra mais delicada e complexa, e que envolve grupos de indivíduos que do “lixo” se servem – por nós aqui denominados como catadores de “lixo”. Esses grupos de anónimos, que em e do silêncio vivem, são a materialização de problemas de carácter socio-económico e sanitário, mas também, de gestão dos resíduos sólidos. Espera-se que o estudo permita, em primeiro lugar, visualizar os elementos e os mecanismos implícitos na prática e na vivência quotidiana dos catadores de “lixo” e seus agregados familiares, e em segundo, analisar a viabilidade da criação de uma cooperativa de catadores de “lixo” com vista a geração de renda segura e sustentável.

Mesa: Media, Saúde e Ambiente - 6 de Fevereiro - 11h15 - 220

Moderador: Anabela Carvalho

Título As novas tecnologias médicas e a reconfiguração da saúde: entre riscos e incertezas

ID 560

Autores Hélder Raposo, João Areosa

Resumo: O desenvolvimento da medicina moderna é cada vez mais indissociável das tecnologias e da sua crescente inovação. O seu uso constitui um elemento integrante e indispensável na prática médica, a ponto da sua incorporação ser projectada como um sinal de avanço neste campo científico. De resto, o modo como as novas tecnologias vão sendo desenvolvidas e aplicadas à prática médica tende a ser entendido como algo de benéfico e naturalmente irrecusável para a saúde humana. Contudo, o que um olhar menos triunfalista sobre o valor intrínseco das tecnologias nos pode ajudar a desocultar é o facto de que as inovações contemporâneas não estão simplesmente a estender o repertório médico, mas estão também a transformar a própria medicina. Estas inovações estão a mudar a nossa compreensão da doença e da saúde, redefinindo os conceitos de doença, de medicina e de corpo. Com efeito, os conceitos de saúde e de estilo de vida encontram-se cada vez mais ancorados na ideia de um corpo saudável e com potencialidades de majoração por via da técnica, o que é elucidativo da crescente entronização do valor da saúde nas sociedades modernas, como também é um indicador expressivo do impacto das novas tecnologias médicas na produção de novos significados sobre o corpo, a saúde e a própria vida humana. Questionando a tradicional confiança epistemológica na racionalidade técnica, procuraremos identificar e avaliar a emergência de novos riscos e incertezas, e deste modo colocar em evidência que as tecnologias reconfiguram a realidade e inauguram novas áreas de incerteza e indeterminação.

Título O saneamento básico na agenda mediática 1970-2000 – estudo de caso

ID 329

Autores José Gomes Ferreira

Resumo: Em Portugal o saneamento básico e os afluentes com origem doméstica ou industrial, têm sido uma preocupação política, pelo menos desde a Revolução de Abril de 1974, quando o país dispunha apenas de 30% da população servida. Após a adesão à União Europeia, em 1986, os financiamentos multiplicaram-se através de Fundos Comunitários, apesar disso, e das opções técnicas aplicadas terem dado provas noutros países, Portugal está longe de ter solucionado os seus problemas nesta matéria. Pelo contrário, é notória a incapacidade interna para os solucionar, com consequências visíveis ao nível da falta de qualidade da água dos rios. Em 2007, a qualidade das águas dos rios nacionais continuava a ser Má (18,3%) e Muito Má (21,5%) (SNIRH, 2008).

O insucesso das políticas de saneamento e despoluição dos rios nacionais tem causas muito para além das técnicas e financeiras, o que aponta para a necessidade de abordar o problema considerando variáveis sociológicas que permitam identificar os factores sociais e políticos que ajudem a explicar o fracasso destas políticas. Foi este contexto que impulsionou uma investigação em curso.

Nesta comunicação analisamos parte do processo de mediatização do saneamento básico a partir das notícias publicadas na imprensa entre 1970 a 2000. Pretendemos caracterizar a evolução do tema em diferentes períodos e localizações; e elaborar uma cronologia na qual se identifiquem: episódios com mais descargas e as suas origens, episódios de conflito social, os principais protagonistas e as principais políticas.

Título Novas tendências na publicidade verde? Estudo comparativo de Portugal, França e Itália

ID 829

Autores Ana Horta, Sílvia Alexandre

Resumo: Na actualidade os meios de comunicação têm dado visibilidade a problemas que põem em questão os padrões de consumo característicos das sociedades ocidentais. Quer as alterações climáticas, quer a crise económica internacional, expressa na escalada de preços do petróleo e dos alimentos, tendem a surgir na informação transmitida pelos media como ameaças ao consumo. Neste contexto, importa considerar como está a reagir a estes problemas um outro tipo de discurso veiculado pelos media, a publicidade. Sendo que esta tem por objectivo justamente promover o consumo.

Não sendo um fenómeno novo, a «publicidade verde» pode segmentar-se em três categorias: a que relaciona positivamente o produto anunciado com o ambiente; a que apresenta uma imagem ambientalmente responsável da marca; e a que promove um estilo de vida «amigo do ambiente».

Com este trabalho pretendeu-se descodificar e traçar as principais tendências que a publicidade verde revela em três países do Sul da Europa que partilham algumas condições geográficas e culturais: Portugal, França e Itália. Com este propósito foi realizada uma análise de conteúdo da publicidade verde contida nas revistas semanais de informação geral destes três países no primeiro semestre de 2008: «Visão», «Sábado», «Focus» (portuguesas), «L'Express», «Le Nouvel Observateur», «Le Poin» (francesas), «L'Espresso» e «Panorama» (italianas).

Título Sistema conservacionista de produção de tomate em São José do Ubá (RJ/ Brasil) e a consequente redução dos riscos ambientais e de saúde

ID 460

Autores José Ronaldo de Macedo, Elizabeth Santos Brandão, Julio Roberto Costa

Resumo: A cultura do tomate (*Lycopersicon esculentum* L.) é destaque na produção agrícola do Brasil. No Estado do Rio de Janeiro (RJ) a produção atinge, anualmente, valores de 200 mil toneladas de frutos para consumo in natura. Porém, a cultura está classificada como de alto risco para a saúde e o meio ambiente devido aos problemas de erosão do solo e ao uso indiscriminado de agrotóxicos.

Dados da pesquisa participativa realizada pelo Projeto Gestão Participativa da Microbacia Hidrográfica do Rio São Domingos (GEPAR-MBH), financiado pela Finep, confirmaram os problemas descritos acima. Para reverter este quadro, foi definido como prioritário o desenvolvimento de um sistema de produção conservacionista denominado "Tomate Ecologicamente Cultivado", que objetivava desenvolver um modelo sustentável de produção agrícola, preservando a saúde do agricultor e o meio ambiente.

O trabalho foi desenvolvido no município de São José de Ubá (RJ), aliando tecnologias de conservação do solo e água com o Sistema de Plantio Direto na palha, terraceamento, plantio em nível, fertirrigação por gotejamento, tutoramento vertical das plantas por fita de poliuretano, manejo integrado de pragas (MIP) e ensacamento das pencas. Os resultados demonstram que o sistema conservacionista foi eficiente na redução de problemas de erosão e de resíduos nos frutos, que ficaram abaixo do nível de detecção e na redução das perdas de frutos (menos do que 1%). A adoção do sistema conservacionista mostrou-se viável para a produção de alimentos seguros, possibilitando uma vantagem competitiva e diminuindo a exclusão social por meio da inserção dos produtores em um mercado diferenciado.

Título Alimentação de "qualidade" para cidades sustentáveis

ID 542

Autores Monica Truninger

Resumo: Em Portugal, as áreas urbanas têm vindo a tornar-se incubadoras privilegiadas para a procura de produtos alimentares de 'qualidade' (ex. produtos biológicos, tradicionais e locais) por parte de alguns sectores populacionais (Ferreira de Almeida et al, 2000 e 2004). Esta procura tem sido sustentada não só pelo mercado alimentar global mas também pelos espaços rurais periféricos às cidades, que têm investido em estratégias de agricultura multifuncional e de diversificação para assegurar a sua viabilidade social e económica. Assim, uma questão pertinente que importa indagar é avaliar as capacidades destas áreas rurais para responder à crescente procura dos consumidores por produtos alimentares de qualidade. Esta comunicação apresenta resultados preliminares de um conjunto de entrevistas exploratórias realizadas com promotores de iniciativas locais para a venda de produtos alimentares de qualidade nas regiões de Lisboa e Península de Setúbal. Estes resultados fornecem pistas importantes para a compreensão de dois fenómenos. Por um lado, as articulações estabelecidas entre campo e cidade para o desenvolvimento de cidades sustentáveis, e por outro lado, a promoção de mecanismos de proximidade entre produtores e consumidores que potenciam, por ventura, a transparência e confiança nos sistemas agro-alimentares.

Título Plano de gerenciamento dos resíduos sólidos de serviço de saúde - uma experiência do Hospital Nossa Senhora da Oliveira (HNSO) de Vacaria, RS-Brasil

ID 906

Autores Maria Emilia Camargo, Marta Elisete Ventura da Motta, Marcileia Oliveira Lunelli, Eliana Severo

Resumo: Os resíduos hospitalares são, de maneira geral, considerados contaminantes, nocivos à saúde humana e agressivos ao meio ambiente. O objetivo do artigo consiste na proposta de uma nova atitude pró-ativa ao destino de resíduos sólidos hospitalares do HNSO - Hospital Nossa Senhora da Oliveira de Vacaria - RS. O gerenciamento é indispensável para o correto destino final desses resíduos. Assim sendo, o estudo desenvolvido, focaliza o Gerenciamento dos Resíduos do Serviço de Saúde do hospital. Trata-se de uma pesquisa exploratória, adotando a forma de estudo de caso, a fundamentação teórica foi embasada no estudo dos resíduos sólidos e na legislação vigente para o Programa de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde. Estar em conformidade com a legislação, traz um grande benefício à sociedade, ao meio ambiente e para a própria entidade que tem como objetivo minimizar a produção de resíduos e proporcionar aos mesmos um encaminhamento seguro, evidenciando-se assim, ações eficazes de biossegurança.

Título Breve caracterização dos reclusos por incêndio florestal e das suas motivações

ID 949

Autores António Bento Gonçalves, Helena Oliveira

Resumo: Como ficou demonstrado por Bento Gonçalves et al (2007), "as "estatísticas" da Justiça, pela grande complexidade e melindre jurídico-legal que encerram, revelam-se muito pouco rigorosas e particularmente incompletas, acrescendo ainda o facto de se tomarem por base os tipos legais de crime (epígrafe dos artigos) do Código Penal, metendo na mesma categoria situações bem diversas (o art. 272.º CP1995 é um bom exemplo, pois tem como epígrafe "Incêndios, explosões e outras condutas especialmente perigosas", onde cabem os actos que provoquem incêndios de relevo (edifício, construção, meio de transporte, floresta, mata, arvoredos ou seara), explosão, libertação de gases tóxicos ou asfixiantes, emissão de radiações, inundação, etc.).

Esta fragilidade estatística, com a recente entrada em vigor da revisão do Código Penal (Lei n.º 59/2007, de 04 de Setembro), poderá ser bastante atenuada, no que aos incêndios florestais respeita, visto os mesmos terem sido retirados dos acima referidos "Incêndios, explosões e outras condutas especialmente perigosas" e "isolados" no art. 274.º (epígrafe "Incêndio florestal")".

Este trabalho, ainda numa fase inicial, visa compreender as motivações dos incendiários florestais através de um inquérito aos presos, o que permite igualmente, de forma preliminar caracterizar o perfil dos reclusos pelo crime de incêndio florestal, estando no entanto conscientes de que a população prisional por incêndio florestal pode não ser representativa do conjunto dos incendiários nacionais, especialmente por ser constituída por um muito reduzido número de reclusos, o que não

corresponde minimamente ao número de crimes registados pelas autoridades e mesmo ao número de arguidos constituídos pela Polícia Judiciária.

Assim, depois de individualizada a população prisional por crime de incêndio florestal da restante população por crime de outros incêndios, lançou-se um inquérito que foi respondido directamente pelos reclusos e nos foi devolvido.

Neste artigo iremos pois apresentar os primeiros resultados do referido inquérito, bem como apresentar algumas questões metodológicas que se nos afiguram fulcrais neste tipo de investigação.

Mesa: Saúde e inclusão social - 6 de Fevereiro - 14h30 - 303

Moderador: Engrácia Leandro

Título Imigração e qualidade de vida: um estudo com imigrantes africanos residentes em João Pessoa - PB - Brasil

ID 1207

Autores Maria da Penha de Lima Coutinho, Lúcia Maria dos Santos Barreto, Cristiane Galvão Ribeiro

Resumo: Os movimentos migratórios são uma constante na história da humanidade, considerado um fenómeno global e multidimensional, com características multidisciplinares de efeitos transversais. **Objetivo:** Apreender as representações sociais dos imigrantes africanos, acerca da qualidade de vida no contexto migratório na cidade de João Pessoa. PB- Brasil. **Método:** Trata-se de uma pesquisa descritiva com metodologia multimétodo. A amostra foi do tipo não probabilística de conveniência, constituída de cento e dois (102) imigrantes africanos residentes em João Pessoa, PB, Brasil, com idade superior ou igual a 18 anos, submetidos a um Questionário bio-demográfico, Entrevistas semi-dirigida e Escala WHOQOL – bref. **Resultados:** Quanto às variáveis sócio-demográficas, os imigrantes possuíam entre 18 e 35 anos de idade ($X = 25,04$ e $DP = 4,64$); 53,8% são do sexo masculino; 78,8% são solteiros; 57,7% possuem ensino superior incompleto; 71,2% têm como prática religiosa o catolicismo; 84,6% estão com sua documentação legal, porém não definitiva, 82,7% são estudantes; residem nesta capital com período entre 1 a 5 anos ($X = 2,36$ e $DP = 0,87$); moram com 1 a 4 pessoas 53,8%; pensam em retornar para o seu país de origem 86,5%. A avaliação da qualidade de vida (WHOQOL-bref) foi mais alta nos domínios: psicológico ($X = 4,14$ e $DP = ,488$) e físico ($X = 3,87$ e $DP = ,457$). Os resultados apreendidos pelos imigrantes pesquisados apresentam poder discriminatório nestas duas facetas, com associações referentes a QV, demonstrando, por meio das respostas dos instrumentos aplicados, que têm uma boa qualidade de vida.

Título Explorando a associação entre desemprego e saúde mental

ID 1421

Autores Rita Neves, Maria João Azevedo

Resumo: A actual sociedade ocidental rege-se por lógicas de economia de mercado, balizadas por uma ideologia meritocrática. Portanto, é expectável que o indivíduo capaz contribua para o desenvolvimento do seu próprio país e civilização, assumindo a sua posição na cadeia produtiva. A interiorização deste papel inicia-se já durante processo de socialização primária e acompanha a vida do indivíduo. Instiga-se ao investimento na construção deste homus economicus. O potencial produtivo de cada indivíduo é julgado em função da capitalização de recursos culturais, sociais, simbólicos, materiais (compleição física e estética), entre outros. Quando um indivíduo, por qualquer motivo, que não vontade própria, se vê afastado do mercado de trabalho, é votado a uma dupla exclusão: económica e social. A ausência de redes de apoio eficazes, que limitem o impacto do desemprego, ameaça não só a estabilidade financeira, mas também o estilo de vida e o seu auto-conceito. Em determinados contextos psico-sócio-económicos o desemprego aparece claramente associado a desestabilização da saúde mental. As explicações avançadas, com cunho claramente ideológico, serão alvo de exposição no presente poster. Pretende-se explicitar ainda, dentro do ponto de vista da Sociologia da Saúde, a necessidade de encarar a doença não só como multicausal, mas directamente relacionada com um determinado o modelo social de organização da sociedade e do quotidiano dos indivíduos. Não existem ainda soluções articuladas para a diminuição dos efeitos dos efeitos do desemprego sobre a saúde mental e, em última instância, sobre a saúde pública.

Título A doença mental nem sempre é doença: racionalidades leigas sobre saúde e doença mental – um estudo no Norte de Portugal

ID 1448

Autores Fátima Alves

Resumo: As sociedades relacionam-se com a loucura em acordo com as concepções dominantes sobre o mundo (Benedict, 1934; Devereux, 1970). A racionalidade moderna construiu a doença mental como um 'objecto' controlado pela medicina (Foucault, 1987). No universo leigo das sociedades modernas, os conceitos, as atitudes e as práticas associadas com a doença mental são culturalmente distantes da representação científica do corpo, da doença e do paciente (Devereux, 1970). A característica semi-periférica da sociedade portuguesa, integrando simultaneamente características típicas das sociedades desenvolvidas e das menos desenvolvidas e menos complexas (Santos, 1990), permite antever um edifício explicativo sobre a doença mental complexo e multifacetado, simultaneamente moderno e tradicional.

Esta pesquisa investiga as racionalidades leigas sobre a doença mental numa região (norte) de Portugal. Para além das explicações e interpretações da racionalidade profissional e das da racionalidade política-jurídica (as políticas de saúde mental representam o acordo que uma determinada sociedade estabelece relativamente aos problemas da loucura) quais são as interpretações e concepções leigas?

Após a revisão da bibliografia sobre a história da loucura, as políticas de saúde mental e as representações sociais sobre doença mental, esta pesquisa adopta uma abordagem qualitativa que privilegia o ponto de vista no nativo de Geertz (1983) e se apoia no argumento de pluralidade de habitus e de contextos de acção (Lahire, 2005). A análise respeita ao conteúdo de sessenta e oito entrevistas efectuadas a homens e mulheres.

Nas racionalidades leigas, a 'doença mental' pode ser doença ou não. Os discursos leigos, em vez de falarem em 'as doenças', falam em 'os doentes' e retiram-se sistematicamente da entidade doença para se situarem face à 'pessoa', enquanto uma entidade ontológica holística que associa corpo e mente e integra a pessoa em todos os domínios da vida.

Nas racionalidades leigas, classificam-se as pessoas em três categorias: os doentes, os fracos e os fortes (de personalidade). Os doentes têm uma doença que, claramente, aparece inscrita no corpo (com causas orgânicas ou morais); os fracos têm cismas e nervos que os podem fazer ficar doentes; os fortes são capazes de vencer o sofrimento mental próprio dos acontecimentos de vida.

À psiquiatria, o pensamento leigo atribui uma função de controlo da loucura, exercido através do tratamento e da exclusão daqueles que têm verdadeiras doenças mentais. A representação social da psiquiatria remete-a para a dominante biomédica e não psicodinâmica. A 'conversa' é o recurso mais valorizado quando se fala de sofrimento mental (não doença mental); ela é atributo de outros profissionais do sistema (os psicólogos) e de profissionais alternativos (de vários tipos). Nessa lógica, identifica-se uma cultura de resistência à psiquiatrização (medicalização) do sofrimento mental e uma afirmação da agência individual (a 'conversa' reforça as forças do próprio indivíduo, único capaz de vencer a tendência para a doença). Quer as narrativas de doença mental (na terceira pessoa), quer as narrativas de sofrimento mental (na primeira pessoa) são formas de o sujeito se colocar perante si próprio, em estreita relação com a identidade. A doença e a 'não-doença' são entidades através das quais o indivíduo se constrói, afirmando-se ou se destrói, aniquilando-se.

Em síntese, a pesquisa encontrou uma relação leiga com a doença mental (na linguagem da medicina) feita de várias lógicas, complexas e múltiplas, pelo que propõe o conceito de racionalidades leigas, no plural, sobre sofrimento e doença mental.

Título O Asilo São João de Deus

ID 1539

Autores Venetia Durando Braga Rios

Resumo: Em 24 de junho de 1874, a cidade do Salvador acordou com um compromisso importante. Era o dia da inauguração do "Asylo de São João de Deos". Muitos anos se gastaram em marchas e contra marchas. Afinal, por que tanto empenho por ele, o que significava para a cidade de Tomé de Sousa esse espaço, esse lugar? O texto tem como objetivo a compreensão desse momento na vida da cidade. O que significou para a administração do cotidiano urbano esse espaço de poder médico, de controlo dos desviantes, dos degenerados? Foi nosso empenho entender esse processo através dos homens e suas histórias, encontrados nas ruas, na Escola de Medicina, nas igrejas, nos trapiches, becos e ladeiras. O trabalho tem o compromisso de discutir o conceito de 'medicalização' tão evidenciado por muitos, a partir das teorias desenvolvidas na Europa, dos textos dos médicos da terra, da prática asilar empreendida, dos avanços e dos tropeços. Histórias vividas no calor da hora, noormaço dos dias lentos da Salvador do século XIX.

Mesa: Saúde, ética e inclusão social - 6 de Fevereiro - 14h30 - 318

Moderador: Paula Remoaldo

Título A participação associativa na vivência com doença crónica

ID 444

Autores Sofia C. Pais, Isabel Menezes

Resumo: A vivência com doença crónica tem sido referenciada pela complexidade que acrescenta à(s) experiência(s) de vida dos seus portadores. Particularmente em crianças e jovens com doença crónica, podem ser apontados aspectos singulares desta vivência que, interferindo necessariamente no seu ambiente familiar, percorrem os mais diversos contextos de acção das mesmas. Entre outros, escola e hospital são lugares de desafio e exigência, cujo impacto pode afectar o seu desenvolvimento académico, psicológico e social (Shaw & McCabe, 2008). De facto, o recorrente esforço de adaptação destas crianças/jovens e suas famílias implica aludir neste cenário, quer às suas necessidades, quer aos seus direitos. Reconhecendo que a autonomia destas pessoas para a gestão das suas vidas está frequentemente em risco, inclui-se nesta discussão o papel da participação associativa enquanto contexto de exposição de situações de discriminação, de mediação entre família e Estado e de promoção de consciência crítica e empowerment (Stainton, 2005). Esta comunicação explora o papel das associações de apoio a doentes crónicos em Portugal, designadamente o seu contributo para a defesa de condições de vida mais equitativas dos seus participantes. A análise das principais iniciativas e actividades, bem como das lutas destas associações baseia-se numa metodologia qualitativa que conta com dados de entrevistas e grupos de discussão focalizada, quer a famílias com crianças/jovens com doença crónica, quer a membros e líderes de associações de apoio. Pretende-se ainda salientar a importância de atender às dimensões social e política enquanto factores determinantes na adaptação/limitação das pessoas que (con)vivem com doença crónica, extrapolando a dimensão individual que tende a responsabilizar os portadores da mesma.

Título Riscos, poder e ética na sociedade biotecnologia

ID 44

Autores Andreyra Mendes Navarro

Resumo: Este trabalho é uma reflexão transdisciplinar sobre os avanços da biotecnologia. O conhecimento biocientífico tornou o homem perigoso para sobrevivência de sua própria espécie; nossas referências e princípios éticos-religiosos desaparecem enquanto a sociedade clama por novos preceitos morais que lhe garantam o acesso e liberdade de escolha ao progresso, sem distinções genéticas ou económicas. Vivemos a época de "big science", da tecno-ciência, e seus poderes titânicos estão concentrados nas mãos dos dirigentes de empresas e das autoridades de Estado. Há uma interação inaudita entre a pesquisa científica e o poder. A nova ciência é feita para ser depositada nos bancos de dados e para ser usada de acordo com os meios e as decisões das potências mundiais, além disso a pesquisa científica entrou nas instituições tecno-burocráticas reunidas à hiper-especialização do trabalho, resultando no risco da irresponsabilidade generalizada. Precisamos de pontos de vista meta científicos sobre a biociência, que revelem a mitologia escondida no interior da atividade científica. A ética científica não é apenas fonte de preocupação exclusiva de médicos e cientistas, ela é a base de novas e constantes indagações filosóficas e jurídicas, uma vez que as questões levantadas pelo avanço assombroso da ciência envolvem conceitos sobre a vida, a morte, a existência, a consciência, a justiça entre outros. Atinge

a humanidade e o sentido do humano como um todo. Não estamos na época da solução. O que podemos fazer é levantar as questões, formular as contradições e propor a moral provisória.

Título A acessibilidade nas tecnologias de reprodução medicamente assistida em Portugal: desigualdades e incertezas

ID 195

Autores Susana Silva

Resumo: Nesta comunicação pretende-se reflectir sobre os principais critérios que delimitam o acesso a tecnologias de RMA em Portugal a partir da análise do respectivo enquadramento político-jurídico e médico e das estratégias patrocinadas pelos seus utilizadores. Conclui-se que os principais argumentos usados para justificar as restrições no acesso a estas tecnologias estão associados a uma construção hierárquica das prioridades políticas e sociais que reflecte as mundividades ideológicas dominantes, nomeadamente nos seguintes aspectos: imposição cultural e institucional da heterossexualidade; ideologia do vínculo bio-genético; relações sociais de género; e celebração da qualidade e eficácia da medicina e da tecnologia.

As tecnologias de RMA ilustram a limitação da universalidade do sistema de saúde português pela relativa escassez de financiamentos públicos e ausência de cobertura pelos seguros privados de saúde, pela descontinuidade da oferta de recursos e pela sua tendencial privatização. Os actores sociais “leigos” revelam-se agentes activos na tentativa de minimizar as ineficiências do sistema de saúde e de reduzir as incertezas e a parcialidade das práticas e dos saberes médicos e técnicos neste domínio.

Defende-se aqui a necessidade de conceber programas de intervenção que garantam a equidade no acesso a estas tecnologias, promovam a resistência à sua privatização e assegurem a qualidade na prestação de cuidados de saúde, o que se torna especialmente premente face ao desafio da livre circulação de “doentes” na União Europeia.

Título Formação de usuários de serviços públicos de saúde mental para a autogestão de um empreendimento econômico solidário

ID 817

Autores Mucio Tosta Gonçalves

Resumo: Se a loucura pode ser definida como um estado individual de perda da razão e do controle emocional, ela também significa que os loucos perdem na sociedade o seu lugar como sujeitos autônomos. Mais ainda, a lógica do trabalho pela qual a sociedade se mantém retira dos loucos – simultaneamente à desqualificação social, a possibilidade de participação, pondo-os à margem do processo produtivo. A segregação dos loucos, além de não responder às suas demandas por um tratamento humano, opera no sentido de subordiná-los a uma realidade que se torna para eles literalmente sem razão. Valendo-se desse tipo de posição, o presente artigo discute uma experiência de desenvolvimento de uma experiência de formação e qualificação profissional de um grupo de usuários de serviços da Rede Pública de Saúde Mental de Belo Horizonte, Minas Gerais, para a autogestão da “Associação de Trabalho e Produção Solidária - Suricato”, fundada por eles com apoio do poder público municipal e de organizações não governamentais. Para tanto, busca entender qual é a dimensão e o valor que o trabalho tem na vida dessas pessoas, ponto a partir do qual elas formaram o desejo da liberdade de construir, com base nas capacidades que possuem, uma alternativa de sobrevivência digna pela inserção em mercados de bens e serviços no município.

Título A dívida no modelo biomédico

ID 1394

Autores Maria Teresa Silva

Resumo: Por mais objectivo que o modelo biomédico se apresente, existe uma dimensão simbólica, relacional que o humaniza, ou seja, parece-nos que a desumanização não estará tanto no modelo mas na postura ética, ou relacional, que se imprime na cultura médica. É a forma como o médico se coloca perante o outro que objectiva, ou humaniza, a relação. Sempre que o saber médico se apresente na relação como algo que se dá, que se disponibiliza na relação interpessoal como uma dívida, nos termos de Mauss, podemos vislumbrar uma relação humana onde o doente recebe a dívida médica através do saber, da empatia, da compreensão e a aceita e recebe colocando-se ao seu dispor, aceitando e recebendo o diagnóstico e retribuindo com a confiança que manifesta no seu saber médico, no seu carisma, entregando-se nas suas mãos, confiando-lhe os seus males para serem tratados pela dívida.

Com estas premissas, procuramos na subvisão do Instituto Dr. Gama Pinto, constatar manifestações da presença da dívida através da comunicação, de símbolos, de afectos, reconhecimentos, atenção, posturas, representações, no sentido do dar, disponibilizar alguma coisa de si, do ser solidário pelo prazer da relação altruísta. Pois a dívida apresenta-se sempre sem a certeza do retorno, da retribuição, apesar de se manifestar pela positiva, ela aceita a possibilidade negativa de não haver retorno, no caso em estudo esta situação acontecerá perante um corte relacional que não possibilita interacção entre os actores envolvidos, traduzirá uma relação fria, objectivada na doença, sem sujeito, onde o doente recebe um serviço e não uma dívida.

Título A educação problematizadora de mulheres no puerpério. Um caminho rumo à cidadania

ID 1531

Autores Mariza Silva Almeida, Filipe Tiago Barbosa dos Santos, Wanderlene Moreira de Souza, Edméia de Almeida Cardoso, Maria José Souza

Resumo: Trata-se de um estudo descritivo no qual relatamos a experiência de atividade educativa no puerpério, com o objetivo de fornecer à mulher ferramentas para o seu autocuidado e para o cuidado de sua criança. Utilizamos metodologia participativa a partir de experiências concretas das próprias mulheres. Os grupos eram compostos por 6 a 12 mulheres que se encontravam internadas em unidades de Alojamento Conjunto da Maternidade Tsylla Balbino, em Salvador-Ba-Brasil, no período de novembro de 2007 a março de 2008 e alcançou 180 mulheres. A equipe de execução foi composta por docentes e estudantes de Graduação em Enfermagem. Buscamos fazer aflorar o conhecimento das mulheres, a respeito do cuidado com seu corpo e com a sua criança durante o puerpério, suas dificuldades, facilidades, informação, desinformação, medos, ansiedades, desejos, necessidades, condição de saúde, entre outros, alertando para a sua própria

necessidade e para a de outras mulheres. Ao finalizar cada atividade educativa, percebemos a demonstração de interesse, envolvimento e satisfação das mulheres, ao afirmarem que tiveram a oportunidade de refletir sobre a importância do puerpério e do autocuidado e dos cuidados com sua criança, o que as faz sentirem-se mais seguras em relação ao seu próprio cuidado e com os cuidados com o RN. A experiência confirma a ampliação da cidadania das mulheres quando estas se encontram bem informadas e empoderadas nesse período, o qual costuma ser permeado por insegurança e baixa auto-estima.

Mesa: Riscos, vulnerabilidades e cultura - 6 de Fevereiro - 16h15 - 319
Moderador: Helena Nogueira

Título Análise da lógica de desconstrução dos direitos na saúde pública
ID 575

Autores Kátiusca Medeiros, Emanela Fontes, Katia Helena Sales, Mirian Alves

Resumo: As propostas das Políticas de Saúde construídas ao longo dos anos, no Brasil, vêm sofrendo um processo crescente de desconstrução, vinculando a saúde cada vez mais ao mercado, realizando parcerias com a sociedade civil na tentativa de responsabilizá-la pela crise dos custos da saúde. A política de desconstrução dos direitos sociais vem influenciando o contexto no que se refere ao Sistema Único de Saúde, através do descumprimento dos dispositivos constitucionais. É fato que existe um alto nível de usuários da saúde que desconhecem seus direitos e que mesmo os que os conhecem, demonstram certa inobservância com a questão. Essa frágil relação entre os usuários e seus direitos tem expressões na lógica de franca desconstrução dos direitos, observados na contemporaneidade devido à ampla investida neoliberal. No entanto, mesmo com esse processo de desconstrução dos direitos existentes, estes ainda são legalmente reconhecidos e devem ser observados para que sejam consolidados, visto que este respeito é de suma importância para a emancipação do ser humano. Baseada nestes preceitos realizou-se a pesquisa no Hospital Universitário Lauro Wanderley que se centrou na análise dialética sobre as percepções das usuárias em relação aos direitos na saúde. O que deixou evidente a situação preocupante, do enfraquecimento do aparato institucional vinculado à defesa dos direitos dos usuários dos serviços de saúde e a necessidade urgente de se reforçar a discussão sobre Humanização, assim como de promover uma capacitação de acolhimento na saúde.

Título Família, Trabalho e Saúde: os desafios da actualidade
ID 955

Autores Ana Paula Marques, Carlos Alberto Silva

Resumo: No âmbito do projecto de investigação intitulado O contributo (in)visível. A gestão familiar dos cuidados de saúde (POCI/ SOC/59282/2004), a presente comunicação visa contribuir para a reflexão em torno dos principais resultados do estudo na componente dos “desafios da Família, Trabalho e Saúde”. Estes sugerem que as orientações de saúde e de doença dos inquiridos são moldadas por um puzzle de questões nem sempre fáceis de descodificar numa primeira aproximação. Na verdade, a saúde é apresentada como um estado hipervalorizado, sendo afectado por um conjunto de factores, entre os quais as condições materiais de existência e as de origem laboral. Embora a problemática da conciliação da vida profissional e familiar não se apresente como factor constrangedor às necessidades de prestação de cuidados de saúde quando existem familiares doentes ou incapacidades físicas, não é menos verdade que, no plano da divisão do trabalho doméstico radica, ainda, na mulher o protagonismo do acompanhamento dos familiares e de outras tarefas. Por sua vez, a percepção da intensificação dos ritmos de trabalho e as suas consequências na vida profissional, familiar e pessoal apresenta-se de forma incontornável junto dos inquiridos. Assim, face à reestruturação do trabalho, à crescente instabilidade das relações contratuais, à intensificação da pressão do ritmo de trabalho, constata-se que nos espaços sócio-geográficos de Braga, Caldas da Rainha, Évora e Vila Real os inquiridos percebem significativos sintomas de fadiga, stress, conflito familiar, para além de outros dos sintomas relacionados com os acidentes e doenças profissionais. Igualmente, os resultados do estudo sugerem, ainda, que a avaliação funcional da família face à saúde e doença apresenta-se de certo modo instrumental e assume uma lógica auto-gestionária interdependente à capacidade de resposta da família às actividades da vida diária, às crenças, papéis e demais alianças de conciliação da vida profissional e de divisão sexual do trabalho no espaço público e privado. Deste modo, a família deve ser cada vez mais considerada uma parceira informal no cuidar, o que vai de encontro aos objectivos de muitos profissionais de saúde da actualidade que pretendem integrar o doente no contexto familiar.

Título Comportamentos Agressivos e Violentos aos Olhos da Política Criminal Portuguesa
ID 1063

Autores Renata Oliveira

Resumo: Em nossa investigação propomos analisarmos aspectos relativos aos comportamentos violento e agressivo, componentes da conduta anti-social, bem como o risco de reincidência de práticas agressivas e violentas. Reflectimos acerca desta problemática sob a óptica socializadora da política criminal, não podendo admitir, portanto, qualquer espécie de sanção imposta – aos indivíduos que praticarem condutas agressivas ou violentas – com carácter retributivo, sendo um direito fundamental de qualquer ser humano o direito à diferença e, conseqüentemente, o seu direito de escolha entre ser ou não submetido ao tratamento oferecido. Este tratamento, que não se perfa unicamente com a utilização de fármacos ou somente com as sessões de terapias, é ainda composto pelo ambiente ambulatorial, que agrega esses elementos e mais: é importante também valorizar os cuidados com os pacientes em todos os momentos e locais re-lacionados com as clínicas de dia e os hospitais, com o intuito de criar um ambiente mais cordial e natural, onde os pacientes não sejam vistos pelos funcionários e por eles próprios como doentes, onde se possam sentir à vontade e interagir na comunidade sem qualquer espécie de preconceito.

O ambiente familiar dos indivíduos mostra-se como outra esfera importantíssima interrelacionada com o ambiente ambulatorial pois os familiares e amigos desempenham um papel vital no restabelecimento e (re) inserção social dos indivíduos anti-sociais, trazendo-os para junto da sua realidade, não os excluindo, mas inserindo-os na sua comunidade.

Título A exclusão social do idoso nas sociedades desiguais

ID 1088

Autores Sandra Freire Marques, Nanci Soares

Resumo: Este texto é uma reflexão teórica a respeito do processo de envelhecer e a marginalização ou exclusão social do segmento do idoso nas diferentes realidades sócio-econômico-culturais luso-afro-brasileiras.

Atualmente no Brasil, as pessoas após 60 anos aposentam. O desligamento do trabalho gera uma mudança significativa na vivência cotidiana. Essa mudança inclui redução da renda, sensação de ociosidade, perda de status, fragilidade física e restrição para produzir. Além das perdas psicológicas: a viuvez, o divórcio, o crescimento e a partida dos filhos, a morte de pessoas significativas, a jovialidade, a vitalidade e a virilidade, a perda do ser que fomos e do ser que gostaríamos de ser. A pessoa é obrigada a repensar sua vida, assumir o processo de envelhecer, enfrentar o estigma de ser idoso. Estas são conseqüências físicas, psicológicas, morais, sociais, econômicas e políticas também.

Estudos psicológicos apontam que a atitude que o ser humano tem em relação às perdas é que faz a diferença para o envelhecimento saudável e a construção da cidadania. Mas, a atitude da pessoa diante do processo de envelhecimento não depende só de fatores psicológicos, depende também da cultura e do momento do desenvolvimento sócio-econômico em que se encontra o idoso em cada país.

No Brasil, quando o idoso enfrenta essas perdas, ele sofre um processo de desvalorização, de marginalização e exclusão social. Daí a importância de se criar projetos e políticas sociais públicas para auxiliar o idoso no enfrentamento do processo do envelhecimento. Resta saber como as realidades sociais luso-africanas enfrentam o mesmo processo?

Título Desigualdades socioeconômicas ,conflitos ambientais- Violência e Precarização: aspectos pontuais no Estado do Pará-Amazônia

ID 1216

Autores Adriane Giugni da Silva, Eleanor Gomes da Silva

Resumo: Em recente simpósio, sobre Sociedade e Meio ambiente, realizado em Belém do Pará, foi constatado por TAVARES (2008), que o Pará é um dos Estados que apresenta os maiores índices de conflitos na área ambiental. Neste estado concentram-se 40% dos conflitos ambientais, os quais atingem diretamente uma população, que vive em situação de pobreza absoluta. Na pesquisa em pauta, objetivamos realizar uma cartografia dos conflitos ambientais na Amazônia, em especial no Estado do Pará, situando às áreas de maior concentração de violação dos direitos humanos, em seus aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Os estudos sobre a temática configuram os conflitos da seguinte forma: problema fundiário vinculados à regularização e ordenamento territorial pesca predatória, índices significativos de violação dos direitos humanos, com crimes encomendados no espaço urbano e no rural em torno da problemática do uso e pertencimento da terra. O território da Amazônia, em especial o Estado do Pará, é marcado por conflitos sócio-ambientais que assinalam um alerta para o mundo e para o futuro das próximas gerações; um parâmetro grave pelo qual pode se medir a (des) importância dos seres humanos na agenda do desenvolvimento social. O estudo apontou para que se (re) avalie as formas de intervenção do Estado e de sua própria "ausência", enfatizando que, em determinadas situações, a sua própria forma de atuação contribui para a presença de conflitos sociais na região, uma vez, que a violência se acentua e as instituições se fragilizam a um ponto irreversível de inércia face à barbárie.

Título Ecofreguesias - formação e mudança de comportamentos face aos resíduos sólidos urbanos

ID 1217

Autores Susana Valente

Resumo: O projecto de investigação-acção - SEPARA® - Sensibilização e Mudança Comportamental Relativamente à Recolha Selectiva de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) desenvolveu-se em torno de 3 níveis de objectivos: promover o aumento da quantidade e qualidade da separação selectiva de RSU; identificar os factores sociais que influem na adesão à prática da separação de RSU; desenvolver um modelo de acção para a mudança de comportamentos em relação aos RSU.

Recorrendo a um conjunto de metodologias quantitativas e qualitativas articuladas entre si, a pesquisa conduziu à identificação de vários factores que promovem ou inibem a adesão à separação dos RSU. Em resultado da aplicação dos conhecimentos e experiência adquiridos, desenvolveu-se um modelo de actuação integrado – materializado na Iniciativa EcoFreguesias 2007 - que decorreu nos concelhos de Sintra, Oeiras e Mafra. A opção de colocar as Juntas de Freguesia como protagonistas fundamentais da iniciativa remete para o papel que lhe é atribuído pela própria população como entidade mobilizadora em torno da questão dos RSU.

A presente comunicação tem como objecto a apresentação e reflexão em torno desta experiência pioneira - à qual aderiram 35 Juntas de Freguesia e mais de 200 entidades locais - desenvolvida numa base de community-based research, isto é, desenvolvendo uma abordagem de formação e de envolvimento da população em torno na questão dos RSU e sua separação que permitisse efectivamente aumentar os conhecimentos e as boas práticas de separação das populações.

Título O papel do Poder Judiciário na preservação do meio ambiente humano, sadio e ecologicamente equilibrado

ID 1230

Autores Eduardo Bacal

Resumo: Frente ao atual estado de crise ambiental, que tem lugar em escala planetária, mais importante se converte o papel do Poder Judiciário. Com efeito, o que propomos por intermédio do presente trabalho é abordar, sobretudo sob a perspectiva do contexto brasileiro, o tema do direito ao meio ambiente à luz de um novo Poder Judiciário, assumido de um espírito cívico e responsável, preocupado com as ameaças ambientais ao Planeta Terra.

O fenômeno ambiental, entre outros fatores, suscita a necessidade de que se seja disseminada uma mudança de postura por parte dos juízes, os quais, de simples espectadores no âmbito dos litígios individuais, passam a ter uma atitude muito

mais ativa e participativa na modalidade de conflitos de massa, como são aqueles que visam à conservação do ambiente. Logo, os juízes tornaram-se efetivos promotores de uma cultura ambiental comprometida com os valores que circundam o desenvolvimento sustentável e a solidariedade entre as gerações.

Tal sensibilidade ambiental incumbida ao Poder Judiciário é cada vez mais indispensável, uma vez que a consciência dos cidadãos acerca dos perigos e do risco em torno da escassez dos recursos naturais é também crescente na sociedade. Em outras palavras, ao se assegurar um direito de acesso à justiça a todos os indivíduos, inclui-se, neste direito, o de postular por medidas que assegurem a preservação ambiental, de tal modo que os juízes são chamados a dar, acerca desta questão, uma resposta rápida e efetiva.

Mesa: Riscos, vulnerabilidades e cultura - 6 de Fevereiro - 18h30 - 305

Moderador: Helena Nogueira

Título Ambiente cultural, vulnerabilidade e autonomia

ID 43

Autores Regina Gloria Nunes Andrade

Resumo: Uma das preocupações básicas ao enfrentarmos as pesquisas em campo social é a de produzir reflexões e análises que nos possibilitem explicações sobre o cotidiano. Apesar de Sigmund Freud ter identificado que os processos inconscientes são a-temporais (O Inconsciente, 1915), ele não considerou as condições da manifestação do imaginário e nem a formação de cada sujeito em relação ao seu ambiente cultural. Quando estamos diante de jovens na Comunidade da Mangueira (Rio de Janeiro) onde desenvolvemos a pesquisa Construções de identidade cultural e auto-estima com jovens do Centro Cultural Cartola observamos que uma maneira de enfrentar os riscos da violência social, as quais estão expostos esses jovens provoca uma vulnerabilidade nesta população jovem a partir da negação de uma possível autonomia futura, escamoteada pelas carências existentes. Alguns destes riscos apontam para o pensamento de Thomas Hobbes (1588-1679) que apesar de clássico, está muito presente neste início de milênio. Este princípio faz com que Freud aborde em *Mal estar da Civilização* (1930) a questão da agressividade social em que defende que o homem embora vivendo em sociedade, não possui o instinto natural de sociabilidade. Cada homem sempre encara seu semelhante como um competidor que precisa ser dominado corroborando o pensamento de Hobbes que o homem é o lobo do próprio homem (*Homo homini lupus*). Um de nossos objetivos tem sido pesquisar que tipo de consciência social se inscreve nestes jovens neste milênio e porque essa consciência se metaforizou em tantas outras compreensões e em tantas outras posições éticas.

Título Homicídios no Estado da Bahia, Brasil: uma análise descritiva do fenômeno

ID 1255

Autores Paulo Cesar Pontes Fraga, Carlos Pereria de Almeida, Rogério da Silva Martins, Poliana Oliveira do Nascimento

Resumo: O trabalho se propõe a realizar uma análise descritiva dos homicídios ocorridos nos 417 municípios baianos no período de 1997-2003, agregados em microrregiões. A pesquisa compreendeu análise dos homicídios; delineou sua distribuição nos municípios baianos; analisou sua evolução no período observado e avaliou quais são os municípios que apresentam as maiores taxas da causa de homicídios e de subcategorias de causa. Construiu um diagnóstico que possibilitou compreender o fenômeno, suas vítimas preferenciais, os instrumentos e as formas de ações utilizadas para o cometimento do evento. O recorte territorial objetivou analisar as desigualdades regionais e culturais da prática de homicídios. O estudo utilizou um desenho ecológico temporal. Os dados foram coletados do Sistema de Informação Sobre Mortalidade e da Secretaria Estadual de Saúde da Bahia. Foram observadas as distinções da Classificação Internacional de Doenças (CID), Revisão X. Para facilitar a classificação, os óbitos por homicídio foram considerados em sub-códigos, diminuindo-os, visando facilitar a classificação e análise. Entre as análises efetivadas observou-se que a morte por armas de fogo é a principal sub-causa de homicídio e há uma grande desproporção, nos anos que compõe a série histórica, entre não-brancos e brancos mortos por homicídios. Na Bahia houve aumento significativo das taxas de homicídios e mais da metade dos municípios têm taxa de homicídios zero. A análise efetuada é parte da Pesquisa Homicídios nos Municípios Baianos: Uma análise descritiva, financiada pela FAPESB e desenvolvida no âmbito da UESC.

Título Saúde e vulnerabilidade na adolescência: uma questão da contemporaneidade

ID 1466

Autores Marta Iossi Silva, Maria das Graças Carvalho Ferriani, Beatriz Oliveira Pereira

Resumo: O objetivo desse estudo foi identificar como os adolescentes percebem sua realidade em termos da vulnerabilidade da sua saúde. O campo de estudo foram duas escolas de educação fundamental de Ribeirão Preto – SP - Brasil, tendo como sujeitos 283 adolescentes de 10 a 19 anos.

O estudo é de natureza qualitativa. Realizou-se 18 grupos focais com cerca de 15 adolescentes cada um; a partir dos grupos focais os sujeitos foram convidados a participar espontaneamente das entrevistas individuais semi-estruturadas, sendo realizadas 17 entrevistas, as quais foram alcançadas considerando-se a representatividade e saturação da amostra. A análise dos dados foi realizada com base na análise de conteúdo temática e em princípios hermenêutico-dialéticos.

A partir das falas dos sujeitos identificou-se cinco núcleos temáticos relacionados à sexualidade, ao contexto violento vivido, ao uso de drogas, à pobreza e a falta de acesso à saúde e educação como fatores de vulnerabilidade. Os fatores estão apresentados de forma distinta a fim de possibilitar um melhor entendimento, no entanto, entende-se que estes estão imbricados em uma complexa rede de interação e multifatorialidade que tem no conceito de vulnerabilidade sua perspectiva de compreensão e que se faz necessário não pensar as políticas públicas, a prevenção ou a assistência na adolescência a partir de um único referencial ou setor, e sim reconhecer a pluralidade do ser adolescente nas três dimensões da vulnerabilidade: social, política institucional e pessoal, e não mais na ideia de universalidade do sujeito adolescente.

Título Oficinas de educação ambiental: discutindo temas da agenda 21 com jovens do projeto florir Toledo

ID 1506

Autores Marli Renate von Borstel Roesler

Resumo: As Oficinas Socioambientais direcionadas à Educação Ambiental para Jovens são ações processuais da Sala de Estudos e Informações em Políticas Ambientais e Sustentabilidade–SEIPAS, do Curso de Serviço Social – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo, e estão concentradas nas áreas de estudos, informações e pesquisas em meio ambiente, gestão e educação ambiental, políticas de população, desenvolvimento territorial, ética e sustentabilidade. Toma-se por base na implementação das oficinas a difusão e execução de políticas ambientais e a efetivação dos princípios da educação ambiental para sociedades sustentáveis. O objetivo geral das oficinas socioambientais junto ao Projeto Florir Toledo, em 2007, com 28 horas (turno: vespertino), com encontros semanais, foi de fomentar com os 22 jovens do período discussões de questões sociais e ambientais e suas implicações com o estilo de vida da juventude para um futuro seguro e saudável. As dinâmicas centraram-se em metodologias participativas estimuladas a partir de discussões de textos recortados da Agenda 21 Global, Agenda 21 Paraná, da Carta da Terra, das 8 Metas do Milênio (ONU), das Deliberações das Conferências Nacionais de Meio Ambiente, da Política Nacional de Educação Ambiental, do ECA, da Declaração Universal dos Direitos humanos e outros documentos de reconhecimento nacional e internacional. As atividades fizeram parte do então Projeto de Extensão: Oficinas socioambientais e ações processuais da Sala de Estudos e Informações em Políticas Ambientais e Sustentabilidade – SEIPAS: 2006-2007, e ora se desenvolvem novamente através do Programa de Extensão: Ação socioambiental e formação e educação em educação ambiental da Sala de Estudos e Informações em Políticas Ambientais e Sustentabilidade – SEIPAS – Ano 2008-2010.

Sindicalismo, Movimentos Sociais e Cidadania

Mesa: Movimentos sociais e cidadania - 4 de Fevereiro - 19 horas - 210

Moderador: Eliane Veras Soares

Título Práxis educativa e libertação do ser humano: as CEBs como movimento social

ID 41

Autores Claudemiro Godoy do Nascimento

Resumo: Pretende-se com este ensaio refletir as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) como movimento social inserido num dado momento histórico da realidade brasileira (1968-1992). Além disso, apresentar determinadas práxis educativas de libertação do ser humano promovidas pelas CEBs ao longo desses anos. Sabe-se que as CEBs foram protagonistas em suas ações ao realizar articulações formativas de agentes de pastoral, religiosos ou leigos, e que passaram a exercer um papel fundamental na sociedade, como intelectuais orgânicos de uma proposta transformadora. Por fim, faz-se necessário dizer que a reflexão realizada se encontra ainda em fase de construção, pois compreendemos que os estudos até o momento realizados são introdutórios e preliminares.

Título Movimentos Sociais na Amazônia Brasileira: vinte anos sem Chico MendesMENDES

ID 232

Autores Elder Paula, Sílvia Silva

Resumo: Governo do Estado do Acre, instituições do governo federal, Comitê Chico Mendes, representantes do sindicalismo rural e Rede Globo tomaram a iniciativa em 2008, de marcar através de uma série de eventos, os “vinte anos sem Chico Mendes”. As diversas encenações anunciadas, procuram coroar em “alto estilo”, uma monumental transmutação do legado revolucionário de uma das principais lideranças do sindicalismo rural na Amazônia brasileira, convertido em pacato “ambientalista”. O objetivo desta Comunicação é mostrar que essa transmutação foi habilmente articulada pelo Estado (no sentido ampliado) na tentativa de re-significar a natureza e a cultura para fins de legitimação da ideologia do “desenvolvimento sustentável” e assim, legitimar o processo de espoliação em curso na Amazônia. Nas conclusões, procura-se mostrar que apesar de bem sucedida no decorrer dessas duas décadas, essa estratégia começa a mostrar sinais de esgotamento, existem evidências de retomada da “voz” por parte de alguns movimentos sociais na região, como é o caso da Via Campesina. A abordagem está referenciada no método histórico comparativo e na análise de processos e fenômenos sociais vinculados ao ambientalismo internacional.

Título Caso Chico Mendes: as fontes que contam a história

ID 260

Autores Fernanda Birolo

Resumo: No momento em que se completa vinte anos do assassinato do sindicalista Chico Mendes, pairam ainda muitas dúvidas sobre sua história. Como presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (Acre - Brasil), a liderança na luta pela preservação da floresta amazônica despertou o interesse em sua aniquilação, especialmente por parte dos fazendeiros que se instalavam na região. Embora juridicamente o caso tenha sido encerrado com a condenação de autor e mandante do crime, existem diversas outras versões e personagens envolvidos na trama. Considerando a proporção mundial que tomou a luta de Chico Mendes, pretendemos mapear as fontes de informação que tiveram espaço para contar esta história no jornalismo da época. Para isto, são comparadas as notícias publicadas na altura do assassinato e posteriormente do julgamento dos culpados, em três periódicos brasileiros, sendo dois de alcance local – O Rio Branco e A Gazeta – e um nacional – Jornal do Brasil. Buscamos mostrar, através do estudo das fontes, os diferentes níveis de importância dados ao caso por cada um dos jornais. Por meio de uma análise qualitativa e quantitativa das matérias publicadas, desvendamos as características das fontes – como o estatuto e seu posicionamento diante da luta de Chico Mendes –, o que nos ajuda a revelar o tratamento que os jornais deram nesta cobertura.

Título Identidade e Modernização como modelos de políticas culturais

ID 1661

Autores Paulo Marcondes Ferreira Soares

Resumo: A presente comunicação tem como ponto central problematizar questões relativas às políticas culturais na contemporaneidade, tendo como elemento norteador a distinção, apresentada por Alberto Moreiras, a respeito da tendência a dois posicionamentos principais da ação política da cultura (no nosso caso, especificamente o cinema e a literatura), e que diz respeito ao que ele denomina de "Paradigma da Identidade" e o "Paradigma da Modernização". Nos termos que aqui referimos, tais questões se voltam, particularmente, para certos posicionamentos culturais manifestos por artistas e intelectuais brasileiros, relativamente ao diálogo, por eles estabelecidos, junto à produção artístico-cultural de países de língua portuguesa. Os sentidos atribuídos aos posicionamentos da identidade e da modernização relativamente à ação política da arte são, respectivamente, como se seguem: para os que tomam para si o primado da identidade, o conteúdo diz a forma; para os que os reivindicam um sentido de atualização/modernização, a forma diz o conteúdo. Reflexões recentes sobre as repercussões subseqüentes dessas idéias, sob o influxo da globalização e do debate do pós-colonial, têm levantado questões a propósito das possibilidades de mobilização de recursos e trajetórias diversas como meio alternativo à persistência de nossa condição de marginalização e submissão ao modelo dos países hegemônicos. Nesse sentido, o cinema produzido nessas regiões periféricas se apresenta como uma expressão privilegiada para se pensar a tensão atual entre o lugar e o não-lugar global.

Mesa: Estratégias associativas e movimentos sociais no campo - 5 de Fevereiro - 11h15 - 216

Moderador: Miguel Arroyo

Título Experiências infantis no movimento pela reforma agrária: ouvindo vozes itinerantes no sul do Brasil

ID 426

Autores Noeli Valentina Weschenfelder

Resumo: Neste trabalho procuramos dar voz à experiência das crianças a partir da escuta de suas vozes e da fala de adultos, seus familiares. Os sujeitos da pesquisa foi um grupo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, um movimento social de camponeses que pacificamente, lutam pela Reforma Agrária. As contribuições das ciências sociais, especialmente da sociologia da infância, permitem trazer um outro olhar para a especificidade da condição social da infância e da criança que acompanha sua família na luta pela terra. Problematicamos o impacto da desigualdade social silenciado em função da descontextualização nos debates sobre os direitos da criança, trazendo ao texto o registro de como as crianças percebem e vivem suas experiências no decorrer da luta pela Reforma Agrária. Qual o lugar da infância nesta luta? Como a infância encontra seu lugar na itinerância de um movimento social organizado por adultos? A perspectiva analítica e metodológica assumida permitiu perceber as crianças como produto e produtoras da cultura própria do Movimento, sendo que os mundos culturais infantis são constituídos nesse vai e vem entre culturas produzidas pelos adultos do MST para as crianças, como também nas interações entre os pares. A infância é considerada um fenômeno sociológico e cultural, com atenção para sua construção e constituição enquanto categoria social do tipo geracional. A produção cultural do MST com relação à infância é constitutiva de identidade, é histórica e revela realidades e visões de mundo próprias.

Título Conscientização e Empowerment: incursões na vivência do Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra – desafios à intervenção comunitária

ID 659

Autores Mara Bicas, Isabel Menezes, José Ornelas

Resumo: Esta apresentação baseia-se na vivência de um trabalho de investigação no terreno realizado no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Nordeste Pernambucano (Brasil), onde os intensos processos de socialização e politização dos Sem Terra foram a base que permitiu o aprofundamento da compreensão dos conceitos de Conscientização e Empowerment enquanto factores de mudança social.

Esta análise centrou-se numa observação participante de diversos contextos de acção levados a cabo pelo MST nas áreas de acampamento e assentamento de reforma agrária, onde foram realizadas entrevistas aprofundadas aos diversos actores implicados no processo. Neste contexto, a luta pela reforma agrária na sua busca por transformar as estruturas do poder latifundiário, emerge como luta contra as formas de opressão impulsionando-os a desenvolver uma consciência crítica acerca da correlação de forças existente e diversas leituras da realidade. A partir desta diversidade e vivência quotidiana, o processo de se descobrirem como construtores da história completa-se pela intervenção na realidade (prática), onde a compreensão crítica desenvolvida por este movimento social começa a ser real, enquanto acção consciente e organizada, quando se apropria do sentido da história como luta pela superação da sua condição de oprimidos.

Espera-se assim que a visibilidade de alternativas contra-hegemónicas e a ênfase na participação em movimentos sociais, cuja perspectiva crítica permite o questionamento da ordem social direccionada a potenciar caminhos para a Libertação/Emancipação, possa ser crucial para alargar o diálogo nesta direcção em Portugal e desafiador para as nossas próprias intervenções comunitárias.

Título Os movimentos das mulheres quebradeiras de coco babaçu no Maranhão

ID 702

Autores Terezinha Moreira Lima Lima

Resumo: As lutas dos trabalhadores e a movimentação da sociedade em geral são a forma de expressão das tensões e contradições da atual determinação estrutural do capitalismo, da explosiva divisão hierárquica do trabalho que garante a reprodução dos processos de dominação e de subordinação. De modo geral, estes segmentos nem sempre têm clara a referência do mundo do trabalho, das constantes crises sob o capitalismo e de sua situação dividido, fragmentado e à mercê da classe dominante. Nesse aprendizado contra os processos de exploração, no Brasil, vimos triunfarem

movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; de algumas categorias de trabalhadores organizados em sindicatos em processo de renovação, incorporando novas causas e funções junto às políticas públicas; das mulheres, feministas, dos negros, da defesa dos direitos de crianças, de idosos, dos povos indígenas e outros. Pode-se considerar os sujeitos sociais e políticos embora defendam interesses específicos, agrupados numa heterogeneidade de movimentos ou outras formas organizativas, com graus diferentes na capacidade de questionamento da ordem instituída. Neste trabalho, destaca-se o movimento das mulheres quebradeiras de coco babaçu no Maranhão, que se dá em razão das lutas pelo direito ao trabalho e pela manutenção do seu objeto e campo de trabalho, as áreas das reservas extrativistas das palmeiras de babaçu sempre vulneráveis à devastação ambiental devido à busca pelo lucro por parte dos proprietários das terras, à lógica do capitalismo cada vez mais entranhada no campo maranhense.

Título Desagregação do sistema coletivo de trabalho e produção no assentamento Carlos Mariguela-RS: um estudo de caso

ID 1129

Autores Sérgio Botton Barcellos Barcellos

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar algumas características do processo de mudança e conseqüente desagregação do sistema coletivo de trabalho e produção no assentamento Carlos Mariguela, localizado no município de Santa Maria, Rio Grande Sul - Brasil. Investigou-se quais foram possíveis causas e conflitos cotidianos que levaram ao processo de desagregação do sistema de produção e organização coletiva, bem como, procurou-se trazer à tona a discussão dos assentamentos do MST enquanto campo social e apontar alternativas de (re) organização social e produção. A análise considera os processos sociais para além da dinâmica econômica, em que fatores como a trajetória social e demais sociabilidades desenvolvidas no âmbito do assentamento são consideradas fundamentais para a elucidação das questões trazidas.

Título Mulheres negras brasileiras, que militância é essa?

ID 1263

Autores Caroline Fernanda Santos da Silva

Resumo: O presente trabalho procura refletir acerca dos fatores que levam as mulheres negras a se engajarem na militância dos movimentos sociais de corte racial no Brasil e busca encontrar respostas à questão em falas de mulheres negras militantes desses movimentos sociais, na cidade de Porto Alegre/RS. Para isso estabelece uma leitura cronológica dessa militância, especialmente a partir da promulgação da dita "Constituição Cidadã", que comemora vinte anos (1988 – 2008). Objetiva também contribuir para com a discussão acerca do enfrentamento ao racismo na sociedade brasileira e suas interfaces com o exercício da cidadania da população negra. Da mesma forma, salienta a importância do fortalecimento das organizações coletivas negras, particularmente as de mulheres, a partir da década de 1980, o que ocasiona sua constituição enquanto novos sujeitos políticos. Essas questões se inserem em um contexto social de desvalorização do papel do Estado enquanto entidade soberana, a partir da crise política e econômica decorrentes do processo de globalização financeira, que sede espaço para o surgimento de outros sujeitos sociais na defesa de seus interesses e valores, como é o caso das mulheres negras. A partir de tais questões, buscamos com essa abordagem também propor a ampliação do debate sobre as relações estabelecidas entre Estado e sociedade, visto que é a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 que as relações de gênero e as questões raciais conquistam relevância oficial no Estado brasileiro.

Mesa: Sindicalismo, globalização e transformações socio-laborais - 5 de Fevereiro - 14h30 - 209

Moderador: Alan Stoleroff

Título História política dos trabalhadores em educação do Estado de Minas Gerais/ Brasil narrada por líderes sindicais: 30 anos através das vozes do sindicato

ID 11

Autores Cynthia Rúbia Braga Gontijo, António Carlos Hilário

Resumo: A luta de trabalhadores para se organizarem por condições de trabalho e de vida condizentes com direitos sociais, ainda, não garantidos pelo Estado brasileiro, impulsionou a constituição do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais-SIND-UTE/MG. Em 2008, cerca de 55 mil, dos 240 mil trabalhadores em educação do Estado são sindicalizados, fazendo com que o SIND-UTE seja o maior sindicato de Minas Gerais e um dos maiores do País. Esse universo, representado por milhares de professores, supervisores de ensino, coordenadores pedagógicos, secretários escolares, entre outros, tem muito a dizer sobre processos históricos, muitas vezes, encobertos por discursos hegemônicos. Entende-se que os discursos se configuram no interior de prática sociais determinadas por questões que envolvem tensões e forças em cenários marcados por relações de poder desiguais no interior das relações entre classes, grupos, sujeitos. Neste Estudo, a aproximação do seu objeto histórico – as demandas e conquistas dos trabalhadores em educação de Minas – compromete-se com a memória dos próprios trabalhadores. Compreende-se a memória como orientadora/mediadora da história presente, portando, uma dialética em constituição. Busca-se, assim, através de relatos orais de seus diretores (1979-2009), uma aproximação do acontecer histórico a partir de suas vozes. Os relatos serão âncoras para a elaboração de uma série histórica da luta dos trabalhadores em educação no Estado, em termos de suas demandas e conquistas nos últimos 30 anos, contada por líderes sindicais dessa entidade.

Título A nova "Internacional Operária": rumo a uma "sociedade laboral global"?

ID 30

Autores Hermes Augusto Costa

Resumo: O movimento sindical consagrou-se historicamente como o movimento social que certamente mais lutou para que as sociedades fossem menos desiguais e para que o grande conflito da sociedade capitalista industrial do século XIX –

o conflito capital/trabalho – não constituísse a afirmação mas antes a negação de assimetrias de classe. Mesmo que tal conflito possa ter sido objecto de regulação ao longo do século passado e que nesta primeira década do século XXI possa já não ser visto sob o signo de uma luta de classes, é um facto que estruturas sindicais internacionais continuam a perseguir uma “sociedade laboral global”, mais justa e democrática. Esta comunicação procura discutir os contributos/desafios suscitados pela constituição, em Novembro de 2006, da Confederação Sindical Internacional (CSI), por sinal o principal actor sindical mundial da actualidade. Uma vez que a edificação de um movimento sindical internacional mais homogéneo está no centro das suas preocupações e é vista como uma estratégia para combater os “patrões globais”, olha-se para a CSI e questiona-se de que modo esta “Nova Internacional Operária” está efectivamente a reunir diferentes organizações sindicais no seu seio e a dar testemunho efectivo de compromisso(s) com sociedades laborais menos desiguais.

Título Imigração em Portugal - desafios para o movimento sindical em contexto de flexibilização do trabalho e do emprego
ID 172

Autores Marina Kolarova

Resumo: Num contexto de desregulamentação do mercado de trabalho ligada à crescente flexibilização e precarização das relações de trabalho, de persistência da economia informal, particularmente nos sectores de maior incidência de trabalhadores imigrantes, a problemática da imigração levanta novos desafios para o movimento sindical.

O sobrevalorizado papel do Estado assumido nas regulações das migrações, na criação das políticas de imigração e na regulamentação do trabalho dos imigrantes, a crescente institucionalização do diálogo social, através dos vários organismos que foram criados (CICDR, COCAI) e que contam com a participação dos sindicatos e a descredibilização dos sindicatos e das suas lutas, inclusive dentro do próprio movimento sindical, são factores que contribuem para a pouca discussão do tema neste trabalho apresentado.

A comunicação baseia-se em entrevistas abertas a dirigentes sindicais e de associações de imigrantes e examina dois grupos de questões:

1. Qual é o papel dos sindicatos, enquanto voz dos trabalhadores imigrantes, que mudanças nas suas atitudes face à imigração? Quais as condições de trabalho dos imigrantes, os principais problemas relacionados com o seu trabalho e as principais dificuldades do movimento sindical na representação desta população? Qual é a posição dos imigrantes, relativamente aos sindicatos, na opinião dos entrevistados?

2. Existe uma relação privilegiada entre as formas flexíveis de trabalho e a imigração? Quais são as consequências para o trabalho, qual é a posição dos sindicatos?

Mesa: Movimentos de cidadania no feminino - 6 de Fevereiro - 11h15 - 206

Moderador: Sonia Ferreira

Título A Centralidade do Trabalho no Processo de Construção da Identidade: Um Estudo com Membros do Movimento dos Trabalhadores Desempregados

ID 52

Autores Deise Luiza da Silva Ferraz, Lívia Donida Biasotto, Leonardo Tonon

Resumo: A construção da identidade é tratada a partir da discussão acerca do carácter ontológico do trabalho (Marx, 1996 e Engels, 2004) e de sua centralidade na vida dos indivíduos (Kovács, 2002). Estes estabelecendo relações sociais afirmam sua existência, concretizando então, a identidade do ser e a possibilidade de metamorfoses, o vir-a-ser (Ciampa, 1994). Analisando a trajetória de vida de duas mulheres integrantes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) concretizamos – utilizando o método de história de vida – o objetivo de compreender o processo de construção da identidade dos membros do Movimento. A identidade de eu-trabalhadora-explorada é negada por elas e, na realização do trabalho coletivo, põem e repõem a nova: trabalhadora-autogerida. Concomitantemente, demonstram que o trabalho não perdeu sua centralidade. O MTD oportunizou a possibilidade de negação das condições de sobrevivência a qual as informantes estão submetidas; permitindo que se reconheçam em sua humanidade. É justamente uma forma organizativa rechaçada pela sociedade que permitiu o resgate da dignidade de mulheres que viviam em condição de mercadoria descartada, sem valor de uso. No Movimento, elas constroem coletivamente as condições necessárias para dar continuidade ao processo de metamorfose da identidade, cujo propósito, concebido ideal e coletivamente, é o vir-a-ser-produtor-associado. Este se concretizará com a efetivação de uma nova sociedade onde o exercício do trabalho será sinónimo de auto-atividade e estará voltado para suprir as necessidades humanas efetivas e não para geração de valor de troca. Assim, o trabalho será entendido como fruição – como criador da vida humana – não como seu destruidor (Mészáros, 2006).

Título Discursos de político(a)s e não-político(a)s sobre o défice de género na política e as medidas de acção positiva

ID 381

Autores Maria Helena Santos

Resumo: Apesar da evolução, em termos de cidadania política, continua a verificar-se um défice de género ao nível da decisão política (Inter-parliamentary Union, 2008), em todo o mundo, persistindo uma sub-representação das mulheres (e.g., Lisboa, Frias, Roque & Cerejo, 2006; Vianello & Moore, 2004). Para procurar combater as diferenças de género existentes no acesso às oportunidades (Crosby & Clayton, 2001), por exemplo, na política (Santos, 2004), vários países têm adoptado medidas, como é o caso da “Lei da Paridade”, em Portugal. Contudo, há bastante controvérsia em torno deste tipo de medidas, como já vimos no caso das quotas na política (e.g., Santos & Amâncio, 2006), em que há um maior sentimento de injustiça relativamente à medida do que à própria situação de desigualdade.

No âmbito de um projecto mais amplo, que tem como objectivo geral fornecer um conhecimento aprofundado sobre os factores explicativos do défice de género que existe na política, bem como sobre as medidas que se destinam a reduzi-lo, realizámos dois estudos: (I) um estudo com nove entrevistas de grupo a não-político(a)s/estudantes universitários (II) um

estudo com 20 entrevistas biográficas a polític(a)s/deputado(a)s de todos os partidos políticos com assento parlamentar; (III) e uma terceira análise que confronta os dados, que estão relacionados com esta temática, dos dois estudos. Nesta Comunicação apresentaremos os resultados desta última análise comparativa, que realizámos recorrendo ao software Alceste, e discutiremos os resultados.

Título O empoderamento de mulheres através da inclusão digital

ID 518

Autores Tânia Maria Wolf, Vinícius Coelho Lima, Rosinha da Silva Machado Carrion, João Luiz Becker

Resumo: O presente artigo descreve uma situação de intervenção social, apoiada no uso da tecnologia social de Residência Solidária e, tem por objetivo apontar o potencial desta ferramenta, tanto para a formação de gestores sociais, como para a autonomia de trabalhadores. Um primeiro momento é dedicado à descrição desta tecnologia, a qual, à semelhança da pesquisa ação e, cujos fundamentos incorpora, assenta-se em intensa interação entre o pesquisador e a comunidade, para fins de construção conjunta do conhecimento e transformação social. A seguir apresenta-se a situação problema onde foi realizada a intervenção, a saber: uma cooperativa de costura alinhada aos princípios da Economia Solidária, na qual o analfabetismo digital das trabalhadoras, comprometia a possibilidade delas exercitarem a autonomia, da qual formalmente dispunham, para a realização de seu trabalho. Entre as principais conclusões de nossa experiência com a tecnologia social de Residência Solidária, cabe apontar: a complexidade da construção do laço de confiança, entre o gestor social e a comunidade; a diferença no ritmo do tempo, respectivamente, do especialista, e das pessoas da comunidade, o que vai exigir do gestor social flexibilidade para introduzir ajustes entre o previsto no projeto, e o possível de ser realizado. Por fim, cabe também destacar que a inclusão digital revelou-se uma poderosa ferramenta não apenas para apoiar o processo de empoderamento das mulheres da cooperativa como, igualmente, dinamizou o processo produtivo. Ou seja, contemplou, simultaneamente, um objetivo social, e um objetivo de sustentabilidade.

Título Jovens feministas: um estudo sobre a participação juvenil no feminismo do Rio de Janeiro

ID 1350

Autores Julia Zanetti

Resumo: O feminismo é considerado o movimento social que mais conquistas teve ao longo do século XX, no entanto, assim como na maioria dos movimentos, é possível observar um certo retraimento dele nos anos 1990. Uma das marcas deste período foi a pouca participação de jovens durante alguns anos. Aparentemente não houve interesse das jovens em se aproximarem do movimento, talvez por acreditarem no senso comum de que a igualdade entre homens e mulheres já estava conquistada; também parece não ter havido uma preocupação das feministas, pelo menos que se revertesse em algum tipo de ação, de conquistar novas gerações. Apesar disto, no final da mesma década é possível perceber a aproximação de algumas jovens ao movimento.

No mesmo período, as questões referentes à condição juvenil começam a adquirir relevância, os/as jovens passam a ser reconhecidos/as como sujeitos de direitos, com necessidades, potencialidades e demandas singulares. Os debates sobre juventudes ganham visibilidade, envolvendo diversos atores, em diferentes arenas públicas, principalmente relativas a políticas públicas.

Nos movimentos sociais não foi diferente, inclusive no feminismo. Mesmo tendo contado ao longo de suas histórias com a participação de sucessivas gerações de juventude, só nos anos 2000 as feministas jovens passaram a reivindicar reconhecimento, espaços e discussões específicas de juventude dentro do movimento.

Neste contexto, este trabalho analisa que processos têm levado à constituição da identidade de jovens feministas e as diferentes formas das jovens se aproximarem e permanecerem no movimento feminista da região metropolitana do Rio de Janeiro nos dias de hoje.

Título A autonomia do Movimento Feminista e a Relação com o Estado no Brasil

ID 1362

Autores Ana Alice Alcantara Costa

Resumo: Em 1985, o movimento feminista brasileiro enfrentou um grande dilema: é possível fazer feminismo através do aparelho de Estado? Esse foi o eixo principal das discussões do VII Encontro Nacional Feminista, realizado em Belo Horizonte nesse mesmo ano. Até então, a perspectiva de relação com o Estado no projeto de transformação feminista não havia sido colocado. Apesar da participação de algumas feministas na Comissão de Saúde Reprodutiva do Ministério de Saúde e da criação do Conselho Estadual da Condição Feminina em São Paulo em 1983, esses exemplos não eram reconhecidos como ações do feminismo e sim como atos isolados ou de cunho partidário. É a proposta de criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, ligado ao Ministério da Justiça, como parte do arco de alianças da candidatura de Tancredo Neves a presidência da República que trouxe novos desafios. A perspectiva de atuar no âmbito do Estado representava para muitas militantes uma brecha na autonomia do movimento, no entanto, para outras, aquela era a grande oportunidade do feminismo, posto que reconheciam a capacidade do Estado moderno para influenciar e transformar a sociedade. Desde então, uma parcela significativa das feministas têm atuado no âmbito governamental no sentido de construir políticas sociais que garantam a equidade de gênero. Este trabalho tem por objetivo, portanto, fazer um balanço do avanço da perspectiva feminista nas políticas públicas brasileiras nos últimos 25 anos tomando como parâmetro o Plano Nacional de Políticas para Mulheres do governo federal.

Mesa: Reconhecimento e não reconhecimento: construção de fronteiras de inclusão e exclusão - 6 de Fevereiro - 11h15 - 104

Moderador: Marinus Pires de Lima

Título Razão, cidadania e reconhecimento: contornos de um debate sobre projetos de emancipação

ID 170

Autores Emil Albert Sobottka

Resumo: Na Teoria Crítica, em sua origem, a razão era tida como central para um projeto emancipatório; depois de um certo otimismo inicial veio o desencanto, o ceticismo e a tentativa habermasiana de seu resgate pela pluralização. De modo similar a cidadania foi associada a projetos emancipatórios, para depois ser questionada pela implícita pretensão de universalidade que não dava conta adequadamente da pluralidade de situações e projetos de vida. A questão que se quer colocar é se/como o reconhecimento, como vem sendo proposto recentemente em especial na versão proposta por A. Honneth, consegue contribuir para a superação da tensão entre universalidade e particularidade nos projetos emancipatórios.

Título Intelectuais e projetos de emancipação”

ID 188

Autores Eliane Veras Soares Soares

Resumo: Essa reflexão tem como objeto duas posições antagônicas no pensamento social brasileiro: as de Gilberto Freyre (1900-1980) e Florestan Fernandes (1920-1995). Freyre representa a interpretação clássica da formação da sociedade brasileira, definida por alguns (Cohn, 2005; Mota, 2003) como “radicalismo senhorial”, tem como par de oposição perfeito Florestan Fernandes, que interpreta o Brasil a partir de um “radicalismo plebeu”. Pergunta-se como se inscreveriam os dois autores à luz de projetos emancipatórios. Esta resposta não é evidente nem quando se trata de Florestan Fernandes nem quando se trata de Gilberto Freyre. As trajetórias dos dois autores, suas perspectivas teóricas e os processos políticos que marcaram a sociedade brasileira levam-nos a problematizar a pergunta e buscar um caminho interpretativo que articule essas dimensões à compreensão de possíveis projetos emancipatórios nesses dois intelectuais que marcaram a reflexão sobre o Brasil no século XX.

Título Identidade e Modernização como modelos de políticas culturais

ID 190

Autores Paulo Marcondes Ferreira Soares

Resumo: A presente comunicação tem como ponto central problematizar questões relativas às políticas culturais na contemporaneidade, tendo como elemento norteador a distinção, apresentada por Alberto Moreiras, a respeito da tendência a dois posicionamentos principais da ação política da cultura (no nosso caso, especificamente o cinema e a literatura), e que diz respeito ao que ele denomina de “Paradigma da Identidade” e o “Paradigma da Modernização”. Nos termos que aqui referimos, tais questões se voltam, particularmente, para certos posicionamentos culturais manifestos por artistas e intelectuais brasileiros, relativamente ao diálogo, por eles estabelecidos, junto à produção artístico-cultural de países de língua portuguesa. Os sentidos atribuídos aos posicionamentos da identidade e da modernização relativamente à ação política da arte são, respectivamente, como se seguem: para os que tomam para si o primado da identidade, o conteúdo diz a forma; para os que os que reivindicam um sentido de atualização/modernização, a forma diz o conteúdo. Reflexões recentes sobre as repercussões subseqüentes dessas idéias, sob o influxo da globalização e do debate do pós-colonial, têm levantado questões a propósito das possibilidades de mobilização de recursos e trajetórias diversas como meio alternativo à persistência de nossa condição de marginalização e submissão ao modelo dos países hegemônicos. Nesse sentido, o cinema produzido nessas regiões periféricas se apresenta como uma expressão privilegiada para se pensar a tensão atual entre o lugar e o não-lugar global.

Título Nação, democracia e pluralismo.

ID 192

Autores Remo Mutzenberg

Resumo: A categoria de nação assumiu um lugar central no discurso do imaginário da modernidade, um significante a partir do qual se passou a pensar e articular uma comunidade cultural e política. Ao mesmo tempo, tal categoria apresenta um sentido contraditório no interior desse próprio imaginário à em que se elevou o princípio universal da igualdade ou dos direitos universais que vislumbra a superação das diferenças locais e dos nacionalismos. Na atualidade, apesar de falar-se de crise do estado-nação, a categoria nação continua a jogar um papel importante como guia da ação política, assim como para afirmação e construção de identidades políticas e sociais. Nação, como um significante vazio, permite diferentes inscrições e é em torno dele que se articulam elementos, em detrimento de outros, na pretensão de construir uma unidade passível de governança. A construção de uma unidade nacional assumiu, particularmente nos países que viveram processos de independência e de democratização recentes, assumiram características mais ou menos democráticas e constitui-se como desafio permanente diante da diversidade de demandas sociais e a afirmação mais geral do direito à diferença (étnicas, de gênero etc.). Nessa direção, o texto busca desenvolver uma abordagem sobre a relação entre a articulação do discurso sobre nação no contexto marcado por processos de identidades plurais e contingentes.

Título Cidadania e cultura política no Brasil

ID 315

Autores Orlandil de Lima Moreira Moreira

Resumo: A história política brasileira apresenta traços marcantes de uma cultura política de não - participação que atinge em especial uma parcela majoritária da população, os empobrecidos. A nossa história republicana tem como característica a ausência e espaços públicos que possibilitassem a participação dos cidadãos e cidadãs nas decisões públicas. A política sempre foi uma atividade que se constituiu em privilégio de uma elite. Os processos políticos desenvolvidos pela sociedade civil nas últimas décadas do século XX, com forte presença dos movimentos sociais populares, desencadearam mudanças no campo da participação social, fazendo emergir atitudes e ações que contribuem para a emergência de uma nova cultura política de participação cidadã nos espaços públicos decisórios. O presente artigo tem como objetivo analisar os novos formatos e arquitetura da participação recente no Brasil, pretendendo desvelar nesse processo de construção de espaços públicos institucional e não-institucional, mudanças e continuidades nas ações políticas e sua dimensão educativa na conformação de uma nova cultura política.

Mesa: Movimentos sociais de gênero, classe e raça - 6 de Fevereiro - 14h30 - 317

Moderador: Ana Alice Alcantara Costa

Título Entre o movimento e o sindicato: mobilização, socialização e representação política das mulheres trabalhadoras rurais no nordeste do Brasil

ID 60

Autores Caroline Bordalo

Resumo: O presente trabalho analisa a partir de uma perspectiva histórica o surgimento dos movimentos de mulheres rurais no Brasil no início da década de 1980. De forma genérica, estes movimentos legitimaram sua atuação política por meio da afirmação de sua 'autonomia' ante outros espaços de organização dos trabalhadores rurais tais como os sindicatos e os movimentos de luta pela terra como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Entretanto, abdicando de uma perspectiva abstrata e demasiadamente genérica, esse estudo aponta para a necessidade de se considerar os processos sociais e políticos empíricos que possibilitaram seu surgimento e os caminhos tomados por estes movimentos 'autônomos de mulheres rurais' desde então. Nesse sentido, o resgate histórico desse processo de dimensão nacional de organização das mulheres do campo é aqui abordado por meio do estudo de caso de dois movimentos, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco e do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste. Articulando processos macro-sociais às possibilidades locais de mobilização e organização dos trabalhadores rurais, o estudo tem apontado para a estreita relação entre o sindicalismo rural levado à cabo no nordeste do Brasil e esses movimentos desde as primeiras iniciativas de organização das mulheres rurais até os dias atuais. A pesquisa se debruça sobre as mais de duas décadas de relação entre estas organizações buscando compreender os caminhos da socialização política das mulheres rurais no nordeste do Brasil e da conformação de uma determinada concepção de representação política fortemente baseada na política sindical.

Título Movimentos Sociais: continuidades e rupturas na construção epistemológica do passado

ID 382

Autores Sónia Ferreira

Resumo: Como afirmam Fentress e Wickham (1992) "uma memória nacional de oposição com uma base de classe mais evidente é a que em cada país é originada pelo movimento operário (...) como ponto de referência alternativo à memória social da burguesia" (1992: 165, 166). Partindo desta afirmação, procurar-se-á nesta comunicação discutir, no seio de uma conjuntura que vive um renovado interesse relativamente aos movimentos sociais, um contexto histórico clássico e um objecto de investigação com grande tradição nos estudos da acção colectiva. Ou seja, formas de resistência operária, neste caso femininas, que decorrem no período de construção e consolidação do Estado Novo e do regime corporativo, procurando-se recensear a forma como se accionam diferentes gramáticas de acção reivindicativa em diferentes momentos de protesto assim como a inscrição das mesmas numa "cultura de resistência" mais lata. Apresentar-se-á a construção de um modelo de análise e de uma abordagem metodológica que tendo como referência as perspectivas "clássicas" não exclui, antes potencia, a inclusão das novas propostas teóricas de reformulação e crítica no âmbito da teorização sobre Movimentos Sociais. Esta abordagem, fortemente transdisciplinar, integra tantos os paradigmas explicativos anteriormente hegemónicos como as suas reconfigurações contemporâneas, partindo da análise de um grupo que vive uma situação de dupla subordinação estrutural, de gênero e de classe, detectável tanto no âmbito de construção da história como da memória oficial da Nação.

Título Política de gênero: Um dispositivo da atividade sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT)/ Brasil

ID 746

Autores Shirley Aparecida de Miranda

Resumo: O presente texto resulta de pesquisa desenvolvida no doutorado em educação que teve por objeto de análise trajetórias de mulheres dirigentes sindicais. No conjunto do movimento sindical brasileiro focaliza-se a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e sua performance a partir da intercorrência da década de 1980. A partir da utilização do aporte foucaultiano, o trabalho é orientado pela hipótese de que a atividade sindical opera uma prática discursiva que funciona como um campo no qual se fabricam discursos que definem a verdade sobre o sujeito e se estabelecem práticas de regulação de comportamentos para mediar relações conflituosas. Nesse campo destaca-se a política de gênero por sua inflexão em organizar estratégias de poder, formas de saber e contínuos convites para que o sujeito entre em relações de força consigo mesmo. Considera-se a política de gênero como um dispositivo da atividade sindical e toma-se como objeto as estratégias que o materializam. Por meio da análise de documentos e publicações da secretaria da mulher trabalhadora problematizam-se as regulamentações que compõem a reestruturação dos espaços de poder; a presença feminina na redefinição dos mecanismos de negociação coletiva e a formação como estratégia de enunciação de verdades. Conclui-se que ocorre no interior do dispositivo política de gênero uma positivação do feminino que concorre para a problematização não só das relações de poder na sociedade, mas as formas de viver o trabalho, o corpo, a sexualidade.

Título Memória sindical rural brasileira

ID 1118

Autores Luiz Flávio de Carvalho Costa

Resumo: O Arquivo Lyndolpho Silva reúne parte dos documentos (anotações, teses, correspondência, declarações, entrevistas, legislação, listagens, manifestos, relatórios, atas, resoluções etc.) acumulados por Lyndolpho Silva como membro do Partido Comunista do Brasil (PCB) e como um dos principais responsáveis pela organização dos trabalhadores rurais do país. A importância da documentação por ele acumulada, e que sobreviveu ao período de repressão, é equivalente ao papel luminar que ele desempenhou na luta pela incorporação do trabalhador rural no processo político brasileiro. O acervo online compreende atualmente 240 documentos (mais de 1.200 folhas, 1945-1964). Do ponto de vista qualitativo, a documentação incide sobre o processo histórico de construção do sindicalismo rural no País, além de revelar

suas interfaces com organizações e entidades internacionais de luta pelos direitos dos trabalhadores rurais (www.ufrrj.br/cpda/als/).

Título Inserção profissional de mulheres negras no trabalho do setor financeiro: possibilidades de resistência em tempos de crise do sindicalismo

ID 1293

Autores Vanessa Santos do Canto

Resumo: O presente trabalho faz parte de reflexões e pesquisa em andamento para elaboração de dissertação de mestrado e pretende apresentar alguns apontamentos acerca da inserção da mulher negra no trabalho do setor financeiro. Aborda a precarização da relação salarial, sobretudo, a partir dos avanços tecnológicos e dos processos de terceirização que atingem este setor, buscando refletir a respeito dos impactos sobre as trabalhadoras negras. Articula, ainda, com a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Bancários do Município do Rio de Janeiro e as possibilidades de resistência e inclusão social em tempos de crise do sindicalismo.

A temática será orientada pela necessidade de diálogo entre o debate sobre a centralidade do trabalho e os novos enfrentamentos que surgem para os movimentos sociais no momento histórico em que a classe trabalhadora se torna cada vez mais complexa e diversificada em tempos de hegemonia do capital financeiro. A reflexão aqui proposta tem por fundamento o fato de que no mesmo momento em que as questões relacionadas a gênero e raça ganham maior visibilidade na sociedade brasileira, sobretudo a partir da promulgação da Constituição da República de 1988, a globalização apoiada pelo discurso neoliberal atinge o país com toda vitalidade. Compreender tais transformações se torna essencial para apreender as novas dinâmicas sociais que se estabelecem, a fim de contribuir para a abordagem acerca da questão racial e das relações de gênero que têm sido cada vez mais debatidas e ampliar os estudos específicos sobre a mulher negra no Brasil.

Mesa: Estratégias associativas e movimentos sociais no campo - 6 de Fevereiro - 16h15 - 201

Moderador: Giana Amaral Yamin

Título A emergência dos "agricultores familiares" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo

ID 1271

Autores Everton Lazzaretti Piccolotto

Resumo: O reconhecimento oficial dos agricultores familiares como sujeitos de direitos é recente na história brasileira. Nas últimas duas décadas foram criadas políticas públicas específicas para a agricultura familiar e esta categoria foi reconhecida legalmente. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996, constitui-se na primeira política pública especificamente direcionada a esta categoria social e a "Lei da Agricultura Familiar", de 2006, define oficialmente esta "categoria produtiva". Porém, apesar desse reconhecimento ser recente quando pensado a partir da trajetória do sindicalismo rural brasileiro percebe-se que este foi um longo processo iniciado ainda na constituição da legislação trabalhista-sindical dos anos de 1930. Visando explorar esse processo a comunicação tem por objetivo analisar a emergência dos agricultores familiares como sujeitos de direitos na sociedade brasileira contemporânea. Analisa-se os processos de formação do sindicalismo rural e de expansão da legislação trabalhista para os trabalhadores rurais como forma de realização de uma "cidadania regulada" pelo Estado até a década de 1970; o questionamento do sindicalismo oficial, a estruturação de um "novo sindicalismo" e a emergência de novos atores sociais no campo que possibilitaram a ampliação dos espaços de cidadania no período de redemocratização do Brasil (anos 70 e 80); a "crise" do novo sindicalismo, a criação de novas estruturas sindicais "por fora" da estrutura oficial (sindicalismo da agricultura familiar) e a emergência dos "agricultores familiares" como sujeitos de direitos no período recente.

Título Conflitos Sociais Ameaçam as Extrativistas da Mangaba no Nordeste e Norte do Brasil

ID 1354

Autores Heribert Schmitz, Dalva Maria da Mota, Josué Francisco da Silva Júnior

Resumo: Secularmente mulheres negras e pobres praticam o extrativismo da mangaba no Norte e Nordeste brasileiro. Recentemente, frente à valorização da fruta no mercado regional de produtos nativos e à ocupação das terras de livre acesso com atividades agrícolas ou turísticas, aumentam as ameaças que restringem o acesso das mesmas às plantas com a proliferação de conflitos entre diferentes atores. Assim, esse artigo objetiva analisar os conflitos sociais pelo acesso aos recursos em áreas remanescentes de mangabeira no Nordeste e Norte do Brasil. A pesquisa foi realizada em sete estados do Nordeste (BA, SE, AL, PE, PB, RN) e do Norte (PA) brasileiros no período de 2003 a 2008. Os principais procedimentos de pesquisa foram observações, entrevistas, levantamento de dados secundários e participação em encontros e reuniões das catadoras. Os atores envolvidos foram catadoras, comerciantes, proprietários de terra, empresários (turismo, carcinicultura) e funcionários de órgãos públicos (Incrá, Ibama, Embrapa, Emater, etc.). Os resultados da pesquisa mostram a coexistência de diferentes tipos de conflitos através de quatro estudos de caso selecionados envolvendo diferentes atores em disputa pelo acesso às plantas de mangabeiras, das quais são colhidos frutos para o beneficiamento.

Título Movimentos sociais no campo: novos sujeitos, novas manifestações

ID 1504

Autores Ineiva Terezinha Kreutz Louzada

Resumo: O artigo procura resgatar o processo sócio-histórico do movimento social rural no Brasil entre as décadas de 1980 e 1990, especialmente as novas formas de organização, manifestação, mediação, identidade e representação social da luta pelo acesso a terra articuladas através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). A análise das condições sociais e econômicas constitui, neste ensaio, o pressuposto para delinear o processo de organização e mobilização dos trabalhadores rurais sem terra, durante as décadas de 1980 e 1990, momento em que nasceram novos

sujeitos e se desenvolveram novas formas de mobilização dos movimentos sociais rurais. Diferentemente dos trabalhadores rurais, que até então constituíam o movimento de luta pela resistência na posse da terra (movimento de posseiros), no início da década de 1980 começam a surgir as mobilizações em torno das lutas de ocupação da terra em todo território brasileiro. Apreender a historicidade e os diferentes movimentos sociais no campo, a constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a participação e mediação da Igreja Católica através da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e, principalmente, a história de seus sujeitos sociais – trabalhadores rurais sem-terra - não pode ser resgatada de maneira linear e sectária. São movimentos de um grupo social e de organizações mediadoras que se interpenetram mutuamente e sua inter-relação fundamenta-se no processo de decisivas mudanças e transformações das relações capitalistas no campo que tomaram novas formas nas décadas de 1980 e 1990 e alteraram o modo de ser e viver da família camponesa brasileira.

Título Estado, Educação e Movimentos sociais do campo: Luta social pela educação do campo no Brasil
ID 871

Autores António Clésio, Fernando José Martins

Resumo: O trabalho trata das políticas para a Educação do Campo no Brasil. Propõe-se a analisar as relações entre o Estado, movimentos sociais populares do campo e a educação na sociedade atual. Tais relações nos remetem a uma problematização das contradições da realidade educacional brasileira a partir da luta popular por educação. Lutas que são passadas pela motivação política que esses movimentos sociais forjam perante a atual configuração político-administrativa do Estado de classe. No Brasil, o movimento “Por uma Educação do Campo” aponta para contradições das políticas educacionais e, respectivamente, para a gestão do Estado, pelas quais as necessidades por tais políticas para o campo são enfaticamente postas em evidência por esse movimento. Com isso, evidenciamos que as possíveis políticas para educação do campo estão mediadas pelas lutas sociais, as quais marcam as políticas que os movimentos sociais populares do campo vêm tensionando no Estado atualmente. As lutas sociais por Educação do Campo sugerem, assim, que a formação dos sujeitos tomam um movimento que é próprio dos interesses à superação das condições materiais e político-pedagógicas na realidade educacional no campo brasileiro. É o movimento de possibilidades e limites desse processo sócio-político que será aqui analisado, tendo como conclusão um balanço preliminar da experiência, uma vez que a educação do campo se encontra em processo de consolidação no Brasil atualmente.

Título Filiação partidária/rebelião/fermentação biológica: pistas para análises sobre a participação dos estudantes na política estudantil.

ID 916

Autores Carlos Alberto Nascimento de Andrade

Resumo: Aborda elementos fundamentais para compreender a dinâmica do Movimento Estudantil (ME) universitário: composição de classe dos estudantes, “fermentação biológica”, tendências estudantis e a relação das lideranças estudantis com o conjunto dos estudantes. A primeira categoria relaciona a maioria dos estudantes com sua origem na classe média. Todavia, uma pequena parcela desses estudantes rompem com seus laços de classe: as lideranças estudantis. Essa postura só é possível porque tais lideranças são filiadas às organizações partidárias de esquerda. Verificou-se que o ME pode ser entendido, se concomitante à análise das lutas internas existentes neste segmento, se faça uma relação com as tendências estudantis, uma vez que sua direção política, através da União Nacional dos Estudantes – UNE e dos Diretórios Centrais dos Estudantes – DCEs, quase sempre esteve sob a hegemonia de uma organização partidária. Outras análises relacionam o engajamento dos estudantes na política estudantil como sendo resultado do “patrulhamento da sociedade ao comportamento da juventude”, ou ainda, do “estado de fermentação biológica, que conjugado a elementos novos em relação aos que até aí conheceu, tais como hábitos, costumes e sistemas de valores, torna a juventude apta a solidarizar-se com movimentos sociais dinâmicos”. Verifica que a origem deste engajamento se relaciona com a filiação das lideranças estudantis às tendências, uma vez que ao dirigir o ME, tais lideranças elaboram suas propostas programáticas tendo como eixos centrais as orientações que os partidos “revolucionários” ou “reformistas” repassavam para suas tendências correspondentes.

Mesa: Movimentos sociais e cidadania - 6 de Fevereiro - 18h30 - 206

Moderador: Elder Andrade Paula

Título Sociedade Civil e Democratização em Guiné-Bissau

ID 9

Autores Ricardino Teixeira

Resumo: Esta dissertação resume-se na resposta a questão: Como é que uma Sociedade Civil, historicamente marcada pela herança colonialista portuguesa, mantida em outras formas pelo autoritarismo do PAIGC, institui a sua autonomia política e institucional, num contexto marcado pelos conflitos sociais e étnicos na luta pela hegemonia. Buscou-se identificar, nesta dissertação, as representações sociais que as organizações urbanas e rurais da Sociedade Civil têm sobre a democracia. Tradicionalmente, o saber teórico - científico costuma analisar a noção da Sociedade Civil no contexto dos países do Ocidente, a partir de categorias como o mercado, o Estado e associações “formais” dos movimentos sociais populares. O que muitas das vezes não reflete a lógica da Sociedade Civil em contextos históricos marcados com forte presença de grupos étnicos e multiculturais. Razão pela qual, a articulação de um novo conceito da Sociedade Civil, que contemple esses grupos, amplia o debate para entender novas dinâmicas organizacionais e identitárias que estão emergindo no mundo contemporâneo. O caso da Guiné-Bissau proporciona outro entendimento sobre as representações sociais e políticas que estão (re)surgindo no seio da sociedade, especialmente aquelas encontradas entre os grupos de Mandjuandade, um movimento de expressão cultural, política e pedagógica de congregação de diferentes etnias e grupos sociais. A presença desses grupos deixa em aberto à possibilidade de constituir-se um ponto nodal de diferenças étnicas

em torno de demandas comuns em que ao mesmo tempo cria uma equivalência governável, respeitando a autonomia identitária de cada grupo étnico.

Título A missão divina na formação da resistência: a participação da Igreja Católica na criação e atuação do MST e a mística do Movimento como elemento agregador identitário.

ID 521

Autores Cristiane Reis

Resumo: O presente trabalho visa analisar a participação da religião nos movimentos populares, correlacionando-a com a questão política. Tem-se como hipótese que a religião tem papel importante na consecução das lutas e o misticismo implementado pelos movimentos sociais agregam seus membros e lhes auxiliam no processo de identidade, dentro deste mundo globalizado, no qual, além de sem-terra são também sem-rostos.

Um dos antecedentes históricos da luta pela terra implementada pelo MST foi a Guerra de Canudos, ocorrida no Brasil, em 1896. Nela, Antônio Conselheiro foi grande protagonista, que arregimentou a gente sofrida do sertão, chegando a formar a segunda maior cidade da Bahia. Como resposta à grande benfeitoria e anseio por qualidade de vida, o Messias, como era conhecido, e todo seu povo foi dizimado pelas forças do Governo local. Assim, Canudos não constitui apenas um precedente pela questão da luta pela terra, mas também no misticismo que envolvia aquele povo.

O MST é um movimento social que luta pelo acesso e permanência na terra, luta pela reforma agrária e pela transformação social. Surgiu durante o período militar ocorrido no Brasil, e pretendeu unificar várias mobilizações esparsas no campo. Contou, para sua formação, com grande apoio de militantes da Igreja Católica, principalmente da Comissão Pastoral da Terra – CPT.

Outra questão aqui relacionada é a mística realizada pelo MST, que se constitui como estratégia de mobilização política de seus membros, prática educativa, celebração e reivindicação. A mística, com seus ritos e símbolos, envolve os militantes os integra, promovendo a unidade e coesão, formando uma ideologia religiosa-política.

Título Continuidades e descontinuidades nas políticas de saúde: atuação e estratégias das instituições jurídicas no Brasil

ID 701

Autores Felipe Asensi, Roseni Pinheiro, Cristina Lobato

Resumo: O processo de construção do direito à saúde no Brasil tem se desenvolvido com a incorporação de novos atores na produção arranjos políticos, jurídicos e institucionais, que visam materializá-lo como direito e como serviços. Para isso, a Constituição rediscutiu a missão de algumas instituições, dentre as quais o Ministério Público (MP). Neste trabalho, serão apresentadas as principais questões empíricas de uma pesquisa multicêntrica, de natureza qualitativa e interdisciplinar, realizada em municípios de cinco regiões brasileiras, que utilizou as seguintes técnicas: entrevistas, observação participante e análise documental. O MP tem revelado uma práxis de intermediação entre o Estado e a sociedade civil no sentido de promover o acesso desta aos serviços de saúde. Por isso, o MP vem reconfigurando suas práticas com a criação de espaços de diálogo, que produzem ações coletivas ao mesmo tempo em que são abertos canais de comunicação entre os principais atores que compõem o processo de formulação, gestão e fiscalização das ações em saúde. São espaços que contribuem para a continuidade das políticas públicas em saúde, contudo, observamos dois desafios do MP neste âmbito: a) a formulação de políticas de Estado; b) a manutenção do orçamento em saúde. Nessa perspectiva a própria idéia de direito à saúde ganha um novo significado, o que exige um olhar interdisciplinar sobre atuação do MP em sua garantia e auxilia na própria defesa de uma política de saúde duradoura que vise aproximar o mundo do direito do mundo dos fatos.

Título Estruturas de Oportunidades, Processos Políticos e Engajamento Individual no Movimento Ambientalista

ID 833

Autores Wilson J. F. de Oliveira

Resumo: A utilização de competências de expertise, adquiridas através da formação universitária, tem sido tomado como um dos principais indicadores da tendência de institucionalização e profissionalização dos movimentos sociais e da ação associativa na defesa de diferentes tipos de causas (sindicais, humanitárias, minorias étnicas, ambientais, etc.). Essa comunicação examina as condições de emergência e as transformações do movimento ambientalista no Brasil entre 1970 e 2006. Trata-se de introduzir uma discussão conceitual sobre as relações entre “estruturas de oportunidade”, “processos políticos” e “engajamento individual” na emergência de mobilizações e protestos coletivos em situações como a brasileira. A metodologia utilizada consistiu na realização de entrevistas biográficas com três gerações distintas de ativistas, focalizando os significados associados ao uso da formação escolar na militância, as principais modalidades de carreiras militantes, e os tipos de recursos e de vínculos sociais que respaldam as concepções e práticas militantes dos ativistas. A pesquisa demonstrou que o período considerado constitui um marco do aparecimento de novos padrões de reconversão da formação universitária e profissional em recursos militantes para a atuação na “área de meio ambiente”.

Título Associativismo e auto-realização: um estudo de caso sobre uma associação de moradoras da Vila Pinto de Porto Alegre (Brasil)

ID 1014

Autores Gabriela Blanco

Resumo: O estudo de caso “A luta por reconhecimento das moradoras da Vila Pinto de Porto Alegre” possui como objeto de análise a associação denominada CEA (Centro de Educação Ambiental), que integra um centro de triagem de materiais recicláveis e um centro cultural. A associação é composta por moradoras de uma das regiões mais pobres da cidade de Porto Alegre (Brasil). O estudo possui como problemática central compreender como uma associação entre indivíduos é capaz de transformar as relações familiares e jurídicas dos mesmos. Como aporte teórico utiliza-se os conceitos de auto-realização e luta social desenvolvidos por Axel Honneth. Para a análise dessa problemática, o estudo já passou por duas etapas: uma quantitativa – na qual foram consideradas as vinte e cinco mulheres participantes - e outra qualitativa, referente à trajetória de vida da líder comunitária que fundou a associação. Como resultados já obtidos, há a constatação de que foi, de fato, com ato de associarem-se entre si, de participarem ativamente do processo de construção do CEA e da

reivindicação de melhorias para a sua comunidade, que essas mulheres iniciaram um processo de transformação pessoal. O sentimento de pertencimento à comunidade e de acolhimento proporcionado pela associação foi o motor propulsor do desejo de libertarem-se do sofrimento vivenciado em suas casas (maus tratos, violação, insegurança, etc). Apresenta-se neste caso, portanto, uma indicação de que a auto-realização não precisa seguir, necessariamente, o “ordenamento” proposto por Axel Honneth em sua teoria social (ou seja, esfera do amor, depois do direito e, finalmente, da solidariedade).

Mesa: Movimentos sociais e cidadania - 6 de Fevereiro - 18h30 - 220**Moderador: Vera Lucia Silveira Botta Ferrante****Título** Identidade, cultura e política: os movimentos estudantis na contemporaneidade**ID** 1058**Autores** Marcos Mesquita

Resumo: A temática da juventude vem conquistando importante espaço e destaque nos últimos anos. Sua visibilidade, em grande medida, retomada através da mídia e do mercado é reforçada também pelo aparecimento do protagonismo de novos movimentos juvenis como os jovens da periferia, os militantes altermundistas, entre outros que, num cenário recente, mostram sua vitalidade. Com o aparecimento destes novos atores ganham visibilidade os movimentos juvenis clássicos, entre eles, o movimento estudantil, que volta à cena retomando seus discursos tradicionais sobre política e educação, mas que também se adapta às novas demandas estudantis e incorpora outras pautas ligadas aos campos da cultura e da identidade. Neste trabalho, pretendemos estudar a participação de militantes estudantis a partir de quatro espaços de participação estudantil que expressam o atual processo de diversificação deste movimento no Brasil. São eles: a) o movimento estudantil clássico; b) as executivas de curso; c) coletivos de gênero e d) coletivos de cultura. Desta forma, queremos analisar como este movimento, a partir do conflito e diálogo existente entre os diferentes grupos, reconstrói sua identidade coletiva. Para isso, contamos com os conceitos de identidade coletiva e representações sociais que serão instrumentos importantes para nossa análise. Nesta pesquisa, realizamos 24 entrevistas semi-estruturadas com os militantes de cada um dos grupos citados e participamos de seus principais fóruns e encontros.

Título Relações comerciais numa economia globalizada: notas de uma organização de Comércio Justo**ID** 1068**Autores** Sandra Lima Coelho

Resumo: Esta comunicação resulta de uma dissertação de mestrado, na qual se procurou reflectir sobre a emergência do Comércio Justo num contexto de modernidade tardia e de globalização. O Comércio Justo é um movimento que pretende promover a mudança a nível institucional e a reforma das políticas que possam alterar os actuais níveis de desigualdade entre os países industrializados do Norte do mundo e a pobreza que impera no Sul do hemisfério. É uma alternativa ao comércio convencional, que promove a justiça social e económica, o desenvolvimento sustentável e o respeito pelas pessoas e pelo meio ambiente, através do comércio, da sensibilização dos consumidores e de várias acções de educação e informação. No actual contexto de economia globalizada, investiguei o modo como um movimento que defende princípios como a igualdade de tratamento e oportunidades entre os géneros masculino e feminino, a escolarização, o respeito pelos direitos humanos, entre outros, preconiza a sua acção. A pesquisa materializou-se num estudo de caso de uma associação que apresenta como objectivos a divulgação dos princípios do Comércio Justo e a comercialização de produtos oriundos desta forma de comércio alternativa, a Associação Reviravolta. O foco analítico incidiu sobre as modalidades de actuação desta organização, a sua estrutura e funcionamento, e a acção que nela desenvolvem os seus protagonistas, dirigentes e voluntários. Pretendi determinar, através de uma análise organizacional, o modo como se estruturam os seus elementos culturais e simbólicos, e caracterizá-la enquanto corpo socializado. Proponho-me a partilhar, neste congresso, alguns dos resultados dessa pesquisa.

Título O associativismo entre os povos da águas: um olhar a partir dos pescadores artesanais em uma área pesqueira na Amazônia paraense**ID** 1131**Autores** Petronio Lauro Teixeira Potiguar Júnior

Resumo: A proposição desse texto está focada nas discussões sobre o associativismo envolvendo as populações tradicionais na Amazônia, em especial, as ribeirinhas e pesqueiras no Nordeste Paraense, tendo como locus da pesquisa a vila pesqueira de Marudá. Os pescadores que aí residem e a trajetória de uma das associações existentes no local, em particular a Associação Beneficente dos Pescadores de Marudá- ABPM terão atenção especial nesse estudo que pretende entender como o capital social enquanto processo de ajuda mútua e confiança na busca de objetivos comuns envolve ou não os pescadores e os dirigentes da ABPM nos caminhos e (des) caminhos do associativismo em Marudá, tendo Putnam (2007) e outros autores como alicerces teóricos que balizaram essa pesquisa. A metodologia utilizada foi a aplicação de um roteiro de entrevista entre os pescadores associados informais, ex-associados e os pescadores não associados na ABPM. A técnica antropológica da observação e anotações no caderno de campo foram importantes para estabelecer o contato e o diálogo com a realidade investigada.. Como resultado temporal, notou-se que, apesar da existência de potencial humano para alavancar a organização política dos pescadores locais, a prática do associativismo em Marudá apresenta dificuldades causadas pelo fraco capital social dos que estão à frente da ABPM e dos pescadores marudaenses cuja predisposição para a participação é frágil em decorrência da inexistência de objetivos comuns impedindo o brotamento do que teria sido acumulado para o fortalecimento do capital social.

Título O movimento de luta pela moradia em Uberaba - MG (Brasil)**ID** 1224**Autores** Edna Aparecida de Carvalho Pacheco

Resumo: Trata-se da análise crítica da importância e dinâmica do movimento de luta pela moradia em Uberaba – MG. Parte da recuperação histórica do surgimento da ação planejada por indivíduos que reconheceram a sua condição de exclusão social e territorial, adotaram a prática de organização popular para dar visibilidade a sua condição miserável de vida e reivindicar o protagonismo do governo local, responsabilizado como determinante no impedimento do encaminhamento da questão habitacional do município. A orientação teórico-metodológica adotada garante o desvelamento dos meandros culturais e políticos que alimentam a estratégia dos moradores e os rebatimentos oposicionistas. O conceito de contradição é fundante para a compreensão da ação dos homens, que na sua materialidade se orienta pelos objetivos específicos que são coletivamente definidos e perseguidos na ação política implementada e defendida como alternativa, não apenas de acesso a direitos sociais, mas também alternativa de inclusão no processo decisório de definição, implantação e implementação de políticas sociais.

Título A educação como icampo de luta, o MST e a educação do campo

ID 301

Autores Jaeme Luiz Callai

Resumo: Para o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - um dos mais importantes movimentos sociais do Brasil a educação e formação de suas crianças, jovens e adultos assume uma feição própria e um papel de relevo no processo de lutas pela conquista da terra. O trabalho educativo estrutura-se na perspectiva da "Educação do Campo", entendida esta como proposta e prática educativa construída pelo coletivo dos trabalhadores. A proposta pedagógica está definida, a dificuldade é operacionalizá-la em concreto, no âmbito das disciplinas escolares como a história. A pesquisa realizadas junto à escolas de assentamentos de trabalhadores do MST procura desvelar o eventual descompasso entre a proposta educativa do MST e a prática docente nas escolas.

Mesa: Políticas públicas e cidadania - 6 de Fevereiro - 18h30 - 313

Moderador: Pedro Ramos Pinto

Título Quando os movimentos sociais e os coletivos diversos indagam o direito à educação

ID 456

Autores Miguel Arroyo

Resumo: No Brasil, os coletivos sociais, étnico/raciais, de gênero, do campo e das periferias urbanas se fazem cada vez mais presentes com as suas diversas identidades. Organizam-se em ações coletivas, sindicatos e em movimentos sociais e se mostram como sujeitos coletivos, de saberes, de cultura, de valores e de direitos. Esta ação tão marcante interfere nas esferas política, social e cultural e coloca novas indagações para a concepção e afirmação dos direitos sociais e humanos, particularmente, o direito à educação. Os coletivos diversos indagam as concepções individualistas de sujeito e de direito. Afirmam concepções coletivas. Indagam as concepções liberais de sociedade aberta e a naturalização das desigualdades sociais, étnicas e raciais. Indagam também os padrões de conhecimento, racionalidade e moralidade com que "as diferenças e os diferentes" são rotulados na escola e nas políticas. A cultura escolar e docente reconhece a presença desses coletivos, porém, resiste a incorporá-los como iguais e tendem a segregá-los e rotulá-los através de padrões de classificação e hierarquização com que opera nossa cultura política e pedagógica. Os velhos padrões sócio-raciais de conhecimento, racionalidade e, sobretudo, de moralidade são retomados, limitando o avanço da igualdade do direito a educação e a conformação da escola pública. Nesse contexto tenso, o ideário liberal que ainda impregna a cultura política e pedagógica brasileiras enfrenta novas pressões e sofre transformações. Essas são algumas reflexões apresentadas na presente comunicação as quais integram uma pesquisa em andamento, realizada com apoio do CNPq.

Título O Ministério Público como mediador no processo de desinstitucionalização da saúde mental

ID 519

Autores Cristina Lobato, Roseni Pinheiro, Felipe Asensi

Resumo: O direito à saúde foi instituído sob a forma de norma de cunho programático na Constituição brasileira de 1988, definindo fins e tarefas do Estado. A concretização deste direito constitucional no âmbito da saúde mental ocorreu em 2001, que disciplina o processo de desinstitucionalização de clientela de longa permanência portadora de transtorno mental, mediante a reinserção social. Para o resgate da cidadania destes, é imprescindível a implantação de políticas públicas. Nesse sentido, os agentes da justiça do Ministério Público são atores relevantes na consolidação do Estado Democrático de Direito por interagirem reflexivamente com a sociedade na defesa de interesses difusos e coletivos. O campo empírico adotado refere-se a intervenção do Ministério Público brasileiro na desinstitucionalização do maior manicômio da América Latina, situado no Rio de Janeiro. O presente estudo de caráter interdisciplinar reflete o desdobramento da pesquisa multicêntrica realizada em municípios de cinco regiões brasileiras, cujas evidências demonstraram que os conceitos de demanda, cuidado e direito à saúde não são plenamente compreendidos de forma congruente entre o Ministério Público, usuários, profissionais e gestores públicos, assim como os conceitos jurídicos nem sempre estão em consonância com a estruturação empírica da saúde. A fase atual da pesquisa explora a atuação do Ministério Público identificando-o como mediador, ator ativo que serve de elo entre os usuários e o direito à saúde mental, a partir da compreensão da sua práxis jurídica.

Título Democracia direta e cidadania: um estudo de caso sobre o orçamento participativo

ID 616

Autores Paulo Peres

Resumo: A literatura sobre cidadania no Brasil, via de regra, considera que o Orçamento Participativo [OP] é uma das principais inovações democráticas nas administrações públicas municipais. Concebida pelo Partido dos Trabalhadores [PT] nos anos de 1980 e aplicada em suas administrações municipais, inclusive em administrações de outros partidos, tal inovação seria especialmente importante porque consistiria em trazer para o campo da prática cotidiana da política um

mecanismo real de democracia direta, vinculado ao processo de participação da população na deliberação acerca da alocação de determinada porcentagem do orçamento municipal em obras consideradas prioritárias pela própria comunidade. Desse modo, o OP seria algo extremamente relevante acima de tudo porque representaria uma “prova empírica” da viabilidade da democracia direta nos interstícios dos arranjos políticos representativos das sociedades contemporâneas. Não obstante, vários desses estudos são excessivamente normativos, de forma que os juízos de valor favoráveis —seja ao PT, seja à idéia de “democracia participativa”— deixaram pouco espaço para avaliações críticas do processo decisório real envolvido no orçamento participativo. Sob tal perspectiva, meu objetivo é apresentar dados retirados de um estudo de caso sobre o OP em Guarulhos, um município da região metropolitana de São Paulo, com a finalidade de avaliar até que ponto essa experiência, de fato, promoveria a democracia direta, bem como os efeitos incrementais sobre a cidadania.

Título Um estudo sobre cidadania e políticas públicas em Porto Alegre

ID 1329

Autores Giseli Paim Costa

Resumo: O presente trabalho apresenta reflexões sobre cidadania e políticas públicas a partir da tese de doutorado intitulada Consciência política e cidadania mediadas pela participação política: um estudo de caso em Porto Alegre. O estudo foi desenvolvido com moradores e trabalhadores de Unidades de Reciclagem de Lixo, em algumas comunidades, na cidade de Porto Alegre-RS. Foram realizados questionários e entrevistas semi-estruturadas, além de uma pesquisa documental para a coleta de informação sobre a realidade pesquisada. Os referenciais teóricos de Sandoval (1989, 1994, 2001) e Melucci (1989, 1994, 2001, 2004), sustentaram nossas análises sobre o impacto das políticas públicas para o exercício da cidadania. Percebemos que as políticas públicas incidem na vida dos indivíduos de modo a configurar valores sociais que permitem aos indivíduos se fortalecerem enquanto atores sociais e políticos, bem como se engajarem, coletivamente, em ações que possibilitem o exercício da cidadania, a emancipação e a qualidade de vida.

Mesa: Sindicalismo, globalização e transformações socio-laborais - 6 de Fevereiro - 18h30 - 314

Moderador: Hermes Augusto Costa

Título Globalização e Relações Laborais em Portugal: Uma Intervenção Sociológica nos sectores Têxtil, Automóvel, Bancário, Telecomunicações e Hotelaria e Restauração

ID 323

Autores Marinús Pires de Lima, Ana Guerreiro, Cristina Nunes

Resumo: Esta comunicação apresenta os resultados do estudo ‘Globalização e Relações Laborais em Portugal’, que se baseiam na aplicação da metodologia da intervenção sociológica, realizada com militantes sindicais, associações patronais, gestores, trabalhadores precários e desempregados, peritos e investigadores, dos sectores têxtil, automóvel, banca, telecomunicações e hotelaria e restauração.

O objectivo da intervenção sociológica foi o de colocar em confronto e reflectir sobre as transformações no sistema de relações laborais, decorrentes dos processos de globalização, com os vários actores sociais. Nestas sessões foram debatidos temas como os das implicações dos processos de globalização no panorama actual das relações laborais (deslocalizações, introdução de novas tecnologias de informação e de comunicação nos modelos de organização do trabalho), da evolução da negociação colectiva, da democracia, participação e representatividade sindical, da precariedade laboral e desemprego e da revisão do Código do Trabalho.

Título A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP): o discurso dessas centrais sobre a precarização do trabalho em 2007, diante do processo de globalização

ID 776

Autores Rodrigo Silva

Resumo: A proposta desta pesquisa foi estudar comparativamente como as maiores centrais sindicais do Brasil e de Portugal estruturaram seus discursos com relação a precarização do trabalho em 2007, tendo como contexto o processo de globalização. Analisamos como e a partir de quais acontecimentos foram formulados os discursos da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e da CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses) sobre a precarização do trabalho, diante do processo de globalização, que afeta cada vez mais, de formas diferentes, os países em questão.

Várias dessas mudanças, que ocorreram no mundo do trabalho, afetaram violentamente a classe trabalhadora, principalmente no aspecto relativo a precarização do trabalho. A devastadora desregulamentação dos direitos do trabalho, o aumento da subproletarização do trabalho que veio com a implementação do trabalho precário, trabalhos temporários, parciais, juntamente com um grande processo de terceirização do trabalho, são fatores fundamentais que favoreceram o processo de precarização nos dois continentes em questão (Europa e América do Sul).

Para estudar o tema proposto, utilizamos os métodos da pesquisa qualitativa. A nossa análise centrou-se no discurso da CUT e da CGTP sobre a precarização do trabalho em 2007, diante da globalização. Escolhemos a análise de discurso (AD), pelo fato dessa metodologia ter como finalidade interpretar as fontes com o objetivo de entender o contexto em que elas foram produzidas. Ao analisarmos os documentos da CUT e da CGTP, no período referido, encontramos discursos ideológicos contextualizados.

Título Tempo de trabalho e ação sindical no Brasil: a Central Única dos Trabalhadores e a expansão do tempo de trabalho na escala do ciclo de vida

ID 839

Autores Revalino Freitas

Resumo: De longa data, a redução do tempo de trabalho em algumas de suas modalidades tem sido uma bandeira do movimento sindical brasileiro e, desde o final dos anos setenta, adquiriu uma presença freqüente na pauta de

reivindicações do movimento sindical, seja pela necessidade de reduzir esse tempo para criar novos postos de trabalho, seja como forma de proporcionar qualidade de vida aos trabalhadores. O texto pretende analisar como se constituiu, na Central Única dos Trabalhadores, o debate acerca da redução do tempo de trabalho a partir de uma de suas modalidades – a da escala do ciclo de vida – e a forma como a questão foi enfrentada. A trajetória da Central desde sua fundação no início dos anos oitenta, determinou de certa forma a política e as ações desenvolvidas com o intuito de atingir os objetivos propostos, o que permite constatar que a questão da redução do tempo de trabalho na escala do ciclo de vida mudou de enfoque nas ações políticas desenvolvidas, levando a uma expansão desse tempo, na mesma proporção em que a Central transitou de uma posição mais conflituosa para uma posição mais pragmática no cenário político e sindical.

Título Para um balanço da actuação do sindicalismo português às transformações das relações laborais
ID 1121

Autores Alan Stoleroff

Resumo: Para uns o sindicalismo português estaria numa fase de crise devido à globalização, com as deslocalizações e a perda de empregos no sector industrial, e à precariedade do emprego flexibilizado e a incapacidade dos sindicatos de encontrar soluções adequadas às transformações económicas e sociais disso derivadas. Para outros trata-se de uma fase de adaptação e reconfiguração. Com a perspectiva de que se está de facto perante riscos de um declínio acrescido e de uma cantonização progressiva da organização sindical, nesta comunicação partilhamos as preocupações teóricas de Richard Hyman e outros quanto às capacidades dos sindicatos em actuar efectivamente como um actor estratégico neste contexto e fazemos uma análise da situação do movimento sindical em Portugal. A análise será centrada nas reacções diversas dos sindicatos à revisão do Código do Trabalho e à reestruturação da função pública. Com base em investigação recente sobre o papel dos sindicatos do sector público na Reforma da Administração Pública portuguesa, a comunicação tenta fazer um balanço da actuação dos sindicatos nas negociações e conflitos e demonstrar canais de acção para o sindicalismo em geral. Uma comparação entre a situação dos sindicatos da função pública e dos sindicatos dos professores e dos médicos especificamente receberá um destaque particular na análise.

Título A crise do sindicalismo brasileiro: o desmonte das lutas sindicais
ID 1500

Autores Elizabeth Regina Negri Barbosa, Josiani Julião Alves

Resumo: O presente trabalho pretende refletir sobre alguns aspectos centrais dos dias de hoje: desemprego, precarização e a participação do trabalhador nos movimentos de massa em face à dificuldade de inserção e reinserção no mercado de trabalho. A evolução ocorrida, desde o século XX, em áreas como a informática, a biotecnologia, a robótica e outros campos, têm modificado de forma substancial as várias instâncias das atividades profissionais. No Brasil, o crescente número de trabalhadores na informalidade apresenta-se como alternativa para a ampliação da geração de renda e para o enfrentamento das situações postas pelas transformações do mundo do trabalho. Para Antunes (2006) o processo de banimento das forças produtivas nas organizações aumenta os mecanismos de individualização das relações de trabalho e assalariamento. O domínio e a conciliação capitalista, como um processo social global, está condicionado integralmente pelo local de trabalho, onde se torna imperioso, aos olhos do capital, que se mine a união entre os trabalhadores não permitindo a sua organização identitária que faz com que um se sinta aliado do outro na luta pelos direitos, no intuito de diminuir as assimetrias sociais. A representação sindical, nesse contexto, encontra dificuldades de enfrentamento com a terceirização, modelo utilizado pelo capital, para maior acumulação de riquezas. Os direitos sociais dos trabalhadores temporários e/ou na informalidade se apresentam circunscritos com relação às garantias contidas na CLT. Os movimentos sindicais excluídos do debate sobre as questões do trabalho, vêem o enfraquecimento de seu poder de pressão sobre as empresas e a desmobilização da categoria.

Trabalho, Profissões e Organizações

Mesa: Saberes, competências e identidades na educação formal e não formal de grupos profissionais - 4 de Fevereiro - 19h - 211

Moderador: José Augusto Palhares

Título Saberes profissionais e escola
ID 1644

Autores Naira Lisboa Franzoi

Resumo: O trabalho ora apresentado inscreve-se na continuidade de meus estudos de doutoramento. A partir da conclusão da tese, que discute trajetórias e identidades profissionais de trabalhadores com baixa escolaridade, coloca-se a questão sobre o corpus de saberes que embasam as diferentes profissões, e como estes saberes se produzem. É com esta grande interrogação que empreendo esta pesquisa, que tem por objetivo estudar as conexões entre os saberes profissionais de um grupo específico – pescadores – e escola. Como referencial teórico, utilizam-se autores que problematizam, ou contribuem indiretamente para pensar-se sobre a implicação do sujeito trabalhador em diferentes situações de trabalho e as relações entre o saber produzido nestas situações e aqueles produzidos na escola. O campo empírico é uma escola para jovens filhos de pescadores na região sul do Brasil. Estando a escola inserida em uma comunidade específica, trata-se de compreender os diálogos que se estabelecem entre escola e economia e cultura locais. Dentre os objetivos da escola, está o de estimular políticas para o setor da pesca, bem como o de valorizar a comunidade pesqueira e seu trabalho.

Foram realizadas entrevistas em profundidade com alunos, professores e gestores da escola, bem como observações de campo, além de pesquisa documental sobre a escola. Chama atenção no depoimento dos alunos, por exemplo, o fato de que muitos deles abandonam outras escolas para passar a frequentar a escola. Ao contrário desta, as escolas que

freqüentavam, como referem, faziam-nos se sentir incapazes e desenvolviam nos mesmos uma relação de distanciamento e desinteresse frente a um conhecimento que, em grande parte, faz parte de seu dia-a-dia. À profissão de pescador é atribuído novo significado pelo simples fato de ser criada uma escola para pescadores na comunidade.

Tais constatações nos remetem às contribuições teóricas de Bernard Charlot, Gerard Malglaive, Acácia Kuenzer dentre outros. Têm-se aí importantes indicativos para se refletir sobre a inteligibilidade dos conhecimentos que a escola propõe, a relação dos sujeitos com o saber, os sentidos que os alunos atribuem aos mesmos, os recursos que mobilizam para esta aprendizagem, e a relação entre teoria e prática. Embora nesta fase da pesquisa sejam apenas levantadas algumas hipóteses, tais elementos são discutidos.

Título O Modelo de Competências: entre o pragmatismo e o tecnicismo

ID 1650

Autores Marise Ramos

Resumo: Analisada em sua configuração contemporânea, os fundamentos teóricos da “pedagogia das competências” apóia-se numa epistemologia para a qual as aprendizagens significativas são aquelas que o indivíduo realiza por si mesmo, dirigidas por seus próprios interesses e necessidades. Incorporando a idéia da construtividade do conhecimento, as competências seriam essas estruturas ou os esquemas mentais responsáveis pela interação dinâmica entre os saberes prévios do indivíduo – construídos mediante as experiências – e os saberes formalizados. Nesse sentido, é mais importante que o estudante desenvolva um método de aquisição, elaboração, descoberta, construção de conhecimentos, do que venha a aprender os conhecimentos descobertos e elaborados por outras pessoas. Sendo este o seu fundamento teórico, identificamos, no campo empírico, uma incoerência, posto que esse modelo, quando convertido em política e prática pedagógica, especialmente na educação profissional, manifesta-se como um novo tecnicismo educacional. Isto devido à descrição de atividades de trabalho que pressupõem uma estabilidade do processo produtivo, tanto em seu desenvolvimento factual – nenhuma ocorrência de eventos – quanto na perspectiva de evolução ou alterações tecnológicas e organizacionais. Este texto aborda os fundamentos teórico-empíricos da pedagogia das competências e apresenta os resultados de uma pesquisa que procurou investigar as referências epistemológicas e pedagógicas que orientam concepções e práticas as escolas técnicas do sistema único de saúde do Brasil baseadas em competências, buscando identificar a pertinência da hipótese que compreende a pedagogia das competências como uma atualização do escolanovismo, cuja base epistemológica é o pragmatismo, com novas problemáticas postas pelo (neo)pragmatismo, resultando, entretanto, no plano empírico, em um (neo)tecnicismo.

Título Cultura profissional: a construção de um objecto científico interdisciplinar

ID 48

Autores Telmo H. Caria

Resumo: A polissemia das noções de cultura e profissão e as múltiplas tradições das CS que trataram estes dois conceitos obrigam a um especial cuidado e rigor teórico-metodológico para que o objecto “cultura profissional” sirva o propósito de ser âncora de uma problemática que pretende tratar as relações entre educação, trabalho e conhecimento em grupos profissionais com elevado capital escolar. Esta problemática tem vindo a ser desenvolvida por um grupo/linha de investigação, sediado no norte de Portugal (grupo aspti:) cujos estudos se pretendem divulgar através desta comunicação.

Título Reconstrução de identidades profissionais em contexto de mudança institucional: uma contribuição psicossociológica

ID 1620

Autores Amélia Lopes

Resumo: Em tempos que continuam a ser de mudança acelerada, de cruzamento de culturas, de questionamento de legitimidades antes “naturais” e de alterações profundas nas formas de ser e conviver, e passadas quase duas décadas de uso intenso do termo identidade para dar nome a problemas e soluções, é ainda importante falar dela, esclarecer os seus contributos, perceber o seu carácter apelativo.

Nesta comunicação, integrada na mesa “Saberes, competências e identidades em educação formal e não formal de grupos profissionais”, tentaremos explicitar o contributo dos estudos sobre a identidade para os grupos profissionais. A docência, profissão em que os saberes e as relações humanas ocupam um lugar central, servir-nos-á de pretexto e às vezes de texto.

Começaremos por cartografar as principais linhas que desenham hoje o campo dos estudos sobre a identidade, com o objectivo de situarmos, no mapa traçado, o nosso ponto de vista, o qual será posteriormente exposto.

Com o objectivo de explicitar os contributos centrais dos estudos da identidade para os grupos profissionais, analisaremos, então, as peripécias a que tem estado sujeita a (re)construção das identidades profissionais dos professores nas duas últimas décadas, dando conta do modo como os estudos sobre a(s) identidade(s) dos professores se têm desenvolvido com essas e nessas peripécias, nomeadamente aproximando-se dos estudos sobre o profissionalismo e a profissionalização.

Finalizaremos, expondo sobre as relações a estabelecer entre: saberes, competências e construção de identidades; construção de identidades e profissionalização; educação formal e não formal e construção de identidades.

Mesa: Trabalho e Empreendedorismo: diferentes visões - 4 de Fevereiro - 19h - 212

Moderador: Patrícia Sousa

Título A incubadora tecnológica de cooperativas populares (ITCP/FURB) - consolidando a economia solidária em Blumenau e região

ID 25

Autores Edinara Terezinha de Andrade, Lorena de Fátima Prim, Nazareno Loffi Schmoeller, Lucinéia Sanches, Carina Soares

Resumo: A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/FURB) é um programa vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão da Universidade Regional de Blumenau e lotado no Instituto de Pesquisa Sócios (IPS). Constituída em 19 de novembro de 1999 como uma linha de extensão universitária que disponibiliza um núcleo básico interdisciplinar formado por quadro docente, discente e técnico. Procura socializar o conhecimento da academia junto aos setores populares, para que consigam não só uma melhor inserção social no plano de trabalho como avançar na conquista da cidadania plena. Tem como objetivo central implementar, por meio da metodologia de incubação, Empreendimentos de Economia Solidária (EES), que buscam ações de geração de trabalho e renda para desempregados, trabalhadores informais e em risco de desemprego, com base nos princípios da Economia Solidária. A metodologia de trabalho busca aproximar a universidade e o conhecimento nela produzido, da sociedade em geral e de trabalhadores em particular, que vêem na organização associativa, uma alternativa de trabalho e de geração de renda. Atuando através de equipes de trabalho têm em sua estrutura as equipes de: mobilização, capacitação, organização e gestão e viabilidade econômica. A ITCP/FURB integra a Rede Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, atua como membro fundador do Fórum Catarinense de Economia Solidária, apóia e participa do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e neste, do Grupo de Trabalho de Formação em Economia Solidária.

Título Feira livre: organização, trabalho e sociabilidade

ID 153

Autores Leny Sato

Resumo: Essa apresentação descreverá os processos cotidianos que organizam o trabalho na feira livre. O estudo empírico valeu-se de documentos, entrevistas e fotografias obtidos em prolongada convivência numa feira da cidade de São Paulo (Brasil).

Em São Paulo, a feira livre existe desde o início do século XX. Atualmente instalam-se mais de cem feiras livres por dia. Esse trabalho gera renda para aproximadamente quarenta mil pessoas.

A feira é espaço de trabalho, estético e de lazer. Por ser um comércio itinerante, obriga o feirante a situar-se em diferentes contextos (econômico, social, cultural e organizativo) a cada dia. Para organizar o trabalho, o feirante considera dois âmbitos organizativos: o da feira (conjunto de bancas) e o da própria banca (a unidade produtiva. A multiplicidade de formas adotadas para organizar a banca vincula-se às diferentes combinações de sentidos de tempo (da natureza, o social e "do relógio").

A organização da feira dá-se: por redes de relações sustentadas na cooperação e na competição; na construção de regras tácitas e em micro-acordos; por meio de arranjos, combinações e permutações nas formas de realizar o trabalho; por vínculos de trabalho misturados aos de vizinhança, familiares e de amizade. Essa forma de organização facilita adaptações contínuas ao ambiente.

Além dos feirantes, a feira acolhe ampla gama de trabalhadores pobres: ambulantes, carregadores, vendedores de insumos aos feirantes, vendedores de café e de rifa, fornecedores de dinheiro trocado e catadores de papelão.

Título O ensino do empreendedorismo: explorando tendências recentes do mercado de trabalho e da formação profissional

ID 314

Autores Antonia de Lourdes Colbari

Resumo: As recentes mudanças na dinâmica do mercado de trabalho e no perfil dos trabalhadores, em curso na sociedade brasileira, têm alimentado o discurso que enfatiza a importância da educação empreendedora a ser implementada em diversas modalidades do ensino — básico, superior e profissionalizante — e em ações e programas de qualificação e de treinamento profissional. Partindo da constatação de que o Brasil apresenta uma alta propensão a empreender, este estudo problematiza alguns aspectos da proposta de ensinar empreendedorismo, no intuito de contribuir para a compreensão das razões de sua propagação, no decorrer das últimas décadas, bem como explicitar seus fundamentos teóricos e valorativos, nos quais se destaca uma modalidade específica de apropriação do ideário pedagógico construtivista. A pesquisa valeu-se de fontes bibliográficas e documentais e de dados secundários obtidos em instituições como o Global Entrepreneurship Monitor (GEM), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). O texto estrutura-se em quatro seções: a primeira aborda alguns aspectos do perfil do empreendedor brasileiro; a segunda resgata elementos associados à imagem do empreendedor, sobretudo no discurso normativo-prescritivo que alimenta os debates sobre o assunto nos meios de comunicação e na literatura dirigida à gestão das empresas; a terceira analisa aspectos históricos e pedagógicos do ensino do empreendedorismo; e a quarta discute o sentido desta proposta de ensino, no contexto de novas referências valorativas e ideológicas que acompanham as mudanças na dinâmica das organizações, do mercado de trabalho e dos modelos de desenvolvimento.

Mesa: Organização e "novas" formas de poder - 5 de Fevereiro - 11h15 - 217

Moderador: Ana Gomes

Título Trabalho imaterial, poder emocional e desigualdade

ID 65

Autores Daniel Andrade

Resumo: O trabalho imaterial caracteriza-se por não possuir um conteúdo definido e envolver qualidades inseparáveis do trabalhador e obtidas fora do ambiente do trabalho (capacidades comunicacionais, relacionais, afetivas, criativas etc.). Tal trabalho é capaz de criar, além de produtos materiais, produtos intangíveis como sentimentos de confiança, segurança, conforto e cooperação. Seu alvo pode ser tanto os clientes, numa relação de produção-consumo, como os parceiros corporativos, no caso do trabalho em equipe ou em rede. Devido a suas características intrínsecas, o controle dessa forma

de trabalho não pode se dar pelo poder disciplinar, mais apropriado a formas fixas de atividade, com conteúdo definido e menor autonomia de decisão. Por depender sobretudo do engajamento subjetivo de quem o executa, o trabalho imaterial recorre a novas formas de controle, entre elas o controle emocional. O controle emocional operacionaliza situações sensoriais e afetivas com o objetivo de incentivar e fidelizar clientes e motivar funcionários. Trata-se de uma técnica de poder que busca, por meio da administração do corpo vivido, desencadear formas de comportamento econômico no trabalho e no consumo. São exemplos de formas de controle emocional as técnicas de motivação, a cultura organizacional, a customização de serviços e produtos, as estratégias de relacionamento com clientes, os cursos de formação de competências atitudinais e comportamentais, entre outros. O aumento de demanda por performances emocionais já começa a objetivar a maior ou menor capacidade de modulação afetiva dos trabalhadores em escalas de inteligência emocional, desqualificando profissionalmente os menos aptos e criando novas formas de desigualdade.

Título Um modelo de análise de relações euro-africanas em contextos organizacionais moçambicanos - contributo para uma reflexão

ID 141

Autores João Feijó

Resumo: A deficiente avaliação da heterogeneidade cultural e da interação entre indivíduos e grupos portadores de diferentes códigos culturais tem contribuído para a criação de toda uma série de barreiras, incompreensões e outros entraves à comunicação e à cooperação, nomeadamente ao nível da gestão das organizações multinacionais e joint-ventures.

A maioria dos intercultural e cross-cultural studies vem incidindo sobre as relações entre europeus (ou no continente europeu), norte e latino americanos ou de populações do sudeste asiático, constatando-se um défice de análises das relações entre africanos e europeus ou entre africanos e asiáticos, e respectivos descendentes, em especial na África lusófona.

Num momento em que se assiste, em Angola e Moçambique, a um renovado interesse de empresários estrangeiros (com destaque para portugueses e chineses), urge problematizar novos modelos de análise da realidade intercultural. Um modelo de análise do relacionamento intercultural em contextos africanos deverá ser adaptado a contextos marcados pela existência de diferentes orientações culturais dos actores sociais e por fortes assimetrias ao nível da distribuição de recursos de poder.

Este artigo pretende estruturar um conjunto de dimensões relacionadas com a cultura e com o poder, capazes de proporcionar a compreensão do relacionamento intercultural, em contexto organizacional, entre populações africanas e europeias na África lusófona. No campo da cultura, pretende-se distinguir diferentes orientações, estruturadas em torno dos eixos: distância vs proximidade hierárquica; individualismo vs colectivismo; performance vs bem-estar; e legalidade vs patrimonialidade. No campo do poder trata-se de considerar as (des)igualdades ao nível da distribuição de recursos, nomeadamente em termos económicos (salários, incentivos e benefícios) e não económicos (promoções, autonomia, participação, aprendizagem e reforço positivo).

Título Maior dominação e uma nova configuração de poder na escola

ID 259

Autores Geraldo Dias Ramos Ramos

Resumo: As organizações de trabalho profissional têm-se estruturado na autonomia, na autoridade e no poder profissional. Por sua vez, a lógica dos profissionais é para a monopolização e o fechamento aos grupos de interesses externos.

Foi dominante a premissa profissional de que os “públicos” seriam incompetentes para julgar, avaliar e controlar a qualidade dos serviços: tal premissa, socialmente legitimada, promoveu a autoridade e o poder profissional. Agora, surgem os “públicos” a definirem as suas necessidades e a entrarem na gestão da organização; os grupos de interesses externos entram na coligação do poder organizacional.

O predomínio da autoridade profissional favorece a igualdade em vez da hierarquia. Na escola pública, acrescenta-se a impessoalidade e igualdade burocráticas. A modalidade consensual de progressão cilíndrica—não gerando incertezas, interdependências, nem escassez de recursos organizacionais—manteve padrões de baixa conflitualidade interna: uma cultura igualitária gregária, uma forte identidade, uma elevada coesão e o poder colectivo.

Julgamos estar em processo de instalação um aparato de poder visando efeitos económicos (racionalização, eficiência e eficácia) e políticos (neutralizar os contra-poderes) assente na produção e circulação de informação, na visibilidade e na calculabilidade—poder disciplinar—facilitando o exercício do poder de recompensar e de punir.

As mudanças introduzem (1) maior centralização do poder na organização; (2) maior escrutínio e avaliação (interna e externa); (3) linhas concorrenciais que estimulam as lutas pelo poder, a competição, a diferenciação, a individualização e a selecção. Consequentemente, há condições para a diminuição da autonomia e do poder profissional e sindical.

Título Formas e importância da aprendizagem organizacional

ID 293

Autores Orlando Petiz Pereira, Maria João Assoreira Raposo

Resumo: Na presente economia do conhecimento, o acesso e a utilização eficiente da informação é uma condição necessária para o sucesso das organizações. Estas, já dão sinais de sensibilidade para os diferentes processos de aprendizagem, nomeadamente para a organizacional, porque ela é um processo complexo e interactivo de acesso, utilização, difusão e produção de conhecimento, cujos efeitos extravasam as organizações e invadem as sociedades. Mas, o sucesso de tal processo depende, entre outras, da aprendizagem para se trabalhar em grupo, da aprendizagem da motivação e da aprendizagem para uma comunicação aberta, assertiva e objectiva, cujas aquisição, distribuição e implementação do conhecimento, são três importantes fases do processo da aprendizagem organizacional.

Baseados no pressuposto de que a aprendizagem organizacional influencia positivamente o ambiente inovador e que estes têm efeitos positivos sobre o desempenho individual, grupal e organizacional, o presente trabalho debruça-se sobre a análise de casos de empresas fornecedoras de produtos intensivos em conhecimento. Por recurso à informação primária, resultante de um inquérito próprio e que está em circulação desde Maio de 2008, o seu objectivo é identificar as suas

formas de aprendizagem organizacional, medir o seu valor e identificar os seus efeitos sobre o desenvolvimento económico-social.

O trabalho apresenta a seguinte estrutura metodológica: no primeiro capítulo fazemos um enquadramento teórico sobre a aprendizagem organizacional; no segundo capítulo fazemos o tratamento dos dados, com o suporte estatístico SPSS e apresentamos os principais resultados. Por fim, com base na produção das principais conclusões, apresentaremos pistas de reflexão futura.

Título Os Direitos Humanos e o Trabalho na Perspectiva da Economia Solidária no Brasil

ID 1005

Autores Cristiano Lima

Resumo: Este artigo busca, em síntese, contribuir com a análise da emergência da ampliação e revisão dos direitos humanos relacionados com o trabalho. Com a preocupação de desvendar a acepção de trabalho expressa na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, que se encontra ancorada num determinado paradigma de produção forjado no contexto da industrialização, toma-se como ponto de partida a formação da sociedade salarial, para se perceber o contexto em que se esboçou a configuração dos direitos humanos e, em especial, o direito do trabalho. Na seqüência, analisa-se o Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, em especial os artigos 6º ao 10º, para se indicar em que medida este Pacto equaciona intrinsecamente o trabalho com a esfera económica, deixando de considerar outras dimensões do desenvolvimento social e humano que aquele tem a si atribuído. À luz das experiências de outras formas de trabalho promovidas pela economia solidária no Brasil, constata-se a necessidade de ampliação da concepção de trabalho nos direitos humanos, para que estes possam vir a constituir um novo sistema de regulação social que implique o reconhecimento de outras relações sócio-económicas distintas da relação capital/trabalho, como portadoras de uma cidadania ativa.

Mesa: Políticas de gestão de recursos humanos - 5 de Fevereiro – 14h30 - 206

Moderador: João Feijó

Título Das fontes de satisfação no trabalho à satisfação organizacional

ID 270

Autores Laureano Freixo, Nelson Lima-Santos

Resumo: Assumindo-se o trabalho como o modo crucial do agir humano (Lima Santos, 1995) e como a actividade nuclear da vida dos indivíduos (Lima Santos & Pina Neves, 2001, Silva, 2007), daí poderá resultar o modo como se organizam, o espaço onde se movimentam e a forma como ocupam o seu tempo (Lima Santos & Pina Neves, 2001).

Neste quadro, tendo ainda em consideração variáveis individuais, laborais e sócio-organizacionais, a forma como é percebido o esforço e o investimento pessoal, as características e o reconhecimento do trabalho(r), remetem nos para uma dimensão psicossocial que compreende as fontes mais importantes que fundam a satisfação organizacional (Freixo & Lima Santos, 2006).

Então, e no seguimento de trabalhos anteriores, realizamos, numa empresa metalúrgica do norte do país, com uma amostra de 309 trabalhadores, um estudo com as seguintes características: (i) adaptação e validação de uma nova Escala de Satisfação Organizacional (Freixo & Lima Santos, 2006b), com a introdução de novos itens, que procuraram operacionalizar aspectos considerados relevantes da empresa-alvo; (ii) realização de estudos diferenciais para avaliar a satisfação dos trabalhadores, constatando-se a existência de diferenças nas variáveis idade, escolaridade, antiguidade, função na empresa, nível de qualificação, tipo de contrato, local de trabalho, tipo de chefia e autonomia; (iii) investigação, em função do grau de satisfação global, das fontes de satisfação mais relevantes para os 25% dos trabalhadores mais e menos satisfeitos, tendo-se concluído pela maior importância da “segurança de emprego” para os trabalhadores mais satisfeitos e da “remuneração” para os menos satisfeitos.

Título Precarização do trabalho docente nas universidades públicas federais brasileiras

ID 487

Autores Vera Lúcia Jacob Chaves

Resumo: Esta comunicação objetiva apresentar uma análise sobre o processo de precarização do trabalho docente nas Instituições Federais de Ensino Superior e sua relação com a política de expansão da educação superior pública, com ênfase em duas ações governamentais adotadas no Brasil: a instituição da Gratificação de Estímulo à Docência, no governo de Fernando Henrique Cardoso e a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais e do Banco de Professores Equivalentes, no governo de Luis Inácio Lula da Silva. Compreendemos que a contra-reforma da educação superior brasileira em curso é parte da reforma administrativo-gerencial do Estado e tem por finalidade ajustar suas ações para adequá-lo à nova ordem internacional do capital cuja centralidade fundamenta-se na redução orçamentária para a implementação das políticas sociais. Concluímos que a política de expansão adotada no Brasil, instituiu um novo modelo de organização e gestão nas universidades públicas fundamentado no paradigma gerencialista de administração via contratos de gestão, com vistas a ajustar essas instituições à lógica produtivista de privatização e mercantilização de bens e serviços académicos. Princípios como flexibilidade, racionalidade, produtividade e competitividade foram adotados no interior das universidades públicas com vistas à contenção dos gastos públicos transformando sua função social mediante a quebra da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão e, ao mesmo tempo, tem criado as condições objetivas para a intensificação e precarização do trabalho docente tanto pela submissão a critérios de produtividade, como pelas formas de contratação e aumento da relação aluno-professor na sala de aula.

Título Diversidade Étnica e os negros na organizações: um estudo em Betim

ID 510

Autores Juliana Gertrudes Borges, Ronaldo André Rodrigues da Silva, Maria de Fátima Pereira Rossi

Resumo: O objetivo neste artigo consiste em identificar, analisar e mapear as trajetórias e expectativas dos negros em relação às atividades profissionais e do trabalho nas organizações do município de Betim/MG. Procura, com isso, contribuir para com o debate sobre questões como a diversidade nas organizações, as oportunidades de trabalho, as expectativas e a inserção dos negros no mercado de trabalho. Pelas estatísticas oficiais os negros (pretos e pardos) representam 47% da população total brasileira (IBGE, 1991). Uma compreensão da complexidade da inserção, permanência e promoção do negro no mercado de trabalho brasileiro deve ser realizada e levar em conta aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais que os afro-descendentes desempenham ao longo da história do País. Com base em uma metodologia qualitativa-descritiva, foram pesquisados documentos oficiais e entrevistados responsáveis pelas áreas de Recursos Humanos e trabalhadores negros em cargos diretos. Os resultados encontrados deixam evidente que existe espaço para os negros em cargos diretos por parte das organizações industriais de Betim. Considerando que ainda são poucas as pesquisas sobre o tema, e, sobretudo na região, espera-se que este trabalho contribua com informações importantes para novos questionamentos e pesquisas na área.

Título Condições de Trabalho e Necessidades Formativas: Estudo com Familiares de Crianças de Escolas Públicas Brasileiras de Periferia Urbana

ID 572

Autores Paulo Eduardo Gomes Bento

Resumo: Atualmente, as sociedades humanas estão passando por profundas transformações. As inovações tecnológicas e organizacionais (automação microeletrônica, informática, a crescente difusão das telecomunicações) têm impactado todos os setores da sociedade, incluindo o mundo do trabalho.

Nesse novo contexto onde o acesso à informação e ao conhecimento é fundamental, aumentam as possibilidades do aprofundamento das desigualdades sociais, especialmente em países como o Brasil, país onde essas desigualdades (econômicas, sociais e educacionais) ainda permanecem enormes.

Cada vez mais o acesso à educação e à escolaridade formal de qualidade tem um papel fundamental para o combate às desigualdades e à exclusão social.

É fundamental a existência de políticas públicas para garantir uma sociedade da informação e do conhecimento para todas as pessoas.

Esse artigo tem por objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa com familiares de alunos e alunas de três escolas públicas de periferia urbana de uma cidade do interior do Estado de São Paulo, Brasil. O objetivo da pesquisa foi caracterizar o tipo de emprego que estão exercendo, o grau de escolaridade, e o tipo de necessidades formativas que esses familiares têm e como eles vêem o papel que a escola do bairro onde suas crianças estudam tem para ampliar a sua escolaridade.

Essa pesquisa faz parte de um estudo mais amplo que busca avaliar os resultados iniciais da implantação do Projeto Comunidades de Aprendizagem nessas três escolas citadas.

Além de aprofundar o conhecimento teórico/acadêmico, a pesquisa busca também poder contribuir na formulação de políticas públicas municipais para o combate da exclusão social.

Mesa: Reestruturação, Desemprego e Novas Competências - 5 de Fevereiro – 14h30 - A2

Moderador: Cristina Parente

Título Reestruturação das telecomunicações no Brasil, trabalho e a constituição de competências industriais

ID 743

Autores José Eutáquio de Brito

Resumo: Fundamentado na abordagem ergológica da atividade de trabalho, o texto analisa o processo de formação de competência industrial de operadores que desenvolvem suas atividades na prestação de serviços a usuários da telefonia fixa de uma empresa de telecomunicações brasileira. Aborda a transição do regime de propriedade do setor de telecomunicações decorrente da privatização ocorrida no final da década de 1990 e focaliza as opções de estratégia de gestão que resultaram na adoção da terceirização como uma norma a presidir as relações de trabalho em vários segmentos da empresa. Partindo de uma compreensão abrangente acerca do fenômeno da competência, o texto problematiza a política de certificação de competências praticada pela empresa, apontando seus principais limites. Por essa razão, busca responder as seguintes questões: Quais são as formas de reconhecimento e validação social dos saberes constituídos no cotidiano das situações de trabalho vivenciadas por engenheiros, técnicos e operadores a partir da interação com o meio de trabalho? Que estratégias são desenvolvidas pelos trabalhadores para transformar suas competências industriais em formas de pressão social, política e econômica visando à transformação das normas que incidem sobre suas atividades de trabalho? O texto conclui que, não obstante o conjunto de restrições impostas pela empresa, os trabalhadores recriam o meio de trabalho e suas normas mediante a construção de uma linguagem de um novo gênero sobre o trabalho, condição para o desenvolvimento de uma ação política transformadora.

Título As atividades sócio-intelectuais na construção do consenso do trabalhador

ID 791

Autores Cleonice Lopes Nogueira Nogueira

Resumo: No contexto de reorganização das relações econômicas, o grande capital transnacional promove mudanças produtivas, na perspectiva de tornar o trabalho mais produtivo. Diante desse fenômeno, este estudo tomou para análise as indústrias manufatureiras de João Pessoa/PB/Brasil, dedicando-se a identificar as novas configurações das funções organizadoras do controle e da cultura do trabalho, atentando para o conteúdo dessas práticas político-pedagógicas de geração do consentimento do trabalhador. Foram pesquisados empresários e gerências de Recursos Humanos de dez indústrias de grande e médio da Paraíba. Os resultados indicaram uma nova dinâmica de composição entre funções,

combinando atividades de produção de riqueza e ações administrativas de reprodução das relações de trabalho, a partir de um conjunto de mecanismos construtores de relações simbólicas que alteram a identidade da classe do trabalhador. As funções intelectuais são transformadas em sistemas de funcionamento da empresa, a partir dos saberes, apropriados das atividades intelectuais pelo capital e transferidos para o operariado por meio de sistemas de autogestão, autocontrole e capacitação. As práticas de coesão e controle são repostas por mecanismos sócio-psicológicos que incidem sobre os sentimentos, emoções e auto-estima do trabalhador.

Título A relação trabalho e educação no contexto empresarial

ID 1049

Autores Marta Regina Farinelli

Resumo: A presente investigação visa conhecer o processo que se efetiva na relação entre o trabalho e a educação nas indústrias de calçados de Franca - São Paulo – Brasil. Considerou-se para o estudo o momento histórico, político e econômico atual. A proposta ensejou consultas sobre o mundo do trabalho e a educação do trabalhador, cuja finalidade foi apreender como as relações de produção educam o trabalhador para o trabalho, destacando a influência dos valores e interesses da classe dominante nesse processo. Para maior compreensão da relação estabelecida entre trabalho e educação fez-se necessário resgatar a história da organização dos trabalhadores e sua vinculação com o processo educativo, desde suas origens até o momento atual, ressaltando a concepção da sociedade sobre a educação do trabalhador, inserindo Franca neste contexto. A análise dos dados levantados, aliada à prática profissional da pesquisadora desenvolvida nessas indústrias, possibilitou a compreensão da trajetória do trabalhador e as formas como este foi se definindo e redefinindo dentro da organização. Permitiu, ainda, constatar que o olhar sobre o trabalhador e deste sobre si mesmo ao longo do processo histórico assume várias dimensões, estabelecendo contornos mais favoráveis ao seu desenvolvimento pessoal e social. A investigação indica caminhos aos educadores que atuam na área organizacional e se deparam com novos desafios em sua jornada profissional visando contribuir com o trabalhador enquanto ator político e sujeito principal do processo de construção da sociedade.

Título Novas profissões, expectativas e motivações na sociedade contemporânea: uma contribuição para o sector de gastronomia no Brasil

ID 1356

Autores Nilma Paula

Resumo: A mundialização enquanto facilitador da disseminação de informações gerou uma maior necessidade por profissionais especializados nas mais diferentes áreas. A gastronomia, uma dessas áreas, ocupa papel relevante nas esferas doméstica e comercial das relações humanas. Este artigo tem por objetivo refletir sobre a nova prática profissional requerida pelo setor de gastronomia no Brasil. Considera as características da sociedade contemporânea no que concerne às práticas e hábitos alimentares, bem como às novas demandas do mercado por profissionais qualificados quando até recentemente o saber prático era suficiente. Analisa, sob a perspectiva da teoria de satisfação e motivação no trabalho, as expectativas e avaliação do exercício profissional nas diversas categorias que compreendem o setor de gastronomia. Pesquisa de caráter qualitativo realizada junto a seis chefs de cozinha profissionais e seis chefs de cozinha práticos. Utiliza da técnica de Grupo Focal e da análise de conteúdo para obtenção das informações necessárias para atender seu objetivo maior.

Título O desemprego e as políticas de emprego e renda do governo federal no período recente: uma análise da gestão Fernando Henrique Cardoso

ID 1563

Autores Jorge Souza Alves, Eliana Monteiro Moreira

Resumo: Na década de 1990, a economia brasileira foi fortemente afetada pelas transformações nas estruturas produtivas, nas formas de organização e gestão da produção e do trabalho, e nas relações de trabalho, que alteraram profundamente o mercado de trabalho. Um dos fenômenos que mais chamou a atenção foi o aumento do desemprego, que cresceu de forma vertiginosa já nos meados da década. A partir de diagnósticos sobre as causas do desemprego no país, o Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) lançou várias medidas voltadas para a geração de emprego e renda no país, mas, entretanto, não lograram êxito. O objetivo do presente artigo é analisar os fatores que contribuíram para o crescimento deste fenômeno que marcou a realidade brasileira nesta década, à luz das principais teorias econômicas e sociológicas, bem como das políticas de geração de emprego e renda empreendidas nas duas gestões do Governo FHC (1995/1998 e 1999/2002). Uma das conclusões à que se chegou foi de que o insucesso dessas políticas está associado aos equívocos nos diagnósticos oficiais, interferindo diretamente nas políticas implementadas, que encontraram muitos obstáculos e ficaram muito aquém do que se esperava, pois atuaram marginalmente sobre a demanda e a oferta de força de trabalho, bem como sobre os principais grupos sociais afetados. Soma-se à isto também o fato de terem sido postas em prática num contexto de estagnação econômica.

Título Trabalho e controle: um estudo sobre as empresas de telemarketing no Brasil

ID 1008

Autores Fabio Dias

Resumo: Cada vez mais presente em nosso cotidiano, as empresas de telemarketing vem sendo alvo de muitos estudos em sociologia do trabalho no Brasil. Os temas abordados pelos sociólogos brasileiros são vários: vão desde a questão do trabalho feminino até a discussão sobre a condição de classe dos que trabalham em tais empresas. Nesta comunicação, teremos como objetivo enriquecer ainda mais os estudos sobre as condições de trabalho no telemarketing, ao analisar as formas de controle que elas exercem sobre seus trabalhadores (operadores) no Brasil. Argumentamos nessa comunicação que o controle nessas empresas se exerce através das novas tecnologias informacionais, da relação “corpo a corpo” entre supervisores e operadores, bem como através da utilização dos scripts (roteiros que guiam o atendimento entre operadores e clientes). Controlados nesses três planos, os operadores de telemarketing muito longe de poderem desempenhar uma atividade criativa e enriquecedora, acabam por realizar uma forma de trabalho altamente repetitiva e robotizada, pois o

controle do trabalho nessas empresas se exerce para garantir a total (ou quase total) padronização do trabalho – que, devido às exigências por produtividade, demonstra ser uma maneira eficaz de se conseguir obter as metas num tempo médio de atendimento cada vez menor. Contudo, nossa pesquisa também se indaga sobre os efeitos do controle empresarial sobre a disposição política dos trabalhadores em se organizarem em sindicatos. Concluímos que por ser um trabalho onde o controle é intermitente, a participação desses trabalhadores em sindicatos é bastante débil, porque as empresas impedem que eles mantenham relações entre si.

Mesa: Trabalho e fronteiras de (i)legalidade - 5 de Fevereiro - 14h30 - 210
Moderador: Telmo Caria

Título Trabalho, contrabando e clandestinidade: as transformações das práticas sociais na fronteira do Brasil com o Paraguai

ID 10

Autores Eric Cardin

Resumo: O objetivo desta comunicação é apresentar e problematizar as transformações ocorridas nas práticas de trabalho dos sujeitos sociais responsáveis pelo transporte de mercadorias adquiridas no mercado de Ciudad Del Este, Paraguai, e vendidas, sem a devida taxação de impostos, no Brasil. Ao longo das últimas três décadas, o serviço dos “laranjas”, como são denominados esses trabalhadores na Tríplice Fronteira (área de confluência dos limites do Brasil, Paraguai e Argentina), foi considerado “natural” e construtor de uma moral própria na região referida, todavia o aumento do rigor das políticas de fiscalização da Receita Federal brasileira exigiram mudanças radicais na maneira de atuar dessas pessoas, fazendo com que uma atividade considerada “normal” começasse gradativamente a ser criminalizada e colocada na clandestinidade no início do século XXI. Através de estudos qualitativos realizados com um conjunto de trabalhadores o presente estudo analisou o impacto de tais transformações no cotidiano destas pessoas, observando os aspectos identitários, relacionais e próprios do universo de trabalho na fronteira. Neste sentido, constatou-se que os antigos e tradicionais percursos trilhados pelos “laranjas” durante suas laborações foram substituídos por novos trajetos e novas relações, mais obscuras e mais próximas das desenvolvidas pelo tráfico de armas e de drogas. Logo, práticas sociais que eram aceitas começaram a ser observadas com ressalvas, fazendo com que a precariedade existente nas formas de atuar refletissem no olhar destes trabalhadores referente ao mundo e a eles mesmos.

Título Mobilidade da força de trabalho brasileira na fronteira Brasil-Paraguai

ID 309

Autores Daline Moina Matsunaka Dutra, Jones Dari Goettert, Silvana de Abreu

Resumo: A fronteira entre as cidades de Ponta Porã (Mato Grosso do Sul – Brasil) e Pedro Juan Caballero (Amambay – Paraguai) se caracteriza por se constituir como “fronteira seca” e pelo importante movimento comercial dado pela reexportação de produtos do lado paraguaio. Movimentos demográficos e econômicos têm papel fundamental na fronteira brasileira e paraguaia.

A maior concentração de estabelecimentos comerciais de reexportação ocorre nos treze quilômetros de linha de fronteira entre as duas cidades. Nestes estabelecimentos prevalece a presença de trabalhadoras e trabalhadores brasileiros, principalmente mulheres jovens, atuando principalmente como vendedoras. Aos homens compete geralmente os empregos em lojas do ramo de eletrônicos e informática.

Falar do Paraguai e de Pedro Juan Caballero significa enfrentar uma série de estereótipos e pressupostos que deformam nossa interpretação. São duas imagens diferentes: de um lado, o “paraíso das compras”, de outro, a ilegalidade e marginalidade. Ambas imagens estão relacionadas à dinâmica comercial que se desenrola na fronteira, porém não são as únicas. Mais do que um espaço de trocas comerciais, é um espaço de vivências, percebido e concebido diferentemente pelos que ali passam.

Essa análise possibilita apontar que a diária mobilidade da força de trabalho é seletiva, especialmente de jovens, nos estabelecimentos de venda de produtos de “reexportação”. Destarte, a participação da força de trabalho brasileira atende ao consumidor do Brasil. A mobilidade de trabalhadores propicia contato entre as nacionalidades brasileira e paraguaia, bem como se constitui como elemento material – pelos salários – de destaque na reprodução da existência no lado brasileiro.

Título Indiscernibilidade do trabalho e acumulação capitalista: o estudo de caso de 700 mil revendedoras de cosméticos

ID 1599

Autores Ludmila Abilio

Resumo: Este artigo propõe uma discussão sobre a relação entre trabalho informal e acumulação capitalista. Problematiza-se o conceito de trabalho informal, pensando nas suas atuais (in)definições teóricas. Tem-se como objetivo levantar algumas das questões que hoje orientam a análise. Para tanto, a discussão realiza-se em diferentes momentos: 1. de uma historicização da discussão sobre o conceito de informalidade; 2. da relação entre trabalho e cidade como referência central para essa noção; 3. da informalidade pensada a partir das atuais reconfigurações trabalho. 4. da discussão sobre os elos entre desigualdade social e informalidade. Finalmente, apresenta-se um estudo de caso sobre revendedoras de uma empresa de cosméticos brasileira, totalizando hoje mais de setecentas mil mulheres que realizam o trabalho de distribuição dos produtos pelo país. Estão no cerne da análise: a (in)definição do conceito de informalidade; as transformações do trabalho e do processo produtivo que dotam de uma centralidade o trabalho informal; a experiência dessas revendedoras que ilustram hoje a perda de formas do trabalho e conseqüentemente do estatuto de trabalhador.

Título Trabalho e nova precariedade salarial no Brasil da década de 2000

ID 1179

Autores Giovanni Alves

Resumo: O objetivo é fazer a comunicação de resultados preliminares de pesquisa sociológica desenvolvida sobre os novos espaços-tempo de trabalho no Brasil, no decorrer da década de 2000, com destaque para as categorias de trabalhadores bancários e trabalhadores metalúrgicos no País, dois importantes contingentes de trabalhadores assalariados com alto nível de organização sindical-corporativa e que, na década passada, foram alvos de intenso processo de reestruturação produtiva. Acreditamos que no decorrer da década de 2000, se constituiu e ampliou-se no Brasil, um novo (e precário) mundo do trabalho, um modo novo de precariedade salarial e experiências de relações de trabalho marcado pelas novas condições de exploração capitalista. Utilizando metodologia de pesquisa qualitativa – entrevistas semi-estruturadas e história oral (história de vida/história do trabalho) buscaremos apreender não apenas as determinações histórico-objetivas, mas as experiências subjetivas dos novos “atores sociais”, resgatando suas percepções contingentes e narrativas de vida e trabalho da nova condição salarial.

Título Os mecanismos e processos de adaptação às mudanças ambientais como meio de sobrevivência e crescimento das organizações

ID 1635

Autores Carla Conte Martini, Diogo Zapparoli Manenti

Resumo: A adaptação das organizações ao meio em que se inserem é, atualmente, questão de sobrevivência. Este artigo apresenta um estudo de caso do tipo explanatório realizado em uma empresa sediada em Luanda, Angola. Nos últimos trinta e cinco anos o país viveu a guerra pela independência, a ideologia marxista-leninista, trinta anos de guerra civil, o capitalismo, a abertura econômica e, atualmente, demonstra crescimento econômico significativo. O objetivo é mostrar como uma empresa familiar, angolana, com trinta e quatro anos de existência, consegue se adaptar, sobreviver e crescer neste meio. Os dados foram coletados através de documentos, entrevistas e observação direta durante cinco meses em 2007. Como modelo teórico utilizou-se De Geus (1998). Os resultados foram obtidos através de análise de conteúdo, evidenciando características do meio que influenciam a organização. Destaca-se: burocracia, corrupção, falta de mão-de-obra qualificada, pobreza, falta de cultura de trabalho, falta de infra-estrutura, necessidade de importação, escassez de indústrias, individualismo, falhas na cadeia produtiva e necessidade de consumo da nova elite local. Apesar de não se tratar de uma empresa viva na visão apresentada por De Geus (1998), percebe-se que o meio é determinante na definição dos processos, das decisões, das relações e da cultura da organização. O crescimento e a diversificação dos negócios advêm da capacidade de perceber as mudanças no meio e se adaptar a elas. Em um meio em franca transformação e seguindo para uma competitividade global, adaptar-se ao meio foi o caminho encontrado pela organização estudada para sobreviver e crescer no mercado angolano.

Mesa: Organizações, Trabalho e sociabilidade no contexto da mundialização: precarização, redes e a emancipação dos produtores - 5 de Fevereiro - 16h15 - A4

Moderador: Orlando Petiz Pereira

Título Percepção sobre a Gestão de RH dos trabalhadores de supermercados de Belém, Pará

ID 59

Autores Ida Lenir Gonçalves

Autores Maria Cristina Maneschy

Resumo: Esta comunicação descreve os distanciamentos e aproximações da compreensão sobre a gestão de recursos humanos (RH) entre os trabalhadores que encontram no supermercado o seu primeiro emprego formal e aqueles com experiências anteriores. Foram entrevistadas 380 pessoas (7% da população) das lojas de quatro redes de supermercados da Região Metropolitana de Belém, Pará, de acordo com a disponibilidade dos respondentes. Na composição da amostra, procurou-se contemplar todos os setores e os cargos das atividades-fim. Para este trabalho, aplicou-se a técnica estatística “Análise de Correspondência” entre a variável “1º. emprego” e dezoito (18) itens concernentes à gestão RH, dispostos em uma escala tipo Likert denominada “GESOC”. Esses itens foram elaborados tendo como referência as normas internas e as avaliações de desempenho das empresas, que compõem dois fatores: 1) “Controle do posto de trabalho”; 2) “Introjeção das normas organizacionais”. A escala “GESOC” apresenta cinco graduações: nunca, raramente, algumas vezes, freqüentemente e sempre. O resultado da análise de correspondência apontou para robustas diferenças de percepção dos fatores relativos à gestão RH quanto à variável estudada.

Título Artes, trabalho e precarização: músicos da OSTP e atores do Grupo de Teatro Cuíra

ID 81

Autores Maria Angélica Alberto

Resumo: A pesquisa se propõe a abordar as condições sociais e materiais de produção e reprodução dos indivíduos dedicados a atividades artísticas, cujos bens resultantes são imateriais, a partir de dois grupos na cidade de Belém, Estado do Pará: a Orquestra Sinfônica do Teatro da Paz e o Grupo Teatral Cuíra.

Desta forma, procuraremos responder questões tais como: Como se dá a formação e a profissionalização dos artistas? De que forma se dá sua inserção no mercado de trabalho? Quais relações sociais estabelecem na realização do trabalho e no desenvolvimento das carreiras artísticas? Quais as condições concretas em que seus trabalhos são desenvolvidos?

Vale destacar que inexistem estudos na perspectiva da sociologia do trabalho sobre essas categorias profissionais nesta região, tal como o estudo aqui proposto, daí o interesse em sua realização.

A pesquisa buscará alcançar os seguintes objetivos: Conhecer as condições de produção e reprodução do trabalho de músicos e atores, respectivamente membros da OSTP e do Grupo de Teatro Cuíra, na cidade de Belém, Estado do Pará; Traçar o perfil sócio-econômico e as trajetórias profissionais dos trabalhadores da OSTP e do Grupo de Teatro Cuíra; Identificar as relações de trabalho nesses grupos, incluindo os processos de recrutamento, em perspectiva sincrônica e diacrônica; Identificar as representações que os trabalhadores da OSTP e do Grupo de Teatro Cuíra têm de seus trabalhos; Identificar as relações sociais construídas na realização de seus trabalhos e no desenvolvimento de suas carreiras,

relevando a pertinência ou não de laços sociais personalizados na constituição das carreiras; Analisar como enfrentam as necessidades de atualização de suas capacidades de trabalho de maneira a se manterem empregáveis, identificando os recursos de que lançam mão, tais como acesso a tecnologias de informação e comunicação, deslocamentos para qualificação e, ainda, se há programas de capacitação adequados na região.

Título Organizações e Trabalho: Uma nova visão do Empreendedorismo Social

ID 108

Autores Bernadete Bittencourt

Resumo: Este ensaio teórico tem a proposta de apresentar, com base numa revisão bibliográfica e investigação científica, elementos que constituem debates em torno da mundialização, fatos que levaram as organizações e o trabalho a inovarem, (re)adquirirem novas formas sócio-económicas com o objetivo de promover o desenvolvimento local sustentável, de modo participativo e inclusivo. Neste estudo o empreendedorismo social, a inovação social e as redes sociais surgem como uma reflexão sobre a importância das políticas públicas direcionadas a criação de emprego, na geração de trabalho e rendimento, e da sociabilidade nos países lusófonos em tempo da mundialização.

Título Frutos em rede: estrutura e dinâmicas da Rocha do Oeste

ID 110

Autores Ana Gomes

Resumo: Através da análise de uma associação de produtores agrícolas do Oeste (ANP), e do percurso do seu produto de marca, a Pêra Rocha do Oeste, pretende-se revelar a estrutura e as dinâmicas de um fenómeno de criação de valor por incorporação de conhecimento, responsável pela revitalização agrícola de toda uma região e, simultaneamente, as razões que têm determinado a fraqueza da irradiação concêntrica das actividades que resultaram do aproveitamento do valor simbólico do fruto, assim como a falência da política de comunicação que sustentava o carácter colectivo da marca. A Rocha do Oeste revela toda uma história de modernização do tecido agrícola português, da importância das redes sociais em que as instituições públicas e as organizações gestoras de fundos de desenvolvimento continuam a desempenhar um papel central, todavia incapaz de ultrapassar a centenária desconfiança dos agricultores, a atracção da quantidade e do lucro imediato.

O trabalho resulta de uma pesquisa levada a cabo na região Oeste (Portugal), em que foram feitas entrevistas semi-dirigidas a uma vasta panóplia de actores sociais relacionados com a ANP e a Pêra Rocha do Oeste, submetidas a análise de conteúdo. Simultaneamente, foram utilizadas metodologias de análise de redes sociais, que permitiram tornar mais visíveis as relações de centralidade e poder dentro da referida rede. As conclusões resultam do cruzamento dos dois tipos de metodologia.

Título A divisão sexual do trabalho: um estudo das teleoperadoras no Brasil

ID 1660

Autores Claudia Mazzei Nogueira

Resumo: Este texto trata da questão da divisão sexual do trabalho tanto no espaço produtivo quanto no espaço reprodutivo, procurando entender a íntima relação existente entre a divisão de tarefas na esfera doméstica das trabalhadoras e as suas funções no mundo assalariado no ramo do telemarketing.

A divisão sexual do trabalho pode ser compreendida como uma conceitualização, onde as situações dos homens e das mulheres não são produzidas por um destino biológico, mas são prioritariamente “construções sociais”. Essas relações compreendem, como todas as relações sociais, uma base concreta, dada pelo trabalho, e se explicitam através da divisão social do trabalho entre homens e mulheres, chamada, de forma mais precisa: divisão sexual do trabalho. (Kergoat, 2000: 35)

Foi estudando a categoria profissional específica de trabalhadoras de telemarketing no Brasil, que procuramos entender como elas vivenciam a dimensão dúplice de trabalho, no que tange a divisão sexual nas esferas do trabalho e da reprodução.

Mesa: Recursos Humanos, Trabalho e Emprego - 5 de Fevereiro - 16h15 - 209

Moderador: Leonor Lima Torres

Título Tensões e desafios do emprego e formação na Administração local

ID 937

Autores Ana Paula Marques, Helena Rita Moreira

Resumo: No âmbito do projecto de investigação, intitulado “Estudo prospectivo sobre emprego e formação na Administração Local no âmbito do Programa Foral” (2007-2008), realizado em parceria entre o CEFA e o CICS da Universidade do Minho, a presente comunicação irá, justamente, (re)centrar-se nos problemas e desafios do emprego e da formação profissional na Administração Local. Tratando-se de um estudo de âmbito nacional, este projecto visou: i) analisar as dinâmicas tecnológicas, organizacionais, profissionais no quadro da evolução da Administração Local, em particular nos referenciais de emprego, nas competências em emergência, no seu papel nos processos de mudança organizacional de modo a implementar uma gestão de qualidade nas autarquias cuja finalidade consiste na prestação de serviços aos utentes e no desenvolvimento local; ii) disponibilizar informação de suporte à tomada de decisões estratégicas sobre a actuação ao nível da definição de políticas de emprego e formação adequadas à Administração Local; iii) propor cenários de actuação estratégica, visando forjar um novo quadro de funções, competências e formação adequado às especificidades da Administração Local, em particular à elaboração de “cartas de emprego” actual e previsível, bem como à definição das melhores estratégias de formação profissional.

Actualmente, a acção pública confronta-se, cada vez mais, com incertezas ligadas à complexidade de redes, à multiplicidade de actores e ao enredo dos procedimentos de decisão, execução, monitorização e avaliação. Assim, são

visíveis práticas de governo local no que diz respeito ao recurso a instrumentos de gestão estratégica diversificados, incluindo as parcerias público/ privadas, a modelos de organização do trabalho em rede e em equipa, mobilizando competências-chaves e responsabilizando os funcionários pelos resultados, a gestão individualizada de carreiras assente na avaliação do desempenho e na aprendizagem ao longo da vida.

Não pretendendo aqui discutir os princípios de descentralização, contratualização e territorialização, que têm estado na base de políticas e práticas de desburocratização e modernização (ou pós-burocratização, segundo Rocha, 2001) da administração pública, iremos desenvolver, nesta comunicação, dois eixos analíticos: i) Balanço do Programa Foral: ponto de chegada ou de partida no que diz respeito às perspectivas de formação e modernização da administração da AL? ii) Impactos de novos perfis profissionais e contratualização individualizada nos modelos de organização do trabalho e gestão dos recursos humanos.

Assume-se que os serviços públicos locais constituem um dos eixos estruturantes na configuração do modelo social europeu, já que contribuem para a coesão e equidade social e territorial. Somente com uma estrutura socioprofissional adequada será possível (re)orientar as estratégias de governação local para a maior proximidade das autarquias com os utentes/ cidadãos, para o desenvolvimento da comunidade local nas vertentes política, económica, e social.

Título Formação e desenvolvimento de recursos humanos numa rede de empresas

ID 1240

Autores Maria Manuel Serrano

Resumo: Esta proposta de comunicação tem como objectivo apresentar alguns resultados de uma investigação empírica que sustentou uma tese de doutoramento subordinada ao tema “Estratégias e Práticas de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos numa rede de empresas”. A estratégia de investigação baseou-se no estudo de casos (uma empresa multinacional e cinco empresas subcontratadas desta) e os procedimentos de recolha de informação basearam-se essencialmente na entrevista e no questionário, para além da informação documental disponibilizada pelas organizações envolvidas no estudo.

Assim, como objectivo específico desta comunicação pretende-se estabelecer a comparação entre o discurso dos dirigentes e a percepção dos trabalhadores sobre as práticas efectivas de formação e desenvolvimento nas respectivas empresas.

Estudaram-se as práticas de formação e desenvolvimento de recursos humanos na empresa subcontratante e nas empresas subcontratadas, seus objectivos e resultados esperados, bem como a percepção que os trabalhadores têm sobre as competências adquiridas e a sua utilidade para a melhoria do seu desempenho e da sua empregabilidade. De referir ainda que as várias empresas estudadas apresentam posturas diferentes face à formação, tendo sido identificadas as seguintes situações:

- Promoção interna da formação com recursos próprios;
- Compra de formação a empresas especializadas;
- Permissão aos trabalhadores para frequentarem formação no exterior;
- Os trabalhadores de algumas empresas subcontratadas só frequentam formação na multinacional.

Em suma, nas empresas estudadas os resultados apontam para a predominância de uma postura utilitarista e imediatista face à formação. Esta é vista como um custo e um “mal necessário” que as empresas têm que assumir porque os sistemas formais de ensino e de formação não dão resposta às necessidades das empresas.

Título A Área de Recursos Humanos e sua ligação com Sistemas de Suporte de Apoio à Decisão: Caminhos para o Futuro

ID 1384

Autores Noemi Alice Costa, Jofrina Patrício

Resumo: No presente estudo pretendemos buscar a compreensão através da descrição da crescente interligação entre a área da computação e as diversas áreas do conhecimento, tendo como exemplo a área da Gestão de Recursos Humanos e a utilização e aplicação das etapas iniciais do Processo de Descoberta de Conhecimento (KDD), sobretudo a etapa do Data Mining (Mineração de dados) como uma ferramenta informática importante para o sistema de apoio à decisão empresarial seja numa organização privada, seja numa pública. O objectivo principal foi dar a conhecer a existência da multidisciplinaridade das diversas áreas com a apresentação de uma ferramenta útil ao gestor de RH para melhor organizar sua área de trabalho e promover o crescimento e desenvolvimento estratégico da empresa ou instituição de forma a agilizar o processo de tomada de decisões. As quais influem na posição estratégica e competitiva do organização no mercado. O trabalho foi exemplificado através da utilização do programa em software livre Weka em um estudo de caso que teve por finalidade encontrar o perfil dos colaboradores que mais se adequam caso fosse necessária uma contratação futura, utilizando os dados já armazenados pelo departamento de pessoal. O resultado foi conhecer ferramentas importantes que podem auxiliar os gestores na direcção dos negócios em prol do desenvolvimento e crescimento no mercado competitivo. Especialmente para a área de Recursos Humanos, observou-se que a ferramenta possui grande utilidade para o controle e melhor definição de objectivos para a actuação estratégica desta área dentro da empresa.

Título Os mecanismos e processos de adaptação às mudanças ambientais como meio de sobrevivência e crescimento das organizações: um estudo de caso em Angola

ID 1545

Autores Carla Conte Martini, Diogo Zapparoli Manenti

Resumo: adaptação das organizações ao meio em que se inserem é, atualmente, questão de sobrevivência. Este artigo apresenta um estudo de caso do tipo explanatório realizado em uma empresa sediada em Luanda, Angola. Nos últimos trinta e cinco anos o país viveu a guerra pela independência, a ideologia marxista-leninista, trinta anos de guerra civil, o capitalismo, a abertura económica e, atualmente, demonstra crescimento económico significativo. O objetivo é mostrar como uma empresa familiar, angolana, com trinta e quatro anos de existência, consegue se adaptar, sobreviver e crescer neste meio. Os dados foram coletados através de documentos, entrevistas e observação direta durante cinco meses em 2007. Como modelo teórico utilizou-se De Geus (1998). Os resultados foram obtidos através de análise de conteúdo, evidenciando características do meio que influenciam a organização. Destaca-se: burocracia, corrupção, falta de mão-de-

obra qualificada, pobreza, falta de cultura de trabalho, falta de infra-estrutura, necessidade de importação, escassez de indústrias, individualismo, falhas na cadeia produtiva e necessidade de consumo da nova elite local. Apesar de não se tratar de uma empresa viva na visão apresentada por De Geus (1998), percebe-se que o meio é determinante na definição dos processos, das decisões, das relações e da cultura da organização. O crescimento e a diversificação dos negócios advêm da capacidade de perceber as mudanças no meio e se adaptar a elas. Em um meio em franca transformação e seguindo para uma competitividade global, adaptar-se ao meio foi o caminho encontrado pela organização estudada para sobreviver e crescer no mercado angolano.

Título Sociologia da empresa e responsabilidade social

ID 1304

Autores Ana Maria Kirschner

Resumo: Até os anos 80 as ciências sociais não se aproximavam muito das empresas, seja para tomá-las como objeto de estudo, seja para tentar intervir sobre o mundo das empresas. A partir de meados da década de 80, esta situação se reverte. Nos anos 90, no Brasil, associações e fórum empresariais, assim como empresários isoladamente discutem a função social da empresa e a sua responsabilidade social.

A responsabilidade social da empresa, embora amplamente exercida no Brasil, não tem ainda um substrato conceitual, dando margem, portanto, a muitos equívocos. Esta imprecisão é tão mais séria porque estamos vivendo uma época em que a sociedade interpela as empresas e simultaneamente os empresários sentem necessidade de melhorar sua imagem pública promovendo debates sobre ações sociais e intervindo de fato no social, ou seja, com frequência há uma superposição dos campos privado e público.

Neste artigo primeiramente formularemos algumas hipóteses para explicar esta valorização social que a empresa adquiriu ao longo de cerca de 20 anos. Em seguida questionamos a noção de responsabilidade social da empresa; a superposição das esferas pública e privada, e mostramos em que medida a sociologia da empresa pode ser útil para dar substrato a esta questão atual.

Título As práticas de gestão de recursos humanos licenciados em humanidades, administração e ciências sociais da universidade do Porto: a perspectiva das entidades empregadoras

ID 412

Autores Cristina Parente

Resumo: Discutir alguns dos resultados de um projecto de investigação desenvolvido no Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (UP) sobre as práticas de gestão de Recursos Humanos de que os diplomados em Humanidades, Administração e Ciências Sociais da UP são alvo é o principal objectivo da comunicação. Trata-se de um dos vectores analíticos de uma investigação mais ampla sobre a precariedade profissional dos diplomados da UP e alternativas de inserção futura. Focaliza-se a atenção do lado das entidades empregadoras, em três grandes vectores de análise: i) as práticas de recrutamento e de selecção aplicadas aos recém- licenciados; ii) as práticas de acolhimento, formação e avaliação do desempenho; iii) as práticas de responsabilidade social no que se refere à promoção da igualdade de oportunidades e à conciliação entre a vida profissional e a vida familiar.

Os três vectores analíticos são abordados a partir da análise qualitativa da informação recolhida a partir de 25 entrevistas semi-directivas que foram realizadas, durante o terceiro trimestre de 2007, aos dirigentes das organizações que integram os referidos licenciados nos diversos sectores de actividades económica, com particular incidência para o ramo dos serviços soft privados (hotelaria e restauração, actividades financeiras, bancos e seguros e serviços às empresas) e dos serviços sociais (saúde, educação e outros) privados, públicos e do terceiro sector.

Título Apreciações sobre o conservadorismo no Serviço Social

ID 1581

Autores Ana Paula Rocha de Sales Miranda, Regina Maria Giffoni Marsiglia, Patrícia Barreto Cavalcanti, Mirian Alves da Silva, Claudenizia de Oliveira Pereira

Resumo: Tendo a questão social, ou suas múltiplas expressões, como base social histórica para a profissionalização do Serviço Social, a profissão surge no Brasil envolta pela ideologia conservadora e pelo projeto da classe dominante que enfocava a questão social de modo despolitizado e individualizador. Esse pensamento conservador passou a ser questionado nos anos 1950, esbarrando com o Golpe Militar de 1964 cuja repressão compeliu a profissão para uma preocupação maior com seu instrumental e metodologias. Nos anos 1980, o Serviço Social se aproxima da vertente marxista que passa a orientar o projeto ético-político profissional na década seguinte. Contudo, é também neste momento que as idéias neoliberais passam a vigorar no plano econômico, trazendo importantes reflexos sobre os planos político e social, redundando em políticas sociais reducionistas que encontram na pós-modernidade o caminho fértil para a justificativa dessa perspectiva individualizadora e o questionamento da teoria marxista. Este conjunto de fatores, somado à permanência na profissão de práticas tuteladoras e burocratizadas perpassadas pelo pensamento conservador, contrárias ao projeto hegemônico profissional, mas que conviviam com o mesmo, abrem espaço para a recuperação de valores tradicionalistas na sociedade e para o fortalecimento das idéias conservadoras que partindo de questões como a responsabilização do cuidado, a valorização do local, do capital social, da solidariedade, do voluntariado e mesmo da família confluem perversamente com as propostas emancipatórias que se utilizam das mesmas questões, porém sob uma ótica diferente, exigindo do Assistente Social uma postura crítica no seu cotidiano profissional e clareza do seu referencial teórico e metodológico.

Mesa: Saberes e dinâmicas profissionais em serviços públicos locais - 5 de Fevereiro - 16h15 - A2

Moderador: António Casimiro Ferreira

Título O orientador educacional nas escolas da rede municipal de ensino no município de Pelotas/RS- Brasil

ID 837

Autores Margarete Hirdes Antunes, Vera Maria Ribeiro Nogueira

Resumo: A Pesquisa pretende realizar levantamento acerca do trabalho que desenvolve o Pedagogo com Habilitação em Orientação Educacional nas Escolas da rede Municipal de Ensino no Município de Pelotas no Estado do Rio Grande do Sul no Brasil, com vistas a identificar as atribuições do profissional, o trabalho que é realizado e seus efeitos na construção de uma educação cidadã transformadora ou na preservação da Escola reprodutora, condições em que esse trabalho é executado e as dificuldades encontradas.

Título Discutindo a Humanização do Trabalho em Saúde em um Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192
ID 1072

Autores Ana Rita Castro Trajano, Daisy Cunha, Carolina Trancoso, Roseli da Costa Oliveira

Resumo: Objetiva-se analisar situações de conflito entre trabalhadores e hierarquia, estudando as relações que podem se estabelecer entre organização do trabalho e sofrimento psíquico, discutindo o impacto da violência contemporânea no trabalho em saúde e as estratégias de enfrentamento que os trabalhadores vão construindo em seu cotidiano, na perspectiva da humanização do trabalho em saúde. Toma-se o conceito de humanização da Política Nacional de Humanização (PNH) do SUS, em seu significado de valorização e fortalecimento dos sujeitos humanos como protagonistas e autônomos, co-responsáveis em processos de produção e gestão da saúde pública.

Pesquisa essencialmente qualitativa, em que se busca o diálogo-confrontação entre diferentes saberes/poderes/sujeitos no sentido da construção coletiva da investigação participativa/intervenção, incluindo saberes acadêmicos-científicos e saberes "da experiência" através da constituição de Coletivo/Grupo de Pesquisa ou Comunidades Ampliadas de Pesquisa. Elege-se como foco o princípio da PNH referente à "inseparabilidade entre atenção e gestão dos processos de produção de saúde", tendo como referencial maior a Ergologia francesa, criada por Ives Schuartz, em suas formulações sobre o trabalho como atividade humana e as relações entre trabalhar, gerir.

O campo da pesquisa é o SAMU 192 (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) do Sistema Único de Saúde (SUS) de Belo Horizonte, Brasil.

Título Trabalho e profissão: Notas sobre o perfil do Serviço Social no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
ID 1184

Autores Anália Silva, Márcia Silva

Resumo: O trabalho visa apresentar o perfil do Serviço Social no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Foi delineado a partir da sistematização dos dados coletados através de um roteiro respondido por cerca de 60% dos profissionais que atuavam na instituição no ano de 2007. As principais questões abordadas no roteiro referiam-se ao perfil dos profissionais, à forma de inserção, e às estratégias de organização do trabalho profissional nos diferentes setores da instituição.

Observou-se que mais de 80% dos profissionais de Serviço Social possuíam vínculo precarizado de trabalho e que, no universo pesquisado, 87% dos profissionais estavam formados há mais de dois anos e 56% possuíam especialização (lato e strictu sensu). Mais de 60% dos profissionais atuavam em setores onde não há projeto de trabalho sistematizado.

O levantamento revelou, ainda, dificuldades no que tange à identificação dos objetivos, ações, atividades e instrumentos utilizados pelo Serviço Social, indicando a necessidade de aprofundamento das discussões que envolvem as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa, ético-política e investigativa da profissão.

Além de evidenciar os elementos supramencionados, os resultados do levantamento mostram que as formas de gestão pública implementadas no processo de contra-reforma do Estado provocam impactos na forma de inserção dos assistentes sociais no MPRJ, o que requer a construção de estratégias coletivas para o fortalecimento da profissão no contexto institucional e contribuam para a garantia dos direitos dos usuários.

Título A advocacia como profissão no Brasil imperial

ID 1464

Autores Ricardo Falbo

Resumo: A organização do Estado e a estruturação da sociedade no império do Brasil produziram processo *suis generis* de ordenação da advocacia num País caracterizado como "o mundo bárbaro das províncias". Esta situação revelara o problema da caracterização da advocacia como profissão ou ocupação na chave do centralismo estatal condutor do processo civilizatório brasileiro e da inexistência de estruturas sócio-comunitárias na sociedade de corte do Brasil.

A investigação desse problema fora realizada no âmbito de "pedidos de licença para advogar". Provenientes das diversas capitanias e províncias do País, e situados entre os anos de 1808 (chegada de D. João VI ao Brasil) e 1824 (outorga da Constituição do Império), eles eram a expressão de súplicas de provisão que os interessados em advogar faziam ao monarca através do Desembargo do Paço, em uma época em que os cursos jurídicos não haviam sido ainda criados e que o número de bacharéis em direito diplomados por Coimbra era insuficiente para atender a demandas tanto da sociedade quando da burocracia do governo.

Essa situação permitira o estudo da advocacia segundo dois critérios principais: teórico (formação universitária) e prático (exercício da advocacia sem diploma). A esse critério correspondera a diferenciação entre bacharéis, com atuação nas instâncias decisórias dos conflitos, e provisionados, com atuação na justiça local.

Na caracterização da diversidade de formas de existência da advocacia, os advogados revelaram independência relativa em relação ao Estado e ao mercado e estreita dependência em relação à sociedade.

Título Cotejos e análises sobre o protagonismo profissional e a qualidade em saúde no setor público

ID 404

Autores Patricia Cavalcanti, Mirian Alves, Claudenizia Pereira, Ana Paula Miranda, Simone Rocha

Resumo: O cotidiano dos serviços públicos de saúde continua reproduzindo características que retratam senão a inexistência, um baixo nível de comprometimento com os princípios básicos do Sistema Único de Saúde – SUS, ou seja, com a integralidade e a universalidade de ações, e o conseqüente respeito ao usuário. A ineficiência, somada ao

desinteresse em melhorar o nível de qualidade do serviço público de saúde é algo latente que se expressa cotidianamente nos diversos níveis de atendimento. Nesse universo observam-se ainda, gestores habituados a trabalhar dentro de um sistema rígido de papéis profissionais e despreparados para atuar de acordo com os princípios básicos do SUS; forte interferência político-partidária nos rumos e diretrizes a serem tomadas no trato da saúde pública, tanto nas relações extra como inter-institucionais; inexistência de entrosamento técnico entre as estruturas gerenciais. Nesta investigação vinculou-se qualidade à organização dos serviços de saúde e às formas pelas quais eles são dispostos à população.. A pesquisa de cunho quali-quantitativo realizou-se em 4 hospitais de João Pessoa, de onde se retirou uma amostra de 30% de um total de 230 profissionais alocados nestas unidades, objetivando-se captar as singularidades de suas percepções sobre a qualidade no setor público de saúde através de entrevistas semi-estruturadas. O roteiro de entrevistas abordou quatro eixos discursivos: A qualidade na prestação do cuidado em saúde e processo de trabalho; A qualidade em saúde face ao processo de municipalização (modalidade de gestão); A qualidade em saúde e a saúde de quem presta o atendimento

Mesa: Trabalho: reconfiguração, identidades e precariedade - 5 de Fevereiro - 18h30 - 317
Moderador: Maria Manuel Serrano

Título Democracia laboral e flexigurança
ID 699

Autores António Casimiro Ferreira

Resumo: As reformas laborais construídas sob a égide da flexigurança sublinham a importância da confiança e do diálogo social enquanto elementos estruturantes deste modelo polítilaboral. Enquanto princípios sociopolíticos dos diferentes modelos de regulação laboral, encontram-se indissolivelmente ligados à noção de democracia laboral.

Com efeito, as diferentes expressões teóricas e práticas dos modelos de democracia e cidadania laborais não são concebíveis a não ser como resultado dos processos de democratização das relações laborais aos níveis macro, meso e micro-sociológicos, os quais requerem a existência de condições de confiança e de diálogo entre os diferentes actores sociais.

Exploram-se, nesta comunicação, as possibilidades e as barreiras ao aprofundamento da democracia laboral emergentes do paradigma da flexigurança.

Título Níveis de emprego na Zona Franca de Manaus: tendências e desafios contemporâneos
ID 709

Autores Celso Nascimento

Resumo: A agenda da sociedade brasileira tem caminhado nos últimos anos para o debate em torno da questão do emprego. Essa agenda é crucial e se conecta não apenas com aspectos conjunturais, relacionados às vicissitudes da política econômica, mas também com aqueles problemas de natureza estrutural, historicamente produzidos. A reestruturação produtiva desencadeou um processo de desterritorialização das fronteiras econômicas. Levando a economia mundial à abertura e à formação de blocos. O declínio da Zona Franca de Manaus se inscreve nesse processo, muitas empresas se deslocaram de Manaus em busca de áreas mais atrativas e outras reduziram cargos e até operações inteiras para evitar a imersão na crise. A Zona Franca de Manaus foi implementada em 1967 pelo Decreto-Lei nº 288. Trata-se de uma área aduaneira de livre comércio e com capacidade instalada para a organização do processo de trabalho industrial, em sua fase final. Este estudo é parte de nossa pesquisa de mestrado e tem como propósito perceber os impactos da reestruturação produtiva no modelo Zona Franca, apontando o índice de desemprego no âmbito local. Este tipo de estudo é importante não só para as ciências econômicas que se ocupa do exame do fenômeno industrial e das questões relativas ao desenvolvimento regional, como também aos Sindicatos dos Trabalhadores Metalúrgicos e Eletroeletrônicos do Amazonas que historicamente, tem participado das discussões sobre o modelo Zona Franca e seus desdobramentos sociais na região. O levantamento de dados foi realizado junto às fontes do DIEESE, Ministério do Trabalho na região e Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos e Eletroeletrônicos do Amazonas. A sua delimitação está circunscrita aos anos de 1990 a 1999, década nevrálgica do declínio do emprego no Amazonas e no resto do país. A partir dos dados levantados procedeu-se à análise do índice de desemprego no âmbito local. O desemprego assumiu formas progressivas na Zona Franca de Manaus desde o início da década de 90, período em que a permanência do trabalhador nas empresas ficou mais reduzida. Pode-se dizer que houve uma queda considerável do emprego em todo o território nacional, enquanto que em 1993 a taxa era de 14,6% em 2001 chegou a 16,6%. Em apenas dois anos (1998 – 2000) o número de trabalhadores sem carteira de trabalho cresceu de 23,5% para 25,5% (IBGE, 2001). O número de empresas localizadas no Distrito Industrial de Manaus, até 1996, era 617. Em 1999, o índice era de 393 empresas e atualmente esse número caiu para pouco mais de 100 fábricas. Os resultados apresentam um índice médio de demissão anual em torno de 7.561 trabalhadores no Pólo Industrial de Manaus, chegando em 1999 com uma taxa anual de 5.797 desempregados. Nos anos de 2003 a 2007 houve um relativo crescimento no nível de emprego em face de estratégias de inclusão social adotadas no governo Lula, momento em que a sobrevida da Zona Franca de Manaus foi estendida para 2023. Mesmo em face desse aquecimento do emprego não deixaremos de perceber o declínio desse modelo de desenvolvimento. O desemprego, caracterizado pela ausência de relação empregatícia e/ou pela ausência de geração de renda por parte do trabalhador, quer seja no âmbito formal ou informal, priva-o dos meios de subsistência tornando-o um ser desprovido e vulnerável em todos os sentidos. Geralmente, a perda do emprego acarreta sérios problemas aos indivíduos, que vão desde os de ordem psicológica e emocional até aos problemas sociais como o alcoolismo, a perda da moradia e o submundo da criminalidade. As empresas não se preocuparam em qualificar a mão-de-obra nativa para o mercado de trabalho, esse é um dos fatores que contribuiu para o impacto da reestruturação produtiva no Amazonas. Esta pesquisa mostra que o modelo Zona Franca sob o discurso do propalado desenvolvimento regional deixa uma dívida social sem precedentes para com os trabalhadores, evidenciada num quadro de desemprego que a cada dia assume contornos assustadores, formando um corredor de exclusão social consignado na baixa do nível de vida desta população.

Título Direitos humanos do trabalho e governação laboral em Portugal

ID 711

Autores Marina Pessoa Henriques

Resumo: Privilegiando a perspectiva da sociologia do direito, disciplina que tem vindo a consolidar diferentes quadros teóricos e instrumentos metodológicos ajustados ao estudo das relações entre o direito e a sociedade, desenvolve-se uma análise teórico-analítica em torno da tensão entre os paradigmas dos direitos humanos do trabalho e da governação laboral em função da realidade portuguesa.

Atende-se aos diferentes actores do sistema de relações de trabalho, como as organizações internacionais, as instituições europeias, os governos e os parceiros sociais. De entre as organizações internacionais, destaca-se a importância da Organização Internacional do Trabalho (OIT) enquanto instância internacional de promoção e protecção dos direitos dos trabalhadores, tendo dado um forte contributo para a elaboração do actual modelo de governação laboral.

Tendo em vista o estudo das relações laborais em Portugal, segue-se um modelo de análise das influências exógenas. Atende-se, por um lado, ao modo como a adopção das convenções e recomendações da OIT (controlo regular) contribuiu para a consolidação do paradigma da governação das relações laborais em Portugal. Por outro lado, o recurso, por parte dos actores nacionais, ao sistema de queixas e reclamações da OIT é uma questão relevante, considerando-se que as transformações e tensões emergentes do sistema de relações laborais encontram expressão neste mecanismo de recurso a uma entidade exógena, ou seja, presta-se especial atenção ao papel do controlo especial daquela organização no domínio da adjudicação internacional dos direitos humanos do trabalho.

Título O Plano Territorial de Qualificação do Rio Grande do Sul (PlanTeQ/RS - 2007) em Perspectiva

ID 1567

Autores Elida Rubini Liedke

Resumo: Objetiva-se analisar comparativamente a concepção e a realização dos cursos de qualificação profissional oferecidos no Estado do Rio Grande do Sul, no âmbito da política nacional de qualificação do Governo Lula (PNQ) e do Governo FHC (Planfor). Busca-se contribuir para o debate acerca das potencialidades de políticas públicas ativas de mercado de trabalho quanto à melhoria das oportunidades ocupacionais dos trabalhadores. No que respeita aos resultados empíricos, toma-se como referência o Plano Territorial de Qualificação (PlanTeQ/RS 2007), contrastando-os, sempre que relevante, com os do Plano Estadual de Educação (PEQ/RS 2000). Abordam-se as características sócio-económicas da população beneficiada (alunos dos cursos). Essa, segundo as diretrizes de ambos os Planos, deve estar composta de trabalhadores em situação vulnerável no mercado de trabalho. Ademais, tendo em conta que a proposta pedagógica de ambos os Planos está centrada, em contraste com a visão taylorista, na formação de um novo tipo de trabalhador, autónomo, capaz de saber aprender, problemas de execução dos cursos e dificuldades enfrentadas por alunos e professores são considerados. Ao final, são debatidas questões que se colocam em jogo em uma política pública ativa de trabalho. Essas expressam, ao mesmo tempo, as barreiras sócio-culturais e políticas à realização de seus objetivos pedagógicos e as possíveis perspectivas de desdobramentos mais promissores de ações de qualificação do trabalhador, em contexto de incertezas face às mudanças do mercado de trabalho sob a égide da globalização.

Título Relações de trabalho no contexto das transformações contemporâneas: tendências em uma região periférica da acumulação mundializada do capital

ID 1679

Autores Marina Maciel Abreu, Josefa Batista Lopes, Cláudia Alves Durans

Resumo: Aborda relações de trabalho no contexto da expansão capitalista no Maranhão, considerada na particularidade do desenvolvimento capitalista em uma região periférica, na periferia do sistema mundializado de acumulação do capital. A estrutura económica desta região, marcada historicamente pela base eminentemente agrícola, pela pobreza e atraso económico e político, é alterada com a instalação dos chamados “grandes projetos económicos” que envolvem a industrialização via complexo mineiro-metalúrgico e o agronegócio. Estas condições não rompem, antes reconfiguram e aprofundam, no país, e em particular na sociedade maranhense a heterogeneidade estrutural dos processos económicos base em que se engendram e consubstanciam as relações e condições de trabalho. Ocorre uma articulação de setores modernos e tradicionais com o aprofundamento das contradições históricas de um padrão autoritário de produção e consumo da força de trabalho, que inclui, principalmente, a agricultura de subsistência e outras formas de trabalho identificadas como não capitalistas, ou quase capitalistas, como pequenos empreendimentos que proliferam nas periferias urbanas (Arcangeli,1995); e pólos considerados modernos, também com uma diversidade de empresas capitalistas, comportando setores de baixa e de altíssima produtividade, inclusive com caráter de enclave. Nesse quadro, demarcam-se como tendências das relações de trabalho: reduzida inserção do grande contingente de trabalhadores nas relações formais de trabalho e intensificação da precarização das relações e condições de trabalho, com destaque para a ampliação do desemprego e trabalho informal.

Mesa: Competências, Identidades de Grupos Profissionais e Discriminação Social - 6 de Fevereiro - 11h15 - 103

Moderador: Ana Paula Marques

Título A mão de obra negra na mídia brasileira: Reflexões sobre os dados estatísticos no trabalho e educação.

ID 896

Autores Elaine Jayme Ramos

Resumo: A fim de compreender a dinâmica de inserção da população negra brasileira no mercado de trabalho midiático, este artigo pretende lançar mão de dados estatísticos que desenham a realidade deste grupo no mercado de trabalho formal. Tendo em vista o crescente desenvolvimento da mídia no Brasil e a ínfima participação dos negros nos diversos setores da mídia – a despeito das atuais ações governamentais voltadas para os afro-descendentes.

As políticas públicas projetadas para diminuir o índice de analfabetismo no Brasil têm resultados incontestáveis, contudo torna-se imprescindível analisar as diversas experiências vivenciadas por bacharéis negros da área de comunicação. Ponderando, entre outros fatores, sexo, idade, região de moradia, origem familiar, renda, sua rede social, ocupação, além da sua função laborativa quando empregado.

A luz dos recentes estudos sobre as desigualdades no país, este artigo procura ultrapassar as barreiras da mera comparação estatística, uma vez que no Brasil o racismo se apresenta de forma implícita e raramente mensurável nas interações sociais.

Título A actividade profissional dos assistentes sociais, o saber que mobilizam e a construção da autonomia nos processo de interacção social.

ID 1232

Autores Berta Granja

Resumo: Esta comunicação apresenta um trabalho de investigação sobre a actividade profissional dos assistentes sociais exercida nos quadros de instituições/organizações que desenvolvem uma determinada política social e que têm por objectivo a satisfação de necessidades sociais, reconhecidas e legitimadas pela afectação de recursos sociais diversos.

Mas estudar a actividade dos assistentes sociais não se esgota na avaliação das políticas que desenvolvem e nos resultados que obtêm. Por isso o trabalho de investigação realizado procura compreender as acções profissionais como recriação e construção permanentes e não pretende prescrever o que os profissionais devem fazer à luz do conhecimento científico acumulado sobre o social.

Considera-se que o profissional é um sujeito com autonomia para exercer a actividade, o que significa ser capaz de seleccionar, escolher e reorganizar a actividade para definir intenções e sentidos para gerir as prescrições, estabelecer as estratégias profissionais aqui consideradas como as decisões calculadas para agir nas relações de força existentes, ultrapassar os constrangimentos para agir de forma autónoma e utilizar as hipóteses possíveis da acção.

O saber profissional é pois entendido numa perspectiva antropológica como um saber para agir que se reproduz socialmente para exercer papéis e poderes sociais, interagir no seio de relações sociais. Este saber mobiliza uma estrutura sócio-cognitiva que integra capacidades individuais e do grupo profissional, estabilizadas em organizações mentais comunicáveis e transferíveis, que exigem um grau elevado de consciência e são aplicáveis em situações concretas.

Título Discursos e práticas dos sindicatos e dos professores em relação a um novo estatuto da carreira docente

ID 1244

Autores Irina Bettencourt Pereira, Alan Stoleroff

Resumo: As medidas recentemente legisadas para a transformação das relações de emprego e da carreira dos professores do Ministério da Educação através da revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD) situam-se no contexto da Reforma da Administração Pública implementada pelo actual Governo Socialista. Estas mudanças, bem como o projecto de mudança da gestão das escolas, têm sido corolários de uma estratégia pautada pela meta da "eficiência educativa" para a reestruturação do sistema de educação pública e a reconstrução do papel dos professores no sistema. Assim uma teia de conflito tem emergido nesta complexa articulação de objectivos reformistas do sector educativo. Os objectivos de reforma deste governo colidem com a defesa sindical de interesses laborais dos professores e das identidades e poderes profissionais dos professores. O objectivo geral desta comunicação será analisar a revisão do Estatuto da Carreira Docente e os padrões de conflito que têm emergido no sector público da educação no decorrer das negociações sobre a revisão do ECD. Um enfoque particular será dado à fase da implementação do modelo de avaliação do desempenho dos professores como o momento que cristalizou as oposições no tocante aos interesses e poderes que têm sido postos em causa ao longo da reforma e a intensidade da mobilização como a expressão da confluência de conflitos laborais e profissionais e organizacionais no sector e como evidência da emergência de um movimento social profissional.

Título Direitos e Justiça do Trabalho no Brasil

ID1438

Autores Elina Pessanha

Resumo: A comunicação pretende apresentar um quadro do desenvolvimento dos direitos do trabalho no Brasil. Recupera as principais questões em pauta hoje, analisa o desempenho da Justiça do Trabalho e o perfil de seus principais operadores, os magistrados. Destaca marca anti-liberal presente na instituição e os desafios colocados pela desigualdade social, as pressões neoliberais e a consolidação democrática.

Título Relações raciais no mercado de trabalho midiático: algumas categorias para análise

ID 1023

Autores Elaine Jayme Ramos Rodrigues, Marcelo Alves de Oliveira

Resumo: A fim de compreender a dinâmica de inserção da população negra brasileira no mercado de trabalho midiático, este artigo pretende lançar mão de dados estatísticos que desenham a realidade da população negra brasileira na educação e no mercado de trabalho formal. Tendo em vista o crescente desenvolvimento da mídia no Brasil e a ínfima participação dos negros neste setor – a despeito das atuais acções governamentais voltadas para os afro-descendentes. Nesse sentido, torna-se imprescindível analisar as diversas experiências vivenciadas por bacharéis negros da área de comunicação. Ponderando, entre outros fatores, sexo, idade, região de moradia, origem familiar, renda, sua rede social, ocupação, além da sua função laborativa quando empregado. A luz dos recentes estudos sobre as desigualdades no país, este artigo procura ultrapassar as barreiras da mera comparação estatística, uma vez que no Brasil a discriminação racial se apresenta de forma implícita e raramente mensurável nas interações sociais.

Mesa: Trabalho e Categorias Geracionais - 6 de Fevereiro - 11h15 - 303

Moderador: Noemi Alice Costa

Título Juventude, educação e trabalho: debates contemporâneos no Brasil.

ID 779

Autores Ana Maria F. Teixeira, Veleida Anahí da Silva

Resumo: Os estudos relacionados aos nexos entre Trabalho, Educação e Juventude ganharam especial relevância nos últimos anos evidenciando o debate em torno da educação para o trabalho. Esse debate ganha destaque diante do se aprofundamento da crise do trabalho assalariado que marca o final do século XX e a transição para o século XXI.

O mundo do trabalho em sua mutação impõe desafios à sociedade atingindo particularmente, a população jovem. As estatísticas oficiais registram junto à população jovem brasileira, os índices de desemprego mais elevados quando comparados a outras faixas de idade. Por outro lado, o aprofundamento da precariedade do trabalho coloca em causa a possibilidade de pensar, para essa população, trajetórias de natureza linear.

Apesar das análises apontarem uma tendência a elevação da escolaridade e da educação profissional o panorama da educação técnico-profissional no Brasil apresenta-se marcado pelo que denomina-se de “polarização de competências”: de um lado, diferentes modalidades de educação para a grande maioria exposta a uma formação de curta duração e baixo custo, de outro formação mais complexa, de custo elevado para aqueles que ocuparão cargos de concepção e gerência.

Assim, a questão está em analisar em que medida a formação técnico-profissional disponibilizada para amplos setores da sociedade, mais especificamente para setores de baixa renda, se configura em aquisição determinante a inserção/reinserção de jovens trabalhadores no mercado de trabalho quando tomamos por referência o debate em torno das competências e da empregabilidade.

Título Modelos sociais europeus e qualidade do emprego dos seniores

ID 898

Autores Maria da Conceição Cerdeira

Resumo: O aumento da participação na actividade económica das pessoas mais velhas e o adiamento da sua saída do mercado de trabalho, em grande parte por pressão do desafio demográfico e sustentabilidade dos sistemas de protecção social, são objectivos da agenda política comunitária. Estes encontram-se inscritos na Estratégia Europeia do Emprego saída da Cimeira de Estocolmo em 2001, que apontou elevar para 50% a taxa de emprego da faixa etária dos 55 aos 64 anos. Dados recentes indiciam que o emprego dos trabalhadores mais velhos tem sido uma das componentes mais dinâmicas do mercado laboral da UE nos últimos anos, tendo aumentado 7,8 pontos percentuais de 2000 a 2007. Apesar disso, mais de metade dos europeus deste grupo etário estão em situação de inactividade. As partidas precoces são muitas vezes sustentadas por um discurso que culpabiliza os trabalhadores de não se adaptarem às mudanças tecnológicas e organizacionais. No entanto, as fortes assimetrias das taxas de actividade dos Estados-Membros deitam por terra explicações tão simplistas sugerindo, antes, abordagens nacionais diferentes do envelhecimento activo. Os resultados do 4.º inquérito às condições de trabalho, realizado sob a responsabilidade da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho, fornecem alguns dados interessantes sobre a qualidade do emprego dos trabalhadores mais velhos em 31 países europeus.

A minha contribuição tem por objectivo apresentar e discutir tais dados à luz do debate sobre os diferentes modelos sociais europeus.

Título Inserção do Jovem no mercado de trabalho pernambucano: Programa "Emprego Jovem"

ID 1454

Autores Miriam de Souza Leão Albuquerque, Ana Cristina Arcoverde

Resumo: Com a adoção de um modelo econômico dentro da lógica da acumulação flexível, a partir dos anos 80 e principalmente nos anos 90, o Brasil passou por transformações significativas no mundo do trabalho com considerável aumento do desemprego. Ao mesmo tempo, observa-se no País, um interesse crescente acerca das políticas públicas de emprego, com implementação e desenvolvimento de ações que vão de reformulação do Sistema Nacional de Emprego e implementação de política de qualificação profissional à criação do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Como instrumento de combate ao desemprego juvenil em Pernambuco, o Governo do Estado lança em 2000 o Programa “Emprego Jovem”, focado na ausência de qualificação profissional dos jovens de 15 a 24 anos. O Programa revela, assim, a percepção generalizada de que a atividade produtiva provoca constante aumento dos quesitos de qualificação e que, para acessarem um posto de trabalho ou para se manterem empregados, os trabalhadores devem buscar recorrentemente se qualificarem.

Neste artigo o desemprego e a precarização das relações de trabalho são compreendidos como fenômenos estruturais que atingem uma grande massa de trabalhadores, mas que são vivenciados também individualmente. O diagnóstico de que o empreendedorismo e a empregabilidade são as alternativas viáveis às mazelas do mercado de trabalho, culpabiliza o indivíduo e desloca o problema da ausência de vagas de seu eixo central: a dinâmica econômica.

Título Bolseiros de Investigação científica: problemática dos recursos humanos em I&D

ID 874

Autores Patricia Sousa, Emília Araújo

Resumo: A condição de bolsheiro, como o próprio nome indica, é, em si, precária e ambígua, pois refere-se a uma experiência de limbo: objectivamente, o bolsheiro não está num lugar identitário único. A condição de bolsheiro e as condições de vida e de trabalho dos mesmos nos centros de investigação têm sido objecto de análise e discussão política nos tempos mais recentes em que se coloca de forma mais visível o problema a saída de investigadores para o estrangeiro e a escassez de postos de emprego científico, não obstante o incremento no número de pessoas licenciadas e pós-graduadas (com o grau de mestre e de doutor). Esta comunicação decorre de uma pesquisa de tipo qualitativo realizada em 2006, sobre a experiência de vida dos bolsheiros de investigação científica em Portugal. Hoje, o bolsheiro não personifica apenas os interessados na carreira de investigação, grande parte dos quais estando consciente da dificuldade ou da impossibilidade em concretizar essa aspiração. O bolsheiro identifica um grupo de pessoas, com idades e aspirações

profissionais heterogêneas que, preenchendo alguns requisitos, nomeadamente a posse de um determinado curso e média, se candidatam a bolsas como forma de protelar a sua entrada no mercado de trabalho inexistente ou muito escasso, desde a fase da licenciatura. Como premissas centrais, podemos afirmar que, por um lado, a investigação assenta cada vez mais no trabalho dos bolseiros. Estes fazem parte de um grupo heterogêneo que transporta expectativas várias quer sobre a actividade de investigação, quer sobre o seu auto-conceito no contexto do trabalho científico e que importa analisar.

Título População em Idade Activa, trabalho e qualificações

ID 700

Autores José Santos, Maria Filomena Mendes

Resumo: A população em idade activa tem sofrido grandes alterações em relação à sua actividade, com o desemprego a atingir níveis elevados, apesar do prolongamento dos estudos de muitos jovens amenizar de alguma forma o problema. O nosso objectivo é perceber a real dimensão do problema e também quais os requisitos necessários para entrar e permanecer no mercado de trabalho.

Os microdados utilizados respeitam aos IE's, do INE, correspondendo aos inquéritos dos quartos trimestres de 1998, 2000, 2002 e 2004. Só se recolheu informação da população em idade activa.

A metodologia assenta em análise descritiva, análise de correspondências múltiplas entre situação perante a actividade, sexo, grupo etário e qualificações académicas e análise logit binomial e multinomial envolvendo as mesmas variáveis.

A nível de resultados saliente-se a maior vulnerabilidade ao desemprego por parte dos mais jovens, dos menos qualificados e das mulheres apesar destas apresentarem níveis mais elevados de qualificações académicas. Destaque-se ainda a maior taxa de actividade masculina.

Mesa: Selectividade, exclusão e sofrimento no trabalho - 6 de Fevereiro - 14h30 - 305

Moderador: Amélia Lopes

Título As medidas de eliminação das discriminações no trabalho: uma análise da sinuosidade da linha abissal no Brasil

ID 717

Autores Gilsilene Francischetto

Resumo: A Constituição Brasileira de 1988 prevê um arcabouço de normas de não-discriminação envolvendo os mais variados aspectos da relação de trabalho, desde a remuneração percebida, até mesmo a contratação e os motivos da dispensa. O Sistema legal de combate à discriminação inclui normas constitucionais, infraconstitucionais (por exemplo a Lei 9.029/95) e também normas de natureza internacional. Todo o arcabouço jurídico em torno do combate às várias formas de discriminação nas relações de trabalho, fez com que se pensasse que muitos trabalhadores tivessem conseguido ultrapassar a linha abissal que divide a realidade social em dois universos: o "lado de cá" da linha que é o espaço da cidadania e dos direitos e o "lado de lá" onde tais direitos não são aplicáveis e onde temos a tensão entre apropriação e violência. No entanto, apesar do aparente recuo no espaço da apropriação/violência assistimos a situações de neutrilização de tais efeitos. Assim, defende-se que no que diz respeito às normas de protecção ao trabalhador contra eventuais discriminações, a linha abissal continua muito nítida e gerando seus efeitos danosos aos indivíduos. O texto busca discutir quais têm sido as forças que estão atuando dos dois lados da linha abissal, criando um aspecto de inclusão, mas que também representa inúmeras outras formas de exclusão dos trabalhadores.

Título Acções e saberes mobilizados por professores da educação profissional técnica

ID 1367

Autores Jussara Biagini, Mabel Rocha Couto

Resumo: Este artigo pretende analisar, a partir de leituras interpretativas dos memoriais elaborados entre anos de 2004 a 2007, as ações e fazeres dos professores da Educação Profissional Técnica. Ante o desenvolvimento da carreira de docência, esclarece-se que esses professores investigados encontram-se em um estágio de sua profissionalidade, no qual a progressão funcional vertical é obtida a partir da confecção de um memorial. No âmbito da orientação legal, esse documento consiste em apresentar reflexões sobre experiência de trabalho e/ou estudo na área conhecimento que leciona, de modo a elucidar motivações e razões que justifiquem a obtenção de tal progressão. (Portaria ministerial n 475/87) Baseando-se no material analisado, pontua-se a emergência dos seguintes aspectos interdependentes e complementares a respeito das ações e saberes mobilizados pelos docentes investigados que desenvolvem a profissão professor em uma Instituição de Educação Profissional Técnica: o saber experiencial como veio condutor da profissionalização do ensino; a escola como organização de aprendizagem profissional; a consolidação da competência profissional postulada por um status do trabalho da docência.

Título Competências, Formação, Mudança, Competição: Conflito ou Complemento?

ID 1380

Autores Noemi Alice Costa, Jofrina Patrício

Resumo: O desenvolvimento de competências no contexto de mudança paradigmática actual ainda tem como factor de importância a formação do indivíduo ou seu tipo de ligação com as organizações? Através de um estudo de caso realizado na área da saúde desenvolvemos um trabalho que busca explicar sobre a inevitabilidade da mudança nos contextos de "ser e estar" no mundo, onde a globalização, a competição, os avanços tecnológicos, as mudanças dos consumidores, as novas pressões sociais, reflectem o cenário actual. Através de um olhar sobre as atitudes individuais perante a mudança e suas perspectivas, a aceitação e a resistência ao "novo", traz-se a reflexão sobre a formação e o seu papel para o desenvolvimento das competências, onde um de seus objectivos é desenvolver e aperfeiçoar o indivíduo no melhor desempenho de produtividade e eficiência que as empresas necessitam para actuar nos seus mercados globais e competitivos. Entendendo, pois que o estudo abrange as organizações, sejam elas públicas ou privadas, que também aqui

pode-se se falar em competição num âmbito de países e seus meios de sustentação em termos de Estados Nacionais que necessitam crescer e responder convenientemente às necessidades sociais de suas populações e de sua competência enquanto soberanias, buscamos reflectir sobre a proposição do título, onde a interligação dos quatro factores, competência, formação, mudança e competição, podem ser entendidos como factores de conflito ou são complementares aos ambientes organizacionais?

Título O movimento de inclusão nas organizações: relações entre educação e inclusão no trabalho

ID 1511

Autores José Luiz Fonseca da Silva Filho

Resumo: O presente texto pretende socializar os resultados sistematizados a partir de pesquisas realizadas pelo Laboratório de Educação Inclusiva (LEDI) a fim de diagnosticar o contexto de inclusão na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Investigamos as políticas públicas de Educação no Brasil a partir da constituição de 1988 e os dados numéricos acerca da escolarização das pessoas com deficiência na rede pública de ensino prioritariamente nas cidades onde a UDESC tem sede. Ainda, a fim de diagnosticar as carências do projeto de inclusão no ensino superior, buscou-se analisar a realidade da acessibilidade do espaço físico para ampliar a qualidade da participação da pessoa com deficiência no Ensino Superior. Buscamos ainda a partir dos dados de inclusão na universidade, pensar a perspectiva de formação nos cursos de administração e do espaço do trabalho para as pessoas com deficiência. Um dos argumentos utilizados para não implantar as cotas de deficientes nas empresas é o fato das organizações considerarem o público com deficiência com pouca formação para o trabalho. Neste estudo buscou-se desmistificar esta visão ao propor que as relações entre deficiência e trabalho sejam pensadas a partir da ergonomia na profissionalização dos administradores no âmbito da formação inicial.

Mesa: Trabalho e Empreendedorismo: diferentes visões - 6 de Fevereiro - 14h30 - 316

Moderador: Maria da Conceição Cerdeira

Título Trabalho, identidades e políticas de requalificação em Belo Horizonte: Camêlo ou empreendedor popular?

ID 367

Autores Juliana Gonzaga Jayme, Magda de Almeida Neves

Resumo: Se o trabalho dos camelôs em Belo Horizonte existe desde a sua fundação, a partir de 1980 houve um aumento significativo dessa atividade, como em outras cidades brasileiras, já que esse período se caracterizou por fenômenos como a reestruturação produtiva, o fechamento de postos de trabalho nas indústrias, o crescente desemprego e o aumento das atividades (no mais das vezes informais) no setor de serviços. Por outro lado, por volta de 1990, tornaram-se comuns as políticas de revitalização das regiões centrais de grandes cidades, buscando valorizá-las, muitas vezes com um caráter higienizador e segregador. Hoje essas políticas vêm sendo repensadas e, se não a prática, pelo menos o discurso aponta para a valorização das áreas centrais, mas de maneira a abrigar os diferentes sujeitos que as utilizam como local de trabalho, lazer ou moradia. Em Belo Horizonte uma das ações da prefeitura - em parceria com setores privados - foi a construção de shoppings populares para abrigar os camelôs que passaram a ser denominados empreendedores populares. Este artigo busca discutir em que medida é possível pensar as relações entre trabalho e identidade a partir desse novo trabalhador. Cabe então perguntar: os empreendedores populares se identificam como tal? Se sim, por que e em relação a quem? No atual cenário pode-se pensar que as identidades construídas a partir do trabalho sejam mais fluidas, exatamente porque o próprio "mundo do trabalho" não é mais tão sólido?

Título Conexão entre Desenvolvimento Regional e Empreendimentos Populares

ID 531

Autores Ana Maria Pires Mendes, Maria José Barbosa Zezé, Maria Madalena Freire Mada

Resumo: Neste artigo, apresentamos a experiência do Projeto "Desenvolvimento Regional e Arranjos Produtivos Locais de Economia Solidária na Amazônia: mobilização, formação e inovação de Empreendimentos Solidários", em parceria com a então Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA/Pará, atual Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, órgão de fomento de Política Pública de Desenvolvimento Regional. O referido Projeto está vinculado a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Populares – PITCPES, que é um Programa de Extensão da Universidade Federal do Pará, de assessoria a grupos de empreendimentos populares solidários, cujas ações constituem-se campo de articulação entre o ensino, pesquisa e a extensão. O projeto teve como área de abrangência os Estados do Pará (Região Metropolitana de Belém), Acre e Roraima que fazem parte da Amazônia Legal, ficando sua coordenação geral com a ITCPES/Pará. Mas para efeito deste artigo daremos ênfase aos empreendimentos beneficiados da Região Metropolitana de Belém, em virtude de termos acompanhado diretamente esses grupos. O mesmo teve a duração de um ano, ocorreu no período de junho de 2006 a maio de 2007. Na região Metropolitana de Belém, inscreveram-se 25 empreendimentos populares, mas foram selecionados 10, deste apenas um não conseguiu acompanhar o projeto, o processo de operacionalização teve início com a mobilização, inscrição, seleção e acompanhamento dos empreendimentos, que ocorreu através de visitas técnicas, a aplicação de questionário e capacitação/formação (oficinas, reuniões e cursos). O referido projeto teve como objetivo principal criar alternativas concretas de inclusão sócio-econômica dos trabalhadores. Os empreendimentos beneficiários apresentaram o seguinte perfil: a maioria formado por grupo de mulheres, com baixa escolaridade, predominando o ensino fundamental, faixa etária entre 25 a 39 anos, com a predominância de renda até um salário mínimo.

Título A Democracia dialógica: uma análise das iniciativas de economia solidária no Brasil

ID 550

Autores Daniela Miranda

Resumo: A economia solidária, também conhecida em outros países da América Latina como economia social, se caracteriza por experiências associativas de trabalho e renda sob o enfoque de uma outra forma de se fazer economia. Mais comprometidas com o desenvolvimento humano, as experiências autogestionárias representam atualmente no Brasil mais de 21.000 empreendimentos.

O envolvimento de atores sociais nesse contexto constitui-se como um imperativo, uma vez que o agir social dos empreendimentos na esfera pública representam por si só uma outra lógica nas relações econômicas e de trabalho, que se estabelecem para além de uma simples alternativa ao desemprego. A democracia tem sido alvo de permanente debate teórico, principalmente diante do fato de que a democracia representativa não corresponde à complexidade social contemporânea, uma vez que as organizações partidárias tendem a supervalorizar as estruturas burocráticas, transformando a ação política em questão a ser tratada por “especialistas”, fazendo com que as formas de representação sirvam, via de regra, mais para dominar do que para servir às classes populares. Assim, o estudo se constitui no sentido de verificar a existência de práticas dialógicas nos empreendimentos de economia solidária, bem como se essas práticas se estabelecem como condições constitutivas dos empreendimentos. A questão de fundo tenciona investigar como se dá a participação democrática dos empreendimentos de economia solidária, em especial nas suas formas de articulação política e de representação na esfera pública. Para tanto, a pesquisa apóia-se em dados empíricos que demonstram a existência de vínculos sociais nos empreendimentos de economia solidária. Os dados pertencem a base de dados do governo federal, ou seja, do SIES (Sistema de Informações sobre Economia Solidária). Os dados empíricos partem de estudos já realizados sobre o tema, bem como em relação à análise dos dados do Primeiro Mapeamento Nacional de Economia Solidária do Brasil, constante na base de dados eletrônica do Sistema de Informação de Economia Solidária.

Título Trabalho e Mulheres: Organização e estratégias de geração de renda

ID 705

Autores Terezinha Moreira Lima Lima, Sara Diniz Nascimento, Sahra Caroline Rodrigues Trinta

Resumo: As relações desiguais de gênero no mundo do trabalho têm se acentuado, sobretudo em relação aos processos de desenvolvimento capitalista caracterizados pelo desemprego, precarização e desregulamentação das leis de proteção social que atingem a mão de obra feminina, tanto pela falta de equidade em relação aos homens quanto pelas condições de trabalho impostas às mulheres. Os processos de flexibilização do capital e do desemprego estrutural tendem a influir mais sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho, reservando a elas as ocupações mais precárias com prolongadas jornadas de trabalho, sem garantias sociais e desnivelamento salarial em relação aos homens. Entretanto, no bojo das crises de reestruturação produtiva surgem alternativas de geração de trabalho e renda onde trabalhadores (as) recriam formas solidárias de trabalho fundadas em princípios de auto-gestão e cooperação denominadas de economia solidária com vista ao enfrentamento das crises do capitalismo e dos níveis abismais das desigualdades sociais. Destacam-se organizações de mulheres que objetivam não só a geração de trabalho e renda, mas, também, a aprendizagem de uma profissão e a elevação da auto-estima, não mais se restringindo à identidade de dona de casa, mãe e esposa, como exclusivamente das mulheres. Desta forma, as experiências do Arza Biojóia e da Associação de Mães do Rio Grande de São Luís congregam mulheres artesãs nessa nova forma de organização do mundo do trabalho, desenvolvendo estratégias de geração de renda a partir da cooperação, auto-gestão e solidariedade.

Título Cooperativismo: uma alternativa organizacional do trabalho

ID 1586

Autores Thatiana de Andrade Figueira Avila, João Eduardo Tombi Avila, Ariany Maia Santos, Leonardo Francisco Figueiredo Neto

Resumo: O artigo analisa as cooperativas como uma alternativa viável de organização do trabalho, desvinculando-se do modelo estrutural individualista e centralizado voltando o olhar para a cooperação. Algumas diferenças entre cooperativa e empresa privada são apresentadas, assim como uma apresentação da gestão cooperativa e alguns desafios são expostos no ato de cooperar. O objetivo é expor uma alternativa viável de trabalho e caracterizar a organização cooperativa bem como suas peculiaridades.

Mesa: Trabalho e Precarização - 6 de Fevereiro - 14h30 - 315

Moderador: Celso Ferretti

Título Relações de Trabalho no mundo globalizado

ID 1353

Autores Maria José Oliveira Lima

Resumo: O presente artigo pretende refletir sobre a possibilidade do processo de trabalho oferecer auto-realização ao homem mesmo com as alterações pelas quais passa o mundo do trabalho.

As mudanças ocorridas após a segunda guerra mundial são fruto do desenvolvimento do sistema capitalista de produção que atinge níveis de mundialização a partir dos anos de 80 do século XX.

Para Ianni (1992) a globalização, pode ser considerada como um processo caracterizado por mudanças em diferentes esferas da sociedade mundial e que altera relações, processos e atividades sociais, econômicas, políticas e culturais, ainda que de modo desigual e contraditório.

Observa-se que a globalização traz inúmeras mudanças na vida do trabalhador. Suas principais conseqüências resultam na precarização do trabalho, na flexibilização das relações de trabalho, no crescimento do desemprego e desregulamentação dos direitos trabalhistas, gerando assim, situações de exclusão social e privação dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Diante de tantas e rápidas transformações em volta do universo do trabalho, a classe trabalhadora pode ser dividida em dois grupos. A primeira, composta por trabalhadores inseridos nas empresas, com determinada segurança trabalhista, mais adaptável aos processos, flexíveis e móveis. A segunda, composta por trabalhadores empregados em tempo integral,

possibilita habilidades facilmente disponíveis ao mercado de trabalho, com alta rotatividade. Ainda pertencente a este grupo, os trabalhadores em situação periférica, o que quer dizer: empregados em tempo parcial, casual, com contrato por tempo determinado, temporário e subcontratado.

Título Novas formas de reprodução da precariedade nas relações de trabalho: Um estudo sobre os trabalhadores de moto-táxi em Campina Grande – PB

ID 1381

Autores Jucelino Luna

Resumo: No mundo contemporâneo assistimos o crescimento incontestável do desemprego, configurando-se no maior drama social da modernidade. Hoje, segundo dados da (OIT), quase um terço da força humana mundial disponível para o ato laborativo está exercendo trabalho parciais, precários, temporários ou vivencia as agruras do não-trabalho, do desemprego estrutural. Perambulam pelo mundo, como “prometeus” modernos, à cata de algo para sobreviver (ANTUNES, 2005). O propósito da comunicação é, de fato, discutir o fenômeno do moto-taxismo enquanto uma manifestação das novas formas de trabalho informal e precário. Trata-se de um fenômeno, o do moto-taxismo, que vem manifestando-se nas duas últimas décadas em todas as regiões do país, principalmente nas cidades interioranas de porte médio. Campina Grande, na Paraíba, é um caso típico, quanto a isso. Ao mesmo tempo, situa-se sob um contexto mais amplo, das novas formas de trabalho e de regulação das relações de trabalho, desencadeadas com a globalização. Entender esse contexto mais amplo é uma condição fundamental para a nossa pesquisa. A questão central que permeia o nosso trabalho é: que tipos de relações de trabalho e de formas de sociabilidade estão na base de constituição desse novo segmento de trabalhadores, tendo-se em conta os novos padrões de relações de trabalho que estão compondo na atualidade o mundo do trabalho.

Título A Precarização do Trabalho e a Ausência de Proteção Social no Setor Produtivo de Confeções de Pernambuco

ID 1501

Autores Ana Elizabete Mota, Viviane Souza, Luanne Alves

Resumo: A pesquisa tem como propósito realizar um estudo sobre a experiência produtiva do município de Toritama, situado no Agreste Setentrional de Pernambuco. Trata-se de uma iniciativa de desenvolvimento local no ramo da indústria têxtil, mais especificamente no setor de vestuário com especialização na confecção de jeans, com grande absorção de força de trabalho no mercado local e regional. A pesquisa tem como foco a relação entre dinamismo econômico e as condições de vida e de trabalho da população, posto que o crescimento da economia local não vem garantindo desenvolvimento social e melhores condições gerais de vida da população local. Temos por suposto que o desenvolvimento / crescimento econômico, por si só, não significa, nem assegura o usufruto social da riqueza produzida. Embora haja expansão de emprego e de ocupações remuneradas, o município apresenta indícios e indicadores de pobreza. Por isso, o nosso intuito é fornecer subsídios para uma reflexão crítica e apresentar dados e argumentos que exponham o custo do desenvolvimento econômico, expondo as formas de precarização do trabalho e condições de vida da população, visto que a realidade do município revela uma visível precariedade nas condições de trabalho e ausência de proteção social na região, embora as estatísticas indiquem que Toritama alcançou elevados níveis de produção e absorção de mão-de-obra.

Mesa: Cultura profissional e profissionalização: novos desafios e protagonistas - 6 de Fevereiro - 16h15 - 206

Moderador: José Eustáquio de Brito

Título Modalidades de Inserção Profissional, Espaços de Atuação e Percepções do Jornalismo no Brasil

ID166

Autores Fernanda Petarca

Resumo: Este artigo é resultado de uma tese de doutorado e analisa as condições sociais de ingresso e ascensão profissional no jornalismo no Brasil. O material empírico é constituído por uma pesquisa do conjunto dos jornalistas que ocupam posições dirigentes em diversos espaços de atuação profissional (como jornais, emissoras de rádio, canais de televisão, assessoria de imprensa, universidade, entidades associativas e de representação profissional). Parte-se do princípio que nas lutas profissionais por classificação e por acesso a certas posições os agentes comprometem os recursos que acumularam durante seu trajeto social e profissional e que resultam de sua origem social, formação escolar e inserção em outras esferas de atividade. Nesta investigação interessou, particularmente, a relação entre recursos sociais e esferas de atuação, com objetivo de identificar de que forma as esferas em que os jornalistas estão inseridos possibilitam, enquanto espaços de sociabilidade, a acumulação de um conjunto de recursos que podem ser reconvertidos em recursos profissionais. Além disso, tornou-se igualmente relevante investigar de que forma a inserção em certas esferas sociais contribui para determinadas concepções da profissão, uma vez que as esferas sociais são, ao mesmo tempo, espaços de interações concretas e uma estrutura de sentido. A capacidade de mobilizar diferentes inserções e reverter recursos provenientes de diversos espaços sociais apresentou-se como uma garantia de “sucesso” profissional. Dentre os recursos mobilizados, estão aqueles proporcionados pelas origens sociais elevadas, os obtidos no interior das redações jornalísticas e aqueles acumulados pela experiência em movimentos sociais e atuação política.

Título Apreciações sobre o conservadorismo no serviço social

ID 178

Autores Ana Paula Rocha de Sales Miranda, Regina Maria Giffoni Marsiglia, Patrícia Barreto Cavalcanti, Mirian Alves da Silva, Claudenizia de Oliveira Pereira

Resumo: Tendo a questão social, ou suas múltiplas expressões, como base social histórica para a profissionalização do Serviço Social, a profissão surge no Brasil envolta pela ideologia conservadora e pelo projeto da classe dominante que enfocava a questão social de modo despolitizado e individualizador. Esse pensamento conservador passou a ser

questionada nos anos 1950, esbarrando com o Golpe Militar de 1964 cuja repressão compeliu a profissão para uma preocupação maior com seu instrumental e metodologias. Nos anos 1980, o Serviço Social se aproxima da vertente marxista que passa a orientar o projeto ético-político profissional na década seguinte. Contudo, é também neste momento que as idéias neoliberais passam a vigorar no plano econômico, trazendo importantes reflexos sobre os planos político e social, redundando em políticas sociais reducionistas que encontram na pós-modernidade o caminho fértil para a justificativa dessa perspectiva individualizadora e o questionamento da teoria marxista. Este conjunto de fatores, somado à permanência na profissão de práticas tuteladoras e burocratizadas perpassadas pelo pensamento conservador, contrárias ao projeto hegemônico profissional, mas que conviviam com o mesmo, abre espaço para a recuperação de valores tradicionalistas na sociedade e para o fortalecimento das idéias conservadoras que partindo de questões como a responsabilização do cuidado, a valorização do local, do capital social, da solidariedade, do voluntariado e mesmo da família confluem perversamente com as propostas emancipatórias que se utilizam das mesmas questões, porém sob uma ótica diferente, exigindo do Assistente Social uma postura crítica no seu cotidiano profissional e clareza do seu referencial teórico e metodológico.

Título As tradicionais técnicas de construção naval artesanal maranhense e o conceito de bem cultural imaterial

ID 685

Autores Raissa Moreira Lima Mendes

Resumo: O trabalho analisa a inclusão do modo de fazer das tradicionais técnicas da construção naval artesanal maranhense no conceito de bem cultural de natureza imaterial formador do patrimônio cultural brasileiro. Verifica-se a cultura como direito social fundamental e o patrimônio cultural como direito difuso e foco de proteção do Direito Ambiental Brasileiro, a partir da atual visão holística de meio ambiente, que engloba fatores de ordem física, biológica e socioeconômica. O estudo identificou mecanismos legais de defesa e valorização do patrimônio cultural imaterial brasileiro, propícios ao reconhecimento do modo de fazer em questão. Constatou-se, portanto, ser possível a inclusão das técnicas da construção naval artesanal maranhense como bem cultural imaterial no Livro dos Saberes do Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro, o que possibilita o reconhecimento e a salvaguarda legais que lhes são devidos, por constituírem referência à identidade, à ação e à memória de grupo formador da sociedade, revelando-se a riqueza da diversidade cultural do país.

Título Intersecções entre capital e trabalho: a indústria do calçado de Franca (Brasil)

ID 1294

Autores Alexandre Marques Mendes, Agnaldo de Sousa Barbosa

Resumo: Historicamente, a indústria de calçado é uma atividade de nível tecnológico baixo e, todavia, também nos dias atuais apresenta características manufatureiras. Esse aspecto se projeta diretamente na dinâmica de formação das classes sociais no setor: o trabalho manual além de ser o fator central nesse universo produtivo, ademais, é inclusive um elemento de conexão para a gênese de inúmeras trajetórias empresariais. Com base nesse contexto reflexivo, como pensar uma reestruturação do mundo do trabalho nesse setor produtivo? Em um tempo em que as referências à superação do fordismo são habituais e freqüentes, nas Ciências Sociais, muitas vezes com a fala do “fim do trabalho”, como refletir acerca de uma atividade industrial em que, por suas especificidades, mantém traços característicos do passado do capitalismo industrial? Nosso intento, com esta ponência é articular os resultados das investigações feitas em nosso doutoramento, contestando correntes teóricas clássicas, partindo de pressupostos distintos, do capital e trabalho, indicando que estes apresentam mais convergências que uma consideração a priori poderia presumir.

Título Rolo compressor e água da fonte: jovens, reprodução e técnicas de subjetivação capitalísticas contemporâneas

ID 1562

Autores Igor Vinicius Lima Valentim, Nadine Friedrich Cabral

Resumo: Setembro de 2008. Jornais noticiam incertezas quanto a uma suposta recessão de escala mundial prestes a estourar. Supostos especialistas em economia ganham as telas dos televisores mundo afora e não se cansam de repetir os perigos que corremos se ganhar maiores proporções uma crise mundial no setor financeiro graças a ‘grandes’ empresas americanas. Setecentos bilhões de dólares. Esse é o tamanho preliminar da ‘ajuda’ dos Estados Unidos da América às suas empresas para enfrentar a mais nova ‘crise’ do capitalismo contemporâneo e acalmar os ânimos, com a intenção de tudo continue na mais perfeita normalidade.

Setembro de 2006. Sala de reuniões de uma das maiores empresas americanas. Em conversa com os mais novos contratados da companhia, cerca de vinte universitários recém-formados em instituições ‘de prestígio’, o presidente da corporação discursa sobre a necessidade de que os novos ‘colaboradores’ tenham foco nos resultados e ressalta a importância de que estes ‘talentos’ entendam a necessidade de serem ‘rolos compressores’. Horas mais tarde, em outra reunião, uma alta executiva da área de recursos humanos discorre sobre a necessidade que os mesmos funcionários se comportem como a água, mantendo suas propriedades enquanto se moldam às mais diferentes situações.

Este artigo busca, por meio do cruzamento das cenas acima expostas, investigar que técnicas de subjetivação saltam aos nossos olhos e nos alertam neste cenário injusto e discrepante da contemporaneidade? Como os jovens participam disso? E mais, é possível falar em crise financeira com tanto dinheiro à disposição destas organizações capitalistas?

Título Confiança Organizacional num contexto de Desenvolvimento Organizacional

ID 1641

Autores Ana Paula Aguiar Martins

Resumo: O enquadramento temático no qual se desenvolve este estudo é o da confiança organizacional e o desenvolvimento organizacional. O objectivo deste estudo é analisar como a confiança organizacional interage de forma diferenciadora, enquanto um elemento intrínseco, num clima de mudança e de procura do desenvolvimento organizacional, que visa orientações para o sucesso da organização ao nível dos recursos humanos.

Dada a especificidade do tema, a abordagem orientada será qualitativa e o método de investigação será um estudo de caso único, baseado na “Grounded theory”, esta metodologia tem como objectivo último gerar teoria que é construída com

base na recolha e análise sistemática e rigorosa dos dados e na orientação dos investigadores, através de um processo indutivo de produção de conhecimento. Este estudo se realizará num centro de formação, na região Norte do país, cujas necessidades vão de encontro a essa temática.

Neste contexto, o estudo analisará a confiança organizacional, buscando verificar hipóteses teóricas de que esta pode constituir uma variável crítica, capaz de influenciar a eficácia de um processo de mudança e de desenvolvimento organizacional.

Dado que a literatura existente sobre a confiança organizacional é relativamente recente, por conseguinte, relaciona-la com a mudança e o desenvolvimento organizacional ao nível dos recursos humanos, dará sem dúvida, a originalidade necessária para a investigação, que advém da inter-relação entre os três conjuntos de processos, a citar: confiança, mudança e desenvolvimento organizacional.

Pesquisas sobre a confiança organizacional e o desenvolvimento organizacional são importantes para minimizar os conflitos entre os indivíduos e as organizações, assim sendo, é de grande importância esta investigação, que na altura da realização do Congresso, espero já ter dados empíricos consistentes para demonstrar.

Mesa: Políticas de gestão de recursos humanos - 6 de Fevereiro - 16h15 - 208

Moderador: Ana Maria F. Teixeira

Título Incubadora de economia solidária e potencialização do desenvolvimento sustentável e da autonomia das experiências de geração de trabalho e renda em São Borja e na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul

ID 1262

Autores Caroline Goerck, Sheila Kocourek, Monique Bronzoni Damascena

Resumo: A assessoria pode ser entendida como uma forma de acompanhamento e monitoramento de uma determinada demanda, em que o assessor normalmente não tem vínculo permanente com o local da prestação e realização desse trabalho. Pretende-se por meio desta atividade de assessoria implantar uma Incubadora de Economia Solidária no Centro de Ciências Sociais – Campus São Borja/UNIPAMPA –, com vistas a potencializar e fortalecer o desenvolvimento sustentável e a autonomia das experiências de geração de trabalho e renda incubadas em São Borja e na região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Por meio deste projeto de extensão comunitária, que visa a implantação de uma nova incubadora, pretende-se fortalecer e contribuir para o processo de constituição de uma rede que envolva os empreendimentos coletivos, com vistas a incluir os sujeitos que se encontram a margem do mercado formal de trabalho na sociedade. Primeiramente serão quatro experiências incubadas no município de São Borja, posteriormente pretende-se assessorar outros empreendimentos da Região da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. Refere-se que por meio do processo de incubação, objetiva-se que os trabalhadores inseridos nos empreendimentos assessorados alcancem uma renda mensal de um salário mínimo. Pretende-se também promover a melhoria na qualidade e condições de vida dos trabalhadores pertencentes às experiências incubadas, que estão em situação de vulnerabilidade social.

Título As funcionárias terceirizadas da Universidade de Brasília e seus filhos no trabalho: conseqüências da falta de escolas públicas de tempo integral.

ID 628

Autores Kelly Barbi

Resumo: Este estudo buscou analisar quais as razões para as funcionárias terceirizadas da Universidade de Brasília levarem seus filhos para o ambiente de trabalho. Foram realizadas dez entrevistas com a categoria selecionada. A coleta de dados baseou-se nas observações: ordinária e participante, seguida de entrevistas não-estruturadas do tipo guiadas. Os principais tópicos abordados na entrevista permitiram uma visão ampliada acerca do problema colocado, transitando nas esferas particular e global. Questões como a situação atual do emprego; suas preferências quando o assunto é a escola; o real desejo de seus filhos; seus sentimentos pela Universidade sintetizam alguns dos pontos trabalhados com essas mães. Os resultados demonstram que há uma significativa demanda por escolas públicas de tempo integral. A dupla jornada de trabalho feminino se mostrou uma peça-chave para a manutenção da dinâmica familiar. Por fim, revela a necessidade de mais pesquisas sobre escolas de tempo integral na tentativa de solucionar uma demanda real e concreta.

Título O bom-senso como competência política dos profissionais de recursos humanos B545

ID 690

Autores António José Almeida

Resumo: Colocados no terreno da gestão das relações de trabalho, os profissionais de recursos humanos vêm-se confrontados, particularmente no contexto das sociedades de capitalismo avançado, com a crescente sofisticação simbólica dos instrumentos de dominação ao serem chamados a implementar políticas de docilização consentida da mão-de-obra numa sociedade em que o culto da performance se transformou no valor social hegemónico (Ehrenberg, 1991).

A implementação de políticas de docilização, embora recorra a um aparato técnico-instrumental cada vez mais sofisticado, de que a gestão pelas competências ou a avaliação de desempenho a 360° são exemplos, parece fazer-se, sobretudo, através da mobilização de recursos discursivos capazes de funcionar como mecanismos de disciplinarização (Fournier, 1999). Para actuar neste contexto dominado pela conformação ideológica através do controlo simbólico, os profissionais de recursos humanos são chamados a mobilizar um conjunto de competências de natureza política de que o bom-senso parece ser o elemento aglutinador (Reed, 1997).

Partindo da problemática enunciada, a presente comunicação pretende dar conta dos resultados preliminares de um projecto de investigação em curso para obtenção do grau de doutor em que, a partir da análise de conteúdo de cinco entrevistas semi-directivas a directores de recursos humanos de grandes empresas portuguesas, procuramos discutir o papel das competências políticas no exercício quotidiano das suas práticas profissionais.

Os resultados obtidos confirmam a centralidade deste tipo de competências, de que o bom-senso é o elemento discursivo de referência, em virtude da natureza eminentemente relacional e simbólica do papel que os profissionais de recursos humanos são chamados a desempenhar.

Título Educação, formação para o trabalho e hegemonia

ID 472

Autores Filipina Chinelli

Resumo: No esforço de articular e justificar o chamado novo paradigma produtivo – no permanente processo de construção e manutenção da hegemonia –, nunca, como hoje, as instituições educacionais estiveram tão profundamente impregnadas e orientadas pela ideologia do mercado, assumindo o empresariado um protagonismo cada vez mais direto no campo educacional. A educação vem se constituindo em instrumento privilegiado de inculcação de dispositivos ideológicos capazes de produzir trabalhadores “dóceis”, ativos “colaboradores” do capital. São analisados os novos formatos educacionais acionados pelas empresas – a “educação corporativa” e suas variações –, associando-os aos processos de mudança que vêm ocorrendo no país, no contexto de mundialização do capital. A investigação empírica foi realizada com “colaboradores” da maior empresa de telecomunicações do país e com trabalhadores tercerizados que a ela prestam serviços, para os quais a mesma empresa financiou programa de elevação de escolaridade, estruturado com autonomia pedagógica pelo sindicato da categoria – Sinttel-Rio.

Título Estratégias empresariais e gestão da formação no sector de componentes para automóvel

ID 450

Autores João Pedro Cordeiro, Paulo Manuel Almeida Lima

Resumo: A evolução das organizações e a complexidade envolvida na sua gestão têm feito com que a gestão de recursos humanos seja reconhecida como um dos factores importantes para a eficiência organizacional. As empresas consideram os recursos humanos como o factor gerador de saberes e competências, proporcionando uma posição diferenciada face à concorrência.

Apesar da importância do factor humano, os gestores encontram ainda dificuldade em estabelecer ligações entre as práticas de gestão de recursos humanos e a estratégia organizacional. Todavia, conforme reflectido por alguns autores, as organizações com pessoal motivado, flexível e comprometido possuem maior capacidade para implementar as estratégias concebidas. Deve pois haver a responsabilidade de colocar nas organizações profissionais capacitados, qualificados e competentes, que serão os principais responsáveis pela identificação e implementação das estratégias.

Neste sentido, o objectivo desta comunicação é o de compreender as inter-relações existentes entre as práticas de gestão da formação dos quadros superiores e as estratégias empresariais no sector de componentes para automóvel.

As estratégias empresariais constituem um conjunto de objectivos e de políticas voltadas para orientar o comportamento global da empresa em relação ao seu ambiente interno e externo. Ao nível das estratégias empresariais, procurar-se-á identificar qual é a estratégia principal preconizada pelas empresas.

A gestão de quadros pode contribuir para a maximização da eficácia das organizações, desde que as práticas de gestão sejam capazes de orientar os comportamentos na busca dos objectivos estratégicos estabelecidos. Ao nível da gestão de quadros, procurar-se-á caracterizar as práticas de gestão da formação para os quadros superiores.

Título Os Trabalhadores sociais e os novos desafios na contemporaneidade

ID 697

Autores Celeste Aparecida Barbosa, Nanci Soares

Resumo: A vertente temática, sociedades desiguais e paradigmas em confronto, expressam a interpretação dos acontecimentos nas últimas décadas, tomamos como ponto de partida às modificações no mundo do trabalho, as quais podem ser percebidas na sociedade, no Brasil são intensas essas alterações, o que exige do trabalhador social compromisso com a construção da cidadania, defesa da esfera pública, cultivo da democracia, equidade e liberdade.

O mundo atual passa pela crescente precarização do trabalho, a ocorrência do aumento do desemprego estrutural, o avanço tecnológico, a necessidade premente de adequação aos novos padrões de produção que em seu recente formato tem aumentado à legião daqueles que se encontram privados de vender a sua força de trabalho, pode ser visto como um dos meios geradores da desigualdade social. A situação de exclusão da qual a maioria dos brasileiros está exposta, violenta a pessoa humana negando a própria razão da vida social. O fenómeno do desemprego tem sido motivo de intenso debate considerando-o como eixo das discussões no âmbito das propostas de intervenção do assistente social.

O Serviço Social como ciência social aplicada, caracteriza-se e identifica-se historicamente, pela prática da assistência social. A direcção do agir profissional foi estabelecida pelo capitalismo e suas estratégias e mecanismos de opressão social e reprodução da ideologia dominante, o grande desafio na contemporaneidade ocorre quando a acção desloca-se dentro de um processo mediador de duas realidades: de um lado uma minoria privilegiada que direciona seus interesses e por outro, cidadãos que necessitam exercitar seus direitos na luta pela cidadania.

Mesa: Trabalho, Saúde e Desprotecção Social - 6 de Fevereiro - 16h15 - 211

Moderador: Iolanda Maria Alves Évora

Título Trabalho e Sociabilidade na Construção Civil

ID 745

Autores Ivonaldo Leite

Resumo: Como fenómeno que medeia a relação entre o ser humano e a natureza (entendendo-se que ele próprio é parte da natureza), o trabalho é, portanto, um dispositivo que produz cultura. Assim, pode afirmar-se que o acto de transformação da natureza é também um acto de liberdade, pois se num primeiro momento a natureza se apresenta aos homens como destino, é o trabalho a condição de superação dos determinismos. De outra parte, o trabalho deve ser concebido como

fenómeno de dupla dimensão: por um lado, ele é essa relação de intercâmbio com a natureza, impulso de encontro do humano consigo mesmo e com a liberdade, e por outro, ele é uma relação social, no limite, marcada pelo sofrimento, na medida em que, como resultado do assalariamento, ela reveste o trabalho humano de alienação (do latim alienare, afastar, distanciar, separar). Tendo como referência este enquadramento teórico, a comunicação objectiva analisar as manifestação de sociabilidade entre os trabalhadores da construção civil, a partir de uma investigação levada a efeito na cidade de Mossoró, estado do Rio Grande do Norte/Brasil. Como resultados, entre outras constatações, obteve-se o seguinte: 1) o sofrimento profissional é uma das marcas do trabalho na construção civil; 2) em segmentos da mesma, não há, por parte dos trabalhadores, sentimento de identidade profissional, em decorrência da precariedade laboral; 3) são frequentes os casos de alcoolismo entre os trabalhadores. Conclusivamente, realça-se, por exemplo, que o desenvolvimento autônomo da sociabilidade no sector tem sido bloqueado.

Título A Máscara caiu... uma análise qualitativa sobre Assédio Moral em instituições de Ensino Superior no Brasil.

ID 1064

Autores Françoise Dominique Valéry, Ivanilde Maria Severiano

Resumo: Estudos e pesquisas sobre assédio moral estão se multiplicando no Brasil, focalizando a ocorrência deste fenômeno no ambiente de trabalho, em diversas organizações e empresas. Com base em inúmeras denúncias de funcionários, alunos e professores de Instituições de Ensino Superior – IES, a pesquisa busca identificar as diversas modalidades e especificidades do assédio moral em IES no Brasil. A equipe já efetuou um levantamento preliminar, de natureza quantitativo, sobre a frequência e modalidades de assédio moral em IES públicas (esfera federal e estadual) no Brasil e comparou dados levantados em diversas regiões. Com base no perfil dos respondentes e na análise qualitativa de suas respostas, o trabalho pretende desvendar um pouco mais deste fenômeno, a partir das percepções de docentes e discentes que vivenciaram diversas modalidades de assédio moral no ambiente universitário. Utiliza-se de categorias tais como: relações hierárquicas, relações de poder, relações de gênero, classe, cor e idade, preconceito e discriminação, aspectos sexuais e aspectos psicológicos. Tais categorias ilustradas pelas falas dos sujeitos pesquisados revelam que o assédio moral vai bem além da agressão verbal ou física e que suas conseqüências na instauração de um “império do medo” no ambiente de trabalho e estudo requererem intensa mobilização no combate institucional à este fenômeno, ainda menosprezado ou pouco tratado pelas IES no Brasil. Colocando em filigrana as dimensões da educação, ética e moral, cidadania e direitos humanos, o trabalho oferece subsídios para o combate ao assédio moral no seio do mundo universitário.

Título Condições de Trabalho e Acidentes Laborais em Portugal: entre regulação e competitividade económica

ID 1079

Autores Teresa Maneca Lima

Resumo: As profundas mudanças observadas na organização dos processos de trabalho, visando o aumento da produtividade, da flexibilidade e a redução os custos de produção, geralmente não vêm acompanhadas de uma melhoria efectiva das condições de trabalho. Se, por um lado, a (des)regulação e a privatização económica são usadas em nome do aumento da produtividade, permitindo que a definição de políticas públicas e o próprio direito laboral nacional se transformem em vantagens comparativas. Por outro lado, a globalização e a liberalização dos mercados trouxe para as agendas públicas e políticas o debate em torno da promoção dos direitos laborais.

Partindo desta discussão e da relação entre Estado e Mercado, este paper pretende discutir, à luz das alterações económicas e laborais actuais, o fenómeno da sinistralidade laboral em Portugal, que apesar de não ser um fenómeno novo ou exclusivo da nossa sociedade, permanece como um problema laboral e social grave, uma vez que, não obstante o investimento sucessivo em políticas de prevenção e campanhas de sensibilização, os números relativos a acidentes de trabalho (mortais e não mortais) se mantém elevados.

Este cenário parece mostrar, então, que as políticas de prevenção e a regulação do fenómeno dos riscos laborais falharam, demonstrando de igual modo uma maior fragilidade e erosão dos direitos dos trabalhadores, nomeadamente o direito à segurança e saúde no trabalho, o direito a um trabalho digno e decente.

Título Plano Simplificado da Previdência Social: é a solução para inclusão previdenciária brasileira ?

ID 1106

Autores Amelia Pegas Pereira da Silva

Resumo: A década de 80 foi palco de algumas inflexões que apontaram para a emergência de reformas na Previdência Brasileira. A Constituição de 1988 instituiu um sistema de Seguridade Social que visa através de ações dos poderes públicos garantir os direitos relativos à saúde, previdência e assistência social. Com a crise econômica vigente no Brasil, a seguridade se torna vulnerável e vítima do excessivo grau de informalização da economia brasileira. Nesse sentido, a Previdência Social, buscando ampliar a proteção e a promoção sociais através do aumento da cobertura previdenciária e assistencial, instituiu o Programa de Educação Previdenciária. As ações desenvolvidas nesse programa têm como público alvo os contribuintes e não contribuintes do sistema previdenciário e são realizadas através de palestras, cursos de disseminadores, orientação e informação sobre os benefícios e planos da Previdência Social, atendendo aos interesses e necessidades, partindo da realidade da população alvo. Um dos mais recentes planos para promover a inclusão previdenciária de cidadãos não contribuintes foi o Plano Simplificado, aprovado pelo Decreto nº. 6.042 em 12 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre a redução da alíquota de contribuição de 20% para 11% do salário mínimo vigente na época. Mas será que esse plano é a solução para a inclusão previdenciária? Diante do exposto, o presente estudo objetiva analisar o Plano Simplificado enquanto alternativa para inclusão no Regime Geral da Previdência Social, comparando com o Plano Tradicional e com a realidade vivenciada pelo Programa de Educação Previdenciária no Brasil.

Título Trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro no Brasil

ID 1236

Autores José Roberto Pereira Novaes

Resumo: A comunicação está baseada em pesquisas sobre as mudanças tecnológicas na lavoura canavieira do Brasil e suas consequências na dinâmica do mercado de trabalho gerando novas formas de arregimentação, organização e gestão do trabalho agrícola. A despeito dos benefícios da mecanização agrícola, em tempos de produção de etanol, mudanças no padrão de produtividade intensificam o ritmo e precarizam relações de trabalho no campo. Ao mesmo tempo em que os Departamentos de Recursos Humanos se utilizam de modernas técnicas de motivação e premiação para os trabalhadores "campeões de produtividade", os jornais do Estado de São Paulo - o mais rico do Brasil - noticiam mortes por exaustão de trabalhadores nos canaviais. Novos critérios de arregimentação e gestão da mão de obra fazem com que, nos dias atuais, entre os cortadores de cana predominem jovens trabalhadores migrantes no vigor de sua força física que devem se mostrar capazes de cortar, no mínimo, 10 toneladas de cana por dia. A reflexão proposta trata do paradoxo presente na equação: modernização agrícola/ cainbras e doenças resultantes da superexploração da força de trabalho.

Título A violência visível e invisível dos acidentes de trabalho na polícia militar do Rio Grande do Sul/Brasil
ID 1308

Autores Cristina Kologeski Fraga

Resumo: Trata-se de uma pesquisa que originou a tese de Doutorado em Serviço Social que investigou o acidente trabalho na Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul – Brigada Militar – no Brasil, ancorando-se na hipótese de que o mesmo expressa formas de violência construídas na sociedade contemporânea, instituídas e legitimadas na Brigada Militar (BM). Na BM, essas formas de violência refletem as condições de trabalho policial (formas de execução: precariedade, sobrecarga devido aos trabalhos extras, pressão social e institucional) e sua organização rigidamente hierarquizada (baseada na centralização de decisões, divisão e padronização das tarefas). A análise se deu por meio de uma abordagem que entrelaçou a violência, saúde do trabalhador e Polícia Militar e concretizou-se em um estudo de caso no qual se privilegiou a BM como unidade de referência. Os procedimentos de coleta articulam dados quantitativos e qualitativos sobre o acidente: com os profissionais da saúde, gestores da BM e as famílias das vítimas de acidente. O objetivo foi dar visibilidade às instâncias e dimensões pelas quais se constroem os mecanismos de invisibilidade nos acidentes na BM, captando as múltiplas formas de violência que ocorrem no trabalho do policial. Para a análise utilizou-se a análise de conteúdo e a triangulação. As conclusões sugerem que há uma representação institucional restringindo o acidente à atividade-fim, contrapondo-se às variadas formas e circunstâncias em que estes ocorrem. Evidenciou-se, ainda, a preocupação da instituição com o acidentado que, em muitos momentos, é refém da precariedade de políticas públicas.

Mesa: Trabalho: reconfiguração, identidades e precariedade - 6 de Fevereiro - 16h15 - 210
Moderador: Marília Veronese

Título O trabalho do agente comunitário de saúde e a política de atenção básica em São Paulo/Brasil
ID 114

Autores Maria Luísa Sandoval Schmidt, Tatiana Freitas Stockler das Neves

Resumo: A comunicação será aberta com breve apresentação de pesquisa participante em equipamento de atenção básica em saúde da cidade de São Paulo/Brasil, cujo objetivo foi compreender aspectos da implementação de política pública de atenção primária no embate com o modelo médico-assistencial hegemônico no país. Esta apresentação focalizará dois contextos: a) grupos de discussão com agentes comunitários de saúde (ACSs) e b) observação participante das reuniões mensais de profissionais da unidade, durante a permanência de dois anos em campo. Passará à análise do material de campo, priorizando duas linhas interpretativas: a) dimensão política das relações de saber-poder no interior das equipes do Programa de Saúde da Família compostas por médicos generalistas, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e ACSs e destas equipes com outros profissionais da unidade (médicos especialistas, pessoal administrativo, fonoaudiólogo, educador, entre outros) e b) dimensão ideológica por meio das representações de si e dos outros nas relações de trabalho, contemplando a dinâmica do par identidade/alteridade. A análise revela a centralidade da figura do ACS, a quem se atribui o papel de intermediário entre o sistema público de saúde e a população usuária dos bairros/comunidades pobres da cidade. Este lugar de fronteira configurado pela prática dos ACSs sofre e denuncia as contradições e tensões de uma política cujas metas são definidas à revelia da experiência e dos saberes populares e que, concretamente, reforça os lugares de saber-poder estatais.

Título Um trabalho em espiral: o processo de trabalho de agentes comunitários em saúde nas favelas do Rio de Janeiro
ID 265

Autores Marize Bastos da Cunha

Resumo: O trabalho resulta de uma pesquisa sobre o processo de trabalho educadores comunitários que atuam em favelas do Rio de Janeiro, desenvolvendo ações em saúde, integrados a programas governamentais ou não governamentais.

Concebemos o campo de trabalho destes educadores, como um terreno de "fronteira", espaço não homogêneo, que se forjou historicamente, sendo constituído por relações entre diferentes agentes sociais, localizados em espaços diferenciados do mundo social. Considerando a ação dos educadores na "fronteira", analisamos o processo de trabalho, demarcando suas determinações e características. E buscamos compreender as experiências e os conhecimentos produzidos pelos agentes.

A pesquisa conclui que o terreno de "fronteira" vem se alargando, submetido à lógica do mercado e do jogo político-partidário. Os programas e projetos sociais são criados, mobilizando recursos, mas atuando de forma setorializada, e num ritmo sazonal. No âmbito desta dinâmica, os educadores são inseridos precariamente, as demandas sociais são controladas e respondidas de forma precária. É uma dinâmica que não universaliza direitos, nem estabelece estruturas permanentes.

O trabalho destes agentes cresce "em espiral". Procuram dar resposta aos dramas que presenciam, sem meios para isso, pois não contam com uma estrutura institucional que dê sustentação a suas ações. Enfrentam a precariedade de suas

condições de trabalho e da favela, recorrendo a suas experiências de vida e ao conhecimento que acumularam em relação às comunidades. Neste processo, produzem saberes e práticas que constituem “segredos de ofício”.

Título Mudanças no trabalho e perspectivas para jovens portadores de necessidades especiais

ID 266

Autores Celso Ferretti

Resumo: O objetivo deste artigo é o de discutir as transformações no âmbito do trabalho que vêm ocorrendo no Brasil desde a década de 1980 e suas relações com a educação, bem como as perspectivas que se delineiam para os jovens portadores de necessidades especiais nesse contexto. O texto foi estruturado em torno de quatro grandes temas: a) as transformações no trabalho e as demandas que estas originaram para o campo educacional; b) alguns aspectos das reformas educacionais produzidas no país na década de 1990; c) a situação dos jovens frente ao trabalho e à educação no país, de 1990 até o presente; d) situação dos portadores de necessidades especiais relativamente ao trabalho e à educação no país. Entendemos que as transformações que ocorreram no trabalho no plano mundial e as demandas para a constituição de um novo sujeito social, apto a viver nas denominadas “sociedades pós-industriais”, carrearam para a educação expectativas exageradas relativamente à contribuição que esta pode oferecer para a inserção de potenciais trabalhadores no mercado de trabalho. Consideramos que essa contribuição existe, mas é menos central do que se pretende fazer crer, na medida em que tal inserção depende da complexa relação existente entre determinações de caráter econômico, político, social e cultural. Dentre as de caráter sócio-cultural, estão as diferentes formas de discriminação que afetam amplos contingentes da população. Estas atingem especialmente os portadores de necessidades especiais, apesar das convenções e recomendações da OIT e dos vários dispositivos legais em âmbito nacional que se propõem evitá-las ou combatê-las.

Título Abandono aprendido: da investigação às propostas de acção

ID 269

Autores Nuno Lima-Santos, Nelson Lima-Santos

Resumo: Este estudo tem como mote a visão da psicologia social sobre a exclusão social, particularmente a relação entre trabalho e pobreza, no Grande Porto. O objectivo geral deste trabalho é o de abordar os impactos psicológicos do desemprego e os efeitos psicossociais da duração do desemprego. Procura-se, assim, construir um modelo explicativo integrador, a partir de abordagens teóricas como a teoria atribucional do abandono aprendido, a teoria da expectativa-valor, da auto-eficácia, ou do desenvolvimento do ciclo de vida (life-span). Este modelo procura enfatizar o papel das atribuições causais e do abandono aprendido no que se refere à autonomia, concretamente em diferentes tipologias de desempregados à procura de emprego.

Finalizamos com a apresentação de um estudo empírico, que investiga o abandono aprendido em contexto sócio-laboral, particularmente entre empregados e desempregados do sector corticeiro, utilizando uma amostra de 188 sujeitos, empregados no sector ou desempregados com experiência profissional anterior neste sector. Os resultados do estudo das qualidades psicométricas da Escala de Abandono Aprendido evidenciam bons índices de validade, fidelidade e sensibilidade. Foram ainda realizados estudos diferenciais, em função das variáveis sexo (feminino 51,5% e masculino 48,4%), idade (dos 16 aos 30 anos 52,1% e dos 31 aos 45 anos 47,9%), escolaridade (1º ciclo 25,5%, 2º ciclo 26,5%, 3º ciclo 28,1% e secundário 19,6%) e situação sócio-laboral (empregados 50% e desempregados 50%), cujos resultados evidenciam que os sujeitos com maior escolaridade, tal como os sujeitos empregados, apresentam menor abandono aprendido do que, respectivamente, os participantes com menor escolaridade e os desempregados.

Título Interfere entre modernização e precariedade: trabalhadores rurais no semi-árido brasileiro

ID 475

Autores Sabrina França, Aldenôr Gomes da Silva

Resumo: Este trabalho tem por objetivo estudar a lógica de reprodução de formas de assalariamento “espúrias” e precárias de trabalhadores rurais em áreas tecnologicamente avançadas de produção capitalista. A hipótese central é que a relação entre modernização e precarização não pode ser explicada apenas pela dinâmica da globalização acelerada, tendo que se considerar as condições da dinâmica social, suas expressões jurídico-institucionais e as relações que se estabelecem e se renovam continuamente entre o Estado, as empresas e a sociedade civil. Metodologicamente destacam-se: Pesquisa bibliográfica circunscrita dentro do tema de estudo da sociologia rural e da sociologia do trabalho e, pesquisa de campo no Pólo de fruticultura irrigado do Vale do Açu, na região Baixo-Açu, utilizando-se de entrevistas semi-estruturadas e da aplicação de questionários a mediadores locais, empresários, líderes sindicais, instituições e, aos trabalhadores rurais das empresas agrícolas que estão envolvidos com o plantio e com a colheita das frutas irrigadas. Os resultados obtidos ratificaram a hipótese do trabalho nos seguintes aspectos: 1) O trabalho agrícola no Baixo-Açu revela uma flexibilização laboral com modalidades combinadas de assalariados “puros”, trabalho temporário e contratos informais. 2) As mudanças contemporâneas de expansão e acumulação nas cadeias agroalimentares e suas relações com os sistemas agrícolas nacionais/regionais têm se moldado, através de forças diversas e contraditórias no âmbito local. 3) A organização do processo produtivo desenvolvido em alguns setores da produção de frutas combina formas diversas de métodos fordistas e tayloristas, assim como sistemas paternalistas de controle da força de trabalho.

Título Estudo sobre o assédio moral nas relações de trabalho em agências bancárias na cidade de Astorga, no estado do Paraná.

ID 688

Autores Augusto Cesare de Campos Soares

Resumo: O assédio moral é um problema grave e insidioso, que pode acontecer em família, em sociedade ou nas empresas. Trata-se de um conjunto de comportamentos que, voluntário ou involuntariamente, leva a vítima ao desequilíbrio psicológico e à instabilidade emocional, (manipulação perversa, terrorismo psicológico) caracteriza-se por ser uma conduta abusiva, de natureza psicológica, que atenta contra a dignidade psíquica, de forma repetitiva e prolongada, e que expõe o trabalhador a situações humilhantes e constrangedoras, capazes de causar ofensa à personalidade, à dignidade ou à

integridade psíquica, e que tenha por efeito excluir a posição do empregado no emprego ou deteriorar o ambiente de trabalho, durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções. O assédio moral, uma espécie de dano à pessoa, está presente em todo o mundo, e por essa razão seu conceito e características variam de acordo com a cultura e o contexto de cada país. A pressão das empresas para superar metas e ser competitivas transforma cada vez mais o local de trabalho em ambiente de "terror psicológico". Com mais consciência de seus direitos, cresce o número de trabalhadores que denunciam serem vítimas de assédio moral. A vítima do assédio moral ao perceber que está sendo assediada, ela deve buscar informações sobre o assunto, denunciar ao departamento de Recursos Humanos da empresa ou sindicatos profissionais e caso não obtenha êxito denunciar o assédio ao Ministério do Trabalho e Emprego e ao Ministério Público do Trabalho

Mesa: Trabalho, Informalidade e Economia Solidária - 6 de Fevereiro - 18h30 - 315

Moderador: Ivonaldo Leite

Título Feiras livres e mercados no espaço lusófono: perspectivas de um estudo em psicologia social

ID 718

Autores Iolanda Maria Alves Évora, Leny Sato

Resumo: Neste projecto, apresentamos uma proposta de estudo sobre o trabalho e os processos organizativos que caracterizam mercados e feiras livres no espaço lusófono. Em cidades como São Paulo, Praia e Bissau constituíram-se em importantes universos de actividade e sobrevivência humanas, marcando a urbanidade dessas capitais.

Pretende-se estudar as condições para a construção de uma base de trabalho que possibilite aos trabalhadores dos mercados e feiras livres gerarem renda através do trabalho em micro-empresendimentos. Especificamente, procuraremos descrever as condições materiais e psicossociais que possibilitaram tornar-se trabalhador nesses mercados livres. Igualmente, pretende-se identificar quais são os componentes de uma base de trabalho que possibilite construir um micro-empresendimento. Por fim, deve identificar e descrever como os trabalhadores construíram e adquiriram o conhecimento para se inserirem nessa actividade de trabalho.

O estudo deve contribuir para a construção de um conhecimento cumulativo das diferentes realidades, considerando os especificidades e as coincidências que caracterizam as condições e a organização do trabalho experimentadas pelos segmentos pobres da população. A realidade de trabalho nesses segmentos tem sido pouco estudada pela psicologia do trabalho e das organizações, mesmo reconhecendo-se a diversidade de situações de trabalho nesses países e a relevância do trabalho autónomo, do pequeno negócio e do trabalho por conta própria desenvolvido no mercado informal de trabalho.

Título Da vida das ruas para a associação coletiva: confiança interpessoal e a necessidade da re-significação conceitual na Economia Solidária

ID 818

Autores Igor Valentim

Resumo: A Economia Solidária (ES) representa uma realidade múltipla e complexa que congrega milhares de empreendimentos em diversos países. Dentro de seu escopo são travadas lutas diárias por meio de alternativas baseada em valores como o igualitarismo, a autogestão e a primazia do humano frente ao capital e representa hoje iniciativas de geração de trabalho, renda e subsistência para um grande número de pessoas organizadas coletivamente.

Em sociedades nas quais o mito do self-made man é a referência e um verdadeiro darwinismo social é a regra dominante, não é surpresa que a confiança esteja em voga nos estudos científicos nas últimas décadas: muitos consideram que vivemos uma crise baseada na desconfiança, já que a confiança seria justamente um dos atributos que mais impactariam as relações interpessoais.

Se a confiança interpessoal parece ser fundamental para a ES, a literatura sobre o conceito é majoritariamente europeia e construída em contextos que não aqueles da ES. Podemos estudar o fenómeno da ES com teorias desenvolvidas em outros contextos? Ao utilizarmos aportes 'estrangeiros' sobre confiança podemos dizer que eles se aplicam a contextos como os da ES?

Objetivamos questionar, a partir de um estudo de caso realizado em Porto Alegre, sobre a urgência da necessária re-significação conceitual na ES. Até quando estudaremos um fenómeno único com teorias que não se encaixam a ele? Se mudanças sociais são esperadas a partir do fenómenos da ES, deve ser feito o esforço de que os conceitos estudados tenham suas significações trazidas dos campos específicos estudados.

Título Um estudo luso brasileiro acerca das estratégias de disciplinarização nos espaços sociais das Feiras do Norte de Portugal e do Nordeste do Brasil

ID 862

Autores Juliana Doronin, Giovanna Araújo

Resumo: O presente trabalho objetiva discutir a cultura associada a temática poder disciplinar, analisando a cartografia espacial das feiras do norte de Portugal, nas cidades de Barcelos, Braga, Ponte de Lima e Vila do Conde, traçando um paralelo com as feiras livres do nordeste do Brasil, em especial as de Campina Grande-PB e Caruaru-PE, relacionando à questão da disciplina e organização dos espaços; controle de tempo; regras impostas pelo mercado que desprezam a relação face a face entre os feirantes e fregueses no que diz respeito ao controle dos gestos; regras comportamentais impostas pelo Estado e sociedade; a questão da vigilância; possibilitando reduzir o poder de resistência e a possibilidade de revolta. Outrossim, observamos a capacidade de astúcias, táticas e artimanhas que fazem com que estes sujeitos não se tornem apáticos e passivos diante das situações advindas da modernidade e de um mundo austero e "ordenado". Serão abordados trechos dos depoimentos dos sujeitos sociais pesquisados e tendo seus discursos analisados a partir da ótica dos Historiadores e Cientistas Sociais: Michel de Certeau, Michel Foucault, E.P. Thompson e James Scott.

Título Identidade e trabalho na economia solidária

ID 1186

Autores Marília Veronese,

Resumo: A comunicação propõe uma articulação das categorias identidade e trabalho autogestionário na economia solidária. No campo das ciências sociais, as discussões sobre a identidade dividem-se principalmente em duas vertentes: a psicodinâmica e a sociológica. A primeira enfatiza a constituição de uma estrutura psíquica, que tende a estabelecer-se de forma mais ou menos estável. A tradição sociológica está ligada ao meio social, sendo impossível conceber a identidade fora das interações desse âmbito. Nessa concepção a identidade é sujeita às transformações ocorridas ao longo do processo de interação do indivíduo com os seus grupos sociais, sendo sempre assimilada através dum processo de interação com os outros. Sobre a participação central do trabalho na conformação desses processos já há extensa literatura.

A realidade da economia solidária é bastante complexa, formada por empreendimentos econômicos de diversos segmentos e tipos, que apresentam graus variáveis de gestão coletiva. Segundo pesquisas recentemente conduzidas junto a cooperativa e associações no sul do Brasil, já é possível listar algumas características identitárias que fazem os trabalhadores associados do campo da economia solidária mostrarem-se portadores de uma identidade psicossocial própria. Os sócios-trabalhadores de cooperativas autogeridas tendem a esperar certas características psicossociais como próprias de um sócio-trabalhador. Assim, compromisso e solidariedade com o grupo de cooperadores; envolvimento e responsabilidade com o trabalho; prontidão para considerar opiniões e interesses aparentemente opostos; e preocupação com as condições de vida (sociais, sanitárias, econômicas ambientais etc.) na comunidade (vila e/ou cidade) onde está localizada a cooperativa são algumas entre muitas características esperadas dos sócio-trabalhadores pelos seus pares.

Título A contribuição da política/programa de economia solidária para a viabilidade das experiências de geração de renda

ID 1260

Autores Caroline Goerck, Leonia Capaverde Bulla

Resumo: No final do século XX e limiar do século XXI, acentuam-se experiências associativistas e cooperativistas no Brasil e no mundo, como uma forma de resistência da classe trabalhadora às manifestações da questão social (entre elas, a falta de trabalhos formais). A Economia Popular Solidária pode ser considerada uma alternativa aos trabalhadores ante o acirramento da questão social, gerado pela III Revolução Industrial. É manifestada por cooperativas e associações de trabalho, entre outros, que têm como objetivo a geração de trabalho e renda, bem como as inclusões sociais e econômicas desses trabalhadores. Com o alarmante desemprego e conseqüentemente com a acirrada desigualdade social, desde 2003, o Governo do Presidente Lula, através da Lei nº 10.683 e do Decreto nº 4.764 (BRASIL, 2003), tornou a Economia Solidária integrante da agenda pública brasileira. Diante desta realidade, para este projeto de pesquisa (que resultará na tese de doutoramento) estabeleceu-se o seguinte problema de estudo: como a Política/Programa de Economia Solidária pode contribuir para potencializar a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda? A pesquisa está delimitada no Estado do Rio Grande do Sul, sendo que serão mapeados todos os municípios/prefeituras do RS, que estão vinculadas à Política/Programa de Economia Solidária, e que estão assessorando experiências de geração de trabalho e renda. Num segundo momento, serão entrevistadas as instituições que assessoram as experiências coletivas, bem como os próprios trabalhadores destes empreendimentos.

Turismo, Desporto e Lazer

Mesa: Impactes sociais e económicos do turismo - 4 de Fevereiro - 19 h - 213

Moderador: António Camilo Teles Nascimento Cunha

Título Cidade de Manaus: uma trajetória da economia gomífera a prática do turismo

ID 836

Autores Jubrael Silva

Resumo: Compreender as transformações sócio-espaciais que Manaus tem sofrido, sobretudo nos últimos anos em sua parte central, assim como entender de que forma a atividade turística tem se apropriado do lugar e incutindo nele sua lógica de (re) organização, faz parte desse pequeno estudo.

Atualmente, a capital amazonense tem uma economia que está intrinsecamente ligada à Zona Franca (criada em 1967), que através das empresas do Pólo Industrial (hoje 450), vêm registrando significativo desempenho, tendo no ano de 2005, de acordo com dados da SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), o maior crescimento de sua história com faturamento de US\$ 18,9 bilhões, gerando mais de 100 mil postos de trabalho.

Aliado a essa realidade outras atividades econômicas tem se desenvolvido na cidade, e dentre elas o turismo, que através do Estado e de empreendedores, vem realizando algumas mudanças na mesma, como por exemplo, promovendo a criação de novos espaços e refuncionalizando prédios antigos da cidade a fim de uso turístico. Aliado a isso tem se a força da mídia, que vem incentivando a prática de consumo daquele espaço, sobretudo por se tratar de uma cidade Amazônica. Nessa investigação também será identificado e mapeado os atrativos (patrimônio histórico-cultural) utilizados para a prática do turismo na parte central da cidade de Manaus.

Título Planejamento de turismo rural para sítio Santo Antônio uma alternativa de renda para o pequeno produtor

ID 901

Autores Maria Emília Camargo, Alessandra dos Santos, Walter Priesnitz Filho

Resumo: O turismo rural constitui num marco de potencial para criação de novas riquezas. A possibilidade de ocupar este espaço, favorece o não abandono das atividades agrícolas tradicionais, e o desenvolvimento de novas atividades agrícolas, a participação das instituições públicas e dos diversos operadores sócio-econômicos na promoção do turismo rural, responde a necessidade de identificar soluções que permitam enfrentar a crise econômica e a destruição de infra estruturas

de base nas zonas rurais. Este trabalho teve como objetivo elaborar um modelo para implantar o turismo rural como uma alternativa de renda para o pequeno produtor visando a sua fixação na zona rural. Na medida em que o turismo vai se firmando como uma alternativa viável de desenvolvimento de regiões, tornam-se necessários trabalhos que forneçam avaliação dos reais benefícios implícitos nessa atividade. A presente pesquisa destina-se a cobrir parte dessa lacuna, analisando-se o caso da propriedade Sítio Santo Antônio, em Vacaria, RS. A escolha desta localidade para servir como foco de estudo, foi em função principalmente dos seguintes fatores: interesse dos proprietários; área disponível para a transformação da propriedade e localização adequada. O modelo proposto, encontra-se dividido em três etapas: sensibilização, elaboração de metas e implantação de projetos. Também associou-se ao turismo rural, a idéia de conservação ambiental, participação comunitário, benefícios econômicos locais e educação ambiental. Concluindo-se pode-se afirmar que o turismo rural possibilita: ocupação de espaço; continuidade das atividades agrícolas; valorização do meio natural; valorização da cultura local; alternativa econômico.

Título O Turismo como meio de valorização da Identidade Cultural em meio insular africano

ID 1077

Autores Nuno Miguel Gomes de Meneses Alarcão

Resumo: A proposta de comunicação sobre o tema “O Turismo como meio de valorização da Identidade Cultural em meio insular africano” enquadra-se na investigação desenvolvida no âmbito do Projecto “Os impactos do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: análise de experiências insulares”, em curso no Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/AFR/69094/2006) e que consiste numa análise comparativa entre Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Estes dois países têm sido, ao longo do tempo, fortemente influenciados por alguns traços, vulgarmente identificados para caracterização, entre os quais a insularidade, a natureza arquipelágica, a pequena dimensão, a distância e o isolamento. Trata-se de dois Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, geograficamente referenciados no Oceano Atlântico e que, apesar das particularidades próprias que os diferenciam, se caracterizam por um conjunto de elementos socioculturais comuns, característicos das sociedades miscigenadas referenciadas por um passado histórico comum, nomeadamente sistemas simbólicos e práticas culturais diversas (vestuário, música, danças, gastronomia, crenças e religiosidade).

Estes elementos socioculturais característicos e caracterizadores das sociedades crioulas são factores de elevado potencial turístico, já que o visitante neles reconhece indícios genuínos de uma cultura tradicional procurada, muitas vezes definida como exótica e marcada pela diferença. Por outro lado, através do turismo, estes padrões culturais de origens múltiplas, que com o tempo sofreram processos de integração cultural, revestem grande importância para o reforço das identidades socioculturais, representando mecanismos de valorização da auto-estima comunitária

Em suma, as culturas comunitárias e o turismo são temas relacionados e indissociáveis quando se aborda a temática do desenvolvimento africano em meio insular.

Mesa: Desporto, identidade e papéis sociais - 5 de Fevereiro - 11h15 - 218

Moderador: Luís Silva

Título Esporte e identidade nacional em Cabo Verde

ID 276

Autores Victor Andrade Melo

Resumo: Ainda que Cabo Verde não obtenha bons resultados nas competições esportivas internacionais, é grande o grau de popularidade e mobilização ao redor do esporte. Como exemplos, são dignos de registro: a) o fato de que o campeonato nacional de futebol realiza-se desde 1953, mobilizando público significativo; b) a calorosa recepção a Joseph Blatter, presidente da Federação Internacional de Futebol, por ocasião de sua visita ao país, no ano de 2006, tendo em vista acompanhar antigos projetos e promover novos investimentos para o desenvolvimento do esporte; c) a constante referência e exaltação a atletas de sucesso cujas origens familiares são cabo-verdianas, mas que se encontram fora do país, oportunidades, aliás, em que se discute o problema da emigração (por exemplo, Josh Ângulo, campeão mundial de windsurf pelos EUA; Nani, jogador de futebol naturalizado português, que joga pela Manchester United; e Nelson Evora, campeão mundial de salto triplo por Portugal); d) a grande comemoração popular por ocasião da conquista da medalha de bronze no Campeonato Masculino Africano de Basquete/2007. Tendo em vista este quadro, bem como a peculiaridade do processo de formação histórica de Cabo Verde, sensivelmente diferente de outros países africanos de língua portuguesa na medida em que foi mais pautado na idéia de identificação do que de ruptura com Portugal, este trabalho objetiva discutir as relações entre esporte e construção de identidade nacional no referido país. Para alcance dos objetivos, foram utilizadas notícias publicadas nos jornais, coletadas majoritariamente no sítio Visão News entre os anos de 2004 e 2007.

Título Pode uma relação identitária encolher? Futebol e sociedade no Brasil contemporâneo. Apontamentos para uma agenda em antropologia dos esportes

ID 549

Autores Luiz Henrique de Toledo

Resumo: Este paper tem como objetivo discutir o lugar e o papel simbólico ocupado pelo futebol no Brasil na contemporaneidade se percebido no conjunto de transformações mobilizadas pelo mercado mundial que reorganiza a “economia simbólica” esportiva internacional. O engajamento afetivo dos torcedores em torno dos clubes e do selecionado, o ethos dos jogadores profissionais que alcançam cada vez mais cedo outros mercados de trabalho e os significados que atrelavam à seleção nacional um caráter identitário unívoco podem ser problematizados à luz dessas mudanças. A Antropologia do esporte no Brasil estaria acompanhando tais movimentos do ponto de vista de uma perspectiva simbólica, haja vista que os modelos explicativos para se pensar o fenômeno do futebol ainda estão fortemente marcados pela noção de identidade e seguem dominando boa parte da agenda das pesquisas na área, desde os anos 80? Sugiro nessa

discussão que a relação identitária tomada muitas vezes como essencializada entre futebol e sociedade brasileira tem sofrido percalços, espécie de “encolhimento simbólico” em face das transformações globais.

Título Mulheres em campo: uma análise das representações sobre o feminino no futebol

ID 1025

Autores Lara Stahlberg

Resumo: O futebol historicamente foi reconhecido como uma arena demarcada pela masculinidade, mas não qualquer masculinidade, uma masculinidade que se não exclusiva, é predominantemente heterossexual. Isso se justificaria pela maneira como se constituiu a prática do jogo, caracterizada por uma performance bastante definida e voltada para aquilo que seria inerente a uma condição do que se entende idealmente como ser homem. Nesse contexto, a própria conformação dos corpos para a prática do futebol em muitos países, em especial no Brasil, induziu à idéia de que esse seria um esporte pouco adequado e desejável ao corpo feminino. Deste modo, às mulheres restou o papel de, no máximo, espectadoras, e a entrada no universo do futebol foi restrita àquilo que era considerado apropriado a uma mulher. Entretanto, temos assistido a uma crescente e contínua “subversão” deste espaço e representação, de modo que se o futebol pode ser entendido como uma instituição, que para alguns autores expressaria no plano simbólico a sociedade brasileira, compreender o papel ocupado pelas mulheres neste universo pode ser igualmente relevante. Nesse sentido, o estudo dos papéis assumidos pelas mulheres no futebol, seja como jogadoras, árbitras, jornalistas e torcedoras pode revelar diferentes nuances de um novo espectro de representações formuladas por novos e antigos atores que operam nesse espaço.

Título No corpo sensível do nadador

ID 1473

Autores Rita Lopes Fernandes

Resumo: O nosso ensaio teve como objectivo procurar um olhar filosófico acerca do viver e sentir o corpo na natação de alto rendimento (Natação Olímpica), tendo como inspiração a Fenomenologia e o Existencialismo.

Ao entrevistarmos os Atletas presentes em Pequim (2008), procuramos, na sua experiência estética, as respostas à forma como constroem um corpo excelente para excelentes performances. Neste ensaio, partimos do princípio que o atleta vive, no desporto, um universo à parte, onde corpo/mente lutam pela unidade, graciosidade e harmonia, uma “penetração” do corpo no elemento água, visando a perfeição da adaptação de um gesto à ocasião.

Título A luta da Capoeira: reflexões acerca da sua origem.

ID 1611

Autores Ana Rosa Jaqueira, Paulo Araújo

Resumo: Depois de mais de 300 anos de existência da luta brasileira, não nos foi possível encontrar na literatura pertinente à esta temática, elementos que dêem sustentação acerca da origem da Capoeira quer a nível das suas influências quer a nível do seu aparecimento em território nacional, ou mesmo da sua existência no continente africano. Assim entendendo, através de um levantamento exaustivo da literatura que trata do assunto em pauta, buscamos com este trabalho, apresentar todas as posições correntes, as quais se apresentam distintas e diferentes entre si quer quanto aos locais de aparecimento quer quanto as suas influências dentro e fora do território nacional brasileiro, para deste modo, promover uma reflexão acerca das suas consistências ou mesmo inconsistências, para assim, separar ou mesmo aproximar todos os elementos que lhes são comuns e dirimindo alguns mitos que se foram construindo ao longo de todos esses anos e, que em nada contribuem para o esclarecimento da origem de uma expressão de grande significado sócio-cultural brasileiro.

Mesa: Protagonistas e representações sociais do turismo - 5 de Fevereiro - 11h15 - 212

Moderador: Áurea Rodrigues

Título Turismo de 2ª residência : europeus no Nordeste do Brasil

ID 86

Autores Maria do Livramento Clementino

Resumo: Carece de reflexão o recente fenômeno de entrelaçamento do setor turístico com o imobiliário no Nordeste do Brasil proporcionado pelo turismo de segunda residência e pela diversificação da infraestrutura turística. Cada dia o turismo-imobiliário na orla atlântica mais ensolarada do Brasil cresce porque a conjuntura é de forte procura por parte dos turistas estrangeiros que comprem aqui imóveis.

Há evidentes demandas por novas tipologias habitacionais, acessibilidade a novos locais, com a elevação do rendimento médio e com escolhas que definem trajetórias de distinção social : procura de “paisagem”, de “natureza”, de “verde”, de “ar puro”, de condomínios fechados. Nos aglomerados urbanos fortemente atrativos, como as cidades balneárias- Natal, Fortaleza, Recife e Salvador- a procura aumenta porque é maior a expectativa de valorização do investimento. Do lado da oferta (local) assiste-se a uma clara segmentação dos mercados, a um marketing agressivo e direcionado (feito lá fora), e à criação permanente de expectativas acelerando a mobilidade residencial. O trabalho se propõe a discutir : a intensidade do fenômeno da segunda residência para fins de turismo e lazer em 4 cidades metropolitanas do Nordeste brasileiro : Natal, Recife, Fortaleza e Natal, tendo por base a evolução das segundas residências na última década; focará, especificamente os projetos de investimentos estrangeiros em Natal, porção extrema do território brasileiro no Atlântico; discutirá as tendências do fenômeno a partir da crise imobiliária recente; e, principalmente, o papel do Estado brasileiro na consolidação do turismo nesta parte do Brasil.

Título A produção retórica da cidade turística e cultural: as políticas para o turismo, a cultura e a competitividade urbana

ID 601

Autores Claudino Ferreira, Carina Gomes

Resumo: A associação entre promoção turística e investimento cultural tem vindo a ganhar uma importância crescente nos discursos e nas estratégias políticas orientadas para o reforço da competitividade económica e o desenvolvimento sócio-cultural das cidades. Nesse quadro, vão-se forjando novas combinações e novos (des)equilíbrios entre objectivos económicos, sociais, culturais e de cidadania, no que diz respeito à definição dos projectos de planeamento e desenvolvimento local, com efeitos sobre a recomposição económica, social e cultural das cidades.

Partindo de investigação sobre Coimbra, e explorando a comparação com outras cidades portuguesas e brasileiras, a comunicação discute os processos de produção da cidade turística e cultural. Abordando privilegiadamente a dimensão discursiva e retórica dessa produção, enuncia um conjunto de linhas de problematização teórica e analítica em torno da equação “promoção turística” – “investimento cultural” – “competitividade urbana”. Nessa problematização, concede particular atenção a duas questões centrais: 1) ao modo como, no quadro daquela equação, se redefinem concepções acerca do que é a cultura (e, conseqüentemente, do que é convertível em património cultural local) e se reequaciona o estatuto e o papel da cultura na promoção da qualidade de vida e do desenvolvimento urbano; 2) às relações complexas e ambivalentes que se estabelecem entre a dimensão executiva e empreendedora das políticas para a promoção turística das cidades e a sua componente retórica, partindo do entendimento que esta exerce efeitos performativos em diversos planos, com particular incidência no plano simbólico dos imaginários, da identidade e do projecto de cidade.

Título Atividade policial militar frente ao turismo sexual no estado de Rio Grande do Norte/BRASIL

ID 804

Autores Eduardo Cruz, Lore Fortes, Joseneide Santos, Hilderline Oliveira

Resumo: O presente trabalho é resultado de uma análise sobre a questão do turismo sexual voltado para crianças e adolescentes no contexto brasileiro, em particular à realidade do estado do Rio Grande do Norte. Tem por objetivo investigar o papel da Polícia Militar frente a essa questão, analisando as práticas educativas e interventivas no combate a este tipo de turismo. O estudo se volta para a metodologia da pesquisa-ação e vem sendo realizado junto aos policiais que atuam nessa área, tendo por plano básico: a coleta de informações e a re-preparação dos policiais para lidarem com a situação sob um novo enfoque sócio-cultural e jurídico frente ao turismo sexual infanto-juvenil, no sentido de defesa e proteção junto às crianças/adolescentes em situação de risco, devido à exploração vivenciada pelo turismo sexual. Nesse sentido, pretende-se atingir a prática policial, no sentido de capacitá-los para minimizar os efeitos da desagregação social de crianças e adolescentes.

Título O Turismo sexual em Ilhéus na visão dos taxistas

ID 1083

Autores Antonio Joaquim Bastos Silva

Resumo: As especulações sobre o conceito de turismo apontam para várias definições, porém, no aspecto geográfico, podemos afirmar que a movimentação de pessoas de um lugar para o outro, não sendo este o habitual do seu cotidiano, parece traduzir o que seria em síntese tal fenômeno. Enfoques como: tempo de viagem, período de permanência; local de origem dos turistas; atividade remunerada já foi objeto de discussão quanto à caracterização objetiva do fenômeno, porém, quando passamos a analisar o aspecto subjetivo, nos deparamos com algumas complicações e a pergunta que se apresenta para essa análise é: o que movimentou o turista para determinado lugar? Com o objetivo de entender o deslocamento efetuado por alguns em função da atividade sexual e a ocorrência da Prostituição atrelada ao Turismo, foi realizado o levantamento de informações através de entrevistas a diferentes setores da sociedade ilheense, desde órgãos públicos, proprietários de pousadas e restaurantes, funcionários desses estabelecimentos e prestadores de serviço, a exemplo dos taxistas. Nesse artigo o foco se concentra em delinear os conceitos de turismo e turismo sexual, com o suporte das entrevistas e depoimentos colhidos em campo com os motoristas de taxis da cidade de Ilhéus. Prestadores de serviços que segundo a reportagem de Carla Leiner, da Revista Marie Claire (2007) se constitui em “um elo forte nessa corrente difícil de romper do turismo sexual” (p.77).

Título A influência do turismo na criação de representações sociais para a conservação de espécies em meio insular africano

ID 1372

Autores Brigida Rocha Brito

Resumo: Nas regiões insulares africanas a preservação ambiental com conservação de espécies, apesar de variável, tem sido marcada pela espontaneidade, dependendo da consciência comunitária, social e valorativa criada e reproduzida.

A tradição oral e o costume são instrumentos vitais para a manutenção das identidades comunitárias, assegurando a transmissão de conhecimentos ancestrais, formas de produção, utilização de recursos ambientais e reprodução de práticas sociais. Contudo, nas diferentes regiões estudadas, a percepção das populações locais nem sempre é idêntica, sendo influenciada pelos contactos estabelecidos com populações estrangeiras aquando das visitas em contexto de lazer.

Os estudos desenvolvidos em contexto insular africano (Bijagós, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe) no Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE), financiados pela FCT, evidenciam diferenças nas relações estabelecidas entre comunidades e ambiente. Qualquer um dos casos é caracterizado pela vulnerabilidade ambiental e pela existência de comunidades fortemente dependentes dos recursos naturais para sobrevivência e manutenção socioeconómica.

Na sequência da análise percebe-se que as acções de sensibilização, informação e formação temática revestem um carácter informal, estando centradas na identificação de alternativas socioeconómicas e ao consumo anteriores. Dado o potencial turístico das ilhas, as principais linhas de intervenção respeitam à preservação de espaços naturais, à conservação de determinadas espécies, como é o caso da tartaruga marinha e dos cetáceos, e a limpeza de áreas comuns. Nestes casos, a metodologia prosseguida fundamenta-se na readaptação dos princípios valorativos e das representações sociais de referência com o objectivo de criar uma nova relação, consciente e responsabilizada, entre as comunidades locais e o ambiente.

Mesa: Turismo, património e tradição - 5 de Fevereiro - 14h30 - 212

Moderador: Claudino Ferreira

Título Turismo, território e tradição: os imraguen da mauritânia e o parque nacional do banco de arguim

ID 356

Autores Joana Lucas

Resumo: Esta comunicação é o resultado de uma dissertação no âmbito do Mestrado em Antropologia: Multiculturalismo e Identidades do ISCTE, realizada no contexto do Projecto “Castelos a Bombordo II: Práticas e Retóricas da Monumentalização do Passado Português, Cooperação Cultural e Turismo em contextos Africanos” financiado pela FCT e coordenado cientificamente pela Professora Maria Cardeira da Silva.

A partir da realização de três missões de terreno no Parque Nacional do Banco de Arguim na costa atlântica da Mauritânia, procurou-se averiguar quais os impactos da imbricação de um Parque Nacional em pequenas aldeias de pescadores Imraguen, onde as restrições à pesca e outras medidas de protecção ambiental foram introduzidas.

Aqui debruçar-nos-emos concretamente na aldeia de Iwlik onde a implementação do ecoturismo, enquanto alternativa económica à pesca, veio modificar não só a paisagem mas também o quotidiano destes habitantes.

A nova economia do turismo fez não só ressurgir velhas disputas entre duas famílias da aldeia, como originou também reconfigurações discursivas e identitárias tendo em conta a adequação a um cenário de “autenticidade” e “tradição” procurado pelos turistas, e promovido quer pelo Parque Nacional do Banco de Arguim (PNBA), quer pelas operadoras turísticas nacionais e internacionais.

Paralelamente, em Iwlik assiste-se também a um “braço de ferro” entre as populações e o PNBA, onde a gestão e a propriedade do território são pontualmente utilizados como propulsores de um conflito onde se quer medir o poder da instituição tribal face à instituição estatal de onde o PNBA é percebido como representante palpável.

Título Patrimônio edificado do centro histórico de caixas: em busca dos sentidos e significados

ID 948

Autores Fabiano de Souza Gontijo, Eliane de Sousa Almeida

Resumo: A cidade de Caxias, Estado do Maranhão, Brasil, nasceu com as entradas e o reconhecimento de terras feitas pelos portugueses. Formada às margens do rio Itapecuru, era habitado por tribos indígenas quando chegaram os colonizadores (1716). Elevada à categoria de Vila (1811), ascende à categoria de cidade, com o nome de Caxias (1836) pelo aumento populacional, resultante do desenvolvimento económico, pois no século XIX, abastecia o mercado europeu com o algodão. O núcleo urbano da cidade foi se delineando à medida que a elite ia se apropriando dos bens de produção e se preocupando em ter um espaço mais adequado a seu status, edificando casas, a estrutura funcional, espaço de lazer e prédios administrativos. Como grande parte da classe comerciante era portuguesa, a arquitetura seguiu o estilo europeu. À medida que a cidade ia se compondo, junto estava sendo elaborado significados, sentidos, símbolos, história e memória dessa sociedade, que vinculada a seu tempo, sedimentava, na memória das futuras gerações, o refúgio de suas identidades. O universo desta investigação é o centro histórico de Caxias, onde encontram-se edificações pertencentes a vários estilos da arquitetura: colonial, neoclássico, eclético. Ciente da importância da preservação do patrimônio cultural e das ameaças pelas quais passavam, foi determinado o tombamento do centro histórico da cidade, em 1990. Assim, esta investigação objetiva analisar os sentidos e significados do patrimônio edificado de Caxias para seus cidadãos, para perceber se este patrimônio tem sido visto/lido como forma de identidade e saber da importância desses significados à elaboração de políticas públicas.

Título “Places of Peace”: a utilização de património cultural europeu ligado à paz como um produto turístico

ID 951

Autores Apolónia Rodrigues, Áurea Rodrigues

Resumo: Actualmente o turismo é considerado uma das maiores indústrias do planeta. Mas, o turismo não encoraja apenas o desenvolvimento económico, tem também um grande potencial no fortalecimento das relações entre nações, pessoas e culturas. O turismo pode ter o potencial de promover trocas culturais como um meio de anular as barreiras entre pessoas de diferentes nações e de desenvolver uma maior compreensão entre indivíduos de diferentes nacionalidades como resultado desta interacção (Satani, 2004). O papel do turismo como embaixador e como um veículo de compreensão internacional e de paz tem sido reconhecido por organismos internacionais como as Nações Unidas e a Organização Mundial de Turismo através de documentos como a “Declaração de Manila” (1980), o “Código do Turista” (1985) e o “Código de Ética para o Turismo” (1999) onde surgem citações que evidenciam o papel do turismo como um elemento dinamizador de paz. Existe também uma ONG internacional designada International Institute for Peace Through Tourism que tem desenvolvido actividades centradas nesta temática. Mas apesar de ser reconhecida a contribuição que o turismo pode ter face à dinamização de paz existe uma lacuna a nível da investigação neste âmbito (Salazar, 2006; Satani, 2004).

Existe por todo o mundo património cultural ligado à paz, por outro lado, o turismo cultural é um dos tipos de turismo que mais tem crescido a nível mundial. Na Europa, o turismo e a cultura sempre estiveram ligados. Muitos destinos Europeus desenvolveram estratégias baseadas no património cultural, como Évora Monte (Portugal). Neste local foi assinado um tratado de paz muito importante. O Município e uma associação designada LACE têm desenvolvido eventos que envolvem esta temática, como o “Seminário Évora-Monte símbolo de paz” que resultou na ideia de juntar regiões Europeias onde foram assinados convenções ou tratados de paz importantes numa rede designada “Places of Peace”.

A Rede Europeia de Locais de Paz envolve neste momento três regiões Europeias, nomeadamente Évora Monte (Portugal), Hubertusburg (Alemanha) e Dytiki Ellada (Grécia) e tem como objectivo principal juntar estes locais numa rede de cooperação inter-regional a nível de boas práticas e experiências, assim como a disseminação do conhecimento criado através da parceria. O projecto lida com um tópico ainda pouco trabalhado mas que tem um grande potencial face às características unificadoras e ao mesmo tempo diferentes que caracterizam o património ligado à paz, o valor dos locais onde os vencedores e os derrotados se juntaram para definir as condições dos acordos e tratados de paz.

A parceria do projecto “Places of Peace” pretende contribuir para o desenvolvimento de estratégias nesta temática e com o objectivo de desenvolver uma metodologia que possa ser disponibilizada aos stakeholders dos países envolvidos assim

como a outras regiões e países por todo o mundo. Este projecto contribuiu para o reconhecimento por parte dos stakeholders das regiões visadas que o seu património ligado à paz pode ser usado como um produto turístico e ao mesmo tempo pode contribuir para um maior conhecimento sobre paz nos turistas.

Título O perfil do turista cultural de Vila Nova de Gaia

ID 953

Autores Áurea Rodrigues, Fernando de Lemos, Ana Schennach

Resumo: O turismo cultural e o turismo patrimonial têm sido identificados em vários estudos como novas áreas de procura do consumidor. Apesar dos turistas culturais existirem há séculos na Europa, só nas últimas duas décadas foram identificados como um mercado específico, ou como um dos segmentos do mercado turístico (Henriques, 2003). Os espaços urbanos apresentam-se como um local privilegiado para o desenvolvimento do turismo cultural verificando-se um forte crescimento do turismo urbano. Este fenómeno está ligado a uma combinação de vários factores como sejam o movimento de revalorização e reabilitação dos centros históricos das cidades, o alargamento e a diversificação de práticas culturais, o interesse marcante dos consumidores pelo património e o urbanismo, assim como a procura de animação e de oportunidades de fazer compras.

As cidades podem tomar características bastantes distintas e a oferta vai-se diversificando ao sabor da evolução dos gostos de actividade e lazer dos visitantes. Diversifica-se também de acordo com a tomada de consciência e a vontade cada vez mais declarada dos decisores políticos de promover o turismo como um eixo de desenvolvimento económico, portador de riqueza e de emprego.

Para que o turismo urbano se desenvolva de uma forma sustentada torna-se pertinente conhecer a procura existente e potencial para poder direccionar a oferta eficazmente. Neste poster apresentam-se os resultados de uma investigação de âmbito exploratório aos visitantes do centro histórico de Vila Nova de Gaia (N=100), onde se faz uma análise ao perfil socio-demográfico, motivações, imagem, nível de satisfação e padrão dos gastos. Com este estudo verificou-se que a maioria dos visitantes do Centro Histórico de Gaia são adultos jovens, em idade activa, com formação de nível superior, viajando por lazer ou para conhecer melhor o país e cultivar-se, maioritariamente acompanhados pelo cônjuge e que na sua globalidade ficaram com uma imagem favorável da sua visita ao centro histórico.

Título Aldeias Históricas de Portugal: a formatação de um produto turístico na Beira Interior

ID 986

Autores Luís Silva

Resumo: A comunicação analisa, do ponto de vista antropológico, a formatação da rede turística das doze Aldeias Históricas de Portugal (AHP), considerando dados recolhidos mediante trabalho de campo com observação participante, entrevistas e pesquisa bibliográfica e documental. Abordaremos o programa de recuperação das AHP, a patrimonialização e turistificação da História e do histórico edificado, as acções de animação e a oferta turística, sendo a procura turística mencionada de forma breve e impressionista. Serão, em concomitância, tecidas algumas considerações empíricas e teóricas sobre a patrimonialização, mercantilização e consumo do passado e da História na sociedade portuguesa contemporânea, contribuindo para o conhecimento de fenómenos que nos últimos anos têm vindo a ganhar um expressão extremamente significativa dentro e fora do país, como é o caso das “activações patrimoniais” e das representações do passado, que tendem a estar associados a razões de ordem turístico-comercial, identitária e de apropriação do território.

Título Interpretação iconográfica: um novo elemento de análise antropológica para o contexto da Capoeira.

ID 1614

Autores Ana Rosa Jaqueira, Paulo Araújo

Resumo: Actualmente, muitas são os meios de análise antropológica utilizados pelos estudiosos no âmbito das actividades físicas, desportivas e lúdicas. Apesar de assim considerar, constatamos que a análise iconográfica nos contextos referidos não assumiu ainda a importância devida como elemento de análise das manifestações corporais ao longo do tempo. A Capoeira, elemento cultural de grande significado nacional brasileiro, destarte a existência de imagens que retractam essa expressão nos contextos colonial e imperial, nunca mereceu dos estudiosos das distintas áreas científicas a atenção devida, quiçá, por considerá-las insignificantes ou mesmo pelo grande nível de complexidade que as mesmas comportam. Identificando no contexto da Capoeira do século XIX, três iconografias que retractam a presença desta luta brasileira, aventuramo-nos na interpretação iconográfica da imagem denominada "Jogo da Capoeira" de Rugendas, buscando a princípio, apresentar os elementos de natureza teórica dessa forma de análise, para a seguir proceder a reflexão dos elementos constantes desta iconografia, vinculando-as aos contextos jurídicos e sociais dos períodos históricos aludidos, e dirigidos contra a expressão foco desse estudo e contra os seus praticantes.

Mesa: Desporto, políticas públicas e condição social - 5 de Fevereiro - 14h30 - 211

Moderador: Victor Andrade Melo

Título A credencialização dos treinadores/instrutores das artes marciais e desportos de combate em geral e do karaté em particular em Portugal

ID 235

Autores Vítor Rosa

Resumo: Na opinião de José Curado (1982), a actividade de treinador revela-se particularmente complexa e é dificilmente imaginável vê-la desempenhada por homens ou mulheres com uma formação deficiente. De facto, hoje em dia pede-se ao treinador que assuma a sua função socio-desportiva, face a um triplo compromisso: i) actualização permanente; ii) formação integral dos atletas; iii) desempenho de um papel activo no desenvolvimento da sua modalidade e do desporto em geral.

O conhecimento evolui. As modalidades desportivas todos os anos recebem o impacto de alterações técnicas, táticas, condicionais, volitivas, etc., introduzidas pelo estudo e aturada investigação dos especialistas, tornando-se essencial que a estrutura nacional de formação de treinadores apresente respostas adequadas no âmbito da necessária actualização dos treinadores e estes tenham consciência plena de que o seu desempenho depende da auto-preparação e da abertura que revelem à actualização constante dos seus conhecimentos.

Assim sendo, quais são as necessidades de formação no âmbito das artes marciais em geral e do karaté em particular? Quais os objectivos a atingir? Que conteúdos pedagógicos e que articulação com os critérios da exigência e qualidade? Qual é o papel da formação neste(s) desporto(s) tão particular(es) na sua natureza? Qual é o papel dos formadores? Serão portadores de uma ideologia ou cultura com respeito ao desporto? Como é feita a selecção e o recrutamento para a formação? Quais os efeitos sociológicos da formação ministrada e os seus impactos? Que tipo de competências sociais são contempladas no processo formativo?

Estas e outras questões estão por esclarecer. O objectivo da comunicação visa apresentar algumas respostas às questões aqui levantadas.

Título A prática da natação na perspectiva do lazer

ID 1196

Autores Thereza Cristina Souza Prata, Eliete do Carmo Garcia Verbena e Faria

Resumo: A prática de atividades esportivas tem evidenciado valores e hábitos de determinada sociedade. No que se refere aos benefícios como integra o e desenvolvimento pessoal e social, apresenta grande rela o com o lazer ativo. De acordo com esse pensamento este estudo buscou investigar a compreensão de lazer apresentada por praticantes de nata o e de que forma essa atividade - a nata o - contribui para a materializa o do lazer. Para tanto, seu desenvolvimento contou com uma revisão de literatura, que abordou estudos sobre o tema, e uma pesquisa de campo. A coleta de dados se deu por meio da aplica o de questionário em praticantes de nata o de diferentes academias da cidade de Juiz de Fora - Minas Gerais - Brasil e a análise dos mesmos foi por meio de abordagem quantitativa e qualitativa. Para a amostra pesquisada, os resultados indicam que a prática da nata o, na perspectiva do lazer, promove bem-estar e integra o social de forma a contribuir para a vivência do lazer ativo. Os resultados indicam também que a maioria dos praticantes identifica características relacionadas ao lazer na prática da nata o como o prazer, o divertimento, o descanso e o desenvolvimento pessoal e social, somados ao interesse físico proporcionado pela vivência dessa atividade.

Título Juventude, Pobreza e Esporte: As Vilas Ol mpicas de Acari e do Alemão.

ID 1359

Autores Rodrigo Monteiro, Alba Zaluar

Resumo: Neste texto, vamos comparar dados quantitativos e qualitativos obtidos em recentes pesquisas do Núcleo de Pesquisas da Violência. Os dados quantitativos foram coletados em Pesquisas de Vitimiza o, uma na cidade do Rio de Janeiro, de 2005/06 com 3435 entrevistas, e outra, somente nas favelas, de 2007 com 660 entrevistas. Esses dados apontam para a área de Planejamento 3, composta pelos bairros dos subúrbios cariocas, como sendo a mais marcada pela violência, com mais altas propor oes de vizinhos, amigos e parentes assassinados; barulho de tiros.   ali que está o maior número de favelas da cidade, muitas de povoamento recente. Para entender efeitos da violência nesta área e modos de lidar com o sofrimento que ela provoca, investigamos projetos de preven o   violência cujo público alvo   a juventude pobre, tais como as Vilas Ol mpicas Municipais (Acari e Alemão). Com o trabalho de campo etnográfico, entrevistamos tanto as equipes de projetos, quanto os alunos e pais. Além de lançar luz sobre como o cotidiano da violência e da pobreza tem afetado suas vidas e projetos pessoais, o trabalho de campo possibilitou compreender a importância que os projetos sociais estão assumindo para os jovens e suas famílias enfrentarem os riscos, sofrimentos morais e falta de alternativas para o jovem pobre, além de ajudar a perceber se o esporte tem sido encarado como um direito, e portanto, como inclusão social, ou se   pensado apenas no modelo de alto-rendimento, voltado apenas para forma o de atletas profissionais.

Título Políticas públicas e forma o: o Programa Esporte e Lazer da Cidade - Governo Lula da Silva

ID 1442

Autores Dulce Suassuna, Fernando Mascarenhas, Juarez Sampaio

Resumo: O artigo apresenta uma reflexão sobre as políticas públicas sociais no Brasil, particularmente, sobre o Programa Esporte e Lazer da Cidade. Parte-se do pressuposto que a consolida o de políticas sociais no Brasil está relacionada a redes, rela oes e tensões que se produzem no campo da política, mas que são um reflexo de disputas (teórico-epistemológicas) pertinente às áreas, especialmente, no caso do setor de Esporte e Lazer   área da Educa o Física. A análise resulta de um trabalho de investiga o com base em pesquisa documental e de campo. A perspectiva teórica adotada parte de autores como Bourdieu (1990), Parkin (1984), Weber (1990), Castells (2004) e Enguita (1986 e 2004). Pode-se afirmar, confirmando-se a hipótese inicial, que as disputas existentes no campo da Educa o Física no Brasil estão relacionadas às bases epistemológicas que constituem o campo, produzem impactos na constru o de políticas de cunho social no âmbito do Ministério do Esporte do governo federal brasileiro.

Mesa: Estilos de Vida e Lazer - 5 de Fevereiro - 18h30 - 101

Moderador: Ana Rosa Jaqueira

Título Um barulho na cidade": culturas juvenis e est ticas musicais

ID 976

Autores Kaciano Gadelha

Resumo: Esta comunica o   fruto da minha pesquisa de disserta o de mestrado, defendida em 24 de agosto de 2007 no Programa de Pós-Gradua o em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza, Brasil. O texto trata da

relação entre as culturas juvenis e o espaço urbano a partir dos espaços de lazer. O espaço investigado foi o Noise 3D Club, estabelecimento localizado na área do entorno do Centro Cultural Dragão do Mar na cidade de Fortaleza. Discuto as relações entre os estilos musicais e o modo de apropriação da cidade, dando ênfase ao aspecto subjetivo e às dinâmicas temporais das culturas juvenis. Os procedimentos metodológicos utilizados consistiram na realização de entrevistas, trabalho de campo (observação participante) e pesquisa em arquivos. Concluo meu trabalho apontando uma percepção das culturas juvenis na cidade contemporânea cada vez mais atravessada pela efemeridade e transitoriedade dos laços sociais que se estabelecem. A cidade contemporânea produziu novas formas de habitar. Entre essas novas formas de habitar, onde a limitação territorial não é mais suficiente para ter uma projeção dos laços sociais entre os indivíduos, agrupei as cenas musicais. Justamente os jovens são aqueles que mais estão em contato com essas formas, produzindo relações com espaço e o tempo que reclamam princípios de definição inexistentes até então. Com isso, pretendo mostrar a cartografia de uma cidade inscrita nos corpos e nas subjetividades juvenis investigadas.

Título Televisão e adoção de estilos de vida saudáveis: Um estudo exploratório na cidade de Lisboa

ID 1065

Autores Daniela Gonçalves

Resumo: Esta comunicação apresenta os resultados de um estudo exploratório sobre o impacto da televisão na adoção de estilos de vida saudáveis, realizado no mês de Novembro de 2007, na cidade de Lisboa. Pretendeu-se aferir quais as variáveis que influenciam as opções relativas ao seguimento de um determinado estilo de vida e que aumentam ou diminuem a adesão dos indivíduos à informação sobre alimentação e doenças cardiovasculares. A metodologia usada foi a grounded-theory, com base na análise das entrevistas realizadas a 18 famílias residentes em Lisboa, tendo em vista a construção de teoria. Constatou-se a relevância do papel da informação televisiva sobre alimentação e doenças cardiovasculares, do perfil psicológico dos indivíduos e das interações familiares, sobretudo, das relações de género, no processo de decisão das famílias relativo ao seu estilo de vida. A motivação e gosto individuais e conjugais para o seguimento de um estilo de vida saudável e as interações familiares harmoniosas parecem ser factores decisivos no que diz respeito ao seguimento de um estilo de vida saudável, enquanto que o inverso constitui um entrave.

Título Desporto na Natureza / Desporto Pós-Moderno. Metáforas em "confronto"

ID 1621

Autores António Camilo Teles Nascimento Cunha

Resumo: O desporto contemporâneo tem sido um espaço de coabitação de uma multiplicidade de modalidades/actividades de acordo com as diferentes representações sociais e individuais e continentais.

Neste contexto têm emergido novas modalidades, novos eventos, que paulatinamente têm feito a "ruptura" com a perspectiva tradicional (bipolar) do desporto - recreação e desporto - rendimento.

De facto assistimos a perspectivas teóricas e práticas diferentes de desporto: desporto como organizações e pessoas, desporto - rendimento, desporto - educação, desporto - saúde, desporto - lazer, desporto criativo - desporto integração, desporto - natureza e agora na literatura mais recente, vai referindo desporto e pós - modernidade, que traduzem enfoque e vivências diferenciadas.

É neste envolvimento, que se situa a reflexão. Pegaremos no desporto - natureza, (a origem) e no desporto pós-moderno (a actualidade) para fazer um exercício de abstracção teórica, inspirando-nos nas reflexões filosóficas sobre a linguagem, a natureza e as metáforas(1) (destacando Nietzsche e Emerson – o homem como animal metafórico). Tentaremos fazer uma analogia a uma hipótese/afirmação levantada pelos autores. Dizem eles que a linguagem está enraizada na natureza que é símbolo da vida espiritual da virtude e da liberdade... Na mesma linha talvez possamos dizer que a primeira linguagem motora (desporto na natureza) está enraizada na natureza sendo um símbolo da vida espiritual, da virtude e da liberdade (metáforas primeiras), em contraponto com o desporto pós-moderno que em nossa opinião está engessado em metáforas secundárias/gastas.

Título Os esportes e o grande circuito da dádiva: perspectivas comparativas

ID 241

Autores Simoni Lahud Guedes

Resumo: Os esportes, em especial o futebol, têm sido intensamente utilizados como estratégias pedagógicas em várias partes do mundo, compondo projetos sociais que têm, em suas metas e programas de ação, a proposta de "inclusão social" de crianças e jovens considerados em "situação de risco social". Estes projetos são empreendidos quer através de políticas públicas, quer através de ONGs mas, mais comumente, através de parcerias entre entidades governamentais e não-governamentais. Dentro de uma perspectiva metodológica comparativa, proponho, nesta comunicação, em primeiro lugar, apresentar os resultados empíricos e investimentos teóricos de pesquisas que venho realizando, há alguns anos, com projetos sociais esportivos no Brasil e na Argentina, destacando as especificidades do que denomino "o grande circuito da dádiva". Analiso o discurso que legitima estes diferentes empreendimentos pedagógicos, destacando suas categorias organizadoras. Em seguida, apresento investimentos semelhantes que começam a ser realizados com relação a Angola, dentro do projeto "Esporte, identidade e a idéia de nação: Brasil, Angola e Cabo Verde", financiado pelo CNPq e coordenado pelo Dr. Victor Andrade de Melo, da UFRJ. Comparando as diferentes formas pelas quais os esportes são utilizados para intervir nas questões sociais, é possível também refletir sobre a construção diferencial dos pertencimentos nacionais e regionais.

Título Turismo cultural no Porto e em Vila Nova de Gaia: uma análise da adequabilidade da informação fornecida aos turistas de língua inglesa

ID 943

Autores Miguel Ângelo Valério, João Monteiro, Fernando Florim Lemos, Áurea Rodrigues, Ana Paula Cabral

Resumo: Nos últimos anos o turismo cultural tem vindo a crescer significativamente, perfazendo cerca de 10% das viagens internacionais (UNWTO, 2001). Na verdade, tem sido reconhecido como um importante agente de desenvolvimento económico e de mudança social no âmbito Europeu (Richards, 1996). Os centros históricos, face às suas características

intrínsecas, constituem um espaço privilegiado para o desenvolvimento deste tipo de turismo, estando muitas autarquias a desenvolver estratégias de requalificação dos centros históricos, de forma a promover o turismo cultural. Embora existam estudos sobre o perfil do turista cultural, poucos são aqueles que avaliam se a informação entregue aos visitantes é realmente compreendida.

Neste estudo, avaliou-se o grau de leitura da secção de apresentação de dois prospectos informativos (em língua inglesa) das cidades do Porto e de Vila Nova de Gaia, publicados pelos serviços municipais de turismo. Esta análise tem como objectivo calcular os anos de escolaridade necessários para a compreensão plena dum documento escrito, sendo o cálculo realizado através de fórmulas que conjugam (entre outros aspectos), o tipo de palavras, o número de frases e parágrafos, ou seja, através duma análise que se baseia na dificuldade das palavras e das frases (Stephens, 2000).

Os resultados apontam para a necessidade de frequência de um período de escolaridade de 14 a 16 anos, verificando-se que os prospectos são compreensíveis para grande percentagem da população alvo, existindo contudo, uma percentagem razoável de turistas cuja escolaridade não permite compreender na plenitude esses prospectos. Torna-se importante reestruturar os prospectos de forma a ultrapassar esta lacuna.

Mesa: Impactes sociais e económicos do turismo - 5 de Fevereiro - 18h30 - 315

Moderador: Brigida Rocha Brito

Título Turismo de Negócios e Gastronomia: Estudo Exploratório de Restaurantes na cidade de São Paulo, Brasil

ID 1405

Autores Mirian Rejowski, Silvana Furtado, Madalena Rodrigues

Resumo: Pesquisa exploratória que estuda cinco restaurantes da rua Haddock Lobo (próximo à avenida Paulita), com grande fluxo de executivos no horário de almoço, na cidade de São Paulo (SP). Após um pequeno referencial teórico sobre o turismo receptivo e a gastronomia, no âmbito do segmento do turismo de negócios, discorre-se sobre os resultados da pesquisa de campo junto aos restaurantes, com base em: consulta a sites da internet e revistas especializadas, observação e visita "in loco", registro fotográfico e aplicação de questionários junto a gerentes e chefes de cozinha. A oferta desses empreendimentos é descrita e analisada por meio do histórico e proposta, das características gerais e da visão de profissionais. Os resultados obtidos indicam a ideia de glamour dos Jardins integrada e refletida na imagem divulgada do restaurante; as características convergentes quanto ao perfil do público, fluxo de clientes, taxa de ocupação e consumo de bebidas; e outros aspectos a serem investigados em pesquisas futuras integrados ao conceito de hospitalidade comercial.

Título Formação profissional para o turismo: análise do crescimento dos cursos de gastronomia e a sua contribuição para o setor

ID 1408

Autores Nilma Paula, Silvana Furtado, Thaina Schwan

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar a contribuição dos cursos de gastronomia para o desenvolvimento do turismo local. Foram considerados para este estudo o seu crescimento, o perfil do aluno ingressante, as informações sobre as estruturas dos cursos e a identificação de sua distribuição geográfica em relação aos destinos turísticos, definidos pelo Ministério do Turismo em parceria com a Fundação Getúlio Vargas. A metodologia está sustentada em uma pesquisa quantitativa, tendo sido utilizada a técnica do questionário para o levantamento dos dados. Foram enviados 35 questionários eletrônicos aos coordenadores dos cursos sequenciais e de graduação em gastronomia, dos quais nove responderam totalizando 26%. Os principais resultados da pesquisa indicam que os cursos de gastronomia podem colaborar com o crescimento do turismo, uma vez que apresentam disciplinas específicas, absorvem e qualificam mão-de-obra local, possuem corpo docente especializado e reconhecem a gastronomia como atrativo cultural e turístico.

Título Segurança Internacional X Direitos Humanos

ID 363

Autores Maria Eugenia Comini Cesar

Resumo: Os direitos humanos não surgiram espontaneamente na história da humanidade. Representam o resultado de lutas constantes entre os homens e os Estados que os oprimem. A permanente evolução dos direitos humanos, entretanto, muitas vezes se resume à produção de normas que efetivamente não são colocadas em prática em função do interesse de alguns países que impõem suas vontades através da força e em detrimento dos mais elevados valores prezados pelo direito internacional.

Assim, vislumbramos uma teoria numa espiral crescente rumo à total valorização da pessoa humana e uma prática maculada por preconceitos arraigados em antigas crenças de superioridade racial, que paulatinamente resumem os direitos humanos a um conjunto de ideal não efetivado.

Este trabalho versa sobre o atentado aos direitos civis que vêm ocorrendo na Europa e nos Estados Unidos no que tange a entrada de turistas sul-americanos. O desrespeito e a falta de critérios claros para a admissão de turistas têm se tornado um entrave às viagens ao exterior, expondo ao ridículo e a constrangimentos cidadãos que deveriam ser bem-vindos em tais localidades.

O emprego de uma seleção baseada em critérios de nacionalidade fere os mais afamados documentos internacionais de proteção da pessoa humana. Na inexistência de um tribunal competente para o julgamento das arbitrariedades de tamanho rebaixamento moral que vêm sendo cometidas, as vítimas se vêem indefesas nas mãos de seus algozes, não lhes cabendo outra atitude a não ser alertar possíveis passageiros sobre o perigo que correm.

Mesa: Turismo, lazer e desigualdades sociais - 6 de Fevereiro - 14h30 - 314

Moderador: Daniel Andrade

Título As desigualdades de acesso ao Lazer no espaço urbano: a doção de diferentes estratégias sociais

ID 75

Autores Ana Lucia Hazin Alencar

Resumo: O espaço urbano é, essencialmente, o locus onde se delineiam as diferenças nos modos de habitar, de circular, de conviver e se divertir. É também nesse espaço diversificado que os indivíduos vivenciam, nas sociedades atuais, momentos de tensão e agitação resultantes da exposição a uma série de problemas que precisam enfrentar no dia – a dia, principalmente a violência que se agiganta e amedronta, gerando uma situação de insegurança e um sentimento de vulnerabilidade. As pessoas procuram se proteger tornando-se muitas vezes prisioneiras em suas residências: buscam espaços seguros para estar com o outro, conversar e se divertir. O desigual acesso ao lazer, por sua vez, está em estrita dependência das condições socioeconômicas e culturais vivenciadas pela população. Entretanto o lazer além de ser reconhecido como um direito na Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada pelas Nações Unidas em 1948, e garantido pela Constituição Brasileira é, também, uma necessidade que todo indivíduo precisa satisfazer.

Então, o que explica as desigualdades de acesso a esse direito? É pertinente afirmar que alguns terão um lazer condizente com o “gosto de necessidade”, ou “gosto de luxo” utilizando a terminologia de Bourdieu?

Tais questões problematizadas nesta comunicação objetivam demonstrar com base em pesquisas realizadas, as estratégias de acesso ao lazer de dois diferentes segmentos sociais que buscam melhor qualidade de vida malgrado a fragilidade de algumas ações setoriais do poder público.

Título Os (Des)caminhos do turismo no litoral oriental do Rio Grande do Norte

ID 273

Autores Rita de Cássia da Conceição Gomes

Resumo: O Turismo é, na atualidade, uma das mais relevantes atividades econômicas. No Brasil, como em outros países, o Estado tem intervido diretamente, via planejamento e implementação de políticas com vista à otimização e expansão da atividade. No Nordeste brasileiro as políticas para o turismo ganharam relevo a partir da criação do – Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo na Região Nordeste- Prodetur-NE que se especializou pelos estados Nordestinos, via pólos de desenvolvimento, tendo por objetivo principal a implementação e diversificação da oferta turística, a partir do aproveitamento dos recursos naturais, em especial das belas paisagens litorâneas. No âmbito dessa política, o litoral leste norte-rio-grandense se destacou, de modo que, nesses últimos 15 anos, esse litoral se tornou um espaço atrativo para investimentos em equipamentos turísticos e de lazer. Na contramão desse desenvolvimento o turismo tem promovido, também, desigualdades socioespaciais, bem como a exclusão e segregação socioespacial. Nesse aspecto destaca-se o acesso à moradia, graças à intensa especulação imobiliária associada à desterritorialização de grupos de pessoas, que ocorre no âmbito das áreas onde os atrativos turísticos são mais significativos. Sendo assim, O trabalho proposto, resultante de pesquisas efetuadas sobre relação entre políticas públicas e a produção das desigualdades no Rio Grande do Norte, tem como objetivo analisar os processos de turistificação dos espaços litorâneos e de desenvolvimento turístico, via políticas públicas, ressaltando os caminhos e descaminhos a eles relacionados

Título Lazer na terceira idade: um estudo com as classes AB e CD, em São Paulo - Brasil.

ID 512

Autores Maria de Lourdes Bacha, Vivian Iara Strehlau, Nadia Wacila Hanania Vianna, Jorgina Francisca Severino dos Santos

Resumo: O principal objetivo deste trabalho foi identificação das atividades de lazer às quais as pessoas da terceira idade se dedicam com maior frequência e compará-las quanto à incidência em diferentes agrupamentos sócio-econômicos.

O trabalho principia com explanação sobre as classes AB e CD no Brasil e revisão teórica referente a lazer, seguida de descrição da metodologia empregada e dos principais achados.

A amostra utilizada foi escolhida segundo critério não-probabilístico. Foram entrevistadas, com base em questionário composto por questões fechadas, 1400 pessoas no município de São Paulo, com idade igual ou superior a 60 anos, sendo 700 pertencentes às classes sócio-econômicas AB e 700 às classes CD. A definição do tamanho da amostra foi arbitrária, tendo como elemento norteador apenas o número 150, que é o mínimo necessário de casos para aplicação de técnicas da estatística multivariada.

Para análise dos resultados foram utilizadas técnicas da estatística univariada e multivariada. Com relação a essas últimas, foram empregadas análise fatorial e cluster.

Os principais resultados referem-se à heterogeneidade do comportamento dos grupos, mostrando que há necessidade de cuidado na referência ao segmento terceira idade, evitando-se tratá-lo como homogêneo. Foram identificados cinco agrupamentos de respondentes, que foram denominados por: Senhoras ativas, Senhoras enclausuradas, Idoso cotidiano, Senhor social e o Senhor tranquilo.

Além de oferecer subsídios para orientar a elaboração de políticas para o lazer, tanto de ordem pública como privada, o presente trabalho, a partir da caracterização dos grupos encontrados, fornece indicações que permitem o estabelecimento de um diálogo mais direto com esses grupos.

Título O lazer urbano e as mulheres: alguns pontos de discussão

ID 1039

Autores Marcela Cavalcanti, Carla Cristina Garcia

Resumo: Este artigo pretende contribuir para o debate sobre as questões urbanas contemporâneas que se centram na experiência de lazer e vivência do tempo livre das mulheres e chamar a atenção sobre a maneira com que muitas teorias e formulações políticas utilizaram como padrão de análise as atividades e experiências de lazer e recreação dos homens, tornando invisíveis tais práticas. A idéia é que tanto as características que as mulheres compartilham quanto aquelas que as diferenciam requerem uma análise e uma explicação, ou seja, o lazer e a noção de tempo livre das mulheres nas cidades contemporâneas – em todos os entornos urbanos modernos – é diferente, varia conforme sua faixa etária, sua

profissão e podem ver-se afetadas por privilégios ou desvantagens em razão de sua classe social, etnia, religião, problemas físicos ou mentais.

Título Lazer das Classes Populares no Brasil

ID 1280

Autores Marília Medeiros

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre o sentido atribuído pelas classes populares ao lazer, procurando entender os significados do tempo livre e suas repercussões no cotidiano das pessoas. Visa também analisar alguns aspectos do estilo de vida, que através do comportamento descontraído, revela maneiras de ser, formas de ações coletivas, práticas de sociabilidades típicas das classes populares. Neste sentido, serão observadas sociologicamente categorias como tempo livre, lazer, férias, que remontam o século XIX e início do século XX. Para isso, o modelo fixado é o da abordagem empírica, através de uma pesquisa com grupos e em áreas de grande concentração de lazer popular. Escolhemos duas comunidades na periferia do Rio de Janeiro para realizar a observação. A primeira, no bairro de Ramos onde pretendemos descrever as práticas e a organização do Piscinão de Ramos; a segunda, no bairro de São Cristóvão a Feira dos Paraibas, hoje denominada Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, onde propomos analisar as formas e os estilos das práticas sociais do lazer dos grupos referidos. Partimos do pressuposto que é nos momentos descontraídos que os indivíduos constroem um manancial simbólico, que são expressões típicas de maneiras de ser de grupos específicos. São comportamentos culturais, práticas que marcam formas de ser coletivos, expressões de grupos e representações de classes.

Mesa: Turismo, lazer e ideais sociais - 6 de Fevereiro - 16h15 - 212

Moderador: Rita de Cássia da Conceição Gomes

Título Esporte, identidade nacional e a idéia de nação: Brasil, Angola e Cabo Verde

ID 277

Autores Victor Andrade Melo, Simoni Lahud Guedes, Marcelo Bittencourt, Augusto Manuel Diniz, José Manuel Gonçalves

Resumo: Em uma ordem mundial em que a idéia de nação parece frágil perante o poder das empresas transnacionais, algo que tem impacto maior nos países em desenvolvimento, e em que as organizações internacionais (ONU, Unesco etc) se encontram fragilizadas, as competições esportivas acabam se apresentando como um dos principais fóruns para louvar e exaltar a idéia de pátria, algo ainda de grande importância para nações que recém se tornaram independentes, como é o caso dos países africanos de língua portuguesa. No âmbito das práticas esportivas, ainda que marcadas por situações de desigualdade, essas nações tornam-se ativas, conhecidas, mesmo surpreendentes: há sempre a possibilidade de uma vitória, de um empate ou mesmo de somente uma bela atuação, que será celebrada pela população como uma grande conquista, sempre com o incentivo de dirigentes e imprensa, para alguns mesmo um reflexo dos “avanços do país”. As competições permitem uma performance pública internacional de nação não encontrável em praticamente mais nenhum outro espaço contemporâneo. Às vésperas da realização, no continente africano, de dois importantes eventos esportivos (a Copa do Mundo de Futebol, na África do Sul, e a Copa Africana de Nações/Futebol, em Angola, ambos em 2010) a relação entre esporte e identidade nacional certamente ganhará ainda mais relevância. Assim, este estudo objetiva discutir, de maneira comparada, a relação entre esporte, identidade nacional e a construção da idéia de nação em Angola, Brasil e Cabo Verde.

Título Economia de experiências: poder emocional e desigualdade afetiva

ID 64

Autores Daniel Andrade

Resumo: A experiência torna-se hoje o grande diferencial competitivo entre as empresas, afirma Pine (1999). É engajando os consumidores e os parceiros corporativos de forma pessoal em eventos agradáveis e memoráveis, e não entrando em uma disputa de preços, que uma empresa supera suas adversárias e confere valor aos seus produtos e serviços. A comercialização de experiências cria a operacionalização de situações sensoriais e afetivas com o objetivo de fidelizar clientes e motivar funcionários. Neste sentido, ela pode ser compreendida como uma técnica de poder que compõe, juntamente com outras técnicas de intensificação da relação com clientes e de gestão de recursos humanos, um dispositivo de controle emocional, um novo tipo de biopoder que constrói no corpo disposições afetivas de modo a sustentar ações econômicas. Ele atende às necessidades de uma organização econômica que se estrutura em redes, intensifica as comunicações, promove o trabalho não-estruturado em equipe e coloca como “alma” da empresa o marketing e o relacionamento com os clientes. Tal relevância estratégica leva à expansão dessas técnicas e ao aumento de demanda por performances emocionais. A maior ou menor capacidade, ou a incapacidade, de se submeter às modulações subjetivas acaba por criar uma desigualdade já objetivada por escalas de inteligência emocional e médico-psiquiátricas. Os menos ajustados tornam-se desqualificados profissionalmente, mas também fora das empresas, por não corresponderem às exigências de diversão e gozo de um mundo que supervaloriza o entretenimento. Na psiquiatria, esses desajustes já aparecem como sintomas de alguns dos principais transtornos de nossa época (depressão, bipolaridade, pânico).

Título O turismo esportivo utilizado como estratégia de marketing para o planejamento municipal: estudo de caso da 71ª edição dos jogos abertos do interior e a perfeita municipal de Praia Grande.

ID 369

Autores Jardel Barros

Resumo: Esse estudo, de caráter exploratório, tem por intuito avaliar os impactos no turismo a partir da realização de um evento esportivo. Para isso, utilizou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, compreendendo revisão bibliográfica e o desenvolvimento de estudo de caso único sobre a 71ª edição dos Jogos Abertos do Interior, realizado em Outubro de 2007 no município de Balneário de Praia Grande – litoral do estado de São Paulo - Brasil. A coleta de dados foi realizada por

meio de entrevistas, observação participante, no acesso á documentos e no processamento de informações disponibilizadas pelo Comitê Organizador do evento e das entidades de turismo do município. Evidencia-se que os eventos esportivos fazem parte de estratégias de marketing institucional e que, por outro lado, têm contribuído para consolidar a imagem turística das localidades que sediam esses eventos.

Título Turismo, globalização e qualidade de vida na sociedade contemporânea

ID 437

Autores Cristiane Ferraz e Silva Suarez, Almerinda Fadini, João Luiz Hoeffel, Sônia Regina Barbosa

Resumo: A globalização, como uma das conseqüências da modernidade, exerce efeitos sobre a desagregação das sociedades contemporâneas e, juntamente com as novas tecnologias de comunicação, interfere diretamente no comportamento e nos modos de vida dos sujeitos. Diante deste cenário, como o turismo contemporâneo, um dos fenômenos mais marcantes da globalização na sociedade, pode ser compreendido? E como pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades onde se desenvolve? Neste contexto, esse artigo busca apresentar numa reflexão preliminar sobre o turismo e sua inter-relação com os fenômenos socioambientais do qual ele é parte integrante, por meio de pesquisa de doutoramento em andamento e que conta com apoio financeiro da FAPESP, sobre os impactos socioambientais gerados, principalmente, pelo desenvolvimento da atividade turística no município de Vargem – SP, situado na Área de Proteção Ambiental do Sistema Cantareira. A APA Cantareira possui várias nascentes e pontos de captação de importância regional e remanescentes significativos de Mata Atlântica e apresenta uma problemática ambiental centrada na conservação de recursos hídricos. Simultaneamente a região apresenta vários problemas socioambientais gerados a partir das alterações decorrentes da construção do Sistema Cantareira, de captação de recursos hídricos e a duplicação da Rodovia Fernão Dias. Ambos foram determinantes nos processos de expansão industrial e urbana e de incremento turístico na região. A inserção regional do município impõe a necessidade de estudos adequados que possam contribuir para as políticas públicas voltadas para planos turísticos sustentáveis e de projetos preocupados com a melhoria da qualidade de vida da população local.

Título A gestão da qualidade do serviço hoteleiro em Cabo Verde: Estruturação de processos.

ID 502

Autores Alfredo Pereira

Resumo: O turismo é relevante sector da economia mundial, factor e produto da globalização, vector estratégico de cidades, regiões e países. A competitividade de Cabo Verde na economia global está profundamente associada ao turismo, a competitividade do sector turístico à qualidade das organizações e a qualidade das organizações ao desempenho das pessoas que nelas trabalham. Deste modo, filiamos a competitividade nacional no conhecimento e nas competências das pessoas para desenvolverem processos e práticas da qualidade. Esta é sistema de procedimentos, recursos, objectivos e indicadores, mas também sistema de crenças e de práticas relacionais, mais ou menos institucionalizadas e recursivamente actualizadas.

Neste contexto, a gestão da qualidade e a gestão das capacidades, as competências operacionais e as competências relacionais, as orientações normativas organizacionais e grupais, as interacções diárias ocorridos em diferentes territórios influenciam profundamente ou mesmo determinam a atracção e fidelização de fluxos turísticos. Nesta perspectiva, o sucesso de um país passa a ser representado como responsabilidade de todos os cidadãos e de todas as organizações, das ordens de interacção social nestas desenvolvidas e reproduzidas, dos processos de estruturação das práticas e das modalidades de significação, legitimação e dominação. As estruturas do sistema da qualidade recursivamente organizam os modos de ver e de fazer a qualidade nos encontros diários.

O trabalho aqui proposto foi desenvolvido numa perspectiva sociológica e, à luz da teoria da estruturação de Giddens, propõe analisar a estruturação de sistema de gestão da qualidade em organizações hoteleiras em Cabo Verde.

Título Benefícios das redes a nível da construção de destinos turísticos bem sucedidos, o caso da Rede Europeia de Turismo de Aldeia

ID 952

Autores Apolónia Rodrigues, Áurea Rodrigues

Resumo: A importância do turismo para economias desenvolvidas e para a reestruturação de economias europeias desfavorecidas é reconhecida por muitos autores (Perkins, 2006; Breda et al, 2006; Midtgard, 2003; Kappert, 2000; Nilson, 2000; Williams, 1999). Em muitas regiões periféricas da Europa o turismo rural tem vindo a ser utilizado como uma alternativa económica em muitas áreas rurais com problemas de marginalização e falta de oportunidades (Hegarty and Przezborska, 2005).

Uma das grandes fraquezas dos negócios turísticos desenvolvidos no meio rural centra-se na incapacidade de os empresários promoverem as suas actividades de uma forma apropriada (Cai, 2002). Por outro lado, a pequena escala e grande fragmentação dos negócios desenvolvidos no meio rural apelam para a necessidade de se desenvolver actividades de gestão e planeamento que recorram à metodologia das redes, envolvendo todos os stakeholders do destino (Kastenholz, 2006; Moutinho, 2000; Costa, 1996). Neste contexto, a construção de parcerias e a aplicação de acções e estratégias de marketing em conjunto podem reduzir o isolamento dos pequenos negócios, permitindo o uso dos recursos de uma forma mais eficaz (Moutinho, 1990; Kastenholz, 2006). Este factor pode ser a chave para o sucesso do desenvolvimento do turismo rural.

Segundo a OECD (1993) trabalhar em parceria desenvolveu-se ao mesmo tempo que surgiu um interesse crescente pela interacção entre stakeholders no turismo rural, as parcerias locais são cada vez mais reconhecidas como uma medida apropriada, particularmente como resposta na sua capacidade de conseguir juntar uma gama de grupos de interesse no desenvolvimento coerente de planeamento. Lynch et al (2000, citado por Morrison et al, 2004) sumariam os benefícios que podem advir de uma rede, com base numa revisão de literatura. Estes autores classificam os benefícios em três categorias, nomeadamente: i) aprendizagem e troca de experiências, ii) actividade empresarial, iii) comunidade. É observável que através de aprendizagem e troca de experiências os benefícios podem-se transformar em benefícios mais amplos para a actividade económica da área e para a comunidade no seu todo.

Este poster apresenta um estudo de caso – a Rede Europeia de Turismo de Aldeia (The European Network of Village Tourism) um projecto que ganhou o Prémio Ulysses Award 2007 for Innovation in Tourism for ONG's, atribuído pela Organização Mundial de Turismo (UNWTO) – que integra cinco regiões Europeias, Alentejo (Portugal), Lapónia (Finlândia), Trentino (Itália), Arad (Roménia) e Lomza (Polónia). Este projecto desenvolveu um produto turístico baseado numa perspectiva de parcerias com um sistema de rede implementado, não só a nível nacional, mas também internacional. Tudo isto foi realizado tendo como base os recursos endógenos das regiões. Utilizando a informação disponível, serão apresentados os benefícios atingidos ao nível de i) aprendizagem e troca de experiências, ii) actividade empresarial, iii) comunidade tendo como base o modelo construído por Lynch et al (2000).

Título Turismo Comunitário no Brasil: o caso da Fundação Casa Grande, Noval Olinda, Ceará.

ID 1409

Autores Gruber Sansolo Davis, Ivan Bursztyn

Resumo: A crise sócio ambiental do mundo urbano globalizado vem despertando a necessidade de criação de novos vínculos entre homem da cidade e os remanescentes de uma cultura comunitária hoje, na América Latina e em especial no Brasil ainda resistente fora dos espaços intensamente urbanizados. O turismo de base comunitária tem contribuído, em todo o mundo, para o resgate da memória cultural de comunidades múltiplas enfraquecidas pelo mercado global. Por outro lado, a necessidade de novos vínculos solidários encontrou naquilo que se tem designado como o turismo comunitário, um meio de se promover maior proximidade entre visitantes e anfitriões, e que entre outros atributos representam uma alternativa para o desenvolvimento sócio-econômico de pequenas comunidades urbanas e rurais.

Nessa perspectiva, a atividade turística seja, em sua maior parte, é desenvolvida e operada pela população local, permitindo a sustentabilidade em seu sentido mais amplo e fazendo com que os recursos provenientes do turismo revertam em benefícios diretos para a comunidade.

Neste trabalho, temos o objetivo de caracterizar preliminarmente o turismo comunitário no Brasil destacando um estudo o caso da Fundação Casa Grande, observado empiricamente no ano de 2008 e analisado por meio de uma ferramenta de pesquisa desenvolvida a partir das pautas metodológicas para análise de turismo comunitário produzidas pela Organização Internacional do Trabalho. Trata-se de um caso cuja valorização da cultura local e do intercâmbio com culturas externas são as bases do que designamos de uma relação de hospitalidade, onde os anfitriões se preparam para receber segundo suas regras e os visitantes se preparam para serem recebidos e portanto abertos ao intercambio como o desconhecido. Entendemos que a associação entre o turismo e o modo de vida das famílias envolvidas nessa experiência pode apresentar possíveis novos rumos para o turismo no Brasil.

Valores, Crenças e Religiosidade

Mesa: A Umbanda e o Candomblé: práticas culturais e construção das identidades - 4 de Fevereiro - 19h - 214

Moderador: Célia Arribas

Título O culto do Omolocô no Rio de Janeiro: reflexões iniciais sobre uma vertente da umbanda.

ID 1024

Autores Jayme Ramos Rodrigues, Alves de Oliveira

Resumo: O omolocô, também chamado de umbanda primitiva ou macumba é definido por alguns religiosos como a continuidade de uma prática do ritual dos negros escravizados. Este artigo pretende abordar as etapas pelas quais o culto passou, até os dias atuais. Para tanto, torna-se imprescindível abordar aspectos do seu surgimento, estruturação e desenvolvimento. Ponderando as dificuldades em adaptar-se a determinadas transformações sociais e urbanas – entre outros fatores o processo de industrialização, crescimento imobiliário, violência e aumento do trânsito noturno – ocorridas principalmente nos bairros do município do Rio de Janeiro. A luz de recentes estudos sobre as religiões de matriz africana no Brasil, este artigo observa as diferentes fases desta expressão religiosa a fim de compreender a capilaridade desses cultos e a consequência desta dinâmica na cultura da sociedade fluminense.

Título Saúde e Cura: as práticas culturais das rezadeiras

ID 1073

Autores Wanderley Bonfim Brito da Silva, Déborah Santos Conceição, Luís Vitor Castro Júnior

Resumo: Este trabalho, originalmente surge das atividades de pesquisas realizadas na disciplina estudos das manifestações culturais, buscando conhecer e aprofundar conhecimentos sobre determinadas práticas culturais (“a arte de fazer” conforme Michel Certau). Neste eixo temático, investigamos os saberes e a importância das rezadeiras na cura. Trilhamos com a história oral. Através das entrevistas enveredamos em valiosos relatos orais, que, ao focalizarem suas lembranças pessoais, revelam saberes culturais, bem como a trajetória do grupo social ao qual pertencem. A pesquisa de campo aconteceu na Lagoa da Camisa (Maria Quitéria) com Joana Batista Pereira de Jesus (D. Joana); Santanópolis com Jovita Pereira Brito; Alagoinhas com Luiza Palmeira da Silva (Lua) e Coração de Maria com Antonieta Rodrigues da Silva (D. Tutu). Rezar para essas mulheres significar a libertação e proteção do corpo em relação aos males espirituais e as doenças, sendo assim, rezar é um devir que serve de mediação entre o divino e carne. Mulheres públicas que mantêm a tradição da reza, herdadas pela sabedoria popular provenientes dos fluxos culturais entre os afro-descendentes (candomblé), os índios (pajelança) e os europeus (catolicismo). Neste sentido, as rezadeiras assumem o papel de zelar pela saúde e a espiritualidade da comunidade.

Título Na minha casa tem dendê – redes sociais e construção identitária na umbanda nordestina

ID 1096

Autores Luiz Assunção

Resumo: O campo religioso afro-brasileiro é marcado por uma pluralidade de práticas, entre as quais se destaca a Umbanda, vista como resultado de um processo de reelaboração de elementos simbólicos de várias religiões que em uma determinada conjuntura histórica adquirem novos significados. Tomando como referência os rituais de jurema realizados no contexto dos terreiros de umbanda, conforme praticado na região do nordeste brasileiro, propomos refletir sobre a dinâmica religiosa umbandista através de elementos como a prática, a trajetória dos agentes envolvidos e a construção de processos identitários. A pesquisa segue um procedimento teórico de análise que preconiza a cultura como um mundo constituído de significados produzidos e interpretados socialmente. O trabalho de campo vem sendo realizado na cidade de Natal – RN, utilizando recursos metodológicos qualitativos, construídos através do diálogo prolongado e estabelecido a partir da observação e da participação, como também a elaboração de um conjunto sistemático de etnografias, a utilização de fontes da tradição oral e da memória e o registro fotográfico dos rituais e situações do cotidiano dos terreiros pesquisados.

Título Problemas e Desafios do Candomblé na sociedade multicultural e pluri-religiosa do Brasil

ID 1663

Autores Sonia Aparecida Siqueira

Resumo: No cenário pluricultural e pluri-religioso do Brasil se insere o Candomblé, culto de origem africana trazido para o país com os escravos na época colonial. A religião persistiu através dos séculos, mas foi sempre objeto de repressão de autoridades policiais, governamentais e sanitárias. Hoje é alvo de uma série de preconceitos quanto ao caráter de religião, etnia, ética.

Mesa: História e Formação do Campo Religioso no Brasil - 5 de Fevereiro - 11h30 - 220

Moderador: Sandra Lima

Título A legitimação do Espiritismo em terras brasileiras

ID 282

Autores Célia Arribas

Resumo: A minha apresentação nesse Congresso consiste em expor alguns resultados da minha investigação no âmbito histórico-sociológico sobre uma doutrina religiosa chamada Espiritismo. Criada na França por Allan Kardec na metade do século XIX, o espiritismo tem hoje no Brasil o seu maior número de adeptos. Sob o objetivo de analisar o processo de formação da heterogeneidade formal do campo religioso brasileiro, tomei por objeto empírico em minha investigação o desenvolvimento de parte da produção intelectual religiosa durante as últimas décadas do século XIX. Examinando sociologicamente a emergência do Espiritismo, almejei entender e explicitar em sua lógica própria o processo de constituição de um mercado competitivo de bens de salvação caracterizado pela perda do monopólio religioso da Igreja Católica e pela ascensão da legitimidade institucional das outras religiões. Relacionando a idéia weberiana de racionalização das esferas de valor – no caso a religiosa – e as noções de trabalho e de divisão do trabalho religioso de Pierre Bourdieu, proponho uma análise das lutas dos grupos de agentes cujos interesses materiais e simbólicos tornam o campo religioso um terreno de operação para as lutas entre diferentes empresas de salvação.

Título Movimento Histórico Teológico da Educação Cristã

ID 473

Autores Luiz Manoel Gregolim Junior

Resumo: Esta pesquisa originou-se com o propósito de valorizar a história, resgatar os valores protestantes e nos ajuda a observar o movimento histórico-teológico e suas atuais instigações. A motivação para a realização desse trabalho são os desafios de hoje, não somente na educação secular, mas especificamente, na educação cristã. Uma vez que, no Brasil, um dos pilares da construção da igreja protestante, que disseminou neste país, foi à educação. Considerando que a Educação cristã protestante não se limita apenas pela Escola Dominical, assim como o educador cristão não é somente o pastor, faz-se necessário uma compreensão da Doutrina Protestante “Sacerdócio Universal dos crentes”. Esta investigação divide-se em três partes: a primeira, analisamos o ensino na formação do Povo de Deus, na educação dos filhos, por meio do Antigo Testamento: Pentateuco, profetas e Escritos. Fizemos uma leitura do Novo Testamento, através da educação de Jesus, da Igreja Primitiva e dos ensinamentos paulinos. Na segunda, apresentamos um breve panorama da época da história da Igreja, desde a Era Patrística, Medieval, da Reforma, Moderna até os tempos recentes. E por fim, na terceira, refletimos sobre os desafios contemporâneos da educação cristã protestante, quanto ao campo de atuação, preparo de educadores, objetivos e o papel da Igreja, hoje. O trabalho enfatiza o papel importante da Escola Dominical ainda em nossos dias. Em nossas conclusões podemos inferir que no decorrer da história da educação cristã, o protestantismo encontrou êxito mantendo-se fiel aos seus princípios.

Título A trajetória política de Arlindo Veiga dos Santos: anti-racismo, catolicismo e monarquismo (1931-1964)

ID 1349

Autores Maria Cláudia Cardoso Ferreira Maria

Resumo: Desde 2003, o governo instituiu a obrigatoriedade do ensino de História da África e do negro no Brasil. Ocorre que há muitas lacunas na pesquisa histórica, especialmente no que concerne ao pós-abolição. Este trabalho objetiva diminuir esta deficiência ao analisar a trajetória política do intelectual negro, católico e monarquista Arlindo Veiga dos Santos, que viveu em São Paulo, entre 1902 e 1978. Veiga dos Santos liderou a Frente Negra Brasileira (1931-1937), pioneira organização do movimento negro brasileiro e a Ação Imperial Patrianovista Brasileira (1932-1964), entidade católico-monarquista, conservadora e ultra-nacionalista que planejava instauração de um III Império em solo brasileiro. Numa época em que se construiu e consolidou o mito da “democracia racial”, nosso estudo se preocupou em compreender como o intelectual articulou tais pertencimentos identitários ao analisar os possíveis pontos de convergência e divergências

entre as agendas políticas destes movimentos sociais, num momento em que a nação brasileira enfrentava seu processo de consolidação.

Mesa: Crença, cultura de grupo e valores - 5 de Fevereiro - 14h30 - 213
Moderador: Joaquim Costa

Título O papel da comunicação social na construção da opinião sobre a comunidade islâmica
ID 1444

Autores Rosa Borges

Resumo: A sociedade mundial, como todos nós temos consciência, é constituída por um leque diverso e quase infinito de comunidades diferentes entre si. E é desta diferença que nasce todos os dias a riqueza multicultural da qual o mundo se alimenta. No entanto, é também deste melting pot que surgem os maiores desafios que submetem a nossa sociedade. Aquele que mais inquieta a comunidade mundial é o terrorismo, fenómeno para o qual muitos só acordaram no dia 11 de Setembro de 2001 quando um grupo terrorista islâmico, a Al-Qeada, atacou o “coração da América”. Este acontecimento foi transmitido em directo pelos meios de comunicação social de todo o mundo, o que deixa adivinhar o papel de grande importância que os media desempenham actualmente, pois estamos a viver numa Era em que o conhecimento e a informação são fulcrais. Desde então a cultura islâmica tem sido alvo de muita curiosidade por parte de alguns académicos e também pelo público em geral.

Desta forma este estudo pretende perceber se o tratamento noticioso feito pela comunicação social em Portugal, mais precisamente pela imprensa, no rescaldo do atentado de 11 de Setembro contribuiu para uma mudança de opinião da população portuguesa em relação à comunidade islâmica residente no nosso país. Para tal decidimos proceder a um total de 100 inquéritos na cidade de Odivelas, na medida em que neste local encontra-se um grande número de muçulmanos. Procedemos também à análise de conteúdo dos jornais mais lidos na primeira semana após o atentado terrorista em questão, bem como a algumas entrevistas exploratórias a membros da comunidade muçulmana.

Título Valores e classes sociais: diferenças e semelhanças de género em Portugal
ID 1447

Autores João Ferreira de Almeida, Anália Torres, Rui Brites

Resumo: De acordo com Schwartz, que propôs as bases de uma teoria estrutural dos valores, estes expressam “metas motivacionais e diferenciam-se, precisamente, pelas metas que expressam” (Schwartz, 1996). A análise dos valores assume posição central na pesquisa social, que os pode conceptualizar como sistemas organizados e relativamente duradouros de preferências. Os valores exprimem-se numa determinada cultura, entendendo-se esta, na sua acepção antropológica, como um agregado extenso e variado de características que, ao limite, é sinónimo da própria noção de sociedade.

Reconhecidas as propriedades accionalistas dos valores – a sua repercussão em comportamentos – o programa de investigação que os autores têm vindo a desenvolver neste domínio pretende identificar padrões de valores nas classes sociais, uma vez que “(...) a semelhança de condições de existência dos membros de uma mesma classe leva também ao desenvolvimento de afinidades nas suas práticas e representações sociais (o que fazem e o que pensam) e de diferenças relativamente às práticas e representações dos membros de outras classes”. (Almeida, 1994). Mas outros suportes de valores podem igualmente mostrar distinções relevantes, de forma isolada ou combinada, como é o caso do género.

O objectivo desta comunicação é ilustrar como as estruturas de classe e de género marcam padrões de valores. Para o efeito, recorreremos à análise de dados recolhidos no âmbito do European Social Survey.

Título Estudo comparativo entre religião tradicional e religião crista: o caso da religião tradicional do sul de Moçambique e a Igreja Católica

ID 1469

Autores Silverio Pedro Eugenio Samuel

Resumo: O trabalho discute a relação e distinção entre a religião tradicional do sul de Moçambique com a Igreja Católica, tendo como pressuposto que tanto uma como outra, enquanto religião instauram um modo de ser, estar e encarar a vida, hairidos de uma filosofia sobre o homem, a sociedade e o universo que lhe são inerentes; porem, uma, a religião tradicional ancora sobre uma visão limitada ao horizonte familiar, a vitalidade do corpo e aos sentimentos do indivíduo ou grupo (nação) a que pertence, em oposição a Igreja Católica que vinca um horizonte mais alargado, universal, ideal, mais racional, pensada, para além dos desejos e sentimentos pessoais ou nacionais.

Título Vamos para a festa! Um olhar sobre valores, crenças, práticas religiosas e religiosidade na Festa de Nossa Senhora dos Remédios, em Cruzeta/ RN

ID 1517

Autores Edivalma Cristina da Silva

Resumo: O referido trabalho ancora-se em um estudo sobre festa, cultura popular, crenças e táticas de vivência da religiosidade católica pelas classes populares que não podem vivenciar “de perto” e ativamente da programação urbana da Festa de Nossa Senhora dos Remédios, na Cidade de Cruzeta/ RN localizada na região Nordeste do Brasil, reinventando, assim, táticas de vivenciar sua religiosidade em sua própria casa ou junto a comunidade. Busca-se, dessa forma, entender de que forma essa Festa passa a ser vivenciada pela Comunidade Rural através de entrevistas com cruzetenses da Comunidade Rural Salgado, aliada a uma discussão bibliográfica sobre cultura popular, religiosidade, crenças e festa. A discussão bibliográfica será arrematada pelos fios teóricos de Michel de Certeau, utilizando os conceitos de táticas e estratégias para a invenção do cotidiano destas pessoas comuns – ordinárias; Rita Amaral, na discussão sobre festas brasileiras; Bornheim, Ginzburg, entre outros para pensar a cultura popular e a tradição e sua circulação e manutenção na sociedade. Através dessa análise pode-se perceber que os indivíduos ordinários dotam-se de múltiplas táticas – acender

velas em intenção, rezar terços com os familiares, celebrar pequenas novenas dentro de suas casas, entre outras tantas práticas – para vivenciar a festa, ligando-a a práticas religiosas de seu cotidiano, mapeando uma cultura peculiar e singular para os indivíduos dessa comunidade. Essas táticas (re)criadas (re)inventam e (re)alimentam a espiritualidade dos indivíduos comuns que se auto-afirmam seguidores de uma religiosidade católica. Dessa forma, tece-se esse trabalho deleitando-se nos discursos e aflorando uma pluralidade de táticas religiosas populares.

Mesa: Mundo rural, mundo urbano e sincretismo - 5 de Fevereiro - 14h30 - 215

Moderador: Luís Manuel G. Júnior

Título O Divino Maranhense no espaço sagrado das casas de culto afro

ID 387

Autores Maria Michol Pinho de Carvalho

Resumo: No Maranhão, a presença negra é marcante nos modos de vida da sua população. Os africanos e seus descendentes efetivaram, entre si, o cruzamento de elementos culturais de diversas etnias, com assimilação de aspectos culturais dos povos indígenas e da cultura européia.

Particularmente, as religiões afro-brasileiras incorporaram dimensões da religião católica, num processo de sincretismo, em meio às lutas e resistência dos grupos negros.

Nesse contexto cultural de hibridação a Festa do Divino Espírito Santo se constitui numa das manifestações de maior destaque. Uma das especificidades do Divino Maranhense é ser desenvolvido em Casas de Culto Afro.

Ao incorporarem a Festa do Divino no seu calendário litúrgico anual, os Terreiros Afro deixam de realizá-la por volta do Domingo de Pentecostes, em maio e junho, promovendo-a junto com as homenagens feitas a Entidades das Casas, em outros meses do ano. É esta uma (re)significação do tempo sagrado, podendo-se afirmar que no Maranhão, “há Divino o ano todo”.

O Ciclo da Festa, a encarnar uma seqüência barroca de rituais, compreende etapas preparatórias, etapas de ritualística propriamente ditas e etapas de finalização. O centro dessa ritualística-verdadeira “liturgia pública” – é o Império ou Corte Imperial, com destaque para as “caixeiras”, sacerdotisas que tocam, cantam e dançam para o Divino.

A Festa, ao ser realizada nos Terreiros Afro – espaços já cotidianamente consagrados no âmbito do território profano da cidade – abre um “parêntese” na sacralidade desses espaços, estabelecendo um diálogo entre a densa cultura dos Terreiros e o universo simbólico do Divino.

Título Devoção a Nossa Senhora do Rosário e Catolicismo Africanizado no Congado da Grande Belo Horizonte-MG

ID 405

Autores Erisvaldo Santos, Sueli do Carmo Oliveira

Resumo: O trabalho discute a experiência religiosa de comunidades negras de Minas Gerais, como um catolicismo africanizado, vivenciado por Irmandades de Nossa Senhora do Rosário, a qual se expressa por um cortejo real, acompanhado pelos vassallos das Guardas de Congo e Moçambique que cantam, percutem suas caixas e dançam reverenciando a Senhora do Rosário. Tem como objetivo geral reavaliar o sentido do sincretismo religioso como sendo um movimento realizado a partir do protagonismo de africanos que identificaram as divindades católicas como sendo as suas próprias divindades, interpretadas pelos europeus de uma forma diferente. Nesse sentido, o sincretismo deixa de ser uma estratégia de africanos escravizados para preservar seus valores religiosos e passa a ser compreendido como uma forma de reapropriação do catolicismo por parte dos africanos já na África. Os dados da pesquisa são obtidos nas narrativas que os congadeiros apresentam para demonstrar como Nossa Senhora do Rosário veio ao encontro deles, através do batuque das caixas e dos cânticos da guarda de Moçambique. As pesquisas históricas de John Thornton no antigo Reino do Congo são importantes evidências empíricas e teóricas do argumento que estamos desenvolvendo.

Título Religiosidade no tratamento da desnutrição em Sobral CE Brasil

ID 533

Autores Elizabeth Costa

Resumo: A preeminência da prática religiosa no tratamento da desnutrição, por duas vertentes: medicina popular e catolicismo popular.

O estudo propõe compreender a relevância do trabalho das benzedeiras na incursão do paciente portador de desnutrição ao tratamento médico. O trabalho de benzedura seria determinante na motivação do paciente a adesão do tratamento médico? Assim, investiga-se o imaginário cultural e religioso dos portadores de desnutrição da cidade de Sobral CE. Na busca de compreender a relevância da medicina popular no meio rural e urbano de classes sociais menos favorecidas economicamente, por meio do trabalho de mulheres que transmitem conceitos religiosos herdado de gerações, colaborando para a prática da religiosidade no Brasil.

Título Sociabilidades e alteridades no universo cotidiano religioso das romarias: um estudo de caso no nordeste brasileiro

ID 1084

Autores Maria Paula Jacinto Cordeiro

Resumo: Expressões comuns do catolicismo popular, as romarias acontecem cinco vezes por ano na cidade de Juazeiro do Norte, no nordeste brasileiro, e remetem à figura do Padre Cícero Romão Batista, protagonista de um evento polêmico conhecido como o “Milagre da Hóstia”, quando a hóstia consagrada que ministrava transformou-se em sangue na boca de uma beata em 1889. Mesmo após 74 anos de sua morte, muitos moradores eromeiros desenvolvem com o Padre Cícero uma relação de afilhadagem – ele é o santo padrinho - e, para estes, Juazeiro se torna um “translocal” onde é possível relativizar tempo e espaço, constituindo-se “oásis do sertão”, “refúgio dos pecadores”, “terra da Mãe de Deus”, e “lugar de redenção”. Para muitos é a dimensão festiva das romarias que perpassando o eixo das motivações, garante o retorno ano após ano. Considerando a variedade de interações religiosas e culturais ocorridas nesses períodos, o foco da interpretação

aqui considera que a relação entre pessoas, lugares e eventos acomoda tradições atualizadas mediante a invocação de crenças, performance de rituais e formas de sociabilidade desenvolvidas entre os agentes nas romarias. A partir de elementos que apontam aspectos da romaria que a caracterizam como cenário de disputas simbólicas de categorização relacionadas aos agentes envolvidos no evento, o objetivo geral do presente estudo é apresentar um esboço descritivo do tempo das romarias e sua configuração compreender o conteúdo de práticas construídas ao longo do tempo que possam remeter a tensões entre os agentes e contribuir para identificar a lógica de sua reprodução.

Título Religiosidade e habitus rural: a força das tradições nas comunidades amazônicas

ID 1141

Autores Roberta Ferreira Coelho, Antonio Carlos Witkoski, Hamida Assunção Pereira

Resumo: As populações tradicionais da região amazônica constroem a vida articulando e rearticulando o mundo do trabalho, as relações sociais, os costumes e tradições, tais como as festividades religiosas, que transcendem gerações e reavivam a memória, sinalizando para a correlação com o passado e a edificação do modo de vida presente. Nas comunidades amazônicas, ainda que se perceba a flexibilidade e a mutabilidade – características dos costumes e do habitus – de muitos aspectos da vida, há também invariabilidade e inflexibilidade em outras, o que converge para o que Hobsbawm (1997) denomina de tradição, em que podemos notar a prevalência de práticas de caráter ritual e simbólica, que imprimem uma vinculação aos valores de outrora. As festividades religiosas, que constituídas por um conjunto de rituais e possuidoras de uma simbologia sem igual, incorporam as tradições, na medida em que se encontram permeadas por dogmas, valores e regras rígidas, não passíveis de mudanças e, por isso, invariáveis. Por meio dos apontamentos em caderno de campo, registros fotográficos, entrevistas e participação direta nas atividades de preparação e realização da Festa Religiosa de São Sebastião às margens do Lago do Puraquequara no município de Manaus – Amazonas, pode-se perceber que tais festejos se configuram como a mais importante manifestação da religiosidade popular no Puraquequara, que reacendem práticas sociais de solidariedade, amizade e união comunitária em função de um objetivo comum, congregam novos e antigos moradores, reúnem toda a comunidade, incitam a partilha, envolvem crianças, jovens e adultos, bem como revitalizam a fé e a religiosidade.

Mesa: Pentecostalismo no Brasil e no Mundo - 5 de Fevereiro - 18h30 - 304

Moderador: M^a Paula J. Cordeiro

Título “A Demanda dos Deuses”: pentecostalismo, globalização e culturas locais

ID 152

Autores Paulo Gracino Júnior

Resumo: Este trabalho analisa o crescimento pentecostal a partir das estratégias que suas diversas denominações empreendem no intuito de se adaptar às demandas sócio-culturais da sociedade contemporânea. Diversamente do que vem sendo postulado por alguns teóricos nos anos recentes, que adotam interpretações ligadas à escolha racional, não acreditamos que as frias análises de custo-benefício dêem conta do fenômeno religioso, ainda que, em certos casos, apresentem explicações plausíveis. Pensamos que o processo de diversificação religioso brasileiro guarda estreita relação com as mudanças vividas pela sociedade nos últimos cinquenta anos, bem como com as respostas dadas pelas instituições religiosas a esse novo contexto. Tratado por muitos autores sob a alcunha de pós-modernidade, esse novo cenário social viu desarticularem-se as velhas macro-narrativas sobre as quais organizávamos o sentido do mundo, sem, no entanto, vê-las substituídas por outras capazes de (re)articular a multidão de vozes que ainda clamam na arena global. Nesse sentido, acreditamos que a estrutura leve e menos burocrática das igrejas pentecostais consegue se adaptar melhor à liquidez dos tempos atuais, respondendo de forma mais imediata à diversidade de demandas das populações em questão. Atentaremos ainda para as respostas que o catolicismo tem dado ao crescimento evangélico, bem como às articulações entre ethos pentecostal e culturas locais. Tomamos como foco central de nossas atenções duas regiões do estado de Minas Gerais, Brasil, uma refratária ao pentecostalismo (Arquidiocese de Mariana) e outra em que o mesmo encontra significativa acolhida (Diocese de Itabira-Fabriciano).

Título O empreendedorismo cristão brasileiro

ID 1185

Autores André Ricardo de Souza

Resumo: A comunicação trata do empreendedorismo cristão no Brasil, delineando suas referências teóricas, origem histórica e fases de desenvolvimento. Tal fenômeno ganha eloquência em um contexto de crescente concorrência religiosa e valorização da livre iniciativa econômica. Suas expressões mais notáveis são as organizações de marketing católico, as associações de empresários evangélicos, as redes de televisão e rádio ligadas a igrejas, a forma de gestão assumidamente mercantil de algumas denominações pentecostais e o grau de profissionalização dos novos pastores. Esses empreendimentos econômicos são expandidos sempre com o argumento da necessária propagação da mensagem religiosa, o que para os fiéis legitima o apelo incisivo e constante por doações financeiras. A figura do empreendedor religioso, e também gestor de negócios, é amplamente discutida, a partir de dados empíricos. Sobremaneira chamado de fundador, ele é quem inicia, desenvolve e personifica uma instituição religiosa, passando a disputar espaço social, adeptos e recursos com suas congêneres. Direta ou indiretamente, tais líderes tornam-se condutores também de empresas lucrativas, atuantes em diversos ramos de negócios. Suas práticas à frente das corporações religiosas costumam ter implicações políticas, que por sua vez, contribuem para o êxito econômico delas. De certa forma, tal fenômeno socioeconômico já se encontra institucionalmente consolidado e culturalmente legitimado, na medida em que expressa valores difundidos na sociedade abrangente. As nuances desse controverso processo de construção institucional e legitimação social são discutidas neste trabalho, fruto de pesquisa de pós-doutorado em sociologia, que aponta as principais lideranças e organizações dessa face cristã brasileira.

Título Oração: um meio para sarar e re-encantar o mundo?

ID 1266

Autores Max Ruben Ramos

Resumo: O cristianismo pentecostal tem sido o movimento religioso mais em expansão na contemporaneidade. Essa ineludível floração cristã bem evidente no contexto africano, asiático e sul-americano leva alguns cientistas sociais a advogar que estamos ante o “re-encantamento do mundo”. Assim sendo, tomaremos aqui esse contexto não-europeu como o epicentro da emergência desse “cristianismo remoçado” que com as migrações dão ao “velho continente” uma nova tonalidade religiosa. A nossa pesquisa incide sobre o contexto lisboeta, deste modo, faremos uma reflexão em torno desse movimento religioso em articulação com a vaga migratória africana e brasileira que representam uma parte significativa dos pentecostais em Portugal. Na comunicação que se segue pretendemos explorar novos modelos de serviço litúrgico, em especial o ritual da oração que, segundo os crentes evangélicos, tem sido a pedra-de-toque para essa rápida e vasta proliferação pentecostal no mundo actual. Muitos desses crentes acreditam que a oração e o jejum são meios poderosíssimos para “sarrar o mundo”, bem como para uma “mudança radical” ante a crise mundial e as inúmeras desigualdades sociais e económicas que grassam muitos países. Querirão crenças do tipo acotovelar o processo de racionalização do mundo auferido pela técnica e cientificidade?

Título Quando a corte chegar: hibridismo e criatividade no Baião de Princesas do Maranhão

ID 1674

Autores Ana Stela Cunha

Resumo: Baião vem de baiar, bailar. No Terreiro do Egito, localizado em Sao Luis do Maranhao e fundado por Massinokou Alapong em dezembro de 1864, ocorreu a primeira festa do ritual do Baião de Princesas. Devido à perseguição policial da época, que se estendeu até os anos 40 em São Luís, o ritual se disfarçava de festa profana, onde os tambores davam lugar a instrumentos como o violino – o maestro do conjunto - sanfona, violão, cavaquinho ou bandolim e os adufes, pandeiros sem platinelas utilizados na época.

A festa, que se iniciava na manhã do dia 12 de dezembro, seguia a tarde e a noite toda, se encerrando apenas na tarde do dia 13, dia de Sta. Luzia, quando começava então o toque de Tambor de Mina para o Rei dos Mestres. Como num baile, ainda hoje as mulheres se enfeitam com saias coloridas, xales, leques, muitas jóias, colares, fitas e outros adornos, além das mantas de miçangas que vestem ao receber suas encantadas. Usam penteados elaborados e tocam castanholas. Extremamente feminino, neste ritual só as mulheres dançam, e as encantadas que se manifestam também são em sua maioria princesas, rainhas, meninas, caboclas, mães-d’água, ainda que como numa verdadeira festa, no Egito, orixás e voduns também tomassem o corpo de seus filhos para assistirem à dança, se juntando à numerosa assistência que ia ao terreiro graças à visita do Navio de Dom João. Ao longo do dia, crianças e pessoas da assistência também eram convidadas a dançar, “enchendo a roda” enquanto algumas dançantes paravam para descansar. Na Casa Fanti Ashanti, o Baião de Princesas continua sendo realizado todo dia 13 de dezembro, seguindo até a manhã do dia 14, embalado por uma infinidade de belas músicas.

Obari, Bela Infância, Belinha, Menina da Gameleira ou do Caxangá são alguns dos nomes pelos quais é conhecida Nôche Dantan, vodum chefe do Baião, que se abre e fecha invocando São Gonçalo do Amarante e Rei dos Mestres, outro nome do vodum Liçá – relacionado a Oxalá - que é o responsável pelo andamento do ritual. Considerado como da linha de cura ou de água doce, difere da cura/pajelança por possuir rituais internos secretos que antecedem a festa pública, quando na cura todos os procedimentos e ferramentas rituais estão expostos na mesa do pajé.

Este trabalho buscara trazer uma breve etnografia deste ritual, praticado em poucas casas de Tambor de Mina. Sera intenção trazer à discussao a democracia espiritual sem fronteiras, onde caboclos, princesas, índios, ciganas, espanhóis, portugueses, turcos, franceses, italianos, havaianas, mães d’água, macacos, peixes, aves, caranguejos e jurarás realizam plenamente no plano espiritual a miscigenação étnica brasileira, refletindo sobre o mito de formação nacional através dessa religião voltada para a ancestralidade.

Mesa: Pessoa, relações sociais e ethos religioso - 5 de Fevereiro - 18h30 - 302

Moderador: Rosa Borges

Título O deus individual e o demónio colectivo

ID 261

Autores Joaquim Costa

Resumo: A religião é coisa religiosa: ressuscita a cada certidão de óbito que lhe passam. Marcel Gauchet recenseou, em século e meio ocidental, pelo menos quatro mortes e outras tantas ressurreições.

Fala-se, já há alguns anos, de uma nova ressurreição. Mais uma. Mas é uma ressurreição interessante. Os estudos mostram queda de prática/crença institucional clássica e, ao mesmo tempo, vigor de crenças individuais e da vaga emocionalista. “Contapropismo” designa estes crentes por conta própria (pelo menos na autonomia face aos dogmas eclesiásticos oficiais). Parece claro que desinstitucionalização/emocionalismo dá lugar a desregulação (por vezes quase “pagã”), mais do que a des-religião, fenómeno desgostoso para ateus militantes como Michel Onfray, que têm dificuldade em escolher entre o monopólio clerical e a religiosidade livre.

Régis Debray afirma que cada época tem um Jesus à sua imagem. O Jesus dos direitos humanos é o Jesus do actual europeu, individualista e humanista, com frequência anti-clerical; é um Jesus às vezes filósofo, e só.

Mas, apõe Debray, uma religião não é uma filosofia. A filosofia é uma visão do mundo; a religião é um mundo, uma comunidade, um calendário, um rito, um “nós” vs. “eles”, uma transmissão, uma instituição. Ora, a actual desregulação religiosa é um desafio à religião, quero dizer, à constituição de uma comunidade que assegure uma linhagem com uma memória sólida (Hervieu-Léger) sem, porém, se entregar ao demónio colectivo do fundamentalismo.

Título Narrativas Terapêuticas no Candomblé, Brasil

ID 418

Autores Estélio Gomberg, Ana Cristina de Souza Mandarino, Reginaldo Daniel Flores, Hugo de Carvalho Mandarino Junior
Resumo: O presente estudo teve como objetivo principal apreender os usos de recursos terapêuticos por parte de clientes, adeptos ou não, que frequentam o único Terreiro de Candomblé de origem ketu, no Estado de Sergipe/Brasil, o Ilê Axé Opô Oxogum Ladê. O Candomblé pode ser entendido como uma religião de matriz africana que busca olhar para o indivíduo de uma forma abrangente, possibilitando a este que não só venha a cuidar do estado de desequilíbrio saúde/doença, como também possa vir a se reconfigurar em quanto indivíduo, através de uma imensa rede de solidariedade e parentesco que acabam por envolvê-lo no ato da iniciação. Ao adentrar este sistema religioso terapêutico, o sujeito vai experimentar e confrontar com uma série de inovações na sua vida cotidiana, ampliando suas visões e percepções sobre as causalidades da doença, repercutindo na consideração da relação entre “corpo/mente/orixá”, abrindo desta maneira uma nova opção no que tange as opções terapêuticas para os indivíduos. Diante da complexidade desta religião, o grupo em questão – adeptos e clientes externos- reafirmam sua solidariedade intra e extras muros, através da garantia da saúde física e social de seus membros, na medida que opõe duas instâncias antagônicas representadas por sua visão de mundo: saúde/doença, vida/morte. O equilíbrio entre estas se faz necessário para a afirmação daquilo que se torna elemento indispensável para este: a manutenção da saúde.

Título Minorias religiosas no império português: Budistas, cripto-judeus, hindus, judeus, muçulmanos, protestantes e “outros” no espaço português

ID 53

Autores Joseph Abraham Levi

Resumo: Este estudo pretende analisar a presença, o encontro e, conseqüentemente, a (quase sempre) difícil convivência entre diferentes confissões religiosas, de um lado, e o Catolicismo, do outro, em todos os territórios sob soberania portuguesa durante quase cento e doze lustros, nomeadamente, entre a tomada de Ceuta (1415) e o inevitável fim do Colonialismo Português (1974).

Mesa: Religião, política e poder - 6 de Fevereiro - 14h30 - 313

Moderador: José Rogério Lopes

Título A Igreja Católica face aos desafios da democratização: educação cívica e eleições

ID 337

Autores Florival Raimundo Sousa

Resumo: A assinatura do Memorando de Entendimento do Luena, que oficialmente pôs termo ao longo conflito armado angolano, abriu o caminho para a efectivação de uma verdadeira paz social onde a reconciliação nacional e a consolidação da democracia se afiguravam entre os principais anseios da população civil e a prioridade na agenda política nacional. Seis anos após o fim do conflito, a construção da paz social permanece uma abordagem válida e urgente na reestruturação do tecido psico-social dos angolanos que, contando com a participação e dinâmica das diferentes organizações da Sociedade Civil, têm tentado responder às diferentes preocupações do actual momento da vida dos cidadãos.

Embora considerada como incipiente e embrionária, a Sociedade Civil angolana tem criado espaços de intervenção e de debate favoráveis à construção da cidadania e à democracia participativa. Entre os principais intervenientes da Sociedade Civil angolana as Igrejas são as que mais se destacam, não apenas como um forte parceiro social do Governo mas também como uma autoridade moral, forte e legítima, enraizada nos diferentes extractos sociais.

Num contexto político pré-eleitoral, com as eleições Legislativas inicialmente marcadas para Setembro próximo, considera-se pertinente abordar o papel que a Igreja Católica tem vindo a desempenhar na educação cívica dos cidadãos onde a exaltação do patriotismo, o apelo ao respeito pelos valores morais e à tolerância política, constituem os eixos centrais dos seus pronunciamentos oficiais, no sentido de se prevenirem os erros do passado e evitar o que de resto tem sido praxe nas emergentes democracias africanas: os conflitos pós-eleitorais.

Título Rede Aleluia: Instrumento de persuasão e poder em prol da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD)

ID 399

Autores José Wagner Ribeiro Ribeiro, Ricardo José Oliveira

Resumo: Analisa o procedimento de comunicação da Igreja Universal do Reino de Deus, com enfoque na programação evangélica da Rede Aleluia de Rádio e os possíveis reflexos dessa prática na propagação dos seguidores da igreja. A hipótese inicial desse estudo baseia-se na apuração de três pilares de funcionamento da Universal – libertação, cura e conversão; identifica os elementos icônicos, assim como o traslado de situações bíblicas que contribuem para a conquista de fiéis. Mensagens veiculadas na Rede Aleluia de Rádio foi uma das ferramentas para analisar o crescimento da igreja através da sua rede de rádio. Conclui que a comunicação praticada na Rede Aleluia de Rádio pela Igreja Universal influencia o rádio ouvinte da programação, ao induzi-lo a participar das campanhas da igreja culminando com a sua conversão à organização Universal.

Título Religião e Política em Portugal: Fronteira Entre dois Poderes

ID 558

Autores Nicolau Roque

Resumo: O actual panorama de crise que os governos mundiais enfrentam não é alheio a Portugal. O poder político está a sofrer alterações, não só dentro das fronteiras nacionais, como nas organizações políticas continentais, caso da União Europeia, que têm reflectido os actuais acontecimentos. Ao contrário do que afirma Fukuyama, a democracia liberal e o modelo capitalista de governação dos Estados-Nação pode não representar o “fim da história”, antes mais uma das etapas no trajecto de evolução das sociedades, e das formas governativas. A tese de Karl Marx encontra-se, neste panorama, revitalizada.

A necessidade de encontrar respostas para a actual crise aliada à tradição religiosa do país, faz ressurgir o religioso na esfera pública. Por outro lado, o trabalho desenvolvido pelas “instituições” religiosas, caso das IPSS, tem-se revelado de extrema utilidade para o país, acabando por assumir uma responsabilidade que deveria ser do Estado.

Em território Nacional, a fronteira entre religião e política ainda é opaca. Actualmente, o discurso destas duas “morais de convicção” tende a encontrar-se, acentuando as suas características de redenção. Porém, deveríamos observar dois discursos distintos: no caso político, uma predita verbalizada para as “massas”, e na religião um profetismo centrado nos “crentes”.

Título A Maçonaria luso-brasileira diante de seus aspectos culturais de rituais, símbolos e significados para as diversas culturas.

ID 864

Autores Jair Araújo, Giovanna Araújo

Resumo: A instituição maçônica, sempre fora vista por parte dos curiosos, ou mesmo por parte dos seus membros como algo mágico, esotérico, misterioso. Logo percebemos muitas inquietações quanto a sua verdadeira função, atuação, serventia, além das dúvidas quanto aos rituais, à simbologia, a doutrina, os segredos, os mitos. Apesar da história da maçonaria ser antigüíssima como citamos anteriormente, e de ter tantas atuações nas áreas de educação, saúde, lazer e em movimentos emancipacionistas, percebemos quão significativo será uma análise mais apurada no que tange sua formação e atuação dentro da sociedade pós-moderna e globalizada. Nesse sentido objetivamos com esse trabalho discutir tal temática, a maçonaria luso-brasileira diante de todos os seus aspectos culturais, simbólicos e ritualísticos, dos dois lados do atlântico. Seguiremos os seguintes teóricos: BORDIEU, Pierre. O Poder simbólico; MARTELLI, Stefano. A religião na sociedade pós-moderna: entre secularização e dessecularização. e TEIXEIRA, Faustino (org.). Sociologia da Religião.

Título Dez anos do “chute na santa”: diferença e intolerância

ID 796

Autores Ronaldo Almeida

Resumo: Uma década depois do episódio que ficou conhecido no Brasil como o “chute na santa”, no qual a Igreja Universal do Reino de Deus envolveu-se em um conflito público com a Igreja Católica, a proposta desta comunicação é refletir sobre algumas tensões da relação Estado/religião em uma sociedade que se pretende democrática, quais sejam: a liberdade de culto e a iconoclastia inerente a certas disputas religiosas que, devido a alguns excessos, necessita da regulação jurídica.

Mesa: Sincretismo, Etnia e Género na Umbanda e no Candomblé - 6 de Fevereiro - 14h30 - 302

Moderador: John Collins

Título Vencendo a Intolerância: Mulheres Negras e do Candomblé.

ID 71

Autores Ivete Miranda Previtalli

Resumo: Este trabalho trata da Lavagem das escadarias da Catedral Metropolitana de Campinas, que tem como pano de fundo as histórias de vida de duas mulheres negras e do candomblé. As histórias de vida de Mameto Corajacy e Mameto Dangoroméia revelaram o preconceito e o racismo contra as condições de mulheres, negras e praticantes de uma religião afro-brasileira.

Ao resistirem as dificuldades impostas pela sociedade branca e masculina, essas duas mães-de-santo levaram à rua muito mais do que a apresentação de uma expressão religiosa de origem africana. A festa da Lavagem se expandiu além das cercanias do candomblé, e acabou reunindo na praça as mais diversas manifestações culturais e políticas afro-brasileiras.

Na Lavagem estandartes e faixas escritas em línguas bantas vêm puxando o cortejo do candomblé até a Praça da Catedral Metropolitana de Campinas. Ao se apresentar desta forma, o movimento retomou a uma África metafórica que tornou pronunciáveis o negro e o afro-brasileiro por uma “lógica diferente”. Permitiu que os não-ditos viessem à tona e que aflorassem as memórias subterrâneas. A manifestação pública, religiosa destas duas mães-de-santo resultou numa demonstração cultural afro-brasileira, que disse “não” à marginalização e à subordinação.

A Lavagem anarquiza, subverte e dá como resposta ao racismo manifestado e expressado pelo homem que agrediu a mãe-de-santo na praça, uma “política de reconhecimento”, ao lado das lutas contra o racismo e pela justiça social.

Título Problemas e desafios do Candomblé no cenário multi cultural e pluri religioso do Brasil

ID 92

Autores Sonia Aparecida Siqueira

Resumo: As diversidades de aportes humanos que pelo Brasil se espalharam ao longo de vários séculos configuraram uma realidade de cultura multi facetada abrigando diferenças e desigualdades, a reclamar definições identitárias e a aspirar a utópica homogeneidade cultural. Impõem-se análises dessas desigualdades, acentuadas por preconceitos, redundando em eventuais exclusões sócio-econômicas e políticas. E, certamente, criando obstáculos para a plenitude dos direitos de cidadania evidenciados na vida cotidiana. Na raiz de vários obstáculos para a definição da identidade coletiva sobressai o fator religioso e nele a existência da religião afro do Candomblé. Esta propõe a análise de uma problemática constituída por preconceitos, exclusões e imaginário que deixa subjacente emblemáticos desafios a serem vencidos à condição de serem identificados os problemas que lhes dão origem. Pode-se elencar a inserção do Candomblé na pluralidade religiosa vigente, com seu reconhecimento como uma religião, o problema de sua autenticidade, o de sua permanência através dos tempos, trazendo no seu bojo a recriação e a fragmentação territorial e étnica, o hibridismo com outros credos, do Cristianismo tradicional à recente Umbanda. Acrescentem-se os preconceitos de cor, ligados às ideologias subsistentes da constituição da meta-raça, os da pobreza, os do analfabetismo e primitivismo civilizacional, além de problemas éticos que

tentam reduzir o Candomblé a uma religião de serviços, bem como a pseudo-tolerância católica e a hostil intolerância de outros grupos cristãos.

Título Contemporâneo e tradicional: Masculinidade no culto de Babá Egun

ID 131

Autores Joalice Conceição

Resumo: As religiões de matriz africana, especialmente o candomblé e o culto de Babá Egun, no Brasil sempre foram grandes ethos de preservação de heranças trazidas na memória e no corpo daquelas e daqueles que foram arrancados de suas terras; esses espaços servem como núcleo de sociabilidade e solidariedade entre seus adeptos. Contudo, ao longo dos anos muitas mudanças tornaram imperativas face ao crescimento do número de casas de culto. Entretanto, o culto dedicado aos Egun restringe-se a algumas localidades do Brasil. Por ser um culto que demanda na preparação ritual um rigor incomensurável tanto do oficiante quanto dos frequentadores, uma vez que estão envolvidos diretamente com os ritos mortuários. Um outro dado relevante é a participação dos homens, cuja presença é primordial, em detrimento da visibilidade dada ao papel da figura feminina, que tem espaço e funções limitados, esses são alguns fatores que talvez justifiquem o parco número de casas dedicadas ao culto ancestral.

Nesta perspectiva, esta comunicação objetiva refletir sobre os papéis desempenhados por homens e mulheres neste culto, uma vez que busca entender como as representações de masculinidades presentes na visão de mundo dos sacerdotes e frequentadores do culto de Babá Egun, na Ilha de Itaparica, na Bahia, ajudam na construção das identidades neste jogo emergente e contemporâneo. O culto de Babá Egun é um importante ethos de preservação cultural diaspórica, no qual é possível construir, reelaborar e ressignificar valores e visões retidas na memória, recai a relevância desta proposta.

Título Entidades Espirituais Brasileiras: Caboclas Índias, Negras ou Negras Índias?

ID 419

Autores Raquel Redondo Rotta, José Francisco Miguel Henriques Bairrão

Resumo: Na umbanda, as caboclas são entidades espirituais femininas supostamente relacionadas à figura do indígena brasileiro. Autores descrevem os caboclos como obedecendo a uma lógica religiosa africana, apesar das características aparentemente brasileiras. Pela necessidade de cultuar ancestrais ligados à terra, o africano – no Brasil - elege o índio como ancestral digno de culto. Porém, pela lógica africana (iorubá), ancestrais femininos são cultuados como uma unidade indiferenciada. Nesta pesquisa, investigaram-se as possíveis marcas africanas nas caboclas, através de observação participante e entrevistas. As médiuns e suas caboclas apresentam indícios de uma ligação e valorização de traços africanos, tanto no âmbito religioso como na esfera da vida pessoal. Os resultados reforçam a hipótese de que africanos, em terras brasileiras, recorrem a elementos indígenas como símbolos necessários à sua religiosidade. Mas as caboclas não se resumem a marcas africanas, apesar de possuí-las. Elas são descritas e descrevem-se com nomes e histórias próprias. Ou seja, desobedecem à regra religiosa de se desindividualizarem após sua morte. Constatou-se também que o universo simbólico relativo às caboclas apresenta bases e traços análogos, seguindo uma gramática cultural. A partir dessa 'gramática', elas aparecem com características e histórias próprias, e podem significar experiências pessoais, vivências sociais e influenciar comportamentos. Conclui-se que a tese sobre a origem africana dos caboclos é insuficiente para discutir a sua vertente feminina. Deve ser utilizada em conjunto com outras explicações, na tentativa de olhar as caboclas de uma forma mais completa.

Título Terreiros de Candomblé do Recife: sincretismo das tradições

ID 1424

Autores Katiane Fernandes Nóbrega

Resumo: Apresenta-se parte dos resultados da pesquisa intitulada "Orixás - uma tradição viva: Imaginário dos candomblés de Pernambuco", coordenado pela Profa. Dra. Danielle Perin Rocha Pitta (UFPE/Brasil), durante o período de 2007-2008, no que diz respeito ao tema do sincretismo e das narrativas míticas. Discutem-se as particularidades que definem e diferenciam cada grupo ou tradição viva - Nagô, Xambá, Keto, Angola e Gege em Recife por meio das narrativas contadas pelos Babalorixás e Iyalorixás sobre seu orixá de cabeça, assim como, os dinamismos simbólicos presentes nos mitos destas tradições. As narrativas vêm dar sentido e justificar um "sincretismo intertribal" que rompe definitivamente com a noção de pureza nos cultos afro-brasileiro. Por exemplo, encontram-se casas de candomblé de nação Gege, em Recife que cultuam orixás tanto no Gege quanto na Angola, ou ainda no Xambá. Adota-se como referencial teórico à fenomenologia poética proposta por Gaston Bachelard e a Teoria Geral do Imaginário criada por Gilbert Durand. E como modelo metodológico, a mitocrítica - método de crítica literária que extrai de toda narrativa as imagens e temas redundantes, de modo a revelar as dimensões simbólicas, os mitos diretores e suas transformações significativas.

Mesa: Religião e etnicidade: uma visão comparativa - 6 de Fevereiro - 16h15 - 213

Moderador: Marcos Pereira Rufino

Título Narrativas religiosas, étnicas e subjetividade: uma comparação entre grupos religiosos nos contextos brasileiro e norte-americano

ID 212

Autores Marcia Contins

Resumo: Ao longo dos últimos anos venho realizando pesquisas no Brasil e nos Estados Unidos sobre etnicidade e religião, focalizando especificamente as chamadas religiões afro-brasileiras, o pentecostalismo e o catolicismo popular. Minha comunicação neste seminário é uma análise comparativa sobre pentecostais negros nos Estados Unidos e no Brasil; e sobre catolicismo popular entre grupos de origem açoriana no Rio de Janeiro e na Nova Inglaterra (EUA), onde realizam as festas do divino espírito santo. Meu objetivo é descrever e analisar os processos sociais e simbólicos de construção da subjetividade étnico-religiosa nesses grupos. Essa subjetividade estrutura-se através de símbolos diferencialmente

valorizadas por esses grupos. Assim, no caso dos pentecostais norte-americanos, essa relação se define em contraposição aos batistas; no caso brasileiro em contraposição aos integrantes das religiões afro-brasileiras. No caso do catolicismo popular dos imigrantes açorianos, atividades rituais como a festa do divino os totalizam e os opõem ao catolicismo oficial e ao pentecostalismo. A sugestão que pretendo desenvolver é que essa relação entre religião e etnicidade não pode ser pensada de forma imediata, exigindo que se iluminem as mediações que a constituem, a fim de que se obtenha uma compreensão mais adequada. Na verdade, essa relação faz parte de um processo de “invenção de cultura”, segundo a sugestão de Roy Wagner, e que é mediado, em alguns momentos pelo código religioso, em outros pelo código étnico, sem que nenhum deles desempenhe um papel determinante.

Título Sobre liberdade, exclusivismo e fundamentalismo: a intolerância religiosa em questão

ID 213

Autores Edlaine Gomes

Resumo: A invasão violenta por integrantes de uma determinada igreja pentecostal a um Centro de Umbanda, na zona sul do Rio de Janeiro, levou a visibilização da intolerância religiosa, que vem sendo amplamente debatida, inclusive com proposta de lei que institui o “Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa”. Nessa dinâmica se encontram em disputa valores religiosos e laicos. Manifestações de intolerância emergem em distintos graus, que podem extrapolar a simples antipatia. Esta comunicação pretende analisar conflitos e combinações que se evidenciam nas relações de sociabilidade urbana diante do quadro de pluralismo religioso exclusivista, marcado pelo crescimento quantitativo e influência conquistada pelo chamado campo evangélico no cenário religioso brasileiro. Mais do que a disseminação desse campo religioso, a visibilidade e a disposição para o exclusivismo são apontadas por diferentes autores como suas principais características. Nota-se que no movimento de aceitação do “outro” há, concomitantemente, uma reafirmação generalizada de identidades religiosas exclusivas. Pretende-se discutir distintos aspectos e posicionamentos dos atores sociais sobre a “intolerância religiosa”, considerando como principais protagonistas as religiões afro-brasileiras e as igrejas evangélicas.

Título Patrimônio, Etnia, e Direcionalidade Histórica no Pelourinho Baiano: O Papel das Ideologias Semióticas e as Interpretações dos Objetos Históricos na Identidade Nacional Brasileira

ID 214

Autores John Collins

Resumo: Este trabalho repensa as relações entre o espaço urbano, a historicidade e a identidade religiosa-racial no Centro Histórico de Salvador, Bahia. O Brasil é reconhecido como um país ‘do futuro’ e da suposta ‘democracia racial’. Na Bahia das últimas décadas do século XX estas ideologias baseiam-se em parte em políticas estaduais ligadas a tentativas de apropriação do Candomblé, da cultura popular em geral e do patrimônio histórico. Desde 1990 à primeira década do novo milênio nota-se uma mudança na qual o pentecostalismo ameaça a posição do Candomblé como chave simbólica e demográfica na religiosidade popular baiana. Um crescimento na consciência negra resulta também num questionamento das ideologias raciais que valorizam a mistura. O horizonte futurístico concretizado por projetos urbanísticos modernistas como Brasília e, em Salvador, perde força frente a um crescente interesse no resgate da memória social. É este esboço sociológico-histórico que nos permite entender melhor, e numa forma nova na antropologia, as mudanças na religiosidade e as políticas raciais em Salvador. O crescimento do pentecostalismo e da consciência negra explicam-se de várias maneiras político-econômicas e simbólicas, mas até então nenhum pesquisador tem ligado estas mudanças ao rompimento do futurismo nacional e ao crescente interesse no tombamento/cristalização de monumentos, memórias e práticas supostamente populares. Neste trabalho proponho investigar como é que o tratamento dos objetos patrimoniais, as identidades raciais e as práticas religiosas se imbricam no Pelourinho, um sítio histórico, um símbolo importante da identidade negra brasileira e da experiência colonial e um pedaço material do patrimônio mundial e nacional.

Título Religiosidade, patrimônio e etnicidade em exibição aos ‘santos de cor’ na Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos (RJ)

ID 219

Autores Andrea Lúcia da Silva de Paiva

Resumo: O trabalho tem como objetivo analisar as reconstituições simbólicas presentes por dois grupos de fiéis em alguns eventos realizados na Igreja de N^a. S^a. do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos (RJ) como a Missa de Cura e Libertação: os ‘irmãos’ representados pela Irmandade dos Homens Pretos e organizadores do Museu do Negro, e o ‘povo’, como é classificado os demais fiéis. Neste sentido, torna-se importante descrever quem são estes grupos de fiéis e que papéis sociais exercem. A partir desta discussão, a análise da categoria de ‘patrimônio’, tal como representada do ponto de vista dos devotos como ‘devoção’ assim como a categoria de ‘acusação’, que circula nas narrativas dos cultos afro-brasileiros são fundamentais para as discussões que envolvem as relações sociais e simbólicas entre o espaço religioso, o espaço do museu e a cidade.

Título Cotas, Afro-descendência e Desigualdade Racial: O Caso dos Formandos Cotistas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

ID 221

Autores Vânia Penha-Lopes

Resumo: No fim do século XX, ao iniciar um programa de políticas de ação afirmativa, o Brasil admitiu a existência de suas profundas desigualdades raciais e sociais. Essas políticas visam a aumentar a representatividade, nas universidades e no mercado de trabalho, dos afro-descendentes e indígenas, bem como dos deficientes físicos e estudantes egressos de escolas públicas. A parte mais visível e controversa do programa são as cotas universitárias para afro-descendentes, as quais requerem alguma forma de classificação racial dos candidatos. Isso tem levado a uma nova análise do que significa ser branco, negro, ou outro no Brasil, algo que é comemorado por uns e condenado por outros. Este trabalho examina as atitudes sobre a política de cotas de uma amostra da primeira turma de formandos cotistas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), uma das primeiras universidades brasileiras a admitirem alunos sob a política de cotas. Ou seja, os próprios beneficiados pelas cotas as discutem, demonstrando variação de opiniões: as cotas sociais (i.e., as que abrangem

deficientes físicos e alunos egressos de escolas públicas) são mais bem aceitas que as cotas raciais (i.e., as que concernem afro-descendentes e indígenas).

Mesa: Religião, simbolismo e perspectivas etnográficas - 6 de Fevereiro - 16h15 - 214

Moderador: Ana Keila M. Pinezi

Título Multiculturalismo, pluralismo e tolerância/ intolerância religiosa: a perspectiva que os espíritas kardecistas pernambucanos possuem sobre os adeptos das religiões afro-brasileiras

ID 160

Autores Aurenéa Maria de Oliveira

Resumo: Esta comunicação tem como objetivo analisar, a partir dos resultados observados em minha tese de doutorado em Sociologia defendida em março de 2006, a visão e o relacionamento que os espíritas kardecistas pernambucanos possuem sobre os adeptos das religiões afro-brasileiras, estes pertencentes especificamente à Umbanda e ao Candomblé. Esse exame será feito levando em consideração a existência de um quadro religioso plural, que se manifesta no Brasil e em outros países, e a emergência de Estados multiculturais que lidando com a questão das diferenças e da tolerância - está não mais pautada pela semelhança como nas sociedades modernas, mas sim pela busca da alteridade e pelo trato com as dessemelhanças – respeite e crie espaços institucionais que possibilitem a manifestação do dissenso e do conflito sem que com isso tais espaços venham a permitir a manifestação do intolerável, expresso através da violência e da opressão de grupos e vozes marginalizadas historicamente.

Título “Comida de santo” e “comida típica”: um estudo do Ofício das Baianas de Acarajé

ID 145

Autores Nina Bitar

Resumo: Ao pensarmos a comida como uma categoria social e culturalmente construída, a proposta deste trabalho é de procurar refletir como a noção de “patrimônio cultural” assume um significado de maior amplitude, se aliada às possíveis leituras sociais e simbólicas que as categorias culinárias podem oferecer. Pretendo discutir, especificamente, o registro do “Ofício das Baianas de Acarajé” como “patrimônio cultural brasileiro” pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) no Livro dos Saberes do Patrimônio Imaterial em 2004.

O universo em que o acarajé está inserido é complexo. A sua "origem" é atribuída a Benin e consiste em um bolinho composto, basicamente, de feijão. Ora como “comida de santo”, ofertada a Orixás no contexto do Candomblé, ora como “comida típica”, comercializada pelas ruas da Bahia e de mais alguns Estados do Brasil, podemos dizer que o acarajé aparece como um mediador fundamental entre a espera sagrada e profana. A hipótese central será a de conceber a comida enquanto parte de um “sistema culinário”, enfatizando as relações sociais e simbólicas em que ela está inserida e nas quais age. A perspectiva de sistema insiste sobre a interdependência e pluralidade de seus elementos constituintes, os quais vão desde a classificação e obtenção do alimento à disposição de seus restos. A alimentação, sob esse ponto de vista, assume o valor de ser um elemento que compõe subjetividades individuais e coletivas e, por consequência, aparece como uma fonte de interpretação da sociedade.

Título O caso das Festas do Divino Espírito Santo entre descendentes açorianos da cidade do Rio de Janeiro

ID 272

Autores João Alexandre Felix

Resumo: O objetivo desta comunicação é apresentar elementos do projeto de pesquisa que participo “Discursos Étnico-Religiosos, Subjetividade e Espaço Urbano”, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos da Religião da UERJ (Brasil). Trago neste trabalho, o caso das Festas do Divino, realizadas pelas Devoções Particulares ao Divino Espírito Santo de origem açoriana, localizadas nos bairros do Encantado e Catumbi, zona norte do Rio de Janeiro. O primeiro aspecto enfatizado será sobre o número significativo de devotos açorianos oriundos de vários pontos da cidade, e também, de outros estados e países como Estados Unidos, Portugal e Canadá. Essas festas, que se tornaram um marco no calendário cultural destas localidades, funcionam como uma espécie de revive das tradições nativas dos Açores, promovendo um fluxo intenso de pessoas na cidade. O segundo aspecto refere-se à importância dos objetos sagrados dos açorianos como bandeiras, coroa e cetros, utilizados no processo ritual destas comemorações. A noção de cura pelo Espírito Santo, partilhada entre os devotos e participantes das festas, está relacionada a estes rituais simbólicos. O último aspecto está relacionado à produção de novas formas de etnografia no jogo das alteridades. Neste sentido, falo, brevemente, sobre o dvd “O DIVINO E A CIDADE”, filmado em (2007) durante as festas do Divino. O filme, que é concebido como etnografia, distancia-se da estética cinematográfica, e busca analisar através da linguagem visual, a resignificação do espaço da cidade a partir da categoria tempo das festas (CONTINS), na construção das experiências subjetivas com o Divino.

Título O Fruto Proibido e o Pão: Um Estudo Etnográfico no Assentamento do Contestado no Paraná

ID 1310

Autores Lana Magaly Pires

Resumo: Trata-se de um estudo sobre os significados do Fruto Proibido e do Pão pelos trabalhadores rurais SEM TERRA do Assentamento do Contestado, no município da Lapa, Paraná; membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST; que visa compreender os significados a partir das experiências dos atores e atrizes sociais no contexto da luta pela terra e sua produção. Uma etnografia que discorre sobre a história da luta política dos trabalhadores rurais SEM TERRA, descrevendo questões que permeiam subliminarmente a questão da fome, a luta pela terra, pelo “pão nosso de dia a dia”, interpretada sob o olhar de GEERTZ. Apresenta os significados destes atores e atrizes, as novas “Evas e Adões” à luz da etnografia, bem como as interpretações de teólogos e lideranças nacionais e estaduais do MST, que apresentam depoimentos sobre os significados referentes ao Fruto Proibido e ao Pão, trabalho na terra, o pão da terra e a luta pela mesma. Salienta-se o ritual de passagem ou de transição, marcado pela espera da terra e pela apropriação da mesma.

Nesse ritual, destacam-se as singularidades dos sujeitos, seus sentimentos e a Mística do MST, identidade de SEM TERRA, que os impulsionam a prosseguirem. A solidariedade é mostrada como um aspecto marcante no MST. Em oposição à exploração capitalista, que agrava a degradação social, apresenta-se um retrato das condições sociais dos trabalhadores rurais SEM TERRA e suas formas de enfrentamento. Nesse contexto, em constante processo de reconstrução de um novo ethos e visão de mundo, encontra-se a Pedagogia do MST. Uma pedagogia que tem o acampamento/assentamento como espaço privilegiado e que se sustenta, na sua Mística, com símbolos religiosos. Das interpretações das falas dos trabalhadores rurais SEM TERRA surgem diversos significados sobre o Fruto Proibido e o Pão. Quanto ao Fruto Proibido, os principais são: Fruto Proibido/Terra Proibida e Fruto Proibido/Veneno (rejeição à utilização de agrotóxicos e à industrialização dos alimentos). E em relação ao pão destacam-se: Alimento do corpo, da alma e do espírito, o Pão-partilhado, Pão-palavra, Pão-comida, Pão-vida, Pão-eucaristia, o Pão que se multiplica na Ceia com Cristo. Ou seja, o pão é a metáfora do fruto da terra. Finalmente, sobre o Fruto Proibido e o Pão tem-se a concepção de saúde dos trabalhadores rurais SEM TERRA, fechando o círculo dos significados das suas falas. Em meio a essa polifonia por eles construída, em cujo cenário a religiosidade revela-se extremamente forte, surge o sentido metafórico do Fruto Proibido/Pão como a luta pela terra. Revela-se assim a existência de um único discurso no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: o vir a ser, que envolve a caminhada contínua em prol de justiça social, a preocupação em manter-se com saúde e a concepção do corpo/terra como UNO.

Título Santo come? Um estudo sobre alimentação e religiosidade afro-descendente

ID 1485

Autores Nina Bitar

Resumo: A proposta deste trabalho é refletir sobre como a noção de religiosidade afro-descendente assume um significado de maior amplitude, quando aliada às possíveis leituras sociais e simbólicas que a comida pode suscitar. Embora o ato de comer seja usualmente compreendido apenas como uma simples satisfação de necessidades fisiológicas, a comida pode ser pensada como uma categoria social e culturalmente construída. Seguindo este caminho, pretendo pensar a articulação entre comida e religião, mais especificamente a configuração desse trânsito no caso específico dos seus usos rituais. Noções de natureza e cultura serão problematizadas, seguindo a proposta de que não são dados, mas categorias constituídas cotidianamente em contextos nativos. Ao procurar entender a comida enquanto parte de um “sistema culinário”, faz-se necessário acompanhar as mais variadas etapas de sua produção, desde a seleção de seus componentes à disposição de seus restos. São conjuntos de práticas e representações intimamente integrados a determinadas cosmologias, que unem pessoa, sociedade e universo. Assim, podemos dizer que a comida aparece como um importante mediador de relações entre humanos e divindades, articulada pelo princípio da dádiva, sugerindo uma possível leitura deste sistema como um “fato social total”, formulação clássica de Marcel Mauss. Destarte, o seu uso em contextos religiosos evidencia a importância de pensar a comida como um elemento que compõe subjetividades individuais e coletivas e, conseqüentemente, uma fonte de interpretação social.

Título Impactos dos processos de naturalização na vida cotidiana de jovens brasileiros universitários e da periferia

ID 1301

Autores Maria de Fátima Quintal de Freitas

Resumo: Na perspectiva psicossocial latino-americana, os processos psicossociais de participação e conscientização são fundamentais para compreender as redes e estratégias de sobrevivência que fortalecem a solidariedade e dignidade no cotidiano e formação de cidadãos comprometidos. Assim, objetivando compreender os valores e crenças no futuro e nas possibilidades de mudança desenvolveu-se uma investigação quali-quantitativa junto a jovens de duas capitais brasileiras. Realizaram-se entrevistas coletivas e grupos focais com 18 jovens de periferia e questionários semi-estruturados com 178 jovens de cursos universitários públicos e privados. A análise revelou sentimentos de impotência e conformismo semelhantes. Quanto aos jovens de periferia: têm pais/mães subempregados/desempregados; acreditam que ‘todos têm que sofrer para conseguir algo’; convivem com droga, violência, mortes/assassinatos; valores como humanidade, direito à vida/paz, família estável, integram os sonhos de futuro. Quanto aos jovens universitários: convívio com alcoolismo, drogas, violência, gravidez; recebem em envelhecer sozinhos e esperanças em encontrar “parceiros/as” de vida/projetos. As crenças e significados sobre possibilidades de mudança revelam processos de naturalização da vida cotidiana, em que há neutralização do sentimento de indignação diante da injustiça vivida, condicionando o futuro à dimensão do imediato e tangível. Far-se-á uma análise psicossocial da relação entre Participação, Conscientização e Vida Cotidiana, para compreender porque os jovens envolvem-se, incomodam-se e agem, de modos diferentes, e como isto afeta as redes de convivência solidária, contribuindo para uma sociedade mais justa. (CNPq/Brasil)

Mesa: Religiões, Cultos Afro-Brasileiros e Transnacionalização - 6 de Fevereiro - 16h15 - 305

Moderador: Ismael Pordeus Jr., Clara Saraiva, Sônia Aparecida Siqueira

Título Santos e curas nos cultos afro-brasileiros em Portugal

ID 1426

Autores Clara Saraiva

Resumo: Em Portugal, a liberdade religiosa consagrada institucionalmente na constituição e alimentada na prática pela intensificação da imigração diversificada para o país permitiu que, com o tempo, se fossem implantando casas de cultos de Umbanda e Candomblé, ascendendo actualmente a cerca de 40 o número de terreiros no país.

O crescimento no número de adeptos nos últimos 20 anos, deve-se, em parte, à atracção que os portugueses sentem pelo exotismo presente em tais rituais, que no entanto permite a continuidade da relação com as crenças católicas e as definidas como pertencendo ao mundo da “religiosidade popular”. Uma das razões que os leva a esses cultos são as terapias e possibilidades de cura que são oferecidas, quer para padecimentos do corpo, quer para “os da alma”. Esta

comunicação explorará alguns desses aspectos, nomeadamente a lógica da transnacionalidade presente nestas terapias, em que, além dos líderes religiosos, terapeutas, plantas, e “mézinhas” que atravessam o Atlântico, do Brasil a Portugal, também se efectuem consultas através do telefone ou de correntes mediúnicas transatlânticas.

Título O Jogo de Búzios e o Senhor da Pedra - transnacionalizações religiosas luso-afro-brasileiras

ID 1427

Autores Ismael de Andrade Pordeus Jr.

Resumo: Em Portugal entre as práticas do Catolicismo estão as orações realizadas nas capelas. Na região do Porto, particularmente na Capela do Senhor dos Milagres ou Amarrado e do Senhor da Pedra, toda uma categoria de resadores levam sua clientela, com o objectivo de solucionar aflições de que são acometidos, realizando performances de exorcismo através de orações tradicionais. Entre alguns resadores existe a prática de consulta a pai-de-santo do Candomblé para verificação através do jogo advinhatório búzios, da eficácia do ritual realizado. Essas práticas apontam nos processos de transnacionalização das religiões Luso-Afro-Brasileiras, o dialogismo com a religiosidade existente, ou as ressemantizações feitas culturalmente pelos grupos sociais nas sociedades onde se instalam. Aqui será privilegiado um estudo de caso etnográfico que acompanhei durante vários rituais

Título Saravá em Português, Rupturas, falácias e dessacralização das religiões afro-brasileiras em Portugal

ID 200

Autores João Ferreira Dias

Resumo: As religiões afro-brasileiras chegaram a Portugal, a partir da década de 1970, através de uma globalização de imagens, das iniciativas do turismo cultural e da abertura espiritual-religiosa que a revolução de 25 de Abril de 1974 permitiu. Todavia, somente com a imigração brasileira em larga escala, verificada com o virar do milénio, podemos falar de uma ampliação do espaço de acção das religiões afro-brasileiras em Portugal. Contudo, ao contrário do que os novos pesquisadores académicos preconizavam, as religiões afro-brasileiras não servem de mecanismo de inserção dos imigrantes brasileiros. Ao mesmo tempo, a sacralização dos rituais de iniciação, de aprendizado e os processos de socialização tradicionais das mesmas religiões, tendem a desconstruir-se e a laicizar-se. As religiões afro-brasileiras em Portugal diferem em lógicas e processos face à fonte, isto é, reconstruíram a sua maneira de interagir com a sociedade, apresentando um novo rosto religioso, diferente do encontrado no Brasil.

Título Circuitos de africanidades: Candomblé a partir de Fortaleza - Ceará em rotas transatlânticas

ID 1432

Autores Luís Cláudio Cardoso Bandeira

Resumo: A presente pesquisa, em fase de conclusão, a nível de dissertação em História Social, tem como ponto de partida, dentro da perspectiva dos Estudos Culturais, investigar as tradições africanas no Ceará, tomando como foco as “nações” de candomblé ligadas aos cultos Nagô-Vodum e Ketu, atuantes na Grande Fortaleza. Nossa perspectiva é apreender laços identitários historicamente construídos em “rotas e raízes”, assim sendo, ao historiografar os terreiros Ilê Igba Possun Azeri, Ilê OsunOyeyê Ni Mó e Ilê Axé Oloyoba, que segundo depoimentos de babalorixás e iniciados, casa fundantes desses cultos no estado.

Ao identificarmos as características básicas das religiões e tradições afro-diaspóricas no Ceará, nos deparamos com indícios de memórias e percursos trilhados por yalorixás em circuitos luso-afro-brasileiros, que nos remeteram para Portugal e a coleta de testemunhos orais na Grande-Lisboa, junto aos terreiros de Candomblé Ilê Omo Orixá Kuitéchina Oba, Ilê Xangô Obagodô e Ilê Palácio de Iemanjá.

Título Os cultos afro-brasileiros em Portugal: transnacionalização e dinâmicas religiosas

ID 1435

Autores Maïa Guillot

Resumo: Em Portugal, a implantação das religiões afro-brasileiras é estruturada por um discurso ideológico, largamente inspirado do luso-tropicalismo, fazendo de Portugal, da África e do Brasil uma comunidade religiosa e cultural unida. Nas casas de culto (terreiros), a interligação destas três regiões do mundo é apresentada como “um triângulo mágico” do qual teriam nascido as religiões afro-brasileiras. Nesta lógica, o estatuto da colonização na constituição destes cultos torna-se à prazo positivo, dando a Portugal um papel privilegiado. Além disso, de acordo com os iniciados portugueses, o seu país detem a primazia no contacto com as religiões de origem africana, dado que o tráfico para Portugal começou antes do tráfico transatlântico. Esta nova redacção da história é determinada pelos desafios políticos da transnacionalização das religiões afro-brasileiras em Portugal, um país que deve legitimar uma expansão importante de práticas procedentes da sua principal antiga colónia.

Título Umbanda e candomblé em Portugal

ID 1430

Autores Arnaldo Burgos, Cláudio Ferreira, Virgínia Micael, João Ferreira Dias, Clara Saraiva

Resumo: A ideia desta mesa relaciona-se com o debate no seio da antropologia especializada no estudo dos cultos afro-brasileiros sobre a relação entre a academia e os líderes de cultos (pais e mães de santo) e discutida noção de “re-africanização” dos cultos (Frierio 2004). Vários autores (Silva 1995; Capone 2004) discutem a noção de valorização do “paraíso africano”, relativo à ênfase posta na origem africana destes cultos e da autoridade imputada aos indivíduos daí oriundos. Por outro lado, a diáspora das religiões afro-brasileiras é conhecida como um movimento dinâmico, caracterizado pela sua plasticidade e adaptabilidade, que no caso português resulta numa “bricolage” (Pordeus 2000) de crenças e cultos anteriores, da chamada “religiosidade popular”. Entre cultos mais próximos da matriz católica portuguesa, e outros mais próximos das origens africanas, o debate com especialistas religiosos revelar-se-á com certeza frutífero para uma reflexão mais consistente sobre a dinâmica das expansões destes movimentos religiosos no Portugal actual.

Mesa: Religião e existência: crenças e experiências - 6 de Fevereiro - 18h30 - 316

Moderador: M^a Fátima Quintal

Título Religiosidade e Cuidados Paliativos: "outra vida" após a morte?

ID 73

Autores Rachel Menezes

Resumo: Este trabalho aborda uma proposta recente de atendimento em saúde ao processo do morrer, abrangendo assistência biológica, psicológica, social e espiritual. Observação etnográfica em hospitais especializados nesta modalidade assistencial, de cursos e congressos no Brasil sobre a nova especialidade médica - denominada Cuidados Paliativos ou Medicina Paliativa – permitiu uma análise sobre as articulações entre medicina e religião. Os profissionais de saúde consideram fundamental uma aceitação do término da vida por parte de todos os envolvidos na assistência – pacientes, familiares, amigos e equipe de saúde. Para tal, são desenvolvidas diversas técnicas, dentre as quais a aqui examinada, criada por uma psicóloga e implementada em hospitais públicos brasileiros. O exercício consiste na visualização e mentalização da saída do corpo e entrada em outra esfera, quando seria possível encontrar Jesus Cristo, entidades espirituais e familiares já falecidos. A análise enfoca especialmente este recurso, baseado em relatos de “experiências de quase-morte”, com o objetivo de compreender os modos de articulação entre o valor da vida e do indivíduo na sociedade ocidental contemporânea, e um ethos religioso – não necessariamente confessional – que perpassa esta forma de assistência ao morrer. A crença na manutenção da identidade pessoal, em outra esfera ou instância, perpassa o ideário destes profissionais de saúde, dedicados ao último período de vida de doentes terminais.

Título Confiança, fé e expectativas no contexto religioso católico: uma análise a partir do Santuário de Fátima

ID 288

Autores Eduardo Gabriel, Igor Vinicius Lima Valentim

Resumo: Ao nos atentarmos às origens do termo confiança, notamos sua estreita relação com a fé: ambas possuem a mesma raiz etimológica. Ao mesmo tempo em que ambos os conceitos estão ligados à crença, ao credo em alguém ou em alguma coisa, boa parte da literatura versa sobre a formação de expectativas como uma parte fundamental da construção e da manutenção de relações baseadas na confiança.

O presente artigo pretende compreender os mecanismos dessa formação de expectativas no contexto específico dos fiéis católicos peregrinos no Santuário de Fátima, em Portugal. Esperamos entender mais especificamente como ocorre a construção das relações de confiança/fé com os elementos da história das aparições de Fátima. Dito de forma simples: Quais as motivações dos visitantes? O que esperam as pessoas que ali se dirigem? No que esperam ser atendidas? Qual o sentimento que depositam/constroem com as entidades ali representadas? No que/Em quem acreditam/confiam naquele contexto?

As questões supra citadas serão respondidas a partir de entrevistas realizadas junto a visitantes e trabalhadores do Santuário de Fátima, na cidade de Fátima, em Portugal.

Título O Sentido da História: protestantes e neopentecostais diante da morte

ID 353

Autores Ana Keila Mosca Pinezi

Resumo: Este trabalho trata do sentido da morte para dois grupos evangélicos distintos, um neopentecostal da Igreja Internacional da Graça de Deus e outro protestante histórico de vertente presbiteriana, ambos localizados em Ribeirão Preto. Foi realizada etnografia em cultos e reuniões das denominações, entrevista aberta com fiéis e observação participante. Os dados coletados foram analisados comparativamente. A pesquisa demonstrou que a noção de esperança dos presbiterianos está atrelada ao reencontro no céu e à vitória sobre a morte por meio da vida eterna e da segunda vinda de Jesus Cristo. A morte, entre eles, é desnaturalizada e ritualizada. Em contraposição, os neopentecostais vêem a morte como uma ruptura natural da vida, sem ritualizá-la no espaço sagrado. Para eles, a morte opõe-se à busca incessante, no presente, das bênçãos divinas, em especial as materiais e as relacionadas à cura do corpo.

Título Alimentando Corpo e Alma: itinerância no ashram

ID 863

Autores Márcia Assunção Araújo

Resumo: A minha proposta de investigação pretende compreender as percepções cognitivas e simbólicas de indivíduos que adotam práticas alimentares vegetarianas por motivações religiosas, na cidade de Fortaleza, pertencentes a uma linha de ioga no âmbito dos novos movimentos religiosos – NMR - (Hervieu-Léger, 2005), expressa pela Nebulosa Místico-Esotérica (Champion, 1990). Este estudo visa compreender as representações e as práticas relacionadas com a alimentação, entre um grupo de pessoas que estão posicionados diferentemente no campo religioso, em função da etapa de amadurecimento e convicção de seus princípios religiosos. O cenário religioso contemporâneo, caracterizado pela bricolage de crenças, é marcado fundamentalmente pela tendência à individualização e subjetivação das crenças religiosas. Considerando essa paisagem religiosa como pano de fundo para a presente pesquisa, interessa investigar o espaço social alimentar (Poulain, 2003) dos participantes da Brahma Kumaris (BK), religião de origem hindu com sede em Fortaleza, como expressão de uma identidade coletiva, mas que demarca distinções individualizantes conforme a forma de pertença, e os significados subjetivamente atribuídos ao processo de auto-aperfeiçoamento empreendido nas práticas espirituais.

Mesa: Religião e reconfiguração das identidades: conceitos e categorias - 6 de Fevereiro - 18h30 - 317

Moderador: Florival Raimundo Sousa

Título Os sistemas abstratos e a produção de reflexividade na religiosidade contemporânea

ID 42

Autores José Rogério Lopes

Resumo: A comunicação aborda alguns processos pelos quais os sistemas abstratos de imposição tecnológica (segundo a concepção de A. Giddens) afetam práticas e representações de atores das manifestações religiosas populares, na contemporaneidade. A partir de estudos etnográficos focados nesse fenômeno, realizados em festas religiosas e no acompanhamento de grupos religiosos populares em alguns estados do Brasil, o pesquisador selecionou alguns casos que permitem reconhecer procedimentos da apropriação que os sujeitos populares operam das tecnologias de registro dessas manifestações. Através do uso de câmeras fotográficas, vídeo-filmadoras, gravadores de áudio, entre outras tecnologias, esses sujeitos produzem uma “auto-observação” ou um “auto-tombamento” de suas próprias crenças e práticas religiosas, como também das de outros sujeitos ou grupos com quem interagem. As análises parciais sobre esses procedimentos e os registros deles derivados indicam que os sujeitos os produzem segundo justificativas e referenciais diversos, que convergem para (e se contextualizam dentro de) um campo estratégico e contemporâneo de reflexividade sobre sua religiosidade. Nessas análises, destacam-se algumas questões importantes: a produção do consumo popular de tecnologia como recurso de “suspensão da memória” popular local; a expansão de um modo de modernização das culturas locais, assentado na valorização das experiências pessoais e da performance cultural ou religiosa; a espetacularização das manifestações religiosas e a reivindicação da diferença frente à mundialização da cultura. Tais questões têm apontado para a necessidade de refletir e compreender os processos de desinstitucionalização da reflexividade social e da ação dos sujeitos culturais, buscando orientações que permitam atualizar os estudos sobre religiosidade popular.

Título A crise da categoria de religião para a missão católica contemporânea

ID 102

Autores Marcos Pereira Rufino

Resumo: A ação missionária católica que atua nas “fronteiras” culturais, particularmente aquela voltada aos povos indígenas atuais, foi objeto de fortes críticas intra-eclesiais quando da gestação da teologia da inculturação. No caso particular do Brasil, parte significativa dessas agências missionárias terminaram não apenas por incorporar o argumento central dessas críticas como também assumiram um papel ativo no desenvolvimento ulterior de tal proposta teológica. Tal desenvolvimento, contudo, sugere, no atual momento, contradições viscerais quanto ao lugar da categoria de religião para esses missionários, pois há um entendimento teológico crescente de que não cabe mais à missão católica o esforço de evangelização dos povos ou mesmo de identificação dos limites de seus universos religiosos, mas sim a tarefa de “encarnação” missionária nos contextos sociais e políticos em que os povos indígenas estão situados. Pretendemos discutir, nesse trabalho, alguns aspectos dessa desestabilização da noção de religião e as direções perseguidas por tais missionários na construção de um novo lugar para a missão e para a prática apostólica junto aos índios no Brasil.

Título A expressão da crença no mundo justo como uma performance atribuidora de valor social

ID 305

Autores Hélder Alves, Isabel Correia

Resumo: A crença no mundo justo (CMJ) foi caracterizada como uma “ilusão fundamental” em que os indivíduos percebem o mundo como um lugar no qual as pessoas têm o que merecem (Lerner, 1980). Em estudos anteriores (Alves & Correia, 2008) mostramos que a expressão de graus mais elevados de CMJ eram considerados normativos e atribuidores de valor a quem os exprime. Nestes estudos pretendemos testar em que dimensões a normatividade da expressão de CMJ se encontra ancorada, nomeadamente que tipo(s) de valor social (utilidade ou/e desejabilidade social, Beauvois, 1995, 2003) é atribuído a quem exprime CMJ. Pretendemos, ainda, verificar se a normatividade da CMJ deriva do facto de ser avaliada como verdadeira ou se é normativa apesar de não ser avaliada como verdadeira. Em ambos os estudos, os participantes leram textos, sob a forma de excertos de entrevistas. No estudo 1, os participantes avaliaram os alvos, indicando que aqueles que exprimiram CMJ moderada ou alta foram percebidos como tendo maior utilidade e desejabilidade social do que os alvos que exprimiram CMJ baixa. No estudo 2, os participantes avaliaram quer a expressão de CMJ moderada ou alta como mais normativas (desejável e aprovada) do que a CMJ baixa, mas indicaram que a CMJ alta era tão pouco verdadeira quanto a CMJ baixa. Discutimos a ideia da CMJ alta como um mecanismo legitimador do status quo (Jost & Hunyady, 2005), uma norma de julgamento cuja expressão constitui uma performance valorizada, e atribuidora de valor, apesar de não ser acreditada.

Título Religião e sexualidade no discurso de jovens masculinos

ID 629

Autores José Vaz Magalhães Néto

Resumo: Inserida no campo de estudos das masculinidades contemporâneas, esta comunicação apresenta os resultados de uma investigação relativamente às práticas discursivas sobre sexo e religião no processo de construção das masculinidades em jovens pertencentes a um estrato social economicamente desfavorecido de uma região metropolitana no Sudeste brasileiro. Doze jovens masculinos divididos em três grupos foram entrevistados seguindo um guião cujas frases geradoras versavam sobre práticas religiosas e sexuais. Os quatro componentes de cada grupo foram categorizados seguindo as identidades sociais que lhes eram atribuídas, a saber: homossexual, heterossexual, religioso e sem religião. Como aporte teórico-metodológico usou-se a Análise do Discurso, na perspectiva dos estudos críticos do discurso, com o fito de desvelar as ideologias e conseqüentes relações de poder contidas nos discursos religiosos e sexuais, bem como as práticas discursivas de resistência aos referidos discursos. A análise das práticas discursivas dos jovens demonstrou que, apesar do padrão hegemônico de masculinidade prevalecer nos seus discursos religiosos e sexuais, manifestam-se discursos alternativos em seus embates conversacionais que reposicionam os sujeitos deslocando suas identidades para trânsitos diferentes em cada contexto que interagem. A análise das entrevistas possibilita inferir que as identidades sociais não são fixas e tampouco meramente reprodutoras de discursos anteriores aos sujeitos e que as masculinidades, por serem também construídas nas práticas discursivas, podem transpor, a partir de ressignificações e transgressões, os dogmas religiosos e normas sexuais ora prevalentes que oprimem e excluem as masculinidades alternativas.

Grupos de Trabalho

A (In)visibilidade do público: espaços públicos e demandas coletivas numa perspectiva comparada

Em países com experiências recentes de regimes políticos ditatoriais mais ou menos prolongados, como é o caso de Portugal e Brasil, por exemplo, o olhar renovado em torno da constituição e mobilização de públicos é crescente. No Brasil, por exemplo, o sistema de justiça tem sido alvo constante de reformas cujo objetivo é ampliar o acesso à justiça, introduzir os princípios dos « direitos humanos » na ação policial, propiciar a universalização dos direitos da cidadania, etc. A inserção de Portugal na União Europeia tem provocado mudanças institucionais significativas, por exemplo, no sistema educacional com a introdução de diretrizes curriculares pautadas por princípios da « cidadania ».

A visibilidade de um público pressupõe a existência de determinadas gramáticas que possibilitem a expressão pública visível, justificável. As suas variações suscitam reflexões relevantes tanto no plano teórico, bem como nos campos político/social, da sociologia da educação, da antropologia jurídica, etc.

Este grupo de trabalho tem como objetivo dar continuidade ao diálogo acadêmico-institucional entre a UFF e a Universidade Nova de Lisboa, estabelecido em torno da questão da produção da (in) visibilidade no espaço público e seus efeitos na universalização ou não do acesso às políticas públicas e aos direitos da cidadania. O GT propõe reunir trabalhos que tratem, de uma perspectiva etnográfica e comparativa, das diferentes gramáticas que interferem nesses processos de visibilidade ou invisibilidade dos atores nos espaços públicos. Serão acolhidos trabalhos que abordem questões tais como: a socialização política de alunos e professores; políticas educacionais e sua interface com a questão da cidadania; os processos institucionais de administração de conflitos e a produção da verdade no sistema de justiça; os diferentes sentidos atribuídos às noções de justiça e de cidadania; os processos públicos de construção e reconhecimento de identidades coletivas; as tradições, práticas e reformas policiais e judiciárias; acesso aos serviços de saúde pública e de segurança pública; práticas institucionais, organização institucional e processos de administração institucional de conflitos no espaço público e os consequentes processos públicos de construção e reconhecimento de identidades coletivas.

Coordenadores: José Manuel Resende, Roberto Kant de Lima, Daniel dos Santos

Participantes: Lenin Pires, Lucía Eilbaum, Bárbara Gomes Lupetti Baptista, Regina Lúcia Teixeira Mendes, Maria Leonor Sampaio, Ludmila Ribeiro, Lana Lage da Gama Lima, Pedro Caetano, Fabiano Dias Monteiro, Gláucia Maria Pontes Mouzinho, Maria Stella de Amorim, Teresa Maria Lourenço Subtil, Wania Mesquita, Antônio Rafael Barbosa, Frederico Policarpo de Mendonça Filho, Rafael Soares Gonçalves, Fabio Reis Mota, Leticia de Luna Freire, Soraya Silveira Simões, Marco Antonio da Silva Mello, Daniela Medeiros Soares, Ronaldo Lobão (UFF), Córa Hisae Monteiro da Silva Hagino (UFRJ), Francisco Afonso Leitão (UNL), Marcos Veríssimo (UFF), Ana Beatriz dos Santos Valente (UFF), Pedro Duarte (UNL), Catarina Delaunay (UNL), Edilson Márcio Almeida da Silva (UFF), Maria de Paula Godoy (UFF), Alexandre Cotovio Martins (Instituto Politécnico de Portalegre), Beatriz Xavier (UNL), Bruno Dionísio (UNL), Cristina Cotovio, Carolina Christoph Grillo (UFRJ)

Sessão 1: Formas de produção da verdade e os sentidos de justiça no Brasil e Portugal

Título “Aqui é diferente”: espaço, conflitos e técnicas de atendimento policial em delegacias do Rio de Janeiro

Autores Lucía Eilbaum, Roberto Kant de Lima, Lenin Pires

Resumo: Partindo da conformação geográfica da cidade do Rio de Janeiro e das características operacionais das delegacias de Polícia Civil, este trabalho trata das diferenças e desigualdades observadas nas formas de administração de conflitos nas delegacias de diferentes regiões geográficas, sociais e econômicas daquele município.

O foco da nossa argumentação estará localizado no atendimento dispensado pelos policiais em delegacias localizadas em diferentes áreas da cidade do Rio de Janeiro, capital homônima de um dos principais estados do Brasil. Entendemos que as eventuais diferenças de tratamento se estruturam em torno de diversos fatores, entre eles, as diferenças socioeconômicas de áreas geográficas distintas, o tipo de conflito apresentado, como também quem apresenta e como o apresenta. Igualmente, as representações sobre o local de trabalho, por parte dos policiais, constituem elemento importante para, em articulação com os primeiros elementos, definir a forma de administração do tempo e dos recursos colocados à disposição dos mesmos para administrar os conflitos da sociedade. Propomos, a partir da descrição etnográfica realizada no trabalho, que esse conjunto de fatores se articula com uma “ética” policial que concorre para a particularização dos serviços públicos por parte de servidores que, dessa forma, dispõem de forma privilegiada do espaço público da cidade.

Título A oralidade no processocivil brasileiro

Autores Bárbara Gomes Lupetti Baptista

Resumo: A proposta deste trabalho é explicitar a forma e as circunstâncias em que o princípio da oralidade se materializa no processo civil brasileiro e, a partir daí, tentar entender quais são as relações e as implicações dessas manifestações orais na construção da verdade jurídica. O princípio da oralidade é incorporado pela dogmática brasileira de uma forma absolutamente distinta daquela depreendida pela empiria. Neste trabalho, a dogmática está representada pela produção teórica do campo do Direito e a empiria, pela descrição das práticas judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, onde realizei pesquisa de campo. O princípio da oralidade é categorizado pela doutrina como uma garantia processual dos cidadãos a um processo justo e democrático, ao passo que a análise dos rituais judiciais demonstra que, na prática, tal princípio é descartado pelos operadores do campo, mormente, sob o fundamento de que esta forma de manifestação processual representa um entrave à celeridade da prestação jurisdicional. A hipótese da qual parti para a realização desta pesquisa percebia a oralidade como uma forma de manifestação processual que permitiria a construção de uma verdade jurídica consensual e, por

consequente, possibilitaria uma efetiva aproximação entre os cidadãos e os Tribunais. No entanto, a etnografia realizada demonstrou que a oralidade não é um instrumento disponibilizado aos cidadãos, mas sim ao Estado, que, através do Juiz, dele se utiliza para ditar e impor uma verdade jurídica - produzida essencialmente por escrito no curso do processo - materializada e revelada na decisão judicial.

Título Inquisitorialidade do processo judicial brasileiro contemporâneo: livre convencimento e iniciativa probatória do juiz

Autores Regina Lúcia Teixeira Mendes

Resumo: Esta comunicação tem objetivo de explicitar alguns aspectos relativos às representações de juízes brasileiros sobre seu método decisório, relativamente ao *livre convencimento do juiz* e as articulações desta categoria com os poderes probatórios do outorgado aos julgadores no processo judicial brasileiro.

Estas reflexões são o resultado da pesquisa que realizei para a elaboração da minha tese de doutorado no PPGD/UGF – RJ na qual privilegiei o método antropológico no trabalho de campo jurídico brasileiro, prática rara entre os estudiosos do Direito no Brasil. A partir de entrevistas com 24 juízes, procurei explicitar as categorias que se articulavam à categoria do *livre convencimento*.

Os dados indicam que o trabalho e a função do juiz no processo, segundo a representação deles mesmos, é a busca da *verdade real*, principal finalidade do processo e único caminho possível para a realização da *justiça*, o que justifica os amplos poderes probatórios atribuídos ao juiz no processo, os quais são denominados de *iniciativa probatória do juiz*.

Ainda que os poderes probatórios do juiz seja característica própria do processo inquisitorial, as representações expressas pelos julgadores a respeito da *iniciativa probatória* do juiz no sistema processual brasileiro, no entanto, não aparecem relacionadas ao caráter inquisitorial do processo, nem tampouco como possível ofensa ao princípio acusatório ou ainda ao princípio da presunção de inocência, que determina que, em matéria penal, a dúvida beneficia o réu.

Título A *acção-que-convém* aos pacientes na sua relação com o mundo e com os outros: o caso dos “fibromiálgicos”

Autores Maria Leonor Sampaio

Resumo: Ao observarmos uma amostra do universo dos pacientes com fibromialgia, encontramos-nos perante uma multiplicidade de actores não homogêneos não só fisicamente mas também na sua forma de sentir e viver o seu mal-estar, bem assim como nas acções que empreendem na sua relação com o mundo e com os outros, nomeadamente no seu trabalho crítico, nas diferentes formas de envolvimento na acção. Aplicando o dispositivo da sociologia pragmática e da crítica, observaremos, a partir de um *corpus* constituído por mensagens deixadas num *site* destinado a este tipo de pacientes, as variações que afectam os seus testemunhos na denúncia (Boltanski, 1990) da sua situação enquanto pacientes de uma síndrome mal compreendida. Por outro lado, com o presente artigo pretendemos reflectir sobre as operações interpretativas, cognitivas e avaliativas coordenadas por estes actores consoante a configuração que constituem na sequência da *acção que lhes convém* (Thévenot, 2006). Não consideramos, contudo, a acção como o desenvolvimento lógico de uma intencionalidade racional, bem formada, mas podendo depender de um plano que poderá ser alterado, uma vez que os gestos dos actores mais do que constituindo um ajustamento ou adaptação ao mundo físico ou social em que se movem, vão de par com esse mundo, sugerindo da parte do actor uma avaliação ou um julgamento em situação; a sua acção vai-se desenvolvendo, pois, numa modalidade progressiva, à medida que vão tomando em consideração e/ou negociando, os revezes da sorte ou os acidentes de percurso.

Título O tempo da justiça criminal no Brasil, nos EUA e em Portugal em uma perspectiva comparada

Autores Ludmila Ribeiro

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar o tempo da justiça criminal no Brasil, nos EUA e em Portugal em uma perspectiva comparada. A proposta do paper é colocar não apenas o qual é o tempo que transcorre entre a data do crime e a data da sentença ou do procedimento jurídico que encerra o processo. A ideia deste paper é discutir ainda em que medida diferenças em termos de número de dias transcorridos para processamento do delito pelo sistema de justiça criminal podem estar indicando mecanismos diferentes de resolução de conflitos. Partindo do pressuposto de que diferentes sistemas de operação do direito implicam em diferentes tempo para processamento do crime posto que demandam mecanismos distintos de produção da verdade no âmbito do sistema judiciário. Nesses termos, a ideia do artigo é não apenas colocar como tradições jurídicas distintas, no caso *civil law* e *common law*, implicam em tempos diferenciados para o processamento do crime, mas ainda, como sistemas partidários da mesma tradição jurídica também podem implicar em tempos diferenciados dada a influência da cultura local na cultura judiciária.

Título O atendimento à mulher vítima de violência em delegacias especializadas e distritais em uma perspectiva comparada

Autores Lana Lage da Gama Lima

Resumo: A criação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, em meados da década de 1980, como resposta do poder público às reivindicações dos grupos de mulheres que compunham o movimento feminista brasileiro, implicou na incorporação do conceito de “violência de gênero” pelas instituições que compõem o Sistema de Justiça Criminal no Brasil e por seus operadores, incluindo os policiais civis. Mas, ao tornar a violência ocorrida no espaço doméstico um problema de ordem pública, esse conceito se confronta com as representações de gênero historicamente construídas na sociedade brasileira, ancoradas no modelo de família patriarcal,

A tradição patriarcal, ao considerar esse tipo de violência como questão de ordem privada, contribui para a desqualificação do trabalho policial dirigido à administração desses conflitos. Nesse quadro, a implantação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, enfrentou – e continua enfrentando – inúmeros obstáculos. Ao pretender interferir em valores e comportamentos sociais já arraigados em determinada sociedade, as políticas públicas esbarram em práticas e representações legitimadas como tradição, cuja mudança é um processo lento e complexo. Assim, a comparação das práticas de administração desse tipo de conflitos, verificadas em Delegacias Especializadas e Delegacias Distritais, tem a finalidade de permitir a compreensão desse processo e avaliar se, de fato, depois de mais de vinte anos de sua implantação, essa política pública de gênero na área de segurança produziu os efeitos desejados por seus idealizadores. A

pesquisa vem sendo realizada em unidades policiais do Estado do Rio de Janeiro, a partir de uma abordagem histórica e antropológica.

Título Instrução ou formação? Ambivalências em torno de uma política para a sexualidade nas escolas

Autores Pedro Caetano

Resumo: O programa institucional escolar moderno, visando a socialização da criança e do jovem e a sua mais ajustada preparação para os desafios e responsabilidades inerentes à condição de pessoa adulta e activa, fez-se caracterizar desde a sua implementação e posterior aplicação sistemática, por uma dupla dimensão: instrutiva e formativa. Ora, se a aprendizagem do rigor científico contida nas disciplinas académicas é vulgarmente denominada de instrução, tal não acontece no que concerne à abordagem de temáticas política e moralmente controversas, mas tidas como fundamentais pelos Governos da EU no quadro da educação para a cidadania. Aqui existem divergências quanto ao tipo de temas destinados aos alunos e às formas de os tratar. Mais precisamente, a implementação no currículo do ensino secundário da educação sexual como tema transversal no âmbito da educação para a saúde, é considerada como inútil e insuficiente por parte de alguns alunos, os quais decidiram formar um movimento político – SEQSO -, com o intuito de reclamar uma disciplina curricular de educação sexual nas escolas; uma disciplina que não seja apenas de carácter instrutivo e destinada à prevenção do risco de doenças ou de gravidez. O movimento, apoiado por diversas iniciativas de cariz político da sociedade civil, procura introduzir a sua agenda política no currículo oficial da escola pública, preconizando uma escola mais justa, igualitária e menos conservadora. Visa abertamente o debate sobre identidades e orientações sexuais, o quebrar de preconceitos. São as justificações e formas de acção mobilizadas pelo movimento que pretendemos discutir neste texto.

Título Anti-Racismo e Construcionismo Social: uma análise das políticas de acção afirmativa no ensino superior brasileiro

Autores Fabiano Dias Monteiro

Resumo: A sociedade brasileira vem passando, nos últimos dez anos, por um profundo processo de revisão do discurso racial em curso, no país. De sociedade multirracial, isenta de linhas de separação baseadas em critérios de cor ou “raça”, a sociedade brasileira, através políticas governamentais, da acção de movimentos sociais e de intelectuais, parece abraçar definitivamente o discurso multiculturalista, promovendo uma série de políticas públicas voltadas para as minorias étnicas, em particular, afrodescendentes e indígenas.

O presente trabalho pretende analisar as políticas públicas de facilitação de acesso ao ensino superior racialmente enviesadas, observando como estas se relacionam com a sedimentação do discurso sociológico a respeito das relações raciais brasileiras, sobretudo no que diz respeito à utilização dos indicadores de desigualdade social (renda, escolaridade, etc.) como fonte de explicação das relações cotidianas vivenciadas pelos diferentes grupos étnicos do país.

Título Políticas descentralizadoras no Brasil: reconhecimento de direitos ou políticas civilizatórias?

Autores Glaucia Maria Pontes Mouzinho

Resumo: A partir dos anos 80 observa-se no Brasil uma série de mudanças no que se refere à acção do Estado brasileiro, particularmente no que diz respeito a transformações no modelo de gestão da saúde, e mais recentemente no que se refere à segurança pública. Essas mudanças têm algo em comum: um discurso por parte dos representantes do governo federal de que se trata de acções descentralizadoras, em que a perspectiva local é fundamental para o sucesso dos projetos; que são programas cujo propósito é *promover* a cidadania e garantir direitos básicos de uma parcela da população brasileira. A partir de experiências de campo, observo que tais programas pressupõem a adoção obrigatória, por parte dos gestores municipais e da população atendida, de representações e práticas coerentes com os princípios defendidos na esfera federal, em detrimento das perspectivas locais. Proponho discutir a natureza dos conflitos existentes a partir da adoção de tais programas.

Sessão 2: Mercado, democracia e espaço público.

Título Os Juizados Especiais brasileiros e os conflitos no mercado de bens e serviços: a "hipossuficiência" legal de consumidores.

Autores Maria Stella de Amorim

Resumo: Conflitos nas relações de consumo são normais em sociedades complexas, inclusive nas chamadas “sociedades de consumo de massa”. Todavia, esses conflitos apresentam-se recorrentes e exacerbados no mercado doméstico de metrópoles brasileiras, onde não encontram composição entre contratantes e contratados, que acabam por leva-los aos Juizados Especiais. O direito que regula tais relações, particularmente, o direito contratual e o direito do consumidor, sofrem interferência do Estado, sob a justificativa de compensar desigualdades entre fornecedores e compradores, estes, considerados partes mais fracas. Tal interferência é associada à categoria “hipossuficiência”, vigente no direito brasileiro, e que impede a normatização igualitária nos contratos de consumo de bens e serviços, assim como a socialização de responsabilidades mútuas nas relações entre atores participantes de mercados abertos. Especialmente o status jurídico do “hipossuficiente”, em vez de proteger os fracos, incentiva desprezo e desconsideração pelo consumidor, gerando assim a reprodução de um mercado simbólico, em que os consumidores passam a ser consumidos. As empresas também concebem os consumidores com capacidade diminuída, não lhes concedendo atendimento digno e compensador para suas reclamações, levando-os a recorrer à Justiça, onde as decisões usam a categoria “hipossuficiência” em favor dos consumidores, porém, sem restringir os julgamentos aos fatos denunciados, mas por considerarem os consumidores “hipossuficientes”, independente da posição social que ocupam na sociedade, o que contribui para a sobreposição de um mercado simbólico em que o consumidor torna-se consumido.

Título A (in)visibilidade da alimentação e do consumo individual na cacofonia dos discursos públicos – especificidade e pluralidade do consumidor de escolhas

Autores Teresa Maria Lourenço Subtil

Resumo: Ver e ser visto são hoje duas preocupações que o consumidor manifesta nas suas práticas-hábitos alimentares. Viva em contextos urbanos ou rurais, o consumidor moderno é um sujeito de escolhas, minimamente conscientes das suas especificidades, necessidades e preocupações.

Comer tornou-se mais que nunca numa necessidade biológica humanizada-racionalizada, orientada pelas escolhas individuais que cada consumidor é obrigado a fazer. Consumir é um receptáculo de referências individuais, mobilizadas na construção da(s) identidade(s) e da(s) trajetória(s) do eu-sujeito de escolhas.

Mas será esse consumidor um sujeito invisível ao grande público na microespecificidade da sua interação e padrões de consumo?

Mesmo em comunidades rurais, onde a policultura é um complemento aos rendimentos, é raro produzir as bases alimentares. O consumidor tem a necessidade e é impelido a acompanhar os padrões de consumo sociais que lhe entram portas adentro, sem que ele faça grande esforço.

Num primeiro momento, o processo produtivo-distributivo e mediático munuiu-se de discursos médico-dietéticos e estéticos para sustentar o reconhecimento público de determinado produto, tanto ou mais eficiente, quanto a sua visibilidade perante um consumidor com maior liberdade de escolha.

Posteriormente, a intensificação da oferta de produtos, discursos, modas-princípios alimentares transformou o consumidor, individualizado, no álibi do mercado concorrencial.

Consumir tornou-se o ethos de direito e dever das sociedades modernas e pós-modernas; é escolha activa, um direito manifestado na construção dos padrões individuais de consumo, sendo também dever/meio indirecto de perpetuação do mercado.

A visibilidade surge como uma aspiração-orientação que reúne o público e o consumidor numa cacofonia de opções individuais de consumo.

Título Silenciamento e instabilidade em uma ordem violenta

Autores Wania Mesquita

Resumo: A partir de uma pesquisa realizada na cidade do Rio de Janeiro, o trabalho discute as práticas das milícias, grupos paramilitares integrados por agentes do Estado (policiais, bombeiros e agentes penitenciários). As milícias se colocam como responsáveis pela eliminação dos conflitos entre os bandos de traficantes e entre esses grupos e a polícia. Tais atuações supõem a diferenciação dessas localidades dos territórios subjugados pelos traficantes, ao mesmo tempo em que afasta o estigma dos moradores de convivência com eles. Entretanto, os moradores das favelas controladas pelas milícias, ao mesmo tempo em que confiam na ordem pacífica, sofrem com expedientes de sanções punitivas e arbitrárias em suas rotinas, o que os impede de exprimirem tais situações, dificuldades, demandas e reivindicações de suas localidades no espaço público.

Título Da esfera judicial à esfera policial oficiosa: quais são as mudanças trazidas com a implementação da nova lei de drogas no Brasil?

Autores Antônio Rafael Barbosa, Frederico Policarpo de Mendonça Filho

Resumo: Em 2006, passou a vigorar no Brasil uma nova Lei de Drogas – 11.343/06. O ponto mais polêmico dessa lei é o fato dela não prever mais a pena de prisão para o usuário, embora os procedimentos criminais continuem os mesmos. Nesse trabalho, os autores discutem os impactos da nova lei de drogas no comportamento dos operadores do sistema criminal, assim como nas práticas e valores dos policiais militares; dos policiais civis e dos usuários de drogas. Construída a partir dos dados do trabalho de campo, a hipótese que será examinada aponta para um deslocamento de perspectiva no que diz respeito ao tratamento do assunto - os operadores do Judiciário passam a se sentir desobrigados da “administração institucional” do crime por uso de drogas, deixando essa tarefa por conta dos policiais militares, responsáveis pela maioria dos flagrantes. O que acarreta uma mudança no âmbito de resolução dos conflitos envolvendo o uso de drogas. Ao lado desse deslocamento, tendo em vista que a nova Lei de Drogas possui como característica uma clara bifurcação no tratamento penal (enquanto abole a prisão para o uso, aumenta significativamente a “punitividade” para o tráfico), busca-se analisar as transformações na economia dos *ilegalismos*, na compra e venda de *mercadorias políticas* e nos processos de *sujeição criminal*, no momento em que se negocia a tipificação sobre uso e tráfico de drogas nas ruas (no exame desse assunto, devemos ainda considerar as relações entre os diferentes sistemas classificatórios e valorativos de que fazem uso os atores acima mencionados).

Título Quando o aspecto visível do espaço torna-se um problema público : a lei da Cidade Limpa da cidade de São Paulo

Autores Rafael Soares Gonçalves,

Resumo: A publicidade exterior exerce uma função que vai muito além da simples identificação de um produto ou de uma determinada atividade comercial. Os anúncios são um elemento importante da composição estética da cidade, tornam-se referências espaciais e contribuem para compreender o sistema de valores de uma determinada época, num específico contexto sócio-cultural. Entretanto, a expansão da publicidade, sobretudo nas últimas décadas, foi também percebida como uma « mácula » à estética da paisagem urbana, provocando uma espécie de privatização do espaço público, o que suscitou o surgimento de uma legislação cada vez mais rígida que procurou limitar o espaço destinado aos anúncios.

Neste contexto, esta contribuição busca inicialmente analisar como a expansão descontrolada da publicidade na cidade de São Paulo se tornou um importante problema público, o que motivou a promulgação em 2006 da lei da Cidade Limpa que, empregando um discurso fortemente ecológico, proibiu os anúncios publicitários, assim como limitou e padronizou o espaço gráfico destinado aos anúncios indicativos. O impacto destas medidas sobre o espaço urbano conferiu uma importante visibilidade ao poder municipal, integrando-se em um verdadeiro « programa de exposição gráfica » (Petrucci, 1993) O que nos leva, assim, a analisar a enorme repercussão pública suscitada pela aplicação desta lei, e questionar como o aspecto material dos escritos expostos na cidade revela-se um instrumento fundamental para o controle do espaço urbano.

Título Construção de verdade e a administração dos conflitos no Rio de Janeiro: um olhar sobre as reformas das instituições judiciárias e policiais

Autores Lenin Pires

Resumo: Proponho nesta comunicação uma reflexão sobre as reformas nas áreas de Justiça Criminal e da Segurança Pública, no Brasil, especificamente no Estado do Rio de Janeiro, chamando a atenção para a existência de teorias e práticas prévias aos processos de mudança. Queremos, assim, problematizar o conteúdo das aludidas reformas indagando como são institucionalmente administrados os conflitos considerados de baixo potencial ofensivo em nossa sociedade. Concentraremos a discussão neste tipo de conflitos por serem aqueles que recorrentemente acionam as instituições dos dois sistemas e evidenciam a coexistência de lógicas diferenciadas na sua administração. Propomos como hipótese que, nesses casos, a lógica de administração de conflitos encontra-se subordinada à lógica de construção da verdade jurídica. Desta forma, as práticas dos agentes da Segurança Pública se vinculam e impregnam dos objetivos, a linguagem e as categorias jurídicas e judiciais.

Sessão 3: Reconhecimento de direitos e mobilizações colectivas

Coordenador: Gláucia Maria Pontes Mouzinho

Debatedor: Antônio Rafael Barbosa

Título Porque se mobilizam os professores no Ensino Secundário? Reflexividades, regimes de envolvimento e reconhecimento público

Autores José Manuel Resende

Resumo: Na primavera de 2008 os professores do Ensino não superior tornaram pública a sua indignação numa manifestação convocada por uma frente sindical alargada. A coordenação de esforços entre dirigentes sindicais que são membros de confederações sindicais distantes politicamente é bem sucedida pois conseguem mobilizar um elevado contingente de docentes dos diferentes ciclos do Ensino Básico, do Ensino Secundário e Educadores de Infância. A manifestação de professores que desfila o seu descontentamento na baixa da cidade de Lisboa – entre a Rotunda do Marquês de Pombal e a Praça do Comércio – é uma prova de força numérica contra as medidas políticas decretadas pela actual equipa que chefia o Ministério de Educação. Esta comunicação visa ensaiar pistas de interpretação sociológica com vista a compreender as razões da confrontação política entre uma «classe profissional» e os representantes governamentais da pasta da educação. Neste ensaio utilizam-se sobretudo dados recolhidos de uma investigação realizada em 4 escolas do Ensino Secundário que se encontram localizadas em concelhos diferentes. Por outro lado, a composição social do estudantado de cada uma destas escolas é também distinta. Não obstante a separação geográfica e o contraste social do público estudantil, há uma gramática comum de indignação política que contribuiu para dar visibilidade pública à contestação deste grupo profissional. Porque se mobilizam os professores portugueses? Que argumentos utilizam para justificar a sua contestação política? Estas são duas das interrogações que acompanham a nossa análise sobre este acontecimento político.

Título O direito de não ter direitos: análise de duas situações etnográficas de demandas de reconhecimento no espaço público brasileiro

Autores Leticia de Luna Freire, Fabio Reis Mota

Resumo: O propósito deste trabalho é analisar comparativamente duas situações etnográficas que envolvem demandas de reconhecimento de direitos. A primeira situação refere-se ao caso de uma moradora de uma favela do Rio de Janeiro que teve sua casa removida em função de uma intervenção urbana realizada pela prefeitura com o propósito de “transformar a favela em bairro”, sendo a ela negado qualquer amparo jurídico que lhe garantisse o direito de permanecer no local. A segunda situação refere-se ao caso de uma antiga moradora de uma ilha administrada pela Marinha Brasileira que, ao reivindicar a identidade de “quilombola”, impediu provisoriamente a desapropriação de sua casa, após sucessivas tentativas de remoção sob a acusação de “favelizar” a área de proteção ambiental. Ao descrevermos as duas situações, pretendemos analisar em que medida a atribuição de identidades deterioradas ou positivadas permite destinar visibilidade ou invisibilidade às demandas de direitos por parte dos agentes sociais. Desse modo, pretendemos ainda problematizar como a categoria “cidadania” adquire contornos distintos de acordo com os diferentes contextos culturais e políticos e a sua consequência no que diz respeito aos usos de noções como sociedade decente, humilhação e sofrimento apropriadas no espaço público brasileiro.

Título Mas, afinal, o que é a favela? – A construção de um objeto jurídico e suas implicações na vida cotidiana dos moradores de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro

Autores Soraya Silveira Simões, Rafael Soares Gonçalves, Marco Antonio da Silva Mello

Resumo: Tratar-se-á do processo histórico de construção das favelas do Rio de Janeiro como objeto jurídico para analisar suas implicações no dia-a-dia dos habitantes de uma *cidade*. Representadas como espaços ilegais e seus moradores como invasores de terrenos alheios, o processo de construção acima referido ocultou a multiplicidade de situações fundiárias nas favelas, justificando a precariedade de serviços públicos e dificultando o surgimento de reivindicações pautadas no acesso a direitos. Ilegais, segundo o direito positivo – sobretudo a partir do Código de Obras de 1937 –, as favelas foram ‘toleradas’ para, finalmente, nos anos 1960, serem condenadas a desaparecer da paisagem urbana pela política de ‘remoção de favelas’ (1962-1975). Nesse contexto, Dom Helder Câmara funda, em 1955, a *Cruzada São Sebastião*, visando urbanizar as favelas da capital e fazer face à expulsão dos seus habitantes para bairros distantes, desprovidos de infra-estrutura e de transportes. O empreendimento do então arcebispo-auxiliar do Rio, reassentou os moradores das favelas da Praia do Pinto e da Ilha das Dragas em 10 blocos de apartamentos no coração chique da Zona Sul carioca, entre a Lagoa Rodrigo de Freitas e as praias de Ipanema e Leblon. A partir de um extenso trabalho etnográfico, bibliográfico e arquivístico, procurar-se-á evidenciar a profundidade dos estereótipos e das categorias de acusação e de estigmatização com as quais os moradores da *Cruzada* se defrontam cotidianamente, ao longo dos últimos 50 anos, experienciando, além da dura condição de ‘vizinhança indesejada’, a dúbia realidade de *ser* da ‘Cruzada’, e *estar* na zona sul.

Título A construção social do estigma dos/das doentes de Machado-Joseph: uma breve introdução

Autores Daniela Medeiros Soares

Resumo: Este artigo pretende fazer uma introdução ao objecto de investigação proposto para o doutoramento em Sociologia, circunscrevendo-se a duas dimensões que se julgam articuladas: de um lado o trabalho de investimento realizado pelos investigadores e médicos que contribuíram para a definição da Doença de Machado-Joseph, mas do outro lado, os seus efeitos sociais junto dos doentes e familiares em que a estigmatização e discriminação são, talvez, formas mais visíveis da sua tradução prática.

Propomo-nos, assim, apresentar o processo de construção social da Doença de Machado-Joseph, salientando os efeitos sociais dos processos de (re)construção das identidades sociais destes doentes e das suas famílias associados à produção social do sofrimento e da estigmatização, mostrando que os actores são produtores de sentidos de acordo com as lógicas inseridas nos seus quadros de referência em função dos contextos sociais em que se inserem.

Por outro lado, pretendemos introduzir os debates e controvérsias de natureza moral e ética levantados junto dos profissionais de saúde quando confrontados com os problemas relacionados com esta doença. A natureza e as características da doença para além dos problemas e limitações que provocam nos portadores e familiares também são fundamentais para a compreensão das questões de carácter moral e ético, pois é geneticamente transmitida e de transmissão autossómica dominante sem cura.

Para tal, apoiamo-nos nos novos desenvolvimentos teóricos produzidos pela Sociologia pragmática americana e francesa.

Título Uma análise contrastiva sobre as demandas de reconhecimento no espaço público brasileiro e francês: demandas de direitos e processos de (in) visibilidade de grupos sociais

Autores Fabio Reis Mota

Resumo: Nesse trabalho, pretendo discutir os significados atribuídos às categorias reconhecimento e igualdade em dois universos distintos, no Brasil e na França, e suas implicações nas demandas de direitos em ambos os espaços públicos. No espaço público brasileiro, tal noção está relacionada a uma concepção hierárquica em que os diferentes direitos estão disponibilizados de acordo com a categoria ou *status* das pessoas. A igualdade é assegurada pela particularização do acesso ao público, que é nesse caso concebido como do Estado. Em contrapartida, no espaço público francês, a igualdade vincula-se a uma noção de grandeza cívica, atrelada a uma ideia de bem comum, onde ela se manifesta através de uma concepção de unidade e consistência do coletivo em prol do interesse geral. A igualdade é assegurada por uma solidariedade anônima que supõe estar acima dos interesses particulares.

Esta distinção a respeito da noção de igualdade tem sérias implicações sobre o reconhecimento dos pertencimentos e identidades públicas. Enquanto na França contemporânea a indiferença pelo problema identitário se assenta na concepção de que a questão identitária pode ser resolvida via direitos universais, pois “os indivíduos possuem *“pertencimentos”*, mas nunca *“identidades”*”. Ou, melhor dizendo, as formas pelas quais foram construídas as identidades sociais na democracia francesa têm sido sempre subordinadas e informadas pela universalização das linguagens. Já no Brasil os atores relacionam-se complementarmente no interior de um sistema totalizante, que prima pela concepção de que cada parte desigual é complementar, onde todos têm um lugar previamente estabelecido. Como a complementaridade remete a ideia de semelhança, as reivindicações à diferença se associam a ideia de distinção. Como na máxima de Ruy Barbosa, a regra da igualdade não consiste senão em quinhorar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desiguam. Ou seja, há uma mistura entre duas ordens de grandeza, a princípio, distintas: a de desigualdade e a diferença.

Título Uma análise situacional dos debates relativos à recategorização da Vila do Aventureiro no processo de alteração da reserva biológica da Praia do Sul, na Ilha Grande, em Angra dos Reis (RJ)

Autores Córa Hisae Monteiro da Silva Hagino

Resumo: A luta por reconhecimento é um problema que concerne diretamente à política brasileira e às minorias que vivem no Brasil. Essa luta está frequentemente relacionada à identidade e ao território. Nesse contexto, o reconhecimento de direitos das populações tradicionais tem sido alvo de diversos questionamentos. No estudo de caso realizado na Vila do Aventureiro, Ilha Grande-RJ, esse debate é retomado, pois a população vive dentro de um território configurado como Reserva Biológica. Esses moradores são também pescadores e portadores de uma identidade caiçara, segundo o critério de auto-identificação. Contudo, atualmente a principal fonte de renda é o turismo nos campings, o que não significa um abandono da tradicionalidade. Como o Aventureiro está inserido em duas unidades de conservação: a Reserva Biológica da Praia do Sul e o Parque Estadual Marinho do Aventureiro, os moradores sofrem uma série de limitações em sua vida cotidiana, que os levou a questionar esses modelos. Sendo assim, têm ocorrido reuniões com gestores de órgãos ambientais no intuito de promover uma alteração na Reserva Biológica retirando a Vila do Aventureiro de dentro da reserva. Quanto à metodologia, a pesquisa tem sido realizada através de observação etnográfica. O objetivo da pesquisa é compreender como no processo de alteração de categoria no Aventureiro se desenvolvem as relações de poder entre o Estado, Ongs e a pressão exercida por grupos econômicos e, ainda, como se forma uma identidade coletiva na comunidade do Aventureiro em busca de uma alternativa dentro do direito ambiental que lhes garanta sua permanência no local.

Título Entre a terapia e o movimento social: os «trabalhos de significação» elaborados pelos grupos de auto-ajuda ou suporte mútuo de doentes e dependentes

Autores Francisco Afonso Leitão

Resumo: A presente comunicação aborda o fenómeno massificado da emergência e adesão a grupos de auto-ajuda presenciais e online, associações de doentes e fóruns de doentes, contextualizando-o, em geral, nas sociedades modernas contemporâneas, e, em particular, na especificidade da sociedade portuguesa. Como vários autores vêem sugerindo, estes grupos, para além de dimensões terapêutica, de entreatura e informativa – dimensões assiduamente abordadas pelas ciências médicas e pelas disciplinas ligadas à saúde mental e comunitária – possuem uma dimensão não negligenciável de construção de novas identidades colectivas, tendo-lhes sido imputadas na literatura características que os identificam como subculturas, contra-culturas, associações políticas, associações de fracos (com características semelhantes aos movimentos operários do século XIX) ou de desviantes e estigmatizados, comunidades intencionais, e movimentos

espirituais ou religiões seculares. Baseando-se num trabalho preliminar de investigação de cinco grupos portugueses com características distintas, que procura focalizar a atenção no “trabalho de significação” dos participantes destes grupos, pretende-se dar conta da actividade de alinhamento (localização, percepção, identificação e etiquetagem) de um número grande de situações concretas nos quadros sociais interpretativos utilizados para este processo de atribuição de sentido, bem como dos processos de justificação presentes nestes grupos, e pretende-se caracterizar e iluminar a possibilidade ou impossibilidade de os tomar, como tem sido sugerido, como verdadeiros espaços de construção de novas identidades colectivas, e analisar a especificidade destas identidades colectivas, considerando a singularidade alguns dos pólos aglutinadores que os originam: o corpo doente ou defeituoso, o sofrimento e a dor.

Título Favela do Gato: estratégias de *visibilidade* e *invisibilidade* em uma *comunidade* da *região metropolitana* do Rio de Janeiro.

Autores Marcos Veríssimo, Ana Beatriz dos Santos Valente

Resumo: Tivemos a oportunidade de conhecer a Favela do Gato, situada às margens da Baía da Guanabara, em São Gonçalo, município da chamada Região Metropolitana do Rio de Janeiro, por conta da pesquisa que realizamos no âmbito do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas, visando o diagnóstico relativo à Segurança Pública naquele município. Nessa localidade, funciona o único entreposto onde os pescadores gonçalenses da Guanabara comercializam seu pescado. Na ocasião, tentamos fazer contato com a Associação de Moradores. Porém, logo fomos informados de que a mesma havia fechado suas portas – mas que na falta dela, a Associação de Pescadores representava as demandas sociais locais frente ao poder público. Nossa entrada no local se deu por intermédio dos representantes da referida Associação, e as questões que pretendemos socializar surgiram de seus relatos. No momento, os pescadores encontram-se especialmente preocupados com a iminente instalação de um pólo petroquímico no município, o que vai interferir drasticamente na atividade pesqueira que realizam a sucessivas gerações – foram abordados, então, assuntos como degradação ambiental, criminalidade, oferta de trabalho e estudo para crianças e adultos, etc. Nos chamou especialmente atenção, entre outras coisas, a forma como nomeiam o lugar onde vivem, dependendo da situação e de motivações implícitas ou explícitas. Por exemplo, os jovens, quando buscam emprego, fornecem seus endereços omitindo o nome “*Favela do Gato*”, temendo ser estigmatizados e verem a oportunidade se perder, e por isso informam que moram no bairro do Gradim, onde de fato fica esta *comunidade*. A Associação de Moradores, por outro lado, sempre que aciona o poder público nas esferas municipal, estadual ou federal, no intuito de dar maior visibilidade a suas demandas, não pode, segundo seus representantes, abrir mão do termo “*favela*” – visando justamente estigmatizá-la como local “*carente*”. A partir de dados etnográficos como este, nos propomos contribuir para o debate acerca dos processos de (in) visibilidade das questões de caráter público.

Título Da caridade à solidariedade. As controvérsias públicas na construção do espaço comum – Configurações da mobilização política.

Autores Pedro Duarte

Resumo: Partindo da análise das lógicas de acção caritativa, para as lógicas de acção solidária, propõem-se com esta comunicação reflectir em torno dos princípios que poderão ter contribuído para uma alteração das sensibilidades e compaixões dos cidadãos relativamente aos quadros sociais do sofrimento humano, dando lugar a diferentes quadrantes de operações críticas na prossecução de um bem comum.

O sentimento de vulnerabilidade, associado às vítimas, poderá ser um dos factores promotores de diferentes interpretações críticas e manifestações colectivas de indignação que é denunciada publicamente pelos novos movimentos sociais, originando controvérsias, disputas e conflitos.

É a partir da controvérsia pública que diferentes gramáticas de motivação conduzem os actores a associar-se, em consequência do cruzamento das intenções do indivíduo e do colectivo, fazendo com que os indivíduos actuem individualmente como partes de um colectivo que persegue um fim comum que está a ser sujeito a um acordo (umas vezes mais precário, outras vezes menos precário). O tipo de acordo e as modalidades de cooperação da acção são ingredientes fundamentais para perceber, por um lado qual a gramática política em que se baseiam na generalidade os novos movimentos associativos.

Ancorados na reinstalação da ideologia liberal, emergem actualmente apresentando novas práticas sociais enformadas pelos princípios da solidariedade e participação, dando espaço ao exercício da cidadania em forma de acções colectivas.

Esta mobilização dos actores motivados para uma acção voluntária, pode apresentar diferentes configurações, voluntariado formal e informal, no âmbito de uma lógica diversa de gramáticas de acção que poderão estar relacionadas com a prossecução e defesa de um determinado bem comum, cuja forma continua a ser convocada, pelos dispositivos associativos, para valorizar a solidariedade.

Apresenta-se pois importante analisar o papel das organizações da sociedade civil em contraponto com a intervenção do Estado e do Poder Político, em que as primeiras na sua acção de disputa na arena pública estão sujeitas, directa ou indirectamente, a novas formas de regulação no jogo das controvérsias, inerente ao próprio espaço público no âmbito do enquadramento da qualificação do exercício democrático.

Sessão 4: Equidade e igualdade: controvérsias públicas e identidades coletivas

Coordenador: Fabio Reis Mota

Debatedor: Roberto Kant de Lima

Título Individualismo, fragmentação sócio-profissional e invisibilidade pública: as consequências das mudanças na carreira médica na construção da sua identidade colectiva

Autores Catarina Delaunay

Resumo: Pretendemos analisar a influência do actual processo de fragmentação sócio-identitária da classe médica, inclusive intra-Especialidades – em termos de vinculação contratual à instituição, carga horária, escalões remuneratórios e perspectivas de progressão na carreira – no que se refere às possibilidades concretas de elevação do julgamento crítico

destes actores no espaço público. Partimos do pressuposto de que as desigualdades laborais observadas neste grupo de profissionais, ligados à prestação de cuidados de saúde, têm repercussões a nível dos processos públicos de construção e reconhecimento da sua identidade colectiva. Tentamos descrever de que modo as conflitualidades internas a esta categoria sócio-profissional se repercutem nas oportunidades potenciais de coesão grupal e consequentemente na capacidade ou vontade de fazer ouvir a sua crítica e de lhe conferir visibilidade. Descrevemos como o sentimento de injustiça na perspectiva comparativa inter e intra pares, com base em critérios como sejam as carreiras, vínculos e remunerações, bem como direitos, garantias e incentivos, impede que se criem gramáticas comuns que possibilitem a sua expressão pública em termos visíveis. Procuramos demonstrar em que medida o espírito de corpo se encontra de tal modo fragilizado internamente que apenas encontra força contestatária em momentos pontuais de maior controvérsia. Para tal cumpre contextualizar o problema com recurso às mudanças organizacionais no contexto das instituições hospitalares, bem como no papel dos *mass media* e das instâncias governativas ao nível do controlo da influência dos médicos em termos societais.

Título Quando “a personalidade é tudo!”: política, relações pessoais e processos de administração institucional de conflitos em um município do Rio de Janeiro - Brasil

Autores Edilson Márcio Almeida da Silva, Maria de Paula Godoy

Resumo: Conforme o ideal desenvolvido no Ocidente, a cidadania plena é aquela capaz de combinar liberdade, participação e igualdade para todos. Dado o seu carácter notadamente normativo, a noção clássica de “indivíduo como cidadão” contrapõe-se, como bem observa Roberto da Matta, à ideia de pessoa ou ser relacional, tão cara ao universo social brasileiro, nos seus mais diferentes domínios. De fato, se as relações pessoais são um fenómeno global, chama a atenção, no caso do Brasil, a forma como elas são institucionalizadas, ou seja, como as redes de relações pessoais se tornam “instrumentos conscientes e positivamente valorizados de navegação ou estratégia social”. Com base nessa perspectiva e em dados etnográficos relativos à violência doméstica em um município do Rio de Janeiro – Brasil, o trabalho apresentado pretende problematizar o lugar das relações pessoais nos processos de administração institucional de conflitos e, com isso, discutir as consequências político-sociais derivadas da ampla adoção de um modelo personalista na defesa dos assim chamados direitos individuais.

Título Os médicos e os seus doentes crónicos terminais: da suspensão das equivalências à constituição de uma gramática de controvérsia pública

Autores Alexandre Cotovio Martins

Resumo: A intervenção médica junto dos doentes crónicos terminais coloca a medicina curativa à prova, na medida em que, nos cuidados médicos terminais, o trabalho de pendor curativo perde progressivamente importância e ganha novo sentido o trabalho de apoio à reorganização subjectiva do doente e da sua relação com o médico. Este trabalho envolve, por seu turno, a entrada dos médicos num regime de familiaridade que implica a suspensão dos juízos médicos apoiados em convenções de grande alcance cognitivo e moral e a subtracção concomitante do doente a qualquer princípio de equivalência geral e ao extremar da sua singularidade subjectiva. Nesta suspensão, joga-se uma das tensões fortes da modernidade, a tensão entre autonomia e dependência. É justamente a reivindicação da legitimidade da dependência e da suspensão do juízo de equivalência num regime de familiaridade que parece traduzir frequentemente no domínio público o problema dos doentes terminais, na óptica dos médicos que vêm contribuindo para a constituição daquilo a que chamam de “filosofia dos cuidados paliativos”. Nesta comunicação, analisam-se estas questões a partir de dados oriundos da investigação sociológica nos hospitais, nomeadamente da auscultação aprofundada de médicos ligados aos cuidados paliativos e à oncologia médica.

Título Espaços ocultos: o debate social sobre a constituição de espaços médicos

Autores Beatriz Xavier

Resumo: A acção médica é mediada por sofisticados meios tecnológicos. O “poder transformador” da inovação tecnológica face à saúde, à doença, ao corpo e ao próprio conceito de vida humana, pode ser ilustrado nos Serviços/Unidades de Cuidados Intensivos (S/UCIs).

Na segunda metade do século XX, assistiu-se ao aparecimento e desenvolvimento de uma das áreas tecnologicamente mais marcantes do domínio da medicina – a Medicina Intensiva – como área diferenciada e multidisciplinar das ciências médicas, cujo objectivo primordial consiste no suporte e recuperação de funções vitais, de molde a criar condições para tratar a doença subjacente e, por essa via, proporcionar oportunidades para uma “vida futura com qualidade”.

O número de S/UCIs foi aumentando progressivamente por variadas razões de ordem médica, tecnológica e de procura social. A equidade e a universalidade dos direitos de cidadania, a evolução da Ciência e a melhoria dos serviços, criam pressões constantes para o atendimento de doentes em cuidados intensivos, originando-se controvérsias médicas e éticas. Para além dos actores institucionais, que participação têm doentes, famílias e sociedade em debates sobre o conceito de morte e qualidade de vida? De que modo avaliações culturais distintas se materializam nos cuidados prestados a doentes em risco de vida? Como tornar possível o envolvimento público em questões médico-científicas complexas?

Em Portugal, a criação, organização e evolução dos S/UCIs não tem por base normas específicas ou planos estratégicos de saúde, constituindo-se em função de necessidades e percepções locais, de disponibilidades financeiras e de “vontades” nas instituições hospitalares, com o alheamento público sobre estas matérias.

Título Invisibilidade pública dos professores conselheiros de orientação: entre denúncia e compromisso

Autores Bruno Dionísio

Resumo: Durante a década de 1970, o instituto de orientação profissional de Lisboa abre concursos destinados aos professores que pretendam realizar cursos de formação e especialização no sentido de desenvolverem nas escolas uma nova missão formal: a orientação escolar e profissional dos estudantes. A inexistência de diplomados em psicologia e ciências da educação até ao início dos anos 1980, a par da massificação do ensino e da crescente diversificação da população estudantil, impulsionaram esta nova figura profissional nas escolas portuguesas. Perante esta nova missão – que só é formalmente introduzida no quadro normativo legal no início da década de 1990 – estes novos profissionais vêm-

se confrontados com a necessidade de **tornar visível** o seu trabalho aos olhos das lideranças dos estabelecimentos de ensino, aos olhos dos outros profissionais da escola, e aos olhos dos estudantes, famílias e opinião pública em geral.

Ora, por um lado pretendemos dar conta do processo de (in) visibilidade destes profissionais no espaço público mais vasto. Quais são os dispositivos e os regimes de acção que são mobilizados por estes profissionais para porem em marcha um processo de visibilização pública da sua actividade profissional? A formação de uma associação portuguesa de orientadores escolares e profissionais, e a constituição de uma revista de publicação quadrimestral são dois dos dispositivos por nós analisados.

Por outro lado, a (in) visibilidade pública dos professores conselheiros de orientação depende da especificidade dos mundos escolares em que desempenham a sua actividade profissional. O projecto educativo de cada estabelecimento de ensino pode interferir nessa visibilidade. Quando um projecto educativo constrange os profissionais a assumirem um compromisso local, esse engajamento local pode colidir com a sua autonomia profissional. Até onde pode ir a autonomia profissional quando essa autonomia esbarra num projecto de estabelecimento de ensino que obriga a abrir mão dessa autonomia indo eventualmente contra aos códigos éticos e deontológicos que os profissionais defendem? Nestes casos, as posturas profissionais podem variar entre a denúncia e crítica de situações escolares que consideram injustas e inquietantes e a necessidade de abdicarem da sua singularidade em prol de um compromisso com um projecto de estabelecimento. Nestes casos, opera-se uma tensão entre a defesa da autonomia profissional e dos princípios de justiça escolar que defendem, e a necessidade de estabelecer compromissos que eventualmente obrigam à des-singularização...

Esta proposta de contribuição faz parte do meu doutoramento que se encontra em fase de conclusão. A pesquisa de terreno baseia-se, por um lado, na análise documental e, por outro lado, em observação etnográfica e entrevistas a cerca de 40 profissionais de orientação escolar que trabalham em escolas contrastantes do ponto de vista organizacional, social, económico e cultural, na área metropolitana de Lisboa.

Título Animadores culturais e reconhecimento público

Autores Cristina Cotovio

Resumo: Pretende-se na comunicação a apresentar abordar as formas através das quais os animadores sócio-culturais, designadamente, através dos seus porta-vozes, procuram o reconhecimento social e institucional da sua profissão. Muito embora o processo de *engrandecimento* da *causa da animação*, se apoie, predominantemente, em argumentos provenientes do *mundo cívico* e, como tal, remetendo para crenças partilhadas referentes à superioridade de valores como a igualdade, a solidariedade, a liberdade, a democracia, a participação, etc. produz, quando se trata da organização colectiva em torno da prática da actividade, controvérsias, entre estes actores, relativamente aos dispositivos materiais que devem servir para apoiar a causa da profissão no espaço público mais do que pela vinculação a sistemas de justificação diferentes. Por outro lado, no que respeita ao modo como a profissão tem emergido, nomeadamente quanto ao papel dos Estado na categorização profissional ou às fronteiras indefinidas das actividades desenvolvidas, considerando que este último aspecto explica a ingerência de outros profissionais no seu campo funcional, as gramáticas justificativas privilegiadas aqui deslocam-se para outro tipo de grandeza. A necessidade de justificação da animação face à ambiguidade da sua função – que engendra inconvenientes no plano da selecção, recrutamento, formação e condições de trabalho – deriva da ambivalência da profissão que não se enquadra na classificação oficial, muito específica, que lhe é dada. Com base ainda no *mundo cívico* são tecidas críticas ao *mundo industrial*, em particular às categorizações oficiais como instrumentos provenientes dos gabinetes, elaborados por tecnocratas. Todavia, os argumentos provenientes do *mundo industrial* servem também para justificar a eficácia dos métodos de intervenção da animação sócio-cultural ancorados na competência técnica para o desempenho da profissão.

A Contemporaneidade e os Novos Tempos Sociais

A complexidade e a descontinuidade temporais são elementos qualificadores da vida moderna. A relevância do tempo dependeria da capacidade de inter-relacionar o passado e o futuro no presente. Na sua emergência, a sociedade moderna e os seus valores básicos estavam assentes na crença da possibilidade de um futuro visualizado no presente e construído a partir deste. Há quem diga que, no momento contemporâneo, a percepção e a noção de tempo já não se apresentam da mesma maneira. Nessa visão está suposta a ideia de estar em curso uma profunda re-significação do tempo, marcada pela intensificação crescente do seu ritmo, o que implicaria a perda da ideia do passado e a falência da perspectiva de futuro e, sem simultâneo, uma reaprendizagem dos modos de uso quotidiano e biográfico do tempo. Considerando os processos de globalização e de transformação sócio-cultural é possível constatar que ambas as concepções coexistem no presente. Esta mesa, de carácter multidisciplinar, buscará discutir essa questão, tentando comparar as diferentes formas de apreensão do tempo, em situações, esferas da vida (trabalho, organizações, tecnologia, vida familiar e pessoal) e culturas diversas.

Coordenadores: Emília Araújo (ICS - UM), Maria Helena Oliva Augusto (USP)

Participantes: Maria Helena Oliva Augusto (USP), Raquel Glezer (FFLCH), José Carlos Bruni (UNESP), Ricardo Monteagudo (UNESP), Ricardo Gouveia (UM), Maria Manuela Maia (PUCSP)

Título: A fuga do tempo: narrativa histórica contemporânea e relações com a sociedade

Autor Raquel Glezer

Resumo A produção historiográfica contemporânea possui a característica de ser fragmentada tanto quanto aos objetos de análise, fontes, temas e formas de interpretação. A narrativa historiográfica, com o abandono parcial das grandes hipóteses explicativas, os chamados 'paradigmas' do século XIX e início do XX, e mantendo o método histórico como seu articulador, na prática quase que se aproximou da narrativa literária mais tradicional. Em alguns países, a produção historiográfica contemporânea se transformou em elemento editorial significativo, caso característico dos estudos históricos franceses. Estudando o caso brasileiro, verificamos que embora as transformações dos estudos históricos tenham ocorrido, acompanhando o padrão internacional, não houve o mesmo fenómeno editorial. As transformações nos estudos históricos

brasileiros não provocaram ainda a atenção dos leitores comuns. Por outro lado, o interesse do público leitor pela história tem sido crescente, e, para atender a tais demandas, surgiu uma grande produção editorial em livros e revistas. No texto, apresentaremos os estudos que realizamos sobre os livros e as revistas que atendem as demandas do mercado editorial brasileiro e as necessidades da sociedade, centrando especificamente nas questões relativas às concepções de tempo histórico que permeiam tais produtos culturais.

Título: O tempo, a cultura e padrões de desenvolvimento

Autor Emília Araújo

Resumo Esta comunicação contempla dois objectivos: I) uma reflexão sociológica sobre o desenvolvimento da Sociologia do tempo em Contexto lusófono e II) a problematização da relação entre usos do tempo e cultura considerando a investigação realizada pela autora sobre esta temática nem que se discute a necessidade de uma política de tempos adaptada aos contextos modernos de globalização e de mudança da configuração dos modos de vida dos indivíduos. A cada contexto cultural quase podemos fazer corresponder uma forma de regulação e de percepção do tempo e uma certa maneira de visionar e encarar o futuro, normalmente associados a esclas diversas de desenvolvimento. Como referem alguns autores, o tempo é comparável a uma gramática utilizada no dia-a-dia das sociedades e estruturante, ainda que de maneira implícita, dos seus modos de vida, visões de mundo, orientação da acção e desenvolvimento económico. No caso das sociedades ocidentais, a forma de organizar e pensar o tempo e o horizonte temporal futuro depende do grau de penetração cultural do quadro cultural temporal mecânico e abstracto, manifesto na organização científica do trabalho e na valorização da ideia de progresso, respectivamente. Portanto, a antecipação, a conquista e a acção em relação ao futuro, traduzidas na capacidade de aceitar e gerir o longo prazo, são critérios utilizados para distinguir culturas e os graus de desenvolvimento entre sociedades. Sob estas premissas, pretende-se equacionar a questões seguintes: Considerando os processos de globalização e alteração dos paradigmas práticos de mobilidade espaço-temporal, assim como a crescente similaridades nos modelos de vida e de governação do tempo, propostos por directivas europeias, será que ainda é pertinente considerar a diversidade de conceitos de modos de acção sobre o horizonte temporal futuro, fazendo depender esta dos contextos culturais? Até que ponto podemos classificar os contextos culturais, conforme os seus modos de acção sobre o tempo? Haverá lugar para a classificação dos contextos culturais de acordo com os seus modelos de governação/gestão do tempo/ futuro? A base empírica do estudo é constituída pela análise de conteúdo de entrevistas a actores com relevo na acção política das organizações e de documentos oficiais nos quais se retratam planos de acção de relevância política para a sociedade.

Título: O movimento imigratório de famílias portuguesas para o Brasil (1945-1974) na perspectiva dos imigrantes: estudo identidade e memória

Autor Maria Manuela A. Maia

Resumo Este estudo enfoca a problemática de famílias portuguesas que emigraram para no Rio de Janeiro entre 1945 e 1974, no que diz respeito as suas estratégias para lidar com a identidade dentro das múltiplas conseqüências do processo desterritorialização/reterritorialização geradas pelo binómio emigração/imigração. Estas estratégias configuraram-se em tentativas de integração à sociedade de acolhida, mas, o desenraizamento transformou a percepção que os atores fazem de si mesmos e dos outros e, por conseguinte influenciou suas formas de ver o mundo. Os imigrantes tentam re-significar os seus valores a partir da unidade familiar, do trabalho e da religião, vistos como recursos materiais, culturais e simbólicos capazes de atender aos objetivos de se integrar e permanecer no local de acolhimento.

Título: Juventude e vivência do tempo no momento actual

Autor Maria Helena Oliva Augusto

Resumo As alterações em curso na vida social contemporânea, que começaram a ser percebidas na segunda metade do século passado, mas se evidenciaram com mais força nos últimos 30 anos, manifestam-se tanto no nível mais global, em termos políticos, económicos e tecnológicos, quanto no campo da família e da relação entre os sexos, no campo do trabalho e das relações profissionais, nos campos da religião e da política, nas relações com as instituições (Cf. Dubar, 2005). Assim, alteram-se os processos de conformação dos indivíduos e das suas relações – as maneiras pelas quais são socializados e internalizam as diretrizes do seu “estar no mundo” – o próprio modo como são produzidos já não é o mesmo. Nesse processo, as maneiras de perceber e vivenciar as dimensões e os ritmos temporais também sofrem modificações e, como não podia deixar de ocorrer, na medida em que os novos significados atribuídos ao passado, presente e futuro interferem nas formas de viver, fazer e dar significado ao mundo e à vida, essa constatação tem gerado um conjunto bastante amplo de discussões teóricas e pesquisas empíricas, buscando captar os processos envolvidos e apreender o sentido que assumem. A auto-percepção individual, as concepções elaboradas a respeito das aberturas e fechamentos que essa dinâmica envolve, as concepções sobre o(s) outro(s) que a compartilham e as relações mantidas com eles pode ser uma via de acesso eficiente para o conhecimento do (novo) contexto de sociabilidade em ação. Nessa medida, parece importante averiguar como ele repercute sobre jovens em processo de formação, que o vivem e sofrem mais intensamente. Assim, aquilo que é novo – e o que se mantém - no contexto familiar; as oportunidades que emergem e o desaparecimento de outras no mundo do trabalho; a ênfase diferenciada no presente ou no futuro: são todas questões que interferem no modo de configuração das novas gerações.

Esse é o quadro de interesse da comunicação proposta, que pretende examinar de que modo jovens brasileiros contemporâneos vivenciam o tempo, tentando averiguar se as diferenças de inserção social, de vínculos familiares e de família(s) de pertença existentes entre eles, conjugadas com o processo de socialização que sofreram (sofrem), conduzem a diversidades significativas quanto à percepção que desenvolvem sobre o presente e as expectativas construídas em relação ao futuro. Serão examinadas entrevistas com jovens, procurando pela presença de elementos relativos às questões aqui levantadas.

Título: O Tempo em "Um Filme Falado"

Autor José Carlos Bruni

Resumo A apresentação consiste num exercício de interpretação do filme "Um Filme Falado", do cineasta português Manoel de Oliveira, visando destacar aspectos relevantes para a caracterização da temporalidade contemporânea. Narrativa de uma viagem em transatlântico pelo Mediterrâneo em direção à Índia, o filme coloca em cena três personagens centrais: 1) uma professora de história que resgata a dimensão do passado como fundamento da cultura e civilização ocidentais; 2) sua filha que, como criança, aponta para a dimensão do futuro enquanto possibilidade de novas realizações e 3) uma personagem coletiva, as quatro passageiras do navio que representam as possibilidades atuais de entendimento e diálogo, apesar das diferenças de línguas maternas e trajetórias de vida. É notável que o filme não caminha para um clímax, mas termina abruptamente pela explosão do navio, em que morrem apenas mãe e filha. Assim, talvez se possa dizer que, pela destruição violenta das dimensões temporais do passado e do futuro, vivemos o presente como terror, pois que convivemos com a absoluta impossibilidade de simbolizá-lo ou de dar-lhe um sentido. O gênio de Manoel de Oliveira nos remete ao fundo desta sensação de dilaceramento do mundo.

Título: Histórias de vida e descontinuidade temporal

Autor Ricardo Gouveia

Resumo Esta comunicação tem como objectivo mostrar as tendências de evolução do uso de histórias de vida na pesquisa sociológica. Os processos de transformação sócio-culturais têm sugerido um significativo aumento do número de investigações assente no método biográfico e, muito em particular, na utilização de histórias biográficas. Com o intuito de perceber a extensão e a efectividade deste aumento, assim como a sua orientação temática, realizámos uma pesquisa na base electrónica da editora SAGE publications cruzando as palavras "sociology" e "life history", no período compreendido entre 1 de Janeiro de 2000 até 31 de Dezembro de 2007, resultando um total de 717 artigos. Após a leitura e análise de 500 resumos disponíveis online, constatamos que apesar de mencionarem a expressão "histórias de vida", como indicativa do próprio conteúdo, não é relativa a pesquisas que tenham envolvido a utilização das histórias de vida, nem tão-pouco o método biográfico. Todavia, da análise dos resumos de artigos que retractam mais explicitamente a utilização das histórias de vida sobressaem duas tendências que consideramos pertinentes para entender a própria legitimação "científica" do método biográfico: por um lado, a propensão para as histórias de vida serem usadas no estudo de objectos que envolvem problemáticas sociais que recolhem um debate social e político intenso, como as relações sociais de género e experiências no feminino, por outro, e em concomitância, a sua circunscrição ao estudo de grupos que, em menor ou maior grau, partilham de uma posição social com menor poder de intervenção social, como certas "minorias" e "sub-culturas".

As Reformas na Saúde Mental: as Experiências Portuguesa e Brasileira

Este grupo de trabalho pretende discutir as reformas actualmente em curso nos sistemas de saúde de Portugal e Brasil (e eventualmente de outros países se outros/as investigadores/as forem integrados/as no grupo), debruçando-se sobre o processo de desinstitucionalização dos doentes mentais e as alternativas aos seus cuidados. Pretende-se discutir quer os modelos de políticas públicas neste domínio, quer as respostas ao nível da comunidade, das redes sociais e da família. Os/as investigadores/as participantes partem de pesquisas empíricas realizadas nos respectivos países para, por um lado, reflectir sobre os modelos de desinstitucionalização em curso e os seus impactos e, por outro lado, discutir possibilidades de construção de agendas de pesquisa comparada entre realidades sociais diversas.

Coordenadores: Breno Fontes (NUCEM/ UFPE), Sílvia Portugal (CES/ FEUC)

Participantes: Eliane da Fonte (NUCEM/ UFPE), Paulo Tavares (NUCEM), Cláudia Nogueira (CES), José Morgado Pereira (Hospital Sobral Cid), Maria José Hespanha (Ministério da Saúde/ CES), Pedro Hespanha (CES/ FEUC), Mónica Lima de Jesus (UFBA), Sílvia Souza (UFBA), Mónica Nunes (UFBA), Vânia Alves (UFBA), Victória Ottoni (UFBA), Vlândia Jucá (UFBA), Maurice Torrente (UFBA), José Rogério Lopes (UNISINOS)

Sessão 1

Moderadora: Sílvia Portugal

Título: Desinstitucionalização psiquiátrica, história e concepções

Autor José Morgado Pereira

Resumo O autor procura traçar a génese histórica do movimento de Desinstitucionalização tal como ocorreu no Ocidente, com destaque para alguns países da Europa Ocidental. Neste movimento convergiram aspectos ideológicos, profissionais, cívicos, políticos e económicos que são analisados. Também são influentes o aparecimento dos códigos dos direitos dos doentes e por outro lado o aparecimento dos psicofármacos e o êxito de programas terapêuticos mais activos.

São enunciados também alguns princípios básicos a que deve obedecer uma rede de serviços para dar resposta ao conjunto de cuidados integrais de uma assistência psiquiátrica moderna tais como serviços psiquiátricos adequados e acessíveis, serviços de reabilitação, hospital de dia, recursos comunitários habitacionais, unidades de crise, a garantia da continuidade de cuidados, etc.

As dificuldades e distorções que numa reforma podem surgir são também analisadas brevemente, com destaque para a situação portuguesa, onde coexistem alguns progressos com inúmeras lacunas e escassez de respostas.

Título: Dos pavilhões às ruas: a âncora territorial da reforma psiquiátrica no Brasil

Autor Breno Augusto Souto Maior Fontes

Resumo Em 2001 é sancionada a Lei n. 10.216, que institui uma série de procedimentos a serem obedecidos quando da atenção à saúde mental Referido instrumento legal – seguido por uma série de outros, que instituem o marco regulatório da política de saúde mental no Brasil - é resultado de uma ampla mobilização de instituições diversas como profissionais de saúde, associações civis de portadores de transtorno mental, de familiares, ONGs de promoção de direitos civis, entre

outras. A principal bandeira de luta deste movimento diz respeito ao tratamento desumano dado aos portadores de transtorno mental, ao modelo asilar, tido por ineficaz e inclusive agravante das condições de vida das pessoas lá instaladas. Apoiados em ampla literatura acadêmica, a luta contra a “morte social” denunciada por Goffman tem por objetivo retirar os residentes dos asilos e devolvê-los ao convívio da sociedade, procedendo a uma terapêutica que se ancora em uma abordagem interdisciplinar com, participação direta e intensa da sociedade civil.

Dos pavilhões às ruas: o fato mais significativo deste novo marco regulatório é o reconhecimento de que o transtorno mental deve ser enfrentado com o apoio substancial das redes de sociabilidade existentes no cotidiano das pessoas em tratamento: familiares, vizinhos, associações, trabalho, igreja... Que, diante do fato de que o sofrimento psíquico tem por consequência o empobrecimento destes laços de sociabilidade, o esforço terapêutico também deve se concentrar na âncora territorial – base fundamental do tecido social - coordenando os esforços da prática terapêutica em cooperação direta com os familiares, com associações civis e comunitárias.

Os hospitais psiquiátricos são desativados, e os antigos residentes são devolvidos os seus familiares (quando os encontram), ou são alojados em residências terapêuticas sob supervisão direta dos profissionais da saúde mental. São instituídos os CAPS (Centros de Atenção Psicossocial), onde se desenvolvem procedimentos terapêuticos animados por uma equipe multidisciplinar (psiquiatras, psicólogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, entre outros) e criados leitos psiquiátricos em hospitais gerais, para aqueles que necessitam de internamento, que devem ser curtos.

A partir de uma pesquisa empírica com usuários de CAPS de três cidades brasileiras (Recife-PE, Fortaleza-CE e São Leopoldo-RS) tentamos analisar este modelo de atenção à saúde mental, centrando-se objetivamente nas seguintes questões: há efetivamente uma ação concertada entre os cuidados profissionais e as redes de sociabilidade? Como os usuários e seus familiares avaliam esta nova prática terapêutica?

Título: A desinstitucionalização dos doentes mentais e as alternativas aos seus cuidados: modelos de políticas públicas

Autor Pedro Hespanha

Resumo O processo de desinstitucionalização dos doentes mentais tem conhecido inúmeros obstáculos e adiamentos mas parece finalmente estar a arrancar, tanto em Portugal como no Brasil. A comunicação pretende contribuir para uma análise comparativa dos processos de reforma psiquiátrica nos dois países, identificando as resistências e os obstáculos, mas também os factores de progresso, as conjunturas políticas e os meios mobilizados, para se fixar nos modelos de cuidados que estão a ser criados num lado e noutro.

Título: De volta para casa: a qualidade de vida e inserção social de usuários de Serviços de Atenção Psicossocial (CAPS)

Autor Eliane Maria Monteiro da Fonte

Resumo O interesse na qualidade de vida nos cuidados com a saúde mental tem sido estimulado pela desinstitucionalização de pacientes psiquiátricos, como também pelo interesse em se entender como os novos modelos de atenção e cuidado aos portadores de transtornos mentais têm impactado no conjunto de suas vidas diárias. Os serviços substitutivos que têm surgido no Brasil são atualmente regulamentados no âmbito federal, pela Portaria nº 336/2002, que reconhece os Centros de Apoio Psicossocial (CAPS) como os mais representativos destes serviços. Os CAPS têm como um de seus pilares básicos a responsabilização pelos usuários atendidos de forma que estes se tornem capazes de estabelecer laços sociais enfraquecidos por longos anos de hospitalização, ao mesmo tempo em que deve funcionar como um local de referência. Consideramos que qualquer tentativa de avaliação dos novos serviços deva ser capaz de refletir sobre os resultados práticos de sua ação e incluir na análise conceitos importantes na sua operacionalização, tais como autonomia, qualidade de vida e inserção social do portador de transtorno mental.

A partir da análise dos resultados de um estudo empírico, realizado com amostras de portadores de transtorno mental, cadastrados como usuários de Centros de Atenção Psicossocial localizados em três cidades brasileiras (Recife-PE, Fortaleza-CE e São Leopoldo-RS), buscamos responder as seguintes questões: Qual a percepção dos usuários com relação aos efeitos do tratamento e das medicações utilizadas e o seu grau de satisfação com os serviços oferecidos pelos CAPS? Como estes avaliam sua saúde e qualidade de vida? Qual o grau de satisfação pessoal que apresentam em diferentes domínios de suas vidas cotidianas (domínio físico, psicológico, social e o ambiente em que vive)? Como se dá a inserção destes usuários na família e comunidade? Como questões relacionadas à autonomia e estigma tem sido enfrentadas no emprego, trabalho e outras atividades cotidianas?

O objetivo desta análise é contribuir para a avaliação dos resultados do processo de reforma psiquiátrica em curso no Brasil e a eficácia de sua intervenção através dos efeitos dos serviços de saúde mental em seus usuários, utilizando como um dos parâmetros desta análise o ponto de vista da população-alvo.

Sessão 2

Moderador: Breno Fontes

Título: Experiências da Reforma na Saúde Mental no Brasil

Autor Paulo José Tavares de Lima

Resumo A comunicação faz uma avaliação do processo da reforma psiquiátrica no Brasil.

Inicialmente relatando aspectos históricos de como era feita a assistência aos portadores de transtorno mental, descreve as características da rede desde o final do século XIX e do crescimento acelerado do número de hospitais psiquiátricos a partir dos anos sessenta e os reflexos na qualidade da assistência. Discute também o contexto que justificou o atraso na implantação das experiências inovadoras em psiquiatria.

Em um segundo momento tece considerações sobre a reforma propriamente dita e a progressiva e lenta implantação dos serviços substitutivos ao modelo hospitalocêntrico. Vale ressaltar, dentre inúmeros aspectos, as características que dotam de grande heterogeneidade ao processo brasileiro devido a sua vasta extensão territorial e conseqüente diversidade cultural, social e étnica. Fornece alguns dados sobre a distribuição da rede e das leis.

Ao final, o autor avalia a situação atual, naqueles principais aspectos, dos quais se espera que a reforma pudesse produzir:

- O desmantelamento da grande rede hospitalar com o fechamento progressivo dos hospitais psiquiátricos;

- A progressiva substituição dos asilos pelos CAPS (centros de atenção psicossocial);
- O reflexo desta substituição na qualidade da assistência em saúde mental, na reabilitação psicossocial e na (re)inserção social;
- As esperadas modificações nas representações sociais sobre a loucura nas comunidades.

Título: Articulando experiências, produzindo sujeitos e incluindo cidadãos: um estudo sobre as novas formas de cuidado em saúde mental na Bahia e em Sergipe, Brasil

Autor Maurice Torrente, Mônica Nunes, Sílvia Souza, Vânia Alves, Vitória Ottoni, Vlândia Jucá

Resumo No Brasil, a partir dos anos oitenta, com o desenvolvimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira, sobretudo após as conferências Nacionais de Saúde Mental (1987, 1992, 2001) e da Declaração de Caracas (1992), onde o Brasil foi um dos países signatários; portarias ministeriais do Sistema Único de Saúde; leis estaduais e municipais que culminam com a Lei Federal 10.216 de 2001; estamos assistindo uma redução de leitos psiquiátricos e simultânea implantação de serviços substitutivos tipo Centros de Atenção Psicossocial - CAPS, dispositivos estratégicos de cuidados comunitários de saúde mental, preferencialmente, voltados para a clientela com transtornos mentais severos e persistentes (leia-se esquizofrênicos, transtornos afetivos bipolares, autistas, portadores de outras psicoses, neuroses graves, uso abusivo de substâncias psicoativas), formando redes territoriais em seu entorno distribuídos em todo o país. O grupo de pesquisa do Núcleo Interdisciplinar em Saúde Mental (NISAM/ISC/UFBA), coordenado por Mônica de Oliveira Nunes desenvolve, desde 2006, com o financiamento do CNPQ, a pesquisa "Articulando experiências, produzindo sujeitos e incluindo cidadãos: um estudo sobre as novas formas de cuidado em saúde mental na Bahia e em Sergipe, Brasil". Esta investigação tem como objetivos principais: 1) avaliar o sistema de atenção à Saúde Mental nos estados da Bahia e Sergipe tomando como referência os CAPS, nas suas multidimensões que refletem valores dos usuários, das famílias, dos profissionais e dos gestores; 2) compreender quais são e como funcionam os recursos produzidos nos CAPS para articular experiências, produzir subjetividades e incluir os sujeitos na rede social. Foram investigados treze CAPS, nove na Bahia e quatro em Sergipe. Utilizamos um desenho de pesquisa que conjuga as perspectivas etnográfica e etnoepidemiológica, investindo potencialmente em estratégias de coleta e de análise de dados que a qualificam como uma pesquisa avaliativa, etnográfica e participativa.

Título: Cuidados Continuados para Doentes Mentais

Autor Maria José Ferros Hespanha

Resumo Com base na experiência de 2 anos de evolução da Rede Nacional dos Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) e numa altura em que se projecta a sua extensão aos doentes que sofrem de perturbação mental, discute-se a especificidade destes últimos Cuidados e procede-se à comparação com outros países onde estes cuidados estão a ser desenvolvidos há mais tempo.

Título: Do hospital para onde?: respostas societais para a desinstitucionalização da doença mental

Autor Cláudia Nogueira, Sílvia Portugal

Resumo Durante a década de 60, o modelo de cuidados de saúde mental baseado no internamento em instituições de tipo asilar, então dominante, é fortemente contestado a favor de um modelo de cuidados integrados na própria comunidade. Em Portugal, não se assiste, como em outros países europeus, a um aceso debate em torno desta transição de paradigma, no entanto desde muito cedo (1963) a legislação começa a reflectir essa mudança. Sucessivos actos legislativos preconizam que a prestação de cuidados seja promovida prioritariamente ao nível da comunidade e que os serviços locais constituam a base do sistema nacional de saúde mental.

A prática, no entanto, não tem acompanhado a legislação. Por um lado, a prestação de cuidados continua centrada nos hospitais e são ainda muito escassas as respostas existentes na comunidade. Por outro lado, a responsabilidade pela construção de alternativas não tem cabido ao Estado, mas sim a entidades do chamado terceiro sector, sobretudo Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e Associações constituídas por profissionais da saúde mental, doentes e familiares.

Apesar do inequívoco contributo destas organizações para a desinstitucionalização das pessoas com doença mental, a verdade é que só muito parcialmente estas conseguem responder às necessidades dos doentes e das suas famílias. As dificuldades de financiamento, a excessiva dependência do trabalho voluntário e dos Acordos de Cooperação com o Estado constituem obstáculos à sua efectiva intervenção.

Com base num conjunto de entrevistas a membros de Associações e de IPSS'S, a presente comunicação analisa as potencialidades e os constrangimentos das organizações prestadoras de cuidados às pessoas com doença mental. Através desta análise procura-se abrir espaço para uma reflexão sobre o lugar que ocupam ou poderão vir a ocupar no processo de desinstitucionalização em curso.

Título: Análises CAPScias da política de saúde mental no Brasil

Autor José Rogério Lopes

Resumo A comunicação apresenta análises parciais de uma pesquisa com usuários dos Centros de Atenção Psicossocial, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Os CAPS são dispositivos institucionais da política pública de Saúde Mental, implementados após a Reforma Psiquiátrica realizada em finais da década de 1980, no Brasil. A pesquisa realizada com cem usuários de dois CAPS do estado e vinte de seus cuidadores (familiares responsáveis pelo acompanhamento dos mesmos) possibilita analisar algumas mudanças ocorridas com a desinstitucionalização do atendimento aos portadores de sofrimento psíquico. A ênfase dessa comunicação centra-se na tutela operada pelas famílias sobre os usuários dos CAPS, sugerindo que elas assumem a produção de "tendências absorventes" (na acepção de Erving Goffman) que caracterizava a inserção daqueles nas antigas instituições de tratamento clínico, e que essa tutela se efetiva pela ausência de redes de apoio secundárias e nos próprios serviços públicos.

Civilização: entre dois mundos

O grupo pretende discutir o binômio ocidente / oriente a partir da chave teórica civilização, sob perspectivas que abrangem desde manifestações artísticas, como o cinema e a literatura, até as de fundo social e histórico mais amplo, como aquelas relacionadas ao modo como o ocidente representou e tem representado o oriente.

Nesse sentido, pretende-se, inicialmente, fazer uma reflexão a respeito do conceito de civilização, tal qual utilizado no mundo ocidental, por meio de duas fontes teóricas clássicas, a de Freud, na psicanálise, e a de Elias, na Sociologia, desenvolvidas, respectivamente, nas obras *O mal-estar na civilização* e *O processo civilizador* (V. I e V. II). Será discutido, também, do ponto de vista da antropologia, o "retorno" do conceito de civilização como um instrumento teórico estratégico para a reflexão acerca da alteridade, particularmente no contexto contemporâneo em que o lugar da "diferença" precisa ser recolocado em função dos processos de globalização e de acirramento das trocas interculturais. A partir dessas duas chaves, será problematizado o debate em torno do discurso do Ocidente sobre o Oriente, por meio da análise de uma gama de autores em campos diversos: filosofia, literatura, sociologia, história. A tese central, que será abordada principalmente a partir de Edward Said, aponta para o caráter de invenção do Oriente pelo Ocidente - este também uma criação que se efetiva a partir da contraposição ao Oriente. O tema tornou-se referência a partir de 2001, com o atentado às Torres Gêmeas e a difusão da tese do "choque de civilizações", inicialmente formulada por Bernard Lewis, em 1990 e posteriormente desenvolvida por Samuel P. Huntington.

Buscando um debate multidisciplinar acerca dessas questões, o grupo será composto por antropólogos, cientistas políticos, historiadores e sociólogos, que abordarão tanto os aspectos teóricos quanto as diversas perspectivas materiais presentes em diferentes tempos e espaços, ultrapassando as fronteiras dos campos específicos de conhecimento. Desta maneira, o lugar entre dois mundos perderá a dimensão de um simples binômio, para ganhar a complexidade necessária a fim de enfrentar os problemas levantados pelo encontro de civilizações.

Coordenadores: Mauro Luiz Rovai (UNIFESP), Maria Fernanda Lombardi Fernandes (UNIFESP), Yolanda Espiña (Escola das Artes, Universidade Católica Portuguesa, Porto)

Participantes: Andréa Claudia Miguel Marques Barbosa (UNIFESP), Carolin Overhoff Ferreira (USP), Enio Passiani (USP – FACAMP), Fernando Antonio Pinheiro Filho (USP), Gabriela Nunes Ferreira (UNIFESP), Luis Filipe Silvério Lima (UNIFESP), Marcos Pereira Rufino (UNIFESP), Rita de Cássia Souza Paiva (UNIFESP), Tatiana Savoia Landini (UNIFESP)

Diferença, Justiça e Direitos Humanos

Resumo 1: Actualmente assiste-se a uma estruturação da diferenciação social em torno de três eixos principais: de classe, de género e de etnia/cultura que, longe de se constituírem num triângulo equilátero, se posicionam socialmente em função dos diversos contextos locais mediados e reconfigurados por contextos globais e por processos estrutural e agencialmente configurados. Partindo da assunção de que a estruturação da diferenciação social acima referida assume faces e ângulos diversificados e mutáveis em função das posições sociais assumidas e percebidas nos diferentes contextos de interacção (escolares, espaços públicos de sociabilidade, etc.) pelos diferentes actores sociais, o presente grupo de trabalho problematiza concepções e práticas de Justiça e de Direitos Humanos associadas às percepções estruturais e conjunturais das diferenças de classe, de género e de etnia/cultura, a partir das quais as desigualdades se acentuam, reconfiguram e/ou se no(mu)tabilizam.

Coordenadores: Carlos Estêvão (UM), Maria José Casa-Nova (UM)

Participantes: Alice Botler (Univ. Federal de Pernambuco, Brasil), Eugénio Silva (IEP-UMinho), Maria de Nazaré Zenaide (Univ. Federal da Paraíba, Brasil)

Título: Concepções e práticas de Justiça: abordagens multiculturais

Autor Alice Botler

Resumo Propomo-nos a analisar algumas referências práticas à justiça numa abordagem da gestão escolar democrática que admite as diferenças sociais e culturais como determinantes das respectivas concepções de justiça nas escolas. Assim, trazemos aspectos da literatura que aborda o tema, bem como alguns resultados de pesquisa qualitativa que desenvolvemos, numa primeira etapa comparando as escolas brasileiras pública e privada e, numa segunda etapa, as escolas portuguesa e brasileira. O estudo nos conduziu a compreender que a organização escolar mobiliza diferentes princípios de justiça quando observamos os respectivos determinantes sócio-económico-culturais, refletindo as diferenças sociais, bem como os determinantes político-educacionais de conotação democratizante, refletindo processos globalmente configurados. Dentre os resultados, chamou-nos a atenção como a democracia representativa instituída tem lugar nestes espaços, mas seu cumprimento ora é crítico consciente, ora burocrático-formal, espelhando seus respectivos contextos; estes, no entanto, contrariaram algumas suposições cogitadas, a exemplo da suposta valorização de uma perspectiva mercantilista da justiça na escola privada ou de uma perspectiva da justiça universalista na escola pública e apresentaram concepções de justiça dissonantes com seus respectivos perfis organizacionais.

Título: Educação para os direitos humanos em Portugal. Apontamentos de uma pesquisa

Autor Carlos V. Estêvão

Resumo Pretende-se com esta comunicação, salientar alguns aspectos relacionados com a temática da educação para os direitos humanos em Portugal, com incidência particular no domínio da educação formal. Para tal, num primeiro momento, caracterizar-se-á a realidade sociocultural e política de Portugal para desocultar desafios, tensões e ambiguidades, integrando ainda dimensões normativas emanadas pelo Ministério da Educação.

Num segundo momento, a atenção incidirá, tendo presente o período de 2000 a 2008, quer sobre publicações subordinadas mais ou menos directamente ao tópico da educação para os direitos humanos, quer sobre alguns eventos de natureza

científica, quer, finalmente, sobre projectos de investigação e de formação a que possível aceder durante o ano de 2008, através nomeadamente de *sites* institucionais.

Esta comunicação pretende, ainda, lançar um olhar crítico sobre iniciativas, celebrações, experiências, práticas educativas formais e não formais ocorridas nas escolas, assim como sobre unidades curriculares constantes dos currículos oficiais das instituições de ensino nacionais (mas não exclusivamente), na mira de evidenciar preocupações académicas, formativas e de intervenção comunitária dessas instituições em prol do fomento dos direitos.

O nosso objectivo, com esta comunicação, não será de cartografar exaustivamente tudo o que se fez, escreveu ou comemorou a propósito dos direitos humanos em Portugal, mas contribuir para uma reflexão organizada de um tópico relevante dos direitos humanos, destacando linhas de fractura ou de continuidade na reflexão nacional sobre EDH, não deixando de sinalizar, também, outras oportunidades que se abrem neste domínio à sociedade portuguesa.

Título: A percepção da diferença e os processos de interacção: reflexões críticas a partir de uma investigação com ciganos portugueses

Autor Maria José Casa-Nova

Resumo os ciganos portugueses têm sido secularmente marginalizados pela sociedade global que manifestamente continua a percepcioná-los como *estranhos-próximos* que se pretende manter socialmente distantes, a partir de um imaginário social inscrito numa memória cultural que encontra no desconhecimento mútuo a forma mais eficaz da sua perpetuação.

Fazendo parte da sociedade portuguesa e sendo portugueses perante a Lei, os ciganos portugueses percepcionam-se como grupo socio-cultural minoritário culturalmente diferenciado (também porque hetero-percepcionados como tal) cuja defesa face ao 'Outro' maioritário (em termos culturais, numéricos e de poder) passa pela construção activa de estratégias de sobrevivência enquanto grupo, onde se inclui a não fragilização do grupo alargado através da manutenção de todos os seus membros no endogrupo, conseguida através da endogamia e da realização de trabalho por conta própria

A cultura do grupo de pertença, incorporada nos processos de socialização primária, no grupo familiar e na comunidade, constitui-se numa dimensão fundamental da (in)inteligibilidade da diferença. Com efeito, a cultura, enquanto elemento unificador do grupo pela inteligibilidade da produção discursiva com origem num mesmo sistema classificador, é, ao mesmo tempo, um elemento de diferenciação face a outro grupo cultural, a outro sistema classificador de representação e percepção do mundo. Sendo ao mesmo tempo um elemento unificador (para dentro) e diferenciador (para fora), a cultura constitui-se actualmente no elemento mais marcante na relação entre diferentes. E se a 'cultura de superfície' (a música, a gastronomia, o vestuário) é um elemento identificador e diferenciador face ao 'Outro', é no entanto a 'cultura profunda' (o sistema de valores, as regras de conduta, os sistemas classificadores e ordenadores do mundo), que origina critérios de classificação e lógicas de distinção e se constitui na diferença que 'incomoda' ou na diferença que se 'aceita', o que significa que, mesmo quando o aspecto exterior não é denunciador de uma diferença, é a cultura profunda que se constitui nesse elemento diferenciador-denunciador na base do qual se constrói o que Wieviorka (1995[1992]) designou de "racismo diferencialista" que, olhando o 'Outro' como culturalmente diferente, o segrega na sua diferença considerada inconciliável, afastando-o dos espaços privados e públicos de sociabilidade.

A presente comunicação pretende reflectir sobre os processos sociais de construção da diferença e da manutenção de fronteiras culturais que, dando continuidade a essa diferença, ajudam a perpetuar percepções negativas hierarquizadoras da mesma e a alimentar o imaginário social inscrito numa memória cultural.

Título: Educação, cidadania e género em Angola: um olhar à luz dos direitos humanos, dos ODM e das tradições culturais angolanas

Autor Eugénio Silva

Resumo A educação está consagrada como direito no artigo 26º da Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição da República de Angola. Constitui, portanto, direito inalienável de todos os indivíduos, como condição para a sua construção como cidadãos. No entanto, por várias razões, existem em Angola crianças em idade escolar fora do sistema educativo e regista-se alguma disparidade na frequência escolar do ensino primário entre rapazes e raparigas. Se as carências económicas das famílias num país de grandes disparidades sociais e a escassez de escolas em algumas zonas rurais (em resultado de uma longa guerra destrutiva) podem constituir razão para que muitas crianças não frequentem a escola, as razões culturais podem, também, estar na base das limitações da frequência à escola pela meninas, colocando-as em situação de desigualdade.

No contexto das políticas educativas angolanas, preconiza-se o acesso igual à educação e à frequência da escola de modo a que todos tenham iguais oportunidades de se formarem como cidadãos e se assumirem como participantes no processo de reconstrução do país. Nessa base, o governo tem desenvolvido esforços para propiciar a todos os indivíduos as condições de fruição, em igualdade de circunstâncias, de um sistema educativo abrangente e inclusivo. Mas, tais esforços podem esbarrar em obstáculos económicos (carências) e culturais (valores e práticas) das famílias em função dos quais muitas crianças deixam de ir à escola, em particular as meninas.

Com esta comunicação pretende-se apresentar e confrontar várias racionalidades sociais e culturais subjacentes aos discursos e práticas das famílias que, associados aos contextos rural e urbano, ora impedem ora estimulam a escolarização das raparigas. Na verdade, os valores culturais mais tradicionais relativamente ao papel social da mulher (visíveis em contextos rurais) consubstanciam processos de afastamento e secundarização das mulheres pelo que, nessa base, muitas raparigas ou não vão ou abandonam a escola mais cedo que os rapazes. Em contrapartida, nos meios urbanos, onde os valores culturais assumem a igualdade de género, as famílias estimulam a frequência da escola pelas meninas, como forma de ascensão social e promoção da sua emancipação social.

Nestes termos, depreende-se que o sucesso da concretização de políticas educativas fundadas na igualdade de género (visando a promoção social e empoderamento da mulher) se articula à activação de mecanismos e processos de natureza económica (concessão de subsídios a famílias carenciadas) e educativo-cultural (acção educativa dos agentes comunitários) visando a tomada de consciência para o papel da educação na vida social, no que se refere à cidadania. É neste contexto que fazem sentido o objectivo 2 (meta 3) e o objectivo 3 (meta 4) dos ODM em relação aos quais os estados/governos assumiram o compromisso da sua concretização até 2015.

Título: Da Igualdade e das Diferenças: Desafios e Limites da Cidadania Democrática no Brasil Contemporâneo

Autor Maria de Nazaré Tavares Zenaide

Resumo No Brasil, conseguimos chegar há mais de 20 anos de regime democrático sem interrupções de golpes contra a soberania popular. Se conquistamos um conjunto de medidas de proteção de direitos, continuamos a enfrentar grandes desafios no que trata das políticas de promoção da igualdade e inclusão social. Nos recentes anos de ditadura militar ousamos focar as lutas sociais no enfrentamento do arbítrio e da violência do Estado e das desigualdades sociais, entretanto, no regime democrático continuamos a confrontar índices de violência com graves índices sociais e econômicos que apontam para o agravamento de processos de exclusão social e acirramento da violência. O fosso gerado em todo o processo histórico, da colonização à república, alimentou desigualdades sociais e modos de vida fundados na violência estrutural e cultural. O presente trabalho se propõe a problematizar a importância da relação entre a afirmação de direitos como requisito da democracia e a luta pela cidadania coletiva, especialmente pelo direito à diferença no Espaço Escolar e Comunitário. No Brasil contemporâneo, nas duas gestões do Governo Lula observa-se mecanismos de ampliação da cidadania política no que trata da participação social na formulação das políticas públicas. Entretanto, no que trata do direito à diversidade, defrontamo-nos com resistências culturais e políticas no reconhecimento de grupos historicamente excluídos no acesso às políticas de promoção da igualdade e inclusão social. Para concretizar a questão proposta propomos abordar a relação entre os avanços e as formas de resistências enfrentadas nas políticas de promoção da igualdade racial e de gênero, de orientação sexual e de educação em direitos humanos. Se a diminuição da pobreza é uma exigência ética e política da democracia o respeito aos direitos humanos ainda não foi incorporado no sistema de ensino como princípio democrático. O quadro atual demonstra o embate entre a aceitação da afirmação da igualdade no plano legal com as resistências em relação ao reconhecimento das diversidades na construção da igualdade formal e substantiva. No Brasil contemporâneo continuamos encurralados entre a hegemonia da cidadania individual e o esforço em avançar na conquista da cidadania coletiva e nesta, dos grupos socialmente vulneráveis. Nesse embate encontra-se marcada a luta pelo reconhecimento da diversidade em todos os níveis, culturais, econômicos e políticos como eixos na construção da cidadania democrática.

Resumo 2: Reflexão e debate em torno das pesquisas que vêm sendo realizadas pelos vários componentes do grupo de trabalho em seus respectivos países e que têm como eixo os Direitos Humanos e os desafios em torno da temática.

Coordenadores: Gilsilene Francischetto (Vitória - Brasil), Bruna Lyra Duque (Vitória - Brasil)

Participantes: Octávio Van Dunem (UAN), Luciane Lucas dos Santos (UERJ), Daury César Fabríz (UFederal do Espírito Santo), Silvana Beline (Universidade de Coimbra), José Querino Tavares Neto (Universidade Federal de Goiás)

Título:

Autor Bruna Lyra Duque

Resumo A presente comunicação investigará a mediação sob a abordagem dos direitos humanos. Analisaremos, para isso, os anseios sociais, econômicos e jurídicos que exigem a implementação de novas formas de soluções de controvérsias no contexto brasileiro, e, em especial, abordaremos dados levantados na pesquisa desenvolvida na cidade de Vitória – Estado do Espírito Santo.

Para perquirir a mediação e indicá-la como uma forma viável de resolução de conflitos apresentaremos os caminhos legislativos e práticos a serem percorridos a fim de atingir o acesso à justiça.

Procuramos analisar os seguintes problemas: 1) É possível envolver as faculdades, o governo e as comunidades na promoção do acesso à justiça? 2) Como travar um diálogo entre as referidas instituições? 3) Como promover a informação às comunidades carentes a fim de alertá-las sobre a importância da mediação?

Com o intuito de responder a estas indagações pretendemos nos apropriar de conceitos e interpretações já existentes, principalmente as indicações legislativas e as fontes de pesquisas existentes no Brasil, como é o caso do projeto de lei sobre mediação em trâmite no Congresso Nacional.

Assim, o estudo almeja servir como um subsídio ao município de Vitória para a implementação das ações a serem sugeridas no que se refere à "educação cívica", criação de centro de mediação e envolvimento das instituições de ensino neste processo.

Por fim, pretendemos abordar o acesso à justiça, por via da mediação, como uma forma de se colocar em prática os direitos humanos e a igualdade. Temos, portanto, por escopo teórico apresentar o instituto da mediação como um rumo a ser seguido para a tomada de consciência da crise da administração da justiça. Indicamos a mediação como uma tentativa de revisão de posturas frente à tradição processual brasileira, pois há uma real e urgente necessidade de instrumentalidade e efetividade do processo.

Consideramos que o consenso, através dos meios autocompositivos, introduz práticas que poderão minimizar os problemas enfrentados pelo Estado quanto ao acesso à justiça. Dessa forma, com base no princípio do acesso à justiça como direito fundamental previsto na carta constitucional brasileira, indicaremos a necessidade de criação de mecanismos legislativos, educacionais e sociais sobre o tema.

Adotamos como premissa para a implementação da mediação, a necessidade dos estados e municípios brasileiros se preocuparem mais com a informação das comunidades, a criação de centros de mediação comunitários e o envolvimento das instituições de ensino neste processo.

Título: A extensão emancipatória: uma possibilidade de enfrentamento da crise no ensino jurídico e de efetivação dos direitos fundamentais

Autor Gilsilene Passon P. Francischetto

Resumo Os movimentos de secularização das produções normativas iniciados nos séculos XVII e XVIII acabaram criando um campo aberto para a emergência do positivismo jurídico no século XIX. O Direito deixa de ser visto como fruto da natureza e passa a ser compreendido como uma obra tipicamente humana. Visando afastar as incidências transcendentais

ao campo do Direito, tal corrente de pensamento o reduz à produção dos mecanismos legais em vigor, afastando juízos valorativos e priorizando uma suposta neutralidade e auto-suficiência.

O paradigma jurídico-dogmático não tem conseguido ver que na sociedade circulam várias formas de poder, de direito e conhecimentos que vão muito além dos seus postulados. As faculdades de Direito, que deveriam ser locais de produção e diálogo do conhecimento jurídico, têm estado distantes das preocupações sociais e têm servido, em regra, para a formação de profissionais aptos apenas a uma aplicação técnica da ciência.

Assim, é inevitável salientar que a crise do paradigma jurídico-dogmático está diretamente associada à crise do ensino desenvolvido em grande número das faculdades de direito. Entende-se aqui que é preciso pensar o esgotamento do modelo de ensino praticado em nossos bancos universitários, num contexto maior de como chegamos até aqui, conduzidos pelas mãos da racionalidade moderna. Utilizando este ponto de partida, passar-se-á pela via temática da transição de paradigmas e que buscará suporte, em especial, nas análises perpetradas por Boaventura de Sousa Santos e na construção do pensamento pós-abissal.

A extensão será discutida como uma possibilidade concreta de superação do distanciamento ocasionado pela formação jurídica atual. No entanto, não uma extensão compensatória, onde as atividades desenvolvidas são vias de mão única, em que só se valoriza o conhecimento científico, mas por meio de uma "ecologia de saberes", também a comunidade circundante contribui para a formação dos futuros profissionais do direito.

Título: A crise alimentar no Brasil e sua representação midiática sob a perspectiva dos direitos humanos e políticos

Autor Luciane Lucas dos Santos

Resumo A alimentação traz à superfície importantes processos culturais que comunicam modos de pertencer e se expressar. Deste modo, as questões de fragilidade alimentar e fome não se esgotam na discussão sobre as condições de sobrevivência material. Há aspectos socialmente invisíveis da fome que merecem análise. A começar por uma condição política negada, já que se retira do indivíduo condições mínimas de expressão em um dos atos mais simples e básicos que lhe garantem o sentido de humanidade.

Coletivamente, podemos dizer que a fome narra uma história de uso e produção desigual do espaço, o que implica, se analisarmos as condições atuais de reprodução do capital no Brasil, formas de cerceamento à resistência política quanto aos modelos fundiário e agrário, considerados hegemônicos.

Se, em termos individuais, a fome marca os corpos e constrói neles a resignação, invisibilizando-os politicamente, ela, também, reduz a condição de expressão no coletivo e inscreve no corpo as condições de dominação. Tanto mais quanto as propostas de erradicação do problema passarem pelo argumento da caridade – que muitas vezes ‘engessa’ aquele que tem fome na representação do carente.

Partindo das análises mais recentes de Boaventura de Sousa Santos quanto à relação entre crise alimentar e transformações sofridas na lógica do capital financeiro – que volta a materializar-se a partir de uma “compra silenciosa” das estruturas produtivas do mundo –, buscamos analisar as implicações sociais deste fenômeno na configuração dos direitos humanos, sociais e políticos no que diz respeito à alimentação. Para tanto, analisamos o impacto desta “financeirização” das estruturas de produção alimentar no Brasil na destinação das terras improdutivas para a Reforma Agrária.

Neste âmbito, analisamos, também, o papel da mídia na percepção pública desta arriscada correlação. Procuramos mostrar não só a legitimação silenciosa – porque pouco crítica – que a mídia pode suscitar no cenário de especulação que se consolida na produção e consumo de alimentos, como também apontamos a necessidade emergencial de uma comunicação contra-hegemônica, comprometida com a soberania alimentar.

Título: Humanismo e Direitos Humanos na Pós-modernidade

Autor Daury César Fabríz

Resumo Sabe-se dos aspectos polêmicos que envolvem o termo pós-modernidade. Todavia, em razão dos fatores que vêm caracterizando a nossa época, chega-se à conclusão que realmente a modernidade e seus postulados não conseguem dar respostas para conflitos e modos de vida que hoje se apresentam na realidade. Vive-se num mundo cujo modelo de produção pós-industrial se estabelece a partir da informação, do mundo virtual das imagens e das marcas que nos impõe compulsoriamente uma vida voltada para o hiperconsumo. É notória a revolução tecnológica iniciada ainda no século XX e com grandes transformações sentidas já nessa primeira década do século XXI. Para alguns, não seria propriamente uma sociedade da informação e sim uma sociedade informacional, baseada no aparato tecnológico. Vivencia-se uma sociedade pós-industrial (principalmente nos grandes centros mundiais) calcada nos elementos informacionais. Indaga-se: O que se pretende com as novas tecnologias da informação? Quem são os gestores e beneficiários dessa sociedade informacional? Quais os valores a serem postos e quem os definirá? Qual o lugar do direito à informação na sociedade pós-dogmas. Quais os novos dogmas? Quem decide sobre os novos padrões estéticos? Para responder a essas indagações, faz-se necessário buscar pelo lugar da política na sociedade informacional. As novas estruturas do poder. Vislumbra-se a redução do espírito de cidadania, provocada pela dominação de meios nos países pobres. De cidadãos a usuários. Nesse sentido buscar-se-á compreender as novas estruturas de poder em curso, por mundos interligados por vários canais. Informação, Estética e Democracia na sociedade do século XXI. Aliado a esses fatores, acima descritos, vislumbramos um cenário inusitado, a partir das antropológicas proporcionadas pela engenharia genética, que vem permitindo uma série de manipulações no âmbito da vida. É sim, um mundo novo. Indaga-se: É possível falar-se em humanismo no contexto da pós-modernidade, marcada pelo processo da globalização financeira? A questão dos Direitos Humanos vem sendo colocada como uma das utopias do século XXI. Discute-se a partir das várias visões, sejam elas a multiculturalistas, interculturalistas ou monistas, a importância da dignidade da pessoa humana como base fundante de um novo humanismo, que possa resgatar a humanidade do homem, ou seja, promover o reencontro do homem com sua humanidade. Diante do exposto, busca-se como pretensão de estudo, a percepção dos elementos que possam identificar a construção de um novo humanismo, baseado nos pressupostos dos Direitos Humanos como base instituidora de um mundo melhor, onde homens e mulheres possam viver em respeito.

Título: Direitos Humanos como possibilidade de redefinição da cidadania das mulheres

Autor Silvana Beline

Resumo Partindo do iluminismo a reivindicação de direitos pelas, e para as mulheres, atravessa a modernidade até os dias atuais nos quais movimentos feministas e movimentos de mulheres continuam levantando novas discussões para que o objetivo de pôr fim a desigualdade em suas múltiplas faces seja alcançado. Questões relativas ao âmbito privado como a reprodução e sexualidade com liberdade e igualdade foram postas à discussão por movimentos feministas que entenderam a necessidade de políticas públicas, elaboração de leis e outros elementos de mediação das relações sociais. Entre os direitos colocados pelos movimentos na arena nacional, como internacional, incluem os direitos reprodutivos e também especificamente o aborto. A perspectiva feminista tem buscado a redefinição de um conjunto de direitos humanos no século XXI, pois, o conceito de direitos humanos não é um conceito estático, pois seu significado se amplia em momentos em que a cidadania se redefine. Combinar a crítica às suposições do discurso pelos direitos com uma permanente contextualização dos direitos nos sistemas de relações sociais seria uma estratégia política para fazer a constante adequação de direitos no que se refere às mulheres em suas diversas diferenças.

Título: Os Direitos Humanos enquanto categoria de análise para uma sociedade Constitucional de alteridade

Autor José Querino Tavares Neto

Resumo A necessidade cada vez mais atual, é que o estudo do homem e da natureza ocorra na perspectiva da alteridade como instrumento de análise. O reducionismo a qualquer realidade, seja cultural, étnica, racial, religiosa etc., expõe-nos ao etnocentrismo e visão limitada da cultura e da realidade. O conhecimento da nossa cultura passa inevitavelmente pelo conhecimento das outras culturas. A compreensão do outro leva ao (re)conhecimento de que somos uma cultura possível entre tantas outras evitando a arrogância racial, econômica e política, elemento chave explicativo, jamais justificador da lógica irracional do terrorismo e da incompreensão do eu e também do outro. Neste sentido, apresenta-se a necessidade dos Direitos Humanos nas sociedades contemporâneas como instrumento constitucional de resistência ao processo da globalização, sobretudo o forte impacto de desencantamento que produz esvaziamento dos valores mais profundos do ser humano enquanto projeto (re)civilizatório.

Gestão social e avaliação no espaço público não estatal: reprodução de valores e verificação de resultados

Resumo: Os esforços para superar distintas formas de desigualdade se apresentam na atualidade, vinculados a modos de gestão que procuram fortalecer valores emanados da natureza pública deste espaço de trabalho. As iniciativas presentes no espaço intermediário entre o Estado, o mercado e as comunidades, apresentam formas híbridas de atuação e se apropriam, com a mesma dualidade de esforços práticos destes setores. A gestão neste setor relacional se configura, desta forma, duplamente, como projeção social de valores, expressos em uma missão e como resultado que pretende afetar indivíduos, na forma de benefícios.

A proposta deste grupo de trabalho é examinar o reflexo destes modos de gestão na estrutura, na concepção e nos públicos constituintes destas iniciativas. As questões da qualidade social dos serviços prestados, do balanço social, da liderança, da capacitação, da autonomia e da participação, são tratadas pelos diversos públicos que interagem nas organizações deste espaço intermediário, nos movimentos sociais, nas práticas alternativas de empreendedorismo e geração de renda, como projeções destes conceitos sob a ótica dos interesses, expectativas, capacidades e necessidades dos públicos. Neste contexto a avaliação dos resultados e dos valores transmitidos adquire expressiva importância, por referir à percepção destes públicos a tangibilidade de modos de governança alternativos e a intangibilidade de concepções, por vezes conflituosas, acerca da questão social esposadas na sociedade civil. Neste grupo de trabalho examina-se primeiramente a relevância do conceito de espaço público e dos aspectos relativos à representatividade política da intervenção social no espaço intermediário que se auto-descreve como capaz de apresentar alternativas à organização, e à sociabilidade no espaços do mercado e do Estado. Seguidamente aborda-se a questão da avaliação, para a qual, particularmente a literatura sugere esforços de construção de metodologias, adaptações de técnicas de avaliação para estas novas situações, muitos dos quais de sucesso. Embora os procedimentos técnicos da avaliação (avaliação de impacto, econômica, qualitativa, etc.) estejam estabelecidos, são comuns interrogações acerca da diversidade de visões dos participantes e beneficiários das organizações; da capacidade interpretativa das abordagens, quantitativa ou qualitativa; da intangibilidade de alguns benefícios; das dificuldades de implantação de grupos de tratamento e controle fidedignos; e, entre outros, da limitação de métodos adaptados da área mercantil e pública. No momento atual de revalorização de iniciativas sociais nesta área de interesse e do conceito de público duas outras motivações, para o exame destas aplicações devem ser consideradas. De um lado a solicitação prática de agentes financiadores globais que requerem certeza da economicidade e da efetividade e qualidade social das atividades e de outro, a necessidade política deste espaço intermediário construir um instrumento acreditador da sua capacidade de executar propostas efetivas de abordagem das questões social.

Principalmente sob este último aspecto, a representatividade política decorrente da intervenção na questão social, este grupo de trabalho pretende oferecer contribuições à garantia da efetiva reprodução de valores vinculados à qualidade aos benefícios que as iniciativas pretendem atingir.

Coordenadoras: Sílvia Ferreira (FEUC), Eloisa Cabral (FAAP - SP)

Participantes: João Clemente de Souza Neto (Unifeo - SP), Virgínia Ferreira (FEUC), Mônica Lopes (CES), Paulo Henrique Martins (UFPE), Dipac Jaiantilal (Instituto Cruzeiro do Sul - Maputo), Gabriela Moreira Pereira (UE), Patrícia Moura Sá (FEUC), Márcia Andrade Siqueira (Unifeo), Raquel Rego (ISCTE), Paulo de Tarso Artensio Muzy (Fundação Prefeito Faria Lima), Roseni Pinheiro (UERJ)

Sessão 1: Avaliação organizacional e nos serviços

Moderadora: Sílvia Ferreira

Título: Avaliação de valores como possibilidade de efectivação de praticas de cultura pública

Autor Eloisa Helena de Souza Cabral

Resumo A experiência de avaliação indica que as técnicas consolidadas de avaliação econômica e de impacto de atividade e programas sociais, apesar de bem estabelecidas, devem ser complementadas com uma avaliação qualitativa que possa aferir a percepção dos valores transmitidos pela gestão social. Esta avaliação de valores permite examinar os dados econômicos e de impacto sob a luz da percepção dos públicos constituintes acerca daqueles valores. Permite também que os gestores reconheçam a efetivação do impacto através da reprodução dos valores pretendidos. Apresentamos nesta comunicação os resultados preliminares de uma investigação que indica uma hierarquia de valores do espaço público associados aos benefícios das atividades sociais que ocorrem no espaço público intermediário entre o Estado, o mercado e a comunidade.

Título: O papel dos referenciais da Qualidade na avaliação da performance das Organizações do Espaço Público não Estatal

Autor Patrícia Moura Sá

Resumo Partindo do pressuposto de que avaliar e reconhecer a Excelência das organizações do espaço público não estatal é essencial para transmitir confiança aos financiadores, parceiros institucionais e sociedade em geral, o contributo dos referenciais da Qualidade para a medição da performance é analisado.

Neste sentido, numa primeira parte da comunicação, são brevemente apresentados os principais referenciais utilizados, sendo de notar que muitos deles resultam de adaptações de modelos desenvolvidos noutros sectores (em especial no sector privado), o que deixa em aberto questões relativas à sua real capacidade de captar as especificidades deste contexto, e que outros, tendo sido criados para uma organização em particular (ou para um reduzido conjunto de organizações), têm dificuldades de validade externa e, como tal, não favorecem o reconhecimento do sucesso de forma mais generalizada.

Numa avaliação global dos modelos apresentados é destacada, em especial, a medição multi-dimensional da performance, na qual são sistemática e expressamente incorporadas as perspectivas dos vários *stakeholders*. Adicionalmente, e olhando para a abrangência internacional dos referenciais, são enfatizados os aspectos de comparabilidade, essenciais para a partilha de boas práticas.

Por fim, e tendo por base algumas experiências da aplicação dos referenciais da qualidade em organizações do espaço público não estatal, são identificados e discutidos os principais determinantes da sua implementação com sucesso, nomeadamente os que se prendem com o processo como é preparada, executada e debatida a auto-avaliação.

Título: A quais públicos constituintes interessa o controle social?

Autor Paulo de Tarso Artencio Muzy

Resumo A reprodução de valores no espaço público configura um vínculo entre os públicos constituintes que se relacionam e são identificados pela gestão social das atividades presentes no espaço híbrido entre o Estado, o mercado e as comunidades. Estes públicos constituintes expressam percepções diversas, por vezes complementares, ou, antagônicas mas sempre tensionadas, acerca destes valores. Examinamos através de uma pesquisa qualitativa a percepção acerca do *control social* e identificamos as peculiaridades desta percepção por beneficiários de atividades. É relevante a singularidade desta percepção para indicar procedimentos no processo de gestão.

Título: Saúde, publico, usuário, participação - Avaliações de Saúde a partir do usuário

Autor Roseni Pinheiro

Resumo O processo de consolidação de conquistas do direito à saúde como um direito de cidadania no Estado brasileiro foi marcado por mudanças jurídicas, legais e institucionais nunca antes observadas na história das políticas de saúde nesse país. Um dos principais desafios que se coloca para efetivação desse direito no cotidiano das instituições de saúde é a construção de redes assistenciais de atenção e de cuidados, capazes de ofertar ações eficazes e resolutivas, integralmente coesas com os níveis de atenção mais complexos. Superar esse desafio tem exigido da gestão pública o desenvolvimento de competências avaliativas participativas, constituintes de novos arranjos institucionais e políticos, que potencializem os diferentes atores - gestores públicos, profissionais de saúde e usuários em suas práticas cotidianas, uma vez que nesses arranjos as responsabilidades passam a ser partilhadas na esfera pública de decisões. Nesse sentido institucionalizar a avaliação em saúde na perspectiva do direito significa assumir o *ethos público* inerente à ação política, a qual consiste na afirmação do bem comum, cuja centralidade do usuário nas práticas avaliativas consiste no imperativo: integrá-las em um sistema organizacional capaz de influenciar seu comportamento, utilizando modelos orientados para a ação que liguem necessariamente atividades analíticas às de gestão das intervenções programáticas. Isto exige que se reconheça o freqüente equívoco epistemológico do campo da avaliação em saúde de se privilegiar a expertise acadêmica-científica como sendo a única produtora de conhecimentos válidos acerca do grau de resolutividade das ações de saúde ofertadas, ignorando a descontinuidade entre os *horizontes de problemas expressos* pelos diferentes atores – gestores e profissionais e destes com usuários em suas redes sociais, o que impõem *reapropriações* específicas sobre a forma de compreendê-los e as soluções propostas para respondê-los. Diante disso, que este trabalho visa contribuir para o debate sobre novas abordagens analíticas em avaliação na saúde na perspectiva do direito, enfatizando o uso de metodologias avaliativas centradas nos usuários, a partir da construção de seus itinerários e sua relação com as redes sociais, por meio do qual a apresentação e análise da experiência de adoecimento e de busca por cuidado em saúde possam nos oferecer olhares avaliativos privilegiados sobre as práticas em saúde, o modo de organizá-las e seus efeitos nas vidas de usuários do sistemas públicos de saúde de suas famílias.

Título: Igualdade, ONGs, - Organizações do terceiro sector e políticas de igualdade entre mulheres e homens

Autor Virginia Ferreira, Mónica Lopes, Silvia Ferreira

Resumo A análise das relações que se estabelecem entre as organizações da sociedade civil e a igualdade de homens e mulheres tem sido objecto de pouca atenção e tem-se orientado sobretudo para as questões de liderança, militância,

advocacia pelas causas das mulheres e igualdade na gestão de recurso humanos. Uma vez que igualdade de mulheres e homens emerge como uma área prioritária ao nível da União Europeia e das políticas do estado, resulta necessária uma abordagem mais multifacetada para explicar as relações que se estabelecem entre o estado e a sociedade civil neste domínio.

Nesta linha, propomos um quadro analítico inovador para a abordagem do papel das organizações do terceiro sector na promoção da igualdade de mulheres e homens que articula dois eixos: o primeiro, de *mainstreaming*, centra-se nas práticas de igualdade dentro e fora da organização, o segundo, do *empowerment*, focaliza em diversos domínios atinentes à capacidade organizacional. A articulação destes dois eixos potencia discussões em torno da efectividade e da sustentabilidade, quer das organizações da sociedade civil quer da igualdade de mulheres e homens, e oferece um quadro analítico rico para a compreensão da heterogeneidade e natureza da sociedade civil. Este quadro analítico serviu de base a um estudo conduzido pelas autoras em Portugal, centrado num programa governamental de apoio técnico e financeiro com o objectivo de reforçar o papel das organizações da sociedade civil e do terceiro sector na promoção da igualdade, e cujos resultados pretendemos apresentar.

Sessão 2: Governação do espaço público não estatal

Moderadora: Eloísa Helena de Souza Cabral

Título: Participação em saúde e novas formas de governação: as associações de doentes em Portugal

Autor João Arriscado Nunes, Marisa Matias, Ângela Marques Filipe

Resumo Os processos de globalização, de cunho neoliberal, têm gerado desigualdades crescentes, bem visíveis no domínio da saúde, entre os que estão no centro e na periferia e entre os que têm e os que não têm acesso a cuidados de saúde, bem como aquilo que tem vindo a ser descrito como a sua crise de governação. A privatização dos cuidados de saúde, a transformação da saúde em mercadoria e a domiciliarização de cuidados de saúde são algumas das manifestações mais visíveis da emergência da ordem neoliberal na saúde durante as últimas décadas. Em alguns países, como Portugal, tem sido evidente a retracção do Estado no plano da prestação de cuidados de saúde e a crescente tendência para deslocar a governação da saúde para entidades não-estatais, incluindo seguradoras privadas e organizações internacionais ou não-governamentais. Estas tendências têm sido, contudo, questionadas por parte de diversos actores, entre os quais actores colectivos que se têm constituído, de que são exemplo as associações de doentes. Partindo dos resultados de um estudo recentemente concluído (MEDUSE – Governance, Health and Medicine: Opening Dialogue between Social Scientists and Users), procuramos reflectir sobre o papel das associações de doentes quer enquanto mediadoras entre participantes heterogéneos no campo da saúde, quer enquanto promotoras da constituição de plataformas e redes, nacionais como transnacionais, que têm ajudado à promoção da sua capacitação enquanto actores políticos.

Título: Complexidade na governação do bem-estar e redefinição das fronteiras do espaço público não estatal

Autor Silvia Ferreira

Resumo A transformação do papel do Estado-nação nas políticas sociais, a intensificação das interdependências globais e o aumento da diferenciação e organização das sociedades têm impacto nas organizações do espaço público não estatal, as suas redes e o seu papel nos sistemas de bem-estar, levando ao surgimento de uma semântica de sector entre o Estado, mercado e a comunidade. Emerge, assim, a ideia de que as organizações do terceiro sector articulam lógicas de governação diversas, enquanto híbridas num contexto de crescente hibridização.

Nas parcerias multi-sectoriais locais para o desenvolvimento e implementação de políticas, onde é frequentemente reservado um lugar privilegiado às organizações do terceiro sector, evidenciam-se discursos e práticas de mudança, dita do governo para a governação, do nacional para o infra e o supra nacional e do bem-estar para o *workfare*. Estas parcerias são, elas mesmas, híbridos de diferentes lógicas de governação e mecanismos de acoplagem em sociedades funcionalmente diferenciadas.

A partir da investigação no âmbito do doutoramento analiso os discursos e práticas de formas de governação em rede, identificando as tensões, contradições e fracassos para compreender as dinâmicas de redução e produção de complexidade. Mostro que este modelo de governação é particularmente aberto a interdependências dentro e fora de redes específicas mas que produz uma nova complexidade que desafia o papel do terceiro sector de reduzir a complexidade interna, externa e entre fronteiras dos diferentes sectores.

Título Quando o mercado seqüestra a política, emergem organizações públicas não-estatais

Autor João Clemente de Souza Neto

Resumo A sociedade civil sempre criou mecanismos para enfrentar a desigualdade social. As organizações públicas não-estatais trazem a novidade de lutar pela conquista e alargamento dos direitos humanos e não se reduzem ao atendimento da população que tem os seus direitos violados. Outra novidade é a preocupação com questões ecológicas e éticas. Desse movimento nasceu um ordenamento jurídico que sustenta a luta pela redução dos indicadores de vulnerabilidade económica e social. A reflexão sobre essas organizações tem que ser circunscrita no bojo das relações de mercado, sociedade e Estado. Deslocadas das correlações de forças, as práticas de solidariedade, filantropia, caridade ou assistência social podem levar a concepções que mais fortalecem o processo de exploração e de desumanização. As práticas solidárias podem ser, tão-somente, expressão de uma bondade aparente, que acaba por legitimar e conferir a filantropos e damas de caridade uma certa “aura de generosidade”. Circunscritas num contexto de esfera pública, as organizações públicas não-estatais empenham-se na emancipação, sem se restringir à prática “robinhoodiana” de retirar dinheiro dos ricos e do Estado, para reparti-lo entre pobres, profissionais, lideranças religiosas e políticos. Estamos numa encruzilhada em que tais organizações ora fortalecem as práticas e experiências emancipatórias, ora fortalecem a corrupção. No cenário da globalização, tomamos como hipótese a impossibilidade de analisar e de compreender as novas práticas de solidariedade, sem avaliar a relação entre mercado, Estado e sociedade. As organizações públicas não-estatais expressam um movimento político e ideológico dessa relação.

Título: Profissionalização versus democracia? À procura de um modo de governação alternativo nas associações de adesão voluntária

Autor Raquel Rego

Resumo Um dos traços distintivos das associações são os valores democráticos de participação social e integração dos cidadãos, nomeadamente através do benevolado e da participação na tomada de decisão no seio do grupo. Mas, será que a procura de uma acção mais profissional pode pôr em causa estes valores?

A nossa comunicação apresenta um estudo de caso sobre uma associação de consumidores portuguesa que pertence ao modelo anglo-saxónico consumerista dominante. Este modelo é conhecido pela publicação de uma revista especializada em testes comparativos e pela sua organização em redes internacionais sob uma lógica de economia de escala.

Procurando uma acção mais eficiente, esta associação burocratizou-se e especializou-se ao longo de mais de trinta anos, processo acelerado pela empresarialização da sua revista. De tipo militante, ela passou a uma associação «sem membros» com uma utilidade social importante.

Esta associação conquistou a sua independência financeira graças à sua revista, mantendo uma imagem de grupo voluntário e sem fins lucrativos. Contudo, a sua direcção é composta por uma maioria de directores do universo da associação, o que contribui para a fraca renovação da elite dirigente. Além disso, a sua acção tornou-se limitada pela estratégia da «holding» internacional que detém a maioria do capital da revista.

Visto que uma associação belga, francesa, brasileira, etc. estão também ligadas a esta «holding», este estudo de caso permite-nos compreender, não apenas os efeitos da profissionalização associativa, como as tendências actuais deste modelo consumerista. Terminámos a nossa comunicação com a proposta de medidas que contribuem para garantir a democraticidade interna.

Título: Uma perspectiva institucionalista sobre a génese das organizações do terceiro sector

Autor Vasco Almeida

Resumo As teorias económicas convencionais que explicam a génese das organizações do terceiro sector (OTS), através do fracasso do desempenho do Estado ou do mercado, embora tenham trazido um contributo válido para uma melhor percepção do terceiro sector, apresentam limitações grandes que decorrem da utilização do paradigma da economia convencional, nomeadamente, o individualismo metodológico e o pressuposto da racionalidade maximizadora dos agentes económicos. Para além disso, a omissão dos contextos histórico, espacial e institucional coloca as OTS fora do tempo e do espaço.

Porém, as perspectivas institucionalistas da economia podem superar as referidas limitações das teorias convencionais e contribuir, assim, para um melhor entendimento sobre a génese e o papel do terceiro sector na governação das sociedades. As instituições, isto é, as normas, as regras, os hábitos e os valores, bem como as organizações, formam configurações a partir das quais se definem as restrições e as capacidades que moldam o comportamento humano e abrem ou fecham campos de possibilidades para a acção humana. O conceito de instituições permite introduzir na análise pressupostos negligenciados pelas abordagens convencionais do terceiro sector como a historicidade, o espaço, o evolucionismo, a diversidade e a complementaridade. Por outro lado, a adopção de uma perspectiva institucionalista possibilita ainda articular o nível micro, onde a motivação e intencionalidade dos actores podem explicar a sua escolha na afectação de recursos, com o nível macro, onde os factores estruturais e o contexto institucional exercem, também, influência sobre a acção dos indivíduos.

Assim, proponho a utilização de um modelo explicativo da actividade transformacional que, ao articular o carácter dual da agência e da estrutura permita perceber quais as diferentes, e por vezes contraditórias, racionalidades que estão por detrás do surgimento de uma OTS.

Guerra e Paz: Violências, Memórias e Identidades Colectivas

Resumo 1: A pluralidade da(s) violência(s) manifesta-se em espiral ou em *continuum*. Muitas vezes a violência da guerra corresponde à hiperconcentração de actos violentos do quotidiano, socialmente aceites. É fundamental questionar os filtros com que analisamos a distinção entre guerra e paz, desafiando as dicotomias micro-macro e público-privado, e sublinhando a disseminação de violência(s) a várias escalas. A análise da tipologia e características destas violências revela o quão incompletas e artificiais podem ser as definições de *paz*, *guerra* e *pós guerra*. As expressões destas violências oscilam entre situações tão distintas como o conflito armado, a criminalidade violenta ou a violência doméstica. Neste grupo de discussão pretendemos, por um lado, analisar transversalmente, através dos casos da do Brasil, El Salvador, Cabo Verde e Colômbia, as trajetórias de disseminação e contenção de violências de países e sociedades que vivem em contextos de guerra e/ou de paz. Por outro lado, pretendemos salientar as consequências da hipervisibilização da violência no silenciamento de vítimas e actores destas violências e na formulação de políticas e mecanismos de prevenção e resposta a essas violências.

Elementos do Grupo: José Manuel Pureza (NEP-CES), Tatiana Moura (NEP-CES), Katia Cardoso (NEP-CES), Bárbara Soares (CESeC, Rio de Janeiro)

Resumo 2: Partindo de uma constituição interdisciplinar, este Grupo de Trabalho propõe um debate entre investigadores de diversos contextos espaço-temporais que, apesar da multiplicidade de abordagens a que se dedicam, partilham de um conjunto de problemáticas analíticas inerentes à temática da construção da *memória colectiva* do século XX.

Mutações políticas, económicas, sociais ou culturais que aí se operaram, em grande parte aliadas à natureza dos conflitos armados deflagrados, globais ou de dimensões mais ou menos “nacionalizáveis”, revolucionaram a percepção das ciências sociais da *memória colectiva* – cuja hegemonização, no contexto de pós-guerra, é o manifesto conflito de poder entre diferentes gerações, grupos sociais e instituições agentes e pacientes do estabelecimento de ordens/identidades sociais e nacionais.

A particularidade desta proposta incide não na procura dos particularismos inerentes, mas na apresentação de uma abordagem, ainda muito embrionária, sobre e nos países lusófonos, da *memória de guerra* – a forma como a experiência da guerra é, numa negociação entre grupos que dela vivenciaram, mais ou menos directamente assimilada, construída e representada publicamente em tempos de paz (processo dialéctico entre o público e o privado).

Assim, a proposta assenta na discussão, a partir dos levantamentos empíricos e reflexões teóricas, da estrutura política e ideológica da construção da memória de guerra dos países lusófonos ao longo do século XX. Procura-se perceber de que forma os *processos* memoriais na sua multiplicidade têm pela sua força/fraqueza capacidade para legitimar/desconstruir identidades colectivas nacionais, não raramente associadas a processos de consolidação das estruturas de poder políticas, sociais e/ou culturais. Culminando-se no levantamento de alguns dos eixos mais controversos – silêncio forçado e/ou voluntário, contestação/competição, marginalização/hegemonização – da memória colectiva no universo lusófono.

Coordenadores: Sílvia Correia (Universidade Nova de Lisboa), Francisco Ferraz (Universidade Estadual de Londrina), Eric Morier-Genoud (Universidade de Oxford)

Participantes: Sílvia Adriana Barbosa Correia (Universidade Nova de Lisboa), Francisco César Alves Ferraz (Universidade Estadual de Londrina), Tiago Matos Silva (Universidade Nova de Lisboa), Ana Margarida Santos (Oxford University), Eric Morier-Genoud (Oxford University), Rosa Cabecinhas (Universidade do Minho), Júlio Mendes Lopes (Instituto Superior de Ciências de Educação, Universidade Agostinho Neto), Nesilita Nhaga (Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho), Carlos Sá Nogueira (Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho)

Título: Os veteranos no centro da dialéctica construção do Mito da Experiência de Guerra em Portugal.

Autor Sílvia Adriana Barbosa Correia

Resumo A controvérsia que envolveu a entrada de Portugal na I Guerra Mundial e os seus danos não favoreceram a possibilidade de uma união nacional em torno do esforço da *Pátria*. A dimensão da tragédia exigiu do poder um esforço na celebração da memória daqueles que morreram em nome de uma *Pátria Republicana*, que a instabilidade vivida em Portugal nos anos que se seguiram à guerra, desacreditava. Determinando assim uma crescente precariedade e fragilidade da *memória de guerra* que, na mais profunda *especificidade* portuguesa, caiu no esquecimento das lutas políticas póstumas. Este trabalho procura perceber de que forma os veteranos constituíram ou foram constituídos agentes na construção política da memória da Grande Guerra em Portugal, pelo levantamento de fenómenos que vão desde as recepções/comemorações; integração social de um vasto grupo de recrutados; ao reaccionário associativismo e consequente esquecimento e/ou silêncio imposto/adoptado pelos antigos combatentes.

Título: O Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, no Rio de Janeiro, e a militarização da memória

Autor Francisco César Alves Ferraz

Resumo Após o fim da Segunda Guerra Mundial, em dezenas de cidades do país foram erigidos monumentos, memoriais, obeliscos, bustos, etc., como forma de recordação e celebração da participação brasileira na guerra. No Rio de Janeiro, então capital federal, iniciou-se um debate público para construção de um monumento nacional que sintetizasse o júbilo pela vitória e pesar pelo sacrifício dos brasileiros, militares e civis, tombados em decorrência do conflito. Os principais temas do debate eram o formato que deveria ter o monumento e se este seria o destino dos brasileiros mortos na Campanha da Itália, enterrados então em cemitério militar, na cidade italiana de Pistóia. O debate, que iniciou-se público, aos poucos foi monopolizado pelas Forças Armadas. Estas decidiram construir, no Aterro do Flamengo, o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, idealizado como “Altar da Pátria”. O monumento foi inaugurado em 1960. Esta pesquisa teve como objectivo compreender o processo pelo qual a homenagem aos cidadãos que tomaram na luta contra a barbárie nazista converteu-se em monumento de celebração das Forças Armadas.

Título: Os «Tugas» e os «Turras» – a Memória dum Inimigo Desumano

Autor Tiago Matos Silva

Resumo Partindo da etnografia que o investigador está a realizar (para o grau de doutor em Antropologia) com Comandos veteranos da frente angolana do conflito colonial português (1961-1975); e apoiada numa bibliografia tão abrangente quanto possível (que se estende da descrição homérica da Guerra de Tróia às actuais coberturas mediáticas dos conflitos do Afeganistão e Iraque); procurar-se-á com esta comunicação lançar pontes para uma discussão sobre a necessidade do crónico e repetido processo de «desumanização/reificação/bestialização» do Inimigo. Sem a negação da anátema keeganiana da inexistência de uma “natureza da guerra” ser um objectivo primário, tentar-se-á no entanto demonstrar a recorrência deste processo (guiado, antes de mais, pelas hierarquias militares durante a instrução dos futuros soldados, mas não só) em diferentes contextos, tanto sincrónica como diacronicamente; ao mesmo tempo que se tentam avaliar as suas consequências não apenas no combate propriamente dito (ou seja, como a “natureza” do Inimigo molda necessariamente a “forma” como o combate é encarado e levado a cabo) mas também no modo como a experiência da guerra é recordada e, nalguns casos, traumáticamente revivida pelos veteranos em tempo de paz

Título: Memórias de guerra no Norte de Moçambique

Autor Ana Margarida Santos

Resumo Partindo de investigação de campo realizada entre 2005 e 2006 em Cabo Delgado, em Moçambique, analisarei de que forma as memórias do período colonial e da luta de libertação (1964-1974) são reformuladas, e transmitidas. A luta de libertação terminou há 34 anos, e boa parte da população é demasiado jovem para ter qualquer memória desta época. A recriação da luta e a passagem de histórias vividas durante o período colonial são hoje formas importantes de manter a memória, e de transmitir a história a uma geração mais jovem. A representação simbólica de momentos vividos durante a guerra e a celebração da memória serão combinadas com as representações daqueles que ou não foram participantes activos, ou estavam ligados à administração colonial portuguesa, e cuja perspectiva é geralmente ignorada.

Título: Análise 'par le bas' da formação duma memória de guerra. Moçambique depois de 1992

Autor Eric Morier-Genoud

Resumo A guerra em Moçambique acabou em 1992 graças às negociações entre a Frelimo e a Renamo. Resultado dos acordos de Paz, uma lei de amnistia entrou em vigor assegurando uma política oficial de silêncio em relação ao conflito. Quinze anos depois, o governo e o Estado continuam numa mesma política de silêncio. No entanto, ao nível local a população faz, como sempre fez, missas aos mortos e cerimónias mais públicas em locais de valas comuns. Vários monumentos foram também construídos pelas Igrejas, pela Renamo e a Frelimo. Esta proliferação de memoriais e comemorações não contradiz nem desfaz a política oficial do Estado. Mas mostra que o silêncio não significa ausência de memória ou estagnação da memória em relação à guerra. Pelo contrário, vê-se a nível local uma luta forte para o estabelecimento duma memória hegemónica ou o reconhecimento das memórias marginais. Sendo assim, sob o silêncio oficial, vê-se uma dinâmica forte de formação duma (ou várias) memória (s) da última guerra

Título: Conflitos, Identidades e Memória Social

Autor Rosa Cabecinhas, Júlio Mendes Lopes, Carlos Sá Nogueira, Nesilita Nhaga

Resumo Frequentemente as memórias de conflitos passados constituem um entrave ao diálogo entre grupos e comprometem as suas relações futuras. A boa gestão das memórias colectivas constitui um elemento crucial para o sucesso dos processos de reconciliação e para a possibilidade de um efectivo diálogo com o 'outro'.

Nesta comunicação, iremos discutir o papel das memórias do passado colonial na estruturação das narrativas identitárias pós-coloniais, a partir dos resultados de uma investigação empírica sobre identidade e representações da história que decorreu em Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau e Portugal. Iremos examinar as representações dos jovens dos vários países sobre o período colonial e as emoções associadas a essas representações, dando especial atenção às representações sobre a Guerra 1961-1974. Analisaremos o papel da identidade social na ancoragem das representações do passado e o seu impacto na forma como são perspectivadas as relações actuais entre Portugal e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

História(s) Lusófona(s): Velhos Temas, Novas Perspectivas Historiográficas

É nosso objectivo fazer uma abordagem de tendências historiográficas actuais e de "novos" percursos ou releituras de "velhos" percursos, incluindo a introdução de novos campos multidisciplinares em história e ciências sociais, como ocorre com o rápido desenvolvimento dos estudos culturais, religiosos, de género, entre outros. Assim, pretende-se repensar mais alargadamente em termos sociais, culturais e simbólicos as diferentes *aventuras* da história da expansão e do colonialismo português, reactualizando o seu cenário problemático e convocando novas metodologias transdisciplinares de pesquisa.

Coordenadores: Maria de Deus Beites Manso (NICPRI - UE), Joseph Abraham Levi (Hong Kong University)

Participantes: Leonor Seabra (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Macau), Ernestine Carreira (Université de Provence), Julieta Araújo e Esteves (Universidade de Lisboa), Roberta Guimarães Franco (UFF), Ângelo Adriano Freitas de Assis (Universidade Federal de Viçosa - Minas Gerais), Maria Ciavatta (UFF), Rosa Cabecinhas (UM), Júlio Mendes Lopes (Instituto Superior de Ciências de Educação, Universidade Agostinho Neto), Nesilita Nhaga (Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho), Silvino Lopes Évora (Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho), Marcus E. Lima (Universidade Federal do Sergipe), Lúcio de Sousa (University of Tokyo)

Sessão 1

Moderador: Maria de Deus Beites Manso

Título: História Cultura Política Hoje e os Novos Paradigmas

Autor Giselda Brito Silva

Resumo A História Política dominou os estudos históricos nos fins do século XIX e início do século XX, o tema do nacionalismo marcava o centro das pesquisas e estudos desta história. Depois da Primeira Guerra Mundial, especialmente da Crise de 29 e da ascensão do mundo socialista, o aspecto económico e social passam a desviar os interesses da política, tida como servidora de um aspecto social e grupos. No paralelo a história cultural também pressionava com os Annales para uma chamada da importância do cultural nos estudos históricos, sendo o tema da religião o mais visitado, junto com questões sobre a identidade. Em inícios dos anos 2000 passamos, contudo, a observar o "retorno do político". Não se trata da história política tradicional, tal qual vista entre o XIX e o XX, mas de uma retomada de aspectos políticos como prática cultural, como estratégias económicas, como campo dos discursos, através do qual os historiadores buscam analisar as produções de sentido e de consentimentos sociais para as práticas políticas por diversos caminhos. Os temas são plurais, a política passa a ser vista como a criação e espaço de todos e não apenas de simples personagens. A produção da credibilidade política, de sua funcionalidade e circularidade são os novos lugares desta história que recebe melhor denominação quando falamos de uma "Cultura Política". Nossa participação neste grupo tem, então, como proposta aprofundar esta discussão como um dos temas relevantes em "*História (s) Lusófona (s): Velhos temas Novas Perspectivas Historiográficas*", na qual a procurar-se há mostrar algumas das novas perspectivas historiográficas da história da cultura política na relação Brasil-Portugal no século XX e XXI.

Título: Questões de História e de Historiografia – Uma discussão em aberto

Autor Maria Ciavatta

Resumo Uma das evidências do amadurecimento da história enquanto campo de conhecimento é o crescimento do número de publicações que ostentam o termo historiografia em seus títulos. Além desta aparência, há os estudos que,

verdadeiramente, se debruçam sobre o fazer história, ou como se escreve a história, ou como se constroem as categorias na história e no trabalho historiográfico. Nesta pesquisa, partimos da inquietação sobre a ampliação do interesse pelo registro dos acontecimentos, pela história como prática antiga mas com novas e diferentes abordagens. Nosso objetivo é examinar como, com que recursos teórico-metodológicos os autores constroem suas narrativas. O campo de pesquisa é o trabalho e sua articulação com a educação no Brasil, nas duas últimas décadas. As fontes são textos de pesquisas de história e historiografia desse campo de estudos. Algumas questões conceituais se destacam: o enriquecimento do enfoque sócio-econômico estrutural com a abordagem de variáveis políticas e culturais; a retomada do conceito de classes sociais e ideologia em temas como trabalho, gênero, etnia, cultura política; interesses, pactos políticos, negociações; a emergência do protagonismo dos sujeitos sociais nas abordagens de classe como dominantes e dominados; a presença dos valores, comportamentos, experiência e condições de trabalho nas análises das classes trabalhadoras; a dimensão social do pensamento e das idéias. Do ponto de vista metodológico, acompanha esse processo a ampliação de fontes, tais como o uso das imagens fotográficas, a fala dos sujeitos investigados e de outros, cerimônias rituais, manifestações de resistência, festas e práticas cotidianas.

Título: Representações da(s) história(s) 'lusófona(s)': olhares e problematização

Autor Rosa Cabecinhas, Júlio Mendes Lopes, Marcus E. Lima, Silvino Lopes Évora, Nesilita Nhaga

Resumo Nesta comunicação apresentamos os resultados de uma investigação empírica sobre identidade e representações da história que decorreu em Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Timor Leste. Esta investigação foi realizada no âmbito de um projecto internacional que integra vários países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Este projecto tem como objectivo identificar as representações da história construídas pelos jovens dos países de língua oficial portuguesa e problematizar a noção de 'identidade lusófona'.

Os resultados destes estudos serão usados para ilustrar a conceptualização das representações sociais como uma modalidade de conhecimento, socialmente elaborada e compartilhada, cujos processos de formação, manutenção e mudança só podem ser entendidos tendo em conta os processos comunicativos a partir dos quais os indivíduos constroem a sua visão do mundo.

Iremos examinar as representações de jovens sobre a história da humanidade e sobre a história nacional de cada um dos países, em particular. Investigaremos ainda o papel da identidade social e as emoções associadas às personalidades e aos acontecimentos considerados mais marcantes na história da relação entre Portugal e as antigas colónias.

Título: Os novos caminhos historiográficos: o lugar do ameríndio na História do Brasil

Autor Márcia Eliane Alves de Souza e Mello

Resumo Os estudos sobre o *Império português* vem ganhando importância entre os pesquisadores brasileiros do período colonial, não somente entre os dedicados à história político-administrativa, bem como daqueles que se dedicam a história cultural e das religiosidades. Os estudos sobre a cultura jurídica e a cultura religiosa, sobre as suas relações com as idéias e as instituições políticas, vem ganhando espaço de reflexão entre os historiadores luso-brasileiros. Por este motivo vem crescendo, ainda que timidamente, estudos que procuram dar conta de temas voltados para a análise das relações estabelecidas entre religião e sociedade colonial. No entanto, o impacto do cristianismo sobre as culturas indígenas da América portuguesa é um tema que não foi suficientemente tratado e, para compreender a história portuguesa, se faz necessário também compreender a reação das culturas indígenas face a essa nova dinâmica, bem como as relações interétnicas nos espaços dos aldeamentos missionários, cuja identidade e ação sobre os índios foi sendo construída. Essas novas demandas têm-se traduzido em pesquisas interessadas em questões cujas abordagens trazem interfaces entre os diferentes "domínios" metodológicos, aproximando-se cada vez da ação multidisciplinar das ciências humanas.

Título: A infância como mote para a revisão da história de Angola através da literatura

Autor Roberta Guimarães Franco

Resumo Este trabalho tem como objetivo analisar a revisão da história de Angola em três obras que possuem como foco central a temática da infância. Em seu livro de estréia, "A cidade e a infância" (1960), José Luandino Vieira retrata as transformações ocorridas na cidade de Luanda. Suas histórias, escritas durante a década de 50, evidenciam as políticas de segregação racial, que passavam pela construção de novos espaços para os portugueses, criando a "fronteira de asfalto". Pepetela escreve "As aventuras de Ngunga" (1973) em pleno palco da guerra de independência, retratando o confronto armado no interior do país. Já o romance de Ondjaki, "Bom dia camaradas" (2000), recupera um período da guerra civil, aproximadamente no fim da década de 80 e o início da de 90.

Assim, Luandino mostra, através da saudade da infância, o impacto das políticas que precederam a guerra de independência; Pepetela evidencia a necessidade de novos heróis através do desejo de um menino em se tornar um guerrilheiro; e Ondjaki nos apresenta uma infância mais leve, mas não menos reflexiva. Desse modo, esses autores retratam três períodos de bastante interesse para a história de Angola. No entanto, seus métodos de apreensão da história são diversos, já que Luandino e Pepetela reescrevem o presente, e Ondjaki vai buscar no passado as suas referências. Nosso texto transitará entre presente e passado para relacionar a literatura e a história de Angola.

Sessão 2

Moderador: Joseph Levi

Título: Portugal e a política expansionista: uma estratégia de ataque ou de defesa?

Autor Julieta Araújo e Esteves

Resumo Desde muito cedo Portugal foi encarado, a nível da historiografia, como um reino expansionista, onde, aparentemente, uma ambição desmesurada levou os portugueses à grande aventura da conquista de novos territórios. Mas uma análise mais profunda revela uma realidade diferente. Muito da expansão portuguesa resulta da própria luta pela existência e manutenção da liberdade do reino naquilo que era a política peninsular. O caminho para Ceuta apresenta-se como um ataque ou uma fuga para a frente?

Assim levanta-se a questão se a expansão portuguesa foi uma estratégia de ataque ou de defesa. Se não foi esta forma encontrada para permitir um equilíbrio de forças na Península?

É sobre esta temática da historiografia actual que vamos falar.

Título: Armadores da coroa versus comércio global

Autor Ernestine Carreira

Resumo A orientação científica da pesquisa actual sobre a economia ultramarina do século XVIII orienta a pesquisa anglo-saxónica e francesa para o processo de globalização das rotas marítimas e para uniformização mundial das práticas de comerciar, os quais acompanharam o início da liberalização do Comércio marítimo.

A pesquisa lusófona permanece no entanto ainda muito largamente orientada para as lógicas oceânicas - mantendo activa a mítica fronteira do Cabo da Boa Esperança - e para as redes internas nos espaços da coroa portuguesa.

A minha comunicação terá por objectivo estabelecer um balanço comparativo dos actuais eixos de reflexão da historiografia anglo-saxónica e lusófona. Tenciono em seguida determinar em que medida a legislação pombalina permitiu - entre 1765 e 1821 - integrar as comunidades armadoras dos grandes portos da coroa portuguesa nas novas estruturas do comércio transoceânico, em particular no que diz respeito à transgressão das fronteiras nacionais a favor de uma internacionalização dos capitais e dos mercados, facto particularmente visível no Oriente.

Enfim, pelo estudo de uma família de armadores lisboetas e suas redes de contactos ultramarinos, poderemos focalizar sobre as duas principais características das comunidades de armadores do final do antigo regime:

- as associações trans-nacionais

- as estratégias familiares de utilização do parentesco na hierarquia da sociedade e no seu estabelecimento ao longo de uma gigantesca rede portuária que se estendia entre Europa, América e Ásia.

Título: Estado, Polícia e Sociedade no Brasil Império

Autor Wellington Barbosa da Silva

Resumo No Brasil, o estudo dos aparatos policiais de tipo moderno ainda é uma seara pouco cultivada. Afora alguns trabalhos académicos de enfoque positivista (que fazem apenas um relato do progresso de tais instituições) e de algumas produções de historiadores diletantes e memorialistas (quase sempre oriundos das corporações retratadas), que se perdem em uma narrativa apologética e triunfalista do tema abordado, uma “história da polícia” ainda está para ser construída. Nos últimos anos, entretanto, uma nova safra de historiadores, utilizando outros enfoques teóricos e metodológicos, tem dado importantes contributos neste sentido. Partindo do pressuposto de que a polícia é a principal agência estatal que se intromete no espaço público para controlar e dirigir o comportamento das pessoas, esta comunicação se debruça justamente sobre esta nova linha historiográfica e discute a montagem e atuação das forças de polícia, bem como o cotidiano do policiamento nas cidades brasileiras – analisando, portanto, as conexões dessas agências repressivas com o Estado e com a sociedade.

Título: Agenciadoras da Vida: Mulheres brasileiras e a busca da sobrevivência na historiografia dos Setecentos

Autor Suely Creusa Cordeiro de Almeida

Resumo É um lugar comum encontrarmos, nos trabalhos que se propõem tratar da mulher como sujeito de estudo, a constatação de que a inclusão das mulheres no campo historiográfico é recente, tanto no Brasil quanto em Portugal. Não podemos deixar de registrar que se verificou um alargamento do campo de estudos, bem como do discurso historiográfico desde que a mulher foi incluída. A historiografia começou a se afastar de um campo estritamente estruturado, que pensava um sujeito universal, atrelado a práticas coletivas marcadamente masculinas, para perceber um universo feminino expressivo e empolgante, descobrindo que falar de mulheres era também falar dos homens e, conseqüentemente, elucidar a dinâmica ligada ao cotidiano das pessoas. Depois dos anos 70 do século XX, com a maior participação social das mulheres, e de uma maior presença de historiadoras na academia, houve um maior envolvimento com esse tipo de estudos e o silêncio foi rompido. Nossa proposta nessa comunicação é refletir sobre uma historiografia que tratou das mulheres envolvidas em agenciamento de sobrevivência no século XVIII. Discutir o pensamento dos historiadores sobre a condição de pobreza, desclassificação e marginalidade na sociedade colonial. As versões que foram construídas sobre as mulheres, seu papel social, o poder que amealhou, o lugar que construiu.

Título: “Das longes terras”: Escravos africanos católicos no ultramar português, sécs XV-XVIII

Autor Mariza de Carvalho Soares

Resumo Meu trabalho agrega à historiografia da escravidão no Brasil a questão da necessidade de conhecer a efetiva procedência dos escravos africanos para entender como se deu sua inserção na sociedade colonial. O objetivo deste texto é mostrar como, pensando as irmandades no quadro do vasto império português, é possível entender a composição e a diferenciação interna dos escravos africanos no Brasil colonial, assim como buscar indícios para a identificação de seus deslocamentos entre o Brasil e a África.

Os arquivos do Brasil e de Portugal possuem uma rica coleção de “compromissos”. Desde a ereção da primeira irmandade de homens pretos (Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Lisboa, 1460, 1565) africanos convertidos e seus descendentes criaram centenas de irmandades devotadas ao Rosário e outros oragos em todo o Império Português. Uma característica dessa instituição é reproduzir em seu interior padrões de hierarquia e distinção próprios à sociedade portuguesa, atuando no mundo colonial como espaços de organização e construção dessas hierarquias. Para além dessas normas gerais, as irmandades de homens pretos se caracterizaram por uma grande diversidade na composição de seus membros. No Brasil o surgimento das irmandades de homens pretos data do século XVI mas foi no século XVIII que elas mais se multiplicaram.

Título: Aventuras lusófonas e resistências religiosas: criptojudaísmo, género e colonização na América portuguesa quinhentista

Autor Angelo Adriano Faria de Assis

Resumo A aventura da colonização portuguesa na América foi marcada, de modo indissolúvel, pela presença dos antigos judeus e seus descendentes batizados à força pelos decretos manuelinos em fins do XV. Principais responsáveis pela implantação da Inquisição em Portugal em 1536, são estes cristãos-novos, em boa parte, os grandes responsáveis pela economia açucareira implantada no Nordeste brasileiro, com redes de comércio, comunicação e contato que se expandiam pelos mais diversificados espaços freqüentados pelos portugueses, como a Europa, a América, a Ásia e a África. Na documentação produzida pela Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil, entre 1591 e 1595, são os neoconvertos denunciados pelos mais variados tipos de comportamento herético e, vistos como ameaça ao catolicismo dominante, apontados como praticantes ocultos do judaísmo, o criptojudaísmo. Destaque para o papel desempenhado pelas mulheres no processo de manutenção judaica. Na colônia, as mulheres transformaram -se no grande elo de resistência à religião dominante. Neste trabalho, analisaremos, através da micro-história, os processos movidos pelo Santo Ofício contra algumas destas matriarcas do judaísmo possível praticado no Brasil, identificando seus principais indícios e práticas.

Sessão 3

Moderador: Suely Almeida

Título: Movimentos populacionais e mobilidade social feminina no Oriente: o caso de Macau

Autor Maria de Deus Beites Manso

Resumo A comunicação insere-se no âmbito do projecto *The historical demography of Macau and the constitution of the Luso-Asian population*, aprovado pela Universidade de Macau, no qual nos propomos estudar a população de Macau ao longo dos tempos, suas relações económicas, sociais, institucionais, tendo em atenção o papel da mulher na sociedade local, desde os primeiros momentos da fixação dos Portugueses no enclave macaense, bem como os seus descendentes luso-asiáticos.

Nas últimas décadas o interesse pela história de Macau tem crescido mas as análises têm privilegiado a história política, institucional e diplomática. Por isso, é nosso objectivo estudar/reinterpretar o que tradicionalmente menos se tem estudado: movimentos populacionais e mobilidade social; condição social da Mulher e subalternidade feminina. Não nos interessa, apenas, conhecer a sua ligação ao reino de Portugal, mas a sua relação no contexto colonial português, nomeadamente o caso específico de Macau.

Título: Minorias religiosas no império português: Budistas, cripto-judeus, hindus, judeus, muçulmanos protestantes e “outros” no espaço português

Autor Joseph Levi

Resumo Este estudo pretende analisar a presença, o encontro e, conseqüentemente, a (quase sempre) difícil convivência entre diferentes confissões religiosas, de um lado, e o catolicismo, do outro, em todos os territórios sob soberania portuguesa durante quase cento e doze lustros, nomeadamente, entre a tomada de Ceuta (1415) e o inevitável fim do Colonialismo Português (1974).

Título: Escravatura na Ásia e os Portugueses

Autor Lúcio de Sousa

Resumo O tema da escravatura, independentemente da forma como é abordado, é sempre um assunto controverso. Existem inúmeros estudos que, no decorrer dos séculos, lhe têm sido dedicados. O objectivo desta apresentação é esclarecer alguns dos intrincados mecanismos utilizados pelos portugueses no Extremo-Oriente relativamente ao Comércio humano. Iniciaremos a nossa exposição com uma contextualização do tipo de escravatura praticada nos mares da China antes da chegada dos portugueses. Seguidamente, abordaremos as redes esclavagistas utilizadas pelos portugueses naquele quadrante, assim como as relações entre este tipo de comércio e os poderes religioso e político.

Procuraremos esclarecer equívocos, e apresentar inéditos, de forma a compreender a forma gradual como o tráfico humano controlado pelos portugueses transitaria de uma rede desorganizada para um sistema de exploração baseado na banalização tanto da escravatura como do próprio tráfico humano.

Justiça e Cidadania

Resumo: O painel pretende constituir um espaço de reflexão alargada sobre o modo como foi construída e pensada a justiça moderna enquanto instância de defesa dos direitos individuais, no âmbito das configurações revestidas pelo Estado de Direito, no curso dos séculos XIX, XX e XXI. Concretamente, apreender o modo como as representações da justiça e os modos de constituição das orgânicas judiciárias corporizam e exprimem diferentes concepções acerca das relações entre direito, indivíduos e sociedade, no horizonte dos imaginários sociais e estatais que perpassam o recorte temporal em análise, tomando como referências de estudo os casos português e brasileiro.

O objectivo deste grupo de trabalho é acolher a participação de especialistas de diferentes áreas – Sociologia, História e Direito – que trabalham esta problemática a partir de ângulos diversos, no quadro de uma abordagem comparativa e transversal, passível de estimular aprofundamentos analíticos e transdisciplinares.

Coordenadoras: Helena Machado (UM), Maria Fátima Ferreira (UM)

Participantes: Edson Alvisi (UFF), Gladys Sabina Ribeiro (UFF), Filipe Santos (UM), João Paulo Dias (CES), João Pedroso (CES), Lúcia Guimarães (UERJ), Nuno Lopes (UM)

Linchamentos no Brasil e na África

Resumo: Uma onda relativamente recente de linchamentos tem ocorrido na América Latina, particularmente no Brasil, um dos países que mais lincham no mundo. Fenômeno semelhante tem ocorrido em vários países da África, sendo notório o caso de Moçambique. Diferente do que ocorreu nos Estados Unidos da América, sobretudo até 1930, cuja literatura sociológica e histórica tem sido referencial, em que os linchamentos tinham maioritariamente motivação racial, étnica e nacional, praticados contra negros e imigrantes judeus e italianos, os linchamentos na África parecem ligados sobretudo a situações de reavivamento de crenças mágicas e religiosas em face de anormalidades e situações de anomia que não encontram explicação nem solução aceitáveis no recurso ao direito formal. No caso brasileiro, os linchamentos são maioritariamente reacções à criminalidade crescente, especialmente em áreas de deterioração social, sobretudo nas cidades de São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro. Nem por isso deixa de haver evidências de arcaísmos mágicos e religiosos, especialmente nos casos de crimes de sangue. Num certo sentido, tanto em Moçambique como no Brasil, os linchamentos tanto podem ser motivados pelo ímpeto de justificação por parte da multidão subitamente irada em face de um delito, quanto pelo ímpeto e mesmo necessidade de vingança, como forma de justiça reparatória no plano propriamente religioso.

Elementos do grupo: José de Souza Martins (USP), Carlos Serra (Universidade Eduardo Mondlane, Maputo), Sérgio Adorno (USP), Jaqueline Sinhoretto (USP), Paulo Granjo (Universidade de Lisboa)

Título: A justiça anômica dos linchamentos no Brasil

Autor José de Souza Martins

Resumo Relato nesta comunicação alguns dos resultados de pesquisa sobre linchamentos no Brasil, nos últimos 60 anos, cobrindo duas mil ocorrências. Embora a palavra linchamento tenha surgido nos EUA no século 18, já no século 16 há registro de ocorrência dessa modalidade de violência no Brasil. Os casos se repetem esparsamente nos séculos seguintes e se difundem no final do século 19 em clara associação com o fim da escravidão negra, não só em relação a negros e mas também em relação a brancos envolvidos na proteção a escravos fugidos. Um recrudescimento da prática do linchamento se dá com o fim da Segunda Guerra Mundial, claramente associado ao fim do regime ditatorial de Getúlio Vargas. Novo recrudescimento ocorre com o fim da ditadura militar, em 1985. Nesses dois momentos, as indicações colhidas são de que os linchamentos foram praticados seja por descrença na eficácia da justiça formal, seja porque as penas previstas na lei foram definidas como suaves em relação à gravidade dos crimes. Em ambos os casos, o fim dos regimes autoritários interpretado como advento de uma era de desordem e, portanto, de declínio das instituições com a suposta fragilização da polícia e da Justiça. Embora haja tanto casos de linchamentos por vingança quanto casos movidos pela afã da punição, em quase todos eles há indícios de que os linchadores são movidos pelo medo. Na imensa maioria dos casos, a prática dos linchamentos tem tido um caráter socialmente autodefensivo e sugere um difuso movimento social de reinvenção autoprotetiva da justiça. Os linchamentos têm ocorrido predominantemente, nessa ordem, na cidade de Salvador (Bahia), na região metropolitana de São Paulo e no Rio de Janeiro. De preferência em bairros de constituição relativamente recente ou em áreas de deterioração social, lugar de afluxo de migrantes do interior do país, sobretudo das regiões rurais.

Título: Os actuais linchamentos moçambicanos vistos como uma reivindicação e afirmação de poder

Autor Paulo Granjo

Resumo O súbito aumento numérico de linchamentos peri-urbanos que se verificou em Moçambique durante 2008, a par da sua proliferação em novos locais, justifica que os encaremos como um fenómeno integrado e não, como antes tendia a acontecer, como acontecimentos particulares e isolados.

Em complemento às várias leituras, mais clássicas, que foram aplicadas a este fenómeno, propõe-se que eles sejam analisados, também, como uma linguagem política ritualizada, através da qual as populações procuram reivindicar (e simultaneamente afirmar) um poder de controlo sobre as suas vidas, num quadro de insegurança global que extravasa a criminalidade e que interpretam como um abandono por parte do Estado.

Sustentando-se em critérios de contrato social que são recorrentes em África, estes linchamentos afirmam-se como situações de liminaridade que apelam à ordem, manipulando o poder excepcional de matar sob aplauso colectivo e reapropriando estéticas da morte e castigo físico público que, sob formas diferentes, se mantiveram familiares à população ao longo de diferentes regimes políticos, desde tempos pré-coloniais até à actualidade.

Título: Linchamentos e poder

Autor Sérgio Adorno

Resumo Esta comunicação está baseada em projeto de pesquisa que teve por objeto os rumos da transição democrática, no Brasil, após o fim do regime militar (1964-1995). Entre outros objetivos, o projeto deteve-se na reconstrução de casos de linchamento. Teve por fontes de informação primária e secundária: relatórios oficiais, inquéritos policiais e processos penais, dossiês e boletins de ONGs, relato de debates e notícias veiculadas em jornais e revistas. A par dessas fontes, recorreu-se a informações extraídas de entrevistas realizadas com diferentes atores: membros de comunidades onde ocorreram as violações, representantes das organizações policiais, do Ministério Público, do Poder Judiciário, das organizações não-governamentais, dos movimentos de defesa dos direitos humanos e de outros grupos que intervieram ou participaram do processo. À exceção de um, ocorrido no centro do município de S. Paulo, os demais ocorreram em bairros populares da região metropolitana de São Paulo ou do interior do estado. Seus protagonistas – vítimas, agressores e testemunhas - compõem o que, grosso modo, se poderia nomear como classes populares urbanas, constituída em sua grande maioria de trabalhadores urbanos pauperizados, portadores de baixa escolaridade formal, ocupados em atividades que demandam pouca habilitação ou quase nenhuma especialização técnica. Nesta comunicação, exploro rupturas institucionais nas relações hierárquicas entre protagonistas destes acontecimentos.

Mediação e dinâmicas locais: abordagens para novas configurações sociais

Resumo: Mediação e sociabilidade são noções inseparáveis que, cada vez mais, são convocados para a compreensão, explicação e, até, intervenção na sociedade contemporânea, principalmente em contextos 'sensíveis' e culturalmente diversificados.

A mediação tem sido abordada a partir de olhares e matrizes conceituais diversas – podendo tornar-se mediação social, cultural, sócio-cultural, intercultural, política. O panorama que se apresenta é de uma multiplicidade de usos do conceito que é percebido nas mais diferentes formas de tratá-lo por áreas distintas do saber (Antropologia, Sociologia, Direito, Psicologia, Administração) e a partir de seus contextos sócio-históricos de produção (EUA, França, Inglaterra, Brasil, Portugal), em uma gama de trabalhos que ora prioriza a ação social voluntária, as associações e organizações não-governamentais; ora indivíduos-chave, ou ainda agências e entidades do Estado, a negociação de conflitos, os novos modelos de regulação social ou mesmo de processos jurídicos e relações contratuais.

Pretendemos abrir espaço para este debate. A partir da apresentação de pesquisas e de reflexões sobre atuações que lidem com o tema, buscaremos fazer uma revisão dos conceitos e apreender as perspectivas da mediação, das formas de sociabilidade e das dinâmicas locais frente às novas configurações sociais.

Grosso modo, o GT se organiza em duas frentes. A primeira trabalhará a mediação e a sociabilidade a partir das instituições formais como associações e entidades (governamentais ou não) que se apresentam como mediadores, sendo pensadas a partir de duas questões: o que são e o que fazem. Nesse sentido, há um certo consenso entre os pesquisadores em torno de uma definição genérica de organização voluntária entre indivíduos que se definem como grupo – por questões de origem nacional ou étnica, língua, religião etc., em busca de objetivos comuns como auto-preservação de sua identidade cultural, assistência jurídica e econômica, entre outros. No entanto, acerca de suas atividades, as associações e entidades podem se pautar em diversos objetivos e/ ou combinar algumas variáveis (origem nacional e ocupação profissional; ideologia política e gênero etc.). Mas o fenômeno da mediação não se restringe a instituições formais e legalmente constituídas, outros panoramas vão sendo evidenciados pela formação de uma nova categoria profissional (ou sócio-profissional): os mediadores sócio-culturais e os "negociadores". Abre-se aqui a segunda frente, que focalizará a mediação e a sociabilidade a partir de indivíduos-chave, atuação de político/candidato, organizações ou grupos juvenis, o que pode aparecer via profissionalização do mediador ou ainda na ação voluntária sem o respaldo institucional e a constituição legal de associação, entidade ou agência de governo.

Este GT pretende promover, portanto, o diálogo entre pesquisadores que trabalham esses conceitos em diferentes frentes, colocando as dificuldades e alternativas teórico-metodológicas que cada pesquisa encontrou a partir da realidade social apreendida em campo, enfatizando os processos e significados sociais em jogo, assim como as experiências dos próprios pesquisadores e dos atores sociais por eles investigados.

Coordenadores: Luís Vicente Baptista (CES-Nova, FCSH-UNL), Karina Kuschnir (IFCS/UFRJ), Alessandra Siqueira Barreto (Universidade da Uberlândia/ ISCTE), Rita d'Ávila Cachado (ISCTE)

Participantes: Marina Antunes (Universidade Lusíada), Beatriz Padilla (CIES-ISCTE), Vanessa de Andrade Pereira (UFRJ), Alexandra Leandro (ISCTE), Otávio Raposo (ISCTE), Flávio José Carvalho da Silva (Coletivo Brasil Catalunya e da Rede de Brasileir@s no Exterior), Ana Ribeiro Cruz (Projecto de Intervenção Comunitária da Quinta da Torrinha), Elena Montesinos (Universidad de Murcia), Douglas Mansur (UFRJ), Lígia Ferro (ISCTE)

Sessão 1: Mediação, Associativismo e Imigração

Mediadora: Beatriz Padilla

Título: Brasileir@s no Exterior e a construção de uma política pública para oemigrante brasileiro.

Autor Flávio José Carvalho da Silva

Resumo Depois que o Brasil deixou de ser considerado apenas receptor de imigrantes, o Governo brasileiro se depara com a necessidade de atender a uma demanda urgente dos inquantificáveis (pois permanentemente crescentes) cidadãos brasileiros emigrados.

Uma das estratégias desenvolvidas pelas próprias comunidades brasileiras no exterior é o fomento do associativismo (formal e informal) e a sua consequente articulação em redes de sociabilidade.

Título:

Autor Alessandra Barreto

Resumo Neste paper pretendemos apresentar as possibilidades de se trabalhar com o conceito de mediação política e cultural para melhor compreender o universo do associativismo de imigrantes brasileiros. A partir de pesquisa junto a associações de brasileiros em Portugal, buscaremos trazer ao debate as alternativas e estratégias criadas pelas associações e o papel desempenhado pelas suas lideranças na negociação constante com o poder público português assim como com as autoridades brasileiras. Nesse sentido, pretendemos refletir sobre a construção da legitimidade das associações de brasileiros como porta-vozes legítimos na articulação de uma agenda comum e como representantes de uma "comunidade".

Título: Asociacionismo inmigrante y renegociación de las identificaciones culturales

Autor M^a Elena Gadea Montesinos, María José Albert Rodrigo

Resumo Los migrantes han tendido a crear, allí donde se han instalado, grupos más o menos formalizados, organizados generalmente según el origen nacional o étnico, para dar respuesta a necesidades y anhelos diversos. En este sentido, las asociaciones se han constituido en un elemento clave en la articulación de la vida cotidiana del colectivo inmigrante (Rex, 1994; Casey, 1997). Un elemento clave que actúa a dos niveles: de un lado, en la relación entre la población inmigrante y las instituciones de la sociedad de recepción, en tanto que las asociaciones de inmigrantes se configuran como instancias

de representación e intermediación política; de otro, en las relaciones al interior del propio colectivo migrante que debe redefinir, a veces de manera conflictiva, su lugar social y sus relaciones intra-grupo en el nuevo contexto de asentamiento. En uno y otro nivel, las asociaciones emergen como un espacio privilegiado para la mediación social y cultural. En efecto, las asociaciones se constituyen en instancias para la re-creación de la identidad, que los miembros del grupo (y los ajenos a él) pueden definir como religiosa, nacional, étnica o cultural; pero en estas organizaciones no sólo se expresan las identidades sino que, en tanto que la identidad es un proceso de construcción social, las asociaciones generan nuevos espacios desde los que se negocian y articulan los sentidos de las identidades en contexto migratorio. La música, la danza, la comida, la vestimenta, las prácticas religiosas o la lengua se convierten, así, en nuevos o renovados referentes de identificación, en formas de expresión de una comunidad no sólo imaginada (Anderson, 2000), sino también reterritorializada.

En el proceso migratorio, las tradiciones y prácticas culturales del colectivo se desterritorializan, en tanto que los vínculos entre cultura y lugar se debilitan, pero también asistimos a manifestaciones reterritorializadoras, a “ciertas relocalizaciones territoriales relativas, parciales, de las viejas y nuevas producciones simbólicas” (García Canclini, 1990:288). En los procesos de reterritorialización la cultura, y con ella la identidad, se convierten en objeto de negociaciones internas no exentas de conflictos, pero también de demandas de reconocimiento, que implican estrategias de visibilización.

La ponencia que presentamos, centrada en dos ámbitos territoriales del Estado español (Murcia y Valencia), pretende analizar la manera en que las asociaciones de inmigrantes se constituyen en espacios de articulación y negociación de relaciones sociales, especialmente de aquéllas que se refieren a la identificación cultural, así como en instancias de mediación en las relaciones entre los migrantes y entre éstos y la sociedad de recepción.

Título: Imigrantes portugueses, mediações e tensões pós-coloniais

Autor Douglas Mansur

Resumo A presente comunicação irá abordar as tensões pós-coloniais entre lideranças de associações de imigrantes portugueses no Brasil, com ênfase em São Paulo, no tocante às mediações entre tais lideranças junto aos Estados-nações português e brasileiro e os imigrantes, bem como a busca de legitimidade como intermediários culturais no âmbito de uma figuração de redes sociais específica.

Sessão 2: Mediadores e sociabilidades

Mediadora: Alessandra Barreto

Título: O papel de mediação do/a antropólogo/a (entre informantes e serviços públicos): um estudo de caso na Quinta da Vitória, Loures

Autor Rita d'Ávila Cachado

Resumo Desde os anos 1960 que a Área Metropolitana de Lisboa foi rendilhada de bairros de barracas. No início dos anos 1990, o Programa Especial de Realojamento (PER) surgiu como uma solução para acabar com as barracas. O bairro da Quinta da Vitória, onde reside uma população hindu (maioritária no bairro), foi um dos bairros abrangidos pelo PER. Ao longo do processo burocrático que vai desde o recenseamento em 1992 até ao esperado realojamento numa casa de habitação social, as famílias inscritas no PER têm de entregar documentação específica para completar a candidatura. Contudo, mesmo com toda a documentação em ordem, os realojamentos tardam porque a oferta de habitação social é reduzida. Por isso, para muitas famílias do bairro, o processo de candidatura arrasta-se há cerca de 15 anos.

A documentação que é necessária entregar nos serviços nem sempre é de fácil compreensão para os utentes. É neste âmbito que, como antropóloga, sou chamada a intervir e, em última análise, a ter um papel de mediadora: regularmente, no trabalho de terreno, tenho-me confrontado com pedidos de ajuda para compreender melhor o conteúdo de correspondência vária, para me questionar sobre o que fazer para obter determinada documentação ou para me deslocar aos serviços com diversos informantes. Nesta comunicação, darei conta dessa relação específica vivida no trabalho de campo, e procurarei discutir as vantagens inter-relacionais que o papel do antropólogo como mediador pode ter.

Título: O viver urbano: universos simbólicos e tangíveis. Processos de mediação e sociabilidades num programa de qualificação sócio-urbanística.

Autor Marina Antunes

Resumo Ao problematizar as dimensões da realidade sócio-espacial que condicionam o viver urbano emergem as componentes que articulam o sujeito-cidadão comum com o espaço vivido-construído.

Neste processo há actores sociais que estabelecem as prioridades estratégicas de requalificação urbana com o propósito de promover a equidade territorial num tecido urbano pleno de fissuras sócio-urbanísticas e, simultaneamente, incentivam o desenvolvimento do potencial humano através da mediação social e cultural.

Neste terreno existem forças expressivas, tecidas ao longo de vidas espacializadas em lugares cujo património imaterial constitui uma resistência face à erosão dos valores, crenças, ritos que integram as múltiplas gramáticas das identidades locais.

É nesta perspectiva que os processos de mediação ao nível técnico e político, adquirem contornos que, ora contribuem para a conservação e afirmação destas dinâmicas locais configuradas pelas redes de sociabilidade, ora as comprimem em nome da inovação e sobremodernidade.

Os territórios de qualificação sócio-urbanística, implementados em bairros sensíveis da cidade (Amadora), podem constituir instrumentos para uma análise compreensiva da complexa realidade urbana, numa perspectiva do cidadão e dos interventores sociais que medeiam estas operações.

O estudo de caso do Programa de Qualificação Sócio-urbanística da Brandoa, no município da Amadora, pode servir para analisar a relação entre a dimensão construída e a praxis social, o impacte das formas construídas na organização social e nos sistemas de significação colectivos, resultantes dos complexos processos de comunicação e de interacção social e cultural.

Título: A prática da mediação em contexto de bairro social multicultural: o caso da Quinta da Torrinha, Ameixoeira

Autor Ana Cruz

Resumo A Quinta da Torrinha, freguesia da Ameixoeira, localiza-se no perímetro do concelho de Lisboa com o de Odivelas e é gerido por uma empresa municipal, num universo de mais de 60 bairros municipais lisboetas. Com mais de 3 mil residentes, o bairro tem uma constituição culturalmente variada, em que os 20% de residentes de etnia cigana são sentidos como maioritários. Em 8 anos de existência, o bairro passou por diferentes fases de realojamento cujas consequências são diariamente sentidas pelos residentes e instituições presentes.

É neste contexto que a mediação tem-se tornado, formal ou informalmente, um instrumento fundamental para o aumento da coesão social e de prevenção do insucesso e abandono escolar. Pretende-se, através de exemplos práticos, discutir as potencialidades, desafios, dificuldades, vantagens e desvantagens da mediação em contexto de bairro multicultural.

Sessão 3: Cidade, juventude e mediação cultural

Mediador: Luís Baptista

Título: Bondes e pichações: as disputas de territórios juvenis nos contextos dos bairros

Autor Vanessa Pereira

Resumo O trabalho apresenta apontamentos etnográficos sobre a noção de pertencimento, controle e disputa de territórios juvenis no bairro. Parte de uma pesquisa realizada entre um grupo de jovens de camadas populares frequentadores de uma lan house do bairro Jardim Botânico da cidade de Porto Alegre-RS/Brasil. Serão avaliadas as dinâmicas das redes sociais desses jovens urbanos tomando o espaço da lan house como ponto de encontro no qual transitam sujeitos amarrados a uma extensa rede de laços sociais, os quais são conhecidos e articulados quando necessários. Neste contexto os bondes e as pichações têm importante papel como marcadores de referência da sociabilidade juvenil.

Título: Informalidade e mediação: o graffiti como instrumento da mediação socio-cultural

Autor Lígia Ferro

Resumo A compreensão antropológica da mediação constitui-se como um processo fundamental para perceber as negociações do conflito na contemporaneidade. Partindo de um estudo de caso sobre a prática do graffiti em Lisboa, pretende-se colocar à discussão o florescimento de modos não institucionais ou não formais de mediação sócio-cultural. O graffiti hip hop nasce em Nova Iorque como um protesto dos jovens segregados nas chamadas “inner cities” (ou “guetos”), à desigualdade social e ao conflito étnico e classista existente na sociedade norte-americana das décadas de 60 e 70 do século XX. Na Europa, o graffiti hip hop surgiu nos anos 80, contudo a variável étnica não desempenhou um papel tão importante no caso europeu (sendo que a classista continuou a fazer sentido). Seguiu-se uma nova fase, na qual as instituições culturais começaram a incluir o graffiti nas suas programações, chamando os *writers* para o campo institucionalizado da cultura. Actualmente, os *writers* começam a tomar a iniciativa e a desenvolver projectos de reabilitação de espaços degradados e habitados por populações desfavorecidas. Veremos como a constituição de um grupo informal de *writers* de graffiti em Lisboa, constituiu a ponte para o arranque de vários projectos em bairros sociais da área metropolitana de Lisboa. Os projectos de recuperação desses espaços baseiam-se na pintura de graffiti e no uso de técnicas de *stencil*, havendo um esforço por parte dos *writers* de conhecimento e uso das características das culturas locais nas peças criadas. As populações destes bairros são sempre envolvidas no processo de preparação e pintura das paredes. Interessa discutir o papel de mediação que estes grupos têm vindo a desempenhar em Lisboa e quais os novos rumos que a mesma pode vir a tomar, partindo da análise deste estudo de caso.

Título: Vida de rapper: o percurso de Chullage

Autor Otávio Raposo

Resumo A Khapaz é uma associação de afro-descendentes da Arrentela (Concelho do Seixal – AML) que tem como objectivo a valorização das referências culturais africanas e a consciencialização dos jovens do bairro pelos seus direitos. Para compreender o seu surgimento e desenvolvimento é fundamental conhecer a trajectória individual de um dos seus principais fundadores e activistas: Chullage. Este rapper desempenha o papel de porta-voz e mediador sócio-cultural dos jovens de origem africana dos bairros pobres dos subúrbios de Lisboa e utiliza a música rap como instrumento de difusão e valorização das práticas e valores da cultura africana. Funcionário do Programa Escolhas (Programa de inclusão social dos jovens de contextos mais desfavorecidos) na Associação Khapaz, Chullage está constantemente a transitar entre diferentes grupos sociais (alguns deles conflitantes), estabelecendo pontes e reivindicando direitos. Mais do que apenas denunciar o racismo e as dificuldades económicas de que são vítimas, Chullage tenta alterar as fronteiras e a correlação de forças entre os diferentes mundos sociais em que circula.

Mobilidade, Territórios e Necessidades Sociais

Resumo: O crescimento da intensidade de fluxos financeiros, comerciais e migratórios acentuado pelo processo contemporâneo de globalização trouxe, em larga medida, novos e diversificados desafios aos territórios nacionais, regionais e urbanos. Assim, em simultâneo a uma dinâmica gradual de integração de diferentes regiões do mundo numa economia em rede, emergem novos contextos socio-económicos e culturais locais de periferização e desigualdade entre países e dentro dos próprios países tornando urgentes determinados tópicos de debate e de pesquisa-acção. Pensar o desenvolvimento territorial tendo em conta a mobilidade espacial de grupos ou individual, em percursos distantes ou próximos, em busca de melhores condições profissionais ou de vida para os próprios e suas famílias, exige analisar e interrogar questões fundamentais tais como identidades e práticas socio-culturais, exclusão social e resposta pública tanto no seu sentido teórico-conceptual quanto operacional. O presente grupo de trabalho propõe a análise e o cruzamento de diferentes olhares, experiências e pesquisas empreendidas no terreno sobre as referidas questões com o objectivo de contribuir para um conhecimento mais profundo e abrangente da temática apresentada.

Coordenadores: Isabel Guerra (CET/ISCTE), Manish Fernandes (CET/ISCTE), Roselyne de Villanova (IPAUS/CNRS Paris), Marco António da Silva Mello (LeMetro/IFCS-UFRJ e PPGA/ICHF-UFF)

Participantes: Isabel Guerra (CET/ISCTE), Teresa Costa Pinto (CET/ISCTE), Alexandra Castro (CET/ISCTE), Marco António da Silva Mello (LeMetro/IFCS-UFRJ e PPGA/ICHF-UFF), Filipe Berocan Veiga (LeMetro/IFCS-UFRJ e PPGA/ICHF-UFF), Neiva Vieira da Cunha (UCAM; UERJ e LeMetro/IFCS-UFRJ), Roselyne de Villanova (IPAUS/CNRS Paris), Maria José Lobo Antunes (CET/ISCTE), Rita Cachado (CEAS/ISCTE), Sofia Marques (CET/ISCTE), Jacqueline Oliveira Silva (UFRS)

Sessão 1: Formas de Mobilidade

Título: Trois formes de mobilité de Tsiganes en Europe : marges et centralité des espaces de circulation

Autor Marc Bordigoni

Resumo Je proposerai une réflexion sur la manière différentes dont les Roms de l'Est, les gens du Voyage français qui ont des caravanes qui roulent et en fin ceux qui sont en fait arrêtés connaissances des formes spatiales différentes de marginalisation sociale; des bidonvilles suburbains, aux campements sauvages dans des espaces aménagés (stade etc.) tout cela ayant des conséquences quant aux rapports avec les élus et responsables techniques des villes mais aussi dans le traitement journalistique et donc la visibilité sociale de chacune des réalités ; l'amalgame de toutes ces réalités différentes permet évidemment comme autrefois de réaffirmer l'existence d' «un problème tsiganes » quasi insoluble . à titre provisoire j'intitulerai cela : «Trois formes de mobilité de Tsiganes en Europe: marges et centralité des espaces de circulation».

Título: Ciganos e dinâmicas de mobilidade: Desafios aos processos hegemónicos de integração sócio-territorial?

Autor Alexandra Castro

Resumo Ao longo dos tempos cientistas sociais, decisores políticos e outros actores institucionais têm enfatizado o nomadismo como uma característica naturalizada da identidade cigana resultando numa leitura homogenizante feita de causalidades lineares. Estas representações traduzem-se em oposições binárias do tipo nómadas/sedentários; ciganos verdadeiros/ciganos falsos e na ideia de que os ciganos têm modos de vida ou tradições que favorecem a pobreza ou a marginalidade. Este tipo de discurso ao ocultar outras variáveis explicativas de um modo de vida pautado pela itinerância acaba por distorcer as formas de encarar os processos de integração social desta população, reflectir algumas das fragmentações urbanas que atravessam o território português e manter uma percentagem significativa de famílias em situação de precariedade habitacional e arredadas do acesso a outros direitos fundamentais. Pretende-se, assim, contrapor às representações sobre o nomadismo que têm dominado o discurso técnico-científico, uma abordagem da mobilidade que cruza diferentes perspectivas de análise para revelar a diversidade de formas de territorialização e de habitar em função das dinâmicas e dos factores determinantes das mobilidades.

Título: Mobilidades alternativas na cidade alargada: o caso dos hindus da Quinta da Vitória, Loures

Autor Rita d'Ávila Cachado

Resumo Desde os anos 1960 que a Área Metropolitana de Lisboa viu crescer bairros de *barracas*, sobretudo no contexto das migrações das ex-colónias portuguesas. O crescimento destes bairros teve grande visibilidade junto às Estradas de Circunvalação da cidade de Lisboa. Apesar de muitos terem sido demolidos e as suas populações realojadas, alguns bairros de *barracas* continuam a existir. Localizam-se sobretudo para lá da fronteira do concelho de Lisboa, nos municípios vizinhos. Contudo, os moradores dos bairros em causa são maioritariamente trabalhadores em Lisboa, deslocando-se diariamente para a capital. Além disso, para resolver questões relacionadas com a sua cidadania, têm de se deslocar à sede dos seus concelhos. As necessidades de mobilidade urbana raramente são preenchidas apenas com um passe social, pelo que uma grande parte destas populações tem de adquirir várias modalidades de passe ou encontrar alternativas à utilização dos transportes públicos.

Um dos bairros que se incluem nesta contextualização é a Quinta da Vitória, na freguesia da Portela (Loures), onde tenho vindo a desenvolver as minhas pesquisas, junto da comunidade hindu local. Os moradores hindus da Quinta da Vitória aguardam que o seu processo de realojamento, iniciado em 1993 com a legislação do Programa Especial de Realojamento (PER), chegue a bom termo. Associadas a este processo, estão as necessidades de deslocação aos mais diversos serviços públicos, no sentido de conseguir a documentação necessária que lhes é pedida pelo município. Esta comunidade desloca-se ainda a uma variedade de locais dispersos na AML para visitar familiares e realizar rituais próprios do calendário hindu. Nesta comunicação, daremos conta das alternativas encontradas por esta população face à carência de transportes públicos adequados e procuraremos problematizar as necessidades de mobilidade urbana associadas aos diversos tipos de percursos quotidianos.

Sessão 2: Diversidade de Necessidades e Modos de estar: necessidades em portugal; sem abrigo; comercio no Brasil e imigrantes de leste

Título: Les interventions sociales d'urgence dans la ville et les problèmes que soulèvent le soin donné aux sans-abri non régularisés

Autor Marc Breviglieri

Resumo Notre communication se penchera sur le travail exercé par le Samusocial de Paris auprès des sans abris étrangers non régularisés.

Le SamuSocial de Paris met en place depuis 15 ans environ un service de veille nocturne susceptible d'aller à la rencontre des plus démunis dans la ville. Il s'agira de comprendre ce que le SamuSocial tente de rendre perceptible et accessible au sans-abri, au plan interactionnel comme au plan institutionnel. Nous chercherons aussi à comprendre comment du côté des sans-abri comme du côté des travailleurs sociaux du SamuSocial, un ensemble d'éléments critiques émerge et soulignent certaines limites de cette institution. Nous soulignerons enfin la cohérence d'un tel dispositif dans l'organisation moderne

des soins donnés aux «exclus» marquée par une idéologie d'imprégnation tout à la fois libérale et républicaine, fondée sur une représentation de l'efficacité d'un fonctionnement interdisciplinaire en réseau, axée sur l'idée d'intervention hors les murs de l'institution, tiraillée par les tensions opposant fondamentalement l'accompagnement social et l'intervention d'urgence.

Título: A roda das demandas políticas: a mobilidade espacial como leitmotiv para as novas mobilizações dos ciganos no Brasil

Autor Marco Antonio da Silva Mello, Felipe Berocan Veiga

Resumo Desde 2006, o governo brasileiro vem se empenhando para atender ao recente movimento político deflagrado pelos ciganos no Brasil, no âmbito das complexas relações desse grupo étnico com o Estado, a partir de suas demandas por reconhecimento e respeito e em consideração às suas especificidades culturais. Entre essas características específicas, a mobilidade dos grupos é frequentemente tematizada em suas lutas políticas, seja como traço distintivo fundamental reivindicado pelo grupo, seja como causa primeira do chamado "sub-registro civil", que impede o acesso a toda sorte de serviços e benefícios concedidos à população de um modo geral. Assim, tendo o deslocamento territorial como ponto de partida, os ciganos agem diferentemente de outros grupos étnicos minoritários no Brasil - como povos indígenas, remanescentes de quilombos e colônias de migrantes europeus do século XIX - que fundamentalmente se pautam por reivindicações territoriais, na configuração de uma rede de "territórios tradicionalmente ocupados". Curiosamente, no entanto, apesar dessas reivindicações do direito à mobilidade expressas em documentos, observa-se a tendência crescente à sedentarização de parte considerável dos ciganos Calon e Rom em distintas regiões do País.

Título: Imigração, Comércio e Identidade Cultural na cidade do Rio de Janeiro

Autor Neiva Vieira da Cunha

Resumo O presente trabalho toma como campo empírico umas das praças de mercado popular mais tradicionais da cidade do Rio de Janeiro, denominada SAARA. Localizada na área central de negócios da cidade, próxima ao antigo porto e abrigando importantes projetos de renovação urbana em seu entorno, essa praça de mercado se caracterizou pela presença de diferentes grupos étnicos. Originalmente ocupada por imigrantes na virada do século XIX para o século XX, a região acolheu várias levas de estrangeiros que acabaram por fornecer-lhe uma feição peculiar: sírios, libaneses e armênios, além de judeus de diversas origens, e, mais recentemente os asiáticos (chineses e coreanos), todos voltados para as atividades do comércio. Tal característica acabou por conformar uma espécie de território dentro do espaço urbano da cidade, definido por identidades e práticas sociais particulares. Nesse contexto, pretendemos nos interrogar sobre os processos de constituição desse território, evidenciando as estreitas relações entre fluxos migratórios, atividades comerciais e processos de construção de identidades culturais.

Título: Entre o rural e o urbano: territórios e integração de imigrantes da Europa de Leste em Portugal

Autor Ana Sofia Marques, Joana Afonso, Maria José Lobo Antunes

Resumo A presença de cidadãos oriundos dos países do leste europeu em Portugal lançou uma onda de reflexão e debate na sociedade portuguesa, confrontando com novas questões as instituições, os contextos em que se inseriram, as políticas e os investigadores. Esta comunicação apresenta os resultados de um projecto de investigação que teve por objectivo explorar as questões que se colocam em torno desta vaga de imigração, desde as transformações que antecederam e que motivaram a decisão de migrar, a chegada, as modalidades de integração destes imigrantes na sociedade portuguesa, bem como a relação que mantêm com os países de origem. Baseada em três estudos de caso em três contextos diferenciados (Lisboa, Alentejo e Peniche) procurou ainda explorar-se as dimensões contextuais e particularmente territoriais nas dinâmicas de integração destes imigrantes.

Título: Transformações sociais e necessidades emergentes: Portugal no século XXI

Autor Isabel Guerra, Teresa Costa Pinto

Resumo A comunicação pretende apresentar resultados preliminares de uma pesquisa centrada na identificação de necessidades emergentes em Portugal continental decorrentes das transformações contemporâneas na sociedade portuguesa. A partir de uma reflexão sobre as transformações contemporâneas na sociedade portuguesa, a pesquisa pretende identificar as eventuais alterações nos padrões de necessidades que – latentes e/ou emergentes – se manifestam na diversidade dos grupos e territórios, por relação a constrangimentos objectivos, aspirações e expectativas sobre bem-estar e qualidade de vida. Pretende-se ainda clarificar os factores que modelam a complexa relação (e as eventuais disfunções) entre o planeamento e a disponibilização de mecanismos de resposta às necessidades sociais, e a efectiva satisfação das necessidades e expectativas dos indivíduos e grupos destinatários das políticas. O seu enquadramento conceptual retoma o conceito de necessidades tentando ultrapassar dicotomias tradicionais que o atravessam através da conciliação entre a definição da sua dimensão objectiva, entendendo-o como um conjunto de factores que, se não forem satisfeitos geram *danos* individuais e sociais, e a sua dimensão subjectiva como um *sentimento de carência* que advém da relação entre situação actual e as aspirações e expectativas tendo origem numa relação entre capacidades e oportunidades.

Espera-se na altura do Congresso dispor dos resultados de um questionário à população residente em Portugal Continental, vocacionado para a identificação extensiva das necessidades consideradas emergentes e não satisfeitas, análise das apreciações referentes ao bem-estar actual e auscultação das principais reivindicações manifestas no que se refere às metas futuras e aspirações sobre qualidade de vida. Como resultado do inquérito, persegue-se a constituição de uma tipologia de necessidades não satisfeitas, social e territorialmente enquadrada.

Título: Tráfico de mulheres: Quando a migração desigual fertiliza a escravidão

Autor Jacqueline Oliveira Silva

Resumo A tradição etnocêntrica e a herança escravista da antiguidade são reeditadas atualmente sob a forma do tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças do sexo feminino. Expressão da "nova questão social", a abordagem deste fenómeno supera o âmbito do Estado nacional, sendo transversalizada pelas dinâmicas da migração internacional e pelas

crescentes iniciativas de restrição do direito de ir e vir nas fronteiras, reflexo da globalização desigual da economia e das necessidades sociais. A clandestinidade e a ilegalidade passam a ser, para milhares de pessoas, uma via possível de melhoria de vida fora de seu país de origem. As redes de tráfico de seres humanos, se alimentam destas dinâmicas como uma especialidade da “economia do crime” transnacional, facilitado pelas condições tecnológicas, várias, comerciais e geo- políticas atuais, além de beneficiarem-se da corrupção institucionalizada e das diferentes legislações nacionais. Historicamente marcado por questões raciais e pelo colonialismo, a posse comercial do corpo é hoje, predominantemente utilizada na indústria do sexo, fertilizada pela primazia do consumo da Pós modernidade. As produções simbólicas sobre a sexualidade, a “descartabilidade da infância” e as características atuais da vida privada, passível “virtualização” potencializam demandas e ofertas diversificadas de produtos e serviços. Na geografia do tráfico para exploração sexual, as desigualdades, agudizadas pela globalização se expressam de maneira singular nos países de fronteira lócus de passagem e destino do tráfico de mulheres, armas, drogas e outras mercadorias. Este trabalho discute o tráfico para exploração sexual na fronteira sul do Brasil, enfatizando suas relações com a organização social, econômica e cultural dos municípios envolvidos, destacando diáde local-global neste processo.

Sessão 3: Realojamento e Interação cultural

Título: Subalternidade/Competências das minorias e políticas de integração. Imigrantes africanos em França

Autor Roselyne de Villanova

Resumo O contexto francês de imigração e de integração das minorias deriva do modelo republicano que, como é do conhecimento comum, persiste como uma herança do modelo assimilacionista das culturas estrangeiras. A criação recente do Ministério da Imigração, da Integração, da Identidade Nacional e do Co-desenvolvimento é sintomática.

No quadro actual das políticas urbanas, como compreender a integração da imigração e de outras comunidades em situação de mobilidade geográfica e afectadas pelo problema da exclusão espacial? A contraditória questão da mobilidade e da « assignation à résidence »? As várias formas de sedentarização (a dupla residência, o semi-nomadismo, o trabalho sazonal) num modelo único?

Estudos prospectivos sustentam que na Europa de 2050, uma pessoa em duas não será originária do país onde reside. A mobilidade espacial é uma situação mundial - a Europa quer controlar a sua imigração que, por outro lado, necessita. Sabemos que a mobilidade humana sempre existiu mesmo entre países de África. Efectivamente, os movimentos populacionais, no séc. XX, atingiram outra escala por variadas razões.

Actualmente em França, o processo de mobilidade espacial e social ascendente (positiva) exclui uma parte da população estrangeira, como são exemplo muitos africanos sub-saarianos de origem rural, Norte-Africanos e Ciganos. Outros grupos populacionais conseguiram construir um modelo de mobilidade adaptado à situação de mobilidade generalizada ao mundo. É o caso, por exemplo dos Portugueses em França que exercem a dupla residência e entram num processo de mobilidade social com a melhoria das suas condições de vida (proprietários imobiliários) e dos seus filhos.

Por meio da renovação urbana de bairros degradados ou não, as decisões de demolição de prédios são consideradas como uma acção de luta contra a segregação urbana que surgiu na década de 60 do séc. XX, com a chegada massiva de imigrantes. A referida acção surge mais como um tratamento de sintomas do que de causas: destruir e realojar uma parte da população discriminada em outros lugares. Em determinados sítios, especialmente o apoio ao emprego aparenta ser nulo e o modelo de acção social desenvolvido pode ser muito discutível. Tal é o caso de uma cidade na periferia de Paris em que estou a trabalhar, que acolhe uma população africana que chegou no período do forte crescimento da indústria de autocarros nos anos 70 e que decaiu posteriormente. A população, maioritariamente do Senegal, com muitas famílias polígamas está a viver grandes dificuldades.

Como confrontam os países a mobilidade de hoje e do futuro? Qual a pertinência das políticas de integração? O meu propósito é discuti-lo através de uma população africana e das políticas de acção social e de alojamento, no exemplo francês; e chamar a atenção sobre um modelo de integração e assistência que, talvez, não produza dinâmicas nem gere capacidades em outras culturas, mas sim, passividade. Veja-se a diferenças existentes entre o modelo e as capacidades geradas, o potencial cultural e as competências da referida população discriminada.

Quem reage e quem não reage nessas situações? É necessário analisar a herança de comportamentos colonialistas que constroem a relação de subalternidade (ver o movimento de estudos sobre a post-colônia e a subalternidade) em que, ao papel do país acolhedor corresponde o papel do « imigrante preto », como reciprocidade em relação de dependência (Bateson) que se traduz nas políticas de integração.

Entre outras questões, poderão ser discutidos:

- As políticas de diversidade espacial: sucesso ou nova exclusão?
- Problema das transferências de autoridade nas famílias e face à adolescência: o pai de família polígama entre autoridade institucional e desaparecimento do tio materno.
- A desilusão dos pais já velhos que queriam regressar e dos filhos e das mães que vão ficar.
- Estatuto de estrangeiro, cidadania local, e mobilidade.

Patrimónios, Museus, Memória e Cidadania

Resumo: Nas últimas décadas, políticas de valorização patrimonial – museus, sítios, centros urbanos ou práticas de grupos sociais específicos – têm sido utilizadas como estratégias de movimentos sociais e trunfos para a valorização de conhecimentos tradicionais e a legitimação de identidades culturais. No espaço dos países lusófonos, esta diversidade de entendimentos e de práticas é também interna a cada um dos países, e decorre quer das respectivas histórias nacionais quer das respectivas estratégias de colocação de agendas patrimoniais no centro de processos de constituição de cidadania. Estes processos localizados – desiguais quer em termos internos quer externos – articula-se com directrizes e políticas de órgãos internacionais (UNESCO, ICOM-International Council of Museums, OMPI - Organização Mundial da Propriedade Intelectual) – expressando o seu carácter globalizado. O surgimento de novas áreas de intervenção institucional como a do património imaterial ou intangível ou a proliferação de categorias de museus, a valorização histórica

de sítios ou de espaços urbanos, tem levado a uma ampliação do mercado de trabalho para os cientistas sociais que passaram a atuar na formulação e na gestão de políticas públicas perspectivando-as sob a óptica da diversidade cultural, tomada como valor constitutivo da cidadania contemporânea. O movimento reflexivo das ciências sociais na interface com o campo dos patrimônios, museus, memória e cidadania, é pleno de consequências internas a este campo de cruzamentos, tanto mais que ele implica uma interdisciplinaridade crescente em diálogo com as mais diferentes áreas do conhecimento, entre as quais, as artes, a arquitetura, a literatura, a história e as ciências naturais. Partindo do diagnóstico do presente momento no espaço lusófono – com base no debate de casos empíricos em Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique e Portugal – o presente GT visa explicitar quais os desafios e os dilemas desta multiplicidade de actuações nos diferentes contextos dos espaços lusófonos e quais os rendimentos analíticos de produção de conhecimento nesta área para as ciências sociais.

Coordenadores: Myrian Sepulveda dos Santos (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Paulo Peixoto (CES – UC)

Participantes: Antonio Fernando de Araújo Sá (Universidade Federal de Sergipe), Sérgio Luiz Pereira da Silva (UENF), Maria da Conceição Francisca Pires (Casa Rui Barbosa), Denise Esteves, Maria Sylvania Porto Alegre (Universidade Federal do Ceará), Judite Primo (Universidade Lusófona), Aida Rechena (ULHT), Isabel Rodrigues (Museu de Etnologia do Porto), Luciana Mendonça (Centro de Estudos Sociais), Paula Abreu (Centro de Estudos Sociais), Nilson Almino de Freitas, Wellington Maria Vasconcelos Frota, Regina Abreu, Sandra Pelegrini, José Reginaldo Santos Gonçalves (UFRJ), Luciana Carvalho

Comissão Organizadora

Manuel Carlos Silva (ICS-UM) - coordenador
Alice Matos (ICS-UM)
Conceição Nogueira (IEP-UM)
Eugénio Silva (IEP-UM)
Francisco Mendes (ICS-UM)
Helena Machado (ICS-UM)
Isabel Estrada (EEG-UM)
Joana Passos (ILCH-UM)
Joel Felizes (ICS-UM)
José Augusto Palhares (IEP-UM)
Laura C. Ferreira-Pereira (EEG-UM)

Lúcia Rodrigues (EEG-UM)
Luís Cunha (ICS-UM)
Manuel Sarmento (IEC-UM)
Maria José Casa-Nova (IEP - UM)
Miguel Bandeira (ICS-UM)
Paula Remoaldo (ICS-UM)
Paulo Nossa (ICS-UM)
Pedro Martins (ILCH-UM)
Rosa Cabecinhas (ICS-UM)
Rui Ramos (IEC-UM)

Comissão Científica

Moisés Martins (ICS-UM) - coordenador
Almerindo Afonso (IEP-UM)
Amélia Cohn (USP)
Anália Torres (ISCTE)
Aníbal Alves (ICS - UM)
António Teixeira Fernandes (UP)
Aurora Ferreira (ISCED - UAN)
Beatriz Heredia (UFRJ)
Boaventura de Sousa Santos (CES-FEUC)
José Manuel Sobral (ICS - UL)
Carlos Fortuna (CES-FEUC)
Carlos Lopes (ONU)
Carlos Serra (USP/ UEM)
César Barreira (UFC)
Daniel Mingas (ISCED-UAN)
Eduarda Keating (ILCH-UM)
Elísio Estanque (CES-FEUC)
Fátima Viegas (UAN)
Fátima Mendonça (UEM)
Fernanda Cravidão (UC)
Fernando Cristóvão (UL)
Fernando Oliveira Baptista (ISA-UTL)
Franz Heimer (ISCTE)
Gilberta Rocha (UAçores)
Helena Araújo (UP)
Hermínio Martins (Oxford, ICS-UL)
Inocência Mata (UL)

Isabel Castro Henriques (UL)
Ivone Maggie (UFRJ)
João Ferreira de Almeida (ISCTE)
João Sebastião Teta (UAN)
Jorge Gaspar (FL-UL)
José Capela (ICS-UM)
José Madureira Pinto (UP)
Leandro de Almeida (IEP-UM)
Licínio Lima (IEP-UM, Braga)
Lígia Amâncio (ISCTE)
Luís Lobo Fernandes (EEG-UM)
Luís Baptista (UNL, Lisboa)
Manuel Carlos Silva (ICS-UM)
Manuel Pinto (ICS-UM)
Manuel Sarmento (IEP-UM)
Manuel Silva e Costa (ICS-UM)
Manuel Villaverde Cabral (ICS-UL)
Manuela Martins (ICS-UM)
Manuela Ribeiro (UTAD)
Maria Helena Mira Mateus (FL-UL)
Marilena Chaui (FFLCH-USP)
Nadya Guimarães (USP)
Paula Meneses (UEM/ CES)
Paulo Carvalho (FLCS-UAN)
Pedro Bacelar Vasconcelos (Direito-UM)
Vitor Aguiar e Silva (ILCH-UM)
Victor Kajibanga (ISCED-UAN)

Comissão Permanente

Maria Engrácia Leandro (UM)
Carlos Cardoso (CODESRIA)
Cláudio Furtado (U Cabo Verde)
João Borges Coelho (UEM)
José Carlos Venâncio (UBI)
José Octávio Van Dunen (UAN)
Luís Baptista (UNL)

Omar Ribeiro Thomaz (CEBRAP/Unicamp, S.P.)
Peter Fry (UFRJ)
Renato Lessa (IUPERJ)
Rosa Cruz e Silva (Arq Histórico de Angola)
Teresa Cruz e Silva (UEM)
Valdemir Zamparoni (UFBahia)